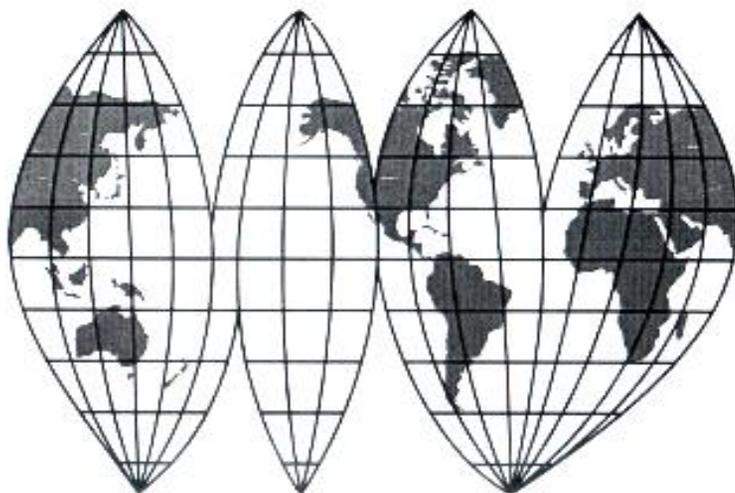


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geociências



ISSN 1519-4639

ISSNe 2448-265X

Formação Sócio-Espacial: O que é Isto?

**José Messias Bastos, Edson de Moraes
Machado (Orgs)**

Florianópolis, Número 34 – Dezembro 2015

Cadernos Geográficos

Formação Sócio-Espacial: O que é Isto?

Por uma Reflexão da Atual Conjuntura Econômica da
Sociedade

Organização

José Messias Bastos e Edson de Morais Machado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Roselane Neckel
Vice-Reitor: Lúcia Pacheco

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Paulo Pinheiro Machado
Vice-Diretor: Sônia Weidner Maluf

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Chefe: Antônio Fernando H. Fetter Filho
Sub-Chefe: Nazareno José de Campos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: Aloysio M. De Araújo Junior
Sub-Coordenador: Elson Manoel Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Cadernos Geográficos

GCN / CFH / UFSC

ISSN 1519-4639

ISSNe 2448-265X

Cadernos Geográficos	Florianópolis	Nº 34	982p.	Dezembro 2015
-----------------------------	----------------------	--------------	--------------	----------------------

Cadernos Geográficos é uma publicação editada pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comissão Editorial/ Editorial Comission:

- Armen Mamigonian
- Carlos José Espíndola
- José Messias Bastos
- Magaly Mendonça
- Maria Lúcia de Paula Hermann

Capa: Marcelo Perez Ramos
Editoração: Edson de Moraes Machado e José Messias Bastos

Revisão Técnica: Karine Domingos
Tradução: Mateus Engel Voigt

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo – CRB 14/416)

Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n° 15 (Dezembro 2015) – Florianópolis: Departamento de Geociências, 2015.

ISSNe 2448-265X
ISSN 1519-4639

1. Geografia 2. Anais I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para correspondência

Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geociências
Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LABEUR
Campus Universitário – Trindade Cep 88.040-900 – Florianópolis – SC
E-mail: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Nota Editorial

Tendo como objetivo dar continuidade à política de publicação do departamento de Geociências da UFSC, o Cadernos Geográficos número 34 apresenta, excepcionalmente, a coletânea de artigos apresentados e discutidos durante o II SENGES e XXXVI SEMAGeo, ocorrido em dezembro deste ano, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Os artigos, assim como o evento, tem como objetivo identificar, analisar e discutir questões referentes a crise econômica atual em várias escalas e setores da economia e da sociedade. As análises e discussões apontaram que os efeitos têm recaído tanto nas nações do centro do sistema, bem como na periferia. Na periferia do sistema, sobretudo na América Latina, novas lideranças políticas visam reduzir a herança neoliberal, com medidas institucionais que promovam o crescimento da economia. É, pois, neste sentido, que se forma geral os artigos que compõe este número vislumbram as possíveis transformações em andamento.

O Cadernos Geográficos de número 34 é composto por cinquenta e cinco artigos, sendo divididos em três partes. A primeira trata das questões referentes a geografia econômica, consta vinte artigos, o segundo, assentado nos temas de geografia urbana, possui vinte artigos, e o terceiro, associado aos assuntos ligados a geografia rural, consta quinze artigos. Cabe lembrar que os artigos foram elaborados por pesquisadores de diferentes níveis (professores, graduandos, pós graduandos, técnicos, etc.) de diversas regiões do Brasil e da América Latina.

Editorial Note

Continuing the publication policy of the geosciences department from UFSC, the Geographic Book number 34 presents, exceptionally, the collection of articles presented and discussed during the II SENGES and XXXVI SEMAGeo, held in December this year in the city of Florianópolis, Santa Catarina. The articles, as well as the event aim to identify, analyze and discuss issues related to the current economic crisis on various scales and sectors of the economy and society. The analyzes and discussions showed that the effects have fallen both in the central countries of the system as well in the periphery. On the periphery of the system, especially in Latin America, new political leaders aim to reduce the neoliberal legacy with institutional measures to promote economic growth. It is therefore in this sense that in general the articles that compose this number glimpse the possible transformations in progress.

The number 34 of 'Cadernos Geográficos' is composed of fifty-five articles, divided into three parts. The first deals with issues related to economic geography, contains twenty articles, the second, setting the themes of urban geography, has twenty articles, and the third associated with issues related to rural geography, contains fifteen articles. It should be remembered that the articles were produced by researchers from different levels (professors, graduate students, post graduate students, technicians, etc.) from different regions of Brazil and Latin America.

Sumário

EIXO I

Geografia Urbana..... 14

AS CONTRIBUIÇÕES DE IGNÁCIO RANGEL: ELEMENTOS DE ECONOMIA DO
PROJETAMENTO 15

Paulo Henrique Schlickmann

ESTUDO GEOGRÁFICO DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS EM SANTA
CATARINA: UM ENFOQUE REGIONAL A PARTIR DA CATEGORIA DE
FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL 24

Helton Rogério da Rosa

A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR 41

Nayara Fernanda dos Santos

Pierre Costa

Karla Rosário Brumes

PETRÓLEO, IMPERIALISMO E REVOLUÇÃO: PANORAMA DA REVOLUÇÃO
BOLIVARIANA NA VENEZUELA 54

Gabriela Miqueloto schmitz

Lucas dos Santos Ferreira

QUANDO O SANGUE PODE NÃO VIR DO CHÃO, MAS DO CALÇADO -
CIRCUITOS ECONÔMICOS NA PRODUÇÃO CALÇADISTA DE BIRIGUI/SP:
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS ESPAÇOS INFORMAIS
..... 76

Diego da Luz Rocha

Nilson Cesar Fraga

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: A GLOBALIZAÇÃO NUM CENÁRIO DE
CONFLITOS BÉLICOS 92

Ana Claudia Duarte Pinheiro

Nilza Aparecida Freres Stipp

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, GEOSSISTEMA E O MERCADO DE
FITOTERÁPICOS/FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM) 104

Talita Pedrosa Vieira de Carvalho

Reinaldo Corrêa Costa

POTENCIALIDADES DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS/FITOCOSMÉTICOS
EM MANAUS (AM) 116

Talita Pedrosa Vieira de Carvalho

Reinaldo Corrêa Costa

POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVAÍ – PR – COMO ALTERNATIVAS PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	133
Gilnei Machado Rei Kuboyama Cristina Buratto gross Machado	
TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E BIOPRODUTOS NO AMAZONAS	152
Bárbara Evelyn da Silva Ferreira. Reinaldo Corrêa Costa	
O COMÉRCIO ELETRÔNICO SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA ECONÔMICA..	164
Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo José Messias Bastos Francine Borges Silva	
PANORAMA GERAL DO MOVIMENTO OPERÁRIO ARGENTINO	192
Lucas dos Santos Ferreira	
VANTAGENS COMPARATIVAS NO TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAPOÁ	204
Gabriel Souza Gomes Lucas dos Santos Ferreira	
A HISTÓRIA DA DUALIDADE BRASILEIRA DE RANGEL E SUAS VERIFICAÇÕES NAS DISTINTAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS CATARINENSES.	226
Daniel Simas	
A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL: NOTAS COMPARATIVAS ENTRE MASSACHUSETTS (EUA) E SANTA CATARINA (BR)	245
Isa de Oliveira Rocha Maria Graciana Espellet de Deus Vieira Gabriela Miqueloto Schimitz	
PANORAMA GEOECONÔMICO DA GUIANA FRANCESA: UM TERRITÓRIO EUROPEU NA AMÉRICA DO SUL.....	265
Natalia Benatti Zardo de Curci Lucas dos Santos Ferreira	
ENSAIO SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SÓCIO ESPACIAL MARANHENSE E SEU ATUAL DESENVOLVIMENTO	284
Fabiana Araujo Diniz	

TRANSPORTE DE CABOTAGEM NO BRASIL: BENEFÍCIOS, DESVANTAGENS E ENTRAVES AO SEU DESENVOLVIMENTO 300
Mariana de Barros Zeferino

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO ESTADO DO PARANÁ 319
Andressa Consalter
Sandra L. Videira

RESULTADOS DE CAMPO: NOTAS SOBRE TRANSPORTE E LOGÍSTICA NA FACHADA ATLÂNTICA EM SANTA CATARINA 334
Roberto César Cunha

AVOCAÇÃO PORTUÁRIA DO ESPIRITO SANTO - BASES NATURAIS E PERSPECTIVA HISTÓRICA.....392
Edson de Moraes Machado

EIXO II
Geografia Urbana 393

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS PLANOS DIRETORES EM FLORIANÓPOLIS 394
Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes

A ESPACIALIZAÇÃO DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SANTA CATARINA 407
Jesué Graciliano da Silva
José Messias Bastos

A RECENTE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO CONTORNO LESTE DE CURITIBA (BR 116) EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS..... 430
Jorge Luiz Ferreira
Isa de Oliveira Rocha

A RODOVIA SC-401 E A EXPANSÃO URBANA DO NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA 454
Giselli Ventura de Jesus

GEOGRAFIA E DEMOCRACIA: EXEMPLOS DE PORTUGAL..... 471
Daniel Cirilo Augusto
Márcia da Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA ESPACIAL: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS EM SAÚDE NA CIDADE DE PITANGA/PR..... 484
Idair Augusto Zinke

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CENTRO-SUL PARANAENSE E O PAPEL DA CHACINA DE PITANGA, DE 1923	499
Mateus Galvão Cavatorta	
Cleverson Gonçalves	
Nilson Cesar Fraga	
A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DA FRONTEIRA NA CONSTRUÇÃO SOCIO-ESPACIAL DA AMAZÔNIA	514
Cláudia Pinheiro Nascimento	
Ana Paula Vidal Bastos	
REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ: A PARTIR DA DINÂMICA DO SETOR PRODUTIVO	533
Carlos Casemiro Casaril	
CIDADE À VENDA: DISCURSO DE PROMOÇÃO DO BAIRRO CAMPECHE (FLORIANÓPOLIS) E A EXPANSÃO DA ATIVIDADE IMOBILIÁRIA.....	556
Carolina do Amarante	
Patrícia Volk Schatz	
A FORMAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DA CAPITAL CATARINENSE E OS FATORES QUE INFLUENCIARAM O DESENVOLVIMENTO E A PERMANÊNCIA DA ATIVIDADE ARTESANAL DA RENDA DE BILRO.....	567
Edson de Moraes Machado	
PAULO AFONSO (BAHIA) – UMA CIDADE EM REESTRUTURAÇÃO	585
Rafael Rodas Vera Filho	
NORTE PIONEIRO PARANAENSE: GEOGRAFIZANDO E HISTORICIZANDO A MESORREGIÃO.....	604
Cleverson Gonçalves	
Mateus Galvão Cavatorta	
Nilson Cesar	
ESPACIALIZAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA: DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE LONDRINA.....	621
Patrícia Campana de Castro Fávaro	
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA TERCEIRA IDADE: QUESTÕES SOCIAIS DA ATUALIDADE	634
Felipe Nathanael Coelho Vaz	
Juliana Sartori Bonini	
Daniel Cirilo Augusto	
CIPLA (JOINVILLE): A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA O DESEMPREGO	645
Fábio Napoleão	

GEOGRAFIA DO CÂNCER:.....	667
ESPAIALIZAÇÃO DOS CASOS DE NEOPLASIA OCUPACIONAL NA MACRORREGIONAL DE SAÚDE DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2001 E 2011	667
Naibi Souza Jayme Heitor Matos da Silveira José Paulo Peccinini Pinese	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A INDÚSTRIA DE <i>SOFTWARE</i> EM BLUMENAU-SC.....	692
Emanuela Francisca Wenning	
O REORDENAMENTO TERRITORIAL PROVOCADO PELA TURISTIFICAÇÃO - INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO	705
Silvana P. Lima de Queiroz Elimar Pinheiro do Nascimento	
EIXO III	
Geografia Rural	718
APONTAMENTOS SOBRE A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO SUL E A FORMAÇÃO DE ÁREAS DE PEQUENA FORMAÇÃO MERCANTIL E DE LATIFUNDO	719
Pablo Jonas Camilo	
EVOLUCIÓN DE LA SILVICULTURA TRANSNACIONAL EN URUGUAY: LAS POLÍTICAS DE ESTADO PARA EL DESARROLLO DE LA INDUSTRIA CELULÓSICA Y SUS IMPACTOS TERRITORIALES	734
Horacio Martín Melo Pissón	
CADEIAS PRODUTIVAS E CAPACIDADE OCIOSA: RESEX DO MÉDIO JURUÁ E DO RIO JUTAÍ – AM	758
Marciclei Bernardo da Silva Reinaldo Corrêa Costa	
CADEIA PRODUTIVA DE BASECAMPONESA NA CIDADE DE CARAUARI-AM	777
Ana Cláudia Narbaes de Carvalho Sanae Ferreira de Souza Reinaldo Corrêa Costa	
CACHOEIRAS E CORREDEIRAS DE ITUIUTABA/MG: AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	789
Gilnei Machado Cristina B. G. Machado	
CRÉDITO RURAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS	807
Wilian Padilha	

O PORTO DAS CANOAS NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
E O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DE UMA COMUNIDADE
TRADICIONAL PESQUEIRA, EM BARRA VELHA/SC 820

Cristina Buratto Gross Machado
Nilson Cesar Fraga

TURISMO ÉTNICO-CULTURAL DE BASE LOCAL EM COMUNIDADES
INDÍGENAS: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS
POSSIBILIDADES 837

Cleverson Gonçalves
Nilson Cesar Fraga
Mateus Galvão Cavatorta

A PECUÁRIA BOVINA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL
AMAZÔNICO 853

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês
Reinaldo Corrêa Costa

ALGUNS COMPONENTES DE CATEGORIAS CAMPONESA NOS
AGRICULTORES DE CARAUARI-AM 876

Ana Cláudia Narbaes de Carvalho
Reinaldo Corrêa Costa

RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS
PROTEGIDAS NA CONSERVAÇÃO E/OU PRESERVAÇÃO DA
BIOSOCIODIVERSIDADE NO ESTADO DO AMAZONAS (BRASIL) 894

Antônio Carlos Witkoski
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Marília Gabriela Gondim Rezende

A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL) ... 905

Marília Gabriela Gondim Rezende
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

INVESTIMENTOS DIRECIONADOS PARA O AUMENTO DA PRODUÇÃO DE
LEITE NA REGIÃO SUL DO BRASIL..... 928

Joel José de Souza

FEIRA AGROUFAM: ESPAÇO CONTRA-HEGEMÔNICO PARA A SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÔMICA NO AMAZONAS 943

Jozane Lima Santiago Santiago
Amanda Nina Ramos
Aline Radaelli

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A RENDA DIFERENCIAL ARGENTINA E
BRASILEIRA 962

Pablo Martin Bender

EIXO I
Geografia Urbana

AS CONTRIBUIÇÕES DE IGNÁCIO RANGEL: ELEMENTOS DE ECONOMIA DO PROJETAMENTO¹

Paulo Henrique Schlickmann²

RESUMO

O objetivo central deste artigo é resgatar as considerações de Ignácio Rangel para o entendimento da temática do planejamento econômico e da alocação de recursos, através da releitura do livro *Elementos de Economia do Projeto*. Trata-se de uma análise bibliográfica e da execução de um compendio de leitura, do estudo citado. Nesse sentido a principal contribuição deste breve artigo, é a articulação do economista e pensador maranhense para se entender um dos principais problemas econômicos e territoriais atuais. Sendo assim propõe-se o resgate de algumas das principais ideias num dos mais complexos e aprofundados trabalhos proposto pelo autor.

INTRODUÇÃO:

No bojo das suas inúmeras contribuições o pano de fundo sempre foi a categoria nação. Na verdade, Rangel é intelectual incontestado da confrontação política para o desenvolvimento da nação brasileira, transitou nas propostas para substituição de importações, nos ciclos e tecnologias, na dualidade

¹ “Elementos de economia do projeto” foi um livro publicado em 1960 pela Universidade da Bahia, com segunda edição em 1987 pela Editora Bial. Foi escrito por Rangel a partir das aulas de desenvolvimento econômico proferidas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia em 1959 (RANGEL, 2005). Neste presente estudo, que não tem caráter de artigo tampouco de resenha, será utilizado a publicação das obras reunidas organizada por César Benjamin e publicado pela Editora Contraponto. “Elementos de economia do projeto” encontra-se entre as páginas 355 – 446. Este breve estudo que aqui se propõe, é fruto de debates e discussões gerados e ampliados a partir da disciplina: O Pensamento de Ignácio Rangel, ofertada pelo Professor Dr. José Messias Bastos no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Discente Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui financiamento na modalidade bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). pshlickmann@gmail.com

básica, no desvendamento da inflação, das crises, da ressecção e da superação das crises com a possível e viável “economia do projetamento” via realocação de recursos e combate ao capital ocioso. Inúmeros estudos salientam a importância do esforço, sobretudo político do autor maranhense. Vale consultar e analisar Mamigonian; Rego (1998); Mamigonian (1987); Pereira (1997); Pereira (1998); Bastos (2002); Espíndola (2002); Castro (2005); Malta (2014), entre outros. Ao mesmo tempo, por desenvolver uma visão independente (BIELSCHOWSKY, 1998), ser um arguto pesquisador sem filiação acadêmica e pela honesta coragem crítica fora dos padrões da sociedade contemporânea, a leitura de Rangel foi posta em planos subalternos nos estudos sobre a economia política brasileira. Contudo, deve ser contínuo o esforço de resgatar as contribuições deste pensador da economia política brasileira. Portanto, esse é o objetivo central deste estudo. Trata-se de uma análise estritamente bibliográfica do livro “Elementos da Economia do Projetamento”, com o intuito de entender a contribuição de I. Rangel. O presente ensaio será dividido em notas, que corresponderão cada uma aos capítulos do livro: I – Introdução; II – As categorias fundamentais do projetamento; III – A medida da utilidade; IV – Seleção de técnicas; V – A alocação de recursos; VI – Assimetria básica do projeto; e VII – A macroeconomia do projeto.

I

É realidade desnudada, a disponibilidade escassa dos recursos que são mal aproveitados, mal geridos e mal alocados, principalmente em economias não planejadas ou seguidoras de modelos políticos importados. Vide os casos dos países seguidores dos receituários neoliberais que governam os recursos em prol da financeirização e monopolização da economia, esquecendo-se da própria nação. A preocupação de Rangel centraliza-se na administração pública ineficiente que aloca equivocadamente os recursos da nação brasileira. Segundo o autor, visa-se “[...] apenas contribuir para melhorar o que existe e, especificamente, a melhorar o projetamento público, que hoje caracteriza, quase universalmente, pela ausência de cálculo econômico (RANGEL, 2005, p.364)”. Sendo assim, é nos recursos e no mercado consumidor dinâmico dos bens de capital que deve estar o foco do governo ao tratar das políticas cambiais, da moeda, do crédito e da tributação, pois “[...] a demanda de bens de inversão é infinitamente mais caprichosa que a dos bens de consumo [...] (RANGEL, 2005, p.360)”. Os bens de inversão ou bens de produção são mais dinâmicos, com empregabilidade coerente criam novas demandas, dinamizam o mercado de consumo e de trabalho, agregam valor e aperfeiçoam os esforços laborais de toda a sociedade. Esse panorama geral, contido na introdução do livro, executa um corte transversal perpassando todo o conjunto de “Elementos da economia do projetamento”.

II

Uma das preocupações centrais é a ordenação de certa quantidade de recursos para obter outros recursos, ou seja, com determinados bens e serviços criar outros bens e serviços, daí a importância de se desvendar o custo benefício das atividades e das obras utilizadoras e criadoras de recursos. Tanto os custos, quanto os benefícios representam utilização de recursos, nesse sentido a importância do emprego produtivo criador de novas utilidades, cujo emprego represente os menores sacrifícios para a nação. Altos custos para resolver problemas complexos da sociedade podem ser bem afirmados, enquanto baixos custos para satisfazer carências individuais podem representar pesados ônus para o todo. Os insumos bem aplicados seriam criadores de bens e serviços de qualidade para a sociedade. Porém, encarando a economia nacional como um circuito fechado, os grandes projetos são essencialmente demandantes do cálculo econômico do custo benefício, da empregabilidade dos recursos e da mobilização de bens de produção mais complexos. Isso porque segundo Rangel (2005, p.378) “[...] os efeitos de cada projeto são, ao mesmo tempo, globais e específicos”. Globais porque alteram os conjuntos de operações de unidades produtivas pré-existentes, como é o caso das grandes obras de infraestrutura que dinamizam toda a indústria nacional, torna a economia mais competitiva e contribui para a vida de toda a sociedade. Específico, porque cada unidade específica se vê convidada a mudança. Estas mudanças variam entre as redistribuições de recursos sociais, já que a sociedade é beneficiária da melhor aplicação nos grandes projetos nacionais; e, mudanças tecnológicas, pois se avança na incorporação de novas técnicas, na inovação, na pesquisa e no desenvolvimento nacional.

III

Quais são afinal a medida da utilidade e a serviço de quem estariam esses grandes projetos de nível nacional, bem como as mudanças por eles engendradas? A utilidade e o valor de uso são particulares, possuem definições ambíguas e dinâmicas. Vide a reforma agrária, que nos anos 50 representou um grande projeto nacional útil e hoje sua utilidade é deslocada para uma política de reforma urbano social. A transformação da realidade e dos atores no tempo e no espaço forçam necessariamente alterações nos projetos e suas utilidades. Nesses grandes projetos nacionais do qual se preocupa Rangel, a solução está em entender qual o melhor emprego útil para o trabalhador e as múltiplas combinações com o capital. Afinal, o que a sociedade ganha ou perde com uma engenharia de projetamento possibilitando melhores combinações entre os fatores Capital X Trabalho? As variáveis de

combinações são extremas. Se se depara por um lado com a ótima forma de utilização de recursos, entre eles capital e trabalho, por outro, há as piores formas de utilização de recursos, de capital e de trabalho. A ótima utilização dos recursos pelas firmas pode não ser para a sociedade e o trabalhador. Por isso, Rangel (2005, p.391) menciona a necessidade dos dois balanços a serem elaborados pelos projetistas:

“O primeiro balanço deverá definir o que se convencionou chamar de *rentabilidade da empresa*; outro, o efeito esperado sobre a *produtividade “per capita”* da nação. Um projeto público ao qual falte esta segunda ordem de informação está visivelmente incompleto, não merece o nome de projeto de desenvolvimento”.

Diante disso, segundo o autor, a definição do trabalho como medida de utilidade lança luz sobre muitas obscuridades implantadas pela economia vulgar (RANGEL, 2005).

IV

Em relação às técnicas e o aparato mecânico, tecnológico e inovador, constata-se que a economia brasileira oscila em uma heterogeneidade estrutural, como destaca Pinto (1973), posteriormente a Rangel (1960). Esta heterogeneidade estrutural de técnicas pode ser observada verticalmente ao atingir os diversos ramos das atividades econômicas; e horizontalmente ao se espalhar de forma desigual no território brasileiro. Por isso Rangel vem propor a “*seleção de técnicas*”, que passa a fundamentar outros estudos do autor: Ciclo, tecnologia e crescimento (1982); Recursos ociosos e política econômica (1980); Economia: Milagre e antimilagre (1986), entre outros. Nesse caso na *seleção de técnicas* deve-se estar atento para a descoberta das melhores combinações técnicas possíveis para a construção dos grandes projetos, considerar como sempre, os custos benefícios da utilização dos recursos e dos fatores. Como o Brasil é heterogêneo estruturalmente e tecnicamente, nem sempre as técnicas de vanguarda produzem os melhores benefícios econômicos e sociais. Do mesmo modo que as técnicas de retaguarda nem sempre são obsoletas. O Brasil como país intermediário, vive a condição de optar pelas combinações de fatores e técnicas de menores custos, tendo em vista muitas vezes a incapacidade de conversão ou substituição de fatores. Diante essa condição, Rangel (2005, p.405) lança outro desafio ao projetista:

A ele deve subordinar-se toda a sua ação, como tático do desenvolvimento, que é. Se há desemprego, deve

trabalhar para induzir o emprego pleno; alcançado este, deve buscar a gradual retirada do trabalho dentre os fatores de produção. O objetivo final é reduzir a dependência do fator trabalho ao mínimo possível.

Ou seja, na época o fator trabalho abundante e barato no Brasil seria volante no processo de incorporação e combinação de técnicas. Era necessário acelerar em primeiro plano a geração de emprego, portanto, exigiam-se técnicas menos complexas. Na fase que o país assimilar um mercado de trabalho coerente e estável, Rangel propõe a incorporação de técnicas de vanguarda no sentido de diminuir o sacrifício do labor. Os trabalhadores passam a ser encaminhados para atividades mais complexas, agregando maior valor e ajustando os problemas técnicos vivenciados no país.

V

No pensamento e na construção teórica de Rangel havia acima de tudo o problema da “*alocação dos recursos*”, mas ao mesmo tempo, sabia-se que “[...] a demanda dos bens de produção, dos fatores, gera-se no interior do próprio projeto”. Sendo assim, o objetivo é sempre descobrir a ótima alocação dos recursos para maximizar os benefícios obtidos pelos grandes projetos nacionais. A sociedade sempre carece de bens e serviços, ou seja, sua estrutura da demanda nunca corresponde a sua estrutura de oferta, é nessa discrepância estrutural que os projetos encontrarão as “*oportunidades de inversão*” para onde deverão ser alocados os recursos. A máxima do projetamento é a utilização total da capacidade do capital com o menor custo vantajoso possível, sendo que ao longo das execuções, a alocação de recursos é dinâmica. Tem-se aí o princípio da capacidade ociosa do Rangel. Ou seja, o capital ocioso, estagnado, mal utilizado, inerte, deve ser realocado para as oportunidades de inversão, que dinamizam o capital ocioso. Realocar capital ocioso para oportunidades de inversão nada mais é do que criar capacidade produtiva nova nas empresas, ou seja, é dinamizar a economia como um todo e aperfeiçoar o esforço produtivo dos fatores.

VI

Existe potencialmente no conjunto total da econômica nacional e no transcurso dos grandes projetos uma *Assimetria Básica*, que por descuido ou falta de interesse, normalmente não é percebida pelos projetistas ou analistas. Para Rangel, a marcha da abundância é resultado das inovações técnicas que substituem o fator trabalho. A função última do capital para o autor, é substituir a natureza e o trabalho pela técnica. Porém a escassez do fator

capital resulta na abundância do fator trabalho, e, possivelmente, escassez de produto.

O que importa compreender é que, qualquer que seja o regime, o capital terá sempre custo diferente dos fatores usados, pelo fato de que implica imobilização. É como custo de imobilização que, em economia do projetamento, devemos estudar o custo do capital (RANGEL, 2005, p.423).

Ademais, certas imobilizações do passado podem erguer duros obstáculos para os novos projetos, nesse sentido, deve-se estipular o custo de imobilização para se gestar as novas atividades capazes de inversão. Rangel já está preocupado, como destacado anteriormente, com a capacidade ociosa. No bojo do capital ocioso imobilizado que se perde a *assimetria básica* da economia do projetamento.

VII

A macroeconomia do projeto é conclusiva e enfática. É, pois, o aumento do capital que possibilita o crescimento do produto per capita no longo prazo. O desemprego e a inércia do capital representa a diminuição do nível de produto per capita. Realmente, para Rangel, é a na execução do projeto, na seleção e combinação das técnicas, na alocação e realocação de recursos, que se obterá a mobilização dos fatores, a antiociosidade do capital e a dinamização da economia nacional. Isso fica claro, pois “[...] a demanda dos produtos do projeto determina-se, em última instância, no interior do próprio projeto. Isso nos impõe o dever de investigar o modo como realmente o projeto cria a sua própria demanda” (RANGEL, 2005, p.436 – 437). Ou seja, desvendar a possível assimetria básica na economia do projetamento. Sendo assim, com o consumo dos capitalistas, as inversões para as oportunidades gestadas nos projetos e as devidas realocações intermediadas pelo estado, é possível que economia prospere no longo prazo. Para os trabalhadores é importante notar que:

“[...] a demanda de mão de obra aumenta quando os capitalistas decidem poupar mão de obra, pelo emprego intensivo de capital... o emprego total da mão de obra varia com a inversão e não com o preço da mão de obra ou salário” (RANGEL, 2005, p. 443)

Sem pedantismo e atento às leis e tendências gerais do desenvolvimento econômico, Rangel alerta para os desafios do progresso. Preocupado com a

economia brasileira, o autor maranhense elabora uma contribuição impar para a história, para a política, para a geografia e para o socialismo. Daí a importância de se resgatar e reafirmar “O pensamento de Ignácio Rangel”.

Referências:

- BASTOS, José Messias. **O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. São Paulo, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. **Nosso mestre Ignácio Rangel**. In: RANGEL, Ignácio; BENJAMIN, César (Org.). **Obras Reunidas**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. São Paulo, 2002.
- MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Orgs). **O Pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. 176 p.
- MAMIGONIAN, Armen. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel**. **Geosul**: Florianópolis, v. 2, n. 3, p.63 – 71, 1987.
- MALTA, Maria Mello de. **Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil**. **Nova economia**: Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p.17 – 32, 2014.
- PEREIRA, Raquel M.F. do Amaral. **A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas 194 ideias de Ignácio Rangel**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia HumanaFFLCH/USP.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Prefácio**. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Orgs). **O Pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 11 – 12.
- PINTO, Anibal. **Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina**. In: PINTO, Anibal. **Infacion: raíces estructurales**. **Lecturas del Fondo de Cultura Económica**, n. 3, México – DF, 1973.
- RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Ciclo, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Economia milagre e antimilagre.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Elementos de economia do projeto. In: RANGEL, Ignácio; BENJAMIN, César (Org.). **Obras Reunidas.** v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 355 – 446.

ESTUDO GEOGRÁFICO DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS EM SANTA CATARINA: UM ENFOQUE REGIONAL A PARTIR DA CATEGORIA DE FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL

Helton Rogério da Rosa¹

RESUMO:

No presente ensaio buscar-se-á fazer uma breve análise do setor calçadista de São João Batista, capital catarinense do calçado, a luz do paradigma de Formação Sócio Espacial. A eleição da análise busca elucidar fatores de primeira ordem que dizem respeito à localização espacial da produção, bem como, da especialização produtiva daquele aglomerado industrial. Tais questões, quando vistas a partir do cabedal teórico-metodológico elencado pela ciência geográfica, resultam num melhor entendimento do processo histórico desdobrado a partir de condicionantes naturais e sociais, possibilitando uma alocação dos recursos, tanto materiais quanto imateriais, numa dada fração do espaço geográfico. De outro modo, a possibilidade em desvendar os condicionantes genéticos da produção permite uma análise mais fiel à realidade atual daquele polo produtivo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Sócio Espacial; Indústria; São João Batista; Calçados; Polo industrial.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal do presente ensaio é apontar um esboço geral enfatizando a dinâmica da produção de calçados desenvolvida no polo industrial de São João Batista – SC, capital catarinense dos calçados. Para tanto, ressalta-se que o estudo lançará mão do marco teórico balizador enfocando a categoria de Formação Sócio Espacial (FSE) na busca por compreender as particularidades da produção ali desenvolvida.

A escolha do aporte teórico encerrado na categoria de Formação Sócio Espacial visa elencar os condicionantes que gabaritaram o desenvolvimento da

¹ Doutorando do curso de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Catarina - PPGGeo/UFSC
E-mail: heltonrosa.geo@gmail.com

produção desde sua gênese, já que a partir de tal estudo, segundo Santos, nos é permitido “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 2012, p. 25).

De pronto, a adoção dessa categoria teórica de análise busca rechaçar qualquer tentativa de homogeneidade acerca do fenômeno de desenvolvimento, sobretudo, porque parte das “múltiplas determinações” (MARX) constituintes e emanadas da própria região em estudo, pois, ela, a formação sócio espacial, “é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada” (SANTOS, 2012, p. 27).

Não quer isso dizer que forças, ou como se preferir, determinações exógenas, não causem efeito sobre o desenvolvimento do local, mas tais determinações se fazem sentir por acomodações dadas a partir das “combinações geográficas” (CHOLLEY, 1964) possibilitadas por, e a partir de condicionantes que interagem de forma dialética entre as várias escalas de atuação, passando do local ao regional, nacional e, nalguns casos, mundial.

Sob tal perspectiva busca-se fugir da confusão em tratar o local como parte subordinada do mundial, assim como insistem em por na pauta as equivocadas análises feitas a partir da perspectiva do “sistema-mundo” que, encabeçada por I. Wallerstein¹, ordinariamente tratam as formações e funções dos lugares como mera expressão do modo de produção dominante. Em tom semelhante, Jabbour desferiu cortante crítica às análises partidas do “sistema-mundo” dizendo serem elas feitas de modo superficial, sobretudo, porque “a lógica da ênfase ao “externo” desloca a necessária concentração nas condições internas de cada unidade de análise (formação social), tendo consequência direta na impossibilidade de análise da transição e suas fases” (JABBOUR, 2012, p. 89).

No seu quadro oposto, as análises balizadas pela categoria de Formação Sócio Espacial, ou formações sociais, já que são sinônimos, entendem que as especificidades dos lugares atuam em dialética com as forças exógenas, segundo a qual

“a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto

¹ A crítica é feita a partir do texto “A análise dos “sistema-mundo” como movimento do saber” de I. Wallerstein. In: O Brasil e o capitalismo histórico. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

é, a formação social propriamente dita”. (SANTOS, 2012, p. 28).

De outra forma dito, as formações sociais apresentam-se como a forma concreta da realização do modo de produção dominante mediante sua própria condicionalidade, emprestando o corpo (espaço geográfico) ao espírito do modo de produção. Aqui revela-se o ponto de contato entre a categoria em destaque e o arcabouço maior do materialismo histórico, pois, ao ladear com outras importantes categorias tais como modo de produção, forças produtivas e relações de produção, a formação social torna-se um categoria-chave da visão marxista do mundo.

Nesses termos, enquanto o modo de produção atua sob a sociedade geral as formações sociais, ou sócio espaciais, se assentam e partem do concreto, inclusive podendo-se dizer que elas seriam a única forma do modo de produção se fazer presente em dada porção do espaço geográfico. Dito de outra forma, enquanto o modo de produção representa à possibilidade de realização a formação social é a própria realização territorialmente espacializada.

Como se sugere, outro ponto importante nos estudos que partem das formações sociais é aquele atrelado a condição espacial, por oras potencializando ou dificultando a materialização da produção, tornando-se assim, ela mesmo um fator de produção (SANTOS, 2012). Dessa forma posto, primeiramente os objetos geográficos dispõe-se em suas respectivas localizações como expressões objetivas da produção, após, pelo fato de sua própria presença, passam a influenciar a própria produção objetivando-se numa determinação.

Como se percebe, na sua contribuição geográfica ao amadurecimento da categoria, Milton Santos (2012) inclui a localização dos homens junto aquelas determinações que podem e devem ser abarcadas pela categoria analítica de formação social, tornando-a, segundo suas palavras, em formação sócio espacial, pois, “o uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento inicial. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro” (SANTOS, 2012, p. 31). De forma objetiva, conforme afirma A. Mamigonian (1996), Milton Santos fez tocar no ponto coincidente entre as formações sociais e a ciência geográfica quando tratou da localização dos fenômenos, algo muitas vezes deixado de lado nos estudos geográficos.

Aliás, convém registrar a valorosa contribuição cedida, tanto a geografia brasileira quanto ao amadurecimento da própria categoria de Formação Sócio Espacial, pelo eminente mestre A. Mamigonian. Ao avançar sobre a concepção miltoniana na qual o Estado-Nação é a “unidade

geográfica ou espacial de estudo” (SANTOS, 2012, p. 43), nosso ilustre geógrafo buscou sua aplicação como teoria e como método nos estudos geográficos de abrangência regional (1960; 1965), demonstrando que, mesmo sendo a região uma “subunidade” como afirmava Santos (2012, p. 43), a Formação Sócio Espacial configurar-se-ia como instrumento fundamental para a leitura das realidades regionais a partir de uma visão de processo histórico. Sem qualquer tipo de exageros, A. Mamigonian fez inaugurar nova aplicação à categoria de Formação Sócio Espacial proporcionando o desvendar das complexas realidades regionais formadoras do Estado-Nação brasileiro.

É nesse sentido que, assumindo que a categoria de Formação Sócio Espacial da conta de responder a questões ligadas ao fenômeno de desenvolvimento regionalizado, no presente artigo buscar-se-á responder algumas indagações acerca do processo de industrialização ocorrido no município de São João Batista – SC objetivado na produção de calçados. A base teórica da qual partimos é que nos proporciona elencar os condicionantes que, atuando dialeticamente no tempo e no espaço (formação social), forneceram a base para o *start* da produção.

Acreditamos que, dentre a multiplicidade de perguntas cabíveis acerca do processo de industrialização regionalmente localizado, destacam-se duas mais gerais que abarcam grande complexidade, as quais envolvem de um lado a sociedade e de outro a natureza. Cabe, então, indagar: i) que tipo de sociedade se estruturou naquela porção espacial do estado de Santa Catarina e, ii) porque a indústria calçadista desenvolveu-se, justamente, naquela localização territorial do estado?

Para tanto, além dessa parte introdutória, antessala que buscou apresentar a categoria de Formação Sócio Espacial, e das considerações finais que encerram o debate, o ensaio contará com mais duas seções. A que segue tratará de elucidar os condicionantes que proporcionaram à gênese e o desenvolvimento da produção de calçados em São João Batista, levantamento feito a partir da categoria de análise norteadora do trabalho. Na terceira parte, tratar-se-á do desdobramento da produção e suas características atuais, bem como, seu enquadramento produtivo e comercial na atual dinâmica nacional.

A FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL COMO TEORIA E COMO MÉTODO: LOCALIZAÇÃO, SOCIEDADE E NATUREZA COMO CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS EM SÃO JOÃO BATISTA – SC.

É possível afirmar que toda a história da humanidade se realiza sobre uma base territorial delimitada, daí a afirmação de Mamigonian ao dizer que “todo estudo de formação social deve cuidar de localizações e espacializações” (MAMIGONIAN, 1996), da forma como o fizeram importantes figuras como Lênin, Trotsky, Gramsci e Rangel.

Assim parece ter sido o desenvolvimento da indústria de calçados em São João Batista, pois, trata-se de um fenômeno que nasce a partir de condicionantes de ordem natural e social que, em atuação conjunta, vão dar suporte a realização prática de um dado momento da produção realizada no espaço.

Nesse sentido, é justamente nessa justaposição entre condicionantes naturais e sociais que nasce, espacial e temporalmente delimitada, a formação social, pois, como nos lembra M. Santos, “esta sociedade e “sua” natureza, isto é, a porção da “natureza” da qual extrai sua produção, são indivisíveis e, conjuntamente, chamam-se “formação social”.” (SANTOS, 2012, p. 29).

Descendo ao caso específico e buscando os nexos genéticos entre a formação social regional e seu processo de industrialização, cabe ao pesquisador, sujeito da análise, buscar o lampejo desatador das forças produtivas associadas aos condicionantes endógenos e exógenos do local. Nesses termos, parecem assumir papel preponderante na análise três elementos condicionantes que, em ação combinada, foram capazes de guiar o processo de produção que mais tarde veio a desembocar na industrialização dos calçados em São João Batista, sendo eles: i) o papel locacional de assentamento da colônia; ii) o quadro físico natural dos terrenos e iii) o tipo de estrutura social que se estabeleceu na região.

No seu quadro locacional, que cederá contornos balizadores à função produtiva futura, ressalta-se que São João Batista está inserida numa microrregião localizada entre vales litorâneos com ligação direta entre o planalto catarinense e o oceano atlântico, trajeto naturalmente seguido pelo rio que empresta o nome ao Vale do Tijucas, localidade pertencente a macrorregião da Grande Florianópolis que dista cerca de 70 KM da capital do estado de Santa Catarina.

Por sua vez, o sentido natural entre a serra e o mar findou em favorecer a abertura de rotas terrestres na mesma orientação do curso do rio, onde desde sua fundação, São João Batista desempenhou importante papel como “nó de passagem” regional entre as regiões do planalto lageano e as

colônias europeias estabelecidas nos vales litorâneos dos rios Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim, configurando-se como importante rota de comércio regional durante meados do século XIX e XX, já que tanto Brusque quanto Blumenau, conforme Mamigonian (1960; 1965), não dispunham de acesso direto aquela região serrana.

Essa importante rota geográfica intensificou, além do contato comercial efetivado pelas tropas de gado, o estabelecimento de pequenas consertarias de arreamentos animais anexas as casas comerciais e pousos de paragem, estalagens onde os viajantes tropeiros descansavam e realizavam os consertos das selarias, arreios e botas de couro (MAURICI, 2008). Eis um condicionante de primeira ordem que influenciou de maneira decisiva na gênese artesanal da futura indústria de calçados na região, condição que parece destoar daquela colocada por Seabra, Lins e Cario (2008, p. 115) que, ao não levarem em consideração o fator artesanal no processo genético da produção, afirmam ser o *know-how* empresarial “adquirido pela experiência de tecidos” o condicionante fundamental da competitividade do setor, nítida referencia ao setor produtivo desenvolvido no vale vizinho na cidade de Brusque.

No seu quadro natural, interessante dizer que a colônia desenvolvida a beira do rio, base natural sobre o qual se assentam os primeiros colonizadores chegados em 1836, caracteriza-se por terrenos sedimentares formadores de vasta planície quaternária em constante deposição orgânica fornecida pela significativa rede hidrográfica (PELUSO, 1991). Assim, a condição físico/química dos terrenos foram fundamentais condicionadores do estabelecimento de atividades agrícolas que desempenharam importante papel na alavancagem econômica do município, caso evidenciado, por exemplo, pela cultura da cana-de-açúcar¹.

Posto dessa forma interessa-nos dizer que em seu quadro humano a região foi receptáculo de uma complexidade de casos imigrantes, cabendo destaque para os italianos, chegados em 1836 e onde estabeleceram a colônia Nova Itália², açorianos vindos de colônias estabelecidas ao longo do litoral, os quais tiveram participação elementar no processo de avanço sobre a mata fechada e, por fim, mas não menos importante, as levas de imigrantes alemães, primeiramente, chegados em Blumenau e Brusque que, dado o

¹ A cultura da Cana-de-açúcar foi, posteriormente, a primeira atividade manufatureira regional dinamizadora da economia. O senhor Benjamim Duarte, importante comerciante da região, organizou em 1944 uma sociedade que contava com a participação de capitais oriundos de Tijucas/SC (Valério Gomes), São João Batista/SC, Florianópolis/SC, Rio de Janeiro/RJ e investidores de Pernambuco/PE, notadamente, representantes de usinas nordestinas que ofereceram a mão-de-obra obra qualificada à instalação da USATI, Usina de Açúcar de Tijucas/SC (Usina Dona Francisca).

² A colônia Nova Itália é considerada a primeira colônia italiana no Brasil.

exaurimento das poucas terras disponíveis nos encaixados vales vizinhos, trataram de migrar em busca das terras férteis depositadas ao longo do rio Tijuca Grande.

De posse desse complexo quadro humano e natural, a sociedade que ali se desenvolveu buscou sua organização produtiva baseada no que Mamigonian chamou de “pequena produção mercantil”. Desse tipo de organização, transplantada da Europa e muito mais democrática do que sua congênere latifundiária instalada nas áreas de campos no Sul do Brasil, resultaram as condições favoráveis à formação de um excedente comercializável, bem como, na formação de um dinâmico mercado consumidor local/regional, exigência fundamental para realização de uma economia do tipo capitalista que serviria de base para o futuro desenvolvimento da indústria local.

Nota-se aqui uma condição análoga que se estabelece nas duas principais regiões brasileiras produtoras de calçados, vale dizer que tanto o Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, como Franca, interior de São Paulo, caracterizam-se pelo mesmo tipo de estrutura econômica baseada na produção de excedentes comercializáveis fruto de pequenas propriedades policultoras, muito mais dinâmicas em termos de trocas e geração de demanda interna já que, ao contrário das zonas latifundiárias, comportam contingente humano muito mais elevado e propício ao desenvolvimento de uma frutífera divisão do trabalho.

Desse modo, ressalta-se que São João Batista tornou-se, não apenas num importante ponto de passagem regional, mas também num ofertante de mercadorias agrícolas e artesanais que iriam ser comercializadas, inclusive, fora da sua hinterlândia. Essa condição comercial desenvolvida pela cidade foi marco importante no desenvolvimento econômico já que fez prolongar as atividades ligadas à agricultura e ao artesanato regional.

Para que esses condicionantes assumam importância na análise que se expôs, é interessante levar em conta que, em contraposição a essa realidade, Mamigonian (1960) já havia assinalado que em Brusque os pequenos comerciantes, em virtude da queda dos rendimentos da agricultura gerando entraves a continuidade do sistema “colônia-venda”, buscaram a reprodução dos capitais noutras atividades, inclusive, industriais como o caso Renaux e Schlosser¹.

¹ Em estudo geográfico sobre a cidade de Brusque/SC, Mamigonian (1960) ressaltou que os baixos rendimentos agrícolas, condição primeira no processo de acumulação dos vendedores, foi a mola propulsora da industrialização. Destaca o referido geógrafo que, os comerciantes que atentaram para queda na produção agrícola, pioneiramente trataram de inverter seus

Entretanto, é interessante ressaltar que o processo de industrialização ocorrido nas regiões vizinhas, introduzindo relações capitalistas de assalariamento, resultou num gradativo abandono daquelas atividades direcionadas para o autoconsumo, ou como se preferir, romperam com o complexo rural (PAIM, 1957) gerando especialização da produção e, conseqüentemente, favorecendo a divisão social do trabalho.

Como essas regiões enveredaram por setores onde a mecanização nasceu aliada ao trabalho fabril¹, caso das indústrias têxteis e vestuaristas de Brusque e Blumenau, onde a produtividade marcava o ritmo dos investimentos, não tardou para que as demandas por calçados que, outrora se realizavam dentro da própria unidade produtora familiar, fossem direcionadas à região de São João Batista, onde a atividade artesanal de se produzir calçados ainda se fazia presente graças ao retardamento da introdução de relações capitalistas de assalariamento, futuramente trazidas no bojo da industrialização.

Eis o papel endógeno marcando presença na gênese da industrialização calçadista de São João Batista, pois, a industrialização dessas cidades vizinhas forçou o abandono daquelas atividades ligadas ao consumo próprio, como é sabidamente o caso dos calçados, abrindo, por sua vez, um grande mercado consumidor para fora dos marcos local, condição denunciada por Lênin no qual “constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno” (LÊNIN, 1982, p. 13).

Nesse sentido, destacamos que assim como observado por Costa e Passos (2004) na gênese da manufatura de calçados do Rio Grande do Sul, também em São João Batista “o dinamismo do setor assentava-se no mercado interno, dependendo, então, do crescimento da população e da renda per capita”, condição que figurou até meados do século XX.

investimentos em atividade industriais, resultando nas primeiras industriais têxteis da região (Renau, Schlosser), já os comerciantes que insistiram na acumulação proveniente do sistema colônia – venda, em nítido declínio, foram gradativamente perdendo prestígio econômico (Krieger e Bauer). Para maiores esclarecimento convém consultar Mamigonian (1960) Brusque/SC: Estudo de Geografia Urbana e Econômica.

¹ Conforme destacado por Mamigonian (1960; 1965) a empresa Hering, de Blumenau/SC e fundada em 1880, iniciou seus trabalhos com um tear circular de produção de malhas. Em 1892 adquiriu mais quatro teares circulares, algumas máquinas de costura e de tricotagem, uma retorcedeira de fio e uma bobinadora. Em 1890 o número de teares circulares e máquinas de costura já haviam aumentado para 10 de cada tipo, em 1905 para 30. Por sua vez, a empresa Karsten adquiriu na Alemanha, em 1882, seis teares e uma pequena fição de 300 fusos. A empresa Renau, de Brusque/SC, além de ser a primeira fábrica de tecidos em SC, em 1900 fez encomendas de máquinas de fição junto à firma Platt Brothers & CO. de Oldham, Inglaterra. Era uma fição de 1000 fusos, exigindo técnico especializado que veio da Alemanha para instalação.

A que se destacar que o irrompimento da Primeira Guerra Mundial foi condicionante de fundamental importância à dinamização e desenvolvimento da manufatura de calçados em São João Batista, a época, marcadamente artesanal. Movimento bastante favorável às indústrias nacionais e catarinenses (MAMIGONIAN, 1986), a deflagração do conflito serviu como barreiras às trocas mercantis realizadas, principalmente, com a Europa, condição que impulsionou a produção interna de bens de consumo detonando um verdadeiro processo de substituição de importações.

Longe de coincidências, interessa-nos ressaltar que os primeiros empreendimentos voltados exclusivamente à fabricação e manutenção de sapatos, desligados, portanto, das antigas consertarias de arreios, surgiram exatamente entre os anos de 1913 e 1914 sob iniciativas de Eleotério Vargas e os irmãos Nazário (ROSA, 2014). Assim, a produção que resultava como subproduto da manufatura do couro voltada ao atendimento local, passou a atender outras regiões do estado como o planalto serrano e as importantes cidades localizadas nos vales vizinhos e sua hinterlândia, condição que gerou um mercado consumidor favorável à produção calçadista.

Sob desenvolvimento lento, mas continuado, a produção de calçados se desenvolveu com a multiplicação das chamadas fabriquetas atendendo a demanda local/regional, chegando aos anos de 1960 com mais de 20 pequenas manufaturas artesanais e de fundo de quintal instaladas na região (MAURICI, 2008).

Na década seguinte, por limitações estruturais a indústria de calçados de São João Batista não conseguiu acessar os mercados internacionais abertos com a reorganização mundial da produção desencadeada com crise de 1973, condição que tornou o atendimento ao mercado interno, agora tornado nacional graças ao desvio de foco dos principais produtores nacionais volvidas à exportação, como aquele único possível.

Já na segunda metade da década de 1980, sobretudo com o impulso gerado pelo Plano Cruzado (1986), a região assistiu a um crescimento considerável em sua estrutura industrial com a pulverização de micro e pequenas firmas, condição propiciada pela inicial estabilização monetária gerada no bojo do plano que fez aumentar a demanda interna de bens não duráveis de consumo, época conhecida na cidade como aquela em que, graças à dinamização do mercado nacional, assistiu-se a entrada de inúmeros aventureiros na produção.

Paradoxalmente e na contramão do ambiente forjado na década de 1990, a indústria de calçados de São João Batista comprovadamente seguiu em trajetória oposta da observada no âmbito nacional. Isso porque a inviabilidade de acesso ao mercado externo na década de 1970, tornando a

região numa fornecedora especializada na produção direcionada ao mercado interno, revelou-se como condicionante de primeira ordem junto ao amortecimento dos efeitos da crise neoliberal que se abateu sob a economia brasileira, sobretudo, porque atingiu com maior agressividade aquelas atividades com maior ênfase às exportações, subitamente tornadas inviáveis graças à sobrevalorização cambial levada a cabo em 1994.

Desse modo, Rosa (2014) constatou que, contrariamente as principais regiões produtoras brasileiras que sofreram grandes retrocessos no período neoliberal, foi justamente nessa época que a indústria de calçados de São João Batista viu emergir uma potente estrutura produtiva, inclusive com o nascimento das principais firmas do setor, todas especializadas na produção de calçados femininos e com direcionamento exclusivo ao mercado nacional.

O POLO CALÇADISTA DE SÃO JOÃO BATISTA – SC: DESENVOLVIMENTO PÓS-DÉCADA DE 1990 O ESTÁGIO ATUAL DA PRODUÇÃO.

Na sua fase atual, não é exagero dizer que a estrutura produtiva desenvolvida na região tem na década de 1990 seu principal impulso dinamizador à formação de um polo industrial aos moldes do que definiu Perroux (1977). Conforme denuncia o quadro 01, foi justamente nos anos da década em questão que a indústria de calçados de São João Batista viu nascer suas principais firmas compositoras, tornando a estrutura industrial, por definitivo, a força motriz do desenvolvimento regional.

Nesses termos, observou-se que foi a partir da década de 1990 que da indústria de calçados desenvolveu-se assumindo “formas que são as da grande indústria moderna; separação dos fatores de produção entre si, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização” (PERROUX, 1977, p. 101).

De pronto, ressaltamos que o quadro acima sugerido tende a contrastar diametralmente por aquele esposado por Costa e Passos (2004, p. 19), onde segundo os autores “a crise atingiu as empresas a partir do mesmo ano e mesma direção, tanto para as empresas localizadas no cluster do Vale dos Sinos quanto para as demais regiões brasileiras”, mostrando, portanto, que o polo calçadista de São João Batista fugia a regra durante o período assinalado. Eis a flagrante contribuição trazida à análise pela categoria de Formação Sócio Espacial, pois, ao analisarmos a produção de calçados com base na dinâmica das combinações geográficas da região, evitou-se a homogeneização dos resultados verificados no nível nacional.

Quadro 01: Principais firmas produtoras da estrutura industrial de São João Batista – SC

Empresa	Cidade	Fundação	Produção/dia	Funcionários
Raphaella Booz	São João Batista	1966	3700	370
Ana Paula	São João Batista	1976	1700	250 ^a
Giovana Pash	São João Batista	1980	400	35
ALA	São João Batista	1986	10000	411
Século XXX	São João Batista	1986	2500	260
Parô	São João Batista	1987	1800	140
Via Scarpa	São João Batista	1992	17000	550
Lia Line	Nova Trento	1993	4000	1000 ^b
Contramão	São João Batista	1993	2000	110
Suzana Santos	São João Batista	1995	13000	360
Aye Aye	São João Batista	1996	1000	46
Villamonn	São João Batista	1997	300	40
Bárbara Kras	São João Batista	1998	7500	475
C&M Ind. Calc. LTDA	São João Batista	1998	2500	90
Um Terço	Nova Trento	2002	200	15
Menina Rio	São João Batista	2004	1800	Nd ^c
Leticia Costa	São João Batista	2004	2400	52
Di Valentini	São João Batista	2007	4000	224
Carmelita Diniz	São João Batista	2011	300	18

Fonte: ROSA (2014).

Por seu turno, a explicação para o fenômeno reside na capacidade de especialização produtiva do polo industrial em questão, atendendo exclusivamente a demanda do mercado interno, e não pelo ambiente gerado pela abertura comercial como querem fazer pensar Bonelli e Pinheiro (2008), entusiastas da abertura. De fato, Costa e Passos (2004) demonstraram que o ambiente de abertura causou grandes transtornos, principalmente, as principais firmas brasileiras por impedir que as exportações, mediante a agudeza da sobrevalorização cambial, encontrassem demanda nos mercados externos.

Interessa-nos ressaltar que, em análise ao quadro 02, é possível observar um movimento de expansão do polo com a abertura de inúmeras firmas correlatas, ou “movidas”, conforme denominou Perroux (1977). No andamento dos seus processos produtivos as firmas motrizes tendem a gerar

os chamados *spillover*¹s, movimento que faz crescer a demanda de insumos e serviços que atuam como incentivos a formação de um segundo grupo de firmas geograficamente localizadas e encarregadas de suprir a expansão da demanda requerida pelas firmas motrizes.

Quadro 02: Principais firmas correlatas da indústria de calçados de São João Batista – SC

Empresa	Ramo de atuação	Ano de fundação
Cartonagem Batistense	Embalagens	1969
Cartonagem Puel	Embalagens	1986
Vgessele Embalagens	Embalagens	1991
Plastsetti	Solados injetados	1996
Polisola	Solados Injetados	1997
Ind. E Com. De Papel	Embalagens de papel	1998
SJB Solados	Solados Injetados	1999
Formatt embalagens	Embalagens	2011
Company Embalagens	Embalagens	2002
J3D/Hipper	Solados Injetados	2002
Quimicola	Materiais químicos	2005
Solabelle	Solados injetados	2005

Fonte: Rosa (2014).

De posse do quadro acima assinalado, destacamos que na sua concepção estrutural geral a produção está assentada sob, aproximadamente, 406 firmas ligadas a fabricação de calçados, significando dizer que a região sedia nada menos que 66% das forças produtivas catarinenses responsáveis pela produção de calçados, condição que a coloca como a principal aglomeração geográfica da produção desse produto no estado de Santa Catarina.

Desse quadro total, estimativas apontam para um total de 325 firmas ligadas diretamente a produção propriamente dita, destacando-se a significativa participação das micro e pequenas empresas que atingem 97% do total, o restante é completo por firmas de médio porte (ROSA, 2014).

No seu entorno estão sediadas aquelas firmas correlatas à atividade principal que perfazem cerca de 80 empresas, das quais se destacam as

¹ Os chamados *spillovers* são movimentos de transbordamentos que emanam a partir de uma indústria motriz e se fazem sentir noutros setores industriais, comerciais e de distribuição.

prestadoras de serviços (limpeza, mecânicos industriais, transporte de funcionários), comércio (atacados, lojas de aviamentos e sintéticos), cartonagem (caixas e embalagens), insumos químicos (colas, corantes e vernizes) e fornecedoras de saltos e solados que, excedendo a oferta da demanda local, buscam ligações comerciais para fora da região produtora da qual fazem parte, configurando-se na segunda maior carreadora de prestígio regional.

Na sua expressão geográfica, a região é reconhecidamente uma produtora de calçados direcionada ao público feminino, seus produtos são desenvolvidos com marcantes ligações com as tendências da moda, é o que se convencionou chamar de “calçados tipo modinha” (ROSA, 2014), ou *fast fashion*, esta última acepção de empréstimo do setor de vestuário.

É de suma importância assinalar que nesse nicho específico de mercado ligado a moda, a produção limita-se a pequenos lotes, tem duração de produção entre dois e três meses, já que sofrem constantes modificações incrementais visando, sobretudo, mudar a aparência dos calçados com a renovação de materiais e adornos. Dai a produção regional não sofrer com as tão propaladas importações asiáticas, pois, esse tipo de coleção tende a permanecer em vigor exatamente o tempo médio de traslado das mercadorias de outros sítios mundiais, cerca de três meses, o que finda em incapacitar as investidas de produtos importados.

Como reflexo dessa especificidade produtiva, a região tem no mercado nacional seu principal palco de atuação comercial, já que direciona 89% de sua produção a este nicho de mercado específico. Por conseguinte, Rosa (2014) constatou em seu estudo que, no mercado nacional, a região Nordeste é também aquela de maior importância para o escoamento da produção regional, situação que a primeira vista parece apresenta-se como um paradoxo, já que é naquela porção do território nacional onde estão instaladas unidades de produção de importantes firmas de envergadura nacional, vale lembrar, principal característica da reestruturação da indústria nacional de calçados pós-década de 1990.

No entanto, ainda conforme nosso autor, esta especificidade distributiva dá-se pelas características geográficas daquela região, o que torna o Nordeste do país num sedutor atrativo ao escoamento produtivo por, pelo menos, dois quesitos básicos. O primeiro deles está ligado ao condicionante geográfico da invariabilidade climática, condição que proporciona aos empresários uma produção de “tocada continuada” de calçados do tipo sandálias abertas, que como se sabe, consiste num produto com poucas variações de etapas produtivas, baixa quantidade de insumos, de baixo custo

e grande aceitabilidade já que se moldam as características de uso da região com altas temperaturas.

O segundo grande atrativo está atrelado à inexistência de paradas da produção, por ser de tocada continuada, as firmas não precisam adequar a produção aquelas típicas trocas de coleções ligadas as diferentes estações do ano. Por sua vez, está condição finda em evitar gastos com máquinas e equipamentos específicos à produção das coleções de inverno, além de evitar treinamentos dos trabalhadores em adequações às novas habilidades requeridas pelas variadas linhas de produtos.

No que diz respeito aos produtos, salvo iniciativas bastante isoladas ligadas a confecção de calçados com marcas próprias, no geral, ainda é muito presente na região em apreço a prática do sistema *private label*, sistema no qual as fábricas atuam como produtores contratados ligados a clientes detentores de marcas próprias. Esse quadro é potencializado pela crescente tendência varejista que vem se colocando como importante estratégia nos mais diversos segmentos econômicos do país, notadamente, encontrando no concorrido mercado calçadista uma vasta área a explorar.

Outro pressuposto bastante marcante na região diz respeito à flexibilização da produção, enquadramento típico de terceirização produtiva. Nesse sentido, a terceirização destina-se a partes do processo produtivo como costuras, colagens de saltos, forros, etc; e toma forma mais acabada nos chamados ateliês familiares, firmas caracterizadas pela reduzida estrutura fabril e, na sua quase totalidade dos casos, empregando unicamente mão-de-obra familiar infantil e feminina.

Importa-nos dizer que tais estruturas passaram a ganhar mais espaço no quadro estrutural regional pós-década de 1990, resultando como um dos principais mecanismos da reestruturação produtiva do setor calçadista de São João Batista, movimento entronizado, sobretudo, pela busca de mão-de-obra a preços mais baixos e enxugamento das estruturas de produção, movimento de reestruturação defensiva se comparado aquele da década de 1970.

Normalmente surgidos dos quadros de ex-funcionários das firmas da região, os ateliês significaram um sobre fôlego a indústria regional de calçados por possibilitarem a externalização de setores produtivos inteiros (corte, costura, colagem, etc.), em boa medida, desafogando as firmas por possibilitar corte de custos com o quadro de trabalhadores sem acarretar em perdas na produção, processo que, ao cabo, visa maior retorno do capital.

CONCLUSÕES

Como proposto em colocações iniciais, o presente ensaio buscou fazer uma análise do setor calçadista desenvolvido em São João Batista com base nos pressupostos teórico-metodológicos respaldados pela categoria de Formação Sócio Espacial. A partir desse importante ferramental, foi possível elencar os condicionantes que, em atuação dialética, forneceram as bases para a futura industrialização voltada à produção calçadista na região em tela.

Desse modo, com base na categoria em apreço ressaltamos a seminal importância da localização geográfica de assentamento da colônia, as características físicas e químicas das terras, bem como a organização produtiva fundamentada na pequena produção mercantil, condição primeira para a formação de um mercado consumidor propiciado pela função de “nó de passagem regional” desempenhado pela cidade, condições dadas que favoreceram o desenvolvimento de atividades artesanais ligadas ao trabalho com o couro, nomeadamente, estopim para a manufatura dos calçados.

Outrossim, a formação de uma região produtora aos moldes de um “polo de crescimento” se deu pela singularidade da produção desenvolvida na formação sócio espacial regional. A inviabilidade de atuação internacional provocada pelo baixo desempenho estrutural das pequenas fábricas da região findou em forçar o direcionamento da produção ao atendimento do mercado nacional, condição que, futuramente, mostrar-se-ia como requisito *sine qua non* para driblar a crise observada no cenário nacional pós-abertura comercial da década de 1990.

De outro modo, a especialização produtiva como condicionante geográfico da produção fez resultar numa região voltada exclusivamente para a confecção de calçados femininos ligados as variações da moda, marcante característica que atua como blindagem ao embate direto com produtos fabricados noutras regiões brasileiras e aqueles importados a preços mais convidativos.

Por fim, quando vista a luz da categoria de Formação Sócio Espacial, a indústria de calçados de São João Batista mostra-se como uma singularidade geograficamente localizada que foge a qualquer homogeneidade de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, Regis; PINHEIRO, Armando Castelar. Abertura e crescimento econômico no Brasil. In: BARROS, Octávio de; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Brasil globalizado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 86-123.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: CNG, mar./abr., 1964.

COSTA, A. B. da; PASSOS, M. C.. **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.

JABBOUR, Elias. **China Hoje: Projeto nacional, desenvolvimento e Socialismo de mercado**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. 456 p.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MAMIGONIAN, Armen. **A indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas consequências na vida urbana**. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, 1960.

_____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 27, n. 3, p. 387-481. Rio de Janeiro, jul./set., 1965.

_____. Indústria. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

_____. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria A. A. (Org.). **Mundo do Cidadão, um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MAURICI, D. de B. **São João Baptista do Alto Tijucas Grande**. Blumenau: Odorizzi, 2008.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e Economia natural**. Rio de Janeiro. ISEB, 1957.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

ROSA, Helton Rogério da. **Gênese, desenvolvimento e reestruturação da indústria calçadista de São João Batista**. 2014. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método*. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012. Cap. 01. p. 21-32.

SEABRA, Fernando; LINS, Hoyedo N.; CARIO, Silvio A. F.. Arranjo produtivo de calçados da região do vale do Tijucas. In: CARIO, Silvio A. F. et al (Org.). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Terra, 2008. p. 115-148.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos “sistema-mundo” como movimento do saber. In: VIEIRA, Pedro Antônio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 17-28.

A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR¹

Nayara Fernanda dos Santos²

Pierre Costa³

Karla Rosário Brumes⁴

RESUMO

Cada vez mais o processo de globalização se faz presente na vida das pessoas. Foi através da criação de novos aparatos tecnológicos como a internet que possibilitou com que os indivíduos passem a ter acesso a informações em tempo real. Assim o presente artigo enfocará a respeito da globalização presente no espaço geográfico, abordando a chegada de empresas estrangeiras inseridas no espaço urbano de Araucária situada na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Pois com o desenvolvimento das técnicas muitos territórios dos países em desenvolvimento como o caso do Brasil começou a ser atrativo para a implantação dessas indústrias internacionais. Através do processo de globalização o capital passou a ultrapassar as fronteiras, se internacionalizando, tanto de forma visível como invisível, adentrando o espaço geográfico e estabelecendo seus tentáculos. Assim o território da Região Metropolitana de Curitiba dando mais atenção ao Aglomerado Metropolitano começou a receber a partir da década de 1990 várias empresas de capital estrangeiro. Para melhor compreensão do tema proposto recorreremos a fontes bibliográficas concernentes ao tema proposto que assim nos possibilitaram o entendimento do processo de globalização e como a mesma se faz presente no território do município de Araucária/Paraná.

PALAVRAS CHAVES: Espaço geográfico; território; globalização; internacionalização do capital; Araucária (PR);

¹ Nível do trabalho: Mestrado. Trabalho realizado na disciplina Elementos de Epistemologia da Geografia, oriundo da dissertação que ainda está em fase de desenvolvimento.

² Licenciada em Geografia e Mestranda em Geografia pelo PPGG da Unicentro (PR).
snayara23@yahoo.com.br.

³ Professora do Departamento de Geografia e do PPGG da Unicentro (PR) – Brasil
kbrumes@hotmail.com.br.

⁴ Professora do Departamento de Geografia e do PPGG da Unicentro (PR) – Brasil
kbrumes@hotmail.com.br.

INTRODUÇÃO

Vários estudiosos e cientistas deram atenção ao tentar descrever o espaço geográfico, sendo que ele está formado pelas categorias; território que no decorrer do artigo trataremos com mais atenção, e por paisagem, lugar, espaço e região. Segundo Filho (2009), explica que embora as origens da geografia científica remonte desde o século XIX, já existia um pensamento geográfico desde a Antiguidade. Assim a elaboração de representações e de discursos referentes ao espaço não era monopólio da geografia acadêmica, mas uma atividade que se realiza em qualquer época e em todos os campos da cultura, pois sabemos que toda sociedade precisa conhecer o espaço em que habita tanto para controlá-lo como para tirar dele a sua forma de sobrevivência.

Para Pereira (2006) o homem não pode se conceber fora do espaço, tudo o que o homem realiza faz parte do espaço. Assim o espaço se constrói no concreto e também no imaginário; ele é o referencial primeiro e último do homem, ele abriga todas as criações naturais e humanas. Segundo Pereira (2006, p. 34), explica o que Kant pensava sobre o espaço:

Em Kant, a idéia de espaço surge como “condição de possibilidade” e fundamentaria na França no final do século XIX, a escola possibilista, criada por Vidal de La Blache (1845-1918), segundo a qual o espaço oferece possibilidades ao homem que o explora de acordo com o seu desenvolvimento técnico-científico e as suas necessidades.

Outro autor que fala sobre o espaço é Marx, para ele o espaço passa a ser entendido e reconhecido como sendo um resultado da produção, pois a natureza passa a ser vista como modificada através da ação do trabalho do homem, todas as ações humanas não podem ser vistas como sendo comandadas pelas diferenciações naturais dos espaços de acordo com a visão determinista. Percebemos que o espaço dentro da sistematização da ciência geográfica passou por várias discussões, assim podemos entender que o espaço geográfico sempre está em processo de transformação (PEREIRA, 2006).

Corrêa (2011) explica que o espaço geográfico ou simplesmente espaço pode estar associada a uma porção específica da superfície da terra, identificada tanto pela natureza, ou como um modo particular de como o homem deixou as suas marcas, ou apenas como localização. E a palavra espaço também está associado em diferentes escalas, podendo ela ser global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa ou até mesmo de um cômodo interior. Assim compreendemos que é dentro do espaço geográfico que as coisas acontecem, pois nele estão inseridos tanto o meio

natural como meio técnico, bem como onde a globalização encontra lugar para se estabelecer e conquistar mais territórios.

Com a criação de novos aparatos tecnológicos a partir do processo de globalização, foi possível que vários territórios passassem a se desenvolver e o capitalismo adentrasse outras fronteiras além dos países desenvolvidos, como é o caso do Brasil. O território nacional passou por grandes transformações econômicas, políticas e também sociais nas últimas décadas, refletindo dentre outros elementos, num grande desenvolvimento e crescimento industrial brasileiro e na sua internacionalização (SINGER, 2001). Assim o território paranaense a partir da década de 1990, começa a se inserir neste processo de internacionalização do capital, pois várias empresas de capital estrangeiro começam a se instalarem no estado, e assim também ocorre em Araucária.

Dentro desta perspectiva o presente artigo tem como objetivo entender o processo de globalização e internacionalização no município de Araucária/PR a partir da chegada de empresas estrangeiras. Para buscar subsídios para o propósito deste artigo, em um primeiro momento foi realizada a busca em fontes bibliográficas concernentes ao tema que assim nos possibilitaram a compreensão do processo de globalização e como a mesma passou a ultrapassar as fronteiras adentrando os territórios. Em seguida buscamos entender como que a globalização modificou o município de Araucária/PR a partir da chegada de empresas estrangeiras.

A GLOBALIZAÇÃO E A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Para Suertegaray (2001), a Geografia vista como área do conhecimento sempre expressou desde a sua autonomia, a sua preocupação em relação à busca pela compreensão da relação entre o homem e o meio. Dentro desta perspectiva ela se diferenciou das outras ciências. Como a geografia busca entender essa interrelação entre o homem e o meio do qual o mesmo faz parte ela teve como objeto de estudo o espaço, que nas palavras de Milton Santos (2006, p. 39) o espaço geográfico constitui um Sistema de objetos e um Sistema de ações que está formado da seguinte forma:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro,

idades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Assim o espaço geográfico está também formado por algumas categorias como natureza, sociedade, tempo e espaço. Suertegaray (2001), fala que quando Milton Santos refere-se a espaço-tempo como sendo categorias indissociáveis, faz com que nos possibilite uma reflexão sobre o espaço como coexistência de tempos. Assim a mesma autora relata que em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultados estes devido a inserções diferenciadas do lugar tanto no sistema como na rede mundial, que seria assim entendido como sendo o mundo globalizado, por fim resultaria em diferentes ritmos e coexistência nos lugares.

A partir do processo de globalização onde foi possível a criação de várias tecnologias como suporte para o desenvolvimento dos territórios é possível verificarmos que nem todos os territórios recebem o mesmo grau de desenvolvimento, tanto tecnológico como industrial. E é dentro desta perspectiva que o município de Araucária juntamente com mais 11 municípios formam o Aglomerado Metropolitano de Curitiba¹ e se destacam, por se modernizarem e receberem as novas tecnologias tanto da informação como para o melhoramento de seu território, fazendo assim com que as empresas estrangeiras apostassem fortemente em sua área industrial.

De acordo com Videira (2009, p. 37), “a discussão do conceito “globalização” perpassa diferentes áreas do saber; no entanto, poucas têm se dedicado tanto a compreender suas manifestações ou seus reflexos no espaço geográfico como as ciências humanas, com destaque à Geografia”.

Para Lacerda (2001, s/p), fala que não tem um consenso sobre qual é o conceito da globalização, pois:

(...) não há dúvida de que esse é um fenômeno complexo que assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais- produtiva-real, monetária-financeira, comercial e tecnológica. Não obstante, parecem haver dois elementos comuns à dinâmica do sistema econômico mundial, independentemente da esfera, que são a aceleração da internacionalização e o acirramento da competição. A

¹ Entendido como uma expansão da mancha urbana da cidade de Curitiba, que jamais pode ser confundida com a RM institucionalizada, com limites territoriais estáticos (Garcia, 2006). Ele está formado pelos municípios Curitiba, Almirante Tamandaré, **Araucária**, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

globalização é um conceito novo e útil à medida que envolve a sincronia desses dois elementos.

Mas foi durante a Guerra Fria nos anos de 1946 a 1989 que o capitalismo teve seu desenvolvimento intensivo e extensivo pelo mundo. Devido à nova divisão internacional do trabalho, flexibilização dos processos produtivos entre outras atividades do capitalismo em alcance internacional, as empresas, conglomerados transnacionais e as corporações conseguem garantir supremacia perante as economias nacionais, elas passam então a constituir os agentes e produtores da internacionalização do capital (IANNI, 2004).

É dentro desta internacionalização do capital que encontramos a formação, diversificação e também o desenvolvimento do que podemos chamar de “fábricas globais”, pois no contexto do desenvolvimento da economia mundial o mundo passou a ser visto como uma fábrica, como já comentado o modo de produção deixou de ser restrito apenas a alguns lugares, intensificando e generalizando todo o processo de dispersão geográfica da produção, ou até das forças produtivas assim compreendendo o capital, tecnologia, força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e por fim o mercado (IANNI, 2004).

Ianni (2004, p. 63 e 64), relata o que é a internacionalização:

A rigor, a internacionalização do capital significa simultaneamente a internacionalização do processo produtivo. E é óbvio que essa internacionalização do capital produtivo envolve não só a idéia da fábrica global e do *shopping center* global, mas também a da internacionalização da questão social. Hoje, a internacionalização tem-se difundido não somente pelos círculos do capital mercadoria e do capital dinheiro, mas alcançou seu estágio final, a internacionalização do capital produtivo. Isto tem sido habitualmente denominado internacionalização da produção.

Videira (2009) ainda explica que com o final da Segunda Guerra Mundial começou a ocorrer várias transformações em escala mundial que irá marcar várias esferas tanto políticas, econômica, jurídica, institucional, social, cultural e ambiental, geográfica, militar, demográfica e geopolítica, mas somente a partir da década de 1990 que a palavra globalização começou a responder por essas transformações.

Segundo Santos (2001), a globalização é considerada como sendo o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, e que para se entender é preciso levar em consideração o estado das técnicas e o estado das políticas. O autor explica que foi no final do século XX, devido ao avanço da ciência, foi produzido um sistema de técnicas presididas assim pelas

tecnologias da informação juntamente com outras passou a estarem presentes em todo o planeta.

Milton Santos (2001) relata ainda que, a globalização não é apenas a existência dessas técnicas, mas também são ações que asseguram a emergência de um mercado dito global. Inserido neste contexto os fatores que caracterizam a arquitetura da globalização atual empregada por Santos são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história que é representado pela mais-valia globalizada.

Santos (2001), explica que; a unicidade da técnica é quando uma nova técnica é criada para aperfeiçoar uma já existente, mas que os novos instrumentos técnicos estarão disponíveis para os novos atores hegemônicos e os não hegemônicos usam as técnicas antigas. Milton Santos (2001) ainda relata que a técnica da informação conseguiu envolver todo o planeta; e por convergência dos momentos é que podemos ter acesso no que está acontecendo em qualquer parte do mundo devido à criação das técnicas da informação.

Assim por motor único o autor explica que já existiu um país no imperialismo que comandava a economia, que imponha suas normas como o motor inglês, motor alemão, motor francês entre outros, mas que hoje existe apenas um, o motor da mais valia universal, pois nos dias atuais a produção ocorre em escala mundial, por intermédios das empresas mundiais que competem entre si; pois, esse motor único só foi capaz, de encontramos em outra escala da internacionalização como uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e também da informação. E por fim a cognoscibilidade do planeta mostra que com a criação dos novos aparatos tecnológicos é possível que o homem crie outros artefatos e modos de sobrevivência, além do que a natureza nos oferece (SANTOS, 2001).

Assim a partir do desenvolvimento das técnicas, vários territórios passaram a fazer parte do processo de internacionalização do capital proporcionado pela globalização. Segundo Andrade (2004), explica que nas ciências sociais o conceito de “território”, vem sendo trabalhado por geógrafos desde o século passado, e o autor cita Frederico Ratzel que estava preocupado com o papel que o Estado estava desempenhando no controle do território e também por Élisée Reclus que tinha como preocupação estabelecer as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado.

Os estudos do território passam a ter como base central as relações entre os agentes sociais, políticos e também econômicos, que acabam interferindo assim na gestão do espaço, pois a delimitação do território está baseada em relações de poder, domínios e apropriação nele contida. Dessa forma, entende-se que o território passa a configurar-se como uma porção concreta do espaço geográfico, onde é possível serem visualizadas as

condições ambientais e o modo de vida das populações que nele habitam (GIOMETTI et al, 2015). Concordamos com Andrade (2004, p. 19):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Segundo Raffestin (1993), o espaço é anterior ao conceito de território, pois o território se forma a partir do espaço, e assim é entendido como sendo o resultado de uma ação que é regida por um ator sintagmático que realiza um determinado programa em qualquer nível. O ator ao se apropriar de um dado espaço concreta ou abstratamente, podendo ser pela representação ele acaba por territorializar o espaço. Raffestin (1993) *apud* Lefebvre (1978, p.258), relata como é a passagem do espaço para o território sendo “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc”. Raffestin (1993), diz que o sentido de território dentro dessa perspectiva que Lefebvre mostrou é de um espaço onde nele se projetou um trabalho, tanto por energia como por informação, e onde ocorrem relações de poder.

Raffestin (1993, p.144) ainda diz que:

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Dentro desta perspectiva abordada por Raffestin percebemos que as empresas de capital estrangeiro que se estabeleceram no município de Araucária, são entendidas como sendo uma área de representação tanto de poder das grandes corporações estrangeiras como também de produção desse território.

Firkowski (2009, p. 80) fala ainda que:

(...) nos anos de 90, evidencia-se uma nova lógica de localização das atividades industriais, que se traduz pela

ampliação das condições gerais de reprodução do capital – antes restritas à Curitiba – para o aglomerado metropolitano. Segundo essa lógica, novos espaços são apropriados pela indústria, com destaque para a automobilística, que agora tem necessidades e características diferentes. Tais fatos demandam que novos territórios sejam criados para recebê-las, em razão de suas especificidades técnicas e organizacionais, fazendo com que as mesmas se reúnam em distritos, diferenciados dos existentes anteriormente.

Segundo Nojima et al (2009) relata, alguns fatores foram preponderantes para que muitas indústrias de capital estrangeiro passassem a investir intensamente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC)¹, principalmente as montadoras de carros e suas empresas colaboradoras. A economia do estado do Paraná passa a aproveitar as condições macroeconômicas que são muito favoráveis, como a estabilização monetária e o retorno do investimento direto estrangeiro, pois ao programar uma política de atração industrial que se baseava no resgate do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), e que se combina com importantes vantagens locais endógenas tanto com proximidades do mercado do sudeste e do Porto de Paranaguá, mais a oferta de infraestrutura em termo de energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias fica mais fácil, dando início para que grandes corporações fossem implantadas no estado como na RMC. Dentro desta discussão Nojima et al (2009, p. 189) diz que:

Embora, na década de 1990, o maior montante de investimentos no Paraná tenha se centrado no Setor Industrial, ocorreram mudanças significativas nos demais setores econômicos, especialmente na RMC, que absorveu maior volume das inversões públicas e privadas. A instalação de novos e mais modernos empreendimentos ampliou a demanda por serviços e produtos de maior especialização, muitos dos quais viabilizados por capital internacional e voltados ao mercado global.

Após várias transformações algumas áreas do Paraná passaram a ter grandes investimentos estrangeiros, como o município de Araucária que se

¹ É formada por 29 municípios sendo: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, **Araucária**, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná (COMEC, 2014).

insere nas estratégias de desenvolvimento industrial da RMC; pois, a mesma tinha uma área com melhores características locacionais em semelhança com a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), para que ocorresse a instalação da refinaria de petróleo em (1977) e também a criação do Centro Industrial de Araucária (CIAR), no ano de 1973 (SILVA, 2006).

Araucária (1999) fala que o CIAR foi criado em agosto de 1973, para que o mesmo orientasse a industrialização que deveria se suceder com a vinda da Petrobras. No começo foram destinados 21,4 hectares de área para que assim outras empresas conseguissem se instalar, aproveitando dessa forma as matérias-primas. Produtos finais e outros serviços destinados para a refinaria e para o seu universo produtivo.

O município de Araucária como já citado no início do artigo, faz parte da RMC, e também do Aglomerado Metropolitano. Dessa forma a industrialização de Araucária e do estado paranaense começou a ocorrer a partir da década de 1970. Essa industrialização ocorreu devido à implantação das empresas multinacionais no Paraná, em especial as indústrias do complexo metal-mecânico, concentradas em Curitiba, que se tornou a área industrial mais importante do estado, fato este que contribuiu grandemente para as transformações que ocorreram no município de Araucária; pois até o início da década de 1970, Araucária era considerada um município agrícola, em um centro industrial secundário (NEGRELLI, 2004).

Tanto o estado do Paraná como Araucária passaram por dois momentos de industrialização que foi decisivo para a chegada das indústrias de capital estrangeiro, sendo na década de 1970, período este que ocorre a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em Curitiba e do Centro Industrial de Araucária (CIAR) em Araucária. O segundo momento foi na década de 1990 quando ocorre a implantação de diversas indústrias, em especial as do setor automobilístico e que estavam localizadas no Aglomerado Metropolitano de Curitiba (NEGRELLI, 2004 *apud* FIRKOWSKI, 2001).

Recentemente Araucária se destaca como sendo um dos principais pólos industriais existentes na Região Sul do país, onde é possível ter a presença tanto de indústrias e empresas de diversos segmentos, como papel, madeira, plástico, argila e também da petroquímica e agroindústria. Assim as principais empresas que se encontram instaladas em Araucária são: AGIP Brasil; Berneck; Brafer; Brasken; Cia. Ipiranga; Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); Gerdau; Gonvarri; Novozymes; Petrobras Distribuidora; Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR); Synteko White Martins; Ultragas; Vale Fertilizantes (REVISTA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, 2015). A partir disto percebe-se que no solo urbano de Araucária existem empresas tanto nacionais como internacionais, fato este possível devido ao processo de globalização que com a inserção dos novos aparatos tecnológicos e a proximidade de Araucária com a capital paranaense fez com que atraísse vários tipos de capital.

É no Aglomerado Metropolitano de Curitiba que é possível identificar com maior destaque a internacionalização do capital, e as modificações causadas pelo processo de globalização. Pois os municípios que formam esse aglomerado estão localizados perto da capital, e também das rodovias que dão acesso ao Porto de Paranaguá, bem como é possível notar a presença das tecnologias da informação presentes e dando suporte a esta área para que o desenvolvimento industrial continue se fazendo presente nestes municípios, sempre os transformando. Assim como outros municípios que fazem parte do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, o município de Araucária também é muito favorecido em relação ao Porto de Paranaguá, pois sua localização é de grande importância para que o município consiga receber cada vez mais fábricas em seu parque industrial.

Segundo a Revista da Região Metropolitana de Curitiba (2015), o estado do Paraná tem um dos mais modernos sistemas de telecomunicações de todo o Brasil, conta com transmissão de alta capacidade, permitindo com que às empresas e as indústrias consigam ter maior agilidade e eficiência na comunicação. Em relação à internet além das empresas que atendem pelos diversos tipos de sistema de informação que existem na *web*, o governo paranaense criou em fevereiro de 2011, uma banda extralarga da COPEL, sendo uma tecnologia pioneira no país. Essa banda extralarga tem como função permitir com que o usuário tenha a transmissão simultânea tanto de voz como de vídeo com grande qualidade técnica, e elevado desempenho para que possam atender as empresas instaladas no estado. Dessa forma percebemos que a globalização está fortemente presente tanto no Aglomerado Metropolitano de Curitiba como no município de Araucária objeto de estudo deste artigo, pois os grandes conglomerados internacionais se deslocam para onde o capital se desenvolva de igual forma ao país de origem.

CONCLUSÕES

O espaço geográfico é um lugar de transformações a todo instante, seja ela de cunho natural, ou pela intervenção do homem, mas sabemos que com o processo da globalização oriundo das atividades capitalistas de produção, fez com que os territórios se aproximassem uns dos outros, modificando assim todo o dinamismo já existente em alguns territórios. E a ciência geográfica como outras ciências do conhecimento, tem se destacado para estudar esse processo que passou a modificar fortemente não só a economia dos países seja ele desenvolvido ou em fase de desenvolvimento, mas encurtou as fronteiras tanto da comunicação como da informação. E o município de Araucária bem como outros municípios que formam o Aglomerado Metropolitano, é possível notar a grande presença da globalização, pois com a chegada das empresas estrangeiras esses territórios precisaram se modernizar e melhorar as suas infraestruturas.

Enfim, não é possível dizer que não estamos inseridos no processo da globalização, pois o mesmo já se faz presente nos meios de comunicação, nas relações entre os diferentes grupos, na indústria; pois, com a criação da internet, as grandes corporações conseguem acompanhar a fabricação de determinado produto em tempo real, mesmo que a sua filial encontre-se em outro país ou continente. E Araucária devido a sua área industrial já está inserida fortemente neste processo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Correia, de. **Manuel. A questão do território no Brasil.** 2º edição. Editora Hucitec, São Paulo, 2004.
- ARAUCÁRIA. **Da madeira ao aço. A industrialização de Araucária.** Coleção História de Araucária, Museu Tingüi-Cuera – Vol.4
- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.** Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>>. Acesso no dia 17/12/2013 às 13h: 40min.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(org). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011
- FILHO, D.L. Luis. **Metodologia do Ensino de História e Geografia. Fundamentos Epistemológicos da Geografia.** Editora IBPEX, Curitiba, 2009.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/205/169>> Acesso no dia 28/05/2015 às 20h: 34min
- GARCIA, P. C. **Mônika. Transformações na estrutura produtiva do Aglomerado Metropolitano de Curitiba.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, 2006.
- GIOMETTI, R. D.B. Análuciaet al. Leitura do Espaço Geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território. In: Conteúdo e didática em Geografia. Disponível em: <<http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio%20Did%C3%A1tico/Ros%C3%A2ngela%20Cust%C3%B3dio%20Cortez%20Thomaz/Espa%C3%A7o%20Geogr%C3%A1fico%20Mundial%20-2015/22-04/texto-%20leitura%20do%20espa%C3%A7o%20geografico.pdf>>. Acesso no dia 02/06/2015.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** 12º edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
- LACERDA, Antonio. C. de. O Brasil na economia Globalizada. In: **Revista de Gestão & Planejamento.** V.1, nº.4 (2001).

NEGRELLI, J. Marcia. Dissertação de mestrado. **O papel do Estado e das indústrias na produção do espaço e da qualidade de vida no município de Araucária/PR.** Ano: 2004.

NOJIMA, Daniel et al. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. In: **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba.** Editora Letra Capital. Curitiba/Rio de Janeiro 2009.

PEREIRA, R. F. Maria. A geografia no pensamento Filosófico. In: Mercator-Revista de Geografia da UFC, ano 5, número10, 2006, p. 31 a 37.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Curitiba abril de 2015. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/RevistaComec_ABR_2015.pdf>. Acesso no dia 05/06/2015 às 22h: 09 min.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** 6º Edição. Editora Record Rio de Janeiro/ São Paulo 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** EDUSP. São Paulo, 2006.

SILVA, Madianita N. da **.Indústria e produção do espaço urbano em Araucária.** Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/viewFile/5142/7279>. Acesso no dia 21/10/2014 às 15h: 23min

SINGER, Paul. **Brasil– um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SUERTEGARAY, A. M. Dirce. Espaço geográfico Uno e Múltiplo. In: **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona.** Nº 93, 15 de Julio de 2001,

VIDEIRA, Sandra I. **Globalização financeira: Um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil.** Guarapuava: Unicentro, 2009.

PETRÓLEO, IMPERIALISMO E REVOLUÇÃO: PANORAMA DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA VENEZUELA

Gabriela Miqueloto schmitz¹
Lucas dos Santos Ferreira²

RESUMO:

O presente artigo tematiza o processo político denominado de Revolução Bolivariana, introduzido com a eleição para a presidência da Venezuela de Hugo Chávez em dezembro de 1998. Chávez se mostrou a opção mais viável frente aos estragos causados pelo neoliberalismo no país. A Revolução Bolivariana acarretou conjunto de transformações estruturais, dentre elas as chamadas missões bolivarianas, implantadas a partir de 2003 com a finalidade de fortalecer a democracia participativa. A Venezuela não foi o único país a se reestruturar, outros países deste continente também o fizeram e hoje cada qual com suas peculiaridades e necessidades, busca uma América Latina mais unida frente as ofensivas imperialistas.

PALAVRAS CHAVE: neoliberalismo; revolução bolivariana; petróleo; missões bolivarianas.

INTRODUÇÃO

As observações históricas evidenciam que a ascensão de governos nacionalistas na Venezuela e nos demais países latino-americanos (Brasil, Bolívia, Argentina, Peru, etc.) foi essencial para a realização de transformações internas estruturantes, bem como para a busca de uma América Latina mais unida, como era a vontade de Simón Bolívar, o libertador.

A partir de 1989 o imperialismo ianque passou a impor mais veementemente, em parceria com grupos oligárquicos latino-americanos, as ideias neoliberais. Como consequência uma série de privatizações destruíram a economia venezuelana e abalaram a soberania nacional. Essas transformações foram tão negativas que desencadearam uma grande revolta popular, o Caracazo; a desestabilidade generalizada fez com que nas disputas das eleições em 1998 Chávez fosse eleito como uma alternativa ao governo pró-imperialismo estadunidense e como uma possibilidade de estruturação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de alavancar efetivamente os

¹Graduanda em Geografia pela UDESC.E-mail: gabimiqueloto@gmailcom

² Professor Substituto do Departamento de Geografia da UDESC. Email: llucas.s.f@gmail.com

indicadores sociais venezuelanos. O povo venezuelano construiu sua história e continua a ser protagonista de todas as transformações e conquistas que dela emergem, tiveram o poder de escolha e assim escolheram como líder Chávez, um revolucionário movido por amor a sua pátria, onde mesmo diante do poder imperial permaneceu fiel a sua classe de origem.

Com base no paradigma interpretativo de formação sócio-espacial (Santos, 1978), tem-se por objetivo do presente artigo caracterizar em linhas gerais o processo em questão.

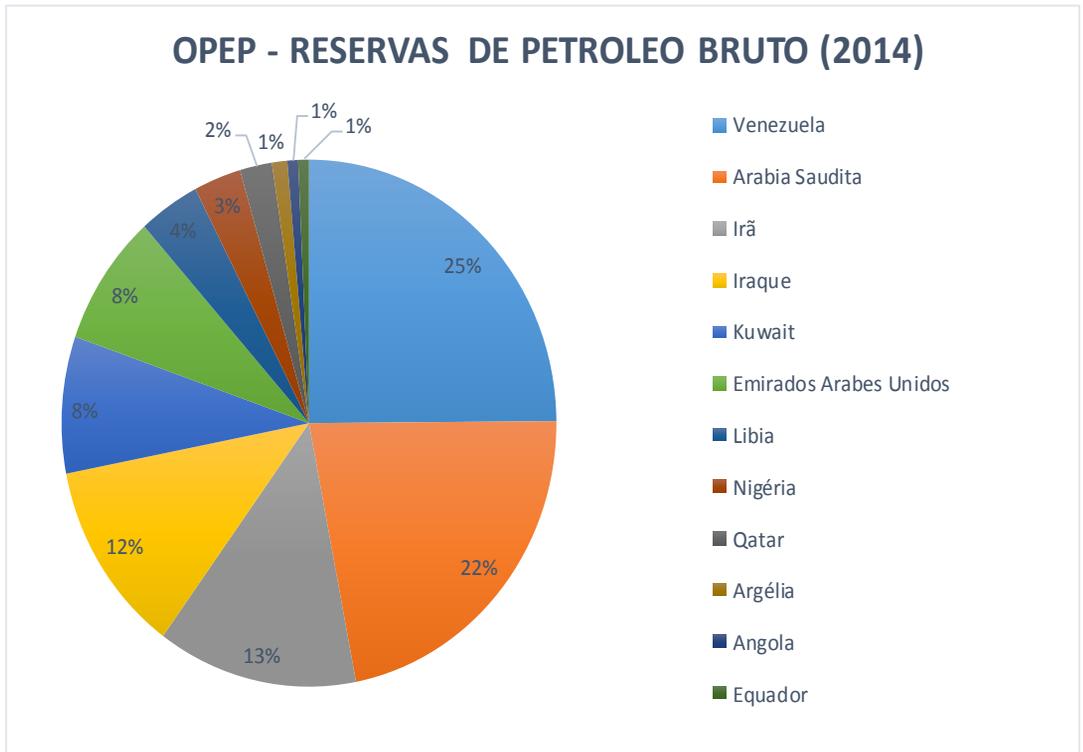
VENEZUELA ANTES DE 1999

A história da Venezuela foi modelada pela presença de grande volume de petróleo, a principal fonte de energia empregada na atualidade. Em 2014 a Venezuela foi considerada pela OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo - detentora da maior reserva de petróleo do mundo.

A Venezuela era um país agrícola, pouco povoado e com insignificante relevância na economia global. Com forte economia de subsistência e grandes fazendas comerciais que tinham como principais produtos de exportação café, cacau e gado. O descobrimento do chamado “ouro negro” em 1922 transformou de forma radical esse quadro. A exportação de café, cacau e gado foi reduzida de 58,1% em 1920 para 41,6% em 1925 e 7,1% em 1935, enquanto que no sentido contrário o petróleo elevava sua participação nas exportações: em 1920 era de 1,7% passando para 46,6% em 1925 e 86,1% em 1935 (TABELA 1). A população rural que em 1920 representava 85% da população total passa a decrescer continuamente em 1940, representando 70% do total, diminuindo para 37% em 1961, 20% em 1980, 9% em 2000 e 5% em 2015 (GRAFICO 2).

Segundo Maringoni (2004), com a descoberta do petróleo, o país passou a ser o segundo maior produtor de petróleo do continente, sendo os EUA o primeiro, e deixou de ser uma mera fazenda, com 85% de sua população no campo, para tornar-se um ponto nevrálgico no mundo. O petróleo passou a condicionar a evolução econômica, política, social e cultural do país. “Nas fases de tranquilidade, de elevação do preço do barril, ele amorteceu a luta de classes; já nos períodos de crise, atíçou as contradições sociais” (MARINGONI, 2004 apud BORGES, 2005, p. 51). Segundo Lander e Maya (2003), poucas coisas acontecem na Venezuela que não tenham ligação com o petróleo.

Gráfico 01: OPEP – Reservas de petróleo Bruto (2014)



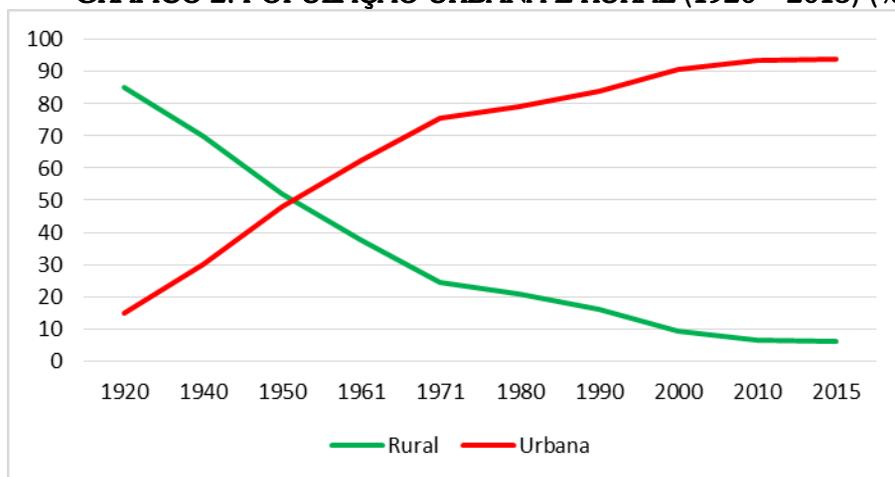
Fonte: OPEP

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES VENEZUELANAS (1920-1935) - (Milhões de bolívares):

ANOS	TOTAIS	PETROLÍFERAS	%	CAFÉ E CACAU	%	OUTRAS	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	58,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	41,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	37,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: BAPTISTA apud BARROS, 2006, p.212.

GRÁFICO 2: POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1920 – 2015) (%)



Fonte: *TAYLHARDAT E TROCONIS, 2000* (1920-1940); CEPAL (1980-2015); Dirección General de Estadística del Ministerio de Fomento, 1974 (1950-1971).

A maior prosperidade petrolífera teve início em 1973, pois nesse ano os países integrantes da OPEP adotaram como método uma série de embargos econômicos, que convergiram para o aumento dos preços internacionais do petróleo. Esses embargos garantiram que o preço médio do barril passasse de US\$ 3,71 em 1973, para US\$ 10,53 em 1974 e para US\$ 13,51 em 1988 (MAMIGONIAN, 2006 p.117;136).

Frente ao aumento constante do preço do petróleo os países exportadores foram extremamente beneficiados, entre eles a Venezuela, que nacionalizou o setor petrolífero em 1976, criando a Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA). Conforme Maringoni (2004) a estatal logo vem a se desviar do controle público, reduz as suas obrigações fiscais e fixa de maneira autônoma seu núcleo administrativo e política salarial.

As 15 concessionárias privadas existentes no país – entre elas a Exxon, a Shell e a Mobil – logo integraram seu organograma, atuando como filiais no negócio. Argumentando-se que a nacionalização não poderia acarretar grandes abalos, o governo decidiu manter praticamente a mesma estrutura administrativa até então existente. Formalmente, a empresa estaria subordinada ao Ministério das Minas e Energia (MME). No entanto, dado o porte e o crescimento da estatal, a partir de 1983, a situação se inverteu e a corporação rapidamente adquiriu autonomia não só diante do Ministério, como também era relação ao poder público. Logo a PDVSA tratou de limitar

seus deveres fiscais, mediante a criação de uma agenda cada vez mais divorciada do Estado. Rapidamente as grandes companhias transnacionais estabeleceram as estratégias de mercado da gigantesca petroleira venezuelana. Formalmente pública, a empresa distanciava-se cada vez mais de seus objetivos iniciais. Os próprios funcionários, mesmo os de graduação inferior, seguiam uma política salarial própria, criando um padrão de vida muito superior ao da maioria da população. (MARINGONI, 2004.p. 106)

Os benefícios do petróleo entre 1973 e meados de 1980 geraram na Venezuela a chamada “doença holandesa”. O barateamento das importações desfavorece a produção do mercado interno, pois os bens de consumo produzidos no país são mais caros do que os importados que levam a desindustrialização do país.

Entretanto o benefício do aumento do preço não durou muito, pois o ano de 1980, inserido no contexto recessivo da fase B do quarto ciclo de Kondratieff, é marcado pela desaceleração contínua da economia mundial, o que influiu diretamente na demanda do petróleo. Na incessante busca da valorização do preço do barril a OPEP desenvolve um conjunto de novas políticas. Para isso estabelece cotas mais rígidas de produção para cada associado, de modo a evitar a concorrência predatória. Mas as oscilações do mercado eram inevitáveis e a PDVSA tinha seu caixa cada vez mais violado e não conseguia desvencilhar-se da política imposta pela OPEP (MARINGONI, 2004).

O dia 28 de fevereiro de 1983, data que ficou conhecida na história como “sexta-feira negra”, representa a eclosão da crise da dívida externa na América Latina. Nesse momento, o “presidente da República, Luís Herrera Campins (1979 – 1984) fora obrigado a desvalorizar abruptamente a moeda nacional, o bolívar, como culminância de um processo que incluía, nos últimos anos, a queda substancial dos preços do petróleo, a disparada da dívida pública, que foi multiplicada por 10 entre 1974 e 1978, e o aumento dos juros para empréstimos internacionais. Rapidamente a cotação do dólar saltou de 4,70 bolívares para 7 bolívares. Estima-se que US\$ 8 bilhões tenham saído da Venezuela ao longo de 1983.” (MARINGONI, 2004. P. 106; 107). Em 1982 os quatro maiores devedores da América Latina durante o período anterior à crise eram o Brasil, Argentina, México e Venezuela que representavam 77, 8% da dívida externa da região. Durante os anos de endividamento acelerado, mais de 60% da dívida externa desses quatro países foram desviados para fuga de capital (PORTELLA FILHO, 1994).

TABELA 2: ENDIVIDAMENTO EXTERNO E FUGA DE CAPITAL NOS QUATRO MAIORES DEVEDORES DA AMERICA LATINA DA CRISE.

		Varição da dívida Externa Bruta (A)	Investimento Estrangeiro líquido (B)	Déficit em Conta Corrente (C)	Aumento Reservas Internacionais (D)	Fuga de Capital (E=A+B-C-D)
Argentina	1976-77	2,6	n.d.	-1,9	3,4	1,1
	1978-82	31,0	2,5	10,7	-0,8	23,6
Brasil	1974-77	19,6	5,6	23,8	0,5	0,9
	1978-82	51,2	10,4	57,5	-3,3	7,4
México	1976-77	8,8	1,2	2,7	-0,3	7,6
	1978-82	64,0	8,3	31,0	-0,5	41,8
Venezuela	1976-77	13,2	-1,0	-0,2	9,6	2,8
	1978-83	19,8	0,7	-9,3	-0,1	29,9

Fonte: PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. In: **Lua Nova**, nº 32, São Paulo, 1994.

Essa intensa fuga de capital tanto nacional como estrangeiro em meio a um incontrolável processo inflacionário diminuiu o poder de importação dos países periféricos, como os latino-americanos, assim como aumentou suas dívidas externas. Os Estados Unidos, preocupados com essa crise que começava a interferir negativamente nos seus interesses imperialistas, levou o *Institute for International Economics* a promover uma conferência em 1989, na qual foram convidados economistas de oito países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia) com o

intuito de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para sua superação. Diante dos representantes dos 8 países foi apresentado um documento, que continha dez propostas de reforma econômica, conhecidas como Consenso de Washington (BANDEIRA, 2002).

As propostas tinham como objetivo a estabilidade monetária, que deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Essas propostas consistem na aplicação de medidas como: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade. Somente mediante o cumprimento dessas medidas os países poderiam renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais (BANDEIRA, 2002, P.135). Os países latino-americanos em parceria com os setores entreguistas nacionais abraçaram as políticas do liberalismo comercial, e conseqüentemente ampliaram explosivamente suas importações e reduziram as exportações, que já prejudicadas pela valorização da moeda tinham ainda que enfrentar o protecionismo dos países desenvolvidos, as exportações da Venezuela, por exemplo, cresceram 34,5%, enquanto a expansão das importações chegou a 98,6% (TABELA 3).

Com a situação econômica descontrolada, em 1989, o presidente Carlos Andrés Perez firma um pacto com o FMI, reduz os gastos públicos, congela os salários e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade (BORGES, 2005). Essa atitude emergencial e de cunho neoliberal vai agravar o já conflituoso cenário político nacional e desencadear ainda nesse ano o famoso Caracazo.

TABELA 3: COMÉRCIO MUNDIAL – EXPANÇÃO NOS ANOS 90

Discriminação	Aumento nas exportações	Aumento nas importações
	1990-1997 (%)	1990-1997 (%)
Total mundial	60,1	58,7
Estados Unidos	74,7	76,1
Rússia –1992-1997	108,1	82,7
União Européia	38,3	27,2
Alemanha	24,2	27,4
Reino Unido	52,0	61,9
França	36,0	15,3
Itália	39,9	13,2
Holanda	25,6	23,8
Espanha	87,9	38,9
Ásia	147,2	141,9
Japão	45,9	43,9
Coréia do Sul	110,2	117,8
Indonésia	110,0	114,9
Filipinas	207,3	198,4
América Latina	84,3	160,8
Argentina	105,6	644,6
Brasil	68,8	188,6
Chile	101,2	154,0
México	140,6	134,7
Peru	110,5	195,7
Venezuela	34,5	98,6

Fonte: International Financial Statistics, FMI, Sept.1998, e Yearbook 1998.

Desde 1989 a crise tomava grandes proporções, gerando descontentamento generalizado. Três anos depois, em 1992, de dentro dos quartéis surge um movimento contra o governo, que é liderado por Hugo Chávez que tenta dar um golpe de Estado. Segundo Maringoni (2004) essa tentativa fracassa e Chávez sem saída se entrega e é preso; no entanto pede para fazer um pronunciamento à nação no qual chamava a responsabilidade do movimento militar para si.

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de paraquedistas de Aráguá e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porem já era

hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Ouçam minha palavra. O comandante Chávez lhes lança essa oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de serem alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado. (MARINGONI, 2004, P. 144)

Em 1994, Rafael Caldera, que já havia governado entre 1969 e 1974, retorna ao governo devido à evasão de capital causada pela insegurança econômica que forçou o governo a intervir em 13 bancos que equivalem a 37% do sistema financeiro nacional, gastando 12% do PIB, como uma tentativa de parar a queda das reservas do Banco Central e normalizar a economia (MARINGONI, 2004, P.156). Ademais o governo desvalorizou o bolívar, fixou o câmbio e desvalorizou os preços. Em setembro de 1994 a CORDIPLAN publicou um programa de recuperação econômica que trazia três objetivos, restabelecer os equilíbrios macroeconômicos, fortalecer o aparato produtivo interno e melhorar a qualidade de vida da população (SOUZA,2008, P.102). O último item seria alcançado mediante a redução da inflação, do fortalecimento externo da economia e desenvolvimento de atividades não petrolíferas, redução da taxa de desemprego e pobreza (GONZÁLEZ, 1997, P.187).

Essas medidas não deram resultados, a taxa de inflação subiu de 46% em 1993 para 71% em 1994, atingindo 106% em 1996 (GONZÁLEZ, 1997, P.200), os indicadores sociais continuaram a decair, o índice de desemprego passou de 8,7% em 1994 para 10,3% em 1995 e 11,8 em 1996. O índice de população que vivia na pobreza e extrema pobreza em 1994 era respectivamente 48.7% e 19.2% (CEPAL).

Segundo Souza (2008, P.106), entre 1993 e 1994 houve decréscimo do preço do petróleo no mercado externo, o que mais uma vez afetou as exportações e o mercado interno. Além disso, desde 1989 o câmbio estava valorizado, tornando os produtos importados mais baratos, que por sua vez competiam com os nacionais, deteriorando o setor produtor de bens de consumo, principalmente as pequenas e médias empresas. Essas dependiam do mercado interno de consumo bem como de créditos do setor financeiro estatal. Ademais, os setores ligados ao segmento exportador não conseguiam absorver toda a mão-de-obra disponível, aumentando o setor informal que era também concorrente com das pequenas empresas nacionais. Essas empresas

perdiam na concorrência e eram obrigadas a reduzir a mão de obra, o que gerou um cenário cada vez mais deteriorado.

A situação estava crítica, então em 1996 Rafael Caldera recorre ao FMI e abre a economia venezuelana a fim de atrair mais investimentos estrangeiros, inserindo-se por completo no modelo neoliberal estadunidense. Essa abertura faz com que a Venezuela deixe de seguir as políticas determinadas pela OPEP e aumente a produção beneficiando o imperialismo ianque.

No entanto os indicadores sociais continuam negativos. A taxa de desemprego se mantém quase que inalterada em 1996 é de 11,8% passando em 1998 a 11,3%, o número de pobreza decai em 1997 para 48.0%, mas no mesmo ano o índice de extrema pobreza aumenta para 20.5% (CEPAL).

Conforme SOUZA (2008), a Venezuela passava por uma crítica situação. Economicamente dependente dos recursos do petróleo, que por sua vez são muito instáveis, o país não dava conta de atender a mínima demanda da população, pois apesar da grande quantidade de recursos esses eram mal aplicados e a economia mal administrada.

A venda de hidrocarbonetos rendeu ao Estado, entre 1976 e 1995, cerca de 270 bilhões de dólares. A título de comparação, o Plano Marshall que, após a segunda Guerra Mundial, permitiu a reconstrução da Europa Ocidental, representava uma ajuda total de treze bilhões de dólares. Um pequeno país como a Venezuela recebeu, portanto, na qualidade de rendimentos petrolíferos, uma soma global equivalente a vinte planos Marshall.... Esta cifra astronômica não permitiu, todavia, dotar o país com infraestruturas mínimas, nem reduzir as escandalosas desigualdades sociais... (Azeredo, 2003, p.118)

O momento econômico pelo qual a Venezuela passava era complicado, o preço internacional do petróleo estava num patamar muito baixo, equivalia a US\$ 10.88 por barril. Diante da crise econômica que perdurava gerando forte descontentamento popular e descrédito com os políticos vinculados a tradição neoliberal, o Comandante Hugo Chávez caracterizado como nacionalista e progressista, foi eleito presidente da república em dezembro de 1998. Ao assumir o poder propõe uma série de programas econômicos, o primeiro buscava a estabilidade econômica e o segundo se constituía de 49 leis que tinham a meta de diversificar as exportações e melhorar as condições de vida da população nacional.

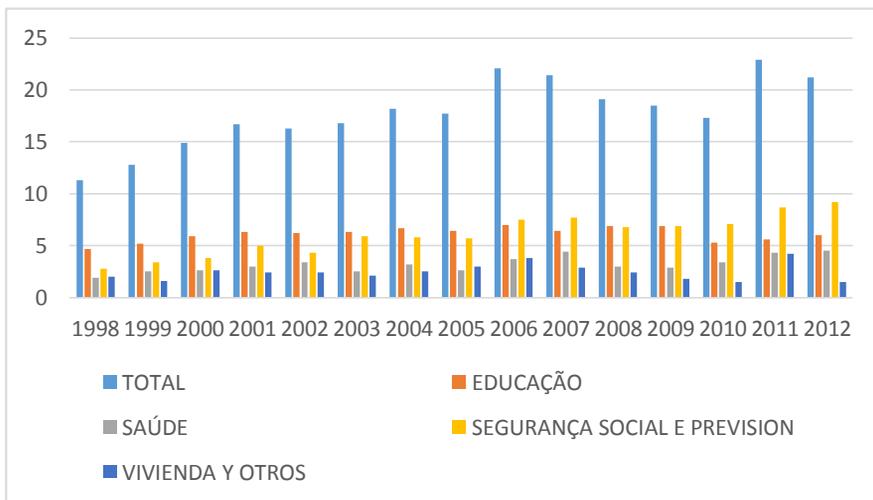
A VITÓRIA DE CHÁVEZ: A (RE) ESTRUTURAÇÃO DA VENEZUELA

Após vencer a eleição para a presidência da Venezuela em 1998, Hugo Chávez convocou através de um decreto presidencial a instalação de uma Assembleia Constituinte, cujo objetivo seria a elaboração de uma nova constituição para a “refundação da Venezuela” que, entre outras medidas, mudava o nome do país para República Bolivariana da Venezuela. A nova constituição foi aprovada em dezembro de 1999 pela maioria do povo, e no primeiro artigo consta:

Artículo 1. Venezuela se declara República Bolivariana, irrevocablemente libre e independiente y fundamenta su patrimonio moral y sus valores de libertad, igualdad, justicia y paz internacional, en la doctrina de Simón Bolívar, el Libertador. Son derechos irrenunciables de la Nación la independencia, la libertad, la soberanía, la inmunidad, la integridad territorial y la autodeterminación nacional. (Venezuela, 1999)

A nova constituição propõe grandes transformações sociais, estabelecendo um modelo de democracia participativa que visa garantir a distribuição de poder e a justiça social construindo dessa forma uma sociedade com iguais direitos e deveres. Ao mesmo tempo em que estabelece um regime econômico humanitário centrado na função social da economia e estabelecendo o papel do estado como regulador das relações econômicas. Em consequência desse estado que visa a qualidade de sua população, o gasto público com educação, saúde e segurança social passou a contar com uma porcentagem maior do PIB. No quesito educação os investimentos passaram de 4,7% em 1998 para 6% em 2012; quanto aos investimentos em saúde passou de 1,9% em 1998 para 4,5% em 2012; a segurança social foi de 2,8% para 9,2%, o que resultou em positivas transformações sociais.

GRAFICO 3: GASTO PÚBLICO SOCIAL TOTAL Y POR SECTOR COMO PORCENTAJE DEL PRODUCTO INTERNO BRUTO (PIB)

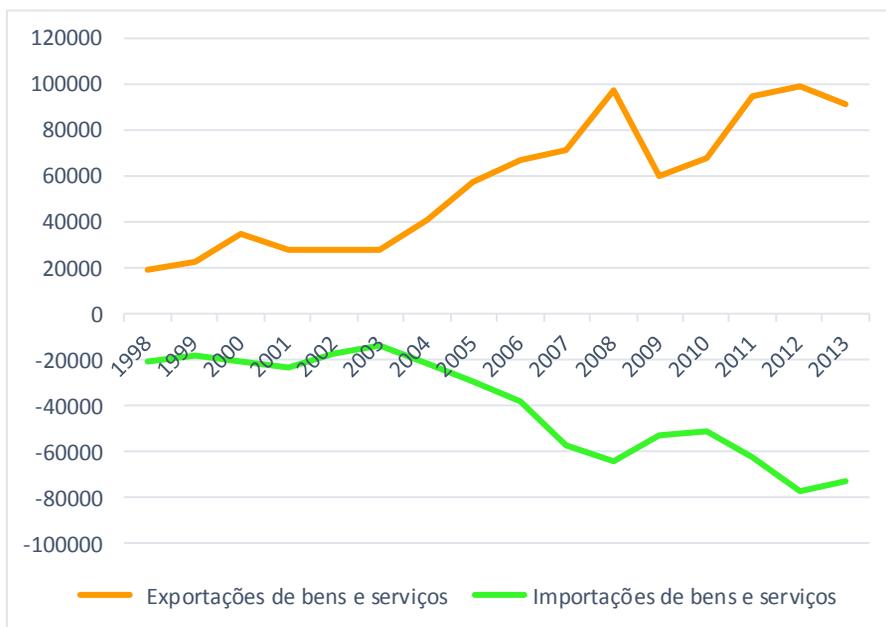


Fonte: CEPAL

Ao mesmo tempo em que a nova constituição entrava em vigor o governo Chávez também criou o FIEM, Fundo de Investimento para Estabilização Macroeconômica. Segundo Souza 2008, esse fundo seria composto pelos excedentes das divisas petrolíferas com a intenção de garantir as receitas petrolíferas durante as futuras quedas de preço ou de baixa quantidade exportada. Com esse fundo em um ano o déficit de US\$ 3,2 bilhões se reverteu em superávit de US\$ 3,7 bilhões em 1999. Essas medidas continuavam insuficientes para estimular os setores do mercado interno.

Em 2002 entrou em vigor uma nova Lei dos Hidrocarbonetos que substituiu a de 1943, com essa nova lei a PDVSA passou a ser de domínio exclusivo do Estado “Por mandato de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, la totalidad de las acciones de PDVSA pertenecen al Estado Venezolano, cuya representación es ejercida a través del Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo” (PDVSA, 2007, P.1), da mesma forma que todas as atividades relacionadas a indústria petrolífera passaram a ter a maioria dos acionistas do Estado. Essa nova lei obrigou que o refino fosse feito no país aumentando os investimentos e também o número de empregos (SOUZA, 2008).

Buscando a industrialização nacional para diminuir a dependência da economia venezuelana em relação ao petróleo evitando dessa forma a doença holandesa, no governo chavista a Venezuela aumentou as exportações e substituiu importações.

GRAFICO 4: BALANÇA DE PAGAMENTOS (MILHÕES DE DÓLARES)

Fonte: CEPAL

Assim, ao assumir a presidência Chávez reescreveu a constituição e integrou as forças armadas na atividade econômico-social através do Plano Bolívar que destinou 20.000 soldados sobre responsabilidade do estado para suprir deficiências nas áreas sociais (SOUZA, 2008). No ano de 2001 a assembleia nacional aprovou 49 leis elaboradas pelo governo que desenvolvem a reforma agrária, a garantia de soberania sobre o petróleo, protege a pesca artesanal, a responsabilidade social das entidades financeiras e o impulso ao cooperativismo (VENEZUELA, 2006, P. 8). É claro que oligarquia favorecida com o sistema anterior não ficou satisfeita. O que estabeleceu um conjunto de reações antidemocráticas para desestabilizar a república.

AS TENTATIVAS DE GOLPE

Em 11 de abril de 2002 houve a tentativa de um golpe de Estado contra Chávez. Essa tentativa fracassada foi retratada no documentário que ficou conhecido na América Latina como *La Revolución no Será Transmitida* (A Revolução Não Será Televisada) das cineastas irlandesas Donnacha O'Brian e Kim Bartley. A tentativa de Golpe teve todo apoio dos meios de

comunicação hegemônicos, que iniciaram uma forte campanha de desprestígio contra a PDVSA, questionando seus resultados e sua gestão. Alguns gerentes da empresa deram apoio às críticas e convocaram uma greve geral a partir do dia 9 de abril. Hugo Chávez em retaliação a elite pró-imperialista demitiu os gerentes que solicitaram a greve, nomeou um novo diretor para a empresa e iniciou um conjunto de manifestações em defesa da soberania venezuelana sobre o petróleo, em locais diferentes dos protestos pela greve (FARINELLI,2015).

No terceiro dia da greve, os manifestantes opositores mudaram o trajeto da marcha, o que causou temor por um possível confronto. Antes que isso pudesse acontecer, foram percebidos disparos contra as duas manifestações, que produziram 19 mortes, a maioria com tiros na cabeça. A oposição acusou o presidente Chávez pelas mortes e o exército invadiu o Palácio Miraflores na noite de 11 de abril, saindo de lá com o presidente preso. Horas depois, Pedro Carmona Estanga, líder dos empresários, jurava como presidente imposto pelos grupos que apoiaram o golpe, e dissolvia o Parlamento, a Corte Suprema, o Ministério Público e o Conselho Nacional Eleitoral. Porém, seu mandato durou algumas horas. Uma multidão de centenas de milhares de chavistas se reuniu nos bairros carentes de Caracas e foi até o palácio presidencial, exigir a restituição do presidente. O clamor popular levou alguns grupos militares a desobedecerem ao alto mando, o que permitiu o regresso de Chávez ao poder. (FARINELLI,2015.)

No final de 2002 os setores da oposição convocaram uma greve ilegal, na qual tinham o objetivo de desestabilizar economicamente a nação afetando os setores populares. Mais uma vez a tentativa de sabotar a produção petroleira falhou. A aliança entre um governo revolucionário com seu povo, somado a amplos setores das Forças Armadas, resultou na derrota da greve empresarial e na conspiração petroleira, o que permitiu a verdadeira nacionalização da indústria.

Mesmo que essas constantes tentativas de golpe não vieram a derrubar o governo bolivariano, a instabilidade gerada nesse período trouxe a recessão ao PIB da Venezuela. sob controle do próprio governo, afastando os diretores vinculados ao imperialismo norte americano, os quais para benefícios individuais forneciam petróleo da PDVSA por preços inferiores do mercado. Dessa forma foi possível impulsionar a Revolução Bolivariana (ALMENDRA, 2005).

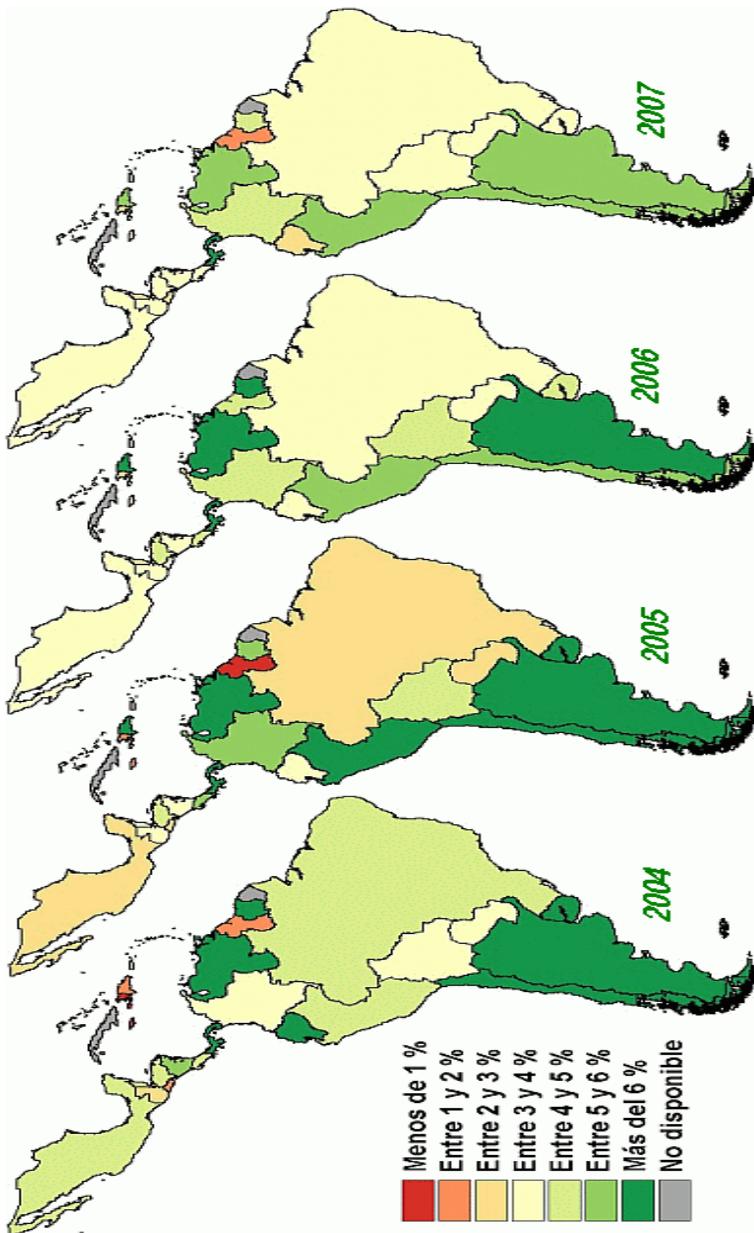
Diante dessas sucessivas derrotas, os setores antidemocráticos partiram para uma nova tentativa, dessa vez com bases legais onde foi convocado um referendo revogatório na Venezuela para consultar a continuidade dos mandatos de eleição popular a metade de seu período. Em agosto de 2004 Chávez foi aprovado pela maioria do povo venezuelano. Com esse “sim” ao seu governo, a revolução bolivariana adentra a uma fase de consolidação, no qual serão estabelecidas um conjunto de ações afirmativas, denominadas missões bolivarianas.

TABELA 4: PIB TOTAL E BALANÇA COMERCIAL DA VENEZUELA.

Ano	PIB total ^a	Varição anual do PIB (%)	Exportações ^b	Importações ^b	Balança comercial ^b	Preço do petróleo ^c	Reservas internacionais ^b
1998	42.066	0,3	17,7	16,8	1,0	10,53	14,8
1999	39.555	-6,0	21,0	14,5	6,5	25,08	15,4
2000	41.013	3,7	34,7	21,3	13,4	23,87	20,5
2001	42.405	3,4	26,3	18,7	7,6	19,90	18,5
2002	38.650	-8,9	26,7	13,6	13,0	28,66	14,9
2003	35.653	-7,8	28,1	14,0	14,1	30,17	21,4
2004	42.172	18,3	40,8	21,5	19,3	40,46	24,2
2005	46.524	10,3	56,8	28,9	27,9	58,98	30,4
2006	51.338	10,3	66,7	37,9	28,7	62,45	37,4

Fonte: SOUZA (2008)

MAPA 1: AMÉRICA LATINA - CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL



A IMPLANTAÇÃO DAS MISSÕES BOLIVARIANAS

Para que a doutrina de Simon Bolívar fosse concretizada e os valores de igualdade e justiça passassem a fazer parte da realidade dessa nova nação, agora com traços populares, em 2003 Chávez veio a implantar um conjunto de políticas públicas que foram denominadas Missões Bolívar.

As missões foram possíveis devido aos recursos da PDVSA, no qual à guerra dos EUA contra o Iraque em 2003, aliada a consequente diminuição de oferta de petróleo pela OPEP e elevação de preços do barril, US\$ 28,59 em 2003 para US\$ 37,93 em 2004, forneceu a Venezuela recursos financeiros suficientes para investir em escolas e hospitais públicos, promover a reforma agrária, abater impostos, aumentar o salário mínimo e desenvolver diversos projetos sociais.

Utilizando como padrão o mês de julho, para dessa forma estabelecer as comparações do valor do barril de petróleo, temos que em 1999 o preço do barril era equivalente a US\$ 18,75 e passou para US\$ 28,16 em 2000, chegando a US\$ 132,55 em 2008.

As missões sociais apresentam caráter variado, abrangem distintas áreas desde as mais básicas como saúde, habitação e educação até áreas voltadas a cultura e ciência. Dentre as missões criadas por Chávez estão: 1) Misión Robinson I e II – equivalem respectivamente a alfabetização de jovens e adultos em caráter nacional e conclusão da educação primária mediante a obtenção do sexto grau; 2) Misión Ribas- **destinadas para quem quiser finalizar os estudos secundaristas, além de ser uma porta de oportunidade para que os formados possam se incorporar profissionalmente nos setores energéticos, petroleiros e de mineração;** 3) **Missão Sucre-** garantir o acesso à universidade; 4) Misión Barrio Adentro I, II, III e IV, garantir acesso integral de saúde gratuita por todo o território nacional; 5) Misión Barrio Adentro Deportivo - **cuja finalidade é elevar a qualidade de vida da população através da pratica de exercícios físicos;** 6) Misión Mercal - fornecimento de alimentos subsidiados para a população carente (ELIA,2008).

Segundo WILHELM (2011) essas missões sociais são financiadas pelo Estado, mas tem o apoio da população durante a execução e a gestão de tarefas, além disso recebem apoio de profissionais cubanos da área da saúde e da educação para alcançar os objetivos estabelecidos. As missões têm como base uma estrutura administrativa paralela, que visam atender os sistemas públicos existentes de maneira integrada.

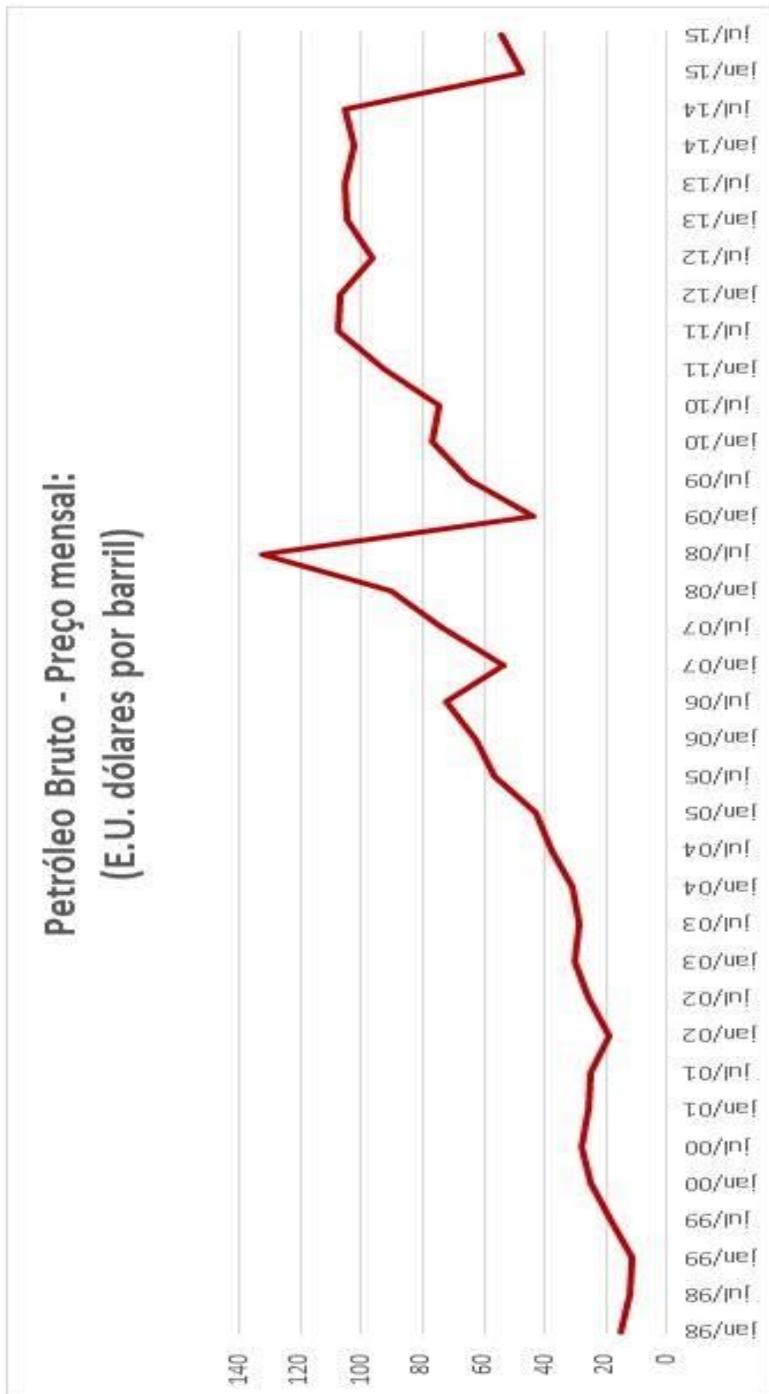


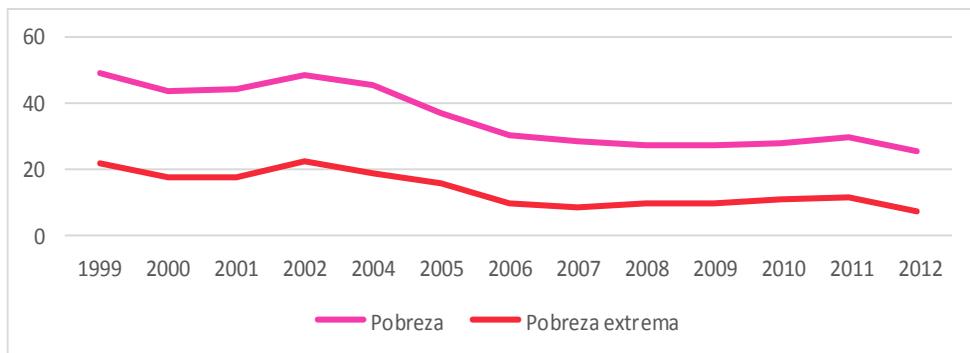
GRAFICO 5: PETRÓLEO BRUTO

Fonte: <http://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto&meses=300>

Com essas Missões somadas aos programas econômicos, os indicadores sociais venezuelanos assinalaram uma mudança favorável no cenário

nacional. Em 2005, a Venezuela foi declarada pela UNESCO território livre de analfabetismo. A pobreza e extrema pobreza diminuíram continuamente seus índices, em 1999 era respectivamente 49,4% e 21,7%, e em 2012 os valores correspondiam a 25,4% e 7%, em 2002 essa taxa havia aumentado para 48% e 22%, devido as sabotagens da oligarquia para com a PDVSA.

GRAFICO 6: PORCENTAGEM DA POBREZA E DA POBREZA EXTREMA



Fonte: CEPAL

Entre 1997 e 1999 consumo de alimentos era insuficiente para 18% da população venezuelana, essa taxa foi reduzida em 13%, passando a atingir no ano de 2009, 5% da população. Como medida para conseguir reduzir esse indicador foi criada em 2003 a *Misión Alimentación*, com a finalidade de abastecer a população com alimentos subsidiados. Os produtos presentes na cesta de alimentos são adquiridos para ser distribuídos através de organizações que estão filiadas e fazem, portanto, parte da missão alimentação. Dentre elas está a “PRODUCTOS CASA, (corporação de abastecimento e serviços agrícolas); MERCAL C.A., (Mercado de Alimentos); PDVAL S.A.: (Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos S.A.); FUNDAPROAL: (Fundación Programa de Alimentos Estratégicos); SADA: (Silos Almacenes y Depósitos Agrícolas- VENALCASA: (Venezuelana de Alimentos La Casa); LOGICASA S.A. (Logística Casa)”¹.

Através dos incentivos para o cultivo de produtos agrícolas durante o governo chavista, os solos cultivados segundo o INE, passaram de 1.638.923 hectares em 1998 para 2.433.943 hectares em 2010. Segundo dados da CEPAL, a produção agrícola que em 1998 era de 90, em 2007 atingia 108.

¹ Fonte:

http://ceims.mppre.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=38:mision-alimentacion&catid=23:misiones-bolivarianas&Itemid=66.

TABELA 5: ÍNDICES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
90	94	100	104	103	98	94	106	104	108

Fonte: CEPAL

A taxa de mortalidade infantil diminuiu progressivamente, passando de 19% em 1998 para 12% em 2013. A melhoria nos serviços de saúde foi fundamental nesse processo de redução, em 1998 havia apenas 1.628 médicos para toda a população venezuelana que era de 23.4 milhões de pessoas, e em 2006 o número de médicos subiu para 19.571 enquanto que a população aumentou para 27 milhões de pessoas (WEISBROT & SANDOVAL, 2008).

TABELA 6: MORTALIDADE INFANTIL

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
19,6	18,8	18,2	17,6	17,2	16,8	16,4	15,8	15,2	14,7	14,3	14	13,7	13,5	13,2	12,9

Fonte: CEPAL

Por quinze anos a Venezuela viveu transformações radicais em seu território, pela primeira vez em séculos de exploração e miséria houve a ascensão de uma classe que sempre antes esteve a par dos acontecimentos de seu país. Para Hugo Chávez, “Contra a consciência, a vontade, a força e a unidade de um povo não há imperialismo que possa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Venezuela foi modelada pela presença de grande volume de petróleo. Isso foi o determinante para todas as passagens que percorrem a história desse país. O que diferencia é a forma de aplicação/gerência desse recurso, da mesma forma que financiou as transformações positivas decorrentes da revolução bolivariana, também foi o que por anos proporcionou benefícios a uma seleta classe que se favoreceu e enriqueceu enquanto a maioria passava fome e não tinha perspectivas de futuro.

A ascensão de Chávez, um governo nacionalista, foi uma resposta direta ao programa político econômico imposto pelo imperialismo norte-americano aliado à burguesia venezuelana. A população estava descrente das medidas neoliberais, onde o objetivo foi o emprego do petróleo venezuelano para o cartel internacional, liderado pelos estadunidenses, e acima de tudo, contra os direitos dos que mais necessitam do estado.

Ao chegar à presidência Chávez nacionalizou por completo o setor petrolífero fazendo o preço atribuído ao barril do petróleo aumentar, e com

mais recursos financeiros pode então implantar uma série de ações afirmativas, as chamadas missões bolivarianas para reestruturar o país, essas ações/missões eram as reformas de base necessárias para fortalecer os pilares desse novo país, a República Bolivariana da Venezuela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMENDRA, Carlos Cesar. **Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela**. In: IV Colóquio Marx e Engels. Campinas, Cemarx – Unicamp, novembro de 2005.

AZEREDO, Mauro Mendes de. A crise da Democracia Venezuelana. Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (org.) **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IMPRI, 2003. P. 111-115.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. *Rev. bras. polít. int.*, Dez 2002, vol.45, no.2, p.135-146. ISSN 0034-7329.

BORGES, Altamiro. **Venezuela: Originalidade e Ousadia**. ED. Anita. São Paulo: 2005.

D' ELIA, Yolanda. CABEZAS, Luis Francisco. **Las Misiones Sociales em Venezuela**. Caracas: IDIS, mayo 2008.

Dirección General de Estadística del Ministerio de Fomento. **La Población De Venezuela**.1974.

FARINELLI, Victor. **Os golpes de Estado do Século XXI**. Carta Capital:2015. Disponível em: <<http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/os-golpes-de-estado-do-seculo-xxi/>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

GONZÁLEZ, Franklin. A um año de la Agenda Venezuela. Evaluacion de una ilusion. **Revista Venezoelana de Análisis de Coyuntura**. Vol 3, n.2. Jul-Dic.1997. p.183-219.

LÓPEZ MAYA, Margarita; LANDER, Luís E. **“Venezuela, golpe y petróleo”**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: LEMOS, Amália et a. (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo/Buenos Aires: USP/CLACSO, 2006. p.117-136.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa** – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PDVSA, **Petróleos de Venezuela S.A.** Caracas: 2007. Disponível em: <<http://www.pdvsa.com/interface.sp/database/fichero/publicacion/1792/76.PDF>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. In: **Lua Nova**, nº 32, São Paulo, 1994.

SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O Desenvolvimento Econômico da Venezuela, 1950/2006**. Tese de Doutorado. PPG Economia, UFRGS, 2008.

TAYLHARDAT, Leonardo. TROCONIS, Germán Pacheco. Evolución y Análisis de los Planes de Estudio desde el Inicio y Establecimiento de la Educación Normal Rural en Venezuela - Período 1938-1948. Investigación y Postgrado. Vol.22, No. 2, 2000.

VENEZUELA. **Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999**. Caracas: Assembleia Constituinte, 1999. Disponível em: <http://www.inpsasel.gob.ve/moo_doc/ConstitucionRBV1999-ES.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

VENEZUELA. Ministerio de Comunicación e Información. **Las Misiones Bolivarianas**. Caracas: 2006. Disponível em: <<http://sisov.mppp.gob.ve/estudios/143/Las%20misiones%20bolivarianas.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

WILHELM, Vandiana Borba. A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998. REBELA, v. 1, n. 2, out. 2011.

QUANDO O SANGUE PODE NÃO VIR DO CHÃO, MAS DO CALÇADO - CIRCUITOS ECONÔMICOS NA PRODUÇÃO CALÇADISTA DE BIRIGUI/SP: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS ESPAÇOS INFORMAIS¹

Diego da Luz Rocha²
Nilson Cesar Fraga³

Resumo:

O processo de industrialização brasileira trouxe reflexos para um país que no início do século XX ainda não tinha indústrias em determinados setores. O esforço para inserir o país frente ao mercado de trabalho mundial, com participação em exportação e produção diversificada de produtos, foi nesse período, por volta de 1950 em diante, que inúmeros estados puderam observar a vinda de empresas multinacionais com propostas bem definidas para uso do território brasileiro sem retribuição socioeconômico para população. A partir desse contexto, o capitalismo se expande pelo território, sobretudo, pelo Centro-Sul, como forma de desenvolvimento e empregos para sociedade, numa perspectiva mais do discurso do que da realidade. Nesse sentido, alguns mecanismos começaram a imperar nas atividades econômicas, timidamente e desde a gênese da entrada de tais companhias, como por exemplo, a terceirização e precarização do trabalho em espaços informais, tendo como consequência o rebaixamento da classe trabalhadora e as péssimas condições de trabalho no circuito inferior da produção, sendo que isso se acentuou a partir dos anos de 1990, em pleno processo neoliberal. É nesse cenário que o município de Birigui/SP está inserido nos dois circuitos – superior e o inferior - da produção econômica urbana no setor da produção de calçado e, tais fatores, serão analisados nesse trabalho.

Palavras-chave: Industrialização; terceirização; precarização; Birigui/SP.

Introdução

Há anos, a forma de convívio em grupo exigiu uma reformulação na relação do homem com natureza, transformando a maneira como o meio natural era utilizado em alguns períodos históricos, indo de uma relação tida como próxima de uma harmonia necessária, para a utilização acelerada dos

¹ Pesquisa em andamento

² Mestrando em Geografia

³ Prof. da Universidade Estadual de Londrina/PR

recursos naturais, isso, em mais de uma centena de anos. A partir do momento em que existe a figura de um “senhor”, ou estado, detentor de capital e/ou meio de produção, pode-se caracterizar a presença da divisão social de classe, isso notado também nos mais diversos momentos que a humanidade foi evoluindo as técnicas de trabalho e suas relações em sociedade e com o meio (ambiente) necessário para a produção.

Interessante observar ao longo da evolução das técnicas e formas de trabalho, em que o objetivo era o crescimento para a manutenção das ramificações sociais, onde se faz notáveis grupos dominantes e os dominados, para constatar a ideia de uma maioria trabalhando para minoria, pode-se analisar como comparativo o período do feudalismo, justamente por seu sistema de trabalho servil no campo, mantedor das condições de soberania e status dos senhores feudais, manobra que, atualmente é notada na sociedade industrial capitalista, com algumas características semelhantes.

O que faz mover qualquer atividade economia, antes de tudo, é a ideologia do trabalho, pois necessita do conjunto de ideias para atuar na formação da classe trabalhadora/operariado. Como exemplo pode-se remeter aos tempos em que o clero e a nobreza eram as forças que atuavam no sentido ideológico sobre o restante das pessoas, agindo para permanência das condições confortantes para si.

A ideia de trabalho começa a ser construída entre os séculos V e IV a.C, na civilização grega, com finalidade de separar os privilegiados da população, que não tinha direitos de participação política - os escravos (CARMO, 1992). Nota-se que cabia aos escravos o dever de não pensar, mas, ao mesmo tempo, de executar atividades que lhes tiravam total direito da participação da vida política e das decisões democráticas, através do voto, isso numa concepção da época.

Outro ponto importante, a destacar, no sentido da formação de uma ideologia do trabalho são os discursos da negação do ócio e de perdurar a escravidão para que a elite possa se dedicar às relações mais complexas da sociedade, isso, na visão elitizada, fez com que mantivesse em ordem essa divisão de classe desde o início da civilização grega. Ao mesmo tempo, os esforços para permanecer a servidão, contribuíram para retardar o desenvolvimento de técnicas de trabalho, já que os escravos continuaram sendo utilizados como mão de obra predominante há anos (CARMO, 1992).

Nesse sentido, observar o processo histórico da ideologia do trabalho nos diversos períodos, consiste em perceber como se deu a influência das elites na formação da divisão em classes sociais e o esforço em manter os membros de cada classe em seus “devidos lugares”, perpetuando a ideia de

que trabalhar é uma maneira de não se tornar um desocupado, algo inaceitável nas relações sociais, desde tempos imemoriais.

Desenvolvimento

Qualquer sistema econômico, posto em prática, sempre terá lucros concentrados para poucos e baixo lucro para grande parcela na camada social. Isso é válido se pensarmos na sociedade a partir do momento que há divisão social em classes, característica notada desde as mais antigas civilizações.

Quando se trata da divisão social, é interessante ressaltar o regime feudal, que traz consigo classes bem destacadas, cada qual com suas funções bem determinadas no sentido de manter seu funcionamento. Basicamente, tal regime tinha a figura dos senhores feudais, donos das terras e dos meios de produção, e os servos, que trabalhavam para estes senhores. Nesse período, é válido destacar que, a ausência de cidades foi um fator marcante para caracterizar o funcionamento do regime. Carmo (1992) esclarece sobre o apogeu do feudalismo até sua decadência, dando espaço para outra forma de organização de trabalho e social:

O regime feudal, que teve seu apogeu entre os séculos XI e XIV, sofreu um lento e quase imperceptível processo de definhamento. Diversos fatores contribuíram para a sua derrocada: a falta de um poder que centralizasse o excesso de leis, impostos e taxas cobradas por feudo, dificultando o livre trânsito do comerciante; a Peste Negra, epidemia que assolou a Europa, reduzindo a população camponesa, o que, conseqüentemente, valorizou e encareceu a mão-de-obra, fazendo com que o servo perdesse o medo da autoridade do senhor; por fim, as constantes fugas dos camponeses para as cidades, onde se expandia o livre comércio. O surgimento das cidades se deu ao redor das igrejas ou nas cercanias dos burgos, cujos habitantes eram chamados de burgueses. Os burgos eram fortalezas que protegiam os habitantes no caso de ataques. Com a antiga ordem social posta abaixo, não será mais a nobreza quem ditará os rumos dos acontecimentos, mas os burgueses dotados de capital (CARMO, 1992, p. 28).

A perda do poder dos senhores feudais por uma série de acontecimentos históricos, originou a descentralização de autoridade sobre os servos. O regime feudal, por volta do século XIV, começou a apresentar fraquezas frente ao sistema capitalista nascente, que começava a dar os primeiros passos com surgimento das cidades e o fortalecimento das atividades comerciais. Nesse sentido, escasseavam-se os meios de assegurar a

permanência dos servos nos campos, até porque, muitos dos camponeses não o viam mais como um local adequado à sua sobrevivência.

Nesse sentido, algumas mudanças em âmbito social foram tomando rumos diferentes daquela que se observou no feudalismo. As políticas dos pequenos burgos consistiam em manter a atividade comercial em ótimo funcionamento, ao mesmo tempo, ocupando um número maior de pessoas para que o retorno econômico garantisse a posição social dos ascendentes burgueses.

A ideia de ter, nas cidades, pessoas trabalhando em benefício maior a outrem é sustentada desde tempos remotos, perpetuando-se até dos dias atuais para explicar a possível preocupação do Estado quando diz respeito às políticas públicas sobre o emprego. Nessa perspectiva, a porcentagem de pessoas à margem das relações sociais, acaba resultando em números baixos e facilitando o convívio coletivo sem muitas perturbações. Mas, Veyne (2009), trata o objetivo do Estado em lidar com a questão do trabalho, pautando no discurso ideológico, sobretudo, para ganhos direcionados à classe dominante. Tal pensando veem de séculos atrás, onde, segundo o mesmo:

O pensando antigo não diz que um Estado é uma “sociedade” organizada para que cada um atue em benefício de todos os outros; afirma, antes, que uma “cidade” é uma instituição que se acrescenta à sociedade natural dos homens para fazê-los levar uma existência mais elevada. É melhor que os pobres trabalhem, mas não para que deem sua contribuição à sociedade, e sim para que a miséria não os incite a perturbar criminosamente a instituição cívica. Veyne (2009, p. 123).

Percebe-se que a preocupação de ocupar as pessoas em alguma atividade econômica não era simplesmente para proporcionar o bem-estar da população, ou até mesmo trazer resultados para boa convivência no âmbito econômico e social, mas, antes de qualquer discurso ideológico, o trabalho era visto como mecanismo sustentador da organização das cidades. Nos primórdios do Renascimento - XIV e XVI -, o número de camponeses sem nenhuma ocupação estava crescendo muito, resultando no aumento de mendigos e desocupados pelas ruas das primeiras cidades.

Associando aos acontecimentos negativos que a população camponesa passara no regime feudal e a declarada queda desse regime econômico, a única saída foi migrar para cidades, na esperança de encontrar condições favoráveis de sobrevivência. Com toda essa rápida transformação de sistemas econômicos, aliado à aglomeração de antigos camponeses nas cidades,

algumas características começaram a surgir como fator determinante para surgimento da divisão de classes sociais e consolidação do sistema capitalista de produção. Carmo (1992) trata de um elemento crucial nesse novo sistema econômico:

O desenvolvimento do capitalismo só foi possível quando houve mão de obra disponível em grande escala. No início, lançou-se mão do crescente exército de camponeses e artesões arruinados, oriundos da destruição da sociedade pré-capitalista medieval: expulsos das terras e das aldeias, desenraizados e sem uma situação segura na sociedade, infestavam as estradas, pilhando e matando. É esse melancólico exército de decaídos, mendigos, vagabundos e mercenários que forma os primeiros proletários (CARMO, 1992, p. 29).

Nessa conjuntura, o aproveitamento da decadência do feudalismo foi de suma importância para a nova ordem econômica emergente, reordenando os antigos servos para os pequenos ofícios, no desenvolvimento de produtos manufaturados a serem vendidos pelos comerciantes, assegurando perfeitamente os aspectos do sistema capitalista que, aos poucos, estava alcançando lugares pelo mundo. Mas, qual foi o principal fator que culminou no surgimento do capitalismo em nível global? Segundo Carmo (1992, p. 29):

A expansão comercial e financeira propiciou o surgimento do capitalismo, cuja culminância se deu no século XVIII. O desenvolvimento industrial provocou mudanças sem precedentes na História; o feudalismo perdeu terreno e a burguesia emergiu como classe dominante, impondo gradativamente seu ideal econômico. Houve a reordenação da sociedade rural centralizada na vila e na aldeia camponesa, e a conseqüente migração da população para os centros urbanos. Essas profundas transformações econômicas desestruturaram a antiga e quase estática ordem social, introduzindo modificações substanciais na atividade manufatureira, de natureza artesanal e doméstica. O trabalho familiar que prevalecia nas oficinas foi reorganizado, e a atividade de artesanato sofreu um processo de desqualificação. A era do maquinismo arrancou mulheres e crianças do lar e levou-as ao ambiente sombrio das fábricas. (CARMO, 1992, p. 29).

Ao ponderar sobre a queda do feudalismo, por volta do ano 1300 (CARMO, 1992), uma série de acontecimentos culminou no fortalecimento do sistema capitalista de produção. Na sequência, nos séculos XV e XVI, as Grandes Navegações marcaram a expansão marítima e a dominação econômica de alguns países europeus sobre outros continentes (WALLERSTEIN, 2005), favorecendo a consolidação do capitalismo no século XVIII com advento das máquinas a vapor e o surgimento de indústrias, proporcionando produções em larga escala, sobretudo, tendo como principal país difusor desse sistema, a Inglaterra. No berço da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, o surgimento das fábricas e a invenção das máquinas a vapor impulsionaram as tendências que o mercantilismo havia iniciado anos antes. De acordo com Peinado e Graeml (2007, p. 55) o aparecimento de um novo tipo de organização, a empresa industrial, proporcionou a substituição do processo de produção manual pelo processo de produção mecânico e fabril, provocando influências nunca antes imaginadas nas técnicas de produção.

Todo esse processo de fortalecimento do capitalismo, em princípio, nos países da Europa Ocidental, dava-se em condições históricas favoráveis, ao que Lucci (1975), diz:

A indústria, inicialmente se manifestou nos países de abundante mão de obra, preparada para o trabalho industrial por um longo passado de atividades manufatureiras. Em outras palavras, países onde o desenvolvimento comercial e a tradição de transformação de matérias brutas já tinham introduzido uma diferenciação econômica em relação aos países de estrutura meramente agrícola (LUCCI, 1975, p. 144).

As condições naturais e sociais proporcionaram a introdução mais rápida do capitalismo frente aos países em que a economia se baseava em fornecer matéria prima. Os países da Europa que tinham as duas condições citadas acima objetivaram certo amparo para a permanência desse novo sistema de produção que começava a ganhar forças ao longo dos anos seguintes, fazendo frente à substituição das atividades agrícolas. Sobre essa transição da forma de trabalho em um período para o outro, incluindo as técnicas de trabalho, Moreira (2000) afirma:

Cada era do trabalho implica numa forma determinada de arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma de regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei

espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo (MOREIRA, 2000, p. 08).

Diante desse novo sistema econômico, surgem novas formas de trabalho onde a propriedade privada e o capital, tornam-se elementos essenciais para o pleno funcionamento do capitalismo, sistema que visa maior produtividade em escala e obtenção de lucro. Mas foi nos Estados Unidos, que as indústrias tomaram a forma moderna de administrá-la, gerenciando recursos e mão de obra. Depois de períodos de grandes tentativas e erros e acertos, é que o americano Frederick Winslow Taylor desenvolveu princípios e técnicas para resolver os problemas advindos da intensa escala de industrialização (PEINADO; GRAEML, 2007, p. 59). Dois anos mais tarde, em 1913, Henry Ford criou a primeira linha de montagem móvel, em que o produto em processo desloca-se ao longo de um percurso enquanto os operadores ficam parados. “Essa inovação no processo produtivo trouxe consequências espantosas para a produção, maximizando as vantagens da economia de escala” (PEINADO; GRAEML, 2007, p. 59). A lógica fordista impera ainda hoje em diversos setores da indústria, muito embora seja típica de um momento da história em que a demanda era superior à oferta.

Santos (2012) discute algumas das condições favoráveis, na atualidade, para que toda a configuração espacial se mantenha no sentido em dar continuidade ao capitalismo.

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e suas distorções (SANTOS, 2012, p. 73).

O mesmo Santos (2012) aborda a presença dos fixos como um fator de amparo e permanência do sistema, fazendo uma ligação com o âmbito político, social e econômico, sendo, estes, componentes indissociáveis que irão dar condições para divisão social do trabalho, onde o circuito superior

corresponde à produção em escala e o inferior incide no trabalho, muitas vezes terceirizado e da informalidade. Sobre essa ótica e, a partir dela, poder-se-á discutir esses segmentos na economia, sobretudo urbana, do município de Birigui/SP, produtor de calçado infantil e, reconhecido nacionalmente pela quantidade anual produzida.

Resultados e Discussões

Em 02 de dezembro de 1911, Birigui é elevado à condição de município, com interesses econômicos e políticos bem óbvios no uso do solo e, futuramente, industrial. Localizado no noroeste paulista, o município tem algumas características físicas que facilitaram o desenvolvimento econômico local, dentre eles, pode-se destacar o dito empreendedor Nicolau da Silva Nunes que, ao se deparar com a qualidade da terra, acabou por despertar o interesse pelo local, inclusive de outros, pois o solo era fértil e, também, pela proximidade com o rio Tiete, importante fonte de água. Em sua rápida estadia no lugar, adquiriu boa quantidade de terras para revender em lotes (RIZZO, 2005). Tais fatos demonstram uma ligação, inicial, de Birigui com a questão da terra, ou seja, com o agrário e a produção agrícola.

Ao longo dos anos seguintes, o município passou por transformações na base econômica, com o surgimento de atividades tidas como mais lucrativas para cidade. Quando se refere ao início das atividades das indústrias, Souza (2006, p. 34-35) aponta que “a indústria de calçados de Birigui teve origem no final da década de 1950, mais especificamente no ano de 1958, época da instalação da primeira empresa de calçados infantis da cidade: a ‘Ramos & Assumpção’, de propriedade dos irmãos Assumpção”. E, com pouco mais de 60 anos, a produção de calçados infantis alcançou números significativos:

Nota-se a expressiva elevação do número de calçados produzidos no aglomerado, sendo produzidos 463 mil pares, em 1965, elevando-se para 2.570.000 pares, em 1972. A especialização das empresas locais era a produção de calçados infantis, o que reforça a denominação de ‘Capital Brasileira do Calçado Infantil’, conferido ao município, em 1971, pelo jornal Exclusivo (SOUZA, 2006, p. 68).

Com isso e com o avançar dos anos, o setor calçadista de Birigui emprega, atualmente, muitas pessoas da própria cidade, como também dos municípios vizinhos, tendo destaque nacional em sua produção de pares para exportação. Como em outras linhas de produção em escala, o setor de produção calçadista nos espaços informais está presente na realidade

biriguiense, ou seja, a terceirização e precarização estão intrínsecas na realidade de muitos trabalhadores. Antunes (1998) aponta as transformações sociais no quesito trabalho, numa perspectiva que permite pensar a realidade da produção calçadista e do trabalho, em Birigui:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 1998, p. 180).

Atualmente, com aumento das técnicas da tecnologia da informação e da ciência ligada à produção de bens de consumo, o cenário político-econômico passou por redefinições acentuadas, pois a dita globalização da produção depende desses fatores para alcançar lugares mais longínquos na venda de seus produtos. Santos (2006) aborda as relações com o meio, mediante esse processo global, onde irá refletir no circuito inferior da produção urbana, presente na realidade do município de Birigui:

Quanto mais “tecnicamente” contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização. Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações (SANTOS, 2006, p. 240).

Nas palavras de Santos (2006) fica claro que, no espaço urbano, as relações se direcionam para o perfeito funcionamento do sistema capitalista e suas ramificações econômicas, ou seja, os circuitos superiores e inferiores da economia urbana, assim como a terceirização e a informalidade são alguns dos elementos que fazem parte dessas atividades econômicas. São esses três fatores que configuram a realidade econômica biriguiense, quando há

empresas que trabalham com previsões quantitativas o com menor custo possível, recorrendo às bancas (locais onde os calçados são costurados no interior das casas dos terceirizados) de calçados, pois são espaços de produção onde não há regulamentação de horas trabalhadas, resultando, assim, na maior produtividade e lucratividade por parte da empresa.

Quando falamos em dois circuitos na economia urbana, trata-se, na realidade, da desigualdade de investimento na produção, onde o terceirizado não possui acesso aos investimentos dispensados para a indústria. Dentre os dois, o circuito superior é aquele que faz uso de empréstimos bancários, como também o uso de maquinários modernos, escala de produção alta com finalidade de atender os requisitos da globalização no sentido de exportar para diversos países (SANTOS, 2008).

No inferior, a falta de investimentos e o não uso das modernas tecnologias nas atividades produtoras tornam visíveis a precarização do trabalho nos espaços informais de produção. A participação dos produtos oriundos do circuito inferior, com base no trabalho informal da produção, se dá em grande quantidade, mesmo sem o amparo financeiro e tecnológico que o grande empresário recebe. Tal realidade é notada no município de Birigui, sobretudo, nas bancas de calçados em fundo de quintais, sendo a terceirização da produção calçadista bem presente nesses espaços, ou seja, espalhados pelo interior das residências do município. Sobre o circuito inferior, Santos (2008), diz que:

A extrema divisão do trabalho no circuito inferior constitui, em si mesma, um elemento multiplicador. Antes de mais nada, ela estimula a utilização produtiva do capital. A frequência das trocas aumenta a rapidez das transações e, por isso mesmo, multiplica a formação dos lucros, qualquer que seja seu volume. De outro lado, a multiplicidade dos atos de comércio age como um acelerador da circulação da moeda. O fracionamento e a descontinuidade das atividades do circuito inferior criam uma multiplicidade de serviços de contato e de articulações, assim como toda uma cadeia de outras atividades. O próprio terciário o setor moderno frequentemente cria seu próprio círculo de serviços de nível inferior (SANTOS, 2008, p. 252-253).

Em Birigui existem grandes empresas que fazem parte do circuito superior e que contribuem para existência da terceirização, pois destinam parte da produção às bancas de calçados onde é executado o pesponto antes do produto retornar para as fábricas, onde são dados os acabamentos finais para exportação. Nesse mesmo espaço urbano, existem subsistemas que

contribuem para manter o circuito inferior, isso significa que é lucrativo para os empresários a manutenção do circuito inferior no espaço urbano, isso enquanto meio de lucratividade ao capitalista. Santos (2008) fala em conjunturas que sustentam o circuito inferior da produção calçadista:

O circuito moderno tende mais a criar a conjuntura do que a adaptar se a ela. Ele o faz com diversas possibilidades de sucesso, pois sempre há uma margem de distorção entre as decisões das grandes firmas e o comportamento do mercado. Ao contrário, o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais. Nisso ele é favorecido pela divisibilidade e a mobilidade tanto da mão de obra como do capital, que permitem aos empresários seguir com mais flexibilidade as variações quantitativas e qualitativas da demanda e, assim, melhorar os rendimentos marginais da empresa (SANTOS, 2008, p. 253).

Essa mobilidade de mão de obra demonstrada por Santos (2008) consiste da realidade vivida no município, pois existe um exército de reserva com grau de qualificação suficiente para desenvolver as atividades voltadas à produção de calçado. Quando Santos (2008), fala sobre a divisibilidade nota-se que há uma divisão social do trabalho dentro do circuito inferior nos trabalhos executados em domicílios de Birigui, pois, determinados espaços informais produzem o corte do calçado, enquanto outro faz o pesponto e, por fim, a montagem. É interessante ressaltar que, essas atividades não são asseguradas por leis trabalhistas, logo, sem qualquer amparo legal.

Machado da Silva (1993), já na década de 1960, alertava sobre os riscos da informalidade presente nas economias de países subdesenvolvido, onde os salários irrisórios, o trabalho em dupla jornada, os trabalhos domiciliares e a instabilidade marcam as atividades informais que atualmente são observadas em diversos países de economia emergente. Sobre os espaços informais, Forbes (1989) também aponta uma característica para constatar essa ramificação da atividade econômica, sendo ela o processo de crescimento demográfico em ritmo acelerado nos centros urbanos, realidade observada também em países que tiveram industrialização tardia, como no caso do Brasil.

O capitalismo é um sistema que opera para manter seu ciclo produtivo e lucrativo a qualquer custo, nesse caso, a subcontratação e o aumento do trabalho domiciliar têm sido medidas de flexibilização produtiva que resulta na mudança nas relações trabalhistas, conforme apontam Araújo e Amorim (2001).

No caso das bancas de calçados em Birigui, o trabalho domiciliar leva o trabalhador, em sua maioria mulher, a se dedicar em torno de 12 horas diárias. Isso acontece porque a produção acaba sendo barateada via terceirização, obrigando uma jornada estendida para ganhar um pouco mais, diferente se estivessem nas grandes empresas.

Emprega na maioria dos casos como expediente de redução de custos, a terceirização tem imposto aos trabalhadores relações de empregos instáveis, redução de salários e benefícios e condições de trabalho degradadas, que tem como consequência o aumento dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Além disso, ela tem levado ao desalojamento de uma parcela dos/as trabalhadores/as para a economia informal, submetendo-os/as a condições precárias de trabalho e excluindo-os/as dos benefícios assegurados por lei e da representação sindical (ARAÚJO E AMORIM, 2001, p. 275).

Quando a pessoa não é absorvida pelas condições de trabalho exploratórias do capitalismo, resta o trabalho informal e subemprego que faz perpetuar as condições de pobreza dos “excluídos” do circuito superior. É interessante ressaltar o esforço, do empresário, para que haja o serviço terceirizado para serem destinados aos locais de trabalho informal e, no caso de Birigui, para as bancas de calçados geralmente em fundo de quintais.

O próprio sistema capitalista oferece todas as condições possíveis para ramificar as atividades econômicas nos centros urbanos, apoiado em medidas legais e ilegais para sua principal finalidade, no caso, o lucro.

Na imagem 1 pode-se ter uma mínima ideia das condições de trabalho a que trabalhadoras são submetidas, contudo, para produzir mais, exercem dupla jornada de trabalho e ainda cuida dos afazeres domésticos, indo ao encontro do que Santos (2008) trata com mobilidade de mão de obra.

Imagem 1: Mulher trabalhando em sua residência



Fonte: Diego da Luz Rocha, 2015.

Esses espaços de trabalho, o da imagem 1, são do setor de pesponto, onde geralmente as mulheres são as maiores participantes, sendo que muitas já trabalharam nas grandes empresas por vários anos, mas, a partir do momento que foram dispensadas de suas funções, “optaram” por trabalhar prestando serviços para médias e grandes empresas. Mesmo sem estarem enquadradas nas leis trabalhistas, muitas delas, em Birigui, se arriscam trabalhando de forma ilegal correndo a temeridade de levarem multas por não serem legalizadas para desenvolver tal atividade em suas residências.

Outro problema registrado é o risco de acidente de trabalho que, caso aconteça, não será considerado como tal, não lhes garantindo nenhum direito ou ajuda, elevando o grau de insegurança tanto para a trabalhadora quanto para família, já que em muitos casos é a mulher que mantém a renda familiar.

É importante ressaltar que a costura do calçado é parte muito importante no processo de montagem do produto e tem um baixo custo, pois se utiliza uma máquina e o serviço manual é marcante, sendo dois fatores que intensificam em destinar parte da produção para unidades domiciliares, além da péssima remuneração (LINS, 2000).

Na mesma imagem 1, bem como nas diversas bancas de calçados dos espaços informais em Birigui, verifica-se a deficiência do arranjo físico, sobre isso, Ritzman & Krajewski (2004) apud Peinado e Graeml (2007, p. 199) consideram que o planejamento do arranjo físico envolve decisões sobre a

disposição dos centros de atividade econômica em uma unidade, definindo-os como “qualquer coisa que utilize espaço: uma pessoa, um grupo de pessoas, o balcão de um caixa, uma máquina, uma banca de trabalho e assim por diante”. São as decisões de arranjo físico que definem como a empresa vai produzir, por isso são de nível estratégico especialmente quando se estudam novas fábricas, grandes ampliações ou mudanças no processo produtivo. Naturalmente, nesses casos, demandam de grandes investimentos. O arranjo físico também pode ter nível tático, quando não são tão representativos e com valores mais baixos, tomadas pelos gerentes ou diretores industriais.

A necessidade de tomar decisões sobre o *leiaute* de produção decorre de fatores como a expansão da capacidade produtiva; elevado custo operacional em função e problemas de produtividade ou baixo nível de qualidade; inovação dos produtos, demandando novos processos de produção; e melhorias no ambiente de trabalho.

O local de trabalho e as condições físicas de trabalho, principalmente nos assuntos relacionados à ergonomia, podem ser fatores motivadores ou desmotivadores. Um banheiro longe, um bebedouro fora de mão, falta de claridade, distâncias longas a serem percorridas, condições inseguras, potenciais causadores de acidentes, etc., podem fazer muita diferença na moral dos trabalhadores (PEINADO; GRAEML, 2007, p. 201).

Entretanto, apesar da teoria ser tão completa, a prática é diferente no caso das bancas. Por se tratarem de espaços informais, logo, sem fiscalização ou legislação para regulamentar, as bancas encontradas em Birigui não contam com estudos de arranjo físico, ou ergonomia, ou segurança e saúde do trabalho, pois o alto investimento se torna inviável às trabalhadoras e desinteressante para a grande indústria.

Considerações Finais

O mundo e o ambiente de trabalho evoluíram. Indiscutivelmente, o trabalhador vive em outros tempos, nos quais os modos de produção são mais ajustados a cada realidade e a demanda já não responde sob os mesmos estímulos de outrora. Em meio à nova realidade de produção, consumo e lucro, não raro, as indústrias lançam mão de novas formas de trabalho para se manter na liderança perante o mercado globalizado.

As empresas, entretanto, não passam de espaços físicos que configuram uma ideia, um ideal de desenvolvimento virtual capaz de provocar alterações reais na qualidade de vida dos trabalhadores. Enquanto algumas se preocupam com o bem-estar da sua mão de obra, outras tentam agir para absorver o que há de mais valioso no trabalhador (sua força produtiva), alienando-o de suas ações. Com tantos produtos para fazer no curto prazo disponível, não resta tempo ou energia para refletir sobre sua condição ou projetar alguma mudança. Tal relação beneficia diretamente a classe dominante, que conseguirá manter a roda produtiva funcionando sem interrupções.

Com trabalhadores esgotados perante o trabalho, muitas vezes desmotivados ou até depressivos, e muitas vezes com graves problemas de saúde relacionados às doenças ocupacionais, a produtividade sofre uma queda. Longe de tratar do problema, as bancas de calçado vistas, em Birigui, se apresentam como uma solução ao ônus da indústria calçadista com a questão produtiva e possíveis afastamentos ou indenizações. Mas é, antes de tudo, uma solução cruel e sangrenta que expõe o trabalhador a sérios riscos físicos e psíquicos.

Se finda, por hora, essa discussão, com Lida (2000) apud Peinado e Graeml (2007, p. 201) quando traçam a seguinte colocação, “aos trabalhadores brasileiros que continuam lutando e produzindo, numa demonstração de tolerância, sabedoria e estoicismo, diante da incompetência, mesquinhez e indiferença dos poderosos”. Assim, a única saída para dar melhores condições de vida aos trabalhadores do setor de calçados biriguiense – e, conseqüentemente, ao trabalhador brasileiro, como um todo –, é apresentar a realidade vivida por eles no chão da fábrica ou nas suas bancas de terceirizados, ou informais. E, no caso em tela, mostrar que o sangue pode não vir do chão, mas do calçado.

Referências

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? **Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1998.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção**: um estudo na região de Campinas. Cad. Pagu [online]. 2001.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Moderna, 1992.

- FORBES, D.K. **O emprego e o setor informal**. In: Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- LINS, Hoyêdo Nunes. **Têxteis Catarinenses anos 90**. Atualidade Econômica. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico – Departamento de Ciências Econômicas Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- LUCCI, Elian Alabi. **Geografia econômica: geografia do desenvolvimento econômico mundial e do Brasil**. 2. ed. Ver. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1975.
- MACHADO da SILVA, L. **Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade**. In: Tempo e presença, no269, ano 15, maio/junho, Cedi, Rio de Janeiro, 1993.
- MOREIRA, R. **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho**. In: Rev. Ciência Geográfica, (Seção Bauru/AGB), Ano VI-Vol II, no16 vol. Maio/Agosto 2000.
- PEINADO, J.; GRAEML, A. R. **Administração da produção: operações industriais e de serviços**. Curitiba: UnicenP, 2007.
- RIZZO, Marçal Rogério. **A evolução da indústria calçadista de Birigui**. Birigui, SP: Boreal Editora, 2005.
- SANTOS, MILTON. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. – 2. ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. Ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUZA, M. A. B. **Aglomerção calçadista de Birigui: origem e desenvolvimento (1958-2004)**. Araçatuba, Editora do Escritor, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistemas – Mundo: una introducción**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.
- VEYNE, Paul. **História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia de Letras, 2009.

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: A GLOBALIZAÇÃO NUM CENÁRIO DE CONFLITOS BÉLICOS

Ana Claudia Duarte Pinheiro¹
Nilza Aparecida Freres Stipp²

Resumo:

Todo o processo de desenvolvimento e sustentabilidade em discussão atualmente, está envolvido, direta ou indiretamente, com o paradigma da globalização. O jogo de interesses que se evidencia especificamente no cenário das relações de mercado incorpora, também, a temática ambiental, não para sua proteção na medida em que o discurso de preservação serve apenas de justificativa contra o desenvolvimento dos países periféricos para mantê-los na condição de colônias do capital financeiro. A ordem internacional identifica-se com uma proposta desenvolvimentista de dimensões globalizantes que impõe a supremacia econômica sobre todos os interesses. A influencia da economia com suas leis próprias e seus jogos de poder e dominação, não se subjugam a vontade social e é de tal modo dramático que a vida, de quem quer que seja e sejam quantos forem, perde completamente seu valor.

Palavras-Chave: sustentabilidade, globalização, guerras, economia

1. Introdução

A ideia de sustentabilidade tem por base a ascensão econômica com justiça social para o progresso de todas as áreas e acesso a todos aos recursos existentes. Portanto, não se deve restringir a mera riqueza pessoal, embora não seja possível desprezar a importância da acumulação privada para a expansão da satisfação individual numa concepção tipicamente capitalista.

Todo o processo de desenvolvimento e sustentabilidade em discussão atualmente, está envolvido, direta ou indiretamente, com o paradigma da globalização. Há uma nascente compreensão da realidade mundial que permeia as transformações em profundas implicações com todas as ciências e atividades desenvolvidas pelo homem. A responsabilidade é de todos. Da filosofia ao comércio, da política à saúde, do Direito à Geografia trata-se de

¹ Professora de Direito Ambiental e Urbanístico e Direito Financeiro do curso de graduação em Direito da UEL. Mestre em Direito Negocial da UEL. Doutoranda, aluna do curso de Doutorado em Geografia: Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina

² Professora Sênior do curso de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia: Dinâmica Espaço Ambiental, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina

um processo irreversível, sob a condução da mão humana e que tem na Economia o viés mais cruel, na medida em que concentra esforços para se impor preferencialmente sem um conjunto normativo que a regule de forma completa.

A discussão que se pretende a seguir, se utiliza, por intermédio de levantamento bibliográfico dos diversos autores que elaboraram suas reflexões ao longo do século XX. Alguns dos quais não enfrentaram a amarga realidade atual – com guerras brutais – que mais uma vez penalizam e sacrificam populações inteiras de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, que não tiveram chance de defesa, restando-lhes a fuga na tentativa de evitar a morte. Tais autores, porém, como visionários apontaram para direções que a atualidade da segunda década do terceiro milênio, só faz confirmar.

O jogo de interesses que se evidencia especificamente no cenário das relações de mercado incorpora, também, a temática ambiental, não para sua proteção na medida em que o discurso de preservação serve apenas de justificativa contra o desenvolvimento dos países periféricos para mantê-los na condição de colônias do capital financeiro. O progresso e não o desenvolvimento, quando acontece, restringe-se a determinados campos de interesse e alcançam poucos segmentos da sociedade.

2. Antagonismos Atuais: Desenvolvimento Econômico e Social

Para discutir o tema, importante apontar para a atualidade da obra “A Grande Transformação” de Karl Polanyi, sendo confirmada de forma praticamente unânime entre os estudiosos. Escrita no início dos anos 1940, é nos dias de hoje – 2015 – instrumento de estudo essencial para compreender as mudanças do cenário econômico, a ascensão do fascismo e do neoliberalismo, assim como o impacto da perda de valores axiológicos a partir do mercado autorregulável que despreza a interação social. Joseph E. Stiglitz ao prefaciar a obra de Karl Polanyi explica:

Polanyi, porém, salienta determinado defeito na economia autorregulamentada que apenas recentemente tem sido objeto de discussão. Envolve a relação entre a economia e a sociedade, ou seja, a maneira como os sistemas econômicos e as respectivas reformas podem afetar a interação das pessoas umas com as outras. Mais uma vez, com o reconhecimento cada vez maior da importância das relações sociais, o vocabulário mudou. Hoje falamos, por exemplo, em capital social. Admitimos que os longos períodos de desemprego, os altos níveis de desigualdade

persistentes, assim como a pobreza e o desalento predominantes em boa parte da América Latina produzem efeitos desastrosos na coesão social, contribuindo para níveis de violência elevados e crescentes. Também temos consciência de que a maneira e a velocidade com que se promoveram reformas na Rússia erodiram as relações sociais, destruíram o capital social e redundaram na criação e talvez no domínio da Máfia Russa. Sabemos que a eliminação de subsídios aos alimentos na Indonésia, no momento em que os salários despencavam e o desemprego disparava, acarretaram tumultos políticos e sociais previsíveis (e previstos), possibilidade que deve ter sido muito óbvia, considerando a história do país. Em cada um desses casos, não só as políticas econômicas contribuíram para a ruptura de relações sociais duradouras (ainda que frágeis em alguns casos), mas também o próprio rompimento das relações sociais produziram efeitos econômicos muito adversos. Os investidores receavam aplicar dinheiro em países onde as tensões sociais pareciam muito altas, e muita gente nos próprios países expatriou recursos, gerando uma dinâmica negativa.¹

Vale ressaltar que a temática ambiental se insere na reflexão, na medida em que o discurso de preservação serve de justificativa contra o desenvolvimento dos países periféricos para mantê-los na condição de colônias do capital financeiro, em evidente desprezo aos aspectos econômicos que norteiam as discussões dos países menos favorecidos economicamente e que necessitam envidar esforços para melhorar suas condições econômicas para mudar a realidade social, ou, ainda, é utilizado simplesmente como meio de barganhas pelos países desenvolvidos em condições de ditar as regras de poder X submissão, destinando aos países periféricos os projetos que não mais lhes interessam econômica, social e ambientalmente.

A ordem internacional identifica-se com uma proposta desenvolvimentista de dimensões globalizantes que impõe a supremacia econômica sobre todos os interesses. Trata-se de um “processo, uma revolução econômica estrutural”². Afirma Josef Thesing que “a economia

¹ POLANYI, Karl. A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rev. Tec. Ricardo Benzaquen de Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2012

² THESING, J. Globalização, Europa e o Século 21. In: **A Globalização entre o Imaginário e a Realidade**. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. República Federal da Alemanha. Tradução Sonali Bertuol. São Paulo. p. 5. 1999.

mundial encontra-se em transformação, ela cresce em conjunto, formando uma rede”.¹

A rede de relações que se impõe origina diferentes concepções de mundo e assim há os que defendem, tanto quanto os que rechaçam a idéia de interdependência que a ideia de globalização provoca. Para uns as desigualdades econômicas e consequentemente sociais serão minimizadas, enquanto para outros ocorrerá a maximização das diferenças, dando mais potencial aos Estados mais fortes e diminuindo ainda mais o poder dos Estados, considerados frágeis.

A segunda década do século XXI com suas barbáries expostas midiaticamente de forma imediata e instantânea para o mundo, conforme se verifica na atualidade com a fuga de centenas de milhares de pessoas oriundas de diversos países africanos, asiáticos, do Oriente Médio e até europeus, além de latinos; indica também uma intensa crise de valores em virtude da influencia do modelo global de autorregulação de mercado que não respeita o ser humano, tão pouco o meio ambiente. Crise esta que evidencia incontáveis questionamentos, na medida em que antagonicamente se reconhece a importância do capital social para o sistema econômico.

Ao discutir a questão dos refugiados Jorge Diniz lembra:

A Europa está colhendo mais do que plantou ao secundar a política norte-americana de intervenção no Oriente Médio e no Norte de África. Não tivesse ajudado a invadir, a destruir, a vilipendiar países como o Iraque, a Líbia e a Síria; não tivesse equipado com armas e veículos ,por meio de suas agências de espionagem os terroristas que deram origem ao Estado Islâmico, para que estes combatessem Kadafi e Bashar Al Assad; não tivessem ajudado a criar o gigantesco engodo que foi a Primavera Árabe, prometendo paz, liberdade e prosperidade a quem depois só se deu fome, destruição, guerra, estupros, doenças e morte, nas areias do deserto, entre as pedras das montanhas, no profundo e escuro túmulo das águas do Mediterrâneo, a Europa não estaria agora às voltas com a maior crise humanitária deste século, só comparável, na história recente, aos grandes deslocamentos humanos que ocorreram no fim da Segunda Guerra Mundial. (DINIZ, in Jornal de Londrina, 16/09/15,pág. 2)

A economia é a grande influência nas relações do mundo contemporâneo provocando violentas crises sociais, talvez sem precedentes na história da humanidade, embora possam ser lembrados os exemplos da mencionada migração pós Segunda Guerra, dentre outros. A temática ambiental, por sua vez, em momentos de flagrante desumanidade,

¹ THESING. J. op. cit. p. 5.

simplesmente é relegada ao segundo plano e, talvez, nem seja possível pensar diferente. Qualquer questão de relevância e interesse para o meio ambiente, transcendendo ou não as fronteiras territoriais pouco expressão alcança diante de tanta barbárie.

Já o argumento que José Cretella Neto expõe delimita a questão da globalização nas vertentes acima declaradas, sob um viés altamente economicista:

A globalização é benéfica para os países ricos, excelente para os países pobres que procuram se integrar ao comércio internacional e danosa aos países que ficam à margem do sistema, presos à idéias políticas ultrapassadas ou vítimas da própria incapacidade de gerir seus melhores recursos naturais e intelectuais... Longe de intimidar os países em desenvolvimento, a globalização deveria ser encarada como uma “janela de oportunidades” para acelerar o processo de aumento da riqueza das nações e beneficiar as populações que nelas vivem.¹

O mundo nem sempre se apresenta aberto à percepção de todos. A falta de compreensão dos acontecimentos impede a aproximação ideológica, constrói muros, segrega e torna sistemas inacessíveis. Há uma necessidade global que se manifesta individualmente na busca constante da satisfação meramente pessoal como espectro da liberdade. Ter muito mais do que ser!

Amartya Sen ao discutir a liberdade afirma:

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos “fazer” com mais riqueza? Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar.²

¹ CRETELLA, J. N. **Direito Processual na Organização Mundial do Comércio** – OMC. Rio de Janeiro: Forense. p. 19. 2003.

² SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. p. 28. 2000.

A concepção de liberdade expressa pelo autor, portanto, encontra reforço sempre que a riqueza representar possibilidades de suprir necessidades e vontades de cada indivíduo, integrado a um sistema, sem marginalização.

A riqueza, então, não deve ser um instrumento para subjugar uns em favor de outros, mas deve, sim, proporcionar a todos, sem qualquer distinção, as condições de alcançar seus próprios objetivos e valores, influenciados ou não pela sociedade em que se encontram inseridos.

A Orientação Axiológica e o Desenvolvimento: A Globalização e as Fronteiras Territoriais

Incontestável a importância do progresso para o bem-estar individual e coletivo, mas é inegável, que “o sentido e a finalidade da vida humana devam ser definidos com uma orientação ética”.¹

A era do Estado liberal, em que sua presença era mínima na vida privada dos cidadãos, deu lugar ao Estado “financiador, sócio e consumidor”². Em ambas as condições, identifica-se o pensamento econômico de renda e riqueza no sentido de acumulação de capital, com pouca valorização dos aspectos de natureza ética.

Para Dalmo de Abreu Dallari, na primeira proposta se configura a dominação:

E, como acontece sempre que os valores econômicos são colocados acima de todos os demais, homens medíocres, sem nenhuma formação humanística e apenas preocupados com o rápido aumento de suas riquezas, passaram a ter o domínio da Sociedade.³

A segunda proposta não representa melhor configuração que a anterior, pois retrata a acentuada competitividade estatal e também a dominação econômica por parte de grupos privados que se opunham a intervenção do Estado por entenderem ser um “fator de restrição à liberdade”⁴, ainda que contabilize maior apelo à questão social com forte demanda assistencialista.

Na discussão de Polanyi, o cenário é ainda pior, pois a sociedade e suas complexas relações não se impõem mais perante o mercado que se

¹ THESING, J. op. cit. p. 7.

² DALLARI. DALLARI, D. de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva. 2002. 281.

³ DALLARI. D. A. op. cit. p. 278.

⁴ DALLARI. D. A. op. cit. p. 280.

sobrepõe com seus interesses mercantis. Neste passo é possível entender que as relevantes questões ambientais permanecem secundárias.

A influencia da economia com suas leis próprias e seus jogos de poder e dominação, não se subjugam a vontade social e é de tal modo dramático que a vida, de quem quer que seja e sejam quantos forem, perde completamente seu valor.

Exemplo contemporâneo e estarrecedor do impacto do modelo econômico de autorregulação de mercado – hoje globalizado – está na expulsão dos cidadãos de seu próprio território num movimento de migração que afeta famílias inteiras – homens, mulheres, idosos, jovens e crianças que saem de suas terras e referencias de origem, de forma precária, praticamente com a roupa do corpo em busca da sobrevivência e da paz. Poucos alcançarão êxito nesta fuga maldita! Tentam romper as fronteiras territoriais antes imaginadas e agora tão evidentes nas cercas que os impedem de seguir em fuga.

Afirma o professor Jozimar Paes de Almeida a respeito do horror das guerras, desvendando a perspectiva economicista do enredo:

Esses combates pela fé se encontram conjugados com os combates de mercado pelo domínio de fontes energéticas e de produção e consumo de armas. Não é difícil apreender a importância e o poder das corporações empresariais e de finanças vinculadas à indústria energética e de armas em nível mundial. Para os dirigentes e acionistas desses negócios, o importante é o retorno do investimento realizado. Assim, se países com suas respectivas populações são destruídos nesse processo complexo e sistêmico, os custos sociais não são computados. Filantropia não é uma das qualidades intrínsecas do negócio. Quando é feita para campanhas publicitárias, tem baixo custo comparando com a destruição ocorrida.¹

A luta pela dignidade fica em segundo plano. Tantos se submetem a sair de seu lugar sem quaisquer condições não apenas para a longa viagem, mas sabendo-se marginalizados e rejeitados, antes mesmo de chegar ao destino. Arriscam as próprias vidas e de suas famílias, por uma única chance, por um único objetivo: sobreviver! Talvez com liberdade! Talvez com dignidade!

Ainda que expulsos por um sistema fanático de poder, por traz da luta pela sobrevivência há uma influencia maior ditada pelo mercado econômico que se sustenta, também e talvez principalmente, por intermédio de conflitos e guerras e descuida, e até abandona a humanidade à própria

¹ ALMEIDA, Jozimar Paes de. O Abominável horror das guerras, in Jornal de Londrina, 14/09/15, pág. 2

sorte, ou azar. O meio ambiente desgastado e pouco lembrado é um cenário de guerra e horror.

A aproximação entre os Estados segue a tendência da interdependência regional. Países desenvolvidos e países em desenvolvimento têm, no processo de integração emergente a partir da década de 1950, uma alternativa considerada viável ao processo desenvolvimentista e ambientalista.

Reinaldo Gonçalves define a integração econômica como sendo:

O processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e da criação de instituições que permitam a coordenação ou unificação, de políticas econômicas em uma região geográfica contígua ou não.¹

Historicamente o processo integracionista não é tema recente, e sempre contou com o apoio bélico “remontando ao período de formação de alguns Estados nacionais, tais como a Alemanha e a Itália, no século XIX”.² Exemplo disso é apresentado por Reinaldo Gonçalves:

Em uma sociedade tradicional, os comerciantes dividiam-se entre os que atuavam no comércio de longa distância, que normalmente dependia de transporte por via marítima, e os que atuavam no mercado local. O comércio de longa distância dependia essencialmente de uma rede de feitorias, de cidades e mercados, onde fosse possível comprar e vender produtos. Esse comércio era garantido pela capacidade bélica das comunidades de comerciantes ou dos soberanos que os apoiavam de prover a autodefesa de seu negócio ou a abertura de mercados. A distribuição dos produtos do comércio no interior de estados territoriais, no entanto, dependia do custo do transporte, que por sua vez era função da existência de infraestrutura de estradas e da segurança dessas. Por outro lado, a substituição da comercialização de mercadorias exóticas de alto preço por produtos de grande consumo a preços moderados não seria possível sem a monetização da economia e a previsibilidade das instituições – isto é, da existência de regras conhecidas, direito de propriedade e proteção legal.³

A integração regional encontra-se estabelecida, na atualidade, em etapas já consolidadas pela doutrina em zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária. Por último ocorreria a união política, etapa que pressupõe novos conhecimentos no que

¹ GONÇALVES, R. op. cit. p. 81.

² GONÇALVES, R. op. cit. p. 81.

³ GONÇALVES, R. op. cit. p. 4.

pertine ao território e suas fronteiras, ao cidadão e sua nacionalidade e ao poder soberano.

As fases integracionistas, argumenta Reinaldo Gonçalves, expressam estratégias independentes de desenvolvimento e:

Além da união econômica há somente a formação de uma união política, ou uma confederação, onde a região transforma-se juridicamente em um único país. Deve-se observar que essas formas de integração não foram necessariamente estágios de integração. Várias dessas formas, tais como a área de livre comércio ou o mercado comum, podem ser implementadas diretamente sem que se tenha por objetivo seguir para níveis mais profundos de integração.¹

A capacidade para o desenvolvimento tem ligação direta com a capacidade de investimento estatal e a integração regional é a saída para os países de frágil economia que buscam uma saída para o desenvolvimento. Mas nem todos serão aceitos. Muitos permanecerão marginalizados, sustentando o sistema.

O projeto de integração daqueles que serão aceitos a participar do sistema, pelos que tem reconhecida superioridade econômica, objetiva alcançar o desenvolvimento, em diferentes condições para cada um dos participantes. Assim a globalização da economia expressa a confirmação das transformações restritas, porém buscadas avidamente pelo mundo contemporâneo.

Estratégias de crescimento lideradas pela ação do Estado dependiam da capacidade deste de financiar sua intervenção econômica e, ainda, da dimensão do mercado doméstico para viabilizar uma escala mínima de produção compatível com os objetivos almejados. Mas para a grande maioria dos países subdesenvolvidos, o mercado doméstico era restrito e os recursos disponíveis para a ação do Estado, limitados. Nesse contexto, a integração econômica entre países em desenvolvimento seria uma alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que seria irrealizável nas dimensões de pequenas economias periféricas.²

A globalização econômica transcende a seara econômica, sendo seguida pela ciência, informação, cultura, costumes e até meio ambiente – considerando o alcance da temática, dos impactos e das consequências. Trata-

¹ GONÇALVES. R. op. cit. p. 83.

² GONÇALVES. R. op. cit. p. 84.

se de um desafio intelectual e espiritual. Implica em derrubar barreiras e levantar novas bandeiras.¹

É imprescindível reconhecer a existência de um poder e de um conjunto de valores que, envolvidos num complexo, deverão estar direcionados à solução dos problemas que afligem a humanidade.

O argumento de Josef Thesing fundamenta a idéia da responsabilidade global:

Atualmente, no mundo todo, as elites na política, na ciência, na economia e nos meios de comunicação estão desafiadas a atuar no sentido de prestar contribuições importantes para a solução dos problemas em seus países. Se algo muda num país depende fundamentalmente da resolução e da consciência de responsabilidade de suas elites. São sempre as pessoas que conformam e modificam algo numa sociedade. Aqueles que dispõem de muito poder e influência estão convocados, por razões éticas e políticas, a assumir sua responsabilidade. A população pode reivindicar o cumprimento dessa responsabilidade pela elite com muitos bons argumentos. Numa época em que tantas coisas se transformam, é preciso chamar expressamente a atenção para isso. Esse também é um novo desafio que se coloca em ênfase especial na era da globalização. O global não deve se concentrar apenas no econômico, no financeiro e no tecnológico, é preciso considerar, com o mesmo valor e a mesma prioridade, o meio ambiente, o ser humano, o religioso, o ético, em suma: as condições de vida e de existência humana.²

A existência humana implica em respeito às condições que lhe permitem uma sobrevivência digna. Certamente que tais condições não se resumem unicamente à questão econômica. É necessário imprimir ao processo de globalização, uma vez considerado irreversível, valores que expressem os interesses da sociedade como um todo e não apenas de grupos dominantes.

O progresso social é, na realidade, o sustentáculo do progresso econômico. O discurso não basta. É necessário que se efetivem ações que consubstanciem os valores da sociedade globalizada de tal sorte que sejam implementadas ações em favor da continuidade do homem como sujeito de direitos e deveres e da efetiva superação dos problemas oriundos do desrespeito às escolhas sociais.

¹ THESING, J. op. cit. p. 5.

² THESING, J. op. cit. p. 7.

Cabe às elites proporcionar as condições necessárias à compreensão dos acontecimentos e das mudanças que vêm sendo introduzidas no seio social, resultado dos efeitos da globalização. As transformações somente serão efetivas e definitivas se ocorrerem também entre as lideranças corporativas e políticas, bem como aos profissionais de outras áreas do conhecimento.

Afirma Fritjof Capra:

Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado.¹

O termo globalização tem sido tratado com muitas restrições, abarcando alguns poucos setores da vida humana, quando na verdade possui uma conotação mais abrangente e complexa se considerada a própria acepção da palavra que se refere a um fenômeno que implica na “integração entre mercados produtores e consumidores”².

A soma das palavras globalizar e ação resulta no termo globalização como um processo integracionista, em que múltiplos interesses de natureza econômica, tecnológica, científica, cultural e social devem ser considerados em igual importância com o objetivo precípua de alcançar o pleno desenvolvimento em prol de todos.

3. Conclusão

As guerras, nem sempre representam prejuízos comerciais, ao contrário, na maioria das vezes são altamente lucrativas para uns poucos, refletindo muitas vezes o impacto da perda de valores axiológicos, consubstanciado no conjunto de ideias que caminha a passos largos para o mercado autorregulável que despreza a interação e o capital social.

Todavia, qualquer lucro delas resultantes, jamais compensará as perdas de vidas humanas e todos os horrores inerentes, com destaque para um dos maiores problemas da atualidade, senão o maior, que diz respeito aos

¹ CAPRA, F. **A Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 5. ed. São Paulo: Cultrix. 2001. p. 7.

² MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Reader's Digest**. Rio de Janeiro: Melhoramentos. p. 1037. 2000.

centenas de milhares de refugiados expostos, todos os dias, nos meios de comunicação e que se encontram abandonados por seus próprios governos e rejeitados pelos governos e populações de outros países. As fronteiras territoriais se corporificam em cercas, seres humanos e armas!

A degradação ambiental, tema contemporâneo de reconhecida relevância, nesse cenário globalizado e brutal de desumanidade, assume um papel coadjuvante de pouquíssima expressão, ainda que tudo que se refira ao meio ambiente transcenda as fronteiras territoriais.

O progresso social deve ser, por sua vez, o sustentáculo do progresso econômico. O discurso não basta. É necessário que se efetivem ações que consubstanciem novos valores para a sociedade globalizada de tal sorte que sejam implementadas ações em favor da continuidade do homem como sujeito de direitos e deveres e da efetiva superação dos problemas oriundos do desrespeito às escolhas sociais e em prol do meio ambiente.

Referencias

ALMEIDA, Jozimar Paes de. O Abominável horror das guerras, in *Jornal de Londrina*, 14/09/15.

CAPRA. F. **A Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 5. ed. São Paulo: Cultrix. 2001.

CRETELLA, J. N. **Direito Processual na Organização Mundial do Comércio – OMC**. Rio de Janeiro: Forense. p. 19. 2003.

DALLARI. DALLARI, D. de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva. 2002.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Reader's Digest**. Rio de Janeiro: Melhoramentos. 2000.

POLANYI, Karl. **A GRANDE TRANSFORMAÇÃO: as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. Rev. Tec. Ricardo Benzaquen de Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2012

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 2000

THESING, J. Globalização, Europa e o Século 21. In: **A Globalização entre o Imaginário e a Realidade**. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. República Federal da Alemanha. Tradução Sonali Bertuol. São Paulo. 1999.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, GEOSSISTEMA E O MERCADO DE FITOTERÁPICOS/FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)¹

Talita Pedrosa Vieira de Carvalho²
Reinaldo Corrêa Costa³

RESUMO

A formação socioespacial brasileira abrange o uso e a apropriação de plantas medicinais, que se tornam recursos, com diversas finalidades (social, cultural, político e econômico-industrial). O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é resultado da interação entre a formação socioespacial e geossistemas específicos, pois enquanto estes constituem a base natural das plantas medicinais, aquela cria sentido em seu uso e apropriação. O objetivo do trabalho é localizar na geografia o conceito de formação socioespacial associando à própria formação do mercado em questão e apontar a distribuição espacial gerada a partir do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. A produção de fitoterápicos e fitocosméticos apresenta diferentes escalas de atuação, que transcendem a cidade de Manaus, apesar de essa cidade ser um polo gravitacional de poder, serviços, vínculos institucionais e econômicos neste mercado. Foram realizados trabalhos de campo para obtenção de dados primários de 2009 a 2015, bem como foram aproveitados dados secundários já disponíveis. O resultado é que a formação socioespacial passa a ser influenciada por processos biotecnológicos. Os sujeitos que trabalham mais diretamente com os geossistemas, os camponeses, tornam-se marginalizados no mercado, embora sejam parte importante do processo produtivo do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos.

Palavras-chave: formação socioespacial, geossistemas, plantas medicinais, fitoterápico/fitocosmético.

INTRODUÇÃO

A relação sociedade e natureza encontrada no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus ocorre devido a apropriação de plantas medicinais (recursos considerado *naturais*) que entram em uma escala de produção comercial e industrializada. Essa específica relação sociedade e

¹ Este artigo é resultado do trabalho de dissertação intitulado “Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)”, cuja defesa foi realizada em 03/06/2015. O orientador da dissertação foi o Professor Doutor Reinaldo Corrêa Costa. A dissertação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), mestra em Geografia, talita.carvalho@ifam.edu.br

³ Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), rei@inpa.gov.br

natura é resultado de uma formação socioespacial brasileira, que utiliza as plantas medicinais/recursos naturais de forma industrial como parte de sua história social, cultural e econômica, o que gera um uso de algumas biogeografias, causando impactos nas relações de trabalho e na natureza, mas também uma série de incentivos, por meio de políticas públicas.

A interação de fatores naturais (base biogeográfica para a formação da matéria-prima dos fitoterápicos e fitocosméticos) e a presença de grupos sociais (alguns grupos longe dos centros decisórios do poder e do mercado) possibilita um estudo que se fundamenta pela preocupação central em identificar e analisar os processos que fazem a organização dos espaços da cadeia produtiva dos fitoterápicos e fitocosméticos e criam uma gestão dos territórios a partir do mercado.

SOBRE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, GEOSSISTEMA E O MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS

Mamigonian (1996) afirma que,

M. Santos percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, não pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico e mais pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria formação sócio-espacial.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos não pode ser classificado em um viés de geografia física ou geografia humana, pois assim como possui fatores ligados à natureza tendo em vista o geossistema¹ – literalmente a base para o mercado a partir da exploração biológica feita pelas sociedades (ação antrópica), pois a natureza já existe como potencial ecológico. O mercado e as relações de comércio somente são realizados pela vontade e interesse da sociedade que produz espaços econômicos, culturais e políticos em torno ou dependendo de uma natureza específica.

O espaço econômico e político é entendido no sentido em que o mercado de fitoterápicos/fitocosméticos faz parte do modo institucional, pois foi a partir de políticas públicas que essa estrutura de mercado começou a se desenvolver em Manaus e necessita de técnicas/tecnologias de produção

¹ Geossistema é entendido aqui conforme Bertrand (1971) e Sotchava (1977), devido ao uso de plantas medicinais ligados ao seu potencial ecológico onde na prática é feito pela exploração biológica. Tanto o potencial ecológico quanto a exploração biológica são projeções da ação antrópica, sendo portanto um estudo que também insere conceitos do geossistemas, analisado nesta dissertação como teoria e método.

específicas e de alto custo para existir. A base natural é abundante, mas a socioeconômica e técnica é fraca.

A cadeia produtiva dos fitoterápicos e fitocosméticos possui uma espacialidade ligada à relação sociedade-natureza. Conforme o espaço herdado da natureza são geradas “novas” organizações no campo e na cidade, assim como nas rotas de transporte e algumas resistências (quando o camponês se nega a participar de associações ou cooperativas por não ver retorno financeiro satisfatório apesar de utilizar sua força de trabalho).

Há dificuldade por parte dos camponeses em entender em que nível e escala de mercado estão sendo inseridos ao participarem do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus. Para os camponeses, fitoterápicos e fitocosméticos são, respectivamente, remédios feitos de forma caseira e artesanal geralmente e “receitas” passadas de geração em geração de plantas que fazem bem a pele, ao cabelo, entre outros.

Para os camponeses, o uso e o trato de plantas é tão natural que é difícil entender que esse conhecimento construído no seio familiar é de tanto interesse empresarial mercadológico devido ao seu caráter altamente lucrativo e também que nesse “novo” contexto estão inseridas tecnologias sofisticadas. Afinal, esse mercado se refere a transformações com o uso da biotecnologia, de moléculas, de princípios ativos.

Buscou-se identificar e analisar as relações entre as condições naturais (biogeográficas, pedológicas, climáticas entre outras), os camponeses (produtores da matéria-prima *in natura* e, em alguns casos, de um semielaborado com pouco valor técnico/tecnológico agregado), as empresas de níveis locais (Pharmakos, Gotas, Harmonia Nativa), estaduais (CUPUAMA), nacionais (Beraca/PA, Natura/SP) e mundiais (Croda) e as instituições públicas ou público-privadas (SEBRAE-AM, SUFRAMA, INCRA, IDAM/SEPROR). Ou seja, sujeitos sociais enfraquecidos (política e economicamente), no caso os camponeses, em relação direta com empresas capitalizadas e próximas de centros decisórios de poder e mercado e com o poder público.

Esses sujeitos (econômicos e sociais) com modos de vida diferenciados e agentes (públicos e privados) com diferentes interesses possuem forças opostas e desiguais, e geram usos diferenciados da biodiversidade para a produção de fitoterápicos e fitocosméticos.

A espacialidade do mercado também cria uma relação campo-cidade e se implementa nas infraestruturas que surgem a partir dos anos 2000, como: cooperativas e associações, Unidades de Conservação criadas pelo interior do estado do Amazonas.

O foco para a Amazônia fica cada vez maior associado ao que se denomina de sustentabilidade, o que, na verdade, corresponde às ideologias de mercado criadas intencionalmente para atender às indústrias e criar uma ilusão de que as políticas relacionadas à natureza são bem sucedidas. No

Amazonas, as instituições relacionadas ao ambiente natural, à biodiversidade, possuem uma séria de dificuldades em executar as políticas, em conseguir dinheiro suficiente para a realização de trabalhos de campo.

Muitas dessas políticas não chegam à base camponesa como implementação de estruturas necessárias para a reprodução do modo de vida camponês (MARX E ENGELS, 2009), que um dos sujeitos que transformam a mercadoria no decorrer da cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos ligada ao mercado de Manaus e a escalas nacionais e internacionais.

O camponês do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus não obteve como retorno territorialização de benfeitorias para si, como classe social. Isso acontece devido a uma intensa exploração das relações capitalistas de produção que fixa lucro para seus empreendimentos, geralmente com o apoio do Estado, ao contrário da lógica camponesa de trabalho e vida, uma lógica não capitalista, baseada na reprodução social, econômica e política da família, no uso do etnoconhecimento da biodiversidade (das plantas medicinais, dos ambientes biogeográficos cultivados ou naturais, de partes importantes do geossistema).

Esse modo de vida persiste por anos e, mesmo com a inserção de capital no espaço rural, os camponeses continuam com sua lógica diferenciada, porque contraditoriamente eles são explorados pela lógica capitalista, mas também são imprescindíveis à produção capitalista.

A produção de fitocosméticos e fitoterápicos polarizados por Manaus também corresponde a uma nova atividade para os camponeses, que tradicionalmente trabalham na produção de alimentos, e para o estado do Amazonas, que possui sua economia baseada no Polo Industrial de Manaus, que produz eletroeletrônicos, a conhecida Zona Franca de Manaus (ZFM).

O determinismo econômico envolvendo o mercado dos fitoterápicos/fitocosméticos também é uma limitação assim como se refere Monteiro (2004), pois a economia (capital, técnica, ciência, natureza) é uma das bases para a análise do mercado, mas em associação com a política (ação do Estado, organização dos grupos, regras para uso de recursos), o social (modo de vida, identidade territorial) e a cultura (etnoconhecimento) que se materializam em um espaço, por isso Santos se preocupou em criar o termo Formação Socioespacial.

Mamigonian (1996) faz um independentemente dos outros fatores, pois senão bastaria a implantação de cooperativas abastecidas com máquinas para o funcionamento do mercado, mas há o modo de vida, a formação socioespacial regional, os pontos de estrangulamento do mercado, as relações sociais de produção. Nem por isso, o fator cultural possui a responsabilidade em reduzir a dicotomia facilitando estudos interdisciplinares, pois pode haver um determinismo cultural. A autonomia dos grupos deve ser analisada para que o estudo seja científico, com base na dialética, não somente ideológico.

O conceito de formação social¹ foi empregado por Marx na Contribuição á Crítica da Economia Política com o mesmo significado de sociedade, sendo posteriormente desenvolvido por marxistas estruturalistas passando a significar tipos de sociedade (BOTTOMORE, 1988, p. 159).

Segundo Harnecker (1978), formação social difere de modo de produção, pois envolve uma realidade concreta, complexa, impura, podendo ser um país ou uma série de países com uma história comum, e abrange várias estruturas regionais. O fundamental do conceito é entender que “na maior parte das sociedades historicamente determinadas defrontamo-nos com a existência de várias relações de produção, sendo sempre uma delas dominante [...]”.

O fitoterápico/fitocosmético se encontra na relação sociedade e natureza ou geossistema e formação socioespacial por necessitar de uma base biológica integrada (floresta, solo, clima, relevo) para a produção de matérias-primas (recursos: plantas, semielaborados, bioproduto) apropriadas por diferentes lógicas e relações de produção (camponês, empresa/indústria, Estado) inseridas na estrutura dominante do modo de produção capitalista (DIAGRAMA 01).

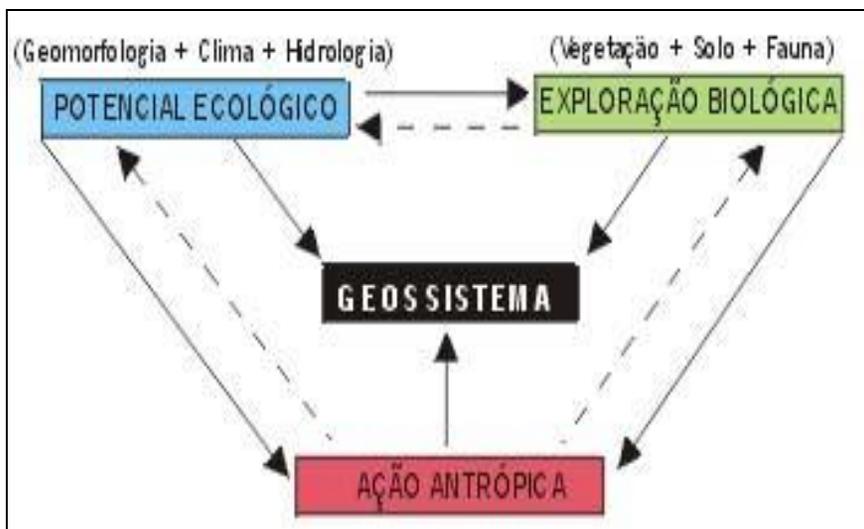


Diagrama 01 – A proposta do trabalho se fundamenta na relevância do potencial ecológico e da exploração biológica como elementos que envolvem o geossistema e ações humanas, em uma inter-relação entre teoria e método, o que sustenta teoricamente a pesquisa e seu objeto empiricamente observado e conforme Bertrand (1971), por ser uma abordagem geográfica que não se confunde com aquela de ecossistema.

¹ Aqui, conforme Marx empregou o conceito de formação social, que é diferente de formação socioespacial.

O estudo do bioproduto e de formação socioespacial pode ser aplicado na análise dos sujeitos do mercado do bioproduto e sua relação com o espaço a fim de realizar seus objetivos. Os empresários precisam de incentivos econômicos (redução de impostos, criação do DIMPE e Cide que disponibilizam um espaço para as bioindústrias, promoção de feiras para venda de produtos, obtenção de matéria-prima com o mínimo de custo) e os camponeses precisam de incentivos sociais e econômicos para incluir na força de trabalho familiar as atividades com o bioproduto (venda direta ao consumidor, inclusão da família no trabalho, aumento de renda financeira, fixação de renda da terra).

O Estado organiza o espaço do bioproduto direcionando os incentivos, de acordo com seus interesses político-econômicos. Por exemplo: Brasil e Amazonas têm a necessidade de se inserirem nas pautas ambientais (e econômicas) mundiais (Rio+20, por exemplo), devido à difusão do discurso ambiental no mundo, incluindo a Amazônia como área de relevante interesse ecológico. O bioproduto seria o resultado do desenvolvimento econômico (geração de empregos de infraestrutura de produção) e da conservação ambiental (pela forma de produção da matéria-prima).

A formação socioespacial também analisa os conflitos de interesse em um mercado composto por camponeses, empresários e Estado. O papel do bioproduto é difundido em discursos sobre *desenvolvimento sustentável* (conservação ambiental e desenvolvimento econômico) do Governo estadual e federal, que o apontam como uma alternativa aos camponeses e uma forma de consolidar o papel industrial e ambiental do Amazonas.

A formação socioespacial significa a evolução das particularidades de uma sociedade relacionada com as forças externas que a influenciam. Essa categoria é diferente de modo de produção; a formação socioespacial expressa a unidade/totalidade da vida de uma sociedade com as continuidades e descontinuidades do seu desenvolvimento histórico. A ênfase nessa categoria está nas especificidades que revelam um dado tempo histórico, mas sem o geral e a totalidade, a categoria é uma mera potência (SANTOS, 1977).

A diferença entre formação socioespacial e sistema social é que esta última é uma teoria universal. O modo de produção abrange a formação socioespacial e representa uma potencialidade, uma *possibilidade de realização* enquanto que formação socioespacial é a *possibilidade realizada* e o concreto de uma sociedade historicamente determinada (SANTOS, 1977).

Mamigonian (1996) faz um retrospecto na evolução do pensamento geográfico mostrando quais paradigmas e pensamentos estavam latentes quando a Geografia se firmou como ciência no século XIX. O marxismo teve o mesmo período de afirmação, cuja diferença entre ambos estava no direcionamento dos estudos; a geografia servia a ala direita, criada principalmente com uma base alemã, e o marxismo servia a ala esquerda, criado mais internacionalmente.

O capitalismo segue uma tendência em separar a Geografia Humana da Geografia Física assim como separar a Geografia da Universidade criando estudos cada vez mais especializados. O capitalismo se interessa pelo Geossistema como uma visão abrangente da natureza que abarque seus problemas ambientais, mas não pela Formação socioespacial que se interessa pelos problemas sociais (MAMIGONIAN, 1996).

As leis naturais são vistas com mais facilidade como se somente essas interferissem na relação sociedade e natureza e tivessem vontade própria em comparação com as leis sociais. A Geografia Física com o Geossistema segue mais progressos do que a Geografia Humana, impossibilitando uma aproximação entre a história dos homens e a da natureza, ou seja, a unidade da Geografia (MAMIGONIAN, 1996).

No entanto, o mercado de fitos não é somente uma base natural, pelo contrário é uma formação socioespacial específica que condiciona o uso da natureza e de que forma esse uso ocorrerá, sendo um fator de muita influência. Afinal, foi somente com a criação de leis e do interesse público que o geossistema passou a ser utilizado para um mercado de fitoterápicos/fitocosméticos mais abrangente e conectado a um mercado nacional e mundial, apesar da potencialidade do bioma amazônico já ser evidenciado há no mínimo três décadas.

Para Moraes (2005), a formação socioespacial brasileira é a base para o entendimento na mudança no ato de planejar no Brasil. Ficou claro que o planejamento deve ser realizado de forma integrada, e não setorial, assim como a própria disposição dos órgãos públicos deveria ser integradas, pois todos os temas se inter-relacionam, sendo problemático analisá-los separadamente. A interdisciplinaridade corresponde a uma necessidade epistemológica, mas ainda assim deve haver uma disciplina norteadora dos princípios.

Moraes (2005) levanta uma questão de cunho ético: a quem pertence o patrimônio natural de um país? No caso, o Estado seria o detentor do território do país, mas quem seria o detentor da biodiversidade, que apesar de ter caráter local, em muitos casos, o mecanismo de sua existência é extraterritorial, pertence a outros países e mesmo a áreas internacionais.

Para uma análise epistemológica, são necessários alguns pontos na pesquisa: localização filosófica (escolha de uma base disciplinar com um cabedal de conhecimentos), pesquisa metodológica (para um diálogo entre métodos) e uma padronização na linguagem (proporcionará concretude na comunicação), ou seja, é um processo de universalização dos conceitos com uma base empírica diferenciadora (MORAES, 2005).

O processo de consolidação da ecologia (ora uma ciência, método ou questão social/objeto de interesse e de intervenção política) proporcionou uma dificuldade na formação de uma consciência ecológica. O autor propõe que

um caminho dessa consciência é historiar as ações práticas dessa forma de consciência enquanto movimento social (MORAES, 2005).

Na Declaração de Estocolmo de 1972, foi reafirmado o direito soberano dos países quanto ao uso de seus recursos naturais, o que possibilita a criação de uma geopolítica sobre a questão ambiental. O entendimento de que há recursos naturais finitos unifica o discurso dos ambientalistas. Os desdobramentos desse discurso levam ao entendimento de que a natureza é um produto, seja como bem material ou bem simbólico, e que a natureza é um banco biogenético, como uma reserva de valor. Esse ambientalismo se constitui como importante componente da espacialidade do mundo (MORAES, 2005).

O grande agente de produção do espaço e de ocupação do território é o Estado, que possui um poder centralizado territorialmente (território possui dominação política institucionalizada). O ordenamento territorial é distinto de regulamentação de uso do solo. O ordenamento é uma visão macro do espaço enfocando os conjuntos espaciais e espaços de interesse estratégico ou uso especial (MORAES, 2005).

O capitalismo busca submeter todos os lugares a sua lógica enquanto que o capital tende a ser seletivo para escolher lugares onde se concentrará. Isso reflete na política ambiental cabendo ao Estado o papel de controlar a incorporação dos lugares à economia de mercado para que os grupos sociais permaneçam nos seus lugares. E o planejamento participativo é um desafio (MORAES, 2005).

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E TOTALIDADE DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

Esse artigo é resultado de questões ligadas à geografia como totalidade, devido à formação socioespacial que “expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SANTOS, 1977). A totalidade envolve também o uso da biodiversidade de forma específica e o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos e a problemática de algumas dimensões da relação sociedade-natureza mediadas pelo comércio e pela tecnologia.

O modo de produção capitalista apresenta várias potencialidades econômicas dos fitoterápicos e fitocosméticos, o que justifica a formação de um mercado, como: o uso da biodiversidade amazônica para aproveitar seus valores estéticos e medicinais nas indústrias de cosmético e farmacêutica, enquanto que a formação socioespacial mostra o mercado dos fitos como uma possibilidade realizada em Manaus que se relaciona a outros lugares de produção; cada lugar (Manaquiri, Careiro, Ananindeua, São Paulo) com uma

significação social devido ao momento histórico que permite a existência de tal mercado.

O entendimento da totalidade do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos tem como ponto de partida a distribuição espacial dos produtos, posteriormente, ligado a isso, as políticas públicas, denominadas territoriais que criam infraestruturas e outros espaços fundamentais à existência do mercado, as potencialidades estruturais do mercado no Amazonas, e os ambientes biogeográficos que possibilitam o uso da biodiversidade em diferentes escalas. Ou em outra forma, a natureza como mercadoria.

Nesse trabalho, foram tratados os problemas ligados ao mercado de fitoterápicos e fitocosméticos que há aproximadamente quinze anos possui políticas estaduais e nacionais específicas para sua reprodução e manutenção e que impactam o uso da natureza, seja como potencialidade ou recurso natural.

A Unidade Espacial de Análise é formada por:

- Manaus, capital do estado do Amazonas, onde estão os setores dos poderes públicos como secretarias estaduais, as bioindústrias e onde a produção industrial e o desenvolvimento técnico e científico é mais forte e consolidado, assim como a presença de força de trabalho qualificada no contexto do Amazonas;

- Manaquiri (AM), município do interior do Amazonas, onde está localizada a COOPFITOS, uma cooperativa criada pelo incentivo do SEBRAE-AM, IDAM e Prefeitura de Manaquiri, que produz óleo vegetal de andiroba e abastece uma bioindústria de Manaus;

- Careiro Castanho, município do interior do Amazonas, onde está a empresa CUPUAMA, que possui uma relação direta com uma empresa inglesa multinacional (CRODA), devido à produção da manteiga de cupuaçu e que comercializa para algumas bioindústrias de Manaus;

- Presidente Figueiredo, município do interior do Amazonas, local de uma propriedade privada de uma bioindústria de Manaus, que produz cajuru (planta medicinal) como matéria-prima, e onde está localizada a Associação Comunitária Santo Antonio do Abonari, que produz a manteiga do cupuaçu.

Recentemente, foram identificados ainda:

- Carauari, município onde a empresa Natura possui uma relação comercial direta com camponeses para o fornecimento de matéria-prima e a participação dos camponeses no processo de produção do semielaborado 01 como forma de agregar valor aos seus produtos, devido ao vínculo com o bioma amazônico e os chamados “povos tradicionais”.

- Ananindeua, município da Região Metropolitana de Belém (Pará), onde se localiza a empresa Beraca que também fornece matéria-prima às bioindústrias de Manaus e atualmente está agindo como reguladora de preço das matérias-primas, assim como a:

- Natura, empresa brasileira que possui uma instalação no município de Carauari, onde mantém um contrato com os camponeses para a comercialização direta de matéria-prima. Também possui um escritório em Manaus.

Os trabalhos de campo foram realizados com o intuito de conhecer a realidade nos lugares de produção da matéria-prima *in natura*, assim como identificar os modos de vidas dos sujeitos produtores, as políticas públicas relacionadas, as dificuldades/facilidades na produção, distribuição e circulação das mercadorias e as relações espaciais necessárias para a reprodução do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos de tais municípios ligados à Manaus.

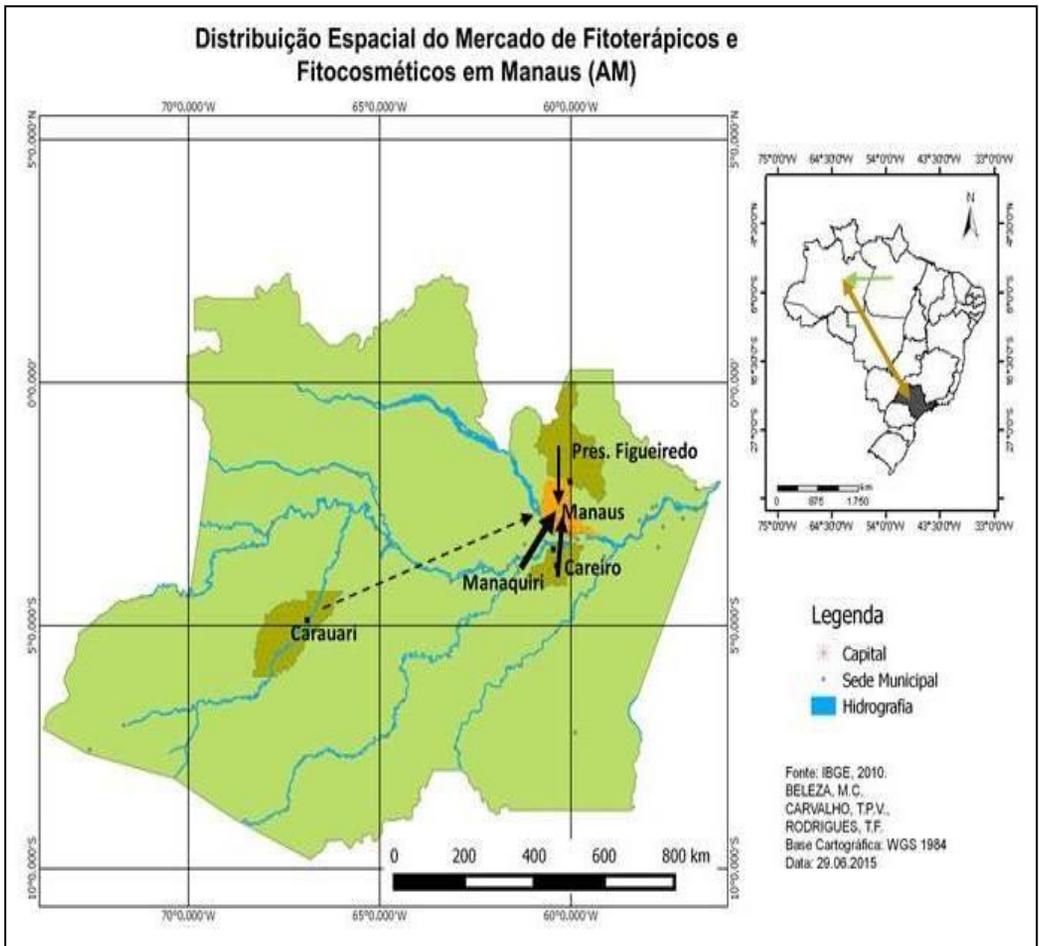
A distribuição espacial do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM) (MAPA 01) foi identificada no decorrer da dissertação. Os municípios de Manaquiri, Careiro e Presidente Figueiredo são representados no mercado em questão, respectivamente, por: uma cooperativa (Coopfitos), uma empresa (Cupuama) e uma associação (Abonari).

Manaquiri tem uma ligação mais forte com Manaus devido ao fornecimento do semielaborado 01 para as bioindústrias ser mais constante e regular. Careiro Castanho também tem relação com as bioindústrias de Manaus, porém a quantidade fornecida é menor se comparado a Manaquiri. Presidente Figueiredo tem uma relação menos intensa devido à paralisação que ocorreu nas atividades da associação.

O município de Carauari está diferenciado, pois é um município não visitado em trabalho de campo. As informações obtidas e utilizadas na dissertação são resultado de dados secundários¹. Carauari é representada no contexto do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus pela Asproc, uma associação que vende semielaborado 01 diretamente para a Natura, que, por sua vez, tem um escritório em Manaus, e sede em São Paulo. A relação entre Amazonas e Pará é representada pela empresa Beraca que fornece matéria-prima às bioindústrias de Manaus.

A relação entre Amazonas e São Paulo ocorre no decorrer da cadeia produtiva, resultando em uma dependência tecnológica de Manaus. Pela ausência de biotecnologia e de outras infraestruturas referentes às legislações sanitárias, há uma necessidade do produto ainda em elaboração ser enviado para São Paulo, retornando posteriormente enquadrado nas normas fitossanitárias.

¹ Os dados secundários são resultados de levantamento bibliográfico e uma palestra promovida por alunos-pesquisadores do grupo de pesquisa do INPA ao qual a autora estava inserida durante o mestrado.



CONCLUSÃO

O estudo do mercado dos fitoterápicos/fitocosméticos na Geografia precisa ser estudado na totalidade, pois abrange vários fatores do geossistema e da formação socioespacial necessários para um desenvolvimento social.

Com geossistema, é possível identificar os recursos naturais utilizados como matéria-prima que tem sua formação oriunda da inter-relação de componentes naturais, como: clima, solo, floresta, e a projeção humana com diferentes lógicas de apropriação e produção. Com a formação socioespacial, as estruturas de mercado, ação do Estado com políticas públicas específicas, modos de vida e de produção diferentes regionalmente e entre os sujeitos.

Agradeço a CAPES pelas bolsas concedidas no período de 12 meses como aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM.

REFERÊNCIAS

- BERTRAND, George. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, 27 p., 1971.
- BOTTOMORE, Thomas. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988;
- HARNECKER, M. O Capital: conceitos fundamentais e LAPIDUS e OSTROVITIANOV. **Manual de economia política**. SP: Global, 1978.
- MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a “formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198 -206.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **Interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento**: limitações e desafios da/à sociedade brasileira. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR. Revista n. 10, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2005
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, jun./1977, pp. 81-100.

POTENCIALIDADES DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS/FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)¹

Talita Pedrosa Vieira de Carvalho²
Reinaldo Corrêa Costa³

RESUMO

As potencialidades do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus são estruturas existentes no Amazonas, força de trabalho com capacitação e recursos naturais disponíveis para o aproveitamento econômico e político. A economia do estado do Amazonas ainda é voltada para a produção de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus (ZFM), que pertence a um outro momento histórico, econômico e político do Brasil. A ZFM é sustentada majoritariamente pelos incentivos fiscais que ajudam a manter as indústrias instaladas em Manaus. Esse modelo industrial importado pode ser reajustado com a incorporação de novas formas de industrialização direcionadas para o uso das capacidades ociosas regionais, visando a um desenvolvimento social e econômico interessado em manter a biodiversidade, utilizando-a industrialmente, assim como manter a força de trabalho com mais capacitação e fortalecer a relação campo e cidade, ao invés de marginalizar o campo. O objetivo é analisar as potencialidades do mercado já existentes para a alternativa econômica do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos e analisar também uma ação nacional vinculada a uma política do uso da biodiversidade (O Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade). Foram realizados trabalhos de campo para obtenção de dados primários bem como foram aproveitados dados secundários já disponíveis. Temos como resultado a necessidade de aproveitar as potencialidades regionais e fortalecer as identidades e modos de vida locais visando um “novo” paradigma de desenvolvimento industrial.

Palavras-chave: Potencialidades, Capacidade ociosa, Sociobiodiversidade.

¹ Este artigo é resultado do trabalho de dissertação intitulado “Mercado de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM)”, cuja defesa foi realizada em 03/06/2015. O orientador da dissertação foi o Professor Doutor Reinaldo Corrêa Costa. A dissertação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Professora do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), mestra em Geografia, talita.carvalho@ifam.edu.br.

³ Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), rei@inpa.gov.br

INTRODUÇÃO

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos está em evidência na Geografia há poucos anos, havendo alguns estudos que demonstram a preocupação em estudá-lo, porém os estudos geralmente estão relacionados ao inventariado de “produtos naturais” e à localização do mercado, e não em uma análise das problemáticas ambientais e sociais sobre um mercado que utiliza a propaganda e a ideologia do sustentável e do saudável (que podem ser resumidas com o uso da palavra *verde*), que possui uma base geossistêmica e uma formação socioespacial que condicionam sua existência.

A formação socioespacial está presente na justificativa do uso das plantas medicinais, no modo particular de produzir, nos conflitos internos do mercado, na interferência do Estado, na implementação de políticas públicas territoriais.

O modo de produção (produção, circulação, distribuição e consumo) é determinado pela formação socioespacial que, por sua vez, possui uma estrutura técnico-produtiva expressada por sua distribuição espacial. As formas geográficas representam os modos de produção passados (herança) e atual. A realização prática da produção ocorre em um local para cada processo ou fração de processo com um significado particular relacionado ao momento histórico em que está sendo ocupado (SANTOS, 1977).

POTENCIALIDADES DO MERCADO DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS EM MANAUS (AM)

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos precisa de uma base geossistêmica composta basicamente por: planta medicinal, condições climáticas (temperatura, umidade), solo, topografia e hidrologia. A unidade espacial geossistêmica é chamada de quintal/sítio ou é delimitada em áreas de floresta, onde estão as plantas medicinais que não são cultivadas ao redor da casa camponesa.

O quintal é de importância fundamental no processo de cultivo de vegetais para a mediação de enfermidades físicas e subsistências alimentares diversificadas, uma vez que não há farmácias ou postos de atendimento de saúde, sendo necessária a intervenção dos processos de cura e/ou oriundos da tradição popular (PASA *et al*, 2008)

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é uma realidade histórica brasileira devido ao difundido uso de plantas medicinais por meio do etnoconhecimento associado ao aproveitamento de recursos “naturais” (matérias-primas) para a bioindústria. Como parte dos objetivos da produção desse mercado, são criadas infraestruturas (formas-conteúdo) para promover

sua distribuição espacial. Alguns exemplos: DIMPE, CIDE, COOPFITOS, feiras de divulgação de produtos.

A necessidade do governo federal, atuando com os governos estaduais e municipais em organizar as cadeias produtivas, mostra a influência de forças externas que pressionam o Brasil por ter em seu território uma floresta biodiversa e não utilizá-la. O Governo Federal já está criando agendas de cadeias produtivas regionais dentro da agenda nacional. O fato de a matéria-prima pertencer ao Brasil não significa um poder do país nesse mercado enquanto outros países detiverem tecnologias mais avançadas para trabalharem com a transformação da mercadoria, agregando mais valor econômico e deixando o Brasil como um exportador de matéria-prima *in natura*.

O mercado de fitos está ligado às políticas públicas na cadeia produtiva, à organização de força de trabalho local, à criação de infraestruturas a partir do incentivo do Estado, à influência de empresas multinacionais (exemplo: Croda do Brasil). Estado e empresas influenciam nos locais/lugares. O mercado de fitos em Manaus é dominado pelos empresários, mas os camponeses não possuem vontade política em participar, pois até o presente esse mercado não proporcionou benefícios sociais, econômicos e/ou políticos.

O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos necessita de infraestruturas apropriadas para a sua reprodução, conforme as exigências do mercado e as legislações dos Estados. Sem essa base de infraestrutura associada com a superestrutura, uma série de entraves surge e impossibilita a continuidade da cadeia produtiva em determinados lugares. Principalmente porque o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos apresenta um diferencial de vinte anos para o presente: a industrialização.

Conforme Carvalho e Costa (2014b), “dentre as necessidades dessa indústria estão: força de trabalho especializada, matéria-prima de *qualidade* e em escala de mercado, Ciência e Tecnologia”. Esse diferencial acrescenta mais valor à mercadoria final (bioproduto), mas também causa uma dependência tecnologia da cidade de Manaus com outros centros cuja geração de tecnologia é mais desenvolvida. Ao longo dos anos estudados, não foi possível identificar uma melhora significativa em relação à aquisição de tecnologias mais avançadas, como: a biotecnologia, fundamental para a elaboração do fitoterápico e fitocosméticos e que para ser utilizada em escala industrial são necessários altos investimentos em Ciência e Tecnologia.

A base da tecnologia é a biodiversidade em seu nível genético. Dessa forma, a biodiversidade passou a ser visualizada não somente como recurso natural, mas principalmente como recurso informacional (*informação da matéria viva*) com grande potencial de aplicações industriais (NOGUEIRA, 2013).

A empresa Natura possui um núcleo de desenvolvimento científico em Manaus, onde investe em biotecnologia, produzindo-a para seus produtos, mas as micros e pequenas empresas ainda não conseguem realizar as mesmas atividades nem em menores dimensões em termos tecnológicos.

O Núcleo de Inovação Natura Amazônia (NINA) está localizado em Manaus, desde 2012, e segundo o site da Natura (Acesso em: 10/04/2015)

faz parte da frente de Ciência, Tecnologia e Inovação do Programa Amazônia e **tem como missão desenvolver inovação relacionada à sociobiodiversidade amazônica e contribuir com o desenvolvimento do sistema regional de inovação** através de sua atuação em rede, junto aos demais atores desse sistema (grifo dos autores).

A questão em torno da Natura está no grifo da citação anterior, porém a forma de desenvolver a “inovação relacionada à sociobiodiversidade” é restrita a empresa que é quem paga e produz a inovação para utilizar em seus produtos visando estar melhor diante da competitividade do mercado e da indústria de fitoterápicos e de fitocosméticos de escalas nacional e mundial.

E a contribuição com o “desenvolvimento do sistema regional” é relacionada ao preço que a Natura paga aos camponeses que fornecem a matéria-prima à empresa. Preço esse não se difere em relação aos outros mercados onde a empresa paga o que quer aos ‘fornecedores camponeses’. Alguns empresários entrevistados em 2014 e em 2015 disseram inclusive que a Natura, assim como a Beraca (empresa do Pará), está agindo como reguladora de preços pagos pelas matérias-primas no Amazonas.

Essas empresas estão agindo como reguladoras de preços na comercialização, segundo entrevistas nas bioindústrias, tendo em vista que o camponês é inserido em cadeias produtivas mundializadas, mas ainda recebe valores tímidos pela venda de suas mercadorias. No mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, por ter um diferencial de novidade, é interesse de o Estado investir, com isso algumas empresas usufruem dos investimentos pagos pelo Estado. Como no caso de Carauari, onde as máquinas para a extração dos óleos vegetais (que reduz o tempo de extração do óleo) foram na maioria de projetos da UFAM e de outras fontes do governo.

Em Manaus, há problemas em produzir o fitoterápico e o fitocosméticos totalmente no Amazonas, “devido às dificuldades de uso da biotecnologia e aos altos preços por embalagens e insumos que constituem o processo de transformação da mercadoria, o que acaba interferindo em toda a cadeia produtiva (à montante e à jusante)” (CARVALHO E COSTA, 2014b).

As dificuldades em relação às infraestruturas, à *qualidade* do semielaborado, ao pouco uso de biotecnologia, fazem com que a

matéria-prima *in natura* se torna um recurso ocioso, uma potencialidade e/ou uma propaganda de governo. O fato é que há matéria-prima em grande quantidade, mas não há um aproveitamento econômico-industrial, tanto pela falta de biotecnologia para uma escala de produção de mercado quanto pela falta de infraestrutura de deslocamento da matéria-prima às empresas em Manaus, ou seja, o processo de transformação da mercadoria na cadeia produtiva ocorre com dificuldades desde a produção à industrialização (CARVALHO E COSTA, 2014b).

Foi identificado que o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus possui mais potencialidades – potenciais infraestruturas ou infraestruturas subutilizadas – do que de fato condições estruturais para a sequência da cadeia produtiva. O que predomina são as capacidades ociosas, conforme Rangel (2005).

Na cadeia produtiva do bioproduto – que envolve muito mais que a mera produção da mercadoria e suas etapas (produção, distribuição, circulação e consumo) – há uma especialização do território que é constituído com um novo significado para a natureza e suas potencialidades, via tecnologia e indústria, com uma denominação de origem ligada não ao lugar, mas a um nome, no caso, Amazônia.

A mercadoria principal é o denominado bioproduto (FIGURA 01) que é antes de tudo produzido na ideologia do capitalismo verde. O prefixo bio é um diferenciador ideológico, mercadológico ou até mesmo um ideário de sustentabilidade. Quanto ao ideário de ser *verde*, é a ideologia de trabalhar com produtos naturais como matéria prima, mas o capitalismo é igual, fundado no lucro e reprodução ampliada do capital. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 14), “o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população”.



Figura 01 – Exemplos da forma final dos bioprodutos, ou seja, a externalidade visível de um processo de escalas amplas que ocorrem em diferentes lugares, como: na Feira de Artesanatos e Produtos da Amazônia, organizada pela Associação das Feiras de

Artesanato e Produtos da Amazônia (AFAPA), conhecida como “Feira da Eduardo Ribeiro” no centro comercial de Manaus; na empresa Gotas da Amazônia; e na empresa Pharmakos D’Amazônia. As duas últimas empresas estão instaladas no Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE). Em: 2011.

A matéria-prima é vista pelo mercado como recurso natural, isto é, há uma relação de apropriação e de valor de troca, a natureza já é vista não mais como matéria primeira, é vista objetivamente como um recurso que como não foi produzido por trabalho humano, social e historicamente delimitado é denominado de recurso natural, porque ele é territorializado no sentido de posse, propriedade, domínio e meio de produção. A natureza é apropriada e transformada para a produção de mercadorias e também ela própria se torna uma mercadoria (solo, subsolo, biomas, águas, moléculas).

O denominado recurso natural, ou a natureza, é entendido como um estoque, fonte de matéria-prima para o mercado, cada vez mais monopolizando, concentrando e, via processos tecnológicos, sendo concentrador de naturezas. O bioproduto em sua forma mais ampla é um exemplo dessa concentração, ele é produto e produtor de uma geograficidade oriunda dos processos da sociedade, da natureza e do capital. Conforme Raffestin (1993, p. 225):

um recurso é o produto de uma relação. A partir daí, não há recursos naturais, só matérias naturais. Estaríamos enganados em pensar que se trata de um problema qualquer de semântica. Trata-se de algo bem diferente e, sobretudo, nem mais do que isso: é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e sócio-econômica dos recursos.

O estudo fitoquímico pode resultar em isolamento e identificação de substâncias. O conhecimento do metabolismo das plantas, o estudo das matérias primas do bioproduto, ainda que não tenham sido exaustivamente finalizados, nem feito seu isolamento de substâncias com estruturas químicas diferenciadas e úteis ao mercado ou não, possibilita um aporte para a produção do conhecimento das espécies mais utilizadas para fins do bioproduto.

Para o isolamento e identificação de substâncias extraídas das matérias-primas do bioproduto, vale ressaltar a relevância da combinação de diversas técnicas de análise das substâncias com estruturas químicas relevantes para o bioproduto.

As plantas, animais e microrganismos são elementos da natureza e que a sociedade de diversos modos faz uso deles em sua formação socioespacial seja econômico, ambiental, alimentar, adubos, perfumes, econômicos, entre tantos outros. Recentemente, com o advento de novas tecnologias e o avanço das ciências estão sendo analisadas as diferentes potencialidades da natureza

no plano das moléculas para uso da sociedade e seus mercados. Os estudos precisam ser constantes porque nem a sociedade nem os organismos são estáticos, há evolução e adaptação ao meio geográfico por parte de ambos.

Isto é notório ao verificar a resistência adquirida aos medicamentos pelos microrganismos, devido às mutações. Para isso, temos a pesquisa com plantas e microrganismos tendo que separar as substâncias ativas. No entanto, não raro, tais substâncias são também tóxicas ou provocam efeitos colaterais indesejados, o que impossibilita a produção/invenção de um medicamento, pois espera-se que o medicamento possua apenas substâncias que contribuam com o metabolismo humano sem provocar danos.

As pesquisas em fitoquímica sempre têm o intuito de isolar um princípio ativo, pois é ele que terá ou será usado nos mercados, isto é, na cadeia produtiva, como ingrediente básico funcional da utilidade da mercadoria.

No entanto, o mercado brasileiro e a indústria nacional não estão estruturados para a produção de medicamentos, porque o que se tem é uma indústria onde no máximo se produzem produtos chamados fitoterápicos, que são extratos brutos padronizados de plantas. Um extrato bruto padronizado é uma mistura, obtida direto de uma planta conhecida, que possui controle de qualidade e confirmação da atividade biológica e da não toxicidade.

Segundo Costa e Nunez (2012), “todavia confundir as pesquisas fitoquímicas das universidades e dos institutos de pesquisa com as pesquisas dos laboratórios internacionais é um equívoco tão grande quanto associar o cientista social a um agente infiltrado [...]”.

Este processo não agrega muito valor ao produto. A indústria nacional deveria investir na obtenção de substâncias isoladas que possibilitam um melhor controle de qualidade e um maior valor agregado aos seus produtos.

O processo de formação de uma mercadoria exige outro processo, o de qualidade, e isto passa por processos técnicos e burocráticos ligados ao poder público: sua regularização concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Tal controle sanitário não visa somente consumo interno (segurança à saúde do consumidor), ele também é fundamental para a exportação (circulação) de mercadorias para o exterior e para outros estados brasileiros. A aprovação pela ANVISA também é um certificado que agrega valor ao produto atestando suas qualidades e benefícios. Segundo a fala de um empresário de Manaus: nesse processo da cadeia produtiva “o entrave é a legalização. A ANVISA é muito exigente”.

Conforme Ferreira *et. al.* (2010),

Em Manaus, ainda não houve uma real consolidação desse mercado, mas, de acordo com os empresários entrevistados, o que houve foi um crescimento econômico nos últimos anos, visto que o número de indústrias regularizadas na cidade teve um aumento.

Muitas dessas potencialidades foram resultados de políticas públicas territoriais. As principais estão na cidade de Manaus, como polo gravitacional de políticas e centro de gestão econômica e política do Amazonas. São elas: Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE) e o Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE). Ainda segundo os autores:

Isso ocorreu pela atuação de políticas do Estado que possibilitaram a instalação de micro-empresas desse ramo no Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (DIMPE) e no Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE), por exemplo, o que também facilita a participação dessas empresas em feiras com o objetivo de comercializar e divulgar seu bioproduto. Uma territorialização das empresas de bioprodutos (FERREIRA *et. al.*, 2010).

Manaus é o centro gravitacional do bioproduto no Amazonas, a mercadoria converge para essa capital e enquanto pronta para o consumo Manaus é um centro dispersor. Na convergência e dispersão, o valor varia, pois várias mercadorias se somam metabolicamente para a produção do produto final que é valor de troca e portador de valor de uso.

O processo produtivo passa por diferentes sujeitos sociais e econômicos, assim como, por diferentes processos. Em cada etapa, há uma dinâmica de formação de valor/preço, e é onde ocorre extração da renda da terra e da mais-valia. O trabalho como processo social, econômico e político produz resultados que são apropriados de diferentes formas e por diferentes sujeitos, grupos ou classes sociais. O trabalho é uma das formas de espacialização, de territorialização e de formação das paisagens, para Martins (2000, p. 30), “ao industrializar um trabalho”, transforma-se o “secundário em essencial” e se “introduz os requisitos lógicos de uma economia industrial”.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas ainda não contabiliza plenamente o pertencimento do bioproduto, mas é uma realidade, formal e informal/subterrânea, que está se constituindo no processo industrial e comercial, mas que precisa ser diferenciada enquanto objeto único e peculiar na balança comercial amazonense e brasileira.

Leonel (2000) afirma que

O aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio expressivo: a venda de medicamentos derivados de plantas nos EUA, em 1990, já alcançava US\$ 15.5 bilhões. Em 1985, somando-se EUA, Europa, Canadá, Austrália e Japão, esse mercado movimentou US\$ 43 bilhões.

Em nível mundial, o mercado de fitoterápicos (mercadoria finalizada) em 2000 teve 6% do faturamento de todo o segmento de medicamentos, ou

seja, \$ 340bi¹. Em nível nacional, por exemplo, no ano de 2007, houve uma circulação de mercadorias (bioproduto) nesse setor econômico “equivalente a R\$ 19,6 bilhões” (FIEAMNotícias, Ano III, nº 25, Maio/2008, p. 18), segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) (FERREIRA *et. al.*, 2010).

O denominado bioproduto participa no cenário econômico brasileiro com cifras expressivas e é ligado ao mercado da beleza, ao ideário do consumo saudável de um produto natural sem insumos químicos industrializados e tendo como matrizes produtos da biodiversidade amazônica.

A mercadoria é produzida com seu valor de troca, mas tem também um valor de uso, uma utilidade, uma aplicabilidade como uma de suas razões de existência fora ser uma mera mercadoria geradora de lucro. O seu uso para fins medicinais e estéticos, afinal, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1995, p. 53).

Na cadeia produtiva, o destino final é pensado como criação e satisfação de necessidades, do consumidor final, do produtor primário com base no trabalho familiar, e também no setor industrial, assim como, por alguns setores do poder público, como Receita (estadual e federal), e também o uso político do bioproduto como elemento que valoriza a biodiversidade não precisando de desmates.

PLANO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

O Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (ou Plano Nacional da Sociobiodiversidade) foi lançado em 2009, na cidade de Manaus pelo presidente da época, Luiz Ignácio Lula da Silva. O objetivo principal para sua criação foi “elaborar um plano de ação para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade” (MDA *et. al.*, 2009) junto com membros e entidades governamentais, da sociedade civil e, em alguns momentos, representantes empresariais.

A ideia da sociobiodiversidade está associada aos fatores naturais e aos aspectos socioculturais dos povos que utilizam essa natureza como parte de seus modos de vida. Segundo Marx e Engels (2009, p. 24), o modo de vida:

O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu

¹ Dados obtidos na Palestra de Abertura: “Fitoterápicos e Fitoterapia: Panorama Mundial e Nacional” realizada pelo Dr. Roberto Leal Boorhem da Associação Brasileira de Fitoterapia (ABFIT) durante a Semana Municipal e Estadual de Plantas Medicinais, realizada em Manaus nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2011

mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, **de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos**. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem e também com o como produzem*. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (grifo dos autores).

A força de trabalho camponesa é utilizada e tratada como necessária devido ao fato de haver uma “coincidência da concentração da biodiversidade em territórios ocupados pelas populações indígenas, e outras culturas tradicionais de manejo, [o que] colocou o tema da preservação dos recursos da natureza como interligado à defesa dos direitos da diferença, como à terra e à cultura” (LEONEL, 2000) e ao desenvolvimento local.

Para o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, há uma junção entre sociedade e natureza, principalmente aquela sociedade que utiliza a natureza de forma mais primária, básica, mas não somente, pois o Plano diz respeito à transformação dessa natureza em produtos industrializados, em produtos inseridos em cadeias produtivas, e, complementando, em circuitos mais globalizados. Tudo começa com a produção camponesa que trata da matéria-prima, pois é por meio de sua força de trabalho e de seu modo de vida que há uma matéria-prima para se começar uma cadeia produtiva e o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus.

O conceito de sociobiodiversidade representa a riqueza biológica dos biomas (no caso em questão, da Amazônia) associada a

uma grande diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, entre outras), **detentoras de conhecimento considerável e habilidades sobre os sistemas tradicionais de manejo da biodiversidade** (MDA *et. al.*, 2009). (grifo dos autores)

Esse conceito reconhece que esses vários povos já utilizam a biodiversidade há gerações, e esse uso é feito com base em um conhecimento e habilidades (técnicas), como o clássico gênero de vida LaBlachiano. O Plano reconhece o poder (do conhecimento) desses grupos em relação à biodiversidade, sendo capazes de manejar a mesma. Mais que isso, os camponeses conseguem localizar a biodiversidade, reconhecer suas utilidades, suas finalidades e sabem também que há um valor (de troca) por ela.

Conforme Raffestin (1993, p. 252), “a utilidade de uma matéria, como elemento básico de um recurso, é função da estrutura técnico-econômica e das sucessivas conjunturas”. Somente saber que a biodiversidade pode ser utilizada para determinado fins, seu valor de uso, não basta para um desenvolvimento social a partir do uso da biodiversidade e isso não é o objetivo de empresário e nem do governo que visam lucros. É necessário que a conjuntura política e a estrutura técnica se organizem para que o uso da biodiversidade de fato aconteça.

O conceito de sociobiodiversidade “expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”, segundo o MDA *et. al.*, 2009, ou é possível afirmar no contexto do estudo que representa a interseção do geossistema e da formação espacial (DIAGRAMA 01).

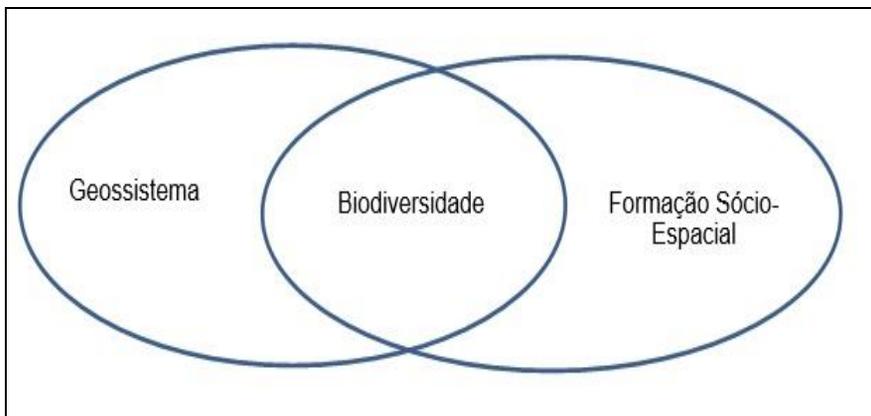


Diagrama 01 – O mercado de fitoterápicos e fitocosméticos é resultado da apropriação da natureza (geossistemas) para o uso (social, econômico e político). A apropriação e a utilização da biodiversidade (especificamente plantas medicinais) são ocasionadas por interesses individuais de cada grupo social e pela força da formação socioespacial brasileira. A formação espacial e o geossistema são a base teórico-metodológica para a análise das projeções sociais, sob uma problemática específica da biodiversidade. Elaborado em: 2014.

Foi identificado também que a natureza dos biomas brasileiros estava sendo subutilizada. Conforme MDA *et. al.* (2009),

Embora tenha uma importância significativa na geração de renda e segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, as estatísticas oficiais apontam que os valores registrados para a produção extrativista não-madeireira representam aproximadamente 0,48 % da produção primária nacional, o que equivale, no segmento de produção primária, apenas 480 milhões de reais. **Estes valores indicam a pouca visibilidade e o pequeno espaço**

ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal. (grifo dos autores)

Como proposta de mudar essa realidade de subutilização da biodiversidade tão vasta e necessária, o plano traça metas para, portanto, organizar toda a força de trabalho, na lógica do capital? Para o aproveitamento biológico, ecológico e econômico da biodiversidade, é necessário inseri-la em cadeias produtivas, em um processo de industrialização. Segundo MDA *et. al.* (2009),

Multiplica-se por todo o país projetos que sinalizam o **potencial** de competitividade das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, revelando a grande **possibilidade** que este mercado representa para o desenvolvimento sustentável. Organizadas em associações ou cooperativas, inúmeras comunidades têm buscado consolidar projetos de produção e extrativismo sustentável. (grifo dos autores)

Segundo Dubois (1996), as atividades extrativistas criam uma acumulação de conhecimentos que possibilitam um manejo mais intensivo dos recursos naturais renováveis. Da forma que o camponês trabalha a terra, entendendo que a exploração biológica deve ser feita de forma coerente com a resistência do tipo de planta, solo e em determinada época do ano, tendo em vista a influência climática e hidrológica (períodos de secas e cheias do rio)

A ideia do Plano, assim como de outras políticas, tem como base as potencialidades dos biomas, ou seja, é necessário usar a riqueza natural do Brasil, com base em industrialização. O processo industrial, por sua vez, necessita de alta produtividade, constância dessa produtividade, de produtos de *qualidade*, isto é, dentro de normas fitossanitárias, por exemplo, de força de trabalho especializada, de ciência e de tecnologia. Além disso, a industrialização se movimenta por meio do tempo, um tempo rápido. Tudo isso deve ser incorporado, ou pelo menos, deve se estar ciente para que haja um aproveitamento da biodiversidade. O papel do campesinato não está claro no plano.

A sociobiodiversidade entendida na relação sociedade-natureza também está presente nas transformações que povos camponeses e indígenas fazem na paisagem, onde a natureza se adapta as alterações, sem uma situação de destruição. Conforme Leonel (2000), que fala em biosociodiversidade,

Nas florestas de terra firme, as mais ricas, pelo menos 11,8% seriam florestas antropogênicas, inclusive com “ilhas de recursos”, com adensamento de espécies, drenagem por canais, práticas de amontoamento do solo, técnicas superiores às introduzidas pelos colonos, exemplares para a

superação dos limites naturais, sem promover novos danos à diversidade.

Junto com as políticas territoriais foi conduzido um discurso em torno de um mercado da biodiversidade que ao princípio busca justificativas no valor de uso da biodiversidade, ou seja, em cada planta há diversas *possibilidades* de uso e, conseqüentemente, de troca de mercadorias.

O Plano garante uma importância fundamental aos denominados povos ou comunidades tradicionais desde o conceito sociobiodiversidade, mas em todo o Plano há a necessidade de aproveitar economicamente o potencial biológico da biodiversidade. Afinal, foi para isso que ele foi feito e é daí a base de sua materialização como proposta, porém a questão do tempo de trabalho, das diferenças entre os modos de vida também devem ser levadas em consideração, assim como a relação capital e trabalho. Caso contrário, todas essas políticas não serão traduzidas em ações concretas, mas sim responderão a alguns anseios empresariais de curto prazo – que é o que ocorre atualmente.

Há uma incoerência nas políticas que querem promover as cadeias produtivas, mas mostram um grande desconhecimento da realidade local ou regional, como no caso da realidade do Amazonas.

Segundo o MDA *et. al.* (2009), o setor empresarial vem reconhecendo cada vez mais as oportunidades de negócios que a biodiversidade brasileira oferece.

O papel de destaque que a dimensão ambiental ganhou nas últimas décadas tem contribuído no aumento da demanda por produtos **ambientalmente corretos**, tanto no mercado nacional como internacional. Alia-se a isso a preocupação crescente com a relação entre **padrão de consumo e condições de saúde** da população.

Um dos alicerces principais do mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus é a produção de uma mercadoria “ambientalmente correta” associada aos “padrões de consumo”, porém considerando “as condições de saúde”. O produto oriundo ainda de uma sociobiodiversidade, segundo o discurso criado, valoriza os “povos tradicionais”, sendo um produto mais do que necessário atualmente, visto que possui um valor de uso comprovado cultural e cientificamente, está dentro desses valores éticos em torno da produção, aproveita os potenciais da sociobiodiversidade. A ideia de povo tradicional não menciona acesso à natureza, isto é, questões fundiárias do campesinato, assim como relações de mercado e produção, políticas de incentivo e assistência técnica, tal qual ocorre direcionada aos empresários.

O campesinato é mais visto como produtor de alimentos e não como produtor de matéria-prima de bioprodutos. A realidade é que para os camponeses inseridos nesse mercado de Manaus, cujo trabalho vem sendo acompanhado ao longo de alguns anos para a pesquisa, não foi possível notar

um retorno financeiro que se agregue ao modo de vida. Segundo a fala de um camponês de Abonari em relação ao título definitivo da terra: “fizeram mapeamento, já fizeram três recadastramentos¹ (*sic*), mas o título definitivo da terra nunca chegou” (2012).

Segundo o Plano (MDA *et. al.*, 2009),

amplia-se a demanda por produtos que atendam estas expectativas [ambientalmente corretos, entre outros] e ao mesmo tempo incorporem valores socioambientais. Isso tem motivado **investimentos** no desenvolvimento de produtos com base na biodiversidade brasileira pela indústria alimentícia, de **cosméticos**, na área **farmacêutica**, bem como no setor de serviços, como por exemplo, o ecoturismo. (grifo dos autores)

O que se nota é um discurso que virou marca de uma propaganda de Governo e de empresas que continuam com as mesmas lógicas empresariais clássicas do capital.

Outro contrassenso encontrado é que pouco se fala em um uso da biodiversidade como uma fonte de cosméticos e medicamentos – apesar de haver na citação precedente, é a única vez. Ainda é a ideia da biodiversidade para a segurança alimentar, portanto se divulga que não há escassez de alimentos no mundo, há problemas na distribuição dos alimentos e de renda.

Conforme Rangel (2005), há uma necessidade em unificar o mercado nacional brasileiro antes de haver uma unificação com o mercado internacional, conforme o Plano tenta realizar. Ao mesmo tempo em que se fortalece o mercado nacional, é necessário realizar importações devido aos recursos ociosos não utilizados no país. Unificar o mercado nacional significa ter uma nação que reconheça as necessidades nacionais, não somente as regionais.

Diante do poder da mundialização do capital e de formas neoliberais de pensar e agir que são reproduzidas em quase todos os espaços e resultam em padronizações do modo de pensar, agir e ser há um predomínio entre os planejadores de políticas públicas, principalmente em relação à gestão de recursos naturais, do pensamento que coloca a natureza unicamente como mercadoria.

¹ O mapeamento e recadastramento os quais o camponês se refere foram realizados pelo ITEAM, órgão que oficialmente atua na regularização fundiária do estado do Amazonas. Em todos os trabalhos de campos, foi identificada a ausência de titulação da terra dos camponeses, que são posseiros, o que gera uma insegurança para eles. É comum os camponeses afirmarem que órgãos responsáveis já foram mais de uma vez mapear as propriedades rurais com a garantia do título da terra e que estão à espera do documento há anos.

CONCLUSÃO

O processo de industrialização agrega valor à mercadoria e isso se reflete nos preços, dos semielaborados até o produto adquirido pelo consumidor final. Há no processo de industrialização como componentes da formação do valor: a força de trabalho, impostos, a infraestrutura, a manutenção da infraestrutura, ideologias e a biotecnologia, por diferentes territórios no espaço, pois o processo de formação do valor é um dos componentes do espaço geográfico.

O mercado apresenta uma série de potencialidades, estruturas, que podem ser aproveitadas para um real desenvolvimento social regional com uso das atribuições naturais, econômicas, culturais específicas da Amazônia, em uma tentativa de gerar uma autonomia em relação aos modelos de desenvolvimento industrial prontos e acabados que são importados para a região. É necessário uma mudança de paradigma no modo de industrialização realizada no Amazonas que possui inúmeras potencialidades e políticas públicas.

Agradeço a CAPES pelas bolsas concedidas no período de 12 meses como aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM.

REFERÊNCIAS

- ADORNO Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985;
- CARVALHO, Talita Pedrosa Vieira e COSTA, Reinaldo Costa. Industrialização de fitocosméticos e fitoterápicos e processos biotecnológicos em Manaus (AM). **I Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social** (SENGES). Desenvolvimento econômico e social: mundo, Brasil e nordeste. Maceió (AL). Universidade Federal de Alagoas. 2014b
- COSTA, Reinaldo Corrêa e NUNEZ, Cecilia Veronica. Biodiversidade: usos e sociais e bioprospecção. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol, KLEICHE-DRAY, Mina e PETITJEAN, Patrick. **História das substâncias naturais**: saberes tradicionais e química – Amazônia e América Latina. Rio de Janeiro e Paris: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2002, p. 245-266;
- DUBOIS Jean C. L. Utilização do Potencial Extrativista das Florestas Amazônicas: Soluções Encontradas pelo Homem na Amazônia. **Palestra apresentada no Depto de Fitotecnia**, na UFRuralRJ. Seropédica, 15 de outubro 1996
- FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva; CARVALHO, Talita Pedrosa Vieira de; COSTA, Reinaldo Corrêa. Mercado e bioprodutos em Manaus-AM. Francisco Beltrão. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)-Campus Francisco Beltrão. **Encontro Nacional de Geografia Agrária** (ENGA). Territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço agrário brasileiro, 2010
- LEONEL, Mauro. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. **Estudos Avançados**, v.14, n.38, p. 321-346, abr. 2000
- MARTINS, José de Sousa. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000;
- MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), MMA (Ministério do Meio Ambiente) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, julho de 2009
- MARX, Karl. A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, José de Sousa (orgs.)

Sociologia e sociedade. Leituras de introdução à sociologia. São Paulo: LTC, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009

NATURA. **Núcleo de Inovação Natura Amazônia.** Disponível em: <<http://www.natura.com.br/www/a-natura/inovacao/nucleo-inovacao-natura-amazonia/>>. Acesso em: 10/04/2015

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Biotecnologia, conhecimentos tradicionais e sustentabilidade:** as perspectivas de inovação no Amazonas. Manaus: EDUA, 2013

PASA, M. C., NEVES, W. M. de S., ALCÂNTARA, K. C. de. Enfoque etnobotânico das categorias de uso das plantas na unidade de paisagem quintal, Comunidade Fazenda Verde em Rondonópolis, MT. **Biodiversidade.** v. 7, n. 1, 2008

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, Ignacio. O papel da tecnologia no Brasil; Recursos ociosos e política econômica. In: **Obras Reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 54, jun./1977, pp. 81-100.

POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVAÍ – PR – COMO ALTERNATIVAS PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

Gilnei Machado²

Rei Kuboyama³

Cristina Buratto gross Machado⁴

RESUMO

A situação econômica em que se encontram muitas das regiões de nosso país tem causado preocupação de estudiosos de diversas áreas, os quais buscam incessantemente alternativas para solucionar tais inquietações. Cidades consideradas pequenas, localizadas geralmente no interior dos estados brasileiros, veem no comércio e na industrialização a saída para as suas dificuldades, não galgando, entretanto, alcançar o sonhado êxito. Este artigo traz o debate sobre uma possibilidade ou alternativa, na maioria das vezes, esquecida pelos gestores dessas cidades, que é a exploração dos atrativos turístico-naturais. Sendo assim, este projeto tem o objetivo fazer levantamentos de dados e informações dos atrativos e potencialidades turístico-naturais, também chamados de ecoturísticos da bacia hidrográfica do Rio Ivaí (PR). Esse levantamento foi desenvolvido através da combinação de vários procedimentos metodológicos, tais como pesquisas através da internet, guias turísticos, portais das prefeituras, revistas, etc. de todos os possíveis pontos e potenciais ecoturísticos encontrados na região da bacia do Rio Ivaí. Após a coleta dos dados os mesmos foram organizados em tabelas e representados por meio de um mapa organizado a partir das ferramentas do Software QGIS (sistema de informação geográfica aberto/livre) usando a localização em coordenadas geográficas de todos os pontos. Por meio dessa pesquisa, identificou-se e mapeou-se pelo menos 50 cachoeiras, 19 trilhas, 28 pontos de observação, 17 parques ou bosques, 7 lagos, 7 mirantes, 7 pontos de pesca, 12 pontos de turismo de aventura e 4 cavernas.

Palavras-chave: ecoturismo, bacia hidrográfica, Rio Ivaí

¹ **Origem e Fase do Trabalho:** Projeto de Pesquisa Concluído

² PROFESSOR ADJUNTO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. gilnei@uel.br

³ GRADUANDO EM GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA -
REIKUBOYAMA@YAHOO.COM.BR

⁴ Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Londrina -
cris_buratto@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O ser humano, ao longo de sua história sobre a terra, ao buscar melhorias para as suas condições de vida foi cada vez mais se afastando da natureza e sobrepondo-se a ela. Em sua busca ele percorreu um longo caminho até a alcançar o atual estágio de evolução tecnológica que trouxe, para ele, reflexos extremamente positivos, porém para a natureza estes reflexos não foram tão bons quanto se podia imaginar que seria.

A evolução tecnológica, a produção de alimentos industrializados, a confecção de roupas e outros itens necessários à cômoda vida urbana auxiliaram no desligamento total da maioria dos homens da natureza, deixando em alguns deles a visão bucólica da natureza vivida nas suas infâncias e em lugares longínquos.

A saudade ou a necessidade fez com que os homens urbanos, desde os primórdios da criação das cidades, buscassem realizar o famoso “retorno à natureza” através de idas frequentes ao campo, às matas, aos rios, às montanhas etc., o que deu origem à concepção de *tour*. Ida à algum lugar para conhecê-lo.

Disso temos que o turismo é uma prática antiga da humanidade, pontuada de iniciativas e feitos que dão conta do interesse humano pela natureza no sentido para desfrutar pessoalmente de benefícios físicos, culturais, psicológicos e espirituais (PIRES, 2002). O turismo é fenômeno de viagem que impacta o social e econômico de uma região, que tem como componente fundamental a dimensão espacial.

A ideia de turismo é interpretada pelo turista como uma possibilidade de deslocamento, saindo do espaço vivido do indivíduo à procura de outro espaço, o espaço desconhecido (DA SILVEIRA, 2005).

Há várias segmentações do turismo, a fim de organizar para planejamento, mercado e gestão, tais como turismo social, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e por fim o turismo de saúde. Além destes, destaca-se também o ecoturismo, foco deste artigo.

Esse artigo tem por objetivo principal, realizar o levantamento, caracterização e mapeamento das potencialidades ecoturísticas da bacia hidrográfica do Rio Ivaí, localizada no estado do Paraná, bacia esta que equivalente a 19% da área total (SEMA, 2007) do estado, sendo a segunda maior em área.

Esta pesquisa se mostra relevante pelo fato de, até o momento, não existirem estudos com a referida temática na área. Além disso, destaca-se a deficiência de conhecimento, por parte dos inúmeros municípios da área, o que é extremamente negativo, pois os impede de explorar economicamente as

potencialidades de seus territórios atraindo visitantes que buscam lazer e trazem recursos.

DESENVOLVIMENTO

Materiais e Métodos

O levantamento de pontos e potenciais ecoturísticos da bacia hidrográfica do Rio Ivaí, localizada no estado do Paraná foi realizado a partir do acesso a bancos de dados diversos das Prefeituras Municipais e Órgãos da Administração Estadual, revistas digitais da área de turismo e *home pages* especializadas no assunto.

A procura foi realizada tendo por base o nome dos 102 municípios que compõem, no todo ou em parte, a bacia hidrográfica em questão, desta forma, procurou-se informações sobre todos eles e as principais atrações que eles oferecem às pessoas que desejam contato com paisagens predominantemente naturais.

Os dados coletados foram organizados em duas tabelas, a primeira contendo (Tabela 1) o nome do município e os pontos ecoturísticos/atrativos naturais existentes e uma breve descrição desses atrativos. A segunda tabela apresenta a classificação dos pontos levantados por município e a quantidade de cada um deles (Tabela 2).

Para a obtenção das coordenadas geográficas de cada um dos atrativos ou potenciais ecoturísticos identificados utilizou-se o programa *Google Earth®*, buscando encontrar os pontos na imagem de satélite e obtendo suas coordenadas.

Uma vez classificados, quantificados e localizados, cada um dos atrativos e potenciais ecoturísticos da bacia do Rio Ivaí foi plotado sobre a base cartográfica da referida bacia, gerando assim a possibilidade da confecção de diversos mapas de atrativos, de acordo com as várias classes, ou de um só contendo todos eles.

A confecção do mapa foi feita através do software QGIS usando a ferramenta *plugin Numerical Digitize*, a qual permite, por meio de uma tabela, a inserção das coordenadas e criação de pontos, relativo a cada atrativo, sobre a base cartográfica.

Turismo de natureza: ecoturismo

O denominado turismo de natureza engloba, de acordo com Bento (2010), todos os segmentos que possuem como elemento principal de suas atividades o ambiente “natural”, sendo o tipo de turismo que mais tem conquistado adeptos na atualidade, dentre eles destaca-se o ecoturismo.

Para o Ministério do Turismo Brasileiro ecoturismo é:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

A opção pelo turismo de natureza está embasada no fato de o mesmo proporcionar uma fuga da realidade vivida, do estresse do dia-a-dia, dos problemas do trabalho, do barulho da cidade, da poluição urbana etc, como destacado por Seabra (2003). Essa modalidade representaria o retorno ao puro, ao natural, ao sagrado, possibilitando o preenchimento do vazio e o fim da solidão criada pelo modo de vida moderno (ZAOUAL, 2009).

Bento (2010, p. 23) acredita que a procura pelas áreas naturais ajuda a

[...] expandir o mercado turístico baseado em segmentos como o turismo rural, o turismo de aventura, o ecoturismo e, mais recentemente, o geoturismo. Isso reflete no surgimento de uma nova tendência mundial na qual as pessoas tentam suprir suas deficiências e esquecer seus problemas, tendo contato com um meio ambiente natural sadio, harmônico, autêntico, belo e que lhe provoque sensações de paz, contentamento, pertencimento, direcionamento, conhecimento etc., sensações estas, a maioria, perdidas gradualmente com a evolução da sociedade contemporânea. (BENTO, 2010, p. 23).

O conceito de ecoturismo é relativamente recente, data da década de 1980. Ele se desenvolveu em decorrência da preocupação com os impactos negativos provocados pela sociedade ao meio ambiente e dos debates ambientais iniciados na década de 1970 e que se estenderam às seguintes.

Mowforth (1993) destaca que para que uma atividade turística seja considerada ecológica ela deve respeitar 3 critérios: “sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; o aspecto educativo; e a participação da comunidade local” (*apud* PIRES, 2002, 158).

Na concepção de Machado (2005, p.17),

[...] o ecoturismo é resultado de um processo evolutivo do homem em relação à atividade turística. Mais do que nunca, o homem busca no espaço natural uma maneira de esquecer o cotidiano, transportando sonhos e imagens que retratem suas expectativas por paisagens imaginadas com a perfeição de uma tela, capazes de devolver-lhe o sentimento do inusitado, do rústico e do natural, sentimentos perdidos com os avanços e progressos das metrópoles.

Entretanto, não basta que um segmento da indústria do turismo se auto intitule ecológico ou sustentável, ele tem que ser ecológico. Aqui está o desafio: “estimular um novo comportamento do turista diante do espaço natural”, tendo por base a ideia de mitigar impactos e sensibilizar as pessoas (CAMPOS, 2005).

Voltando o debate à nossa área de estudo, cabe lembrar que até o momento nos referimos aos atrativos e potencialidades ecoturísticas da bacia do Rio Ivaí, sem especificar o que entendemos com cada uma dessas expressões. Desta forma, cabe a partir desse momento, entrar nesse debate conceitual e detalhar as classes utilizadas nesse artigo.

Com a expressão “atrativo ecoturístico” entendemos todo e qualquer ponto turístico (da bacia estudada) com características naturais e que já é conhecido, mapeado e explorado ou visitado. São áreas naturais não contaminadas, não perturbadas que permitem a contemplação, admiração, gozo e mesmo estudos científicos. Das classes de atrativos existentes na área de estudo destacam-se: as cachoeiras, os parques, as trilhas, os pontos de observação, as cavernas, o turismo de aventura (geralmente relacionada a paredões), os pontos de pesca, os mirantes e os lagos.

Por sua vez a expressão “potencialidade ecoturística” refere-se aos “atrativos” naturais conservados que ainda não estão no circuito de visitação turística, subentendendo que não foram estudados, mapeados e caracterizados adequadamente. Estes é que deveriam ser o principal foco das administrações públicas pela possibilidade que os mesmo tem de gerar retornos econômicos.

Para especificar o que é cachoeira nos utilizamos da definição de Guerra e Guerra (2005) os quais explicam que as mesmas são quedas d’água existentes no curso de um rio ocasionadas pela existência de um degrau no perfil longitudinal do mesmo, geralmente provadas por dobras, falhas, erosão

diferencial, diques, etc. Em muitos lugares as cachoeiras são conhecidas como saltos. Em outras palavras, uma cachoeira é toda e qualquer ruptura de declive de leitos dos cursos d'água por algum fenômeno tectônico ou erosão, que causa a queda da água.

Os parques ou bosques são lugares abertos, com forte presença de vegetação e maior ausência possível de edificações, destinados para uso recreativo e interativo pelos habitantes. Os mesmos podem ter origem natural, pela preservação da cobertura vegetal original, ou artificial, pela recuperação dessa cobertura e a organização paisagística de um determinado lugar.

As trilhas são caminhos demarcados pelo homem com um trajeto a ser percorrido, geralmente se referem a caminhos dentro de uma mata, parque ou outro ambiente considerado natural. As trilhas têm o objetivo de trazer uma nova experiência ao turista, para que esse se insira ou vivencie o espaço turístico e tenha sensações visíveis, auditivas, olfativas e táteis.

Os Pontos de Observação ou Mirantes são locais geralmente elevados que apresentam visão abrangente e dão a possibilidade de o turista analisar alguns elementos da paisagem ecoturística, únicos daquele ponto, como a flora nativa, fauna, formação geológica rara e etc. Nestes locais se descortina um panorama, para apreciação da vista natural.

As cavernas, aqui consideradas, são cavidades rochosas naturais com dimensões que permitam o acesso para o homem, surgem em terrenos com rochas ígneas, sedimentares, metamórficas, em geleiras e até recifes. Pode apresentar desde um pequeno até vários salões e galerias com espeleotemas interessantes e atrativos.

O conceito de Turismo de Aventura aqui adotado compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não-competitivo, como exemplo arborismo, bungee jump, asa delta, mergulho, rafting, bóia cross, escaladas e rapel, canoagem, tirolesa, etc. Esta classe é considerada por alguns como o verdadeiro ecoturismo ou de natureza.

Os Pontos para a pesca (não predatória) têm apenas o intuito da prática da pesca para lazer e consumo próprio, ou seja, em uma escala não industrial ou comercial. Pode ser realizado em lagos tanto naturais quanto artificiais (pescue-pagues) ou em rios.

Por fim, os lagos são aqui considerados toda e qualquer tipo de acumulação permanente de água em uma depressão de terreno. Eles podem ser naturais ou artificiais, grandes ou pequenos, rasos ou profundos, largos ou estreitos. O importante é que permitam algum tipo de atividade de lazer como pesca, passeios de pedalinho, natação ou a simples contemplação.

A pesquisa realizada nos 102 municípios que compõem a bacia do Rio Ivaí permitiu-nos organizar uma tabela contendo o nome de cada um dos municípios e os atrativos e potenciais existentes em seus territórios (Tabela 01).

Tabela 1: Identificação dos municípios da bacia do Rio Ivaí com seus respectivos pontos ecoturísticos

MUNICÍPIO	ATRATIVO/POTENCIAL
Alto Paraná	Nada encontrado
Amaporã	Parque Estadual de Amaporã, conta com nascentes, lagos, trilhas e observação de fauna e flora, propício para acampamento
Apucarana	Bosque Municipal “Parque das Aves”, conta com trilhas em mata nativa; Lago Jaboti; Unidade de Conservação Parque Ecológico da Raposa, uma reserva florestal com dois lagos; Chácara Dom V com, trilha, mina, represas para pesque e pague, cachoeira com 3 metros; Estação Ecológica Mina D’água é um sítio com várias nascentes, cascatas, trilhas pela mata nativa e lagoa; Parque Ecológico de Santo Expedito é um parque construído a partir de uma área ambientalmente degradada, na nascente do córrego Jaboti, possui um mirante.
Arapuã	Salto do Bulha, sem infraestrutura para turismo
Ariranha do Ivaí	Cachoeira Rio Claro de 3 metros; Salto do Ariranha de 35 metros
Barbosa Ferraz	Salto Grande de 5 metros
Boa Ventura de São Roque	Nada encontrado
Bom Sucesso	Nada encontrado
Borrazópolis	Turismo de aventura (sem mais informações)
Califórnia	Cachoeira do Giovani
Cambira	Pedras de Cambira
Campo Mourão	Parque Estadual Lago Azul, esportes náuticos e trilhas, Estação ecológica do cerrado trilhas de observação
Cândido Abreu	Área para Asa Delta; cachoeiras; mirante para a Serra da Mesa
Cianorte	Pesqueiro; trilhas
Cidade Gaúcha	Nada encontrado
Corumbataí do Sul	Salto Boi Cotó; trilhas equestres; mirante Morro do Cruzeiro
Cruzeiro do Oeste	Arborismo; tirolesa; trilha
Cruzmaltina	Nada encontrado
Douradina	Nada encontrado
Doutor Camargo	Nada encontrado
Engenheiro Beltrão	Reserva Florestal de Figueira
Faxinal	5 cachoeiras, 1 Salto e 1 Véu de Noiva; Prática de rapel; Canyon do Cruzeiro; trilhas Ecológicas; Hotel Fazenda
Fênix	Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo
Floraí	Nada encontrado
Floresta	Pesca
Godoy Moreira	Caminhada Internacional da Natureza – Circuito Ferradura

	de Corumbataí
Grandes Rios	Nada encontrado, mas com potencial de 3 rios
Guairaçá	Nada encontrado
Guamiranga	Cachoeira da Água Enxofrada, e mais outras 5
Guaporema	Nada encontrado
Guarapuava	Parque Municipal São Francisco da Esperança; Salto São Francisco, com uma das maiores quedas do Brasil de 196m
Icaraíma	Prainha do Porto Camargo; pesca esportiva
Indianópolis	Nada encontrado
Irati	Cachoeiras e queda d'água
Iretama	Termas de Jurema
Itambé	Nada encontrado
Ivaí	Nada encontrado
Ivaiporã	3 cachoeiras; Encontro do Ivaí (Porto Antigo); Porto de Areia; Salto do Bulha; Estreito do Ivaí; Paredões de 30-40m
Ivaté	Nada encontrado
Ivatuba	Nada encontrado
Jandaia do Sul	Cachoeira do Rochedo; Cachoeira do Maitá; Pico do Amor (mirante)
Japurá	Nada encontrado
Jardim Alegre	Cachoeiras
Jussara	Nada encontrado
Kaloré	Cachoeiras; reserva natural, aptas para eco turismo e turismo de aventura
Lidianópolis	Porto Ubá; Prainha; Salto da Fogueira de 30m
Loanda	Nada encontrado
Luiziana	Nada encontrado
Lunardelli	Mata Suíça; Rio da Bulha e suas quedas
Mamborê	Nada encontrado
Mandaguaçu	Nada encontrado
Mandaguari	Nada encontrado
Manoel Ribas	Nada encontrado
Maria Helena	Nada encontrado
Marialva	Nada encontrado
Marilândia do Sul	Cachoeira das Bromélias, Cachoeira Piamirim, Cachoeira Sete Quedas, todas com trilhas até a cachoeira em propriedade privada
Maringá	Bosque das Grevílias para observação da flora, principalmente a grevília; Horto Florestal Dr. Luiz Teixeira Mendes é uma reserva florestal de Mata Atlântica, abriga plantas exóticas e animais como macacos-prego, aves, répteis e anfíbios; Parque Alfredo Nyffeler possui um lago artificial para pesca periodicamente e um mirante; Parque do Ingá é uma reserva florestal de Mata Atlântica, com

	opção de praticar arborismo e tirolesa. Também abriga animais silvestres; Parque Florestal dos Pioneiros é uma floresta urbana, considera Área de Preservação Permanente (APP); Parque Floresta dos Pioneiros; Termas de Maringá
Marumbi	Nada encontrado
Mato Rico	Nada encontrado
Mauá da Serra	A Serra do Cadeado compõe inúmeras cachoeiras, minas d'água, bosques, trilhas e planícies de relva verde; Parque das Antas é uma área ecológica com um grande lago de peixes, trilha ecológica, tirolesa e cachoeira; Recanto do Pinhão abrange uma área com cachoeira
Mirador	Nada encontrado
Nova Aliança do Ivaí	Nada encontrado
Nova Esperança	Nada encontrado
Nova Olímpia	Nada encontrado
Nova Tebas	Nada encontrado
Novo Itacolomi	Nada encontrado
Ortigueira	Várias cachoeiras, como as principais a Véu de Noiva onde é praticada escaladas, com uma gruta e lago interno e Salto Dito Gardiano; montanhas como a Serra Pelada e Pedra Branca também atraem turistas pela sua beleza
Ourizona	Nada encontrado
Paçandu	Estância Hidromineral Rancho Velho Oeste é um estabelecimento privado com lago para pesca, trilhas e realização de cavalgadas; diversos pesqueiros (pesque-pague); Prainha de São Carlos
Paraíso do Norte	Nada encontrado
Paranavaí	Nada encontrado
Peabiru	Nada encontrado
Pitanga	Nada encontrado
Planaltina do Paraná	Nada encontrado
Presidente Castelo Branco	Nada encontrado
Prudentópolis	Recanto Pehouski possui trilha e observação de fauna e flora, além de 3 cachoeiras; Salto São João é usada para prática de rapel; Salto São Sebastião tem no seu entorno um mirante, e é usada para canoagem e rapel; Reserva Ninho do Corvo tem cachoeiras, trilhas, prática de tirolesa, rapel, canyoning
Querência do Norte	Estância Figueiredo possui trilha ecológica para observação
Quinta do Sol	Nada encontrado
Reserva	Nada encontrado
Rio Bom	Lago Beija-Flor conta com infraestrutura para camping e pesca; Salto do Rio Bom
Rio Branco do Ivaí	Nada encontrado

Roncador	ARIE de São Domingos
Rondon	Nada encontrado
Rosário do Ivaí	Serras, rios e cachoeiras pela cidade
Santa Cruz de Monte Castelo	Nada encontrado
Santa Isabel do Ivaí	Nada encontrado
Santa Maria do Oeste	Cachoeira Barão Santo Antônio; Cachoeira do Araguaí; Cachoeira Linha Lontrense; Cachoeira Ouro Verde; Cachoeira São Manoel; Cantilado Rio Cantu
Santa Mônica	Nada encontrado
São Carlos do Ivaí	Nada encontrado
São João do Ivaí	Prainha do São João do Ivaí
São Jorge do Ivaí	Nada encontrado
São Manoel do Paraná	Reserva do Caraguatituba é uma área com mata virgem, propícia para observação de fauna e flora pelas trilhas
São Pedro do Ivaí	Fazenda Barbacena é um local para visita de observação de área natural
São Tomé	Cachoeira Rio dos Índios
Sarandi	Nada encontrado
Tamboara	Nada encontrado
Tapejara	Nada encontrado
Tapira	Nada encontrado
Terra Boa	Bosque Municipal André Ricardo da Silva
0. Tuneiras do Oeste	Nada encontrado
1. Turvo	Nada encontrado
2. Umuarama	Bosque Uirapuru e Bosque Xetá; Lago Aratimbó

Fonte dos Dados: Projeto de Pesquisa intitulado: “Bases Teórico-Cartográficas Para o Diagnóstico Físico-Conservacionista da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí – PR”, UEL, 2015.

A análise dos dados apresentados na Tabela 01 permite-nos perceber que cerca de 54% dos municípios pesquisados não possuem informações turísticas referentes aos itens de interesse desse trabalho. Dos demais, cerca de 16% apresentam informações deficientes e apenas 30% fornecem informações satisfatórias sobre seus pontos turísticos. Esse quadro talvez fosse um pouco diferente se todos os gestores municipais e seus secretários de Turismo e Meio ambiente conhecessem seus territórios, o que mostra a importância de pesquisas como essa.

A partir do levantamento presente na Tabela 01 foi possível quantificar os atrativos turísticos, já em uso/exploração e os potenciais ecoturísticos existentes em cada município, bem como classificá-los/agrupá-los de acordo com as classes anteriormente estabelecidas. Assim, distribuiu-se por município a quantidade de atrativos ou potenciais existentes em cada classe.

A organização das informações por município, classe e quantidade encontra-se expressa na Tabela 02.

Tabela 02: Quantidade de pontos/potenciais ecoturísticos por classe e município

	Cachoeiras	Parques/ bosques	Trilhas	Pontos de observação	Cavernas	Turismo de aventura	Pesca	Mirantes	Lagos
Alto Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amaporã	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Apucarana	>2	3	>3	3	-	-	1	1	1
Arapuã	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Ariranha do Ivaí	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Barbosa Ferraz	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa Ventura de São Roque	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Borrazópolis	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Califórnia	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Cambira	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Campo Mourão	-	2	2	1	-	-	-	-	-
Cândido Abreu	1	-	-	-	-	1	-	1	-
Cianorte	-	-	>1	-	-	-	>1	-	-
Cidade Gaúcha	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corumbataí do Sul	1	-	1	-	-	-	-	1	-
Cruzeiro do Oeste	-	-	1	-	-	2	-	-	-
Cruzmaltina	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Douradina	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doutor Camargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faxinal	7	-	1	2	-	1	-	-	-
Fênix	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floraí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta	-	-	-	-	-	-	>1	-	-
Godoy Moreira	-	1	-	-	-	-	-	-	-

Grandes Rios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guairaçá	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guamiranga	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaporema	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarapuava	1	1	-	1	-	-	-	-	-
Icaraíma	-	-	-	1	-	-	1	-	-
Indianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irati	>1	-	-	-	-	-	-	-	-
Iretama	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Itambé	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivaiporã	4	-	-	3	-	-	-	-	-
Ivaté	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jandaia do Sul	2	-	-	-	-	-	-	1	-
Japurá	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jussara	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kaloré	1	-	1	1	1	-	-	-	-
Lidianópolis	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Loanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiziana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lunardelli	>1	-	-	1	-	-	-	-	-
Mamborê	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandaguacu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandaguari	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manoel Ribas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Helena	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marialva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marilândia do Sul	3	-	1	-	-	-	-	-	-
Maringá	-	5	2	3	-	1	1	1	1
Marubi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Rico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauá da Serra	>4	>1	>1	>1	1	>1	-	-	1
Mirador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Aliança do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Esperança	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Olímpia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Tebas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Itacolmi	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ortigueira	>1	-	-	-	>2	>1	-	1	1
Ourizona	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paíçandu	-	-	1	-	-	-	1	-	1
Paraíso do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranavaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peabiru	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planaltina do Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prudentópolis	>1	-	>1	2	-	4	-	1	-
Querência do Norte	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Quinta do Sol	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Bom	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Rio Branco do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roncador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondon	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosário do Ivaí	>1	-	-	>1	-	-	-	-	-
Santa Cruz de Monte Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Isabel do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Maria do Oeste	5	-	-	1	-	-	-	-	-
Santa Mônica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Carlos do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São João do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Manoel do Paraná	-	-	1	1	-	-	-	-	-
São Pedro do Ivaí	-	-	-	1	-	-	-	-	-
São Tomé	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Sarandi	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tamboara	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapejara	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terra Boa	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Tuneiras do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turvo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Umuarama	-	2	-	-	-	-	-	-	1

Fonte dos Dados: Projeto de Pesquisa intitulado: “Bases Teórico-Cartográficas Para o Diagnóstico Físico-Conservacionista da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí – PR”, UEL, 2015.

A quantificação e o agrupamento dos pontos como expresso na Tabela 02 permitiu-nos chegar ao somatório ou total de atrativos existentes em cada

classe na área da bacia hidrográfica do Rio Ivaí. Com isso chegou-se aos seguintes resultados para a área: existem 50 cachoeiras, 17 parques, 19 trilhas, 28 pontos de observação, 4 cavernas, 12 pontos de turismo de aventura, 7 pontos de pesca, 7 lagos e 7 mirantes, o que perfaz um total de 151 pontos ecoturísticos, ou seja, uma média de 1,5 ponto por município da bacia.

Alguns leitores menos atentos poderiam questionar-nos sobre a exposição das Tabelas 01 e 02, dizendo ser estas desnecessárias e enfadonhas, e que as informações poderiam ser expostas apenas no mapa que se seguirá, cabe salientar, entretanto, que nem todos os pontos que estão expressos nas tabelas (identificados nominalmente ao longo da pesquisa) tiveram suas coordenadas/localização identificados, o que tornou impossível a sua plotagem sobre a base cartográfica (esse é o caso das cavernas e do turismo de aventura). Desta forma, salienta-se que as tabelas são de extrema importância para a compreensão dos dados obtidos nessa pesquisa.

A partir da obtenção das coordenadas de cada um dos pontos apresentados nas Tabelas 01 e 02) passou-se para a fase seguinte da pesquisa, que era de inserir esses pontos sobre a base cartográfica. Essa atividade foi realizada tendo por base o Software QGIS e seu Plugin intitulado *Numerical Digitize* o qual permite, por meio de uma tabela, inserir as coordenadas e criar pontos (inserir formas) segundo classes criadas anteriormente. Desta forma, o QGIS foi utilizado para criar um mapa com os pontos ecoturísticos, incluindo cachoeiras, parques, lagos e trilhas.

Ao realizar a confecção do mapa turístico (Figura 01), tendo em vista que alguns pontos ecoturísticos podem estar na mesma área, por exemplo, um parque conter um lago e uma trilha ao mesmo tempo, é possível então plotar apenas um ponto ao invés de três, tornando possível a criação de um mapa mais limpo visualmente e ainda com informações fundamentais. Sendo assim, em alguns momentos os mirantes, pontos de observação, trilhas, parques e lagos acabaram sendo unificados por esse motivo.

Alguns municípios como Maringá contam apenas com parte de sua área urbana dentro da bacia hidrográfica do Rio Ivaí, podendo haver pontos ecoturísticos dentro e ao mesmo tempo fora do recorte da bacia, desconsiderando então parte dos pontos que foram localizados para fora da área de estudo.

Há também concentrações de pontos ecoturísticos em determinados municípios, como Apucarana e Maringá, onde esses possuem infraestrutura para manter parques e bosques municipais funcionando ativamente e recebendo turistas da região.

CONCLUSÃO

Podemos considerar então que há um grande desfalque de informações ecoturísticas dessa região, pela possibilidade de não haver, de fato, atrativos naturais nos municípios onde o levantamento resultou em nenhum ponto ecoturístico relevante, ou por falha de comunicação que os municípios cometem ao negligenciar atrativos turísticos locais para turistas.

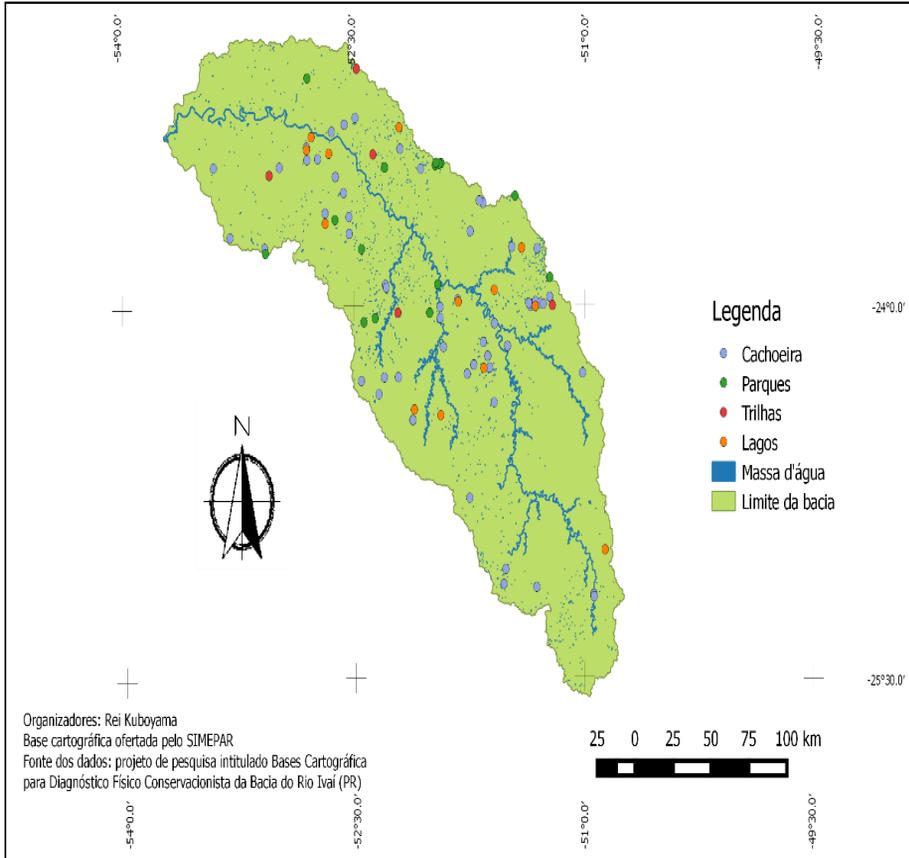
Com isso destacamos ser de extrema importância a realização de pesquisas como esta que identifiquem e mapeiem os atrativos dos municípios e que tornem público esse conhecimento através de publicações em eventos e periódicos.

Figura 01: Mapa de atrativos Turísticos da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí - PR

É necessário também considerar que os pontos ecoturísticos levantados e mapeados, na sua maioria, não estão estruturados para receber visitantes nem mesmo com as estruturas consideradas fundamentais como sedes, guias, segurança, etc.

Na área de estudo existe um contraste muito grande entre os atrativos, enquanto podem ser identificados parques com guias, trilhas e informações detalhadas para receber visitantes, encontramos cachoeiras abertas que não possuem segurança e salva-vidas.

Os municípios da área de estudo que não usufruem turisticamente dos seus atrativos deveriam urgentemente realizar a caracterização de seus pontos a fim de poder contar com essas áreas pra a atração de pessoas e certamente de recursos. Investir no levantamento dos atrativos turísticos é confiar que os mesmos podem auxiliar a promover o desenvolvimento regional e local. Para finalizar fica a sugestão de transformar os potenciais/atrativos em pontos turísticos, dando a eles o reconhecimento e a estrutura necessária.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, L. C. M. **Potencial geoturístico das quedas d'água de Indianópolis/MG**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2010. Disponível em <<http://www.bdtu.ufu.br>>. Acesso em: mar. 2011.
- CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas; GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes; MARTINS, Érica Mantovani. Turismo, redes, regiões e produção geográfica sobre o território brasileiro. **Geografia**, Londrina, v. 17, n.1, p. 155, jan./jun. 2008.
- CAMPOS, A. M. N. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. In: Caderno Virtual de Turismo. 2005, v. 5. nº 1. p. 01 – 06.
- COSTA, Nadja Maria Castilho; DA COSTA, Vivian Castilho; NEIMAN, Zysman. **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008.
- DIAS, C.; FERNANDES, D. **Pesquisa e método científicos**. Brasília, 2000. Disponível em <<http://www.reocities.com>>. Acesso em: mar. 2011.
- EMBRATUR; IBAMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Governo Federal, 1994.
- FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL. **Dicionário ambiental básico – iniciação à linguagem ambiental**. 6 ed. Brotas: Gráfica e Editora Rimi, 2009.
- GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 652.
- HANAI, F. Y.; SILVA NETTO, J. P. **A importância de instalações ecoturísticas para minimização de impactos ambientais em espaços naturais**. In: XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2005, São Paulo.
- LELI, Isabel Terezinha; STEVAUX, José Cândido; DA NÓBREGA, Maria Tereza. **Dinâmica espacial da hidrologia da bacia do Rio Ivaí**. Bol. Geogr. Maringá, v. 28, n. 2, p. 41-47, 2010.
- LIMA, M. L. C. (Eco) Turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Ecoturismo no Brasil – possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p.71 – 87.
- MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2005.
- MAGALHAES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini **A produção do saber turístico**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES, Paulo do Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

QUEDA d'água. In: ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Balsa Planeta Internacional, 2004, v.12. p.144.

REJOWSKI, M. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Brasília: EMBRATUR: 1996.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANCHO, A. **Introdução ao Turismo – Organização Mundial do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental – diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 153 – 189.

SEMA, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Bacias hidrográficas do Paraná**. Curitiba: SEMA, 2010.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. **Percepção geográfica, turismo e valorização do espaço**. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, 2005, Londrina. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. Pag. 1-10.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado – quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009. p. 55 – 71.

PORTAIS CONSULTADOS

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**. Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2014.

PREFEITURA DE APUCARANA. **Pontos turísticos**. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/servicos/pontos-turisticos>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO. **Turismo**. Disponível em: <http://www.campomourao.pr.gov.br/>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA DE CIANORTE. **Turismo**. Disponível em: <http://www.cianorte.pr.gov.br/a-cidade/turismo/>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA DE CORUMBATAÍ DO SUL. **Pontos turísticos**. Disponível em: <http://www.corumbataidosul.pr.gov.br/?p=YWxyb3RsaXMvYWxyb3RsaXNAemh6P2FkPTk=>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA DE MARINGÁ. **Pontos turísticos**. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=atrativos-turisticos>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA. **Pontos turísticos**. Disponível em: <http://guamiranga.pr.gov.br/index.php?sessao=2f5c34cbf5pt2f>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA. **Turismo**. Disponível em: <http://www.mauadaserra.pr.gov.br/index.php?id=turismo>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU. **Pontos turísticos**. Disponível em: <http://paicandu.pr.gov.br/index.php?sessao=baf98d98b6ptba>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM. **Pontos turísticos**. Disponível em: <http://www.riobom.pr.gov.br/index.php?sessao=53d9d8bf5cpt53>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE. **Turismo**. Disponível em: <http://www.santamariadooeste.pr.gov.br/carregaPagina.php?menu=8>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ. **Atrativos**. Disponível em: <http://www.fecea.br/valedoivai/atrativos.php>. Acesso em 19 de setembro de 2015.

TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E BIOPRODUTOS NO AMAZONAS¹

Bárbara Evelyn da Silva Ferreira².
Reinaldo Corrêa Costa³

RESUMO:

O mercado de bioprodutos no Amazonas tem grande potencialidade, principalmente por estar perto da matéria-prima, que é a biodiversidade. As técnicas e tecnologias são fundamentais para desenvolvimento do mercado, e contraditoriamente elas são um dos principais entraves ao mercado. O objetivo principal deste trabalho é identificar como a técnica e tecnologia ou a debilidade delas influencia no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos. A Formação Sócioespacial é utilizada como teoria e método para compreendermos como se desenvolve o mercado em uma dimensão da relação sociedade e natureza, assim como o conceito de *Capacidade ociosa*, que neste trabalho, identifica a potencialidade que a biodiversidade amazônica tem.

Palavras-Chave: Técnicas, Tecnologia, Biodiversidade, Bioprodutos.

INTRODUÇÃO

O mercado da biodiversidade no Amazonas tem diversas potencialidades econômicas, dentre elas a produção de bioprodutos – produtos oriundos da biodiversidade – que podem ser fitoterápicos, fitocosméticos, uso *in natura* de plantas medicinais, fabricação de móveis, artesanatos, uso na alimentação, biotecnológicos entre outros. Para que a produção ocorra é necessária a utilização de técnicas e tecnologias variadas, sendo isto, segundo empresários de Manaus, um dos entraves para o maior desenvolvimento deste setor no Amazonas.

A cadeia produtiva destes produtos, especificamente fitoterápicos e fitocosméticos, têm diferentes níveis de capital investidos e assim níveis de técnicas/tecnologias diferenciados. Quando se trata de matéria-prima *in natura*, no início da cadeia produtiva, geralmente beneficiada por camponeses, as técnicas e tecnologias são mínimas, com pouco valor agregado, porém quando se trata do produto final, geralmente na cidade, a

¹ Trabalho Concluído

² Laboratório de Estudos Sociais-LAES/INPA. Mestre em Geografia/UFAM. Email: bah_evelyn@hotmail.com

³ Laboratório de Estudos Sociais-LAES/INPA. rei@inpa.gov.br

necessidade de maior técnica/tecnologia e agregação de valor faz-se necessária na lógica do capital.

A Formação Sócioespacial configura este mercado no Amazonas, varia segundo os sujeitos sociais – econômicos – políticos encontrados em cada etapa, desde o campo até cidade, nas etapas de produção – distribuição – circulação – consumo, mas com o contexto da natureza como mercadoria ou matéria-prima, no sentido de uso da natureza como o que lhe dá sentido e é aproveitado por diferentes classes sociais e de renda, assim como políticas científicas para bioprospecção e políticas públicas de industrialização, comercialização e de cadeias produtivas.

O desenvolvimento de técnicas e tecnologias mais avançadas poderia fazer com que as potencialidades do mercado de *fitos* em Manaus fossem mais bem desenvolvidas, sendo, portanto, importante aspecto a ser analisado na cadeia produtiva de fitoterápicos e fitocosméticos. Desta maneira, o objetivo principal do trabalho é identificar como a técnica/tecnologia ou a debilidade desta influencia no mercado de fitoterápicos e fitocosméticos, e como as políticas públicas atuam neste setor do mercado.

AS TÉCNICAS E TECNOLOGIAS: ENTRAVES E POTENCIALIDADES

O mercado da biodiversidade em Manaus, referente à produção de fitoterápicos e fitocosméticos – os chamados *bioprodutos*, têm como um dos principais entraves a ausência de tecnologias na cidade para processar matéria-prima *in natura*, e depende de políticas públicas do Estado para se desenvolver, porém, este mercado tem a seu favor uma construção ideológica do “verde”, “sustentável”, que gera um grande *marketing* para este mercado. Assim as potencialidades da natureza ganham sentido por meio das técnicas para usos, geralmente, de cosméticos e produtos de beleza, visto que as pesquisas para desenvolvimento de medicamentos são muito caras, demoram anos e têm forte burocracia. O Brasil que é portador de uma das maiores biodiversidades do planeta até hoje não tem um medicamento nacional feito com matéria da biodiversidade nacional.

Políticas Públicas e tecnologias/técnicas são fundamentais para entender o Mercado da Biodiversidade em Manaus. Para este se manter é necessário que o Estado atue implantando estas políticas que servem de base e estrutura para o mercado que está se em desenvolvimento no Estado. As empresas privadas pouquíssimo investem em pesquisa e infraestrutura de produção neste setor. Fazem pressão para que o Estado crie e facilite estruturas, financiamentos para fins de produção e industrialização.

Políticas públicas econômicas e territoriais como as seguintes incubadoras o Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE) e

o Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas (DIMPE), assim como as feiras promovidas pelo Estado são constituídas para a comercialização dos produtos e são exemplos de medidas tomadas pelo Estado para dinamizar este setor da economia. As técnicas e tecnologias, principalmente quando se trata de biotecnologia, são um entrave para este mercado que ainda não é autossuficiente na transformação da matéria-prima, precisando, portanto fazer conexões com outros Estados, como São Paulo, para ter acesso as máquinas e equipamentos de transformação.

De acordo com SOUZA (2002), quando se trata da Geografia das Desigualdades e de fatores que causam as desigualdades nas regiões brasileiras, no caso da Amazônia a autora destaca que há conhecimento moderno com sua ocupação e que vivem lado a lado movimentos rápido/moderno e de movimento lentos. No mercado da biodiversidade isto ocorre de maneira bem intensa, o mercado tem uma dinâmica rápida que precisa de eficiência e rapidez das empresas localizadas em Manaus, contudo tem que andar ao lado do movimento lento que é o tempo de produção da matéria-prima *in natura* e mesmo da tecnologia que não tem em Manaus necessitando mandar fazer parte do beneficiamento em outro estado. A distância se traduz em custos maiores e em tempo maior até se chegar ao produto final, mas gera uma espacialização da produção, inclusive dinamizando mãos-de-obra em outros lugares, assim como o próprio transporte utilizado. A dependência da transformação até agora não forçou uma base local de equipamentos de transformação.

O mercado da biodiversidade envolve tanto as questões da natureza quanto as questões sociais, sendo assim, uma concretização da relação sociedade e natureza. A Formação Sócioespacial é aqui utilizada para analisar esta questão, visto que dela uma das derivadas é a relação sociedade e natureza.

A Formação Sócioespacial torna-se mais adequada por envolver a relação da sociedade com o espaço, visto que, o espaço é social (SANTOS, 1977, p. 81), pois na formação das formas existentes no espaço há a concretização da relação sociedade e natureza, há uma materialização, uma diferenciação, uma especificidade conforme a projeção dos geossistemas na sociedade e se respectivo uso pela mesma.

A Formação Sócioespacial é uma categoria que se refere às diferenciações das sociedades, e, segundo Santos (1977, p. 82), a base para que haja uma explicação concreta é a produção, ou seja, o trabalho que transforma os recursos naturais conforme a sua utilidade e relações (sociais, econômicas, políticas, entre outras). A partir desta categoria é possível analisar as sociedades em suas totalidades, com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, e isto de acordo com a conjuntura histórica em que se encontram tais sociedades, incluindo seus processos de reprodução de desigualdades.

Ainda conforme o autor não se pode confundir F.S.E. com modo de produção. O modo de produção, segundo o autor, é uma possibilidade de realização, que envolve uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica. Assim, o modo de produção “é uma forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade” (CORDOVA (1974, p. 118) apud SANTOS (1977, p. 88)). O modo de produção não se projeta de forma homogênea nas sociedades, países, nações, na natureza e regiões, o que faz a heterogeneidade é formação sócioespacial, que também não se confunde coma história de um país, povo, região.

É no espaço que a sociedade se reproduz e expressa sua totalidade, sua pluralidade (não raro conflituosa), sendo assim, o espaço é produzido e, portanto, um produto e produtor. As transformações no espaço são por processos e dinâmicas econômicas, sociais, políticas. O espaço é assim plural, contraditório e expressa a totalidade de uma F.S.E.

Na Formação Sócioespacial atual do nosso país, a biodiversidade amazônica vem sendo valorada e conseqüentemente a sua valorização, apoiada numa ideologia de consumo com bem estar, proteção ambiental e saúde. O mercado da biodiversidade no Amazonas tem crescido com ajuda de políticas públicas econômicas e políticas, como o CIDE E DIMPE, que ajudam as empresas a se estabilizarem institucionalmente para se manterem no mercado. A partir da biodiversidade vários ramos são postos no mercado, como o de bioprodutos com os fitoterápicos e fitocosméticos, e também, o de plantas medicinais (*in natura*), seja para fins de produtos de estética, higiene e medicamentos, sendo estes longe da fiscalização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

As incubadoras servem para darem apoio às empresas que estão começando no chamado mercado de *bioprodutos*. As empresas ficam por determinado tempo para que se consolidem e depois irem para suas próprias instalações. Nas incubadoras elas contam com o apoio de outras instituições que auxiliam no seu desenvolvimento. O CIDE conta hoje com 03 empresas de bioprodutos e o DIMPE com 04 empresas.

A indústria de cosméticos é a que mais se beneficia neste contexto, visto que a biodiversidade é utilizada como recurso natural para suas produções. No Brasil, a legislação para fitoterápicos é bem rigorosa e regulada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apesar do uso da biodiversidade está em pauta, e cada vez mais disseminado, atualmente, no SUS são distribuídos apenas 12 fitoterápicos (PORTAL DA SAUDE, 2015) (TABELA 01).

Tabela 01: Plantas utilizadas pelos SUS

Nome popular/Nome científico	Indicação/ação	Apresentação
alcachofra (<i>Cynara scolymus</i> L.)	Tratamento dos sintomas de dispepsia funcional (síndrome do desconforto pós-prandial) e de hipercolesterolemia leve a moderada. Apresenta ação colagoga e colerética	cápsula, comprimido, drágea, solução oral e tintura
aroeira (<i>Schinus terebenthifolius</i> Raddi)	Apresenta ação cicatrizante, anti-inflamatória e anti-séptica tópica, para uso ginecológico	gel e óvulo
babosa (<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.)	Tratamento tópico de queimaduras de 1º e 2º graus e como coadjuvante nos casos de Psoríase vulgaris	creme
cáscara-sagrada (<i>Rhamnus purshiana</i> DC.)	Coadjuvante nos casos de obstipação intestinal eventual	cápsula e tintura
espinheira-santa (<i>Maytenus officinalis</i> Mabb.)	Coadjuvante no tratamento de gastrite e úlcera gastroduodenal e sintomas dispepsia	cápsula, emulsão, solução oral e tintura
guaco (<i>Mikania glomerata</i> Spreng.)	Apresenta ação expectorante e broncodilatadora	cápsula, solução, oral, tintura e xarope
garra-do-diabo (<i>Harpagophytum procumbens</i>)	Tratamento da dor lombar baixa aguda e como coadjuvante nos casos de osteoartrite. Apresenta ação antiinflamatória	cápsula, comprimido
hortelã (<i>Mentha x piperita</i> L.)	Tratamento da síndrome do cólon irritável. Apresenta ação antiflatulenta e antiespasmódica	cápsula
isoflavona-de-soja (<i>Glycine max</i> (L.) Merr.)	Coadjuvante no alívio dos sintomas do climatério	cápsula e comprimido
plantago (<i>Plantago ovata</i> Forssk.)	Coadjuvante nos casos de obstipação intestinal habitual. Tratamento da síndrome do cólon irritável	pó para dispersão oral
salgueiro (<i>Salix alba</i> L.)	Tratamento de dor lombar baixa aguda. Apresenta ação antiinflamatória	comprimido
unha-de-gato (<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.))	Coadjuvante nos casos de artrites e osteoartrite. Apresenta ação antiinflamatória e imunomoduladora	cápsula, comprimido e gel

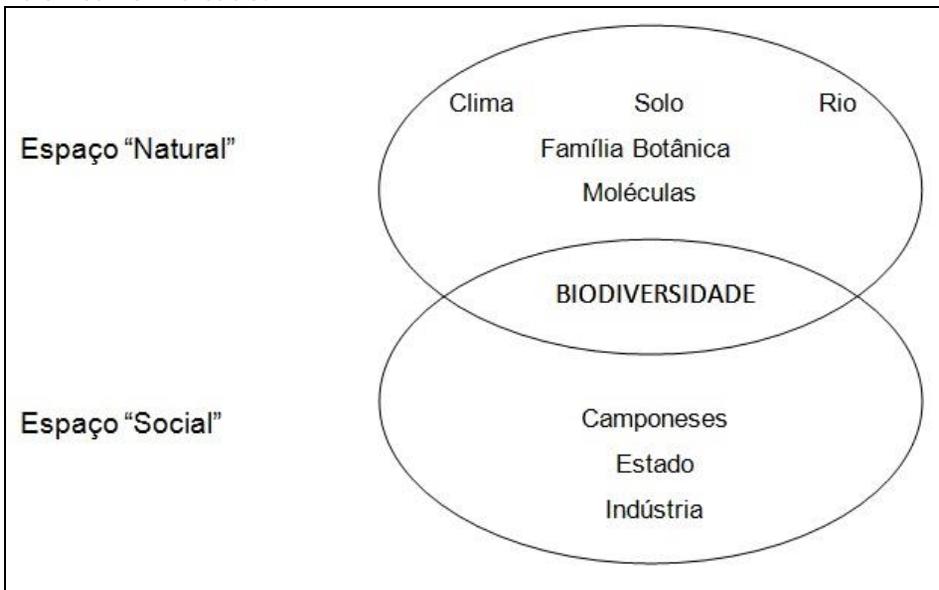
Fonte: RENAME/Portal da Saúde, 2015.

O conhecimento tradicional faz parte do cotidiano de muitas sociedades em todo o globo, localizadas seja no campo ou na cidade. Este tipo

de conhecimento está dentro de nossa formação brasileira, visto que é uma questão tradicional de gerações, que é aproveitado politicamente e economicamente (indústria cultural – ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

A Formação Sócioespacial, portanto, engloba todas as relações de uma sociedade específica, para que se possa compreender a realidade em sua totalidade. Assim, esta pode ser utilizada como teoria e como método dentro da Geografia por compreender a relação sociedade e natureza. (DIAGRAMA 01).

Diagrama 01 – Relação Sociedade e natureza compreendida com aspectos do espaço “natural” e do espaço “social”, portanto com totalidade das relações existentes no mercado.



Fonte: COSTA, R. C., 2014.

A relação sociedade e natureza é concretizada e materializada neste mercado por meio do trabalho e no fim pelos produtos que são comercializados, sendo, portanto, a economia um dos fatores principais para analisar esta relação. Para concretização deste, a tecnologia e os meios produtivos são fundamentais para ser ter produtos de boa qualidade e eficiência produtiva, sendo esses uns dos entraves para este mercado. E as técnicas como elemento de transformação do espaço geográfico. As técnicas “são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 25).

Com recursos naturais com potencialidade econômicas que não são utilizados, faz com estes recursos se tornem *capacidade ociosa* apontada por

RANGEL (2005), onde se “uma economia não utiliza seus recursos produtivos, esta está perdendo a possibilidade de ter um adicional de riqueza” (p. 467). A tecnologia neste mercado é fundamental para se ter produtos com qualidade e assim, maior aceitação no mercado e até mesmo atender a exigência de eficácia e segurança da ANVISA.

O papel da tecnologia no Brasil, segundo Rangel (2005), entra no Brasil muito mais como *meios de produção* modernos que visam maior produtividade, do que na produção de tecnologias de ponta, e a partir desta importação de tecnologias há o aumento no preço do produto final.

A falta de compreensão, na época em que se começou a importar tecnologia, levou a não se fazer a diferença entre ciência e técnica, o que é fundamental para a produção, assim, “não raro, as alusões à tecnologia diziam respeito ao aparelho produtivo – isto é, alma e corpo, simultaneamente” (p. 335).

O autor faz considerações sobre o fato de o Brasil importar tecnologias a partir dos meios de produção, que este país ao ser considerado na época país de terceiro mundo, sai do ramo de importação de produtos finais e passa também a produzir bens e serviços (p. 338), com a mão – de – obra que, no caso, de nosso país é muito mais forte do que as tecnologias de ponta.

No Brasil, segundo Rangel, existe a necessidade de modernização dos processos produtivos, para maior produtividade, contudo, deve-se verificar a demanda destes produtos e também quais setores podem ser expandidos.

No mercado da Biodiversidade no Amazonas, a questão tecnológica é um dos maiores entraves para os micro-empresários deste setor no Estado. A extração de óleos vegetais e essenciais para a produção é fundamental, e não tendo a tecnologia necessária para produzir estas matérias-primas os empresários têm três alternativas: 1) comprar das lojas em Manaus, porém com custo elevado; 2) comprar de São Paulo, que apesar do frete sai mais barato, o óleo já processado; 3) mandar a matéria-prima 1 – *in natura* – para ser processada e depois retornar a Manaus para constituir o bioproduto.

Com isto, no Amazonas, uma das empresas que trabalha com extração de óleos, a CUPUAMA – localizada no município Careiro Castanho (AM), fez um acordo com uma empresa maior para utilizar seus equipamentos. Esta empresa – CRODAMAZON –, que atuava na Amazônia, quando revolveu tirar a fábrica do Amazonas fechou um acordo com a CUPUAMA para repassar as máquinas (técnicas e tecnologias) e em troca a CUPUAMA fornece manteiga de Cupuaçu para a CRODA (multinacional do ramo de insumos que fornece matéria-prima para grandes empresas de cosméticos), como parte do pagamento. A tecnologia, neste caso, foi fundamental para a relação das empresas.

De acordo com Rangel (p. 464), a capacidade ociosa se faz quando o desenvolvimento do Brasil “aproveita mal o potencial produtivo existente, deixando fora de uso instalações e mão-de-obra, além dos recursos naturais”.

Isto traria conseqüências como o desemprego e o sacrifício da geração atual em provimento das futuras. Mas a capacidade ociosa como lacuna e como reserva de mercado para evitar concorrência é um fato, pois a capacidade ociosa no espaço geográfico não é um hiato sem objetivos territoriais, mesmo se for uma falha de mercado, é no mínimo um potencial incentivo.

Rangel aponta que se uma economia não utiliza seus recursos produtivos, esta está perdendo a possibilidade de ter um adicional de riqueza (p. 467), e que a capacidade ociosa é melhor aproveitada para a produção de bens de capital, não desconsiderando os bens de serviços.

Para que aja a utilização dos recursos é fundamental que aja um planejamento ou programação para estes. O objetivo do planejamento é “o desenvolvimento econômico, isto é, a expansão da capacidade produtiva” (RANGEL: 485). O planejador considera como capacidade produtiva “o valor de bens e serviços que o sistema pode produzir pelo uso de toda a mão-de-obra disponível, combinada, nas melhores condições tecnicamente possíveis em cada momento e lugar, com os recursos naturais e de capital existentes.” Para que se tenha eficiência na capacidade produtiva é necessário que se utilize da ciência e da técnica. Para que se tenha um desenvolvimento econômico a partir da capacidade ociosa, decorre de 1) condições de expansão da capacidade – ou técnicas; 2) condições de efetivação do produto – ou econômicas (RANGEL: 499).

Alguns recursos naturais da biodiversidade no Amazonas têm capacidade ociosa, pois não são apropriados economicamente para a produção de outros produtos. Por muito tempo a biodiversidade no Estado esteve em capacidade ociosa, ou seja, não era utilizada de maneira que houvesse maior produtividade, sendo utilizada apenas de maneira caseira em pequena escala. No processo de exclusão do capital que evita uma pluralidade de produtos no mercado, opta, pela concentração e renda e lucro, por poucos produtos básicos e muitas subvariedades. Na biodiversidade brasileira, quais os elementos constam no cardápio básico do brasileiro?

A cerca de 10 – 15 anos esta biodiversidade começou a ser utilizada pelo mercado para produzir mercadorias, como fitoterápicos e fitocosméticos. A técnica, neste caso, é fundamental para este desenvolvimento, visto que, a partir destas poderá se desenvolver produtos com maior qualidade e maior aceitação pelos consumidores. Assim, o item 01 (condições de expansão da capacidade – ou técnicas) para o desenvolvimento econômico neste mercado é um dos maiores entraves. Ainda faltam técnicas e tecnologias para que este mercado seja independente e constitua aqui no Estado.

Sobre o item 02 (condições de efetivação do produto – ou econômicas) o autor mostra 02 condições que devem ser verificadas: a) a composição natural com ajustamento da oferta e da procura e b) verificação da demanda efetiva global, e da oferta e procura real destes produtos. Com isto, este mercado tem potencialidade para crescer, pois são produtos que tem

aceitação nacional e internacional, mas que tem que criar condições para que haja uma oferta e procura maior.

Este mercado ainda tem muito a desenvolver econômica e socialmente, e ser mais bem estruturado, pois muito se fala sobre a biodiversidade do Estado, onde há muitas ideologias pautadas na questão da utilização de produtos naturais, porém este ainda pode ser considerado como uma potencialidade a ser concretizada.

É na circulação que o recurso natural agrega maior valor, conforme Martins (2000) “é a circulação da mercadoria que diz quanto ela vale e não apenas nem fundamentalmente a sua produção, porque é na circulação que o valor nela contido se revela, (p. 30)”, é nesta etapa que é acrescentada a *mais valia*, ou seja, o lucro, pois a circulação é o “momento do processo econômico onde se dá a circulação efetiva das mercadorias e das pessoas; trata-se no capitalismo da etapa onde se dá a conversão da mercadoria em dinheiro aumentado (M – D’)” (Oliveira, 1990, p. 84), ou dinheiro-mercadoria-dinheiro’ (D-M-D’), é a etapa aonde a mercadoria chega ao mercado, e há a extração da mais-valia, essa movimentação em diferentes lugares com diferentes sujeitos (sociais, econômicos e políticos), que completam a cadeia produtiva e dá sentido a espacialização da mercadoria como elemento da sociedade. Sendo assim, a falta ou a existência de técnicas e tecnologias tem influencia direta nesta circulação, pois a falta pode atrapalhar a circulação com eficiência das mercadorias dentro do mercado, e a existência pode facilitar isto, com maior quantidade de produtos, e principalmente com maior qualidade.

O principal impacto negativo da exploração da biodiversidade pela sociedade, ou setor da sociedade, seria a perda de biodiversidade. Segundo Lévêque (1999) isto pode ser causado pela super-exploração das espécies, pela poluição, pela intensificação da agricultura (monocultura), mudanças climáticas, ordenamento do território (construção de infraestruturas), crescimento demográfico em áreas de relevância de natureza, direito de propriedade e de recursos que impeçam o acesso uso da natureza com algum tipo de monopólio, entre outros processos deletérios.

Para o Estado existe a necessidade de conservação, no sentido de gestão e utilização da natureza e de seus recursos, em benefício das sociedades humanas, bem como por causa de motivos éticos (LÉVÊQUE, 1999, p. 169), onde a principal maneira de conservar áreas com grande potencial é por meio de áreas protegidas, além disto:

Sobre a manutenção e o conhecimento da diversidade de seres vivos e sua relação com a qualidade de vida do ser humano, é impossível não pensar nos inúmeros compostos químicos de importância farmacológica que continuam guardados

no imenso baú da biodiversidade. (MARTINS, SANO, 2009, p. 76).

A partir disto, ainda segundo Lévêque, após a Conferência Rio 92, ficou a necessidade de ter outros tipos de desenvolvimento, além do econômico, que seria o *desenvolvimento durável*, “que busca conciliar as necessidades do presente com aquelas das gerações futuras, ou seja, o necessário desenvolvimento econômico dos países com a proteção, ao longo prazo, do meio ambiente e dos recursos” (LÉVÊQUE, 1999, p. 207). Contudo, estes são projetos de desenvolvimento que pouco tiveram sucesso, assim como o “desenvolvimento rural integrado”, que veio após a Revolução Verde, visto que a cultura capitalista de acumular capital, pouco se importou com proteção dos ecossistemas. Assim:

A economização da natureza atrela as estratégias de conservação às metas econômicas de desenvolvimento, enfocando as áreas protegidas como um processo de capitalização, um “estoque” (genético, de bens e de serviços) reservado para as gerações futuras, a ser usado sempre que, onde e na forma em que as condições de valorização econômica determinarem como favoráveis ou necessárias. (FIGUEIRÓ, 2012, p. 67).

A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), assim, são cada vez mais importantes nesse mercado, assim como a biotecnologia, nanotecnologia e gestão de recursos naturais, assim:

Interessa destacar as áreas de biotecnologia e nanotecnologia aplicadas ao uso da biodiversidade, que tem permitido a manipulação e o controle mais sofisticados sobre o processo de produção, como também potencializando seus tradicionais usos e aplicações, cujos resultados têm favorecido os padrões de qualidade e inovação de produtos e processos nos vários steps produtivos, dentre eles, os que ocorrem atualmente nas indústrias de cosméticos. (MIGUEL, p. 113, 2012).

Diante disto, as técnicas e tecnologias é uma das possibilidades de haver dentro do mercado de bioprodutos, mais eficiência, tanto em produção – com rapidez, eficácia e segurança, como também na utilização dos recursos

naturais de maneira mais eficiente, sem desperdícios e exploração das espécies desnecessariamente, superando a existência das capacidades ociosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado da biodiversidade no Amazonas, ainda está se desenvolvendo. As técnicas e tecnologias são consideradas importante aspecto dentro do mercado devido à eficiência que estas podem trazer a produção, tanto na parte da matéria-prima quanto na parte do produto final. Fortalecendo a agricultura familiar camponesa e o industrial em distintos modos, mas certamente com alguma forma de exploração, seja renda da terra ou mais valia (relativa ou absoluta).

No mercado da biodiversidade em Manaus o que predomina são *potencialidades*. A biodiversidade existente tem diversos usos, tanto para fitoterápicos e fitocosméticos, quanto para uso *in natura* como as plantas medicinais, para a alimentação, entre outros usos. Para utilizar essa biodiversidade é necessário investir em ciência e tecnologia para que o uso seja de maneira que o ambiente não seja degradado e principalmente, que traga benefícios para os sujeitos sociais que estão na base da cadeia produtiva, como os camponeses.

A relação sociedade e natureza é que diferencia um elemento da natureza, seja espécie ou molécula ou princípio ativo de uma mercadoria ou potencialidade como recurso natural, mediado por técnicas e tecnologias que não são distribuídas em igual forma no espaço.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento. Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985;
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. **Diversidade Geo-Bio-Sociocultural: A Biogeografia em busca dos seus conceitos**. In: Revista GEONORTE, Edição Especial, V.4, N.4, p.57 – 77, 2012;
- LÉVÊQUE, Christian. **A Biodiversidade**. São Paulo: EDUSC, 1999;
- MARTINS, José de Souza. **A Batalha do Conhecimento e o Fundamentalismo Popularista**. In: Reforma Agrária. O Impossível Diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000;
- MARTINS, Márcio; SANO, Paulo Takeo. **Biodiversidade Tropical**. São Paulo: Ed, UNESP, 2009;
- MIGUEL, Laís Mourão. **A Biodiversidade na Indústria de Cosméticos: contexto internacional e mercado brasileiro**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012;
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990;
- RANGEL. Ignácio. **Recursos Ociosos e Política Econômica**. In: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- _____. **O papel da Tecnologia no Brasil**. In: Obras Reunidas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia, Ed. 54, junho. São Paulo: AGB, 1977;
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996;
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. **Política e Território: A Geografia das Desigualdades**. Campinas, 5 jun. 2002. Texto apresentado no Fórum Brasil em questão – Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm;

O COMÉRCIO ELETRÔNICO SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA ECONÔMICA

Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo¹

José Messias Bastos²

Francine Borges Silva³

Resumo:

Neste artigo, o comércio eletrônico é tomado como pauta para uma análise geográfica de sua estrutura e de diferentes aspectos. Para tanto, o texto contextualiza o surgimento dessa atividade no contexto dos novos cenários macroeconômicos, tendo como enfoque a tecnologia de informação e as mudanças na relação entre as empresas, ressaltando-se, assim, a análise das recentes transformações no âmbito da realização da mercadoria, configurada na forma do comércio, e sua logística espacial. A análise se apresenta mediante um paralelo entre os fatores que representam a mudança no comércio e sua relação com a indústria trazendo como pano de fundo nesta discussão uma leitura de alguns apontamentos de economistas políticos clássicos como Karl Marx e outros, de forma que o entendimento dessas mudanças pela ciência geográfica tenha como ponto de apoio sua dinâmica espacial. Nesta mesma ótica, o trabalho aponta caminhos epistemológicos para a interpretação geográfica do objeto de estudo.

Palavras-chave: Geografia Econômica, Comércio Varejista, Tecnologia de Informação, Comércio Eletrônico, Reestruturação Macroeconômica.

1 – Introdução:

Uma retomada da história econômica brasileira nas últimas décadas permite reconhecer um processo de mudança na estrutura comercial baseada em transformações de ordem macroeconômica. Tal mudança tem origem na crise do capitalismo iniciada nos anos 1970, na qual foram marcantes a crise do petróleo e, por consequência, a crise no modo de produção fordista. Se não se pode dizer que a crise nesse modo de produzir tenha levado ao seu fim, também não se pode afirmar que não tenha acelerado o processo de desenvolvimento do setor tecnológico, sobretudo nos Estados Unidos. Subjacentes a esse processo havia duas vertentes centrais: investimentos na indústria de *hardware* e avanços no campo da comunicação, em especial nos recursos eletrônicos. Tais avanços remontam ao início da Guerra Fria, isto é, a

¹Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU

² Prof. Dr. Da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jbastos57@gmail.com

³ Fundação Carmelitana Mário Palmério – FUCAMP borges.silva.francine@gmail.com

pesquisas feitas pelo setor militar norte-americano que resultaram na criação de uma rede local de computadores que culminou no desenvolvimento da rede mundial de computadores — a internet.

No âmbito da administração, a mudança no paradigma de produção, dentre outras origens, tem raízes no “desenrolar” de uma mudança ocorrida no Japão após os anos 50 que se vinculou à recuperação econômica desse país após a Segunda Guerra Mundial. Uma mudança central ocorreu na administração da produção, motivada, em especial, por transformações na indústria automotiva Toyota. Conhecida como “toyotismo”, tal mudança chegou ao ocidente com o nome de produção flexível ou pós-fordismo. No modo de produção toyotista, o processo de administração da produção apresenta estas finalidades principais: a produção destinada a suprir diretamente a demanda social — que, ao contrário da linha fordista, não cria estoques; a não especialização da produção — destinada não a um produto apenas, mas a um nicho, o que criou possibilidades para que as empresas “encolhessem” ou ampliassem seu escopo conforme sua situação no mercado; enfim, o conceito de *just-in-time* — derivação desse processo que supõe obter mais eficiência na produção e na realização da mercadoria para a sociedade.

A lógica toyotista — assim vemos — transcendeu sua origem no chão-de-fábrica e ganhou ares regionais ou territoriais, tendo como “cérebro” o escritório administrativo localizado nos grandes centros financeiros e suas diversas linhas de produção (da extração à montagem) locadas e interconectadas no espaço geográfico. Nesse sentido, os investimentos no setor de tecnologia da informação diversificaram os modos de comunicação, acelerando o acesso da sociedade a esse campo tecnológico e ao mercado após o surgimento da internet. Esse cenário se expandiu no Brasil a partir dos anos 90 e avançou com rapidez em nossa sociedade. Na organização da produção, a tecnologia de informação conduz ao controle e à unicidade do processo. Outro fator que devemos ressaltar como derivação do processo anterior — e que teve seu vigor ressaltado depois pelo uso das tecnologias de comunicação — é o comportamento de empresas dos Estados Unidos que se inicia após os anos 50 e que Alfred Chandler (1998), em sua análise, aponta como surgimento da moderna empresa.

O desenvolvimento dos sistemas de comunicação e o aparecimento de tecnologias como a internet ainda são contestados por muitos teóricos, para os quais essa tecnologia ainda está vinculada a grupos de média e alta renda. Mas a perspectiva, criada pelos japoneses, de *substituição precoce de tecnologias* e o auxílio ao consumo em massa, facilitados pela potente ação do capitalismo financeiro, conduzem-nos ao entendimento de que essas tecnologias, no setor de automação e informação, vêm se popularizando cada vez mais rapidamente. Essa perspectiva abrange desde as automações dos

eletrodomésticos até o sistema de automação bancária; noutros termos, as tecnologias de ponta que apresentam um custo de aquisição maior estão passando por um processo de massificação e serão, num futuro próximo, bases possíveis para retomar investimentos ligados à nova fase expansiva dos ciclos de que fala Kondratieff.¹

Mas essa nova perspectiva nos remete a uma revisão conceitual da ciência que trata da organização espacial sobre a materialização dos objetos e equipamentos presentes no espaço na nova era digital. A escolha por este tema se deu, principalmente, pelo desafio de trabalhar na perspectiva de uma nova forma de negócio que nos conduz a uma *espacialidade insólita* pela falta de materialização de objetos no espaço pelas empresas. Estas criam sua estrutura com baixo *estoque de capital*, porém não só influenciam a dinâmica do comércio e a reestruturação empresarial — que engloba a produção; também trabalham com o espaço geográfico como se este fosse um tabuleiro de xadrez onde a organização das peças (objetos/cadeia produtiva) é a base para os movimentos que conduzirão à vitória (fluxos/realização no mercado).

Dito isso, este artigo objetiva analisar o cenário do comércio eletrônico no contexto das transformações macroeconômicas. Apresentamos sua estrutura e como a nova tecnologia de informação dinamiza a relação de comércio da sociedade com as empresas e das empresas entre si. Essa apresentação inclui um quadro introdutório sobre o comércio eletrônico e suas faces, assim como uma análise do contexto teórico, de modo a estabelecer sua relação com a ciência geográfica. Como forma de entender a abordagem que damos à referida temática, oferecemos uma visão geral do desenvolvimento da internet em seu período de evolução dos meios de comunicação e sua incorporação para o mundo dos negócios.

2 – Desenvolvimento:

2.1 - Comércio eletrônico: nova perspectiva de negócios para a reprodução capitalista

O comércio eletrônico como fruto do desenvolvimento dos setores de *hardware* e telecomunicações se apresenta como inovação nesse processo de

¹ Nikolai Dimitrievich Kondratieff — Николай Дмитриевич Кондратьев, em alfabeto cirílico — nasceu em [Goloeievskaja](#), a [4 de março](#) de [1892](#), e morreu em [Suzdal](#), a [17 de setembro](#) de [1938](#). Foi um [economista russo](#) e um dos teóricos da [NEP](#); é mais conhecido, porém, por ter sido o primeiro a tentar provar, estatisticamente, o fenômeno das “ondas longas”, dos movimentos cíclicos ([ciclo econômico](#)) de aproximadamente 50 anos de duração e que ficaram conhecidos na economia como ciclos de Kondratieff.

expansão e diversificação dos estabelecimentos comerciais, na relação entre estes e o setor atacadista e pelas empresas, que passam a realizar investimentos em centros de distribuição de pequeno, médio e grande porte para cumprir seu papel logístico. Além disso, o setor de serviços tem apresentado grandes investimentos em *portais eletrônicos* para divulgação e contratação de suas atividades. Dentre os vários segmentos desse setor, podemos dar destaque os bancos, que nos últimos anos têm realizado grandes investimentos no processo de interação de seus clientes com seus serviços através de *websites* — também denominadas *portais eletrônico* —, como apresenta o estudo de Magalhães (2007). Outra perspectiva de estudos sobre as influências que as tecnologias de informação (TI) geraram para o mercado consumidor está ligada a este mercado na ótica do consumo, conforme aponta Nakagawa (2008, p. 27-28):

Diversos modelos de negócios surgem em tempos de crise como uma resposta às mudanças ambientais e aos desafios que a nova realidade impõe. Muitas vezes, estes modelos são apoiados por avanços em tecnologia e acesso crescente à informação. Vavra (1992), ao analisar um passado não tão longínquo, lembra que, nos anos 80, a estrutura de mercado tornou-se mais complexa, o mercado consumidor fracionou-se e as ofertas de produtos proliferaram. Paralelamente a tecnologia computacional experimentava melhorias em custos capacidade de armazenamento, oferecendo subsídios para que as empresas conhecessem melhor os seus clientes. A década de 90 assistiu, maravilhada, a uma mudança de comportamento de mercados e dos consumidores que antes não se imaginava. A chamada globalização rompeu fronteiras, derrubou mitos e permitiu uma fabulosa interação cultural entre as nações. A informação deixou de ser um recurso escasso entre os concorrentes: capacidades de pesquisa extensivas faziam parte da estratégia da maioria deles.

Ao analisarmos os avanços do setor varejista nos Estados Unidos, mas que serve de exemplo para outras partes do mundo, podemos dizer que no início o mercado consumidor era “obrigado” a consumir o que a produção e o varejo ofereciam no início do período fordista, mas o aumento da concorrência e a inovação tecnológica vem criando constantes demandas para o comércio e os serviços de modo em geral. Essa demanda está ligada, principalmente, ao conforto e à rapidez de atendimento das necessidades dos consumidores. Os altos índices de crescimento dos centros urbanos, que trazem suas *intempéries*, e

a baixa oferta de produtos e serviços nas pequenas cidades geraram uma demanda de facilidades e ofertas de produtos, criando espaço para o nascimento e crescimento dos negócios realizados por meios digitais, conforme veremos ao longo deste trabalho. Nesse sentido, as duas principais perguntas a ser respondidas para a ciência geográfica são: o comércio eletrônico é capaz de modificar o processo de formação espacial já atribuído à dinâmica da velha economia? O comércio eletrônico simplesmente eliminou algumas estruturas físicas do comércio tradicional ou criou uma “espacialidade” paralela no mundo digital?

A internet é o resultado, em sua origem, de pesquisa de cunho militar através da Advanced Research Project Agency (ARPA), que, em 1969, lançou a ARPANet. O principal objetivo desse projeto financiado pelo governo americano era possuir uma rede comunicações eficiente e protegida de eventuais ataques resultantes da Guerra Fria. Nesse sentido, foi criada uma primeira *backbone* (coluna vertebral, em tradução literal), que representava uma rede de ligações centrais enterradas e protegidas unindo a inteligência militar com os centros de pesquisas universitários. No fim dos anos 70, essa rede — que se restringia, a princípio, a centros de pesquisa e pessoas ligadas a defesas — tinha um número elevado de usuários. Assim, seu controle de protocolo de pacotes de dados (*network control protocol*/NCP) já estava superado e foi substituído pelo protocolo de controle de transmissão (*transmission control protocol*) e pelo protocolo de internet (*internet protocol*), cuja junção ficou conhecida pela abreviação TCP/IP. Essa inovação na comunicação entre computadores conduziu a uma abertura da internet para um número maior de usuários.

O protocolo de transferência de hipertexto, conhecido pela abreviatura HTTP (*hypertext transfer protocol*), foi uma das mais consideráveis inovações na história da internet. Esse sistema de protocolos permitiu que dado computador acesse à informação (texto, vídeo, imagem) onde ela estivesse através do localizador de recurso universal (*uniform resource locator*/URL, que funciona pelo sistema máquina/caminho/recurso); através da linguagem de marcação de hipertexto (*hypertext markup language*/HTML), permitiu dispor informações na internet e, logo, criar páginas eletrônicas. Com base no HTTP, criou-se a rede de alcance mundial (*world wide web*, conhecida pela abreviação WWW). Esse sistema de troca de informações, que permitiu a interligação cada vez maior de computadores, conduziu a um número maior que 400 milhões de máquinas ligados à internet, sendo, segundo a International Telecommunication Union – ITU, em 2013, 363 milhões de jovens (entre 15 e 24 anos) com mais de 5 anos de uso da internet, sendo que o Brasil ocupa a quarta posição mundial, ficando atrás de China em primeiro, Estados Unidos em segundo e a Índia na terceira posição.

Uma revisão histórica da internet e de seu funcionamento seguindo certa perspectiva teórica permite dividir sua história em duas partes: uma, o nascimento da internet; outra, o nascimento da internet moderna, na segunda metade dos anos 90, quando passou a ser incorporada ao mundo dos negócios; isso porque o processo de compra pela rede nada mais é que a troca de informações sobre produtos oferecidos (imagens e texto) e a informações sobre dados bancários do usuário (crédito ou geração de boletos bancários) para que a empresa obtenha seu rendimento.

Assim, como um dos apontamentos na análise teórica sobre o referido assunto, nessa transformação do paradigma comercial até então, em muitos casos a empresa realiza a venda do produto (uma fotografia no *website*) sem tê-lo produzido; fato este que exerce certa pressão do comércio sobre a indústria e cria caminhos alternativos e virtuais no circuito do capital, à luz da teoria de Karl Marx.

Em continuidade da apresentação dos dados que demonstram o crescimento da internet, o grande desenvolvimento do setor de comunicações através das constantes melhorias nos sistemas já existentes e com o advento da internet que se “populariza” em larga escala (TAB. 1) no Brasil nos anos 90 está mudando o modo de efetivar a compra dos mais diversos produtos.

TABELA 1 - Dados sobre uso da internet no Brasil: crescimento percentual (set. de 1997–set. 2015)

ANO DA PESQUISA	POPULAÇÃO TOTAL (MILHÕES)	INTERNAUTA (MILHÕES)	% DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO ACUMULADO	FONTE DA PESQUISA INTERNAUTAS
2015/set.	204,9	106,6	51,6%	—	Banco Mundial
2011	203,4	70,18	45,7%	—	Banco Mundial
2006/dez.	188,6	51,96	28,2%	2.508%	Internet WorldStats
2005/jan.	185,6	25,90	13,9%	2.152%	Internet WorldStats
2004/jan.	178,4	20,05	11,5%	1.686%	Nielsen

n.					NetRatings
2003/jan.	176,0	14,32	8,1%	1.143%	Nielsen NetRatings
2002/ago.	175,0	13,98	7,9%	1.115%	Nielsen NetRatings
2001/set.	172,3	12,04	7,0%	947%	Nielsen NetRatings
2000/nov.	169,7	9,84	7,1%	756%	Nielsen NetRatings
1999/dez.	166,4	6,79	5,8%	490%	Computer Ind. Almanac
1998/dez.	163,2	2,35	1,4%	104%	IDC
1997/dez.	160,1	1,30	0,8%	13%	Brazilian ISC
1997/dez.	160,1	1,15	0,7%	—	Brazilian ISC

Fonte: CÂMARA BRASILEIRA COMÉRCIO ELETRÔNICO/CBCE, 2011.

Nesse contexto, podemos considerar que a internet nasce do casamento entre a evolução dos sistemas de comunicação e a evolução do setor de informática. Ambos receberam investimentos maciços após a entrada no período recessivo da economia que se iniciou com a crise do petróleo de 1973 (RANGEL, 2005). Esse autor destaca tal evolução nos sistemas como forma de retomar o crescimento por países do centro do sistema, sobretudo Estados Unidos, que já haviam lançado investimentos nesse setor durante a Segunda Guerra Mundial através de empresas como a IBM.

A entrada da IBM no mercado de computadores pessoais (PC), em 1981, foi de grande importância para a legitimidade e a credibilidade do nascente setor. Dois anos após o lançamento do PC, a IBM detinha 75% do mercado, que continuava a crescer. Em 1984, havia 19 milhões de PC's em uso nos Estados Unidos, distribuídos em partes iguais entre lares e empresas. Embora a IBM ultrapassasse

rapidamente as vendas da Apple, esta continuava a construir um segmento fiel e lançar inovações destinadas a simplificar a operação do PC. (MAYO; NOHRIA, 2008, p. 20).

O comércio eletrônico desenvolve-se na perspectiva logística de aceleração do processo de compra, facilitada pela ausência de fatores que se interpõem entre o consumidor e a efetivação da aquisição em qualquer estabelecimento, a exemplo das filas e da locomoção geográfica, dentre outros. Essa revolução nos meios de comunicação e seu desdobramento para o mundo dos negócios teve sua história iniciada pela democratização da informática dada pela massificação das vendas dos computadores pessoais, cujo avanço tecnológico foi — e é — tão rápido quanto seu barateamento e acesso à população geral. A massificação do computador pessoal está em curso, e sua aquisição pelos segmentos menos abastados da sociedade está se tornando cada vez mais possível, lastreada pelo crédito pessoal.

A compra pela internet se dá através de uma página eletrônica (*website*) criada pela empresa que apresenta, através de fotografias, textos e vídeos, produtos e informações organizados por setor. A maioria das páginas eletrônicas contém uma ferramenta de busca de produtos que facilita e dinamiza o processo de compra. Quando o consumidor escolhe o/s produto/s desejado/s por meio de sua seleção, a página gera um boleto — ou *links* — para que ele informe seus dados do cartão magnético, a fim de que a compra seja efetivada. Feito isso, a informação é enviada automaticamente a uma central e, logo, ao centro de distribuição, que cuidará do envio. Para o consumidor, essa página eletrônica pode ser acessada em qualquer parte do globo; mas os centros de distribuição ou locais para retirada de produto estão localizados no espaço e impõem à empresa a necessidade de entregá-los de forma tão rápida quanto sua aquisição, para que esse instrumento de compra crie uma gama cada vez maior de usuários.

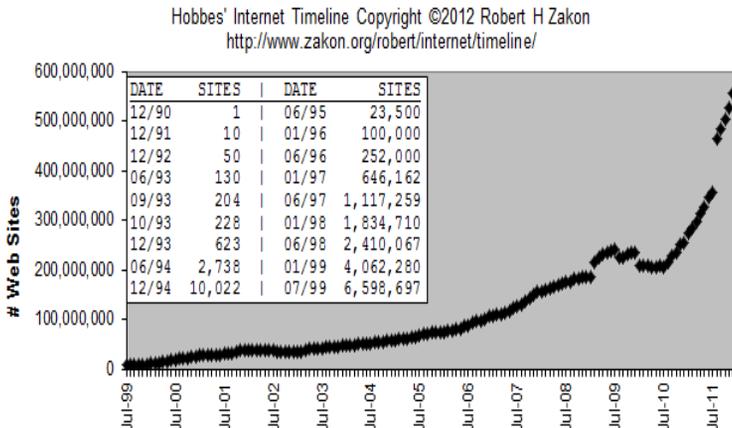
Nessa lógica, a logística espacial para as empresas — grandes e pequenas — torna-se determinante central de seu sucesso no mercado, tanto na captação de matérias-primas quanto na organização da produção, no gerenciamento da produção e do comércio e na realização da mercadoria para a sociedade. Desse modo, para a ciência geográfica, a análise pode ser realizada não só nos condicionantes logísticos, formadores deste espaço, mas também nas influências diretas na materialização de aspectos sociais e econômicos trabalhados por autores da geografia econômica e na receptividade dessa tecnologia pelo comportamento de consumo da sociedade, como trabalhado por autores que enfatizam mais a linha sociológica, a exemplo de Manuel Castells (2003).

Outro fator importante nessa análise se refere à revisão de conceitos que fundamentam a ciência geográfica, tais como espaço, tempo e territorialidade dessas corporações.

As redes já mudaram o modo de comunicação nos Estados Unidos. Todos os dias ocorrem milhões de negócios entre dezenas de milhares de conexões em alta velocidade, através de computadores espalhados por todo o mundo. Em apenas alguns segundos, transmitem-se centenas de páginas pelos Estados Unidos. Solicitações alcançam a Inglaterra, Japão ou Austrália com um rápido movimento de tela do computador, e respostas chegam antes que uma chamada telefônica ou transmissão por *fax* seja concluída. Os programas armazenados em mainframe na Califórnia podem ser descarregados instantaneamente em um *desktop* em Nova York, usando apenas alguns comandos simples. Pesquisadores de Universidades e laboratórios corporativos de desenvolvimento, que nunca se encontram pessoalmente, colaboram em base *on-line* para desenvolver e testar novos produtos, economizando meses, ou mesmo anos no processo. (CRONIN, 1995, p. 1).

O Gráfico 1 mostra a distribuição geográfica dos países com o número maior de usuários de internet.

GRÁFICO 1 – Crescimento do número *websites* ente 1999 e 2011



Fonte: HOBBE'S INTERNET TIMELINE COPYRIGHT, 2012, *on-line*

Esse gráfico sugere um número crescente de *websites*, fato esse que denota não somente a democratização da tecnologia, mas também — e, sobretudo — o crescente investimento em propaganda e negócios realizados pela via eletrônica. No entanto — cabe frisar —, a tecnologia de informação mostrou-se, em um primeiro momento, como novidade restrita a alguns grupos, como aconteceu também com a tecnologia de telefonia móvel. Os grupos de alta renda e a classe média alta tornam-se, dessa maneira, consumidores de novidades nesse ramo de novidades. Para o comércio eletrônico, é importante ser destacado que, embora as páginas eletrônicas sejam disponibilizadas para todo o mundo, existe o condicionante do consumo que é limitado pela língua; nesse caso, o pós-fixo “.com.br” delimita a regionalização brasileira das empresas no mundo virtual; esse exemplo pode ser usado para o mundo todo. Nesse sentido, o comércio eletrônico e outras formas de uso da internet são realizados, na maioria dos casos, de forma regional para os brasileiros, que usam as páginas eletrônicas nacionais para compras ou lazer.

Nesse contexto, o espaço virtual — que se mostra não com a presença dos fixos, mas com os fluxos em outra perspectiva ao que foi apresentada por Milton Santos, pois se trata de pura captação e disponibilização de informações — pode ser analisado pelo prisma dos conceitos geográficos; isto é, o consumo por meio da rede mundial de computadores pode ser visto mundialmente pela oferta e regionalmente pela procura; ao mesmo tempo, o domínio territorial das empresas no espaço virtual, que transcende a perspectiva do Estado-nação, pode ser mensurado por sua realização em cada país. Mas, muitas vezes, esse domínio territorial no espaço virtual é dado pela soma de vendas e acessos nos diferentes “sufixos” de uma mesma empresa, a exemplo do Yahoo (.com.br/.com.arg/.com.mx e outros), ou pelas grandes empresas que usam somente o “sufixo” .com, mas que apresenta um seletor de linguagem ou país em sua página eletrônica.

É nesse espaço cuja lógica de construção e cujas dinâmicas se diferenciam das do espaço geográfico tradicional que vemos margem para análises geográficas; isto é, nessa lógica vemos um espaço para aplicar conceitos da geografia. Esse espaço paralelo e virtual cuja existência é movida pelo *e-commerce* e pelo *e-business* denominamos aqui de “e-espaço”. Assim, na proposta deste trabalho, o “e-espaço” se torna uma proposta de conceito geográfico quando nos referimos à análise das espacialidades criadas no mundo virtual. Tal perspectiva, em nossa leitura, está focada na dinâmica econômica, mas pode ser realizada por outros prismas.

Feita essa retomada do nascimento da internet, das raízes de sua incorporação para finalidade econômica e de seu primeiro paralelo com a

ciência geográfica, analisaremos a seguir o comércio eletrônico em sua face teórica para traçar novos paralelos com a geografia.

2.2 - Perspectiva teórica do setor de comércio de alimentos e sua relação geográfica

Ao analisarmos a atividade comercial nos termos conceituais da ciência geográfica, podemos associá-la, principalmente, ao que tange à construção do espaço geográfico. Para que esse contexto se realize estabelecendo o dialogo entre esta ciência e a ciência econômica, é importante que estabeleçamos os parâmetros que regem o prisma desta análise. No âmbito da economia, nossa análise espacial concentra-se na construção teórica dos autores clássicos da economia política que atendem diretamente à perspectiva da construção espacial, na medida em que esse ramo da ciência econômica foca na relação estrutural em uma escala macroeconômica,¹ ao contrário da economia clássica, que atende aos estudos de fatores monetários e em uma escala micro e não atribuindo importância a esta ótica. Essa vertente não atende diretamente aos objetivos de nossa análise.

Nesse contexto, como um dos principais autores dessa linha econômica, Karl Marx, em suas formulações das teorias que regem o sistema capitalista, divide o processo industrial em duas etapas: a produtiva e a comercial. A atividade comercial, para Marx,² é a etapa de realização da mercadoria no processo produtivo. Essa atividade é representada na formalidade empresarial e de relação com o mercado consumidor em dois grandes grupos de atuação: o atacado e o varejo.

Deste modo, como o percorrer da história econômica do século XX, período este posterior as idéias de Karl Marx o aumento da concorrência no setor produtivo, mas principalmente no setor comercial, conduziu as grandes corporações a investirem em constantes estratégias de domínio de mercado, e melhorias no setor logístico das cadeias de valor formada por diversas empresas. No entanto, ainda dentro desta perspectiva percebe-se que o setor comercial, tanto na relação entre empresas, ou com os consumidores, vem se

¹ Economia política é ramo da ciência econômica que estuda a aplicação da economia nos fatores sociais e o comportamento da organização capitalista no segmento estatal ou privado. Assim, o comportamento das empresas estatais e privadas e a espacialidade de sua composição e de seu ramo de atuação atendem ao “olhar geográfico” em questão segundo nosso ponto de vista.

² Teoria elaborada por Karl Marx, depois corrigida e publicada por Engels, em 1885, no segundo livro (II Tomo) referente às etapas de circulação do capital no Capital Mercantil.

destacando frente ao setor produtivo. Fator este que será posteriormente explorado por esta tese.

Assim, os supermercados de autosserviço como apontado anteriormente tem sua origem nos Estados Unidos, na década de 1930/1940, e caracteriza-se como inovação do setor comercial no que tange ao aspecto de um autoatendimento pelo consumidor. No período anterior, os diversos produtos comercializados eram mostrados de maneira personalizada a poucos clientes. Mas, devido à massificação do consumo nesses tipos de estabelecimento, muda-se a disposição dos produtos para prateleiras. Ao longo das décadas seguintes, os supermercados se tornaram presentes em todo o mundo, e suas inovações na parte de serviços e a agilidade de atendimento e pagamento se aperfeiçoaram conforme as novas necessidades impostas pelos novos padrões de consumo.

Com o surgimento do supermercado, as inovações tecnológicas objetivaram melhorar o atendimento ao cliente no quesito tempo. Os supermercados de hoje configuram sua estrutura e seu layout, seus produtos e seus serviços agregados como uma soma de economia de tempo. Os produtos semiprontos disponíveis em embalagens práticas são a grande “vedete” nas prateleiras; estas, somadas aos investimentos em tecnologia de informação e operacionalização de pagamento das compras, tornam o supermercado parte de uma logística cotidiana de manuseio do tempo. Essa logística de gerenciamento da produção agrícola e industrial, em concomitância com a comercialização realizada na relação entre atacado e varejo, faz que a espacialização desses diferentes segmentos seja determinante no sucesso dessa atividade.

No contexto histórico e econômico, acompanhamos uma entrada significativa nos anos 90 de investimentos estrangeiros, proporcionados pela abertura comercial. Esses investimentos estrangeiros afetaram diretamente os setores atacadista e supermercadista, que passaram a sofrer “aglutinações” corporativas; isso caracteriza o período de crise da economia brasileira e a manutenção de poder sobre o mercado. O setor supermercadista encontra-se “aglutinado” sobre o poder de algumas corporações que possuem a maior parte dos faturamentos desse ramo. Nota-se, também, entre as maiores, a presença maciça de capitais estrangeiros, conforme a Tabela 2.

TABELA 2 - As dez maiores empresas do ramo supermercadista — outubro de 2011

CLASSIFICAÇÃO		EMPRESA	SEDE	FATURAMENTO BRUTO EM 2010	FATURAMENTO BRUTO EM 2014
2013	2014			(em reais)	(em reais)
1º	1º	Companhia Brasileira de Distribuição Ltda. (Pão de Açúcar)	SP	36.144.367.885	72.318.920.859
2º	2º	Carrefour Comércio e Indústria	SP	29.000.238.060	37.927.868.864
3º	3º	Wal-Mart Brasil Ltda.	SP	22.334.035.926	29.647.436.292
4º	4º	G. Barbosa Comercial	SE	3.501.144.537	9.795.213.632
5º	5º	Cia. Zaffari Comércio e Indústria	RS	2.490.000.000	4.215.000.000
Total das cinco primeiras (em reais)				R\$ 93.469.786.408	R\$ 153.904.439.647
7º	6º	Irmãos Muffato e Cia. Ltda.	PR	1.926.056.000	3.704.980.201
6º	7º	Condor Super Center Ltda	PR	1.728.699.479	3.636.516.432
8º	8º	Supermercado BH Comércio	MG	--	3.408.444.822
9º	9º	Sonda Supermercados LTDA	SP	--	2.904.647.318
11º	10º	SDB Comércio de Alimentos	SP	--	2.903.613.000
Total das dez primeiras (em reais)				R\$ 103.316.973.939 (2010)	R\$ 170.462.641.920
Faturamento Total do Setor Supermercadista				R\$ 201,6 Bilhões	R\$ 258,7 Bilhões

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADISTAS/ABRAS, 2015, *on-line*.

A Tabela 2 apresenta dados do ranking (classificação) do setor supermercadista segundo dados de 2010. Como se vê, a maior parte do total do faturamento ligado à atividade está “nas mãos” das três maiores empresas (todas se ligam ao total e, percentualmente, a grupos estrangeiros). Vale notar ainda o crescimento do setor na comparação entre as duas tabelas, sobretudo nos totais faturados. A posição das empresas listadas não mostra grandes alterações se não considerarmos a superação de algumas sobre as outras; mas vale destacar o

crescimento porcentual que tiveram sobre o mercado nacional, mostrando a evolução do setor (GRÁF. 2).

GRÁFICO 2 – Participação do setor de atacado-distribuidor em relação ao setor varejista — 2010



Fonte: ABAD, 2011, *on-line*.

QUADRO 1 - Classificação do setor de atacado-distribuidor — dados de 2015

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	ESTADO	FATURAMENTO (2010) Em Bilhões	FATURAMENTO (2014) Em Bilhões
2014				
1º	Makro	SP	--	7,6
2º	Martins	MG	3,4	4,7
3º	Profarma	RJ	3,1	3,6
4º	Grupo Mateus	MA	--	2,3
5º	Tambasa	MG	1,2	2,1
6º	Apoio Mineiro (Decminas-Daminas)	MG	--	1,3
7º	JC Distribuição	GO	0,71	1,14
8º	Megafort	MG	0,90	1,06
9º	Zamboni Comercial	RJ	0,70	1,0
10º	Grupo Pegoraro	SC	--	0,95
Faturamento Total das 10 maiores		R\$12,1 Bilhões (2010)		R\$ 25,75 Bilhões
Faturamento Total do Setor (2010)		R\$ 164,5 Bilhões		R\$ 211,8 Bilhões

Fonte: ABAD, 2011, *on-line*.

Nessa perspectiva, o Quadro 1 apresenta uma classificação do setor atacadista conforme dados da ABAD.

Os dados apresentados pelo Gráfico 2 e pelo Quadro 1 nos mostram a evolução do setor de atacado-distribuidor na economia nacional. Estes dados representam as afirmativas anteriores sobre o aumento da economia gerada pelo setor comercial frente ao setor produtivo, tanto no varejo como no atacado.

O Quadro 1 destaca o peso do Atacado Martins e da Profarma, apesar de distribuírem produtos diferentes, frente às demais empresas do ramo. Este cenário de domínio de mercado constituem-se como representação dos períodos de recessão econômica dos ciclos longos.

Ainda sobre o prisma do crescimento do setor comercial, Cleps (2005, f. 42), em seus estudos sobre o setor comercial, aponta a espacialização e as consequências da dinâmica urbana de grandes empreendimentos supermercadistas: os hipermercados:

A internacionalização do capital, que se elevou com as empresas multinacionais e, posteriormente, com as transnacionais, resultou na mundialização das atividades econômicas. Contudo, sustentadas por serviços sofisticados da construção civil e do planejamento de serviços financeiros internacionais, tal integração só se tornou possível graças ao desenvolvimento dos transportes e das comunicações que possibilitou a instalação da produção das empresas internacionais em diferentes países. No espaço geográfico, essas transformações modificaram o sistema produtivo. Através da presença de novas modalidades de comércio, surgiram diferentes formas de apropriação dos espaços. Na procura por grandes áreas para se estabelecerem, as novas formas comerciais buscaram as margens das rodovias e das principais avenidas dos grandes centros urbanos. Portanto, fez-se necessário repensar o sistema de transportes, de comunicação e de infra-estruturas para viabilizar o desenvolvimento comercial das áreas que estavam sendo incorporadas pelo capital comercial e imobiliário.

Ligados, em sua maioria, a grandes redes supermercadistas, os hipermercados encontram-se situados em vias de escoamento de trânsito rápido e ocupando grandes porções de terreno nestes espaços (levando-se em conta seu porte, mais o estacionamento). Esses empreendimentos têm, como grande parcela de clientes, pessoas que residem em áreas próximas, famílias ou mesmo grupos de pessoas que realizam compras mensais.¹ Essas pessoas aproveitam a capacidade de negociação de preço que esses estabelecimentos possuem com seus fornecedores em suas aquisições em escala.

Os mercados de pequeno porte, localizados nos “bairros” (no sentido de atendimento das necessidades de uma comunidade local) e que têm grande escopo de produtos, suprem as necessidades de consumo quase imediatas de pessoas que têm uma rotina de compra por necessidades. Esse tipo de estabelecimento vem ganhando importâncias na análise teórica, pois representa uma possível tendência para o futuro e prevê a extinção dos grandes estabelecimentos por alguns analistas de consumo, dando destaque aos pequenos. A espacialização desses empreendimentos está ligada diretamente à realidade socioeconômica de cada localidade, mesmo em dado

¹ O hábito de compras mensais era bastante comum na década de 1980 em razão do descontrole inflacionário (ver estudos da inflação brasileira de Ignácio Rangel), que fazia uma parcela da população temer a constante remarcação de preços que na época se apresentava como algo comum.

município e entre supermercados de grande porte cuja área de influência sobre a população é maior. Talvez, para essa última premissa, podemos estar considerando a representação dessa possível tendência de consumo local, mesmo com os hipermercados.

O comércio eletrônico é um ramo de investimentos para essas redes supermercadistas, pois possibilita ao consumidor comprar sem sair de sua residência. Mas a entrega dos produtos depende de uma articulação espacial por esses investidores, de modo a realizar a entrega tão rapidamente quanto fora a compra. Assim, fazemos a seguinte pergunta: como essas empresas supermercadistas trabalham com seus estoques, visto que essa empresa tem, também, uma rede de lojas materializadas no espaço?

No enfoque de aquisições e fusões, os grandes grupos atacadistas estão investindo no setor varejista, a exemplo do grupo Martins, de Uberlândia (MG), como já citado no capítulo 1, que durante 50 anos de história investiu em suas atividades atacadistas e, nos últimos 5 anos, construiu uma rede varejista com mais de 600 lojas de supermercados de pequeno porte — a rede Smart. A atuação do grupo no setor de atacado e varejo fornece, hoje, informação para si mesmo, graças ao pleno controle de estoque, pois existe a tecnologia entre seus pares.

Ao analisarmos o caso de grandes grupos corporativos a exemplo do Martins, é importante estabelecer conexões com uma ideia maior. Portanto, ao analisarmos o apontamento de Chandler (1988, p. 251) sobre a empresa multiunitária, podemos enxergar os casos empresariais brasileiros, como os varejistas trabalhados antes:

Podemos, portanto, chamar de moderna a empresa multiunitária gerida por um quadro de administradores assalariados de segunda e primeira linhas. Tais empresas não existiam nos Estados Unidos em 1840. À época da I Guerra Mundial, este tipo de firma tornara-se a principal instituição comercial em muitos setores da economia norteamericana. Em meados do século XX, tais firmas empregavam centenas e até milhares de gerentes de primeira e segunda linha, os quais supervisionavam as atividades de dezenas ou centenas de trabalhadores. Tais empresas pertenciam a dezenas ou centenas de acionistas e movimentavam milhões de dólares anualmente. Até mesmo uma empresa relativamente pequena, atuando em mercados locais ou regionais, tinha seus administradores de primeira e segunda linha. Na história mundial, dificilmente

uma instituição tornou-se tão importante e difundida em tão curto espaço de tempo.

Para Chandler (1988, p. 264):

A moderna empresa administra várias divisões, fábricas, minas e outros complexos em uma ou mais atividades econômicas básicas de produção, distribuição, transporte e financiamentos em lugares dispersos e, não raro, em diferentes setores industriais. Sua hierarquia gerencial exerce suas funções primordiais mediante uma estrutura organizacional e um sistema de controle determinados. A moderna empresa, como antes definida, surgiu e prosperou nos setores da economia nos quais pôde coordenar as unidades produtivas mais eficientemente do que os mecanismos de mercado, reduzindo os custos unitários e aumentando a produtividade.

Assim, o campo de trabalho para setor o administrativo torna-se fundamental, pois a concorrência entre os grandes grupos é um jogo de mercado que somente pode ser vencido com bons estrategistas. A idéia de multiunitarismos de Chandler (1988) está vinculada diretamente com o domínio de mercado através do escopo, que somente se torna possível pela marca consolidada. Para o consumidor, a relação estipulada entre a marca e sua qualidade correspondente é o que dá segurança ou não na hora da compra pela internet e o que garante a qualidade de atendimento e das mercadorias oferecidas por uma mesma rede, desde grupos com cinco hipermercados até aqueles com mais de mil filiados, como a rede Smart.

Consideremos o paralelo que Chandler (1988, p. 260) traça entre o desenvolvimento tecnológico e a mudança no quadro empresarial, em que

[...] essas diferenças podem ser consideradas variações de um mesmo tema. A mão visível da gerencia substituiu a mão invisível das forças de mercado onde e quando a nova tecnologia e o crescimento dos mercados possibilitaram um volume e uma rapidez sem precedentes no fluxo de materiais através dos processos de produção e distribuição. A moderna empresa comercial foi, portanto, a reação institucional à rapidez do progresso tecnológico e ao incremento da demanda do consumidor nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX.

Nessa lógica, não seria possível analisarmos aqui o desenvolvimento da internet e do comércio eletrônico em si, ou seja, sem vinculá-lo com a ordem macroeconômica, que se mostrará como pano de fundo ao longo deste trabalho.

Ainda segundo Chandler (1988, p. 254),

A primeira proposição deriva diretamente da definição da moderna empresa comercial. Essa empresa surgiu e continuou a expandir criando ou adquirindo unidades comerciais que teoricamente podiam funcionar como unidades independentes – em outras palavras, interiorizando as atividades que eram ou podiam ser exercidas por várias unidades comerciais e também as transações que eram ou podiam ser efetuadas entre elas.

Esse autor aponta falha nas ciências sociais ao negligenciarem a contribuição da lógica empresarial ao entendimento da dinâmica macroeconômica. Diz ele:

Os historiadores conhecem os empresários, mas raramente procuraram conhecer a instituição que eles criaram, como ela era administrada, que funções exercia e como continuava a competir e a crescer depois que os seus fundadores saíam de cena. Em vez disto, ficaram a discutir se esses fundadores eram meros especuladores ou estadistas industriais, isto é, vilões ou heróis. A maioria dos historiadores, tão descrentes quanto os economistas com relação às empresas criadas por estes homens, concordou que eram vilões. Esses mesmos historiadores, porém, fizeram poucos juízos de valor, negativos ou positivos, a respeito da nova classe de administradores cujas ações foram tão influentes no desenvolvimento da economia norte-americana. (CHANDLER, 1988, p. 252).

Com efeito, o cenário histórico da moderna empresa delineada por autores como Chandler — peça-chave para este trabalho — pode ser exemplificado pela história e situação atual de diversas empresas no quadro macroeconômico brasileiro, a exemplo, em linhas gerais, das beneficiadoras de carne como Sadia, Perdigão, Aurora e outras. No passado, tinham sua produção atrelada à escala. No presente, passam a investir em escopo, porém

no mesmo nicho de mercado. A Sadia produz frango resfriado, pizza, tortas e outros produtos que não saem do setor de alimentos, nicho dado pela marca. Para o consumidor — cabe reiterar —, a marca fornece a segurança de experimentação de produtos do mesmo nicho — nesse caso, alimentos. Seria estranha ao consumidor a apresentação de tubos de PVC da marca Sadia ou de pizzas da marca Tigre. Mas não o seria estranha a compra de um vaso sanitário da marca Tigre, pois o produto não sairia do nicho comercial da empresa. Cada produto de uma mesma empresa tem sua cadeia produtiva, tornando a grande empresa um complexo de produção no qual as decisões do CEO sobre onde investir, quando investir e a decisão de mediar entre escala e escopo representam a diferença entre o sucesso e o fracasso.

Consideremos esta afirmativa de Chandler (1988, p. 265):

Por fim, nas indústrias em que as redes distribuidoras existentes eram incapazes de comercializar os produtos com a mesma rapidez com que eram fabricados, os grandes produtores tornaram-se megaempresas, mostrando suas próprias organizações de distribuição e de compras. Nesse caso, a coordenação administrativa entre distribuição e produção veio suprir as deficiências das redes distribuidoras existentes que não conseguiam comercializar os produtos tão rapidamente quanto eram fabricados. Note-se que a grande empresa demorou muito mais a surgir nas indústrias e nos setores onde a tecnologia e as condições de mercado não permitiam produzir aceleradamente em grande escala e onde, conseqüentemente, não havia como obter maior eficiência através da coordenação administrativa.

Assim, Chandler em sua afirmação anterior destaca que as grandes empresas se fizeram grandes ao longo de sua história porque organizaram toda sua cadeia de suprimentos e distribuição. Ou seja, a denominada “Moderna Empresa”, é antes de tudo fruto de uma cadeia de valor bem organizada. Esta lógica pode ser considerada e compreendida em sua relação com o campo conceitual e teórico da Ciência Geográfica.

2.3 - Comércio eletrônico e ciência geográfica no campo teórico-conceitual

O comércio eletrônico é uma inovação, sobretudo administrativa no setor de vendas e é trabalhado segundo conceitos administrativos como

inovação na relação entre comerciante e cliente. Essa inovação pode ser vista em duas faces: o *e-commerce* e o *e-business*.

O termo *e-commerce* representa o modo de compra realizado entre pessoa física e pessoa jurídica (consumidor-loja). Nessa área do comércio eletrônico, as lojas ou empresas que investiram na internet têm, na maioria dos casos, a divisão entre loja “presencial” e loja “virtual”. Ambas apresentam o mesmo escopo de produtos e serviços, mas o que destacamos aqui é que a disponibilização de produtos pela internet cria uma gama de consumidores que pode estar localizada em qualquer lugar do território e — por que não? — do globo. Essa possibilidade exige das empresas uma alocação estratégica de centros de distribuição que não mais obedecem só à lógica de localização pelas lojas presenciais. Dentre esses setores do varejo, que disponibiliza os diversos produtos e serviços comercializados na internet, podemos citar o exemplo do setor de lojas de departamentos (Casas Bahia, Ponto Frio, Americanas, Magazine Luiza e outras).

A segunda face do comércio eletrônico — o *e-business* — caracteriza-se por ser a realização comercial entre empresas, ou seja, entre pessoas jurídicas. Segundo alguns autores da área de administração que tratam do assunto, a evolução do *e-commerce* é o *e-business*. O *e-business* como evolução da perspectiva comercial é à base do arranjo empresarial e de comunicação que coordena a rede de negócios. Se considerarmos o *e-business* como terceira fase de crescimento do comércio eletrônico, então podemos vê-lo da seguinte maneira:

Chamamos esta fase de *e-business*, e ela inclui todas as aplicações e os processos que permitem a uma empresa realizar uma transação de negócios. Além de englobar o comércio eletrônico, o *e-business* inclui atividades de contato e de retaguarda que formam o mecanismo principal do negócio moderno. Assim, o *E-business* não trata apenas de transações de comércio eletrônico ou de compras e vendas pela internet. É uma estratégia global de redefinição dos antigos modelos de negócios, com o auxílio de tecnologia, para maximizar o valor do cliente e dos lucros. (ROBISON; KALAKOTA, 2002, p. 24).

Ao mesmo tempo, ainda nessa perspectiva de locação, de controle e de comunicação entre os fixos da rede de negócios, encontramos um cenário rico nos estudos das dinâmicas empresariais respaldadas pela sua transformação estrutural da economia, como salientado antes, e a plena

realização de sua lógica espacial de dinamização da produção. No estudo dessa face do comércio eletrônico, algumas indagações se fazem presentes: como as corporações trabalham com seu estoque, uma vez que possuem sua rede de lojas? Como está espacializada a rede logística? Como funciona sua rede de distribuição de produtos, visto que o consumidor está em qualquer parte do território nacional (ou do mundo, para alguns produtos)? Quais são as dificuldades e soluções para suprir a desigualdade quantitativa de tempo na relação entre venda e entrega? Quais são as estratégias de *marketing* utilizadas por estas empresas para o estímulo do consumo *on-line*? E as empresas estabelecem apenas o contato entre consumidores, através dos leilões *on-line* ante essas corporações? Por outro lado, criamos a principal indagação no que concerne à relação entre comércio e indústria: qual face tem mais peso sobre a outra? Quem induz quem? Qual é a complexidade existente ao longo da cadeia produtiva?

A partir dessas indagações, realizamos um diálogo entre o comércio eletrônico (suas variadas faces) e o cenário empresarial atual na perspectiva macroeconômica a fim de interpretar a organização espacial como objeto da geografia.

A tecnologia de informação possibilitou conhecer mais as tendências de consumo da sociedade, em especial o fato de que o acesso da sociedade ao mercado se tornou mais próximo e dinâmico. Peter Drucker (2001), analista da administração empresarial que acumulou larga experiência trabalhando como consultor de empresas como General Motors e outras, faz certos apontamentos sobre o comércio eletrônico que se mostram convenientes a este estudo. Diz ele:

O comércio eletrônico é para a revolução da informação o que a ferrovia foi para a Revolução Industrial — um avanço totalmente novo, totalmente sem precedentes, totalmente inesperado. Fazendo uma analogia com a ferrovia de 170 anos atrás, o comércio eletrônico está criando uma nova explosão, mudando rapidamente a economia, a sociedade e a política. (DRUCKER, 2001, p. 92).

Com efeito, vivenciamos um segundo momento desse padrão de consumo. A análise mercadológica já tem como preceito que a tecnologia de informação está sendo cada vez mais difundida na sociedade, passa a explorar os métodos e a metodologia de venda via meio digital e a analisar o padrão de consumo dentre os produtos oferecidos na grande rede. Para a geografia,

esse ponto se torna fundamental em sua análise espacial, pois, após anos de exploração da espacialidade do comércio na cidade, temos a plena certeza da localização dos pontos comerciais, mas não a do consumidor, que, graças à tecnologia, pode estar localizado em qualquer parte do mundo. Esta lógica se complementa e se torna mais interessante à análise pelo ponto de vista do consumidor, que mantém uma relação mais virtual com o ponto comercial do que geográfica; ou seja, o endereço da loja passa ser o eletrônico, e não mais o de sua representação física.

Como contextualização desse segmento de estudo inserido na ciência geográfica, é importante conceituar o comércio eletrônico — que se encontra inserido no contexto de inovação da tecnologia de informação do segmento comércio — para entendermos seu papel na reprodução do sistema capitalista e sua mediação no circuito do capital. Assim, é possível estabelecer não somente sua transformação no meio virtual, mas também as mudanças ocorridas através deste meio em toda a cadeia produtiva, chegando ao debate que nos interessa mais de perto: a relação entre indústria e comércio nesse novo contexto macroeconômico, como já ressaltado. Para tanto, encontramos a relação estabelecida entre produção, distribuição, troca e consumo, em sua análise conjuntural sobre o sistema capitalista:

A produção dá os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual; e, finalmente no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com disfrute. A produção aparece assim como o ponto inicial; o consumo como ponto final; a distribuição e a troca como o centro, que por isso mesmo é dúplice, já que a distribuição é determinada como emana dos indivíduos. (MARX, 2003, p. 242).

Nesse sentido, ao realizarmos uma pesquisa sobre o comércio eletrônico, remetemos essa perspectiva ao entendimento das transformações do comércio de forma a apresentar-se em diferentes faces. O consumo pela internet, para o caso brasileiro, ainda não se tornou realidade: os dados são “tímidos”; mas encontra-se em plena fase de expansão, como mostram os dados anteriormente apresentados. No entanto, sua realização social, ou ao que podemos atribuir ao papel da plena “fetichização” da mercadoria, apresenta-se de forma considerável em razão de “marcas” já consolidadas no

mercado e que subsidiam o padrão de consumo dos produtos negociados pela internet. O exemplo mais claro dessa afirmativa está no consumo e na certeza — atribuída pelo consenso popular — de que a compra de produtos eletrônicos tem mais garantia quando associada a marcas como Sony, Phillips, Panasonic e outras.

Dessa maneira, seguindo o desenvolvimento histórico do circuito do capital, o comércio eletrônico dinamiza o principal fator na articulação do comércio com a produção: a informação. À medida que compramos produtos pela internet, estamos fornecendo aos agentes comerciais a informação sobre nossas preferências de consumo através de cadastros e registros em *newsletters* (informativos dos *websites* de compra). O banco de dados construído através desse ferramental técnico fornece, ao comércio, meios de negociar com a produção mais precisa. Uma vez que o circuito do capital é, de certa maneira, invertido quando compramos um produto em *websites* que oferecem mercadorias — ainda não produzidas —, isso cria certa pressão sobre a indústria; afinal, esta precisa produzir um produto já pago e realizado, segundo a perspectiva de Karl Marx, pelo comércio através do pagamento com cartão magnético (meio que retém a informação de consumo), de modo que o consumidor o receba o quanto antes graças a um trabalho logístico seguindo a política do *just-in-time*, que fideliza o consumidor ao agente comercial (*website*).

O avanço das tecnologias de comunicação possibilitou à moderna empresa ser mais bem caracterizada, a investir no aumento de escopo e, logo, a conduzir um processo de crescimento horizontal, dando nova dinâmica ao dito espaço geográfico. Manuel Castells faz considerações importantes sobre o uso da tecnologia da internet no setor produtivo e empresarial.

A internet está transformando a prática das empresas em relação com seus fornecedores e compradores, em sua administração, em seu processo de produção e em cooperação com outras firmas, em seu financiamento e na avaliação de ações em mercados financeiros. Os usos adequados da internet tornaram-se uma fonte decisiva da produtividade e competitividade para negócios de todos os tipos. (CASTELLS, 2003, p. 56).

Na análise geográfica, Milton Santos faz uma explanação sobre a influência da inovação tecnológica no espaço de maneira em geral. Segundo ele, a inovação tecnológica criou uma série de objetos no espaço, agilizando o fluxo de mercadorias e informações que dão base à consolidação do

capitalismo; sobretudo, criou um meio que ele denominou de técnico-científico-informacional, para o qual “O espaço torna-se fluído, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 2005, p. 42). Tal meio técnico-científico-informacional seria

[...] o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas, e de modo disperso no resto do país. A tendência, porém, em todos os casos, é a conquista, relativamente rápida, de mais áreas para o meio técnico científico, ao contrário do meio técnico, que o precedeu como forma geográfica e difundia-se de forma relativamente lenta a certamente mais seletiva. (SANTOS, 2005, p. 43).

Com o aumento da população brasileira (sobretudo a urbana), a cidade se torna o grande obstáculo para a perfeição da entrega das mercadorias adquiridas por meio do comércio eletrônico; ao mesmo tempo, suas intempéries transformaram-se no principal motivador para que classes médias e grupos de alta renda explorassem o comércio eletrônico em uma escala intraurbana. O consumidor em um município pequeno busca, através das páginas eletrônicas de grandes lojas, adquirir produtos que o comércio local não oferece, influenciando-o através da concorrência. Os produtos comercializados nessa última perspectiva incluem: livros, CDs, eletroeletrônicos e outros.

Esse entendimento do comércio eletrônico associado com transformações recentes na lógica empresarial — logo, macroeconômica — e numa análise à luz da ciência geográfica cria uma leitura das empresas e de sua organização espacial que se insere na relação entre sociedade e natureza pela dinâmica do meio técnico-científico-informacional, seja no espaço geográfico tradicional ou no “e-espaço”.

3 – Conclusão:

Este artigo buscou fazer uma leitura geográfica do comércio eletrônico. Embora trabalhado pela literatura relativa à administração, esse objeto de estudo parece carecer de uma análise que o trate como atividade econômica que contribui para a reprodução capitalista e a reorganização e atual dinâmica espacial. O nascimento da internet e as mudanças no cenário econômico — contexto para o desenvolvimento deste trabalho — “descolaram” o setor administrativo do denominado chão-de-fábrica, criando para si uma responsabilidade, no âmbito da moderna empresa, de gerenciamento de várias linhas produtivas de amplo escopo, mas no nicho de mercado; de logística e realização da mercadoria; e de manutenção financeira da empresa através do processo de fusões e aquisições, aplicações e abertura de capital na atual força do capitalismo financeiro.

Como forma de leitura geográfica dessa temática, podemos dizer que esse processo traz uma grande dinâmica espacial através de construção e rearranjo dos fixos e do grande volume de fluxos no entendimento de adequação produtiva e de mercado na ordem macroeconômica — logo, no entendimento dessa dinâmica de ordem geográfica. As tecnologias no setor de automação, que engloba meios de comunicação, é o que dá unidade a esse processo. Assim, o espaço organizou-se e modelou-se para dinamizar o próprio fluxo de matéria-prima, produção e mercadorias pela matriz industrial desenvolvida, nessa nova perspectiva. A infraestrutura presente no mesmo espaço se torna passível de revisões conceituais sobre a materialização dos objetos e equipamentos dessa nova ordem.

O comércio eletrônico encontra-se em plena fase de expansão, mas sua realidade ainda não se apresentou com tanta veemência nos países da periferia do sistema, graças, sobretudo, ao acesso parco da população ao computador (perspectiva esta que inicia sua mudança através do incentivo constante do Estado em sua política de inclusão e educação digital). Cabe lembrar que o telefone móvel demorou apenas alguns anos para se popularizar de forma expressiva, ao contrário de alguns elementos tecnológicos como televisor e geladeira, que demoraram mais de uma década para atingir mais de 50 milhões de usuários. A internet, por sua vez, precisou de dois anos para atingir essa cifra.

Aqui, o *e-business* e o *e-commerce* são o principal foco de interesse de pesquisa em razão de sua ligação direta com a reengenharia produtiva e articulação espacial das empresas. A consolidação de uma grande empresa significa se consolidar para a sociedade como um todo de sua identidade denominada “marca”: elemento fundamental para realizar compras *on-line*, pois define o nível de confiabilidade do consumidor na mercadoria oferecida.

Assim, a recente transformação no âmbito macroeconômico brasileiro no que se refere à reestruturação empresarial apresenta um campo amplo de estudo dessa dinâmica, entendida e desmistificada pela leitura dos campos que compreendem essa ordem macroeconômica. O estudo dessa reestruturação empresarial e o entendimento de sua dinâmica espacial são fundamentais para a ordem epistemológica da ciência geográfica porque trabalha e revisa seus conceitos diretamente. O diálogo estabelecido por este trabalho entre a economia política e geografia torna-se complementar a essa perspectiva. As análises e os exemplos das perspectivas trabalhadas seriam infinitos para este estudo, que buscou apresentar uma explanação geral sobre uma leitura possível da atividade de comércio eletrônico para a geografia de modo em geral.

Referências:

- CÂMARA BRASILEIRA COMÉRCIO ELETRÔNICO/CBCE. Disponível em: www.camara-e.net – acessado em fevereiro de 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CHANDLER, Alfred. **Ensaio para a teoria da grande empresa**. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CLEPS, Geisa Gumiero. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas**: o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG). 2005. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- CRONIN, Mary. **Fazendo “business” via internet**. São Paulo: Erika, 2005.
- DRUCKER, Peter. A revolução do comércio eletrônico. In: JULIO, Carlos Alberto; SALIBIU NETO, José. **E-business e tecnologia**: autores e conceitos imprescindíveis. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 90–107.
- HOBBE’S INTERNET TIMELINE COPYRIGHT. Disponível em: www.zakon.org/robert/internet/timeline - acessado em fevereiro de 2013
- MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 405 p.
- MAYO, A.; NOHRIA, N. **Da crise do petróleo à internet** — série “O mundo dos negócios e seus ícones”. São Paulo: Campus, 2008.
- NAKAWAGA, Sandra S. Y. **A lealdade dos consumidores nos ambientes de comércio online e offline**. 2008. 310p. Tese (Doutorado em Administração de Empresa) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RANGEL, Ignácio, BENJAMIN, César. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.
- ROBISON, M.; KALAKOTA, R. **E-business**: estratégias para alcançar o sucesso no mundo digital. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2005.

PANORAMA GERAL DO MOVIMENTO OPERÁRIO ARGENTINO

Lucas dos Santos Ferreira¹

RESUMO:

A partir de revisão bibliográfica que incorpora alguns dos mais destacados historiadores argentinos (Luna, Pigna, Santillán, etc.), o presente texto objetiva apresentar os elementos essenciais da evolução do movimento operário do país vizinho, destacando sua inserção na política geral. São expostos os principais episódios de resistência, os rearranjos sindicais internos e alguns comparativos com o menos combativo movimento sindical brasileiro.

Palavras-chave: Argentina; Movimento Operário; Peronismo.

Panorama Geral do Movimento Operário Argentino

Para que este sindicalismo pueda desarrollar su acción paralelamente al gobierno es menester que sea libre. Nosotros no tenemos desde el gobierno ninguna imposición hacia el sindicalismo. Tenemos, sí, un acuerdo y cuando yo voy a tomar una medida de gobierno los consulto y cuando ellos van a tomar una medida me consultan. En eso ellos van en ganancia, pero yo voy en ganancia extraordinaria porque me aseguro así un apoyo político que de otra manera no tendría nuestro sistema. Porque estamos los dos defendiendo un mismo objetivo, que es el objetivo de la NACIÓN y ellos saben y en el preámbulo de cada declaración de las organizaciones sindicales está colocado que el interés supremo que se defiende es la Nación.”

Juan Domingo Perón

Discurso pronunciado em 24 de setembro de 1952

A gênese do movimento operário argentino está intimamente ligada à entrada de população européia no país a partir da segunda metade do século XIX. Em primeiro momento importa destacar que o anarquismo e o socialismo são as correntes políticas predominantes entre os trabalhadores ocupados nos setores secundário e terciário das maiores cidades, embora ambos tenham uma penetração ínfima nas massas rurais tradicionais que carregam consigo forte herança do mundo feudal em processo de decomposição.

¹ Mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor do Departamento de Geografia da UDESC. E-mail: santosferreira@usp.br

Ao tratar do modo de vida das massas rurais das grandes estâncias portenhas, José Maria Medina (1981, p. 289) descreve que

“sua relação com o patrão é mais igualitária, se comparada com a de amo-escravo, fruto da organização do trabalho. Fenômenos sociais, como as guerras civis argentinas do século XIX, nas quais o peão gaúcho toma parte ativa como tropa irregular, são inimagináveis fora das condições assinaladas. Por outra parte, o tratamento paternalista modera as diferenças sociais. O patrão participa das fainas rurais, exibindo habilidades não menores que as dos seus peões.”

Por outro lado, com uma concepção diametralmente oposta em decorrência do forte contato com as ideias que animavam a esquerda europeia, os imigrantes aqui instalados, incorporados no novo mundo urbano que já contava com 145.650 operários em 1895, tratarão de constituir suas organizações e de fomentar a luta de classes.

No ano de 1857 os tipógrafos estavam pioneiramente agregados na Sociedad Tipográfica Bonaerense, entidade de caráter muito mais mutualista do que sindical mas que serviu de alicerce para a fundação em 1877 da Unión Tipográfica Bonaerense, que será responsável pela promoção, em setembro e outubro de 1878, do primeiro movimento grevista organizado da Argentina, conquistando novas tarifas de trabalho e redução da carga horária para 12 horas no verão e 10 horas no inverno.

O próprio Friedrich Engels (1982), em carta ao Conselho Federal Espanhol da Internacional, datada de 13 de fevereiro de 1871, manifesta interesse pela entidade argentina de tipógrafos, sugerindo aos espanhóis o estreitamento de relações e solicitando um número dos *Anales de la Sociedad Tipográfica de Buenos Aires*.

Conforme o historiador F. Pigna (2014),

“luego de esa primera experiencia le sucedieron los obreros cigarreros, empleados de comercio, oficiales albañiles, yeseros, carteros, etc. Sus reivindicaciones en esos conflictos fueron comunes: aumento salarial, pagos atrasados, reglamentación de horarios u otras vinculadas a las condiciones de trabajo. Y en esta primera etapa fueron exitosas un 60% de las huelgas y prácticamente no intervino el estado para mediar o limitar el conflicto. Esto se explica porque la incipiente burguesía industrial no pertenecía a la fracción de la burguesía terrateniente que detentaba el poder. Por ello los industriales fundaron en 1887 la Unión Industrial, para defender sus intereses, y establecieron para ello no reconocer a las organizaciones

obreros y solicitaron al poder ejecutivo que no acepte exigencias colectivas de obreros de uno o más talleres. Entre 1880 y 1901 se multiplican las sociedades de resistencias, se fundan numerosos gremios, como el de los panaderos, los carreros, conductores de ferrocarril y cigarreras entre otros. Florece la prensa obrera con sus dos grandes exponentes *La Vanguardia*, el periódico socialista fundada en 1894 y *La Protesta*, la voz de los anarquistas que comienza a editarse en 1897, y Juan Bautista Justo funda el Partido Socialista.”

Em 1896 é fundado o Partido Socialista sob o comando do responsável pela primeira tradução de *O Capital* para a língua espanhola (J. B. Justo). Os socialistas conseguem eleger Alfredo Palácios, do distrito operário La Boca (Buenos Aires)¹, como seu primeiro deputado federal em 1904 e seguem em crescente eleitoral até a chegada da década de 1930.

A propósito da figura de Juan Bautista Justo, interessa mencionar que o mesmo compôs, no momento de sua fundação em 1890, a Unión Civica Radical (UCR), partido de setores médios não alinhados às elites agrárias que acabou chegando a Presidência da República em 1916 e 1928 com Hipólito Yrigoyen e em 1922 com Marcelo Alvear.²

Os anarquistas em 1876 serão responsáveis pela fundação do “Centro de Propaganda Obrera” e pela distribuição dos jornais “*Descamisado*” (1879) e “*La Lucha Obrera*” (1884) na cidade de Buenos Aires. O grupo “La Anarquia”, criado em 1880, tratou de divulgar em território argentino o periódico suíço de Kropotkin “*Le Revolté*”.

¹ “La cantidad de peones errantes que existen hoy en Boca y Barracas llega a 6.500, de los cuales, cuando mucho, trabajan cada día 1.000 a 1.500. Quedan, pues, cinco mil hombres sin trabajo. En uno de los depósitos de madera más importantes de la Boca, nuestro repórter ha visto a las 5.30 de ayer, 350 hombres agrupados en torno del capataz encargado de elegir la peonada para el día, de los cuales sólo ocupó a unos 65... El hecho se repite en cien puntos a la vez: de cada fábrica diferente o establecimiento industrial se ven salir grandes grupos de peones con aire de decepción. Los que consiguen trabajar un día, no pueden hacerlo al día siguiente, pues en medio de sus desgracias y miserias esos desgraciados conservan un fuerte espíritu de compañerismo, turnándose para obtener tarea.” SANTIILLÁN, Diego Abad de. Periódico La Protesta de 3/9/1899. In: **La Federación Obrera Regional Argentina: Ideología y Trayectoria**. Buenos Aires: Ed.Antorcha, 1980, p. 32.

² Importantes bandeiras populares foram levantadas pela Unión Civica Radical para contrapor os “terrateniente”, a exemplo do voto secreto e universal. O partido, que até hoje compõe o jogo político nacional, se utilizou de levantes armados e métodos afins antes de se viabilizar eleitoralmente. Vultosas personalidades nacionais como Leandro N. Alem, Bartolomé Mitre (ex-presidente) e Bernardo de Irigoyen integraram suas fileiras.

Os grupos anarquistas, assim como outros círculos sociais estabelecidos, eram montados de acordo com a origem étnica dos imigrantes. Durante a estada de Errico Malatesta na Argentina (1885-1889), que viria a tonificar a militância dos anarquistas sobretudo de origem italiana, palestras são organizadas em várias cidades e se constituem os sindicatos de panificadores e de sapateiros, que viriam a servir de modelo para futuras organizações classistas.

“As greves se sucedem, à medida em que surgem novas organizações sindicais. Até 1893 registram-se 23 conflitos. Em 1894 produzem-se 9; em 1895, 19; e, em 1896, chegam a 26, com 24.600 operários grevistas. Em 1895, são 25 os sindicatos constituídos.” (MEDINA, 1981, p. 292)

O acúmulo de batalhas dos trabalhadores argentinos permitiu que em 25 de maio de 1901 aproximadamente 50 delegados representantes de entidades operárias fundassem a Federación Obrera Argentina (FOA). A enorme desarmonia de opiniões de anarquistas e socialistas provocou uma cisão em 1902, sendo que as entidades federadas que eram ligadas aos socialistas acabaram criando a concorrente Unión General de Trabajadores (UGT).¹

Em 1909 é dissolvida a UGT e criada a Confederación Obrera Regional de Argentina (CORA), incorporando também sindicatos autônomos. No ano de 1915 os sindicatos agremiados desfazem a CORA para disputar a FOA com os anarquistas, promovendo nova cisão na mesma. Grande parte dos sindicatos de maior envergadura permanecerão ligados ao grupo heterogêneo oriundo da CORA que tratará de fundar a Unión Sindical Argentina (USA) em 1922, embora os anarquistas tenham mantido poder ainda significativo. (SANTILLÁN, 1980)

O triunfo soviético de 1917 e o sucesso do primeiro plano quinquenal ofertaram certo prestígio ao Partido Comunista Argentino, criado na década de 1920, mas sua penetração social foi suficiente apenas para alavancar José Penelón a condição de vereador da cidade de Buenos Aires em 1926. Dirigentes como Rodolfo Guioldi e Victorio Codovilla, que viajavam com frequência para Moscou, por vezes preferiam demonstrar a ortodoxia de suas posições à desvendar a realidade nacional, dificultando o crescimento partidário. (LUNA, 1992)

O primeiro quartel do século XX é caracterizado por duros combates travados pelas entidades mencionadas e pelo fortalecimento do movimento operário argentino, que apenas em Buenos Aires promoveu mais greves que em todo o Brasil (TABELA 1).

¹ “La F.O.A. continuó en manos anarquistas y los socialistas fundaron la U.G.T. (Unión General de Trabajadores). La primera de estas agrupaciones representó a 66 sindicatos con 33.895 afiliados y la segunda a 43 gremios con 7.400 afiliados.” PIGNA, Felipe. **Las grandes huelgas**. In: www.elhistoriador.com.ar (2014).

A mobilização geral de 1º de maio de 1904, organizada pela FOA e pelos socialistas, foi duramente reprimida pela aparato policial, que eliminou fisicamente mais de 50 trabalhadores e provocou greve geral com o objetivo de punir os responsáveis pelo massacre. Situação semelhante ocorre no 1º de maio de 1909, com paralização de 220.000 trabalhadores e deslocamento de grupo de 60.000 pessoas até o cemitério de Chacarita (Buenos Aires) para enterrar 80 companheiros assassinados em passeatas. Grupos ligados à aristocracia argentina tratarão de incendiar comitês partidários e sindicais, assim como as gráficas de *La Protesta* e *La Vanguardia*. (PIGNA, 2014)

Em 1907 mobilizam-se os inquilinos dos cortiços de Buenos Aires, Rosário, La Plata e Bahia Blanca. Mesmo não conseguindo o rebaixamento dos aluguéis, o movimento chamou a atenção nacional para as péssimas condições das moradias operárias de algumas das maiores cidades argentinas.

Em 1912 o meio rural também produziu manifestações expressivas. Os pequenos arrendatários da Colônia Alcorta (província de Santa Fé) questionaram em passeatas as condições desfavoráveis de seus contratos com os latifundiários, as dificuldades de acesso aos mercados consumidores e seus problemas para obtenção de títulos de propriedade. O *Grito de Alcorta*, que durou pouco menos de três meses, além de provocar o rebaixamento do preço dos arrendamentos, se espalhou para Buenos Aires e Córdoba e desembocou na formação da *Federación Agraria Argentina* (pequenos e médios produtores), em contraposição à poderosa *Federación Rural Argentina* (1866).

As seguidas mobilizações capitaneadas pelas categorias laborais tradicionais consolidaram o movimento operário como influente ator na política nacional. Para contrapor a elite agrária houve ampla adesão das massas urbanas ao projeto presidencial de Hipólito Yrigoyen, que apesar de avanços nos campos da educação, consolidação democrática, etc., não conseguiu mitigar a luta de classes.

“Inicialmente, Yrigoyen extendió su política reformista al plano sindical e intentó una legislación social más avanzada, que fue bloqueada permanentemente por el Senado, en manos de los conservadores. Contempló los reclamos de sindicatos negociadores, como la Federación Obrera Ferroviaria y la Federación de Obreros Marítimos, que integraban un sector de la F.O.A. Su política sindical fue distinta con los gremios que privilegiaron la huelga a la negociación, como los frigoríficos y municipales, controlados por anarquistas y socialistas. En estos casos, como en las huelgas del chaco santafesino, declaradas por los trabajadores de La Forestal, la de los peones rurales patagónicos y la de los obreros de Vasena, que desencadenaría la llamada Semana Trágica, no dudará en reprimir violentamente a los huelguistas.” (PIGNA, 2014)

TABELA 1 - Movimentos Grevistas no Brasil e em Buenos Aires (1906-1929)

Ano	Brasil	Buenos Aires
1906	10	170
1907	5	231
1908	3	118
1909	7	138
1910	3	298
1911	6	102
1912	9	99
1913	3	95
1914	1	64
1915	3	65
1916	2	80
1917	23	138
1918	30	196
1919	95	397
1920	56	206
1921	3	86
1922	1	116
1923	1	93
1924	-	71
1925	1	86
1926	1	62
1927	2	58
1928	2	137
1929	4	116

Fonte: MEDINA, José Maria Fernando. O movimento sindical no Brasil e na Argentina: análise comparativa de seus antecedentes e desenvolvimento.

Fund. J. P. Belo Horizonte, set/out. 1981.

O golpe militar orquestrado pelo general Uriburu em 1930 e o reacionário pacto Roca-Runciman (1933) igualmente não foram capazes de enquadrar o sindicalismo argentino, que crescia paralelamente ao processo de industrialização. (MAMIGONIAN, 2000)

Grupo heterogêneo integrado por socialistas, democratas e independentes, percebendo a necessidade de estruturação de central sindical com pluralidade de pensamento e unidade de ação, formam em 1930 a

Confederación General del Trabajo (CGT)¹, maior central sindical argentina da atualidade. A capilaridade da CGT obtida por intermédio da consolidação dos sindicatos de ramos produtivos (Confederação Ferroviária, etc.), em contraposição aos sindicatos de ofício que separavam trabalhadores de uma mesma linha de produção, fragilizou duramente o movimento anarquista, aniquilando a FOA e praticamente se colocando como central única.

“A mediados de los años 40, al tiempo que la participación del sector industrial en el Producto Interno Bruto superaba por primera vez en la historia argentina la del sector agropecuario, se produjo una transformación de la relación del Estado con la clase trabajadora, que tenía ya en esa época una historia de varias décadas de organización y de lucha. En esa época, la clase obrera adquirió un papel central en la economía y la sociedad, por su inserción en la producción y como consumidora de los productos industriales, así como un papel inédito en la vida política, no exento de tensiones, altibajos y contradicciones.” (BASUALDO, 2010)

Com o golpe militar nacionalista de 1943, boa parte da CGT tratará de se alinhar as políticas avançadas do Secretário do Trabalho da Nação Juan Domingo Perón, que tal qual o presidente Vargas no Brasil organizará moderna legislação trabalhista. Algumas das conquistas garantidas por Perón foram: 1) extensão do direito de indenização por demissão injustificada do comércio para a indústria e os serviços; 2) universalização do sistema previdenciário (benefício direto para dois milhões de trabalhadores); 3) instituição do Estatuto do Peão do Campo; 4) construção do Hospital Policlínico para os trabalhadores ferroviários; 5) criação das escolas técnicas operárias e 6) assinatura de cerca de 500 acordos coletivos favorecendo milhões de trabalhadores.

Parte dos setores militares integrantes do governo, preocupados com a relação mantida por Perón com o movimento operário, o que incluía a efetivação de reivindicações parlamentares socialistas, o destituíram de suas funções em 1945 e o encarceraram na Ilha Martín Garcia, localizada no estuário do Prata.

A pressão social manifestada em grandes mobilizações desembocou na libertação de Perón e na criação do Partido Laborista pela CGT e pela esmagadora maioria dos sindicatos, que tinham o interesse de participar do processo eleitoral de 1946. O Partido Laborista, o Partido Independiente

¹ A União Sindical Argentina (USA) foi incorporada pela CGT juntamente com a Confederación Obrera Argentina (COA), a qual estavam ligados os trabalhadores ferroviários.

(conservadores apoiadores de Perón) e setores da UCR fundiram-se para formar o Partido Peronista (futuro Partido Justicialista de Nestor e Cristina Kirchner) e dirigir o país de 1946 a 1954.

A partir do momento em que o movimento operário passa a integrar o bloco governista de Perón, suas reivindicações passam a ser atendidas com maior facilidade e se reduz o número de greves no país (Tabela 2). Segundo V. Basualdo (2010, p. 86),

“hacia 1948 el movimiento sindical ya se encontraba bajo la dirección de una central única, la Confederación General del Trabajo, que se convirtió en la cúspide verticalizada de sindicatos de tipo industrial únicos por rama y con alcance nacional, cuya personería jurídica debía ser otorgada por el Estado. Estos cambios cualitativos incluyeron la expansión de la sindicalización a niveles sin precedentes, pasando de 877.330 trabajadores sindicalizados en 1946 a 2.256.580 en 1954. En ese marco se promovió una redistribución progresiva del ingreso alrededor de diez puntos porcentuales, con lo que el ingreso nacional llegó a estar dividido, en 1954, en partes iguales entre el capital y el trabajo, al tiempo en que se produjeron importantes transformaciones en el acceso de los trabajadores y sus familias a la educación, la salud y una amplia gama de derechos sociales.”

O peronismo possuía muitos acólitos oriundos da burguesia argentina (Confederación General Empresaria - CGE)¹, que chegou a ocupar com os empresários têxteis Rolando Lagomarsino e Ernesto Herbin a Secretaria da Indústria e o Banco de Crédito Industrial (primeiro governo Perón), respectivamente. Também o empresário judeu-polaco José Gelbard, fundador da CGE e posterior apoiador dos “montoneros”, ocupou o posto de Ministro de Economia nos governos de Cámpora e Perón em 1973. (BELINI, 2009)

Todavia, como bem retrata a epígrafe do artigo, o maior reservatório de forças do peronismo foi o movimento operário. Ao longo dos governos seguintes, mais ou menos progressistas, a resistência da CGT à expansão do capital frente ao trabalho se fará presente, como também à posteriori na luta pela democratização nacional.

O nível de influência do movimento operário no governo peronista foi tamanho que Galileo Puento, Subsecretário do Trabalho do presidente Arturo Frondizi (1958-1962) estabelecerá enquanto meta retomar o controle das fábricas dos operários, que haviam constituído fortes comissões internas na

¹ A Confederación General Empresaria surge em 1952 como resposta de setores burgueses pró-Perón aos frequentes conflitos do governo com a Unión Industrial Argentina.

maioria dos estabelecimentos. Mesmo com o progresso econômico e o reconhecimento das entidades sindicais sendo garantidos por Frondizi (UCR), a resistência peronista permaneceu instalada nas bases fabris promovendo mobilizações, a exemplo da luta contra a privatização do frigorífico Lisandro de la Torre.

Na década de 1960, a CGT e as grandes categorias do movimento operário (metalúrgicos, têxteis, construtores navais, alimentícios, etc.) seguem mobilizando multidões. “En el marco del Plan de Lucha y a lo largo de sucesivas jornadas que se extendieron hasta el 24 de junio (1964), se ocuparon 11 mil establecimiento, proceso en el que participaron casi 4 millones de trabajadores” (BASUALDO, 2010)

Desde o início do mais recente regime militar (1976-1983) até o fim do neoliberalismo (2001) o movimento operário se fragilizou juntamente com o conjunto da economia nacional. A CGT, de corte ideológico peronista, juntou-se com outras correntes políticas (democratas, comunistas, socialistas, anarquistas, etc.) na busca de colocar fim ao terrorismo de estado que assassinou milhares de argentinos. O mesmo método de guerrilha urbana (*montoneros*) usado para desestabilizar os presidentes militares Onganía, Livingston e Lanusse (1966-1973) visando apoiar o retorno de Perón, estendeu-se para o período de 1976-83, fazendo com que os *montoneros* figurassem no topo da lista de desaparecidos políticos do regime.

Atualmente a CGT representa importante alicerce de sustentação do governo peronista dos Kirchner, não obstante a existência de grupos internos contrários e o surgimento de outras organizações como a CTA. A Argentina também destaca-se pela existência de dezenas de empresas que faliram em decorrência do neoliberalismo e foram reerguidas pelos trabalhadores com apoio do Estado, significando interessantes experiências de autogestão operária.

TABELA 2 - Movimentos Grevistas em Buenos Aires (1934-1963)

Ano	Número de Greves	Número de Grevistas
1934	42	25.940
1935	69	52.143
1936	109	85.438
1937	82	49.993
1938	44	8.871
1939	49	19.718
1940	53	12.721
1941	54	6.606
1942	113	39.865
1943	85	6.754
1944	27	9.121
1945	47	44.186
1946	142	333.929
1947	64	541.337
1948	103	278.179
1949	36	29.164
1950	30	97.048
1951	23	16.356
1952	14	15.815
1953	40	5.506
1954	18	119.701
1955	21	11.990
1956	52	853.994
1957	56	304.209
1958	84	277.381
1959	45	1.411.062
1960	26	130.044
1961	43	236.462
1962	15	42.386
1963	20	207.216

Fonte: MEDINA, José Maria Fernando. O movimento sindical no Brasil e na Argentina: análise comparativa de seus antecedentes e desenvolvimento.

Fund. J. P. Belo Horizonte, set/out. 1981.

Como nos lembra A. Singer, “a aplicação mecânica de conceitos atrapalha a apreensão do objeto. Bem usados, entretanto, os conhecimentos gerados pela explicação de circunstâncias históricas anteriores podem ser aliados na iluminação do presente.” (SINGER, 2012, p. 36)

Acredito que a noção de direito de autodeterminação dos povos de V.I. Lenin, formulada com centro nos processos de conquista das independências e de inauguração da industrialização dos países mais atrasados, atualmente tem como um dos focos o problema da política econômica, núcleo da luta de classes ao menos na América Latina, uma vez que a adoção de posturas progressistas vem dependendo do enfrentamento de instituições em que as nações do centro dinâmico detêm maior protagonismo, por vezes direcionado à imposição do neoliberalismo (FMI, BM, etc).

Nos casos em que o anti-imperialismo possui penetração em elementos burgueses e não existe suficiente acúmulo de forças por parte do movimento operário para sustentação de hegemonia política, o caminho a ser trilhado no sentido do fortalecimento político no rumo do socialismo consiste na eliminação dos restos pré-capitalistas ainda existentes, notadamente maiores nas formações sócio-espaciais em que a transição capitalista foi conduzida por classes dominantes oriundas do modo de produção anterior (via prussiana).

O raciocínio de V.I. Lênin (1978, p. 96), procedendo no sentido da realização de flexibilização da tática política, é o de que

“a lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e em particular pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os de baixo não querem e os de cima não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade exprime-se do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores).”

BIBLIOGRAFIA

BASUALDO, Victoria. Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007. In: AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria.

La industria y el sindicalismo de base en la Argentina. Buenos Aires: Atuel, 2010.

BELINI, Claudio. **La industria peronista.** Buenos Aires: Edhasa, 2009.

ENGELS, Friedrich. A Internacional e Buenos Aires. In: MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Contribuição para uma história da América Latina.** São Paulo: Ed. Populares, 1982.

LÊNIN, V.I. Esquerdismo, doença infantil do comunismo. São Paulo: Ed. Símbolo 1978.

LUNA, Félix (org); CORTÉS, Roberto; MARTÍNEZ, Rodolfo; outros. Las nuevas corrientes ideológicas (1930-1943). In: **Historia de la Argentina.** Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

MAMIGONIAN, Armen. **Teorias sobre a industrialização brasileira.** In: Cadernos Geográficos (nº 2). Florianópolis: DGC/UFSC, 2000.

MEDINA, José Maria Fernando. O movimento sindical no Brasil e na Argentina: análise comparativa de seus antecedentes e desenvolvimento. **Fund. J. P. Belo Horizonte**, set/out. 1981.

PIGNA, Felipe. **Las grandes huelgas.** In: www.elhistoriador.com.ar (2014).

SANTILLÁN, Diego Abad de. Periódico La Protesta de 3/9/1899. In: **La Federación**

Obrera Regional Argentina: Ideología y Trayectoria. Buenos Aires: Ed.Antorcha, 1980.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VANTAGENS COMPARATIVAS NO TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAPOÁ

Gabriel Souza Gomes¹
Lucas dos Santos Ferreira²

RESUMO

O presente artigo visa apresentar a instalação do Terminal Portuário de Itapoá para o Estado de Santa Catarina, seus impactos econômicos no município e compará-lo aos portos tradicionais do estado de Santa Catarina. Cabe ressaltar que sua gestão é diferente de portos tradicionais em SC, mas para isso é visado um breve paralelo para estabelecer algumas diferenças, vantagens e desvantagens de gestão, de operação e alocação geográfica entre este porto e os Portos de São Francisco do Sul, Imbituba, Paranaguá no estado vizinho e o complexo portuário de Itajaí e Navegantes.

Palavras-chave: Terminal Portuário de Itapoá; Vantagens Comparativas; Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

O Terminal Portuário de Itapoá foi inaugurado em junho de 2011 sendo um porto 100% privado por meio de três acionistas: Battistella, LOGZ e Aliança. Sua estrutura é capaz de movimentar 500 mil TEUs por ano e visa expandir sua produção para 2 milhões de TEUs (ITAPOÁ, 2015). O porto está localizado longe do perímetro urbano da cidade, mas possui ligação rodoviária para a BR-101 pela rodovia SC-415 que foi inaugurada em fevereiro de 2012. O Plano Diretor do Município disponibilizará 12 milhões de m² ao Terminal Portuário para receber empreendimentos complementares à estrutura.

Itapoá está situada entre duas das regiões mais produtivas do Brasil, que são a Região Metropolitana de Curitiba e a Região de Joinville, onde estão empresas dos mais diversos segmentos empresariais, como os setores metalmeccânico, eletroeletrônico, automotivo, metalúrgico entre outros.

O porto estudado está inserido dentro da Baía da Babitonga é uma localidade com características seguras e facilitadas para a atracação dos navios, com águas calmas e profundas. Tais características permitem que este porto receba embarcações de grande porte, como navios Post-Panamax e Mærsk, que abarcam mais de 100.000 TEU, uma tendência cada vez mais

¹ Graduado em Geografia pela UDESC

² Professor do Departamento de Geografia da UDESC. E-mail: santosferreira@usp.br

adotada na navegação mundial, para que barcos maiores consigam levar mais cargas e diminuam o custo de fretes internacionais. (ITAPOÁ, 2015)

De acordo com o MDIC (2015), este terminal tem seus serviços privativos de uso misto (carga própria e de terceiros) exclusivo para a movimentação de contêineres. Já se previa no primeiro trimestre de 2009, capacidade instalada inicial para 300 mil contêineres/ano. Este terminal foi projetado para que se iniciem a ocupação de terrenos que deverão ser utilizados para construir condomínios industriais, atividades operacionais de apoio ao porto, empresas que possuam capacitação superior em logística, transporte e aparelhagem de produtos destinados à importação, exportação e escoamento dos produtos advindos do comércio exterior (MDIC, 2015).

2. GEOGRAFIA FÍSICA

O Terminal Portuário de Itapoá tem na sua profundidade, com calado de 16 metros e localização estratégica, dentro da Baía da Babitonga na porção continental, próximo ao oceano atlântico, como uma de suas principais vantagens geográficas. Para comparação com os terminais mais próximos, os terminais de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC) e Navegantes (SC) têm calado de 12 m, enquanto Santos (SP), o maior do Brasil, opera com profundidade máxima de 13 m (O Empreiteiro, 2014).

Uma questão que preocupa o funcionamento do porto é a falta de dragagem na Baía da Babitonga, que ofusca na profundidade sua vantagem competitiva. Embora os berços suportem navios com calado de até 16 m, na prática as embarcações estão sendo obrigadas a operar abaixo da capacidade total, em razão do canal de acesso, explica o presidente. “O canal é estreito e tem uma curva de noventa graus, o que impede que os navios entrem e saiam do porto com capacidade máxima, ou de noite” segundo o presidente Patrício Júnior em uma entrevista concedida ao jornal O Empreiteiro de novembro de 2014.

Por conta disso, as maiores embarcações precisam limitar o chamado calado operacional a 11 m e são forçadas a esperar pela combinação de maré favorável e período diurno para fazer as manobras. Pela questão logística, 10 centímetros a mais de calado são mil contêineres a mais, segundo Patrício Júnior, CEO do Terminal Portuário de Itapoá.

A direção de Itapoá calcula que, para adequar o acesso atual às melhores condições, seria preciso investir cerca de R\$ 200 milhões em dragagens. Na Baía também está situado o Porto de São Francisco do Sul, que se beneficiaria das obras. A restrição, que requer retificação, é uma curva de 90 graus no canal que, embora tenha 14 metros de profundidade, na prática só comporta navios com calado de 11 metros (O Empreiteiro, 2014).

O porto de Itapoá solicita ao governo inclua no Programa Nacional de Dragagem a retirada de um "cotovelo" de 90 graus no canal de acesso à Baía da Babitonga - ao fim do qual está situado. A curva limita o tamanho dos navios que trafegam no canal, impedindo que aproveitem as boas condições naturais de profundidade da região. "Itapoá fica depois da curva de 90°, assim como o porto de São Francisco do Sul, que também será beneficiado pela obra". Tal medida está sendo feita urgentemente à medida que o porto privado sozinho, não consegue obter êxito nas obras de dragagem do canal da Baía da Babitonga, o que poderia tornar o porto inviável e passível de menos lucro, previsto pelos seus investidores.

Hoje, os maiores navios que frequentam o porto privado de Itapoá e o público de São Francisco do Sul - também localizado após a curva - só podem entrar ou sair com 10,5 metros de calado, insuficiente para atender os navios com comprimento acima de 300 metros completos de carga, cujos calados máximos são de 14 metros.

Ainda segundo o presidente Patrício Júnior, o Terminal Portuário de Itapoá não pode usufruir integralmente dos seus berços com 16 metros de fundura. Dos cerca de 50 navios que recebe por mês, pelo menos 40% têm grandes dimensões e entram subaproveitados. "É riqueza que estamos deixando de gerar ao país", diz Patrício Junior, presidente do porto. Um centímetro de carga num navio desse porte, calcula, equivale potencialmente a US\$ 24 mil. Ou US\$ 8,7 milhões por ano, se considerada a média de uma atracação desse modelo por dia.

Ainda segundo O Empreiteiro, a Secretaria de Portos (2014), que contrata dragagens nos acessos e nos portos públicos, diz que a segunda fase do Programa Nacional de Dragagem prevê estudos contemplando a adequação do canal de navegação, para atenuar o ângulo de curvatura e viabilizar a operação de embarcações maiores, com calado máximo de 15 metros.

A curva aguda também afeta o potencial de carregamento dos navios que acessam o Terminal Portuário de Santa Catarina (TESC), localizado em São Francisco do Sul. Hoje, o calado máximo fixado para o TESC é de 12,8 metros, mas com a limitação de 10,5 metros para grandes navios há uma restrição de carregamento de 16 mil toneladas nesse tipo de embarcação.

O Porto Itapoá recebeu a visita de representantes da Marinha do Brasil que conheceram as estruturas e o sistema de operação do terminal. A atuação da Marinha nesses casos é de fundamental importância, pois é uma das autoridades responsáveis pela definição dos parâmetros de navegação, e que pode sustentar tecnicamente a necessidade de adequação dos canais de acesso aos portos de todo o país, além de garantir que haja um maior poder público pelo Estado de conceder e fornecer condições adequadas aos portos públicos e privados de operarem com capacidade máxima, seguindo uma política de manutenção dos portos (ITAPOÁ, 2014).

3. ESTRUTURAIS

A viabilidade de recebimento de grandes navios, oportunizada pelas características físicas da baía (calado de 16 metros), fará com que o porto Itapoá funcione como um *hub port*, ou seja, um porto que concentra cargas oriundas de sua hinterlândia e do mercado internacional, para posteriormente redistribuí-las em navios menores aos destinos finais, atuando assim no transporte de longo curso e de cabotagem.

Os *hubports* permitem que os grandes contêineres sejam carregados e descarregados numa única parada por região. Há custos, por unidade transportada, elevados e os navios, além de executarem várias paradas, são forçados a viajar parte do percurso com elevada capacidade ociosa. Esses custos, por sua vez, são repartidos entre os clientes daquele percurso e os armadores, valendo-se do poder de mercado para maximizar a receita, tendem a cobrar o mesmo frete para todos.

Segundo Rocha, Vidal e Guterres (2012) as necessidades mais urgentes para modernização são:

- a) Necessidade de criação de mais retroárea para contêineres;
- b) Necessidade de aumento do calado e comprimento dos berços de atracação para adequá-los à evolução da engenharia naval, que possibilita a construção de navios cargueiros de porte cada vez maior;
- c) Modernização da gestão portuária nos portos públicos, especialmente diante da concorrência privada representada no estado pelo porto privado de Navegantes (São Francisco do Sul, por exemplo, opera no horário de uma repartição pública).

Para uma maior resolução destes problemas, é necessário que se contratem pessoas de diferentes formações para solucionar problemas de tráfego, planejamento urbano, impactos socioeconômicos e ambientais e uma gestão municipal, estadual ou federal presente para acompanhar a evolução dos serviços e identificar quais gargalos devem ser solucionados para melhor fluência dos serviços, neste caso, de comércio exterior quanto ao porto e quais impactos ele traz para uma determinada cidade. Como se pode perceber, há portos em centros urbanos densamente povoados e extremamente suscetíveis a intempéries climatológicas como é o caso de Itajaí, ou em áreas com vulnerabilidade ambiental (São Francisco do Sul e Imbituba).

O Porto de São Francisco do Sul traz além de debates sobre questões ambientais e também especulativas, no que concerne à entrada de novas estruturas adjacentes ao porto, como a criação de mais portos e mais estruturas portuárias (Manifesto da Babitonga, 2010). Esta área que afeta Itapoá é vista como um importante ponto de ecoturismo, berçário natural ambiental e ponto de pesca tradicional e artesanal. Sua contaminação pelas indústrias do ramo metalmeccânico e portuário tendem a degradar

rapidamente esta localidade e desconfigurar a questão das relações da economia e pesca local contra um surto de crescimento econômico.

Santa Catarina possui larga vantagem em relação a outros estados no que diz respeito à quantia de portos. Sua logística é bem estruturada, pois diferentes pontos do estado, ainda que distantes do litoral conseguem produzir, transportar por meio de rodovias ou ferrovias até chegar ao porto. As empresas no Nordeste Catarinense e no Vale do Itajaí, segundo questionamento de Rocha, Vidal e Guterres (2012) responderam ser preciso, em média, de uma a duas horas para efetuar o trajeto. As indústrias das regiões Sul e Serrana demoram de 6 a 8 horas para realizar o percurso até o porto, ficando o embarque praticamente de um dia para o outro. As agroindústrias do Oeste, como por exemplo, Seara/Braskarne e Sadia, que são mais distantes das áreas portuárias, conseguiram contornar este problema instalando *reefers* nos portos a fim de que a mercadoria de alimentos como carnes e vegetais fiquem estocados por mais tempo até que consigam ser transportados.

De acordo com a pesquisa de Rocha, Vidal e Guterres (2012) a lentidão da Receita Federal foi o principal problema apontado, visto em vícios de trabalho como procedimentos obsoletos do órgão público, mercadorias que perdem o prazo de embarque ao caírem no “canal vermelho” da fiscalização, anulando o lucro da venda no comércio exterior, casos de demoras propositais e abuso de poder por parte dos fiscais. Tais atrasos geram prejuízos consideráveis, pois há gastos ao manter a mercadoria no porto até seu momento de embarque e há necessidade de agendamento muito anterior à demanda do serviço no porto, para que não haja atrasos nas entregas dos fornecedores e conseqüentemente perda de negócios importantes. No caso da indústria de alimentos as queixas recaem sobre a estrutura de fiscalização do Ministério da Agricultura, que chegou a ser qualificada como “arcaica”, “obsoleta” e “corrupta” por alguns dos entrevistados.

A exigência para movimentar carga própria causa muitas divergências e descontentamento dos investidores no setor portuário, pois estes sustentam que seus empreendimentos não precisam transportar apenas carga própria, mas também de terceiros. Isso acontece, pois dentro dos terminais portuários há menos burocracia e mais agilidade nos serviços e conseqüentemente mais lucros por parte do TUP. Há ainda as empresas que arrendam, por meio de licitação pública, terminais em portos públicos (como o TESC no porto de São Francisco do Sul, e tantos outros no Brasil) que pregam “a existência apenas de portos públicos e dos terminais privativos com igualdade de regras para evitar a concorrência desleal” (CABRAL apud CABRINI, 2011).

A diferença no funcionamento de terminais de uso público e terminais privativos é muito expressiva, pois geralmente nos portos públicos a gestão é menos ágil, mais burocrática e existem mais taxas a serem pagas, ao passo que os terminais privados têm liberdade para contratar mão de obra e

estabelecer os preços das tarifas. Estes TUP ainda buscam brechas na lei para que consigam ser mais viáveis na hora de realizar o comércio exterior nos sentidos importação e exportação de materiais, alegando que não há viabilidade que TUP e portos públicos estejam submetidos às mesmas regras de funcionamento.

A medida tomada pela ANTAQ com a publicação da resolução supracitada visa restringir a instalação indiscriminada de terminais portuários, como ocorreu a partir de meados da década de 2000, e valorizar o conceito de porto público, onde várias empresas operam sob as ordens de um administrador e prestam serviços a terceiros. O governo percebe a importância da iniciativa privada para a expansão da capacidade portuária do país, porém o empreendedor privado que deseja movimentar a carga de terceiros tem que obedecer as regras de concessão. O objetivo, segundo o ex-ministro da Secretaria de Portos (Pedro Brito), “é evitar uma concorrência predatória no setor e dar maior competitividade à economia brasileira” (O Estado de São Paulo, 2010).

No Brasil existem portos sob regime de concessão ao governo estadual (caso do porto de São Francisco do Sul), porto sob concessão à entidade privada (porto de Imbituba), portos sob regime de delegação a governos estaduais e municipais, porto sob regime de autorização ao governo estadual (porto de Suape), portos administrados por empresas vinculadas à Secretaria Especial de Portos, portos administrados por empresas vinculadas ao Ministério dos Transportes, e terminais de uso privativo.

Este é um grande diferencial do porto Itapoá frente aos demais portos catarinenses, o fato de possuir uma grande retroárea longínqua do centro urbano e de locais de grande circulação de veículos e pessoas, evitando desta forma conflito entre o tráfego do porto, dos armazéns e das empresas com o do município, como ocorre, por exemplo, nas cidades portuárias de Itajaí e São Francisco do Sul. Além disto, o acesso pela SC-415 (obra financiada pelo governo estadual – trecho de 28,8 km entre Garuva e Itapoá) e desta até o porto, através de uma variante de oito quilômetros construída pelo mesmo, não coincide com a rota comercial do município, o que facilita o escoamento das cargas até o terminal, agilizando as operações e diminuindo os custos. Os acessos precários aos portos são um dos grandes gargalos enfrentados pelo sistema portuário brasileiro, pois comprometem a agilidade e competitividade deste.

Segundo pesquisa realizada por Milan, Vieira e Gonçalves (2014) há resultados que indicam uma eficiência relativa média nos portos da Região Sul em 92,60%, sendo que os portos de Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí e Navegantes são os mais eficientes (100%), enquanto Itapoá e Imbituba apresentaram uma eficiência relativa menor (80,70% e 75,40%, respectivamente). Os motivos pelos quais houve uma menor eficiência são de que Itapoá, que recebeu equipamentos de última geração, e Imbituba, que

também recebeu novos equipamentos e a manutenção de seus berços, recebeu uma infraestrutura moderna vinda de investimentos expressivos recentes, mas que ainda não surtiram efeitos proporcionais no desempenho ou na eficiência portuária.

Abaixo se encontra uma tabela para comparativo básico dos cinco portos estudados neste trabalho, com base nos dados da ANTAQ (2015), mostrando o ano, as atracções, cargas containerizadas, granel sólido e líquido, bem como seu somatório.

Cumpra aqui retomar alguns dos principais aspectos da rede portuária e sua relação com as regiões industriais catarinenses, as quais, conforme se pôde verificar na pesquisa, recorrem apenas excepcionalmente a portos de outros estados em suas operações de comércio internacional. A situação atual dos quatro portos exportadores em questão pode ser resumida da seguinte forma:

TABELA 6 - Comparativo de Atracções e TEUs movimentados nos Portos de Itapoá, Itajaí, Paranaguá, Navegantes e Imbituba

Porto	Ano	Quantidade de Atracções	Quantidade de Contêiner (u)	Quantidade TEU	Somatório Peso Bruto Contêiner (t)	Somatório Carga Geral Solta (t)	Somatório Granel Sólido (t)	Somatório Granel Líquido (t)	Somatório da Carga Bruta (t)
Itapoá	2012	425	167.232	270.415	3.131.798	0	0	0	3.131.798
	2013	583	294.267	465.323	5.645.765	0	0	0	5.645.765
	2014	546	280.645	465.665	5.521.786	0	0	0	5.521.786
Itajaí	2012	300	230.194	386.537	3.924.021	0	0	0	3.924.021
	2013	303	244.012	410.764	4.190.585	3.890	0	0	4.194.474
	2014	322	226.382	380.117	3.892.833	1.777	0	0	3.894.610
Imbituba	2012	195	15.396	20.984	263.025	137.005	1.549.205	106.378	2.055.612
	2013	213	11.228	13.887	179.917	104.112	2.106.544	101.451	2.492.026
	2014	254	31.263	41.909	592.954	111.072	2.560.594	100.809	3.365.428

Navegantes	2012	581	375.756	618.434	5.920.600	0	0	0	5.920.600
	2013	524	421.745	686.024	7.780.854	0	0	0	7.780.854
	2014	484	417.648	683.892	7.934.407	440	0	0	7.934.847
Paranaguá	2012	2.141	441.127	743.830	6.572.801	874.146	29.874.836	3.120.028	40.441.812
	2013	2.062	439.818	730.719	7.902.052	942.526	30.149.845	2.775.175	41.769.598
	2014	1.843	453.708	757.132	8.899.191	234.907	29.550.482	2.584.980	41.269.560

Fonte: ANTAQ, 2015

3.1 IMBITUBA

Possui bom calado natural para embarcações e retroárea disponível para eventual ampliação das alternativas exportadoras entre as empresas pesquisadas. Tem em seu principal entrave a falta de linhas internacionais que embarquem e desembarquem no local. Este porto ainda sofre com o grande declínio da atividade carbonífera, o fechamento da Indústria Carboquímica Catarinense, no início do período neoliberal da década de 1990 e a desarticulação da Ferrovia Teresa Cristina ao restante da malha ferroviária do país (ROCHA, VIDAL e GUTERRES, 2011).

Ainda que tenha uma hinterlândia importante contando com cidades como Tubarão e Criciúma, as empresas destas cidades, principalmente do ramo cerâmico, preferem por escoar sua produção através de Itajaí, Navegantes ou São Francisco do Sul, que possuem portos com melhor infraestrutura e maior oferta de linhas realizadas pelas grandes companhias armadoras internacionais.

Imbituba tem a vantagem de ser um porto de exportação de granel, operação não realizada em Itapoá. O Porto de Imbituba é mais extenso e possui armazéns para reter produtos que vem em carga granel, como o carvão que vai para a CSN em Volta Redonda (ISRAEL et alii, 2013). Tem em suas maiores desvantagens contar com poucas vias de acesso à BR-101 e contar com poucas linhas internacionais para escoamento dos seus produtos. Imbituba enfrenta uma crise do setor carbonífero, diferente de Itapoá que foi projetado para além de ser um porto privado com a ideia inicial de escoar produtos da Battistella, estar próximo a uma hinterlândia com uma grandiosa produção industrial metalmeccânica e estar próximo a cidades importantes a nível nacional no quesito industrial como Joinville e Curitiba.

Para maior agilidade de acesso ao porto, um investimento importante é a construção da via expressa portuária, ligando o porto de Imbituba à BR-101, retirando o tráfego pesado dos caminhões de dentro da cidade (BNDES, 2012).

3.2 ITAJAÍ E NAVEGANTES

Com a inauguração dos terminais privados administrados pela companhia Portonave na margem esquerda da foz do Itajaí-Açú, esta região portuária possui um porto público, na área portuária tradicional situada na margem direita do rio e outro privado na margem oposta, intitulado Porto de Navegantes. Ainda que seja gerenciada por regimes jurídicos diferentes, ocupa a mesma foz de rio, coordenam entre si o tráfego de embarcações, e a bacia de evolução (área que os navios utilizam em suas manobras de atracação e partida) é comum para ambos (ROCHA et alii, 2012).

A Portonave conseguiu se beneficiar das constantes e custosas obras de dragagem da barra do canal de acesso, em benefício inicial a Itajaí, exigidas pela dificultosa dinâmica flúvio-marinha e o grande aporte de sedimentos do rio Itajaí-Açu. Quanto aos investimentos privados, verificam-se grandes armadores que intervêm na administração dos portos com pesados investimentos, sendo que a dinamarquesa Mærsk, controla o maior dos terminais privados de Itajaí, e a Portonave (Navegantes) é capitalizada pela Mediterrean Shipping Company (MSC), cujas linhas deixaram de operar em Itajaí (ROCHA et alii, 2012).

A enchente de 2008 no vale do Itajaí causou sérios danos ao porto, alagando muitos dos berços e até a cidade na época. Este incidente mostrou que o porto precisa ter sua infraestrutura melhorada e ampliada se quiser continuar com seu crescimento e liderança no estado de Santa Catarina (ROCHA et alii, 2012). O porto tem 14 metros de canal de acesso à bacia de evolução, que é onde o navio faz a manobra e 9 metros de acesso aos terminais, com o amplo crescimento dos navios. A necessidade de aumentar a bacia de evolução é urgente em Itajaí, porque o porto está no limite que o canal e a bacia de evolução comportam. Há projetos de reconstrução dos berços 2 e 3, com recursos do governo federal, para diminuir os impactos causados em 2008 e aumentar a velocidade do crescimento do porto. Muitos dos caminhoneiros perderam dinheiro com a carga que sairia em 2008, gerando um caos enorme na cidade e houve um grande volume de demissões do porto, por causa do encerramento temporário das atividades.

Os projetos para manter competitividade incluem aumento da bacia de evolução para navios acima de 400m, visto que os navios crescem constantemente, já atingindo 300m de comprimento, visto que o maior navio que entrou neste porto tinha 304m de comprimento por 40m de largura, esses navios que conseqüentemente levarão mais contêineres, deverá também aportar mais desses produtos, o porto agora que poderá guardar 14.000 TEU

cada TEU equivale a um contêiner de 20 metros. Pede-se ainda o alargamento do molhe para abarcar navios maiores e aumentar entrada destes.

O Porto de Itajaí enfrenta dilemas para sua ampliação, competição no mercado mundial e resolver esse estrangulamento logístico viário no município, que seria a construção da linha férrea que liga o oeste do estado ao porto, outra ideia é de fazer com que o município de Navegantes aumente sua capacidade de expansão de seu lado do porto, sendo uma das alternativas a construção do porto em Navegantes.

Certos fatores fizeram com que Itajaí crescesse bastante nos últimos anos, como por exemplo, a redução que o governo fez à alíquota de importação de 17% a 3%, o resgate da indústria naval nacional, proposta para remanejamento e ampliação do porto de Itajaí, com a construção de novos berços. Uma das outras propostas para ampliação do Porto de Itajaí é a desapropriação de imóveis da Avenida Blumenau em Itajaí para transformá-las em parte integrante do porto, assim como está em grande discussão à retirada de moradores da beira do Rio Itajaí em Navegantes que se encontra em grande debate com a população local.

Mesmo estando na região norte do Estado, onde há um alto índice de precipitação, os terminais de Itapoá e São Francisco do Sul raramente ficam inoperantes devido às condições do tempo. O BNDES (2012) listou algumas atitudes que os Portos de Itajaí e Navegantes devem pôr em suas metas para que continuem crescendo e operando, como demolição, escavação e remoção nas margens do rio, montagem da fundação e remoção total dos molhes presentes na área da bacia de evolução e sua dragagem, dragar o canal de navegação, a bacia de evolução, atracação e manobra, estudar a área urbanizada ao redor do porto. Essas obras já estão sendo projetadas, em uma parceria entre os governos federal e estadual.

3.3 SÃO FRANCISCO DO SUL

A administração do porto de São Francisco do Sul está sob o regime de autarquia do governo estadual e vem procurado diversificar suas atividades, fortemente centradas na exportação de soja e produtos industrializados do Nordeste Catarinense. Do ponto de vista logístico, caracteriza-se esta área portuária por ser um dos pontos terminais da malha ferroviária que, administrada pela concessionária ALL (América Latina Logística), a vincula às grandes regiões produtoras de soja do Mato Grosso do Sul e Noroeste do Paraná. Por esta razão a paisagem da região portuária é marcada pela presença de grandes armazéns graneleiros e tanques para o armazenamento do óleo vegetal, os quais são de propriedade da Companhia Estadual de Abastecimento (CIDASC), da multinacional Bunge e da

TERLOGS S.A, empresa de capital misto, composto principalmente por grandes produtores agrícolas nacionais em associação com agências marítimas e capitais japoneses, embora não contando com o investimento de criação de novos galpões e docas nos seus arredores, fazendo com que Itapoá se sobressaia no quesito de aumento e maturação nos negócios do porto (ROCHA, 2011).

Nesse sentido, os novos terminais catarinenses, Itapoá e Navegantes, utilizam como cargas principais a movimentação de contêineres e o transporte multimodal, com alta tecnologia, para garantir agilidade e redução nos custos, segundo Neu (2012). A containerização tem um efeito profundo na mudança da estrutura e da operação portuária. Os terminais modificam a função de portos tradicionais e introduzem nova dimensão de competição entre eles (NEU, 2012).

De fato, o modal ferroviário é o elo fundamental da cadeia logística da soja exportada através dos portos do Sul do Brasil. Isto não quer dizer que o modal rodoviário não concorra também significativamente para o transporte do grão até São Francisco do Sul, uma vez que a própria infraestrutura ferroviária não seria suficiente para atender toda a demanda gerada no período da safra, e, com efeito, formam-se grandes filas de caminhões na BR 280, a rodovia que liga o porto à BR 101. Nestas situações, os caminhões têm de esperar pela autorização para embarcar a soja no porto, o que pode demorar dias, além de sobrecarregar imensamente a rodovia não duplicada e que atravessa o perímetro urbano, constituindo um verdadeiro “gargalo” para as exportações em São Francisco do Sul (ROCHA, 2011).

O Porto de São Francisco do Sul possui, da mesma forma que para o rio Itajaí, a derrocagem de laje na entrada do porto, proporcionando mais velocidade de manobra para a entrada e saída dos navios e, principalmente, permitindo a presença de navios de maior capacidade de carga. Adicionalmente, é importante a construção do anel rodoferroviário na área portuária para contorno do Morro do Céu, proporcionando agilidade nas operações de carga e descarga. Sua obra está condicionada à execução de um projeto de ferrovia complementar, cuja responsabilidade de execução é do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que permitirá a ligação com o anel rodoferroviário (BNDES, 2012).

3.4 PARANAGUÁ

A Administração do Porto de Paranaguá vê com parcimônia a criação do TUP Itapoá, ainda que justifique que o comércio da região intensificará significativamente, visto que estes dois portos estão próximos a regiões com polos industriais. Segundo o engenheiro civil e conselheiro do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) Euclésio Finatti, as operações em Itapoá surtirão impacto no movimento de Paranaguá, visto que é um porto onde os entraves

logísticos são menores que o de Paranaguá e Itapoá está há 100 km do porto supracitado. "É fato que o Paraná vai perder alguma coisa", avalia (PARANÁ ONLINE, 2013).

Além disso, analistas também apontam que pelo fato da Hamburg Süd ser uma das acionistas do porto de Itapoá, isso é um ponto relevante para atrair o transporte de contêineres para o local. Calcula-se que, caso a companhia alemã transfira suas operações no Paraná para a cidade catarinense, Paranaguá perderia em torno de 25% de sua movimentação de contêineres. (PARANÁ ONLINE, 2013).

O porto de Paranaguá se diferencia do TUP Itapoá pelo fato de exportar carga granel, e já possuir um grande acordo, realizado em 1956 com a República do Paraguai para que este porto consiga escoar sua produção, servindo como um entreposto franco e rota de comércio exterior para o Paraguai, visto que este país não tem saída para o mar (NEU, 2012). A visão de grupos ligados ao Terminal Portuário de Itapoá, no tocante aos seus sócios como, por exemplo, a Aliança ambiciosa que os estados do Paraná e Santa Catarina devam movimentar, em 2015, dois milhões de contêineres e, em 2020, cerca de três milhões de contêineres. A empresa projeta que Itapoá deverá responder por 20% deste volume.

Segundo o presidente da holding Batistella, Gerson Schmitt, a visão do negócio seria realizar um polo de escoamento para a América do Sul, na faixa de aproximadamente 400 quilômetros do litoral, que se inicia em Paranaguá e vai até Imbituba, em Santa Catarina, e concentra, hoje, seis portos (Antonina, São Francisco do Sul, Itajaí e Navegantes este também privado são os outros).

O engenheiro civil Euclésio Finatti disse, no Jornal Paraná Online (2013) que: "Juntos, teremos condições de escoar mais comércio internacional que o litoral de São Paulo, que é absoluto nesse processo". Sobre o TUP Itapoá, este diz que "É uma solução absolutamente limpa e que não prevê áreas portuárias como as famosas no mundo inteiro, que acabam condenadas por receber apenas economia de segunda linha".

O cerne da comparação de Paranaguá e Itapoá já está além de vantagens e desvantagens, porque o jogo agora é também técnico, estratégico e político. Discute-se a autonomia dos Estados e há uma evidente demonstração de força do governo federal em aprovar as decisões do seu interesse em detrimento do pacto federativo.

Para resolver a situação, o Senado Federal editou a resolução nº. 13 de 2012, a qual unificou para 4% a alíquota de ICMS sobre operações interestaduais com mercadorias importadas ou cujo conteúdo de importação fosse superior a 40%. O intuito de tal diploma foi diminuir o conflito de entre os Estados e a Guerra Logística entre eles, que concediam benefícios fiscais para atrair clientes, ainda que não somente por vias marítimas (CONJUR, 2013).

Segundo CONJUR (2013) A guerra dos portos é “variável especialmente nociva da moléstia, por não se limitar a promover o deslocamento de empresas de um para outro estado da Federação, indo ao ponto de estimular a desindustrialização do país por meio do favorecimento às importações”.

4. HINTERLÂNDIA

Verifica-se que o estado de Santa Catarina está bem posicionado quanto à localização geográfica, em relação aos centros produtivos nacionais e sua posição no MERCOSUL. É o estado que mais se destaca em produção agrícola de qualidade, e a outros setores como produção de aves, suínos, bovinos, indústrias têxteis, moveleiras, cerâmica, metalmeccânico e automobilístico.

Itapoá está inserida na Região Metropolitana Norte/Nordeste Catarinense é uma região metropolitana brasileira que foi instalada pela Lei Complementar Estadual n° 495 de 2010 tendo como sede a cidade de Joinville e tendo como núcleo urbano os municípios de Joinville e Araquari, juntos em 2014 com uma população de 540.000 habitantes (IBGE, 2014). Nesta região metropolitana são inclusos municípios distantes sem conturbação com Joinville, que se somados, chegam a aproximadamente 1.090.000 de habitantes, sendo a região metropolitana de Santa Catarina com a maior concentração industrial do estado.

Esta região foi colonizada por imigrantes alemães, noruegueses, italianos, suíços, ucranianos, portugueses e poloneses. Possui uma alta qualidade de vida, com cidades que estão entre as de maiores IDH do Brasil. A Secretaria de Desenvolvimento Regional que tem sede em Joinville, serve para atendimento local disponibilizando serviços públicos para esta região e são atendidos Itapoá, Garuva, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, São João do Itaperiú e Barra Velha.

A região Norte de Santa Catarina é a mais importante de Santa Catarina em termos de PIB. A região, em 2011, foi responsável por cerca de $\frac{1}{4}$ das riquezas geradas no estado. A participação da região no PIB estadual tem crescido na última década, passando de 22,85 % para 23,92% em 2011. Dentro dessa região, merece ser destacado um conjunto de nove municípios, 3,07% dos municípios do estado, que produziram 16,25% do PIB catarinense em 2011 (IBGE, 2013). Esse conjunto de municípios abrigou, em 2013, 797.498 habitantes, segundo estimativas do IBGE. A cidade polo dessa região, Joinville, é a mais o mais populoso do estado com cerca de 520 mil habitantes, detendo também o posto de maior PIB, somando, em 2012, 18,3 bilhões de reais, o que equivaleu a 11,12% do PIB catarinense. São Francisco do Sul, cidade que possui um dos mais importantes portos catarinenses, possui um dos maiores PIB per capita do Brasil, atingindo em 2012 o montante de R\$ 115.032,69 (IBGE, 2012).

A região possui boa infraestrutura de serviços, embora sua riqueza esteja pautada nas indústrias e apenas dois deles, Itapoá e Balneário Barra do Sul, tem o turismo como sua principal fonte de renda. No oposto, a cidade de Joinville produziu, em 2011, 15% do VA industrial do estado. Isto se reflete pelo surgimento dos empregos formais, visto que a indústria e a mentalidade empreendedora industrial continuam sendo preponderantes na economia local.

Contabilizando os setores aos quais os trabalhadores estão, segundo RODOLFO (2014), em janeiro de 2013, de um total de 247.694 empregados na região, 103.893 estavam na indústria da transformação, ou seja, 42%, bem acima dos percentuais correspondentes para Santa Catarina (34,2%) e Brasil (20,76%). Esta região representou 15,99% dos empregos industriais de Santa Catarina, com destaque para os segmentos da Indústria Mecânica (41,21%) e Indústria Metalúrgica (37,46%). Esses dois segmentos geravam, em janeiro de 2013, 24.018 e 20.296 empregos, respectivamente. Nesta região, são presentes os números de empresas do ramo mobiliário com 10.702 empregos, ou 15,77% do total de Santa Catarina. O setor elétrico contou com 3.911 empregos, 13,64% do agregado estadual e os materiais de Transporte com 2.918 empregos, ou 15,22% do total do estado.

Quanto aos estabelecimentos em operação, há 5.582 unidades da Indústria de Transformação presentes na região, 833 são do segmento Indústria Metalúrgica, 621 indústrias do segmento Indústria Mecânica, e 1043 do segmento Madeira e Mobiliário. Estão polarizadas na região norte-nordeste catarinense, duas importantes concentrações industriais: a metalmeccânica, com polo principal em Joinville, e a moveleira, concentrada em São Bento do Sul. As atividades da indústria metalmeccânica presentes na região são bastante diversificadas, compreendendo muitos estágios da cadeia produtiva. Ali são encontradas grandes empresas de fundição, produzindo blocos de motores e peças para veículos; empresas de metais sanitários, fábricas de compressores para equipamentos eletroeletrônicos (especialmente da chamada 'linha branca'), fábricas de porcas e parafusos, de motobombas, de compressores de ar, entre outras (RODOLFO, 2014).

Quanto à indústria automobilística, a GM, a empresa instalou em 2013, em Joinville, a sua primeira fábrica de motores e cabeçotes no Brasil, com investimentos de cerca de 350 milhões de reais, gerando centenas de empregos diretos e indiretos (RODOLFO, 2014). A cidade, que é conhecida pela sua indústria metalmeccânica teve peso na escolha e segundo o presidente no Brasil, Marcos Munhoz, este diz que "Joinville possui excelente infraestrutura e mão de obra bastante qualificada, além de contar com a proximidade de cinco portos no estado de Santa Catarina, o que favorece e muito seu desempenho do ponto de vista estratégico de nossas operações." (GM, 2013).

Outra fábrica automotiva, a BMW, se instalou em Araquari e o investimento projetado para este município é de 200 milhões de euros (cerca de R\$ 600 milhões), havendo possibilidades de chegar a R\$ 1 bilhão na segunda fase da unidade. (Diário Catarinense, 2013) produzindo os modelos Série 1, Série 3, X1, X3 e Mini Countryman. Junto com a questão econômica e empregatícia, a vinda da BMW para Araquari, trará a ampliação do porto de Itapoá, que poderá receber investimentos de R\$ 500 milhões. Pode-se dizer que a vinda da BMW trará não apenas a sua produção local e as instalações da indústria, com toda sua tecnologia, mas gerará uma rede indireta de novas empresas e muitas indústrias satélites prontas a suprir maquinários e produtos demandados não só pela BMW, mas por indústrias cujos nichos de mercados são semelhantes a esta posta em pauta.

É possível verificar que o Terminal Portuário de Itapoá está próximo a grandes regiões produtivas como a Região Metropolitana de Curitiba, esta região que possui um grande polo eletrônico, automobilístico, petroquímico. Destaca-se a presença de grandes montadoras como a Renault, que investiu US\$ 1,12 bilhão e Volkswagen/Audi, com US\$ 750 milhões, bem como a expansão de empresas já existentes (Volvo, New Holland, Krone e Bosch) (IPARDES, 2004). Estes investimentos reforçaram o potencial produtivo da região, fez crescer empresas ao redor destas grandes companhias com ritmo de produção e fornecimento de equipamentos incessantes.

Na Região Metropolitana de Curitiba, os municípios crescem superior à média do estado com taxas superiores de 5% ao ano (IPARDES, 2004) e municípios como Fazenda Rio Grande e Piraquara, com taxas próximas ou superiores a 10% a.a. no intervalo mais recente. Setorialmente, a RMC concentrou, em 2000, 49,72% do valor adicionado fiscal Valor Agregado Fiscal da Indústria do Paraná; 46,18% do VAF do Comércio e 72,38% do VAF dos Serviços. Enquanto na Indústria essa participação se manteve inalterada nos intervalos 1989/1996/2000, no Comércio apresentou crescimento de 12,20 pontos percentuais e, nos Serviços, de 34,31 pontos percentuais. Isso mostra que, próximo a Itapoá existe um grande polo industrial cuja produção pode ser escoada pela grande estrutura que o TUP em questão fornece.

Cabe ressaltar que ainda existe toda uma rede de escoamento por onde Itapoá está conectado. Como este porto possui clientes (Visita ao TUP Itapoá, 2015) mesmo em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, deve-se verificar que, à medida que existe um crescimento notório do porto, existirão mais clientes em seu portfólio. Deve-se levar em consideração, que por ser um porto de carga containerizada, conta com uma estrutura que atende necessariamente às empresas da região, tendo sua criação e existência justificada por empresas que querem agilizar a logística de seus produtos, frente a portos de diferentes naturezas jurídicas e especificidades mostradas, principalmente neste artigo.

5. CONCLUSÃO

Do ponto de vista das vantagens de Itapoá com relação aos portos próximos anteriormente mencionados, verifica-se que este TUP em questão conta com uma estrutura nova de capital privado, e que o governo concedeu ao poder privado a capacidade de gerir os portos, bem como de manipular cargas próprias e de terceiros.

Hoje, segundo a ANTAQ (2015), o Brasil dispõe de 235 estruturas portuárias, sendo 100 Portos Públicos e 135 Terminais de Uso Privado e quanto sua disposição, o país possui 99 portos fluviais e 136 portos marítimos. Tal quantia de portos se refere à necessidade do Brasil escoar suas exportações, bem como facilitar a vinda de produtos importados que atendam desde o consumidor portuário até o consumidor que necessita de produtos alimentícios, vestuários, eletroeletrônicos entre outros itens do dia-a-dia.

Deve-se discutir, conforme informações acima do trabalho, qual a intenção real de se fazer com que haja discrepância entre os portos públicos e os privados. Se há realmente motivações para que os privados tenham custos menores, porém mais eficientes ou se os portos deveriam contar com a estrutura do governo enquanto fonte e direcionador de investimentos, verificando quais nuances de mercado que são necessárias no exterior e onde deveriam se realocar os investimentos.

Embora o transporte rodoviário tenha sido o mais utilizado e visto como o mais barato, ele não é suficiente para alcançar longas distâncias, principalmente para outros países e continentes. Neu (2012) expõe que os portos são a alternativa de menor custo para que muitas mercadorias cheguem a locais muito distantes do planeta, visto que essas estruturas conseguem exportar muitas mercadorias que, ou ficam como excedentes no país e se deseja exportar para outro local, ou que se recebam mercadorias que no local sejam, por vezes, mais baratas que a fabricada no local. Mas para que muitas dessas melhorias sejam feitas aos portos, deve-se notar que, por uma análise Geográfica, que muitas mudanças da localidade em prol da movimentação portuária, escoamento de mercadorias e lucratividade de armadores, empresas e tributos ao governo se encontram com a história da cidade, estruturas históricas e peculiaridades ambientais que modificariam todo local perante o empreendimento.

Itapoá foi o cerne principal deste trabalho, pois foi o alvo de um grande investimento de mais de R\$ 500 milhões de reais em estruturas portuárias, logísticas rodoviárias e serve como a maior fonte de arrecadação municipal com mais de 80% do imposto. Segundo seus gestores e idealizadores, este município possui uma das melhores estruturas naturais e disponibiliza uma grande área retroportuária para que outras empresas do ramo venham investir no município. Chama a atenção do fato que é um investimento 100% privado, com soluções, para os gargalos, vindo deste setor,

para que aumente a eficiência do porto em questão, bem como é proposta uma diminuição severa da burocracia no local. Segundo visita no TUP Itapoá em 2015, um porto público demora em até 30 dias para liberar a mercadoria, enquanto Itapoá demora até 5 dias para liberar os produtos, ainda com benefícios de levar a mercadoria até a empresa do cliente.

Questiona-se, por vez, os benefícios que os trabalhadores terão além de seus postos de trabalho no porto, sua filiação a sindicatos e seus direitos e como será a relação entre o porto de Itapoá e o governo do estado de Santa Catarina e o Governo Federal, quem arcará com estruturas de reparos e dragagens dos portos. Ainda que o particular consiga ter um lucro e uma produção maior que o privado, é indispensável que se veja como que será esta relação e que impactos como renda, emprego, impostos, mudança da economia local ou do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

PORTO DE ITAPOÁ: Terminal, 2015. Disponível em <<http://www.portoitapoa.com.br/institucional/73>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

PORTO DE ITAPOÁ: Infraestrutura, 2015. Disponível em <<http://www.portoitapoa.com.br/institucional/68>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

PORTO DE ITAPOÁ: Acionista, 2015. Disponível em <<http://www.portoitapoa.com.br/institucional/71>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

PORTO DE ITAPOÁ: Localização, 2015. Disponível em <<http://www.portoitapoa.com.br/institucional/72>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR: Oportunidades de Investimento no Estado de Santa Catarina, 2015. Disponível em <<http://www.investimento.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1272994741.pdf>> Acesso em: 04 de maio de 2015.

CABRAL, E. B. **Estudo geográfico do porto de São Francisco do Sul e do terminal de Itapoá-SC.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 2011.

ATM MODAL: ATM Transporte Multimodal, 2015. Disponível em <http://www.atmmodal.com.br>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

DIÁRIO DE ITAPOÁ: Aliança investe em Terminal Retroportuário em Itapoá, 2013. Disponível em <http://www.diariodeitapoa.com.br/portoitapoa/3819-alianca-investe-em-terminal-retroportuario-em-itapoa.html> Acesso em: 13 de maio de 2015.

MAMIGONIAN, A. **Navegações e Portos no Brasil e no Mundo.** Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, 1966.

MAMIGONIAN, A. **Atualidades Geográficas: Vida regional em Santa Catarina.** Revista de Orientação, nº 2, São Paulo: USP, 1966.

NEU, M. F. R. **Os Portos do Sul do Brasil: Da formação ao Século XXI.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, A. C. SILVEIRA, M. R. **O processo de industrialização no Brasil: um retrospecto a partir da dinâmica da dualidade brasileira.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 321-344, Dez. 2010.

RANGEL, Ignácio. **O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 31-42, 1983.

GERREIRA, L. S. VIDAL, L. M. **A INFRA-ESTRUTURA POTUÁRIA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XX,** 2012, Disponível em <http://observatoriogeograficoamarercalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/15.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2015.

TOLMASQUIM, M. T. **O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel.** Revista de Economia Política, v. 11, n. 4, p. 27-38, out./dez. 1991.

ALIANÇA, **História da Empresa,** Disponível em http://www.alianca.com.br/alianca/pt/alianca/company/history_2/history_5.jsp Acesso em: 15 de Março de 2015.

LOGZ, **Quem Somos?** Disponível em <http://www.logzbr.com.br/pt/empresa/quem-somos.html> Acesso em 15 de março de 2015.

PORTO DE ITAPOÁ, **Porto Itapoá iniciou sua operação com a chegada do primeiro navio,** Disponível em http://www1.portoitapoa.com.br/noticias.asp?id=143&id_cat=1 Acesso em 15 de Março de 2015.

PORTOGENTE, **HUB PORT – Porto Concentrador,** Disponível em <http://portogente.com.br/portopedia/hub-port-concentrador-73181> Acesso em: 15 de Março de 2015.

PORTOGENTE, **Terminal catarinense quer melhorar canal de acesso à Baía da Babitonga,** Disponível em <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/terminal->

catarinense-quer-melhorar-canal-de-acesso-a-baia-da-babitonga-85127
Acesso em: 15 de abril de 2015.

PORTO MAR AZUL – SÃO FRANCISCO DO SUL, Porto Mar Azul da NORSUL: Baía da Babitonga Ameaçada! Disponível em www.sfs.com.br/images/babitonga/manifesto_babitonga_2.doc Acesso em: 15 Março de 2015.

INOCAÇÃO TECNOLÓGICA, Navios emitem poluição equivalente à metade da frota mundial de carros, 04 de maio de 2009, Disponível em http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=n_avios-poluicao-equivalente-a-metade-da-frota-mundia-de-carro&id=010125090504#VX5iw_IViko Acesso em: 15 de março de 2015.

O EMPREITEIRO, Itapoá, fator natural como vantagem competitiva, 24 de novembro de 2014, Disponível em http://www.oempreiteiro.com.br/Publicacoes/15359/Itapoa_fator_natural_como_vantagem_competitiva.aspx Acesso de março de 2015.

ROCHA, I., VIDAL, L., GUTERRES, C. Análise da infraestrutura logística das indústrias exportadoras de grande porte de Santa Catarina. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, América do Norte, 7 out. 2011. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/510>. Acesso em: 10 Set. 2012

PORTO DE ITAPOÁ, Marinha do Brasil Visita o Porto Itapoá, 03 de fevereiro de 2015, Disponível em http://www.portoitapoa.com.br/noticia/Marinha_do_Brasil_Visita_o_Porto_Itapoa/372 Acesso em: 15 de março de 2015.

PORTO DE ITAPOÁ, BALANÇO SOCIAL, 2013, Disponível em <http://www.portoitapoa.com.br/admin/upload/201504160815.pdf> Acesso em: 15 março de 2015.

ESTADÃO, Governo restringe portos privados, 18 janeiro de 2010, Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-restringe-portos-privados,497341> Acesso em: 21 de março de 2015.

MILAN, G. S. VIEIRA, G. B. B.GONÇALVES, R. B. ANÁLISE DA EFICIÊNCIA PORTUÁRIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL. Simpósio de

Administração da Produção, Logística e Operação Internacional, São Paulo, 2014, Disponível em http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2014/artigo/E2014_T00023_PCN35634.pdf Acesso em: 15 de março 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA, **LEI COMPLEMENTAR Nº 495, de 26 de janeiro de 2010**, Disponível em <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/000495-010-0-2010-001.htm> Acesso em: 01 de junho de 2015.

CONSULROR JURÍDICO, **Resolução 13 é cortina de fumaça na guerra dos portos**, 24 de julho de 2013. Disponível em <http://www.conjutor.com.br/2013-jul-24/consultor-tributario-resolucao-13-cortina-fumaca-guerra-portos> Acesso em: 15 de maio de 2015.

PARANÁ ONLINE, **Porto de Paranaguá terá um vizinho da porte**, 11 de outubro de 2009, Disponível em <http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/402587/> Acesso em: 15 de maio de 2015.

RODOLFO, F. **O NORDESE CATARINENSE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA IDEIA DE REGIÃO DE APRENDIZAGEM**, Disponível em <http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Fabiano-2014.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2015.

IBGE, **Produto Interno Bruto dos municípios**. Disponível em <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default.shtm>. 2013.

IBGE. **Estimativas de População**. Disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm> 2013 a.

GM. **GM Inaugura a fábrica sustentável de Joinville (SC)**. Disponível em <http://chevrolet.com.br/chevrolet-world/news/gm-inaugura-a-fabrica-sustentavel-dejoinville--sc.html>. 2013.

Diário Catarinense, Entenda por que a BMW escolheu Araquari para construir a fábrica localizada na América Latina, Disponível em <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2013/04/entenda-por-que-a-bmw-escolheu-araquari-para-construir-a-fabrica->

lacializada-na-amarica-latina-4099397.html Acesso em: 15 de maio de 2015.

IPARDES, **Dinâmica Recente da Economia e Transformação na Configuração na Espacial da Região Metropolitana de Curitiba**, Disponível em http://ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf Acesso em: 15 de maio de 2015.

LOMBARDO. André; COELHO, Alexandre; CATTANI, Carolina. **DICIONÁRIO BÁSICO PORTUÁRIO: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina**. 2. ed. Paranaguá: Appa. 2011.

A HISTÓRIA DA DUALIDADE BRASILEIRA DE RANGEL E SUAS VERIFICAÇÕES NAS DISTINTAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS CATARINENSES.

Daniel Simas¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar brevemente a história da dualidade brasileira, delineada por Ignácio Rangel em sua obra (1981²), bem como suas conjugações com a gênese e dinâmica das diferentes formações socioespaciais catarinenses. Não se trata exatamente de um profundo inventário de como cada formação específica se estabeleceu, mas especialmente das conexões que se efetivam entre a obra de Rangel e as formações socioespaciais de Santa Catarina. Neste sentido, busca-se aqui analisar esta importante parte da obra de Rangel, conhecida como “A história da dualidade brasileira” e suas verificações na história de Santa Catarina. Para tanto, trabalhamos com o conceito de formação socioespacial, paradigma delineado por Milton Santos, bem como com os pressupostos da teoria marxista, além do conceito de combinações geográficas de Cholley (1964). Considerando este aporte teórico classificamos as formações que se dão no estado de Santa Catarina em quatro formações distintas, manifestas no litoral catarinense, vales litorâneos, planalto e oeste catarinense. Isto se dá em razão das diferentes conjunturas socioespaciais que se efetivam no estado, em tempos e espaços variados, além de interesses e contextos sociais, políticos e econômicos que também se diferenciam. Logo, as dualidades verificadas por Rangel passam a se efetivar de diferentes formas em Santa Catarina, considerando-se os diferentes contextos históricos em cada formação³. Assim, reafirmamos a importância de sua teoria para quaisquer análises de caráter socioespacial não apenas de forma genérica, direcionada ao Brasil como um todo, mas também às suas particularidades regionais, que se engendram a história do país.

Palavras chaves: Dualidade; formação socioespacial; Santa Catarina.

1. Introdução

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Que sintetiza, de forma mais clara e didática, uma obra mais ampla por título “A dualidade básica da economia brasileira” de 1957.

³ Exemplo disto podemos encontrar na tentativa de se efetivar vínculos entre a primeira dualidade e a formação do oeste catarinense. É improvável se estabelecer por serem fenômenos de tempos distintos. Logo, ressalta-se como objetivo principal deste trabalho evidenciar a história da dualidade brasileira nas formações socioespaciais catarinenses.

Ao analisarmos a densa e complexa formação econômica brasileira nos deparamos com uma série de teorias que pretendem, no estudo da história econômica brasileira, diversos posicionamentos que nem sempre contemplam a totalidade de suas efetivas configurações. Um dos mais clássicos equívocos é o que atribui à história econômica brasileira como originada no seio do modo de produção capitalista. Tais defesas não se sustentam quando confrontadas com o estudo de Rangel e autores afins, conforme verificamos na história da dualidade brasileira.

Este célebre cientista da economia e sociedade brasileira não apenas decifra os meandros pelos quais a economia brasileira trilhou, como também faz claros indicativos de suas tendências e desafios. A totalidade da obra de Rangel é significativamente importante para quaisquer análises socioeconômicas do país, pois contempla, além dos registros estatísticos da economia nos diversos momentos, a própria formação social brasileira. Afinal, não há como dissociar a economia de sua base social e, em se tratando dessa indissociabilidade, Rangel foi mestre e profundamente feliz ao contemplar a abrangência dos fenômenos econômicos no estudo do caso brasileiro.

Considerando a amplitude dos estudos de Rangel não há dúvidas de que seu objeto de estudo vai além da economia. Trata-se de uma análise social e mesmo geográfica. Diante disto, as relações de sua teoria com análises pertinentes às dinâmicas socioespaciais que se estabelecem no Brasil ao longo de sua história, são fundamentais para que se faça um estudo socioespacial coerente, bem como uma análise econômica fundamentada com consistência e não apenas na superficialidade dos índices. A análise econômica de Rangel, que na história da dualidade brasileira contempla profundamente a formação social brasileira, deixou como legado a interpretação das peculiaridades dos “caminhos” da economia brasileira ao longo da história, apontando, sem dúvidas para possíveis futuros, interpretados na totalidade de sua obra.

Por sua vez, a classificação da história catarinense e seus processos sociais em distintas formações socioespaciais, passam não apenas a contemplar o arranjo histórico que constituiu Santa Catarina como estado, como também expor o mesmo a um didático entendimento de sua conjuntura. Por mais que o entendimento de formação socioespacial (SANTOS, 1982), como processos regionais, seja passível de críticas, entendemos que as formas de colonização, tempos históricos e propósitos pelos quais a gênese regional se efetiva são critérios básicos suficientes para distinguir as distintas formações socioespaciais, indo de encontro à ortodoxa ideia de uma formação socioespacial única e nacional. Fugamos dos excessivos “generalismos” que não se apresentam na realidade, nem nos estudos de cuidadosos e geniais teóricos que tentam a decifrar, como Rangel e Santos. Não se trata da banalização do conceito, que por muitas vezes é aplicado de maneira equivocada em escala inoportuna, mas da adequação da teoria à realidade, conforme preconiza Milton Santos (1982) em sua teoria.

Neste sentido, dividimos o território catarinense em quatro específicas formações socioespaciais pelo entendimento histórico de que as mesmas pertencem a tempos, propósitos e formas de colonização peculiares no território de Santa Catarina. Isto se dá pelo entendimento de que não há nesta classificação excessiva generalização nem pormenorização. Desta forma, pretendemos como principal objetivo neste trabalho, promover a análise da obra “A história da dualidade brasileira” e suas verificações nas formações do litoral, vales litorâneos, planalto e oeste catarinense.

2. A Dualidade Brasileira de Rangel

De forma geral a ideia de Dualidade Brasileira, delineada por Rangel, criou uma noção exata da categoria de formação social do país, constituída num contexto histórico onde se manifesta, de tempos em tempos¹, um mix de atraso e dinamismo. Guimarães (1994, p.64) bem ressalta que:

a genialidade de Ignácio Rangel em sua análise marxista da economia brasileira consistiu em criar o conceito singular de Dualidade Brasileira pela combinação dialética dos conceitos formais de escravismo, feudalismo e capitalismo (em suas formas mercantil, industrial e financeira). A combinação desses três modos e três formas de produção em sequência determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas cria o mais econômico modelo da formação socioeconômica brasileira em seus 170 anos de história como Nação independente.

Em linhas gerais o conceito de dualidade consiste numa engenhosa construção analítica que articula as contribuições do materialismo histórico de Marx, das teorias de Smith, Keynes e, especialmente, dos ciclos longos e curtos, respectivamente de Kondratieff e Juglar, demonstrando seu caráter dialético. Logo, estas contribuições auxiliaram de forma fundamental na formulação de uma teoria capaz de detalhar e explicar a formação econômica brasileira, no intuito de entender sua dinâmica e especificidades. Rangel, em suma, percebeu que os diferentes modos de produção podem coexistir concomitantemente, havendo sempre íntima ligação entre dois deles, que, unidos, passam a ser representados por elites políticas e econômicas, efetivadas num processo dialético em torno de um pacto de poder interno (ABREU; SILVA, 2009, p.29).

Adentrando a teoria de Rangel, passamos a entender que esta se estabelece obedecendo a uma estrutura de pólos. Isto porque a formação social e econômica brasileira não era homogênea e nem se dava no mesmo

¹ Adiante, veremos que estes tempos não se dão aleatoriamente, mas seguem ciclos da economia mundial, bem identificados pelo economista russo Nicolai Dimitrievich Kondratieff.

ritmo das inovações de seus colonizadores, ou seja, havia no Brasil um atraso que não era exclusivamente econômico, mas também social, efetivado nos modos de produção vigentes no país. Havia claramente uma disparidade entre Brasil e Europa que não se restringia apenas às inovações técnicas, mas especialmente às configurações sociais, produtivas e econômicas. Esta disparidade se configurava quando comparada ao exterior, mas não somente. O interior das relações socioeconômicas era díspar em razão da coexistência dialética dos diversos modos de produção no país

Rangel (1981) mesmo aponta que a Europa (países do centro dinâmico) era constituída, no período em que colonizava as Américas, de uma carapaça feudal, sendo “rompida” de dentro para fora pelos fulcros do capitalismo. Isto aqui no Brasil não se deu naquele tempo. Pelo contrário, o país tinha em sua gênese um arquétipo feudal, porém de um “conteúdo não feudal” (RANGEL, 1981, p.7), relacionado a modos de produção mais primitivos como o escravista, por exemplo. Logo, estas discrepâncias já eram suficientes para a identificação de ritmos e processos distintos ocorrentes, concomitantemente, nos “dois mundos”. Isto se reforça ao constatarmos que a:

dinâmica histórica se distingue, portanto, dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relação de produção interna no país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais (Mamigonian; Rego, 1998).

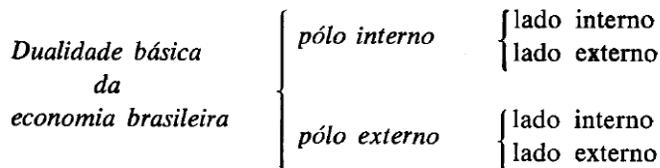
Antes mesmo do surgimento do “edifício da dualidade brasileira”, o feudalismo imposto ao Brasil, sobretudo pelo acesso a terra, coexistia com modos de produção comunais e escravistas. Ao contrário do que ocorria na Europa, isto se dava em razão “dos andares inferiores desta estrutura” tardarem muito a se levantar, sendo substituídos por “institutos representativos de outros modos de produção” (RANGEL, 1981, p.7). Ao observarmos como se estrutura o pólo interno da dualidade de Rangel, passamos a verificar muito do que se assemelham à própria gênese das formações socioespaciais catarinenses, em especial as dos séculos XVIII e XIX.

Neste sentido, a teoria de Rangel passa a se estabelecer na perspectiva de que existem dois pólos distintos: o pólo interno, neste caso relativo ao Brasil e seus processos socioeconômicos; e o pólo externo, sendo referente ao centro dinâmico da economia (neste caso a Europa). Além da classificação em polos, Rangel os subdividiu em lados, considerando que cada polo (interno e externo) possui dois lados (lado interno e lado externo), demonstrando as dinâmicas do interior de cada polo. Logo, a Dualidade Brasileira de Rangel é não apenas dual, mas também dupla, considerando que os lados possuem

distinções entre si, aumentando ainda mais a complexidade e profundidade da análise rangeliana. Acerca dos pólos e lados de Rangel, Guimarães (1994, p.64-66) afirma que:

Pólos são diferenças econômicas regionais e/ou estruturais dentro de uma economia nacional [...] Esse conceito de lados de uma economia nacional, sua internalidade e sua externalidade, é extensivo aos pólos. Entre os pólos econômicos de um país um deles se relaciona com o resto do mundo: seu lado externo é o lado externo da economia nacional como um todo; seu lado interno expressa sua dinâmica própria. Por sua vez, o outro pólo, interno, relaciona-se com o pólo de vocação externa através de seu próprio lado externo.

Conforme a construção de sua análise, Rangel propôs o seguinte sistema para explicar a Dualidade Básica da Economia Brasileira (RANGEL, 1981):



Em seus estudos, Rangel constatou que a dualidade não era única e estática, mas que se transformava na medida em que os processos socioeconômicos se aprofundavam para, de forma dialética e em consonância com o que propõe o materialismo histórico, calhar no modo de produção capitalista. Diante disto, Rangel identifica na história socioeconômica brasileira quatro dualidades distintas, que se estabelecem regidas por cinco leis específicas, delineadas pelo próprio Rangel (1981, p.12)¹. Estas dualidades se

¹ Trata-se das seguintes leis:

1ª lei: Quando se cumprem as pré-condições para a passagem a um estágio superior — basicamente, quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes, consubstanciadas na dualidade básica esta muda, como todas as formações sociais em tais

casos, mas o faz apenas por um dos seus "pólos", guardando o outro sua estrutura e integrando-se na nova dualidade, correspondente ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento.

2ª lei: Alternadamente, mudam o pólo interno e o externo.

3ª lei: O pólo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo.

4ª lei: Consequentemente, o lado externo do pólo em mudança muda-se, também, passando a adotar instituições características de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética (de contrários) com o lado interno recém-criado.

manifestam de diferentes formas pelo país, entretanto, seguem um padrão bem identificado na teoria rangeliana. Em Santa Catarina diversas são as expressões das dualidades.

3. A Primeira Dualidade Brasileira e suas verificações em Santa Catarina

Antes mesmo da efetivação da primeira dualidade brasileira é preciso compreender que a gênese e dinâmica da formação socioeconômica brasileira passa por um processo de estruturação, ao qual Rangel chama de polo interno. Como já brevemente comentado, a dualidade brasileira tinha em sua gênese um formato feudal, porém de um conteúdo não feudal, mesclando tipos de modos de produção pré-feudais.

Em Santa Catarina é possível verificar estas características na gênese das formações socioespaciais mais antigas. Na porção central do litoral catarinense, por exemplo, o acesso a terra era primordialmente instituído pelo próprio poder público, neste caso pela Coroa Portuguesa em meados do século XVIII. A Coroa Portuguesa, ao trazer as primeiras levas de açorianos para a região, instituiu a posse da terra por meio de um arranjo jurídico essencialmente feudal, claramente presente na redação de seus editos. Afinal, as terras ocupadas pelos açorianos eram para usufruto, inalienáveis, de acordo com um sistema de sesmarias, não se admitindo a propriedade privada (CAMPOS, 1991; SILVA, 1992). Ou seja, apesar das promessas de terras e meios para produção, as terras cedidas pela Coroa ainda pertenciam à mesma. Neste sentido, e assumindo aqui a caricata concepção do feudalismo europeu em analogia, a Coroa era o “senhor feudal” e os colonizadores “servos de glebas”.

Na formação socioespacial ocorrente no planalto, contemporânea à formação do litoral, o formato jurídico de acesso a terra segue as mesmas semelhanças, apesar das particularidades do planalto. Embora o acesso a terra no planalto tenha ocorrido de forma importante pela posse, é possível se verificar no interior das relações sociais e produtivas mecanismos tipicamente feudais, especialmente na relação entre posseiros e fazendeiros com seus subordinados (PELUSO JR, 1991; WAIBEL, 1979). Além disto, o sistema sesmeiro era uma clara evidência de uma marcante estrutura feudal, também presente na gênese da formação socioespacial planaltina, assegurando a terra apenas para usufruto¹, característico no modo de produção feudal.

5ª lei: Como formação periférica que é, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco.

¹ Sistema que vigorou até a Lei de Terras de 1850, que trazia consigo indicativos do fortalecimento das incipientes relações capitalistas no Brasil.

Outro indicativo de um predomínio feudal nas relações econômicas deste período, meados do século XVIII e início do XIX, está na própria forma com que o mercantilismo¹ é realizado, inicialmente entre litoral e planalto. Dentre os variados negócios que se estabeleciam, especialmente a partir dos primórdios do tropeirismo, muitos se utilizavam do escambo como principal atividade mercantil (VIEIRA, 2011). O comércio de trocas não era apenas comum entre as diferentes regiões como no interior das próprias relações produtivas que se efetivavam nos primeiros séculos da colonização em Santa Catarina (SIMAS, 2010). Afinal, nem todos lidavam diretamente com dinheiro, sendo as mercadorias valorizadas por seu valor de uso e de troca (PEREIRA, 1998).

Além disto, no caso catarinense é de fundamental importância combater a invisibilidade que se faz ao indígena e ao negro (LAVINA, 1999). A reafirmação da importância destas culturas no arranjo socioespacial catarinense, reforça ainda mais a teoria de Rangel acerca da coexistência de distintos modos de produção no Brasil em geral. No que se refere aos indígenas, não há como desconsiderar sua relevância nas primeiras explorações do litoral catarinense, bem como suas contribuições culturais à própria adaptação açoriana² (SANTOS, 2004). Logo, é possível identificar no interior das relações sociais dos três principais grupos indígenas do estado catarinense – carijós (no litoral), xoklengs (nos vales litorâneos) e kaingang (planalto e serra) – traços dos modos de produção comunal, mais antigo que o sistema feudal, evidenciando nestas configurações o conteúdo não feudal que Rangel atribui à estruturação do polo interno da dualidade brasileira.

Sobre a contribuição negra em Santa Catarina, podemos considerar que é mais ampla e importante do que propõe a simplista ideia do “estado branco”, ou do “embranquecimento” de Santa Catarina. Registros apontam para uma população que chegava a 25% do total, em Desterro, durante boa parte do século XIX. Diversas são as ruínas que remontam os tempos de efetiva escravidão no litoral catarinense, especialmente em regiões que a economia baleeira tinha destaque, como pode ser verificado em Ganchos, atual município de Governador Celso Ramos (SILVA, 1992). Além disto, a atividade escrava também era mantida em alguns dos diversos engenhos do litoral catarinense (BASTOS, 2013), repercutindo sobre o tamanho e cultura

¹ Cabe se ressaltar que o mercantilismo não é uma exclusividade capitalista, sendo as práticas mercantis milenares por todo mundo. Obviamente que no capitalismo mercantil o comércio adquire particularidades, distinguindo-se profundamente das atividades mercantis de outros modos de produção (PEREIRA, 1998).

² Basta lembrarmos que o cultivo de mandioca no Brasil, que consistiu numa importante economia interna naquela época, foi possível a partir do conhecimento indígena, já que nosso território possui características físicas diferenciadas das européias (LAVINA, 1999).

da população local, em contraponto à falsa ideia de um “estado branco” (LAVINA, 1999; LEITE, 1996).

Estes apontamentos e verificações no estado reforçam a abrangência da teoria rangeliana para uma escala nacional, contemplando mesmo as particularidades regionais. O crescimento econômico da segunda metade do século XVIII, tanto no litoral quanto no planalto, tinham ampla relação com o contexto econômico nacional e mesmo internacional. Bem atento aos longos ciclos da economia mundial (kondratieff's)¹, Rangel identifica fortes razões para este crescimento, típico da fase A do primeiro kondratieff. Tais configurações contribuíram para que o formato da primeira dualidade brasileira se estabelecesse. Na fase B do primeiro kondratieff o arquétipo da primeira dualidade se efetiva com maior clareza no país, a partir da abertura de portos em 1808, com uma efetiva estrutura mercantil que substitui a antiga Companhia das Índias Ocidentais (RANGEL, 1981). Não obstante, a independência do país em 1822 passa a consagrar o edifício da primeira dualidade brasileira.

Na primeira dualidade brasileira, que vai da fase B do primeiro kondratieff à fase A do segundo kondratieff, o pólo interno da dualidade brasileira passa a ser formado por uma classe (elite) coalizada, praticamente híbrida. Este pólo, neste momento, é compreendido como uma espécie de feudo-vila, em que a classe coalizada predominante é entendida como sendo formada por vassallos-senhores de escravos. Em suas relações externas (lado externo) praticam a vassalagem junto à Coroa, numa típica relação feudal. No entanto, no interior de suas relações (lado interno), como Rangel chama “da porteira para dentro”, são senhores de escravos². Logo, o pólo interno da primeira dualidade brasileira se configura com um lado externo feudal e um interno escravista. Enquanto isto se instaura no polo externo o capitalismo mercantil no lado interno e capitalismo industrial no lado externo, conforme a estrutura a seguir (RANGEL, 1981, p.19):

¹ A análise de Kondratieff se dá em função do tempo que se tem para que o país produza mudanças institucionais e ajustamentos à conjuntura de sua economia e sociedade. Os ciclos são divididos em períodos próximos chamados de fase A e fase B. Na fase A do ciclo longo há uma atração promovida pelo centro econômico, favorecendo os excedentes exportáveis. Na fase B há uma retração da periferia econômica, repelida pelo centro dinâmico, abre-se a oportunidade para a substituição de importações. No caso brasileiro, as fases B's dos kondratieffs são marcadas por um elevado dinamismo, estando distante de ser considerada uma economia passiva.

² Esta análise refere-se às elites, já que nem todos os produtores, especialmente do Brasil meridional, tinham tamanha diferenciação social, a ponto de serem poderosos senhores de numerosos escravos. Entretanto, não há como negar que as elites apropriavam-se do trabalho escravo, especialmente aqueles que lidavam com economias altamente rentáveis como a economia baleeira, ou donos de engenhos consideravelmente diferenciados socialmente (SILVA, 1992).

<i>Pólo interno</i>	{	<i>lado interno: o escravismo</i>
		<i>lado externo: o feudalismo</i>
<i>Pólo externo</i>	{	<i>lado interno: o capitalismo mercantil</i>
		<i>lado externo: o capitalismo industrial</i>

Cabe ressaltar que a formação dual brasileira responde ao crescimento de suas forças produtivas. Logo, o arranjo social que se instaura, entre as diversas classes, passa a configurar duas elites específicas, uma econômica e outra política, que Rangel denomina, respectivamente, de sócio menor e sócio maior. Isto se dá neste primeiro momento em função da classe de vassalosenhores de escravos sofrer dissidência, criando duas facções, uma mais progressista e outra mais conservadora¹. Na origem das transformações não há como se desconsiderar os impulsos do centro dinâmico e o comportamento típico da dualidade brasileira, num momento de transição. Estas configurações seriam cruciais para que na fase B do segundo grande ciclo econômico fosse instaurada a segunda dualidade brasileira.

4. A Segunda Dualidade Brasileira e suas configurações em Santa Catarina

Importantes processos como a Abertura de Portos (1808), a efetivação do Reino no Brasil e a Independência do país, seriam marcos fundamentais na fase B do primeiro grande ciclo. Estas configurações também seriam de importante repercussão sobre as novas conjunturas que trariam à origem a segunda dualidade brasileira.

A começar, podemos destacar o processo de dissidência da classe dos vassalosenhores de escravos. Como resultado desta dissidência temos, ainda formando o arquétipo da primeira dualidade, os barões-senhores de escravos como sócio maior, e os incipientes comerciantes formando o sócio menor. Interessante nesta análise é que estes comerciantes, desta conjuntura social, são predominantemente estrangeiros advindos das muitas imigrações que tiveram o Brasil como origem, ao longo do século XIX.

Estes comerciantes eram inicialmente inexperientes politicamente, mas cresciam economicamente. Em geral, trabalhavam com importações e exportações, tendo uma estreita ligação com a estrutura estabelecida no lado externo do polo interno. Ou seja, seu viés progressista apontava para uma

¹ Na análise de Rangel é possível desvendar nessa dissidência duas configurações específicas nas novas classes. Uma é mais progressista e outra mais conservadora. A progressista é incipiente e ainda inexperiente politicamente. A representante do formato mais antigo é mais forte, porém se enfraquece com o fortalecimento da mais nova. As fases B's dos Kondratieffs, marcadas por relativas crises, reforça essa dissidência, criando oportunidades para suplantação (RANGEL, 1981)

exitosa ascensão social. Além disto, a forma escravista tradicional no país entra em contradições internas, em função do crescimento das forças produtivas viabilizadas. Dentre as explicações para a transição do escravismo para o feudalismo, Rangel (1981, p.21-22) ressalta:

a) o aparecimento, no seio da classe dos escravos e, ao seu lado, de uma ponderável massa de trabalhadores incapazes de produzir a própria vida, senão pelo tamanho de uma pequena porção de terra — isto é, que no seio da população escrava se tenha formado certa massa de escravos filhos e netos de escravos, sem experiência, portanto, da vida nômade que seus pais e avós levavam antes de serem escravizados;

b) a apropriação, pela classe dos feudais, de toda a terra acessível, habitável e agricultável, não restando terras livres onde aqueles trabalhadores reduzidos à condição de agricultores sedentários se pudessem instalar — isto é, a supressão do regime pelo qual a Coroa, no intuito de habilitar-se a negociar

novas vassalagens, reduzia ao mínimo as terras doadas aos fazendeiros, o que implicava em deixar, ao lado das terras já apropriadas por estes, muitas terras 'devolutas', isto é, livres ou sem dono.

Ademais, as configurações expansivas da economia na fase A do segundo ciclo de Kondratieff, contribuíram para que escravos e “libertos”, além de trabalhadores livres e semi-livres, viessem a se tornar efetivos servos de gleba, ou colonos e agregados (RANGEL, 1981, p.22). Corroborando este processo temos importantes marcos como a repressão do tráfico negreiro, bem como a própria lei de terras, instaurada também em função da grande quantidade de escravos libertos. Desta forma, dentre outras nuances, o polo interno (mais velho) muda, estando o lado escravista voltado a transformar-se em feudal. Em Santa Catarina a atividade escrava diminui consideravelmente com a decadência da economia baleeira, no entanto, grande parcela de população negra se mantém, demonstrando uma gradativa transição no modo de produção, sem a perda dos resquícios de um modo de produção mais antigo (LEITE, 1996).

Em consonância a este processo de transformação as fazendas que outrora eram “da porteira para dentro” escravistas e da “porteira para fora” feudais, transformam-se de maneira que o escravismo perde espaço para o feudalismo, bem como o feudalismo para o capitalismo mercantil. Assim, a “fazenda” torna-se internamente feudal e externamente uma empresa comercial, ou seja, os antigos vassalos-senhores de escravos tendem a converter-se em barões-comerciantes (conhecidos posteriormente como latifundiários republicanos). Logo, a segunda dualidade brasileira “desenha-se” da seguinte forma:

<i>Pólo interno</i>	{	<i>lado interno: feudalismo</i>
		<i>lado externo: capitalismo mercantil</i>
<i>Pólo externo</i>	{	<i>lado interno: capitalismo mercantil</i>
		<i>lado externo: capitalismo industrial (do centro dinâmico)</i>

A ausência desta transição pode explicar o fracasso financeiro de diversas famílias no litoral e planalto catarinense. Em contrapartida, os imigrantes dos vales litorâneos do século XIX, que já tinham a experiência de um contexto capitalista em sua origem europeia, logo formaram as bases para uma forte classe comerciante nos vales, suplantando em diversos setores produtivos a concorrência da pequena produção mercantil de base açoriana do litoral catarinense, em vias de estagnação e decadência (SIMAS, 2010).

Na segunda dualidade brasileira esta classe comerciante rapidamente transforma-se no que Rangel chama de sócio maior, também pelo fato desta burguesia comerciante ser a representante do polo externo. Exemplos típicos em Santa Catarina podem ser verificados nas famílias germânicas do centro norte e italianas do sul. Estas se tornaram fortes comerciantes que deram origem a importantes grupos industriais e comerciais de destaque regional e mesmo nacional¹. Muitas destas famílias formaram fortes oligarquias políticas no estado, configurando o que preconiza o papel do sócio maior, de ascensão política (BASTOS, 2006).

Nesta dualidade, as elites coexistem dialeticamente de modo que a burguesia comerciante (sócio maior) passa a ser confrontada pelo então sócio menor, formado pelos fazendeiros latifundiários feudais/comerciantes, em razão da “interiorização do aparelho de intermediação mercantil” (RANGEL, 1981, p.23). O que os torna mais progressistas quando comparados ao sócio maior é o fato destes terem adquirido oportunidade de efetivar sua dinâmica em razão das ambições políticas do sócio maior. Embora fosse o sócio maior mais maduro politicamente, e também pelo fato de representar a burguesia industrial do polo externo, o sócio menor obtinha importante oportunidade de amadurecer incitando uma formação de classe mais madura, decorrente do “progressivo esvaziamento das relações de suserania-vassalagem” (RANGEL, 1981, p.23).

¹ Todavia, há de se ressaltar que as peculiaridades históricas e socioespaciais de Santa Catarina compõem o arranjo que culmina no sucesso empreendedor dos imigrantes diferenciados socialmente, dos vales litorâneos catarinenses. Não há como se resumir as complexas configurações que se efetivam em apenas um ou dois aspectos. Entretanto, em consonância à teoria de Rangel, há íntima similaridade entre os fatos históricos de Santa Catarina e a teoria rangeliana da dualidade.

Passamos, portanto, a entender melhor os típicos incentivos da conjuntura socioeconômica à pequena produção (fabril e manufatureira) desta fase (a partir da segunda metade do século XIX), originando, por exemplo, pequenas produções de mercadorias (fabriquetas), pois estas medidas se coadunam à expansão mercantil e ao dinamismo desta formação social. Logo, expandia-se o mercado em razão de haver uma importante produção de mercadorias, não voltada ao auto-consumo, produção natural ou de subsistência, mas sim ao crescente mercado de um capitalismo mercantil. Reforçando esta proposta mercantil identificamos, no campo político, o instaurar da República no país, servindo especialmente aos interesses do sócio maior desta dualidade.

Entretanto, a conjuntura socioeconômica deflagrada ao longo da fase B do terceiro kondratieff traria, de acordo com o dinamismo do caso brasileiro nas fases recessivas, configurações importantes para o surgimento da terceira dualidade. Podemos considerar a efetivação da Segunda República, bem como a primeira Grande Guerra e sua decorrente crise comercial pelo mundo, reforçando os incidentes recessivos da fase B do terceiro kondratieff, consistindo num novo movimento dialético, inaugurador da terceira dualidade brasileira.

5. A Terceira Dualidade Brasileira e seus reflexos em Santa Catarina

A Terceira Dualidade Brasileira surge no desenrolar de processos marcadamente importantes a nível nacional, e mesmo internacional. Processos como a Grande Depressão econômica do período entre-guerras, a Segunda República e, posteriormente também a Segunda Grande Guerra estavam no contexto do instaurar da terceira dualidade brasileira.

Nesta dualidade, como preconiza Rangel (1981) nas leis que orientam as transições entre as dualidades, o pólo interno se mantém, sendo que as mudanças se efetivam de forma mais emblemática no pólo externo. Não há dúvidas que estas mudanças no pólo externo teriam influência direta sobre as novas configurações socioeconômicas brasileiras. Daí a importância delas.

Em Santa Catarina os processos de transformação se engendram às lógicas nacionais, somadas às particularidades regionais. Neste momento, por exemplo, temos em evidência um processo de colonização importante na própria formação do oeste catarinense, das primeiras décadas do século XX, surgindo numa lógica socioeconômica distinta das demais formações socioespaciais do estado (MARCHESAN, 2003). Isto passa a se dar de forma conectada aos processos transformadores da escala global, do centro dinâmico, aqui identificado por pólo externo.

Assim, as mudanças no pólo externo ocorrem em ambos os lados, significando substancialmente o aprofundamento das relações capitalistas no mundo. No pólo externo, o lado interno, outrora marcado pelo capitalismo

mercantil, abre espaço ao capitalismo industrial, mais difundido e articulado. Em seu lado externo, instaura-se uma nova modalidade do capitalismo, mais complexa e poderosa, denominada por capitalismo financeiro. Nada mais seria que a fusão do capital industrial ao capital bancário (RANGEL, 1981), que rapidamente ampliaria consideravelmente o poder e influência das corporações industriais/financeiras sobre economia global.

No que se refere ao oeste catarinense, passamos a entender que este tem sua gênese na própria lógica capitalista, conforme aprofundamentos da estrutura típica da segunda e terceira dualidade. O próprio processo de aquisição de terras, que marca a gênese de muitas colônias no oeste¹ catarinense, se dá a partir de práticas marcadamente capitalistas, em total distinção das formas de colonização presentes no litoral, vales litorâneos e planalto, mais antigas e típicas de outras dualidades (AURAS, 1984; VIEIRA, 2011).

Já no cenário mundial, o centro dinâmico passava por momentos de transformações decorrentes de um processo dialético entre as diferentes modalidades do capitalismo. Inicialmente a força do capitalismo industrial era prevalente sobre o bancário. Entretanto, esta relação conflituosa logo se reverteria, explicando boa parte do surgimento de grandes corporações pelo mundo. Isto ocorre porque o “aparelho bancário de intermediação financeira tende a emergir como dominante” (RANGEL, 1981), em consonância a crescente transformação do capitalismo industrial em financeiro, efetivada especialmente pelo surgimento das multinacionais.

Por sua vez, o Brasil apresentara uma estrutura social nesta dualidade atrasada com relação às efervescentes mudanças no centro dinâmico. Nesta terceira dualidade, o sócio maior era representado por fazendeiros-comerciantes, já com grandes articulações políticas, enquanto o sócio menor era representado por uma crescente burguesia industrial, representante do pólo externo. Assim, o desenho básico da terceira dualidade brasileira atenderia a seguinte estrutura:

<i>Pólo interno</i>	}	<i>lado interno: feudalismo</i>
		<i>lado externo: capitalismo mercantil</i>
<i>Pólo externo</i>	}	<i>lado interno: capitalismo industrial</i>
		<i>lado externo: capitalismo financeiro</i>

Em Santa Catarina estes representantes do pólo externo teriam maior destaque nos vales litorâneos e oeste catarinense, em virtude das adequações ao cenário capitalista. De fato, o arranjo histórico em muito se relaciona com o

¹ Dentre elas podemos citar a de Xapecó, que seria base para o que o atualmente conhecemos como município de Chapecó/SC (MARCHESAN, 2003).

sucesso ou fracasso de determinados grupos, entretanto, estas regiões específicas do estado tiveram componentes minimamente necessários para as iniciativas industriais no estado, adequando-se posteriormente ao mercado financeiro.

Como consequências dos processos decorrentes da estrutura verificada por Rangel, identificada como terceira dualidade, passamos a verificar em Santa Catarina e no Brasil, de forma geral, algumas configurações peculiares na história socioeconômica brasileira. Podemos citar como exemplos a industrialização setorialmente escalonada, bem como um amplo dinamismo no processo de industrialização¹, fazendo com que a substituição industrial de importações não se interrompesse com a passagem para a fase do quarto kondratieff, por exemplo.

Notadamente, esta fase marca a gênese e formação do parque industrial brasileiro, bem como dos embriões do capitalismo industrial e financeiro no país. A posterior modernização do campo reforça ainda mais a expansão e aprofundamento destas relações capitalistas, visivelmente presentes por todo estado catarinense. As configurações da quarta dualidade brasileira decorreriam das tendências expressas no pólo externo, durante a terceira dualidade.

6. A Quarta Dualidade e o arranjo socioespacial catarinense.

Concluindo o fenômeno das dualidades, Rangel propõe a Quarta Dualidade como momento que marca a integração dos sistemas econômicos, numa vertente essencialmente capitalista. Segundo o próprio Rangel, esta dualidade está no futuro, mas é tão atual como se já tivesse acontecido.

Como componentes desta dualidade verificamos alguns processos como: as crises no comércio exterior, em função do endividamento externo; a necessidade de um vigoroso esforço de substituição de importações a ser instrumentalizado, orientado para o “Departamento I da economia”; a necessidade de mudanças institucionais plausíveis relacionadas aos aparelhos de intermediação financeira, bem como ao direito que rege os serviços de utilidade pública. Estas seriam apenas algumas das importantes demandas que orientariam as transformações ocorrentes a partir da fase B do 4º kondratieff, instaurando a quarta dualidade.

Outros processos marcantes neste fenômeno relacionam-se à necessidade da reforma agrária² e a relação do desenvolvimento técnico das

¹ Além deste processo, destaca-se também a efetivação de ciclos médios de Juglar, a partir da atividade industrial, de forma inerente a fase de construção do próprio capitalismo industrial.

² Cabe ressaltar que Rangel tinha uma percepção específica de como deveria ocorrer a dita reforma agrária, não se vinculando necessariamente ao que o senso comum entende

forças produtivas na agropecuária com o desemprego. Este ponto específico em Santa Catarina se assemelha em parte com o que ocorre no país, especialmente em áreas que as atividades do setor primário da economia sobressaltam sobre as demais. Focamos novamente no oeste catarinense em que grandes grupos industriais surgem no bojo da própria modernização do campo, que no caso catarinense foi preconizada pelo estado (MARCHESAN, 2003).

Todavia, no caso catarinense o capitalismo industrial passa a ter destaque em regiões em que o capitalismo estava mais aprofundado em suas relações de transformação. Isto demonstra a heterogeneidade do desenvolvimento industrial catarinense entre as distintas regiões. Os vales litorâneos e oeste catarinense passam a ter, na segunda metade do século XX, maior destaque nas atividades industriais, enquanto o planalto, por exemplo, tem iniciativas industriais mais modestas¹, também em função das características socioeconômicas manifestas em sua história (VIEIRA, 2011).

Outro importante ponto levantado por Rangel relaciona-se diretamente com o êxodo e sua relação com o preço “proibitivo da terra”, tanto no rural, quanto no urbano. Em Santa Catarina este processo tem relação direta com a própria modernização da agricultura e com processos de concentração fundiária. De forma mais importante isto ocorreu no planalto catarinense (VIEIRA, 2011), onde consistem os maiores latifúndios² do estado. Não por acaso, boa parte das populações que formam as regiões periféricas e suburbanas no litoral catarinense, especialmente no entorno de Florianópolis, é composta por pessoas de origem serrana³, oriundas de municípios como Lages, São Joaquim, Urubici, Campos Novos, entre outros.

Este êxodo, apontado por Rangel, consiste basicamente como resultante dos processos de aprofundamento do capitalismo. Afinal, como afirma Marx (1984), “*a expropriação da massa do povo, que fica assim sem terra, forma a base do modo capitalista de produção*”. Se por um lado o valor

pela mesma. Rangel traz detalhes de sua proposta nas obras de 1981 e 1957 (consta nas referências bibliográficas).

¹ Com exceção, neste caso, da economia da madeira, especialmente relacionada à celulose.

² Há de se considerar que a estrutura da pequena propriedade se configura como predominante no estado, entretanto, o modelo latifundiário brasileiro se verifica em algumas regiões do estado, como no planalto, por exemplo. Por certo, há total desproporção entre o latifúndio catarinense e o que impera no país, especialmente no que se refere ao tamanho das propriedades. No entanto, não há como se desconsiderar as semelhanças, trazendo, num olhar comparativo, praticamente o entendimento do latifúndio catarinense como uma representação do latifúndio brasileiro.

³ Muitos destes são de origem indígena, outrora possuindo nas propriedades que trabalhavam, num passado não tão distante, relações praticamente feudais com os proprietários de terras.

proibitivo da terra obriga os menos favorecidos a migrarem, ocupando os espaços mais sub-valorizados e menos desejados, por outro, o preço da terra converte-se num fenômeno financeiro, orientado pela especulação imobiliária. Isto passa a reforçar ainda mais o abismo da desigualdade social e suas sérias implicações. Rangel já chamara a atenção para questões importantes e contemporâneas, ocorrentes no estado de Santa Catarina, como o desemprego urbano e a criminalidade, por exemplo.

Apesar destes arranjos socioeconômicos, Rangel ainda prediz para a quarta dualidade uma dissidência do velho latifúndio feudal. Isto levaria os proprietários capitalistas a se desfazerem de suas terras excedentes, levando as mesmas a quedas no preço, tornando-as acessíveis a pequenos adquirentes. Estas configurações ainda não se concretizaram em sua plenitude em Santa Catarina, no entanto, diante do movimento dialético constante, também presente nos processos ocorridos em outras dualidades, isto pode destruir o monopólio latifundiário da terra, sem o qual nenhum feudalismo será possível.

Por sua vez o arquétipo da Quarta Dualidade passa a configurar as seguintes características básicas:

<i>Pólo interno</i>	{	<i>lado interno: semi-salariato (bóias-frias, etc.)</i>
	{	<i>lado externo: semicapitalismo rural</i>
<i>Pólo externo</i>	{	<i>lado interno: capitalismo industrial</i>
	{	<i>lado externo: capitalismo financeiro (centro dinâmico mundial)</i>

No campo das elites que se instauram nesta dualidade Rangel considera que o sócio menor da dualidade anterior torna-se nesta dualidade o sócio maior, configurado neste momento como a burguesia industrial, sendo representante do pólo externo. Já como sócio menor, uma nova burguesia rural passa a se configurar, resultante dos processos dialéticos ocorridos na dualidade anterior e na atual.

Logo, as configurações de cada dualidade brasileira “somatizam” processos que explicam, em parte, as disparidades socioeconômicas regionais ocorrentes no estado de Santa Catarina. Como consequência da efetivação da quarta dualidade, a economia e sociedade tendem à homogeneização, prenunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade.

7. Considerações Finais

O fenômeno das dualidades brasileiras, delineado por Ignácio Rangel, explica com maestria o processo de formação econômica brasileira, bem como enriquece o estudo das diversas formações sociais que se dão pelo território

nacional. Afinal, o que diferencia a análise rangeliana de outras tantas do campo econômico é sua coerência e poder abrangente ao considerar não apenas processos econômicos do país, mas a história como um todo.

Embasado nos grandes ciclos econômicos de Kondratieff, Rangel soube decifrar o comportamento e o dinamismo brasileiro nas diferentes fases dos diferentes ciclos ao longo da história econômica dos últimos séculos. Logo, sua análise é pertinente e enriquecedora no estudo das diversas realidades regionais brasileiras, inclusive a catarinense.

Ao longo da gênese e formação das distintas regiões catarinenses pode-se perceber claramente uma íntima relação com os processos socioeconômicos efetivados a nível nacional, por meio de um processo histórico reconhecido por Rangel como dualidades brasileiras. Esta constatação explica, inclusive, as disparidades regionais catarinenses efetivadas em diferentes tempos e espaços, resultantes das diferentes intensidades pelas quais se deu o processo de inserção e aprofundamento do capitalismo no estado.

Logo, a teoria rangeliana bem aponta o equívoco constante na ideia de um país capitalista em sua gênese. Ao identificar os diferentes momentos da história do país, as relações pré-capitalistas ficam claras em diversas áreas, desde o convívio social até a regulamentação jurídica. No contexto destas lógicas, os lugares e regiões se formam para os diferentes propósitos, não distanciados dos interesses nacionais, efetivados na Colônia, no Império e na República.

Entendendo-se o contexto em que a gênese e formação socioespacial passa a se dar nos diferentes lugares, é possível se estabelecer uma análise mais ampla e coerente acerca da realidade. Desta forma, Rangel traz em sua teoria demonstrativos que se coadunam à própria história do estado de Santa Catarina, componente do objeto de estudo do próprio Rangel: o caso brasileiro.

Assim, passamos a entender que o estudo das distintas formações socioespaciais catarinenses possuem bases sólidas nas teorias de Rangel, pois o mesmo, numa interpretação da história nacional, identifica fatos marcantes de implicações sobre todo o país. Cada uma das quatro específicas formações socioespaciais catarinenses encontram, nos diferentes momentos da história, as bases de sua formação, implicando diretamente sobre suas sociedades e sobre a forma com que as mesmas ocupam seus espaços.

As peculiaridades regionais reafirmam as disparidades regionais presentes em Santa Catarina, identificadas nos diferentes contextos históricos de sua formação. Desta forma, é possível entender como as regiões se comportam diante das conjunturas formadoras das dualidades brasileiras. Não há como entender o estado como homogêneo, sendo o mesmo fruto de diversos arranjos socioespaciais.

Neste sentido, a atualidade da proposta rangeliana acaba por adentrar, como importante ferramenta na análise da dinâmica socioespacial a médio e longo prazo, o campo das propostas da gestão territorial como um todo, abarcando economia e sociedade diante dos meandros do capitalismo. Muitas das previsões de Rangel para a quarta dualidade tem se efetivado pelo estado no campo político, econômico e social, trazendo à luz do cenário atual a necessidade de contemplarmos com mais afinco seus ideais.

A proposta do estudo das dualidades brasileiras não consiste apenas num *tour* pelo passado, ou pela história, mas especialmente no identificar e analisar, a partir da história, as configurações e tendências do capitalismo nos arranjos socioeconômicos atuais. A contemporaneidade da teoria rangeliana é efetiva no caso catarinense, demonstrando que ao utilizarmos a proposta de Rangel, como mais uma ferramenta metodológica, é possível gerarmos soluções mais condizentes às nossas realidades socioespaciais.

Referências Bibliográficas

ABREU, Yolanda Vieira de; SILVA, Helke Fernandes Raposo. **Ignácio Rangel e os Ciclos de Kondratieff**. Palmas, 2009.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla**. Editora da UFSC/Cortez Editora, Florianópolis, 1984.

BASTOS, Ana Carla. **Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição**. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. (Org.). *História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Editora UFSC. Florianópolis, 2013.

BASTOS, José Messias. **Bases teóricas para o estudo do comércio no Sul do Brasil**. 2006.

(Disponível em:

http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/bastos_02.pdf)

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina*. FCC Edições / Editora da UFSC. Florianópolis, 1991.

CHOLLEY, André. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.

GUIMARÃES, César. **A dualidade brasileira de Ignácio Rangel**. Revista de Economia Política. Volume 14, nº 4 (56), outubro-dezembro, 1994.

LAVINA, Rodrigo. **Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis**. IN: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina - Estudos Contemporâneos*. Letras Contemporâneas. Florianópolis, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. **Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação**. IN: Negros do Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade. Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1996.

MAMIGONIAN, Armem; REGO, José Márcio. (orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998, p.13-38.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no Município de Concórdia (SC)**. Editora Unijuí. Ijuí, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, volume II. São Paulo: Difel, 1984.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Editora da UFSC, 1991

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **A gênese da formação social brasileira**. IN: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo. **O mundo que o português criou**. CNPQ, 1998.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

RANGEL, Ignácio. **A História da Dualidade Brasileira**. Revista de Economia Política, Volume 1, nº4, outubro-dezembro, 1981.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. In: *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 5ª Edição. Editora da UFSC, Florianópolis, 2004.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos / SC: Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira**. FCC Edições / Editora da UFSC. Florianópolis, 1992.

SIMAS, Daniel. **Transformações no rural do município de São José-SC: uma construção histórica**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia). Orientação: Profº Dr Nazareno José de Campos. Departamento de Geociências. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Notas sobre a gênese das formações socio-espaciais do planalto catarinense**. IN: SANTA CATARINA: Estudos de Geografia Econômica e Social. GCN/CFH/UFSC - Série Livros Geográficos IV, 2011.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1979.

A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL: NOTAS COMPARATIVAS ENTRE MASSACHUSETTS (EUA) E SANTA CATARINA (BR)¹

Isa de Oliveira Rocha²

Maria Graciana Espellet de Deus Vieira³

Gabriela Miqueloto Schimitz⁴

Resumo:

Este trabalho, resultado parcial do projeto de pesquisa em andamento na UDESC intitulado *Formação Sócio-Espacial, Industrialização e Exportações: Santa Catarina (BR) e Massachusetts (EUA) – semelhanças e diferenças*, visa comparar aspectos dos processos de desenvolvimento do capitalismo nestes dois estados. Pertencentes a formações nacionais distintas e situados em latitudes médias nos hemisférios opostos do continente americano, Massachusetts e Santa Catarina têm como característica comum uma colonização que deu origem a uma diversificada pequena produção mercantil.

Palavras-chave: Massachusetts (EUA), Santa Catarina (BR), pequena produção mercantil.

Introdução

O presente artigo aborda aspectos comparativos, nacionais e regionais, pertinentes aos complexos processos de conquista e desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos da América. A perspectiva teórica utilizada para este estudo de geografia econômica e regional apoia-se em dois paradigmas, o de formação sócio-espacial (M. Santos) e o de combinações geográficas (A. Cholley). A tese que relaciona a gênese da industrialização brasileira/meridional, no caso a catarinense, com a presença de diversificada pequena produção mercantil (A. Mamigonian) tem caráter central na comparação com a formação norte-americana de Massachusetts, remetendo à “via clássica” de desenvolvimento do capitalismo, também

¹ Projeto de Pesquisa em andamento (Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LABPLAN)

² Professora, isa.rocha@udesc.br

³ Professora, gracianaedv@gmail.com

⁴ Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/UDESC. Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

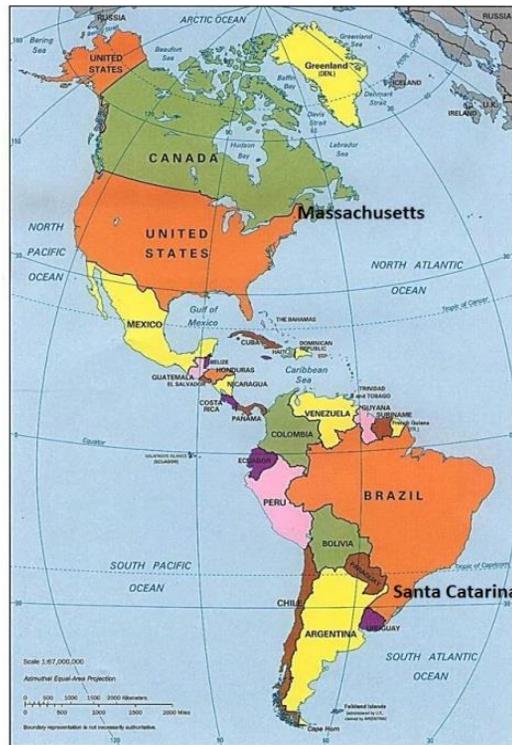
denominada “via dos produtores” (K. Marx) ou “norte-americana” (V. I. Lenin).

O tema é relevante pelo seu caráter geoeconômico e social e se sustenta na necessidade de se ter um panorama mais abrangente a respeito dessas duas regiões – pertencentes ao mesmo continente e envolvendo distintos países – que, em sua origem, mesmo que de forma não-coetânea, apresentam formações com semelhanças, em virtude da presença da pequena produção mercantil em Santa Catarina (Sul/Brasil) e Massachusetts (NE/EUA).

É fundamental neste estudo comparativo, termos presentes as questões naturais e humanas que, a partir do processo de conquista da América pelos europeus, resultaram em semelhanças e diferenças entre as futuras formações nacionais. Dentro desta perspectiva, devemos ter presente que o continente americano, que se estende de polo a polo, abrangendo uma variedade de climas e de povos, exige uma visão que considere estas características no processo de estruturação e desenvolvimento de suas atividades e modos de produção (RANGEL, 1993).

Os Estados Unidos da América localizam-se, majoritariamente, em uma faixa climática de latitude média, enquanto o Brasil, em uma faixa de baixa latitude, o que em termos gerais significa uma diferença, que somada a outros fatores, como as diversidades dos processos socioeconômicos e políticos dos países conquistadores, será determinante na constituição das novas sociedades. No caso estadunidense originalmente se estruturam duas grandes regiões com modos de produção distintos. O Nordeste transita diretamente para o modo de produção e as relações de produção mais avançadas existentes na Europa: o capitalismo mercantil e a pequena produção de mercadorias (RANGEL, 1993). Já o Sul, com sua distinção climática, se estrutura como uma formação escravista. Quanto ao Brasil, de norte a sul passam a vigorar relações de produção escravistas e feudais. Somente a partir do século XVIII, e principalmente no XIX, que sua porção sul, de latitude média, passa a se distinguir pela inserção da pequena produção mercantil. (Figura 1)

Figura1: Estados Unidos da América/Massachusetts e Brasil/Santa Catarina



1. Formação Sócio-Espacial e Combinações Geográficas

O paradigma de formação sócio-espacial apresentado por Milton Santos implica na interpretação do espaço humano como um fato histórico, ou seja, como um processo que se desenrola no espaço e no tempo: “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (1977, p 81). A união da história global com a local pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial.

Para Santos (1977), a formação sócio-espacial refere-se à evolução de uma certa sociedade, em seu quadro próprio e com as demais forças externas de onde lhes provêm impulso econômico. A base de sua explicação é o modo de produção, como explica o fragmento a seguir:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 1977, p. 86)

Cada região tem seu desenvolvimento pautado pela combinação de elementos naturais e humanos responsáveis pelas formações da sociedade. Importa então também considerarmos a contribuição de A. Cholley (1964), que trata da real necessidade de se avaliar os múltiplos elementos que compõem as combinações geográficas, em suas especificidades e, principalmente, em suas relações, isto é, na convergência de elementos físicos, biológicos e humanos.

Decorrência dessas combinações são as singularidades temporais e locais, já que não existe coincidentemente no tempo e no espaço duas formações idênticas.

A própria estrutura das combinações geográficas nos impede de considerar isoladamente os fatores que as compõem, isto é, em si mesmos. Eles existem, somente, como elementos da combinação e é nas combinações de que fazem parte, que convém apreciá-los. Além de sua própria estrutura e de sua essência, que devemos conhecer, é a combinação, na qual se reúnem, que lhes dá seu verdadeiro sentido. Devemos, então, procurar estabelecer as relações que os encadeiam aos demais elementos da combinação e a função que lhes cabe no processo em que participa a combinação e no dinamismo que a anima. (CHOLLEY, 1964, p. 267)

A utilização do paradigma de formação sócio-espacial e o de combinação geográfica é uma forma de analisar holisticamente os processos que levam às diferenças e semelhanças entre Santa Catarina (Brasil) e Massachusetts (EUA). Esta perspectiva de análise que implica em uma abordagem geográfica, histórica e econômica, aproximando geografia e marxismo, é proposta originalmente, em inúmeros trabalhos¹, pelo geógrafo A. Mamigonian, que assim a sintetiza:

as condições econômicas se compõem de fatos físicos, biológicos e humanos de diferentes ordens, que se juntam num processo histórico e que se materializam no espaço [...] Coincidentemente o procedimento de trabalhar com combinações (A. Cholley) é o mesmo de trabalhar com múltiplas determinações (Marx). A explicação provável para

¹Dentre estes trabalhos destacamos, particularmente: *Gênese e Objeto da Geografia: Passado e Presente*; *Tendências Atuais da Geografia*; *A Geografia e 'A formação social como teoria e como método'* e *A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley*.

esta coincidência está na origem histórica da geografia moderna e do marxismo, ambos herdeiros da filosofia clássica alemã (Kant e Hegel)¹. (MAMIGONIAN, 2005, p. 7)

2. A América

Tendo presente os paradigmas de formação sócio-espacial e de combinação geográfica pretendemos desenvolver comparações regionais, nacionais e continentais pertinentes ao processo de conquista e desenvolvimento da América, o único continente da Terra que se “estende de polo à polo”, como nos lembra o economista marxista Ignacio Rangel, em sua conferência de abertura da XIII Semana de Geografia da UFSC (maio, 1992)².

A partir dessa constatação, Rangel passa a apontar o que ela significa – *de per se* – assim como relacionada ao continente europeu, em particular às formações nacionais conquistadoras, a partir de fins do século XV, deste nosso continente, considerado “novo” pelo seu desconhecimento forâneo.

Interessa lembrar, por mais paradoxal que pareça, que somos americanos e que apesar da diversidade que nos toca, todos, sem exceção, temos uma origem comum, a de periferia colonial. Para compreendermos o significado dos ritmos de desenvolvimento diferenciados, que resultaram em que uma única destas formações coloniais passe a se identificar como sendo o próprio continente, teremos que mergulhar no processo de conquista, tendo presente a nossa grandiosidade longitudinal, ou seja,

um continente que, mais do que qualquer outro, se estende de pólo à pólo desde os frígidos Ártico e Antártico, às zonas francamente tropicais, passando por variadas zonas subtropicais e subfrígidas.

Com efeito, a variedade de climas não pode ser indiferente ao surgimento de diferentes expressões das forças produtivas e das correspondentes relações de produção. (RANGEL, 1993, p 7)

4. A Conquista

A procura de mercados produtores leva os europeus ao encontro de terras praticamente desconhecidas pelo “velho mundo” do século XV. Importa para nós tentarmos decifrar as condições do contato com este “novo mundo”,

¹Acerca da especificidade da formação sócio-espacial alemã e sua influência na definição das origens comuns entre geografia e marxismo consultar Pereira (1989).

²Conferência publicada na Revista GeoSul, n. 15, 1993, sob o título *500 Anos de Desenvolvimento da América e do Brasil*.

realizado por intermédio do capital mercantil europeu. Pensamos que a especificidade deste encontro – "feroz e nada idílico" (RANGEL, 1981, p.6) – não foi simplesmente o de ter colocado frente a frente realidades diversas – fato que para os povos do continente europeu não era novidade – mas sim a magnitude das distâncias histórica e geográfica que se interpunham entre estes povos. Era não só necessário, para realizar o encontro entre estas sociedades, vencer geograficamente o oceano, como também vencer a distância histórica que ele separava (VIEIRA, 1992).

O que resulta deste processo de conquista vai ser fundamental para entendermos as diversidades americanas, assim como a sua unidade, em especial a da porção da América, que permanece como periférica, frente àquela que já em fins do século XIX, se apresenta com a truculência de uma nova potência imperialista, disputando com mais uma candidata – a Alemanha – a presença junto às “velhas” Inglaterra e França da, conforme Lenin, “partilha do mundo entre as grandes potências” (1947, p.98)¹.

Pela primeira vez, o mundo já está repartido, de forma que o que se pode fazer daí por diante são unicamente novas partilhas de maneira diferente, isto é, a transferência de território de um "senhor" a outro, e não a transferência de um território sem senhor a um "dono". (LENIN, 1947, p. 99)

Dentro deste processo – geográfico, histórico e econômico – tomemos a comparação Brasil e Estados Unidos da América.

4. Portugueses e Ingleses – Brasil e EUA

Como sabemos, as primeiras diferenças que se estabelecem no processo de conquista, dizem respeito, em termos naturais, à questão climática, e em termos humanos, aos conquistadores da porção norte (no

¹A partilha do mundo entre as grandes potências é o título do Capítulo VI, do livro *Imperialismo fase superior do capitalismo* (LENIN, 1947, p. 98-112).

Após a anexação do território do Alasca em 1867 e da conquista militar do Havaí em 1893, se completa a estruturação dos EUA com seus 50 estados, estes últimos de forma territorial descontínua à matriz. De 1898 a 1903 os Estados Unidos adentram outra etapa histórica de seu “Destino Manifesto”, atingindo, além do Havaí, também Cuba e Porto Rico no Caribe até Tutuila, no arquipélago de Samoa, e Guam, ao sul do Pacífico. Conquistam as Filipinas, sendo Samar um dos exemplos da violência militar, que passará a caracterizar a política externa estadunidense. Além disto, também neste período, “se assenhorearam do istmo do Panamá, onde abriram o canal”, ligando o Atlântico e o Pacífico (BANDEIRA, 2014, p. 51).

caso, os EUA), frente aos da sua porção sul (o Brasil). As populações autóctones esparsas existentes nos territórios conquistados por portugueses e ingleses se distinguiam daquelas já sedentarizadas e densificadas encontradas pelos espanhóis. No que se refere aos modos de produção que passarão a ser estruturados, esta é uma diferença a considerar.

O continente – habitado originalmente por grupos indígenas em graus diversos de desenvolvimento de seus comunismos primitivos – a partir de 1492 passa a sofrer a efetiva conquista das coroas ibéricas, o que se intensifica no século XVI, com a chegada dos portugueses no futuro Brasil. Aos ingleses, franceses e holandeses – que não foram contemplados pelos designios papais (1493), ou, pelo “testamento de Adão”, segundo Rangel, que dividia o mundo entre Portugal e Espanha – resta, nesta 1ª etapa, agirem como corsários, piratas e mercadores, protegidos por suas respectivas coroas.

Toda a terra era declarada propriedade do rei, isto é, ‘all land is king's land’. [...] Dirimia-se a questão de saber que príncipe cristão seria o senhor das novas terras, mas o direito, para o príncipe escolhido, de dispor das terras em processo de descobrimento estava, decidido ‘a priori’. (RANGEL, 1989, p. 209)

Os portugueses – precursores na navegação oceânica e já experientes no estabelecimento de feitorias – foram agraciados com porção de terras da América do Sul, situada em sua maior parte em baixas latitudes, ou seja, com clima, em grande medida, tropical, elemento distinto do mundo europeu temperado. Interessava explorar produtos, que por sua ausência e procura na Europa, atingissem lucros comerciais que compensassem o risco e a distância oceânica a ser percorrida. Inicialmente, com base no escambo com a população indígena, abarrotaram os seus navios de pau-brasil, do qual era aproveitada não somente a madeira, mas também o extrato para o corante vermelho, tão necessário, por exemplo, às ainda rudimentares manufaturas têxteis europeias. Mas já a partir da terceira década do século XVI, tem início a efetiva conquista do novo território da Coroa Portuguesa.

Para tanto, os portugueses se utilizaram dos conhecimentos e das experiências adquiridas em seu pioneirismo, expressão da aliança entre o feudalismo e o capitalismo mercantil da época.

Ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era uma dualidade: no seio de uma sociedade feudal, haviam-se desenvolvido fulcros de capitalismo. Era este, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento – o capitalismo mercantil – que imprimia ao sistema o prodigioso dinamismo, sua virtual ferocidade, tão bem retratados em Os Lusíadas mas era o feudalismo que entrava com a carapaça

externa, o enquadramento jurídico externo ao mesmo sistema, pelo lado através do qual ele entraria em contato com uma humanidade, não apenas em regime pré-capitalista, como pelo menos, no caso brasileiro, ainda pré-escravista. (RANGEL, 1981, p. 6)

Somente cerca de um século depois de iniciadas as conquistas portuguesas e espanholas do Continente, os ingleses e franceses disputaram, efetivamente, a conquista do restante da porção norte da América do Norte, essa situada em latitudes médias, ou seja, latitudes em grande parte semelhantes ao mundo europeu. No caso dos EUA temos que distinguir, de imediato, ou seja, já no século XVII, a diferença do processo colonial da porção norte frente à porção sul. No caso brasileiro, esta distinção, efetivamente só inicia, a partir do século XVIII, quando ocorre, pela 1ª vez, a inserção da pequena produção mercantil, sob égide da coroa portuguesa, nas suas terras meridionais, de média latitude. A ocupação açóricio-madeirense (1748-56), fruto da estratégia territorial portuguesa, marcou o início de uma nova estrutura social em solo brasileiro, em particular no litoral catarinense (MAMIGONIAN, 1998).

Importa lembrarmos que no século XVII a Inglaterra já está concluindo seu processo de transição do feudalismo para o capitalismo – iniciado em fins do século XV com a expropriação camponesa das terras comunais e da Igreja. Tal processo, denominado “via clássica” ou “via dos produtores”, tem como fundamental a diferenciação ocorrida entre os pequenos produtores mercantis, agrícolas e artesãos, gestando, a partir da mesma raiz, a burguesia e o proletariado (MARX, 1984). Isto implica em pensarmos que, ao contrário de Portugal e Espanha, que estruturam um império feudal, os ingleses passam a se firmar, como conquistadores premiados pela dinâmica interna de um novo modo de produção, o capitalista. Não se pode esquecer que a Revolução, que consagra o capitalismo inglês, é a Puritana, quando inclusive o rei será julgado e decapitado¹.

5. Brasil – Norte e Sul

No século XVII Portugal já havia estruturado o que seria a base produtiva do Brasil colonial. O Nordeste brasileiro tinha nas relações escravistas e feudais a garantia de sua produção canavieira. O açúcar, produto de alto valor na Europa temperada, promovia não somente o estabelecimento português em terras americanas, como o encontro de três continentes. Em áreas com reduzida demografia, ou seja, habitadas por populações nômades ou seminômades, ao conquistador só restavam duas alternativas como modos

¹ “A guerra pela Independência das 13 colônias, que constituíram os Estados Unidos, desdobrou na América a Revolução Inglesa de 1648” (BANDEIRA, 2014, p. 762).

de produzir: a escravidão ou a pequena produção, esta dependente para ser estruturada de excedentes relativos populacionais. No caso do Brasil, com localização em baixas latitudes, não se fez tardar a opção pela escravidão. As dificuldades de impor aos indígenas um trabalho agrícola compulsório, remete os portugueses ao tráfico de populações violentamente arrancadas do continente africano, já seu conhecido. No decorrer do processo colonial, a região Sul do Brasil, em sua maior parte situada em latitudes médias, tem sua efetiva ocupação mais tardiamente.

O predomínio do clima subtropical, presente nas latitudes médias do Sul do Brasil é, em grande parte, responsável pela ocupação tardia do território meridional, já que as áreas com estas características climáticas, no contexto de um universo colonial marcado pela tropicalidade, dificilmente poderiam oferecer uma produção que atendesse de imediato aos interesses comerciais da Coroa Portuguesa e justificasse as distâncias espaciais e temporais a serem percorridas. Esta diferenciação climática, associada ao quadro relativo à cobertura vegetal, no que se refere à distribuição das áreas de campo e de matas, representará um papel determinante na estrutura produtiva do Sul do Brasil (VIEIRA e PEREIRA, 2009).

No século XVIII passa a se fazer presente no Brasil meridional o que se constituirá na sua estrutura produtiva e social dominante: o feudalismo mercantil pecuarista das áreas de campo (RANGEL, 1989) com baixa densidade demográfica e a pequena produção mercantil, originalmente agrícola, pesqueira e artesanal, representada aqui pelos imigrantes açorianos no litoral florestal catarinense. E, comprovando o que afirma Rangel (1993), temos também presente a escravidão ameríndia e africana “um pouco por toda a parte”.

Na parte que tocou a Portugal – nosso futuro Brasil – tivemos, por muito tempo, em vastas áreas, a permanência do anecúmeno (especialmente na Amazônia), do comunismo primitivo ameríndio, um pouco por toda parte, no vasto "continente" luso; a escravidão ameríndia e africana, também um pouco por toda parte; e, nas regiões mais propícias a pronta exploração, especialmente no Nordeste semi-árido e nas constitutivas da atual região Sul, foram surgindo formas precoces de feudalismo. (RANGEL, 1993, p. 9 e 10)

No caso meridional, a escravidão se afirma com intensidade nas manufaturas, como as das armações baleeiras do litoral catarinense, posteriormente, como as das charqueadas do Rio Grande do Sul e as ervateiras do Paraná. A ocupação pequeno produtora se intensificará com a imigração europeia do século XIX, esta tendo um Brasil já independente.

Em Santa Catarina o povoamento açoriano de meados do século XVIII (assim como em Massachusetts, igualmente atuou nas armações de baleia espalhadas pelo litoral recortado) e a colonização teuto-italiano da primeira metade do século XIX – ambos com pequenas propriedades familiares – não originaram centros industriais significativos. Ressalva-se os casos como de Itajaí, localizado na foz do rio Itajaí-Açu, com a indústria pesqueira e de construção naval, e São João Batista no Vale do Tijucas, hoje com ativa indústria calçadista. Tais movimentos imigratórios se caracterizaram pela ampla distribuição espacial da pequena produção mercantil (artesanatos, profissionais especializados, pequeno comércio etc.), ao longo do litoral, mas principalmente adentrando o interior dos vales da vertente atlântica, dos rios Cubatão, Tubarão e Itajaí do Sul. Por sua vez, a terceira grande leva de colonização, na segunda metade do século XIX, distinguiu-se:

por um generalizado desenvolvimento industrial. Tal fato se justifica [entre outros motivos] pela possibilidade de a pequena produção mercantil substituir as importações de bens de consumo simples, pois o período depressivo da economia internacional (fase ‘b’ do segundo Ciclo longo, 1873 – 1896) coincidiu com certa maturidade de instalação desses núcleos e a consolidação de um mercado de consumo local e regional, a expansão do povoamento com as novas frentes coloniais se interiorizando. (ROCHA, 2004, p. 143)

Desta forma, o território catarinense, nas áreas de mata dos vales dos rios da vertente Atlântica e dos rios do Peixe, Chapecó, Irani etc. da vertente do interior, excluindo as áreas mais aplainadas de campo do planalto leste catarinense, ocupado originalmente com grandes propriedades pastoris que recebem (meados do século XX) indústrias papeleiras forâneas para explorar as vantagens locais, se caracterizaram pela maciça distribuição de núcleos de colonização com pequenas propriedades, que desenvolvem diversificada pequena produção mercantil, gerando a formação de dinâmicos centros industriais distribuídos regionalmente pelo estado, distinguindo-se a especialização metal-mecânica e elétrica no Nordeste Catarinense (cidades de Joinville, Jaraguá do Sul), têxtil no Vale do Itajaí (Blumenau, Brusque), moveleira no planalto Norte-Nordeste (São Bento do Sul, Rio Negrinho), cerâmica/plásticos no Sul (Criciúma, Tubarão) e agroindustrial no Oeste (Concórdia, Videira, Chapecó) (MAMIGONIAN, 1986).

Em síntese, o Brasil, de norte a sul, em virtude do processo colonial, resulta em uma estrutura sócioeconômica que combina modos de produção dominantes, como os escravista, feudal e capitalista mercantil. Esta estrutura

define a política de Estado frente a forma de inserção da pequena produção imigrante, significativamente presente na porção sulbrasileira.

E como se delinea a diferenciação da conquista e desenvolvimento colonial do Norte e do Sul estadunidense?

6. Estados Unidos da América – Sul e Norte

O caso estadunidense se manifestará distinto, de certa forma, do Brasil, derivando numa inversão das posições geográficas frente a estruturação produtiva. Carente de tropicalidade, mas também com populações nômades e seminômades, como organizar a produção desta, como no Brasil, grande área, do hemisfério norte do continente americano?

Vejam os que sucede do processo de conquista e colonização, tomando como marco geográfico a baía de Delaware (PRADO JR, 1976) na distinção sul e norte da formação estadunidense, que, “grosseiramente”, corresponde à distinção climática no interior das latitudes médias: de sul para o norte, clima subtropical húmido e clima continental húmido (STRAHLER).

A região meridional dos EUA, de invernos menos rigorosos e verões mais quentes apresentava possibilidades de uma produção de interesse da Europa temperada, ou seja, que teria mercado consumidor garantido na metrópole (Inglaterra), assim como preços que justificassem o empreendimento, principalmente no referente à aquisição de escravos. Nesta região, inicialmente, se estabelece a cultura do tabaco e, posteriormente a do algodão, com base na escravidão, em particular a africana. Seu ritmo de desenvolvimento será distinto da região norte, levando inclusive à conflitos inter-regionais, frente à abolição da escravidão e ao protecionismo, políticas advogadas pelos nortistas e que não interessavam, mesmo após a independência, aos donos das plantações de algodão sulistas¹.

Já a área setentrional, com seus invernos rigorosos e população ameríndia esparsa, se combina externamente às transformações que ocorrem em solo inglês, onde se intensificam a expropriação camponesa e o desenvolvimento do capitalismo, assim como os conflitos religiosos. Deste quadro procede um processo de emigração e colonização para o “novo mundo” com base na pequena produção.

Dentre os muitos imigrantes que se dirigem às colônias do Norte, destaca-se o primeiro grupo de peregrinos que busca refúgio devido às perseguições religiosas na Inglaterra, entre outros motivos. Estes chegaram no Mayflower (1620) na área da atual cidade de Plymouth (no litoral sudeste de Massachusetts) para estabelecer a então nominada Plimouth Plantation, a inaugural colônia localizada na região Nordeste dos EUA. Chama a atenção a

¹O desfecho desta divergência será a Guerra de Secessão (1861-1865), quando então morreram cerca de 600.000 estadunidenses.

organização, ainda a bordo, de um pacto de convivência entre o grupo, uma espécie de contrato social (*The Mayflower Compact*) e que vai ser perfilhado, até os dias atuais, como um dos arcabouços formadores da identidade nacional de “democracia”: justiça, liberdade e igualdade¹.

A chegada na América foi difícil em virtude do início do inverno, que impediu a continuidade da viagem do Mayflower para o sul. As condições de tempo bem mais severas que as da Inglaterra resultaram na morte de metade dos primeiros peregrinos. Massachusetts, também recebeu puritanos descontentes com os rumos eclesiásticos ingleses, isto é, colonos sob influência calvinista, defensores de uma igreja forte com poderes civis, que se estabeleceram inicialmente em Cabo Ann (1623, atuais Gloucester e Rockport) e Salem (1626), áreas ao norte de Plymouth (KARNAL et al., 2007 e BAYR; BRACKETT, 2008).

O clima foi um dos fatores determinantes para a forma de ocupação. A sua característica temperada não é favorável para a obtenção de produtos atrativos para a metrópole (Inglaterra), motivando o estabelecimento de uma economia voltada principalmente ao mercado interno colonial, o que resulta na proliferação de núcleos de colonização de pequenas propriedades – as *farms*, com mão de obra familiar, voltadas à policultura, ao mercado interno e colonial, ou seja, ao desenvolvimento da pequena produção mercantil.

Aliás, o porto de sua capital, Boston, situada na baía de Massachusetts e fundada em 1630 por puritanos, mantinha importante comércio inter-colonial com o Caribe, sendo palco do movimento de independência (*Tea Party*, 1773), e mais tarde com importante papel (pró abolicionista e protecionista²) na guerra de Secessão (1861-65).

Os solos rasos e pedregosos³, os longos invernos e o relevo acidentado (em direção oeste), contribuíram para a inexpressividade da produção agrícola de Massachusetts, comparativamente às outras áreas do sul

¹Em fins do século XIX, *a paixão da igualdade*, “que Alexis de Toqueville ressaltara, já havia, no entanto, desaparecido.” Isto demonstrado, não só frente a sua violenta política expansionista, como também internamente. “Em 1890, 11 milhões dos 12 milhões de famílias ganhavam menos de US\$ 1220 por ano, e nesse grupo a média de renda anual era de menos de US\$ 380, bem abaixo da linha da pobreza.” (BANDEIRA, 2014, p. 43)

²Segundo Chang (2004, p. 54) a tensão entre o Norte e o Sul envolvia tanto a questão do protecionismo, quanto a do abolicionismo e “é impossível subestimar a relevância da questão tarifária como causa da secessão”.

³“The western region is hilly and is separated by the Connecticut River Valley from a central upland plateau region which slopes to the Atlantic coast. Except on Cape Cod where there are long stretches of sandy, treeless flats, almost all of the land was originally covered with dense forests. Even after the forests were cleared or thinned, however, **the soil did not yield readily to cultivation by the early farmers**, and their skill and patience were taxed heavily before it became productive. The most arable soil is found in the broad Connecticut Valley in the west-central part of Massachusetts. Rich alluvial deposits are found in the fertile river valleys.” (Massachusetts Fact, 2011, p. 12, grifos nossos)

e oeste do país. Mas, o litoral muito recortado, com grandes baías e muitas enseadas, determinou o desenvolvimento de dinâmicos portos pesqueiros, destacando-se a pesca da baleia em New Bedford e Nantucket (litoral sul), principalmente no século XIX, quando recebem significativo contingente imigratório açoriano.

O movimento colonizador de Massachusetts espalhou-se rapidamente ao longo da costa e depois para o oeste do estado:

aqueles que estavam inquietos e rebeldes contra as normas rígidas dos ministros [religiosos] procuraram outras áreas, que compõem atualmente outros estados da Nova Inglaterra, fundando cidades baseadas no padrão de Massachusetts. A agricultura de pequena escala foi a forma fundamental de subsistência e os assentamentos compactos, com seus campos periféricos, cresceram em torno da central green [área comunal, coletiva], que é uma característica de antigas cidades da Nova Inglaterra. Os invernos longos favoreceram a produção artesanal, cuja habilidade yankee mostrou-se na variedade da produção dos agricultores, que produziam para si e para o fornecimento do entorno [pequena produção mercantil]. (traduzido de MASSACHUSETTS FACTS, 2011, p. 17)

No capitalismo, que é o modo de produção desenvolvido no Nordeste estadunidense desde os seus primórdios, o pequeno agricultor da *farm*:

transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. É é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. (LENIN, 1980, p. 59)

Desde a segunda metade do século XVIII os Estados Unidos precisaram fabricar bens de consumo essenciais, em substituição aos que não podiam vir da Inglaterra em decorrência de confrontos oriundos principalmente do movimento de independência, mas também de outras questões, como a conhecida 2ª Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França (1688-1760), o embargo comercial (1805), a Guerra de 1812 contra a Inglaterra etc. A nascente indústria local foi ainda beneficiada, frente à

concorrência estrangeira, com a precoce instituição – em 1816 – de tarifa protecionista aos seus produtos (MASSACHUSETTS FACTS, 2011).

Gradualmente a industrialização concentrou-se na Nova Inglaterra, sobretudo em Massachusetts, com a expansão da indústria de sapatos e têxtil, entre outras. A indústria de calçados e as ligadas ao curtimento de couro fabricavam em 1900 cerca de metade das botas e sapatos da totalidade dos EUA (em Lynn, Brockton, Haverhill, Marlborough, Worcester etc.). Da mesma forma, as fábricas de Massachusetts produziram mais de um terço dos artigos de lã do país e cidades como Lawrence, Fall River, Lowell e New Bedford tornaram-se grandes centros produtores de tecidos de algodão, inclusive como resultado das inovações, caso da montagem pioneira em solo americano do tear mecânico, em 1814, por Francis C. Lowell. O emprego de muitas mulheres também sobressaía¹, em virtude da crescente escassez de mão de obra, embora a contínua entrada de novos imigrantes, ocasionada pelo movimento para o Oeste. Por sua vez, a abertura do Canal Erie (1825) acelerou o declínio da agricultura, pois os produtos mais baratos do Oeste passaram a chegar com mais celeridade na Nova Inglaterra. (MASSACHUSETTS FACTS, 2011)

A respeito da divisão regional acima exposta, Rangel (1993, p. 9), em mais uma síntese extraordinária, escreve:

O sul dos Estados Unidos atuais – contemporaneamente não oferecia ainda condições para o feudalismo, mas sim para uma escravidão mais ou menos avançada, exatamente como se fez subsequente, com a mão de obra ameríndia e africana; [...] a região mais ao norte – Setentrional dos Estados Unidos, Canadá e Alasca – não oferecia condições para a escravidão nem, ainda menos, para o feudalismo, de modo que a conquista levou, quase imediatamente, a transposição, pura e simples, do modo de produção e das relações de produção mais avançadas, então vigentes na Europa. (RANGEL, 1993, p. 9)

Assim sendo, temos um sul escravista, cujos produtos são monopolizados pela metrópole inglesa e um norte pequeno produtor, sem amarras internas, como o brasileiro, frente ao seu desenvolvimento.

¹Dublin no livro *Farm to Factory* (1993) reproduz e analisa cartas escritas em meados do século XIX por mulheres originárias das *farms* que se transformaram em operárias de fábricas têxteis da Nova Inglaterra.

Notas finais: Massachusetts (EUA) e Santa Catarina (BR)

O estabelecimento das 13 colônias no século XVII (Quadro 1) – consideradas como a gênese dos EUA e que o marcam até os dias atuais – segue em linhas gerais, na sua estrutura social, a distribuição original acima apontada: norte pequeno produtor mercantil e sul escravista.

Quadro 1 - As 13 colônias originais

Nome	Fundada por	Ano
Virginia	Companhia de Londres	1607
New Hampshire	Companhia de Londres	1623
Massachusetts	John Mason e outros	1620-1630
Maryland	Lord Baltimore	1634
Connecticut	Emigrantes de Mass	1635
Rhode Island	Roger Williams	1636
Carolina do Norte	Emigrantes da Virgínia	1653
Nova York	Holanda	1613
Nova Jersey	Barkeley Carteret	1664
Carolina do Sul	Nobres ingleses	1670
Pensilvânia	William Penn	1681
Delaware	Suécia	1638
Geórgia	George Oglethorpe	1733

Fonte: Karnal et al. (2007, p. 37)

Numa situação não só inversa ao caso brasileiro, mas também distinta, na medida em que aqui, ao contrário dos norte-americanos, a inserção da pequena produção mercantil acontece limitada em sua ação pela política, em particular de terras, das classes dominantes (WAIBEL, 1958 e COSTA, 2007).

A formação social e econômica da porção setentrional estadunidense prosperará hegemonicamente e livremente sob os moldes capitalistas, a denominada via clássica ou revolucionária ou norte-americana, enquanto as áreas de pequenos produtores das bandas sulinas do Brasil se constituíram como manchas periféricas das estruturas feudais e escravistas da formação social dominante. (ROCHA, 2014, p. 3)

Importa no caso ressaltar que Massachusetts abrigou o marco inicial da colonização no Nordeste dos EUA. A nova terra, batizada com o nome de uma tribo pertencente ao grande grupo dos algonquinos, Massachusett, inaugura a colonização pequeno produtora e puritana da região chamada, significativamente, de Nova Inglaterra e que atualmente compreende seis estados: Connecticut, Maine, Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Vermont.

Somente no século XIX e inícios do século XX, verifica-se a efetiva diferenciação da formação sócio-espacial do Brasil meridional, que participa do maior movimento migratório de todos os tempos em direção às áreas temperadas do “novo mundo”, quando dezenas de milhões de migrantes se deslocam para as Américas do Norte e do Sul, assim como para a Austrália e Nova Zelândia.

O desenvolvimento da 1ª Revolução Industrial na Inglaterra, como também, as unificações políticas e o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e na Itália, resultando em guerras, perseguições políticas, eliminação ou enfraquecimento da antiga organização produtiva (servidão, artesanatos, manufaturas etc.), formou expressivo excesso populacional – contingente emigratório – que foi encaminhado para núcleos de colonização no Sul do Brasil, em diminuta proporção comparativamente aos Estados Unidos. O Império brasileiro buscou responder, de certa forma, às pressões da Inglaterra para a supressão do tráfico de escravos e concomitantemente empreendeu a ocupação, etnicamente branca, das áreas de mata meridionais. (ROCHA, 1997, 2004, 2014)

Os EUA – neste processo migratório, ligado à expansão da sua ocupação territorial para o oeste e já atendendo interesses do desenvolvimento do capitalismo da região Nordeste, fruto da colonização do século XVII (MARX, 1984) – recebeu 26 milhões desses imigrantes (MAMIGONIAN, 1976 e CHAUNU, 1983). Quanto ao Brasil, foram cerca de 4,5 milhões (MAMIGONIAN, 1969), sendo que quase a metade se dirige para os estados sulbrasileiros e o outro tanto, principalmente a partir de 1880, para as áreas de cafeicultura de origem escravista, em particular São Paulo.¹

‘Esta pequena produção mercantil, que lembra o povoamento do nordeste dos EUA no século XVII, foi fator fundamental para entender o êxito da industrialização’ do sul do Brasil. Ainda, ‘o ponto de partida [...] deve ser o tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização no Sul do Brasil: tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho.’ (MAMIGONIAN, 1986, p. 104 apud ROCHA, 2014, p. 6)

¹A combinação de relações de produção vigentes no interior das fazendas de café, onde o trabalho dos colonos era remunerado por quantia de café plantado e colhido, assim como pela permissão de realizar cultivos intercalares como pequenos produtores livres, permitiu aos imigrantes uma pequena acumulação de capital que originou surtos industriais no país (MAMIGONIAN, 2000).

Portanto, tanto Massachusetts como Santa Catarina, colonizados com pequenas propriedades, desenvolveram diversificada pequena produção mercantil, em conformidade com as especificidades dos contextos das formações sócio-espaciais nacionais/regionais/locais e das combinações geográficas. Sendo que:

a tendência fundamental da pequena produção mercantil consiste no desenvolvimento capitalista e, particularmente, na formação da manufatura. E esta se transforma, sob os nossos olhos, com extrema velocidade, em grande indústria mecanizada. Uma das manifestações mais relevantes da ligação íntima e direta entre as sucessivas formas de indústria é provavelmente o fato de toda uma série de grandes fabricantes terem sido pequenos. (LENIN, 1985, p. 341)

Com esta reflexão comparativa panorâmica entre o processo de conquista e colonização destes dois países americanos, chegamos à tese, aqui considerada central, da importância da pequena produção mercantil no desenvolvimento do capitalismo e da industrialização em ambos os países. Processos semelhantes, não iguais, pelas diferenças acima apontadas na constituição de modos de produção dominantes regionais e nacionais, ou seja,

a inserção dos imigrantes europeus num país latifundiário como o Brasil facilitou-lhes a ascensão econômica e social, mas limitou-lhes a longo prazo sua força de expansão, amarrando-os à estrutura atrasada e subdesenvolvida pré-existente. (MAMIGONIAN, 1976, p. 89)

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano – Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BAYR, Klaus J.; BRACKETT, Richard. *Massachusetts Atlas*. Keene: Keene State College, 2008.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1983.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: CNG, Ano XXII, n. 179 e 180, 1964.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007.

DUBLIN, Thomas. *Farm to Factory. Women's Letters, 1830-1860*. New York: Columbia University Press, 1993.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

LENIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.

_____. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. [Os Economistas]

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre O processo de Industrialização no Brasil. *Boletim do Dep. de Geografia de Presidente Prudente*, 1969.

_____. O processo de Industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 50, 1976.

_____. Indústria. In: SANTA CATARINA. GAPLAN. *Atlas de Santa Catarina*.

Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

_____. Tendências Atuais da Geografia. *Prova Escrita Concurso Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas*, São Paulo: USP, set. 1990. Publicado In: *GeoSul*, n. 28, jul./dez. 1999.

_____. Gênese e objeto da Geografia: Passado e Presente. *Anais Primeiro Simpósio Internacional de História da Ciência*. Piracicaba, out. 1991. Publicado In: *GeoSul*, Florianópolis: EdUFSC, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999.

_____. A Geografia e “A formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). *O Mundo do Cidadão – Um Cidadão do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Orgs.). *O mundo que o português criou: Brasil: século XVI*. Recife: CNPq/FJN, 1998.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, n. 2, 2000.

_____. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, n. 6, 2003.

_____. Estudos sobre o Pensamento Geográfico. *Tese (Livre Docência)* – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. (Org.). *Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social. Livros Geográficos IV*. Florianópolis: Departamento de Geociências/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1984.

MASSACHUSETTS FACTS, William Francis Galvin - Secretary of the Commonwealth, Citizens Information Service, Boston-MA, 2011. Disponível em: <http://www.sec.state.ma.us/cis/cismaf/mafidx.htm>. Acesso em: ago/2015.

NIVEAU, M. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RANGEL, Ignacio de M. História da Dualidade Brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 4 (1), 1981.

_____. Feudalismo e Propriedade Fundiária. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense / Secretaria de Estado da Cultura/Editora da UNESP, 1989.

_____. 500 Anos de Desenvolvimento da América e do Brasil. *GeoSul*, n. 15. Florianópolis: Ed. UFSC, 1993.

_____. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville-SC: da Gênese às Exportações*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1997.

_____. *Dinamismo Industrial e Exportador de Santa Catarina*. São Paulo: USP/FFLCH, 2004. [Tese de Doutorado em Geografia Humana]

_____. Massachusetts (EUA) e Santa Catarina (BR) - Formação Sócio-Espacial e Industrialização: Notas Introdutórias. In: *I Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social. Desenvolvimento Econômico e Social: Mundo, Brasil e Nordeste. Anais 2014 - I SENGES*. Maceió: UFAL/IGDEMA, 2014.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1992.

VIEIRA, Maria Graciana. E. D.; PEREIRA, Raquel Maria F. A. Formações sócio-espaciais catarinenses: notas preliminares. In: *Anais do congresso de História e Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

_____. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: O Caso do Brasil Subtropical. In: *Anais de Geografia Econômica e Social*, Florianópolis, n. 3, jul. 2009.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: CNG, 1958.

PANORAMA GEOECONÔMICO DA GUIANA FRANCESA: UM TERRITÓRIO EUROPEU NA AMÉRICA DO SUL

Natalia Benatti Zardo de Curci¹
Lucas dos Santos Ferreira²

RESUMO

Ao tempo em que considerável parcela dos demais países latino-americanos desenvolvem suas economias e estruturam redes de proteção social, a Guiana Francesa permanece em condição colonial que apresenta semelhanças com o conjunto do quadro continental da virada do século XIX. Considerando as necessidades de desvendar a realidade econômico-social de um território fronteiriço do Brasil, buscar-se-á no presente artigo apontar em linhas gerais as atuais características do território colonial francês na América do Sul.

Palavras-chave: Guiana Francesa; Geografia Econômica; Colonialismo.

Com um território aproximado de 90 mil km² e uma população de 265 mil habitantes, a Guiana Francesa, que se distancia da sua metrópole em aproximadamente 7 000 km, fica localizada ao norte da América do Sul, fazendo fronteira a oeste com o Suriname³ e a sul e leste com o estado brasileiro do Amapá⁴. Ela está entre os cinco Departamentos e Regiões Ultramarinos da França (DROM)⁵, sendo dividido em 22 comunas cujas funções administrativas estão compartilhadas entre o Prefeito, que é um representante do Estado Francês, e as coletividades territoriais, que são compostas pelos conselhos Geral, Regional e o Municipal⁶. Na figura 1 é

¹ Graduanda em Geografia pela UDESC nati_benatti@hotmail.com

² Professor do Departamento de Geografia da UDESC. santosferreira@usp.br

³ A partir da Guiana Francesa se pode chegar ao Suriname via área ou via fluvial atravessando o rio Maroni.

⁴ A ponte binacional que liga o Oiapoque, no Brasil, a Saint-Georges, na Guiana Francesa, está pronta desde 2011 e ainda não foi inaugurada por falta de acordos entre os dois países.

⁵ Os cinco Departamentos Ultramarinos da França são: Guiana Francesa, Guadalupe, Martinique, Reunião e Mayotte. Dentre estes apenas a Reunião e Mayotte não ficam localizada no continente americano, e sim no continente africano. A partir de dezembro de 2015 está previsto que a Guiana Francesa e a Martinique passem a ser uma Coletividade Territorial Única.

⁶ As competências submetidas ao Conselho Geral são mais voltadas para ações sociais e ao Regional às ações de desenvolvimento econômico. Já os municipais tem um papel geral, se responsabilizam pelo urbanismo, pela economia (auxiliam no financiamento de ajuda às empresas), pela habitação (auxiliam nos projetos de habitação) e pelo setor sociocultural

possível visualizar a espacialização dos territórios ultramarinos em domínio francês atualmente, os quais podem ser classificados em Departamentos e Regiões, Coletividades ou Terras Austrais e Antárticas. Por ser um Departamento francês, a Guiana Francesa integra a União Europeia e tem como sua moeda oficial o Euro. A língua francesa é considerada o idioma oficial juntamente com variados dialetos, em particular o Criolo.

A Guiana Francesa é banhada ao norte pelo Oceano Atlântico, a oeste pelo Rio Maroni, situado entre o Suriname e a Guiana, e a leste pelo rio Oiapoque, que faz divisa com o Brasil. Por todo o território se encontram vários rios com pouca longitude intercalados com corredeiras, sendo os principais Maroni, Oiapoque, Mana, Approuague, Sinnamary, Mahury, Iracoubo, Kourou e Organabo. Pela sua aproximação à linha do equador possui um clima tropical úmido em que as precipitações determinam os ritmos sazonais, com baixa amplitude térmica e ventos fracos. Seu relevo ao longo da costa é caracterizado por planícies, enquanto que em direção ao sul encontram-se as colinas e picos de maior altitude. Em razão da ampla zona florestal (predominante a amazônica) possui ainda hoje um vasto território desocupado, cerca de 90%, principalmente na área central do departamento, por isso tem uma baixíssima densidade demográfica, por volta de 3 habitantes por km². A maior parte da população está concentrada na zona litorânea e ao longo dos grandes rios fronteiriços, onde estão localizadas as principais cidades, como a capital Caiena com aproximado 50 000 habitantes, Saint-Laurent-du-Maroni e Kourou com 25 000, sendo esta a cidade na qual está instalada o Centro Espacial de Kourou¹. A partir do mapa de síntese, apresentado na figura 2, pode-se observar a distribuição das principais cidades e infraestruturas.

(completando as ações do Conselho Geral). Com a mudança para uma Coletividade Territorial Única os conselhos Geral e Regional serão substituídos.

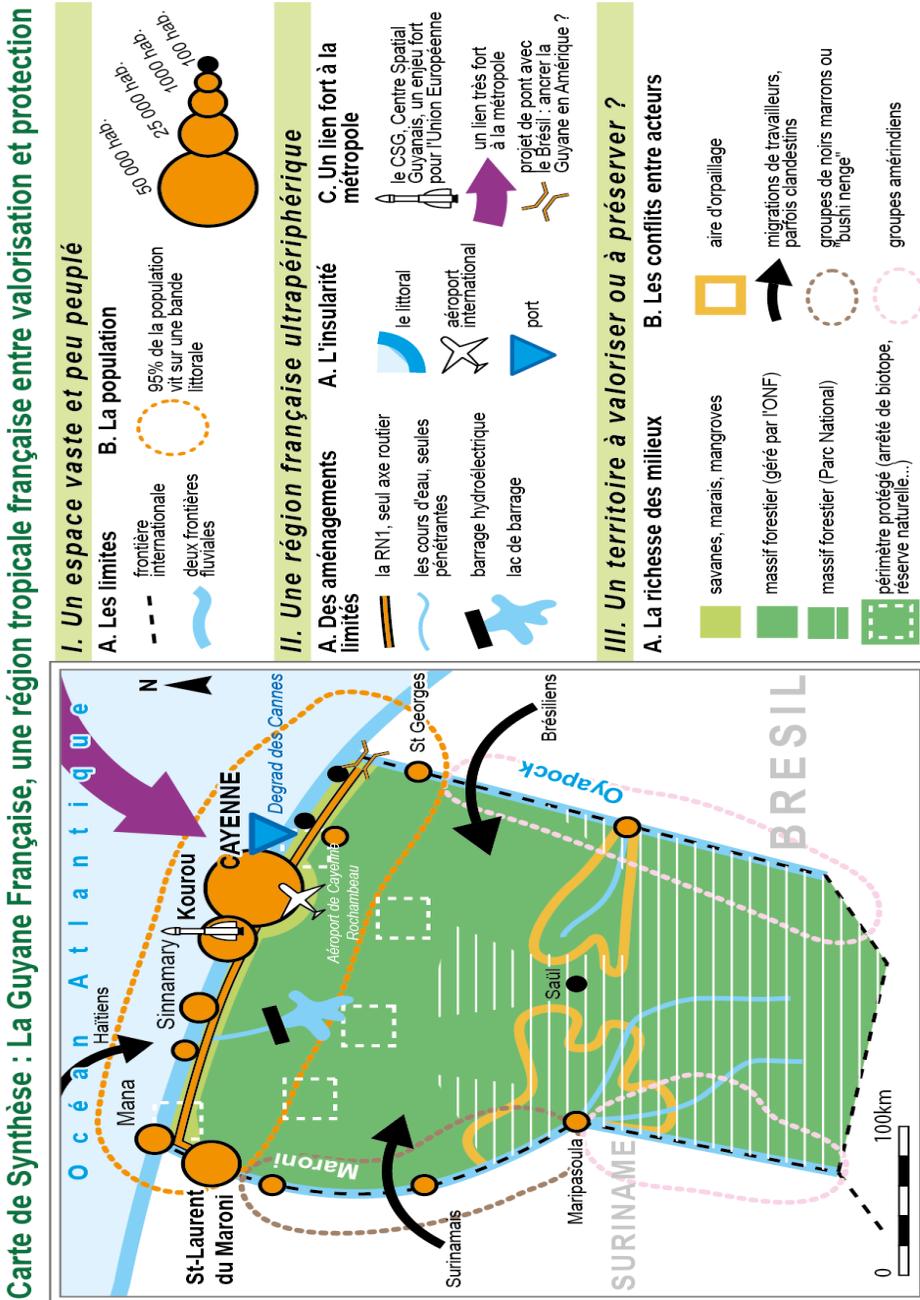
¹ Em francês é chamado de Centre Spatial Guyanais (CSG).

Figura 1 Territórios ultramarinos franceses.



Fonte: Sénat

Figura 2 Mapa de síntese da Guiana Francesa



J.-B. BOURON, 2008 - <http://www.geotheque.org> - Sources : H. Parmentier, INSEE, J-P. Doumenge

Fonte: H. Parnetier, INSEE, J-P Doumenge.

Em relação à infraestrutura de transporte o território conta com uma malha rodoviária de 1 380 km, sendo 507 km de rodovia nacional, concentrada na zona litorânea que é conectada pelas duas principais, a RN1 e

RN2¹. As atividades portuárias na Guiana Francesa se desenvolvem estrategicamente a partir de dois portos: o primeiro é o Dégrad-des-Cannes, situado na foz do rio Mahury, pertencente a comuna de Remire-Montjoly, o qual é considerado o principal porto comercial e responsável por cerca de 95% dos produtos importados para o consumo local; o segundo é o Porto de Pariacabo, localizado na entrada da cidade de Kourou, o qual é principalmente utilizado para as necessidades do Centro Espacial, como por exemplo, os insumos destinados aos lançadores Ariane, Soyuz e Vega.

A rede elétrica guianesa é abastecida basicamente por dois tipos de estruturas, a barragem hidrelétrica de Petit Saut, localizada no rio Sinnamary, que fica a 50 km de Kourou e a 80 km de Caiena, a qual alimenta a rede do litoral, e as centrais térmicas movidas a diesel, situadas nas proximidades do porto de Dégrad-des-Cannes. As outras centrais estão situadas em áreas isoladas. O transporte, a distribuição e a comercialização são realizados pela ELF², mas outros produtores alternativos especializados em energia renovável atuam também na Guiana Francesa. Já a distribuição e produção de água no departamento é administrada pela agência Sociéte Guyanaise Des Eaux, com a sede situada em Caiena.

Com um vasto território desigualmente distribuído, o Departamento possui uma economia pequena, como destaca Silva (2013), a organização do território guianense, ao longo dos anos, gerou um profundo desequilíbrio espaço-temporal, fazendo a Guiana Francesa aparentar duas temporalidades, uma faixa costeira em plena mutação (tempo rápido) e um interior que está lutando para sair de seu isolamento (tempo lento). Em geral o território importa mais do que exporta, é composto por poucas indústrias de grande porte e possui dificuldade nos transportes, ligado aos numerosos rios que cortam o território, porém a possibilidade de exploração de riquezas naturais e o impulso econômico gerado pela base espacial a distingue dos outros departamentos franceses.

CARACTERÍSTICAS GEOECONÔMICAS

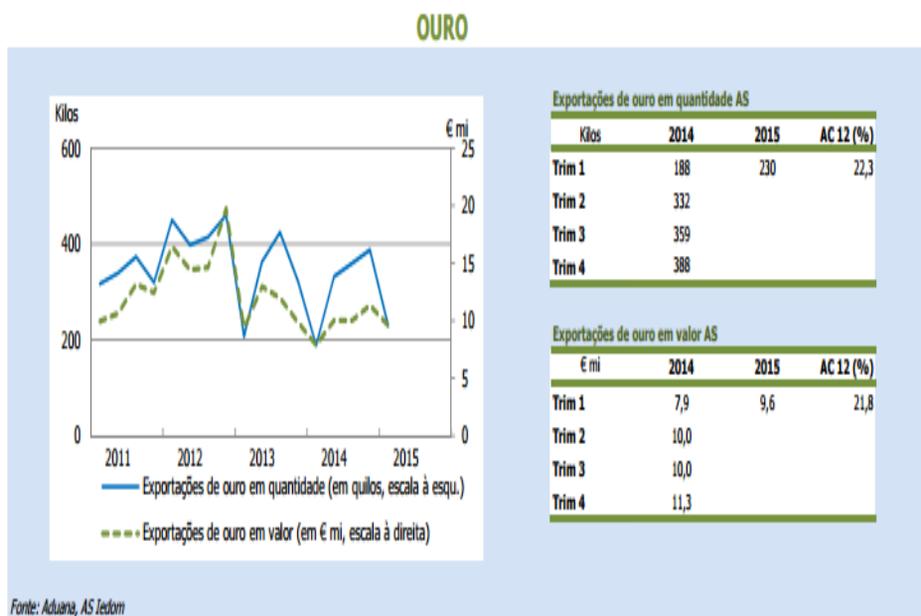
A Guiana Francesa é um território rico em recursos naturais, e além do ouro, que é um dos principais produtos de exportação, o solo guianense conta também com outros minerais como a bauxita. A rica biodiversidade na grande porção florestal, as reservas de água doce e as jazidas de petróleo são também recursos naturais de que a Guiana se beneficia. Estas condições naturais favoráveis são por certo um dos fatores que fundamentam a dominação metropolitana francesa presente ainda hoje no território sul-americano.

¹ Route National 1 e Route National 2

² Eléctricité de France (Eletricidade da França).

Segundo o Serviço Geológico Nacional Francês a exploração do ouro no território da Guiana passou por três ciclos. O primeiro teve início em 1855 quando foram descobertos os veios de ouro (observar figura 3) na região com a vinda de exploradores franceses e manteve-se com uma intensiva atividade de garimpo por quase um século. Em seguida, pela falta de mecanização e por certo abandono devido às condições sociais e econômicas do lugar neste período, a corrida pelo ouro despencou e representa o segundo ciclo, que durou por volta dos anos 1950 a 1990. O terceiro, que dura até os dias de hoje, é marcado por diversos fatos de escala global, como a questão do reconhecimento tardio do aumento dos preços do ouro em um mercado livre desde o final dos acordos de Breton Woods em 1968, a corrida de imigrantes ilegais, principalmente brasileiros, a mecanização e utilização de tecnologia modernas de exploração e eventualmente a contribuição do ouro de outros países vendido no mercado local. Em relação à exportação do ouro atualmente, mantém-se uma média de 1,5 toneladas por ano. O ciclo de 2011 a início de 2015 pode ser observado na figura 3.

Figura 3 Ciclo da exportação do ouro entre 2011 e início de 2015.



Fonte: Aduana, AS Iedom.

Figura 4 Zonas de prospecção e de exploração auríferas na Guiana.



Fonte: BRGM.

Em 2013 a Guiana Francesa contabilizou estimadamente um Produto Interno Bruto total (PIB) de 3,9 bilhões de Euros¹ e um PIB por habitante de 15 820 Euros. Entre as 27 regiões administrativas francesas², incluindo as metropolitanas e as ultramarinas, a Guiana ocupa a última posição, e quem assume a liderança é a região de Île-de-France, onde está localizada a capital nacional Paris. A partir dos dados coletados pelo INSEE³ (ver figura 5), que faz uma comparação do PIB total e per capita no ano de 2012, das regiões francesas, podemos observar a disparidade das regiões metropolitanas em relação às regiões ultramarinas. Esta posição que a Guiana assume é semelhante ao seu estado brasileiro vizinho Amapá, que conta com um PIB total de aproximadamente 8 900 bilhões de Reais, e assim como o departamento francês, assume uma das ultimas posições entre os estados brasileiros. Esta semelhança pode estar interligada com o fato dos dois estados ainda dependerem amplamente do fluxo proveniente de seus Estados central ou federal⁴.

¹ Referente a 4,3 bilhões de dólares com a cotação de 1,13 no dia 15/09/2015.

² Desde dezembro de 2014 a França metropolitana está em processo de mudança quanto às suas divisões regionais, onde as 22 regiões metropolitanas passarão a ser 13.

³ Institut National de la Statistique et des Études Économiques

⁴ Comparações mais aprofundadas entre os dois estados podem ser encontradas no documento: Guiana Francesa-Amapá. Melhor Estruturar os Territórios para Intensificar os Intercâmbios, realizado pela INSEE.

Tabela comparativa do PIB das regiões francesas

Figura 5 Comparação regional do PIB nos anos de 2011 e 2012.

	Total	Per capita (Euros)
Alsace	54 987	29 528
Aquitaine	93 416	28 323
Auvergne	35 166	25 945
Bourgogne	43 848	26 727
Bretagne	86 533	26 655
Centre-Val de Loire	68 926	26 847
Champagne-Ardénne	37 269	27 833
Corse	8 445	26 554
Frenche-Comté	28 742	24 429
Île-de-France	623 673	52 298
Languedoc-Roussillon	66 322	24 433
Limousin	17 594	23 839
Lorraine	56 605	24 097
Midi-Pyrénées	84 075	28 627
Nord-Pas-de-Calais	104 647	25 822
Basse-Normandie	38 649	26 157
Haute-Normandie	51 776	28 027
Pays de la Loire	104 472	28 646
Picardie	47 035	24 450
Poitou-Charentes	46 574	26 058
Provence-Alpes-Côte d'Azur	149 946	30 337
Rhône-Alpes	203 852	32 010
França Metropolitana	2 052 553	32 698
Guadaloupe	8 113	20 108
Guyane	3 843	15 187
Martinique	8 628	22 312
La Réunion yc Mayotte	17 922	17 090
França	2 091 059	31 878

Fonte: INSEE, Contas Regionais base 2010.

Por dispor de poucas indústrias a Guiana tem que se submeter principalmente às importações de seus bens de consumo, equipamento e matérias-primas. Os produtos manufaturados representam cerca de 66% das importações e os bens agroalimentares e de energia representam 17% cada. Pelo fato do volume das importações serem superiores aos das exportações (ver figura 6 e 7) acaba gerando um déficit comercial elevado no Departamento. Mas paralelamente a isso, ele possui também certos produtos

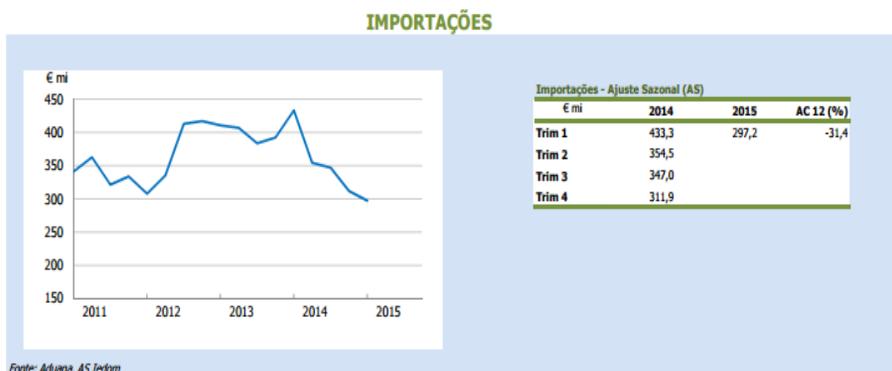
de exportações, como o ouro, peixes e madeira, porém o volume produzido é relativamente pouco elevado em razão da falta de atratividade de mão-de-obra para estes setores, assim como pelas restrições ambientais. É na verdade a atividade espacial que contribui fortemente para o crescimento do PIB, chegando a representar até 15%, respondendo por 85% do total das exportações do Departamento junto das reexportações de materiais de transporte, principalmente ligada à exploração petrolífera. A economia do Departamento é, portanto, dominada pelo setor terciário que representam 80% PIB, sendo 66% só de serviços, enquanto o setor primário é responsável por apenas 4% e a indústria 16 %.

Figura 6 Ciclo das exportações entre 2011 e início de 2015.



Fonte: Aduana, AS IEDEOM

Figura 7 Ciclo das importações entre 2011 início de 2015.

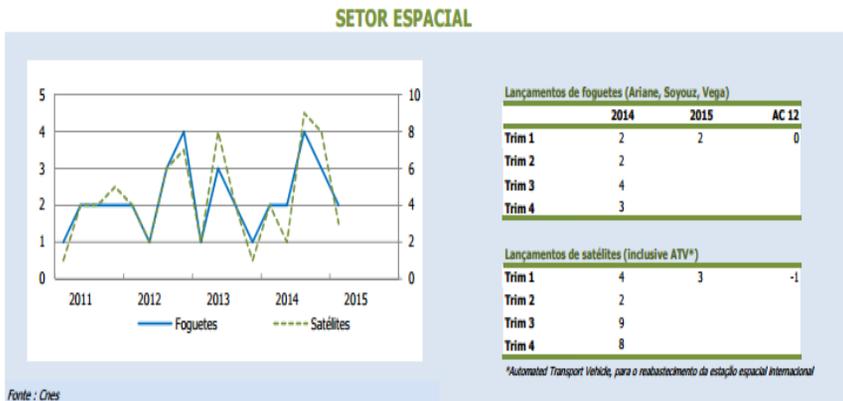


Fonte: Aduana, AS IEDEOM

O Centro Espacial de Kourou, que está entre as 23 bases de lançamentos espaciais do mundo, representa a Agência Espacial Europeia e está instalado na cidade de Kourou desde 1965 devido ao reconhecimento das melhores condições geográficas possíveis. Pelo fato do território estar situado nas proximidades da linha do equador, a 5 graus de latitude norte, propicia aos lançamentos um acréscimo de energia graças ao efeito de estilingue¹. Sua larga abertura ao oceano Atlântico favorece todas as missões espaciais e lançamentos, tanto em direção a Leste quanto ao Norte², as formas de relevo em colinas facilitam a instalação de radares e antenas, é também uma zona protegida de ciclones e de terremotos e as infraestruturas existentes são relativamente simples, o que colabora com a adaptação em função das necessidades do centro.

O ano de 2014 foi de recorde para o setor espacial, 11 lançamentos foram realizados, seis Ariane 5 ECA, quatro Soyuz e um Vega. A Ariane 5 é um lançador europeu, que é operado e comercializado pela empresa de transporte Arianespace, porém sua fabricação é feita na Europa. A Soyuz, russa, que é o veículo de lançamento mais usado no mundo, atua na base de Kourou desde 2005 e a Vega, italiana, é desenvolvida e financiada pela Agência Espacial Europeia. Na figura 8 é possível observar o ciclo dos lançamentos feitos a partir da base de Kourou entre o período de 2011 e início de 2015.

Figura 8 Ciclo do setor espacial entre 2011 e início de 2015.



Fonte: CNES

A base espacial da Guiana Francesa emprega em média 1 685 assalariados que asseguram a exploração e a manutenção das condições operacionais. Também é necessário considerar os que são temporariamente

¹ Energia fornecida pela velocidade de rotação da Terra ao redor do eixo polar.

² A Leste em razão da órbita geostacionária e ao Norte pela órbita polar.

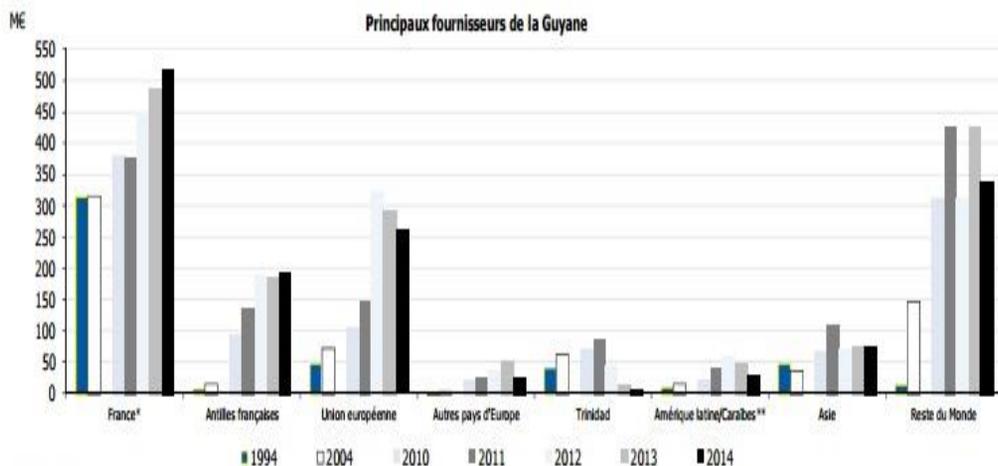
empregados em canteiro de obras para o desenvolvimento das instalações: em 2008 contou-se com até 600 empregados suplementares em locais de lançamento Soyuz e Vega. Em missões de curto prazo de 100 a 200 empregados suplementares são convocados. Dentre os assalariados 31% são engenheiros e executivos e 55% são técnicos superiores, grande parte é de origem local e os outros se encontram em situação de mobilidade na Guiana por um período de 3 a 6 anos.

A partir de dados fornecidos pela alfândega francesa e divulgado no relatório anual de 2014 do IEDOEM¹, pode-se observar que além da França, outros países das Antilhas Francesas² e da União Europeia são fornecedores importantes da Guiana Francesa, como a Alemanha (automóveis etc), Itália (eletrodomésticos), Países Baixos (bebidas), assim como outros países do mundo, como os Estados Unidos e a China. Entretanto é a França metrópole que dispara como sendo o primeiro e principal fornecedor do departamento (figura 9), assim como é o principal cliente (figura 10), portanto podemos observar que se mantém ainda características coloniais entre a França Metropolitana e o Departamento Ultramarino. Um tradicional fornecedor do Departamento é Trindade e Tobago, mas desde 2011 vem decaindo, e segundo o IEDOM essa baixa está ligada às atividades de exploração petrolífera no mar da Guiana Francesa. A descoberta das jazidas de petróleo, na plataforma continental, a 150 km de Caiena, foi feita pela empresa britânica Tullow Oil no ano de 2011. Junto da empresa britânica fazem parte do empreendimento de exploração petrolífera na Guiana Francesa o grupo francês Total, com 25% de participação e a multinacional Shell, com 45%.

¹ Institut d'émission des départements d'outre-mer

² Martinica, Guadalupe, São Bartolomeu e São Martinho.

Figura 9 Principais fornecedores da Guiana.

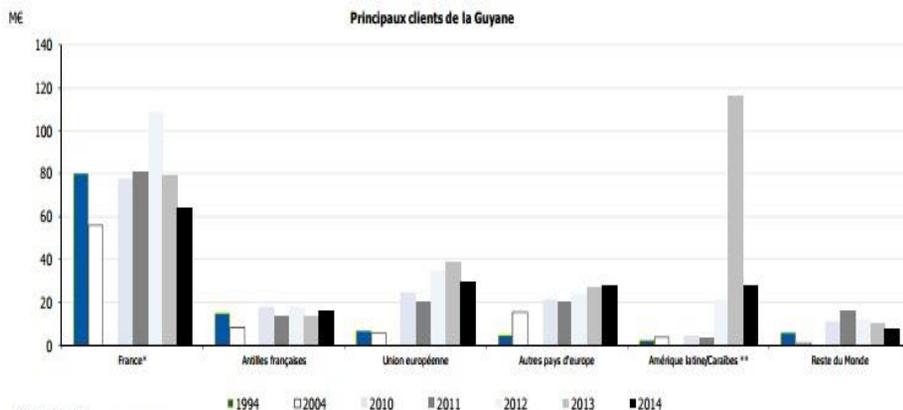


Source : Douanes

* France entière hors DFA ** hors DFA et Trinidad

Fonte: Douanes

Figura 10 Principais clientes da Guiana.



Source : Douanes

* France entière hors DFA ** hors DFA

Fonte: Douanes

No ano de 2014 a Guiana Francesa contou com cerca de 14 500 estabelecimentos, sendo o setor de comércio, transporte e serviços o que mais se destacou com cerca de 9 220¹. O mercado produtivo da região é principalmente composto por empresas de pequeno porte, visto que as grandes empresas são essencialmente unidades cuja matriz se situa na

¹ Dados disponibilizados pelo INSEE e SIRENE (Diretório de empresas e de estabelecimentos).

metrópole e que têm estabelecimentos implantados no departamento. A maioria destas grandes empresas possuem numerosos estabelecimentos distribuídos nas comunas, é o caso das que atuam nos setores de serviço de correio, telecomunicação e distribuição elétrica, que são a La Poste, France Telecom e Eléctricité de France, respectivamente. Em 2010, elas empregavam em média de 4400 assalariados, que representam 24% dos funcionários assalariados não agrícolas. As empresas de tamanho intermediário estão concentradas nas comunas de Caiena, Kourou e Matoury, que empregam 12% dos funcionários assalariados não agrícolas. As microempresas são as formas de empresa que estão em maior parte; cerca de 7 100 microempresas empregam 30% dos assalariados do Departamento, 19% a mais que a média nacional. De maneira geral elas estão direcionadas para a economia local, que depende também em grande parte destas pequenas empresas, as quais são frequentemente individuais e pouco capitalizadas. Vale ressaltar, que nas três categorias de empresa, pequena, intermediária e grande, são os grupos franceses ou de unidades legalmente independentes que as controlam em maior parte.

Na figura 11 está a relação dos principais grandes estabelecimentos da Guiana Francesa, no qual é possível confirmar a aglomeração na região das cidades mais populosas, a partir da descrição do local das suas sedes.

Figura 11 Os grandes estabelecimentos na Guiana Francesa em 1 de Janeiro de 2007.

	Número de	Atividade	Comuna
SERVIÇOS			
Guyanet SARL	4	Atividades de limpeza	Matoury
Société Espace-net	5	Atividades de limpeza	Kourou
Sodex'net	5	Limpeza de rotina de edifícios	Kourou e Caiena
RFO Guyane	4	Edição de canais generalistas	Remire-Montjoly
La Poste	4	Serviço de correio nacionais	Caiena
Soc cyno garde	5	Investigação e Segurança	Caiena
Galea Guyane	5	Investigação e segurança	Caiena
SecuriGuyane	5	Investigação e segurança	Kourou
Soc Guyan de protection et	5	Investigação e segurança	Kourou
Frances Telecom	5	Telecomunicação	Caiena
Cete Apave Sudeurope	5	Análises, ensaios e inspeções técnicas	Kourou
Société hôtelière de Cayenne	5	Hotéis	Caiena
Sodexho Alliance	5	Cantinas, restaurantes de empresas	Kourou

Société minière Yaou Doding	5	Extração de minerais metálicos não ferrosos	Caiena
COMERCIO			
Cora - Guyane	3	Hipermercados	Caiena
Guyane Automobile	5	Comércio de veículos automóveis	Matoury
CONSTRUÇÃO			
Cegelec Space	4	Trabalho de instalação elétrica	Kourou
Cegelec Guyane	6	Trabalho de instalação elétrica	Saint-Laurent-du-Maroni
Clemessy SA	6	Trabalho de instalação elétrica	Kourou
Nofrayane	6	Trabalho de alvenaria geral	Matoury
Getra	6	Construção de edifício diversos	Matoury
Société des Emulsions de Cayenne	6	Construção de asfalto	Remire-Montjoly
EDF - Guyane - Bd Jubelin	4	Distribuição e comércio de eletricidade	Caiena
EDF - Services Guyane Production	4	Distribuição e comércio de eletricidade	Remire-Montjoly
EDF Guyane	6	Distribuição e comércio de eletricidade	Matoury
Endel	4	Mecânica geral	Kourou
Regulus	5	Fabricação de produtos explosivos	Kourou
Cie minière de Boulanger	5	Extração de minerais metálicos não ferrosos	Roura
MT Aerospace Guyane - Man SG	5	Fabricação de equipamentos de ajuda a navegação	Kourou
Europropulsion AS	5	Construção de lançadores e veículos espaciais	Kourou
Constructions Métalliques Guyanaises	6	Fabricação de construções metálicas	Macouria
Air Liquide Spatial Guyane	6	Fabricação de gás industrial	Kourou
Soc. Laitière de Macouria - Selam	6	Fabricação de leite líquido e de produtos frescos	Macouria
Sagip	6	Fabricação de elementos plásticos para a construção	Roura
Scierie du Larivot SA	6	Serragem e aplainamento de madeiras	Roura
TRANSPORTE			
Société Air France	4	Transporte aéreo regular	Matoury
Air Guyane SP	5	Transporte aéreo regular	Matoury
Somarig Soc	6	Manutenção portuária	Remire-Montjoly
Arianespace	6	Transporte espacial	Kourou
Transport Palmier	6	Transporte rotineiros regulares de viagem	Saint-Laurent-du-Maroni
YGMV	6	Transporte rotineiro de mercadorias interurbanas	Macouria

Fonte: INSEE, CLAP 2007 – SIRENE. Tradução própria.

Figura 12 Legenda número de empregados

Número de empregados:	
1	Mais de 500 assalariados
2	Entre 400 e 499 assalariados
3	Entre 300 e 399 assalariados
4	Entre 200 e 299 assalariados
5	Entre 150 e 199 assalariados
6	Entre 100 e 149 assalariados
7	Menos de 100 assalariados

Fonte: INSEE.

A taxa de desemprego¹ na Guiana Francesa é bastante elevada, chegando a atingir em 20% da população ativa². Segundo o Bureau International du Travail (BIT) o Departamento apresenta um indicador de 10 pontos superior ao da França metropolitana. Em relação aos empregos assalariados são principalmente no setor dos serviços, com média 57,7%, em seguida o comércio com 16,2%, construção com 11,4%, indústria 13,9% e por último agricultura, silvicultura e pesca 0,9%. Grande parte da população ativa guianense, 33%, é representada por funcionários públicos, contabilizando cerca de 21 800 trabalhadores³.

Figura 13 População imigrante por país de nascimento em 2009.

¹ Taxa de desemprego é feita a partir do número de desempregados em relação à população ativa total. Os desempregados na Guiana Francesa são considerados aqueles que têm 15 anos ou mais, que não trabalharam ao longo da semana, que estão disponíveis e que tomaram medidas para procurar emprego, ou que encontraram um emprego para começar em breve.

² A população ativa em 2013 se estabeleceu a 75 402 pessoas.

³ Dados disponíveis no Rapport Annuel 2014 (Relatório anual 2014) organizado pelo IEDOM, Institut d'Emission des Departements d'Outre-Mer.

Population immigrée par pays de naissance en 2009

		Ensemble des immigrés	Part dans la population immigrée (en %)	dont acquisitions de la nationalité française	
				en effectifs	en %
Amérique		62 418	93,6	7 175	11,5
dont :	Suriname	21 564	32,3	1 700	7,9
	Brésil	18 765	28,1	1 474	7,9
	Haiti	15 880	23,8	2 422	15,3
	Guyana	3 453	5,2	657	19
	Sainte-Lucie	825	1,2	580	70,3
Asie		2 385	3,6	1 118	46,9
dont :	Chine (Rép. Pop)	1 276	1,9	325	25,5
	Laos	780	1,2	594	76,2
Europe		913	1,4	241	26,4
dont :	Belgique	130	0,2	26	20,1
	Italie	123	0,2	19	15,4
Afrique		983	1,5	461	46,8
dont :	Algérie	133	0,2	56	41,7
	Sénégal	116	0,2	57	49,4
Ensemble		66 699	100	8 995	13,5

source : Insee - Recensement annuel de la population 2009

Fonte: INSEE – Censo anual da população 2009.

Mesmo com esta alta taxa de desemprego uma das principais razões de imigração para a Guiana Francesa é a procura de emprego. Vista como porta de entrada da Europa e com fronteiras consideradas porosas, ela vem atraindo cada vez mais seus vizinhos americanos, que representam 95% dos imigrantes, com a maioria sendo de nativos do Suriname, Haiti e Brasil. A maioria dos brasileiros que migra vão para trabalhar nos garimpos de ouro ou em construção civil, visando principalmente o recebimento do salário em Euro e com o desejo de cidadania francesa. Eles representam 30% dos imigrantes do Departamento (ver figura 13). Imigrantes da França metropolitana também são numerosos, os quais normalmente vão para ocupar cargos específicos.

Diante deste cenário de dependência econômica e ocupando a posição de região mais pobre da França, a Guiana Francesa mantém-se como a única região continental na América do Sul agrupada à União Europeia. Seus países vizinhos Suriname (ex Guiana Holandesa) e Guiana (ex-inglesa), que são as ex-colônias europeias mais recentes e próximas da Guiana Francesa, tiveram suas independências declaradas nos anos 1975 e 1966, respectivamente. O pensamento de que a Guiana não conseguiria se erguer sem a França é ainda presente na região, segundo o arquivo “Resistência e Luta Armada nas Antilhas-Guiana: Cronologia e Fragmentos de uma História Ocultada.”¹ Isto é reflexo do velho colonialismo eurocêntrico que se perpetua e que tende a fazer do oprimido um “animal dócil” beneficiário da opressão. Poderíamos concluir que os movimentos de independência no departamento francês ainda são poucos relevantes se levarmos em consideração apenas a

¹ Publicado pelo grupo de esquerda francês Revolution Étoile Rouge. O arquivo na integra está disponível no link: <http://etoilerouge.chez-alice.fr/docrevinter3/resistance.pdf>.

ausência de publicações relativas ao movimento de emancipação, porém quando se passa a ouvir a voz da resistência vemos que a luta pela descolonização é antiga e de certa forma ainda permanece. No cenário político atual francês são quatro os partidos guianenses que atuam, o MDES¹, que representa o movimento independentista de extrema direita, o PSG², o Walwari e o FDG³, que são movimentos de centro-esquerda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que a Guiana Francesa deixou de ser uma “colônia” para se tornar um Departamento francês e por consequência passar a integrar a União Europeia, ela vem mantendo características econômicas similares às outras regiões europeias ultraperiféricas. Mesmo com uma localização estratégica no continente americano, com um território rico de recursos naturais e com condicionantes favoráveis a instalações tecnológicas especializadas, como é o caso da base espacial de Kourou, o Departamento ainda se mantém fortemente dependente do exterior, em especial da sua metrópole.

O fato de ser um território extenso e pouco povoado, com cerca de 3 hab/km², com grande área florestal, dificuldade nos transportes internos devido aos numerosos rios que percorrem e o seu afastamento geográfico da sua metrópole, são condicionantes que influenciam no fraco desenvolvimento econômico e social. Portanto, seu nível de rendimento econômico mantém-se em geral abaixo das médias nacionais. O movimento independentista, para que consiga se fortalecer necessariamente precisará melhor conhecer as particularidades históricas de seu território e comparar a realidade de seu povo com a de suas adjacências latino-americanas.

Acreditamos ser necessária a efetivação de largo estudo a propósito das particularidades históricas da Guiana Francesa, árdua tarefa, uma que vez são rarefeitas as bibliografias na língua portuguesa sobre a nação fronteiriça do Brasil. Esperamos que nosso texto consiga aproximar o público brasileiro de uma realidade vizinha, pois, seguindo o pensamento do historiador Nelson Werneck Sodré:

“Um dos erros mais graves cometidos pelos nossos historiadores tem sido o da omissão do enquadramento da história do nosso país no conjunto da história humana, como se ela decorresse em meio estanque e ficasse imune a tudo o que acontecia no exterior. Um dos aspectos mais graves está em esquecer as relações entre o que acontece no Brasil e o que acontece nas áreas vizinhas.” (SODRÉ, 1979, p.22).

¹ Mouvement de Décolonisation et D’Émancipation Sociale.

² Parti Socialiste Guyanais.

³ Forces Démocratiques de Guyane.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRGM, Bureau de Recherches Géologiques et Minières. **Ressources Minérales: Historique**. Disponível em: < http://gisguyane.brgm.fr/sig_ressources.htm >.

CEROM, Compte Economiques Rapides de L'Outre-Mer. **Indicadores Econômicos da Guiana Francesa**. Disponível em: < http://www.cerom-outremer.fr/IMG/pdf/tdb_cerom_guyane_juin_2015_version_portugaise.pdf >.

CNES, Le Centre Spatial Guyanais. **Economie du Spatial**. Disponível em: < <http://www.cnes-csg.fr/web/CNES-CSG-fr/9759-economie-du-spatial.php> >.

GPMG, Grand Port Maritime Guyane. **Deux Sites Stratégiques: Les Ports de Dégrad des Cannes et de Pariacabo**. < <http://www.portdeguyane.fr/presentation/situation-des-ports/> >.

IEDOM, Institut d'Emission des Departements d'Outre-Mer. **Le Mot du Directeur de l'Agence de Guyane**. Disponível em: < <http://www.iedom.fr/guyane/> >.

_____. **Rapport Annuel 2014**. Disponível em: < http://www.iedom.fr/IMG/pdf/ra2014_guyane.pdf >.

INSEE, Institut National de la Statistique et des Études Économiques. **Guiana Française-Amapá. Melhor Estruturar os Territórios para Intensificar os Intercâmbios**. Disponível em: < http://www.insee.fr/fr/insee_regions/guyane/themes/etudes_detaillees/cerom2011_portugais/cerom_gy_Amapa_portugais.pdf >.

_____. **Les Grands Établissements au 1er Janvier 2007 hors administration**. Disponível em: < http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=25&ref_id=entop142 >.
Acesso em:

_____. **Produit Intérieur brut em 2011 et 2012: Comparaisons Régionales**. Disponível em: < http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=99&ref_id=t_2601R >.

_____. **Le Tissu Productif Guyanais: des Petites aux Grandes Entreprises**. Disponível em < http://www.insee.fr/fr/insee_regions/guyane/themes/antiane_echos/aechos32/aechos32gy.pdf >.

MCRIT. **As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia**: Indicadores para caracterizar a ultraperiféricidade; Programa de Iniciativa Comunitária interreg III

a favor da cooperação entre regiões da União Europeia no período de 2000 a 2006.

SILVA, G.V. A cooperação transfronteiriça franco-brasileira: Atores e estratégias territoriais na fronteira Amapá/BR - Guiana Francesa/FR (1996-2012). Projeto de Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ENSAIO SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SÓCIO ESPACIAL MARANHENSE E SEU ATUAL DESENVOLVIMENTO

Fabiana Araujo Diniz¹

Resumo:

Este ensaio pretende demonstrar via categoria formação econômica e social espacial a importância do desenvolvimento do Estado do Maranhão ao longo tempo, mas também, enfatizar esta categoria para o entendimento das transformações no capitalismo contemporâneo a nível nacional e regional. Para tanto esta análise está inserida na atual dinâmica da economia nacional, no marco de uma perspectiva histórica mais ampla. Objetiva analisar as novas tendências no cenário econômico, sobretudo as novas perspectivas dos novos investimentos, através de um estudo das condições econômicas, políticas, sociais, espaciais e culturais. Para tanto, se fez necessário acompanhar as mutações recentes na economia nacional, regional e do estado do Maranhão.

Palavras-chaves: Formação Econômica e Sócio Espacial, Desenvolvimento Regional e Maranhão

Introdução

Para entendermos a sociedade capitalista e suas manifestações atuais no tempo e no espaço, de forma precisa, sobretudo nesta atual fase do capitalismo, se faz necessário à utilização de uma análise que compreenda tanto a categoria Formação Econômica e Social (FES) como também seu aspecto espacial. Investigar a formação econômica e social do Maranhão nos permite distinguir e ao mesmo tempo visualizar suas particularidades diante de um todo, ou melhor, de uma ordem nacional, de um modo de produção definido.

Assim, a FES eleva qualitativamente o aparato teórico metodológico no sentido que nos fornece categorias de análise de suma importância para entendermos a dinâmica capitalista nacional e regional com suas expressões lançadas no sistema produtivo e financeiro.

A gênese e a importância desta categoria (FES) encontram-se em Marx (1996, p. 299):

(...) a mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização das espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas.

¹ Economista e doutoranda em Geografia (UFSC), fabianadiniz@gmail.com

Entretanto nosso objetivo maior não é demonstrar uma definição da FES exata e bem acabada, este não seria o melhor caminho a percorrer, e sim aprofundar a pesquisa nas etapas de um processo histórico sobre a formação econômica e social do Maranhão e sua espacialidade. O objetivo não é realizar um trabalho sobre a história do Maranhão, mas perceber que o processo que este estado percorreu possuíram vínculos ao longo dos anos e ainda continuam por exercer influências no momento atual.

Todo país está inserido espacialmente em uma totalidade global, numa ordem internacional, em um modo de produção dominante, mas é nas determinações específicas das FES de cada país que conseguimos atingir concretamente as realidades sociais e espaciais, e estas são indissociáveis das FES. Por isto, “é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular com uma visão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS 1979, p.12).

Uma FES engendra um conjunto complexo de instituições (infra-estrutura e superestrutura) e não somente um tipo de propriedade ou de arranjo institucional. Neste aspecto, toda e qualquer análise sobre o entrave ao desenvolvimento deve levar em consideração os elementos específicos de cada economia, por quanto à natureza dos mercados, as forças políticas em disputa, as características culturais e a inserção externa, sendo esta cada vez mais importante em função dos fluxos econômicos, seja sobre a forma produtiva e financeira.

Analisaremos o percurso da economia maranhense, com seus diferentes períodos. Assim estaremos diante de complexos arranjos institucionais, produto de um longo aprendizado social onde o Estado, mercado e sociedade produziram suas singularidades graças as suas relações de poder. Estas relações foram avançando, em um determinado momento histórico, juntamente com suas forças produtivas, e recuando em outros momentos como veremos adiante neste trabalho.

Na tentativa de descrever a categoria de Formação Social e sua importância espacialidade, Milton Santos revela-nos que:

É através de cada formação social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo (SANTOS 2002, p. 236)

Sendo assim iremos considerar em nossas análises as formações sociais que compõe o modo de produção dominante (o capitalismo). É válido também ressaltar que o modo de produção difere de formação social no sentido de que o modo de produção denota o valor das formas de toda espécie (formas geográficas) enquanto a formação social interpreta a acumulação e a superposição das formas (paisagem geográfica). De forma mais precisa, formação social não é apenas um conjunto de relações de produção ou um modo de produção. Essa categoria *marxista* é uma realidade concreta entendida a partir de suas múltiplas determinações, baseada em uma historização profunda desta mesma realidade, sendo de suma importância para o estudo das sociedades e para o método marxista ao qual utilizaremos.

O modo de produção capitalista não se realiza completamente em todos os lugares da mesma forma, ou seja, existem muitos países que o modo de produção dominante, o capitalismo, não teve a mesma influência. Assim podemos deduzir que a relação entre espaço e modo de produção, deixa lacunas para tentarmos explicar um acontecimento historicamente determinado no tempo e no espaço. Agora ao relacionarmos formação social e espaço chegamos mais perto de uma realidade concreta no sentido que podemos amostralmente analisar o efeito do modo de produção espacialmente de forma específica e particular e assim adentrar no específico para entendermos a totalidade.

Formação Econômica Sócio Espacial do Maranhão

Diante da explicação acima sobre a FES analisar-se-á a formação econômica e social do Maranhão, para que não haja uma falsa percepção das mudanças econômicas e sociais, recorrendo ao processo histórico e estrutural, ou melhor, um enfoque histórico-estrutural. A economia maranhense possui uma característica marcante em todo seu processo que é seu relativo isolamento em relação ao resto do Brasil fruto do percurso do seu desenvolvimento econômico e social, mas também por fatores físicos (grandes distancias e barreiras naturais), estes condicionantes variam ao longo do tempo. Esta análise do relativo isolamento do Maranhão foi citada por Rangel (1989, p.19), relatando que a existência de correntes marítimas e ventos dificultavam a viagem de navios à vela de São Luís em direção aos centros dinâmicos (Sul), era mais fácil navegar entre São Luís a Europa do que internamente no território nacional. Furtado (2001) também relata que após expulsão dos franceses em 1961 os portugueses ao colonizar o Maranhão, praticamente isolam o Maranhão do resto do país tendo relações exclusivas com Lisboa.

Este relativo isolamento é revelado, em partes, pela trajetória do desenvolvimento econômico do Maranhão. Sabe-se que não existe uma precisão temporal em relação a formação econômica e social do Maranhão,

então optou-se por utilizar a orientação primária do Arcangeli (1987) e Tribuzi (2010) no que se refere às fases desta formação, mas também houve uma investigação pelas fontes originais citadas pelo autores.

É interessante também citar, que do ponto vista espacial, Cabral (1989) faz um alerta que a análise da FES do Maranhão descritas apenas pelas transformações econômicas no litoral, é incompleta, pois não descrevem uma importante movimentação no sertão, que teve com principal atividade econômica a pecuária itinerante vindo da Bahia mesmo antes do período do colonial (século XVII e XVIII).

A fase embrionária da descrição histórica da formação econômica e social maranhense de acordo com Arcangeli (1987) inicia-se com o movimento de conquista e povoamento inicial, que no plano externo se manifestou pela participação indireta do processo de acumulação primitiva que estava em curso na Europa, essa participação foi pequena, pois havia problemas de acesso físico na região e também pela desorganização dos mercados coloniais. As atividades econômicas estavam baseadas no cultivo de cana de açúcar e criação de gado, articulada pelas missões jesuítas que captavam mão de obra indígena para o sistema de escravidão de *plantations*, além dos jesuítas outros colonizadores também penetraram em terras maranhenses com o mesmo objetivo de escravizar os indígenas para as atividades de subsistência e primário-exportadoras do Nordeste.

No Século XVI Portugal implantou um império colonial que englobava as costas ocidental e oriental da África até o oceano Índico e pela costa oriental da América do Sul, entretanto a primeira metade do século a dominação do imperialismo português limitou-se ao oceano Índico. O Maranhão só foi dominado pelos portugueses no século XVII, após a fundação de São Luís pelos franceses (França Equinocial), objetivando assegurar a dominação de países da América Latina, e assim dividiram o Brasil em dois estados, Salvador e Maranhão. O Maranhão não se desenvolve neste período. Como descreve (TRIBUZI, 2010, p.32):

A verdade é que, mesmo como cabeça de um dos Estados coloniais da América Latina Portuguesa, o Maranhão pouco evoluiu durante o século XVII. Inicialmente, apenas portugueses substituíram os franceses na fortaleza-feitoria de São Luís, a ao longo do século, além da tropa e de algumas dezenas de casais açorianos, apenas se instalaram poucos engenhos no vale do Itapecuru, utilizando a mão de obra do indígena escravizado; apenas merece maior destaque a atividade econômica dos jesuítas, com sua “escravidão branca” dos indígenas. Mesmo a rápida ocupação dos holandeses, talvez por ser rápida, não logrou deixar marcas de sua passagem.

A escassez de mão de obra, as insignificantes coletas de alguns produtos extrativos e a não absorção do ciclo canavieiro (primeira atividade econômica do Brasil) foram os principais motivos do não crescimento econômico no Maranhão no século XVI, que se estenderam aos séculos XVII até metade do século XVIII.

Esta primeira fase embrionária é caracterizada pela integração ao modelo-primário exportador (1755-1889) com o sistema colonial português através da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, superando um século de atraso com a exportação para Europa de: algodão, arroz, couro e açúcar. De acordo com Furtado (2001) a economia maranhense se integra à economia açucareira a partir da periferia pecuária. Este momento só foi possível devido aos surtos momentâneos das exportações de algodão e arroz nos Estados Unidos.

Somente na segunda metade do século XVIII, a economia maranhense começa a se sobressair, com a criação da segunda Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão por Marquês de Pombal, é extinto o estado do Maranhão (1771) unificando a colônia brasileira, caracterizada por monopólio mercantil, mão-de-obra escrava, crédito aos produtores e produção agrícola, os *plantations*, ou seja, a coroa portuguesa dar incentivos aos colonos locais. Através do algodão e arroz o Maranhão se integra ao mercado internacional e dependente da economia colonial.

De acordo com Arcangeli (1987) a produção de algodão passa do estágio de agricultura de subsistência para uma monocultura exportadora que tinha sua demanda dependente da produção têxtil inglesa e também do consumo dos Estados Unidos que oscilava ao entrar em guerra (guerra de independência e a guerra civil) favorecendo a produção de algodão maranhense. Especialmente essa grande propriedade monocultura localizava-se no vale do Itapecuru e no interior em direção à região de Caixas (cerrado).

A pecuária também era uma atividade importante na época, que já se desenvolvia deste o período embrionário e a produção de couro foi decorrente desta atividade. Neste período São Luís foi a 4ª maior cidade brasileira em população conferindo a corte portuguesa mais tributos. A produção de arroz tinha procura internacional. A produção agrícola de subsistência era marginal e dava suporte para a monocultura de exportação.

Esse rápido crescimento colonial maranhense, possuía, entretanto algumas peculiaridades que influenciaram diretamente a própria ruína da economia maranhense no período, a saber:

- 1) O crescimento se fazia “de fora” e “para fora”, criando excedentes exportáveis. A demanda externa condicionava o modelo monocultor e a renda gerada era transferida para metrópole o que impedia a diversificação da economia.

- 2) O sistema escravista impediu a formação de um mercado interno
- 3) Concentração de renda oriunda de apenas 2/3 da população ser livre

Dessa forma, a economia maranhense se tornava vulnerável a qualquer alteração no mercado mundial, com a abertura dos portos em 1808, sofreu ainda mais com as oscilações dos preços e mercados. A monocultura, a concentração de renda e transferência de renda para Portugal foi sem dúvidas às peculiaridades malditas à economia maranhense.

A segunda fase (1890-1940) é marcada pela desarticulação do sistema de *plantations* e os surtos de crescimento da indústria têxtil influenciados pela abolição da escravidão. Os escravos libertos preferiram fugir e produzir para sua própria subsistência e somados com fim do mercado externo, apenas restou aos ciclos de *plantations* à substituição pela pecuária extensiva e a agricultura familiar. A pequena produção possuía baixa produtividade e as atividades desenvolvidas foram de algodão, pecuária e cana de açúcar, e de forma inicial, a produção de babaçu.

O desenvolvimento da indústria têxtil, sobretudo na década de 1940, representou 70% das exportações maranhenses, entretanto nesta mesma época já se verificava o atraso e processo de decadência desta indústria em relação à região centro-sul devido à modernização e barateamento dos custos de transportes da produção têxtil do Centro-Sul.

O período do Império no Maranhão continuou marcado pelos *plantations* (monocultura para exportação, mão de obra escrava e latifúndio) até final do século XIX. Para Rangel (1989) o século XIX é marcado pela decadência da agricultura combinada com momentos áureos de iniciativas indústrias.

Em 1850 com a proibição do tráfico escravo pela coroa inglesa abalou a produção que era sustentada pelos escravos elevando os custos e forçando os produtores maranhenses a reorientar a produção para o açúcar.

O ciclo do açúcar durou 30 anos e se esgota em 1882, pois no auge da produção açucareira os fazendeiros iludidos pela modernização agroindustrial decidem realizar vultosos empréstimos que somados com o fim da escravidão (1888) só acarretou enormes dívidas. Uma peculiaridade da agricultura comercial na época, é que o monopólio das terras ainda não possuíam posseiros definitivos, ainda possuía espaço disponível, com o fim da escravidão, a mão-de-obra livre, passou a procurar estas áreas para sobreviver com atividades de pequeno agricultor independente. Assim a escassez de mão de obra se entendeu por muitas décadas, como assinala Rangel (1989).

A ausência de um sistema de transporte efetivo que possibilitasse um espraiamento da fronteira agrícola, um fluxo de créditos para compensar as perdas dos fazendeiros e a ausência de modernização tecnológica (teares) foram ajustes que não aconteceram e só elevavam a vulnerabilidade da produção maranhense frente ao mercado competitivo internacional.

Além destes condicionantes endógenos que dificultavam a perpetuação do modelo econômico adotado no Maranhão, fatores exógenos também influenciavam negativamente. A ineficiência do poder público local, a indiferença do governo imperial cujo interesse estava voltado para a região cafeeira e a questão mão-de-obra, que não fora favorecida pela imigração europeia, desarticulou o sistema produtivo maranhense.

Diante da derrocada agrícola, os empresários voltaram sua atenção para indústria e ensaiaram pela primeira vez uma atividade industrial. Para Rangel (1989) este período coincidiu com o primeiro surto de industrialização no Brasil, e no Maranhão surgiram fábricas de variados produtos, tornando-se o segundo maior parque industrial do país onde se encontrava fábricas de fósforos e pregos, complexas se considerado a outras épocas. Houve um período dinâmico com iniciativas inovadoras. Mas devido a irregularidades administrativas e pela desvalorização dos mil réis (encarecendo os custos com máquinas) logo este impulso industrial não passou de um surto momentâneo, uma vertigem industrial.

O fator mais importante do fracasso da economia maranhense pode ser creditado à mudança das relações de trabalho, sobretudo com a abolição da escravatura, que pela ausência de um arranjo articulado entre senhores e escravos, não houve uma absorção do trabalho livre de forma efetiva. O ciclo da borracha na Amazônia, também favoreceu que a força de trabalho emigrasse para Amazônia, reduzindo mais o contingente de mão de obra.

Todo modelo econômico adotado no Maranhão só acentuava a concentração de renda, dificultava a injeção tecnológica na produção, não criava um mercado interno e devido ao caráter econômico voltado para exterior sofria com as oscilações internacionais.

Na terceira fase podemos relatar a integração comercial maranhense à economia nacional, que se desenvolve entre 1940-1970, marcada pelo fim do setor têxtil no Maranhão e a importância comercial do extrativismo.

No início da década de 1940 a extração de babaçu e as plantações arroz irrigado e sequeiro tiveram uma importância salutar na economia maranhense. Porém no final da década de 1970, a baixa produtividade destas duas culturas levou à sua decadência. Esta decadência foi originária do desenvolvimento tecnológico na região sul do país (o cultivo do babaçu era realizado de forma extrativista e em grandes extensões territoriais), na Argentina e Uruguai e o barateamento dos óleos de soja e de palma.

O Maranhão adentra ao século XX sem rumos, o modelo escravocrata da estrutura rural com características semifeudal, ou seja, uma estrutura latifundiária, sem formação da pequena e média propriedade familiar, como foi na região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do Brasil, impediu o desenvolvimento de uma matriz produtiva competitiva. A política econômica brasileira em prol da cafeicultura, com favorecimento cambial e financeiro para exportações de café e também para geração de divisas que

possibilitassem o financiamento das importações e da dívida externa, dificultou sobremaneira a possibilidade de desenvolvimento industrial maranhense.

Os latifundiários se sustentaram com a atividade da pecuária extensiva e a produção de algodão, com baixa agregação de valor. A comercialização da amêndoa de babaçu surgiu com a primeira guerra mundial, quando ganha valor econômico.

A manutenção das atividades produtivas do algodão e o aproveitamento do babaçu, somadas pela criação de demanda e preços internacionais do algodão no período da primeira guerra mundial (1917-1923) proporcionou uma significativa revitalização, com resultados positivos na balança comercial. Entretanto esta revitalização no período da primeira guerra mundial não propiciou uma evolução no que se refere a produção industrial, não houve alteração na sua estrutura produtiva. No período seguinte, com a II guerra mundial, volta a se beneficiar com a valorização dos mesmos produtos (algodão, tecido e do babaçu) e permanecendo com a mesma base produtiva com reduzidas taxas de produtividade da mão de obra, decrescente produtividade do solo e área restrita de produção pela ausência de infraestrutura e nível de tecnologia, ou seja, sem incrementos industriais.

Com o fim da segunda guerra e favorecimento dos preços internacionais a economia maranhense entra em período de baixíssimo crescimento econômico até 1950, crescendo progressivamente a decadência da indústria têxtil pela ausência de modernização tecnológica, o maquinário se matinha inalterada desde 1890, sem alterações para a produção.

No final da década de 1950 o quadro de estagnação começa a se alterar com a interligação rodoviária implantada pelo governo federal, que integra o Maranhão ao nordeste e ao resto do Brasil, facilitando a imigração nordestina, tornando mais acessível à mão de obra rural a ocupação produtiva de uma vasta fronteira de terras devolutas. Essas modificações são importantes, como relata TRIBUZI (2010, p. 61):

“Nestas terras, o produtor do Maranhão encontra, pela primeira vez condições de liberdade relativa de produção, sem ônus feudalizante do foro e da venda da produção a preços deprimidos que caracterizavam as relações de latifúndio; enquanto o sistema rodoviário multiplica os polos de comercialização no interior do Estado e quebra do oligopólio-oligopsônio da Praia Grande. Começa aqui um capítulo novo da história da economia maranhense”.

Transformações na estrutura agrária e um maior foco no setor primário são as molas propulsoras deste período, malgrado a ausência de encadeamento entre estas duas forças não proporcionaram resultados positivos no que se refere ao desenvolvimento potencial e econômico do Maranhão.

A utilização terra, posse e uso, não foram acompanhados de providências institucionais para a regularização, o que permitiu práticas fraudulentas do uso da terra.

Em termos espaciais as migrações se deslocam do Rio Itapecuru para as margens dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Turi, esta ocupação com nova fronteira agrícola, com lavouras de cereais, caracterizada por pequenas unidades familiares, começa a se expandir em direção a mata dos cocais e extrair o babaçu, expandindo a sua produção. Esta expansão conferiu ao Maranhão significativas exportações de arroz e babaçu para o restante do Brasil. Estas migrações também confeririam um avanço da pecuária bovina, menos extensiva.

As atividades industriais urbanas não acompanharam este mesmo ritmo na área agrícola, somente na década de 1970 aparecem algumas indústrias. O setor de serviços se desenvolve via transferências governamentais e crédito. As atividades urbanas eram dependentes do setor primário, as indústrias se vincularam a produção de babaçu e o governo tinha suas receitas tributárias extraídas da produção de arroz e babaçu.

A economia maranhense de acordo com Tribuzi (2010) possuía forças internas que poderiam engendrar um aproveitamento em prol do seu desenvolvimento econômico e social. As forças internas repousavam em ampla disponibilidade de terra a custo do ônus de desbravamento da mata; expansiva disponibilidade de mão de obra por incremento migratório; expansão, concomitante ao desmonte da mata, da cobertura de babaçus produtivos; melhoria de manejo e introdução de sangue melhorado na bovicultura; discreto fenômeno de repulsão campo-cidade; liberação de massa mais numerosa de produtores rurais da situação semifeudal prevalecente nas áreas de ocupação histórica; incremento substancial da receita e dos investimentos públicos e criação de uma infraestrutura econômico-social ponderável.

Todavia estas forças não se articularam, e o resultado foi baixo dinamismo econômico, com reduzidas taxas do produto Estadual e profundas desigualdades regionais. As causas deste cenário encontram-se nos fatores restritivos, apontados por Tribuzi (2010): a incorporação das terras da nova fronteira processou-se de forma espontânea e predatória¹; o poder público não implantou uma infraestrutura econômica e social nas áreas da nova fronteira agrícola; a característica de ocupante sem posse legitimada da terra impediu o produtor rural ao crédito e políticas de preços mínimos e condicionou-o ao atravessamento creditício de usineiros e comerciantes, situação igualmente depressora dos preços ao produtor rural.

¹ Já na década de 1950, Inácio Rangel apontava o fenômeno, sintetizando-o: “o chifre do boi contra o rim do lavrador expele este das terras que beneficiou para a mata” (Rangel *apud* Tribuzi 2010)

Estes entraves acima citados não permitiu que a nova fronteira agrícola criasse uma classe de empresários médios capaz de alicerçar nova estrutural rural condicionada à modernização tecnológica e à diversificação de produtos. Este modelo perpetuou entre 1950-1970 priorizando somente as transações mercantis e especulativas, não houve um investimento industrial que estimulasse a economia. A classe que surgiu deste modelo, não apostava em processo de industrialização, pois se nutria das remunerações do capital mercantil-especulativo, e não se preocupava em engendrar um processo de desenvolvimento industrial com capacidade tecnológica renovadora, com incrementos de produtividade da mão de obra, capitalização rural, com integração da renda e dos benefícios do crescimento econômico. Esta classe mercantil-especuladora acabou por beneficiar-se da mudança geográfica econômica e das novas relações de produção, como identificou Tribuzi (2010).

O resultado deste processo foi o fechamento de muitas fábricas no setor têxtil e a atividade extrativa do babaçu, considerada importante, se torna ociosa sem capacidade de continuidade produtiva. O Maranhão termina o período ainda na espera de oportunidades e iniciativa industrial.

Tribuzi (2010) relata que no período de 1967-1974 as ações públicas que objetivavam melhorar o desempenho da economia maranhense com obras de infraestrutura e estímulos no setor primário, não propiciaram resultados positivos. Estas ações políticas foram possíveis em grande medida pela Política de distribuição da receita pública, que possibilitou aos governos estaduais o investimento em infraestrutura. Todavia estes investimentos não induziram um processo autônomo de industrialização e não projetaram uma modificação na estrutura social no meio rural, pois não houve uma transferência aos produtores rurais o benefício decorrente das economias externas e melhoria qualitativa da produção, desestimulando as inovações tecnológicas e restringindo o mercado consumidor rural.

A impossibilidade de criar um setor industrial urbano que fosse propagador dinamismo com a criação de um mercado consumidor interno, somados a presença de subempregos urbanos, foram fatores que não alteraram a estrutura econômica e social maranhense e que teve como herança a elevada concentração de renda.

A quarta fase relaciona-se ao contexto histórico nacional com a implantação do II PND (governo Geisel, 1974-1978) que no Maranhão se transfigurou no Projeto Carajás, com a implantação da Vale do Rio Doce e da ALUMAR em São Luís. Dessa forma, nesta fase (1970) o Maranhão integra-se à economia nacional. No final da década de 1970, no sul do Maranhão desenvolve-se uma agricultura graneleira mecanizada (milho, arroz, algodão e, sobretudo a soja) que nos anos seguintes se expande para o leste do Estado (Chapadinha e baixo do Parnaíba).

Desenvolvimento recente do Maranhão

No período mais recente, para Holanda & Paula (2011) a década de 1980, mesmo com a crise econômica e fiscal no Brasil (crise da dívida), o Maranhão continuou com a produção mineral e a pecuária extensiva com índices positivos no nível de renda (8,3% a.a.), com novas *commodities* (soja e eucalipto), observa-se a reinserção do Maranhão no mercado externo não havendo a não a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Somente na década de 1990 que o impacto econômico foi sentido com o esgotamento dos ciclos de investimentos (Vale-Carajás, Alumar e Porto do Itaqui) e crise fiscal originária do ajuste fiscal pré-plano Real (1993-1994).

Em face ao enfoque histórico-estrutural da formação econômica e sócio espacial maranhense, marcado com fortes discontinuidades no seu desenvolvimento, percebemos que essa trajetória possuíram vínculos ao longo dos anos e ainda continuam por exercer influencias no momento atual. Portanto, direcionaremos nossa análise para o período recente, anos 2000, por considerar um período de modificações substanciais na estrutura econômica maranhense (promessas de novos investimentos), esta ênfase temporal se justifica por considerar um período de mudanças econômicas e sociais, se comparadas com a década anterior, mesmo que ainda não sejam consideradas satisfatórias como verificadas a seguir.

As promessas de novos investimentos, sobretudo entre 2010-2016 estão ligadas a três setores. São eles: **Complexo Minerometalúrgico** (na região oeste – Açailândia, imperatriz e Santa Inês), o **Agronegócio** (na região Sul – Balsas e Riachão) e as **Indústrias de Alumínio, minério de ferro e de petróleo** (na região norte, em torno de São Luís). De acordo com a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), estes novos investimentos no Estado do Maranhão compreende o montante estimado em mais de R\$ 100 bilhões (três vezes o PIB atual do Estado) entre recursos públicos e privados. O projeto de maior envergadura é o da Petrobrás, com a Refinaria Premium I, no município de Bacabeira, avaliada em US\$ 20 bilhões que fatalmente foi abortado em 2015 por decisão do governo federal. Outros projetos importantes e significativos são a Suzano Papel e Celulose que investe US\$ 1,8 bilhão para produzir 1,3 toneladas de celulose de eucalipto por ano. Em Açailândia, a Aciaria Gusa Nordeste levanta uma indústria de R\$ 300 milhões para fabricar 600 mil toneladas de tarugos de aço por ano.

As tendências econômicas e sociais que impulsionam o desenvolvimento do Estado do Maranhão são positivas, porém ainda existem muitos entraves. De acordo com dados do IBGE (contas regionais 2010) a evolução positiva do PIB do Maranhão a preços correntes em relação ao Nordeste e Brasil sinaliza uma retomada no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do Estado, o percentual das atividades que compõe o PIB do Maranhão apontando um pequeno crescimento nos setores

de serviços e agropecuário. A distribuição por atividade econômica na indústria revela um maior destaque de crescimento no setor da construção civil impulsionada pelas políticas habitacionais do Governo Federal e pela indústria extrativa mineral, influenciada pelo aumento da produção de minério de ferro e minerais não metálicos.

Entretanto, ao contrário da tendência do Nordeste, a queda da indústria com valor adicionado, a indústria de transformação do Maranhão, é algo preocupante. Esta queda tem um vínculo direto com a especialização da pauta exportadora do Maranhão em *commodities* agrícolas e minerais (milho, soja, minério de ferro, alumínio, alumina, ouro ferro-gusa) que chegam a 95% das suas exportações.

É necessário romper com a dependência que o Maranhão mantém com o comércio nacional e internacional, e criar um mercado interno (local e regional), que também possa diversificar sua matriz produtiva e descentralizar o desenvolvimento em direção a regiões mais pobres.

A vulnerabilidade a que se expõe a economia maranhense ao se especializar em *commodities* situa-se sobremaneira nas oscilações do mercado internacional, tanto que a crise financeira internacional de 2008 acabou tendo consequências negativas no mercado de trabalho maranhense. Conforme dados do Ministério do Trabalho (CAGED), em 2008 foram extintos mais de 6,6 mil empregos no setor de serviços, na agricultura, silvicultura, indústrias metalúrgicas e mecânicas. O ano de 2009 teve ainda pior resultado que o anterior e foi caracterizado por uma forte concentração de desligamentos, com 8,1 mil demissões (HOLANDA & PAULA, 2011).

Esta tendência sinaliza para formas de atuação pautadas pela diversificação do parque industrial e de produtos com alto valor agregado. A exploração de recursos naturais e a manufatura sobre esses produtos extraídos podem ser ações que representem um primeiro passo para a agregação de valores, porém, sem uma federação forte não haverá um rumo certo para o desenvolvimento nacional e regional.

No que se referem à Infraestrutura, os novos investimentos têm sido direcionados especialmente para o conjunto intermodal de transportes (ferrovias, rodovias e hidrovias), conjunto este que está articulado com o complexo portuário do Itaqui e Ponta da Madeira (base naval), e que também é favorecido pela integração de três rodovias: Norte-Sul, Carajás e Transnordestina. A expansão do porto do Itaqui, um dos mais importantes do Brasil pela proximidade com o canal do Panamá e com o mercado Europeu e Asiático, é considerado um dos investimentos mais importantes

Entretanto, os setores da economia que mais estão se beneficiando desta grande estrutura logística são justamente as *commodities* agrícolas e minerais, que representam um enclave econômico para região, sobretudo porque respondem massivamente pela pauta exportadora do Estado. A “Mapitoba” (acrônimo para o enclave econômico agrícola nas regiões entre

Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) é um exemplo típico, com uma grande produção voltada para o mercado externo, mas que gera pouquíssima renda interna.

A qualificação de mão-de-obra, com investimentos em escolas técnicas e profissionalizantes, e a capacitação de fornecedores são alguns dos grandes desafios a serem encarados, pois o Maranhão tem os piores índices educacionais do Brasil e a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos é de 19,09%, o dobro da média nacional 9,70% (IPEA, 2012).

Além disso, o nível da renda também acompanha esse mesmo patamar e a renda *per capita* é última entre os estados brasileiros. *O Maranhão, menor PIB per capita brasileiro, apesar de ter registrado o 16º maior PIB brasileiro em 2010, tem a décima maior população brasileira.* (IBGE, 2010)

O mercado de trabalho se apresenta pouco estável, pois a maioria das vagas é preenchida no momento da instalação e construção dos projetos, porém, quando na fase de operação dos empreendimentos, os trabalhadores, com pouca qualificação técnica, acabam não sendo incorporados, como o que vem acontecendo na Hidroelétrica do município de Estreito (MA). Para Holanda & Paula (2011:71-72):

há uma grande discrepância entre a geração de empregos na fase instalação e na fase de operação. Com efeito, enquanto é esperada a geração de cerca 223 mil postos de trabalho nas fases de instalação dos projetos, a fase de operação deverá assegurar tão somente a geração de cerca de nove mil postos de trabalho.

De acordo com o estudo realizado pelo IPEA (2011) e *A Situação Social nos Estados – Maranhão* (IPEA, 2012) seguem abaixo dados elucidativos de cunho social.

O Nordeste e o Maranhão possuem a renda domiciliar *per capita* abaixo da nacional (Brasil: 631,71; Nordeste: 395,48 e Maranhão 340,08), porém o crescimento da renda média foi bem maior que o nacional.

No período de 2004 a 2009, a redução do percentual das pessoas que vivem em extrema pobreza (daqueles que auferem uma renda *per capita* inferior a R\$ 67,07) no Nordeste, foi pouco menor do que a do Brasil, mas no Maranhão foi mais acentuada,

A diminuição da pobreza extrema no Nordeste foi responsável por 58% da queda nacional. O Maranhão foi responsável por 20% da queda do Nordeste e 12% da queda nacional. O rendimento médio dos ganhos de um trabalhador (salário), em out. 2009, foi de R\$1.116,39 no Brasil, R\$743,56 no Nordeste e R\$734,52 no Maranhão, bem abaixo da média nacional.

Enquanto a extrema pobreza e a renda média diminuíram nas zonas urbanas do Maranhão, na zona rural os índices cresceram e são alarmantes. A

extrema pobreza na zona rural maranhense em 2009 chega a 27,86%, contra 20,44% no Nordeste e 12,64% no Brasil.

No Maranhão, as desigualdades de renda média aumentaram. A renda domiciliar *per capita* da zona rural teve um crescimento de 22,8% – passando de R\$ 162,75 em 2001 para R\$ 198,78 em 2009 –, enquanto o aumento na zona urbana foi de 51,7%.

Os programas sociais e de infraestrutura do Governo Federal no Maranhão ainda são insuficientes para reduzir a pobreza no campo, enquanto que as condições de vida da população urbana e rural seguem delicadas.

Conclusão

Conforme o pensamento “novo-desenvolvimentista”, a redução das desigualdades, sobretudo da pobreza, é um fator importante, pois possibilita o crescimento econômico com maior justiça social. No caso do Maranhão observam-se poucos efeitos desencadeadores em função da redução das desigualdades.

Os novos investimentos são de grande magnitude, porém os efeitos multiplicadores se desenvolvem a passos lentos, já que existem muitos entraves econômicos e sociais, o que não deixa também de refletir na realidade brasileira, e, sobretudo na região Nordeste. O grande desafio do Maranhão no âmbito do novo desenvolvimento brasileiro está em articular os atuais investimentos como ações políticas e econômicas que proporcionem maior justiça social, por meio de uma maior diversificação produtiva e criando espaços para um mercado regional e local, e que possibilite, a todos, um amplo acesso à justiça social através do aumento do número de empregos.

O “novo desenvolvimentismo” no Brasil tem como essência a atuação ativa do Estado com o objetivo de fortalecer o mercado por meio de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Não dá para deixar o Nordeste, e mais especificamente o Maranhão, como apêndice desde desenvolvimento, pois a região forma um todo orgânico, no âmbito econômico, social e político, e é sim parte importante da federação.

Torna-se urgente a formulação de uma política de desenvolvimento regional inserida no âmbito do “novo desenvolvimentismo”, com a presença ativa e articulada do Estado como parceiro fundamental para a integração das diversas regiões do País, ou melhor, que é atribuição direta do Estado subordinar à dinâmica econômica regional a consolidação da integração entre as regiões, principalmente no sentido de aumentar a participação do Nordeste na produção industrial, permitindo que o bloco regional se situe como gerador de riqueza no âmbito da economia nacional, e não somente como consumidor das políticas sociais de governo.

Pensar no desenvolvimento econômico e social do Maranhão é pensar em um novo desenvolvimentismo, sobretudo com as promessas de novos investimentos em solo maranhense, o que fomenta o crescimento econômico e o desenvolvimento social com a redução das desigualdades, apresentando-se o Estado como o grande facilitador dessas políticas desenvolvimentistas.

Referências

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. São Luís, EDUFMA, 1987 (Coleção Ciências Sociais).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 2001.

HOLANDA, F & PAULA, R. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos anos 2000. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6 Nº 10 Jan-Jun. 2011.**

IBGE. Contas Regionais. 2010

_____. Contas Nacionais. 2010

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA.

Combatendo a pobreza extrema: o Maranhão e o Brasil Sem Miséria (2011). Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/110617_pobrezaextrema_maranhao.pdf> Acesso em: 3 de janeiro de 2013.

_____. **Situação Social dos Estados**: Maranhão. Brasília, 2012.

IMESC/SEPLAN. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão**/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico. V.3 n.1 p. 1 – 51 jan./mar. 2010

MARX, Karl. **O capital**. Editora Nova Cultural, coleção os economistas, 1996.

RANGEL, Ignácio. **Maranhão**: Antigo e Novo. A Singularidade do Pensamento de Ignácio Rangel, Coleção Ignácio Rangel, Volume 2. São Luís: IMESC, 2008.

_____. Os Desenvolvimentistas. Obras Reunidas. Volume I e II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RENAI/MIDIC, **O Maranhão e a nova década.**

<http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1307388151.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. Editora Edusp, São Paulo. 2002.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo: Antipode, 1977.

TRANSPORTE DE CABOTAGEM NO BRASIL: BENEFÍCIOS, DESVANTAGENS E ENTRAVES AO SEU DESENVOLVIMENTO

Mariana de Barros Zeferino¹

Resumo:

O presente trabalho aborda o transporte marítimo realizado pela navegação de Cabotagem no Brasil, modal de transporte com extrema relevância para o desenvolvimento da economia nacional, tendo em vista as condições naturais, com uma extensa costa marítima e seu alto potencial de utilização. Desta maneira, foi primeiramente realizado um breve histórico do segmento no país, destacando os principais acontecimentos, que desencadearam em um quadro delicado e a exposição dos possíveis motivos que desempenharam esta realidade. Neste sentido, procurou-se demonstrar as vantagens e desvantagens da navegação de cabotagem, salientando os verdadeiros gargalos para o seu desenvolvimento, bem como as suas perspectivas futuras.

Palavras- Chaves: Navegação de Cabotagem, desenvolvimento, transporte de cargas.

1- Introdução

A utilização do mar sempre teve grande influência entre as nações, dada pela necessidade de se navegar, seja pelo fato da locomoção ou pelo intuito de fazer o transporte de cargas, desta forma, sempre foi algo característico e presente em muitos países que possuem abertura para o mar.

A Navegação no Brasil, mais que uma tradição, uma ciência e uma arte, sempre foi uma necessidade imperiosa e se confunde com a defesa do território e com a formação da nação brasileira em cinco séculos de nossa história, nos 7.367km de linha de costa atlântica brasileira. (MARINHA DO BRASIL, 2012).

Desde o período colonial, o comércio marítimo agitava a costa brasileira com navios portugueses carregados de mercadorias para abastecer a metrópole e a corte, assim, estava dada a atividade de exploração na colônia e consequentemente à comercialização dos produtos com a metrópole. Após a Abertura dos Portos as Nações Amigas, ocorrida em 1808, essa comercialização se tornou ainda mais frequente, marcou o fim do pacto colonial, acabando com a passagem dos produtos que iriam abastecer as colônias, primeiramente pela alfândega de Portugal, e a partir dessa data os

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado (em andamento - Qualificada)
maribarrozs@hotmail.com

demais países além de Portugal poderiam vender os produtos diretamente para o nosso país.

Desta maneira o transporte marítimo pode ser dividido em dois seguimentos: Longo Curso e Cabotagem. O transporte marítimo de Longo Curso é aquele que é realizado internacionalmente, e a Cabotagem, tema do presente artigo, de acordo com Rodrigues (2011) designa o transporte marítimo que é realizado ao longo da costa brasileira, realizada entre portos do mesmo país. Nos primeiros 50 anos do século XIX, o fluxo de mercadorias entre as cidades do litoral ainda eram pouco expressivo, porém, com o início da cabotagem nacional aumentou essa transação de mercadorias entre as regiões litorâneas, e assim começou a haver um estímulo para a navegação, bem como para o modal ferroviário.

Ao tratar do transporte de cabotagem, Moreira (2011) comenta a importância que o transporte de cabotagem teve nos períodos em que as estradas de rodagem eram escassas, e o transporte terrestre era feito com grande dificuldade. Esse transporte entre essas “praças mercantis” criou o que o autor chama de agenciadores e representantes, os quais tinham como função organização e coletar a produção mercantil e ao mesmo tempo as redistribuir entre os outros portos do Brasil, muitos desses agenciadores se tornaram armadores.

Do desenvolvimento desse comércio entre as praças comerciais brasileiras nasceram grandes companhias de navegações como, a Companhia Nacional de Navegação Costeira. Está e outras companhias desempenharam um papel importantíssimo de integração litorânea nacional, e além do transporte de cargas, realizavam também o transporte de pessoas.

O Brasil obteve destaque na navegação de cabotagem, porém a partir da introdução de planos governamentais que estimularam demasiadamente a construção de estradas, processo necessário principalmente devido a imprescindibilidade de adentrar o interior do país e liga-lo com o litoral, a atividade de cabotagem passa a ser configurar em segundo plano nos investimentos nacionais ligados a infraestrutura. Essa atenção centrada no modal rodoviário gerou uma supervalorização e dependência a este transporte, principalmente na movimentação de cargas, o que é recorrente até os dias de hoje.

Rodrigues (2011) comenta que o Brasil agiu erroneamente, quando deixou de estimular a navegação de cabotagem, situação ocorrente em diversos outros países que hoje tem o segmento bem estrutura e dotado de funcionalidade. Certas isenções foram dadas a embarcações estrangeiras, isenções estas, que geraram valores baixos para navegar na costa brasileira, ficando praticamente inviável dos navios brasileiros competirem com esses países.

Como consequência, houve a decadência do setor, que perdia forças à medida que as empresas de navegação não conseguiam sobreviver as

concorrentes estrangeiras. Neste sentido, cabe destacar que o país ciente da necessidade de recuperar o transporte de cabotagem, assim como reativar a construção naval, promove algumas políticas de desenvolvimento para estimular o crescimento da navegação de cabotagem no Brasil, como é o caso da Política de Desenvolvimento Produtivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e o PAC 2, que concentram seus investimentos em obras de melhorias relacionada aos portos, mas que reflete diretamente na navegação de cabotagem. Há também, o Plano Nacional de Logística e Transportes, do Ministério dos Transportes. E para desenvolver a frota de navios de bandeira brasileira, destaca-se o Fundo de Financiamento da Marinha Mercante e o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF).

Porém é importante salientar que por mais políticas e programas de incentivos ao crescimento do segmento de cabotagem na navegação brasileira, ainda há entraves suficientes para conter sua expansão e recuperação total. Destaca-se principalmente, a grande burocracia encontrada nos portos brasileiros, os altos preços dos combustíveis, custo operacional elevado, concentração de atracação de navios de longo curso, dificuldade de ampliação da frota entre outras limitações.

Entretanto cabe destacar a importância e as vantagens de se investir na navegação de cabotagem no Brasil, por uma série de fatores, que podem superar os entraves ao seu desenvolvimento. Ressalta-se a eficiência energética, possibilidade de transportar mais cargas, a coerência com meio ambiente, o desenvolvimento da intermodalidade, segurança da carga entre outros pontos positivos.

Assim, compreende-se a importância da navegação de cabotagem para a conjuntura econômica do país, portanto justifica-se a relevância de sua revitalização. Assim sendo, o presente artigo visa demonstrar a conotação do transporte de cabotagem para o desenvolvimento econômico de um país, abordando os fatos históricos relevantes, que desencadearam no quadro atual, bem como suas consequências, acompanhado das vantagens e desvantagens desse segmento de transporte e suas perspectivas futuras.

Para o desenvolvimento do presente trabalho os procedimentos metodológicos utilizados foram inicialmente a pesquisa bibliográfica constituindo o embasamento teórico e dados históricos. O segundo momento da pesquisa se deu através da consulta a materiais mais atualizados, como sites institucionais ligados ao setor portuário e navegação, constituindo os dados estatísticos. Em seguida foi feita a organização dos dados e a redação do artigo.

2- Desenvolvimento

A navegação de cabotagem foi de extrema importância para o país, constituindo uma importante atividade de movimentação na costa brasileira. Quando as estradas ainda eram precárias, este segmento de transporte foi responsável por realizar o intercâmbio comercial entre as principais praças mercantis, destacando-se no escoamento de muitos produtos das regiões produtoras para as consumidoras.

De acordo com Portogente (2015) um momento crucial na história da navegação brasileira foi sem dúvidas a criação da Companhia de Navegação Llyod brasileiro em 1890, grande empresa armadora do país, chegando em 1939 com 122 navios, liderando as rotas da América do Sul, além desta atuava também nas linhas para América do Norte, Prata e Europa.

Outro marco considerável foi o nascimento da Companhia Nacional de Navegação Costeira em 1891, o empreendimento mais importante da família Lage, que detinha 78% das ações da companhia. Esta se fortificou através do processo de industrialização que se iniciava no país, desencadeando no aumento da população residente nas cidades brasileiras e consequentemente impulsionando o intercâmbio de mercadorias entre as regiões litorâneas do Brasil. Seu propósito inicial era realizar a navegação entre o Porto do Rio de Janeiro e os do Sul do Brasil, além de que estava intimamente relacionada com a exploração de carvão, no Sul de Santa Catarina. Embora tivesse sido criada em um momento de grandes mudanças no país, e não tenha recebido apoio no sentido de isenções, empréstimos, como ocorreu ao Lloyd Brasileiro, a empresa se destacou no ramo da navegação brasileira, se estabelecendo através da qualidade e pontualidade de serviços que superavam o Lloyd, de acordo com Navios e Portos (2015).

Moreira (2011) afirma que a Companhia Nacional de Navegação Costeira foi muito importante para produção de carvão realizada no estado de Santa Catarina, na qual transportava o produto até o seus locais de consumo, além de ter participação em outras atividades do comércio nacional, como também no transporte de passageiros entre as regiões norte e sul do país no século XX.

Ainda segundo Navios e Portos (2015) com advento da Segunda Guerra Mundial muitos navios pertencentes as companhias brasileiras foram atacados, e com a entrada decisiva do país no conflito em 1942, a empresa, sofre algumas mudanças, assim como outros setores de negócios da família Lage, como Carbonífero, que através do decreto-lei nº 4.613 de 1942, o destino de todo o carvão produzido no país é entregue ao governo federal. Outra mudança, também ocorrida em 1942, é a incorporação ao patrimônio nacional de todos os bens da Organização Lage, justificando como entidades valiosas e aproveitáveis para o interesse nacional. A encampação ocorre após

a morte de Henrique Lage em 1941 e junto com a Companhia Nacional de Navegação é incorporado também o Lloyd Brasileiro, entre outras empresas.

A junção de capitais comerciais do Rio de Janeiro: Empresa de Sal e Navegação, Empresa de Navegação Salina, Empresa de Vapores Idalina e Empresa Marítima brasileira, resulta na criação da Companhia do Comércio e Navegação, em 1905. Esta Companhia esteve ligada a produção Salina, estando ainda presente no mercado nacional, atualmente supre todos os mercados consumidores do país, promovendo a distribuição em diversos portos do país. Estas três companhias foram extremamente importantes para a história da navegação brasileira, sendo dominantes no ramo até 1940.

Segundo Portos do Brasil (2015) através do decreto nº 9.078 de 3 de novembro de 1911 é criado então a Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais, bem como a Inspeção Federal de Navegação, ambas vinculadas ao Ministério de Viação e Obras Públicas e com o objetivo principal de regular os setores portuários de navegação.

É de suma importância salientar que já na década de 20, a economia brasileira se diversificava. Surgem novos setores industriais, aumentando a produção industrial brasileira, está por sua vez, provoca mudanças no comércio, tanto nas exportações dos produtos industrializados, como nas importações de maquinário necessário para funcionamento das indústrias, tal comportamento desencadeia em uma maior movimentação nos portos brasileiros.

A respeito do desenvolvimento de políticas governamentais que desempenharam mudanças estruturais no setor de infraestruturas do país, podemos destacar o governo de Washington Luis em 1926, que através do lema: Governar é construir estradas, apoiou sua gestão governamental no desenvolvimento de estradas, deixando ao esquecimento outros modais de transporte como o ferroviário e o marítimo. Governar não é somente construir estradas, mas ter metas, planejamento e saber executá-los de acordo com a necessidade do país. Um país como o Brasil, não poderia deixar de desenvolver um sistema ferroviário integrado, tendo em vista o seu tamanho continental. Soma-se a ideia do autor e a dependência do modal rodoviário, realidade exposta até hoje, a falta de políticas nacionais e investimentos necessários também ao desenvolvimento pleno da atividade portuária nacional, bem como a “saúde” da navegação de cabotagem, ao longo de todo o período.

Moreira (2011) elucida que o transporte de cabotagem alcançou seu auge no final do século XIX e também na década de 30 até os anos 70, demonstrando um período de grande crescimento e integrando as cidades regionais litorâneas.

Dentre esse período, alguns acontecimentos foram decisivos para estabelecer o quadro que se apresenta atualmente. Neste sentido, Castro Júnior (2009) aponta que em 1941 foi criada a Comissão da Marinha

Mercante e em 1958, o Fundo da Marinha Mercante, este tinha função de promover recursos para renovação, ampliação e recuperação da frota de navios já existente e principalmente desenvolver a construção naval no país.

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore – SINAVAL (2015) os recursos do Fundo da Marinha Mercante são oriundos do Frete para Renovação de Marinha Mercante (AFRMM), que nada mais é do que uma contribuição fiscal que é cobrada sobre os fretes de importação. A Comissão de Marinha Mercante se transforma em 1969 em Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM), extinta em 1983. Através do governo de Costa e Silva, que se iniciou em 1967 houve investimentos no setor de infraestruturas, principalmente nas telecomunicações e energia elétrica, assim como a introdução de recursos na indústria de bens de capital e bens de consumo duráveis. No setor naval, neste período foram criadas algumas políticas específicas, como o Plano de Emergência de Construção Naval – PECN, entre os anos de 1969 à 1970, e também dois programas de construção naval, o primeiro PCN entre os anos de 1971-1974 e o segundo PCN entre 1974-1980.

Castro Júnior (2009) nos lembra das medidas adotadas em 1969, como a reserva de carga à bandeira brasileira, cargas prescritas, ou seja, que só podem ser transportadas por navios de bandeira brasileira. O decreto de Lei nº66 e 687 que cria a exclusividade da navegação de cabotagem no Brasil para armadores brasileiros.

Dentro desta conjuntura, através dos investimentos no setor, os armadores tinham acesso aos financiamentos, bem como subsídios, à medida que seguissem o plano de orientações dos navios, desenvolvido pela Sunaman. Pode-se destacar também, as condições de proteção geradas por essas políticas de desenvolvimento, que tinham por objetivo a proteção da concorrência internacional por meio das conferências de frete, as quais dividiam o transporte de cargas bilateral de longo curso entre as empresas de bandeira brasileira (40% do volume de frete) com as de bandeira estrangeira (40%) e o restante para o mercado livre. Estas políticas impulsionaram a construção naval brasileira, e o período destacado foi também o momento em que o Brasil se tornou o segundo maior construtor naval do mundo, porém pouco duradouro. Esse impulso provocou o crescimento da demanda nos estaleiros brasileiros que puderam se expandir. O segmento industrial nas mãos de um órgão público encontrou dificuldades para enfrentar a variação de redução de custos e os próprios impactos no mercado, causado principalmente pelo aumento do preço do petróleo que incidiu sobre o preço do combustível, provocando uma recessão não só da economia nacional, mas como do mundo, referentes à crise do petróleo ocorrida em 1979, segundo Sinaval (2015).

Neste sentido, cabe ressaltar que houve transformações significativas também no transporte marítimo de cargas mundial, com a introdução dos

contentores, os quais sem dúvidas proporcionaram mudanças estruturalmente positivas ao setor, principalmente a facilidade em transportar mercadorias, maior segurança as cargas, eficiência e rapidez, além de ter facilitado a entrada decisiva de muitos países no comércio mundial, e a prosperidade de muitas empresas do ramo que se tornaram internacionais como destaca a passagem abaixo.

Esta nova geografia económica permitiu às empresas cujas ambições tinham sido puramente internas tornarem-se empresas internacionais, exportando os seus produtos praticamente com a mesma facilidade com que os vendiam localmente. No entanto, se o fizessem, depressa descobririam que os reduzidos custos de expedição marítima beneficiavam do mesmo modo os produtos na Tailândia ou na Itália. (LEVINSON, 2009, p. 15).

Laxe (2005) comenta que os portos sentem a necessidade de participarem de um transporte multimodal, ou seja, há uma preocupação maior com os meios de acesso até os portos, se estes se conectam a malhas ferroviárias, se possuem um bom acesso rodoviário, que possam agir em conjunto com o transporte marítimo ofertado pelo próprio porto, e os contêineres são equipamentos adaptados à qualquer modal, podendo facilmente ser transportados em um caminhão, nos vagões dos trens ou em navios, e com a vantagem de não precisar ser descarregado.

Como já mencionado o advento dos contêineres foi um grande passo positivo no transporte de cargas, porém os estaleiros brasileiros não estavam preparados para tal mudança no setor, o que se tornou um entrave para a navegação brasileira, no sentido de que a frota de navios se tornava desatualizada, resultando na dependência de afretamentos de embarcações com bandeiras estrangeiras e a importação de navios.

Na década de 80, o Brasil passou por momentos delicados em sua economia, que vivia uma recessão ocorrida desde que a guerra tinha se encerrado, refletindo nos setores de infraestrutura do país. Neste sentido, referente ao setor naval brasileiro, foram pensados algumas alternativas para driblar os reflexos da crise existente. O Plano Permanente de Construção Naval (PPCN) foi lançado em 1981, justamente para tentar sanar os efeitos negativos que a realidade apresentava. Com a economia em recessão, houve uma diminuição brusca na utilização de navios, deixando os armadores ociosos, além do custo de fabricação dos navios ter aumentado demasiadamente. O momento também estava complicado para Sunamam, que apresentava grandes dificuldades financeiras presentes desde a década de 70, o que representou uma má administração, que resultou na sua extinção, em 1987. A gestão dos contratos de financiamentos da construção naval para

o BNDES, assim como a aprovação dos financiamentos se torna responsabilidade do Ministério dos Transportes, ambos desde 1983.¹

Já na década de 90, há a liberalização do transporte marítimo de longo curso, o que resultou em uma maior concorrência internacional para os armadores brasileiros. Este momento foi crucial na história de navegação brasileira, pois se evidenciou que o mesmo não tinha condições suficientes para competir com os grandes países. Se em um dado momento o país tinha se tornado o segundo maior produtor de navios do mundo, empregando mais de 40 mil trabalhadores, essa situação se convertia e o setor se aprofundava em crise.

A navegação de cabotagem brasileira é marcada em sua maioria pelo transporte de granel líquido, e grande parte desse volume se dá pelo transporte de óleos combustíveis e minerais, em seguida aparece granel sólido, e por fim, em menor quantidade a carga geral, apesar de ter apresentado crescimento nos últimos anos. A lei 9.478/97, de 06 de agosto de 1997 libera a exploração e refino do petróleo para novos operadores que não somente a Petrobrás, isso sem dúvida gerou um crescimento avançado no setor, impulsionando maior movimentação nos estaleiros brasileiros. Através de políticas desenvolvidas pela Associação Brasileira de Empresas de Apoio Marítimo (ABEAM), bem como da articulação de alguns estaleiros, a Petrobras exige que a operação de apoio marítimo seja realizada totalmente por navios de bandeira brasileira, o que determina novas encomendas de navios destinados à atividade para os estaleiros.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) a política de submissão ao capital financeiro e o descaso com o capital produtivo continuou a ignorar o setor. Apenas no fim de seu governo, e premiado por gigantescos déficits na balança de pagamentos externa, há um alívio e se recomeça os investimentos em uma frota mercante nacional, tendo continuado esses investimentos durante o governo Lula (2002). A reativação do Parque de construção naval veio especialmente ligada à extração de offshore de óleo e gás. Tal política ainda não foi capaz de gerar uma reativação do complexo marítimo brasileiro e seus anexos, principalmente os armadores de navegação de cabotagem e de longo curso e da indústria de navieças, onde o país continua dependente de empresas estrangeiras e de altos fretes cobrados pela carência de uma estratégia global de transportes. (MOREIRA, 2011, p.53).

Está questão se torna delicada no sentido de que a nossa indústria naval ainda está em fase de recuperação, portanto estamos vivendo a sua

¹ Sindicato Nacional da indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore – Sinaval (2015).

revitalização, que caminha a passos lentos. Se os estaleiros se focam em construir navios destinados às atividades ligadas ao petróleo offshore, que apresenta grande participação no setor naval, a demanda de construção de navios destinados ao transporte de outros segmentos de cargas não consegue ser totalmente atendida, o que se torna um entrave para o estabelecimento e crescimento de navios de bandeira brasileira, já que os estaleiros brasileiros não conseguem dar conta da demanda, resta para os armadores, a importação dos mesmos.

A respeito da legislação que compreende o transporte de cabotagem, pode-se destacar a Lei 9.432 de 1997 que ao ordenar sobre o transporte aquaviário promoveu mudanças na navegação mercante, permitindo que as empresas brasileiras afretassem navios com bandeiras estrangeiras na cabotagem, alternativa encontrada para suprir o gargalo presente nos estaleiros brasileiros que não dão conta da demanda crescente.

Através da lei nº 9.432, de 08/01/97, a título de romper um suposto monopólio, o Brasil tomou uma decisão sem precedentes no mundo: deu ao Poder Executivo o direito de suspender as disposições contidas no decreto nº 666, de 02/07/69, possibilitando à bandeira estrangeira atuar na navegação de cabotagem, sem levar em conta que a estratégia de abastecimento do mercado interno poderá ficar à mercê de interesses estrangeiros sazonais, em detrimento da armação nacional. (RODRIGUES, 2011, p. 96-97).

A respeito do transporte de cabotagem a legislação dá preferência para as embarcações de registro brasileiro na cabotagem, ou seja, com bandeira brasileira, porém não cria exclusividade para estas embarcações. Segundo Syndarma (2014), a lei é flexível, já que para atender a demanda, permite as Empresas Brasileiras de Navegação o afretamento quando: ampliação de até 50% de sua frota, com afretamento de embarcações estrangeiras a casco nu; para atender a demanda imediata, por tempo ou a casco nu, em substituição a embarcações em construção; atender a qualquer demanda de transporte, através de afretamento de embarcação estrangeira para uma viagem específica mediante a consulta as outras Empresas Brasileiras de Navegação.

De acordo com a Confederação Nacional do Transporte – CNT (2013), pode-se destacar como políticas desenvolvimentistas que contemplam o setor de navegação nacional, a Política de Desenvolvimento Produtivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e o PAC 2, que tem como objetivo central promover melhorias infra estruturais nos brasileiros, mas que refletem no desenvolvimento do transporte de cabotagem no país. Há também, o Plano Nacional de Logística e Transportes, do Ministério dos Transportes.

Além disso, atualmente está em discussão um novo marco regulatório do setor portuário/ aquaviário no âmbito da Medida Provisória nº 595/2012.

Observa-se um aumento da frota de cabotagem brasileira em 2011, tal crescimento é justificado pelo auxílio do Fundo de Financiamento da Marinha Mercante, além dos investimentos do PAC. Há que também se destacar, o Programa de Modernização e Expansão da Frota – PROMEF, criado em 2004, com o intuito de aumentar a produção de navios no país, através das melhorias e inovações dos estaleiros brasileiros. No período entre 2011 e o primeiro semestre de 2014 a frota de navios com bandeira brasileira na cabotagem passou de 156 navios para 183. Com isso a movimentação de mercadorias transportadas pelo segmento também se elevou, em 2011 foi responsável por transportar 138.645.183 toneladas e em 2014 este número passou para 147.141.320 toneladas, registrando um crescimento de 17,2% desde 2010, sendo o granel líquido a principal carga transportada pelo através da cabotagem, que no primeiro semestre de 2014 representou 56,05% do total de cargas, segundo ANTAQ (2014).

Como já destacado, o crescimento verificado na construção naval se deu devido principalmente à extração de offshore¹ de óleo e gás, porém segundo Moreira (2011) essas políticas ainda não reativaram por completo o complexo marítimo brasileiro e todo o cenário que o envolve, como os armadores de cabotagem e a própria indústria de peças de navios, deixando o país ainda dependente de empresas estrangeiras e de fretes altíssimo, resultado de uma série de carências no setor.

2.2 Fatores favoráveis e desfavoráveis à utilização do Transporte de cabotagem no Brasil

Diante das condições naturais que o Brasil apresenta, sendo um país com uma costa navegável extensa é inadmissível que ainda seja dependente do transporte rodoviário. O estímulo dado ao modal rodoviário entre as décadas de 50 e 60 resultou na falta de investimentos em outros setores de transportes, provocando a decadência nos portos e a desativação de muitas ferrovias brasileiras. É importante destacar que a matriz de transporte de um país funcionará harmoniosamente, quando este for capaz de desenvolver um sistema intermodal, visando os aspectos positivos de cada segmento de transporte. Assim, a navegação de cabotagem se constitui como uma alternativa positiva para o desenvolvimento e eficiência da economia brasileira.

Neste ponto, cabe salientar que as vantagens que a o transporte de cabotagem apresenta são muito relevantes, diante da utilização maciça de outros modais. Destaca-se também, que o mesmo modal retrata algumas

¹ Termo inglês designado para caracterizar empresas de exploração petrolífera que operam na costa do país.

desvantagens de uso, que estão principalmente ligadas a falta de uma sólida regulamentação do setor, lacunas de infraestruturas e excessos de burocracias. Desta maneira é interessante demonstrar os pontos positivos e negativos da utilização de navegação de cabotagem no Brasil.

Quadro 1 – Pontos positivos e negativos da utilização da Navegação de Cabotagem.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	ELEVADO CUSTO DE COMBUSTÍVEL
MAIOR VIDA ÚTIL DOS NAVIOS E INFRAESTRUTURA	MUITA BUROCRÁCIA
MAIOR CAPACIDADE DE CARGAS	FROTA DE NAVIOS ENVELHECIDA
MENOR CONSUMO DE COMBUSTÍVEL	DIFICULDADE DE AMPLIAR A FROTA
BAIXA DISSEMINAÇÃO DE POLUENTES	CUSTO OPERACIONAL
VERSATILIDADE EM TRANSPORTAR CARGAS (VÁRIOS TIPOS)	AUTO CUSTO DE PRATICAGEM
SEGURANÇA NO TRANSPORTE	OFERTA INSUFICIENTE DE ESCALAS
	DIFICULDADE DE ATRACAÇÃO NOS PORTOS

Fonte: Agência Nacional de Transporte Aquaviários – ANTAQ.

A eficiência energética relacionada ao transporte de cabotagem decorre do fato dos navios suportarem uma capacidade bem mais elevada de cargas do que os outros modais, desta forma, consumindo oito vezes menos combustível do que o modal rodoviário para transportar a mesma quantidade de cargas de acordo com Login (2015). Como está exposto no **quadro 2**, a

quantidade de carretas necessárias para suprir apenas uma embarcação é imensamente maior.

Quadro 2- Comparativo de capacidade de cargas entre os modais.

CABOTAGEM	1 EMBARCAÇÃO	5.000 t
FERROVIÁRIO	72 VAGÕES	70 t
RODOVIÁRIO	143 CARRETAS	35 t

Fonte: Confederação Nacional de Transporte – CNT (2013).

Porém, acrescenta-se um entrave a essa vantagem energética, que são os altos custos com combustível, que recaem sobre o custo do frete, e desta forma encarecendo os produtos finais. Neste sentido cabe destacar que a navegação de cabotagem encontra dificuldades em competir com o modal rodoviário, já que este é favorecido por incentivos fiscais sobre o óleo diesel, e o transporte marítimo está isento de qualquer incentivo ou compensação, como argumenta Silva (2012), ao falar que a situação se agrava justamente pelo pagamento de tributos como ICMS e Cofins pelos navios de cabotagem, enquanto que os navios de longo curso “têm isonomia destes impostos quando se abastecem de combustível”.

Lopes (2015) também frisa que o abastecimento dos navios na costa brasileira para embarcações de bandeira brasileira é mais elevado, salientando que o valor do combustível pode recair de 35 a 50% dos custos operacionais. Ressalta que por mais que a Lei 9.432/1997 estabeleça algumas desonerações de tributos, igualando o transporte de cabotagem com o de longo curso, a realidade que se apresenta é diferente.

A respeito da maior vida útil dos navios e infraestruturas, destaca-se a necessidade excessiva de investimentos de recursos no grande concorrente que é o modal rodoviário de cargas, o qual dispensa de uma quantia elevada para sua manutenção temporal. Segundo a Confederação Nacional do Transporte- CNT (2015) foram gastos somente este ano, contando até agosto, 4.080,41 milhões, unicamente no modal rodoviário e apenas 161,88 milhões, no modal aquaviário.

Acrescentasse a esses vultuosos investimentos o fato da grande utilização dos caminhões destinados a movimentação de cargas no país, provocando o estrangulamento das rodovias nacionais, incluindo congestionamentos intensos e o alto nível de acidentes nas estradas, sem deixar de citar, os excessos de pesos que não são respeitados pelos

caminhões, acelerando a destruição das estradas, refletindo em um problema social, já que as estradas não são utilizadas unicamente para o transporte de mercadorias, mas também, se constituem em um modal aproveitado por outros usuários.

A dependência brasileira pelo modal rodoviário se confirma com dados apresentados pelo ILOS (2014) o qual destaca que cerca de dois terços das cargas transportadas no Brasil, são por meio do modal rodoviário de cargas. A cabotagem representa 9,6% da matriz brasileira de transporte de carga e isso significa bem menos do que os 37% movimentados na União Europeia e os 48% transportados pela China.

Um ponto positivo da navegação de cabotagem recai sobre a segurança das cargas no transporte desse segmento, representando um risco muito menor de acidentes e roubo de cargas, que são mais comuns aos outros modais. Esta segurança reflete diretamente no valor do seguro, e principalmente nas exigências e avaliações que são feitas pelas seguradoras. Estas avaliam diversos fatores como o tipo de mercadoria, a distância da viagem, valores transportados e o próprio meio de transporte. Desta maneira, por ser um transporte que proporciona mais segurança as cargas, o modal de cabotagem tem um custo de seguro inferior ao do rodoviário, elucida Silva (2012).

Cabe salientar como ponto positivo da navegação de cabotagem a questão ambiental, que está em pauta nos últimos anos. Criou-se uma cultura, bem afirmativa, diga-se de passagem, em relação a preservação do meio ambiente. Recentemente existem diversas políticas que estimulam os países a diminuir a emissão de gases poluentes, através de incentivos, até mesmo fiscais para as indústrias que colaborarem. Neste sentido, torna-se primordial, que a matriz de transporte dos países também se adeque a questão ambiental. Entre os modais, aéreo, ferroviário, rodoviário e aquaviário, o último se destaca como sendo o mais inofensivo ao meio ambiente.

Quadro 3 - Representatividade da Cabotagem na Emissão de CO₂ (g/TKU)

AÉREO	40
RODOVIÁRIO	50
FERROVIÁRIO	35
CABOTAGEM	15

Fonte: ILOS (2013).

Percebe-se que o transporte aéreo se constitui por ser mais agressivo ao meio ambiente, este também se torna inviável para o deslocamento de grandes quantidades de cargas, e altamente dispendioso em relação aos demais, porém nos últimos anos registra-se um crescimento, principalmente na movimentação de cargas com grande valor. Em seguida está modal rodoviário, tão utilizado na matriz de transporte brasileira.

Outro ponto negativo na navegação de cabotagem é a falta de estímulos suficientes e falhas nas políticas de incentivos a construção naval no país. De acordo com Silva (2012) nos últimos anos houve novas investidas por meio das empresas brasileiras, como a Log-in, Aliança e principalmente da Transpetro que está ligada a indústria Offshore, e também temos uma frota de navios com a idade média considerada avançada comparada com outros navios, em torno de 25 anos, porém o número de novas embarcações é pequeno e torna-se preocupante se pensarmos no futuro.

A dificuldade encontrada na construção de navios brasileiros reflete a diferenciação de custo/construção com os que são praticados em outros países, principalmente superior aos países asiáticos, onde se encontra a maior indústria naval do mundo. Silva (2012) discorre que com o aumento da demanda e a insuficiência de produção dos estaleiros nacionais, há maior utilização de navios estrangeiros afretados e atenta que a carga tributária para a importação de navios é altíssima, além de inibir a utilização de navios na navegação de cabotagem. Somado a esses entraves está o pagamento por parte do armador de vários outros tributos, já mencionados. O autor aponta a necessidade de haver uma readaptação de leis e tributos que busquem beneficiar o quadro nacional.

O quadro portuário nacional apresenta grandes dificuldades de se desenvolver por diversos motivos, dentre eles o excesso de burocracia para a entrada e saídas de navios, reunindo a competência de diferentes órgãos, como a Receita Federal, ANVISA, Ministério da Agricultura entre outros tantos, que exigem uma série de documentos relacionados a carga transportada. Referente às exigências do próprio porto, segue o quadro com a documentação necessária para atracação de embarcação de cabotagem em porto brasileiro.

Quadro 4 – Documentos Necessários na Navegação de Cabotagem no Brasil.

DECLARAÇÃO MARÍTIMA DE SAÚDE
RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE ÁGUA DE LASTRO
CERTIFICADO DE DESRATIZAÇÃO
LISTA DE TRIPULANTES
LISTA DE PASSAGEIROS
LISTA DE VACINAÇÃO
LISTA DE NARCÓTICOS
LISTA DE PONTOS ESCALADOS
GMDSS
CARTEIRA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO
CERTIDÃO DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA
CERTIFICADO DE ICPS

Fonte: Castro e Lachmann (2009).

A desvantagem em termos de burocracia na navegação de cabotagem recai principalmente na comparação das exigências de documentos entre outros modais e até mesmo na comparação com a cabotagem de outros países e a própria navegação de longo curso. De acordo com Castro e Lachmann (2009) os documentos necessários para a navegação de longo curso, são basicamente os mesmo exigidos pela navegação de cabotagem no Brasil, com o acréscimo de uma lista de provisão, lista de pertences da tripulação e lista de armas e munições. Já nos Estados Unidos os únicos documentos exigidos para atracação de navios de cabotagem em portos do país, são o formulário de atracação e lista de tripulantes.

É sem dúvida, que o excesso de documentação exigida pelos portos brasileiros se constitui um entrave para o desenvolvimento dos mesmos, no sentido que prejudica as suas movimentações, ocasionado filas de esperas nos portos, atrasos de cargas e um aumento no custo operacional.

Lopes (2015) salienta que outro entrave para o desenvolvimento do modal é o alto custo operacional praticado aos navios de bandeira brasileira, que explicitamente diferem do praticado com as embarcações de bandeira estrangeiras. Essa diferenciação se dá principalmente nas isenções tributárias

que recaem sobre reparos, investimentos, suprimentos e manutenções, entre outros benefícios. Outros obstáculos recorrentes estão presentes na legislação brasileira que estabelece o número mínimo de tripulantes, que pode representar de 29 a 38% do custo operacional na cabotagem e uma série de encargos sociais que não são pertinentes às embarcações estrangeiras.

Outro importante impedimento ao desenvolvimento desse tipo de navegação é o pagamento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Esta taxa reflete sobre o valor do frete aquaviário “de produtos importados de qualquer natureza e os recursos arrecadados são repassados ao Fundo da Marinha Mercante”. (LOPES, 2015).

No Brasil um ponto bastante discutido e embaraçoso é a dificuldade de atracação nos portos por parte das embarcações de cabotagem, como vimos, há uma série de empecilhos ao seu desenvolvimento, tais entraves se tornam um processo árduo de se resolver principalmente pela preferência dada nos portos às embarcações de longo curso. A navegação de longo curso trás mais lucros aos portos e terminais, por comporem navios maiores e conseqüentemente, com mais cargas, gerando mais lucro. Este é um grande obstáculo ao desenvolvimento da navegação que retrata a opinião divergente entre os meios envolvidos, representantes dos portos e terminais e as empresas brasileiras de navegação.

Segundo ILOS (2015) no dia 11 de junho deste ano, o governo e alguns especialistas se reuniram com o intuito de discutir o caminho para formular um novo Plano Nacional de Cabotagem para o país. A discussão principal ficou centrada nas propostas de construção de terminais exclusivos para a navegação de cabotagem nos portos organizados e o embarque de caminhões nos navios. Pesquisas revelam que as empresas de navegação se colocam contra a instalação de terminais exclusivos para navios de cabotagem, principalmente porque cerca de um terço da carga que é transportada entre portos domésticos, é proveniente do exterior, e logo são armazenados. Com a proposta teria que modificar a logística de alocação, necessitando realocar os contêineres para outro terminal, encarecendo o processo. Por outro lado essas empresas sugerem a redução de burocracias para entrada e saída de embarcações nos portos brasileiros que dificultam a agilidade de atracação dos navios, prejudicando as atividades. Há uma forte pressão por parte das empresas de navegação para uma maior flexibilidade em relação as regras de dispensa da contratação de práticos, que são responsáveis por fazer a manobra de navios na entrada e saída dos portos, quando a embarcação e o comodante são brasileiros. A marinha pode habilitar seus comandantes a atuar como práticos, porém estes tem que cumprir no mínimo 36 manobras de entrada e saída nos portos por cada semestre, o que na visão das empresas é impossível.

3- Considerações Finais

Há uma nova visão sob o transporte de cabotagem no Brasil, e o seu processo de revalorização já está em andamento. Atualmente percebe-se a existência de políticas de incentivos e programas de estímulos a construção naval que impulsionam o crescimento do segmento.

Desta maneira, através da valorização e crescimento da navegação de cabotagem o país pode caminhar para o desenvolvimento de um sistema integrado de transportes, contemplando os diferentes modais, refletindo diretamente na prosperidade da economia nacional. Tal acontecimento se materializado, irá proporcionar vantagens relevantes para o país, no sentido de aprimorar o comércio, tanto nacional como internacional, através da diminuição dos custos logísticos, que representam parte significativa no preço final dos produtos e se constituem como um obstáculo ao desenvolvimento da economia nacional.

Para o desenvolvimento do segmento de cabotagem no país é de extrema relevância que aconteça conjuntamente a modernização dos portos nacionais, para que estes estejam aptos para acompanhar a demanda mundial que envolve o transporte marítimo de cargas, bem como, estejam adaptados e receptivos a navegação de cabotagem. O que pôde se verificar que atualmente não é a realidade exposta no cotidiano dos portos brasileiros, que concentram e dão preferência para a atracação de navios de longo curso, por constituírem operações mais rentáveis economicamente do que a atracação de navios de cabotagem. Está desconcentração é pauta em destaque nos planos para o desenvolvimento deste tipo de navegação, portanto há que se encontrar maneiras de estimular o crescimento destas embarcações perante o mercado, bem como a sua melhor aceitação nos portos, buscando alternativas que contemplem positivamente ambas as partes.

Embora a navegação de cabotagem venha apresentando um crescimento no país, os caminhos a se percorrerem para sanar todos os entraves, como a dependência do modal rodoviário, o excesso de burocracias, a falta de cumprimento dos marcos regulatórios, entre outros fatores que inibem seu desenvolvimento e prosperidade, são longos e demasiadamente trabalhosos, porém este segmento tem um potencial elevado de crescimento.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. Anuário Estatístico Aquaviário 2014. <http://www.antaq.gov.br/anuario/>, acesso em 12 de junho de 2015.

CASTRO, Osvaldo Agripino de; LACHMANN, Marianne Van. **A navegação de Cabotagem na visão dos transportadores: o valor da cabotagem no Brasil**. Seminário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. 2009.

Confederação Nacional do Transporte – CNT. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Paginas/index.aspx>. Acesso em: 12 out.2015.

ILOS – Especialistas em Logística e Supply Chain. **Plano de Cabotagem avança, mas gera dúvidas**. Disponível em: <http://www.ilos.com.br/web/plano-de-cabotagem-avanca-mas-gera-duvidas/>. Acesso em: 8 set. 2015.

LEVINSON, Marc. **A Caixa: como os contentores tornaram o mundo mais pequeno e desenvolveram a economia mundial**. Lisboa (Portugal): Actual, 2009

LOGIN LOGÍSTICA. Disponível em: <https://www.loginlogistica.com.br/entendendo-a-cabotagem>. Acesso em: 13 nov. 2015.

LOPES, Elisângela Pereira. **Navegação de Cabotagem: Vantagens, entraves e soluções**. Disponível em: http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/artigo-10_2.pdf. Acesso em: 2 out. 2015.

MARINHA DO BRASIL. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/historico.html>. Acesso em: 25 ago. 2012.

MOREIRA, Márcio Ricardo Teixeira. **A Construção Naval No Brasil: Sua Gênese, Desenvolvimento e o Atual Panorama da Retomada do Setor – 1990-2010**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Navios e Portos. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/cms/>. Acesso em: 5 out. 2015.

PORTOGENTE. Disponível em: <https://portogente.com.br/colunistas/laire-graud/extincao-do-lloyd-brasileiro-10136>. Acesso em: 3 out. 2015.

Portos do Brasil. Disponível em: <http://www.portosdobrasil.gov.br/>. Acesso em: 3 out. 2015.

Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação naval e Offshore – SINAVAL. Disponível em: <http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/Balanco-Historia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

RODRIGUES, P. R. A. **Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e à Logística Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

Sindicato Nacional de Empresas de Navegação Marítima – Syndarma Embarcações Brasileira: quadro atual. Disponível em: <http://abenav.org.br/web/wp-content/uploads/2014/06/SYNDARMA-Luis-Resano.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

SILVA, Luiz Carlos Guimaraes. Cabotagem : **Vantagens e desvantagem, responsabilidade ambiental, desafios, infraestrutura**. UNAERP. Ribeirão Preto. 2012.

TRANSPETRO. PROMEF. Disponível em: <<http://www.promef-transpetro.com.br/o-que-e-o-promef>>. Acesso em: 19 set. 2012.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO ESTADO DO PARANÁ¹

Andressa Consalter²
Sandra L. Videira³

Resumo:

O aumento do investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil, a partir da década de 1990, é relevante na história econômica do país, influenciado pela abertura da economia, fruto da adoção de políticas neoliberais. Assim, este artigo é um estudo teórico e empírico sobre a internacionalização da economia brasileira, que resgata elementos que permitem discussões e leituras sobre o investimento externo direto (IED) no Brasil e no Paraná a partir da década de 1990, onde será possível observar tanto a participação quanto à evolução desse fluxo em nosso país e no Estado do Paraná, assim como analisar quais são os principais países investidores desse tipo de capital e as mudanças que ocorreram ao longo do período de análise, tanto em investimento quanto de países investidores.

Palavras-chaves: Capital internacional; IED; Brasil; Paraná.

1. Introdução

A questão da internacionalização da economia brasileira embora focada principalmente nas duas últimas décadas, remonta há muito mais tempo como apresenta Gonçalves (1999 e 2003), obviamente inserida dentro de outras determinações políticas, econômicas e sociais, mas que grosso modo apresentam os mesmos interesses: ampliação da escala de acumulação.

O aumento do investimento direto estrangeiro (IED)⁴ no Brasil, a partir da década de 1990, é relevante na história econômica do país, principalmente por ir ao encontro do contexto da abertura de sua economia, fruto da adoção

¹ Trabalho de conclusão de curso em fase final.

² Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.
andressaconsalter@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. slvideira@yahoo.com.br

⁴ De modo geral, “o investimento externo direto refere-se a todo fluxo de capital estrangeiro destinado a uma empresa (residente) sobre a qual o estrangeiro (não-residente) exerce controle sobre a tomada de decisão” (GONÇALVES, 1999, p. 24).

das políticas neoliberais, inserindo também neste panorama um acentuado processo de desnacionalização da economia, como bem aponta Gonçalves (1999).

O Estado do Paraná também tem recebido uma marcante participação de IED, e um dos motivos para isso é por apresentar a quinta maior economia do Brasil, onde o Estado responde atualmente por 5,84% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 20,8 mil em 2010, acima do valor de R\$ 19,7 mil referente ao Brasil, segundo dados do IPARDES. Esses dados demonstram o quanto o Paraná é importante na economia brasileira, sendo este também, o estado da Região Sul que mais recebeu capital na forma de IED no ano de 2000.

Diante disso, temos como objetivo geral desta pesquisa analisar a internacionalização da economia brasileira a partir do Investimento Externo Direto. Contribuindo assim para desvendar um pouco mais sobre esse tema, temos como objetivos específicos, analisar a expansão do IED no Estado no Paraná assim como sua evolução ao longo dos anos de 1995 à 2005¹.

Deste modo, esse trabalho de pesquisa constituirá um esforço teórico e empírico sobre a internacionalização da economia brasileira, resgatando elementos que permitiram construir um cenário que entremeasse da escala global até a escala regional.

2. Metodologia

Esta pesquisa foi organizada em três momentos principais: leituras bibliográficas; busca de dados e análises e sistematização dos mesmos. Inicialmente, pautada em discussões teóricas, buscamos uma base conceitual, fundamentada principalmente nos autores: Frieden (2008), Almeida (2002), Silva (2005), Gonçalves (1999 e 2005), Niaradi (2008), Trintin (2001) e Firkowski (2002), que grosso modo, discutiam sobre: internacionalização da economia, economia brasileira, inserção internacional do Brasil, Investimento Externo Direto, economia paranaense e internacionalização do Paraná. Essas leituras foram de suma importância e proporcionaram uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo que se propõem aqui analisar.

Diante todo o apanhado teórico que foi realizado, a pesquisa passa para um segundo momento, onde se direcionou a comprovar com dados a parte teórica que se vinha discutindo, principalmente do quanto o IED está

¹ Como utilizamos o Banco Central, como principal fonte de dados para a pesquisa, este foi o período selecionado porque o Censo de Capitais Estrangeiros no País (Censo) começou a ser realizado no ano de 1996 com base nos dados do ano de 1995, conforme determinação da Lei 4.131/1962. A Pesquisa quando se trata de dados referentes ao IED no Paraná se limita até o ano de 2005 porque de 1996 a 2006, o Censo além de ter sido realizado de cinco em cinco anos, para de fornecer dados por estados, devido à mudança na metodologia de dados.

presente no Brasil e no Paraná modificando e internacionalizando o cenário econômico.

Para a busca desses dados, utilizamos como principal fonte de pesquisa, o Banco Central. Pois é nele que se encontram os dados sobre IED no Brasil, nas suas regiões e também no estado do Paraná. Os dados sobre o IED que buscamos nessa fonte apresentam a nós o quanto esse fluxo de capital externo aumentou nos últimos anos e também nos informam os países que aqui investem.

Após essa procura e seleção de dados, essa pesquisa se encaminha para o terceiro e último momento: a análise e sistematização desses dados. No artigo eles se encontram em forma de tabelas, para que possibilitem uma sistematização para melhor compreensão, facilitando assim a análise das inter-relações dos mesmos e sua visualização.

Assim, as análises aqui disponíveis, comprovam o que se propõem estudar no artigo, que o IED aumentou no Brasil exorbitantemente nos últimos anos, assim como também teve um acentuado aumento no estado do Paraná. E que a escolha deste estado merece destaque, pois se situa entre os estados mais desenvolvidos economicamente e industrialmente do Brasil, merecendo realce nos estudos da Geografia Econômica.

3. Economia internacional brasileira: uma análise do investimento externo direto no Brasil

A análise da internacionalização do capital e da economia exige o resgate de conceitos e momentos marcantes para compreendermos o seu processo de desenvolvimento. O estudo destes temas tem merecido uma série de trabalhos e pesquisas por parte de economistas, sociólogos e geógrafos, afinal, vivemos em uma época em que as coisas estão se acelerando e se disseminando de uma forma muito rápida, necessitando de reflexões constantes.

Iniciamos aqui as discussões com a definição do capital internacional e da economia internacional, que segundo Benakouche (1982, p. 07-10), “refere-se aos fluxos de mercadorias e de serviços que se estabelecem entre as nações” e “a economia internacional é entendida como um conjunto de trocas entre nações”.

Vale resgatar, para melhor compreensão sobre internacionalização do capital, o que Silva (2005, p. 37-38) afirma:

A internacionalização do capital pode ser considerada uma forma de imperialismo econômico, dada a participação do capital das economias centrais na formação bruta do capital nos países periféricos. Esta participação fornece as condições para o capital externo participar das decisões internas do país periférico, já que colabora para a formação interna da sua economia.

Essa internacionalização se tomará mais intensa ou propriamente mundial, com o fim da Guerra Fria (1989), a desagregação do bloco soviético e as mudanças políticas econômicas nas nações de regime socialista, como bem aponta Frieden (2008).

Segundo Silva (2005), o investimento estrangeiro e o comércio internacional, que é um de nossos interesses nesta pesquisa, devido ao seu crescente aumento no período atual, retratam a nova configuração do sistema econômico: a globalização.

Assim, para Silva (2005, p. 116-117):

O investimento estrangeiro foi uma nova forma de exploração capitalista, fundamentado no nacionalismo e militarismo para expandir o mercado nacional e aumentar o poder econômico dos países centrais. A exploração do capital externo se dava pela apropriação dos lucros proporcionados pela estrutura do mercado interno periférico e o envio dos rendimentos para a pátria de origem.

Para compreender a grande participação que nosso país e o estado do Paraná passaram a receber de Investimento Externo Direto (IED), faz-se necessário aqui, conceitua-lo. Assim, de modo geral, “o investimento externo direto refere-se a todo fluxo de capital estrangeiro destinado a uma empresa (residente) sobre a qual o estrangeiro (não-residente) exerce controle sobre a tomada de decisão” (GONÇALVES, 1999, p. 24).

Diante disso, temos algumas leis que melhor regulamentam as informações sobre o IED, dentre elas podemos mencionar a que Niaradi (2008, p.13) traz:

A Lei n. 4.131/62 considera capitais estrangeiros os bens, máquinas e equipamentos entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários, introduzidos no País, para aplicação em atividades econômicas, desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior (Art. 1º).

Ainda o mesmo autor afirma que:

Ademais, fica instituído, no artigo 2º desta mesma lei, que “Ao capital estrangeiro que se investir no país, será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, sendo vedadas quaisquer discriminações não previstas na presente lei” (NIARADI, 2008, p. 13).

Diante essas breves informações conceituais apresentadas acima, para prosseguirmos com essa pesquisa, faz-se necessário uma análise deste tipo de investimento, em escala nacional e depois local, para que possamos comprovar o quanto este tem participação no país e no estado do Paraná assim como poder analisar quais países que aqui investem.

4. Investimento Externo Direto: olhar o nacional para compreender o local

A partir da implementação do Plano Real, em 1994, o Brasil começou a adentrar em um novo sistema, um sistema econômico aberto, com maior internacionalização, com incentivos às indústrias estrangeiras para aportarem nas terras brasileiras, maior estabilidade política e estabilidade de preços. Com isso, o Brasil passou a fazer parte do sistema global e pensar na sua forma de inserção, no cenário internacional, que é o que nos chama atenção nesta pesquisa, principalmente a participação relevante que o estado do Paraná possui.

Se resgatarmos a partir do século XX parte da história econômica do país, o Brasil no ano de 1930 “já alojava grandes empresas multinacionais, que dentro da política de substituição das importações também eram bem recebidas pelo governo brasileiro, encontrando aqui ambiente liberal e propício para sua instalação, o que estimulou a indústria doméstica” (VIDEIRA, 2009, p. 106).

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil estava em sintonia com os discursos nacionalistas, tendo o Estado como forte operante no programa de desenvolvimento econômico. Silva (2005), afirma que o capital externo era talhado em setores considerados estratégicos e se definiam regras que variavam de acordo com os interesses nacionais.

Já o decorrer da década de 1980 e início dos anos 1990 foram marcados pelo início de uma “globalização financeira”. Depois de algumas crises nas décadas anteriores como a crise do petróleo em 1970, com consequências que afetaram diretamente a economia do nosso país, Almeida (2002, p. 96), afirma que “as nações capitalistas conheciam uma volta ao ciclo virtuoso dos negócios: emergência das multinacionais, deslocação produtiva, clima regulatório mais ameno e favorável às incorporações agressivas”.

Por fim, a abertura comercial iniciada com ênfase na década de 1990 permitiu um aumento na vinda de fluxos de IED para o Brasil. Sambatti e Ribeiro (2005, p.4) afirmam que “[...] esse aumento dos IEDs, na década de 1990, foi reflexo da globalização financeira e de constantes processos de fusões e aquisições” que, junto com a política do neoliberalismo consolidaram as bases para que isso ocorresse.

Com o passar das décadas, segundo Videira (2009, p. 52), o Brasil:

Aderiu à economia global mais ou menos na época em que o ex-presidente Fernando Collor de Mello anunciava o fim da economia protecionista brasileira. Portanto é na década de 1990 que o tema passou a ocupar uma posição central no debate brasileiro. A isso, seguiram-se privatizações, desregulamentação e um acesso facilitado à rede de comunicações global.

E foi, portanto, durante o curto mandato de Collor (1990-1992), que este “inaugurou o neoliberalismo no Brasil, abrindo gradativamente o mercado interno às importações e iniciando a privatização das empresas estatais produtivas” (SINGER, 2001, p. 116).

O crescimento dos fluxos de ingresso de IED no Brasil a partir de 1995 pode ser explicado segundo Gonçalves (2005, p. 182), pela interação de fatores exógenos e endógenos. “Com a retomada do crescimento da economia mundial em 1993 houve incremento do excedente econômico global, e, conseqüentemente, iniciou-se um novo ciclo de expansão do IED em escala internacional”. Assim, o fato relevante é que o IED apresenta um comportamento pró-cíclico, isto é, acompanha o ciclo da evolução da economia mundial, como bem afirma o mesmo autor.

Assim, para melhorar e ampliar as informações acima, temos a Tabela 01, onde buscamos respaldo em dados que mostrassem a origem do capital estrangeiro mais presente no país sob a forma de IED, que ilustra o estoque do capital no Brasil de 1995 à 2013.

Tabela 01 Estoque* de Investimento estrangeiro direto no Brasil – Participação no capital (US\$ mil)**

	Países	Estoque em 1995	Estoque em 2000	Estoque em 2005	Estoque em 2010***	Estoque em 2013
1	EUA	10.852	24.500	27.096	109.700	125.440
2	Espanha	251	12.253	17.589	85.421	71.256
3	Bélgica	558	657	735	50.342	70.675
4	Reino Unido	1.863	1.488	3.491	41.635	46.875
5	França	2.031	6.931	12.238	30.674	36.907
6	Japão	2.658	2.468	3.261	29.004	32.06

						3
7	Alemanha	5.828	5.110	7.251	30.350	24.499
8	Itália	1.259	2.507	4.181	18.235	18.246
9	Suíça	2.815	2.252	2.844	13.104	18.153
10	Luxemburgo	408	1.034	2.399	13.198	15.112
11	Canadá	1.819	2.028	6.690	14.443	14.593
12	México	45	132	15.051	15.684	13.415
13	Países Baixos	1.546	11.055	27.012	14.868	13.298
14	Bermudas	853	1.940	713	9.127	12.263
15	Portugal	107	4.512	2.237	7.799	10.822
16	China	28	38	80	7.874	10.226
17	Austrália	65	78	166	6.540	5.365
18	Ilhas Cayman	892	6.225	6.149	2.423	4.782
19	Ilhas Britânicas	901	3.197	4.811	3.646	3.717
	Total	38.593	88.405	146.944	504.067	547.707

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos Censos do Capital Estrangeiro de 1995 a 2013 realizados pelo Banco Central.

* Distribuição por país do investidor final (O investidor final ocupa o topo da cadeia de controle e não necessariamente coincide com o investidor imediato).

** É explicada por três componentes: 1)ingresso líquido de IED; 2) variação de preço das empresas de IED; e 3)variação cambial (BANCO CENTRAL).

*** Conforme informações do Banco Central, o acentuado aumento de valores em 2010 deve-se a uma mudança metodológica na coleta de dados realizada no Censo de Capital Estrangeiro, com mudanças de critérios de valoração dos investimentos, a fim de equiparar-se ao padrão estatístico internacional.

Em virtude das mudanças realizadas na metodologia do Banco Central, torna-se duvidosa as análises, dado as distorções quanto ao grande aumento do IED em 2010. No entanto, é evidente que houve mesmo um crescimento exorbitante no estoque de IED no Brasil, que deveu-se tanto pelo número de empresas declarantes, que passou de 6.322 em 1995 para 13.662 em 2010, quanto pelo maior volume de capital em circulação no mundo como afirmam vários estudiosos da área e instituições que tratam do assunto, como a UNCTAD, por meio dos seus relatórios. E, principalmente porque neste interstício a crise norte-americana e a da Zona do Euro contribuíram para que os investimentos tomassem a direção dos países emergentes com mais afinco.

A análise da Tabela 01 mostra que o maior investidor no Brasil durante os anos de 1995 à 2013 são os Estados Unidos; os países que o seguem são Espanha, Bélgica, Reino Unido, Alemanha, Japão, Itália e México, dentre outros países que também mostram aumento de investimento no Brasil ao longo desses 18 anos.

A China merece destaque, de 1995 até 2013 pouco investiu no Brasil, mas a partir de 2011, embora ainda que modestamente em comparação com os outros países quanto ao valor absoluto, em termos relativos aumentou quase 1000% a sua participação.

Assim, as análises e os dados apresentados neste texto, evidenciaram que dentro desse processo de globalização econômica e a expansão do IED mundo afora, o Brasil desperta interesse das grandes corporações em busca de novos mercados para inserir seus investimentos. O Brasil desponta nessa economia global principalmente na década de 1990 amparado na política neoliberal implantada.

Assim, espera-se que esses dados e discussões mencionadas, tenham contribuído para compreender a importância do IED para o desenvolvimento do Brasil, significando a possibilidade de captação de recursos financeiros e tecnológicos para que as empresas nacionais não sejam mais restritas ao mercado interno, mas participem das cadeias produtivas mundiais e possam cada vez mais competir internacionalmente. O Investimento Externo Direto não é importante apenas para o desenvolvimento econômico do Brasil, como também é necessário para não excluir o país do ciclo produtivo mundial, como bem menciona Silva (2005).

Deve-se analisar que países como o Brasil têm novas oportunidades de se inserir no mercado globalizado, buscando a revigoração do seu parque industrial assim como o desenvolvimento econômico nacional e internacional tão almejado. Entretanto, como bem aponta Silva (2005, p. 133):

Os resultados da inserção do Brasil dependerão muito dele próprio, de como vai participar e compor a estrutura das corporações transnacionais. O problema tende a se restringir cada vez mais na questão da política industrial e do desenvolvimento local que será adotada e que permitirá

o melhor aproveitamento das qualidades dos fatores de produção brasileiro.

O IED deve ser utilizado na medida em que esteja ligado a uma política industrial maior, que fortaleça a participação das empresas localizadas no Brasil, no comércio mundial, através do aproveitamento dos fatores produtivos com valores adicionais de maior tecnologia, como bem trás Silva (2005). Entretanto é válido lembrar que para isso o país deve ter uma política de desenvolvimento industrial forte, que possibilite o melhor aproveitamento desse acesso à tecnologia.

Para tanto, após analisarmos o quanto o Brasil ganha destaque no cenário mundial, com a participação do IED de diversos países, cabe agora, analisar o estado do Paraná, que vem ganhando grandes destaques na economia internacional e nacional quando comparado com os outros estados brasileiros.

5. Investimento Externo Direto no Paraná

O estado do Paraná tem recebido uma acentuada participação de Investimento Externo Direto (IED) e um dos motivos para isso é por apresentar a quinta maior economia do Brasil, segundo dados do IPARDES. Outro motivo para essa vinda acentuada de IED no Paraná se justifica pela grande presença do setor automobilístico com multinacionais tendo controle acionário de diversos países, setor esse que passou a se desenvolver após a instalação da Cidade industrial de Curitiba (CIC) e com o aperfeiçoamento da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

O Paraná por décadas tinha como característica básica a de ser um:

Comprador líquido de mercadorias de outras unidades federais, principalmente de São Paulo, evidenciada pelas relações de troca desfavoráveis, consequência do comércio inter-regional alicerçado nas exportações de produtos agrícolas e matérias-primas agroindustriais e importações de insumos industriais e bens de capital e de consumo duráveis (TRINTIN, s/d, p. 04).

A industrialização aparece como o elemento capaz de trazer ao Paraná uma maior autonomia ao centro da economia nacional, além de ser também o mecanismo capaz de romper com a condição à qual sua economia foi submetida ao longo do tempo.

Trintin (s/d, p. 09), afirma que “o projeto que mais se destacou no Estado do Paraná, foi à consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)¹, quando o governo paranaense teve um papel decisivo, pois passou a oferecer

¹ Implementada em 1972.

suporte ao empreendimento e exerceu uma política de atração de investimentos”. Como consequência disso, o Paraná contou com a instalação de segmentos modernos, como por exemplo, o complexo metal mecânico e de refino de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba, assim como a modernização de grupos já tradicionais como da madeira, produtos alimentares, química, entre outros. Isso tudo possibilitou o desenvolvimento de novos seguimentos industriais no Paraná na década de 1970. Além de ser também o momento em que se iniciam os investimentos externos no Paraná, onde passou a receber diversas empresas do setor automobilístico de capital externo tornando internacionalizada a economia paranaense.

O importante a destacarmos é que a vinda desses capitais externos para o Paraná criou fortes estímulos para a retomada dos investimentos em setores tidos como estratégicos para o crescimento da indústria nacional. E assim, o Paraná aproveita esse momento e novamente entra na dinâmica de acumulação do país atraindo investimentos e desenvolvendo principalmente o setor industrial. É nesse contexto de grandes mudanças que se iniciam no Paraná novos esforços no sentido de promover sua expansão industrial.

Deve-se lembrar também que a vinda dessas empresas para o Paraná, como bem aponta Maia; Trintin (2003, s/p):

Esteve associada à proximidade e a lógica de comercialização que se pode realizar através do estado com o Mercosul e com o próprio mercado interno brasileiro, em razão das boas condições de infraestrutura econômica oferecidos pelo estado paranaense. Além desses aspectos, a economia paranaense também possuía um ambiente industrial interno relativamente diversificado, o que a capacitou para atrair esses investimentos. Em outros termos, entendemos que sem essas condições dificilmente a economia paranaense poderia ser receptora de investimentos nos anos 90.

Diante as informações apresentadas até esse momento, percebe-se que a economia paranaense pode aproveitar tanto do período de desconcentração da economia nacional quanto do período de resfriamento deste processo e teve como resultado um parque industrial, com um razoável grau de integração local e forte integração à economia nacional, que o inseriu dentro de uma economia internacionalizada, atraindo diverso fluxo de capital e multinacionais no estado.

Assim, os dados da tabela 02 demonstram o quanto o Paraná é importante na economia brasileira, sendo este também, o estado da Região Sul que mais recebeu participação estrangeira no ano de 2005.

Tabela 02 – Estoque de IED nos Estados da Região Sul do Brasil – 2005.

PAÍS DE ORIGEM DOS RECURSOS	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL	SANTA CATARINA
Alemanha	375.634	132.462	52.106
Argentina	50.095	49.683	23.966
Austria	4.396	3.264	13.201
Bermudas	129	21.924	-
Canadá	1.190	1.772	238.069
Chile	157.161	7.728	34.707
China	409	843	1.022
Dinamarca	9.249	33.057	1.828
Espanha	320.817	1.518.304	40.829
Estados Unidos	574.760	524.730	60.565
França	1.639.063	170.584	18.399
Ilhas Bahamas	3.434	3.740	1.019
Ilhas Cayman	10.402	419.344	2.689
Ilhas Virgens (GB)	35.356	34.095	22.649
Itália	33.069	48.005	24.794
Japão	155.366	4.199	16.387
Liechtenstein	4.502	11.747	3.693
Luxemburgo	34.748	1.215	24.209
México	858.971	470	411
Países Baixos	1.156.119	572.409	94.545
Panamá	81.678	10.017	165.151
Paraguai	585	527	397
Portugal	64.179	298.047	3.479
Reino Unido	930.555	98.286	12.497
Suíça	163.803	127.890	48.758
Uruguai	74.613	215.309	107.809
Diversos estrangeiros	196.434	8.252	125
Total	7.405.418	4.336.503	1.018.282

Fonte: Organizado pelas autoras com base nos dados do Banco Central – 2005.

Diante a Tabela 02 fica evidente o quanto diversos países¹ de vários continentes, apresentam IED no Paraná assim como nos outros estados da região Sul, sendo os que mais se destacam em geral: Países Baixos, França, Reino Unido, México, Estados Unidos e Espanha.

Percebe-se também que o Paraná é o estado da Região Sul com maior número de estoque de IED, fazendo com que sua economia tenha grande participação de capital internacional, podendo compará-lo com os demais estados com alta participação de IED, como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro.

¹ Esses países foram selecionados para fazerem parte da tabela por serem os que mais se destacam quanto ao estoque de IED, mas existem outros países com participações pouco representativas, que podem ser melhor detalhadas no site do Banco Central.

Outra análise que podemos fazer diante os dados, é que os países investidores, possuem interesses diferentes em cada um dos estados da Região Sul, pois passam a investir valores bem variados quando comparados entre os estados.

Assim, para melhor comprovar o quanto o estado do Paraná ganha destaque ao receber IED, temos a Tabela 03 que demonstra a evolução de IED nos anos de 1995 até o 2005.

Tabela 03 – Estoque de IED no Paraná – 1995 à 2005 (Em US\$ mil)

País-1995	Paraná	País-2000	Paraná	País-2005	Paraná
Bermudas	34.130	Bermudas	154	Bermudas	129
China, República	31	0	0	China	409
Paraguai	86	Paraguai	407	Paraguai	585
Nova Zelândia	0	Nova	2.506	Nova	2.831
Bahamas, Ilhas	152	Bahamas,	2.898	Ilhas	3.434
Áustria	1.645	Áustria	1.530	Áustria	4.396
Liechtenstein	34.113	Liechtenstein	8.518	Liechtenstein	4.502
Dinamarca	22.153	Dinamarca	11.055	Dinamarca	9.249
Finlândia	0	Finlândia	1.661	Finlândia	11.520
Noruega	19.432	Noruega	24.950	Noruega	21.738
Itália	424	Itália	15.107	Itália	33.069
Luxemburgo	0	Luxemburgo	446.714	Luxemburgo	34.748
Argentina	116.95	Argentina	11.423	Argentina	50.095
Portugal	5	Portugal	21.988	Portugal	64.179
Uruguai	15.867	Uruguai	50.279	Uruguai	74.613
Panamá	42.298	Panamá	11.107	Panamá	81.678
Japão	67.674	Japão	121.178	Japão	155.366
Chile	442	Chile	17.143	Chile	157.161
Suíça	107.54	Suíça	246.989	Suíça	163.803
Espanha	88	Espanha	143.501	Espanha	320.817
Alemanha	29.002	Alemanha	75.297	Alemanha	375.634
Suécia	73.968	Suécia	457.176	Suécia	423.499
Estados Unidos	130.47	Estados	306.482	Estados	574.760
México	0	México	2.000	México	858.971
Reino Unido	8.190	Reino Unido	20.883	Reino Unido	930.555
Países Baixos	67.718	Países Baixos	1.156.11	Países Baixos	1.156.11
França	111.69	França	155.182	França	1.639.06
Cayman, ilhas	10.478	Cayman,	10.258		
Total	894.56	Total/U.F.	3.336.55	Total	7.163.87

Fonte: Organizado pelas autoras com base nos dados do Banco central – 1995-2005.

Com base na Tabela 03, fica evidente o quanto o aumento do IED no Paraná foi significativo ao decorrer dos anos analisados, variando de um total de US\$ 894.565 para US\$ 7.163.872.

O número de países que investem capital na forma de IED no Paraná também é grande, sendo que aqui na tabela constam apenas os que possuem maior participação nos investimentos¹.

É válido destacar também o quanto os valores investidos variam ao longo dos anos analisados. Algumas alterações ficam visíveis a nós como, por exemplo, os países que investiam no Paraná em 1995 e que em 2005 deixaram de investir, ou então que baixou o número de investimentos, sendo eles: Argentina, Ilhas Cayman, Dinamarca, Liechtenstein e Luxemburgo.

Há também os países que passaram a ter um grande investimento no Paraná ao longo de nossa análise, sendo eles: França – o país de maior participação nos IEDs -, Países Baixos, Reino Unido, México, Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Espanha e Chile.

Assim, podemos afirmar que diante as discussões teóricas e as análises das tabelas e dados acima, podemos comprovar nosso objeto de estudo, que era analisar o quanto o IED vêm aumentando tanto no Brasil quanto no estado no Paraná nos últimos anos.

6. Considerações finais

A questão do IED tem recebido grande atenção nas leituras da Geografia Econômica, em especial a partir da década de 1990, quando este deixou de ser um investimento voltado somente para países centrais, passando a ter grande influência e participação também nos países semi-periféricos, como é o caso do Brasil e assim espalhando para os outros estados brasileiros. Nesse sentido, destaca-se o Brasil como um grande receptor dessa forma de investimento, favorecido pela abertura da economia, privatizações, fusões e aquisições.

O que torna interessante e nos chamou atenção a respeito do desenvolvimento econômico do Paraná é a inserção econômica tanto no mercado nacional, quanto no internacional. Desde as grandes transformações que ocorreram nos anos de 1970 até a diversificação econômica dos anos 1990, foi fortemente impulsionada pela dinâmica da economia. E esse processo de crescimento e diversificação da economia paranaense só foi possível como afirmam Maia; Trintin (2003, s/p), porque contou com os estímulos proporcionados pelas políticas de desenvolvimento regional, tanto aquelas voltadas para os interesses dos capitais quanto aquelas das políticas públicas de atração de investimentos.

Essas transformações ocorridas possibilitaram a criação de um espaço industrial que teve grande importância na década de 1990, quando o novo ciclo de investimentos se direcionavam para a economia brasileira, momento

¹ No site do banco central é possível encontrar outros países investidores de IED no Paraná, porém com valores bem inferiores aos dos países selecionados.

esse também em que o Paraná entrou com processo de atração de investimentos, graças ao desenvolvimento da CIC e da RMC.

Esses investimentos como demonstrados nas tabelas, apontam para diversos países que passam a possuir investimento externo em forma de IED e o quanto eles aumentaram e tendem a aumentar no decorrer dos anos com o desenvolvimento industrial cada vez mais acelerado da economia paranaense.

7. Referências Bibliográficas

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ALMEIDA, Paulo R. **Os primeiros anos do século XXI** – o Brasil e as relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENAKOUCHE, Rabah. O que é capital internacional? São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

Circular (BACEN) 2.997, de 15 de agosto de 2000.

FIRKWOSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. A inserção do estado do Paraná no processo de desconcentração da indústria automobilística brasileira. Polígono. Revista de Geografia, 11-12 (2001 – 2002); pp. 75-111.

_____, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 93-107, Jul/dez, 2004.

_____, Olga Castreghini de Freitas; ARAÚJO, Sílvia Maria P. de; MOTIM, Benilde M. Lenzi. A inserção do Paraná na lógica do capital mundial – território e trabalho na nova indústria automobilística. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

FRIEDEN, Jeffrey A. Capitalismo global: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. O nó econômico. In: SADER, Emir (org) **Os porquês da desordem mundial** – mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NIRADI, George Augusto. Investimento estrangeiro diretos no Brasil – Cartilha – Análise da Legislação Aplicada. Campinas, SP: Millennium Editora, 2008.

SAMBATTI, Andréia Polizeli; RIBEIRO, Michele Roberta. **Uma análise sobre os fluxos de investimento externo direto e sua distribuição setorial no Brasil a partir da década de 1990**. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminarario/IVSeminarario/Artigos/16.pdf>> acesso em: 25 de Janeiro de 2014.

SILVA, Christian Luiz da. Investimento estrangeiro direto: da dependência à globalização. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005. =

TRINTIN, Jaime Graciano. A economia paranaense: 1985-1998. 2001. 205 f. Tese (Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

_____. **História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados dos anos noventa do século XX.** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-04.pdf>> acesso em: 02 de novembro de 2012.

VIDEIRA, Sandra L. São Paulo: centro de gestão bancária, In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Arioaldo U. **Geografia das Metrôpoles.** São Paulo: Contexto, 2006, p.339-355.

VIDEIRA, Sandra I. Globalização financeira: Um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil. Guarapuava: Unicentro, 2009.

_____. **Globalização Financeira:** um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil. Guarapuava: Unicentro, 2009, 344p.

Outras referências:

<http://www.ipardes.gov.br/>

<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>

<http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>

RESULTADOS DE CAMPO: NOTAS SOBRE TRANSPORTE E LOGÍSTICA NA FACHADA ATLÂNTICA EM SANTA CATARINA¹

Roberto César Cunha²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas estruturas de circulação, distribuição e logística localizadas na fachada atlântica de Santa Catarina. Foram analisados oito empreendimentos, sendo (i) três com foco nas concessões de serviços públicos, (ii) três com ênfase no desenvolvimento de tecnologias e (iii) dois com recorte nos elementos locacionais das atividades industriais. As análises demonstraram que: no primeiro grupo consiste no grande ponto de estrangulamento, no segundo mesmo com bom aparato tecnológico, há gargalos na logística externa e no terceiro, ainda é importante o fator infraestrutura de transporte e ecoamento.

Palavras-chave: Concessões. Desenvolvimento tecnológico. Localização industrial. Fachada Atlântica catarinense. Formação socioespacial.

INTRODUÇÃO

Conforme assinala Mamigonian (1966), a fachada atlântica do estado de Santa Catarina foi, inicialmente, ocupada por vicentistas, oriundos da Capitânia de São Vicente no século XVII. Em segundo momento, houve o povoamento açoriano-madeirense (iniciativa da Coroa portuguesa), no século XVIII. E por imigrantes alemães e italianos no século XIX, onde se desenvolveu uma estrutura economia e social lastreada na pequena produção mercantil. Nessa área, foram se forjando, no processo histórico de desenvolvimento, estruturas produtivas urbano-industriais dinâmicas que se metaforosaram em grandes polos econômicos, como, entre outras, Vale do Itajaí, Nordeste catarinense, Sul catarinense, Grande Florianópolis.

¹ Este artigo deriva de observações e de impressões preliminares de viagens realizadas durante as saídas de campo das disciplinas: (i) Tecnologia, Industrialização e Organização do espaço; (ii) Circulação, Transporte E Logística: contribuição para o “novo” desenvolvimento brasileiro, ambas do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFSC. As viagens compreenderam espacialmente a fachada Atlântica do estado de Santa Catarina.

² Geógrafo pela UFMA e Mestre em Geografia pela UFSC. Membro do grupo de pesquisa “Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico” (GEOTDE) filiado ao CNPq. E-mail de contato: robertoujsma@hotmail.com.

No período recente (2000-2014), o estado de Santa Catarina passou por um dinamismo crescente na economia. Entre 2004-2012, segundo dados da FIESC (2013), o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense cresceu 229,9%, passando da casa dos R\$ 77 bilhões para R\$ 177 bilhões. Em termos de taxa de crescimento, o PIB catarinense cresceu de 1,0%, em 2003, para 5,4%, em 2010, enquanto o brasileiro cresceu de 1,1% para 7,5%, no mesmo período. Contudo, em 2012 o PIB catarinense apresentou um crescimento de apenas 1,2%, contra 0,9% do Brasil. Setorialmente, enquanto diminui a participação da indústria no PIB do estado, de 35,9% para 34,1%, cresce a participação do PIB do Comércio e dos Serviços, de 54,4% para 59,2%.

Especificamente, alguns municípios da fachada atlântica, os resultados do desempenho do PIB acompanham o dinamismo estadual. De acordo com FIESC (2013), entre 2003-2011, enquanto o PIB de Itajaí teve um crescimento ao ano de 41%, o de Joinville foi de 20,30% e o de Florianópolis foi de 17,25%. A evolução do PIB também se verifica nos pequenos municípios. A taxa de crescimento do município de Navegantes foi da ordem de 36%, contra 37,4% do município de Palhoça. No mesmo período, o crescimento acumulado do município de Itajaí foi de 369%, Palhoça obteve 337%, Navegantes 326% e 277% de Imbituba.

Com essa *performance*, a fachada atlântica de Santa Catarina, passou a ser objeto de pesquisa de variada bibliografia, entre as quais destacam-se: Mioto et al. (2010); Pereira (2011); Seabra et al. (2011); Santos e Bastos (2012); Mioto (2012); Silva e Mattei (2013) que consideram a nova realidade demográfica estabelecida como elemento fundamental para a dinâmica espacial recente; e Espíndola (2015) salienta que o ponto de partida para entender o dinamismo espacial da área passa-se fundamentalmente pela esfera da produção¹.

Para colaborar com o debate, e sem embargo dos textos citados, o objetivo do presente artigo é apresentar algumas estruturas de circulação,

¹ Conforme Espíndola (2015, p. 9-10), esse dinamismo da economia catarinense nos últimos anos, é decorrente, sobretudo, dos novos investimentos produtivos ao longo da fachada atlântica catarinense. Dentre eles, pode-se citar: (i) a modernização do sistema portuário de Itajaí, de São Francisco do Sul, de Imbituba e de Itapoá; (ii) a duplicação e concessão da BR-101 à iniciativa privada; (iii) a implantação da indústria automobilística, como a GM Motors em Joinville; (iv) o *boom* da indústria da construção civil; (v) a retomada dos investimentos na indústria naval, via instalação de estaleiros em Itajaí e Navegantes, entre outros municípios; (vi) a implantação da indústria de alta tecnologia em Florianópolis, Blumenau e Joinville; (vii) a dinamização de setores cerâmicos e plásticos no sul e nordeste catarinense; e (viii) o crescimento da indústria calçadista no vale do rio Tijucas. Ademais, esses investimentos, por sua vez, promoveram efeitos multiplicativos associados aos serviços vinculados à logística de exportação/importação e hotelaria, bem como o surgimento da indústria de eventos.

distribuição e logística localizadas na fachada atlântica de Santa Catarina¹. Para isso, utilizou-se a categoria de formação socioespacial elaborada por Santos (1982), pois a formação socioespacial é uma realidade concreta que se transforma, evolui e muda historicamente. Além de Cholley (1964); e Rangel (2005) como fundamentação teórica básica. Partindo dessa escolha analítica, este artigo foi desenvolvido com base em parâmetros bibliográficos e documentais, a partir de fontes primárias, secundárias e pesquisas de campo de modo contextualizado.

Quanto às fontes primárias, recorreu-se a informações e dados, entre outros, dos relatórios da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC). Dentre as fontes secundárias destacam-se artigos em periódicos indexados, teses, dissertações, livros, sítios na internet de entidades empresariais e governamentais. As pesquisas de campo foram realizadas em diversos municípios da fachada atlântica (SC), entre Junho de 2013 a outubro de 2014².

No intuito de sistematização para alcançar o objetivo central proposto, o texto está segmentado em cinco seções, não excetuando esta introdução. A segunda trata-se das concessões de services públicos. A terceira seção apresenta-se desenvolvimento tecnológico e evoluções de modais de transporte. Na quarta parte analisa-se a localização e desenvolvimento de indústrias. Para concluir, são feitas algumas considerações finais.

CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA INICIATIVA PRIVADA: Ferrovia Tereza Cristina, Porto de Imbituba, Aeroporto de Navegantes

¹ Segundo Marx (2011, p. 327), a produção de mercadorias “até aqui só o é em si mesma; não está posto enquanto tal; o que de início está posto, o que existe, é uma mercadoria de um preço determinado (idealizado), que só idealmente existe como uma soma de dinheiro determinada, e que somente na troca deve se realizar enquanto tal, ou seja, tem primeiro de reingressar no processo de circulação para se posta como dinheiro”. Portanto, o dois processos de que constituem o capital (produção, circulação) são externos, separados no tempo e no espaço entre si. Eles existem independentes, um ao lado do outro, mas possuem unidade interna. Um é pressuposto do outro. Para um produto ser capital ele tem que se valorizar e multiplicar-se e, para isso, ele tem que circular (troca), ou seja, tem que ser comercializado. E para isso, as estruturas de circulação e distribuição são fundamental para realização das mercadorias.

² Para alcançar o objetivo do artigo, entre as inúmeras visitas nas saídas de campo, optou-se pelos seguintes empreendimentos que abrangem várias estruturas de circulação, transporte e logística: Ferrovia Tereza Cristina (Tubarão), Porto de Imbituba S/A (Imbituba) e Aeroporto Victor Konder (Navegantes) sobre concessões públicas; Cerâmica Porto Bello (Tijucas), Centro de distribuição do Angeloni (Porto Belo), Multilog logística (Itajaí) sobre desenvolvimento tecnológico e evoluções de modais de transporte; Condomínio industrial Perini (Joinville) e Siderúrgica Arcelomittal (São Francisco do Sul) sobre localização e desenvolvimento de indústrias.

A industrialização brasileira foi e é dependente de substituição de importações. Nas fases A (fase expansiva) do ciclo longo (ciclos de Kondratiev) o país e sua economia se aproxima do chamado centro dinâmico do capitalismo, e a produção é, principalmente, voltada para as exportações. Já nas fases B (fase depressiva) do mesmo ciclo, nossas exportações caem abruptamente, em consequência da crise no centro dinâmico, e fomos obrigado à fazer força com substituição de importações. E assim, historicamente, nossa industrialização segue e no meio dessa característica, os serviços de utilidade pública, (infraestrutura urbana, transportes, energia, etc) é o grande motor auxiliar dessa base produtiva. Pois, como dizia Marx (2011), nenhuma produção é possível sem trabalho passado e acumulado.

Desta forma, como afirma Rangel (2005), essas infraestruturas, ou seja, serviços de utilidade pública, depois que saímos do estágio de substituição de importações artesanais, já tinha a forma institucional de concessões de serviços públicos a empresas privadas estrangeiras. Assim a Ferrovia Tereza Cristina S/A (FTC), já nasce sob a forma de concessão à empresa inglesa *James, Pery & Cia* por 30 anos (Silveira, 2006). Atualmente, Santa Lúcia Concessões Públicas S.A. (22,49%), Administração e Empreendimentos Vasone Ltda. (25,43%), Apply Comércio e Empreendimentos Ltda. (51,97%) e outros (0,11%), adquiriram, em leilão na bolsa de valores do Rio de Janeiro em 22 de Novembro de 1996, o controle da ferrovia, tomando posse da concessão em Janeiro de 1997, iniciando as operações a partir de 01/02/1997 (ARF, 2013).

A concessionária da malha ferroviária sul catarinense, com 164 km de extensão, opera na região carbonífera e cerâmica, interligando o sul de Santa Catarina ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo (SC), e ao Porto de Imbituba S/A em Imbituba (SC). Iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1997, e desde então, vem promovendo investimentos na recuperação e manutenção de vagões, locomotivas e via permanente, assim como em novas tecnologias e sistemas de comunicação. Investe também em programas de qualidade e segurança, capacitação do quadro de colaboradores e em projetos de responsabilidade socioambiental, voltados para a preservação do meio ambiente, o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades por onde passa a linha férrea¹.

O principal produto transportado pela Ferrovia Tereza Cristina é o carvão mineral, que abastece as usinas do Complexo Termelétrico. Para melhor atender esse importante cliente e complementar a sua operação, a FTC criou em 1999 a Transferro Operadora Multimodal, com a responsabilidade de

¹ Informações retiradas de entrevista realizada com o Gerente de manutenção Abel Sérgio da FTC em Tubarão (SC), em Junho de 2013.

efetuar a descarga, movimentação e abastecimento dos silos de carvão no Complexo Termelétrico.

Além do carvão mineral, a FTC transporta contêineres com destino à cabotagem e exportação pelo Porto de Imbituba. Para incorporar este serviço, tem acesso ao Criciúma Terminal Intermodal, posicionado estrategicamente no maior pólo cerâmico do Brasil. O local oferece serviços de recepção de carga, armazenagem, separação de lotes, estufagem de contêineres, peação da carga, controle de estoque e monitoramento 24 horas. Anualmente, a FTC transporta cerca de 2,9 milhões de toneladas de cargas.

O monitoramento é feito através do SIGEFER (Sistema de Gerenciamento Ferroviário), todo o trajeto dos trens da FTC é acompanhado desde o carregamento e deslocamento até a descarga. Com o SIGEFER, é possível acessar qualquer terminal da área de Transportes e obter informações sobre o volume e tipo de carga de cada vagão, quantidade de viagens realizadas por esta unidade, o trecho em que se encontra, o pátio e linha que ocupa e a que trem e cliente pertence, além de disponibilizar vários relatórios gerenciais e consulta via internet.

Com investimentos de R\$ 283 milhões em obras de expansão, renovação e aquisição de equipamentos, acompanhado as operações de cabotagem no Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, em 2009, a FTC retomou suas atividades neste segmento de carga e efetua o transporte de carga containerizada até o Porto. Esta integração entre os modais ferroviário, rodoviário e marítimo atribui um diferencial logístico e competitivo para o empresariado da Região Sul.

Esses investimentos as estruturas aliados as estratégias competitivas proporcionaram, em 2012, o seguinte desempenho: velocidade Média Comercial (22,3 km/h); disponibilidade de locos (70,1 %); disponibilidade de vagões (75,7 %); Produção de Vagões (408.478,1 tku/vagão) TKU por empregado (1,3 milhões de TKU); investimento por km de linha (R\$ 5.670,7); combustível por 1000 TKU (6,8 litros); acidentes por milhão de trem/km (3,6 unidade); concentração de carga (100,0 % cinco principais produtos) (ARF, 2013)

Com relação ao porto de Imbituba, em 1922, foi criada a Companhia de Mineração de Carvão do Barro Branco e, em 12 de novembro do mesmo ano, surgiu a Companhia Docas de Imbituba (CDI), que viria a obter, pelo Decreto nº 7.842, de 13 de setembro de 1941, a concessão para executar os melhoramentos e explorar comercialmente o porto. Nessa nova fase das obras, os primeiros 100 metros do cais de atracação foram inaugurados em 4 de maio de 1942. Companhia Docas de Imbituba recebeu a concessões para exploração comercial do Porto, tendo término no ano de 2012. A CDI já está

tomando todas as medidas judiciais necessárias de forma a garantir sua permanência a frente do Porto de Imbituba até 26/07/2016, conforme decisão liminar proferida anteriormente. A partir de Janeiro de 2013 o estado de Santa Catarina está no comando do Porto por meio da SCPar Porto de Imbituba S.A, preliminarmente por dois anos.

O Porto de Imbituba está localizado em uma enseada aberta, não possuindo assim, canal de acesso. Além disso, devido ao baixo índice de assoreamento, permite manter boas condições de calado por longos períodos de tempo. Atualmente, conta com três berços de atracação com 10,80m de calado cada um. Por estes berços se movimentam grânéis sólidos e líquidos, congelados, contêineres e carga geral, com destaque para as importações de contêineres, fertilizantes, coque, milho, sal e barrilha e as exportações de congelados, açúcar e contêineres. Além disso, no porto de Imbituba há terminais e vias pavimentadas, equipamentos e armazéns próprios para os diversos tipos de carga.

Segundo o Ministério dos Transportes os atuais equipamentos no porto são: 9 empilhadeiras, sendo: 2 Belotti para 40t; 1 Milan para 30t; 4 Yale para 2,5t; 2 Yale para 4t. 4guindastes, sendo: 1 Kranbau para 10t; 2 Stother Pitt para 3t; 1 Takaf Canguru para 16t; 2 Villares sobre esteiras para 32t; 1 Villares sobre esteira para 2,5t; 1 Shipyloader para 60t. 3 pás carregadeiras Caterpillar para 5m³; 3 tratores, sendo: 1 sobre esteira D-6 para 14,3t; 1 Agrale, agrícola para 1,76t; 1 Agrale tanque para 4,2 m³; 1 motocultor Tobata (roçadeira) 14 Cv; 1 compressor Atlascopco. Assim sendo, a movimentação de cargas, em 2013, no porto alcançou 2,01 milhões de toneladas, e, em 2014, atingiu 2,9 milhões de toneladas.

Um exemplo clássico de concessões de services públicos é o Aeroporto Internacional de Navegantes – Ministro Victor Konder, sua administração cedida a empresa pública Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). A própria Infraero iniciou-se com a construção da pista de pouso e decolagem e de pátio de estacionamento para pequenas aeronaves em terras da Fazenda Relá, localizada no litoral, a três quilômetros a nordeste do centro do município de Navegantes, inaugurado em 12 de março de 1970. Em outubro de 1978, o então Presidente da República General Ernesto Geisel inaugurou a nova pista ampliada para 1.701m de comprimento por 45 m de largura, capaz de operar com aeronaves da categoria B, classificação usada na época, como o Boeing 737 e a Airbus A 320.

O pátio também sofreu acréscimo para 198 x 73,5 m. Constou também dessa obra a ampliação do terminal de passageiros. As mais importantes linhas aéreas nacionais fazem voos diários com ligação direta para Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, que a partir delas, interligam o

Aeroporto de Navegantes a todo o país. Ocupa uma posição estratégica para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Localizado a doze quilômetros do centro de Navegantes, na região do Vale do Itajaí, atende cidades com forte presença industrial, como: Blumenau, Itajaí, Brusque, Joinville e Rio do Sul. Por ele, passam 593 mil passageiros/ano, em média.

Ainda possui um importante terminal de cargas para o estado catarinense que, em conjunto com o Porto de Navegantes, é referência ao transporte nacional e internacional de cargas. 99% das cargas chegam no modal rodoviário, com boa diversidade de tipagem de carga e houve um espetacular aumento de embarque de carga em 2012 no patamar de 28%. Todo alfandegamento é feito no próprio local e todo manejo é feito ainda manualmente. Apesar da expansão do espaço físico, esse é ainda um dos grandes estrangulamentos. Há 15 anos tem uma briga judicial por um terreno de 3 milhões de M², que supostamente servirá de novas instalações¹.

Rangel (2005) comenta que, no nosso processo de desenvolvimento econômico, os serviços de utilidade pública passou por três tipos de enquadramento jurídico. Serviços públicos cedidos a empresas estrangeiras, serviços públicos com administração direta do estado e serviços públicos cedidos a empresas públicas. Como atualmente esses serviços são os pontos de estrangulamento da economia nacional, e estadual. A estrutura econômica estadual configura-se um pólo de ociosidade, concomitantemente com outro pólo de antiociosidade — ou, como dizia Rangel (2005) - pontos de estrangulamento. Esse efeito provoca surtos espasmódicos na taxa da formação de capital, pois se manifesta setorialmente, a capacidade ociosa e a anticapacidade ociosa — (áreas de super e subinvestimento, de superprodução e de pontos de estrangulamento).

Diante disso, os vários capitais no estado – industrial, comercial, agrícola, etc. de forma dialética, convivem nesse mecanismo, que em certos momentos racham a força política dominante, por insatisfação e dedução da taxa de lucros. Essas transições são mais claramente vistas nos períodos de crise ou nas fases de redução na atividade econômica do país. Quando uma economia desacelera, há no seu seio, setores deficitários de capacidade, ou seja, antiocioso e setores com excesso de capacidade ociosa. Rangel (2005) baseia-se nas concessões às empresas privadas nacionais, como (Silveira, 2006) também concorda: “nossa proposta não tem nenhuma relação com as realizadas até então com muitos seguimentos de setores superinvestidos ou estrangulados, que necessitam se tornar eficientes, e que, atreladas a uma

¹ Informações retiradas de entrevista realizada com o Gerente operações da Infraero em Navegantes (SC), em Junho de 2013.

política macroeconômica desenvolvimentista, favoreçam um efeito multiplicador em todos os setores da economia brasileira”.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E EVOLUÇÕES DE MODAIS DE TRANSPORTE DO BRASIL: Cerâmica Porto Bello, Centro de distribuição do Angeloni, Multilog logística¹

O sistema capitalista, guarda em suas entranhas, a compulsão ao progresso técnico na linguagem marxiana, processo técnico, ou o desenvolvimento tecnológico. Não se tratam mais de invenções fortuitas ou descobertas que eventualmente resultem em novos produtos e em processos mais produtivos. No capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas é imperativo. As finalidades, características, determinações e potencialidades do progresso técnico estão delimitadas pelo processo de acumulação e sujeitos à sua lei. Uma vez que o capitalismo afirma suas leis de movimento sobre a sociedade, a questão técnica se submete também a elas. Para Rangel (2005) o processo de desenvolvimento é um processo emimemente cíclico regido por ondas de inovações tecnológicas e pelo processo de acumulação do capital. Baseado na ideias de Rangel (2005), Silveira (2009) afirma que no decarrer da história houve cinco revoluções e evoluções logísticas.

A realidade concreta e objetiva comprova que as reflexões acima estão próximo da realidade. Cerâmica Porto Bello, Centro de distribuição do Angeloni (CDA), Multilog Logística tem em comum suas operações de intralogística, naquilo que Silveira (2009) chama de quinta revolução e evolução logística”. Firmado na junção de telecomunicações e informática – ou seja – a telemática. *Softwares e hardwares* interligados para comunicações via *intranet e internet*. Cerâmica Porto Bello e a Multilog Logística (pertecem ao mesmo grupo Porto Bello) no que tange atuação e foco trabalham em planejamento estratégico em logística e com integração total entre produção, mercado e consumidor individual. Já o CDA, em atuação e foco, fica com logística integrada e mercado consumidor. Aqui há uma discrepância do abstratismo de Barat (2011), onde afirma que o Brasil ainda está em estágios 2 e 3, ou distribuição física e tático gerencial e tático estratégico respectivamente.

Nas três empresas o armazenamento é enxuto, possuem esteiras rolantes, os separadores com paleteiras elétricas e manuais e a paletização

¹ Todas informações não citadas, esse item, foram retiradas das entrevistas realizadas, com o gerentes (comerciais e administrativos) dos três estabelecimentos citados, em tijuca (SC), Porto Belo (SC) e Itajaí (SC), em Junho de 2013.

automáticas. O transporte utilizado no CDA, da expedição ao carregamento, é exclusivamente rodoviário e as duas empresas do grupo Porto Bello é a multimodalidade. As três empresas implementaram um sistema de identificação de contêineres e *pallet* por OCR, com integração da tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID), posicionamento georeferenciado (GPS) e sistemas de informação (Tabela 01). Além disso, o ambiente interno ainda conta com gestão automatizada de todas as operações com informações *on-line*. De mais e mais, e Cerâmica Porto Bello uma equipe exclusiva de P&D sobre *designer* com orçamento próprio.

Tabela1: Logística, transporte e tecnologia

Empresa	Atuação	Foco	Modal	Tecnologia	Separação
Porto Bello	Planejamento estratégico em logística	Consumidor Final	Multi modal	RFID e GPS	Palet à unidade
CD Angeloni	Logística integrada	Mercado consumidor	Rodoviário	RFID e GPS	Palet à unidade
Multilog	Planejamento estratégico em logística	Consumidor Final	Multi modal	RFID e GPS	Contêiner à unidade

Fonte: elaborada a partir de entrevistas de campo

A logística de armazenagem e distribuição é um dos pontos de prelaia das organizações. No CDA, por exemplo, há uma diversidade de mais de 20 mil itens com uma rotatividade máxima de 20 dias. O porto seco da Multilog opera com os principais regimes aduaneiros e conta com o terminal *Reefer* de contêineres. Tem como diferencial a proximidade com os dois mais importantes portos do Sul do país: o de Itajaí (segundo maior em movimentação de contêineres e sexto maior exportador do Brasil) e o de São Francisco do Sul (quinto maior porto em movimentação de contêineres e o sétimo maior exportador do Brasil). E ainda, na cerâmica Porto Bello, uma medida “caseira” diminuiu as perdas na distribuição de grande peças que chegam a 9 m², transporte das peças em pirâmide.

Contudo, existem grandes dificuldades que foram apontadas: elevados custos operacionais de transporte (insumos, combustíveis, pedágios) que nada barateiam os fretes; caminhões não adaptados para cargas caras e perigosas; carga tributária estratosféricas; insegurança, roubos e furtos anômalo de cargas; fiscalização e controle. Certo retardamento no avanço de novas tecnologias, por exemplo, mercadoria com *chip*, que evita roubos e

facilita o manejo (nos países do centro dinâmico do capitalismo esse tipo de tecnologia já é bem difundida) aqui a teoria de Schumpeter (1984) imita a realidade. E claro, a qualidade das rodovias e estradas que deixam de ter qualidade, que leva à extravios.

Rangel (2005) interpretou o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e foi voz única contra o pessimismo cepalino, atraso e estagnação, e reconhece-se um potencial, duramente conquistado no período da industrialização atraso e dinamismo, mas que tem sido desperdiçado pelo seu distanciamento do setor produtivo. Gerar um capitalismo financeiro brasileiro nos dotando de autonomia financeira suficiente para podemos começar a falar em autonomia tecnológica e ganhar, cada vez mais, competitividade internacional. Criar capacitação financeira, para que nosso país continuar com saltos espetaculares de qualidade, e instrumentos cruciais do processo de acumulação como crédito, juros, câmbio e sistema financeiro. Com isso se romper o núcleo da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE INDÚSTRIAS: Condomínio industrial Perini e Siderúrgica ArcelorMittal¹

A localização do Condomínio Perini Business Park e da ArcelorMittal Vega é de grande relevância para atenuar dúvidas e equívocos-polêmicas sobre teorias de localização e desenvolvimento industrial. Sabe-se que tradicionalmente as indústrias e as áreas industriais se espriarem e realizaram processo de abastecimento e distribuição eram necessários um conjunto de fatores como: proximidade de matéria prima e de mercados para baixar custos de transportes; mão de obra barata; preço da terra; incentivos fiscais; infraestruturas; fornecedores próximos; renda da população e outros. Desde as mais rudimentares teorias (Richard Cantillon), passando por Von Thunen, com seus círculos concêntricos, até as análises dos sistemas urbanas de Christaller passaram, de pouco e pouco, a perder aceitação acadêmica. Nos empreendimentos citados, nenhuma teoria se encaixa na realidade concreta de cada empresa, claro que isso não quer dizer, que não há elementos das teorias mencionadas determinantes para a efetivação e operação no local de ambas.

A ArcelorMittal Vega está em São Francisco do Sul e foi escolhida como base da unidade industrial devido à localização estratégica em relação às montadoras do Sul e Sudeste do país e do Mercosul, e à proximidade ao porto de São Francisco do Sul, ferrovia e rodovia. A unidade industrial está

¹ Todas informações não citadas, neste item, foram retiradas das entrevistas realizadas, com o gerentes (comerciais e administrativos) dos dois estabelecimentos citados, em São Francisco do Sul (SC) e Joinville (SC), em Junho de 2013.

totalmente integrada ao meio ambiente. Ocupa uma área de 100 mil metros quadrados, o que representa menos de 5% do terreno de 2,2 milhões de metros quadrados.

O transporte da matéria-prima, bobinas de aço laminadas, da ArcelorMittal Tubarão (ES) à ArcelorMittal Vega é realizado por via marítima, que saem do Terminal de Produtos Siderúrgicos do Porto de Praia Mole, no município de Serra (ES) e vão até o porto de São Francisco do Sul (SC), percorrendo 1.200 quilômetros. Econômico, seguro e ecologicamente correto, o transporte marítimo evita a sobrecarga da malha viária, contribuindo para a redução de acidentes e para a preservação das estradas. Desde 2006, o transporte de navios foi substituído por barcaças movidas por empurradores, construídas especialmente para esta finalidade. O conceito é ter sempre duas barcaças atracadas - uma em cada terminal- e duas barcaças viajando com os dois empurradores, um conjunto carregado em viagem de ida e outro descarregado em viagem de volta. Aproveita-se o tempo de viagem para as operações de carga /descarga nas barcaças que ficaram atracadas. Estas barcaças passam a funcionar praticamente como um armazém flutuante. Cada barcaça retira das estradas o equivalente a quatrocentos caminhões.

A logística de distribuição é feita por: transporte rodoviário - onde empresas de transporte rodoviário sendo duas locais; transporte ferroviário – América latina logística (ALL) concessionária da malha sul, bitola métrica na parte sul do Brasil, e outras bitolas no resto do Brasil e na Argentina requerendo transbordo ou conexão rodoviária. A exportação é por via marítima.

O Perini Business Park é o maior condomínio multissetorial ou multi industrial do Brasil. Com mais de 2,6 milhões de metros quadrados de terreno, no coração do Distrito Industrial de Joinville, Norte de Santa Catarina. O Perini abriga dezenas de empresas nacionais e multinacionais, de pequeno, médio e grande porte. Com um total de 123 condôminos, há vários líderes mundiais de mercado estão instalados no parque. Diversos setores possuem representantes instalados aqui: metal-mecânico, plástico, automobilístico, agroindústria, construção civil, eletrônico, elétrico, químico, logístico, metalúrgico, financeiro, comercial e de serviços.

Ainda, tudo no condomínio é tercerizado (serviços de manutenção, conservação, limpeza, jardinagem e coleta seletiva de lixo integram as rotinas do parque. O condomínio disponibiliza, também, uma balança rodoviária e contempla o seguro predial e o custo de capacitação e treinamento da brigada voluntária para prevenção e combate a incêndio) e seus condôminos são tecnologicamente avançados, como no caso da XPM logística hospitalar que

possuem frota própria, adaptada e de alto custo, e além de *Softwares* e *hardwares* de fluxo de trabalho.

O acesso e vias para o Perini Business Park: está localizado no norte de Santa Catarina, em Joinville, a maior cidade e a maior economia do estado, a cinco minutos de dois acessos da rodovia BR 101, que liga o Brasil de Norte a Sul. O Perini Business Park pode ser acessado, a partir da BR 101, por quem vem no sentido Norte/Sul (Curitiba – Florianópolis) pelas saídas do KM 31 Norte ou 34 A Norte. Para quem vem do sentido Sul/Norte (Florianópolis – Curitiba) saídas no KM 33 Sul e no KM 30 Sul. Joinville está localizada a 130 km de Curitiba (capital do Paraná) e a 184 km de Florianópolis (capital de Santa Catarina). Em um raio de 150 Km do Condomínio Empresarial Perini Business Park encontram-se cinco portos: São Francisco do Sul (45 km), Itajaí (87 km), Itapoá (45 Km), Navegantes (70 km) e Paranaguá (134 km), e três aeroportos: Joinville (8 km), Navegantes (70 km) e São José dos Pinhais (100 Km).

Por fim, de brevíssima forma: segundo Ramos; Mendes (2001, p.26) apud Aydalot diz que “não é mais o espaço que define a empresa mas a empresa que vai modelar o espaço”. E Santos (1996) coloca o espaço como categoria fundamento no desenvolvimento histórico. O primeiro parece ser reducionista demais e o segundo fala em tom de determinismo espacial. No entanto por hora “a natureza não fabrica máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafo elétrico, máquina de fiar automática, etc. Tais coisas são produtos da indústria humana, material natural transformado em órgãos da vontade humana que se exerce sobre a natureza. São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana: o poder do conhecimento objetivado.” (MARX, 2011, p.59). Isso não quer dizer que o homem em sociedade, na busca do aumento sistemático das forças produtivas das relações de produção, não dependa da natureza. Pelo contrário, esse aumento só se materializa na relação intrínseca homem-natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Tricart (2006), onde a dialética baseada no trabalho de campo é, portanto, um elemento indispensável da percepção objetiva dos dados de base do raciocínio científico; quando ela está ausente, elaboram-se teorias que só têm relações longínquas com a realidade perceptível e que, por esse motivo, não têm qualquer utilidade social, pois não podem orientar a ação. Em linha gerais, o artigo atingiu seu objetivo de apresentar algumas estruturas de circulação, distribuição e logística da fachada atlântica de Santa Catarina. Assim, se afirma: (i) as estruturas de transporte analisadas em Santa Catarina constituem num setor de antiociosidade, portanto, são pontos de

estragulamentos para o desenvolvimento económico e os modelos de concessões são obsoletos; (ii) a logística interna das empresas analisadas possuem conteúdo tecnológico de ponta, baseada em telecomunicações e informática, mesmo tendo um retardamento tecnológico com países do centro dinâmico do capitalismo. Entretanto, na logística externa há alguns gargalos - elevados custos de transportes, de combustíveis, tecnologia defasada dos caminhões para cargas caras e perigosas, impostos abusivos e fiscalização ineficiente; e (iii) por mais que as clássicas teorias de localização industriais não representam na totalidade a realidade empírica, alguns elementos fundamentais das teorias permanecem válidos nas empresas analisadas, como - preço da terra, incentivos fiscais infraestruturas de transporte.

Por derradeiro, a distribuição da riqueza é estritamente social e só há distribuição se houver meios de transporte (matéria-prima, mercadorias, mão de obra precisam se movimentar) e só há aumento na divisão do trabalho se houver infraestrutura e indústrias e isso representa acúmulo de capital e trabalho passado. Produção, circulação, distribuição e consumo geram confusão quando isolados, ou seja, são uma totalidade indivisível, pois, tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma precondição da produção. (MARX, 2011).

Referências

- ARF (Anuário da Revista ferroviária). **Anuário 2013**. São Paulo: Revista Ferroviária. ano 3, n. 3., 2013.
- BARAT, J. Infraestruturas de logística e transporte: análise e perspectivas. In.; SILVEIRA, Márcio Rogério. **Circulação, Transportes e logística diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras expressões, 2011, p. 217-246.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 179-180, p. 139-145, 1964.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. Evolução e dinâmica da economia urbana da fachada atlântica catarinense: Breves considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 14., 2015, Fortaleza. **Anais...**. Fortaleza: Simpurb2015, 2015. v. 1, p. 1 - 20.
- FIESC. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_2013_.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.
- MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 387-481, jul./set., 1965.
- MARX, Karl. **Grudresse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Ed 1°. Boitempo; 2011.
- MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. In: **Revista NECAT**, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2013>>. Acesso em: 5 out. 2015.
- MIOTO, B. T.; LINS, H. N.; MATTEI, L. F. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada do século XXI. In: MATTEI, L.; LINS, H. N. (Org.). **A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó/SC: Argos, 2010.
- PEREIRA, R. F. A. A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.
- RAMOS, RUI. A. R. e MENDES, J. F. G. **Introdução às teorias da localização: orientações recentes na localização industrial**. Braga, 2001.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2005, (vol.1 e 2).

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, F. M.; BASTOS, J. M. O processo de urbanização do litoral e a expansão do turismo na capital catarinense – Florianópolis – Santa Catarina. In: **Observatório Geográfico América Latina**, 2012. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/>. Acesso em: 12 Out. 2015.

SCHUMPETER, J. A. Processo de destruição criativa. In.: SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1984, p. 110-116.

SEABRA, F.; BEZ, R.; BORNSCHEIN, F. C. O efeito litoralização e a distribuição regional de renda e de população em Santa Catarina In: **Ensaio FEE**, v. 32, n. 1, Porto Alegre, 2011.

SILVA, M. C.; MATTEI, L. F. Breves notas sobre a demografia na região da grande Florianópolis. In: **Revista NECAT**, ano 2, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2013>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Desenvolvimento econômico e transporte ferroviário: abordagem para o caso catarinense**. Ourinhos, 2006. 212p.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas e seus impactos sobre o território brasileiro. In.: SILVEIRA, Márcio Rogério (org). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão popular. 2009, p. 13-42.

TRICART, J. O campo na dialética da Geografia. **Revista do Departamento de Geografia**. n. 19, p.104-110, São Paulo, USP, 2006.

A VOCAÇÃO PORTUÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – BASES NATURAIS E PERSPECTIVA HISTÓRICA

Edson de Morais Machado¹

Resumo:

O transporte marítimo sempre possuiu relevância estratégica para as mais diversas civilizações, entretanto foi no mercantilismo que esta atividade ganhou uma dimensão planetária. O capitalismo manufatureiro, engendrado nesta conjuntura, deu origem às relações comerciais centro-periferia, mundializando a economia. Assim, os portos e a navegação adquirem um novo status, o de papel central nas relações comerciais. Todo este processo influenciou na organização e reconfiguração da ordem espacial e econômica brasileira, onde, de início, a característica exportadora e latifundiária-escravista de sua economia deu origem à esparsas cidades litorâneas de médio e grande porte desenvolvidas ao entorno de um porto-empório e voltadas ao comércio exterior até a década de 1930, quando surge um centro dinâmico nacional (São Paulo) integrando o território por via rodoviária. A revolução nas dimensões dos navios (pós Segunda-Guerra) tornou propício a integração transcontinental, transformando o Brasil em um grande exportador de *commodities* minerais e agrícola, buscando modernizar seus portos e desenvolvendo, ao mesmo tempo, grandes complexos portuários, como é o caso do Espírito Santo. Este estado, a partir de 1970, entra em um acelerado processo de industrialização, voltado a grandes empreendimentos dirigidos para o mercado externo (minério de ferro, petróleo, celulose, frutas tropicais, etc.). Neste meio, diante da demanda crescente e da posição geográfica estratégica passa a abrigar o maior complexo portuário nacional em número de portos e em volume de carga movimentada. Assim, este trabalho busca compreender todo este processo, analisando a gênese, o desenvolvimento e o atual panorama da questão portuária do estado do Espírito Santo, analisando seus impactos sobre a ordem espacial, social e econômica. Tal análise está baseada na teoria do Materialismo Histórico, dos ciclos longos (Kondratieff), da dualidade básica brasileira e na da formação sócioespacial proposta por Milton Santos.

Introdução

O transporte marítimo sempre possuiu relevância estratégica para a mais diversas civilizações, tendo profunda influência na organização e reconfiguração da ordem espacial e econômica das diferentes regiões na qual

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

se inserem. Tal realidade foi alavancada, como nunca visto anteriormente, a partir do advento do capitalismo, quando a referida atividade ganhou uma dimensão planetária. O capitalismo manufatureiro, engendrado nesta conjuntura, deu origem às relações comerciais centro-periferia, mundializando a economia. Assim, os portos e a navegação adquirem um novo status, o de papel central nas relações comerciais, passando por verdadeiras revoluções e ganhos na capacidade de alterar os territórios na qual se estabelecem.

No Brasil, de início, a característica exportadora e feudal-escravista de sua economia, deu origem a esparsas cidades litorâneas de médio e grande porte, desenvolvidas no entorno de um porto-empório e voltadas principalmente ao comércio exterior, embora a navegação de cabotagem fosse, quase que exclusivamente, a única forma de integração entre as diferentes regiões. Após a década de 1930, quando surge um centro dinâmico nacional (São Paulo), integrando o território por via rodoviária, os portos brasileiros sofrem um forte processo de reestruturação, criação e destruição desta atividade. Portos tradicionais ao longo da costa entram em um período de decadência ou estagnação, ou mesmo desaparecerem (como no caso do porto de Florianópolis). Por outro lado, quando a revolução nas dimensões dos navios (pós Segunda-Guerra), que se configura como uma das molas propulsoras da retomada dos investimentos na fase expansiva do terceiro ciclo de Kondratieff, favorece a integração transcontinental através dos supergraneleiros, superpretoleiros, etc., catapultando o Brasil em um grande exportador de *commodities* minerais e agrícolas, impõe modernizações pontuais em diversos portos (Santos, Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, etc.) que correspondiam às hinterlândias produtoras então em crescente demanda no cenário internacional (minério de ferro, grãos, etc.). Os portos que movimentavam tais produtos se transformaram em grandes complexos portuários, ultramodernos e compatíveis com as modernizações a níveis internacionais. Por outro lado, os portos públicos, especificamente, permaneciam em um longo processo de deterioração, onde somente nas duas últimas décadas é que, paulatinamente, passam a receber maior atenção (PAC I e II, P.I.L., etc.).

Tal processo é nitidamente perceptível na evolução histórico-espacial do estado do Espírito Santo, onde, inicialmente, se desenvolvem três grandes núcleos populacionais (Itapemirim, Vitória e São Matheus), todos organizados nas proximidades de seus respectivos portos-empórios. Com o desenvolvimento econômico do país e do estado, os portos de Itapemirim e São Matheus passam por um processo de destruição desta atividade,

enquanto que o porto de Vitória se torna o principal do estado, consolidando a cidade que o abriga como capital e principal praça comercial, exportando, em maior volume, café até a primeira metade do século passado e minério de ferro, a partir da segunda metade. A partir de 1970 o estado entra em um acelerado processo de industrialização, voltado a grandes empreendimentos dirigidos para o mercado externo (minério de ferro, petróleo, celulose, frutas tropicais, etc.). A industrialização acelerada e a crescente demanda estrangularam o porto de Vitória. Neste meio, valendo-se de políticas de incentivo à industrialização, da posição geográfica estratégica e da infraestrutura portuária disponibilizada pelo estado (como também das ferrovias, rodovias, etc.), muitas empresas buscaram criar ou adquirir concessões de seus próprios terminais (Tubarão, PORTOCEL, Ubú, etc.), tornando-os extremamente especializados no tipo de carga movimentada pela empresa proprietária. Nesta conjuntura, o estado passa a abrigar o maior complexo portuário nacional em número de portos e em volume de carga movimentada, tornando a atividade responsável por 45% do PIB estadual.

Diante disto, este artigo busca compreender todo o processo acima descrito, analisando a gênese e as múltiplas determinações que propiciaram o desenvolvimento do complexo portuário do estado do Espírito Santo, bem como seus impactos sobre a sua ordem espacial, social e econômica. Tal análise está baseada na teoria do Materialismo Histórico, dos ciclos longos (Kondratieff), da dualidade básica brasileira e na da formação sócioespacial proposta por Milton Santos.

Figura 01: Área de influência do Complexo Portuário do Espírito Santo em sua interface logística.



Fonte: CODESA-2008

1. O estado do Espírito Santo: Bases Naturais de um grande complexo portuário

O estudo do ambiente natural de uma região é um fator essencial para a compreensão do desenvolvimento de seu território e permite lançar olhares para o futuro, além de permitir entender mais claramente o seu passado. Analisar as questões naturais sobre as quais são exercidas ações antrópicas é necessário para compreender a realidade analisada propiciando um melhor entendimento dos diversos fatores que influenciaram, influenciam ou irão influenciar no desenvolvimento de determinada região, permitindo a obtenção de resultados fundamentais para a gestão territorial de um País, Estado ou Município. Pereira (2011) com base em Hegel, afirma que as condições naturais devem ser consideradas, pois fornecem as condições empíricas para o desenvolvimento histórico de qualquer povo. Para Pereira (2011), Engels em “A Dialética da Natureza”, também considera as características do quadro natural responsáveis pelas diferenças de desenvolvimento entre os povos, sendo que o próprio Marx, em seus escritos, também leva em conta o papel da natureza no desenvolvimento da sociedade humana. Assim, a relação do quadro natural é esclarecedora no que tange ao desenvolvimento e ocupação do litoral brasileiro, e posteriormente do interior,

que se inicia no período colonial, passando pelo império e chegando até o republicano.

Cabe lembrar que segundo A. Cholley o processo de desenvolvimento histórico/geográfico e econômico se revela através de um complexo de combinações de elementos de diversas ordens que “respondem a medidas bem determinadas” (CHOLLEY, 1964, p.140). Assim, há vários elementos responsáveis pelas determinações definidoras do processo de conquista e desenvolvimento que, combinados, resultaram na formação sócio-espacial que hoje corresponde ao estado do Espírito Santo.

Certamente dentre os elementos referentes ao quadro natural, o relevo e a hidrografia são os mais ressaltados como determinantes na estruturação da formação deste território. Aliada à hidrografia – os quatro grandes rios (rio Doce, São Matheus, Itapemirim e Santa Maria da Vitória) facilitam o acesso e constituem a melhor via de comunicação para além do litoral, servindo suas embocaduras como portos naturais. A configuração geral do relevo escarpado e da vegetação (cuja transposição era dificultada no início pela mata fechada, que impedia o acesso ao planalto) também exerceram um papel relevante no avanço dos fluxos de povoamento no estado.

Atualmente, o estado do Espírito Santo constitui de uma das vinte e sete unidades federais do Brasil, estando localizado na região Sudeste e tendo como limites o oceano Atlântico a leste, a Bahia a norte, Minas Gerais a oeste e noroeste e o estado do Rio de Janeiro ao sul, ocupando uma área de 46.077,519 Km², equivalente a 0,53% do território nacional. É o quarto menor estado do país, ficando à frente apenas dos estados de Sergipe, Alagoas e Rio de Janeiro. Forma juntamente com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a mais importante região em desenvolvimento econômico e social do país: a região Sudeste. Sua capital é Vitória, tendo como principais cidades os municípios de Serra, Aracruz, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, São Matheus, Viana e Vila Velha. A localização estratégica do estado fica evidenciada quando se constata que, num raio de 1.000 km, a partir da capital, Vitória, encontra-se os principais centros consumidores do país, numa área detentora de grande parte do percentual do PIB brasileiro.

O quadro natural do território onde o estado se localiza possui grandes especificidades. Algumas delas, de uma forma sucinta, são descritas por Araújo:

Do ponto de vista da geografia portuária, a fachada atlântica do Brasil de Sudeste [...] trata-se da região mais recortada de todo o litoral brasileiro, e, como tal, aquela em que os ancoradouros naturais se sucedem a mais curto espaço. No entanto, essa é, também, a área do país onde existe a maior, mais maciça e contínua muralha de separação entre o litoral e os planaltos interiores de quase todo o Brasil tropical. (ARAUJO FILHO, 1969, p. 32).

Embora boa parte do estado se caracterize como sendo de planalto¹, fazendo parte do maciço do Atlântico, na região fronteira com Minas Gerais, transforma-se em área serrana, formada por maciços montanhosos, com altitudes médias superiores a mil metros na região onde se eleva a Serra do Caparaó ou da Chibata. Neste local, se ergue um dos pontos culminantes do Brasil, o pico da Bandeira, com 2,890 metros, além do Pico do Calçado (2.790metros) e do Pico do Forno Grande (2.070metros).

Ao chegar quase ao extremo norte do estado esta característica vai perdendo importância, se transformando, por fim, em tabuleiros costeiros com altimetria variando entre 16 a 45 metros. A maciça e contínua muralha entre o litoral e os planaltos destacados por Araújo (1969), denominada de região serrana, foi utilizada no Brasil Império como barreira natural (aliada às espessas florestas e à presença de indígenas selvagens) inibindo ou limitando a ocupação territorial a oeste do estado, protegendo as minas de metais preciosos localizadas no atual estado de Minas Gerais contra as invasões estrangeiras.

2. A geomorfologia do território espírito-santense

Com base na consulta dos mapas geomorfológicos e relatórios do projeto Radambrasil (1983 e 1987), no Manual Técnico de Geomorfologia (IBGE, 2009) e no Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins (SUGUIO, 1998), Coelho *et al* (2013) estabeleceu as classes de relevos (estruturas, regiões, unidades e modelados) do estado do Espírito Santo.

¹Ocorre ao longo de toda costa do território e ocupa aproximadamente 40% de toda área estadual, a altitude desse lugar varia de 40 a 50 metros.

Tabela 01: Síntese das Morfoestruturas, Regiões e Unidades Geomorfológicas-Espírito Santo

DOMÍNIOS MORFOESTRUTURAIS	REGIÕES	UNIDADES
1 Depósitos Sedimentares	11 Planícies Costeiras	111 Planícies Costeiras, Complexos Deltaicos, Estuarinos e Praias
	12 Piemontes Inundados	112 Tabuleiros Costeiros
2 Faixa de Dobramentos Remobilizados	21 Piemontes Orientais	211 Colinas e Maciços Costeiros
		212 Chãs Pré-Litorâneas
	22 Planaltos da Mantiqueira Setentrional	221 Maciços do Caparaó I
		221 Maciços do Caparaó II
	222 Patamares Escalonados do Sul Capixaba	
3 Maciços Plutônicos	31 Compartimentos Deprimidos	311 Depressão Marginal
	32 Planaltos Soerguidos	321 Bloco Montanhoso Central

Fonte: Coelho, et al. (2013).

Com base nos mesmos materiais de apoio e observações de campo Antogiovanni *et al* (2005) compôs um quadro mais generalizado e de mais fácil compreensão da geomorfologia e do relevo do estado. Os autores identificaram três domínios morfoestruturais subdivididos em quatro Regiões e em cinco Unidades Geomorfológicas. Com base nesta definição é possível perceber como os fatores naturais, presentes no estado, influenciaram o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Tabela 02: Caracterização Geomorfológica do estado do Espírito Santo.**Caracterização Geomorfológica do Estado do Espírito Santo**

Domínios Morfoestruturais	Regiões	Unidades Geomorfológicas
Região Serrana (Remanescentes de Cadeias Dobradas + Faixa de Dobramentos Remobilizados)	Colinas e Maciços Costeiros	<i>Colinas e Maciços Costeiros</i>
	Mantiqueira Setentrional	<i>Patamares Escalonados do Sul Capixaba</i>
		<i>Maciços do Caparaó</i>
Tabuleiros Costeiros (Depósitos Sedimentares 1)	Tabuleiros Costeiros	Tabuleiros Costeiros
Planície Costeira (Depósitos Sedimentares 2)	Planície Costeira	Planície Litorânea

Fonte: adaptado do RadamBrasil volumes 32 e 34 (1983)

Fonte: RadamBrasil, elaborado por ANTANGIOVANNI et al (2005)

O primeiro domínio Geomorfológico definido por Antongiovanni *et al* (2005) é a região Serrana. Possui extensas linhas de falhas, escarpas de grandes dimensões e relevo alinhados. Este domínio está representado no estado por duas regiões geomorfológicas:

- As colinas e maciços costeiros: Encontrados ao longo da costa entre a Formação Barreiras e os Patamares Escalonados do Sul Capixaba, e também entre a Formação Barreiras e o Maciço de Caparaó. Seus valores altimétricos são inferiores a 250 metros. Matacões e blocos ocorrem nas encostas, onde se registram espessuras significantes de colúvio.

-Mantiqueira Setentrional: Formada por duas unidades geomorfológica. “Patamares Escalonados do Sul Capixaba”, a primeira unidade, constitui conjunto de relevos que funcionam como degraus de acesso aos diferentes níveis topográficos desde o norte ao sul do estado. “Maciços do Caparaó”, a segunda unidade, apresenta-se através de grandes formas alongadas de topos e encostas convexizados. As maiores elevações se localizam a oeste, na Serra do Caparaó que culmina a 2.897 metros, no pico da Bandeira. A altimetria média está na faixa dos 900 a 1.000 metros.

O segundo domínio são os Tabuleiros Costeiros, estes são limitados a oeste pelas Colinas e Maciços Costeiros e a leste, na sua maior extensão, entra em contato com o mar, com exceção na planície costeira do Rio Doce. No norte do estado eles são mais largos e extensos atingindo altitudes superiores a 100 metros. Sede de cidades como Linhares, Aracruz e São Mateus estão situadas em tabuleiros. Esse domínio constitui-se de relevos dissecados de

topos aplainados a convexizados com aprofundamento dos vales variando de 20 a 42 metros em média, sua altimetria varia de 16 a 45 metros de altitude.

Figura 02: Em primeiro plano, modelado de acumulação fluvial do rio São Mateus, em segundo plano, destaque para a unidade geomorfológica Tabuleiros Costeiros.



Fonte: Coelho et al,2013.

O último domínio proposto por Antogiovanni *et al* (2005) são as Planícies Costeiras, no qual teve seu desenvolvimento diretamente relacionados com fenômenos glácio-eustásticos, ligados a variações climáticas ocorridas no decorrer do Quaternário que culminou no abaixamento do nível do mar, favorecendo o desenvolvimento do respectivo relevo. O principal exemplo dessa forma de relevo no estado é representado pela Planície Costeira do Rio Doce, somado às áreas de formações de manguezais e praias arenosas distribuídas por todo o litoral. Esse tipo de relevo não possui altitudes acima de 15 metros.

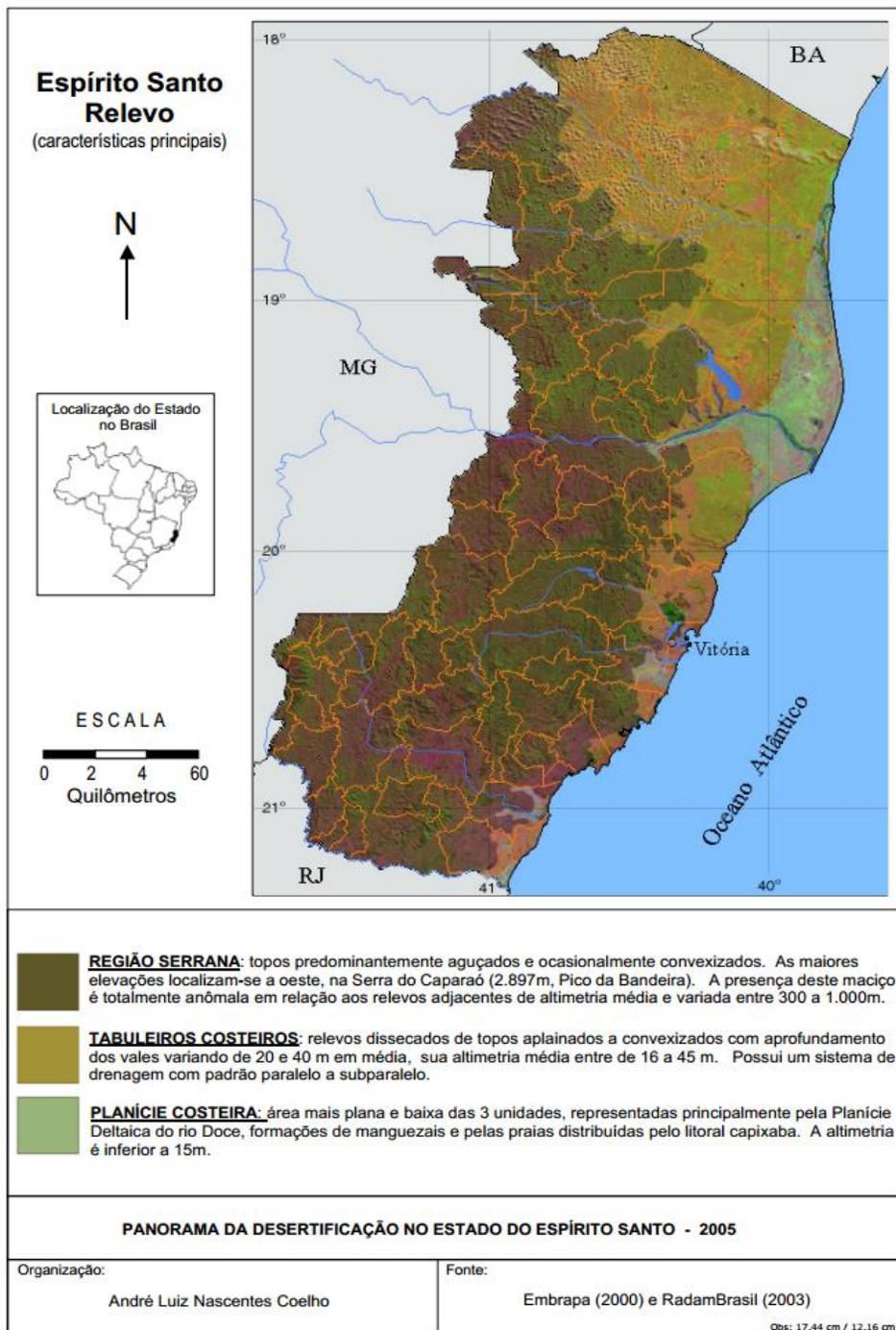
Por fim, a hidrografia do estado conta com os seguintes rios: Doce, São Mateus, Itaúnas, Itapemirim e o Jucu. Os cinco integram as Bacias Costeiras do Sudeste, além de centenas de lagoas formadas com a variação do nível dos mares, nas áreas dos tabuleiros costeiros, região Norte (Juparanã -a maior do estado-, Juparanã-Mirim, Suçuraca, Monsarás, do Cupido, do Durão, etc.).

Figura 03: Principais rios do estado do Espírito Santo.



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo.

Figura 04: Características Principais do relevo do estado do Espírito Santo.



Fonte: EMBRAPA(2000) e RADAMBRASIL(2003). Elaborado por André Luiz N.Coelho

3. A influência dos fatores naturais no desenvolvimento econômico do estado

As unidades em termos geomorfológicos e de constituição das combinações geográficas influenciaram diretamente no processo de desenvolvimento histórico/geográfico e econômico do estado. Assim, como dito, há vários elementos responsáveis pelas determinações definidoras do processo de conquista e desenvolvimento que, combinados, resultaram na formação sócioespacial que hoje corresponde ao estado do Espírito Santo.

Primeiramente, a vegetação (bioma da Mata Atlântica), ao lado da configuração geral do relevo, foram fatores naturais determinantes de um meio geográfico baseado no latifúndio-escravista voltado à monocultura para exportação, onde as florestas tornaram propício a agricultura, diferentemente do que ocorrera em outras regiões do país onde as áreas de caatinga e cerrado, possuindo formações herbáceas, deram origem aos latifúndios pastoris. Por outro lado, a hidrografia também exerceu papel relevante no processo de formação do estado do Espírito Santo. O rio Itapemirim constituiu um importante núcleo populacional já nos primeiros séculos de ocupação¹, dando origem a uma importante região produtora de cana-de-açúcar e aguardente, organizada ao longo do referido rio. Embora não ostentasse a opulência típica da região açucareira nordestina, essa atividade, que mais tarde foi substituída pelo cultivo do café, conseguiu consolidar a ocupação da faixa litorânea situada no seu entorno. Sua primeira vila – Fazendinha – permaneceu quase inalterada até o século XVIII, quando a concessão de sesmarias e a legalização das propriedades incentivou o surgimento de novas fazendas. Já o rio Santa Maria da Vitória situa-se na região central do estado do Espírito Santo. Sua embocadura forma a Baía de Vitória, local que se tornou o eixo principal da colonização e sede da capitania, pois propiciava maior segurança em caso de ataques estrangeiros (holandeses, franceses, etc.) e dos próprios índios, oferecendo ainda abrigo do vento e águas agitadas. Tais características influenciaram de forma definitiva o povoamento e o desenvolvimento do maior núcleo populacional da capitania. O rio São Mateus, localizado na região Norte, é o segundo maior rio do estado. Abrigou

¹ Os primeiros registros sobre a região datam dos anos 30 de do século XVI.

o porto que se tornou a principal via de comunicação e de escoamento da produção local, possuindo trapiches que se enchiam de mercadorias comercializadas com vilas próximas e com a capital do império¹ (além de outras capitanias, em maior volume a Bahia) e mais tarde, torna-se um dos mais importantes portos negreiros do país.

A formação de grandes propriedades em que se praticava o cultivo da cana de açúcar, com exceção da região Norte do estado que possuía como base econômica a produção de farinha de mandioca, mesmo após a introdução da cultura cafeeira, assegurou o povoamento efetivo ao longo dos núcleos populacionais que iam se formando pelo litoral. Contudo, as referidas produções não traziam grandes prosperidade à capitania, se comparada com as outras regiões produtoras, em razão de uma série de fatores de caráter endógeno e/ou exógeno. Esta estagnação se estende por séculos e possui vínculos profundos com as especificidades naturais do estado, somadas às políticas imperiais que inibiram o seu desenvolvimento econômico do estado em consequência do surgimento da atividade mineradora a partir do século XVIII.

Foi o domínio Morfoclimático da Região Serrana (marés de morro de Ab'Sabber), em especial a região da Mantiqueira Setentrional, que se estende de norte a sul do estado, com altimetria média entre 900 e 1.000 metros, que dificultou o acesso ao interior, sendo posteriormente utilizada no Brasil Colônia como “a defesa natural das Minas Gerais”, expressão utilizada na época. Procurando proteger e regulamentar a exploração do ouro, evitando ao máximo o seu descaminho ou seu contrabando. Para controlar a produção, a cobrança de tributos e a entrada e saída de pessoas da região das chamadas Minas Gerais, o governo português criou uma série de medidas e imposições ao Espírito Santo, buscando manter intactas as regiões não litorâneas até a introdução da cultura cafeeira. Foi criada a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, logo depois desmembrada em duas, incorporando essa última grande parte do território pertencente à Capitania do Espírito Santo, que ficou restrito a uma faixa de terra à beira mar.

¹ Os navios chegavam e transportavam suas mercadorias aos armazéns. Estes vendiam mercadorias aos moradores locais e aos da Vila do Interior como Barra de São Francisco, Nova Venécia, Boa Esperança, Jaguaré e outras, todas ainda pertencentes ao território de São Mateus. Por causa da pouca profundidade e largura do rio, em alguns lugares, os navios só podiam entrar ou sair de 15 em 15 dias, nas luas cheias e novas, quando as marés são mais altas (ESPÍRITO SANTO, 2015).

O fato é que, com o crescimento vertiginoso da produção de ouro, já nas primeiras décadas do século XVIII, o governo Português, ciente de que quantos mais caminhos houvesse de acesso às minas, mais contrabandos haveria, delimitou o uso de apenas uma estrada de acesso. Primeiramente partindo do porto de Parati, no Rio de Janeiro, o Caminho Velho da Estrada Real, em direção a Ouro Preto. Depois, foi complementada pelo Caminho Novo, que partia diretamente da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais. Foi expressamente proibido o uso de qualquer outro acesso às Minas Gerais, principalmente partindo do vizinho Espírito Santo. Era vedado qualquer contato, bem como proibida qualquer entrada ao interior do Espírito Santo, assim, cuja floresta densa habitada por indígenas, considerados agressivos, serviu como barreira natural.

Esta situação só começou a mudar em 1814, quando, com já na decadência do ciclo do ouro, o príncipe Regente D. João ordena a construção de uma estrada Real ligando Vitória, no Espírito Santo, à Ouro Preto, Minas Gerais. A estrada foi denominada de São Pedro de Alcântara, sendo concluída em vinte e quatro meses, suas obras encerram oficialmente em 1816. Com a construção dessa estrada, o Espírito Santo entra na rota comercial, trazendo mais renda, contingente populacional e militar para o estado, além do aumento de verba por parte do governo, mantimentos, reforma e construção de novas fortificações. Ou seja, até o século XIX o desenvolvimento do estado ficou limitado a uma restrita faixa de terra próxima ao litoral, dividindo-se entre os Tabuleiros Costeiros e a Planície Costeira.

A expansão inicial do café se dá em torno de Cachoeiro do Itapemirim através da expansão do cultivo que ultrapassou as fronteiras com o Rio de Janeiro, indo, paulatinamente, avançando em direção a região central do estado. Neste meio, após a transformação das fazendas de açúcar em produtoras de café, localizadas nas áreas litorâneas, o interior passou a receber um forte fluxo migratório, sendo então desbravado. Processo que ocorre inicialmente com fazendeiros fluminenses e mineiros, seguidos por imigrantes europeus - estes ocupando a região serrana. O clima e a altitude média (entre 500 e 1.000 metros) desta região, importantes elementos referentes ao quadro natural, que ocupa todo o Sul e boa parte da região central do Espírito Santo, aliada a proximidade com a região cafeeira do estado do Rio de Janeiro e posteriormente com o porto de Vitória, propiciou a expansão da cultura cafeeira a partir da segunda metade do século XIX.

A região serrana favoreceu o plantio do café da espécie arábica, que necessita de uma altitude média de 700 metros e clima favorável. Até o ano de

1962, o café arábica foi o senhor absoluto da economia estadual, ocupando mais de 500 mil hectares. A exportação desse produto propiciou ao estado investir em infraestrutura para o escoamento da exportação. Entre as obras estão estradas de ferro, melhoramento no porto público de Vitória, alargamento das ruas, investimentos em energia, rodovias, entre outras.

O Estado do Espírito Santo encontra-se ainda hoje como o segundo maior produtor nacional de café– atrás de Minas Geras - (arrecada 39,44 % da renda agrícola estadual), destacando-se o plantio das espécies Arábica e Conilon. A produção estadual é formada com 70 % de café Conilon e 30 % de café Arábica, distribuída nas Mesorregiões da seguinte forma:

Tabela 04: Distribuição e participação de área produção do café do Espírito Santo – ano 2003.

DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE ÁREA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO

MESORREGIÕES	ARÁBICA ha		CONILON ha		TOTAL ha	
	ha	PART. %	ha	PART. %	ha	PART. %
NORDESTE	20.190	13 %	177.571	49 %	197.761	38%
LITORAL NORTE	1.554	1 %	123.213	34 %	124.767	24%
CENTRAL	54.358	35 %	36.239	10 %	90.597	17%
SUL	79.208	51 %	25.367	7 %	104.575	20%
SOMA	155.310	100 %	362.390	100 %	517.700	100 %

Fonte: INCAPER/IBGE/CONAB SUREG-ES

Fonte: INCAPER/IBGE/CONAB/SUREG-ES

Com o cultivo do café, o sul e a região central prosperaram rapidamente. A região Norte, Entretanto a região norte ficou refém das características naturais do estado, provocando discrepância no desenvolvimento econômico e na sua formação sócio-espacial em relação as outras duas regiões. O Norte ficou isolado em razão da barreira natural formada pelo Rio Doce, que foi efetivamente ultrapassada tardiamente, em 1927, com a ponte de Colatina. Esse evento abriu uma nova fronteira de ocupação, especialmente em direção ao Noroeste do Estado. Já quanto às áreas mais próximas do litoral e ao Norte do Rio Doce, somente puderam ser acessadas por rodovia com a ponte de Linhares, inaugurada em 1954.

4. Gênese da formação sócioespacial do território Espírito-santense

O estado do Espírito Santo possui uma grande vocação marítima, consequência de um complexo de combinações (CHOLLEY, 1964) onde, aliada a questões políticas, como o confinamento da população ao litoral por ordem da coroa portuguesa desde tempos coloniais, as condições naturais desempenharam importante papel. Sua economia tem seu primeiro produto a cana de açúcar e a farinha de mandioca (região Norte do estado), seguida pelo cultivo do café e da exportação de minérios de ferro, até processo de incentivos à industrialização, quando desenvolvendo, embora mais tardiamente que nos outros estados (1960/1970), um parque industrial também voltado a grandes empreendimentos para a exportação.

Até meados do século passado o porto de Vitória se configura como o principal do estado, catapultando a capital como a principal praça comercial e, conseqüentemente, a região mais desenvolvida. Até o referido período as principais atividades desenvolvidas nos porto era apenas a movimentação e armazenamento de cargas (produtos primários, em especial o café, minérios de ferro oriundos de Minas Gerais, etc.), posteriormente as atividades desenvolvidas passam a se expandir com a transformação do minério de ferro em pelotas, transformação da matéria prima em produtos siderúrgicos (placas, perfis, barras, ferro-gusa, etc.), etiquetagem, distribuição física, etc. Esse processo de transformação exigiu uma forte reestruturação das atividades portuárias, desenvolvendo dentro do próprio sítio portuário e de sua área de influência, grandes complexos industriais - a exemplo da Companhia Siderúrgica de Tubarão (ArcelorMittal).

A ocupação do estado inicia com a chegada de seu donatário, Vasco Fernandes Coutinho no ano de 1535 na região da atual capital do estado, Vitória. Com o intuito de povoar, defender e explorar, parte de uma economia de subsistência para uma reduzida produção de cana-de-açúcar, algodão, farinha de mandioca e exploração de madeira, perdurando estagnada até o início do ciclo do ouro no século XVII. Embora tenha desenvolvido atividades ligadas à cultura da cana-de-açúcar, baseada em latifúndios com mão de obra escrava, em Itapemirim, ao sul do estado, e nos arredores da capital, Vitória, essa atividade econômica não encontrou condições favoráveis para a sua expansão em consequência da reduzida oferta de mão obra, ausência de infraestrutura para o transporte da mercadoria, e a utilização de métodos arcaicos. Segundo Caliman (2012), a preparação das terras para a lavoura, no

referido território, se baseava no machado e no fogo, ignorando inclusive a existência de adubos.

A partir do século XVII, no Brasil, a disseminação da descoberta de metais preciosos em algumas regiões da colônia gera um novo fluxo migratório de portugueses, sendo o estado do Espírito Santo um dos principais destinos. Pela divisão das Capitânicas Hereditárias, era de direito as principais e mais volumosas minas de metais preciosos, localizadas onde hoje é o estado de Minas Gerais, pertencerem ao Espírito Santo. Todavia a incapacidade de povoarem o interior de suas terras, as altas montanhas, as densas florestas e os índios hostis confinaram os habitantes no litoral prejudicando seu desenvolvimento econômico. Em razão de ser o caminho mais próximo e fácil para se chegar as principais minas descobertas no Brasil, a Coroa portuguesa exigiu quase um total abandono deste estado, com a intenção de que seu quadro natural servisse como barreira em caso de invasão estrangeira ao território das minas. Esta ação estagnou o estado, permanecendo assim até meados do século XVIII.

Diante do exposto, percebe-se que durante quase três séculos de ocupação europeia no território espírito-santense, quase tudo permanecia por fazer, a ocupação limitava-se ao litoral, existindo por ele pequenos e improdutivos núcleos populacionais¹. Talvez, por possuir esta estreita ligação com o mar, o estado tenha desenvolvido uma vocação marítima superior à de outros estados brasileiros, o que acabou culminando na formação do maior complexo portuário da América Latina em número de portos.

A partir dos anos de 1810, com a abertura dos Portos ao comércio com as Nações Amigas e a intenção de desenvolver economicamente a ex-colônia do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, considerando a posição estratégica do estado do Espírito Santo e sua proximidade com as áreas de extração de minérios, a Coroa portuguesa incentiva a construção de vias de rodagem entre o estado e Minas Gerais, para que fosse possível a exportação dos minérios através do Porto de Vitória, criando um corredor de exportação entre estes dois estados. Com isto, o Espírito Santo acabou por receber maiores recursos orçamentários, aumento no efetivo do exército e de

¹ O isolamento vivido pelo Espírito Santo neste período pode ser comprovado pelo crescimento lento da sua população. Nos, aproximadamente, trezentos anos de colonização, a sua população atingiu apenas 49.092 pessoas, no ano de 1856, dos quais 12.269 escravos. Nos arredores da capital viviam 26.324 habitantes; 15.915 em Itapemirim e 5.853 em São Mateus. Proporcionalmente a maior concentração de escravos estava em São Mateus, com 2.217 escravos (ROCHA; MORANDI, 1991).

oficiais da coroa, incentivando, embora que timidamente, o início de uma infraestrutura no estado. Antes desta ligação, parte, quase insignificante, do minério era transportada através do Rio Doce por pequenos barcos pertencentes a comerciantes locais e direcionadas, posteriormente, à capital do reino, Rio de Janeiro.

Nos anos de 1850, o pouco expressivo cultivo da cana de açúcar no Espírito Santo foi sendo aos poucos substituído pelo cultivo do café, em franca expansão nos Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

A diminuição do cultivo da cana de açúcar deve-se, segundo Caio Prado (1979, p. 158), à ausência de infraestrutura social e econômica, ou seja, carência de meios de comunicação, transporte, falta de conhecimento de métodos agrícolas e de medidas controladoras e regulamentadoras da economia. Tem-se ainda o aumento da concorrência estrangeira (Antilhas, principalmente), bem como o aperfeiçoamento das técnicas de produção a partir de um novo gênero gerador do produto, a beterraba, na Europa (já em 1850, 14% da produção mundial de açúcar era de açúcar de beterraba).

Tabela 05: Exportação de açúcar e café do Espírito Santo entre 1844 e 1875.

Exportação de Açúcar e Café do Espírito Santo em Arrobas - 1844 a 1875		
Períodos	Açúcar	Café
1844 - 49	22.835	82.863
1853 - 60	54.757	105.787
1863 - 75	25.812	404.527

Fonte: TORRES Filho, Artur E. Magarinos

5. A hegemonia da cultura cafeeira e a inserção do estado no cenário econômico nacional a partir do século XVIII

Nas primeiras décadas de 1800, inicia-se a fase de recessão do primeiro Kondratieff (1815-1848), época em que a relativa autossuficiência foi buscada através da primeira diversificação natural no interior das fazendas de escravos, aumentando parte do produto destinado ao autoconsumo e diminuição das exportações (substituição das importações), tornando a economia nacional mais independente (RANGEL, 1962). No Espírito Santo, neste período, desenvolveram-se timidamente atividades ligadas a produção

de animais para o transporte, couros e derivados, e algodão para abastecimento das regiões, entre elas Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. No norte do estado, mais especificamente na região de São Mateus e Conceição da Barra, a cultura da mandioca para a fabricação de farinha, ganhou certo dinamismo, funcionando como base de suprimento para o Brasil (especialmente à sua capitania vizinha, a Bahia e a capital do império, Rio de Janeiro).

A política centralizadora imperial tornou o Rio de Janeiro centro de redistribuição de importação e exportação, possuindo assim o monopólio de qualquer produto que fosse produzido por outras regiões produtoras do território colonial. Esta política dificultava o desenvolvimento das províncias brasileiras, pois ficava na capital do reino a maior parte dos lucros proveniente das transações comerciais. Segundo Santos (2010), a situação do Espírito Santo no final do século XVIII era quase desesperadora e de quase abandono do território. Não havia, por exemplo, justificativa econômica para que qualquer navio português parasse no litoral capixaba.

Tal realidade é alterada somente a partir da introdução da cultura cafeeira a partir das fronteiras com o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Vale do Paraíba), como forma de expansão do seu cultivo, ocupando primeiramente a região sul do estado, na primeira metade do século XIX, quando se desenvolve vinculada aos esquemas comerciais localizados na Corte. Em pouco tempo a cultura cafeeira mostrou suas vantagens comparativas conquistando, progressivamente, áreas antes cultivadas com cana de açúcar.

A expansão do café foi organizada segundo as práticas tradicionais, vinculadas ao latifúndio exportador e escravista, que formavam as bases da economia brasileira. Numa primeira fase, as grandes fazendas produtoras de cana, já existentes no litoral, foram transformadas em produtoras de café, mantendo seus escravos. Nos anos seguintes, as regiões mais distantes do litoral, ainda virgens, passaram a conhecer um vigoroso fluxo migratório de fazendeiros fluminenses e mineiros, vindos para ocupar as terras do Alto Itapemirim e aquelas banhadas pelos Rios Castelo e Itabapoana, todas próximas ao Rio de Janeiro. O café passou, assim, a ser produzido também no interior. Boa parte dos fazendeiros recém-chegados trouxeram consigo escravos, requerendo ao Estado terras devolutas. Esse movimento permitiu a

ocupação de vastas quantidades de terra no interior da província (VASCONCELLOS, 2012)¹.

A comercialização do café fez surgir centros urbanos que funcionavam como verdadeiros entrepostos de intermediação de venda do produto e também como ponto de compras de bens de consumo. Foi assim que, ao constituir um grande polo de convergência das relações comerciais a partir do café, se desenvolveram cidades como Cachoeiro de Itapemirim.

A importância de Cachoeiro de Itapemirim se dava em virtude das terras férteis propiciadas pelo rio Itapemirim, por sua proximidade com a capital do império e por possuir, na embocadura do rio, um porto que já no ano de 1852 exportava produtos derivados da cana de açúcar e aguardente, via cabotagem, para os municípios de Anchieta, Guarapari, Vitória, Santa Cruz, São Mateus e Caravelas. Posteriormente este porto se torna responsável pelo envio de toda a produção de café da região sul do estado para o Rio de Janeiro, onde se concentrava o circuito da comercialização do produto. Entre 1880 e 1890, o porto de Itapemirim superava em movimentação o porto de Vitória em 45% na exportação de café.

A substituição da tradicional lavoura canavieira pelos cafezais trouxe para o território do Espírito Santo um novo tipo de ocupação de terras e novas dimensões econômicas, desenvolvendo um novo tipo de lavoura comercial (SIQUEIRA, 1995 p.45). Com claros objetivos de tornar a capital a principal praça comercial do estado, consolidando-a como tal, foi imposto que a imigração europeia avançasse para as terras altas da região central do estado, desenvolvendo grandes núcleos populacionais baseados na cultura do café através da pequena produção familiar em minifúndios. Campos Jr. (1993) destaca que a imigração europeia, ocorrida a partir de 1872, mais que duplicou a população do estado, passando de pouco mais de 100.000 habitantes em 1890, para 209.000 em 1900. O aumento populacional

¹ A forma como se deu a ocupação também permitiu a ampliação das mesmas relações de poder tradicionais da sociedade brasileira. Tal como demonstra a importância da escravidão; o censo de 1872, registrou na região do Itapemirim, no sul da Província, população de 11.722 escravos contra os 4.381 existentes em 1856. Quanto à população escrava da capital e de São Mateus, ao norte, apresentou, no mesmo período, um crescimento muito pequeno. A primeira passou de 4.923 em 1856 para 6.919 em 1872. Já a de São Mateus foi de 2.213 para 2.813, mostrando claramente haver uma correlação entre o crescimento do plantio do café na região sul, sobretudo em Cachoeiro do Itapemirim, e o número de escravos na Província (VASCONCELLOS, p.22 2012).

ocasionou um efetivo aumento na produção cafeeira, passando de 196.964 arrobas em 1856 para 1.250.838 arrobas em 1891.

Tabela 06: Exportação dos principais produtos movimentados nos Portos do E.S – 1873 a 1886.

Exportação dos Principais Produtos pelos Principais Portos do Espírito Santo - 1873 / 1886									
Porto de Vitória			Porto de São			Porto de Itapemirm			
%			%			%			
Prod	1873/	1883/	1885/	1873/	1883/	1885/	1873/	1883/	1885/
Café	37,6	30,7	29,3	4,3	6,1	5,2	58,1	63,2	65,8
Açúc	13,3	60,3	35,4	20,3	-	2,4	66,4	39,7	62,2
Farin	0,4	6,3	2,4	99,6	92,6	97,5	-	1,1	0,1
Milho	96,4	99,4	4,6	1,8	0,3	49,8	1,8	0,3	45,8
Made	0,1	0,1	74,8	0,6	0,2	0,4	99,3	99,7	24,8

Fonte: 1873/74. Estatística de Exportação Organizada pela Tesouraria Provincial do E.S, Dez. de 1874, págs. 34 e 36. 1883/84. RODRIGUES. Relatório de 1886, pág. 59.1885/86. Tesouraria Provincial. Quadro de Exportação do Espírito Santo, dez. de 1886. Elaborado por: SIQUEIRA, 1995, p. 48.

Embora houvesse um constante comércio de cabotagem (farinha de mandioca, madeira, aguardente, etc.) entre o estado do Espírito Santo e outras províncias, especificamente a capital do Império – Rio de Janeiro – e a Bahia, o cenário econômico do Espírito Santo permanecia estagnado. No fim do século XIX seus portos não estavam nas grandes rotas comerciais, e sua densidade demográfica ainda era reduzida. Não havia uma infraestrutura

terrestre que facilitasse a integração entre as regiões, Norte e Sul não se ligavam à capital, deste modo as três principais regiões do estado, (São Mateus, Vitória, e Cachoeiro de Itapemirim) estavam isoladas uma das outras, salvo pelo transporte marítimo.

Foi com este aspecto que o estado do Espírito Santo chegou ao fim do século XIX. Todavia novas expectativas com o início da abolição-república (1889), com mudanças em toda a conjuntura política nacional, permitiam uma perspectiva mais animadora ao estado para o século XX.

6. O Sul do Espírito Santo: A influência dos terminais portuários para o apogeu e perigeu de uma região

Pretende-se aqui dar uma ênfase especial sobre a trajetória da formação sócioespacial do sul do estado do Espírito Santo. Ênfase que permitirá perceber o quanto os terminais portuários colaboram para que uma determinada região se desenvolva ou entre em decadência após o declínio de suas atividades. Enquanto os portos dessa região do estado, em especial o de Itapemirim, se manteve em plena atividade a região prosperou vertiginosamente.

O sul do estado do Espírito Santo começou a ser explorado a partir de um pequeno povoado às margens do rio Itapemirim, ainda na primeira metade do século XVI. Esta região se tornou muito importante economicamente durante grande parte do Brasil Império, em especial durante o ciclo do café, graças à sua proximidade com o Rio de Janeiro, com o qual manteve um intenso comércio de exportação, já que o Rio de Janeiro era a capital do império e centralizava toda a praça comercial. O porto de Itapemirim chegou, muitas vezes, a rivalizar com o porto de Vitória, tendo, em diversas ocasiões, seu movimento comercial superado o da capital da província.

A ocupação do sul do estado iniciou-se logo após a chegada de Vasco Coutinho ao território do atual estado do Espírito Santo. Alguns dos imigrantes que vieram com o donatário receberam autorização para se fixarem mais ao sul da capitania – especificamente na foz do rio Itapemirim - fundando naquela região uma fazenda (correspondências oficiais relatam a existências de um reduzido número de habitantes já no ano de 1539). Este povoado permaneceu sem grandes alterações até o fim do século XVI, quando começa

a se destacar no plantio de cana de açúcar. Parte do relativo desempenho econômico da região deve-se à catequização dos índios que ali viviam, conhecidos como Goitacazes, e que foram aproveitados como mão de obra na plantação de cana de açúcar, sendo, posteriormente, substituídos por mão de obra escrava de origem africana.

A região de Itapemirim perdurou sem grandes alterações até a primeira década do século XVIII, quando ocorreu um reforço populacional com a chegada de agricultores vindos da Bahia, estimulados pelo cultivo da cana de açúcar no local e na esperança de encontrar ouro ou pedras preciosas na região. Outro reforço populacional ocorre no ano de 1771, quando uma investida indígena (*puris*), conseguiu expulsar os mineradores e suas famílias da região conhecida como Minas do Castelo, localizada mais ao sul do Espírito Santo (atual Município de Castelo). Os mineradores e toda a população que lá vivia acabaram por instalar-se na barra do rio Itapemirim (atual Barra do Itapemirim), permitindo um acréscimo considerável da população. Pouco depois era fundada a freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio.

Aos poucos a região se tornou grande produtora da cana de açúcar e aguardente, e posteriormente de café, pois não encontrou resistência dos nativos naquele local, sendo, por vezes, usados como força de mão de obra. A terra fértil, em virtude de sua proximidade com o rio Itapemirim, permitiu o avanço da produção e seu escoamento ao longo de todo o vale até o litoral, gerando uma relativa prosperidade. Os imigrantes também desempenharam importante papel, tendo chegado no estado entre 1845 e 1880. Fixaram-se principalmente no Sul da província e também na região da capital.

A cultura da cana de açúcar perpetuou-se até chegar ao seu clímax entre os anos de 1850 e 1870. Neste período, Itapemirim produzia mais da metade de todo o açúcar e aguardente do Espírito Santo, chegando a possuir vinte e dois engenhos com cerca de 1.348 escravos negros. A evolução deste município foi tanto que, já no ano de 1852, o porto de Itapemirim exportava seus produtos, via cabotagem, com os municípios de Anchieta, Guarapari, Vitória, Santa Cruz, São Mateus, Caravelas. Com a diminuição da participação do açúcar no mercado internacional, os grandes agricultores começaram a se dedicar a cultura do café – meado do século XVIII – que permaneceu organizada segundo as práticas tradicionais, vinculadas ao latifúndio exportador e escravista, que formavam as bases da economia brasileira. Numa primeira fase, as grandes fazendas produtoras de cana que já existentes no litoral foram transformadas em produtoras de café, mantendo

seus escravos, posteriormente, com a chegada de novos fazendeiros, vai avanço em direção ao interior (VASCONCELLOS, 2012).

A dedicação dos colonos à cultura cafeeira logo rendeu resultados, permitindo que a região Sul se mantivesse por vários anos como a maior produtora dessa cultura dentro do estado do Espírito Santo. A exportação de café se fazia através do porto de Itapemirim, sendo enviada para o Rio de Janeiro, de onde era, posteriormente, exportado. Embora fosse capaz de escoar a produção da região, servindo também como entreposto para o comércio de cabotagem, o porto de Itapemirim possuía diversas limitações, entre elas o assoreamento do rio e a pouca profundidade do canal de acesso. Esta situação não permitia que navios de grande e médio porte atracassem no terminal. Somente o porto de Vitória, em todo o estado, em virtude de suas características naturais, era capaz de receber navios maiores. Todavia a falta de vias de comunicação com o interior da província prejudicava a economia da capital. Assim, apesar das limitações, a proximidade com a principal praça comercial do país -Rio de Janeiro-, as facilidades de transporte através de pequenas embarcações e a segurança oferecida pelos ancoradouros naturais ao longo do rio, possibilitou que o porto se tornasse um importante entreposto comercial, desempenhando um papel fundamental para a formação sócioespacial de todo o sul do estado. Manteve-se ativo até os primeiros anos do século XX.

Com a inserção de navios maiores para o transporte de cargas, exigindo um canal de acesso com uma profundidade superior ao que o Porto de Itapemirim permitia, bem como o fim das políticas centralistas do Brasil- Império, aliado ao constante assoreamento do rio e a sua não modernização, impossibilitava o recebimento de navios maiores capazes de movimentar uma quantidade maior de café, fato que encarecia o produto e tornava o porto desinteressante para os produtores e compradores. Nesta conjuntura, após a república, o setor cafeeiro do estado, que havia intensificado a prosperidade de seus cultivadores, produzindo um excedente econômico, possibilitava e incentivava a construção de grandes empreendimentos, tal como a construção de ferrovias. Cabe lembrar que o “boom” ferroviário no Brasil, seguindo também uma tendência mundial, foi motivado pelo fato das fazendas de café estarem mais distantes do litoral do que os antigos engenhos de açúcar, tendo, portanto, a necessidade de uma logística muito mais sofisticada. Neste processo, a região Sul do estado, tendo se transformado em uma zona tipicamente cafeeira, passa a ver a ferrovia como a melhor opção para o escoamento da produção, sendo necessário ligar as áreas produtoras aos

portos com maior capacidade de carga e com melhor infraestrutura para movimentação das mercadorias, neste caso o porto de Vitória.

Inicia-se a construção da ferrovia Sul do Espírito Santo, ligando a produção cafeeira do sul do estado à região central. Sendo denominada posteriormente de estrada de Ferro Leopoldina, quando concluída em 1910, pois seu trajeto foi ampliado, ligando não somente a região Sul à Vitória, como também ao estado do Rio de Janeiro. Esta ferrovia modificou todo o sistema de circulação da região sul, tornando-se a grande via responsável pela movimentação do maior volume da produção daquela parte do território capixaba. Assim, toda a produção da região, que antes era exportada pelo porto de Itapemirim, passa a ser enviada ao porto de Vitória por via ferroviária, dando maior competitividade aos produtores, reduzindo custos de serviços e abrangendo uma área de escoamento muito maior.

A construção da estrada de ferro, cortando toda a zona produtora de café, foi amplamente influenciada pelas transformações produtivas com a mudança da cana de açúcar para o café, ocasionando uma estruturação nos sistemas de transporte e um grande impacto nos espaços geográficos na qual faziam parte seu trajeto. O porto de Itapemirim era, até então, um porto-empório, que possuía sua própria divisão social do trabalho. Com a construção da ferrovia, a região passa a se ligar a Vitória, capital do estado, que se configura como a grande praça comercial do Espírito Santo. Neste meio, a formação econômica no entorno do porto deixa de existir fazendo com que a região entre em um longo processo de decadência, desmembrando-se em vários outros municípios. Em outras palavras, a hinterlândia portuária de Itapemirim havia sido capturada pelo porto de Vitória.

A história da região Sul do Espírito Santo é um exemplo expressivo da importância dos portos na gênese e formação sócioespacial dos locais em que se estabelecem. Bem como demonstra que os sistemas de movimentos (ferrovias, hidrovias, rodovias, etc.) impactam nos espaços nos quais se inserem, alterando as dinâmicas econômicas.

7. A consolidação da capital do estado como principal praça comercial e sua inserção no mercado internacional através do porto de Vitória

Com uma economia ainda desintegrada, ausência de infraestrutura e com um imenso território a ser ocupado, o estado do Espírito Santo inicia o século XX. Ao longo do século passado esses fatores foram aos poucos sendo

trabalhados a fim de superá-los e tornar o estado uma grande plataforma logística do minério de Minas Gerais e ganhar mercado exportando a monocultura do café produzido em seu próprio território. Construiu-se um grande sistema de logística, o que incluiu a construção de ferrovias, rodovias, comunicação, energia, terminais portuários, entre outros.

A grande preocupação no início do século XX permanecia em ocupar o interior de seu território, intocado desde o início do império. A solução encontrada foi a inserção de imigrantes (italianos e alemães, em maior parcela) ao território a partir da década de setenta do século XIX, seguindo a estratégia nacional. Segundo Caliman (2012, pag. 42 e 43), diferentemente do que acontecera em outras regiões produtoras de café, a imigração italiana no Espírito Santo foi incentivada e motivada por outros fatores, dentre os quais se destaca o de colonizar o território e não apenas substituir a mão-de-obra escrava. Segundo o autor, o objetivo estratégico era ocupar as imensas áreas vazias, acrescentando povos de outras origens, como os alemães, que se fixaram na região central e serrana; enquanto os poloneses e os italianos no sul. O esforço do Segundo Império para dinamizar a economia, tendo como base a imigração europeia, foi concretizado através da distribuição de terras, gerando uma importante estrutura de minifúndios responsável por significativa parte da produção cafeeira do estado.

O Censo Demográfico de 1872, a primeira operação censitária realizada em território brasileiro, demonstra o baixo índice populacional da província do Espírito Santo, ficando atrás apenas das então províncias de Mato Grosso e Amazonas.

O processo de inserção dos imigrantes à economia do estado trouxe relativa autossuficiência às fazendas de café. Segundo Vasconcellos (2012), a propriedade do imigrante deveria produzir os alimentos necessários a toda a família, produzindo o milho, o feijão, o arroz e outros itens de primeira necessidade. As famílias eram numerosas (em torno de doze integrantes), e toda a atividade necessária à vida familiar era desenvolvida na própria propriedade ou então em associação, ou no sistema de trocas com os vizinhos (costurar roupas, fabricar e consertar sapatos, bem como mobílias – mesas, cadeiras, camas, etc.-, vinagre, sabão, tudo era produzido dentro das próprias propriedades). Entretanto, diferentemente do que ocorreu em Santa Catarina, que também recebeu grandes levas de imigrantes europeus quase que no mesmo período, tendo também o objetivo estratégico de ocupar as áreas vazias, no estado do Espírito Santo os imigrantes vão se dedicar essencialmente à monocultura do café, resultando em um baixo dinamismo

econômico (menos produção artesanal, manufatura, etc.). Ou seja, a pequena produção mercantil rural (produtos alimentares, tais como manteiga, banha, leite, queijo) que se inseri no interior da estrutura das fazendas monocultoras de café no Espírito Santo, e mesmo aquelas consideradas urbanas (atividades de artesãos, como ferreiros, marceneiros, tecelões, alfaiates, sapateiros), não produzia excedente suficiente para serem comercializados através do sistema colônia-venda, pois as atenções eram voltadas quase que exclusivamente para o plantio do café.

Em Santa Catarina tal realidade foi inversa, a pequena produção mercantil se inseri de forma muito mais dinâmica nas colônias europeias do estado, nos vales atlânticos e posteriormente no oeste do estado, sendo capaz de produzir considerável excedente que era comercializado. O capital adquirido com a comercialização dos produtos possibilitou a compra de máquinas e equipamentos, desenvolvendo um grande e dinâmico parque industrial. Essa dinamicidade, posteriormente, vai fazer com que os portos catarinenses possuam uma ligação direta com a hinterlândia produtiva do próprio estado. Realidade esta que não ocorre no Espírito Santo, pois, por anos, excluindo-se o café, o principal produto provinha da região de Minas Gerais (minério de ferro). Cabe lembrar que o litoral catarinense dá acesso a pequenos vales, navegáveis em seu curso médio e litorâneo (São Francisco do Sul, Itajaí, Laguna, Tubarão), essa conformação permitiu um intenso comércio entre os portos e as colônias no interior dos vales, desenvolvendo um grande complexo portuário ao longo de seu litoral já em tempos de Brasil Império

Tabela 07: Censo demográfico do Brasil de 1872.

Ranking ↕	Província ↕	População em 1872 ↕
1	Minas Gerais	2 039 735
2	Bahia	1 379 616
3	Pernambuco	841 539
4	São Paulo	837 354
5	Rio de Janeiro	782 724
6	Ceará	721 686
7	Rio Grande do Sul	434 813
8	Paraíba	376 226
9	Maranhão	359 040
10	Alagoas	348 009
11	Pará	275 237
12	Município Neutro	274 972
13	Rio Grande do Norte	233 979
14	Piauí	202 222
15	Sergipe	176 243
16	Goiás	160 395
17	Santa Catarina	159 802
18	Paraná	126 722
19	Espírito Santo	82 137
20	Mato Grosso	60 417
21	Amazonas	57 610
TOTAL	Império do Brasil	9 930 478

Fonte: IBGE - Recenseamento do Brasil, ano de 1872.

Com o fim do Império, em 1889, o Brasil passa a ser um país republicano, as províncias passam a constituir os estados, havendo importantes alterações no sistema político nacional. Estas modificações propiciaram o desenvolvimento dos estados que passaram a possuir uma determinada autonomia econômica, captando boa parte das rendas arrecadadas pela exportação e importação (ARAÚJO FILHO, 1969). Outra possibilidade foi a negociação de empréstimos diretamente com outros países. Essas alternativas foram utilizadas pelo Governo do Espírito Santo para desenvolver e integrar seu território, pois, através da integração territorial, abria-se a perspectiva de ganhos de escala para a operação do Porto de Vitória. A este respeito Siqueira (1995 p.77) ressalta que

As atenções voltaram-se particularmente para os meios de comunicação, pois quase tudo estava por fazer. Das duas estradas de ferro projetadas no século XIX, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo

dirigindo-se para o Rio de Janeiro, apenas concluía seu ultimo trecho no final da primeira década desde século[...]. A ampliação das ferrovias, a intercomunicação dos municípios capixabas, ligando-os a capital através de rodovias, e a ligação dos centros produtores às linhas férreas, foram prioridades dos governos, que investiam a maior parte dos recursos estaduais nestas obras.

Os terminais que adquiriram determinada importância, desde os tempos coloniais, foram os portos de Itapemirim ao Sul, o de Vitória na região central e o de São Matheus ao Norte. Os dois primeiros destacavam-se na movimentação de café, já o último na exportação de farinha de mandioca.

Assinala-se que a qualidade do café do Espírito Santo era considerada inferior diante dos outros estados produtores (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Tal classificação se deve à arcaica organização da produção agrícola e os métodos e técnicas tradicionais de cultivo. Todavia, mesmo com esta característica, aliada às péssimas condições de infraestrutura do estado, como a ausência de aparelhagem portuária adequada, a cultura cafeeira teve forte influência no desenvolvimento econômico do estado entre o fim do século XIX e início do século XX (SIQUEIRA,1995).

No fim do Império, a arrecadação do estado não ultrapassava os quinhentos contos de réis. Já no ano de 1892 o estado, graças a cultura cafeeira, conseguiu arrecadar uma soma de 3.181.458 contos de réis. A importância do café para a economia do estado se torna enfatizada quando este se firma como base econômica, chegando a responder até 95% da receita no ano de 1903. No início do século XX o estado figurava como o quarto maior produtor de café de um país que detinha 56,6% da exportação mundial deste produto¹ (LIMA, 1976), conseqüentemente seus portos ganhavam destaque internacional em virtude de tamanha movimentação.

Nos primeiros anos do século XX, a ferrovia Sul do Espírito Santo, construída como alternativa para o escoamento da produção cafeeira do sul do estado e que substituiu o porto de Itapemirim, ocasionou grandes alterações sócioespaciais, pois tornou o porto de Vitória o responsável por movimentar a maior parcela da produção de todo o Espírito Santo. Neste

¹ Porcentagem alcançada no fim da década de 1880.

processo ia convergindo para a capital a maior parcela do movimento comercial.

O Porto de Vitória se destacou desde os primeiros anos de colonização em virtude de suas características naturais, entre elas a ausência de fortes correntezas e a proteção natural dos morros às margens do canal de acesso que impediam os fortes ventos, deixando a embarcação calma durante o traslado das mercadorias. Sua capacidade de receber navios com calados de até oito metros, em virtude da profundidade natural de seu canal, fez com que num primeiro momento não houvesse a preocupação de ampliar e aperfeiçoá-lo. Sendo assim, no início do século XX, o porto não ia muito além de um trapiche em más condições, com navios operando ao largo e tornando necessário o uso de pequenas embarcações para que as mercadorias chegassem em terra firme.

Com a conversão da produção cafeeira do sul do estado, bem como grande parte da produção de minérios do norte de Minas Gerais, através da estrada de ferro Vitória-Minas, tornava-se necessário aperfeiçoar as condições naturais do porto de Vitória. Os primeiros estudos para a efetiva construção do porto, bem como seu aparelhamento, foram realizados a partir de 1881. A intenção de tirar proveito do porto fez com que ele fosse instalado na parte insular de Vitória, na região central, pois um porto traz conceitos e tradições de negociações e esta tradição divulga o porto e conseqüentemente a cidade de origem. Se o porto fosse instalado na parte continental, impossibilitaria o crescimento comercial de Vitória e conseqüentemente a grande praça comercial do estado teria se desenvolvido onde hoje está localizado o município de Vila Velha (SIQUEIRA, 1995).

Em 1906, o porto começa a ser construído através de uma concessão à Companhia Porto de Vitória. Quatro anos após esta data é assinado um contrato com a empresa C.H Walker & Cia.

As grandes crises econômicas que derivaram das duas Grandes Guerras, e a necessidade de integrar o território, fez com que o estado optasse por um sistema de movimento mais rápido e de menor custo que o ferroviário. Assim, a partir da segunda década do século XX, seguindo uma tendência nacional, inicia-se a construção de uma extensa rede rodoviária que converge para a capital do estado. Este fato acabou por consolidar definitivamente a região central como o principal destino das mercadorias, sendo ligada ao mercado internacional através do porto que abrigava.

O porto se consolidou como essencialmente cafeeiro, tendo como principais mercados exportadores os Estado Unidos da América - que absorvia

mais da metade de todo o café produzido pelo estado - e a Europa, com boa porcentagem na movimentação, principalmente pós-primeira Guerra Mundial (1914-1918). A pequena porcentagem da exportação para a América do Sul se deve à inserção do café colombiano no mercado. Este, com um menor custo produtivo que o café brasileiro, logo tomou posse do mercado latino, conquistando ainda o mercado americano.

Vitória teve seu porto concluído somente no ano de 1932, se tornando oficialmente um porto Organizado na década de 40 do século passado, possibilitando a partir de então, condições técnicas capazes de realizar operações comerciais adequadas. O cais do Porto e a primeira ponte ligando a ilha ao continente (Ponte da Passagem, construída em 1930) deram à capital do estado uma nova fisionomia urbana, intimamente relacionada com os serviços portuários. Conforme Siqueira (1995), os trabalhos de urbanização em função da ampliação do cais contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, através do alargamento e a abertura de novas ruas, drenagem, pavimentação, iluminação, casas comerciais, entre outros fatores que colaboraram para a concentração cada vez maior das questões políticas e econômicas na capital do estado.

Percebe-se pela descrição acima que o porto deu origem à cidade, fazendo-a crescer no seu entorno e, posteriormente, sufocando-o. A inexistência de espaços para ampliação e armazenamento do porto traz grandes desvantagens estagnando-o no tempo. Há uma grande possibilidade de que quando a cidade se tornar mais importante que o porto, possa expulsá-lo para que seja possível ampliar e modernizar o seu sítio urbano.

O porto de Vitória se caracterizou pela movimentação de sacarias, possuindo este tipo de carga grande influência na construção e elaboração de seu sítio portuário. Não se pode esquecer a breve e passageira participação na movimentação de minérios de ferro oriundo de Minas Gerais até quase a metade do século XX.

A fase depressiva do terceiro Kondratieff, aberta na década de 20 do século passado, acabou por desencadear a Revolução de 30. Assim, toda a estrutura político-administrativa e socioeconômica que governava o país desde a Proclamação da República em 1889, se desintegra dando início a um processo de diversificação da produção, voltada não somente para o mercado externo, mas também, particularmente para o mercado interno (a terceira Dualidade). Contrariando as tendências nacionais, o Espírito Santo em virtude da permanência forte do café nas exportações do estado e por não ter constituído uma burguesia industrial importante, pois dedicou-se quase que

exclusivamente à cultura do café, foi incapaz de financiar a transição de uma economia agrária exportadora para uma economia urbanizada e industrializada, demorando a consolidar-se como tal. Outro fato que influenciou a permanência do estado em uma economia agrária exportadora foi a falta de integração do território nacional com o estado, ficando este isolado, questão solucionada posteriormente com o plano rodoviário de integração nacional.

A partir dos anos 40, a exportação do minério de ferro começa a ter determinada significância para o porto de Vitória. Pós 1947, havia em todo o mundo uma intensa demanda por este minério para a reconstrução dos países atingidos pela Segunda Grande Guerra, e em consequência do acelerado processo de industrialização de países como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Japão, Canadá, entre outros. Conforme Araújo Filho (1969), o Brasil foi um dos primeiros países a ser procurado para a exploração de minério de ferro, iniciando oficialmente a exploração deste produto a partir de 1940, com a criação da Vale do Rio Doce (CVRD), a partir da Itabira Iron Ore Company, empresa Norte Americana. A produção de minério de ferro apresentou-se sempre crescente, tornando o Brasil um dos maiores fornecedores desta matéria-prima, e o Espírito Santo como principal escoador. É importante lembrar que revolução nas dimensões dos navios, alavancada na fase depressiva do quarto ciclo de Kondratieff (pós 1945), propiciou a integração transcontinental da mineração de ferro, bauxita, carvão, etc. tendo o Brasil e Austrália como principais exportadores no pós-guerra.

O minério de ferro exigiu diversas modificações, alterando a estrutura física do porto. Tornou-se, em pouco tempo, um importante componente na pauta de exportação do estado, sendo capaz de impulsionar a construção de terminais especializados e ainda ampliando o sítio portuário.

Já na década de 50, a região de Vitória tornou-se capaz de realizar reparos e construção de barcos. Foi construída ainda, além dos terminais especializados na movimentação de minério de ferro, o cais de carvão, a dragagem do canal da baía de Vitória, tornando-a com uma profundidade de quinze metros, o encoramento de mais quatro quilômetros de extensão do cais, o isolamento e aterro de mangues com material oriundos de morros da região e parte do material da dragagem (OLIVEIRA, 2011).

A demanda por minério de ferro e a permanência do café como principais produtos na pauta de exportação mantinham sua base econômica no setor primário, contrariando com isto a tendência nacional de industrialização. O café somente aos poucos foi diminuindo de importância. As

terras antes ocupadas por esta cultura foram sendo substituídas pela pecuária extensiva. Esse processo liberou uma grande quantidade de mão de obra que originou a ocupação e inchaço desordenado dos centros urbanos do estado, principalmente no entorno do sítio portuário, onde se necessitava de um grande contingente de trabalhadores. Do surgimento ao declínio do café, marca o primeiro ciclo econômico do estado do Espírito Santo (1850-1960), caracterizado pelo predomínio da monocultura cafeeira de base familiar e em pequenas propriedades até os anos finais de 1950.

Segundo Siqueira (1995) a industrialização, após este período, passou a ser vista como a saída para vencer definitivamente o grande atraso relativo que separava o Espírito Santo das regiões mais desenvolvidas do país. A partir dos anos 60 e 70 ocorre um acelerado processo de industrialização, voltado a grandes empreendimentos exportadores e intrinsecamente ligados ao porto de Vitória, visto que a abertura econômica nacional permitiu a instalação de grandes empresas multinacionais que tiraram vantagens da posição geográfica privilegiada do estado. É neste período que se inicia o segundo ciclo econômico (1960-1975), caracterizado por um processo de transição de uma economia agrária-exportadora, centrada na cafeicultura, para uma economia urbano-industrial, caracterizada pela centralização em *commodities*.

A política do governo federal durante a gestão de Juscelino Kubitschek, sobretudo aquelas implementadas pelo Plano de Metas a partir de 1957 e que vieram a ter consequências efetivas a partir de 1960, fizeram com que o Espírito Santo fosse contemplado com uma série de investimentos importantes: indústrias, usinas hidrelétricas e rodovias. Além disso, foi criado, localmente, um sistema de incentivos fiscais à industrialização que foi capaz de captar uma série de empresas de pequeno e médio porte, predominantemente ligadas a capitais privados regionais e processadoras de matérias primas locais (VASCONCELLOS, 2012). Assim, com a ajuda do governo federal e de ações da então criada Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo-CODES, atual BANDES, e outras entidades empenharam-se em superar a estagnação econômica do estado. Neste mesmo período também foi criado o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento para Atividades Portuárias), consistindo, inicialmente, um incentivo financeiro para a instalação de empresas importadoras com sede no estado, tendo como consequência o desenvolvimento da atividade portuária.

Esta nova fase desenvolvimentista do estado, voltada para o incremento de um grande parque industrial, bem como de um corredor de

exportação, por estar estrategicamente localizado na região mais desenvolvida do país, ficou conhecida na literatura econômica como “Grandes Projetos”. Esses projetos estão diretamente vinculados a investimentos em plantas industriais produtoras de *commodities* minerais e agrícolas, ocorridos entre meados da década de 70 e início da 80. Entre eles destacam-se a construção da Aracruz Celulose, Samarco Mineração e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atualmente denominada de ArcelorMittal Tubarão, e ainda ampliações das atividades da CVRD (BERTOCHI, 2009). As *commodities* agrícolas também foram beneficiadas com incentivos federais e estaduais para a implantação de indústrias de conserva de frutas, café, sucos cítricos, óleos comestíveis, massas alimentícias e chocolate.

As principais modificações ocorreram na região da Grande Vitória (absorvendo cerca de 67% de todos os investimentos), estendendo-se quase que exclusivamente pelo litoral do estado. Duplicou-se ainda a ferrovia Vitória-Minas, construiu-se a BR-262, ligando Vitória à cidade de Corumbá, no estado do Mato Grosso, e passando por vasta extensão do território de Minas Gerais, a BR-101, integrando o Espírito Santo a todo o território nacional.

O desenvolvimento acelerado estrangulou o porto de Vitória, e em um curto período já não podia abrigar os diversos tipos de cargas que estavam sendo movimentadas no estado. A solução foi construir novas instalações portuárias que formariam, posteriormente, um destacado complexo portuário. Iniciou-se a construção do Super Porto de Tubarão, para a então Companhia Siderúrgica de Tubarão –CST; a construção do porto de Barra do Riacho para a Aracruz Celulose; a construção do Terminal de Exportação de Ponta de Ubú em Anchieta para a mineradora SAMARCO; a construção do Cais de Capuaba no porto de Vitória, com o intuito de movimentar cereais, carnes e produtos siderúrgicos; a construção de mais dois terminais na região da capital; melhorias no Cais Comercial do Porto de Vitória e de seu canal de acesso, ampliando e aperfeiçoando posteriormente os terminais de petróleo e álcool.

Todo este processo gerou profundas alterações na estruturação e reestruturação do território do estado, modificando profundamente a cadeia produtiva de diferentes regiões. Tomamos como exemplo a Aracruz Celulose, que ao instalar-se no litoral norte capixaba, construindo ali um porto (PORTOCEL) que impactou fortemente não apenas toda uma cadeia produtiva, como também mudou o perfil da agricultura local pelo plantio de extensas florestas de eucalipto.

Cabe lembrar que foram os acordos de longo prazo entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e as siderúrgicas japonesas nos anos 60 que permitiram a construção do Porto de Tubarão, modernizando ainda as infraestruturas de acesso à região portuária de Vitória através da duplicação da ferrovia Vitória-Minas, com tráfego computadorizado, e a possibilidade de receber navios super-mineraleiros de mais de 100 mil TPB (Toneladas de Peso Bruto), que levavam minérios aos portos do Japão e traziam petróleo do Oriente Médio para os terminais da PETROBRAS, São Sebastião, etc. (MAMIGONIAN, 2013, p.29).

Este intenso processo perdurou até os anos 90, quando o estado entra em outro estágio de sua economia na qual ainda permanece, sendo caracterizada por Bertochi (2009) como um processo de “diversificação concentradora”, ocasionado por uma ampliação das atividades produtivas a partir da evolução qualitativa das empresas instaladas no território estadual nas décadas de 70 e 80, no que diz respeito a prestação de serviços e de comércio exterior, o que explica a “diversificação”.

A parte “concentradora” é a centralização em *commodities* agrícolas e minerais, que juntas respondem pela maior parcela na pauta de exportação do estado. Os dados fornecidos pelo SINDIEX¹ no ano de 2010 deixam clara a predominância das *commodities* minerais perante os outros produtos movimentados no estado. Neste ano os principais componentes da pauta de exportação foram: 45,8% pelotas de minérios; 25,2% produtos siderúrgicos; 10,3% celulose; 6,2% mármore e granito e 5,8% café.

A evolução econômica do estado fez surgir, em menos de meio século, um dos maiores complexos portuários da América Latina em número de portos e, graças às *commodities* minerais, em volume de carga movimentada. A vocação marítima existente no território capixaba, em virtude de seu confinamento ao litoral por mais de trezentos anos, aliada à sua posição geográfica estratégica, no centro da principal região econômica brasileira e geograficamente mais próximo da extração de minérios no chamada Quadrilátero Ferrífero, fez com que este estado despontasse como uma verdadeira plataforma logística nacional, possuindo relação com o mercado nacional e internacional.

Seus portos e terminais marítimos estão localizados a um raio entre 70km à 100km da capital do estado, aderindo para si cargas do estado de Minas Gérias, sul da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul,

¹ Sindicato de empresas exportadoras e importados do Espírito Santo - SINDIEX

litorâneas de médio e grande porte (Itapemirim, Vitória e São Matheus). O complexo de combinações (CHOLLEY, 1964) de ordem natural e humana, acabou por impor a ocupação a uma restrita faixa litorânea até a introdução da cultura cafeeira (meado do século XIX) quando, a partir das grandes fazendas produtoras de cana de açúcar e que foram transformadas em produtoras de café, outras regiões não litorâneas, passaram a receber um intenso fluxo migratório de fazendeiros fluminenses e mineiros. Neste meio, o café propicia a ocupação do interior do sul do estado.

Embora a referida atividade tenha se mantido sob o mesmo modo de produção colonial (feudal-latifundiário e escravista) foi ela que, com a chegada dos imigrantes europeus, teve força para atrair uma corrente expressiva para os vales dos Rios Novo/Benevente, Jucu e Santa Maria, formando as colônias de Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina, todas baseadas no cultivo do café a partir de pequenas propriedades. Tal corrente imigratória alastrou a produção cafeeira para regiões mais próximas da capital do estado, configurando-se em uma política com claros objetivos de tornar Vitória a principal praça comercial do estado, catapultando seu porto como o mais importante e mais movimentado, bem como ocupando definitivamente o interior do estado. Este cenário se consolidou com a construção de ferrovias ligando a capital à região sul do estado, e posteriormente ao Rio de Janeiro, bem como à Minas Gerais, tornando o Porto de Vitória beneficiário através das exportações do café que se produzia ao longo destas ferrovias e dos minérios extraídos da então província de Minas Gerais. A atração do eixo logístico para a capital propiciou seu desenvolvimento urbano e comercial atraindo atividades econômicas, que iam desde a compra do produtor até a venda ao comprador internacional, podendo haver neste processo o sistema de crédito e expedientes administrativos relativos ao comércio então alavancados.

Da mesma forma que os fatores de ordem natural e humana restringiram a ocupação ao litoral nos primeiros séculos, a construção da Ferrovia Sul do Espírito Santo, estabelecendo uma ligação entre o sul e a capital, e a construção da Ferrovia Vitória- Minas, entre o leste de Minas Gerais e Vitória, transformam a capital na principal praça comercial e um importante polo de escoamento logístico. Sendo ainda, a ferrovia Vitória-Minas, o principal indutor da ocupação do norte do Estado, realizada por imigrantes europeus e seus descendentes que já haviam se instalado na região central (alemães e italianos em sua maioria).

Com a crise do café, na primeira parte do século XX, ocorre no estado um processo de desligamento da referida atividade, onde os imigrantes europeus, em sua maior parcela, acostumados com uma relativa autossuficiência no interior das fazendas de café, passam a desempenhar atividades antes secundárias na propriedade (fabricação de roupas, sapatos, mobílias, etc.), dando origem a uma série de pequenas e médias empresas que se organizavam regionalmente em cidades polo, como Cachoeiro do Itapemirim, Colatina ou Linhares.

Posteriormente, apoiado nas políticas de substituição de importação, nos planos desenvolvimentistas nacionais, etc., o estado entra em um rápido processo de industrialização. Empresas de grande porte se instalam ou diversificam a sua produção (PETROBRAS, VALE, ArcelorMittal, SAMARCO, ARACRUZ, etc.), gerando uma série de novas cadeias produtivas e atraindo, ao mesmo tempo, outras novas empresas para atender às novas demandas, tornando-se fornecedores ou consumidores diretos das indústrias âncoras. Neste processo, o atual BANDES e o então criado FUNDAP, desempenharam um importante papel.

Toda a conjuntura supracitada gerou profundas alterações na estruturação e reestruturação do território do estado, e, como já dito, alterou profundamente a cadeia produtiva de diferentes regiões.

Em uma fase posterior, acontece no Espírito Santo, uma diversificação nas principais empresas, com destaque para o setor metalomecânico, incentivado pela VALE, CST, SAMARCO e AcelorMittal. Essas empresas de grande porte, com a saturação e limitações do porto de Vitória, buscaram individualmente criar seus próprios terminais portuários, dando origem ao grande complexo portuário hoje existente no estado. As vantagens de tal situação compreendem desde a possibilidade de especialização do terminal em determinado tipo de carga (podendo implantar equipamentos ultramodernos, mão de obra especializada, etc.), com uma redução do custo operacional, diminuição do tempo para liberação de carga e do recebimento do navio no cais, até a disponibilidade de um terminal com a posição geograficamente mais próximo ao centro de produção, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte Itatiaia/Edusp.1982, 228p. (coleção Reconquista do Brasil).

ANTOGIOVANNI, Lídia Lúcia, et al. **Panorama Sobre a Desertificação do Estado do Espírito Santo**. 91 pg. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=15750>. Acesso em março de 2014.

ANTAQ - **Agência Nacional de Transportes Aquaviários**; disponível em: <www.antaq.gov.br/PortalPortos>. Acesso 29 de julho de 2014

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de Araújo. **Santos: O Porto do Café**. Fundação IBGE. Séria A, Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação Nº.24. Rio de Janeiro, 1969.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico**. Clássica, Lisboa, 1929.

AZEVEDO, Aroldo de. **O Brasil e o Mundo: As Regiões Brasileiras**. Vol III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. 226 p. (O Brasil e o Mundo).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Lucro, acumulação e crise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Fotocopiado. p. 181-224.

BRESSER, Luiz Carlos, Pereira; **Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 31, n59, p.7-19, mar.2013.

BRASIL, Secretaria do Portos da Presidência da República. **Desempenho do Complexo Portuário Brasileiro em 2013**. Disponível em <<http://www.portosdobrasil.gov.br>>. Acesso em 01 de novembro de 2014.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil, 1985**. Rio de Janeiro, IBGE, v. 46. 20.
BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil, 1989**. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Raízes do Brasil**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BURLAMAQUI, Armando. **A marinha mercante brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

CALDAS, Sérgio Tulio. **Portos do Brasil: A história passa pelo mar**. 1.ed. São Paulo: Horizonte, 2008, 192 p.

CALIMAN, Orlando. **Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento**. Revista interdisciplinar de gestão social. Mai./ago. 2012. V.1 n.2 p. 37- 63. ISSN: 2317-2428

CODESA. **Companhia Docas do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.codesa.com.br>. Acesso em: 14 de março de 2012

COCIMEX. **Comercial Importadora e Exportadora**. Disponível em: <<http://www.cocimex.com.br>>. Acesso em 14 de outubro 2012.

COLLIN, Michéle. **A evolução do estatuto dos portos na Europa**. In: COCCO, G.; SILVA, G. (orgs.). Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. n^o 179. Boletim Geográfico: IBGE, Rio de Janeiro:1964.

ESPÍRITO SANTO. Estado. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. **Portos**. 2015. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

EXAME. As 1000 maiores empresas do Brasil. In **Melhores e Maiores**. Jul/2013.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao sul do Brasil – 500 anos – História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed.do autor, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 34^a ed. Rio de Janeiro: Editora Record,1998, 372p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31 ed. Companhia editora nacional, 2002.

GOULART FILHO, Alcides. **Nova Economia**: Belo Horizonte, 18 (1), 18 janeiro-abril de 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera**. 2007. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 455-489. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/07>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Portos do Espírito Santo**. 1 ed. Vitória, ES: Gráfica ITA, 2001, 198p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Manual técnico de geomorfologia / Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais**. – 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009, 182 p. (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n. 5).

HADAD, Paulo R. **Desigualdades Regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** . 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. **A organização mundial do comércio e os países em desenvolvimento**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. Cadernos Geográficos, nº 08. CFH/UF SC: 2005.

KAPPEL, Raimundo F (s.d). **PORTOS BRASILEIROS NOVO DESAFIO PARA A SOCIEDADE**. Disponível em:
<http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/raimundokappel.htm>. Acesso em: 05 mar. 2014.

KONDRATIEFF, Nicolai D. **Las Ondas Largas de La Economia**. Madrid: Revista de Occidente. 1926.

MAGALHÃES, J. Cezar. **Estudo Geográfico dos Portos e de suas Hinterlândias**. Revista Brasileira de Geografia. Ano 31, nº 2 Fundação IBGE: 1986.

MAMIGONIAN, Armen. **Desenvolvimento Econômico e Questão ambiental** . Departamento de geografia USP, sem data.

MAMIGONIAN, Armen. **O processo de industrialização em São Paulo**, in Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1976.

MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste da divisão regional do Brasil. **Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social**, Florianópolis - SC, v. 1, n. 1, p.49-70, 1 abr. 2009. Anual.

MAMIGONIAN, Armen. 1999. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. In: Geosul, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.

MAMIGONIAN, Armen. 2013. **Projeto Integrado: A organização dos principais portos em movimentação no Brasil e no Mundo**. Relatório Científico para o CNPQ. Processo nº: 480954/2010-0. Período: 2010 – 2013.

MARK, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1, v. 1, São Paulo: DIFEL, 1982.

MARK, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARK, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MORAND, Paul. **La Route Des Indes**. França: LibrairiePlon, Edição: PLON, 1936, 354 p.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MORAIS, Edson Machado. **Os Ciclos Longos de Kondratieff e a evolução do comércio marítimo internacional**. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. Pg. 6340- 6351. 2015.

MIDIC. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: www.mdic.gov.br/. Acesso em 25 nov. 2015

OLIVEIRA, Carlos Tavares. **Modernização dos portos**. 5ª ed. São Paulo: Aduanearas, 2011.

OLIVEIRA Carlos Tavares. **Portos: Problemas e soluções**. Revista Portos e Navios. Setembro de 2010.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. A gênese da formação social brasileira. In: ANDRADE, Manuel Correa et al (org). **O mundo que o português criou: Brasil: século XVI**. Recife: CNPQ/Fjn, 1998.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. Santa Catarina no Contexto da Formação sócio-espacial do Brasil Meridional: do período colonial ao início do século XX. In: MAMIGONIAN, Armen et al. **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. 4. ed. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2011. p. 13-30. (Livros Geográficos).

PRADO, JR.,Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 2 ed. São Paulo, Editora Brasiliense Ltda, 1957.

PRADO, Caio, Júnior. **História Econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PRADO, JR.,Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PROJETO RADAMBRASIL - **Levantamento de Recursos Naturais. Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação e Uso Potencial da Terra**. v. 32, Folhas SF 23/24 Rio de Janeiro/Vitória. IBGE, 1983. 775 p.

Portos e Terminais Brasileiros. **LOGZ, Logística Brasil S.A**, agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.swisscam.com.br>>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafecultura e Grande Indústria: A Transição no Espírito Santo 1955-1986**. Vitória: FCAA, 1991.

RANGEL, Ignácio M. **Característica e perspectivas da integração das economias regionais**. Revista BNDES. 1968

RANGEL, Ignácio M. **Dualidade básica da economia brasileira**. In: _____. Obras reunidas. Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RANGEL, Ignácio M. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Idem. p. 255-408 [1969-1981].

RANGEL, Ignácio M. **História da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política, v.10, nº 4, Editora Brasiliense, 1981.

RANGEL, Ignácio M. **A dinâmica da dualidade brasileira**. Obras reunidas. Rio de Janeiro: contraponto, 2005.

SANTOS, Milton. **Formação sócio-espacial como teoria e método**. In: **Boletim paulista de geografia**. São Paulo, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Philobibliun; Rio Branco, Assessoria de Comunicação, 1984.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Porto de Vitória: Expansão e Modernização**. Vitória, CODESA, 1994.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Vitória, CODESA, 1995.

SCHUMPETER, J. **Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process**. New York Toronto London : McGraw-Hill Book Company, 1939, 461 pp.

SCHUMPETER, J. **A teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985.

Sugúio, K: **Dicionário de Geologia Sedimentar e áreas afins**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 1998, ISBN 85-286-0673-2.

TOMALSQUIM, Mauricio Tiommo. **O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel**. Revista de Economia Política. Pag. 27 a 38, vol. 11, nº 4 (44), outubro-dezembro de 1991.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2ª ed. Superintendência de recursos naturais e meio ambiente (SUPREN). Rio de Janeiro: 1979.

WOLKWITSCH, Maurice. **Les systemes de transport, factures de localisation et de développement des industries**. In: *Géographie des transports*. Armand Colin. Paris: 1973.

XAVIER, Marcelo Elias. **A modernização dos portos**. Programa de pós-graduação UFRJ, 2005.

EIXO II
Geografia Urbana

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS PLANOS DIRETORES EM FLORIANÓPOLIS

Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes¹

Resumo:

Este trabalho analisa o processo de evolução dos Planos Diretores em Florianópolis. Portanto, o estudo aqui proposto requer um referencial teórico e um método que possibilite a compreensão das *múltiplas determinações* responsáveis pela urbanização e evolução da legislação urbanística na capital catarinense. Desta forma, será utilizado como instrumento de análise a categoria de *formação socioespacial*. No presente artigo há um estudo sucinto sobre os Planos Diretores em Florianópolis, dos anos de 1955, 1976, 1985, 1997 e 2014.

Palavras-Chave: Legislação Urbanística; Plano Diretor; Urbanização; Impactos Socioambientais.

Abstract

This paper analyzes the evolution process of the Master Plans in Florianopolis. Therefore, the study proposed here requires a theoretical reference and a method that enables the understanding of multiple determinations responsible for urbanization and development of urban laws in the capital of Santa Catarina. This way will be used as an analytical tool the category of socio-spatial formation. In this article there is a brief study of the Master Plans in Florianópolis, of the years 1955, 1976, 1985, 1997 and 2014.

Keywords: Urban Legislation; Master Plan; Urbanization; Social and Environmental Impacts.

Introdução

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de evolução dos Planos Diretores em Florianópolis. A legislação urbanística muitas vezes não é respeitada, evidenciando a influência do poder econômico sobre o poder político. Para assegurar o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, leis são alteradas, beneficiando determinados grupos econômicos. Atualmente, grandes empresas ditam a organização do mercado imobiliário em Florianópolis, em consonância com a desenfreada

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina - gabrieldibernardi@hotmail.com

busca da elevação dos lucros em detrimento da qualidade de vida do cidadão florianopolitano.

O estudo aqui proposto apoia-se em um referencial teórico e em um método, que possibilita a compreensão das *múltiplas determinações* políticas, econômicas, culturais e naturais, responsáveis pela urbanização e evolução da legislação urbanística na capital catarinense. Dessa forma, utilizar-se-á como instrumento de análise a categoria axial ao *marxismo* desenvolvida por Milton Santos, denominada *formação socioespacial*. Santos (1977) salienta que, a história não se escreve fora do espaço, da mesma maneira que não há sociedade fora espaço. O espaço é social.

Logo, demonstra a impossibilidade de dissociar a dimensão espacial dessa categoria, configurando-se em perspectiva teórica essencial nos estudos geográficos. Essa categoria envolve as noções de desenvolvimento desigual e da sobrevivência de estruturas capitalistas das formações anteriores.

O presente artigo realiza um estudo sucinto sobre os Planos Diretores em Florianópolis, dos anos de 1955, 1976, 1985, 1997 e 2014.

1. O Plano Diretor de 1955

Conforme salienta Campos (2004), muitas foram às leis esparsas que tentaram ordenar a ocupação do solo e o processo de urbanização da cidade. Porém, a primeira e verdadeira experiência de Florianópolis com a elaboração de um Plano Diretor se deu somente com o Plano da década de 1950.

Foi o primeiro plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, através da Lei nº 79/51. Trazia disposto em seu artigo 1º: “Fica o Governo Municipal autorizado a contratar com um escritório técnico especializado ou com um engenheiro urbanista, o estudo e a elaboração de um Plano Diretor para a Capital”. Este Plano foi elaborado e aprovado durante a gestão do Prefeito Paulo Fontes, entre os anos 1951 e 1955.

Este primeiro Plano Diretor Municipal, denominado de “Código Municipal de Florianópolis”, foi aprovado na Câmara de Vereadores em 15 de novembro de 1955, através da Lei nº 246/55. Tal plano influenciou o plano modernista de 1976.

Segundo Pereira (2011), esta primeira experiência em planejamento de Florianópolis foi coordenada por Edvaldo Pereira Paiva, com participação Edgar Graeff e Demétrio Ribeiro em 1951. Esta equipe contratada preparava na ocasião um plano modernista para Porto Alegre, inspirado no planejamento urbano uruguaio, orientado pela Carta de Atenas.

O plano indicava uma hierarquização das vias de transporte, caracterizada por uma via tronco entre o continente e a ilha, embora implantados de forma assistemática por questões políticas, construindo primeiro a Avenida Beira Mar Norte, uma via hierarquicamente inferior que a via Expressa Sul, uma via tronco de circulação principal.

Este plano determinava a localização de certas estruturas como a estação ferroviária, a estação marítima, a rodoviária, o centro cívico, o campus universitário e o estádio esportivo.

Sugai (1994) observa que, este plano diferenciou a ocupação da Ilha e do Continente em função dos equipamentos e das atividades que cada área exerceria. Na parte continental o plano foi mais voltado para o Bairro do Estreito. Um aterro de mais de 60 hectares, localizado entre a Ponta do Leal e a Ponte Hercílio Luz abrigaria as novas instalações portuárias. Nas imediações deste complexo portuário e industrial, as áreas residenciais teriam seu espaço dando condições para a expansão urbana.

Na Ilha o plano era apenas na área da península. Propunha, na parte sul da península, a implantação de uma Via-Tronco. Esta via se originaria no Continente, efetuar a conexão com a Ponte Hercílio Luz, e na Ilha, contornava a orla sul da península. Ao longo desta Via-Tronco seriam instalados um centro cívico e um centro religioso-comercial na área da Praça XV, e sobre um aterro na extremidade da via a Cidade Universitária.

A ocupação das glebas situadas ao norte da península era umas das prioridades do plano. A urbanização partiria da ampliação do sistema viário que desmembraria essas glebas. A construção destas novas ruas garantiria a ocupação e a acessibilidade na área norte da península, fazendo sua ligação a oeste da península com a Ponte Hercílio Luz, e ao sul da península com o centro administrativo comercial da cidade.

Uma avenida à beira-mar contornando a orla norte seria implantada sobre o fundo das propriedades existentes e em parte sobre aterro. Esta avenida seria conectada com a via tronco sul, alcançando o centro administrativo-comercial da cidade pela orla. Esta nova avenida acabou sendo chamada de Avenida Beira-Mar Norte. Implantada na década de 1960, tornou-se a ligação viária precursora da atual Via de Contorno Norte-Ilha. Esta que era uma via secundária no Plano modernista de 1951 acabou assumindo o papel de via-tronco no processo de urbanização que se estabeleceu.

No final dos anos 50 surgiu a ideia da construção de um campus universitário no bairro Trindade. Nesse período, houve poucos investimentos do Estado na área da mobilidade, carecendo principalmente intervenções que melhorassem a acessibilidade à região do campus universitário.

Os acessos existentes eram quatro. Dois destes faziam a ligação da Trindade com a península central, contornando o Morro da Cruz pelo norte. O outro acesso contornava o Morro da Cruz pelo sul. Um terceiro cruzando o morro. E uma quarta via direcionava-se da Trindade para o Córrego Grande e para a Lagoa da Conceição, situada a leste da Ilha.

A estrada que dava acesso aos balneários do Norte da Ilha, a SC-01 (atual SC-401), surgiu dos antigos caminhos do século XVIII que levavam ao Forte de São José da Ponta Grossa, e até a década de 1960 não tinha sido asfaltada.

O acesso ao Norte da Ilha estava mais adiantado. Todo este setor foi privilegiado, não apenas com um novo sistema viário, infraestrutura, equipamentos e áreas verdes, mas, também, com o benefício de sua qualificação e preservação, restringindo a ocupação das atividades indesejáveis, como as atividades industriais e portuárias, através da legislação urbana (Lei n.246/55). Fica evidente a negação da cidade tradicional e a forte inspiração funcionalista.

2. O Plano Diretor de 1976

Bastos (2000) observa que, Na década de 1970, os capitais comerciais tradicionais foram substituídos por capitais comerciais nacionais, a exemplo da Colombo, Arapuá, Pão de Açúcar e Ponto Frio, bem como regionais, como Cassol, Imperatriz e Casas da Água. Os desdobramentos da fase se fazem sentir na atividade pesqueira através de incentivos à pesca industrial via SUDEPE, no processo de balnearização de Florianópolis, modernização das instituições públicas, através da instalação de universidades, Eletrosul, Celesc, Besc, Telesc, DNOS, DNER entre outras instituições, bem como obras de infraestrutura, a exemplo da construção da BR 101.

Segundo Bastos (1997), uma nova política de investimentos federais e estaduais passa a beneficiar Florianópolis, modificando radicalmente o perfil da cidade. Em decorrência disto, a urbanização se acelera e a modernização e o reforço do terciário superior dão novas funções à administração estadual e federal (surgimento do BESC, da CELESC, TELESC, etc.), dinamizando serviços, contribuindo para a implantação de novos serviços, como a UFSC, o DNOS, o DNER, a ELETROSUL. Neste sentido, Florianópolis readquire certas atividades de âmbito estadual que havia perdido na fase anterior, só que como atividades administrativas modernas.

Esta conjuntura nacional é determinada pela fase depressiva do quarto ciclo de Kondratiev. Rangel (2005) salienta que, a situação mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do

nosso ciclo breve, a fase recessiva do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará assim por muitos anos ainda. Foi essa crise que desmantelou o regime militar, do mesmo modo como a crise dos anos 60 desmantelou o regime constitucional.

Mamigonian (1999) salienta que, a partir desta fase ficam evidentes nas grandes cidades brasileiras o cruzamento de várias questões carentes de diagnóstico e solução. Com destaque para as questões de soberania nacional, as questões sociais de desemprego e empobrecimento, e as questões ambientais de poluição e saúde pública.

Segundo Pereira (2011), em 1969, outro plano diretor modernista passou a ser coordenado pelo arquiteto urbanista Luiz Felipe Gama d'Eça. O plano apresentava pressupostos técnicos orientados pela crença no processo de planejamento articulado dos planejadores locais com o processo de planejamento nacional integrado da época, e fé no planejamento regional segundo os princípios da Carta de Atenas, sendo aprovado em 1976.

Ele distribuía as indústrias ao longo da BR-101 nos municípios de Palhoça e São José e disseminava áreas agrícolas no espaço regional, caracterizando Florianópolis como uma metrópole de trocas. Este plano pode ser considerado desenvolvimentista, racionalista e planificador.

Sugai (1994) salienta que, algumas condições marcam esse novo plano: a) a implantação de uma base naval e um complexo portuário em Anhatomirim, situado no Continente, próximo ao limite norte da Ilha; b) a criação de redes de integração rodoviária dentro da área metropolitana (rodovias estaduais); c) a integração destas rodovias com a BR-282 (Florianópolis/Lages), para acelera o desenvolvimento em Lages e região.

O plano indicava duas áreas de expansão urbana. Uma área ao longo da BR-101, em trecho dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. A outra, mais importante, na costa leste da Ilha. A condição básica do plano era a implantação, em caráter de absoluta prioridade, do Plano Urbano de Florianópolis e área conurbada.

Outra meta do plano era a criação do centro metropolitano, situado na área urbana central, da Ilha e do Continente, voltado para a Baía Sul. Neste Centro Metropolitano estavam previstas uma série de grandes intervenções que consolidariam um centro administrativo, institucional e financeiro.

Destaque para a proposta de uma nova ponte Ilha-Continente (Ponte Colombo Salles) e um grande aterro para dar suporte às diversas conexões viárias (aterro da baía sul), os terminais rodoviários, o centro cívico, o túnel do Morro do Penhasco (obra executada no Plano Diretor de 1997) e os prédios do Legislativo, Judiciário e Executivo.

A maior intervenção do plano era o eixo viário de integração Continente-Ilha, que se dirigia para a área sudeste de Florianópolis. A nova ponte Ilha-Continente e o Túnel do Penhasco se conectariam com a Via Expressa. Seriam implantados na parte sul do Morro da Cruz. Um novo trecho da Via Expressa continental foi denominada BR-282 e a sua continuidade na Ilha denominava-se Via Expressa Sul (obra foi executada no Plano Diretor de 1997). O principal acesso à cidade universitária seria feito pelo Saco dos Limões, através de uma derivação desta via expressa. Esta obra é prevista pelo o atual PDP revogado pela Justiça Federal.

Na parte urbana da ilha foram previstas vias de trânsito rápido contornando a área da península e o Morro da Cruz, através de anel viário formado pela continuidade da Avenida Beira-Mar Norte em conexão com a Via Expressa Sul. Esta via de trânsito de rápido cruza a península e o Morro da Cruz, no sentido norte-sul, efetuando conexão entre a Agrônômica e a Via Expressa Sul (Avenida Mauro Ramos).

Um complexo rodoviário ao longo da Ilha, garantindo acessibilidade a todos locais considerados de interesse turístico também estava previsto no plano. Outro feito do plano era um circuito rodoviário ao redor da Ilha, que totalizavam 116 km de estradas mais amplas e asfaltadas. Já que pouquíssimas estradas estavam pavimentadas.

No Setor Oceânico Turístico o plano previa uma ligação rodoviária pela orla leste entre a Praia da Joaquina, Praia do Campeche e Morro das Pedras. A Via Parque faria conexão com a Via Expressa Sul. O projeto desta via nunca foi executado. Ele é objeto do atual plano diretor, porém a resistência dos movimentos sociais tem atuado no sentido de inibir a execução deste projeto. Interesses políticos e econômicos levaram a expansão urbana da Ilha para o norte, na direção de Canasvieiras e Jurerê, mesmo com o plano priorizando a expansão no sentido sudeste da Ilha.

Apesar da importância de Canasvieiras e Jurerê como pontos turísticos hoje, os mesmos ficaram em sexto lugar na lista de prioridade do plano. Não foram previstos nestes balneários investimentos urbanos semelhantes aos definidos para o Setor Oceânico Turístico.

Novamente o plano dá indícios de um privilégio ao sudeste da ilha. A única Via Expressa prevista neste Plano Urbano de Florianópolis ligaria a BR-101 com a Via Parque.

O Plano Integrado garantia acessibilidade rodoviária a todas as regiões da Ilha, privilegiando, no entanto, a área do Campeche. Não era prevista nenhuma outra via expressa além da Via Expressa Sul, que ligava a BR-101 ao sudeste da Ilha. A Via de contorno Norte-Ilha não foi proposta pelo Plano Integrado com características de via expressa.

A Avenida Beira-mar estava quase pronta. Faria parte do anel viário ao redor do Morro da Cruz. Seria implantada uma via com duas

pistas até o campus UFSC e deste até o Saco dos Limões, conectando-se ali com a Via Expressa Sul. Esta extensa via constituiria o anel viário norte. Portanto, teria características de avenida de trânsito rápido e não de via expressa.

O Plano Diretor foi aprovado em 1976, pela Lei n.1440/76. O Plano veio legitimar e servir de orientação para todas as grandes intervenções viárias feitas nas décadas de 70 e início de 80 em Florianópolis. O plano aprovado definia que o Município deveria ser dividido em Zona Urbana, Zona de Urbanização Prioritária e Zona de Urbanização Diferida.

Na década de 1970 foram feitos os aterros na Ilha e no Continente, dando início as obras da nova Ponte Governador Colombo Salles. O aterro serviu de acesso à Ponte Colombo Salles e também à terceira ponte prevista para ser implantada paralela a esta. A Ponte Pedro Ivo Campos foi concluída em 1991.

Apesar da Via de Contorno Norte ter garantido acessibilidade e tantos privilégios locais à região, os acontecimentos têm evidenciado as dificuldades de convivência entre esta via expressa e os bairros residenciais em seu entorno.

3. O Plano Diretor de 1985

Marx (1988) considera duas coisas quando se trata de destruição de capital pelas crises. Onde o processo de reprodução se estanca e o processo do trabalho se restringe, destrói-se capital efetivo. Porém, não se destroem valores de uso. Alguns perdem e outros ganham.

É observado por Campos (2009) que, na década de 1980 se desencadeou um processo de estagnação na indústria da construção civil local. A crise mundial se agravou de 1979 até 1982, chegando seus resultados negativos rapidamente ao Brasil. Depois da fase próspera vivida na década de 1970 pelas empresas ligadas à construção civil e ao setor imobiliário, a década de 1980 marca um período muito difícil devido à grande crise econômica nacional.

Mesmo com as medidas paliativas tomadas pelo Banco Nacional de Habitação, o mercado nacional de imóveis permaneceu muito conturbado durante todo este período de crise.

Os efeitos da crise não afetaram somente a Região da Grande Florianópolis, como também todo o estado de Santa Catarina, que presenciou um processo de desativação na construção civil, principalmente no que diz respeito à construção de edifícios.

Como a procura por apartamentos na Grande Florianópolis estava grande e a população crescendo em um ritmo acelerado, a cidade sofreu

com a falta de imóveis para compra. Com isso, o valor dos aluguéis subiu de 30 a 50%. Todos foram afetados com a crise. O construtor, com os altos custos da construção e a falta de financiamentos. O consumidor, com o achatamento salarial, com os altos preços dos imóveis, com os reajustes nas prestações e com a elevação dos preços dos aluguéis.

Embora estivéssemos vivendo uma crise, percebia-se a expansão do espaço urbano. Provocados em parte pelo turismo, setor este que, durante este período se desenvolveu. Outro motivo é que, tanto a população de classe média como a população de menor poder aquisitivo que buscam empregos continuam a mudar-se para a região. Desse modo nos anos 80 houve uma transformação na indústria imobiliária e grande expansão urbana.

CECCA (1997) salienta que, desde a entrada em vigor do Plano Diretor em 1976, até 1993, o Plano sofreu 285 alterações pontuais, ficando totalmente descaracterizado enquanto um instrumento de planejamento. Na gestão de Esperidião Amim, entre os anos 1989 e 1992, promoveram-se 158 alterações do Plano Diretor.

Após uma série de alterações o Plano Diretor de 1976 foi ficando defasado e perdeu a sua eficácia. Surge o Plano Diretor dos Balneários em 1985, em decorrência da expansão urbana ocorrida em Florianópolis, durante a década de 1970 e início da década de 1980. Neste período os empreendedores da construção civil tiveram nas praias da Ilha uma excelente fonte de renda e lucros.

Segundo Sugai (1994), em 1985 é aprovado o Plano Diretor dos Balneários com a Lei Municipal nº 2193/85. Pode-se destacar que de início em função da problemática definida, ao contrário do Plano de 1976, o Plano de Balneários não elegeu as áreas de transporte como ponto chave. Destinou apenas três seções relativas ao Sistema Rodoviário, Hidroviário e à Circulação de Pedestres.

4. O Plano Diretor de 1997

Campos (2009) observa que, na segunda metade da década de 90 destacaram-se financiamentos feitos pela Caixa Econômica Federal, que contribuíram com o desenvolvimento da indústria da construção civil na região durante este período. Assim, no fim da década de 1990, observou-se uma gradativa e constante recuperação do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, que vai culminar com a explosão imobiliária do novo milênio.

A explosão imobiliária a partir do ano 2000 teve como característica fundamental a participação de construtoras de outros estados. A Habitasul é um importante exemplo de empresa que domina o espaço de

concorrência intercapitalista no mercado imobiliário ligado ao turismo em Florianópolis, empregando estratégias inovadoras defensivas nas áreas mais valorizadas da cidade, assim os padrões de concorrência e competitividade elevam-se, forçando inovações tecnológicas e estratégias empresariais mais refinadas.

Conforme Campos (2004), o Plano Diretor de 1976 já se encontrava defasado no início da década de 1980. Foi aprovado um novo plano no dia 29 de setembro de 1997, através da Lei Complementar 001/97, com o nome de Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis.

Esse plano antes de aprovado foi discutido com 22 comunidades, por um período de 6 meses. Das 159 emendas apresentadas, 78 foram incorporadas.

Pereira (2011) indica que, o plano aprovado em 1997 apresentou sérias contradições, com destaque para as inúmeras modificações de zoneamento feitas por leis específicas que seguiram o Plano Diretor de 1976.

Assim o plano de 1997 apresentou um zoneamento muito diferente do anterior, mas muito parecido em relação ao uso do solo. O zoneamento tomou o lugar do plano.

Sugai (1994) salienta que, apesar de os Planos dos Balneários sugerir regulação por 20 anos, a Lei Municipal nº 5055/97 definiu uma década depois o novo plano diretor da cidade. Nova regulação do uso e ocupação do solo. Especialmente quanto à localização, aos acessos, à implantação das edificações e outras limitações ao direito de construir. Desaparece a função das terras para a produção agrícola.

No sistema viário houve poucas mudanças em relação ao Plano dos Balneários. Entre elas destaca-se a inclusão do Artigo 119, que trata da rede de hierarquização viária. Este artigo define o sistema viário é por uma rede de vias hierarquizadas, as quais devem ser obedecidas e implantadas em todos os projetos de urbanização ou ocupação e que, de acordo com as suas funções e capacidades têm as seguintes denominações:

- 1) Vias arteriais - ligação entre o Centro, os balneários e os municípios vizinhos;
- 2) Vias principais - ligação do tráfego de passagem com o tráfego local. Via facilitadora do transporte coletivo;
- 3) Vias coletoras - ligação do tráfego das vias sub-coletoras e locais com as vias principais. Corredor de comércio e serviços;
- 4) Vias sub-coletoras - ligação das vias locais às vias coletoras. Função comercial. Facilita o acesso ao interior dos bairros;
- 5) Vias locais - ligação das demais vias de circulação com os lotes urbanos residenciais;

- 6) Vias preferenciais para pedestres - ligação do fluxo de pedestres com os lotes urbanos residenciais;
- 7) Vias panorâmicas - função de turismo e lazer devido à visibilidade da paisagem com elementos naturais e culturais marcantes;
- 8) Ciclovias – destinadas à circulação exclusiva de bicicletas.

5. O Plano Diretor de 2014

O advento do Estatuto da Cidade em 2001 fez com que Florianópolis iniciasse seu planejamento participativo em 2004. Um planejamento distinto de todos os outros realizados e que após dez anos de conflitos se concretizou. Foi aprovado em 06 de janeiro de 2014, com enorme resistência popular e do MPF. Dificilmente, assistiremos disputa mais explícita, que opõe Prefeitura e Câmara Municipal de Florianópolis, que representam os interesses do mercado imobiliário, contra os moradores, representantes comunitários e diversas organizações da sociedade civil. Trata-se de um conflito onde os interesses do mercado imobiliário, Prefeitura, Câmara Municipal, comerciantes locais, movimentos de luta por moradia, moradores de cortiços, moradores de favelas, recicladores, ambulantes e moradores de rua estão muito claros, e a população não estão aceitando passivamente.

Em Florianópolis, como em todas as metrópoles brasileiras, um furacão imobiliário revoluciona bairros residenciais e até mesmo as periferias distantes, empurrando os pobres para além dos antigos limites, insuflado pelos recursos do Minha Casa Minha Vida no contexto de total falta de regulação fundiária e ou imobiliária. Em outras palavras, falta planejamento urbano por parte dos municípios. A especulação corre solta, auxiliada por políticas públicas que identificam valorização imobiliária como progresso.

Protestos pontuais acompanham essa escandalosa especulação que, levou à multiplicação dos preços dos imóveis, deflagrando uma guerra de classes. No entanto, o mercado imobiliário nunca respondeu positivamente as manifestações dos movimentos sociais, que exigiam um mercado diferenciado, seja para habitação social, ou para a preservação ambiental.

O mercado imobiliário busca terrenos amplos que permitam a construção de uma ou de várias torres, padrão praticamente generalizado atualmente no Brasil. Por outro lado há os pobres, com toda a diversidade já exposta, cuja proximidade desvaloriza os novos empreendimentos, coerentemente com os valores de uma sociedade que além de patrimonialista está entre as mais desiguais do mundo.

Os pobres ocupam áreas de proteção ambiental. As favelas estão localizadas em áreas de risco, mas não se aceita que ocupem áreas valorizadas pelo mercado, como revela a atual disputa do plano diretor. Enquanto os planos das várias gestões municipais não deslancharam, pois não interessaram ao mercado imobiliário, os serviços públicos declinaram.

Frente a isso, a atual gestão do prefeito Cezar Souza Junior deu continuidade ao projeto, iniciado por seu antecessor, Dário Berger, e vem se empenhando em retirar os obstáculos que afastam o mercado imobiliário de concretizar seus objetivos.

O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade. O atual Plano Diretor de Florianópolis quer os pobres fora da cidade. A determinação disso tudo é econômica. A centralidade é a produção do espaço urbano e a mola propulsora, a renda imobiliária.

Inicialmente surpreendeu a boa vontade e iniciativa do pessoal da atual gestão no IPUF, que convocou o retorno dos trabalhos do NGM/PD, destituído na gestão anterior. Sabemos que esta é uma nova gestão de um novo governo eleito, porém percebe-se a continuidade da outra gestão.

No dia 10 de março de 2014 a Justiça Federal revogou o Plano Diretor Municipal. Por decisão do juiz federal Marcelo Krás Borges, da Vara Ambiental da Capital, foi revogada a lei do novo Plano Diretor de Florianópolis, aprovada no final do ano passado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito Cesar Souza Júnior. O magistrado julgou procedente ação civil pública impetrada pela procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann, sob a alegação de que a legislação federal não foi cumprida. Argumenta o Ministério Público Federal que não foram realizadas 13 audiências distritais, e inexistiu a audiência geral e foi descumprido o Estatuto das Cidades. A decisão do juiz determina à Câmara que devolva o projeto do Plano Diretor à Prefeitura Municipal de Florianópolis para tomar as providências.

Em 04 de junho de 2014 a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou por unanimidade, a decisão que suspende o cumprimento imediato da sentença da Justiça Federal de Santa Catarina que obrigava o Município de Florianópolis a realizar novas audiências públicas para aprovação do Plano Diretor da cidade. Assim está assegurado o normal exercício do plano. O MPF recorreu contra decisão judicial e a sentença da apelação ainda não tem previsão de julgamento.

Todos esses conflitos configuram um contexto jurídico de normas e leis que envolvem a dinâmica socioambiental instaurada no processo de implantação dos grandes empreendimentos imobiliários em Florianópolis.

Considerações Finais

Historicamente os recursos naturais sempre estiveram ligados ao desenvolvimento econômico global, servindo de combustível para sustentar esse crescimento. É preciso equilibrar a relação entre a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico.

Como pudemos constatar no estudo da evolução dos Planos Diretores de Florianópolis, a concepção de turismo considerada tem como objetivo a substituição gradativa da hegemonia da antiga população tradicional por outra hegemonia de uma camada mais rica, de classe alta ou pelo menos média alta, com características de consumo mais exigentes.

Verifica-se também que muitas alterações pontuais efetuadas posteriormente a elaboração dos Planos Diretores de Florianópolis beneficiaram diretamente grandes empreendimentos imobiliários.

Exista uma lógica dominante do capital imobiliário que pretende garantir a efetivação de muitos empreendimentos promotores de impactos socioambientais e em detrimento do cumprimento da legislação.

Tem sido fundamental a atuação dos movimentos sociais e do Ministério Público Federal, que utiliza a Lei da Ação Civil Pública como importante instrumento de controle dos impactos socioambientais, forçando os empreendimentos a adequar-se a uma lógica inversa, garantindo assim a eficácia da legislação que busca garantir a conservação socioambiental na escala local.

Fica evidenciada uma contradição entre a apropriação do capital e o domínio do espaço, em relação à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico da população local.

Contudo, realçou-se que, desvendar as ações danosas ao meio ambiente, provocadas por parte dos grandes empreendimentos imobiliários e do Poder Público, não é suficiente se esses dados não forem divulgados e discutidos junto à sociedade. Isso, para que, pela participação popular e pelo controle das comunidades, aglutinem-se forças para exigir responsabilidade do Poder Público no cumprimento da legislação.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, J. M. *O comércio de múltiplas filiais em Florianópolis/SC*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.
- BASTOS, J. M. *Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina*. In: SANTOS, M. A. (org.). *Ensaio sobre a Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- CAMPOS, É. T. *A Gestão Territorial Urbana no Município de Florianópolis: Uma Abordagem sobre a Expansão Imobiliária e seus Impactos Ambientais*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- CAMPOS, É. T. *A Expansão Urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a Dinâmica da Indústria da Construção Civil*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- CECCA. CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1997.
- MAMIGONIAN, A. *Desenvolvimento econômico e questão ambiental*. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 1999.
- MARX, K. *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.
- PEREIRA, E. M. *Planejamento Urbano em Florianópolis e Cidade Contemporânea*. In: PEREIRA, E. M. DIAS, L. C. D. (orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Editora Insular: Florianópolis, 2011.
- RANGEL, I. *Dualidade básica da economia brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Bial, 2005.
- SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método*. São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, 1977.
- SUGAI, M. I. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A Via de Contorno Norte-Ilha*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da USP. São Paulo, 1994.
- SUGAI, M. I. *Segregação Silenciosa; Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

A ESPACIALIZAÇÃO DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SANTA CATARINA

JESUÉ GRACILIANO DA SILVA¹
JOSÉ MESSIAS BASTOS²

Resumo:

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) completou uma década em 24 de junho de 2015. Nesse período foram construídos mais de 450 novos câmpus em todo o país. O Estado de Santa Catarina foi contemplado com 29 novos câmpus, que foram instalados nas suas 6 mesorregiões. O presente artigo tem por objetivo avaliar como se deu a espacialização da expansão no estado catarinense.

Palavras-chave: Institutos, expansão, desenvolvimento.

THE SPATIALIZATION NETWORK OF FEDERAL EDUCATION EXPANSION PROFESSIONAL, SCIENTIFIC AND TECHNICAL IN SANTA CATARINA

Abstract:

The Expansion Plan of the Federal Network for Professional, Scientific Technological Education has completed a decade in 2015. During this period, more than 450 new campuses were built across the country. Santa Catarina State was awarded with 29 new campuses, which were installed within all its 6 mesoregions. The present study aims to evaluate the spatial expansion in Santa Catarina.

Key-words: Institutes; expansion; development

1- INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos o Brasil vivenciou um período de grandes transformações na educação profissional e tecnológica. Foram construídas mais de 450 novos câmpus em todo o Brasil, atendendo a todas as mesorregiões brasileiras. Em sua gênese, no ano de 1909, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) era composta por apenas 19 escolas, criadas na vigência da Segunda Dualidade Básica da Economia Brasileira, conforme proposto por Rangel (1981). Nesse período, o Brasil foi governado por um pacto de poder formado pelos grandes comerciantes de exportação e importação (hegemônicos) e pelos latifundiários

¹ Docente do IFSC / acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC. Foi ex-Reitor pro tempore do IFSC, IF-Farroupilha e IFPR. E-mail de contato: jesue@ifsc.edu.br;

² Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail de contato: jbastos@cfh.ufsc.br

ex-escravistas (subalternos). Em um cenário de grandes transformações sociais, o então Presidente Nilo Procópio Peçanha publicou o Decreto nº 7.566/1909, que criou as primeiras 19 Escolas de Aprendizes Artífices para ensino profissional primário gratuito. Estas escolas cresceram em número de unidades e de matrículas, bem como receberam várias denominações ao longo das décadas que se seguiram, acompanhando os diferentes ciclos de desenvolvimento brasileiro: Liceus Industriais, Escolas Industriais, Escolas Técnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e atualmente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em Santa Catarina, a Escola de Aprendizes Artífices foi instalada na cidade de Florianópolis, no ano de 1910. Segundo Cunha (2005), a decisão de instalar as escolas nas capitais foi político-estratégica, baseada principalmente pela representação no Senado. As capitais possuíam estágios desiguais de desenvolvimento. Em Santa Catarina, por exemplo, Florianópolis era o centro comercial e político-administrativo, mas Blumenau era o centro agrícola e manufatureiro. Se tivessem sido utilizados critérios econômicos, Blumenau teria recebido a primeira Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.

Segundo Manfredi (2002), o início do século XX foi um período de grandes transformações sociais, culturais e econômicas decorrentes do fim da escravidão, da consolidação do processo de imigração e da expansão da economia cafeeira, que possibilitaram investimentos na infraestrutura das ferrovias, estradas e indústrias. Esse foi também um período onde o crescimento desordenado das grandes cidades levou a uma série de conflitos¹, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Dentro desse cenário, as Escolas de Artífices Aprendizes foram criadas com o objetivo de atender aos “desfavorecidos da fortuna” e “prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência”. Segundo Rizzini (2009), a concepção do governo brasileiro à época era de que a ociosidade levaria ao crime, aos vícios, e que a educação profissional afastaria essa parcela da população dos possíveis malefícios.

“o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência; que para isto se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime: que é um dos primeiros deveres do Governo da república formar cidadãos úteis à Nação.” (BRASIL, 1909).

¹ No Rio de Janeiro ocorreu a “Revolta da Vacina” e em São Paulo ocorreram greves.

Essa concepção assistencialista começou a ser superada somente na década de 1950, na gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando foram realizados grandes investimentos em infraestrutura por meio do Plano de Metas. A indústria automobilística surgiu como ícone da consolidação da indústria nacional. A partir de 1955, com a urbanização crescente e a chegada de uma parcela cada vez maior da população ao ensino secundário ocorreu uma forte pressão por parte destes estudantes pelo acesso ao Ensino Superior, em busca de ascensão social. Além de ser associado ao projeto de desenvolvimento brasileiro, o ensino profissionalizante tornou-se também uma válvula de escape, aliviando a pressão exercida pela sociedade por vagas nas universidades.

Mais recentemente, a partir do Governo do Presidente Lula, foram retomados os investimentos em grandes obras públicas, criadas políticas de expansão do crédito e programas de transferência de renda. Também teve início uma política de aumento real do salário-mínimo e de estímulo ao consumo. A ampliação do Produto Interno Bruto e a queda no nível de desemprego vieram acompanhadas da pressão das empresas e entidades patronais junto à classe política para a ampliação do número de vagas nos cursos profissionalizantes:

“Os novos postos de trabalho que forem ofertados estarão cada vez mais reservados para os trabalhadores que tenham condições de se adequar aos avanços tecnológicos e às exigências das empresas que agora enfrentam a competição em mercados globalizados. [...] A formação de trabalhadores capazes de enfrentar as mudanças econômicas e sociais que o mundo experimenta vai exigir que o País prossiga no necessário desenvolvimento da Educação Profissional, e para isso é imperativo que se inclua o ensino profissionalizante como prioridade na educação brasileira” (PAIM, 2003).

Desde então, teve início o maior projeto de construção de escolas técnicas federais de toda a história brasileira. Eram 140 unidades em 2005. Ao final de 2014, o número de câmpus da RFEPCCT ultrapassou as 600 unidades em todo o país. Em 10 anos o número de câmpus foi ampliado em 4 vezes e o de matrículas em mais de 6 vezes.

Além da extraordinária expansão, a Rede Federal, que era composta por Escolas Técnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Vinculadas às Universidades Federais foi reorganizada em todo de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são responsáveis por 90% das matrículas ofertadas. Apesar dos esforços do Governo Federal em concentrar os câmpus em torno de uma mesma estrutura básica - os Institutos Federais, a Rede Federal EPCT conta ainda com a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal de Santa Catarina,

com o CEFET-MG, com o CEFET-RJ e com o tradicional Colégio Pedro II. Há ainda 22 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, que, segundo a Lei nº 11.892/2008, não fazem parte da RFEPCT.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como características principais, que os distinguem, a obrigatoriedade legal de ofertar no mínimo 50% de suas matrículas em cursos técnicos, a verticalização da oferta de educação profissional em todos os seus níveis e a organização de suas ações de ensino, pesquisa e extensão com vistas a contribuir para o desenvolvimento regional das localidades onde os câmpus foram instalados, conforme expresso em suas finalidades, Artigo 6º da Lei 11.892/2008:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2008).

Essa preocupação com o desenvolvimento local também foi expresso no livro: *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais*.

“Para atingir o objetivo político de combate às desigualdades regionais e contribuir na construção de um projeto de nação mais igualitária, segundo prega o discurso oficial, os Institutos precisam estabelecer uma estreita relação com o território onde se situam: “A interferência no local propicia alteração na esfera maior”, como diz o documento. Isto significa ir além da compreensão da EPT como instrumentalizadora de pessoas para o trabalho, visando atender exclusivamente aos interesses do mercado. Nessa ótica, torna-se imprescindível situar os Institutos como potencializadores de uma educação capaz de gerar conhecimentos a partir de práticas interativas com a realidade, de modo a propiciar a construção de projetos locais. Isso implica assumir uma postura de combate a todas as formas de autoritarismo na implantação e implementação desses projetos e a defesa da crença de que, ao entrar em contato com a cultura de um determinado território, essa pode se alterar em consequência da interação estabelecida entre os diversos atores e agentes envolvidos” (BRASIL, 2008).

No Estado de Santa Catarina, até o ano de 2005 a RFEPCCT contava com somente 8 unidades, sendo 1 CEFET, 2 Unidades Descentralizadas (São José e Jaraguá do Sul), 3 Escolas Agrotécnicas Federais (Sombrio, Concórdia e Rio do Sul) e 2 Escolas Técnicas Vinculadas à Universidades (Araquari e Camboriú). Na Figura 1 tem-se a ilustração da espacialização dos câmpus da chamada pré-expansão no ano de 2005.

CONFIGURAÇÃO DA REDE FEDERAL EPCT - SC EM 2005

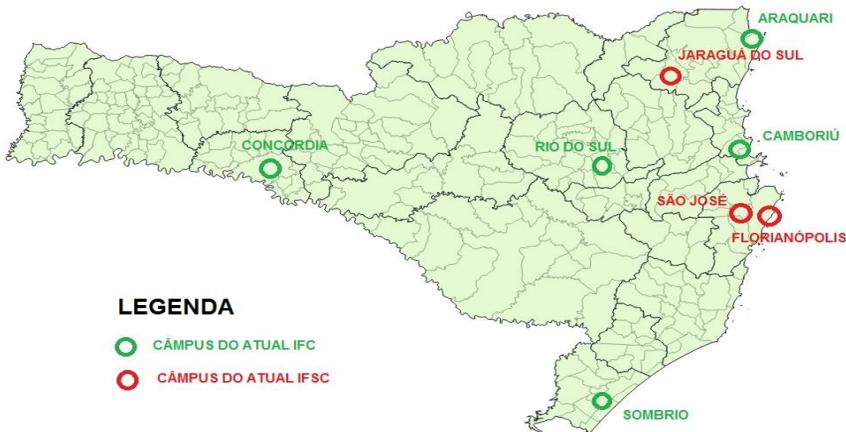


Figura 1 – Configuração da RFEPCCT catarinense em 2005.

Após 10 anos de expansão, esse número chegou a 37, atendendo a todas as mesorregiões. A seguir, será mostrado como se deu a espacialização das novas unidades da expansão no Estado de Santa Catarina.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SANTA CATARINA

No início do século XVIII, no mesmo período em que se intensificaram as atividades econômicas decorrentes do Tropeirismo, que integraram o Sul do país ao ciclo do ouro, teve início à ocupação do litoral catarinense. O povoado da Ilha de Santa Catarina, fundado por Francisco Dias Velho, consolidou-se como uma organização urbana a partir da construção de diversas fortalezas, tornando-se a partir da criação da **Capitania da Ilha de Santa Catarina**, a primeira unidade política constituída no Sul do Brasil. Criada em 1738, teve o Brigadeiro José da Silva Pais como seu primeiro governador. O território compreendia os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul até a emancipação deste último como capitania do Rio Grande de São Pedro em 1760. Com a destruição das missões jesuíticas e a necessidade crescente de charque, mulas e bois para atender à demanda logística decorrente da exploração do ouro na região Sudeste, a região Sul do Brasil foi integrada ao sistema econômico brasileiro. Diversos povoados surgiram no caminho dos Tropeiros entre São Borja, na fronteira com Argentina, até a Praça de Sorocaba, em São Paulo. Dentre eles, o povoado de Lages se emancipou de São Paulo em 1770, sendo anexado à Capitania de Santa Catarina. A partir de 1832, emancipavam-se de Florianópolis: Porto Belo, São Miguel (atual cidade de Biguaçu) e São José. Na mesma época chegaram os primeiros imigrantes alemães, que se instalaram em São Pedro de Alcântara. Duas décadas mais tarde chegaram novos grupos de imigrantes alemães, que se instalaram no Vale do Itajaí e na região Norte de Santa Catarina.

Conforme descrito por Vieira (2008), ao Sul do Estado surgiram diversas cidades a partir da imigração italiana. Os primeiros imigrantes italianos se distribuíram pelos vales dos Rios Tubarão e Urussanga, formando as colônias de Urussanga (1878), de Criciúma (1880), de Cocal (1885), de Azambuja (1887). A região do Vale do Itajaí foi colonizada pelos imigrantes italianos e alemães. A região serrana tornou-se desde o início do século XVIII o caminho dos tropeiros, levando o surgimento de diversas cidades como Lages, Curitiba e São Joaquim. Na Figura 2, tem-se a ilustração dos primeiros núcleos formados pelos imigrantes em Santa Catarina.

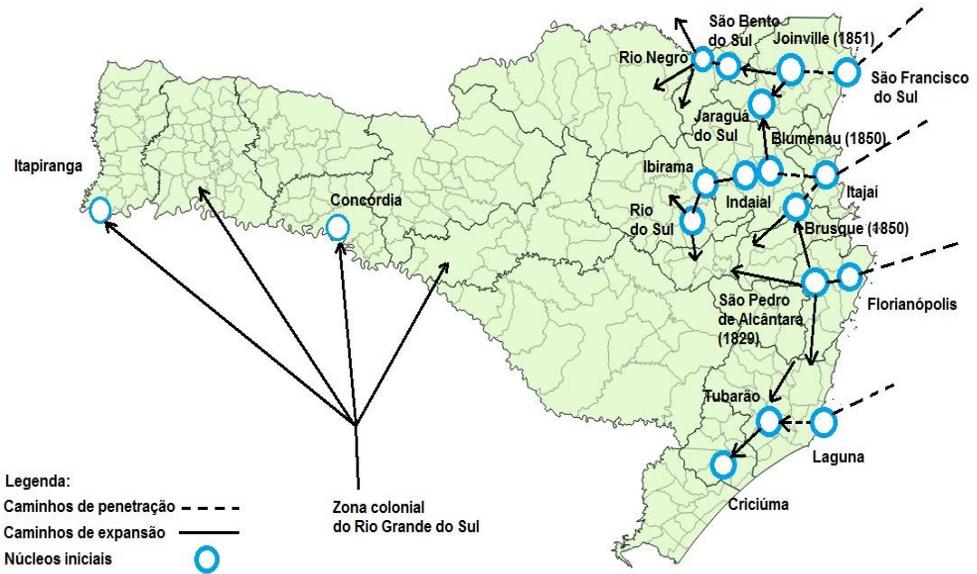


Figura 2- Colônias alemãs e italianas em Santa Catarina - Adaptado de Vieira (2008)

A colonização da região oeste somente ocorreu a partir do início do século XX, quando foi resolvida em definitivo a questão da fronteira do Estado. A região foi ocupada principalmente pelos descendentes de italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul. A instalação da ferrovia ligando Santa Maria a São Paulo teve um papel importante nesse processo.

Segundo Mamigonian (1966), as colônias que se instalaram em Santa Catarina tiveram o mérito de transformar os artesanatos em indústrias. Os imigrantes trazidos por Hermann Blumenau possuíam experiência profissional. Eram artesãos, engenheiros, tecelões, pequenos industriais, carpinteiros, militares, comerciantes, advogados. Eles trouxeram para o Brasil suas experiências na divisão social do trabalho e na produção mercantil, uma vez que já haviam passado pela Primeira Revolução Industrial. Muitos deles viveram a gestação da Segunda Revolução Industrial na Alemanha:

“Em 60% dos casos, as iniciativas industriais tiveram por origem uma mão-de-obra especializada, mestres, operários qualificados e artesãos. Mas as pessoas que não tinham experiência de direção comercial ou industrial ou somente muito espírito de iniciativa procuravam utilizar essa riqueza de mão-de-obra especializada’ (MAMIGONIAN, 1966).

A formação socioespacial catarinense tem reflexos importantes na atualidade. As áreas de pequena produção mercantil, colonizadas principalmente pelos imigrantes europeus, diferenciaram-se das áreas de formação latifundiária, levando a uma melhor distribuição de renda. Segundo Goularti Filho (2007), também não se deve subestimar o papel que teve a economia do centro do sistema econômico nacional – São Paulo – em consolidar a indústria catarinense.

“O bom desempenho da pequena produção, matriz da pequena burguesia industrial e comercial de origem europeia, só pode ser entendido dentro da expansão industrial catarinense e, sobretudo, nacional. As dinâmicas internas da economia catarinense devem ser entendidas dentro de um contexto nacional de crescimento articulado com o centro dinâmico e com os demais Estados periféricos, ou seja, a partir do movimento geral da industrialização brasileira”. (GOULARTI FILHO).

Segundo IBGE (2014), Santa Catarina têm 6,7 milhões de habitantes, que corresponde a 3,3% da população total do Brasil, estimada em 202 milhões de habitantes. Em relação à região Sul, o Estado tem 23,2% da população, estimada em 29 milhões de habitantes. Com apenas 1,1% do território nacional, Santa Catarina tem respondido por aproximadamente 4% do PIB nacional distribuídos na indústria (34,1%), em comércio e serviços (59,2%) e na agropecuária (6,7%). No ano de 2010, o PIB catarinense foi de R\$ 152,5 bilhões. Na agricultura, o Estado se destaca por estar entre os maiores produtores brasileiros de maçã, trigo, milho, tomate, alho, fumo, cebola, arroz, feijão, batata e banana. Na agroindústria, o Estado é um dos maiores produtores brasileiros de carne suína, frango, derivados e pescados. O Estado é também sede de algumas das maiores indústrias do mundo na produção de motores elétricos e de compressores para refrigeradores. Também se destaca nacionalmente em relação aos indicadores PIB per capita, IDH e IDEB.

Ao se analisar a distribuição das atividades produtivas catarinenses é possível perceber uma grande diversificação entre suas seis mesorregiões.

"A indústria catarinense é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário do Norte; madeireiro na região Serrana e tecnológica na Capital. Mesmo com essa concentração por região,

diversos municípios têm desenvolvido vocações diferenciadas. A indústria de base tecnológica, por exemplo, além de estar presente na Grande Florianópolis também se destaca em Blumenau, Chapecó e Joinville" (FIESC, 2014).

Na Figura 3, tem-se uma representação das principais atividades econômicas catarinenses.

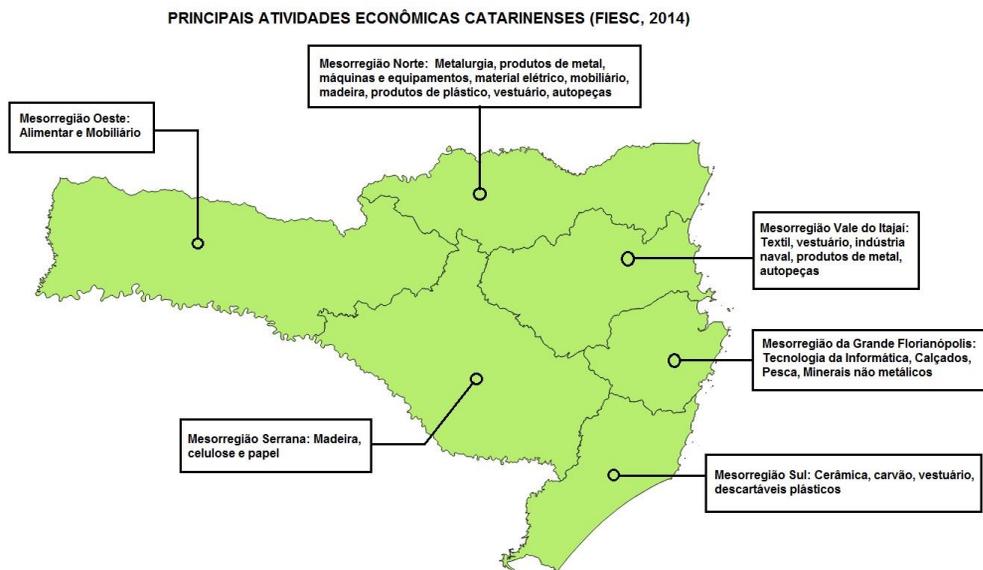


Figura 3- Principais atividades Econômicas de Santa Catarina - Fonte: FIESC 2014 – Adaptado.

Nas 10 cidades mais populosas do Estado: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Criciúma, Chapecó, Itajaí, Lages, Jaraguá do Sul e Palhoça vivem 39% da população catarinense. O PIB gerado por essas 10 cidades é de 49% do PIB total do Estado. Nelas, tem-se 49% do pessoal total ocupado. A taxa anual de crescimento média populacional dessas 10 cidades entre os anos 2000 a 2010 foi de 2,1%, superior a taxa anual de crescimento média do estado catarinense que foi de 0,8% no mesmo período.

As características das mesoregiões catarinenses são ilustradas na Tabela 1. O PIB per capita médio varia de R\$ 16.087,00, na mesoregião Serrana à R\$ 22.613,00 na mesoregião Norte do estado. Os dados utilizados são do IBGE, 2010. O IDH-M varia de 0,745 na mesoregião do Vale do Itajaí a 0,684 na mesoregião Serrana. Apesar de possuir a maior renda per capita, a mesoregião Norte apresenta os maiores níveis de desigualdades sociais, conforme assinalado pelo Índice médio do Gini. Quanto mais próximo de 1,0, mais desigual é uma determinada região.

Conforme pode ser observado, a mesorregião mais populosa é a do Vale do Itajaí, com mais de um milhão e quinhentos mil habitantes. Essa região se destaca por possuir grande densidade populacional contando com 54 municípios que ocupam uma área de pouco mais de 13.000 km².

Tabela 1- Características das mesorregiões catarinenses.

Mesorregião	Número de cidades	Área (km ²)	População total	IDH-M médio	PIB per capita médio (R\$)	Índice Gini
Norte Catarinense	26	15.928	1.212.843	0,734	22.613,00	0,485
Vale do Itajaí	54	13.098	1.508.980	0,745	20.131,00	0,467
Grande Florianópolis	21	7.355	994.095	0,735	16.470,00	0,484
Serrana	30	22.324	406.741	0,684	16.087,00	0,473
Oeste Catarinense	118	27.310	1.200.712	0,731	18.142,00	0,473
Sul Catarinense	44	9.718	925.065	0,744	17.821,00	0,465
Dados estaduais	293	95733	6248436	0,729	18544,00	0,475

2.2- A ESPACIALIZAÇÃO DA EXPANSÃO EM SANTA CATARINA

Antes da expansão a rede EPCT beneficiava nas oito cidades de Santa Catarina aproximadamente 874.647 pessoas, o que correspondia a 15% da população do Estado (5.720.569 habitantes em 2005¹). Esse percentual foi calculado a partir da relação entre a população potencialmente atendida da cidade em que o câmpus estava localizado e a população total do Estado.

A expansão da RFEPCT, que teve início no ano de 2005 com a implantação da Fase 1, teve como objetivo principal proporcionar a espacialização equilibrada das novas escolas técnicas, de forma a atender todo território nacional:

"é fundamental reconhecer que o Estado não pode se omitir na função de oferecer uma rede de formação profissional com a melhor cobertura geográfica possível. [...] a escolha das localidades pautou-se pela análise ponderada de um conjunto de critérios previamente determinados, entre os quais citamos: a proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; a importância do município para a microrregião da qual faz parte; os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; e a existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade" (MEC, 2007).

¹ Dados da população interpolados para o ano 2005 (IBGE).

Em Santa Catarina, foram atendidas, inicialmente, as regiões mais afastadas da capital como o Oeste, o Sul e o Norte Catarinense. Por isso, foram instalados os câmpus nas cidades de Chapecó, Joinville e Araranguá. O câmpus Florianópolis-Continente foi instalado a partir de processo de federalização também na Fase 1.

"A escolha das cidades de Joinville e Chapecó foram naturais. Em Joinville já existia uma gerência de ensino com o curso técnico de enfermagem. É a maior cidade do estado tendo grande força no setor industrial, mas não contava com oferta de educação profissional e tecnológica gratuita. Chapecó foi escolhida por ser o maior polo industrial da região oeste e por não oferecer educação profissional e tecnológica gratuita. Também contou muito a ativa participação política e empresarial da região. Havia a intenção de se instalar uma escola técnica na cidade de Criciúma, que era a maior cidade da região Sul do Estado. No entanto, a cidade já possuía uma Escola Técnica e por isso não houve grande receptividade da prefeitura" (SANTOS, 2015).

Na Fase 2 da expansão, um dos critérios mais importantes foi o atendimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Foram selecionadas em todo o país 150 "cidades-polos" para receber os novos câmpus.

"A escolha das localidades tomou cinco meses de estudos multidisciplinares, projeções estatísticas e discussões com ministérios e governos estaduais. Para cada uma das localidades selecionadas, traçou-se um raio de abrangência, definindo-se um recorte territorial e demográfico de atendimento potencial, cuidando-se de evitar a concentração de unidades em regiões mais bem contempladas" (RUBIN, 2013).

No Edital, o Estado de Santa Catarina foi contemplado com 7 novos câmpus localizados nas cidades de São Miguel do Oeste, Canoinhas, Itajaí, Gaspar, Criciúma, Videira e Lages, conforme descrito na Figura 4. Também é possível visualizar na ilustração os APLs atendidos e círculos com raios de 40 km ao redor das "cidades-polo", representando a distância média que poderia ser percorrida diariamente pelos estudantes em ônibus escolares. Posteriormente, o governo federal foi pressionado para atender também outras cidades. Foram então instalados novos câmpus nas cidades de Urupema, Caçador, Garopaba, Palhoça, Jaraguá do Sul-GW, Xanxerê, Ibirama, Fraiburgo, Luzerna e São Francisco do Sul. Esses câmpus ficaram conhecidos como câmpus da Fase 2 e meio.

O conceito de “cidade-polo” adotado pelo MEC remete à Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966), que procurou demonstrar que a distribuição das cidades pelo espaço não era aleatória, mas sim se constituía a partir das zonas de influência econômica das localidades, cuja centralidade seria determinada pelo nível de complexidade dos produtos e serviços ali ofertados e a partir do alcance desses mercados. As cidades selecionadas pelo Governo Federal, a partir dos APLs reconhecidos, podem ser considerados “centros de primeira ordem” e atendem as cidades vizinhas com seus cursos profissionalizantes. Os “centros de primeira ordem” fornecem serviços de primeira ordem; “centros de segunda ordem” fornecem serviços de segunda ordem, e assim por diante, de modo que as diferentes ordens de cidades se organizam em uma hierarquia bem definida. Por isso, a população atendida pelos cursos da RFEPC é bem maior do que a população das cidades onde se localizam os câmpus. Como é possível perceber, em algumas regiões, diferentes câmpus atuam na mesma área de influência.



Figura 4– Câmpus em Santa Catarina conforme listagem oficial da Fase 2 da expansão.

No mesmo dia em que foi anunciada a Fase 2 da expansão (24 de abril de 2007) foram apresentadas as diretrizes da constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir da Lei 11.892/2008, publicada em 29 de dezembro de 2008, a RFEPC no estado catarinense passou a ser organizada por dois Institutos Federais: Instituto Federal de Santa

Catarina (IFSC), com sede em Florianópolis, e o Instituto Federal Catarinense (IFC), com sede em Blumenau.

“no caso de Santa Catarina, o que contribuiu para a criação de dois institutos foi a rejeição da ideia de absorção das Escolas Agrotécnicas pelo CEFET – SC o que contribuía para o sentimento de litoralização do poder que é muito forte no estado. Além de que a realidade funcional das Escolas Agrotécnicas era muito distinta da prática e funcionamento do CEFET” (KOLLER, 2014).

O então CEFET-SC possuía sete câmpus instalados e estava iniciando as licitações para construção de mais 6, quando ocorreu a transformação em IFSC.

A Fase 3 da expansão da RFEPCT foi lançada em agosto de 2011, quando foram anunciados novos câmpus nas cidades de Tubarão, São Carlos, São Bento do Sul e Brusque. Ao longo da implantação da Fase 3 novos câmpus foram autorizados tais como Abelardo Luz, São Lourenço do Oeste e Santa Rosa do Sul.

Ao final da Fase 3 da expansão a população potencialmente atendida em Santa Catarina chegou a 3,5 milhões de pessoas, passando de 15% em 2005 para 56% em 2015. Atualmente, a configuração organizacional do IFSC abrange uma Reitoria, localizada em Florianópolis e 22 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul - GW, Lages, São José, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Também oferece cursos a distância a partir do Centro de Referência em Formação e EAD e dezenas de polos EAD.

Já o IFC tem sede na cidade de Blumenau e conta com os câmpus: Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Abelardo Luz, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, câmpus São Bento do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, São Francisco do Sul e Videira.

Avaliando-se a espacialização dos câmpus da expansão no Estado de Santa Catarina e os critérios oficiais apresentados pelo Governo Federal para escolha das cidades que receberam os novos câmpus pode-se inferir que a expansão no estado catarinense atendeu a critérios técnicos e políticos. Segundo MEC (2010), nas Fases 1 e 2, os principais critérios oficiais para escolha das cidades que receberam novos câmpus da expansão foram espaciais e econômicos. Havia a intencionalidade de se espacializar a RFEPCT para as regiões não atendidas e de promover a integração dos novos câmpus com os Arranjos Produtivos Locais. Na Fase 3, foram também incorporados a

estes critérios o atendimento dos Territórios da Cidadania¹ e do G-100². Santa Catarina não possui nenhuma cidade dentro do Grupo G-100. Dentro dos dois Territórios da Cidadania Catarinenses - Planalto Norte e Meio Oeste Contestado, foram atendidas as cidades de Canoinhas, São Bento do Sul, Luzerna, Abelardo Luz e Xanxerê. A expansão da RFEPCAT atendeu todas as seis mesorregiões do Estado. Apenas 4 das 20 microrregiões catarinenses não possuem câmpus da RFEPCAT: Ituporanga, Tijucas, Tabuleiro e Curitibanos. Na Figura 5 tem-se a configuração da RFEPCAT – SC no final de 2014. O IFSC está presente em todas as mesorregiões catarinenses. Já o IFC não atende as mesorregiões Serrana e Grande Florianópolis. Em 10 anos o IFSC passou de 3 câmpus para 22. Já o IFC passou de 5 para 15 câmpus.

CONFIGURAÇÃO DA REDE FEDERAL EPCT - SC EM 2014



Figura 5- Espacialização dos câmpus dos dois Institutos Federais Catarinenses.

Conforme depoimento de Ferreira (2015), algumas vezes os critérios técnicos levavam à escolha de uma determinada microrregião como apta a receber um novo câmpus. Mas entre as cidades A ou B pertencentes à mesma microrregião, a escolha às vezes recaía naquela que se mostrava mais comprometida com o projeto da expansão. Isso porque era necessária a contrapartida das prefeituras. Essa contrapartida podia ser, por exemplo, um prédio existente em boas condições, um terreno ou os serviços de terraplanagem.

Nesse sentido, apesar da existência de critérios técnicos para escolha das localidades que receberiam os novos câmpus, não podem ser desconsiderados interesses econômicos e políticos dos agentes hegemônicos

¹ Território da Cidadania – Regiões classificadas pelo Governo Federal como de maior vulnerabilidade social.

² G-100 – Grupo de 100 cidades brasileiras com elevada densidade populacional e baixo PIB per capita.

de cada região. Em algumas situações as empresas já instaladas na região viam na instalação de um câmpus a possibilidade de captação de mão de obra mais qualificada a custos mais baixos. Os prefeitos e parlamentares envolvidos na articulação estadual e federal para instalação de um novo câmpus viam a possibilidade de projeção político-eleitoral. Também viam a possibilidade de valorização das áreas próximas dos novos câmpus, a geração de centenas de empregos diretos e indiretos na fase de construção, o aumento da arrecadação municipal e o aquecimento do comércio e do mercado imobiliário com a injeção financeira anual da ordem de 3 a 5 milhões de reais¹ nas cidades atendidas, decorrentes dos salários dos servidores federais e dos gastos dos estudantes das cidades vizinhas.

A análise dos dados estatísticos da expansão no estado de Santa Catarina mostra que houve ampliação do grau de interiorização da rede e ampliação da população atendida e atendimento a todas as mesorregiões. No entanto, ao se avaliar os indicadores Gini e IDH-M das cidades que receberam os novos câmpus é possível afirmar que as cidades com piores indicadores sociais do Estado não foram contempladas.

O Gini médio das cidades atendidas pela pré-expansão era de 0,449. As cidades contempladas pela expansão têm Gini médio de 0,490. O Gini médio para o Estado de Santa Catarina é de 0,449. Para o Brasil é de 0,5304. Pode-se inferir que a expansão da RFEPCT atendeu cidades com maior desigualdade social se comparadas com as cidades onde já existiam câmpus da pré-expansão. No entanto, entre as 50 cidades com os maiores níveis de desigualdades de Santa Catarina, somente duas delas foram contempladas com câmpus da expansão: Ibirama e Santa Rosa do Sul.

Já o IDH-M médio das cidades atendidas pela pré-expansão era de 0,767. As cidades atendidas pela expansão têm IDH-M médio de 0,747. O IDH-M médio de Santa Catarina é de 0,731. O IDH-M médio do Brasil é de 0,699. Na Figura 6, tem-se a espacialização dos câmpus do IFSC e do IFC e a distribuição do IDH-M das cidades catarinenses. Como é possível perceber, apenas uma pequena parte dos câmpus da expansão foram instalados em cidades com IDH-M mais baixos - menores que 0,704. Nenhuma das 50 cidades com menores IDH-M de Santa Catarina recebeu câmpus da RFEPCT. O IDH-M médio das cidades atendidas pelo IFSC é de 0,780. Já o IFC atua em cidades cujo IDH médio é de 0,753.

¹ Considerando-se o mínimo de 50 servidores públicos federais docentes e TAEs recebendo um salário médio de 4 mil reais por mês e gastando esses recursos nas cidades onde estão instalados os câmpus.

DISTRIBUIÇÃO DO IDH (2010) DO ESTADO DE SANTA CATARINA E ESPACIALIZAÇÃO DA REDE FEDERAL EPCT

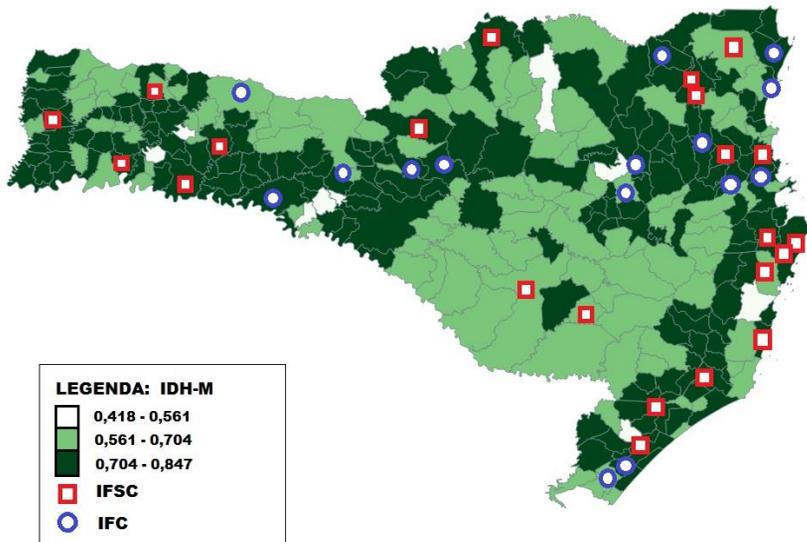


Figura 6– Distribuição do IDH-M e espacialização dos campi do IFSC e IFC.

Entre as 50 cidades mais populosas do Estado de Santa Catarina, 27 delas contam com campi da RFEPCT: Araquari, Sombrio, Fraiburgo, São Miguel do Oeste, São Francisco do Sul, Xanxerê, Videira, Canoinhas, Gaspar, Rio do Sul, Araranguá, Camboriú, Concórdia, Caçador, São Bento do Sul, Tubarão, Brusque, Palhoça, Jaraguá do Sul, Lages, Itajaí, Chapecó, Criciúma, São José, Blumenau, Florianópolis e Joinville. Foram 13 campi instalados nas cidades com mais de 100 mil habitantes.

O IFC atende principalmente as cidades com menos de 100 mil habitantes. Somente as cidades de Brusque e Blumenau têm mais de 100 mil habitantes. São sete cidades atendidas com população menor que 40 mil habitantes e 6 cidades com população na faixa de 40 mil a 100 mil habitantes. O IFSC atende 5 cidades com população até 40 mil habitantes, 6 cidades com população na faixa de 40 a 100 mil habitantes e 11 cidades com mais de 100 mil habitantes.

A partir da avaliação da distribuição dos campi do IFSC e do IFC em relação à taxa de crescimento populacional de Santa Catarina é possível inferir que a maioria dos campi foi instalada nas áreas que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional. Entre os anos de 2000 e 2010, a taxa média anual de crescimento da população catarinense foi de 0,8%. As cidades contempladas com campi do IFSC e do IFC possuem taxa de crescimento

médio anual de 1,7%. Pode se afirmar que a expansão atendeu as cidades com maior dinamismo populacional.

A renda per capita média das cidades atendidas pelo IFSC é da ordem de R\$ 24 mil reais, enquanto que o IFC atua em cidades cuja renda per capita média é de R\$ 25 mil reais. Se fossem retiradas as cidades de Itajaí e São Francisco do Sul a média seria de 22 mil reais para o IFSC e 20 mil reais para o IFC. Essas duas cidades têm elevados PIB per capita decorrentes da movimentação de carga nos seus portos.

Calculou-se também o Grau de Interiorização (GRINT) da expansão em Santa Catarina. Este indicador é mais próximo de 1 quanto mais distante o câmpus se encontrar da capital. É calculado pela relação entre a distância do câmpus até a capital do Estado e a distância rodoviária entre a cidade mais afastada da capital do Estado. A cidade de Dionísio Cerqueira está distante 718 km de Florianópolis. No ano de 2005, em Santa Catarina o GRINT era de 0,23. Esse índice passou para 0,359 em 2014. Em relação aos demais estados da região Sul, Santa Catarina tem a maior taxa de crescimento do GRINT. O índice de interiorização médio da região Sul na pré-expansão era de 0,37. Esse valor passou para 0,42 em 2014.

É possível avaliar qual o Índice Percentual de População Potencialmente Atendida em cada mesorregião (IPA), dividindo-se a população das cidades atendidas pela RFEPCT na mesorregião pela população total da mesorregião. A mesorregião da Grande Florianópolis é a que tem o maior Índice Percentual de População Atendida (IPA) após a expansão da RFEPCT (77%). Já a mesorregião Serrana, com apenas dois 2 câmpus instalados apresenta o menor percentual de população atendida (39%). Essa mesorregião também apresenta o pior IDH médio catarinense (0,684), o menor PIB per capita (R\$ 16.087,00) e o menor percentual do PIB do Estado (4,6%). A mesorregião do Vale do Itajaí tem IPA de 53%. A mesorregião Oeste Catarinense tem IPA de 45%. A mesorregião Sul tem IPA de 44%. Finalmente, a mesorregião Norte Catarinense tem IPA de 70%. Na Figura 7, é possível visualizar para cada mesorregião qual é o percentual de população e de matrículas ofertadas em relação ao Estado.

Distribuição da população e das matrículas ofertadas pela RFEPCT (2014) nas mesorregiões

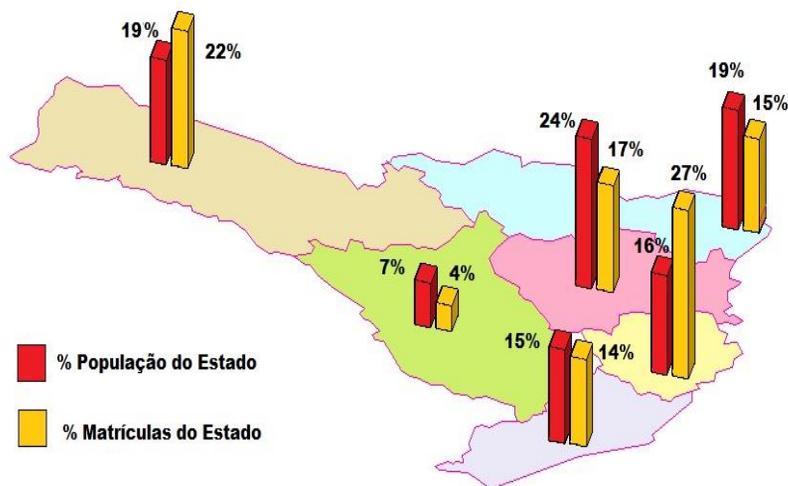


Figura 7 – Distribuição percentual dos câmpus do IFSC e do IFC por mesorregião.

A evolução absoluta das matrículas ofertadas pela rede federal EPCT de Santa Catarina por mesorregião pode ser visualizada na Figura 8. Ao todo, os dois Institutos Federais ofereceram aproximadamente 45 mil matrículas no ano de 2014, o que significa um crescimento de 6 vezes em relação ao ano de 2005. Nesse valor estão inclusos os Cursos de Formação Inicial e Continuada.

Evolução das matrículas na RFEPCT - SC de 2005 a 2014

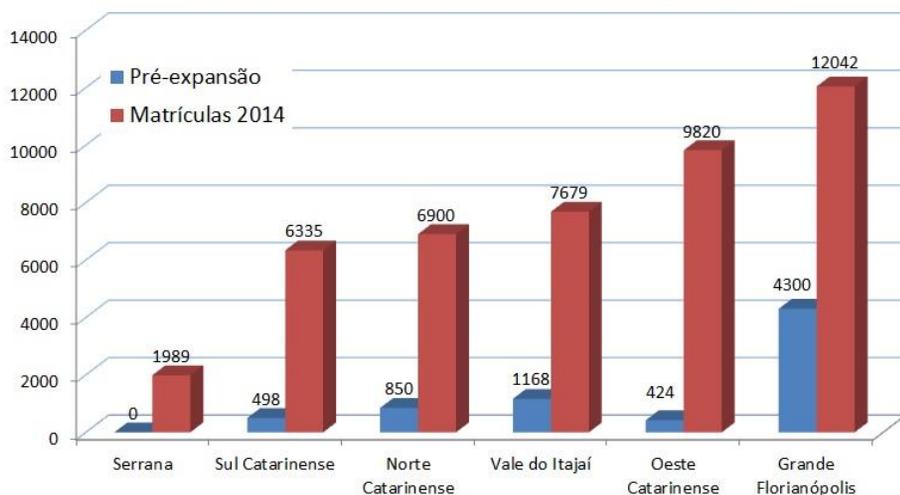


Figura 8 - Distribuição das matrículas da rede federal EPCT por mesorregião.

Na Figura 9, tem-se a distribuição das matrículas oferecidas pelos câmpus do IFSC e do IFC em Santa Catarina. A maior oferta de vagas encontra-se no câmpus Florianópolis, com 7.281 matrículas ofertadas em 2014 (IFSC, 2014).

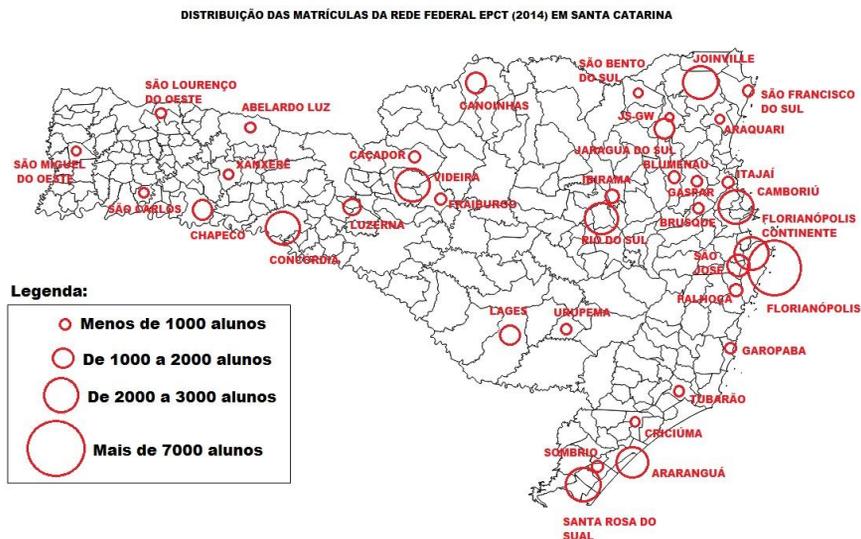


Figura 9- Distribuição das matrículas da RFEPC em Santa Catarina.

Além da Rede Federal EPCT, em Santa Catarina também existem diversas outras redes públicas e privadas, que também atuam na educação profissional. Na Figura 10, tem-se a espacialização dos câmpus do IFSC, do IFC, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Centro de Educação Profissional Integrada da rede de ensino público da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (CEDUP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Estado. A espacialização das instituições congêneres e dos cursos ofertados é importante para o planejamento de novos cursos a serem oferecidos, evitando-se a duplicidade de esforços no atendimento das necessidades regionais.

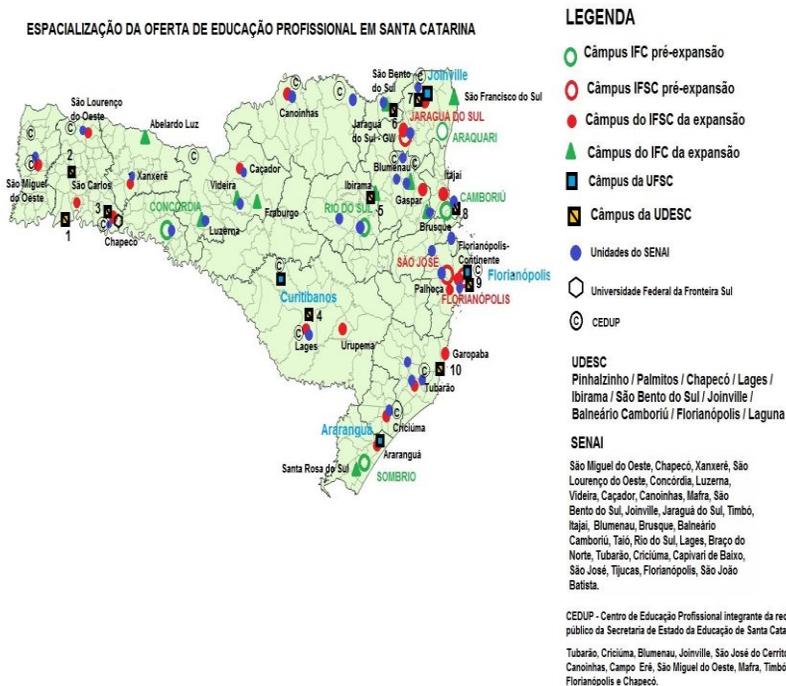


Figura 10- Distribuição dos câmpus das redes IFSC, IFC, UFSC, UDESC, UFFS, CEDUP e SENAI

3- CONCLUSÃO

Nesse artigo foi possível explicitar quais foram os critérios adotados para o recente processo de expansão da Rede Federal EPCT em Santa Catarina entre os anos de 2005 a 2014. Houve avanços na ampliação população potencialmente atendida em todas as mesorregiões catarinenses e do número de matrículas ofertadas, que aumentou 6 vezes no período. As mesorregiões pouco atendidas antes da expansão foram as mais beneficiadas. Também foram contemplados os Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados pelo Ministério do Desenvolvimento do Comércio e da Indústria (MDCI) e os dois Territórios da Cidadania, localizados no Planalto Norte e no Oeste Catarinense. No entanto, há ainda poucas pesquisas realizadas no sentido de se avaliar se os novos câmpus estão atendendo as finalidades para as quais foram criados. As implicações da instalação dos novos câmpus ainda precisam ser analisadas por meio de pesquisa em campo, análises estatísticas de emprego e renda e de entrevistas com egressos, empregadores, dirigentes municipais e servidores de cada cidade atendida.

4- REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, Aloysio Marthins de. **As políticas neoliberais dos anos 90 e seus reflexos na economia catarinense.** 1995. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-09.pdf>> Acesso em: 20 set. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. **Atlas do Desenvolvimento**

Humano no Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96.** Diário Oficial da União de 18/04/1997, seção 1, p. 7760. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010.** Disponível em: <[http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_a_Concepcoes_Diretrizes.PDF](http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF)> Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº. 8.948/94, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras**

providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8948.htm> Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal - Concepção e Diretrizes.** Brasília, 2008.

CASTIONI, Remi. **O Papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local.** IN: CASTIONI, R. e SOUZA, E.C.L (ORGs). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FERREIRA, Getúlio Marques. **Depoimento sobre a expansão.** 2015. Disponível em: <<https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com>> Acesso em: 20 de set. 2015.

FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados.** 2014. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR016a3pPQT09&qt>>; Acesso em: 27 ago. 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina,** 2ª edição. Florianópolis, Editora da UFSC, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2014 – Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014.** Rio de Janeiro, IBGE, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2015.

IFSC. **Relatório de Gestão 2014 do Instituto Federal de Santa Catarina.** Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/DGC/prestacao_de_contas_2014/RG_2014-IFSC.pdf> Acesso em: 29 ago.2015.

IFC. **Relatório de Gestão 2014 do Instituto Federal Catarinense.** Disponível em: < <http://dap.ifc.edu.br/category/relatorio-de-gestao-ifc/>> Acesso em: 29 ago.2015.

KOLLER, Cláudio. **Depoimento sobre a constituição dos Institutos Federais**. 2014. Disponível em: <<https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com>> Acesso em 20 de set. de 2015.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1966.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC. 2007. **Avaliação da Fase I do Plano de Expansão**. Disponível em <https://expansao dos institutos federais.files.wordpress.com/2015/01/expansao_plano-1-raridade.pdf> Acesso em 23 set. 2015.

PAIM, Paulo Renato. **Pronunciamento em que defende a necessidade de fortalecimento do Programa de Expansão da Educação Profissional Proep/MEC. 2003**. Disponível em: <<http://www.senadorpaim.com.br/verDiscurso.php?id=1057>> Acesso em 15 de jul. de 2015.

RANGEL, Ignácio. **História da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política, v.10, n 4, out/dez, 1981.

RIZZINI, Irma. **A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX**. Revista Contemporânea de Educação. 2009.

RUBIN, Gleisson Cardoso. **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. Pablo Gentili (org.). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: < <http://www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2013/11/8Gentili.pdf>> . Acesso em 20 set.2015.

SANTOS, Consuelo Aparecida Sielski. **Depoimento sobre a expansão do IFSC**. 2015. Disponível em: <<https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com>> Acesso em 20 de setembro de 2015.

VIEIRA, SÍLVIA BITTENCOURT SPRICIGO. **Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina**. Dissertação. Florianópolis. 2008.

A RECENTE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO CONTORNO LESTE DE CURITIBA (BR 116) EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS¹

Jorge Luiz Ferreira²
Isa de Oliveira Rocha³

Resumo:

O artigo analisa a recente organização espacial da Zona Industrial e de Serviços no entorno da rodovia BR116 – Contorno Leste de Curitiba, no município de São José dos Pinhais, verificando a instalação de empreendimentos econômicos ao longo da via. Para analisar tal transformação espacial recorreu-se ao paradigma geográfico formação sócio-espacial (Milton Santos), com a necessária revisão bibliográfica-documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas (gestores, técnicos e empresários). O período recente da industrialização de São José dos Pinhais relaciona-se com as transnacionais automotivas instaladas em meados dos anos 1990 e com a conclusão da rodovia BR116 (2003), além da aprovação de Lei Municipal complementar do Plano Diretor (2005). Após isso, ocorreu a expansão do mercado imobiliário, com indústrias e empresas comerciais e de serviços fixando-se às margens ou nas proximidades da BR116, formando a atual configuração espacial. Após análise e estudo qualitativo local e das diretrizes de uso e ocupação da área e/ou disposição de espaços (áreas imobiliárias disponíveis), verificou-se as variadas motivações empresariais que desencadearam a atual espacialidade, enfatizando especificidades da área do entorno da rodovia e a existência de inúmeros conflitos de interesses. Conclui-se que a organização espacial da ZIS, ou mesmo do entorno da rodovia, ocorre de forma intencional, espontânea e pela força indutora da rodovia, que proporciona uma relação de uso por sua proximidade.

Palavras-chave: Organização espacial; BR 116; São Jose dos Pinhais (PR).

Introdução

A gênese da ocupação da região de Curitiba remonta ao século XVII, quando a vila e freguesia de São José e Bom Jesus dos Perdões era somente um grupamento de mineradores em busca do ouro de aluvião, próximo das

¹ O artigo refere-se aos estudos realizados para a dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina.

² Geógrafo e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – UDESC.

³ Professora Orientadora. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP.

escarpas da Serra do Mar. A descoberta de ouro no primeiro planalto atraiu forasteiros à localidade do Arraial Grande, que se constituiu no primeiro povoamento que originou São José dos Pinhais, Curitiba e Lapa; gênese parecida com as inúmeras freguesias e vilas criadas no período do Brasil Colônia. A posterior evolução sócio-espacial de Curitiba e seu entorno, especificamente de São José dos Pinhais, relaciona-se com os chamados “ciclos econômicos” do estado do Paraná, principalmente do ouro, da erva-mate, da madeira, do café e, mais recentemente, da industrialização.

Desde a última alteração territorial do município em 1952, implicando em perda de áreas com expressão econômica, São José dos Pinhais só atinge novamente crescimento econômico após os anos 1970. A criação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) ¹, através de lei federal e redefinida posteriormente por legislações estaduais, configurou-se em novo território, extenso e bastante heterogêneo, com novas possibilidades de desenvolvimento para a região como um todo.

A partir de então, os processos voltados para o planejamento urbano e regional começaram a desenvolver a região em vários aspectos, inclusive com o aumento do número de municípios integrantes, que atualmente é de vinte e nove (29), ao redor da cidade polo, Curitiba.

Nesse sentido, mostra-se relevante a forma de organização dos municípios que compõem tal concentração territorial do estado do Paraná, mormente no que se refere à aglomeração regional, destacando-se doze (12) municípios instituídos, pelas suas relações sociais, econômicas e culturais e na sua efetiva dinâmica metropolitana. Essa mancha de ocupação contígua é considerada como o Aglomerado Metropolitano de Curitiba² (AMC).

No transcorrer das décadas de 1970 a 1990 a Região Metropolitana de Curitiba cresceu e se expandiu economicamente a partir da instalação de pequenas, médias e grandes empresas. A Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em conjunto com o polo petroquímico no Centro Industrial de Araucária

¹ RMC – Região Metropolitana de Curitiba é composta pelos seguintes municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Campo do Tenente, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Dr. Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. (COMEC, 2006)

² O Aglomerado Metropolitano constitui “uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contiguidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário)”. (IPARDES, 2000 apud Firkowski, 2002, p. 80).

(CIAR), no município de Araucária, sobressaem nesse contexto a partir da década de 1970.

Com o passar dos anos, após as políticas de incentivos fiscais do governo neoliberal dos anos 1990, os municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba começaram o que Firkowski (2002, p. 81 e 82) apontou como sendo a “nova lógica de localização industrial”, ocorrida nos municípios de São José dos Pinhais e Campo Largo, com a instalação de três montadoras do setor automotivo: Renault, Audi/VW e Chrysler. A RMC se configura atualmente na maior concentração de atividade comercial, industrial e de serviços do estado do Paraná.

A localização industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba facilita o processo de escoamento da produção para o mercado nacional e internacional através dos Portos de Paranaguá e Antonina, dos eixos rodoviários metropolitanos (as BRs) e do Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado em São José dos Pinhais.¹

Em virtude da atual transformação econômica e social do trecho da rodovia BR116 na Região Metropolitana de Curitiba, o artigo analisa o processo de organização espacial da Zona Industrial e de Serviços (ZIS) e do entorno da rodovia BR116 – Contorno Leste de Curitiba² (Figura1), especialmente com relação à recente instalação de empreendimentos econômicos.

A área de entorno da rodovia Contorno Leste de Curitiba foi delimitada, segundo dados da prefeitura municipal de São José dos Pinhais, como sendo Zona Industrial e de Serviços (ZIS). E de acordo com a lógica funcional e a legislação de uso e ocupação do solo, observa-se que essa área está localizada em espaços ambientalmente frágeis, conforme verificado em estudos de Lima e Mendonça (2001) e Tavares (2005).

Cabe salientar que esta pesquisa se mostra importante, pelo intuito de apresentar à sociedade civil e gestores públicos subsídios para os processos de

¹ Após a criação da RMC, na década de 1970, começou a se estabelecer o Aglomerado Metropolitano de Curitiba, composto por 12 dos atuais 29 municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba (RMC): Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Cumpre enfatizar que esses 12 municípios concentram boa parte da economia paranaense, expressa nas alterações do espaço e na relação da economia com o território e de uma nova articulação da divisão do trabalho, não apenas no interior da empresa como também entre as empresas, conforme apontou Firkowski (2002).

² Contorno Leste de Curitiba, rodovia expressa para tráfego de longa distância, deslocamentos interurbanos de maior percurso e tráfego de passagem, continuidade com as principais rodovias expressa, de contorno, radial, perimetral, de tráfego de passagem, contorno de áreas urbanas ou rodovias. Sem acessos laterais livres, saídas com baias de desaceleração e entradas com baias de aceleração. (COMEC, 2006)

planejamento urbano e regional. Reforça-se a necessidade de desenvolver estudos geográficos que apresentem novas perspectivas para a gestão territorial, subsidiando a tomada de decisão.

A fundamentação teórica sobre a organização, produção e transformação do espaço apoia-se em Santos (1977), que resgata a categoria de formação econômica e social: “Interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à história da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial.” (SANTOS, 1977, p. 81)

Mamigonian (1999) relata que a análise da realidade geográfica se completa quando se busca uma perspectiva explicativa de totalidade (holística) e de inter-relação entre os elementos da natureza e da sociedade, ou seja, entre o conhecimento sistêmico do quadro natural e a análise da sociedade, por meio do paradigma formação sócio-espacial.

Aliás, nosso artigo aborda a nova problemática advinda com o processo de urbanização da região de Curitiba, assim inserido no conjunto de trabalhos que tem: “1) a preocupação por decifrar os processos espaciais no interior das cidades, aprofundando os conhecimentos de renda capitalista da terra (também na agricultura), sob influência marxista; 2) a preocupação por combinar desenvolvimento econômico e preservação ambiental [...] procurando soluções de crescimento, com vantagens sociais [...] e ambientais” (MAMIGONIAN, 1999, p. 198). O autor realça a importância da utilização da perspectiva de formação sócio-espacial para a compreensão da realidade espacial, constituindo-se em marco fundamental da renovação marxista da geografia atual.

Nesse contexto, parte-se da combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes, constituindo o atributo produtivo de um espaço, da sua virtualidade e das suas limitações:

As mudanças são quantitativas, mas também qualitativas. Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai tornando-se mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensivamente. (SANTOS, 1997, p. 42)

Corrêa (2007, p. 67) reforça que a organização espacial é “Produto da ação humana ao longo do tempo [...] é um reflexo social, ‘consequência do trabalho e da divisão do trabalho’”, lembrando Lefebvre e continua: “É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza

primitiva, cirando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra”. Ainda destaca o autor:

A partir da compreensão das relações entre estrutura, processo, função e forma, as categorias analíticas que dão conta da totalidade social em sua espacialização, podem-se, sem receio de cair no empirismo, iniciar o estudo da organização de uma sociedade em um dado momento de sua história pelas suas formas”. (COORÊA, 2007, p. 80).

Para descrever os processos que desencadearam a atual Organização Espacial nas margens e nas proximidades do Contorno Leste de Curitiba é relevante analisar a formação sócio-espacial do município de São José dos Pinhais e do Estado do Paraná, especialmente a partir do Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) da Região da Grande Curitiba (1978). Foi nesse PDI que houve uma primeira delimitação quanto ao uso e ocupação do solo, ficando a franja leste da RMC como áreas de preservação das principais bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento público (COMEC, 2006).

Atualmente, áreas no entorno da via vêm sendo destino de empreendimentos industriais, de comércio e de serviços, bem como de moradias ao longo do seu trecho periurbano. Esse processo ocorre entre os municípios da região por onde passa a via, em face da realocação industrial conforme estudos realizados por Nojima, Moura e Silva (2009).

Trabalho de Firkowski (2009), especificamente sobre o Aglomerado Metropolitano, menciona premissas fundamentais do Contorno Metropolitano de Curitiba na estruturação da localização de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, evidenciando uma nova organização espacial na região.

No que se refere a padrões estruturantes do eixo rodoviário, a via percorre longo trecho de áreas de mananciais de abastecimento público, o que confere à via papel de destaque nos conflitos socioambientais quanto ao seu uso e restrições para instalações empresariais, salvo quando da mudança nas leis¹ de zoneamento urbano municipal, de acordo com relatórios prévios de estudos de impactos ambientais e sociais.

A Organização Espacial da indústria, comércio e serviços ocorre a partir das disposições presentes no espaço, dentre outros, da tecnologia da informação, da infraestrutura, da flexibilidade da produção e da força de trabalho (SANTOS, 1994). Para autores como Benko (1999, p. 131), a localização das atividades é de fundamental importância, pois dela dependem os custos de produção e de transporte, fatores que são levados em conta para a decisão de implantar a empresa em determinado local. Trata-se,

¹ Lei Complementar nº 16, de 11 de novembro de 2005, do município de São José dos Pinhais. Arquivo disponível para leitura ou download no site da prefeitura. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-urbanismo/>. Acesso em: 2014.

essencialmente, de determinar as normas de localização de uma empresa preocupada em maximizar os seus lucros.

Nesse sentido, observa-se a importância que as vias expressas urbanas, como a do Contorno Leste de Curitiba, apresenta para o dinamismo econômico local e regional, na medida em que aumentam a mobilidade e estimulam o desenvolvimento do comércio e das atividades produtivas no âmbito regional e/ou internacional.

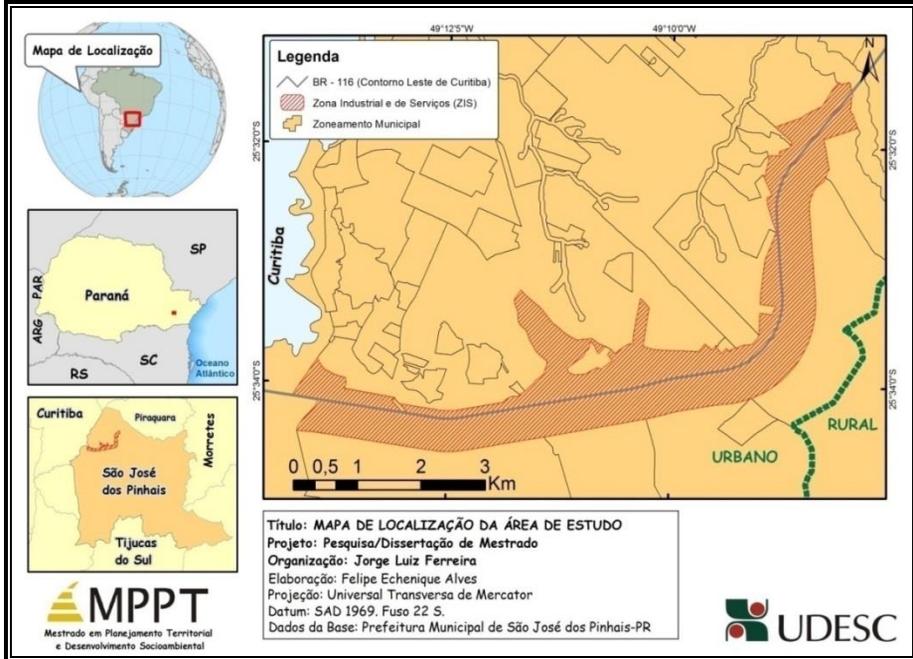
Atualmente o município de São José dos Pinhais¹ é um dos trezentos e noventa e nove (399) municípios que constituem o estado do Paraná, apresentando uma população estimada de 292.934 habitantes (IBGE, 2014) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M, 2010) próximo de 0.758, alto, segundo critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).²

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa qualitativa, destaca-se a revisão da literatura e documental, as observações espaciais realizadas *in loco*, a coleta de dados (entrevistas semi-estruturadas aplicadas junto aos gestores públicos, técnicos e empresários) e análise qualitativa dos resultados segundo Flick (2013), mensurando-se por que e de que forma ocorreu a organização espacial no Contorno Leste de Curitiba em São José dos Pinhais (Figura 1).

¹ Segundo Maack (2002), o município de São José dos Pinhais está localizado geograficamente no primeiro planalto paranaense (Bacia de Curitiba), numa área territorial de 944.280 km², em altitude média de 906 metros em relação ao nível do mar. Tem por características físicas: clima predominantemente subtropical úmido, com forte presença de vegetação da Mata dos Pinhais (araucárias).

² De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São José dos Pinhais apresenta a população absoluta de 264.210 habitantes (236.895 habitantes na área urbana e 27.315 habitantes na área rural, respectivamente: 89,66% e 10,34%). Mas, em recente pesquisa de 2014, realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população do município é estimada em 292.934 habitantes. No Censo do IBGE de 2010 o município registrou densidade demográfica de aproximadamente 279,16 hab./km².

Figura 1: Localização do Contorno Leste de Curitiba – BR116 (São José dos Pinhais)



Notas sobre a formação sócio-espaical

Com a descoberta de ouro na baía de Paranaguá, muitos habitantes de outras regiões se dirigiram para lá. De acordo com Wachowicz (2002), após o sucesso da investida de posse da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá sob o comando de Simão Dias de Moura, este ordenou a ocupação da baía de Guaratuba e criação, mais a oeste, da freguesia de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Perdões (Curitiba / São José dos Pinhais).

Ainda em terras litorâneas do Paraná, as vilas de Antonina e Morretes, assim como Paranaguá, tiveram como seus primeiros desbravadores homens atrás das minas de ouro. Eram mineradores na busca incessante pela riqueza mineral nos alúvios paranaenses, abrindo picadas para atravessar a Serra do Mar, entre o litoral e o planalto, utilizando-se dos rios faiscados. Investiram mata adentro, dando origem aos primeiros caminhos que ligavam o litoral ao planalto, como, por exemplo, o Caminho da Graciosa, o do Itupava e o do Arraial, sendo este último em área correspondente ao município de São José dos Pinhais.

As consequências de tais investidas mata adentro resultaram em importantes marcos históricos, como o desbravamento e a colonização do primeiro planalto, até então praticamente desconhecido, e a fundação das

vilas de Curitiba e São José (antigos arraiais auríferos) e as vias vitais de comunicação entre o litoral e o planalto para ocupar o interior do Paraná.

Outros caminhos foram abertos em território paranaense, muitos deles de origem indígena e que depois seriam utilizados largamente pelos bandeirantes, transformando-se mais tarde em caminhos de tropeiros. Dentre eles, destaca-se o caminho de Viamão, também conhecido como Estrada da Mata, importante eixo de ligação do século XVIII ao século XIX entre o Rio Grande do Sul e o interior de São Paulo, Sorocaba (Wachowicz, 2002).

As entradas ao oeste do continente em busca do ouro de aluvião naquele período culminou no primeiro ciclo econômico do Paraná e na questão política que resultaria na emancipação da Província. Com a decadência local e a escassez do ouro que se acentuava, em conjunto com a descoberta aurífera nas Minas Gerais e na região do Brasil central, a atividade do tropeirismo ganhou força (Balhana et al., 1969). O Paraná se beneficiou e muito da atividade tropeira, por sua condição de entreposto do Caminho do Viamão.

Dentre todos os caminhos existentes durante a atividade do tropeirismo no Paraná, como o Caminho da Graciosa, do Itupava e do Arraial, o Caminho do Viamão foi o mais importante economicamente para a formação social do Estado. Todos tiveram sua importância ao longo da história, mormente no transporte de produtos (ouro, erva-mate etc.) para comercializar nos portos de Antonina, Morretes e Paranaguá. E justamente por isso, tais vias foram alvo de conflitos de interesse político, entre outros.

Curitiba e São José dos Pinhais ficavam perto dos caminhos de passagem das tropas, beneficiando-se dessa condição. Curitiba controlava o comércio de animais do Centro Sul do Brasil nos dois momentos do apogeu dessa atividade econômica, enquanto São José dos Pinhais se beneficiava de sua proximidade com Curitiba.

O período recessivo da atividade tropeira aconteceu em decorrência do declínio da exploração do ouro em Minas Gerais, recuperando seu apogeu somente na década de 1830 com as exportações de café. Cumpre enfatizar que a atividade tropeira não era somente a principal atividade de Curitiba e região, mas a mais importante antes, durante e depois da emancipação política do Paraná.

A proximidade com Curitiba garantia a São José dos Pinhais não apenas o bônus, mas também o ônus da condição direta e indireta dos ganhos oriundos do crescimento econômico da atividade tropeira nas duas fases de comercialização de animais. No período de intensa atividade comercial tropeira – meados do século XVIII a meados do século XIX – São José dos Pinhais iniciou seu ciclo econômico como Freguesia de Curitiba e encerrou-o já na condição de município.

A erva-mate teve papel fundamental no desenvolvimento do Paraná, pois foi durante a segunda metade do século XVIII que recebeu autorização

para ser comercializada, com o intuito de afugentar a acomodação em que viviam as populações do Sul. Contudo, um século depois (em 1820), os paranaenses tiveram melhor sorte com o comércio da erva-mate, devido a uma proibição de exportação da congonha pelos paraguaios. Sedentos pela erva nativa, os platinos – uruguaios e argentinos– descobriram que na região do planalto paranaense se comercializava o produto que poderia abastecê-los. A importância econômica da erva-mate manteve-se em alta desde o período provincial até primeiras décadas do século XX, quando entra em decadência.

Ainda que o município contasse com pequenas indústrias madeireiras e a fabricação de embalagens (barricas) de erva-mate, a indústria da madeira propriamente dita em São José dos Pinhais somente despontaria após a inserção do pinheiro Araucária no mercado nacional e internacional após a crise de 1929, principalmente nos países europeus, pela aceitação do pinho brasileiro, como ensinam Colnaghi et al. (1992).

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), a estagnação econômica do mate ficou mais evidente em São José dos Pinhais, consolidando-se de vez o ramo madeireiro como a principal atividade econômica com a instalação de inúmeras empresas no município já na década de 1950.

A economia cafeeira só se estabeleceria na região de Jacarezinho (Norte Velho) nos últimos anos da década do século XIX, pois sua presença marcante era mesmo em São Paulo, de onde vários produtores vieram para o Paraná. Somente no Segundo Pós-Guerra, o Estado do Paraná despontaria como mais uma importante força na economia cafeeira do Brasil, ao lado de São Paulo, que anos antes, devido à influência política que exercia no governo central, criou barreiras e empecilhos para o crescimento da produção e exportação de café no Paraná. Com a expansão cafeeira atingindo cidades da região de Londrina (Norte Novo), de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, a produção de café ganharia expressão, culminando, no final da década de 1950, por colocar o Paraná como o maior produtor de café do Brasil.

O declínio da superprodução cafeeira já se anunciava, por fatores que pesavam contra, como a condição climática (geadas), presente em várias regiões. No entanto, autores como Carvalho (2002) não acreditam ser esta a que inviabilizaria a produção cafeeira no Paraná nas décadas de 1950-60. Segundo o autor, os cafeicultores alegavam não ter lucros suficientes, tendo em vista o custo da mão-de-obra e dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, fato que desencadeou na formação dos “boias-frias”, trabalhadores diarista na produção cafeeira.

Em consequência, a baixa na produção cafeeira foi nítida, inclusive em novas áreas de ocupação, como no Norte Novíssimo (Umuarama e Paranaíba), onde ocorria a alternância com outros cultivos igualmente importantes e necessários para a economia paranaense, como milho, cana-de-açúcar, arroz, soja etc.

De acordo com Colnaghi et al. (1992), na década de 1950 a economia são-joseense já estava bastante diversificada, com a presença da agricultura de subsistência e a comercialização do excedente. Em paralelo, era mantida a produção industrial madeireira, que liderava o mercado local com exportações; a produção animal, da qual era comercializado o leite, e ainda, em menor escala, as empresas do ramo metalúrgico, de têxteis e de móveis.

Pela sua proximidade com a capital, São José dos Pinhais usufruía de inúmeros benefícios. Fato que também contava a seu favor era a sua extensa área territorial, que começou a servir de base para a instalação de importantíssimas infraestruturas civis, como usinas hidrelétricas e o aeroporto, que ainda hoje continua no mesmo local.

Mesmo com essa diversidade econômica no período de 1950-1960, São José dos Pinhais ainda mantinha forte característica agrícola, pelo fato de abastecer Curitiba em sua demanda alimentar. Somente após a década de 1970 o cenário econômico são-joseense iria mudar, com o êxodo rural, presente em vários núcleos urbanos em expansão no país, principalmente pelo enfraquecimento da produção cafeeira na região Norte do estado.

Antes mesmo do estado do Paraná apresentar uma evolução no quadro industrial de grande escala, deve-se registrar que o município de São José dos Pinhais já tivera certa representatividade, ainda que modesta, na indústria paranaense. Destacou-se a indústria originária de iniciativas locais, como a metalúrgica Senegaglia (1903-1976) e outros pequenos estabelecimentos que fabricavam barricas de madeira para embalar o mate (1897 a 1945), além de fábricas de bebidas (cervejas e refrigerantes), segundo Marochi (2006, p. 254-264).

De acordo com Crocetti (2007), durante os governos estaduais de Ney Braga (1961-65) e Paulo Pimentel (1966-70), o Paraná acompanhou o “milagre brasileiro” do governo militar no Brasil. Naquele período, ocorreram investimentos significativos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial brasileiro (RANGEL, 2005), como organização de distritos industriais municipais em várias regiões. No entanto, a criação de tais parques industriais necessitava de investimento massivo em infraestrutura, o que de fato ocorreu, ficando as décadas de 1960/70 marcadas por grandes realizações, como a implantação de rodovias, ferrovias e portos.

De fato, foi somente ao longo da segunda metade do século XX que o estado passou a adotar políticas de fomento industrial, investindo pesadamente em infraestrutura – rodovias e parques industriais – e no desenvolvimento institucional, como a criação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) nos primeiros anos da década de 1970, com aporte de financiamento de instituições públicas estaduais (CODEPAR/BADEP/FDE), criadas para o desenvolvimento econômico do estado.

Com a inserção da RMC no cenário industrial, o município de São José dos Pinhais ainda exercia um papel de ator coadjuvante ao lado da

capital curitibana, a ponto de ser considerada cidade-dormitório, marcada pelo movimento pendular diário da população são-joseense.

Na década neoliberal de 1990 ocorreu a “segunda onda de industrialização” (TAVARES, 2005, p. 37). Ocorreu a organização em São José dos Pinhais (de 1995 a 1997) de moderno distrito industrial (após a criação da CIC nos anos de 1970), coma instalação da montadora francesa de veículos Renault e seus fornecedores atraídos por incentivos fiscais dos governos estadual e municipal da época. Entre os anos de 1997 e 1999 foi criado mais um distrito industrial no município, com a instalação de outra montadora de veículos, nos mesmos moldes políticos de instalação da montadora Renault. A montadora Audi, empresa do grupo alemão Volkswagen, e seus fornecedores, foram instalados numa área rural de São de José dos Pinhais, com a denominação de Parque Industrial de Curitiba (PIC – AUDI).

Sobre esse recente período de industrialização na RMC, Crocetti (2007) alerta que a implantação de um modelo de Acumulação Produtiva Flexível se caracteriza por mudanças profundas do paradigma capitalista tecnológico da organização do trabalho, que acentua e transforma as dinâmicas urbanas e econômicas. Para o autor, esse processo desencadeou demandas de novos serviços, tendo em vista as cidades se adaptarem ao modelo de infraestrutura e sócio profissional, sem que a presença ou ausência desses requisitos representassem exclusão social e econômica.

Em números absolutos quanto a trabalho e emprego, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)¹, o estado está ranqueado entre os seis primeiros da federação quanto ao número de trabalhadores empregados nos principais ramos do setor industrial (RAIS/CAGED).

Atualmente o município de São José dos Pinhais apresenta relativa diversificação em sua organização espacial, no que diz respeito à lei de zoneamento, uso e ocupação do solo e sistema viário, conforme Lei Complementar nº 16, de 11 de novembro de 2005.

Conforme dados atuais, o município de São José dos Pinhais responde hoje, em números absolutos, pela 2º maior economia do estado do Paraná, com seu Produto Interno Bruto estimado em 14.726.558 (R\$ mil correntes), o que representa 6,15% do PIB do estado, fato atribuído ao dinamismo industrial e ao setor de prestação de serviços do município, conforme os dados do IPARDES/IBGE (2011).

A atividade primária (agrária e extrativista), mesmo com seu passado glorioso, quando foi a principal e maior responsável pela produção interna do município, hoje responde valores de menor expressão, destacando-se o setor

¹ Informações obtidas no site eletrônico da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/estudos-economicos/>. Acesso em: 08 fev. 2014.

industrial, conforme os dados do IPARDES/SEFA (2012) sobre o Valor Adicionado Fiscal (VAF) na Tabela 1.

Tabela 1 - Valor Adicionado Fiscal (VAF) - 2012

INFORMAÇÃO	VALORES	REFERÊNCIA
VAF - Produção Primária	87.252.006	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Total	13.372.950.212	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços - Total	4.445.125.536	R\$ 1,00 (P)
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	17.910.363.064	R\$ 1,00 (P)

Organizado: Ferreira (2014)

Fonte: IPARDES / SEFA, 2012.

A indústria, comércio e serviços são responsáveis em boa parte (mais de 50%) pelo PIB do município. Inúmeras empresas escolheram e continuam escolhendo o município para instalar sua sede.

O parque industrial de São José se compõe de variados ramos industriais, como: Químico, Metalúrgico, Metal-Mecânico, Alimentício, Automotivo, Têxtil e Madeireiro, entre outros. Em cada ramo de atividades empresariais existem alguns empreendimentos referenciais em seus setores, instalados no município tanto em nível regional quanto nacional.

Em meio às atuais condições que vivem os setores secundários e terciários da economia no município, deve-se enfatizar que ao menos duas das mais importantes empresas industriais de São José dos Pinhais já se haviam instalado no município antes mesmo do processo de industrialização pelo qual passou o município após a década de 1990. Hoje essas empresas são consideradas referência no mercado nacional nos gêneros industriais em que atuam como a Nutrimental (alimentício) e o Boticário (cosméticos e perfumaria).

Recentemente, o município também passou a ser sede de um dos maiores Centros de Distribuição (CD) do Brasil de uma empresa líder do comércio varejista de eletroeletrônicos, móveis e utilidades domésticas. Trata-se do depósito de mercadorias e produtos da rede de lojas Casas Bahia. Conforme informações colhidas em jornais nacionais, o empreendimento da rede é um dos maiores do Brasil e visa a atender as cidades dos três estados da região Sul do país e está localizado na Zona Industrial e de Serviços (ZIS).

A organização espacial da área do Contorno Leste de Curitiba – BR 116

A atual organização espacial na Zona Industrial e de Serviços (ZIS) se delimita por zoneamento municipal na área do entorno da rodovia BR116 – Contorno Leste de Curitiba, num processo ocorrido basicamente no trecho compreendido no município de São José dos Pinhais, mais precisamente entre

o entroncamento (alça de acesso) da rodovia BR277 e o viaduto da Avenida Rui Barbosa.

Em decorrência dessa organização espacial da área do Contorno Leste, verificou-se nítida ocupação por empreendimentos econômicos na ZIS e zonas limítrofes a ela, com a presença de galpões e/ou barracões industriais, comerciais e de serviços especializados.

Nas áreas limítrofes à ZIS, observou-se que outras zonas e/ou setores também recebem instalações de empreendimentos econômicos, sendo abrangidos pelo processo de adensamento da área nas proximidades do Contorno Leste de Curitiba. Essas zonas se configuram respectivamente na Zona Especial de Serviços Intermodais (ZESI) e Setor Especial de Sistema Viário (SEVS), podendo instalar-se, muito próximo ao limite da zona rural, raros empreendimentos industriais e comerciais.

Para entender esse processo de ocupação e adensamento da área do Contorno Leste de Curitiba, efetivamente ocupado por empreendimentos econômicos de variados segmentos, esta pesquisa inferiu prováveis motivações que teriam levado os atuais empresários a escolher essa área para ali instalar seus empreendimentos.

O Contorno Leste, conforme projeto da década de 1980, tinha à época e tem na presente institucionalização e funcionalidade, o objetivo principal de desviar o tráfego intenso e pesado do aglomerado urbano de Curitiba e região. Todavia, no decorrer dos anos 2000, e notadamente na atualidade, a via vem fugindo da configuração planejada em termos de uso e ocupação, principalmente na área limdeira e próximo às suas margens.

Considerando relevante a presente situação, as atuais instalações diferem dos antigos empreendimentos econômicos industriais instalados em meados da década de 1990 às margens ou nas proximidades do Contorno Leste de Curitiba, antes mesmo de sua efetiva conclusão no ano 2003.

Esses empreendimentos tiveram fundamentalmente correlação com a vinda das empresas transnacionais do setor automotivo para São José dos Pinhais. Tais empreendimentos, chamados por Firkowski (2001, p. 184) de “complexos de produção flexível”, instalados à época nas proximidades da via, visavam à utilização do contorno, após sua conclusão, como meio de acesso logístico até os distritos industriais e como facilitador de acesso ao Porto de Paranaguá e ao Aeroporto Internacional Afonso Pena.

A implantação, de fato, do Contorno Leste de Curitiba no ano 2003 coloca-o, ainda que timidamente no início, no papel de “indutor” do processo de uso e ocupação nas margens e proximidades da via. Para Firkowski (2001, p.198) o contorno tem papel decisivo como estruturador do padrão de localização industrial, na medida em que, tanto no passado quanto no presente, as localizações se relacionam intimamente, devido a sua funcionalidade.

Todavia, dos atuais empreendimentos instalados na área que envolve o contorno, analisou-se que grande parte deles não está intimamente atrelada às empresas do setor automotivo, salvo um ou outro empreendimento instalado à época ou mesmo recentemente. Em observação e análise durante visitas ao campo de estudo e em entrevistas com os empresários locais, conclui-se que variadas motivações os trouxeram para o local, mas nenhuma delas envolvidas diretamente com as transnacionais ligadas ao setor automotivo.

Dada a percepção da atual realidade da área de estudo, nos quase treze (13) quilômetros ao longo e nas proximidades da rodovia, com foco especial na Zona Industrial e de Serviços (ZIS) e demais zonas limítrofes, tem-se uma configuração espacial da zona, a qual dispõe, sobretudo de habitações unifamiliares e equipamentos públicos em meio a empreendimentos econômicos, distribuídos em pequenas, médias e grandes indústrias, além de comerciantes e prestadores de serviços em geral.

O “ambiente” da ZIS se limita, em algumas de suas porções, com áreas densamente povoadas; em outras, coma zona rural. De maneira geral, a ZIS não apresenta uma padronização de infraestrutura nas margens¹ e/ou nas proximidades da rodovia que envolve o trecho observado.

Do universo amostral, as indústrias observadas têm como ramo de atuação: metalurgia, usinagem, automação, eletroeletrônicos, isotérmicos, peças automotivas, produtos moveleiro, borrachas, plásticos e embalagens. Já as empresas comerciais atuam nos seguintes ramos: venda de peças de caminhões ou venda propriamente dita dos veículos pesados; algumas das empresas da amostra também prestam serviço dirigido em ramos especificados, como manutenção preventiva e/ou corretiva em caminhões e carretas; outros estabelecimentos realizam venda direta de variados produtos, além de centros de distribuição (CD) de produtos e mercadorias. Inúmeras são também as empresas que atuam na prestação de serviços, nos seguintes ramos: transporte e/ou logística - empresas transportadoras de produtos, mercadorias e/ou insumos variados.

Quanto à dimensão física, funcional e estrutural da área onde estão localizados os empreendimentos, em alguns casos essa área apresenta relativa infraestrutura, com ruas pavimentadas, passeios (calçadas), iluminação entre outros serviços públicos. Convém salientar que em algumas localidades específicas existem empreendimentos que tiveram seus acessos lindeiros projetados e implantados nas vias marginais da rodovia, dotando-os de relativa infraestrutura financiada com recursos próprios.

Como mencionado anteriormente, há porções da ZIS em que tal infraestrutura urbanística é deficitária ou nem existe, principalmente em

¹ O termo “margens” aqui adotado não necessariamente se refere à via marginal que acompanha a rodovia BR 116, mas à porção territorial correspondente as áreas (zonas residenciais e/ou rurais) limítrofes à ZIS.

algumas áreas da ZIS limítrofes à zona rural e nas áreas limítrofes com as zonas residenciais localizadas na outra margem da rodovia.

Os traçados marginais paralelos ao Contorno Leste existem em alguns trechos do município, embora haja pontos específicos sem pavimentação asfáltica e sem a devida sinalização determinada pela legislação de trânsito. E há também trechos de vias marginais do contorno, em outras partes da ZIS, providas de pavimentação asfáltica e sinalização.

Conforme mapa que compõe a Lei Complementar 16/2005, as marginais estão previstas para implantação, mas há restrições a sua implantação, conforme diretrizes e normativas federais e estaduais estabelecidas para a rodovia no seu planejamento.

Sobre tais restrições, a via é classificada como de classe zero (0) na Portaria Federal nº 3.602, regulamentada pelo Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais (DNER, 1999) de 1999, do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT). O órgão confere à via *expressa*, entre outras especificações, ter controle total de acesso de veículos e bloqueio total de pedestres na faixa de domínio da via. Mesmo diante dessas normativas que regem a rodovia, nota-se a existência de acessos clandestinos pelas vias marginais, utilizados pela população local.

Retrocedendo aos problemas pontuais existentes na ZIS, remete-se novamente à condição de infraestrutura dos inúmeros arruamentos nas áreas onde há empreendimentos instalados. Podemos apontar como recorrentes a falta de pavimentação asfáltica ou similar das ruas, inexistência de calçadas e de redes de saneamento básico (esgoto residencial e industrial), dentre outros.

Sobre outros aspectos da área de estudo, no quesito uso e ocupação da ZIS, destaca-se a ocorrência de conflitos de interesses, principalmente entre as esferas do poder público e da sociedade civil que ocorrerem nas áreas onde há restrição de uso da administração federal, como a faixa de domínio aeroportuária, que é restritiva na área delimitada para implantação da terceira pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Afonso Pena. Essa área se sobrepõe ao Contorno Leste e também à rodovia propriamente dita, que atualmente é de responsabilidade de empresa privada que detém sua concessão desde 2008.

De outro lado, há o zoneamento municipal da prefeitura e os interesses da iniciativa privada (empresários) com instalação de empreendimentos econômicos ao longo da via. Também não menos importantes, viadutos e trincheiras que integram o sistema viário municipal (ruas e ferrovia) estão sob o Contorno Leste.

Diante de situações de uso e ocupação da ZIS e sua complexidade, a partir deste trecho de observação da organização espacial que ocorre na área que envolve o contorno, recorre-se também aos relatos dos empresários (2014) que escolheram esse espaço para instalar seus empreendimentos.

No tocante ao preço de compra ou locação do metro quadrado (m²) dos terrenos na ZIS, há alguns fatores que influem e fazem a diferença. Por exemplo: se o terreno é para venda ou locação, se está próximo da rodovia e em que margem da rodovia localiza-se, se é limítrofe a zonas residenciais ou à zona rural. Outro fator é se o imóvel tem área livre para construir ou se já tem galpão instalado. A proximidade do imóvel com o contorno e a margem da via em que está localizado o imóvel são, sem dúvida, os aspectos de maior peso a serem considerados.

Nesse sentido, realizado o levantamento de custos de venda e locação de alguns imóveis na área (ZIS) no ano de 2014, chegou-se às seguintes ponderações:

Para a aquisição de imóveis na área da Zona Industrial e de Serviços (ZIS) e/ou nas suas zonas limítrofes, obtiveram-se as projeções a seguir. Os valores dos imóveis cotados para a opção de compra e venda tiveram fundamentalmente, entre outros aspectos, os seus valores estipulados de acordo com a proximidade da via e em que parte da ZIS está localizada. Por exemplo: se o imóvel estiver localizado próximo à rodovia (marginais) e na porção mais adensada da área urbana (limites com zonas residenciais), os preços variam entre R\$ 350,00 e R\$ 400,00 o m². Já se o imóvel estiver distante cerca de 500 a 1000 metros da rodovia e na porção limítrofe com a zona rural, os valores variam entre R\$ 150,00 e R\$ 250,00 o m².

As cotações e os valores desses imóveis foram basicamente para terrenos “limpos”, isto é, sem nenhuma infraestrutura civil, como galpões e barracões no imóvel.

De acordo com o mercado imobiliário, outros critérios adotados também influenciam os valores dos terrenos, tanto para compra e venda quanto para locação. Por exemplo: contam para o valor total do imóvel: a topografia do terreno, a condição de infraestrutura existente na testada (face frontal do imóvel) etc. Quando presentes condições mais favoráveis desses aspectos, sobem os valores do m².

Quando nos referimos às instalações de empreendimentos em imóveis disponíveis para locação, novamente a condição de proximidade do imóvel com a rodovia e de localização, como ocorre com os imóveis na opção de compra, influem no valor do m² do terreno ou prédio (barracão e/ou galpão).

O mesmo ocorre com os “terrenos limpos” disponíveis para locação na ZIS: segundo a pesquisa realizada com as corretoras locais (2014), estes têm seus valores variando entre R\$ 1,50 e R\$ 2,00 o m², dependendo das condições adicionais dos imóveis. Os valores de locação de prédios (barracões e/ou galpões) geralmente estão entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 o m², também dependendo de outras condições de infraestrutura civil dos imóveis.

Certamente que os imóveis disponíveis, sejam eles para opção de compra e venda ou locação se estiver junto à rodovia e torna referência

comercial relevante para a composição de valor do m² anunciado pelo mercado imobiliário.

Independentemente de haver a supervalorização de alguns imóveis em áreas específicas da ZIS, a pesquisa confirma o que as evidências já nos faziam supor sobre a organização espacial em si. No entanto, ficou evidente, nesse processo desigual de ocupação do espaço, o poder de compra do capital, que faz com que alguns empreendimentos viabilizem suas instalações em locais privilegiados do ponto de vista funcional e estrutural.

Com esta investigação também foi possível identificar empreendimentos menores situados em outros locais menos privilegiados na ZIS, mas que buscam o protagonismo em seus setores comerciais, independentemente da localização.

Diante da situação funcional, estrutural e locacional de tais imóveis, fica a intrigante indagação: será que os empresários que oportunamente quiserem instalar-se na ZIS sabem que alguns locais próximos à rodovia sofrem restrições do uso?

Certamente se estes não fizerem uma pesquisa mais incisiva sobre seus usos, não saberão de tais restrições. Mas o tempo de permanência no imóvel adquirido servirá de alerta a eventuais usos que queiram realizar.

Na intenção de investigar as hipóteses e descobrir as motivações dos empresários para se instalar na ZIS, e com a realização de uma breve pesquisa de mercado sobre valores de imóveis ali localizados, esta pesquisa também demonstrou interesse em trazer as atuais condições de infraestrutura que a área oferece. Dentre os aspectos observados, alguns foram por nós sugeridos e outros indicados e enfatizados pelos empresários durante as entrevistas (2014), somando-se pontos positivos e pontos negativos diante das atuais condições da área observada.

Sobre os aspectos de oferta de serviços públicos, em especial para um dos empresários que atua no ramo de prestação de serviços, manutenção de veículos pesados (caminhões), um ponto negativo é a indisponibilidade atual de coleta de resíduos industriais.

Novamente cabe aqui fazer as devidas ressalvas quanto ao fato de a via marginal ainda não ter sido pavimentada, nem terem sido concluídos os acessos à rodovia pelas vias marginais (até o início de 2015). Conforme relatado anteriormente, a rodovia é regida por normativas legais de uso, e por tais condicionantes, a faixa de domínio que compreende a rodovia é restritiva ao uso conforme sua classificação.

Detalhe que chama a atenção é o fato de esta condicionante de restrição à rodovia ser desconhecida por boa parte dos empresários instalados nas marginais ou proximidades do contorno. Apesar disso, observa-se, com a atual ocupação da área (ZIS), a expectativa de parte dos empresários em usufruir das marginais e de possíveis acessos à rodovia, mesmo que estes sejam ilegais e/ou clandestinos.

Segundo informação do setor responsável da COMEC, os acessos pelas vias marginais não pavimentadas que estiverem em não conformidade, serão fechados. Atualmente a concessionária realiza inúmeras inspeções para o fechamento de acessos clandestinos. Porém, a cada acesso fechado, a população local realiza nova abertura.

Um exemplo de empreendimento que já implantou via marginal no Contorno Leste de Curitiba seguindo os trâmites legais é o Centro de Distribuição (CD) Casas Bahia. Instalado no ano de 2006, o empreendimento foi notícia (ESTADÃO, 2006) na época num dos principais jornais de circulação no vizinho estado de São Paulo. Com uma área de cento e quinze mil (115.000) m² com galpão medindo aproximadamente 70.000 m², o investimento na sua construção foi da ordem de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões) de reais. É o primeiro CD da rede instalado na região Sul do Brasil.

Num aspecto de espacialidade, o CD das Casas Bahia impressiona quem transita pela rodovia pela primeira vez, quando observa a movimentação logística de caminhões e demais veículos nas dependências do empreendimento no tocante ao seu tamanho e volume de movimento.

E realmente, o CD se destaca dos demais empreendimentos instalados na ZIS pelo seu gigantismo. É, de longe, um dos maiores empreendimentos já instalados às margens e/ou nas proximidades do Contorno Leste de Curitiba, no município de São José dos Pinhais, juntamente com a indústria francesa fornecedora de peças interiores automotivas (Faurecia) para a montadora Renault.

Por fim, cabe ressaltar que a ZIS, ou mesmo a área que envolve a rodovia BR116 – Contorno Leste de Curitiba parece ser um ambiente independente da organização espacial anunciada por esta pesquisa, que teve como foco de estudo os empreendimentos econômicos nela instalados, assunto que despertou curiosidade científica pelo modo como ocorre. Todavia, essa área se encaminha para um processo dinâmico de ocupação dos usos em função da disponibilidade espacial conexas ao mercado imobiliário e também das formas estruturais e funcionais oferecidas, que no nosso ponto de vista está com um planejamento setorial no mínimo equivocado.

Considerações finais

Iniciando pela releitura da formação sócio-espacial do município de São José dos Pinhais até o tempo presente, vemos que o processo de ocupação do espaço na área do Contorno Leste de Curitiba (BR 116) se traduz pela necessidade de sua funcionalidade essencial, ação de produção e reprodução do capital.

A instalação das montadoras do setor automotivo e suas fornecedoras transformou o município de São José dos Pinhais e posicionou o Paraná como segundo polo industrial do ramo no país. Atualmente, mais precisamente após os anos 2000, a implantação do Contorno Leste de Curitiba, reconfigurou a organização espacial local, sobretudo na Zona Industrial e de Serviços (ZIS) e na área que envolve a rodovia, com a instalação de sucessivos empreendimentos econômicos.

O “atual espaço” destinado ao estabelecimento de indústrias, de comércio e de serviços, refere-se a uma área onde há certas ocupações de aproveitamento locacional e de infraestrutura, onde tais empreendimentos econômicos se organizam espacialmente ao longo de uma rodovia à qual é atribuída a funcionalidade básica de via expressa. E essa área passou a acolher inúmeros empreendimentos econômicos, produzindo uma variada gama de bens e serviços, ficando nítida a ação indutora da rodovia para esse movimento econômico-social e espacial, mesmo não tendo sido esse o objetivo inicial e nem o atual do contorno viário.

O que se pôde alçar de conclusivo sobre a área observada e a comparação com os acontecimentos que marcaram a história do município estiveram e estão relacionados ao seu aspecto econômico, social e espacial, pois esses aconteceram e continuam acontecendo com uma dinâmica diferente, de acordo com o uso dos espaços, sejam eles “naturais”, transformados ou modificados.

Quanto ao que houve de fato na área de estudo, concluiu-se que há uma tendência de ocupação em grande parte de empreendimentos que têm por finalidade e implicação o emprego de caminhões relacionados efetivamente nas suas atividades comerciais. A logística e/ou transporte de mercadorias e produtos realizada por caminhões, a comercialização de peças e veículos pesados, e ainda sua manutenção constituem os ramos de atuação geral desses empreendimentos.

Outro importante fato conclusivo observado a respeito da área se relaciona a um dado negativo indicado por alguns empresários e gestores, que em contrapartida se torna positivo do ponto de vista econômico e social de inúmeros trabalhadores residentes no município. É a condição deficitária de determinado aspecto do sistema de transporte público coletivo municipal, mas que já foi metropolitano, pois um considerável contingente da população ativa se beneficia do fato de algumas empresas darem preferência a trabalhadores que residam nas proximidades dos locais de trabalho.

De certa maneira, conclui-se que algumas empresas acabam sendo beneficiadas por fatores locacionais, mas elas pagam certo preço por esse bônus, no valor de compra ou de locação dos imóveis que se revertem posteriormente nessa operacionalização. Já outras empresas acabam por ficar com o ônus, não somente o praticado pelo mercado imobiliário, mas

fundamentalmente pela condição ineficaz da gestão pública relacionada ao planejamento setorial.

Ainda que algumas condições diferenciem certos locais de ocupação na ZIS, pensamos positivamente que se pode acertar futuramente com os “erros”: historicamente o planejamento praticado em inúmeras situações, sobretudo o planejamento urbano e regional, é trabalhado no limiar entre o plano e a ação, o que se projeta e dá certo, e o que se projeta e dá errado. Nessa situação é onde entra a revisão participativa do planejamento e se viabiliza a alteração necessária.

No aspecto geral de planejamento para a ZIS é importante considerar que os empreendimentos, em geral instalados às margens e/ou nas proximidades da rodovia, não sejam idealizados como algo diferente para o bônus de estarem bem localizados, no que se refere à condição futura de ser implantada uma via marginal pela iniciativa pública que lhes serviria de acesso à faixa principal da rodovia. Até porque essa expectativa estaria indo contra o planejamento inicialmente concebido para a rodovia nesse trecho onde a rodovia realiza o contorno viário metropolitano.

Os muitos acessos clandestinos e áreas de conflitos de interesses de uso e ocupação existentes na rodovia são, sobretudo aspectos negativos dada as condições restritivas do planejamento anteriormente concebido para a faixa de domínio da rodovia. No entanto, mesmo havendo algum impedimento quanto à construção de acessos e usos, há exceções aonde os empreendimentos tem seus acessos autorizados para construção, mediante aprovação de projetos e o custeio de tal obra com recursos próprios.

Os conflitos na área observada são por ocasião latentes e condicionados aos variados usos específicos que cada esfera do poder visa conceber, bem como os desejados pela iniciativa privada. Essas ocorrências destoam do planejamento concebido para faixa de domínio da rodovia, pois estas confrontam ações projetadas com as praticadas.

Em termos gerais de planejamento para a ZIS e/ou para a área circundante da rodovia, e para que essas áreas futuramente possam receber novas ocupações, deve haver basicamente uma adequação funcional e estrutural para bem estabelecer os empreendimentos econômicos. Na medida em que se projeta o crescimento de ocupações na área, também se planejam interligação aos locais de entroncamento e acessos à rodovia atualmente permitidos, viabilizando, quando possível, a conexão e integração ao eixo modal, considerando que grande parte das empresas hoje ali instaladas efetua sua logística (carga e descarga) pelo sistema modal rodoviário.

No âmbito de observação e percepção geral da ZIS e/ou mesmo da área em torno da rodovia, esta pesquisa considerou pertinente a geração de emprego e renda no contexto econômico e social que o município vivencia. Notadamente esses processos de ordem social decorrem da ocupação e da organização espacial de forma intencional, espontânea e ao mesmo tempo

indutora, proporcionada pela relação de uso da rodovia, a qual acarreta demandas para quaisquer finalidades, sobretudo a da produção industrial, comercial e de serviços.

Por constituir-se numa iniciativa indutora de ocupação, pela forma espacial como se apresenta hoje a rodovia BR116, cabe por fim sugerir futuros trabalhos que possam compreender as ocupações e organizações sócio-espaciais existentes nos demais municípios vizinhos a São José dos Pinhais que também são tangenciados pela rodovia BR116. Ao todo são cinco (5) os municípios que integram os quase quarenta e quatro quilômetros (44 km) do trecho do Contorno Leste de Curitiba. Mesmo que cada município apresente suas próprias características histórico-culturais, socioeconômicas e ambientais, esses municípios estão sujeitos a uma variada gama de alterações territoriais em função de perspectivas sociais e ambientais ligadas ao planejamento urbano e regional.

Referências

- BENKO, Georges. Indústria de Alta tecnologia e Desenvolvimento Regional: A Lógica da Localização. *In: Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARVALHO, M. S. Os mitos da Reforma Agrária e da Geada no Norte do Paraná. *In: FRESCA, T. M.; SALVI, R. F.; ARCHELA, R. S. (Org.). Dimensões do espaço paranaense*. Londrina: UEL, 2002.
- COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/>. Acesso em: 2014.
- COLNAGHI, Maria Cristina et al. **São José dos Pinhais**: a trajetória de uma cidade. São José dos Pinhais: Prefeitura Municipal; Curitiba: Prephacio, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- CROCETTI, Z, S. **Evolução Sócio-Espacial do Paraná – Estudos de Geografia Econômica do Paraná**. Programa de Pós-Graduação em Geografia-Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- DNER. Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais. Disponível em: http://ipr.dnit.gov.br/publicacoes/706_Manual_de_Projeto_Geometrico.pdf. Acesso em: dez. 2014.
- ESTADÃO. Casas Bahia inaugura Centro de Distribuição no Paraná. São Paulo, 04 de outubro de 2006. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,casas-bahia-inaugura-centro-de-distribuicao-no-parana,20061004p17222>. Acessado em: jan de 2015.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana - Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- _____. A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 103, p. 79-100, jul./dez. 2002.

_____. Localização industrial e extensão urbana em Curitiba. *In*: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O.L.C.F. (Org.). **Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: Um guia para iniciantes. Trad. Magda Lopes. Rev. Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso 2013.

FRESCA, Tania Maria. Rede urbana paranaense e produção industrial: uma análise necessária. *In*: Elson Manoel Pereira; Leila Christina Duarte Dias. (Org.). **As cidades e a urbanização do Brasil**: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412550&search=parana|sao-jose-dos-pinhais|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: dez. 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pgconteudo=1&cod_conteudo=2. Acesso em: 01 nov. 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico - Município de São José dos Pinhais**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83000>. Acesso em: mar.2015.

LIMA, C. A., MENDONÇA, F. Planejamento Urbano-Regional e Crise Ambiental - Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, 15 (1) 2001.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. *In*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Tendências atuais da Geografia. **Revista Geosul**. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 28, v. 14, 1999.

MOREIRA, Julio Estrela. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá: até a emancipação da Província do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

MAROCHI, Maria Angélica. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais.** Ed. Travessa dos Editores, 2006.

NOJIMA, D. MOURA, R. SILVA, S. T. Dinâmica Recente da Economia e Transformação na Configuração Espacial... *In*: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.) **Dinâmicas Metropolitana de Curitiba.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 14 dez. 2014.

RANGEL, Ignácio. O Brasil na fase B do Quarto Kondratiev. *In*: RANGEL, Ignácio; **Obras reunidas.** v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 54. 1977.

_____. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp. 2008.

TAVARES, L. P. O. São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: Reflexos Socioespaciais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n.108, p.33-59, jan./jun. 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba. Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

A RODOVIA SC-401 E A EXPANSÃO URBANA DO NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA

Giselli Ventura de Jesus¹

Resumo:

Este trabalho objetiva analisar o novo processo de ocupação e as novas configurações econômicas da porção Norte da Ilha de Florianópolis (SC), tendo como foco de estudos seus seis distritos: Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, São João do Rio Vermelho, Ingleses do Rio Vermelho, e Cachoeira do Bom Jesus. A expansão urbana de Florianópolis em direção ao Norte, tem como força motriz a construção da SC-401, que aumentou o fluxo de pessoas para os balneários da região. Ou seja, na “década de 1970 iniciou-se uma sequência de construções de novas sedes de diversos edifícios públicos [...] nos bairros situados na área de influência da Via de Contorno Norte” (SUGAI, 2015, p.125). O crescimento da cidade que há anos se pautava na área central começa a se espriar ganhando uma nova dinâmica, sobretudo com os investimentos da década de 1990 e 2000, considerada por CAMPOS (2010) como fases de “explosões imobiliárias”. A SC-401 é hoje o grande fio condutor do crescimento, aonde vem se estabelecendo um novo corredor econômico de indústrias de alta tecnologia, comércios e serviços, alavancando ainda mais o desenvolvimento dessa região. Muitos dos investimentos imobiliários, tanto governamentais como privados que se localizam no Norte são decorrentes do estímulo desses setores econômicos. Para explicar esse dinamismo buscou-se não apenas coletar dados em órgãos públicos como também informações empíricas através de entrevistas com trabalhadores, moradores e empresários localizados no Norte da ilha, em particular ao longo da SC-401.

PALAVRAS-CHAVES: Expansão Urbana; Florianópolis; SC-401.

1-Processo de ocupação do Norte da Ilha frente às demais regiões

Segundo o último senso do IBGE (2010) a população de Florianópolis é de 438.731 habitantes, sendo a parte central (sede e continente) a área que apresenta a maior concentração demográfica do município, por volta de 249.477 habitantes², cerca de 56,86% da população total da cidade.

¹ Acadêmica do curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail para contato: giselliv@gmail.com

² Foram analisados através dos dados do IBGE em que se dividiu em 4 partes a ilha: norte, Oeste, leste e sul. **O Norte** é composto por seis distritos: Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, São João do Rio Vermelho, Ingleses do Rio Vermelho, e Cachoeira do Bom Jesus. **O Oeste**, no texto considerado como a “**parte Central**”, se divide em dois distritos:

O Norte, composto por seis distritos (Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, São João do Rio Vermelho, Ingleses do Rio Vermelho, e Cachoeira do Bom Jesus), compõem a segunda área mais ocupada da Ilha de Santa Catarina. Sua população é de 107.950 habitantes, ou seja, 24,60% da população existente de Florianópolis.

Esses dados demográficos demonstram uma tendência que vem se estabelecendo ao longo do processo de Formação Socioespacial de Florianópolis. Desde a sua gênese a parte central sempre foi a que mais concentrava pessoas por ter uma vida comercial e um porto que estimulavam as demais atividades econômicas e sociais da Ilha. No caso do Norte a presença de um porto e um posto da alfândega em Santo Antônio tornava a vida dos agricultores e comerciantes um polo de atração para trocas e escoamento da produção local, sendo já na época a segunda região mais habitada.

A forma como ocorreu à ocupação das terras na Ilha é resultado dos interesses políticos e econômicos de cada período histórico, resultando no desenvolvimento de algumas regiões e no atraso de outras ao longo dos séculos.

Apesar da tentativa de ocupação pelos vicentistas no século XVII, é no século XVIII que ocorre efetivamente o processo de ocupação através da vinda dos imigrantes açorianos.

Essa ocupação na Ilha acontece de forma nucleada, sendo a parte central (o Centro) o ponto de chegada desses açorianos. Segundo documento de 1797 feito pelo Governador de Santa Catarina, Miranda Ribeiro havia três freguesias: na parte central Nossa Sr^a do Desterro, a primeira a ser ocupada (1673); em segundo surgem tanto a freguesia de Nossa Sr^a da Conceição da Lagoa (1750) como a freguesia de Nossa Sr^a das Necessidades e Santo Antônio (1750), uma à leste da Ilha e outra ao Norte.

Ocorreu inclusive no século XIX uma tentativa de desmembrar a porção Norte do restante da Ilha, através do projeto de Lei 1864. Essa lei tinha como objetivo constituir um novo município com a junção das freguesias: N.Sr^a das Necessidades de Santo Antônio, N.Sr^a da Conceição da Lagoa, São Francisco de Paula de Canasvieiras, e São João Batista do Rio Vermelho, porém a Lei não conseguiu ser aprovada.

O distrito sede e o distrito sede continental. O distrito sede apresenta 13 localidades: Saco Grande, Monte Verde, João Paulo, Itacorubi, Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Agronômica, Centro, José Mendes, Saco dos Limões, e Costeira do Pirajubaé. O distrito sede continental apresenta 11 localidades: Jardim Atlântico, Balneário, Canto, Estreito, Coloninha, Monte Cristo, Capoeiras, Abrão, Coqueiros, Bom Abrigo e Itaguaçu. O Leste com dois distritos: Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição. E o Sul com três distritos: do Campeche, do Pântano do Sul, e do Ribeirão. Essa divisão proposta considerou os distritos existentes na Ilha conforme a classificação do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

Já no século XX, com a decadência da pequena produção mercantil, sobretudo os que viviam no interior da Ilha, acaba ocorrendo forte empobrecimento e elevado êxodo da população rural para os grandes centros urbanos (BASTOS, 2000). Para ter uma dimensão, **tabela 1**, o número de pessoas que viviam no interior da ilha tendo como base econômica a agricultura acaba emigrando, uma parte para o centro da Ilha (oeste), e outra parte considerável acaba indo buscar de emprego em Santos e no Rio Grande do Sul.

Tabela 1: Dados demográficos de Florianópolis.

	1950	1960
Norte da Ilha	8.269	1.889
Oeste da Ilha	51.317	73.889
Leste da Ilha	3.589	420
Sul da Ilha	4.365	1.387

Fonte de dados: Censos demográficos de 1950 e 60. Organizado: Giselli Ventura de Jesus

O Estado por sua vez a partir da década de 30 passa a ser o grande incentivador de políticas de investimentos de estatais, que efetivaram com mais força nos anos 50 e 60. O governo desempenha um papel decisivo em nível nacional e estadual, pois, com a nova divisão territorial do trabalho que se estabelece com o desenvolvimento industrial brasileiro (e catarinense), o capital catarinense converteu-se em polo de concentração de novas e importantes funções administrativas referente à política econômico social presente pelo menos desde a década de 1930 (BASTOS, 2000).

Florianópolis acaba no período de 1950 e 1960, sediando várias sedes administrativas de estatais federais e estaduais como o BESC, Eletrosul, TELESC, a vinda da Universidade Federal de SC, etc..., o que gerou um fluxo de emprego no setor público, e um aumento populacional na parte central.

A década de 1970, diante das políticas Nacionais desenvolvimentistas teve início a construção de grandes estradas em todo o território brasileiro. Em Santa Catarina a construção da BR-101 vai “exercer(r) grande influência no plano urbano de Florianópolis. Os seus acessos constituíram artérias” (PELUSO JR, 1991, p.321), facilitando o trânsito no litoral.

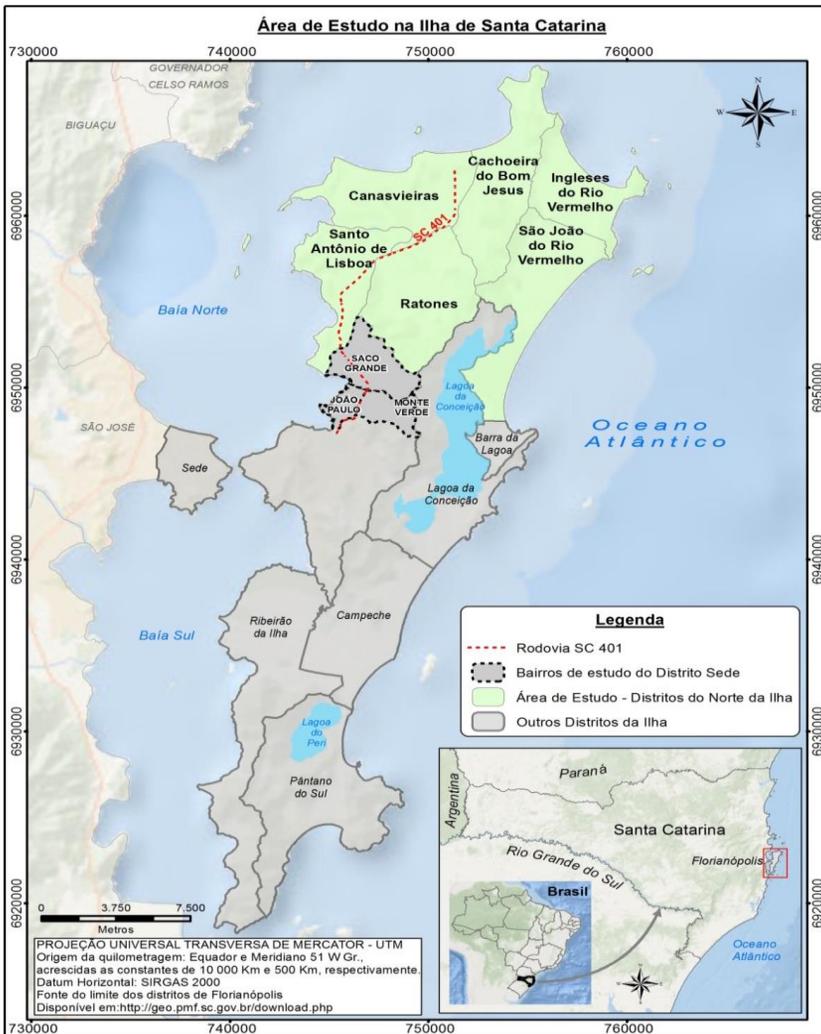
Em Florianópolis a

“execução e pavimentação da SC-401 e SC- 404, na década de 1970, representaram os marcos iniciais

desta intensão. A Via de Contorno Norte-Ilha, no final dos anos 70, viabilizou este propósito, gerando acessibilidade e constituindo-se no eixo estruturador e de interligação dos principais bairros onde as elites localizaram e pretenderam expandir suas áreas residenciais e de veraneios” (SUGAI, 1994, p.217).

A SC- 401 vai ter um papel importante não apenas a partir da década de 1970 como também atualmente no processo de expansão no sentido Oeste (Centro de Florianópolis) para o Norte. A **figura 1** demonstra a principal via de ligação entre o distrito sede e os demais distritos ao Norte.

Figura 1: SC-401 e a área de estudo na Ilha de Santa Catarina



2-A SC-401: novo corredor econômico de Florianópolis

No atual Plano Diretor, ainda a ser aprovado, fica explícito: “Cabe ainda destacar que a proposta é que as regiões Norte e Oeste de Florianópolis cresçam mais do que as regiões Leste e Sul”¹.

A SC-401 atualmente é chamada por muitos de o “novo corredor econômico”, “rodovia da inovação”, ou mesmo “novo corredor do polo tecnológico”. O que se explica pelo aumento no número de empresas de tecnologias que estão indo, e se instalando ao longo dessa via, assim como outros setores comerciais, até mesmo o centro Administrativo do Estado de Santa Catarina.

Esse aumento é justificado por muitos comerciantes como uma alternativa hoje mais viável, já que o centro de Florianópolis tem hoje o m² mais caro, além da questão da falta de mobilidade urbana como também a dificuldade de estacionamento. Apontam ainda que a SC- 401 facilita o acesso por ser uma via duplicada, e por estar próxima ao centro.

Por sua vez a procura por um ponto ou sala comercial ao longo da SC-401 fez com que ocorresse em 2002 uma valorização de 2.000%, conforme reportagem do Diário Catarinense de 16/02/2013. “Se, em 2002, o metro quadrado de um terreno custava R\$ 70, em 2007 passou a valer até R\$ 600 e hoje, está por até R\$ 1,5 mil”.

Ao entrevistar vários estabelecimentos, os que responderam: Quanto você paga de aluguel por mês? Percebe-se que pode variar de 800 reais por mês, no caso de uma borracharia, até 40 mil por mês em prédios com estruturas para receber empresas do setor tecnológico. Tendência que vem acompanhando essa valorização do m² na rodovia.

A construção de grandes empreendimentos como salas comerciais aumenta a cada dia. A SC- 401 hoje tem vários prédios ao longo de sua via, sendo o ParqTec Alfa (próximo a entrada do João Paulo) o primeiro “Polo Tecnológico de Florianópolis, que conquista seu primeiro parque tecnológico em 1993” (XAVIER, 2010, p.105). Mais recentemente surgiu o Techno Tower (Os mesmo proprietários do “Casa e Desing Shopping” também na SC-401); o grande empreendimento do momento feito pela Construtora CFL², Square Corporate, no trevo de Cacupé. O Corporate Park na entrada de Santo Antônio de Lisboa é outro empreendimento com varias salas comercial já construído. Fora outros que estão em obras ao longo da SC-401. A própria

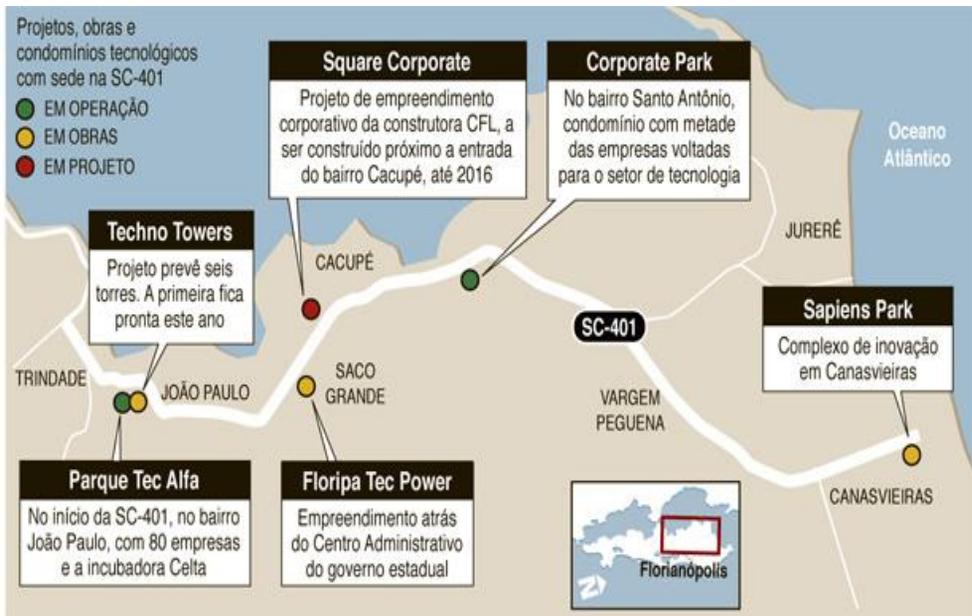
¹<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=a+importancia+do+novo+plano+diretor> , acessado em maio de 2015.

² <http://www.sc401.com.br/?gclid=CLjRptOj1sYCFYeRHwoduWIPVg> , acessado em maio de 2015.

ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia) esse ano levou sua sede também para a SC-401. Assim como o SEBRAE que vem fazendo parcerias em cursos e palestras nesta área do setor tecnológico. Aos poucos muitas empresas ligadas a esse setor estão indo nessa direção e se estabelecendo nesse novo corredor econômico.

A **figura 2** ilustra os principais empreendimentos com salas comerciais destinados, principalmente as empresas de tecnologia.

Figura 2: Prédios Comerciais voltados para empresas de Tecnologia na SC-401



FONTE: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2012/06/sc-401-na-capital-vira-polo-de-empresas-de-tecnologia-3794594.html>, acessado em junho de 2012.

Próximo a Canasvieiras no final da SC-401, o Sapiens Parque é outro polo de atração, com 4 milhões e meio de m² o maior espaço destinado a esse setor, que tem como objetivo implantar e desenvolver um parque tecnológico e de inovação, ou seja, um Centro de Empresarial de Sedes de Empresas de Tecnologias. Investimentos como a arena multiusos e a ida de grandes empresas como a SOFTPLAN são uma das grandes apostas para fazer do parque uma referência no setor de tecnologia.

Mais recentemente a ACATE¹ anunciou que foi aprovado pelo BNDES um investimento de 10 milhões de reais para um novo prédio no Sapiens Parque, tendo como objetivo ser sede de 10 empresas.

3-Polo Tecnológico em Florianópolis

Segundo entrevistas com pessoas do setor tecnológico², atualmente existe cerca de 600 empresas de tecnologia em Santa Catarina, tendo a grande Florianópolis 400, dentre estas estima-se que 250 delas estariam no Norte da Ilha³.

Essas empresas de tecnologia vêm desenvolvendo um papel importante em Florianópolis, não apenas por trazer uma boa participação da arrecadação de ISS (Imposto sobre serviço), onde no ano de 2007 foi o terceiro maior, **Figura 3**, perdendo apenas para o setor de “serviço” e de “intermediação financeira”, cujo “valor aproximou-se de 10 milhões em 2008” (XAVIER, 2010, p.27).

¹<https://www.acate.com.br/noticia/acate-apresenta-novo-programa-do-bndes-para-apoiar-inovacao-em-florianopolis>, acessado julho de 2015.

² Entrevistados: José Eduardo Fiates (Diretor Executivo da Fundação CERTI e do Sapiens Parque, data da entrevista: 11/06/2015) e Norberto Dias (Presidente da I3(Instituto Internacional de Inovação), coordenadora do projeto “Geração TEC” parceria com o governo do Estado, data da entrevista: 15/09/2015).

³ A ACATE (Associação Catarinense de Empresas de Telemática e Eletrônica) tem atualmente 425 associados, segundo o seu relatório de atividades de 2014, página 12. Com isso, pode se ter uma estimativa já que nem todas as empresas do setor tecnológico são associadas.

Figura 3: Setores que mais contribuirão para o ISS



FONTE: Jornal Diário Catarinense (16/11/2008)

Florianópolis é um dos três principais polos tecnológicos de Santa Catarina, assim como Blumenau e Joinville. Juntos eles somam “50,3% das empresas e 59,6% dos empregos do setor. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, relativos a 2007, o setor de tecnologia representa 6,2% do valor adicionado fiscal do estado” (SEBRAE, 2010, p.09).

Em entrevista com o diretor de inovação da Fundação CERTI¹, José Eduardo Fiates, ele descreve a relevância das empresas de tecnologia, que hoje participam de 20% do PIB de Florianópolis e 3% do PIB de Santa Catarina.

Florianópolis é a região que mais emprega pessoas nesse setor da economia, conforme a **Figura 4**. O fato de Florianópolis se destacar é atribuído a alguns fatores: o surgimento na década de 1960 de um curso de engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina bem estruturado que deu suporte para implementar uma política voltada para esse setor na década de 1970. Os Cursos técnicos oferecidos pela Escola Técnica, hoje IFSC (Instituto Federal de

¹ Data da entrevista: 11/06/2015.

Santa Catarina) foram também importante para formação de profissionais na área de TI (Tecnologia da Informação). Como também a participação dos laboratórios de algumas estatais como a CELESC e a ELETROSUL.

Figura 4: Número de empregados no setor de tecnologia-2008

Empregos 2008					
Coordenadoria Regional	Total	Micro	Pequenas	Médias	Grandes
Extremo Oeste	123	78	45	-	-
Foz do Itajaí	1.237	509	578	150	-
Grande Florianópolis	12.132	1.063	2.076	1.468	7.525
Meio Oeste	442	133	59	-	250
Norte	6.343	909	1.524	890	3.020
Oeste	583	254	329	-	-
Serra Catarinense	280	133	91	56	-
Sul	1.162	330	378	237	217
Vale do Itajaí	4.407	869	1.249	846	1.443
Santa Catarina	26.709	4.278	6.329	3.647	12.455

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC a partir de dados do MTE, (RAIS).

Nota: Considera o somatório das atividades econômicas compreendidas por: fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (grupos 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268); Telecomunicações (grupos 611, 612, 613, 614 e 619); atividades dos serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação (grupos 620, 631 e 639).

FONTE: SEBRAE, 2010, P.13.

Historicamente o setor tecnológico ganha força com as políticas nacionais a partir da década de 70, através dos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento), as indústrias “eletrônica de base e a eletrônica digital seriam priorizadas para o desenvolvimento no país com vistas ao atendimento dos sistemas integrados de comunicação e informática” (VIEIRA, 1996, p.18).

Mas é nos anos de 1980 onde o setor de Florianópolis ganha novos estímulos,

“o prefeito Edison Andrino de Oliveira já havia captado a potencialidade da indústria limpa de tecnologia como uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico sustentável para a capital, tornando-se um dos apoiadores da criação do Polo Tecnológico. O governador do Estado, Esperidião Amim, compartilhou da mesma visão” (XAVIER, 2010, p.82).

Em 1980 o complexo industrial de informática é implantado na Trindade onde se instalaram a “Incubadora Empresarial Tecnológica e o Condomínio Industrial de Informática” (XAVIER, 2010, p.101). Mas só na década de 1990 ganha o Parque Tecnológico Alfa ao longo da SC-401. E em 2001 ocorre a celebração do acordo de cooperação entre a CERTI e o Governo do Estado de SC para o desenvolvimento do Sapiens Parque.

Os incentivos nesse setor tecnológico é uma alternativa viável em Florianópolis por apresentar uma alta porcentagem de pessoas com nível superior e com pós graduação, conforme aponta um estudo divulgado na Revista Exame de novembro de 2014, feito pela Endeavor (uma organização internacional) :

“O setor de tecnologia tornou-se o maior pagador de impostos ao município. Hoje, reúne 600 empresas que mantêm 6000 empregos e devem faturar 1,3 bilhões de reais este ano. “Tecnologia não é mais uma opção para Florianópolis”, diz o prefeito César Souza Junior. “É uma necessidade”” (Revista Exame, 26/11/2014, p.38 e 39).

Um estudo feito pelo SEBRAE em 2010 já dava indícios de bom faturamento do setor tecnológico, pois, além de apresentar os melhores salários, **figura 5**, entre os anos de 2005 e 2009, “o salto no faturamento do setor de tecnologia foi de 55%. “A tecnologia possui alto valor agregado e que exige capacitação dos funcionários, o que eleva a faixa salarial, distribuindo melhor as riquezas entre a população”” (Jornal ND, 24/03/2012, p.02).

Outra vantagem do setor tecnológico é que precisa de pouco espaço para trabalhar, e com isso cresce o número de salas comerciais em Florianópolis motivando também o setor imobiliário, como uma forma de investimento frente a necessidade da economia local. Essas empresas são indústria de ideias, fabricas de produção sem chaminé, não precisam de estradas para levar o seu produto, basta uma boa conexão de internet para atingir o mundo e conquistar novos mercados.

Figura 5: Salário médio do trabalhador no setor de tecnologia-2008

Remuneração média mensal – dez/2008	
Coordenadoria Regional	2008 (R\$)
Extremo Oeste	772,94
Foz do Itajaí	961,50
Grande Florianópolis	1.649,82
Meio Oeste	946,93
Norte	1.631,03
Oeste	1.025,23
Serra Catarinense	913,57
Sul	1.273,09
Vale do Itajaí	1.620,10
Santa Catarina	1.555,16

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC a partir de dados do MTE, (RAIS).

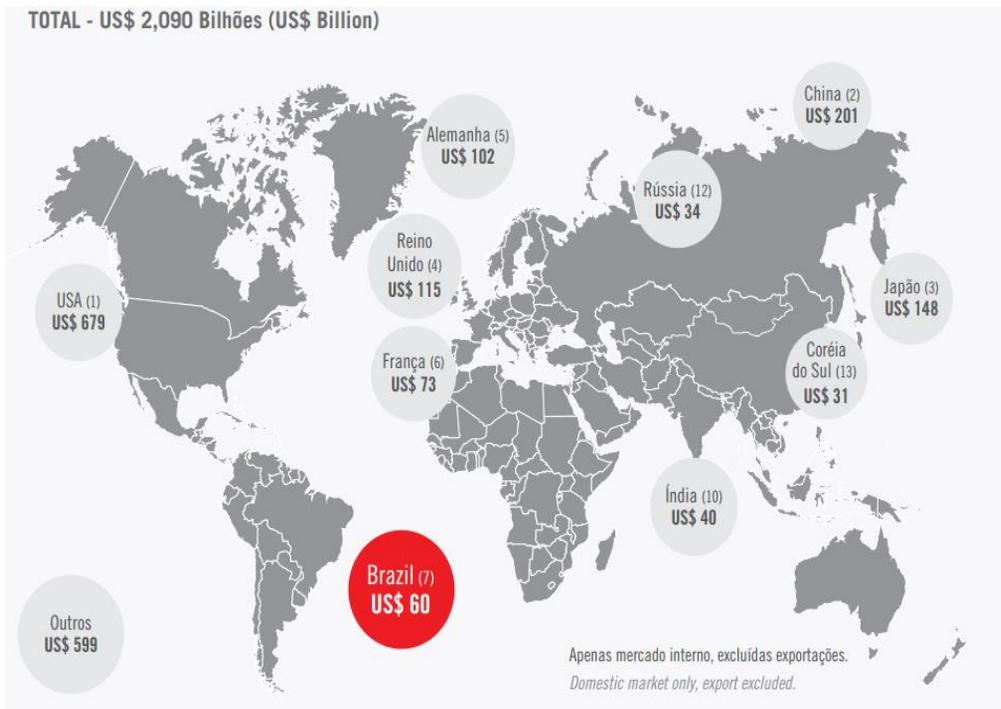
Nota: Considera as atividades econômicas compreendidas por: fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (grupos 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268); Telecomunicações (grupos 611, 612, 613, 614 e 619); atividades dos serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação (grupos 620, 631 e 639).

FONTE: SEBRAE, 2010, P.15.

Se comparar o ranking do mercado mundial de TI (tecnologia da Informação), **figura 06**, países que apresentam um alto desenvolvimento econômico e dos meios de produção, como a Alemanha, ficam atrás da Índia no setor da indústria de TI. E no caso brasileiro, essa mesma pesquisa desenvolvida pela IDC (International Data Corporation) em parceria com a entidade ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software)¹ demonstra que o Brasil está em 7º lugar. Como isso seria possível?

¹ “A ABES, Associação Brasileira das Empresas de Software, é a mais representativa entidade do setor com cerca de 1600 empresas associadas ou conveniadas, distribuídas em 23 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, responsáveis pela geração de mais de 120 mil empregos diretos e um faturamento anual da ordem de US\$ 20 bilhões por ano” <http://www.abessoftware.com.br/a-abes/apresentacao>, acessado em 15 de setembro de 2015.

Figura 06: Mercado Mundial de TI (US\$ Bilhões)



FONTE: Mercado Brasileiro de Software e Serviço, 2015, p.06.

Ao analisar essas mudanças do mercado econômico de Florianópolis cabe destacar uma passagem do livro “Os Centros Urbanos: a maior invenção da humanidade”, quando o autor fala do desenvolvimento da tecnologia da informação na Índia que:

“ainda é pobre, mas está crescendo a ritmo febril, e Bangalore, a quinta maior cidade indiana, está entre os maiores sucessos do subcontinente. A riqueza de Bangalore não vem de sua força industrial (embora ainda produza muitos têxteis), mas de sua força como cidade de ideias” (GLAESER, 2011, p.07)

As cidades estão despontando em toda a parte “têm sido os motores da inovação desde a época de Platão e Sócrates discutindo em um mercado ateniense. As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as ruas de Birmingham nos deram a Revolução Industrial” (GLAESER, 2011, p.03), elas concentram pessoas e trazem ideias, seduzem a muitos com a esperança de acender financeiramente. Esse movimento de êxodo do campo para a cidade

vem ocorrendo ao longo da história das civilizações, e se acentuando, conforme vão evoluindo os meios de produção de uma sociedade.

Nesse mercado em o que conta é a criatividade e as grandes ideias, o Brasil se destaca dentro do mercado da América Latina na área de TI, **Tabela 2**, ficando em primeiro lugar no ranking de investimento do setor, alcançando 46% do mercado que, em 2014 foi de US\$ 128 Bilhões, segundo o mesmo Estudo do Mercado Brasileiro de Software e Serviços de 2015.

Tabela 2: Mercado Latino Americano de TI- 2014

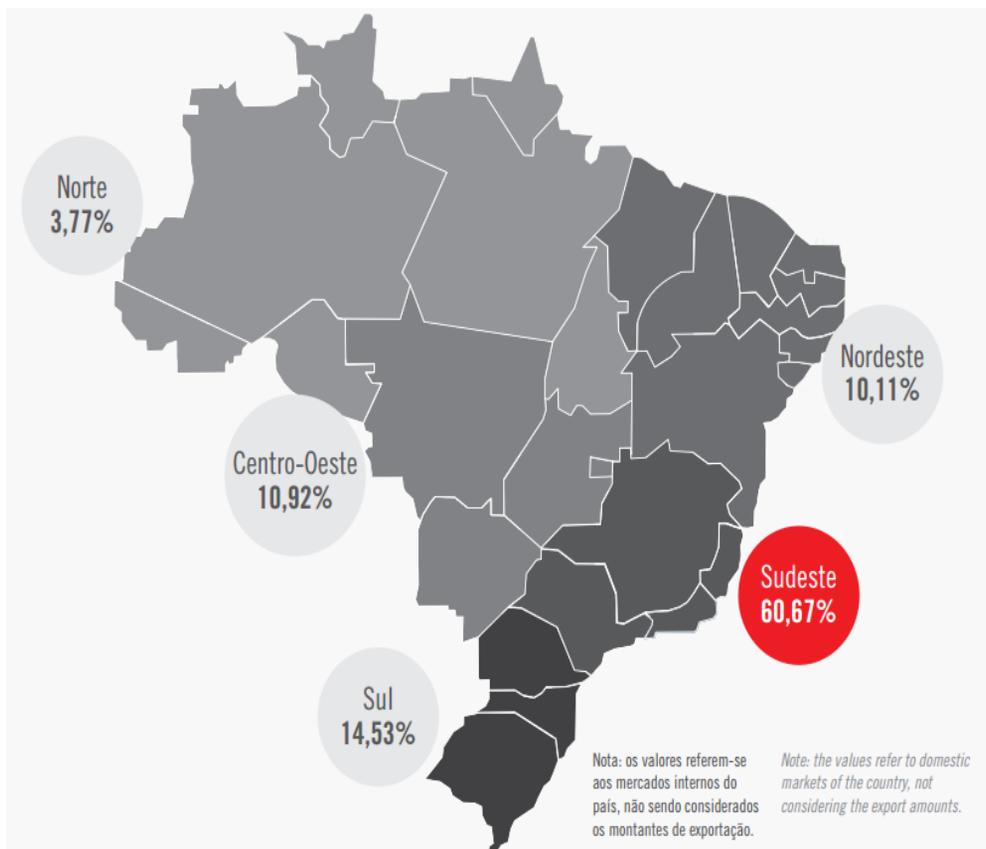
Mercado Latino Americano de TI- 2014 (US\$ 128,9 Bilhões)		
Nº	País	US\$ Bilhões
1º	Brasil	US\$ 60
2º	México	US\$ 23,6
3º	Argentina	US\$ 10,1
4º	Colômbia	US\$ 8,4
5º	Chile	US\$ 7,9
6º	Peru	US\$ 8,4
7º	Venezuela	US\$ 3,4

FONTE: Mercado Brasileiro de Software e Serviço, 2015, p.06. Tabela montada por Giselli Ventura.

Já no cenário nacional, o mercado brasileiro de TI a região sul fica atrás apenas do sudeste, conforme **figura 07**. Levando em consideração na análise os três setores do mercado da Tecnologia da Informação: Hardware, software e de Serviços. No caso, da grande Florianópolis esse setor ganha folego e importância na economia não só local, como estadual, por ser a região onde mais vai concentrar empresas em Santa Catarina.

Contudo, para dar certo esse setor, não vive só de boas ideias é essencial para as empresas de TI, a presença de pessoas qualificadas, a iniciativa por parte governamental através de financiamentos, assim como um ambiente onde possam fluir de forma saudável e propicia essas ideias, ou seja, as incubadoras como o Parque Alfa, existentes em Florianópolis desde a década de 1980, são um exemplo.

Figura 07: Mercado Mundial de TI (US\$ Bilhões)



FONTE: Mercado Brasileiro de Software e Serviço, 2015, p.07.

O setor de tecnologia não é muito diferente, a cada ano atrai mais pessoas para esses centros urbanos vitrine das grandes descobertas tecnológicas. E Florianópolis, além de ser uma cidade com belas praias, apresenta um dos maiores IDHM (índice de desenvolvimento Humano Municipal) entre as capitais brasileiras, segundo um estudo de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O que justifica o crescente aumento populacional que vem sofrendo toda a cidade.

Além de qualidade de vida, outros fatores também favoreceram o desenvolvimento do setor em Florianópolis como o fato de ter a maior concentração de instituições de qualificação do Estado: universidades (federais, estaduais, particulares), e de cursos técnicos (IFSC, SENAI, SENAC, SENAT,...). Esses projetos de qualificação são ofertados tanto a nível Nacional como estadual, assim como algumas políticas de incentivo municipal.

O **PRONATEC** (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) criado em 2011, no governo Dilma, através da Lei 11.513/2011,

programa o qual teve como suporte os Institutos Federais, estes ampliados em todo o Brasil.

Em contrapartida, o governo estadual de Santa Catarina implanta no mesmo ano, 2011, o projeto “**Geração TEC**”¹ em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), a **Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate)** e o **Instituto Internacional de Inovação (i3)**, além das entidades de formação profissional e empresas do setor em Santa Catarina.

A prefeitura de Florianópolis mais recentemente lançou o projeto “Centro Sapiens”², localizado na parte Leste da Praça XV, o projeto de Lei ainda deve ser aprovado na Câmara de Vereadores, no qual pretende dar isenção do IPTU as Startups. O objetivo é revitalizar o centro histórico e tornar o local uma incubadora do setor tecnológico, dando espaço e oportunidades as pequenas empresas de tecnologia em Florianópolis.

Outras políticas no setor de tecnologia também acabaram auxiliando no desempenho desse setor no Brasil. No caso, de Florianópolis e mais específico do Norte da Ilha o objetivo de muitos é formar ao longo da SC-401 o grande corredor tecnológico e econômico na área de TI. Muito ousam que será a “Vale do Silício da América do Sul”, conforme reportagem internacional de outubro de 2009 da BBC³, e o Sapiens Parque o grande polo de atração da ciência e das ideias.

Uma corrida da especulação imobiliária ao longo da SC401 já é sentida, mas cabe ver se junto com o crescimento urbano os investimentos em infraestrutura também crescerão no mesmo ritmo.

¹ <http://geracaotec.sc.gov.br/o-que-e/>

² <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=15238>

³ http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/click_online/8284704.stm, acessado em novembro de 2014.

Bibliografia

ABES, Associação Brasileira das Empresas de Software. **Mercado Brasileiro de Software: panorama e tendências**. 1ª ed. São Paulo: Associação Brasileira das Empresas de Software, 2015.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício A. dos. **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Ed Letras Contemporâneas, 2000.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed./Ed. Da UFSC, 1991.

GLAESER, Edward L. **Os centros urbanos: a maior intervenção da humanidade**: como as cidades nos tornam mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEAL, Ana L.; BARROS, Daniel. “Aqui Vale a Pena Empreender: Florianópolis é a melhor cidade do Brasil para a criação de empresas, segundo um estudo inédito sobre empreendedorismo, conheça suas vantagens e lições”. In: **REVISTA EXAME**. Edição 1078- Ano 48- Nº 22- 26/11/2014

PELUSO JR, Victor Antônio. **Estudo de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991.

SEBRAE/ SC. **Santa Catarina em números: tecnologia**- SEBRAE/ SC. Florianópolis: SEBRAE/ SC, 2010.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções-viárias e as transformações do espaço urbano**: a via de contorno Norte-Ilha. Dissertação apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

VIEIRA, Sheila. **Indústria de Alta Tecnologia**: reflexos da reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1996.

XAVIER, Mário. **Polo Tecnológico de Florianópolis**: origem e desenvolvimento. Florianópolis: Insular, 2010.

JORNAIS:

Jornal Diário Catarinense (16/11/2008)

Jornal ND, 24/03/2012

SITES:

<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=a+importancia+do+novo+plano+diretor>, acessado em maio de 2015.

<https://www.acate.com.br/noticia/acate-apresenta-novo-programa-do-bndes-para-apoiar-inovacao-em-florianopolis>, acessado em junho de 2012.

<http://www.sc401.com.br/?gclid=CLjRptOj1sYCFYeRHwoduWIPVg>, acessado em maio de 2015.

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2012/06/sc-401-na-capital-vira-polo-de-empresas-de-tecnologia-3794594.html>, acessado julho de 2015.

<http://geracaotec.sc.gov.br/>, acessado em 15 de setembro de 2015.

<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=15238>, acessado em 15 de setembro de 2015.

<http://www.abessoftware.com.br/a-abes/apresentacao> acessado em 15 de setembro de 2015.

http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/click_online/8284704.stm, acessado em novembro de 2014.

www.acate.com.br, acessado em setembro de 2015.

GEOGRAFIA E DEMOCRACIA: EXEMPLOS DE PORTUGAL

Daniel Cirilo Augusto¹
Márcia da Silva²

Resumo:

Dentre os enfoques ao qual a Geografia eleitoral aborda, busca-se neste trabalho, discorrer sobre a Democracia - tema relevante a ser trabalhado na busca por compreender melhor o comportamento eleitoral. Utiliza-se como enfoque, as análises acerca da democracia em Portugal. Os debates se constroem, através do entendimento de como se consolida a democracia em Portugal e ainda, do fato de quais sentimentos possuem os eleitores-votantes acerca da democracia portuguesa. Entende-se aqui, que este tema é relevante para a construção de uma profícua representação, o que justifica os estudos propostos. A metodologia utilizada é construída através da análise bibliográfica sobre a temática bem como, a aplicação de questionários aos eleitores portugueses.

Palavras-chave: Democracia. Portugal. Eleitores.

Abstract:

Among the approaches to which the electoral geography addresses, search in this work, discuss Democracy - relevant topic to be worked on in the search for better understanding of voting behavior. It is used as focus, analyzes about democracy in Portugal. The debates are built, by understanding how to consolidate democracy in Portugal and also the fact that feelings have voters-voters about the Portuguese democracy. It is understood here that this subject is relevant to building a fruitful representation, which justifies the proposed studies. The methodology used is constructed by literature review on the topic as well, the application of questionnaires to Portuguese voters.

Key-words: Democracy. Portugal. Electors.

1. INTRODUÇÃO

A partir da necessidade em discorrer sobre temas e fenômenos pertencentes à política e aos governos, busca-se aqui abordar acerca da democracia e a

¹ Doutorando em Geografia-Universidade Estadual de Maringá-UEM. E-mail: danielciriloaugusto@hotmail.com.

² Profa. Doutora da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO.E-mail: smarcias@superig.com

representação em Portugal. Utiliza-se como procedimento metodológico, a análise bibliográfica e a aplicação de questionários aos eleitores portugueses.

Para a coleta dos dados, três foram às cidades ao qual buscou-se aplicar os 384 questionários, são elas: Lisboa, Braga e Évora. A escolha, se deu em função do comportamento político diferenciado, existente em Braga e Évora. A primeira, com eleitores voltadas mais à direita e a segunda com eleitores voltados mais à esquerda. A escolha de Lisboa, se deu em detrimento, desta ser a capital do país e também, por localizar-se em Lisboa, a maior miscigenação de pessoas oriundas de diversas partes do país e do mundo.

Vale ressaltar que este texto está disposto através de duas grandes partes. A primeira é aquela responsável por discorrer sobre a democracia em Portugal, possibilitando uma compreensão prévia sobre o tema, ligados basicamente às análises teóricas. Já a segunda possui um caráter mais prático, concentra os dados resultantes dos questionários investigativos realizados em Portugal.

2. GEOGRAFIA E DEMOCRACIA: UM ENCONTRO A PARTIR DA GEOGRAFIA ELEITORAL

Os vários fenômenos eleitorais concretizados em países democráticos, bem como suas implicações ao território, tornam instigante a investigação por temáticas que fazem parte da Geografia eleitoral. Os estudos em Geografia eleitoral iniciaram-se com o francês André Siegfried na primeira metade do século XX. O precursor, analisou a relação existente entre os padrões de votação com as características geológicas das regiões. Siegfried diferenciou os votos pelos eleitores que viviam sobre o granito e eleitores que viviam sobre o calcário. Suas análises evidenciaram que havia uma estreita ligação entre as tipologias do voto com os respectivos solos. Mas a relação originava pela característica social, de trabalho por exemplo, o que logo, era determinado pelo tipo de solo existente nas diferentes regiões.

Na atualidade os métodos de investigação sobre esta área diferenciaram-se. A Geografia eleitoral, utiliza variáveis que mudam de acordo com os objetivos e o foco da análise. No enfoque disposto aqui, tem-se como pressuposto, as análise acerca da democracia portuguesa, em que utiliza-se os aspectos cognitivos do eleitor, para então, buscar compreender por exemplo, quão satisfeitos estão os eleitores-votantes portugueses, no que diz respeito a democracia.

A Geografia eleitoral centrada prioritariamente na análise dos padrões espaciais de votação, se manteve até 1970, ano que adentrou à agenda da disciplina, outras preocupações, com destaque ao chamado “efeito vizinhança” e as dinâmicas espaciais da vida política. A partir de então a Geografia eleitoral, pautou-se também na análise do contexto social do eleitor. O fato levou a um enriquecimento conceitual e temático como metodológico, completado através de um misto do quantitativo (padrões espaciais de votação) e qualitativo (análise das motivações via contexto social do eleitorado).

2.1 A democracia em Portugal: noções gerais

Muito se imagina que a Democracia em Portugal reflete uma tendência mundial, em que sua origem se deu nas últimas décadas, ou ainda há poucos anos. Entretanto, o fato se iniciou há muito mais tempo do que se imagina. Diante disso, o que pode-se afirmar é que Portugal começou a ter governos eleitos com o fim da monarquia absoluta em meados de 1820, mas durante estes quase dois séculos, o regime democrático passou por vários períodos em que a liberdade de expressão, foi limitada.

O mais conhecido, dentre o total desse período, foi o regime Salazarista¹, que durou quase 50 anos, finalizando em 25 de Abril de 1974, através da chamada revolução dos Cravos, importante marco histórico e político do país.

No ano seguinte à 1974 realizaram-se as primeiras eleições livres e com sufrágio universal em que todos os cidadãos maiores de idade tiveram a oportunidade de votar e escolher seus representantes de maneira democrática. Tanto em 1820, como também em 1974, Portugal era uma das poucas democracias do mundo, o que demonstra um aparente amadurecimento em termos de democracia.

O voto² é outro elemento relevante que concerne à democracia. É através dele que se legitima um governo. O voto é muito utilizado nos sistemas democráticos para escolher uma representação da maioria. Entretanto, no caso de Portugal o voto foi instituído já no período ditatorial de Salazar.

Na atual conjuntura, os partidos políticos possuem uma relevância significativa para a escolha dos representantes, bem como, para toda a

¹ Salazar foi um importante chefe de Estado português, que governou o país durante um regime de ditadura. O período de seu governo se estendeu de julho de 1932 à setembro de 1968.

² Em Portugal o voto não é obrigatório. Vale ressaltar que no caso português, o sistema eleitoral, permite o ato de votar à todos os portugueses maiores de 18 anos, ou, nas eleições para o Parlamento Europeu, todos os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal.

organização do sistema político-eleitoral português. De fato, qualquer cidadão consciente, possui discernimento em perceber que o sistema democrático tem uma considerável relevância no que tange à representação. Mas, o que de fato se indaga é como os eleitores concebem esta democracia e qual o sentimento que os mesmos têm a respeito deste sistema político. Há um contentamento nestes eleitores sobre a atual organização do sistema eleitoral português? Ou ainda: É satisfatória a democracia em Portugal?

Estudos utilizando dados resultantes de inquéritos por questionário, têm medido o grau de satisfação dos portugueses com a democracia e o grau de legitimidade que conferem ao regime. Entende-se, em geral, que desde pelo menos os finais dos anos de 1980, uma percentagem elevada e estável dos portugueses não contempla a existência de alternativas sérias à Democracia enquanto sistema político. Entretanto, sabe-se também que, desde o início deste século, Portugal é um dos países da Europa Ocidental cujos cidadãos se sentem mais insatisfeitos com o funcionamento do seu regime democrático (MAGALHÃES, 2009). Inquéritos realizados em Portugal, utilizam-se de três elementos para constituir um entendimento sobre a qualidade da Democracia.

I. Liberdade, através da qual os cidadãos exercem um conjunto de direitos fundamentais sem interferências abusiva do Estado, mas onde o Estado assume também a responsabilidade de proteger esses direitos contra a interferências de outros agentes; II. Igualdade, dando a todos os cidadãos iguais oportunidades para que as suas preferências sejam tomadas em conta no processo de tomada de decisões políticas; III. E Controlo, seja aquele que é exercido pelos cidadãos sobre os agentes políticos através dos mecanismos eleitorais, seja aquele a que os órgãos do Estado estão sujeitos por parte de outras instituições, seja ainda o controlo que os agentes eleitos exercem de facto sobre as políticas públicas (MAGALHÃES, 2009, p. 9).

Entende-se assim, que a realização destes princípios básicos presume que o sistema político democrático é capaz de cumprir um conjunto básico de funções. A liberdade exerce os direitos protegidos de interferência do Estado e ação estatal para garantir proteção real de direitos individuais, já a Igualdade, dá condições para que preferências de cada cidadão tenham o mesmo peso na tomada de decisões políticas e, de fato, o processo eleitoral coloca no poder, agentes que representam interesses dos cidadãos e permite assim,

controlar o exercício do poder. Neste último é relevante a compreensão das chamadas “instituições democráticas”, ao qual pode-se, destacar os partidos políticos. Mas afinal, do que estamos falando? O que entende-se por partido político?

Segundo Lisi (2011), o conceito de partido é muito controverso na literatura. Trata-se, para alguns, simplesmente de uma organização política, encontra-se ainda, a definição como conjunto de pessoas que procuram ganhar cargos. Pode-se ainda identificar aqueles que definem os partidos políticos como uma ideologia ou uma identidade.

A partir disso, o que podemos considerar é que esta gama de diferenças na definição de partidos políticos nos remete a perceber que o fato pode levar à dificuldades em explicar o significado de partido político. De acordo com Lisi (2011) os partidos políticos possuem dois sentidos:

O primeiro indica a formação de grupos organizados para a conquista e o exercício de poder. Com a diferenciação das funções das sociedades modernas, grupos de pessoas organizam-se para participar e competir para o controle do poder político. O segundo sentido aponta na direção contrária. Ao mesmo tempo que criam divisões, os partidos também são capazes de inspirar um sentimento de partilha e de comunidade, funcionando como elementos aglutinadores no seio da sociedade civil. Por outras palavras, os partidos criam identidade, valores e normas simbólicas, que são respeitadas e partilhadas dentro de grupos específicos (...) (LISI, 2011, p. 8).

Ao pensar na representação, as funções dos partidos, assumem, segundo o autor citado acima um papel central aos partidos políticos, desempenhando funções específicas, como a mobilização eleitoral, a formulação e efetivação das políticas de seleção dos representantes da população. Diante do fato, as funções das instituições partidárias são analisadas no contexto da sua importância para a democracia, e não para a organização enquanto tal. Para isso, Lisi (2011) evidencia que a função expressiva constitui a característica essencial dos partidos nos regimes democráticos e, em particular é através da competição eleitoral que os eleitores tem a possibilidade de assegurar a autenticidade das questões expressas e a sua realização.

Ao considerar as instituições democráticas como importante para o debate da democracia, não podemos esquecer que a democracia é instituída na esperança de propor uma igualdade na escolha da representação, o que torna o sistema democrático em uma relevante opção para a população que por muitos anos ficaram as margens do ato de ser representado na gestão dos Estados.

2.2 Partidos políticos, democracia e representação: exemplos práticos de Portugal

As instituições partidárias desempenham um papel fundamental no funcionamento da estrutura político-eleitoral dos territórios. Como atores centrais em qualquer sistema político, os partidos políticos, são objetos centrais e tradicionais no estudo sobre eleições, sistema eleitoral e Geografia eleitoral.

A conceituação sobre partidos políticos é muito controverso na literatura. Para alguns autores, trata-se principalmente de uma organização política; para outros é simplesmente uma organização política que procura ganhar cargos; Há também, quem associe os partidos apenas a uma ideologia ou uma identidade.

De acordo com Lisi (2011), para compreender melhor a abordagens acerca dos partidos políticos é preciso entender inicialmente, que os partidos políticos estão associados à dois sentidos principais que definem o que é um partido político. O primeiro indica a formação de grupos organizados para a conquista e o exercício do poder. Com as diferenciações das funções das sociedades modernas, grupos de pessoas organizam-se para organizar, fazer a gestão e principalmente competir pelo exercício do poder. Isso significa, de “frações” da sociedade que lutam entre si, na tentativa de ter a maioria das decisões coletivas. O segundo, indica o contrário, ou seja, ao mesmo tempo que se cria divisões, os partidos políticos também são capazes de inspirar um sentimento de partilha e de comunidade, funcionando como elementos aglutinadores no seio da sociedade civil. Em outras palavras, pode-se dizer que as instituições partidárias criam identidades, valores e normas simbólicas que são respeitadas e partilhadas dentro de grupo específico, formando o caráter e demais traços de uma cultura. Diante disso, o que se vê é que estas instituições partidárias ao passo que influenciam nestas características culturais, corroboram também, para a decisão do voto.

Assim, para diferenciar dos outros grupos é necessário criar uma identidade coletiva que sirva não apenas para garantir a necessária legitimidade interna e a adesão aos valores de longo prazo, mas também para afirmar o reconhecimento de determinados grupos dentro da sociedade. Neste

sentido, os partidos são instrumentos fundamentais para a participação e influenciam as atitudes através da identificação que se cria internamente.

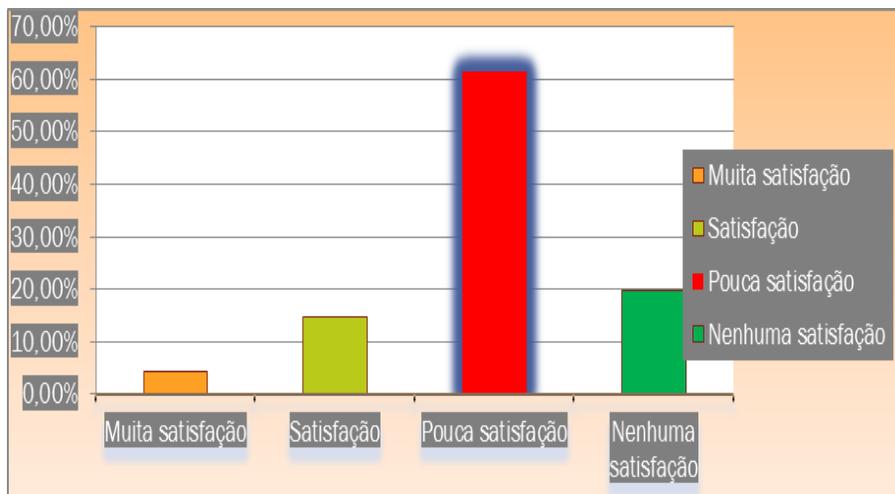
Diante disso, qual o papel dos partidos políticos nas democracias contemporâneas? Como funcionam estes partidos na sociedade enquanto elementos de decisão do voto? Pode-se dizer, que as democracias contemporâneas consolidaram-se essencialmente, através dos partidos políticos. Com a expansão do sufrágio, as instituições partidárias se firmaram como os principais instrumentos de ligação entre os cidadãos, por um lado e as instituições políticas, por outro.

A decisão do voto, em democracias é respaldada principalmente pela ação dos partidos políticos, pois são estas instituições que se estabelecem como elos de ligação entre a sociedade civil organizada e governo. Entretanto, o “enraizamento” das instituições partidárias não acontece, em detrimento também da baixa expectativa depositada pela população nestas instituições.

Em Portugal, as pesquisas realizadas com eleitores votantes, confirmou uma tendência em analisar a democracia como um sistema que encontra-se de forma insatisfatória para uma grande parte dos questionados pela pesquisa. A insatisfação pela democracia é gerada prioritariamente em função da descrença que muitos eleitores demonstraram ter no que se refere aos políticos e suas agremiações partidárias. Na figura 1 é possível identificar, o sentimento que os eleitores votantes possuem acerca do sistema democrático português.

Ao analisar o gráfico da figura 1 é perceptível, que boa parte dos portugueses questionados, apresentaram uma insatisfação no que tange a democracia no país. Mais de 80% demonstraram um descontentamento sobre o sistema democrático, o que caracteriza, que algo pode não estar sendo assertivo no sistema, ao menos no que tange a representação da população em geral.

Figura 1 - Sentimento sobre satisfação dos eleitores-votantes acerca da democracia portuguesa.



Fonte: Pesquisa de campo - aplicação de questionários (2015)

A pouca satisfação no sistema democrático, pode ser ocasionada em função da descrença que o eleitorado possui no próprio sistema eleitoral e não no próprio sistema democrático. Assim, a falta de discernimento entre democracia e sistema eleitoral, pode ter ocasionado um número elevado de pessoas elegendo a “pouca satisfação acerca da democracia” em suas escolhas.

Um segundo elemento pode ter contribuído para esta “insatisfação”. A falta de confiança que os portugueses possuem altamente em seus representantes, levou os mesmos a relatarem que não há esperança em uma melhora no sistema democrático, enquanto houver os mesmos representantes no poder. Isso converge com o fato de Portugal possuir um considerável nível de abstenção eleitoral, já que inúmeros eleitores relataram este descontentamento.

O descontentamento citado, é potencializado ainda, em detrimento do país estar mergulhado em uma crise econômica que assola a Europa desde 2011. Como sabe, a atual crise é considerada entre os países europeus como uma das piores crises pelo qual a Europa enfrentou e isso, contribui diretamente no comportamento da população e logo, nos eleitores.

Carreirão (2002) coloca que este comportamento leva ao “voto econômico”. É comum, quando se discorre sobre avaliação de desempenho dos candidatos a cargos públicos, debates sobre o “peso” da economia ou

desempenho econômico na decisão do voto. A linha argumentativa que norteia este debate é a de que a avaliação que os eleitores fazem do governo é fortemente influenciada pelo estado da economia. Desta forma, este autor menciona que a avaliação, a respeito do governo, influencia o voto; logo, as condições econômicas que o país se encontra também influenciará o voto. Esta seria a forma retrospectiva¹ do voto econômico.

Pode-se ainda, observar os dados realizados por cruzamento de dados. O cruzamento foi feito para identificar o grau de satisfação dos eleitores, através dos grupos de idade. Estes dados, demonstram resultados com pouca diferenciação através das diferenças de idades, como é possível ver na figura a seguir.

Os dados demonstrado na figura 2, nos mostra que de fato, há uma simetria entre os resultados por cruzamento por faixa etária. Em todas os grupos de idade, o item “pouca satisfação” foi superior. Entretanto, ao fazer o comparativo entre os grupos de idade, observa-se que os maiores níveis do item “pouca satisfação” (cerca de 80%), encontra-se entre os mais idosos, aqueles com 65 anos ou mais. Este resultado, se dá em detrimento dos eleitores mais idosos conhecerem os anos anteriores a crise econômica e, principalmente anos em que a economia portuguesa era considerada estável, do ponto de vista econômico². Eleitores idosos, atrelam por exemplo, a entrada do Euro no país como um “vilão”, responsável por afundar Portugal economicamente.

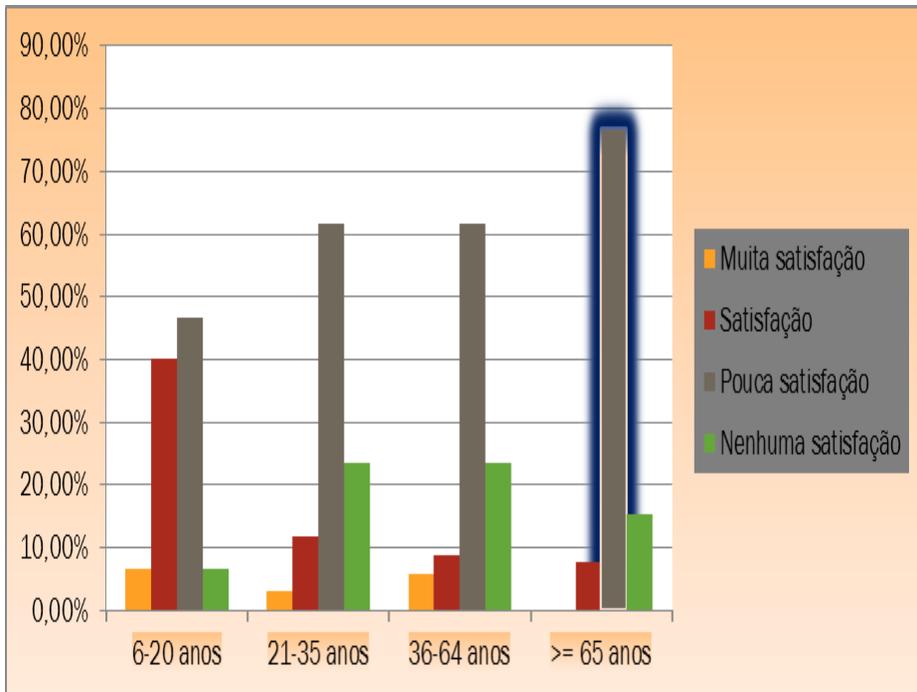
Em pesquisa, com alguns eleitores, foi possível identificar a seguinte afirmação: “*No período da ditadura*” ou “*No tempo de Salazar, nós tínhamos um maior poder de comprar com o Escudo*”. Tais afirmações, corriqueiras entre os eleitores questionados, nos evidencia que o atual período econômico remete uma insatisfação por todo o sistema político, bem como a democracia.

¹ Segundo Carreirão (2002), o eleitor, ao decidir o seu voto pela avaliação de desempenho, estrutura sua decisão em duas formas. A primeira é o voto pela avaliação retrospectiva em que o eleitor toma como referência o desempenho passado, ou seja, o que o governo ou candidato teve como ocupante de cargo público. A segunda é o voto pela avaliação prospectiva, sendo esta uma espécie de expectativa de desempenho futuro, consolidado, geralmente, em candidatos que não possuem muita ligação com governos antecessores ou aqueles candidatos considerados opositoristas.

² A substituição das moedas nacionais pelo euro foi analisada, pela primeira vez, em 1994, pelo Instituto Monetário Europeu. A introdução das notas e moedas de euro em Portugal exigiu um vasto trabalho de preparação. Em setembro de 2001, foram distribuídas notas e moedas de euro às instituições de crédito e, em dezembro, às grandes empresas e retalhistas. A partir de 17 de dezembro de 2001, foram colocadas à venda ao público, nas tesourarias do Banco de Portugal e aos balcões das instituições de créditos, no valor de 10 euros, com todas as denominações de moeda metálica corrente (BANCO DE PORTUGAL, 2015).

Observa-se, em Portugal que muitos idosos tendem a preferir a ditadura ao sistema democrático. Já os jovens, não fazem ligação entre problemas econômicos ligados ao sistema democrático. Isso é perceptível, quando se observa no gráfico 2 que o item “satisfação” se destaca em maior número entre a população mais jovem, cerca de 40%.

Figura 2 - Sentimento de satisfação à democracia portuguesa: cruzamento por grupos de idade.



Fonte: Pesquisa de campo - aplicação de questionários (2015)

Diante disso, a democracia nem sempre é vista pelo todo da população, como a forma de representação mais adequada, isso acontece por exemplo, em eleitores que levam em consideração apenas um aspecto para refletir e tomar suas posições. Pelo que vimos, eleitores idosos, buscaram encontrar no sistema político democrático uma justificativa para o enfraquecimento da economia, o que não é verdade, já que o crescimento econômico e/ou estabilidade econômica não dependem unicamente do sistema político adotado pelo país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a importância do debate acerca da democracia nas ciências humanas, percebe-se que ela apresenta uma problemática além da representação que estamos acostumados a discorrer quando o tema é sistema democrático, mas sim, discorrer a qualidade desta democracia para a população em geral.

Esta preocupação deve ser incluída na agenda do tema, em detrimento de que o cerne da democracia é a representação e a sua população - que é representada por este sistema. Diante disso, o que buscamos introduzir neste texto, foi o fato da qualidade da democracia em Portugal e ainda, refletir na prática e cotidiano dos portugueses, quão satisfeitos estão os eleitores-votantes, acerca da democracia no país.

Os resultados dos questionários, evidenciaram um elevado descontentamento com o sistema, atrelado a vários elementos, dentre eles: corrupção no governo, enfraquecimento da economia, aumento da pobreza no país e também falta de transparência pelo Estado.

Como afirma Castro (2013, p. 12), “A democracia supõe processos decisórios que requerem engenharias institucionais que necessariamente se adaptam às condições particulares do território (...)” e no caso de Portugal há necessidade de aproximar a democracia aos eleitores, pois há, em uma parcela da população o sentimento da ineficácia do sistema, mesmo tendo eles, um relevante elemento da democracia: o voto.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.
- AGNEW, J. **Making Political Geography**. Oxford: Arnold, 2002.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**. In: *Revista Opinião Pública*, Campinas, v.13, 2007.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- BARTON, J. **A Political geography of Latin America**. London and New York: Routledge.
- CASTRO, I. E. **Espaços da democracia**: Rio de Janeiro, 2013.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).
- CODATTO, A. N., & SANTOS, J.S. (Eds.). **Partidos e Eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Edição do TRE-PR, 2006.
- COX, K. R. **Political Geography: territory, State, and Society**. Malden: Blackwell Publishers, 2002.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, 1991.
- GASPAR, J. (1983). **L'abstencion Electorale au Portugal**. Finsterra XIII, vol. 35 Lisboa, p.65-97.
- JACOB, C. R. **A eleição presidencial de 1994 no Brasil: uma contribuição à Geografia eleitoral**. *Comunicação e política*, 4(3), 17-86, 1997.
- JONES, M.; JONES, R., & WOODS, M. **An introduction to political Geography: Space, place and politics**. London: Routledge, 2004.
- KINZO, M. D. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, (20) 54-87, 2005.
- LISI, Marco. **Os partidos políticos em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2011.

NEWTON, K.; DETH, J. W. V. **Foundations of Comparative Politics : Democracies of the Modern World**. Cambridge: Cambridge University, 2005

MAGALHÃES, Pedro. **A qualidade da democracia em Portugal: A perspectiva dos cidadãos**. Lisboa: Fundação Luso-americana, 2009.

PRESCOTT, V.; TRIGGS, G. D. **International Frontiers and Boundaries Law, Politics and Geography**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

TRIGAL, L. L., & POZO, P. B. D. **Geografía Política**. El comportamiento electoral y los sistemas políticos (pp. 34-73) Madrid: Cátedra, 1999.

SHORT, J. R. **Introduction to Political Geography**. New York: Routledge, 1993.

WARF, B., & LEIF, J. **Revitalizing electoral geography**. Farnham: Ashgate, 2011.

Páginas da Web visitadas:

BANCO DE PORTUGAL. Lisboa. Disponível em: www.bportugal.pt/pt-PT/NotaseMoedas/EuroANossaMoeda/Paginas/Introducaoeuro.aspx. Acesso em: 20 de abril de 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA ESPACIAL: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS EM SAÚDE NA CIDADE DE PITANGA/PR

Idair Augusto Zinke¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a maneira pela qual a implementação de políticas públicas contribui para a promoção da justiça espacial, por meio de uma equitativa distribuição de serviços públicos no território, aonde esta, em termos conceituais, vem se tornando um marco crítico para se pensar em cidades mais igualitárias, bem como para compreender a interação entre Estado, sociedade e território. Neste sentido, temos como objeto de estudo as políticas públicas na área de saúde destinadas a cidade de Pitanga/PR, entre os anos de 2009 e 2015. A metodologia se fundamentou em levantamento teórico acerca do tema, pesquisa de campo junto a Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Saúde e aplicação de questionários à população da área urbana do município, com a finalidade de melhor compreender o papel destes investimentos para a promoção da justiça espacial. Os resultados nos mostram que, direta ou indiretamente, estas políticas públicas vêm cumprindo seu papel enquanto tal, pois se apresentam como mecanismos de desenvolvimento coletivo e promotoras de justiça social e espacial, no sentido em que suas locações na cidade tendem a suprir as necessidades e demandas da população dos bairros no quesito de saúde pública.

Palavras-chave: Estado; Políticas públicas; Serviços em saúde; Justiça espacial.

Introdução

Nos últimos anos, pesquisas no campo de políticas públicas tem ganhado destaque no meio acadêmico, visto que estes vêm se apresentando como forma de analisar a eficiência de investimentos públicos e a atuação do Estado para com a sociedade.

No Brasil, a temática se tornou mais relevante após a Constituição Federal de 1988, onde tornou-se central ao Estado desenvolver e implementar políticas públicas, principalmente em serviços básicos, cuja finalidade é

¹ Graduando. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Nível do Trabalho: Graduação

Estágio/Fase do Trabalho: Concluído

Idair_augusto.zinke@hotmail.com

combater e amenizar as desigualdades sociais e espaciais existentes em seu território.

Outro ponto relevante e que intensifica o debate em torno de políticas públicas após a Constituição de 1988 é à volta do regime democrático no país, possibilitando que a relação entre Estado e sociedade aumente na resolução de problemas. Ao âmbito local, isto é, aos municípios, possibilita-se também maior participação na formulação de políticas públicas e em processos decisórios (RODRIGUES, 2014).

Nesse sentido, o presente trabalho possui o objetivo de analisar as políticas públicas na área de saúde destinadas a área urbana do município de Pitanga/PR e seu papel para a promoção da justiça espacial, onde, em termos conceituais, a justiça espacial é central à interpretação da interação entre sociedade e território, bem como ao ordenamento do território enquanto política pública já que, em teoria, a busca de um território justo é um dos seus objetivos fundamentais (SOJA 2010).

Para isso, buscamos investigar a maneira pela qual essas políticas públicas foram implementadas, por meio de pesquisa de campo junto ao pessoal responsável pela temática na Prefeitura Municipal e na Secretaria de Saúde do município. Além disso, pesquisas em sites do governo e jornais locais também serviram como fonte na busca de dados secundários.

No que tange a justiça espacial, foram aplicados cinquenta questionários junto à população da área urbana do município - em pontos onde há bastante fluxo de pessoas - como forma de analisar se estas políticas públicas conseguiram alcançar seus objetivos enquanto tais e, principalmente, se suas localizações na cidade promoveram a justiça no espaço.

A partir da análise espacial destes investimentos, bem como da relação entre as esferas governamentais para sua implementação, pode-se notar os diferentes olhares dos governos para com as necessidades da cidade. No caso de Pitanga/PR, averiguou-se que políticas públicas em saúde do Governo Federal se caracterizam, na maioria dos casos, como unidades cujo intuito é "humanizar" a prática de saúde em bairros carentes, através das Unidades Básicas da Família.

Com relação ao Governo Estadual, notou-se que as Unidades implementadas possuem um caráter mais abrangente, normalmente localizada no centro da cidade e agregando um conjunto de bairros. Obviamente em ambos os casos há exceções, como o Centro de Especialidades Odontológicas, projeto do Governo Federal implementado no centro da cidade e que agrega também moradores das áreas rurais e de municípios vizinhos.

Levando em consideração os objetivos da pesquisa, bem como suas alterações ao longo da investigação, pode-se concluir que, em termos de justiça espacial, estas políticas públicas se mostraram favoráveis, pois, a partir da análise dos questionários, pode-se verificar que grande parte das pessoas está usufruindo destes serviços, independente da renda familiar, e, na maioria

dos casos, considera uma destas unidades próximas de suas casas, o que contribui para o acesso a serviços em saúde pública e, por consequência, para a promoção da justiça espacial.

Políticas públicas e Justiça espacial: Considerações teóricas

Pesquisas direcionadas a temática *políticas públicas* vêm crescendo nos últimos anos em diversas áreas das ciências humanas, como forma de analisar e avaliar a maneira pela qual os governos trabalham para reduzir as desigualdades sociais. A geografia, enquanto ciência que engloba o território como base das relações e construções sociais pode abordar estas em sua territorialidade, na medida em que, neste caso, se dedica a estudos em torno da dimensão espacial de fenômenos políticos (RODRIGUES, 2014).

A análise de políticas públicas é um campo recente da geografia, se desenvolvendo, mais especificamente, com a geografia crítica. Mas apesar disso, os estudos em torno do tema vêm se tornando um marco crítico para se pensar em territórios mais igualitários.

De forma geral, podemos compreender por políticas públicas as ações do Estado, através de seus governos, que buscam promover melhorias na qualidade de vida da população, ou mesmo incentivar o desenvolvimento econômico de determinado local (SOUZA, 2006).

Ainda para Souza (2006, p.7) “política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. Desta forma, as políticas públicas são entendidas como mecanismos de transformações sociais e, para que isso ocorra, atende a um ciclo de etapas desenvolvidas na agenda do poder público.

É notório que as políticas públicas estão presentes no dia-a-dia da sociedade e são implementadas de acordo com as necessidades da população, assim como, é claro, com as ideologias dos governos que administram o Estado. Nesse sentido Souza (2006, p.11) argumenta que políticas públicas entram em processo de formulação quando:

problemas de cunho social são assumidos e visíveis de que algo deve ser feito sobre eles [...] a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é o fator poderoso e determinante na definição da agenda política.

A identificação do problema social é o ponto relevante que leva uma política pública a ser formulada na agenda política, com o objetivo de solucioná-lo e promover melhorias no local onde são inseridas. Com relação ao ciclo de políticas públicas, Trevisan e Bellen (2008, p.531) citando Frey (2000) analisam que:

o agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, que correspondem a uma sequência de elementos do processo. Comum a todas as propostas de divisões do ciclo político são as fases de formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas.

Com isso, após a identificação do problema, a formulação de políticas públicas passa a ser desenvolvida. Esta é uma importante etapa na implementação de políticas públicas, pois visa planejar o caminho de tais investimentos na sociedade, assim como analisar os possíveis impactos que irão causar. Outro ponto relevante é a possibilidade de identificar desafios que possam atrapalhar a atividade de determinada política pública, o que permite ao Estado melhor planeja-las.

Em relação a isso, Souza (2006, p.7) atribui que:

políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

O controle dos impactos de políticas públicas é mais facilmente encontrado em trabalhos científicos como avaliação de políticas públicas. Esta pode ser definida como a maneira de analisar as transformações sociais que determinado investimento proporcionou, além de analisar se os objetivos de tais políticas conseguiram ser cumpridos.

A avaliação se caracteriza como uma importante etapa em análises acerca de políticas públicas, pois é a partir dela que se pode ter noção dos reais impactos que estas ações trazem para a sociedade. Além de ser, conforme Souza (2006, p.20), umas das “melhores maneiras de se estudar o governo em ação”.

Assim, contribuindo para o discurso em torno da avaliação de políticas públicas, Ala-Harja e Helguson (2000, apud. TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 536) analisam que:

a avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisões, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles passam a fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas.

A avaliação de políticas públicas pode partir de instituições públicas, ou seja, do próprio Estado, ou ainda de estudos independentes, como é o

caso de estudos acadêmicos, por exemplo, visando sempre à informação em torno da eficiência de determinada política pública.

Como já foi citado anteriormente, os motivos que levam o Estado a desenvolver e implementar políticas públicas, são, basicamente, os problemas sociais. Sabe-se que a sociedade não é homogênea, e sim repleta de desigualdades, tendo, portanto, as políticas públicas o objetivo de promover maior igualdade de acesso a serviços e bens entre a população. Para que esta, enfim, possa se desenvolver de forma equânime.

É importante destacar que todos os fenômenos sociais, inclusive as injustiças, ganham forma no espaço, principalmente na cidade, onde encontramos um número grande de pessoas vivendo em uma pequena área, desenvolvendo assim uma cidade segregada e, muitas vezes, desigual. Inclusive no que tange a serviços públicos, como é o caso da saúde.

Neste contexto, o Estado busca formular políticas públicas que tenham como finalidade trazer melhorias na qualidade de vida da população, especialmente a parcela mais carente da sociedade, que mais necessita de serviços públicos.

Estes investimentos, quando implementados de forma bem distribuída no espaço, podem promover o que chamamos aqui de justiça espacial. Essa “melhor” distribuição de políticas públicas tem a finalidade de proporcionar acesso a serviços públicos para maiores parcelas da população dentro do território.

Nesse sentido, Fari (2013, p.5) citando Soja (2008) analisa que:

é crucial, tanto na teoria quanto na prática, dar ênfase a espacialidade da justiça e das injustiças, não apenas na cidade, mas em todas as escalas geográficas [...] é o ponto de partida para iniciar uma justa e equitativa distribuição no espaço, dos recursos sociais e oportunidades de usufruir os mesmos.

Dessa maneira, Soja nos traz a importância de darmos espacialidade às desigualdades sociais, pois é a partir delas que o Estado pode melhor gerir investimentos públicos a fim de promover a justiça no espaço, especialmente o espaço urbano, onde as desigualdades sociais estão mais concentradas.

Uma importante contribuição na área de justiça espacial é uma das obras de David Harvey, o livro *Social Justice and the city*¹, onde o autor nos traz uma reflexão acerca da justa distribuição de bens e serviços dentro da cidade. Assim, Harvey (1973, p.116) nos afirma que:

a distribuição de renda deve ocorrer da forma que as necessidades da população dentro de cada território sejam cumpridas, os recursos devem ser alocados de modo que

¹ Partes traduzidas pelo autor.

ajude a população a superar dificuldades específicas decorrentes do ambiente físico e social.

No âmbito de políticas públicas, a obra de Harvey também se mostra de grande relevância, pois, o Estado, ao direcionar investimentos deve levar em consideração às necessidades específicas de determinados locais, tendo em vista que se tratam de territórios diferentes e complexos, cada um com suas particularidades.

A formulação de mecanismos de promoção de justiça social, como é o caso das políticas públicas, devem visar uma melhor distribuição dentro dos territórios. Este tipo de ação deve levar em consideração alguns critérios, como: a necessidade dos territórios de obterem determinado benefício e, principalmente, a contribuição para o bem comum. Esses critérios são importantes no processo de formulação de uma política pública, pois visa uma melhoria para um grupo maior, abrangendo um conjunto de territórios ou regiões (HARVEY, 1973).

No Brasil, as políticas públicas ganham maior abrangência após a Constituição Federal de 1988, onde cabe ao Estado, através de seus respectivos governos, combater às desigualdades sociais expressas em nosso território.

No entanto, a justiça espacial ainda é pouco utilizada enquanto mecanismo de análise em estudos acerca de políticas públicas, mas, aos poucos, está se tornando um marco crítico para se pensar em territórios mais justos.

Desta forma, o presente trabalho tem como objeto de estudo as políticas públicas em saúde destinadas a área urbana do município de Pitanga, localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná. A delimitação temporal para a pesquisa se estabeleceu no período da atual gestão do município, entre 2009 e 2015, como forma de analisar se as políticas públicas implementadas durante essa gestão promoveram a justiça espacial.

Políticas públicas em saúde na cidade de Pitanga/PR e análise acerca da justiça espacial

As novas unidades de saúde no município de Pitanga/PR desempenham um papel fundamental na prestação de serviços em saúde no município, com exceção da Unidade Básica da Família porte III que ainda está em construção. Esses novos investimentos tem promovido um maior acesso a serviços em saúde para a população, na medida em que contribuíram para a descentralizam de serviços na cidade, bem como promoveram maior democratização de serviços em saúde.

A tabela a seguir apresenta as políticas públicas em saúde na área urbana do município de Pitanga/PR, entre 2009 e 2015. Estas estão

distribuídas entre construção de novas unidades e reforma e ampliação de unidades que já existiam no município.

Tabela 01: Políticas públicas em Saúde na cidade de Pitanga/PR entre 2009 e 2015

Unidades	Ano	Recurso	Localização
Clínica da Mulher	2010	Governo Estadual	Centro
Centro de Especialidades Odontológicas	2010	Governo Federal	Centro
Reforma: Estratégia de Saúde da Família Maristela	2010	Governo Municipal	Maristela
Estratégia de Saúde da Família Santa Regina	2014	Governo Federal	Santa Regina
Estratégia de Saúde da Família São Basílio	2014	Governo Federal	São Basílio
Reforma: Centro de Saúde	2015	Governo Municipal	Centro
Unidade Básica de Saúde da Família III	2015	Governo Estadual	Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Pitanga (2014/2015)
Org: ZINKE, Idair Augusto, 2015.

Pode-se perceber que na área urbana do município houve um número relativamente grande de novas unidades de saúde, sendo estas resultado de programas e projetos do Governo Estadual e Federal entrelaçados a gestão local, que em todos os casos entrou com o terreno para a construção da obra.

Das cinco novas unidades implementadas, três foram obtidas através de recursos do Governo Federal, sendo a primeira unidade o Centro de Especialidades Odontológicas porte I, em 2010, onde foi investido um total de 60.000,00 mil reais para reforma do edifício e compra de materiais necessários. Esta unidade tem como objetivo descentralizar os serviços odontológicos de unidades maiores, bem como oferecer serviços que até então não eram disponibilizados, como pequenas cirurgias e diagnósticos bucais, como o de câncer de boca.

A Estratégia de Saúde da Família São Basílio e Santa Regina, localizados em bairros carentes da cidade também foram construídos através de recursos do Governo Federal, em 2014. Segundo Passos et al. (2008, p.2):

as Estratégias de Saúde da Família são unidades que possuem como principal enfoque as ações de prevenção nos fatores de saúde da família, fazendo assim um trabalho de humanizar as práticas de saúde, a fim de buscar uma melhor qualidade de vida para a comunidade.

Nesse sentido, as Estratégias de Saúde da Família são entendidas como importantes unidades de saúde, visto que possuem como objetivo humanizar as práticas de saúde, a partir de orientações especializadas e distribuição de remédios para a comunidade onde está inserida. Além de oferecerem tratamentos odontológicos e consultas médicas.

Em Pitanga/PR, as duas unidades se mostraram de grande importância para a população dos bairros onde foram implementadas, pois proporcionaram um maior acesso a serviços em saúde tanto para os dois bairros como para bairros vizinhos que ainda não possuem uma unidade própria de atendimento.

A Clínica de Atendimento Especial a Saúde da Mulher e da Criança, em 2010, e a Unidade Básica de Saúde da Família porte III (que ainda se apresenta em processo de construção, com previsão de término para o final do ano de 2015) são duas unidades obtidas através de recursos do Governo do Estado, porém em gestões diferentes.

A primeira, Clínica de Atendimento Especial a Saúde da Mulher e da Criança, foi instalada por meio de recurso do Governo do Estado ainda durante a gestão do ex-governador Roberto Requião (PMDB) em um valor total de 400 mil reais para construção do edifício e compra de materiais necessários para o funcionamento da unidade.

Segundo o ex-vice-governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti (2002 a 2010) estas unidades tem como principal objetivo evitar o deslocamento de pacientes para cidades vizinhas em busca deste tipo de atendimento, bem como disponibilizar equipamentos mais modernos para alguns tratamentos, além de combater a mortalidade materna infantil (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ESTADO DO PARANÁ, 2010).

Para o município, este foi um importante investimento, tendo em vista que a unidade possui um foco de atendimento específico, a saúde da mulher e da criança, oferecendo serviços, que até então não eram oferecidos em nenhuma outra unidade do município. Atualmente, a Clínica possui dezoito funcionários, distribuídos entre médicos especialistas, enfermeiros, técnicos em enfermagem, atendentes e serviços gerais.

Já a Unidade Básica de Saúde da Família é o investimento mais recente na área de saúde no município e ainda se encontra em processo de construção, com previsão de término em dezembro de 2015. O recurso para a construção da unidade no município veio do Governo do Estado, onde se estima um valor próximo a 690.659,74 reais para a construção do prédio e compra de materiais.

Esta unidade já pode ser considerada um grande investimento em saúde no município, pois realizará atendimento em diversas áreas da saúde, como: consultas médicas, vacinas, distribuição de remédios, serviços odontológicos e encaminhamentos especializados, o que descentralizará os serviços das unidades maiores.

As duas outras unidades citadas na tabela se caracterizam como reforma e ampliação do prédio para melhoria na qualidade e agilidade dos atendimentos a população. A primeira, Estratégia de Saúde da Família Maristela passou por reforma e ampliação no ano de 2010, a partir de recursos do Governo Municipal e é considerado um importante investimento, visto que tal unidade abrange dois bairros carentes e de população consideravelmente grande.

A reforma e ampliação do Centro de Saúde é mais recente, se iniciou em 2014 e foi concluída em janeiro de 2015. Porém, foi de grande importância, pois teve como objetivo ampliar e melhorar a infraestrutura do prédio, tendo em vista que o Centro de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde funcionam no mesmo prédio, que antes se encontrava em péssimas condições de uso.

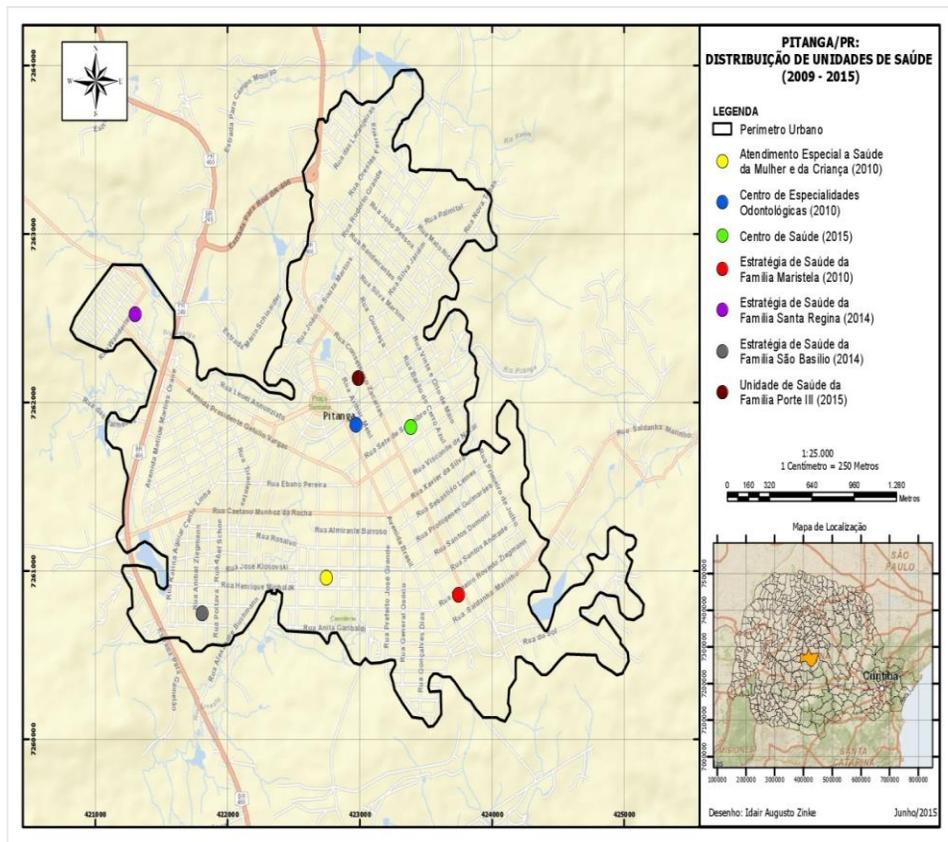
Assim, apesar do fato de que as maiores unidades construídas durante estes sete anos estejam concentradas na área central do município, é importante destacar que o “Centro” abrange grande parte do perímetro urbano da cidade. Dessa forma, o mapa a seguir apresenta a distribuição espacial destas unidades de saúde no perímetro urbano do município de Pitanga/PR, como forma de darmos início a discussão acerca da justiça espacial promovida pelas políticas públicas em saúde, entre 2009 e 2015.

Assim, nota-se que dentro do perímetro urbano, as unidades de saúde se apresentam de forma bem distribuída na cidade, demonstrando que, apesar do fato de que cada uma esteja inserida em um bairro específico, o objetivo da implementação destas unidades é que consigam atender parcelas maiores da população.

Outro fato importante a ser destacado é que as maiores unidades de saúde, com exceção a Clínica de Atendimento Especial a Saúde da Mulher e da Criança, se encontram localizadas no centro da cidade, o que facilita o acesso da população a esses serviços, na medida em que se trata de um município pequeno, onde quase todos os bairros não são distantes da área central.

Agregando, portanto, um conjunto de bairros, mecanismo importante na promoção da justiça espacial em estudos locais, como este.

Mapa 01. Distribuição espacial de políticas públicas em saúde na cidade de Pitanga/PR – 2009 a 2015.



Organização: ZINKE, Idair Augusto, 2015.

No entanto, para que nossa pesquisa não se baseasse apenas no dedutivo, houve a aplicação de cinquenta questionários junto à população da área urbana do município, com o intuito de investigar se tais políticas públicas em saúde promoveram a justiça espacial. A aplicação dos questionários se deu em dois pontos centrais, onde o fluxo de pessoas é grande diariamente.

Das cinquenta pessoas que responderam os questionários durante o mês de junho do ano de 2015, dez residem no Centro da cidade, nove no bairro Pitanguinha, oito no bairro Planalto, seis no bairro Maristela, sete no bairro Santa Regina, cinco no bairro Vila Nova e outros cinco no bairro São Basílio. Destes, 60% eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino.

O questionário foi composto por onze perguntas, onde sete eram fechadas, isto é, apenas com alternativas a serem marcadas e, as outras três, permitia que o questionado comenta-se e argumenta-se algo sobre sua resposta.

Dessa maneira, as três primeiras perguntas tiveram como objetivo realizar o levantamento do perfil social do indivíduo, como grau de escolaridade, renda média mensal da família e a quantidade de pessoas que residem na mesma casa. As demais questões se dirigiam as unidades de saúde e as melhorias que estas promoveram na vida da população da cidade e na infraestrutura do bairro onde foram implementadas.

No entanto, apresentaremos ao longo do texto, em forma de gráfico, apenas o resultado de questões que julgamos como essenciais na análise acerca da justiça espacial. O gráfico a seguir apresenta o resultado da quarta questão, onde a pessoa deveria responder se já utilizou ou não alguma dessas unidades. Assim, para que os questionários nos trouxessem resultados mais amplos, optamos em colocar o nome das seis unidades analisadas, com exceção da Unidade Básica de Saúde da Família, que ainda se apresenta em processo de construção.

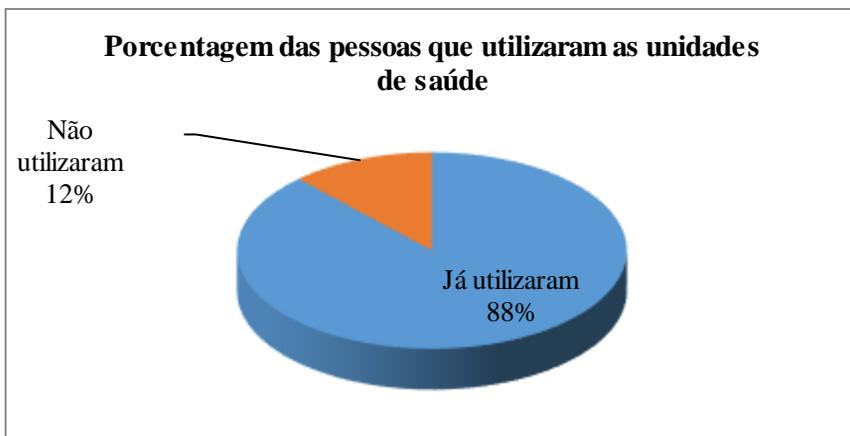


Gráfico 01: Organização: ZINKE, Idair Augusto, 2015.

Em termos de justiça espacial, o resultado se mostrou significativo, pois demonstra que as unidades de saúde estão sendo utilizadas por grande maioria da população. Assegurando que políticas públicas na área de saúde se apresentam como importantes investimentos, na medida em que é um serviço muito procurado pela população, que muitas vezes, não tem condições econômicas de recorrer a um serviço privado.

Outro fator importante ao analisarmos a justiça espacial nesse aspecto, é a proximidade de equipamentos de saúde para com a população. Isto é, quanto mais próxima à unidade de saúde, maior a possibilidade de acesso de algumas parcelas populacionais. Dentro desse pressuposto, a pergunta número sete do questionário era a seguinte: Você considera alguma dessas unidades próximas de sua casa? As respostas desta questão estão sistematizadas no gráfico a seguir.

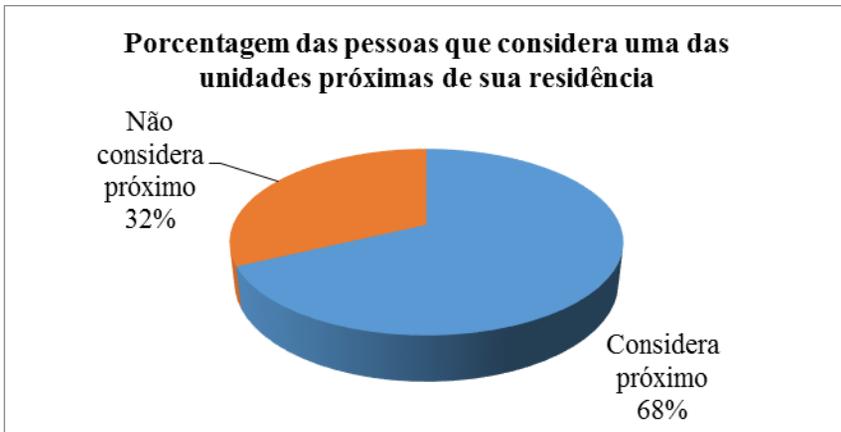


Gráfico 02: Organização: ZINKE, Idair Augusto, 2015.

A partir da análise deste gráfico, pode-se perceber que a maioria das pessoas que responderam os questionários considera que uma destas unidades de saúde está localizada próximo de sua residência. Para análise em justiça espacial, esse fato se mostra importante, pois demonstra que essas políticas públicas, direta ou indiretamente, foram implementadas de forma equitativa na cidade.

Dessa maneira, o último gráfico apresenta uma análise mais ampla em torno da eficiência da atual gestão do município de Pitanga, a partir da visão dos questionados acerca dos avanços e melhorias nas diversas esferas do município durante a gestão 2009 – 2015.

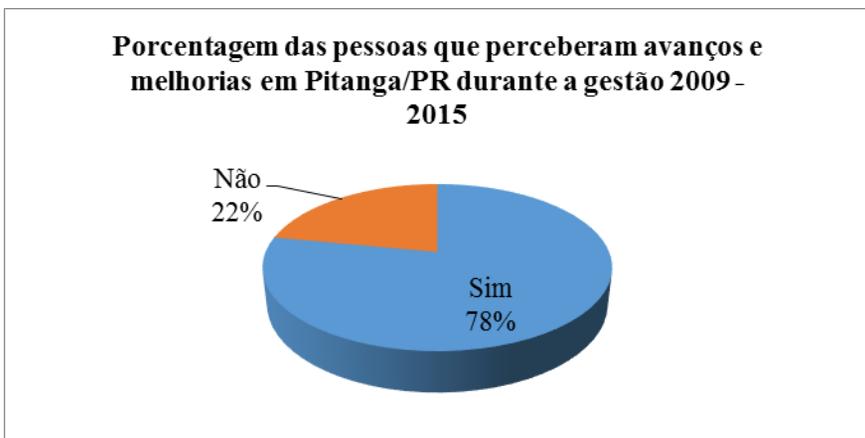


Gráfico 03: Organização: ZINKE, Idair Augusto, 2015.

Outro dado importante para analisarmos a eficiência dos governos na implementação de políticas públicas em saúde foi à avaliação em torno da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura das unidades a partir da questão: “Como você avalia essas unidades e os serviços prestados por ela?”

onde 52% das pessoas que responderam o questionário avaliaram como “Bons”, contra 38% que as avaliou como “Médio” e apenas 10% que avaliaram as unidades como “Ruins”.

Com base nos dados adquiridos a partir da aplicação de questionários, pode-se dizer que os resultados são favoráveis à promoção de justiça espacial na área urbana do município de Pitanga/PR, na medida em que os resultados nos mostram que as unidades de saúde implementadas durante o período analisado estão alcançando e cumprindo seus objetivos enquanto políticas públicas.

Assim, a equidade e o uso desses serviços públicos nos revelam que a gestão municipal, em parceria com as outras esferas governamentais, obteve sucesso na implementação de políticas públicas em saúde, na medida em que quase 90% dos municípios que responderam o questionário estão usufruindo de serviços públicos prestados pelas unidades analisadas neste estudo.

Considerações finais

A partir da presente pesquisa, pode-se observar que políticas públicas se apresentam como mecanismos importantes na promoção da justiça espacial, pois possuem como objetivo a produção de um território mais justo, onde os indivíduos tenham acesso a serviços básicos de forma equitativa.

A análise em torno das políticas públicas em saúde na cidade de Pitanga/PR nos possibilitou compreender que o Governo municipal exerce papel fundamental neste processo, na medida em que a implementação de políticas públicas é resultado de uma “boa” relação entre as esferas governamentais e, a justiça espacial, por consequência, de uma boa gestão territorial desses investimentos.

Mais especificamente acerca das unidades abordadas neste trabalho, observou-se que as Estratégias de Saúde da Família, cujo o objetivo central é humanizar a prática de saúde nas comunidades onde estão inseridas, foram implementadas em bairros carentes da cidade, onde a demanda por serviços públicos em saúde é grande. As unidades maiores, ao qual ofertam serviços mais aprofundados, como: consultas, exames e tratamentos odontológicos, foram alocados em áreas centrais do município (como mostra o mapa da distribuição espacial das unidades 2009-2015), como forma de atingir um conjunto de bairros, e assim, parcelas maiores da população.

Brevemente nesta conclusão, também destacamos a falta de estudos na temática política pública e promoção de justiça espacial. Durante o levantamento teórico, pode-se observar que poucos trabalhos abordam a temática de forma interligada, o que, de fato, contribuiu para a justificativa desta pesquisa.

A análise espacial de políticas públicas apresenta-se então como uma contribuição da Geografia para com a gestão pública, em pequena, média e grande escala de atuação, pois, como já fundamentaram os autores

trabalhados anteriormente, a implementação de políticas públicas deve ocorrer de forma que leve em consideração a complexidade do território, suas particularidades e principalmente suas necessidades de receberem investimentos públicos. Assim, a Geografia enquanto ciência que analisa o espaço do presente em sua totalidade, sua história, pode, sem dúvidas, contribuir para uma melhor gestão de políticas públicas no território, bem como para a formação de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Por fim, com base no levantamento teórico realizado durante a pesquisa e as informalções coletadas em campo, bem como da investigação realizada por meio de questionários, ficou claro que políticas públicas bem planejadas e implementadas no território são essenciais para a transformação de realidades sociais, no sentido em que serviços básicos se apresentam como precursores para a melhoria da qualidade de vida da população, e assim, para o desenvolvimento sócio-territorial.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Requião inaugura Clínica da mulher e Escola municipal em Pitanga/PR, 2010*. Disponível em: << www.aen.pr.gov.br >>. Acessado em: Março de 2015.

FARI, Teresa de Jesus Peixoto. **Políticas Públicas e (in)justiça socioespacial nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos mega-eventos esportivos**. Encontros Nacionais da Anpur, 2013.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Basil Bhackwef, 1973.

IBGE. *Dados da população, censo de 2010*. Disponível em: << www.ibge.gov.br >>. Acessado em: Março de 2015.

PASSOS, Ana Beatriz Barbosa; GARCIA, Júnior Ferreira; MARTINS, Julieta de Souza. **Estratégia Saúde da Família: População participativa, saúde ativa**. Revista Enfermagem Integrada. Unileste, Minas Gerais, 2008.

RODRIGUES, Juliana Nunes. **Geografia e Políticas públicas: Retomada de um debate**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online). São Paulo, p. 152 – 163, 2014.

SOJA, Edward W. **Seeking Spatial Justice**. Tradução (partes). Minnessota: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da Literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, 2006.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. **Avaliação de Políticas Públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2008.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CENTRO-SUL PARANAENSE E O PAPEL DA CHACINA DE PITANGA, DE 1923¹

Mateus Galvão Cavatorta ²

Cleverson Gonçalves³

Nilson Cesar Fraga ⁴

Resumo

O objetivo inicial do projeto é ressaltar a formação e estruturação do território de Pitanga, o modo como a cidade foi sendo erguida e os fatores que marcaram e contribuíram para o seu desenvolvimento. Para isso se fez um estudo a partir da história, dos habitantes que existiam na região, a chegada de outros migrantes e as consequências que levaram essa chegada que, por fim, gerou os conflitos de 1923, entre a sociedade indígena que já habitava no local e os colonizadores, que chegaram depois para colonizarem suas terras. As primeiras décadas do século XX foram de extrema importância para a formação do atual tecido social brasileiro, este período é marcado pela procura da autoafirmação brasileira enquanto estado-nação, buscava-se o perfil ideal de sociedade que iria constituir-se como brasileira, e nesse perfil os indígenas não estavam inclusos. Foi nesse contexto que ocorreu a chacina contra os índios Kaingang, em 1923, na então Vila da Serra da Pitanga, hoje município de Pitanga, sendo essa chacina marcada pela usurpação do território indígena com objetivos capitalistas e ideologias de branqueamento, fatos que são profundos ao se buscar entender o processo de formação socioespacial e territorial de Pitanga.

Palavras chave: Ideologia de branqueamento; Formação territorial; Centro-sul paranaense; Chacina de Pitanga; Conflito; Kaingang.

Introdução: um conflito, uma chacina sobre a terra

Para a compreensão do atual território de Pitanga, é fundamental a análise dos processos históricos de sua ocupação, considerando aspectos variados que vão para além da formação e atuação do Estado, como a reprodução do capital mercantil, interesses capitalistas, ideologias dos colonizadores e outros componentes para demonstrar a complexidade histórica e geográfica da sua territorialidade.

É importante ressaltar que a região dos Campos Gerais não foi inicialmente ocupada exclusivamente por imigrantes europeus, nela já existiam indígenas e outros grupos pré-coloniais que habitavam a região por milênios,

¹ Estágio/Fase do Trabalho: Concluído; mateuscavatorta@hotmail.com, kevo_goncalves@hotmail.com; nilsoncesarfraga@hotmail.com

² Graduando, Universidade Estadual de Londrina – UEL.

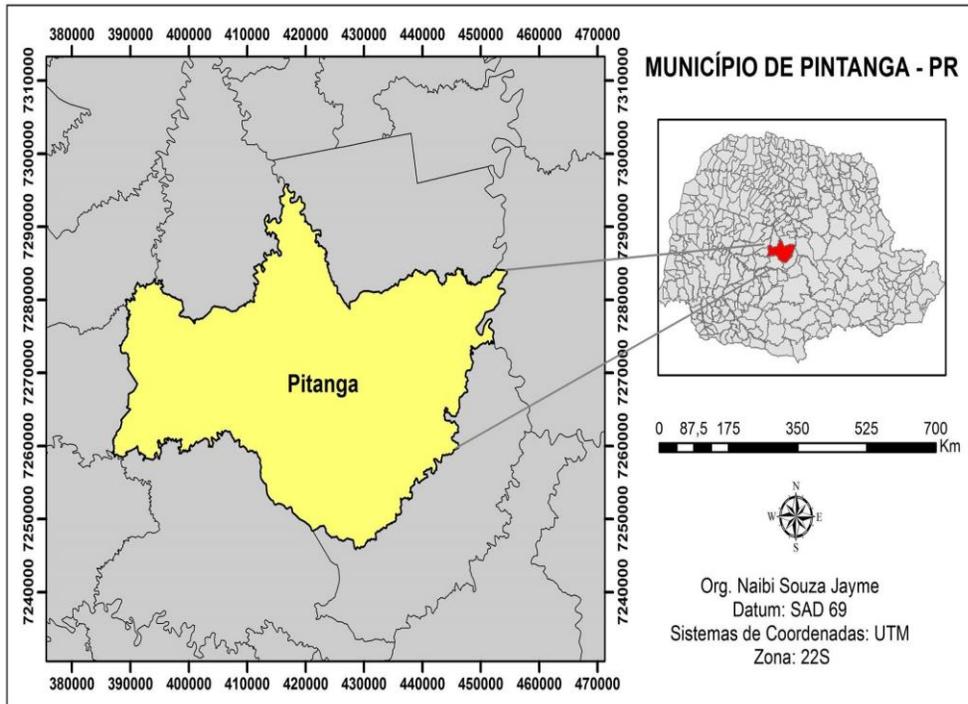
³ Mestrando Universidade Estadual de Londrina – UEL

⁴ Professor Doutor, Universidade Estadual de Londrina – UEL

até serem expulsos de suas terras ou assassinados pelos colonos através de interesses, políticas e conflitos.

A ocupação não indígena do município se remonta a partir do século XIX por meio de vários fatores, dentre eles a imigração e o tropeirismo, atraídos pelos recursos naturais presentes na região, que permitiram e privilegiaram a instalação de atividades agropecuárias.

Figura 1: Localização de Pitanga/PR



Fonte: Naibi Jayme, 2014.

O mês de abril do ano de 1923 foi decisório pra região central do estado do Paraná, mais especificamente para a cidade de Pitanga, foi nesse mês que ocorreu o maior conflito entre a população da etnia Kaingang e os recém chegados colonos na então Vila Serra da Pitanga, sendo o principal motivo o decreto nº 294 de 17 de Abril de 1913, em que obrigava a sociedade indígena a desapropriar suas terras para as mesmas serem colonizadas. O conflito culminou com a morte de três colonos e de oitenta e cinco indígenas, segundo relatos oficiais sobre o conflito. Porém, mais importante do que o ocorrido em si, são as intencionalidades que motivaram a chacina. Será esse conflito o resultado de um conjunto de políticas públicas que regiam o país no período do ocorrido? Seriam jogos de forças, na tentativa de enfraquecer uma

elite que crescia na localidade? Seriam decisões políticas com o objetivo de “branquear” a população? Seriam decisões para dismantelar a comunidade indígena e justificar a ocupação de suas terras? São diversas as questões que permeiam essa pesquisa, e por meio da abordagem delas que se buscará entender como se deram os processos que resultaram no conflito e de como ele influenciou na atual condição da região central do Paraná, sendo essa uma das mais pobres do estado – ou seja, com os mais baixos índices de desenvolvimento humano paranaense.

O espaço geográfico e o território como marco teórico

Segundo Milton Santos (1985), para se compreender a organização espacial e sua evolução é necessário interpretar a relação entre **estrutura, processo, função e forma**: A **estrutura** refere-se ao modo de como os objetos estão organizados, a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo; o **processo** refere-se à construção das formas, uma ação visando algum objetivo qualquer; Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são **formas**, formas espaciais de diferentes escalas; A **função** implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior, visível – a forma - e desempenha uma atividade - a função. Habitar, viver o cotidiano, a vida em suas variadas facetas - trabalho, compras, lazer -, visitar parentes e consumir em outras cidades são algumas das funções associadas, respectivamente, à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana. A relação entre forma e função é, em princípio, direta: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções.

Para o mesmo autor, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado até o presente. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados pelo trabalho social. Pela presença desses objetos artificiais: fábricas, fazendas, estradas e caminhos, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos construídos pela atividade humana, modificando a natureza primitiva, dando lugar a uma “segunda natureza”. (SANTOS, 1996).

Complementando esta discussão sobre organização espacial, é pertinente citar Fraga (2011), onde o autor ressalta que

A produção do espaço é ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em momento histórico, em que a produção da cidade, por exemplo, aparece como manifestação espacial dos conflitos de interesses dos diversos agentes presentes nesse processo,

associado ao desenvolvimento capitalista. (FRAGA, 2008, p.73)

Diante deste tal conjunto teórico-conceitual sobre espaço geográfico e sua organização, pode-se analisar a organização do espaço pitanguense, que esteve vinculada a atividades econômicas de cunhos extensivo e extrativo e atividades agropecuárias, incorporando primeiramente o ciclo da erva mate e do tropeirismo e, mais tarde, da madeira, esta com auge após a Segunda Guerra Mundial. A partir da riqueza gerada pelos referentes ciclos e dos migrantes atraídos pela riqueza natural da região, foram sendo erguidas um conjunto de vilas e estas foram sendo estruturadas, com a construção de moradias, igrejas, escolas, hospitais, comércio, dando origem a núcleos urbanos, que seria a cidade de Pitanga.

Com a análise dos fragmentos históricos relacionados à Chacina ocorrida no município, é possível dizer que o processo de ocupação de Pitanga se deu de forma violenta, assim, o território é fruto de uma construção marcada pelo sangue derramado, em síntese, é um território político-jurídico, pois como afirma Haesbaert (2004, p. 01)

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Há de se mencionar que desde a chegada dos primeiros colonizadores, o território do atual município se caracterizou por uma porção de terra com apelo de utilização capitalista – em suma, de usurpação das terras ancestrais do Kaingang e da usurpação atual dessas terras pela mesma lógica capitalista. Pitanga e sua região geográfica, sempre estiveram associadas a exploração capitalista e ao sangue que tal tipo de sistema gera sobre o solo dos seres humanos.

Frentes de ocupação do município de Pitanga

A região onde está situada Pitanga, apresenta características geomorfológicas e recursos naturais que permitiram com que diversos grupos pré-coloniais se instalassem nesse território e extraíssem tais recursos

necessários para sua subsistência. De acordo com pesquisas arqueológicas, identificaram-se três grupos indígenas que ocuparam a região: os caçadores-coletores, os ceramistas Jê e os ceramistas Guarani. (SCHWENGBER; NOVASCO, 2011)

Algumas das características de cada grupo são mostradas a seguir:

Caçadores-coletores: grupos nômades que se alimentavam de caça e de vegetais naturalmente disponíveis, explorando os ambientes abertos e as incipientes matas.

Ceramistas Jê: migraram da região central do Brasil para as terras sul-americanas. Conhecidos por produzirem casas subterrâneas e confeccionar cerâmica. Esse grupo também representa os antepassados dos índios Kaingang.

Ceramistas Guarani: ocuparam quase todo o território do estado do Paraná, principalmente nos vales dos rios Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguacú. Caracterizam-se pela sua produção diversificada de vasilhas cerâmicas, dentre elas vasos para conservação de bebidas, panelas, tigelas e potes.

Segundo os estudos de MOTA e NOVAK (2008), na bacia do Rio Ivaí há presença de material lítico com a idade entorno de 8.000 anos, o que significaria que existência de acampamentos indígenas na região por mais de oito milênios.

No município de Manoel Ribas, na margem esquerda do rio Ivaí, no 3º planalto paranaense, encontram-se quatro abrigos, distante 6 km da linha Munhoz, que é banhada pelo rio Munhoz. O maior dos quatro abrigos, medindo 19,50m de comprimento, 9m de profundidade e 4,50 de altura, foi escavado porque continha evidências arqueológica. Ele é dividido ao meio por um córrego que sai do interior e desemboca no arroio Munhozinho. Nos arredores do abrigo, na propriedade agrícola, coletou-se na superfície, material lítico lascado e revelado, segundo a autora apoiada em Igor Chmyz, que as coleções encontradas no local próximo ao abrigo pertenceriam à tradição Itararé e difeririam das coleções encontradas no interior do mesmo, que revelariam semelhanças com a tradição Casa da Pedra (SCHMITZ, 1988, p.104).

Até o início do século XIX, a região dos campos gerais – de Guarapuava e de Palmas - era unicamente habitada pelos índios Kaingang, ramificação étnica proveniente do tronco linguístico Jê. Eles ocupavam toda a região do planalto paranaense, limitando seu território pelas vertentes orientais da Serra do Mar ao leste e pelas barrancas do Rio Paraná a oeste. Praticavam a agricultura de subsistência e tinham como principal recurso alimentar o pinhão, obtido da Araucária angustifolia. (SCHWENGBER; NOVASCO, 2011)

O início do povoamento não-indígena na Serra de Pitanga se remota a partir de meados do século XIX. Relatos indicam que no ano de 1844 já se

havia passado famílias de várias nacionalidades pelas terras que hoje são chamadas de Pitanga. No ano de 1897, após a Revolução Federalista ocorrida entre 1892 e 1894, migrantes de São Paulo e de Minas Gerais vieram para a região e se estabeleceram nas margens do Rio Batista. Há relatos também que em torno do ano de 1900 já havia sinais de habitantes na região. Na época, essa região representava o que atualmente se localiza os municípios de Campo Mourão e de Guarapuava. A primeira capela na região foi construída em meados de 1910 em homenagem a Santa Ana. No ano de 1906, pelo o que se consta, foi aberta uma estrada entre Pitanga e Campo Mourão, o qual era um caminho muito precário, ou seja, um caminho tropeiro (EURICH, 2012)

Por volta do ano de 1847, vindos da Colônia Teresa Cristina, se instalaram na região os irmãos Caillor, de origem francesa, que fundaram no planalto a povoação de Boa Ventura. Pouco tempo depois, instalaram-se na localidade denominada Tigre os migrantes Elias do Nascimento e Manuel Martiniano de Freitas. Já em julho de 1897, as famílias de Antônio Leonel Ferreira, João Luiz Pereira e José Martins Oliveira e outras famílias pioneiras chegaram na Serra de Pitanga e construíram suas moradias às margens do Rio Batista. A partir do ano de 1916 houve uma contínua chegada a Serra da Pitanga de colonos e migrantes provenientes de diversas regiões do estado, principalmente região de Prudentópolis. Alguns anos depois, ela se torna uma região criadora de porcos, ambos tocados a cavalo para serem vendidos no município de Ponta Grossa. Em 1918, já se verifica a presença de casas comerciais, de ferreiros, carpinteiros, marceneiros e até de um posto policial na região de Pitanga, fatos que comprovam um desenvolvimento à curto prazo da cidade. Em 1925, cria-se o Distrito Judiciário, época também da instalação das primeiras repartições públicas do lugar, principalmente Cartório, Coletoria Estadual e Agência dos Correios. No ano de 1940, Pitanga já possuía cerca de 13.000 habitantes, refletindo também o rápido crescimento demográfico e desenvolvimento pelo qual o município estava passando. Os granjeiros da cidade e os lucros obtidos pela exportação de porcos para a cidade de Ponta Grossa foram os principais fatores que contribuíram para esse desenvolvimento. (EURICH, 2012)

Pitanga foi uma cidade colonizada por europeus de vários países diferentes. Aos poucos foram chegando ucranianos, poloneses, italianos, alemães e entre outros, explicando a diversidade cultural encontrada na cidade, com danças, músicas, arquiteturas e alimentação típicas de cada grupo (PITANGA, 2014).

A Chacina de Pitanga: *geografizando o espaço e a terra manchada de sangue*

O principal motivo que desencadeou a revolta dos índios e o conflito entre eles e colonos foi o decreto nº 294 de 17 de Abril de 1913, em que privava os índios de algumas terras no Paraná e os obrigava a desapropriarem das mesmas. O governo do Paraná destinou as terras para fins de colonização, pois afirmavam que havia um vazio demográfico nessa região e que necessitava de colonização, desconsiderando a existência da população indígena que habitavam o local. Com a expulsão, os índios foram prejudicados ao perderem suas terras, pois estavam acostumados com o seu modo de vida, tinham uma relação de subsistência com a terra, seu principal meio de produção. A partir dessa situação e com os colonos reduzindo suas reservas, os Kaingang iniciaram uma onda de saques aos sítios, furtando porcos para a alimentação (EURICH; SEBRIAN, 2010).

Quando pegos com o produto do furto, os índios eram chamados à presença de autoridades, sendo maltratados ou mortos. Os caciques responsáveis pelos aldeamentos e todos decidiram iniciar uma revolta como única opção para recuperar suas terras e colocar fim às crueldades cometidas pelos colonos.

Segundo CAMARGO (1999), no dia 1º de abril de 1923, os índios invadiram a sede da Vila da Pitanga. Não encontrando resistência, chegaram e saquearam as casas comerciais e domicílios. Manoel Lourenço e sua esposa Geraldina Alvez de Lima permaneceram no povoado, pois o Sr. Manoel acreditava que, por sua estima com os índios – muitas vezes fazendo papel de médico, receitando e dando remédios –, nada de mal fariam à sua família. Na tentativa de fuga, porém, são impedidos pelos Kaingang na saída do povoado e mortos a tiros e golpes de facão.

Ainda segundo Camargo, os colonos Fernando Malko, Ataíde Ferreira, Gil Vaz de Camargo e Emílio Lantzmänn continuaram no povoado como sinal de resistência. Armados, esperaram à noite. Os índios e os “padres” reuniram-se na capela de Santana para beber e dançar com acordes de gaita. “Os índios acompanhados dos ‘padres’ dançam no interior da capela. [...] Fernando Malko observa: – Essa gente não é padre, não. Porque padre não dança, quanto mais dentro da igreja. É o demônio que está com esta gente”. Os defensores da sede entraram na capela e, antes que os índios pudessem revidar, atiraram contra eles. Um dos “padres” foi morto. “Seus cabelos são loiros. Aparenta uns 20 anos”. Não tendo condição de detê-los e com as Winchester descarregadas, os colonos recuaram para as margens do Rio Ernesto. Emílio foi, então, morto pelos índios. “Não tivesse Emílio Lantzmänn e seus companheiros na tarde do dia cinco de Abril de 1923 procedido com rigor contra os índios, matando inclusive os ‘padres’ que os lideravam, a sua revolta teria se constituído numa verdadeira guerra e com inúmeras vítimas”.

Os índios Kaingang, depois desse confronto, resolveram recolher seus mortos e voltaram para a localidade de Santidade, à margem esquerda do rio Barra Preta. Luiza Petrechen relata no livro de Vaz: “A igreja foi queimada porque não prestou mais de tanto sangue de índio derramado.” (EURICH, 2010)

O conflito terminou com um saldo de muitas vidas perdidas, tanto de índios quanto de colonizadores.

Atualmente, os Kaingang encontram-se assentados sobre a terra indígena Marrecas, situada à margem direita do rio Marrecas, entre os municípios de Turvo e Guarapuava (a aproximadamente 70 km de Pitanga).

Com esses fragmentos históricos é possível dizer que o processo de ocupação de Pitanga se deu de forma violenta, assim, o território é fruto de uma construção marcada pelo sangue derramado, em síntese, é um território político-jurídico, hoje, marcado pelo sangue do passado, ou seja, Pitanga é uma terra manchada de sangue.

Ideologia do Branqueamento

O processo de construção de um território nacional tem que estar fundamentado com bases ideológicas, e essa base ideológica deve estar fundamentada por teorias científicas para ser aceita pela geopolítica mundial, essa ideologia define o que se pretenderá com a instituição desse território e qual e como será a população inserida em seus limites. A chacina dos Kaingang ocorre em um período em que o Estado brasileiro estava em na busca pela sua autoafirmação como estado-nação, e nesse mesmo período a ideologia do branqueamento estava no seu auge. Porém para entender o que é a ideologia do branqueamento, antes devemos compreender o que é o termo ideologia, para Chauí (1980):

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias). (CHAUI, 1980. p. 36).

Dessa forma compreendido o que é o termo ideologia, parte-se para o entendimento do significado do termo branqueamento, onde segundo Bernardino, (2002), é a:

Diminuição da população brasileira negra em relação à população branca devido, entre outros fatores, a uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e, por outro

lado, devido ao fato de a miscigenação produzir uma população gradualmente mais branca. (BERNARDINO, 2002).

A ideologia do branqueamento teve por fundamentação o racismo científico, sendo esse baseado nas idéias do darwinismo social, onde se explicava que uma determinada sociedade era mais desenvolvida que a outra devido a sua etnia, ou seja, sua condição física, como a cor da pele, textura do cabelo. Nesse período, segundo Bolsanello (1996, p 154), houve pesquisas da genética, psicologia, antropologia e sociologia para confirmar e autenticar essa ideologia. Dessa forma empregou-se a ideologia do branqueamento no Brasil, afirmando que o subdesenvolvimento do Estado Brasileiro estava atrelado a grande quantidade de negros e indígenas presentes no território brasileiro, Oliveira (2008) afirma que:

O racismo científico teve sua época áurea entre 1870 a 1930, ele procurava explicar biologicamente as características dos homens. Era considerado científico porque foi produzido pela antropologia e pela sociologia, pelas ciências do século XIX. [...] A adoção pela elite brasileira das teorias do chamado racismo científico, teve início em 1870 e tornaram-se amplamente aceitas entre as décadas de 1880 e 1920. (OLIVEIRA, 2008)

Dessa forma o Estado brasileiro necessitava de respostas para o seu subdesenvolvimento brasileiro, e assim o atraso brasileiro, frente a outras nações, não fora nesse momento diagnosticado considerando o seu passado e suas práticas econômicas ou sociais, mas pelas características de seu povo. (SANTOS, 2009), dessa forma incentivou-se a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, sendo esses considerados como agentes transformadores do Brasil, conforme afirma Hauresko (2009):

Para o governo, o imigrante europeu deveria ser um agente modernizador da sociedade e da economia brasileira, dado que era detentor de novas experiências agrícolas e de criação, com técnicas artesanais novas, com outros hábitos de vida, enfim, para ser o agente transformador da sociedade brasileira em formação e, sobretudo, esperava-se que este contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado. (HAURESKO, 2009, p. 245).

Ainda tem-se o decreto de 28 de junho de 1980, que confirma o quanto era desejável ao Estado Brasileiro a migração dos europeus para o Brasil, e quanto eram indesejados os asiáticos e negros.

Decreto de 28 de junho de 1890 concede que: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos.” [...] Decreto-Lei n. 7967 assinada por Getúlio Vargas em 18 de setembro de 1945, regulando a entrada de imigrantes de acordo com a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia (NASCIMENTO, 1978, p. 71, apud, SILVA, DINIZ, et al, 2010).

A partir da análise dos jornais da época e em conversas informais com os moradores mais idosos do município, notou-se quão grande era o preconceito em relação aos povos indígenas, não os considerando como seres humanos dotados de inteligência, por vezes considerados como seres ignorantes, sem cultura, sem a capacidade de raciocínio. Eram vistos com o mesmo olhar pelo Estado, também sendo culpado pelo subdesenvolvimento do país, conforme é evidenciado por Hofbauer (2003)

É importante destacar que esta construção ideológica que tendia a igualar o “ser escravo” com a “cor negra” não era usada exclusivamente para caracterizar as populações do continente africano. Enquanto os indígenas do Novo Mundo foram vítimas de escravizações, eles eram qualificados não apenas como “índios” ou “gentios”, mas também eram chamados simplesmente de “negros”. A denominação de “negro” para indígenas foi inicialmente usada também pelos jesuítas que chegaram a apoiar “guerras justas” contra populações indígenas. (HOFBAUER, 2003, p.71).

Dessa forma era justificável e tolerável a chacina cometida contra os indígenas, pois era um meio de alcançar o desenvolvimento do país. Foi no mesmo ano da chacina, 1923, que constituiu-se no Brasil a Liga Brasileira de Higiene Mental, com o objetivo inicial de melhorar a assistência psiquiatra, mas estas metas foram desviadas para enfatizar programas de prevenção eugênica, baseados inclusive na psiquiatria nazista. Os médicos assumiram o papel de mandatários da ordem social e endossaram os preconceitos culturais da época. (BOSSANELO, 1996. p. 161. apud. COSTA, 1989).

Outros cientistas como Francisco de Oliveira Viana, um sociólogo, afirmavam que tanto os negros como os índios eram totalmente refratários à civilização, e que os mestiços conservavam qualidades da raça inferior, sendo desequilibrados e não tendo o desejo de ascender, de sair da sua condição de pária. (BOSSANELO, 1996, p. 159)

Da mesma forma demais cientistas defendiam a ideologia do branqueamento, conforme vemos a afirmação de Romero:

Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a reponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: — de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia. (ROMERO, 1880, *apud* HOFBAUER, 2003, p. 108).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Diwan (2007) afirma que:

O projeto engendrou um quadro social, político, histórico que, entre outros elementos, legitimou a ideia da inferioridade da população negra e da superioridade da população branca, não apenas pelo elemento da escravidão, mas pela tentativa de tornar o Brasil um país de brancos e, portanto, um país desenvolvido e limpo. No que se refere à política eugenista havia a intenção de “purificar a raça” e aperfeiçoar o homem a cada geração. Esse aperfeiçoamento pautava-se na extinção de todos os “tipos” contrários ao ideal de “belo” e de “força”. (DIWAN, 2007, p.87 - 97).

Portanto é uma ideologia que utilizou a ciência para legitimar o preconceito, como se observa, estavam lançadas as bases científicas do preconceito racial e a legitimação das desigualdades sociais em nome da democracia. (BOSSANELO, 1996, p. 159), é essa ideologia do branqueamento nos revela suas principais características no tecido social brasileiro, sendo essa marcada profundamente pela desigualdade social, essa mesma que tornou justa a chacina de 1923 contra os kaingang, e ainda legitima o massacre que ocorre com as etnias indígenas no território brasileiro.

Considerações Finais

Para a realização do projeto, procuramos nos aprofundar inicialmente na história e na geografia de Pitanga através de pesquisas sobre os assuntos estudados em referências bibliográficas, realizar trabalhos de campo, realizar uma coleta de dados em documentos jurídicos e fazer análise desses dados.

O projeto teve como objetivo procurar explicar os motivos e as intenções da chacina, onde se buscou, ainda, não criar heróis e vilões, até porque essa chacina é resultado de um processo muito maior, de uma conjuntura política, econômica e cultural que predominava na época, cuja matriz de pensamento, acredita-se seguir até os dias atuais.

O conflito resultou, oficialmente, em oitenta e cinco mortos entre indígenas e de três colonos, porém apenas as mortes dos colonos foram a julgamento, isso devido ao preconceito com que se tinha e ainda têm em relação aos povos indígenas, por vezes tratados como seres selvagens e julgando sobre a existência deles, os motivos do subdesenvolvimento, tanto regional, quanto nacional.

A história contada na cidade e em toda região lança sobre os indígenas a culpa pelo conflito, mas até hoje, pouco sabem sobre a verdade dos fatos, onde muitas falas passaram a história como lendas. Mas, há a história contada pelos vencedores, e esses são hoje os grandes proprietários de terra ou os grandes empresários da região, que apresentam, ainda, algumas das características conservadoras do passado – fruto das tradições inventadas a partir da sua epopeia.

O objetivo da chacina e da invasão dos territórios do Kaingang não era transformar os povos indígenas em mercado consumidor, pois até então a sociedade branca considerava a região como vazia, sem sociedade, portanto sem pessoas, mas cobiçavam nas terras indígenas a exploração da madeira e da erva-mate.

Além da Chacina, o projeto se aprofundou na formação socioespacial e econômica do Centro-sul paranaense e o desenvolvimento do município de Pitanga, sendo esta uma cidade colonizada por europeus de vários países diferentes, dentre eles ucranianos, poloneses, italianos, alemães e entre outros, justificando a diversidade cultural apresentada na cidade, com danças, músicas, arquiteturas e alimentação típicas de cada grupo.

A região central do Paraná é atualmente uma das mais pobres do Paraná, possuindo uma elevada desigualdade social em todos os municípios, sendo que alguns deles possuem os mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado. Esses dados se concretizam devido a concentração fundiária, a concentração de renda, a violência, a falta de infraestrutura, impossibilidade de geração de trabalho, renda e riqueza para um grupo maior de cidadãos, onde, por meio de tais dados, a região ficou conhecida por ser um "bolsão da pobreza do Paraná". Por arremate, acredita-se ser difícil ter um bom nível de desenvolvimento quando se é cercado por uma sociedade conservadora e, quando não, preconceituosa e que omite a própria história, fazendo injustiças antes mesmo do município de Pitanga possuir sua emancipação político-jurídica.

Por fim, há que se mencionar que desde a chegada dos primeiros colonizadores, o território do atual município se caracterizou por uma porção de terra com apelo de utilização capitalista – em suma, de usurpação das terras ancestrais do Kaingang e da usurpação atual dessas terras pela mesma lógica capitalista, apenas diferenciada por outros meios técnicos e financeiros. Pitanga e sua região geográfica, sempre estiveram associadas a exploração

capitalista e ao sangue que tal tipo de sistema gera sobre o solo dos seres humanos.

Referências

- BERNARDIDO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Revistas de Estudos afro-asiáticos. Vol.24 no. 2. 2002.
- BOSSANELO, Maria Augusta. **Darwinismo Social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na educação e sociedade brasileira**. Curitiba, Revista Educar, no. 12. 1996
- CAMARGO, Manuel Borba de. **Abril Violento: a revolta dos índios Kaingangs**. Curitiba: Base Editora, 1999. p.33-34.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- DIWAN, P. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- EURICH, Grazieli & SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **Índios Kaingáng e colonizadores: versões do conflito na Vila da Pitanga, 1923**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.1, jan./jul. 2010, p.23-43.
- EURICH, Grazieli. **O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila Pitanga (1923)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História - PPH, Linha de Pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais, 2012.
- FRAGA, N. C. (Org.). **Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2008.
- HAURESKO, Cecília. **O estabelecimento de colonos no estado do Paraná e os fatores limitantes ao desenvolvimento das colônias agrícolas**. In: VESTENA; NOBOKUNI; SILVA; LOPES (Orgs). **Saberes Geográficos: Teorias e Aplicações**. Guarapuava: Unicentro, 2009.
- HOFBAUER, A. **Conceito de "Raça" e o ideário do "Branqueamento" no século XIX: Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos. 2003.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá, EDUEM, 1994.
- _____; NOVAK, Eder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí PR: história e relações interculturais**. 1. Ed. Maringá: EDUEM, 2008.

OLIVEIRA, Idalina Maria do Amaral. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira**. Santo Antonio do Paraíso: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2008 (Dissertação do pós graduação).

PITANGA. Disponível em:

http://www.pitanga.pr.gov.br/carrega_pagina.php?sessao=1&subsessao=17, Acessado em 18 de julho de 2015.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. **As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro**. Documentos. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, n. 02, p. 75-130, 1988.

SCHWENGBER, V. L.; NOVASCO, R. V. **Arqueologia no Vale do Pitanga: Resgate arqueológico e educação patrimonial nas imediações da área de implementação da PCH Itaguaçu**. Tubarão: Copiart, 2011.

SILVA, Ednaldo Jose do Nascimento de Assis; Diniz, Larissa Matos. **Questão etnicorracial**: uma problematização sobre a lei 10.639/03 e seus desdobramentos. In: I Curso de Formação Continuada em Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro- Brasileira Para Rede Estadual de Ensino. Anais.. Londrina, 2010.

SILVA. Márcia da. **Análise Política do Território**: Poder e Desenvolvimento no Centro-sul do Paraná. Ed. UNICENTRO, 2007.

VAZ, Terezinha Aguiar. **Lendário caminho do Peabiru, na Serra da Pitanga**. LUGAR DA EDITORA. 2002.

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DA FRONTEIRA NA CONSTRUÇÃO SOCIO-ESPACIAL DA AMAZÔNIA¹

Cláudia Pinheiro Nascimento²
Ana Paula Vidal Bastos³

RESUMO

A Amazônia se constitui hoje palco de muitas discussões, associadas sobretudo, a sua condição de desenvolvimento. Muitas são as perspectivas que permeiam as causas da condição atual da Amazônia no quadro social e econômico brasileiro, porém, grande parte destas, não conseguem apreender a realidade na sua totalidade, apresentando falhas quando utilizadas na construção de medidas para solução dos problemas apresentados. A complexidade da construção do espaço amazônico, requer uma leitura mais completa, envolvendo os diferentes elementos; econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Sendo assim, este trabalho se propõe a realizar uma leitura da formação sócio-espacial da Amazônia a partir do processo de incorporação da fronteira, na tentativa de permitir que se compreenda o porquê da condição atual de desenvolvimento amazônico.

Palavras-Chave: Fronteira, Amazônia, Formação Sócio-Espacial.

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 Discutindo Fronteira

A discussão sobre fronteira é um assunto que permeou grande parte da história da formação dos Estados Nacionais, pois está associado, sobretudo, a incorporação e consolidação dos espaços físicos e do domínio dos mesmos.

Ela é concebida no imaginário social como limite geográfico, cuja imagem traduz os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social.

Porém, a constituição da fronteira carrega em si, muito mais do que o estabelecimento de limites geográficos, seu estabelecimento não constitui um

¹ Reflexão realizada como parte da construção da tese da autora em questão.

² Doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. nascimento.cp@gmail.com.br

³ Doutora em Economia pela Universidade de Tsukuba, Institute of Policy and Planning Sciences, Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. pbastos@ufpa.br

processo natural, sem intenções e vontades, mas, carrega os interesses e necessidades do modo de produção dominante.

No caso da constituição da fronteira amazônica, seu processo de incorporação, está associado, sobretudo, a inserção do Brasil no capitalismo mundial e a organização causada por este na sociedade brasileira (CARDOSO e MULLER, 1977, BECKER, 1988).

Uma leitura de Marx, segundo Harvey (2005) afirma que o crescimento econômico no capitalismo, ocorre segundo um processo de contradições internas, que se manifesta na forma de crises. Crises estas que são inerentes ao modo de produção capitalista.

O Brasil neste momento vivenciava um período de crises, que representavam a necessidade de dar continuidade ao crescimento do centro dinâmico do Sudeste (MONTE-MÓR, 1994; CARDOSO e MULLER, 1977), e a solução para os problemas de tensão social que se estruturavam no Nordeste (IANNI, 1979).

As crises apresentam, porém, uma função importante, que é impor uma certa racionalidade no desenvolvimento econômico do capitalismo. “Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas, de fato criam condições que forcem algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista (HARVEY, 2005, p. 46-47).

A reação as crises, segundo Harvey (2005) será a renovação da acumulação como forma de sustentar o sistema capitalista, que ocorre através de mecanismos como: penetração de capital em novas esferas de atividade, da criação de novos desejos e novas necessidades de consumo, pela facilitação e estímulo para o crescimento populacional e pela expansão geográfica para novas áreas.

A criação de novos espaços para acumulação do capital foi o caminho tomado pelo capitalismo para a resolução da crise que se estruturava no Brasil. A Amazônia foi a região de expansão geográfica do capital, escolhida sobretudo, pelo seu elevado potencial natural e político, assim como, pela sua disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor.

Sendo assim, a fronteira amazônica compreendia os espaços necessários para a expansão do capitalismo, que segundo Luxemburgo (1988, p.31) para acumular, precisa alimentar-se de modos de produção não capitalistas, não de forma aleatória. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar a mais-valia, delas necessita como fonte de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial.

Compreende um processo que faz parte da tendência histórica do capital que é absorver e destruir os modos não capitalistas de produção, ao mesmo tempo, que utiliza os seus espaços para a acumulação do capital.

A incorporação da fronteira amazônica ocorreu segundo a lógica de expansão do capitalismo, por compreender um espaço ainda não dominado

pelo capital, com uma grande quantidade de riquezas naturais a serem exploradas e com um elevado potencial de mercado consumidor.

Na Amazônia a expansão do capitalismo, segundo Côrrea (1987, p. 57); ocorreu em três etapas, incluindo um conjunto de planos e políticas governamentais:

1. A primeira etapa se constitui em um controle do excedente demográfico rural, seja do Nordeste ou do Centro-Sul do país, com intuito de mandar para a Amazônia o excedente rural destas regiões, diminuindo assim o afluxo para as áreas metropolitanas, criando ao mesmo tempo na Amazônia um mercado de força de trabalho para o capital. A criação do PIN (Plano de Integração Nacional), em 1970 e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de onde se originaram os projetos de colonização dirigida, tanto ao longo da rodovia Transamazônica quanto da BR-364 que atravessa o Estado de RO, são resultantes da política implementada nessa primeira etapa.
2. O segundo passo constituía em incorporar a Amazônia ao mercado de consumo de produtos industrializados e de matérias-primas. Para que isso acontecesse era necessário criar uma rede de infraestrutura de estradas e rodovias, sendo assim criou em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o sudeste do país através de Brasília e mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR 364) e Santarém (Cuiabá-Santarém), com isso a produção do Sudeste tinha condições de chegar a Amazônia, assim como agora havia a possibilidade de enviar matérias-primas para o Sudeste. Com o intuito de se conhecer melhor os recursos naturais da Amazônia, que possibilitaria a implantação de grandes projetos que iriam propiciar a melhor exploração destes recursos foi criado em 1968, o Comitê Coordenador de Recursos Energéticos da Amazônia, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) em 1969, e do Projeto Radar da Amazônia (RADAM) em 1970. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967 veio viabilizar a implantação de um distrito industrial e que causou grandes mudanças na rede urbana.
3. A terceira etapa constituía-se pelo controle capitalista dos recursos naturais sobre a forma de apropriação de enormes extensões de terras ricas em madeiras, minérios e solos para a agropecuária. Com o intuito de viabilizar este propósito foi criado em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e organizou-se seu agente financeiro, o Banco da Amazônia S/A (BASA), órgão responsável pela ocupação privada da Amazônia.

O processo de incorporação capitalista da fronteira amazônica, concedeu a região a condição de fronteira econômica, produtora de recursos naturais, estando o Estado nacional, intimamente associado a este processo, tendo como objetivo o remodelamento de uma nova ordem espacial que visasse atender as demandas do mercado interno, desvinculando o Brasil das oscilações do mercado mundial.

O pacote de metas para que o processo de incorporação da fronteira fosse instaurado, incluía a construção de um ideal nacionalista, planos econômicos de desenvolvimento regional, o estabelecimento de órgãos governamentais e a construção de uma rede de infraestrutura de estradas e rodovias.

Apesar de todas as ações visarem a incorporação e o desenvolvimento das áreas agrícolas, a fronteira amazônica teve nas cidades a base do seu desenvolvimento, o que conferiu a região o status de “floresta urbanizada” (BECKER, 1990; CASTRO, 2010; TRINDADE Jr. 2013).

2.0 CONDIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

A incorporação dos espaços da Amazônia a partir da lógica de expansão do capitalismo, era condição quase que pré-estabelecida, pois a região consistia na última área de fronteira no Brasil, porém, este processo não ocorreu de forma aleatória, algumas mudanças no quadro econômico, social e até ideológico criaram as condições necessárias para que o processo se estabelecesse.

As transformações no modelo de ocupação e o estabelecimento da nova fronteira na Amazônia, só vai ser possível em virtude dos novos modelos de desenvolvimento econômico implantados no Brasil em meados de 1930, atingindo seu ápice após 1964 com o golpe militar.

A implantação do processo de industrialização no Brasil entre os anos de 1930 e 1960, embasado na terceira revolução industrial (das comunicações e informações) segundo Monte-Mór (1994, p. 172), foram os elementos responsáveis pela recente extensão das condições de produção a parcelas mais amplas dos espaços regionais e nacionais, o processo de urbanização extensiva¹, fator responsável pela expansão das fronteiras rumo a Amazônia.

¹ A urbanização extensiva pode ser definida segundo Monte-Mór (2004, p. 115) como a forma socioespacial que expande as condições urbano-industriais de produção e (reprodução) por sobre o espaço regional articulando o urbano e o rural em uma única e (virtualmente) integrada forma urbana, carregando também consigo as especificidades de polis e da civitas: a *praxis urbana*, a política e a cidadania. Monte-Mór (1994, p. 170)

Paralelamente ao processo de industrialização, temos a construção de uma identidade nacionalista, que teve o seu estabelecimento em 1930 com as políticas do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado a ideologia do regime, tendo sua materialização com o anúncio da Marcha para Oeste, em 1938.

Iniciado o processo de estabelecimento de uma identidade nacional, as justificativas criadas para a ocupação da Amazônia apresentavam relevância, e encontravam adeptos nos diferentes grupos sociais envolvidos.

Os discursos de Getúlio Vargas¹ na década de 1940 estavam impregnados das ideologias que justificavam a necessidade da construção de uma identidade nacional e, embasavam-se no enaltecimento da importância das nossas riquezas naturais, da ocupação dos vazios demográficos e da necessidade de unificar as fronteiras políticas as econômicas, no intuito de vencer a não correspondência entre o político e o econômico.

atribui a ideia de urbanização extensiva da derivação do termo de Henri Lefebvre de “zona urbana”, “no qual refere-se aquele estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, firmemente estabelecido dentro da cidade e controlando a sua região de influência, provoca a ruptura da cidade, em duas partes relacionais: o *core*, o centro/núcleo urbano, resultante do processo de *implosão* do *locus* do poder, marca da antiga cidade; e o *tecido urbano*, a trama de relações sócio espaciais que se estende à região resultante da *explosão* da cidade preexistente”.

¹ Segundo o discurso de Getúlio Vargas em 1940: “Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o *verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao Oeste*. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unicidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unicidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob esse aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeiras e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e como todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja o nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas fronteiras.” (VARGAS, sem data, p. 284-285 in VELHO, 1976, p. 148)

Estas constituíram as bases do discurso da incorporação da fronteira amazônica, e se tornaram justificativas para que o processo fosse implantado.

As políticas e ações que permitiriam a expansão da fronteira amazônica nas décadas posteriores continuaram a ser implementadas. No início dos anos de 1950, o nacionalismo e o intervencionismo estatal prosseguiram e se manifestaram na forma de medidas como a criação do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDES), o estabelecimento de categorias múltiplas para as importações (fato que serviu de um poderoso instrumento para a canalização das importações para setores considerados importantes para o desenvolvimento econômico de base), a fixação de limites para a remessa de lucros para o exterior e a criação da PETROBRAS (VELHO, 1976, p. 162).

Em 1956, é formulado o Plano de Metas, que agrupava quatro grandes conjuntos de objetivos: 1) investimentos diretos do governo no sistema de transporte e geração de energia; 2) ampliação e/ou instalação de setores de produção intermediária, com destaque para a siderurgia; 3) instalação das indústrias produtoras de bens de capital; 4) construção de uma nova sede administrativa do país, que acabou se tornando a sua capital, Brasília (RATTNER e UDRY, 1987).

Neste momento, verifica-se uma mudança na classe que comandava o desenvolvimento no Brasil, a burguesia nacional que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1930, passou a não ser mais o principal instrumento do estado para o desenvolvimento, em virtude das exigências crescentes de capital e tecnologia.

Isso não significou um simples desaparecimento da burguesia, muitos prosperaram com o crescimento industrial, mas os principais postos dos setores dinâmicos da economia foram assumidos diretamente pelo Estado ou por investidores estrangeiros (VELHO, 1976).

Essas mudanças no papel que a burguesia assumia na sociedade brasileira causou um descontentamento geral da classe, e foi um dos fatores determinantes para o apoio destes, no estabelecimento do golpe militar em 1964.

No plano social, outras transformações são verificadas, há um crescimento significativo da população economicamente ativa no setor secundário entre 1940 e 1980, e um declínio de mais de 60% da população ocupada no setor agrícola, somado a estas desigualdades temos uma forte concentração de renda (RATTNER e UDRY, 1987).

Em relação a produção agrícola esta cresceu de modo extensivo, ocupando novas terras, o que não descartou a ocorrência simultânea de um processo de modernização tecnológica, restrita a algumas regiões do Centro-Sul e às lavouras voltadas a exportação e para o fornecimento de matéria prima para as indústrias, o que levou ao aumento dos preços dos alimentos de necessidades básicas.

A deficiência de alimentos, configurará também como um dos argumentos para o processo de ocupação das terras amazônicas, onde o governo tentará nos seus projetos de colonização, viabilizar a pequena propriedade para aumentar a oferta de tais gêneros, apesar das grandes distâncias (RATTNER e UDRY, 1987)

De 1961 em diante o crescimento industrial brasileiro apresentou uma queda considerável e foi acompanhado por um período de crise política.

Segundo a CEPAL (COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A AMÉRICA LATINA), o processo de substituição de importações havia se completado, e qualquer novo crescimento dependeria de um alargamento do mercado consumidor, que serviria de base para a substituição de importações. Tudo isso, só poderia ser realizado através das chamadas reformas estruturais, que permitiria incorporar ao mercado as massas marginais, sendo que uma reforma agrária, estaria entre as primeiras ações (VELHO, 1976).

Quando o regime militar tomou o poder, o quadro político, econômico e ideológico já havia sido instaurado nos períodos anteriores, permitindo assim que as ações de incorporação da fronteira amazônica pudessem ser aplicadas.

É possível observar que a ocupação das terras amazônicas como parte das políticas do Estado autoritário, que se estabelecem a partir de 1964, não ocorreram de forma isolada, somente foi possível a sua concretização, em virtude, das mudanças no quadro político, econômico e ideológico que se estabelecia no Brasil desde meados de 1930, sobretudo com o estabelecimento das políticas do Estado Novo.

O governo militar quando assume o poder já possuía as condições básicas estabelecidas para a incorporação das terras amazônicas a fronteira brasileira e, foi sobretudo, o instrumento do capitalismo para que o processo fosse concretizado.

5.0 CARACTERÍSTICAS DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

A incorporação da fronteira amazônica compreendeu um processo permeado de elementos próprios que combinados concederam a região características peculiares.

Segundo Becker (1988) a flexibilidade é a característica mais marcante do processo de expansão da fronteira, que se traduz nas inúmeras formas de adaptação as novas conjunturas por parte dos agentes e das suas estratégias no processo de ocupação.

Esta flexibilidade, dependendo da forma como os diferentes elementos sociais, políticos e econômicos se arranjam, acarreta em diferenças na forma como o processo de ocupação ocorre.

Sendo assim, segundo Becker (1988, p.71) a fronteira amazônica pode ser caracterizada a partir de uma divisão em quatro períodos que leva em consideração os agentes e as estratégias de ocupação do espaço:

- 1) As décadas de 1950 e 1960 quando a fronteira teve um caráter agrícola, impulsionada por frações não monopolistas do capital;
- 2) Período pós década de 1969 quando passou a dominar a apropriação especulativa de terras, associada a atividades não produtivas, efetuada pela fração monopolista do capital;
- 3) A década de 1980 momento em que dominou o capital financeiro internacional, o grande capital parece se retrair na fronteira tendendo a se afirmar seletivamente. Os fazendeiros e os pecuaristas, dependem nesse momento de incentivos e de créditos que irá determinar se irão ampliar seus investimentos ou direcionar para produtos de exportação. Fortalece-se a condição de fronteira como “lócus” de pequenos produtores cuja capitalização decorre da acumulação proveniente de múltiplas atividades desenvolvidas pelos diferentes membros da família;
- 4) E por fim, a década de 1990 marcada por um duplo processo. A implantação da fronteira socioambiental que reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltada para uma visão interna da região e para os habitantes. E uma retomada do planejamento territorial da União fortalecendo o vetor tecno-industrial, reunindo interessados na mobilização de recursos naturais e negócios para a região, favorecendo a retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para a exportação, o que conflita com a fronteira socioambiental

Dentro destes quatro períodos podemos identificar diferentes grupos sociais envolvidos no processo de ocupação da fronteira amazônica, que segundo Rattner e Udry (1987, p. 54-55) englobam:

1. O primeiro formado pelos trabalhadores rurais sem-terra, deslocados para estas áreas em função do avanço das culturas mecanizadas da soja e da cana de açúcar;
2. O segundo grupo é representado pelos pequenos produtores rurais que perderam suas terras em consequência do avanço da agricultura mais intensificada e tecnificada, ou devido a construção de represas hidrelétricas que exigiram a desapropriação de suas terras;
3. O terceiro grupo é composto por numerosas tribos indígenas que sofreram o impacto do avanço da civilização urbano-industrial, quando suas

economias de subsistência entram em contato com a racionalidade dos empreendimentos capitalistas;

4. E por fim, as empresas modernas e altamente capitalizadas, de propriedade do capital nacional ou estrangeiro, atraídas para a região em função dos diferentes favores e incentivos fiscais e tributários concedidos pelo governo Federal.

Cada um destes grupos sociais não estiveram presentes de forma isolada em cada um dos períodos do processo de ocupação da fronteira, mas estiveram presentes em períodos concomitantes, sua diferenciação não ocorre somente por seus recursos, incluindo o nível de renda e escolarização, mas sobretudo, a sua inserção ou integração à sociedade e suas relações com os grupos detentores do poder, o que determina a sua capacidade de obter créditos, empréstimos ou subvenções (RATTNER e UDRY, 1987, p. 55).

A ação dos diferentes grupos na transformação do espaço é outro elemento importante na definição das características que a fronteira amazônica assume. O espaço neste momento, surge como o instrumento de concretização das ações do Estado, o econômico é reconsiderado em termos espaciais, a partir dos fluxos e estoques, ficando o Estado com a função de controlá-los e assegurar sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, produzindo seu próprio espaço (BECKER, 1988, p. 66).

Sendo assim, a fragmentação do espaço e a formação de novos territórios na fronteira resultam da interação de duas malhas territoriais de diferentes níveis; a) a malha sócio-política composta pelo espaço vivido construído pelos grupos sociais que concretamente se instalaram na fronteira, que dependendo do seu potencial político servem como grupo de pressão ou de manobra política, é institucionalizado, dando origem a novas unidades da federação, principalmente municípios; b) a malha político-ideológica constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho do Estado, em áreas dotadas de recursos estratégicos e conflitos potenciais ou reais, tais como áreas de limítrofe com outros países e áreas de conflitos com limites criados pela malha do espaço vivido (BECKER, 1988, p. 78)

É possível então, identificar uma primeira divisão do espaço amazônico na escala nacional/regional, representado pela divisão da Amazônia Legal. Essa homogeneidade regional é fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais: a Amazônia Oriental, onde é intensa a ação do aparelho do Estado, e Amazônia Ocidental (Principalmente norte do Mato Grosso) onde é forte a iniciativa privada.

A parte oriental acolheu, desde o início do século migrantes oriundos do Nordeste, ocupados na produção da castanha. Posteriormente, esse fluxo que dura até a década de 1960, encaminha-se para o sul do Pará e para o norte do Mato Grosso alojando-se com os migrantes da Belém-Brasília,

constituindo uma frente de trabalho aberta pelo governo naquela época (RATTNER e UDRY, 1987).

Os conflitos foram mais presentes na região Oriental, pois a fronteira fechou-se mais rapidamente o que levou o governo criar órgãos específicos para administrar a questão fundiária – GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), já na região do norte do Mato Grosso a ocupação foi realizada essencialmente pela iniciativa privada, o que sugeriu uma certa restrição ao acesso à terra (RATTNER e UDRY, 1987).

O caso da Amazônia Ocidental foi diferente, pois a origem dos seus migrantes remonta do fenômeno de fechamento da fronteira no Estado do Paraná, entre 1940 e 1960. O conjunto de experiências trazidas por estes migrantes é completamente diferente dos migrantes nordestinos e resultará numa forma diferenciada de organização do espaço amazônico.

O lado Ocidental era mais favorecido do ponto de vista da qualidade das terras e das condições para a fixação definitiva do homem para a acumulação do capital, porém existia uma certa fragilidade institucional que possibilitava conflitos com relação a terra (RATTNER e UDRY, 1987)

Os conjuntos sub-regionais, por sua vez, são divididas em unidades pelas sociedades locais em: 1) território de ocupação induzida pela Belém-Brasília e pelo crédito para a pecuária, o primeiro a ser ocupado, onde dominam os fazendeiros individuais e os pequenos produtores; 2) o território de ocupação dinamizada por incentivos fiscais, de domínio da grande empresa agropecuária, com trabalhador assalariado, no sul do Pará e no quadrante nordeste do Mato Grosso; 3) o território de ocupação dirigida pela colonização oficial da transamazônica e Rondônia onde dominam colonos com trabalho familiar; 4) os enclaves de ocupação tradicional, onde latifundiários tradicionais, fazendeiros e posseiros disputam a terra, e a gestão do governo central passou a ser direta (GETAT); 5) o território da colonização particular, na órbita da rodovia Cuiabá-Santarém, na verdade territórios, dado a variedade de colonos em termos de grau de capitalização e de controle o organização que exercem e por fim uma nova malha que se justapõem ou interpõem as anteriores formada pelas empresas agropecuárias e grandes projetos de exploração mineral (BECKER, 1988, p. 81).

Cada uma destas áreas apresenta como característica em comum, comportarem diferentes conflitos pela posse da terra, devido não existir no Brasil uma política fundiária nacional.

Os diferentes objetivos dos grupos sociais participantes da incorporação da fronteira chocam-se entre si, os programas de desenvolvimento do governo federal entram em conflito com a meta dos assentamentos de migrantes, assim como o estabelecimento das indústrias minerais e agropecuárias.

Rattner e Udry (1987, p.40) identificam três frentes de conflito na fronteira amazônica; a primeira formada por trabalhadores assalariados rurais,

do Centro-Sul, a segunda composta por posseiros, que tradicionalmente relutam em abandonar a terra, ou então conseguem comprovar ao governo um período de ocupação de no mínimo cinco anos para fazer jus ao título de propriedade e a terceira composta por trabalhadores sem-terra e migrantes. Configurando braços disponíveis para o trabalho de quem possa eventualmente emprega-los.

É possível acrescentar ainda, a frente de conflito formada pelos povos indígenas que não aceitam a ocupação de suas terras, as considerando como suas, mesmo sem o documento da terra, e a frente de conflito gerada com a implantação das empresas minerais e agropecuárias.

O grande vetor de todos estes conflitos é a condição jurídica da terra, a falta de legalização de títulos de posse ou de propriedade, sempre atuou como elemento propulsor das suas disputas.

No Brasil, o Estado assume o papel de definidor da propriedade, esta costuma ser titulada antes de ser ocupada. Herança trazida desde a implantação do Brasil colônia, com o estabelecimento das capitânicas hereditárias e sesmarias.

Pouco se desenvolveu no Brasil quanto aos seus sistemas de titular, cadastrar e registrar as terras, o maior desenvolvimento diz respeito aos aspectos tributários, cujo discurso visa a taxaço no intuito de um maior aproveitamento social (RATTNER e UDRY, 1987).

Na fronteira a questão da legalização assume uma importância maior, sobretudo, para os diferentes grupos sociais envolvidos na ocupação do espaço. A legalização é tida como uma condição prévia para fomentar a ocupação e o desenvolvimento, e o Estado não apresenta mecanismos para conseguir tal feito.

Outro aspecto importante, é que não são desenvolvidos meios de prevenção dos conflitos pela terra, seja na fixação dos contingentes migratórios ou no aprimoramento na demarcação de terras (RATTNER e UDRY, 1987).

5.1 A IMPLANTAÇÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

A implantação da fronteira amazônica ocorre sobretudo, com o estabelecimento das políticas do regime militar que passaram a vigorar a partir do golpe que ocorre em 1964. Quando o regime militar se estabelece, as condições para a incorporação das terras amazônicas já haviam sido implantadas, permitindo assim, a aplicação efetiva das ações.

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas, estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo.

O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia (CARDOSO e MUELLER, 1977).

A integração atendia a vários propósitos simultaneamente, e incluía a burguesia nacional, o capital estrangeiro e o Estado Brasileiro.

Segundo Ianni (1979, p.36), durante os anos de 1964-1969, a problemática amazônica era tratada pelos governos federal, estaduais, territoriais e municipais dentro da perspectiva de vazio demográfico, vazio econômico, escassez de recursos de capital, dispersão de recursos humanos e econômicos, insuficiência de meios de transportes e comunicações, predomínio de atividades econômicas e extrativistas, identificação entre borracha e Amazônia, populações e culturas indígenas desconhecidas, terras virgens ou pouco cultivadas, fartas e talvez férteis ou ricas, inclusive em minerais, cobiça internacional e geopolítica.

O Estado apresentou um papel muito importante dentro das políticas de incorporação da Amazônia, foi o responsável pelos investimentos em infraestrutura, o avalista e o repassador dos recursos vindos do exterior além de estabelecer o conjunto de políticas que concretizariam o propósito de incorporação capitalista da Amazônia.

Todos esses fatores, o controle do excedente rural e a criação de força de trabalho disponível para o capital, a inserção da Amazônia no mercado capitalista de produtos e o controle dos recursos naturais são as bases em que se ergueu a “fronteira do capital” na Amazônia (RATTNER e UDRY, 1987).

O processo de constituição da fronteira amazônica segundo Becker (1980, p. 15) ocorre como parte integrante da sociedade nacional, associado ao modelo de crescimento intensivo de capital e possibilitado pela mediação do Estado. Este processo somente pode ser viabilizado, pois o espaço amazônico não se encontrava totalmente estruturado, fator determinante para a concretização do processo.

As políticas de expansão da fronteira amazônica começaram a ser implantadas com maior intensidade durante o regime militar e estavam regadas pelas ideias da Escola Superior de Guerra (ESG), onde existia a crença de uma política de integração da segurança nacional sob a tutela de um Governo Federal forte (HENRIQUES, 1985).

A seca na região nordeste no ano de 1969/70 acelerou a intervenção do governo federal para viabilizar as políticas de colonização para a região Amazônica. A população rural constituía-se como um problema pela sua volatilidade, eram migrantes em potencial e os centros urbanos já apresentavam sinais de inchaço e demandas por saúde, habitação e serviços públicos.

Essas políticas representaram, por outro lado, uma forma de aliviar as tensões sociais no campo sem que necessariamente se realizasse uma reforma agrária (IANNI, 1979).

Segundo Martins (2014, p.76) o governo militar socializou os custos de ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para a sociedade o custo da não realização de uma reforma agrária quando optou por um modelo concentracionista de propriedade e não por um modelo distributivista, que vinha sendo reivindicado pelos movimentos camponeses antes do golpe de Estado.

O sentido dessa opção estava no fato de que o Golpe de Estado havia sido financiado e apoiado pela classe de proprietários de terra e das oligarquias tradicionais, na tentativa de conter uma suposta revolução agrária de caráter comunista, orientada pelos camponeses pobres, sobretudo, do Nordeste brasileiro (MARTINS, 2014).

Em virtude do apoio que a classe agrária brasileira concedeu aos militares no Golpe de Estado, grande parte das ações e políticas de incorporação das terras amazônicas tiveram como foco atender às necessidades dos grandes proprietários de terra no Brasil.

O governo Federal neste momento apresentou um papel de fundamental importância na consolidação da fronteira amazônica, concedeu às grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais na forma de descontos de até 50% do imposto de renda nos empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era de que esse dinheiro deveria ser depositado no Banco da Amazônia, um banco federal e que após a aprovação de um projeto de investimento pelas autoridades, o recurso fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa agropecuária ou industrial na Amazônia, tratava-se de uma doação e não de um empréstimo (MARTINS, 2014).

A ação privada foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, na indústria e projetos de mineração.

O foco das políticas governamentais implantadas na Amazônia foram as áreas rurais, seja na forma de projetos de colonização, de mineração ou projetos agropecuários.

Contudo, a expansão da fronteira não pode ser resumida somente a um fenômeno essencialmente agrícola, compreende a associação de várias frentes; agrícola, pastoril, extrativa (mineral e florestal), financeira (representada pela apropriação não produtiva da terra), tendo as cidades como base logística para que o projeto de rápida ocupação se estabelecesse (BECKER, 1990a).

Apesar do processo parecer essencialmente agrícola, a expansão da fronteira amazônica teve como base as cidades, podendo ser caracterizado como um fenômeno que teve no urbano a sua base de implantação.

CONCLUSÃO

O estudo da fronteira como categoria de análise nos permite compreender muitos dos aspectos presentes na constituição da formação Sócio-Espacial de uma sociedade, em virtude dos diferentes papéis que assume, dos conflitos que carrega, das classes sociais envolvidas e suas diferentes temporalidades.

No Brasil, o estabelecimento das suas fronteiras esteve associado a construção dos elementos que compõem sua sociedade. Este processo, porém, não se constituiu de forma natural, sem intenções e vontades, ocorreu sempre em virtude dos interesses do capital.

Foi o capital internacional o responsável pela implantação das primeiras fronteiras no Brasil, uma vez que, as terras brasileiras constituíam a região disponível para expansão do capitalismo português, que necessitava de matéria prima, mercado consumidor e mão de obra para se renovar. O fato de não haver uma sociedade organizada economicamente dentro dos moldes capitalistas no Brasil, foi de fundamental importância para a expansão da fronteira que não encontrou obstáculos para sua reprodução dentro dos seus moldes.

Muitas heranças deste período estão presentes na sociedade atual, como nossa estrutura fundiária baseada nos latifúndios, e nossa vocação agrícola. Não se pode esquecer, os hábitos e costumes presentes na sociedade, frutos desta época.

Já o estabelecimento da fronteira amazônica traz consigo muitas das características e heranças da implantação das primeiras fronteiras no Brasil, porém, ocorre dentro de um outro contexto, o do estabelecimento das crises internas no modo de produção dominante.

A incorporação da fronteira amazônica ocorre dentro de um contexto de expansão do capitalismo no Brasil, quando a produção industrial do Centro-Sul do país necessitava se expandir, sendo assim, a fronteira amazônica vai apresentar características próprias na forma como se implanta.

O Estado Nacional foi o responsável pela implantação da fronteira e as políticas regionais o caminho utilizado, porém, toda uma gama de políticas foi implantada anteriormente, juntamente com a construção de um ideal nacionalista para que o processo pudesse ser estabelecido.

A Amazônia foi a região de expansão geográfica do capital, escolhida sobretudo, pelo seu elevado potencial natural e político, assim como, pela sua disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor, porém, este processo apresenta como resultado custos sociais, que se manifestam na forma de diferentes conflitos, pois sua constituição envolve diferentes grupos sociais e suas diferentes formas de apropriação do espaço.

Uma leitura do processo de formação sócio-espacial da Amazônia a partir da perspectiva de incorporação da fronteira, nos permite compreender

como ocorreu a transformação destes espaços, a forma como se estruturaram, seus conflitos e interesses envolvidos, o que facilita a construção de soluções para os problemas e conflitos, tão presentes nesta região.

Bibliografia

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.40, n.01, p. 111-122, 1978.

_____. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982, p. 233.

_____. **SIGNIFICÂNCIA CONTEMPORÂNEA DA FRONTEIRA: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. In: FRONTEIRAS, Catherine Aubertin (Org). Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 60-89.

_____. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.51, n.04, p. 07-20, 1989.

_____. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K., MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990a, p. 131-144.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. São Paulo: Ática, 2004.168p.

BECKER, B. K. EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. 268 p. (Coleção Geografia)

BOMFIM, P. R. de A. FRONTEIRA AMAZÔNICA E PLANEJAMENTO NA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: INUNDAR A HILEIA DE CIVILIZAÇÃO? **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.30, n.1, p. 13-33, 2010.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977. 205p.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v.08, n.2, p.05-40, 2005.

_____. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Orgs). *Amazônia: Região Universal e Teatro Mundial*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p. 105-122.

- CORRÊA, R. L. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p.39-68, 1987.
- COSTA, J. M. M. da. Amazônia: Recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuição para o debate). In: Amazônia desenvolvimento e ocupação. José Marcelino Monteiro da Costa (Ed.) Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1979, p. 37-88.
- COSTA, W. M. DA. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1997.
- COURLET, C. Globalização e fronteira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1, p. 11-22, 1996.
- FEARNSIDE, P. M. Environmental change and deforestation in the Brazilian Amazon. In: HEMMING, J. (ed.) **Change in the Amazon Basin: man's impact on forest and rivers**, v. 01. Manchester/UK, 1985, p. 70-89.
- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 350p.
- GODFREY, B.J. FRENTE DE EXPANSÃO NA AMAZÔNIA: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA-HISTÓRICA. **Revista Geosul**, Florianópolis, n.01, p. 7-19, 1989.
- HARVEY, D. **A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. 251p.
- HENRIQUES, M. H. F. T. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3/4, jul-dez. 1984.
- _____. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.46, n.3/4, jun-dez. 1985.
- _____. Os colonos de Rondônia: Conquistas e Frustrações. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.47, n.3/4, jun-mar. 1986.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, 137p.
- KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 06, n. 16, p. 81-102, 1992.
- _____. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

- LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola da Amazônia. In: FRONTEIRAS, Catherine Aubertin (Org). Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 90-129.
- LOUREIRO, R. V. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo – Anticrítica**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 195p.
- MACHADO, L. O. **Significado e configuração de uma fronteira na Amazônia**. Belém: SBPC, 1983. 23p.
- _____. **Urbanização e monopólio do espaço: o exemplo da Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. 34p.
- _____. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n. 02, p. 27-55, 1992.
- _____. **Sistemas, fronteiras e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 2-9, 2002.
- MAHAR, D.J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1979. 259p
- _____. *Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region*. Washington, Word Bank Publication, 1989.
- MARTINS, J. de S. **FRONTEIRA: A degradação do outro nos confins do humano**. 2ª Ed. São Paulo: editora contexto, 2014.
- MÉLO, J. L B.de. REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE A FRONTEIRA. In: CASTELO, I. R.; KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄFFER, N. O.; STROHAECKER, T. M.; (Orgs) **Fronteiras na América Latina: Espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul-Fundação de Economia e Estatística, p. 68-74, 1997.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo Tardio**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 29-52.
- MONBEIG, P. **Pioniers et Planteurs de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952. 376p.
- MONTE-MOR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 169-181, 1994.
- _____. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad. p. 112-122, 2004.
- _____. A questão urbana e o planejamento no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M. B. (Orgs). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 429-448.

- _____. O que é o urbano, no mundo contemporâneo? Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006, p.14. (Texto para discussão, 281, disponível em www.cedeplar.ufmg.br/publicações).
- NASCIMENTO, C. P. Cenários da Produção Espacial Urbana de Porto Velho. 2009. 210p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Porto Velho, 2009.
- PRADO Jr, C. **Evolução Política no Brasil e outros Ensaio**s. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- _____. **A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. 390 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- RATTNER, H.; UDRY, O. **COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: Expansão e Conflitos**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1987. 90p.
- REGO, N. CAPITALISMO, NATUREZA E FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v.14, p.80-87, jul, 1986.
- RIBEIRO, M. A. C. Amazônia: A dimensão do urbano e a qualidade ambiental. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.57, n. 02, p. 41-65, 1995.
- _____. A dimensão urbana da questão ambiental na Amazônia. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 16, n. 01, p. 83-100, 1996.
- SANTOS, C. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2001.202p.
- SANTOS, M. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1965.
- _____. **A Urbanização Desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980. 128p.
- _____. **Espaço e Sociedade**. 2.ed. Petropolis: Vozes,1982.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 9)
- _____. **A Urbanização Brasileira**. 5^a.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, N. P. D. SOCIEDADE, AMBIENTE E FONTEIRAS NA AMAZÔNIA: ALGUNS TÓPICOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS. **Revista TEXTOS & DEBATES**, Boa Vista, n.22, p.105-117, 2012.

- SILVA, J. G. da. **A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, G. V. A FRONTEIRA POLÍTICA: Alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. Macapá. **Revista Acta Geográfica**, Macapá, ano II, v. 04, p. 7-15, 2008.
- SILVA, M. S. H.; SILVA, S. S. dos. FRONTEIRA: UMA CATEGORIA HISTÓRICA. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG**, Goiás, V. II, n. 5, p. 1-9, 2008a.
- TRINDADE JR., S-C. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 135-151, 2011.
- VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato no Brasil.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- _____. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, 178p.
- VICENTINI, Y. **A Cidade e História na Amazônia.** Curitiba: Editora da UFPR, 2004, 287 p.

REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ: A PARTIR DA DINÂMICA DO SETOR PRODUTIVO¹

Carlos Cassemiro Casaril²

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é analisar a dinâmica do setor produtivo da rede urbana de Francisco Beltrão, com destaque para análise das interações espaciais concretizadas via exportações e importações, realizadas por empresas do setor produtivo e, por empresas especializadas em comércio exterior. Ao se analisar a dinâmica atual do setor produtivo, verificou-se que, a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, se amplia a complexidade da rede. Cidades locais que só mantinham relações com suas áreas rurais e com centros de sua rede, passam a realizar interações diretamente com outros países. Deste modo, uma das explicações para essa problemática, esta no fato de cada centro urbano situar-se em pelo menos duas redes. Uma formada pelo REGIC e outra por fluxos irregulares e não sistemáticos, expressando continuidades e descontinuidades.

Palavras-Chave: Rede Urbana, Francisco Beltrão, Setor Produtivo.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar a dinâmica do setor produtivo da rede urbana de Francisco Beltrão, com destaque para análise das interações espaciais concretizadas via exportações e importações, realizadas por empresas do setor produtivo e, por empresas especializadas em comércio exterior.

A configuração atual da rede urbana que estamos analisando foi alcançada através do trabalho denominado de REGIC - Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008). A partir deste trabalho, a rede urbana de Francisco

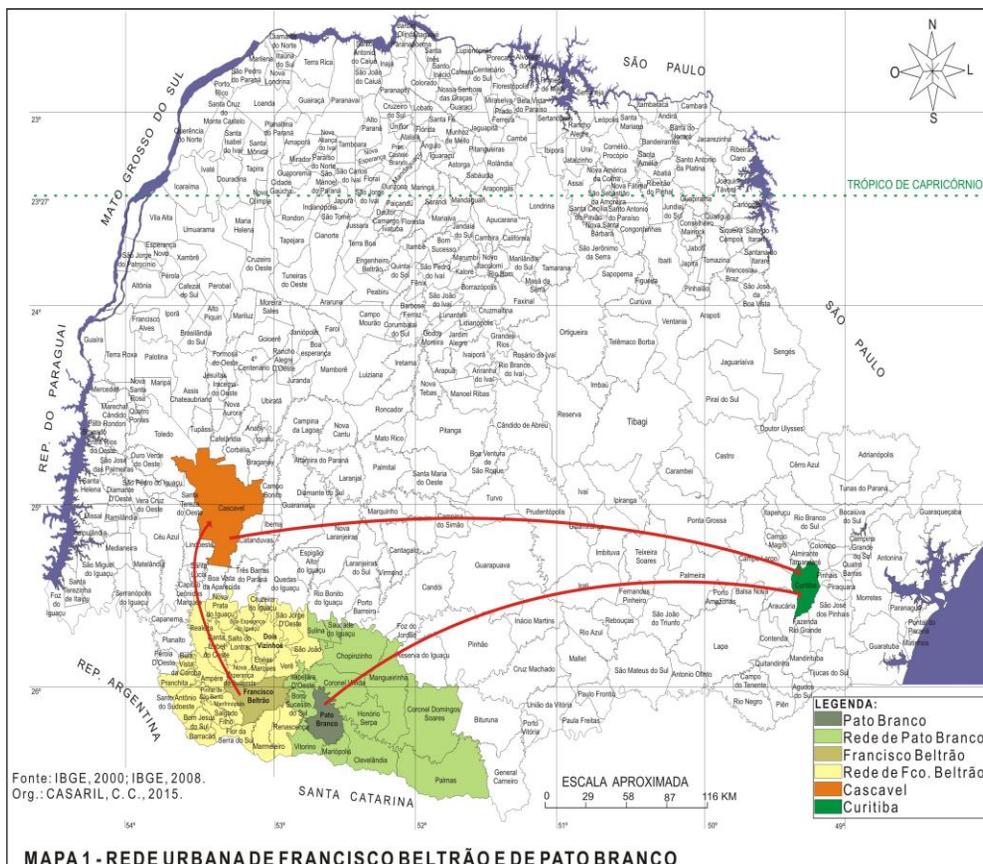
¹ As informações apresentadas neste trabalho são parte integrante da tese de doutorado intitulada “A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (CASARIL, 2014) e, sua primeira versão como trabalho completo foi apresentada no XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.

² PPGG UNIOESTE –Francisco Beltrão – PR.Bolsa PNPd-CAPES² carloscasaril@yahoo.com.br

Beltrão é formada pela cidade de Francisco Beltrão e por mais 24 centros e, é polarizada por Cascavel (mapa 1). Francisco Beltrão e Dois Vizinhos possuem o maior percentual de população urbana, 85,43% e 77,67%, respectivamente (IBGE, 2010), além de serem os dois maiores centros da rede, de possuírem os maiores níveis hierárquicos (Francisco Beltrão, “Centro Sub-regional A” e Dois Vizinhos, “Centro de Zona A”) e os que possuem o maior número de atividades industriais, de comércio e de serviços. Vale ressaltar que, na mesorregião Sudoeste Paranaense, existem duas redes urbanas, uma comandada por Francisco Beltrão e a outra polarizada por Pato Branco.

A rede desenvolveu uma urbanização reduzida, pois seu patamar era de apenas 16%, em 1970 e evoluiu para 67,42% em 2010. Uma taxa de urbanização menor que a nacional (84,4%), menor que a do Estado (85%), menor que a do Sudoeste do PR (70,23%) e menor que a da rede de Pato Branco (76,78%). Um fato que corrobora para que a rede possua um baixo índice de urbanização é que, dos 25 centros da rede, nove possuem maior porcentagem de população rural e seis possuem população rural na faixa dos 40% (IBGE, 2010).

Nenhum centro da rede possuía população urbana superior a 50% em 1970 e, em 1980, apenas Francisco Beltrão alcançara este índice (58,43%). Já em 2010, 16 centros ultrapassaram os 50% de urbanização, ou seja, somente 64% dos centros da rede possuíam taxas urbanas superiores as rurais.



Entre os Censos Demográficos (IBGE, 2000a; IBGE, 2010), ocorreu uma diminuição da população da rede. Destacando que, todos os 25 centros da rede ganharam população urbana, mas 11 centros perderam população total e todos diminuíram população rural. A população total da rede diminuiu em 163.213 habitantes (ou - 34,56%), os habitantes urbanos diminuíram em 74.452 pessoas (- 26,30%) e a população rural recua em 88.761 habitantes (- 46,82%). Porém, como verificamos, todos os centros da rede (IBGE, 2010) haviam ganhado população urbana, e a resposta para terem perdido 26,30% de urbanos em relação ao Censo de 2000, deve-se em parte à saída de quatro centros da rede, pois mesmo com a entrada de outros quatro centros, a população urbana dos que saíram da rede era superior, isso comparando os REGIC (IBGE, 2000b; IBGE, 2008), basta verificar o quadro 1.

Quadro 1 - Variação Demográfica entre os Censos de 2000 e 2010

Centros da Rede	População 2000			População 2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Francisco Beltrão	67.132	54.831	12.301	78.957	67.456	11.501
Ampére	15.623	10.403	5.220	17.308	13.257	4.051
Barracão	9.271	5.825	3.446	9.737	7.015	2.722
Bela Vista da Caroba				3.939	1.038	2.901
Boa Esp. do Iguaçu	3.107	564	2.543	2.768	957	1.811
Bom Jesus do Sul				3.796	933	2.863
Capanema	18.239	9.311	8.928			
Cruzeiro do Iguaçu	4.394	2.214	2.180	4.274	2.619	1.655
Dois Vizinhos	31.986	22.382	9.604	36.198	28.115	8.083
Enéas Marques	6.382	1.250	5.132	6.101	2.126	3.975
Flor da Serra do Sul	5.059	590	4.469	4.725	1.644	3.081
Itapejara do Oeste	9.162	4.961	4.201			
Manfrinópolis				3.127	652	2.475
Marmeleiro	13.665	7.168	6.497	13.909	8.835	5.074
Nova Esp. Sudoeste	5.258	1.224	4.034	5.110	1.753	3.357
Nova Prata do	10.39	5.311	5.086	10.369	6.066	4.303

Iguaçu	7					
Pérola d'Oeste	7.354	2.720	4.634			
Pinhal de São Bento	2.560	737	1.823	2.620	1.162	1.458
Planalto	14.122	4.814	9.308			
Pranchita	6.260	3.160	3.100	5.632	3.609	2.023
Realeza	16.023	9.951	6.072	16.348	11.808	4.540
Renascença	6.959	2.928	4.031	6.810	3.483	3.327
Salgado Filho	5.338	2.158	3.180	4.403	2.252	2.151
Salto do Lontra	12.757	5.602	7.155	13.672	7.429	6.243
Santa Isabel do Oeste	11.711	5.695	6.016	13.134	7.427	5.707
Santo Ant. do SW	17.870	10.814	7.056	18.905	13.712	5.193
São João				10.607	6.746	3.861
São Jorge d'Oeste	9.307	4.511	4.796	9.085	5.214	3.871
Verê	8.721	3.029	5.692	7.879	3.284	4.595
TOTAL	472.626	283.044	189.582	309.413	208.592	100.821
Porcentagem	%	60%	40%	%	67,42%	32,58%
Legenda:	Variação em relação ao Censo anterior:			Positiva	Negativa	

Obs.: para o ano de 2000 utilizou-se o REGIC publicado em 2000 para compor a rede de Francisco Beltrão e, para 2010 utilizou-se o REGIC publicado em 2008. A diferença entre estes REGICs foi a entrada de Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e São João e, a saída da rede dos centros de Capanema, Itapejara d'Oeste, Pérola d'Oeste e Planalto.

Podemos considerar a maioria dos centros da rede de Francisco Beltrão como cidades locais, aqueles que estão na confluência do rural com o urbano (CORRÊA, 1999; CORRÊA, 2011), sendo uma tarefa árdua diferenciá-los. Mas podemos dizer que, os dois principais centros da rede, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, são cidades pequenas, sendo que a primeira apresenta-se em nível superior, devido sua dinâmica, podemos até considerá-la como estando no limiar entre a cidade pequena, propriamente dita e a cidade média, mas que, sobretudo, trata-se de uma cidade regional, pois possui uma capacidade de organização e direção da vida regional. Vale relativizar que, Francisco Beltrão se enquadra na rede urbana nacional como um “Centro Sub-Regional A”, porém seu enquadramento altera-se quando analisamos este centro urbano e sua rede no Estado do Paraná, pois se apresenta com uma dinâmica muito mais ampla, sobretudo, quando analisamos seu papel no Sudoeste do Paraná, pois neste último papel/função Francisco Beltrão pode ser considerada como uma cidade média (como alguns pesquisadores o querem), levando em conta, sobretudo, o papel que esta cidade possui de comandar e gerir a região e, não somente dados demográficos.

A Dinâmica Atual do Setor Produtivo e suas Contemporâneas Interações Espaciais

Nesta parte analisam-se as interações contemporâneas mantidas pela rede via balança comercial (exportações e importações), destacando *pari passu* as principais empresas produtivas instaladas nos centros da rede. Vale informar que, este estudo diz respeito a uma análise qualitativa da dinâmica atual da rede.

A rede vem passando por importantes transformações desde os anos 1990¹, com aumento significativo do número de seus estabelecimentos, bem como da diversificação de suas atividades. O número de estabelecimentos agropecuários aumentou de 49 em 1990, para 471 em 2000, atingindo 644 em 2010, totalizando 7,79% dos estabelecimentos da rede. Os estabelecimentos industriais aumentaram de 417 em 1990, para 860 em 2000 e, em 2010, totalizaram 1562 unidades industriais, ou 18,89% dos estabelecimentos da rede. Já os estabelecimentos do setor terciário que

¹ Importante destacar que, para 1990, utilizou-se o REGIC publicado em 1987 para formar a rede, que por sua vez, contabilizou 14 centros na rede e, para os demais anos (utilizou-se os dois últimos REGICs), a rede de Francisco Beltrão somou 25 centros. Desta forma, temos que fazer a ressalva, de que aumentaram o número de estabelecimentos, juntamente com o de cidades na rede, mas foi entre os anos 2000 e 2010, quando a rede continuou formada por 25 centros, que o número de estabelecimentos mais se expandiu.

somavam 1388, em 1990, passaram a 3226, em 2000 e atingiram 6064 estabelecimentos em 2010, totalizando 73,32% dos estabelecimentos na rede (BRASIL, 1990, 2000, 2010).

Assim, se verificarmos o número de estabelecimentos e de empregos gerados por cada setor (secundário e terciário), somados aos seus respectivos PIBs, poderemos falar claramente que os centros da rede, concentram seus maiores números de empregos no setor terciário e possuem seus maiores PIBs, igualmente no setor terciário, onde somente quatro centros da rede apresentaram em 2010 seus maiores PIBs no setor agropecuário (Bom Jesus do Sul; Enéas Marques; Manfrinópolis e Nova Esperança do Sudoeste), estes apresentam funções urbanas reduzidas, capazes de satisfazer somente suas necessidades mínimas. Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Ampére, possuíam fortes dinâmicas no setor industrial, onde seus PIBs e empregos industriais somavam, em Ampére, 27,09% do PIB e 2.860, ou 65,55% dos empregos¹; em Dois Vizinhos, 31,85% do PIB e 4.767, ou 47,85% das ocupações e em Francisco Beltrão, 25,85% do PIB e 8.717, ou 40,12% dos empregos no setor industrial (IPEA, 2010; BRASIL, 2010). Assim, podemos dizer que, estes três centros possuíam fortes dinâmicas no setor industrial e, sobretudo, Ampére tinha seu principal papel, representado pela função industrial. Contudo, os outros dois centros, apesar de possuírem forte função industrial, ao mesmo tempo, possuíam uma vigorosa função no terciário. Assim, Francisco Beltrão por ser a principal centralidade da rede, possuía forte dinâmica no setor terciário, porém uma dinâmica que fortalece sua centralidade e suas interações (renda básica, ou seja, aquela que tem vinculações interurbanas) com destaque para a área comercial e os serviços (sobretudo, o setor da saúde e das IES – Instituições de Ensino Superior, além de uma pequena parte do comércio em geral que contribuem para o deslocamento da população da rede em direção à centralidade principal). Dois Vizinhos, também possui uma centralidade, mesmo que reduzida, que proporciona fluxos (renda básica) com destaque para o setor comercial e de prestação de serviços (comércio em geral e IES).

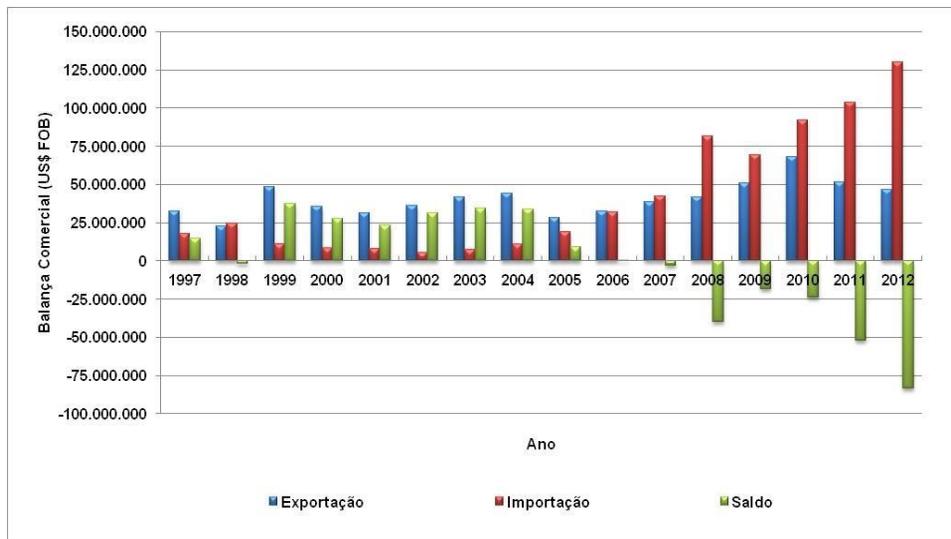
Mas como veremos, o setor produtivo dos centros da rede são os principais fomentadores do que Alexander (1969) denomina de renda básica, aquelas que ampliam as interações interurbanas, pois a partir destas, a rede

¹ Ampére é um dos exemplos de desenvolvimento regional via industrialização, realizado após os anos 1980. Esse município que antes era dependente basicamente do setor rural, passou por uma mudança em sua dinâmica, onde os industriais do setor moveleiro e do vestuário passaram a instalar suas empresas e a modernizá-las, passando a produzir para atender a demanda nacional e não apenas regional, desse modo, o setor industrial gerou em 2010, 2.860 empregos (65,55% do total de empregos). População total 17.308 habitantes, destes 13.257 são habitantes urbanos (21,57% da população urbana estão ocupados no setor industrial).

amplia seus alcances para centros de todas as regiões brasileiras, não nos esquecendo da dinâmica proporcionada via exportações e importações de e para outros países.

No gráfico 1, apresenta-se a balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão entre os anos de 1997 e 2012 (dados disponibilizados pela SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior). Estes dados demonstram que em 1998 a balança comercial da rede foi negativa, mantendo-se positiva até o ano de 2006, quando a partir de 2007 o saldo negativo da balança comercial só veio a aumentar. Em 2007, foram exportados US\$ 38.882.365 e importados US\$42.210.481, ou seja, inicia-se aí um saldo negativo de US\$ 3.328.116 na balança comercial da rede, chegando a atingir em 2012, uma exportação de US\$ 46.612.364 e uma importação de US\$129.918.923, ou seja, um saldo negativo de US\$ 83.306.559 na balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão. E, uma das explicações deste fato, diz respeito, sobretudo, ao aumento das importações realizadas pelo centro urbano de Barracão, uma cidade de fronteira, que faz divisa com a cidade de Bernardo de Irigoyen – Argentina.

Gráfico 1 – Balança comercial da rede urbana de Francisco Beltrão – PR (1997-2013)



Fonte: SECEX, 2012. Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Na tabela 1, verificam-se os centros urbanos da rede que realizaram exportações nos anos de 2007, 2009 e 2011.

Tabela 1 – Cidades exportadoras da Rede de Francisco Beltrão (2007-2009-2011)

Centros da Rede de Francisco Beltrão que realizaram exportações	2007 (Jan/Dez)			2009 (Jan/Dez)			2011 (Jan/Dez)		
	US\$ O.B. ¹	F.	%	US\$ O.B.	F.	%	US\$ O.B.	F.	%
Ampére	1.742.671		4,48	1.329.773		2,64	2.516.061		4,99
Barracão	2.978.720		7,66	3.416.691		6,77	2.918.097		5,79
Dois Vizinhos	3.138.730		8,07	2.741.220		5,43	7.496.232		14,86
Enéas Marques	4.082.154		10,50	1.084.397		2,15	3.410.567		6,76
Flor da Serra do Sul	17.328		0,04				147.708		0,29
Francisco Beltrão	14.335.077		36,87	12.188.245		24,17	7.200.137		14,28
Marmeleiro	44.853		0,12				255.816		0,51
Realeza							42.350		0,08
Renascença	7.431		0,02						
Santa Izabel do Oeste	4.410.485		11,34	2.655.930		5,27	11.025.148		21,86

¹ As exportações estão expressas em US\$ **FOB** e, estas três letras apresentadas logo após a simbologia da moeda norte-americana, são as iniciais da expressão inglesa *Free On Board*. “[...] Quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. [...] *Free*, significa que a mercadoria já deve ter sido desembarçada na alfândega de partida e estar livre para ser levada. Essa expressão faz parte dos chamados Incoterms, ou seja, *International Commercial Terms*, compilados e normatizados pela Câmara de Comércio Internacional (CCI). Existem muitos outros que representam diferentes cláusulas de contrato de comércio exterior. CIF é a sigla de *Cost, Insurance and Freight*. Nessa modalidade, o exportador se responsabiliza pela entrega da mercadoria no porto de destino, com despesas de transporte e seguro pagas. Se no FOB a responsabilidade do exportador acaba quando a mercadoria entra no navio, no CIF ela só termina quando a carga chega ao seu destino. Inicialmente, as siglas eram usadas apenas em transações de exportação/importação por via aquática. Porém, passaram a ser aplicadas também no mercado interno. Há até as variações FOB Fábrica, quando o comprador retira a mercadoria na fábrica, e FOB Cidade, usada quando o vendedor leva o produto até a transportadora indicada pelo cliente” (Wolffenbüttel, 2006, s./p.).

Santo Antônio do Sudoeste	380.099	0,98	205.379	0,41	900.000	1,78
São João	7.607.781	19,57	26.815.460	53,17	15.439.291	30,61
Verê	137.036	0,35				
Total	38.882.365	100	50.437.095	100	51.351.407	100

Fonte: SECEX, 2007; 2009; 2011.

Org.: CASARIL, C.C., 2014.

Em 2007, 12 centros da rede realizaram exportações para 41 países; em 2009, 8 centros realizaram exportações para 42 países e; em 2011, 11 centros da rede realizaram exportações para 36 países.

São João é desde 2009, o centro que mais exporta entre os centros da rede de Francisco Beltrão, está dinâmica é produzida pela empresa Coasul Cooperativa Agroindustrial, única empresa exportadora daquele centro.

Em 2011, logo atrás de São João, aparecia a cidade de Santa Izabel do Oeste, como o segundo centro mais dinâmico, em relação a exportações, nesta podemos destacar a empresa Irmãos Bocchi & Cia Ltda., conhecida também como Grupo Bocchi Agronegócios, que iniciou suas atividades na década de 1960, nesta mesma cidade, como um comércio de secos e molhados e que, atualmente é uma grande empresa responsável por fazer escoamento da produção de grãos, com destaque para soja, trigo, aveia e feijão, realizando o transporte desses grãos com frota própria (12 caminhões) dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo aos portos do Brasil, sobretudo, os portos do Paraná e Santa Catarina, visando a exportação.

Na sequência, para esse mesmo ano (2011), aparece Dois Vizinhos e, logo após, Francisco Beltrão, ou seja, esse último centro que era o principal exportador da rede em 2007, chega em 2011 na quarta colocação entre as cidades que mais exportam da rede urbana. O que quer dizer que, as empresas estabelecidas nos outros centros ampliaram suas dinâmicas. Sendo assim, Francisco Beltrão é praticamente o único centro que reduziu seu valor exportado, entre os anos analisados, saindo da casa dos 14 milhões de dólares FOB para os 7 milhões de dólares FOB.

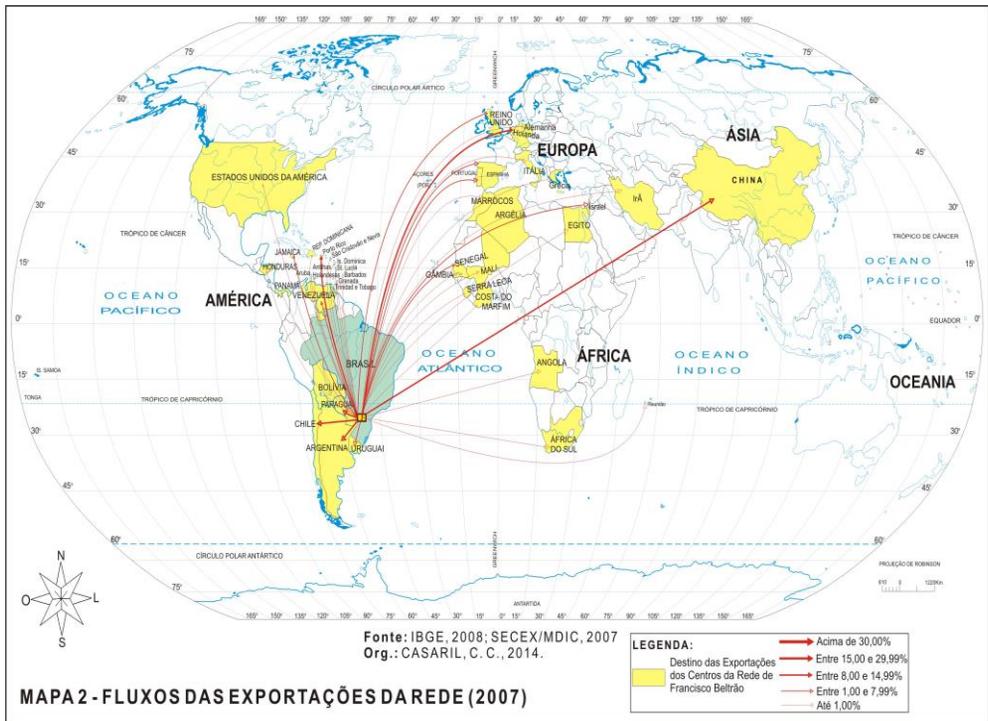
São João ampliou seu valor exportado da casa dos 7,6 milhões de dólares FOB, para os 26,8 milhões, em 2009, ano em que o Sudoeste

Paranaense colheu uma “super” safra, sobretudo, de soja, sendo grande parte desta, exportada pela COASUL, de São João. Este centro reduz seu valor exportado em 2011, para a casa dos 15,4 milhões de dólares, porém manteve a proeminência entre os centros que mais realizam exportações da rede.

Na sequência apresentam-se os mapas dos fluxos produtivos e comerciais, exibindo a origem das importações e o destino das exportações dos centros da rede de Francisco Beltrão.

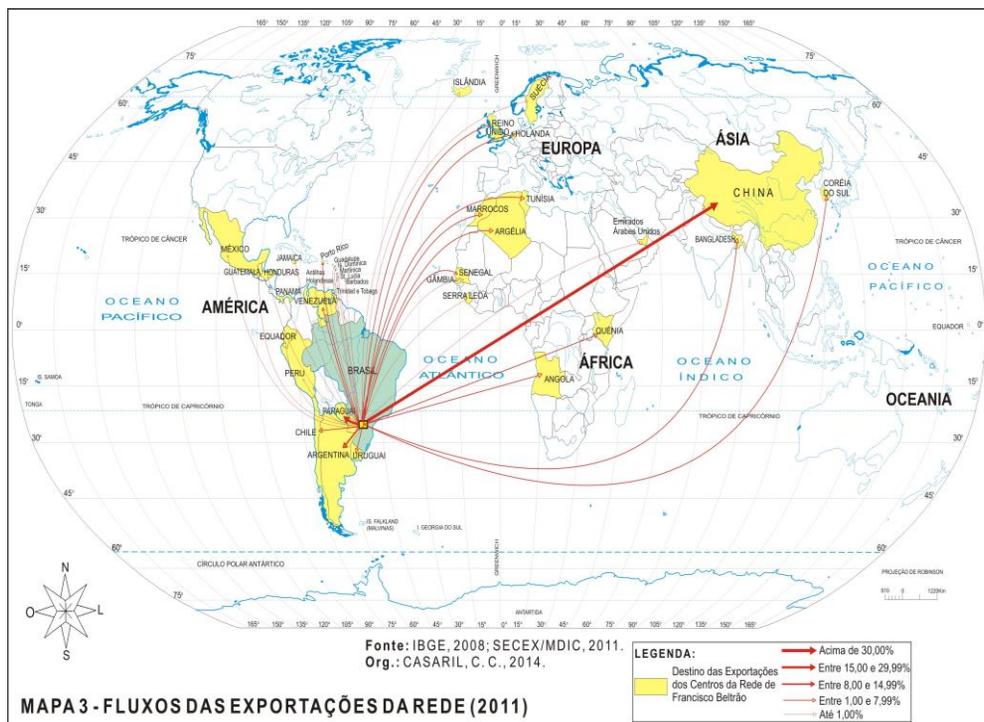
Inicia-se apresentando os mapas das exportações realizadas pelos centros da rede de Francisco Beltrão, nos anos 2007 e 2011. Assim, se verifica que, além da rede urbana estar inserida na economia nacional, vem atualmente, ampliando os alcances dos fluxos, aprofundando deste modo, as relações da DIT - Divisão Internacional do Trabalho.

Em 2007, os países que mais recebiam as exportações dos centros da rede de Francisco Beltrão eram: Argentina (12,10%), Chile (11,64%), China (10,88%), Países Baixos (Holanda) (10,60%), Paraguai (9,58%), Porto Rico (9,51%), Espanha (5,52%) (destacando que, nos anos de 2009 e 2011 não aconteceram exportações para esse país); Reino Unido (4,64%) e Venezuela (4,33%), somando-se ainda, 32 países com porcentagens menores de exportações, como se pode ver no mapa 2.



A partir de 2009, uma profunda mudança ocorre na dinâmica das exportações realizadas pelos centros da rede de Francisco Beltrão, pois nesse ano a China alcança 54,07% do total exportado, se tornando assim, o principal parceiro, exercendo um papel concentrador das exportações. O que, todavia, veio beneficiar o nosso país e os centros da rede, pois nesse ano (2009), teve início a crise financeira Estadunidense que trouxe grandes dificuldades para muitos países, sobretudo europeus, além de refletir em muitos países, principalmente naqueles que possuíam saldos positivos na balança comercial com os países mais atingidos pela crise. Assim, até mesmo nosso país e os centros da rede urbana de Francisco Beltrão, passam a ampliar suas relações com a China e a diminuir as relações com os EUA.

Em 2011, ocorre uma redução nas exportações para a China, somando 31,67%, mesmo assim, este país continuou com a maior participação nas exportações realizadas pelos centros da rede. Na sequência aparecem as nações do Paraguai (16,98%), Argentina (9,88%), Chile (6,90%), Argélia (4,54%), Holanda (3,71%), Quênia (3,36%), Tunísia (3,22%), Bangladesh (3,02%), Venezuela (2,51%), Coreia do Sul (2,08%), Reino Unido (2,06%) e Porto Rico (2,03%). Somando-se ainda, 23 países, com participações inferiores nas exportações realizadas pelos centros da rede urbana de Francisco Beltrão, como verifica-se no mapa 3.



Os países que eram compradores das mercadorias dos centros da rede foram diminuindo, estes passaram de 41-42 em 2007-2009 para 36 países em 2011. A pequena relação mantida com os EUA desaparece em 2011, ampliando as relações com a China, Paraguai e Argentina.

A tabela 2 nos permite verificar os centros urbanos da rede que realizaram importações, entre os anos de 2007, 2009 e 2011.

Tabela 2 – Cidades Importadoras da Rede de Francisco Beltrão (2007-2009-2011)

Centros da Rede de Francisco Beltrão que realizaram Importações	2007 (Jan/Dez)		2009 (Jan/Dez)		2011 (Jan/Dez)	
	US\$ F. O.B.	%	US\$ F. O.B.	%	US\$ F. O.B.	%
Ampére	2.064.860	4,87	4.250.509	6,16	13.279.999	12,82
Barracão	27.618.257	65,12	52.131.439	75,59	57.788.057	55,79
Dois Vizinhos	479.953	1,13	31.360	0,05	1.922.288	1,86
Flor da Serra do Sul					92.555	0,09
Francisco Beltrão	8.506.919	20,06	5.475.919	7,94	14.597.874	14,09
Marmeleiro	60.228	0,14			247.760	0,24
Pranchita	1.307.621	3,08	1.485.196	2,15	445.268	0,43
Realeza	1.859.658	4,39	4.327.638	6,27	14.461.082	13,96
Renascença			7.211	0,01	23.053	0,02
Santo Antônio	417.735	0,99	1.259.937	1,83	718.768	0,69
São João	9.282	0,02				
Verê	84.568	0,20				
Total	42.409.081	100	68.969.209	100	103.576.704	100

Fonte: SECEX, 2007; 2009; 2011
Org.: CASARIL, C.C., 2014.

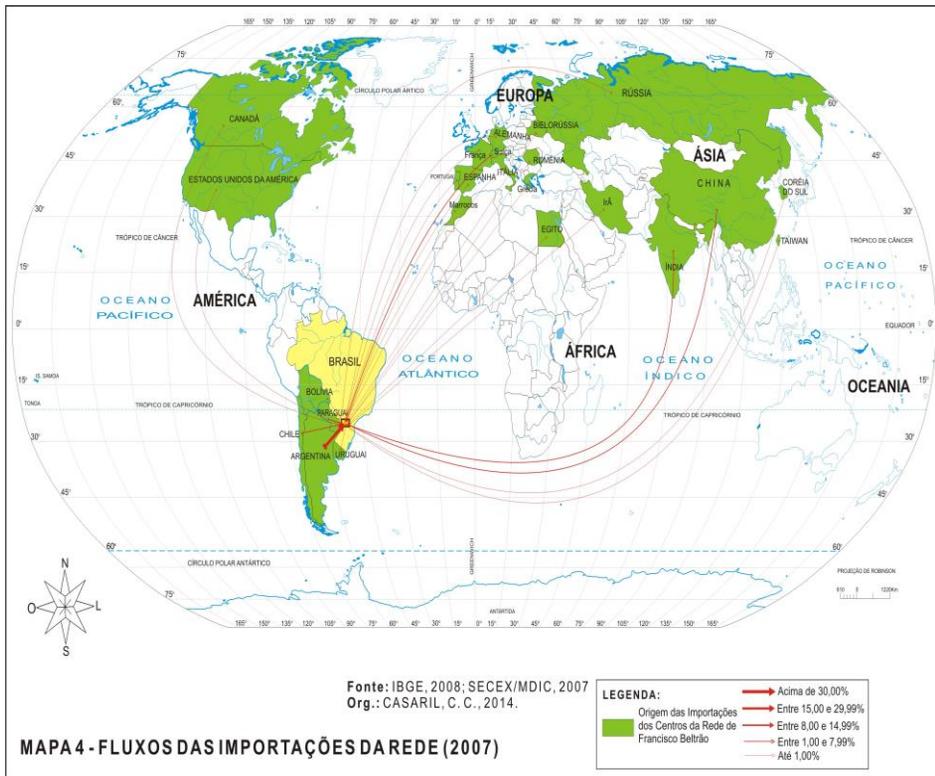
Em 2007, dez centros da rede realizaram importações de 25 países; em 2009, oito centros da rede realizaram importações de 28 países e; em 2011, dez centros da rede realizaram importações de 29 países.

A cidade de Pranchita realizou importações nos três anos analisados, mas não realizou exportações. Enéas Marques e Santa Izabel do Oeste realizaram exportações, mas não realizaram importações. Já São João e Verê só realizaram importações em 2007 (realizados pela empresa COASUL, que no ano mencionado importou máquinas e equipamentos).

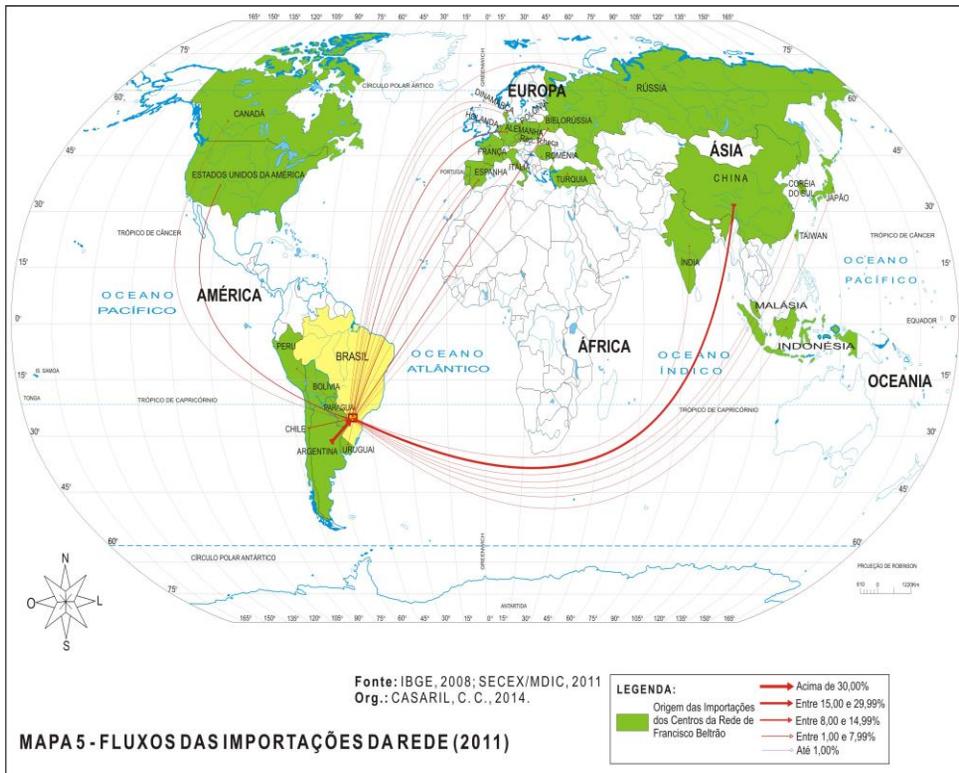
Os mapas que seguem apresentam os fluxos das importações, realizadas pelos centros da rede de Francisco Beltrão, reforçando que estas importações foram feitas por empresas industriais e por empresas especializadas em realizar exportações e importações.

Em 2007, dos países que os centros da rede realizaram importações, a Argentina, participou com 76,34%, logo após aparece o Paraguai (7,02%), a China (4,54%), a Rússia (2,44%), a Índia (2,29%) e o Chile (1,75%). Somando-se ainda, outros 19 países que os centros da rede realizam importações.

Basta visualizar o mapa 4, para ver que os fluxos com destino para a rede de Francisco Beltrão, procedem em maior quantidade da América do Sul, da Ásia e da Europa, além de algumas pequenas interações com a América do Norte e África.



Já em 2011, a Argentina continuou com a maior concentração das importações realizadas pelos centros da rede, porém diminuiu um pouco sua participação atingindo, 65,36%; a China continuou ampliando sua participação e somou 15,03%; na sequência aparece o Paraguai (4,32%), o Chile (2,64%) e a Alemanha (2,37%). Somando-se ainda, 24 países que os centros da rede importaram produtos. Além disso, podemos verificar no mapa 5, a força das interações mantidas com Argentina e China. Os fluxos procedentes da Europa também possuem uma dinâmica razoável.



Em 2011, verificou-se que 33 empresas instaladas nos centros da rede realizaram exportações e 89 empresas realizaram importações. Em Barracão, 12 empresas realizaram exportações e 38 operações de importação, estas operações foram efetivadas em sua totalidade por empresas especializadas em export./import., principalmente de frutas e legumes. Francisco Beltrão contabilizou nove empresas que realizaram exportações e 21 que realizaram importações, entre indústrias e empresas especializadas em export./import. Em Ampére, as quatro maiores indústrias de móveis que apresentamos, realizaram exportações, já as operações de importação foram efetuadas por cinco indústrias de móveis, uma de confecções e três especializadas em operações de export./import. Dois Vizinhos contabilizou apenas uma empresa que realizou exportação e importação (podemos incluir ainda a *BRF* - antiga Sadia-, que não é citada nos dados referentes as exportações da SECEX/MDIC, pois realiza e contabiliza suas operações de export./import. via sua unidade de Paranaguá).

As demais cidades da rede que realizaram exportações e/ou importações aparecem com praticamente uma empresa cada. O destaque fica para São João, que apesar de somar, apenas uma empresa, obteve proeminência, pois a empresa COASUL, obteve o maior valor nas exportações

entre os centros da rede e, portanto, é a empresa da rede melhor posicionada no Estado do Paraná.

Podemos verificar, a partir dos mapas dos fluxos das importações e exportações, que os centros da rede, atualmente possuem maiores ligações em relação às exportações com a China, Paraguai, Argentina e Chile, mas se destacam ainda, 32 países da América Central, Europa, África e Ásia. Em relação às importações, as maiores interações são realizadas com a Argentina, China, Paraguai, Chile e Alemanha, somando-se ainda, outros 24 países da América do Sul, do Norte, Europa e Ásia.

Os produtos que mais se destacam nas exportações são os fornecidos pela indústria avícola (carnes de aves, ovos para consumo humano e ovos fertilizados), lembrando que, a *BRF* não apresenta as exportações realizadas pelas unidades de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, porém sabemos que a quantidade exportada alcança os 99% e o total de frangos abatidos por estas duas unidades chega a 1 milhão e 400 mil unidades, ou seja, essa empresa possui uma grande dinâmica no mercado externo. Destacando que, até mesmo o setor de logística que antes, no tempo da Sadia S.A., possuía uma divisão em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, encontra-se agora centralizado em Curitiba. As unidades da *BRF* instaladas nos centros da rede encaminham seus produtos, conforme, verificado em trabalho de campo, para a Europa, Arábia Saudita, Emirados Árabes e África. Além disso, a *BRF* importou máquinas e partes de máquinas da China, Espanha, EUA, França, Holanda, República Tcheca e Uruguai. Já a Pluma Agro-Avícola e a Gralha Azul Avícola, realizaram exportações para a Argentina, Arábia Saudita, Bélgica, Bolívia, Colômbia, Costa do Marfim, Dubai (Emirados Árabes), Espanha, Gana, Holanda, Mali, Paraguai, Portugal, Senegal e Venezuela. Ressaltando ainda que, a Gralha Azul Avícola, foi uma das indústrias que trouxe em 2012, trabalhadores haitianos (a maioria das empresas que trouxe trabalhadores Haitianos, para o Sudoeste do PR, encontra-se em Pato Branco). Aqui podemos incluir ainda, a empresa Folem (uma empresa acessória do setor avícola), produtora de farinha e óleo para alimentação animal (a partir de vísceras e penas de aves e suínos), que já exportou para o Chile e Paraguai. Em relação ao mercado interno, verificamos que esse setor adquire matérias-primas na região Sudoeste do Paraná e Oeste catarinense, além de farelo de soja do MT e embalagens de SP e SC, somam-se ainda máquinas e equipamentos de SP e Curitiba. As empresas Kucmaq e Sulmetal de Dois Vizinhos comercializam seus produtos na região Sul e Centro-Oeste. A Pluma Agro-Avícola distribui seus produtos em toda região Sul e Sudeste, além dos Estados do MS, GO, BA, AC, RO. E, a empresa COASUL, comercializa seus produtos “*Le vida*” em todo o território nacional. Aqui podemos incluir ainda os produtos da suinocultura, produzidos pela *SATIARE*

de Nova Prata do Iguaçu que distribui seus produtos nos Estados do PR, SP, RJ, AL, PE e PI.

Em relação ao setor madeireiro, podemos destacar as empresas Camilotti Camidoor, Fremapar e Mazza que produzem, principalmente, chapas de compensados e portas. Estas empresas possuem uma grande dinâmica na rede, pois encaminham seus produtos para África, América do Sul, América Central (Ilhas do Caribe), Europa e Oriente Médio. E suas comercializações no mercado interno alcançam todo o território nacional. E, adquirem suas matérias-primas de áreas de reflorestamentos situadas no PR, SC e MS.

Entre as indústrias moveleiras, instaladas na rede de Francisco Beltrão, verificamos que as mesmas fazem ou já fizeram exportações (camas, dormitórios, cozinhas, pias e lavatórios de inox, etc.) para Angola, Argentina, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, Inglaterra, Panamá, Paraguai e Uruguai. E já realizaram importações (chapas de *MDF*, máquinas e equipamentos) da Argentina, Alemanha, China, Itália, Taiwan, Turquia e Suécia. Em relação ao mercado interno, verificamos que os produtos das indústrias moveleiras instaladas nos centros da rede, alcançam todo o território nacional (aproximadamente 60% de suas vendas se concentram em SP e na região Sul). Por exemplo, a Ghelplus distribui seus produtos em todo território nacional; a Notável comercializa seus produtos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e nos Estados de AL, BA, PA, PB, PE, PI, SE e TO; a Simonetto comercializa seus produtos na região Sul e nos estados do AC, BA, ES, MT, RJ, SP e SE; a Movelmarm distribui seus produtos na região Sul e em São Paulo e os produtos da Marel e da Dimare são comercializados na Região Sul e nos Estados de AL, CE, ES, MA, PB, PE, RJ, SE e SP. Já, as mercadorias destinadas à renovação de estoques desse setor produtivo são adquiridas no RS, principalmente em Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Caxias do Sul, no PR e em SP.

Em relação às empresas agroindustriais e cooperativas, responsáveis por fazer a comercialização e escoamento da produção dos centros da rede, verificamos que as empresas de maior destaque são a COASUL e a Irmãos Bocchi & Cia Ltda., que já exportaram grãos (soja e trigo) para a Alemanha, Argélia, Bangladesh, China, Coreia do Sul, Espanha, Holanda, Marrocos, Portugal, Quênia, Reino Unido e Tunísia. E, juntamente com a Plantanense, já importaram matérias-primas para produção de fertilizantes, máquinas e equipamentos da Alemanha, Canadá, China, Espanha, EUA, França, Holanda, Israel, Itália e Rússia.

O setor de alumínio já importou vidro temperado, peças e ligas de alumínio, alumínio em forma bruta, artefatos de ferro e máquinas da

China, Coréia do Sul, EUA e Hong Kong. Somando-se às suas exportações que já se realizaram para a Argentina, Chile, Colômbia, Europa, Paraguai, Uruguai e Venezuela. No mercado nacional as vendas são realizadas em todo território nacional e pelos *sites* das principais redes varejistas. As aquisições de matérias-primas ocorrem em SP, mas a maior parte vem diretamente do mercado externo.

As indústrias de confecções instaladas nos centros da rede de Francisco Beltrão importam ou já importaram tecidos, produtos acabados (como camisas, ternos, paletós, *sobretudos* etc.), máquinas e equipamentos da Argentina, Alemanha, China, Coréia do Sul, EUA, Itália e Peru. E, atualmente, verificamos que nenhuma indústria do segmento de confecções está realizando exportações. Porém, conforme Flores (2009), a empresa Traymon e a Krindges já realizaram exportações, a primeira para Portugal e a segunda para Itália. No mercado interno, as indústrias de confecções instaladas na rede, buscam matérias-primas no PR, SC (Brusque), RS (Caxias do Sul), MG (Belo Horizonte) e SP (Americana, São Paulo e Tatuí). O principal mercado consumidor desse segmento localiza-se na região Sul e Sudeste, mas os produtos alcançam todo o território nacional, com exceção do Estado do Amazonas. Algumas destas empresas atuam com lojas próprias, como por exemplo, a Latreille que atualmente possui sete lojas próprias, com unidades em Francisco Beltrão, Pato Branco, Coronel Vivida, Chopinzinho, Guarapuava e duas em Dois Vizinhos; e a Raffer que, também possui sete lojas próprias, em Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo, Londrina, Cascavel, Chapecó e Concórdia. Não nos esquecendo ainda que, muitas empresas desse segmento instaladas na rede prestam serviços para outras empresas (facção), especialmente para as grandes redes varejistas Renner e C&A.

Em relação às empresas especializadas nas operações de importação e exportação, sobretudo, as localizadas em Barracão, verificamos que a maior parte das operações realiza-se com a Argentina, levando, principalmente, banana, cebola e melancia e trazendo principalmente, peras, maçãs, cebolas e feijão. Por exemplo, a empresa Benini, realizou também, importações do Chile, China, Espanha, EUA, Itália e Portugal. E, no mercado interno comercializa seus produtos em todo o território nacional (concentrando-se em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro).

Ao analisarmos a dinâmica atual do setor produtivo e suas contemporâneas interações espaciais, verificamos que a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa, “[...] uma complexificação, vinculada a intensificação dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo [...]” (FRESCA, 2002, p.17). E, essa complexidade se amplia à medida que se amplia a divisão territorial do

trabalho e, com isso, notamos que mesmo cidades locais a exemplo de São João, Enéas Marques, Santa Izabel do Oeste, entre outras, realizam interações diretamente com outros países, da América Latina, Europa, África, Ásia etc., ou seja, mantêm relações não apenas com a rede urbana estruturada pela teoria das localidades centrais (REGIC), mas se estruturam, ao mesmo tempo, em outra rede urbana, deste modo, um dos aspectos desta complexidade diz respeito ao fato de cada cidade situar-se em pelo menos duas redes.

Assim, a rede estruturada pelo REGIC é uma rede mais regular e a outra, uma rede mais irregular e menos sistemática, pois abrange um grande número de interações, tanto internas, como externas. Conforme Fresca (2004, p. 248) “[...] a inserção de um núcleo em outras redes ocorre vinculada aos outros papéis que este desempenha, sejam eles singulares ou complementares em relação a outros centros. E o fato da inserção em outra rede ser não sistemática e irregular é, em realidade, uma das traduções das diferentes participações na divisão territorial do trabalho [...]”.

Por exemplo, Ampére mesmo sendo um centro local na área de influência de Francisco Beltrão nos anos 1960 e 1970, cuja dinâmica era dada, sobretudo, pela distribuição da produção rural de bens e serviços, foi nos anos 1990 e 2000 se transformando em um centro especializado na produção industrial moveleira e confeccionista. Deste modo, a cidade se inseriu em diversas relações que dão conta da aquisição de matérias-primas, fluxos de mão de obra, produção, distribuição da produção que alcançam todos os Estados brasileiros (concentrando-se no Sul e Sudeste do país) e uma pequena parte da produção é encaminhada para o mercado externo, não nos esquecendo de que, tais relações produzem fluxos financeiros, responsáveis, principalmente, por manter a dinâmica econômica do centro urbano.

Situação distinta acontece em São João, que a partir de uma cooperativa (COASUL), insere-se atualmente como um centro de grande expressão na produção agroindustrial cooperativista, fazendo o encaminhamento de grãos e de carnes de aves para o mercado nacional e externo, ou seja, insere-se na rede internacional de comercialização de *commodities*. Outro exemplo dessa dinâmica, temos em Santa Izabel do Oeste, um centro local que a partir de uma empresa agroindustrial (Irmãos Bocchi e Cia Ltda.) insere-se na rede internacional de comercialização de grãos.

Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, a partir da empresa *BRF* e de outras do setor avícola, inserem-se na rede de comercialização destes produtos, setores estes que suscitam a maior quantidade de empregos industriais nestes centros. Em Francisco Beltrão, destacam-se também o setor moveleiro e confeccionista através da aquisição de matérias-primas,

especialmente da China e da comercialização destes produtos no mercado interno, alcançando todo território nacional e no mercado externo, sobretudo, na América Latina.

Essa análise, portanto, nos permitiu verificar o quão complexa é a dinâmica da rede atual. Uma rede que nos anos 1970 possuía um padrão christalleriano e era praticamente isolada no quadro nacional e que, atualmente, a partir da divisão territorial do trabalho, se insere em uma rede de alcance mundial, ou seja, a rede passou por uma substancial transformação que a retirou do isolamento e da situação periférica.

Para termos uma ideia, o parque industrial instalado nos centros da rede urbana de Francisco Beltrão, possuía em 2010, um total de 1.562 unidades industriais, as quais geravam 25.862 empregos. Se fizéssemos uma contabilidade básica, multiplicando o total desses funcionários com o salário base dos trabalhadores na indústria no Estado do Paraná em 2013, ou seja, R\$ 949,53, teríamos um total de R\$ 24.556.744,86 injetados mensalmente na economia dos centros da rede. E, além disso, sabemos que uma porcentagem substancial dessa renda será extraída/deslocada para as principais centralidades da rede, ou seja, Francisco Beltrão e em menor nível, Dois Vizinhos.

Se ampliarmos a análise, contabilizando o total de empresas do setor terciário, que somavam 6.064, em 2010 e geravam 35.549 funcionários, e se realizarmos o mesmo cálculo, feito para o setor produtivo, verificaremos que, utilizando-se o piso salarial pago aos funcionários do comércio em geral de Francisco Beltrão, em 2013, ou seja, R\$850,00, teremos um total mensal de R\$ 30.216.650,00 inseridos na economia dos centros da rede. Que ao somarmos com a massa salarial do setor produtivo, totalizaríamos R\$54.773.394,86 injetados mensalmente na economia da rede. E, como mencionamos, uma porcentagem substancial dessa quantia será deslocada para Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, as principais centralidades da rede.

Deste modo, podemos ver ainda, que a média de empregos gerados por cada indústria na rede é de 16,55 empregos e a média do setor terciário é de 5,86 funcionários. Somente, por esta pequena análise, podemos dizer claramente que o setor produtivo é o principal responsável pelo desenvolvimento regional. Além disso, podemos dizer que a ampliação desse setor é fator primordial para o desenvolvimento econômico dos centros da rede, pois sob o capitalismo a distribuição de renda ocorre quando a conjuntura econômica é expansiva em investimentos produtivos (MARX, 1983; LENIN, 1982).

Considerações Finais

Uma das questões mais importantes foi verificar que os centros urbanos da rede analisada, situam-se em pelo menos duas redes, a primeira estruturada pela teoria das localidades centrais (REGIC), portanto, uma rede mais rígida e sistemática, onde centros locais mantêm relações com a área rural e com os centros de sua rede e, a segunda menos rígida e estruturada por fluxos irregulares.

Deste modo, segundo o REGIC (IBGE, 2008), Francisco Beltrão polariza uma rede urbana que compreende 25 centros, porém constatamos que quando ampliamos a análise para a dinâmica do setor produtivo, verificamos que as interações da rede se ampliam ainda mais, pois possibilita que centros locais (de menor nível hierárquico da rede) realizem interações diretamente com centros que comandam a rede urbana nacional e, até mesmo, com o mercado externo. Valendo enfatizar que, “[...] não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda a estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Ao se analisar a dinâmica atual do setor produtivo, verificou-se que, a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, se amplia a complexidade da rede. Como ficou demonstrado, cidades locais que só mantinham relações com suas áreas rurais e com centros de sua rede, passam a realizar interações diretamente com outros países. Deste modo, uma das explicações para essa problemática, esta no fato de cada centro urbano situar-se em pelo menos duas redes. Uma formada pelo REGIC e outra por fluxos irregulares e não sistemáticos, expressando continuidades e descontinuidades.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, John W. Conceito Básico – Não Básico das Funções Econômicas Urbanas. **Boletim Geográfico**, n. 203, ano 27, p.34-50, março/abril, 1968.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 1990, 2000, 2010. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 20/06/2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p. 43-52, jan./jun. 1999.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.30, p.05-12, 2011.

FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento no Sudoeste do Paraná**. 2009. 226f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNIOESTE – Francisco Beltrão.

FRESCA, Tania Maria. A rede urbana do norte do Paraná: de um padrão tipo christalleriano à uma condição de diversidade e complexidade. In: FRESCA, Tania Maria; SALVI, Rosana Figueiredo; ARCHELA, Rosely Sampaio (Org.). **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: Editora da UEL, 2002, v. 1, p. 1-28.

_____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 403p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico – Paraná – 2000a**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. 230p. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 28/03/2007.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201p. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em 12/10/2008.

_____. **Censo demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em 12/06/2011.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: 1982. 402 p.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. (Os economistas).

_____. **A ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643p.

SECEX, Secretária de Comércio Exterior; MDIC, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Estatística da balança comercial brasileira, municípios. Vários anos. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em 10/10/2013.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? FOB. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, IPEA. Ano 3, Edição 27. Brasília, 2006.

CIDADE À VENDA: DISCURSO DE PROMOÇÃO DO BAIRRO CAMPECHE (FLORIANÓPOLIS) E A EXPANSÃO DA ATIVIDADE IMOBILIÁRIA

Carolina do Amarante¹
Patrícia Volk Schatz²

Resumo:

Florianópolis, a capital do estado catarinense, concentra a maior parte do seu território localizado na Ilha de Santa Catarina. A cidade reúne principalmente as funções administrativas, o comércio, os serviços e o turismo. A partir da década de 1970 observou-se um acelerado processo de urbanização e expansão de infraestruturas básicas, de forma que a área central da cidade expandiu-se e adensou-se. Paralelamente, o setor turístico desenvolveu-se como um eixo econômico importante visando as potencialidades naturais e históricas da Ilha, de forma que a atividade passou a ser vislumbrada por políticas públicas e pelas propostas de planejamento urbano. Assim, esse artigo visa investigar o processo de promoção imobiliária e turística do bairro do Campeche, no sul da área insular, desvelando contradições e tendências desse fenômeno.

Palavras-chave: Cidade; Expansão; Planejamento; Atividade imobiliária.

1- Introdução

A ocupação da Ilha de Santa Catarina caracterizou-se por atividades comerciais e administrativas que resultaram em um adensamento da área central e da faixa litorânea, enquanto que a pequena produção mercantil e a pesca marcavam as freguesias do interior ilhéu com baixos índices demográficos e um relativo isolamento do centro da cidade.

Florianópolis tornou-se, no século XX, um entreposto comercial para abastecimento de cidades próximas no litoral e no Vale do Itajaí através das funções exercidas pelo porto na entrada de produtos manufatureiros. É a partir dessa diversificação de atividades que ocorrem os primeiros investimentos em infraestruturas básicas como iluminação pública e abastecimento de água e energia.

Nos anos de 1920 a construção da Ponte Hercílio Luz como um símbolo de modernidade previa reafirmar a posição de Florianópolis como

¹Mestranda em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Email: carolina_doamarante@hotmail.com

²Doutoranda em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: paty_schatz@yahoo.com.br

cidade central do estado catarinense, além de ter significado a valorização do transporte rodoviário e o fim da prática de cabotagem. Nesse sentido, Peluso Junior ressalta que

A obra mais importante para o plano urbano foi a construção da ponte Hercílio Luz, que ligava a ilha ao continente. As ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, bem como a avenida Rio Branco tiveram que ser adaptadas a função. Isto era natural, porque além de a área da cabeceira da ponte passar a exercer parte da função até então desempenhada pela praça central perto do mar, referente à chegada e à saída de passageiros nas viagens ilha-continente, na colina a que chegavam aquelas ruas esteve o cemitério público, que em 1925 foi transferido para o Itacorubi. (PELUSO JR, 1991, p.318).

Posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, verificou-se a decadência de atividades da pequena produção mercantil e o desenvolvimento da pesca industrial que promoveram um novo surto de desenvolvimento urbano. Segundo Reis (2002) a estrutura urbana de Florianópolis mantém resquícios da antiga ocupação colonial visíveis nas descontinuidades do tecido urbano e no parcelamento do solo. Logo, o acelerado processo de urbanização da cidade somado às características históricas de ocupação do território resultou em casos particulares de expansão urbana no norte e no sul da Ilha.

Nos anos seguintes, diante da expansão urbana da capital, foi significativo o desejo de promover Florianópolis como uma cidade moderna. Segundo Lohn

[...]a promoção do crescimento urbano de Florianópolis deveria representar mais do que um simples desejo de aparecer com algum destaque dentre as capitais brasileiras: significava a apropriação de imagens pautadas pelos desejos de modernização que circulavam através de meios de comunicação e discursos de toda ordem, em âmbito nacional, acrescentando novos sentidos (2007, p. 303).

Diante dessas perspectivas é desenvolvido nos anos de 1950 o primeiro Plano Diretor da cidade de Florianópolis com o intuito de organizar o

espaço urbano. Este plano piloto elaborado pelos arquitetos Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff previa a construções de edifícios e residências, a melhoria dos transportes e estabelecia normas sanitárias. Nesse momento histórico já eram perceptíveis as ações da especulação imobiliária e os interesses sobre a ocupação do solo uma vez que áreas estratégicas como a baía norte mantinha-se como propriedades da elite local e impediam reformas urbanas previstas pelo primeiro Plano Diretor. Para Lohn

Toda a concepção do plano é perpassada pela necessidade de criar condições para o desenvolvimento industrial, única via possível para promover a renovação urbana e alcançar a modernidade. (2007, p. 312).

Ainda de acordo com Lohn enquanto o Plano Diretor e os grupos políticos dirigentes previam transformar Florianópolis em uma cidade portuária, administrativa, comercial e industrial, a imprensa preconizava em seus discursos a promoção do turismo como principal atividade econômica. Nesse sentido, observa-se que o primeiro Plano Diretor da capital catarinense entendia o turismo como uma possível função acessória, pois

O desenvolvimento do turismo ou, melhor, o seu surgimento, pode parecer a alguns uma função fundamental para Florianópolis. (...) Acreditamos, assim, que o turismo poderá ser uma função acessória da cidade, que reúne muitas condições para isso. Não pensamos que tal função possa adquirir primazia sobre a função econômica de produção e de intercâmbio, única capaz, a nosso ver, de sustentar uma grande urbe.” (PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF, 1952, p.18-19).

As discussões sobre a organização do tecido urbano de Florianópolis continuam nas décadas seguintes diante de um rápido crescimento urbano e ampliação das atividades da construção civil. Em 1976 o segundo Plano Diretor privilegiou o centro metropolitano, o porto de Anhatomirim, a via expressa, o túnel¹ e uma nova ponte para circulação entre a ilha e o continente. Ainda é preciso ressaltar a importância da implantação da

¹ O túnel e a via expressa só foram inaugurados em 2002. A nova ponte ligando continente e ilha foi construída ainda em 1975. As demais obras não foram executadas.

Universidade Federal de Santa Catarina e o término da BR 101 no desenvolvimento urbano e crescimento da cidade de Florianópolis.

Nesse momento, diante de transformações estruturais importantes, o turismo tornou-se uma atividade potencial para a cidade. Esse setor passou a ser vislumbrado pelo Plano Diretor dos Balneários em 1985 (nº 2.193./85) através das criações de zonas específicas: Áreas Turísticas-Residenciais (ATR) e Áreas Turísticas Exclusivas (ATE) que previam incentivar a instalação de equipamentos turísticos e hotéis. O Plano Diretor de 1985 partia do princípio que o turismo devia substituir atividades tradicionais decadentes e integrar comunidades locais. Ainda é preciso destacar o interesse de setores econômicos e políticos na agenda das atividades turísticas, que por sua vez foi promotora da expansão imobiliária e do setor da construção civil.

A partir do entendimento de que o turismo foi historicamente construído como uma atividade econômica potencial e que Florianópolis exerce atração como destino sazonal e permanente esse artigo visa investigar aspectos históricos, econômicos e sociais que expliquem o rápido crescimento urbano do Campeche através dos discursos de venda da cidade e de qualidade de vida.

2- O crescimento urbano no bairro do Campeche

O bairro do Campeche cresceu acompanhando o desenvolvimento da cidade de Florianópolis. Segundo Dias

O crescimento do Campeche é percebido pelos natos em dois momentos distintos. O primeiro está relacionado com a vinda do transporte público no final da década de 60 e com a instalação da rede elétrica nos primeiros anos da década de 70. E o segundo, com a pavimentação da Avenida Pequeno Príncipe, originalmente chamada de Estrada Geral do Campeche, em meados da década de 80. (DIAS, 1994, p. 40).

No final da década de 1980 o bairro do Campeche, localizado no sul da Ilha de Santa Catarina, caracterizava-se por um lento processo de urbanização e carência de serviços públicos de um município. Esta situação foi apontada no *Plano de Desenvolvimento Campeche* (1995), onde constava que “em termos de lazer, as comunidades estão muito mal atendidas. Não há rede coletora nem tratamento final adequado dos esgotos sanitários em toda a região. Os postos de saúde são classificados como regulares ou ruins.” (IPUF, 1995).

Essa conjuntura contribuiu para a criação de um plano diretor para a região, pois “no interior da Ilha as comunidades parecem paradas, mas só até terem início os processos que viriam perturbá-las, principalmente a partir dos anos setenta [...]” (IPUF, 2004, p.76). Como aponta a pesquisadora Mara Coelho de Souza Lago, o “Campeche era, até há pouco tempo, uma das comunidades agrícolas-pesqueiras típicas da Ilha, localizada numa de suas partes mais planas, com grande extensão (para os padrões ilhéus) de terras de plantio e pasto para gado. Hoje está sendo intensiva e desordenadamente ocupada” (1996, p. 47). Na figura 1 é possível observar as características das moradias do bairro do Campeche na década de 1980.

Figura 1- O bairro do Campeche nos anos de 1980

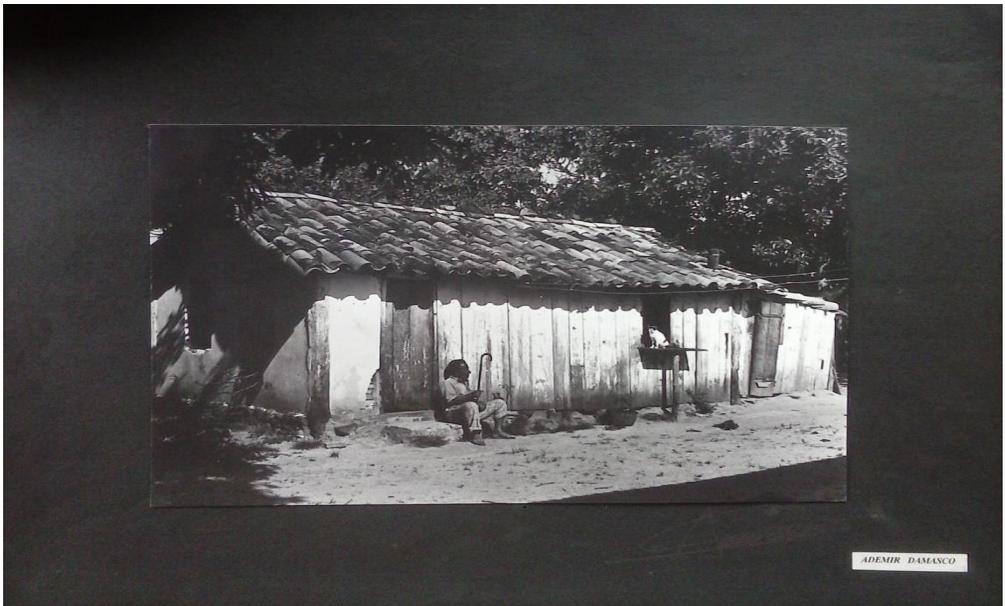


Figura 1 – Foto do acervo de Ademir Damasco, morador do bairro do Campeche. Esta fotografia mostra o Campeche no início da década de 1980. Até então, a localidade possuía características rurais, como se observa pela presença das casas rústicas e do chão constituído de areia da praia.

A planície do Campeche começou a atender a partir da década de 1990, ao projeto de ocupação elaborado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). A partir da implantação do Plano Diretor, a configuração da cidade de Florianópolis e consequentemente do bairro do Campeche, começaram a sofrer transformações significativas.

O capital imobiliário passou a investir no sul da ilha de Santa Catarina promovendo o crescimento do bairro do Campeche que tornou-se destino turístico e residencial. Nesse sentido é perceptível o boom imobiliário no bairro do Campeche através da multiplicação de condomínios fechados de alto padrão.

3- Cidade à venda: transformações do bairro do Campeche

A ideia de que o bairro do Campeche seria “excelente lugar para se viver” tornava-se uma concepção que se insere na proposta de uma cidade urbanizada. A qualidade de vida está justamente na ideia do Campeche enquanto um bairro com as construções imobiliárias.

É nesse contexto que a AMOCAM (Associação de Moradores do Campeche), através do *Plano Comunitário para a Planície do Campeche* (1999), compreende que a expansão imobiliária faz parte do processo de crescimento da cidade. Porém, o que se questiona é a forma como a especulação e o desenvolvimento urbano acontecem, buscando justamente ordenar essa planície arenosa de maneira sustentável. Em detrimento da forma desordenada, que propõe o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Planície Entremares, Campeche e região*, elaborado pelo IPUF, no ano de 1989, que propunha uma cidade voltada para o setor turístico. (MOREIRA, 2010).

Neste cenário de desenvolvimento turístico na capital catarinense, a partir da implantação de novos projetos urbanos pode-se comparar o caso do bairro do Campeche com o empreendimento implantado no norte Ilha de Santa Catarina, durante as décadas de 1980 e 1990, o projeto do Jurerê Internacional que foi projetado na perspectiva de “atender a uma demanda de consumo privado, de camada média e alta, sem alterar significativamente o quadro de carências das comunidades ali sediadas, e sem valorizar um aproveitamento mais racional dos recursos locais [...]” (FERREIRA, 2005, p. 111). Sobre este contexto histórico de Florianópolis:

Nos anos 90, em meio ao processo de globalização, o turismo torna-se agenda imprescindível nos debates, aguçada ainda mais com a organização do Mercosul, que se descortina como um novo mercado a desafiar as cidades – especialmente Florianópolis, que se autodenomina “Capital Turística do Mercosul”. Em sintonia com as transformações advindas do processo de globalização da economia e mutações no mercado de trabalho, que acena para o crescimento do setor de serviços e novos usos do tempo livre, reforça-se a

discussão da chamada vocação para o turismo (indicando que Florianópolis ‘escolheu o caminho certo’) e da necessidade de incrementar a indústria do entretenimento, do turismo e do lazer. (FANTIN, 2000, p. 75).

Dado o rápido crescimento do bairro do Campeche é possível afirmar que houve o desenvolvimento do setor imobiliário e turístico no sentido de promover o lugar como um espaço de excelência para se viver. As mensagens publicitárias geralmente encontradas em frente às construções dos condomínios, em encartes de jornal e até mesmo nas páginas da *internet*, procuram ressaltar as belezas do referido bairro.

Os exemplos são vários: “Um Empreendimento que alia requinte, privacidade, e exclusividade junto ao mar. Aqui, você tem a oportunidade de viver em equilíbrio, com sofisticação, em meio à natureza e toda sua exuberância na praia do Campeche.”¹.

As propagandas buscam influenciar a escolha das pessoas, ressaltando os atrativos do bairro, buscando a vinda daqueles que desejam se estabelecer na Ilha de Florianópolis e mais especificamente na praia do Campeche, a partir da compra de imóveis. Ao enfatizar as qualidades do Campeche, busca-se a partir da função apelativa das mensagens publicitárias contidas nos encartes ou *outdoors* das construções imobiliárias do bairro, apresentar a paisagem natural como um bem de consumo para os futuros moradores. Nas figuras 2 e 3 é possível observar exemplos da atividade imobiliária no bairro do Campeche.

¹ Anúncio de venda, da empresa *Joia Imóveis*. Disponível em: <http://www.joiaimoveis.com/imovel_869_Apart-Hotel_Campeche_Florianopolis_SC.html>. Acesso em: 30 set. 2012.

Figura 2- O Campeche à venda



Figura 2 – Foto do acervo de Carolina do Amarante. Esta fotografia mostra o bairro do Campeche no ano de 2014. A localidade começa a apresentar características de um desenvolvimento urbano, como se observa pela presença dos condomínios ao fundo em contraposição da casa de moradores da região e a partir das mensagens de venda.

Figura 3- Promoção imobiliária



Figura 3 – Foto do acervo de Carolina do Amarante. Esta fotografia mostra as propagandas dos empreendimentos imobiliários no bairro do Campeche no ano de 2015. A localidade começa a apresentar características de uma especulação

imobiliária, como se observa pela presença dos condomínios e a partir das suas respectivas mensagens de venda.

Portanto, foi possível perceber que as propostas de transformações dos espaços urbanos, aqui mais especificamente no bairro do Campeche, são formadas a partir de embates e existem contradições nelas. A partir da ação de grupos sociais, geralmente os comunitários, que organizaram as suas forças ativas podemos compreender a atuação da população nestes processos. Por isso, o espaço físico das cidades, passa a ser motivo de disputa de poder entre os grupos ordenadores de propostas de planejamentos para o futuro destas regiões e os residentes destes locais. O estudo dos planos diretores de Florianópolis e, no caso o da região da planície do Campeche - em especial o plano diretor vigente desde o ano de 1989: o *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares para a região do bairro Campeche* - teve como objetivo compreender que as ações do urbanismo buscavam modernizar o bairro na ideia de Florianópolis tornar-se a “Capital turística do MERCOSUL” e, para isso, o Campeche alteraria suas estruturas sociais, culturais e ambientais.

Considerações finais

A retomada do processo inicial de urbanização da Ilha de Santa Catarina permitiu observar o desenvolvimento da modernização da cidade, apresentando como foco a parte do centro. Assim, foi possível observar sobre as características desse desenvolvimento para a capital catarinense.

A partir do *Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha* de 1985, pode-se observar um primeiro estudo das características da estrutura do bairro do Campeche na década de 1980. Pois, até então, os planejamentos urbanos consideravam outras regiões da Ilha mais interessantes para pensar um ordenamento.

A partir do *Plano Diretor de Desenvolvimento da Planície Entremares para o bairro Campeche*, é possível entender que o processo de planejamento da urbanização serve como tentativa ordenadora do espaço físico onde se desenrolam as atividades humanas da região. Refletir a esse respeito é pensar as consequências ambientais, urbanas e culturais que ocorreram no Campeche enquanto um espaço rural.

Esta tentativa de introduzir o bairro do Campeche, uma região até então rural, em uma proposta de urbanização seria a de organizar um espaço com novas características físicas, sociais, econômicas, legais e administrativas.

Pode-se perceber que houve um interesse muito grande no bairro durante a expansão urbana de Florianópolis e que isso é notório diante da quantidade de propagandas de venda do bairro que podem ser levantadas. Diante de uma conjuntura da cidade de Florianópolis que se volta para o

desenvolvimento, até mesmo o Campeche entra nesse contexto e passa a ser alvo também de uma demanda de turismo que é muito valorizada no sentido de mercado, de movimentação econômica, ou seja, d'*A Cidade à venda*.

Dessa forma, entende-se que o bairro, como qualquer outro lugar, está integrado com todo o globo, assim, ao se pensar nesta perspectiva da expansão da urbanização da cidade de Florianópolis em direção a planície litorânea do Campeche foi projetada como uma proposta das relações sociais produzidas sob a ótica do sistema político e econômico do capitalismo.

4- Referências

- DIAS, Vera Lúcia Nehls. **Quantos Campeches, Tantas imaginações**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.
- FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida: Dilemas e Disputas Simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura. 2000.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS- IPUF. Lei 2.193. Florianópolis, 1985.
- LOCH, Carlos; SANTIAGO, Alina; WALKOWSKI, Marines. O Plano Diretor como estratégia de organização espacial e planejamento turístico de Florianópolis/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 2, jul. 2008. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/view/103/102>>. Acesso em: 13 de jan. 2013.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 297-322, 2007.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis como espaço do público**. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (Org.). Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.
- PAIVA, Edvaldo, RIBEIRO Demétrio, e GRAEFF, Edgar. **Florianópolis: Plano Diretor**. Porto Alegre. Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.
- ROCHA, José Rodrigues da; SOUZA, Amilton Vergara de. **Plano Diretor de Florianópolis Resenha Histórica**. In: IPUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Atlas do Município de Florianópolis (Org. por Maria das Dores de Almeida Bastos). Publicação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

A FORMAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DA CAPITAL CATARINENSE E OS FATORES QUE INFLUÊNCIARAM O DESENVOLVIMENTO E A PERMANÊNCIA DA ATIVIDADE ARTESANAL DA RENDA DE BILRO

Edson de Moraes Machado¹

RESUMO

Florianópolis, capital catarinense, tem sua formação sócioespacial atrelada à chegada dos europeus ao continente americano², desenvolvendo-se mais precisamente a partir do século XVI, quando embarcações que demandavam à Bacia do Prata (cuja desembocadura localiza-se no atual Paraguai) aportavam na Ilha de Santa Catarina para abastecerem-se de água e víveres. A cidade tornou-se território estratégico para apoiar a vanguarda portuguesa localizada no Prata, junto à colônia de Sacramento e assegurar, sob domínio português, o Brasil Meridional. Esta situação teve como consequência a necessidade de povoamento do referido território e dessa forma a consolidação do poder da Coroa Portuguesa. No último quarto do século XVI, a ilha começa efetivamente a ser povoada, recebendo fluxo de imigrantes vicentista e paulistas. Entretanto, em meados do século seguinte este fluxo migratório inicial regrediu, tendo permanecido na ilha pouco mais de uma centena de europeus. Posteriormente, a ilha de Florianópolis recebe um segundo fluxo migratório diferenciado, imprimindo um dinamismo socioeconômico e uma organização regional bastante peculiar. Assim, as reflexões aqui apresentadas contêm elementos para uma melhor compreensão da evolução histórica da formação social e espacial de Florianópolis e região. Esse enfoque procura contemplar as múltiplas determinações de ordem natural, social, econômica e cultural, responsáveis pela singularidade dessa formação regional e que serão de fundamental importância para o desenvolvimento e a permanência de uma das mais tradicionais atividades artesanais da região, a renda de bilro.

PALAVRAS-CHAVES: SOCIOESPAIAL, FLORIANOPOLIS, RENDA DE BILRO.

INTRODUÇÃO

Na atual e singularmente duradoura fase depressiva da economia mundial, aberta com a chamada “Crise do Petróleo” em 1973, ocorreu surpreendentemente aprofundamento da divisão internacional do trabalho com ampliação dos fluxos de capitais e mercadorias entre as nações. Nesta nova conjuntura o capitalismo atingiu um novo estágio, tendo como

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPGEO) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: edsonmachado1988@hotmail.com.

² Embora os primeiros habitantes da região de Florianópolis tenham sido os índios tupis-guaranis, estes viviam pelo território de forma pouco organizada, dispersos de forma esparsa, desempenhando atividades extremamente primitivas, que não iam além do essencial para a própria sobrevivência.

consequência a difusão do consumo em massa, uniformizando a aquisição de mercadorias nos diferentes continentes.

Diante deste cenário, em diversas ocasiões, um conjunto de pessoas buscam um consumo diferente, mais individualizado, representando um nicho de mercado, que inseri ao consumo de mercadorias outras finalidades além do próprio ato de consumir, podendo ser sociais ou culturais. O principal exemplo deste nicho de mercado é a atividade artesanal, como é o caso da renda de bilro, atividade característica de Florianópolis (SC).

Cabe lembrar que o consumo se tornou essencial para o atual estilo de vida das pessoas, todavia em diversas situações o consumo também é realizado na busca de satisfação pessoal, onde o processo se dá assegurado pelas suas subjetividades privatizadas. Nesse meio, foi imposta a ideologia que considera a otimização do capital físico-econômico e do capital humano como solução para atingir a competitividade e a sustentabilidade. Esta ideologia traz como consequência a exclusão social, o aumento da desigualdade de renda e as dificuldades crescentes para os que não se enquadram no atual estágio do sistema capitalista. Essa distribuição desigual de renda acaba por dificultar o desenvolvimento econômico e humano, cabe então as políticas públicas criar e incentivar iniciativas que visam a melhoria de padrões de qualidade de vida.

O Brasil demonstrou-se ser um dos países que tem a maior desigualdade de renda do continente latino-americano e do mundo (Gasparini, 2003). Todavia, em anos recentes, particularmente a partir de 2001, o país consegue diminuir a desigualdade brasileira para os níveis mais baixos dos últimos quase quarenta anos, notadamente em 1976, quando as séries da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) puderam ser na prática processadas (Neri, 2005, 2006; Ferreira, Leite e Litchfield, 2006; e, mais detalhadamente, Ipea, 2006). Entretanto ainda ocupa lugar de destaque nos rankings das estatísticas internacionais de países com maiores desigualdades de renda.

A diminuição da desigualdade brasileira, em parte, é resultado de políticas sociais (como o lançamento do Programa Bolsa Família, reajustes do salário mínimo, entre outras) e de políticas públicas (como mudanças de regime macroeconômico: controle e metas inflacionárias, responsabilidade fiscal, etc.). Considerando esse fator, em 2004 o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior lançou o Programa do Artesanato Brasileiro, entendendo que: "o artesanato brasileiro é um segmento da economia cujo crescimento possui alto potencial de geração de trabalho e renda, de maneira descentralizada" (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2004, p. 25). De acordo com o programa a comercialização do produto artesanal (o que engloba o manejo da matéria-prima, a produção, a divulgação e a comercialização tanto na importação quanto na exportação) exige ações governamentais, considerando que o artesanato, além da

contribuição para geração ou complementação de renda, também preserva as culturas locais, regionais e nacionais. Essas ações governamentais devem ter como objetivo final um aumento do nível de bem-estar social que depende, objetiva e subjetivamente, da redução da desigualdade social e uma consequente estabilidade econômica.

Diante da realidade acima exposta torna-se necessário analisar a origem, desenvolvimento e permanência de uma das atividades artesanais mais características de Florianópolis (SC), que é a renda de bilro, na qual foi, e ainda é responsável pela geração de dividendos de diversas famílias florianopolitanas, para que então possa se chegar a uma compreensão mais ampla da realidade na qual esta atividade está inserida. Considerando a geografia como uma ciência social, cujo objetivo é estudar a sociedade, sendo ela espacial, o objetivo deste artigo é apresentar uma abordagem sobre a trajetória e a conseqüente formação social e espacial do território na qual se desenvolveu a referida atividade, buscando descrever os fatores econômicos, sociais e naturais que influenciaram a prática de renda de bilro nos diferentes momentos históricos da capital catarinense.

A metodologia engloba pesquisa etnográfica, além de uma revisão da bibliografia disponível sobre o tema. Foi realizada também coleta de dados através de observação participante, sendo que as declarações das mulheres rendeiras foram tidas como evidências sobre o acontecimento, baseando-se assim na credibilidade dos informantes. Tanto declarações dirigidas, quanto espontâneas foram tomadas como observações da pesquisa, tal como orienta Becker (1997) ¹. Esta coleta de dados foi sendo realizada ao longo do processo de capacitação das rendeiras de bilro propiciado pelo Projeto Ilha Rendada² com mais de cem mulheres, no qual atuei como tutor, e que ocorreu nos fins de 2014 até meados de 2015 em quatro pólos de comunidades distintas de Florianópolis: Pântano do Sul, Lagoa da Conceição e Rio Vermelho, Ponta das Canas e Sambaqui.

¹ BECKER; Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 3ª ed. 1997.

² O projeto Ilha Rendada, apoiado pela Fundação de Pesquisas Socioeconômicas (FEPESE) e financiado pela PETROBRAS, tem como objetivo qualificar rendeiras, suas filhas e netas para o empreendedorismo e promoção do comércio justo (*fair trade*) de renda de bilro na capital catarinense, atuando na linha programática de geração de dividendos e sustentabilidade. É coordenado pelas professoras Joana Stelzer e Marilda Todescat, ambas professoras do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 01: Localização da cidade de Florianópolis – SC

Fonte: Edilaura Steffens, com base na Malha Digital do IBGE, 2001.

1. A formação social e espacial da capital catarinense

A ocupação do território brasileiro efetivou-se com a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias e doação de sesmarias. Esta política rendeu ao Brasil vastos latifúndios voltados à produção de produtos tropicais para exportação visando abastecer o mercado europeu (PEREIRA, R. M, 2011, p.14.). As características singulares da população nativa da América exigiram que internamente se estruturasse relações escravistas de produção. Assim, de uma forma geral, a implantação dos latifúndios e as relações escravistas na região tropical brasileira impossibilitou a transformação dos trabalhadores em produtores independentes. Hora, o Sul do Brasil, sendo região temperada e não podendo oferecer em grandes quantidades produtos diferentes do que se podia desenvolver na região temperada da Europa, despertou pouco interesse econômico e de exploração¹. Pereira (2011) comenta que o atraso e a desvinculação do circuito comercial de interesse das áreas temperadas europeias foram decisivos para impor um caráter distinto à formação sócioespacial do sul do Brasil, e consequentemente de Florianópolis.

O Sul do Brasil tem sua gênese sócioespacial intrinsecamente ligada à preocupação de Portugal em fixar as fronteiras meridionais do território

¹ Não se pode desconsiderar alguns fatos que auxiliaram neste processo inicial de pouco interesse pela região temperada do Brasil, entre eles o pouco desenvolvimento da Capitania de São Vicente em consequência de diversos fatores, a exemplo a baixa população, e que passou a desenvolver uma economia natural de subsistência, e o desaparecimento do donatário do capitania mais ao sul do Brasil em um naufrágio antes mesmo de tomar posse do referido território.

colonial, ameaçadas constantemente pela coroa Espanhola. As primeiras providências tomadas pela coroa foi incentivar o avanço de uma parcela dos habitantes da capitania de São Vicente a moverem-se rumo ao sul. A concretização destes incentivos irão dar origem as sesmarias e conseqüentemente às primeiras fazendas de lavouras ao longo do litoral sul do Brasil. Esta primeira etapa da formação do território sulino vai se caracterizar por um povoamento esparso e de baixa densidade demográfica. É neste contexto que serão fundada as cidades de São Francisco (1658), Desterro¹ (1673) e Laguna (1676). Percebe-se que as cidades vão sendo fundadas em uma constante linha de tempo, consolidando a expansão portuguesa cada vez mais ao sul do continente, a tal ponto que em 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento na foz do rio Prata e muito além do tratado de Tordesilhas, Portugal alcança seu objetivo final, demarcando território na estratégica região e agravando com isto, as disputas territoriais entre o referido país e a coroa espanhola.

Neste permanente estado de guerra territorial entre Espanha e Portugal, a cidade de Florianópolis vai ganhar destaque em consequência de suas especificidades naturais e geográficas. Assim, sendo considerada estratégica para fins já descritos, a atual ilha de Florianópolis tornou-se alvo de claro objetivo político com a efetiva ocupação de seu território. Tal fato não havia sido concretizado, pois a primeira leva de imigrantes vicentista era reduzida em número e esparsa ao longo do litoral. Tinha-se como prioridade também a criação de um sistema de defesa.

A partir de meados do século XVIII se iniciou um efetivo planejamento sistemático sócioespacial do território de Florianópolis e suas redondezas. A exemplo, tem-se a construção das fortificações em pontos estratégicos, tanto na parte insular como na parte continental. Todavia, aliada às construções das fortificações que serviam de apoio logístico e militar do Brasil Meridional, tornou-se necessário um contingente populacional que as guarnecesse e ocupasse seu entorno, além de cultivar a terra, considerada naturalmente fértil, com abundancia de peixes e outros viveres, propiciando alimento e utensílios necessários, sem gerar grandes despesas à empreitada portuguesa. Segundo Mamigonian (1997), a realização destas duas necessidades constitui-se a maior intervenção do planejamento estatal português no sul do Brasil, tanto a nível geopolítico, como a nível geoeconômico.

São os fatores acima expostos que irão explicar um segundo fluxo migratório intensivo e precoce, perante o restante do território brasileiro, para a referida região, abrangendo ainda partes do litoral catarinense e do estado do Rio Grande do Sul. Este segundo fluxo migratório eram oriundos do Arquipélago do Açores, tendo este último função semelhante a que iria se

¹ Atual Florianópolis.

tornar Florianópolis. Açores, um arquipélago em pleno oceano Atlântico¹, com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, passa a ser ponto de paragem obrigatória das naus que faziam a viagem de regresso. Este acontecimento confere às ilhas do arquipélago uma grande importância estratégica, contribuindo em larga escala para seu desenvolvimento social e económico (CARUSO, 2000, p.100). Caso semelhante aplicava-se a ilha de Santa Catarina, que apoiava a ocupação do Paraguai, Buenos Aires, Colônia de Sacramento e a passagem para o Oceano Pacífico através do Estreito de Magalhães.

Assim sendo, considerando as especificidades existente no Arquipélago dos Açores (também sob domínio português), como excesso de contingente e as necessidade de povoamento do Brasil Meridional, se tem início no ano de 1748 a imigração açoriana para a ilha de Santa Catarina. Durante os oito anos seguintes, seis mil imigrantes açorianos foram enviados ao sul do Brasil.

Esse movimento migratório vai consolidar uma das sociedades mais originais do Brasil pois, em vez do latifúndio implanta-se a pequena propriedade; no lugar do escravo africano é trazido o colono branco e, finalmente, ao contrário de uma agricultura tropical de exportação, os imigrantes açorianos vão desenvolver uma variada economia familiar de subsistência (CARUSO, 2000, p.102). Estas especificidades vão resultar na proliferação de algumas tradições trazidas pelos açorianos pois, em vez de trabalhar em grande plantações voltadas a exportação, o colono irá se dedicar a uma agricultura de subsistência, possibilitando realizar novas empreitadas, como a utilização de novos métodos de pesca (a rede de arrasto e a tarrafa) para os homens e a confecção de peças artesanais para as mulheres. Entre as peças artesanais desenvolvidas pelas mulheres se destacou a renda de Bilro, sendo utilizada para a confecção de toalhas de mesa, cortinas, lençóis, peças de vestuário, além da possibilidade de enfeitar trajes, alfaias da igreja e peças do vestuário da nobreza. Posteriormente, durante séculos, a confecção da renda de Bilro seria utilizada para reforçar o orçamento familiar. Esta tradição, segundo alguns pesquisadores, surgiu na Bélgica, no século XV, espalhando-se pela Europa (essencialmente Itália, França e Portugal), tendo alcançado o arquipélago dos Açores e incorporando-se a cultura local. Assim, com a transferência de uma parcela desta população à ilha de Santa Catarina, a referida tradição veio ganhar uma nova conjuntura.

Distante de mercados dinâmicos, a região onde se estabeleceram os açorianos só realizou a comercialização de pequenos excedentes de produtos de fabricação rudimentar como a farinha, a aguardente, o peixe e o artesanato, sendo estes vendidos ou trocados nos mercados da região. O fato

¹ Localiza-se especificamente a 1.500 km de Lisboa - Portugal.

de Florianópolis servir como apoio logístico aumentava o trânsito de navios e impulsionava o desenvolvimento de uma pequena produção mercantil.

Aliado aos interesses geopolíticos portugueses, outro fato veio impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da ilha de Santa Catarina, sendo o estabelecimento de diversas "armações"¹ para a pesca da baleia e a exportação do óleo desses animais para a Europa (Inglaterra, Holanda, Alemanha, etc.). Esta atividade tornou-se uma alternativa lucrativa no Brasil Meridional, área de recursos ociosos.

Embora de vários ângulos tenha prosperado a empreitada portuguesa no Brasil Meridional, não se podia comparar com a opulência apresentada nas Capitânicas mais próspera. As exigências impostas aos açorianos pela coroa portuguesa limitava as possibilidades de acumulação, e conseqüentemente impossibilitou-os de se tornarem empresários capitalistas. Entre estas exigências pode-se citar as constantes requisições, sobretudo de soldados e de farinha, advindas das milícias e dos setores administrativos (PEREIRA, R. M, 2011). Estas especificidades, embora os açorianos tenham desenvolvido uma pequena produção mercantil, não permitiram o desenvolvimento de relações capitalista, permanecendo por longos anos, nas áreas de colonização açoriana, incluindo a ilha de Santa Catarina, relações pré-capitalistas. Assim, percebe-se que uma série de fatores ocorreram para que a região de colonização açoriana não enriquecesse, ao contrário, a partir do século XIX há um empobrecimento na região. Além dos fatores já descritos que dificultavam uma acumulação de riquezas e o desenvolvimento das relações capitalista, pode-se acrescentar outros elementos característicos da formação sócioespacial açoriana, tais como, a fragmentação excessiva dos pequenos lotes por herança, a redução da mão de obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, o esgotamento do solo arenosos, assim como o espírito de camaradagem vigente entre os agricultores, pescadores e artesãos (BASTOS, 2000, p.131).

A partir de segunda década do século XIX e perdurando até o século XX, o interior do sul do Brasil passa a ser o foco de atenção, recebendo imigrantes europeus (alemães, italianos e eslavos, em sua maior parcela) que imprimiram grande dinamismo econômico, superando rapidamente o estágio agrícola e chegando a industrialização. Fato que não ocorreu nas áreas de colonização açoriana em conseqüência de diversas especificidades, entre elas o reduzido desenvolvimento técnico - científico dos açorianos ao migrarem para o Brasil (séc. XVIII), contrastando com o avançado estágio do capitalismo manufatureiro engendrado nos países europeus de origem dos imigrantes que foram se instalar no interior do estado (Alemanha, Itália, Polônia, etc.). O desenvolvimento econômico do interior fez com que a capital catarinense permanecesse com a função comercial de praça importadora e intimamente

¹ Eram empresas que mobilizavam grandes capitais, empregando numerosa mão de obra escrava.

ligada as atividades portuárias até meados dos anos 30. Este período é marcado por uma decadência econômica que só será superado após a Revolução de 1930, onde os estímulos a industrialização permitiu a superação das relações pré-capitalista de produção, fato que irá resultar em uma nova ordem socioeconômica e espacial.

Este breve resumo nos fornece a base para entender as características únicas na qual se deu o desenvolvimento, a permanência e a atual conjuntura da atividade artesanal da renda de bilro em Florianópolis. Ou seja, as imposições na qual estiveram submetidos os imigrantes açorianos caracterizou em uma vivência de subsistência, mantendo-se por um longo período relações pré-capitalista. Desvinculados de grandes mercados e fora da área de produção para exportação de produtos tropicais, aliada a série de imposições oriundas da coroa portuguesa, as relações pré-capitalistas e de subsistência permitiram o desenvolvimento e a permanência de diversas atividades artesanais como forma de complementação de renda e fonte de alimentos. Entre os homens está a pesca através da rede de arrasto e a tarrafa, e entre as mulheres a renda de bilro.

Estas duas atividades, tanto a masculina como a feminina, vão se desenvolver em um grande espírito de camaradagem ao longo das comunidades mais tradicionais da ilha (Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ponta das Canas, Sambaqui, etc.). Assim, a união dos homens para poder realizar a pesca da rede de arrasto, as confecções das tarrafas e das redes por longo período de tempo, possibilitava a reunião de suas mulheres e filhas em grandes círculos onde passavam longos períodos confeccionando as rendas de Bilros, fato que dará origem a uma das frases mais características da ilha da respectiva atividade artesanal "onde há rede, há renda!". Esta tradição, que se perpetuou ao longo das gerações, vai dar origem a um importante Capital Social presente ainda hoje.

Com a variada utilidade da arte artesanal da renda de bilro como já descrito, e em consequência das imposições por parte da coroa portuguesa na qual os açorianos estavam submetidos, esta atividade se caracterizou como uma fonte de complementação de renda, sendo ainda utilizada de instrumento de troca por itens de maior necessidade.

O fato de Florianópolis estar intimamente ligada a atividade portuária desde sua gênese, permanecendo como a grande praça importadora do estado até a década de 30 do século passado através da atividade marítima, possibilitou o desenvolvimento e a permanência de relações comerciais em especial no centro da cidade. Ao longo das ruas do centro da cidade e posteriormente, no próprio mercado público, era possível encontrar uma gama de produtos que iam desde pescados, farinha de mandioca, frutas, etc. e até mesmo a renda de bilro. A antiga ASSORI (Associação das Rendeiras), localizada na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, a partir de meados do século

passado era onde possivelmente se encontrava a maior oferta de produtos oriundos da renda de bilro de toda a cidade de Florianópolis.

Como a atividade artesanal da renda de bilro desenvolveu-se em especial nas regiões mais tradicionais de Florianópolis, estrategicamente imposta pela coroa portuguesa, e conseqüentemente esparsas entre si, ficando distante da grande praça comercial da cidade e do estado, as dificuldades de disponibilizar as rendas no mercado se tornou um dos maiores empecilhos. Neste meio, o espírito de camaradagem característico do açoriano, e as dificuldades de comercialização da renda de bilro vai dar espaço a uma não valorização do produto confeccionado. Desvalorização esta acentuada pelos novos costumes e imposições do estilo de vida da atual geração (como a necessidade de maior praticidade).

Diante da conjuntura acima exposta, algumas soluções se materializam, entre elas o papel das “compradeiras”, onde alguém tomava a liderança comprando as rendas e revendendo no comércio do centro da cidade. Esta atitude possibilitou a permanência de tal arte mantendo-a como importante complemento da renda familiar (praticado muitas vezes por todas as mulheres de uma mesma família, incluindo crianças a partir dos sete, oito anos de idade), pois os poucos recursos disponíveis aos imigrantes açorianos e as escassas inovações tecnológicas, não permitiram o desenvolvimento de atividades muito distintas além da pesca e da renda.

Como já mencionado, em deprimimento da riqueza produzida no interior, Florianópolis fica reduzida a função administrativa de capital, entrando num período de decadência que perdura até meados do século XX. Após este período, com os estímulos a industrialização aceleram-se o processo de substituição de relações pré-capitalista de produção, o que acaba por impor uma nova ordem socioeconômica e espacial, onde os diferentes lugares e regiões irão reagir de forma contraditórias, alguns aderindo e se adaptando rapidamente a nova conjuntura, outros resistindo. Nesta processo Florianópolis irá passar por profundas transformações, evidenciando-se a vocação turística da cidade (sendo implantados diversos hotéis, pousadas, resort, etc. em toda a cidade) por um lado, e aderindo importantes projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico (construção da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo a sede de empresas como a CELESC, ELETROBRÀS, TELESC, etc.) por outro. O que vai implicar na expansão urbana da cidade. Tais ações irão ter como consequência uma grande transição econômica e social, vivenciada pelas populações do interior da ilha, que se caracterizou pela desarticulação das formas tradicionais de produção, pressionando e ao mesmo tempo possibilitando a obtenção de ingressos que aumentassem a renda familiar.

As modificações introduzidas na ilha de Santa Catarina, em especial por ocasião do turismo, vai possibilitar que a mulher atenda a pressão para o aumento da renda familiar, neste contexto a renda de bilro acaba por ganhar

destaque. Este fato deve-se a algumas especificidades, entre elas o fato da artesã produtora de renda de bilro (bem como os artesões em geral) serem donas dos meios de produção e por diversas vezes, a rendeira que produzia os próprios instrumentos de trabalho (confecciona a almofada de apoio, os piques¹, os bilros, e por vezes a coleta de espinhos na falta de alfinetes). Cabe lembrar que a maior acessibilidade às mercadorias e o aumento da divisão do trabalho vem aos poucos suprimindo esta última característica dos artesãos. Assim, sendo dona dos meios de produção era possível estender a atividade para outros membros da família, em geral meninas a partir dos seis, sete anos de idade. O que possibilitava a reprodução social da família e o complemento de dividendos. Surgem neste período (meados do século passado) importantes centros de vendas, como a Avenida de Rendeiras na Lagoa da Conceição, além da implantação de pontos de venda de renda de bilro nas praias mais movimentadas de Florianópolis. Neste cenário, o papel da “compradeiras” irá se acentuar. Todavia os mesmos fatores que irão possibilitar um determinado incentivo à produção de renda de bilro, também será o responsável por fazê-la quase que desaparecer, não sendo atrativo para as novas gerações que acabam por mostrar pouco ou nenhum interesse em aprender tal arte.

O fato acima referido é uma consequência do gradativo assalariamento que passa a ocorrer em Florianópolis. O turismo e a expansão urbana criaram diferentes possibilidades que permitiam as mulheres se engajassem em atividades relacionadas a hotelaria (camareira, restaurante, serviços de cozinha, lavanderia, serviços de limpeza em geral) ou em casas de veraneio. Assim o verão se tornou a estação em que uma parte das mulheres estende suas atividades para fora de casa, recebendo um salário, em geral, superior ao mínimo e maior do que o adquirido com a venda da renda de bilro. Diante disto a referida atividade foi aos poucos sendo abandonada pela maior parcela das mulheres, tendo seguido o mesmo caminho suas filhas e netas. Fora da estação algumas outras tarefas podiam e podem permitir um pequeno salário bem abaixo do salário mínimo: cuidar de casas fechadas, limpar quintais, lavagem de roupas são algumas das tarefas subassalariadas que podem garantir uma contribuição a renda familiar (BECK, et al, 1983).

Em resumo a desarticulação das atividades tradicionais com a migração dos homens para outras atividades, onde muitos saem da pesca artesanal e começam a trabalhar como pedreiros, carpinteiros, jardineiros, pesca industrial, etc. aliada a diminuição gradativa das “terras de uso comum”², consequência da expansão urbana, obriga a mulher a aumentar sua participação na economia da família. Em um primeiro momento a renda de bilro vai ser vista como a saída para tal solução, todavia com o passar dos

¹ Piques são os desenhos que servem como base para a fabricação da renda de bilro.

² As “terras de uso comum” eram locais “sem donos” onde a população como um todo podia praticar a pecuária, todavia com a expansão urbana e imobiliária estes lotes foram aos poucos sendo comprados e cercados, impedindo o uso por parte da população.

anos o processo de expansão urbana, passou a incorporar o contingente feminino da força de trabalho que, até então, teria permanecido fora do mercado. A referida pressão para o aumento nos dividendos familiar vai ocasionar em um baixo preço e a conseqüente diminuição do lucro da renda de bilro em relação à matéria-prima e a hora trabalho. Diante deste cenário e a perante a possibilidade de ganhos maiores e mais garantidos com o assalariamento a renda de bilro vai sendo deixada de lado.

Figura 2: Rendeiras de bilro em Florianópolis – Casarão do Sambaqui



Foto: Projeto Ilha Rendada

Não se pode esquecer também o papel da educação escolar, onde uma maior acessibilidade ao ensino e um crescente mercado de trabalho (que passa a incorporar o contingente feminino) faz com que as rendeiras incentivem suas filhas a possuírem uma maior escolaridade¹ e se dedicar maior tempo aos estudos para então conseguir um emprego, ao invés de produzir renda de bilro. A exemplo disto se tem o fato que as rendeiras que hoje atuam em Florianópolis estão na terceira idade e a grande maioria possui escolaridade equivalente ao ensino fundamental I (1^a à 4^a série), incluindo um menor número de rendeiras não alfabetizadas, enquanto que suas filhas e netas possuem ensino médio ou ensino superior.

¹ O que é apoiado com as novas instituições de ensino que passaram a se instalar em Florianópolis e região (Universidade Federal, Universidade Estadual, Institutos federais, Cursos técnicos, etc.).

A renda de bilro, tendo se transformado em um mero instrumento de aumento de dividendos em consequência da pressão para o complemento da economia familiar, fez com que se transmitisse algo negativo no ato de produzir, e não uma atividade prazerosa e de lazer como tem se buscado enfatizar nesta nova geração. As meninas que não se dedicavam a produção da renda de bilro eram marginalizadas na sociedade contrariando os padrões adequados à conduta feminina da época. A menina que não fazia renda de bilro não contribuía com o orçamento familiar e não era considerada dedicada ou “trabalhadeira”, ficando desocupada e indo brincar fora de casa, andando pelas ruas, brincando com os meninos, etc. era considerada “assanhada”. O comum era horas de dedicação à atividade já desde criança, sendo impostos ainda, em algumas ocasiões, castigos físicos¹. Diante deste cenário as próprias rendeiras vão incentivar as suas filhas a dedicar-se a um trabalho assalariado, bem como suas netas. O processo de expansão urbana passa a aderir esta mão de obra, a renda de bilro deixa de ser um importante complemento de dividendos familiar. As longas jornadas de trabalho fora de casa impossibilitam a mulher dedicar-se a atividade rendeira e também transmitir este conhecimento às suas filhas, pois esta muita das vezes assume o papel da mãe nos afazeres domésticos aliado ao compromisso com as atividades escolares.

2. A atual conjuntura da prática da renda de bilro

A renda de bilro aos fins do século passado e início deste vai praticamente desaparecer do contexto dos ilhéus. Entretanto, as antigas rendeiras ao atingirem a terceira idade, e em sua maior parcela já aposentadas, acabam por redescobrir a renda de bilro como uma atividade de lazer, capaz de resgatar o companheirismo e a amizade característico dos açorianos. As longas tardes que ficavam a render e a conversar em círculo voltam a acontecer, resgatando sua autoestima e auxiliando no tratamento de doenças como a depressão. Cabe salientar que algumas dessas atuais rendeiras nunca pararam de produzir, outras acabaram por engajar-se no mercado de trabalho (doméstica, enfermeiras, auxiliar de serviços gerais, camareiras, etc) e ao aposentar-se voltam a praticar a atividade artesanal. Esta redescoberta vai encontrar apoio em algumas políticas públicas e em alguns locais que se tornam pontos de encontros (como o Casarão do Sambaqui, a Casa das Rendeiras no Pântano do Sul, o Casarão da Lagoa, a Associação dos idosos em Ponta das Canas, etc.). Todavia, no referido estágio da vida, uma nova realidade insere-se na vida das mulheres rendeiras. Apesar de aposentadas a maior parcela destas possui renda familiar em torno de um salário mínimo e, em não raro casos, elas se tornam responsáveis pela educação e sustento dos netos e mesmo alguns filhos (estão desempregados,

¹ BECK et all (1983) comenta que o castigo mais comum era o bater com um régua nas articulações dos dedos.

são estudantes, etc.), possuindo através de suas aposentadorias a única renda fixa. Isto num período da vida onde os gastos com saúde tendem a consumir a maior parcela do orçamento familiar¹. Assim em diversos casos muitas dessas mulheres são pressionadas a buscar alternativas para aumentar o orçamento doméstico.

Nesta conjuntura a atividade artesanal da renda de bilro novamente passa a ser vista com um segmento da economia que possui um alto potencial de geração de trabalho e dividendos, de maneira descentralizada e conforme a disponibilidade de cada rendeira, e que também preserva a cultura local. Todavia as longas décadas de desvalorização do produto, a redução de custos através da mecanização e barateamento da mão de obra tão característico do sistema capitalista e que acaba por inibir o pequeno produtor, o consumo em massa, o neoliberalismo vivenciado a partir da década de 90 e que desencadeou as importações predatórias (introdução de rendas industriais importadas no mercado brasileiro com preços muito inferiores), entre outras diversas especificidades das rendeiras hoje existentes em Florianópolis, acabam por impor grandes dificuldades à comercialização deste produto. Quando acontece, de uma forma geral, esta comercialização é incapaz de oferecer lucros suficientes para a manutenção social da família dessas mulheres, o que acaba por inibir o interesse da nova geração pela atividade.

Para que se consiga uma melhora no nível de bem-estar social dessas mulheres rendeiras, através da redução da desigualdade social e uma consequente estabilidade econômica, capaz inclusive de incentivar a nova geração a aprender e preservar esta importante cultura local é necessário ações governamentais e programas de auxílio e orientação (como o Programa do Artesanato Brasileiro lançado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio). Estas ações devem ter como objetivo o incentivo e a capacitação dessas mulheres rendeiras, bem como suas filhas e netas, a se tornarem empreendedoras individuais capazes de se autogerir, ao mesmo tempo em que busquem alternativas mais justas para a comercialização de seus produtos.

3.Considerações finais

Na primeira parte do artigo buscou-se contextualizar a formação sócioespacial de Florianópolis com a origem, o desenvolvimento e a permanência da arte da renda de bilro. Assim foi possível perceber que considerando as necessidades de povoamento do Brasil Meridional se tem início no ano de 1748 a imigração açoriana para a ilha de Santa Catarina. Durante os oito anos seguintes, seis mil imigrantes açorianos foram enviados

¹ Segundo o Indicador de Educação Financeira (IndEF) 2014, elaborado pelo SerasaConsumidor e IBOPE Inteligência. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br>. Acesso em 15 de julho de 2015.

ao sul do Brasil. Esse movimento migratório vai consolidar uma das sociedades mais originais do Brasil pois, a ocupação do território vai se dar baseado em minifúndios, e por ser uma zona subtropical não ocorrerá agricultura intensiva direcionada a exportação, como ocorreu com a região tropical do país, dedicando-se o imigrante açoriano a uma agricultura inicial de subsistência. Estas especificidades vão resultar na proliferação de algumas tradições trazidas pelos açorianos, pois, em vez de trabalhar em grande plantações voltadas a exportação, o colono irá se dedicar a uma agricultura de subsistência, possibilitando realizar novas empreitadas, como a utilização de novos métodos de pesca (a rede de arrasto e a tarrafa) para os homens e a confecção de peças artesanais para as mulheres. Entre as peças artesanais desenvolvidas pelas mulheres se destacou a renda de Bilro, sendo utilizada para a confecção de toalhas de mesa, cortinas, lençóis, peças de vestuário, além da possibilidade de enfeitar trajes, alfaias da igreja e peças do vestuário da nobreza. Posteriormente, durante séculos, a confecção da renda de Bilro seria utilizada para reforçar o orçamento familiar.

As exigências impostas aos açorianos pela coroa portuguesa limitava as possibilidades de acumulação, e conseqüentemente impossibilitou-os de se tornarem empresários capitalistas. Entre estas exigências pode-se citar as constantes requisições, sobretudo de soldados e de farinha, advindas das milícias e dos setores administrativos. Desvinculados de grandes mercados e fora da área de produção para exportação de produtos tropicais, aliada a série de imposições oriundas da coroa portuguesa, as relações pré-capitalistas e de subsistência permitiram o desenvolvimento e a permanência de diversas atividades artesanais como forma de complementação de renda e fonte de alimentos. Entre os homens está a pesca através da rede de arrasto e a tarrafa, e entre as mulheres a renda de bilro. Estas duas atividades, tanto a masculina como a feminina, vão se desenvolver em um grande espírito de camaradagem ao longo das comunidades mais tradicionais da ilha (Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ponta das Canas, Sambaqui, etc.). Assim, a união dos homens para poder realizar a pesca da rede de arrasto, as confecções das tarrafas e das redes por longo período de tempo, possibilitava a reunião de suas mulheres e filhas em grandes círculos onde passavam longos períodos confeccionando as rendas de Bilros, fato que dará origem a uma das frases mais características da ilha da respectiva atividade artesanal "onde há rede, há renda!". Esta tradição, que se perpetuou ao longo das gerações, vai dar origem a um importante Capital Social presente ainda hoje.

As modificações introduzidas na ilha de Santa Catarina, em especial por ocasião do turismo, a partir de meado do século passado, vai possibilitar que a mulher atenda a pressão para o aumento da renda familiar, neste contexto a renda de bilro acaba por ganhar destaque. Assim, sendo dona dos meios de produção era possível estender a atividade para outros membros da família, em geral meninas a partir dos seis, sete anos de idade. O que

possibilitava a reprodução social da família e o complemento de dividendos. Surgem neste período importantes centros de vendas, como a Avenida de Rendeiras na Lagoa da Conceição, além da implantação de pontos de venda de renda de bilro nas praias mais movimentadas de Florianópolis. Todavia os mesmos fatores que irão possibilitar um determinado incentivo à produção de renda de bilro, também será o responsável por fazê-la quase que desaparecer, não sendo atrativo para as novas gerações que acabam por mostrar pouco ou nenhum interesse em aprender tal a arte. Inicia-se na capital catarinense um gradativo assalariamento. O turismo e a expansão urbana criaram diferentes possibilidades que permitiam as mulheres se engajassem em atividades relacionadas a hotelaria (camareira, restaurante, serviços de cozinha, lavanderia, serviços de limpeza em geral) ou em casas de veraneio. Diante disto a referida atividade foi aos poucos sendo abandonada pela maior parcela das mulheres, tendo seguido o mesmo caminho suas filhas e netas. A desarticulação das atividades tradicionais com a migração dos homens para outras atividades, obriga a mulher a aumentar sua participação na economia da família. Em um primeiro momento a renda de bilro vai ser vista como a saída para tal solução, todavia com o passar dos anos o processo de expansão urbana, passou a incorporar o contingente feminino da força de trabalho que, até então, teria permanecido fora do mercado. A referida pressão para o aumento nos dividendos familiar vai ocasionar em um baixo preço e a conseqüente diminuição do lucro da renda de bilro em relação à matéria-prima e a hora trabalho. Diante deste cenário e a perante a possibilidade de ganhos maiores e mais garantidos com o assalariamento a renda de bilro vai sendo deixada de lado. Todavia as antigas rendeiras ao atingirem a terceira idade, e em sua maior parcela já aposentadas, acabam por redescobrir a renda de bilro como uma atividade de lazer, capaz de resgatar o companheirismo e a amizade característico dos açorianos. As longas tardes que ficavam a render e a conversar em círculo voltam a acontecer, resgatando sua autoestima e auxiliando no tratamento de doenças como a depressão. Esta redescoberta vai encontrar apoio em algumas políticas públicas e em alguns locais que se tornam pontos de encontros (como o Casarão do Sambaqui, a Casa das Rendeiras no Pântano do Sul, o Casarão da Lagoa, a Associação dos idosos em Ponta das Canas, etc.). Entretanto, no referido estágio da vida, uma nova realidade insere-se na vida das mulheres rendeiras. Apesar de aposentadas a maior parcela destas possui renda familiar em torno de um salário mínimo e, em não raro casos, elas se tornam responsáveis pela educação e sustentos dos netos e mesmo alguns filhos, possuindo através de suas aposentadorias a única renda fixa. Isto num período da vida onde os gastos com saúde tendem a consumir a maior parcela do orçamento familiar. Assim em diversos casos muitas dessas mulheres são pressionadas a buscar alternativas para aumentar o orçamento doméstico. Nesta conjuntura a atividade artesanal da renda de bilro novamente passa a ser vista com um

segmento da economia que possui um alto potencial de geração de trabalho e dividendos. Todavia as longas décadas de desvalorização do produto e as novas imposições do mercado torna a atividade incapaz de oferecer lucros suficientes para a manutenção social da família dessas mulheres, o que acaba por inibir o interesse da nova geração pela atividade.

Para que se consiga uma melhora no nível de bem-estar social dessas mulheres rendeiras, através da redução da desigualdade social e uma consequente estabilidade econômica, capaz inclusive de incentivar a nova geração a aprender e preservar esta importante cultura local é necessário ações governamentais e programas de auxílio e orientação. Estas políticas públicas devem ter como objetivo o incentivo e a capacitação dessas mulheres rendeiras, bem como suas filhas e netas, a se tornarem empreendedoras individuais capazes de se autogerir, ao mesmo tempo em que busquem alternativas mais justas para a comercialização de seus produtos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARUSO, Mariléa; CARUSO, Raimundo C. **Índios, baleeiros e imigrantes: Uma aventura histórica**. Tubarão: Editora Unisul, 2000.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (Org.) **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BECK, Anamaria. **Um trabalhinho atoa: a produção e a comercialização da renda de bilro e suas implicações para a economia familiar**. Águas de São Pedro, 1983. 25 p. Relatório de Pesquisa CAPES.

BECKER; Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 3ª ed. 1997.

BOURDIEU, P. **Le capital social**. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, 1980.

DINIZ, J.H.; FERRARI, G. Comércio solidário no Brasil: esta idéia tem futuro? In:

FRANÇA, C. L. (Org.) **Comércio Ético e Solidário**. São Paulo: Fundação Friedrich

Ebert/ILDES, 2002, m.p. 34-57.

FRANÇA, Cassio Luiz de. (Org.). **Comércio ético e solidário no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert / ILDES, 2003. 144 p.

FRETEL, Alfonso Cotera e SIMONCELLE-BOURQUE, Eloïse. O comércio justo e o consumo ético. Série Economia Solidária. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean World Bank LAC Flagship Report 2003**. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

LAFORGA, Gilmar. **Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo: alinhando convergências, apresentando desafios**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005. 32 p.

LÉVINAS, Emmanuel. Ensaio sobre a alteridade. Tradução de Pergentino S Pivatto (Coord.), Evaldo A. Kuiuava, José Nedel, Luiz P. Wagner e Marcelo L. Pelizolli. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA FILHO, Sebastião Correia de. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável: a experiência de Campo do Brito (SE)**. In: Revista Econômica do Nordeste. Volume 42, n.1, p. 139-163. Jan. 2011.

MAMIGONIAN, Armen. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina in: **O Mundo que o português criou: Brasil século XVI**, ANDRADE, Manuel C. et al. (Org). Recife: CNPq: FJN, 1997.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Secretaria do Desenvolvimento da Produção. **Instrumentos de Apoio ao Setor produtivo: onde buscar apoio para o seu negócio**. Brasília, MDIC, SDP, 2004.

NERI, M. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social**. Brasília: Ipea, 2006. Capítulo 3. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_03_DesigualdadeEstabilidade.pdf>. Acesso em: 24 abr.2015.

PAES, R.B.; FOGUEL, M.n.; ULYSSEA, G. (Org). **Desigualdade de renda no Brasil : uma análise da queda recente** – Brasília: Ipea, 2006. 2 v. : gráfs., tabs. 446 p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia - a experiência da Itália moderna**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

Renda de Bilro em Florianópolis. PROMOART. Disponível em: <<http://www.promoart.art.br/polo/renda-de-bilro-de-florian%C3%B3polis-sc>>. Acesso em: 24 abr.2015+

PEREIRA, R.M. Santa Catarina no contexto da formação-sócio espacial do Brasil Meridional: Do período colonial ao início do século XX. In:

MAMIGONIAN, Armen (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia econômica**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011, p. 13-30.

OGEDA, Alessandra. **Projetos buscam a profissionalização da renda de bilro em Florianópolis**. *Jornal Noticias do Dia*. Florianópolis (SC), 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/195608-projetos-buscam-a-profissionalizacao-da-renda-de-bilro-em-florianopolis.html>.> Acesso em: 22 abr.2015.

TIBURCIO, B. A.; VALENTE, A. L. E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 497-519, 2007.

WORD BANK. **The initiative on defining, monitoring and measuring social capital: overview and program description: social capital initiative**. Washington, DC, (Working Paper, n. 1), 1998.

PAULO AFONSO (BAHIA) – UMA CIDADE EM REESTRUTURAÇÃO¹

Rafael Rodas Vera Filho²

RESUMO

Buscou-se pesquisar as causas da reestruturação produtiva no espaço urbano de Paulo Afonso (Bahia) a partir do estudo de sua formação espacial. Foram utilizados conceitos correlatos a este instrumento analítico com a finalidade de tentar explicar a realidade geoeconômica recente.

PALAVRAS-CHAVE: formação espacial, território, territorialidade, reestruturação produtiva, cidade de Paulo Afonso.

A cidade objeto desta pesquisa tem sido pouco estudada no aspecto geográfico e econômico. Após décadas de relativo crescimento, a expansão energética atingiu seu apogeu. Este fato, dentre outras causas, propiciaram a atual fase de reestruturação produtiva. O presente estudo buscou explicar a relação entre território, formação espacial e os impactos da reestruturação em curso. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo para a realização desta pesquisa exploratória, de cunho basicamente bibliográfico.

ESPAÇO-TEMPO-TERRITÓRIO

A dinâmica do espaço geográfico leva à constante análise de seus conceitos-chaves para a validação de seu uso. A análise geográfica pretendida nesse trabalho tem como conceito central o território. A análise realizada até o presente momento, indicou ser este o conceito que melhor auxilia na resposta da problemática levantada, norteando a discussão teórico-conceitual. Porém, não é possível utilizá-lo desvinculado dos demais, uma vez que a análise de uma cidade do semiárido baiano – planejada no estilo *company-town* – encontra-se associada, principalmente, à discussão espaço-tempo.

O espaço geográfico resulta da constante inter-relação da sociedade com o ambiente, nas diversas escalas geográficas, promovendo uma intensa utilização dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo em que estabelece relações afetivas que promovem transformações com um sentido de pertencimento num dado espaço. O espaço vivido marca a ação humana naquele local, criando relações de trabalho e afetividade, como é possível perceber no semiárido, através da religiosidade específica – porque não dizer,

¹ Trabalho acadêmico em fase conclusiva.

² Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

singular – àquele espaço, em razão da crença que lhe confere uma identidade espacial, não retirando desse sua característica de zona produtora e polarizadora de uma série de atividades que serão destacadas mais adiante.

Segundo Corrêa (2007, p. 35) esse espaço vivido tende a se transformar dentro da lógica capitalista, e traz novas práticas sociais e, com estas ações, produz novos espaços e atributos, ou seja, novas funções em velhas formas. Num momento anterior, o mesmo autor discute a organização espacial como o resultado material do trabalho que a sociedade realiza, e como tal, reflete os diferentes grupos que o concretizam.

A discussão sobre o tempo é realizada por diversos ramos da ciência, encontrando-se referências na antropologia, na sociologia, filosofia, física. Para a geografia, as definições de tempo dos outros ramos não tem o efeito de definir a categoria de análise, pois, para este estudo, buscou-se unir espaço-tempo-território.

Porém, é necessário destacar a temporalidade como elemento fundamental nesse processo, pois o referido autor destaca: “A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo” (CORRÊA, 1996, p. 60). Em Paulo Afonso, a produção de hidreletricidade determinou a organização do espaço urbano, ao longo do tempo. A conjuntura econômica internacional, nas diferentes fases de ampliação da produção, condicionou a importação de trabalhadores, projetos e bens de capital. O espaço geográfico em tela, sendo reflexo da sociedade, recebeu influências diversas, como escreve Santos (2007, p. 55):

“Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor, e o espaço se modifica para atender as transformações da sociedade”.

Essa discussão de Milton Santos ratifica a proposta deste estudo, pois o que ocorre no espaço urbano de Paulo Afonso (Bahia) é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas. O principal agente, sem dúvida, é a sociedade organizada naquele dado momento.

É importante considerar a sociedade na organização espacial. Estrutura, processo, função e forma, discutidos pelo autor citado, na sua obra “Espaço e Método” (2008), validam tal espacialidade quando os grupos sociais presentes determinam o valor do espaço, em cada momento e situação da sua utilização.

Porto Gonçalves (1984) reafirma a intervenção do Estado com o objetivo de facilitar os caminhos do grande capital, acentuado desde o final do século XIX. Gottdiener (1993) procura mostrar a atuação do Estado através de sua política que, de modo geral, subsidia com dinheiro público a produção do

espaço do setor privado e para o setor privado.

A temporalidade se destaca quando se considera, principalmente, a evolução da técnica. Este progresso técnico promove transformações espaciais que reconfiguram espaços com antigas estruturas, dando-lhes novas funções (SANTOS, 2008).

No caso do espaço urbano estudado, tornou-se útil analisar o **território** e sua **territorialidade** associados à **formação espacial**. *Grosso modo*, relações espaciais e temporais que vão transmutar-se de acordo a consolidação dos interesses da sociedade e suas relações políticas e econômicas, nas diferentes escalas.

Segundo Santos (1994, p. 41), é necessário o entendimento da associação espaço-tempo-mundo, mesmo definindo-os de modo separado, pois estes se transformam em conjunto. Este autor argumenta:

“Por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão de eventos e sua trama. Por espaço, vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por mundo entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares”.

Percebe-se as novas formas de configuração espacial, a partir da **reestruturação produtiva** da cidade pesquisada, configurando-lhe uma dinâmica territorial articulada às diversas atividades estabelecidas em diferentes tempos/estágios de expansão da produção hidrelétrica.

A associação espaço-tempo cria um espaço construído – o espaço geográfico – e nele percebe-se a formação de territórios que podem ser analisados por diferentes perspectivas, desde o sentimento de pertencimento, passando por uma visão política até as diferentes atividades econômicas que se apropriam e dele retiram benefícios. As transformações ocorridas no **território** e que originam ou definem **territorialidades** diversas fazem necessário discutir a temporalidade na qual essas categorias se inserem, pois a partir da análise temporal, percebem-se os fenômenos nele ocorridos.

Pela constante transformação social, considerando o ser humano mutável e passível de diversas influências – associado ao momento histórico em que acontecem tais mudanças – faz com que o espaço também sofra influências e modificações. Afinal, o espaço geográfico resulta dessa relação. Assim, escreve Corrêa (1995, p. 35):

“As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”.

Destarte, essa associação cria um espaço construído – o espaço

geográfico – que de forma concreta e prática conotam um espaço delimitado, no qual seu controle, planejamento e realização se dão efetivamente, diferenciando-se de acordo os grupos sociais presentes.

Segundo Haesbaert (2006, p. 121) [...] o **território** é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio e o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados, ora articulados.

Na discussão referida – domínio do espaço – **território e territorialidade** aparecem como conceitos de suma importância para a validação desse estudo e compreensão da realidade. Nesse instante pensa-se o território através da sua existência, construção e desconstrução – em escalas diferenciadas – pois como escreve Souza (2007, p. 81):

“... territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

Corrêa (1996, p 251) destaca que o conceito de **território** pode ser analisado sob diferentes perspectivas; deve-se considerar a apropriação da terra – tanto por instituições legitimadas no controle e organização de um espaço delimitado por fronteiras – como através da relação afetiva, condicionadas pelas diferentes práticas, sentidos, simbolismos, associados a determinados lugares. Segundo esse mesmo autor, pode-se definir **territorialidade** como:

“[...] um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social” (p. 251-252).

Se o **território** pode ser conceituado a partir da propriedade e apropriação de um dado espaço, a **territorialidade** configura-se a partir dos elementos que consolidam essa definição de território através de representações materiais e imateriais onde as práticas desenvolvidas por diversos agentes sociais garantam sua permanência e utilização desse território para seus interesses.

Para Souza (2006, p. 86) a abordagem relativa à **territorialidade** deveria ser feita a partir de uma “flexibilização da visão do que seja o território”, pois segundo o autor este “[...] será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade [...]”.

Essa mesma territorialidade é discutida por Raffestin (1993) como parte integrante do comportamento espaço-temporal de grupos sociais

diversos e de modos diferenciados sobre a superfície terrestre.

FORMAÇÃO ESPACIAL E TERRITÓRIO – ALGUNS ASPECTOS ESSENCIAIS

Recentemente, um movimento tem sido realizado, por cientistas de vários campos disciplinares, com o intuito de elaborar uma teoria social que dê conta, efetivamente, da inclusão do **espaço** enquanto uma das instâncias essenciais da sociedade, ou seja, inseparável da análise social. Comumente relegado a um plano menor, o espaço tem se tornado, enfim, um dos elementos centrais do esforço analítico de compreensão *in totum* da sociedade.

À *temporalização* (periodização) da sociedade, deste modo, junta-se a **espacialização** (concreção), entendendo-se o espaço e o tempo como categorias imanentes da existência humana (HARVEY, 1993, p.187), sendo portanto dimensões contingentes da realidade social. Evitou-se, portanto, o estudo da relação espaço-tempo-sociedade como um objeto diferente do social real. O pensamento geográfico contemporâneo, em geral, se propõe a **espacializar** as categorias centrais de análise. Simultaneamente, tenta estabelecer, em relação aos conceitos de espaço, tempo e sociedade, um questionamento constante. Tal questionamento parece ser resultante do debate entre campos disciplinares distintos, com vieses diferenciados em relação a tais conceitos. É a partir desse esforço de entendimento do real que se produzem categorias (teóricas e empíricas), tal com a categoria de formação espacial. A partir destas categorias emergem inovações conceituais que, mesmo restritas a contextos determinados, orientam os movimentos analíticos desenvolvidos em torno das cogitações sobre a sociedade.

Em que pese o fato de que a categoria de Formação Econômica e Social seja considerada como uma fração do todo, cuja marca é a unidade (continuidade/descontinuidade) dos processos e/ou das dimensões sociais, como a mesma retém a produção como fator determinante do conceito, acredita-se ser possível torná-la alvo de uma crítica.

Primeiramente, convém ressaltar que a categoria espaço, ou mesmo a dimensão espacial, não compõe, originalmente, o conjunto das instâncias presentes quando da construção do conceito de Formação Econômica e Social pelos clássicos do pensamento social, daí a pertinência da discussão de Milton Santos relativa ao termo. No entanto, como nos mostra o autor referido, a inserção do espaço requer cautela, pois há o risco, a partir do primado da produção, de reificar o espaço, limitando-o à sua fisicalidade, ou seja, suporte e **locus** da produção propriamente dita.

O espaço, ao serem atribuídos a ele sentidos cotidianos comuns, é naturalizado ao ser tratado como um atributo material de todas as coisas, cujos aspectos principais podem ser medidos (direção, área, padrão, volume,

distância, forma). A naturalização do espaço é acompanhada pela naturalização do tempo: se o espaço é o substrato material da sociedade, o tempo é irreversível, imutável e contínuo. Verifica-se que tais entendimentos reduzem seus significados.

Num segundo momento, a noção de Formação Econômica e Social (ou Formação Espacial) expressa a centralidade do processo de **formação** das configurações espaciais em um determinado lugar e tempo. Nesse sentido, destaca a discussão da relação entre **forma** e **conteúdo** no que diz respeito à realidade socioespacial. Se, como afirma Milton Santos, as diferentes **Formações Econômicas Sociais** compreendem uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica, isto implica na constituição de arranjos espaciais cuja organização (e ordenamento) é própria a cada Formação Econômica e Social, dando origem à diferenciação entre lugares.

As **formas espaciais**, portanto, decorreriam das necessidades (“externas” e “internas”) de cada Formação Econômica e Social que, por sua vez, atribuiriam novos conteúdos a estas formas. Estas, necessariamente entendidas como verdadeiras **formas-conteúdo** “(...) subordinadas, e até determinadas, pelo modo de produção tal como ele se realiza *na e pela* formação social” (Santos: 1977, p.90). Isto é uma decorrência do fato de que as formas espaciais, se, por um lado, têm relativa autonomia de existência, não possuem relativa autonomia de comportamento.

Deve-se esclarecer que o conceito de **Formação Econômica e Social** – ou simplesmente **Formação Espacial** – reflete, *in limine*, um viés economicista da análise da sociedade concreta, ao contemplar uma leitura apenas através da ótica da produção.

Considerar o espaço como atributo *da* produção e *para* a produção, atributo simultaneamente este natural (fiscalidade) e não-natural (trabalho), tem pelo menos duas implicações. Implica, por um lado, em se evitar a coisificação do espaço, posto que este é geralmente tido como forma-conteúdo, estruturada e estruturante do processo social (sociedade *in totum*). Por outra parte, é inevitável o reducionismo do conceito de espaço. Este, na maioria das vezes, é analisado como uma externalidade em relação à sociedade, não sendo ainda alçado à condição de instância social. Consequentemente, decorre da referida visão minimalista uma redução do social. Seus aspectos geralmente considerados restringem-se à instância político-institucional, posto que os Estados Nacionais e seus entes federativos – agentes de organização e reorganização espacial – são, via de regra, as unidades preferidas para o estudo das **Formações Econômicas e Sociais**.

Diante do exposto, vê-se que a proposição, feita por Milton Santos, do conceito de **Formação Espacial** (ou Formação Socioespacial) para a análise da realidade sócioespacial, representa uma ampliação teórica do conceito de Formação Econômica e Social, pois último este se mostraria possuidor de reduzida capacidade analítica. Ignora a centralidade da dimensão espacial em

sua elaboração, centralidade esta merecida por outras instâncias sociais mencionadas.

Se as relações societárias são espaço-temporais, e espaço e tempo somente são compreendidos relativamente à ação social, isto implica que o duplo movimento de periodização/espacialização produz - e constrói - **formações socioespaciais** que expressam concretudes e historicidades diferenciais. A atualidade das formações socioespaciais, portanto, está relacionada ao conceito de **território**, aqui considerado como espaço apropriado, simbólica ou efetivamente, “(...) *definido e delimitado por e a partir de relações de poder (...)*” (SOUZA, 1995, p.96)

O **território** corporifica a **formação socioespacial**. Permite compreender, com mais clareza, a dialética entre rigidez e flexibilidade, pois ele é sempre fato presente, com poder explicativo da realidade espacial, já que é, ao mesmo tempo, condição e determinação da realidade social.

“(…) Neste sentido, o território é depósito de processos, sendo construído pelas outras dimensões da realidade social e, ao mesmo tempo, surgindo como condição e causa de outros

processos, fenômenos” (RIBEIRO, 1999, p.7).

O **território** é uma das dimensões do espaço, juntamente com a região, a paisagem e o lugar. Visto como herdado e herança do devir da sociedade humana, é o espaço construído pelas práticas espaciais (sociais) de dada sociedade, remetendo-nos à relação **ação-espaço** (vide RIBEIRO, op. cit.). “Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social - ao menos enquanto o homem também estiver presente” (SOUZA, op.cit., p.96).

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – ALGUNS ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O contexto atual é marcado pela reestruturação produtiva do capital e por novas formas do conflito capital x trabalho, provocando uma intensa mudança na classe trabalhadora, que se torna cada vez mais complexa e diversificada. Numa análise geográfica que busca compreender as transformações espaciais a partir do conflito, torna-se premente considerar as novas formas assumidas por essa relação e os seus efeitos na produção do espaço. Dentre eles, destaca-se a **degradação ambiental** e a **precarização do trabalho**, que atingem a classe trabalhadora como um todo. Antunes (2001) evidencia a **desregulamentação**, a **flexibilização** e a **terceirização**, advindas de uma lógica em que o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução, sob a forma de transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva. Assim, o novo contexto pode diminuir o trabalho vivo, precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não eliminá-lo. Nesse sentido, o trabalho não perde a sua centralidade de categoria de análise ou mesmo de agente

constituente da sociedade capitalista, mas ocorrem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os trabalhadores. Essas mudanças são identificadas a partir da diminuição dos trabalhadores industriais tradicionais, do aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, e da **heterogeneização** das formas de trabalho marcadas pela informalidade, pela **subproletarização** caracterizada pelo trabalho em tempo parcial, doméstico, temporário, precário, subcontratado e pelas **terceirizações**, além do **desemprego estrutural** e da **feminização** do mercado de trabalho. “Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2006, p. 50).

TERRITORIALIZAÇÃO NO INTRAURBANO DE PAULO AFONSO

Buscou-se realizar uma pesquisa introdutória que explicasse o impasse decorrente do esgotamento parcial do padrão de crescimento econômico a partir dos investimentos da CHESF. Chamou a atenção a inevitável **reestruturação produtiva**, com suas consequências sociais antes referidas por Antunes (2006). A localização geográfica do município (vide figura 1 abaixo), excêntrica à Salvador e na gravitando na órbita da metrópole do Recife, bem como outros fatores de condição, podem esclarecer a desigual conjuntura socioespacial.

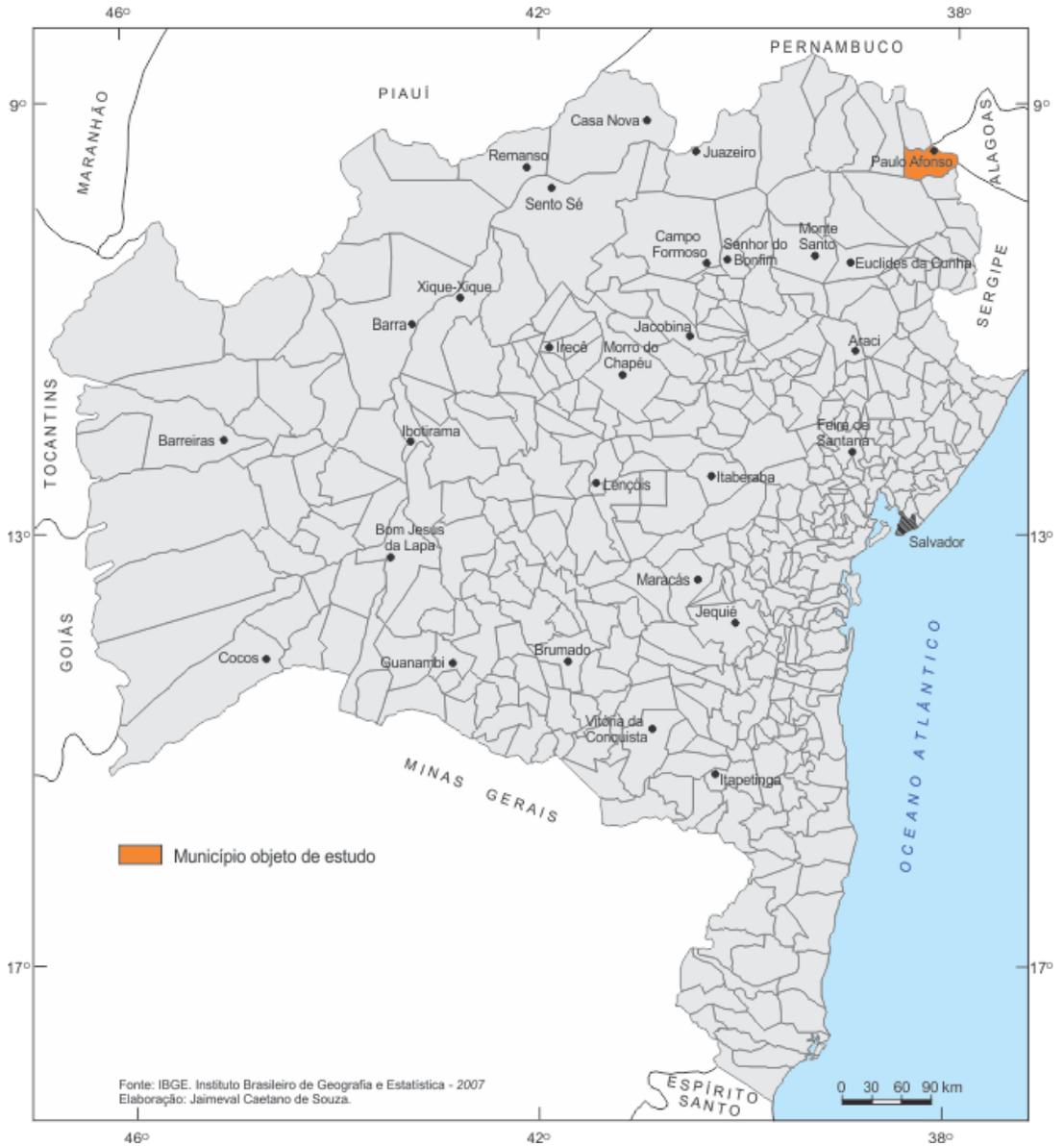
Os elementos evidenciados por Harvey (2009) e Thomaz Júnior (2009) auxiliam na compreensão do processo de territorialização em Paulo Afonso (BA), bem como, na compreensão das **relações de trabalho** presentes no município. A **instalação de indústrias eletrointensivas na urbe em estudo poderia ser atribuída** ao fato de alguns de seus proprietários serem nascidos e criados no município (capacidade empreendedora), **aos incentivos fiscais oferecidos pelo governo da Bahia e pela Prefeitura da cidade em mira**, para sua instalação e ampliação por meio de programas de incentivo à indústria tanto no âmbito estadual como municipal; em termos pouco honrosos para o capitalismo, a existência de mão de obra barata e sem qualquer organização sindical e reivindicatória; a significativa produção de energia elétrica do município e áreas vizinhas, **sem a necessidade de construção de extensas linhas de transmissão**; e ainda, a posição geográfica do município que facilitaria o escoamento de mercadorias – em face da tríplice fronteira (Bahia/Pernambuco/Alagoas). Aos olhos do capital, todos esses fatores locais seriam benéficos, sob diferentes aspectos, com vistas à instalação de **indústrias eletrointensivas** nas proximidades da cidade de Paulo Afonso. No entanto, até o momento, semelhantes indústrias continuam sem se instalar no incipiente distrito industrial da cidade. Existem duas prováveis explicações para tal ausência de grandes consumidores industriais e energia elétrica, como está indicado a seguir:

- Passam a ser, cada vez mais, irrelevantes as dotações regionais de recursos

naturais e de força de trabalho abundantes. Como foi visto por Harvey (2004a; 2004b; 2008), uma boa localização econômica, hoje, é muito mais dependente de condições construídas pelo próprio processo econômico. Inovações tecnológicas e mão-de-obra com maior qualificação, dentre outras, são simultaneamente resultado e condicionante para a expansão do capital. Isto torna uma dada região, cada vez mais, simples *locus* da acumulação;

- Os recentes investimentos do Estado da Bahia, reduzidos em termos comparativos, principalmente no que se vincula à infraestrutura rodoviária, limitam bastante este potencial da cidade;
- Desde a década de 1990, o acesso rodoviário em território baiano continua sendo um dos mais precários. Aquilo que seria uma vantagem locacional para a Bahia, torna-se uma externalidade positiva para outros Estados vizinhos. Devido à particularidade de estar situada próxima a uma tríplice fronteira, a sede municipal apresenta intercâmbio mais acentuado com os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
- - Por sua vez, o acesso em território pernambucano é prejudicado, em parte, pela insegurança pública. Tal **deseconomia** decorre em razão das deseconomias disseminada a partir da região pernambucana denominada de “polígono da maconha”. No entanto, as vantagens locacionais advindas do porto de Suape (Pernambuco), juntamente com outros fatores de condição, certamente superariam a referida **externalidade** – ainda que em termos hipotéticos – caso fosse necessário transportar a produção de uma indústria eletrointensiva. Este tipo de indústria, em geral, de elevada produtividade e capacidade de acumulação

Figura 1 - Localização do município de Paulo Afonso - BA



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM PAULO AFONSO

As atividades presentes na cidade de Paulo Afonso (Bahia) demonstram as mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, repercutindo diretamente nesse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008) reorganiza todos os setores produtivos. Cria meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos econômicos e sociais. Inclusive, promove locais com concentração de mão-de-obra – servindo de exército de reserva para as atividades a serem realizadas – após a conclusão da obra principal.

Segundo Elias (2006) a agropecuária comercial não é novidade no Brasil, desde a colônia esta é promovida no país. O grande diferencial a considerar na discussão deve-se a região Nordeste da Bahia e à sua única cidade média, Paulo Afonso (Bahia). Grande produtora de hidroelectricidade, a referida cidade média absorveu grande conjunto de inovações. Isto ocorreu principalmente em tempos pretéritos, quando ainda não haviam outras usinas geradoras importantes e geograficamente próximas, a exemplo de Moxotó (1977) e Itaparica (1987).

Principal fonte de geração de energia na região, a hidrelectricidade deve ter sua participação reduzida na matriz energética e, especificamente, na economia urbana de Paulo Afonso, nos próximos anos. A maior parte do potencial hidrelétrico já foi aproveitado – tendo em conta o atual nível tecnológico e a capacidade de investimento.

Segundo SEIFFERT *et al.* (2014, p. 140), o Plano Nacional de Energia – cujo horizonte limite é o ano de 2030 – estima que apenas 3% a 4% do potencial energético no Brasil esteja localizado na região Nordeste. Trata-se de um fator limitante para a expansão da capacidade dessa fonte energética. Tal óbice atinge diretamente os benefícios econômicos da referida empresa para o território em vista. Uma possibilidade que poderá trazer algum dinamismo para a cidade são as obras destinadas à elevação da capacidade de geração (**repotenciação**) das usinas existentes. Apenas rio São Francisco, esse potencial chega a 8 mil megawatts, que seriam utilizados somente para o atendimento à demanda no horário de ponta, sem acréscimo significativo na quantidade de energia gerada. Semelhante potencial pode ser considerado irrisório em relação aos megawatts ilustrados no quadro 1 (período 1948-1983)

Como rebatimento desse potencial bastante restritivo, o Plano Decenal de Energia 2013 a 2022 também deixou de prever a contratação de novos empreendimentos hidrelétricos na área em estudo, bem como na região Nordeste do Brasil.

Mercê de sua infraestrutura, mercado consumidor e localização geográfica, a cidade recebeu alguns estímulos no sentido de diversificar sua economia urbana. Isto tendo em conta o relativo esgotamento da capacidade

de investimento da CHESF.

Ao longo do tempo, a cidade passou por **diferentes fases de reestruturação produtiva**. Etapas cíclicas se refletiram no espaço urbano entre **1948 e 1988**. Foram causadas, em grande parte, pelos seguintes fatores ligados à temporalidade antes mencionada:

- passagem de uma relativamente fase intensiva em mão-de-obra para a fase seguinte, de menor demanda por trabalhadores (**desemprego estrutural** típico da construção de barragens e hidroelétricas);
- emprego de máquinas e equipamentos mais modernos (**desemprego tecnológico**), além de uma série de outros itens da atividade industrial.

Quadro 1 - Usinas Hidroelétricas próximas à cidade em estudo
Período de construção e provável ciclo econômico decorrente

USINA	PERÍODO DE CONSTRUÇÃO (anos)	CAPACIDADE HIDROELÉTRICA (megawatts)	CICLO ECONÔMICO ASCENDENTE (resultados aproximados)
Paulo Afonso I	1948-1955	180	Crescimento urbano, com infraestrutura desigual.
Paulo Afonso II	1955-1967	443	Intensificação do adensamento demográfico e dinamismo urbano, tendo em vista a maior capacidade instalada.
Paulo Afonso III	1967-1974	794	Relativa pletora demográfica e econômica urbana, tendo em vista os anos do “milagre brasileiro” (1967-1973) (BECKER e EGLER, 1999).
Paulo Afonso IV	1972-1983	2.462	Apesar da maior capacidade energética instalada, esta fase apresentou uma fase de crescimento demográfico e econômico e o início de estagnação decorrente do período de crise

			econômica nacional (1981-1983)/início da crise da dívida externa brasileira (1982) (SAFATLE, 2012)
-	1984-2014	-	Relativo descenso econômico em função da redução dos investimentos voltados para a ampliação da capacidade hidroelétrica. Ademais, projetos voltados para a diversificação econômica mostram-se em fase germinativa. Reestruturação produtiva acentuada (1990- ...)

Fonte: Adaptado de SEIFFERT *et al.* (2014, p. 139-140).

São conhecidos na literatura da geografia econômica especializada (HAGGETT, 1987; WEBB e BROEK, 1988) dois períodos o que alteram o espaço urbano próximo de obras pesadas de bens de capital, com impactos no comércio e nos serviços de base local:

- **ciclo de ascensão econômica.** Com maior utilização do fator trabalho e atividades de construção e montagem especializada, há um relativo crescimento econômico, em favor do comércio e serviços de base local. São exemplos de atividades usuais: escavação e desmonte de rocha; construção de barragem; construção e instalação de dutos, canais e casa de máquinas – alguns deles subterrâneos, escavados na rocha-mãe – e a construção da hidroelétrica propriamente dita);

- **ciclo de descenso econômico.** Diminui a contratação de mão-de-obra menos qualificada em razão do início de uma nova fase mais tecnicizada, caracterizada pela montagem especializada dos equipamentos mais caros, operação e manutenção da usina, com a contratação de profissionais relativamente mais qualificados e pouco numerosos. Maiores benefícios são disponibilizados para regiões consumidoras situadas fora do semiárido.

Destarte, períodos cíclicos semelhantes ao descrito acima foram verificados na cidade em estudo. Mobilização e desmobilização logística para construção das usinas de Paulo Afonso I (1955) a Paulo Afonso IV (1983) motivaram ciclos de ascensão e descenso acima resumidos.

Entre os períodos menos sujeitos a

Paulo Afonso se constitui numa *company-town* com espaços delimitados em zonas urbanas específicas e dotadas de características particulares. Este traço a distingue claramente de outras urbes do semiárido baiano. Algumas áreas distintas se subordinam atualmente uma nova lógica exógena, tendente a absorver tanto as inovações técnicas como os novos modos de produção e consumo.

Empreiteiras se revezaram na construção do conjunto das quatro usinas mencionadas, que passam a produzir energia elétrica em substituição às termelétricas em cidades de maior porte no passado recente (período aproximado de 1890 a 1945). A reestruturação produtiva em Paulo Afonso, ainda hoje se processa, principalmente, a partir de empresas empreiteiras e subempreiteiras. A Companhia Hidroelétrica do São Francisco e Parnaíba (CHESF), permanece como ofertante dos maiores salários e benefícios trabalhistas, embora tenha diminuído seus efetivos e investimentos. Mais recentemente, em menor proporção, tal **reestruturação produtiva** se deveu ao aporte de empresas pertencentes a novos segmentos econômicos ligados ao turismo (especialmente, esportes e passeios náuticos), devido à criação de grandes lagos decorrentes do barramento do rio São Francisco. Semelhante transformação espacial trouxe consigo um **novo arranjo produtivo totalmente exógeno**, especialmente em termos de absorção da força de trabalho local e aplicação dos lucros obtidos com a exploração econômica dos recursos naturais – em especial, a água doce.

Em se tratando de diversificação econômica e **reestruturação produtiva**, uma atividade promissora, derivada da formação dos espelhos d'água, aparenta ser a piscicultura. Embora ainda se trate de um empreendimento em fase inicial, apresenta perspectivas de integração com outras atividades. Ou seja, apresenta uma relativamente longa cadeia produtiva a montante e a jusante da atividade pesqueira, como se pode verificar a seguir:

- fábrica de ração para peixes, produção de alevinos, fábrica de gaiolas de peixes, a montante da pesca-despesca;
- beneficiamento de pescado (filetagem → indústria de alimentos; curtimento de pele de pescado → indústria de calçados; produção de ração para peixes, suínos e aves), a jusante da atividade pesqueira.

Mais significativos se tornam estes processos de exploração econômica, pela vantagem de terem sido incorporados *a posteriori*. Pode-se superar, desta forma, a concepção exclusivamente energética de aproveitamento das barragens, detalhe que poderá, inclusive, influenciar quando da construção de outros empreendimentos hidrelétricos.

Tais aspectos auspiciosos, no entanto, são minimizados em face da reestruturação produtiva em curso, que apresenta como maiores malefícios a **fragmentação** e a **terceirização** do trabalho, antes lembrados pelos autores

consultados.

Percebe-se a situação da referida cidade média como associada à discussão de Santos e Silveira (2004), pois a inserção desse território no processo de descentralização industrial do sudeste, alinhado aos interesses do mercado mundial, faz com que cidades e regiões percam não só o comando de suas atividades como se desestremem para atender a ordem vinda de cidades hierarquicamente superiores (Brasília e São Paulo) e de espaços econômicos forâneos – mormente Salvador, Recife e Fortaleza, principais regiões metropolitanas consumidoras da energia elétrica produzida em Paulo Afonso.

CONCLUSÃO

A concentração de investimentos públicos, mercê das obras da mencionada empresa no rio São Francisco, possibilitou uma organização urbana de melhor nível, em termos relativos aos quarenta e dois municípios da referida região econômica. Ademais, possibilitou à prefeitura uma arrecadação de impostos comparativamente favorável, tendo em vista a dependência das demais municipalidades próximas em relação às transferências de renda a partir do erário da Bahia e da União.

A reestruturação produtiva incidente na cidade em estudo ocorreu de modo seletivo no espaço, conforme Santos (1996). Foram poucas as atividades manufatureiras decorrentes da produção de hidroeletricidade. A CHESF, como se sabe, tornou-se determinante para a instalação de pequenas manufaturas de base urbana. A empresa estatal foi decisiva no estabelecimento de um setor de comércio voltado, principalmente, para a redistribuição de produtos industrializados vindos de São Paulo. As referidas atividades rapidamente se estabeleceram, em maior número, naqueles subcentros urbanos de menor renda. Estes locais, pouco propícios à incorporação das inovações técnicas, maior produção e exportação de mercadorias, reforçaram os desequilíbrios no crescimento e desenvolvimento econômico, além de acentuar a histórica desigualdade socioeconômica e disparidade socioespacial existente nos subespaços urbanos pobres (especialmente, os bairros de Vila Poty e Jupia, anteriormente lembrados) e os bairros planejados destinados aos funcionários da estatal.

Paulo Afonso pode ser considerada uma cidade da região Nordeste da Bahia que apresenta alguma potencialidade endógena de desenvolvimento. Isto se deve, basicamente, ao fato de sua economia urbana não estar direcionada, prioritariamente, ao atendimento das atividades agropecuárias (pecuária extensiva, principalmente). Ademais, é a única cidade do sertão baiano planejada em termos urbanísticos. Inicialmente pensada

como *company town*, a forma e a função extrapolaram os planos arquitetônicos. A localização geográfica junto a uma tríplice fronteira e as boas estradas para Recife e outras cidades situadas fora da Bahia, foram um dos aspectos que facilitaram a imigração e o resultante **crescimento urbano desordenado**. O principal foi a expectativa de trabalho na construção quase sucessiva das quatro usinas mencionadas. Nas últimas décadas, a diminuição da intensidade das obras da CHESF no território em estudo, impuseram a reestruturação produtiva para a própria empresa estatal, bem como evidenciou essa necessidade para vários setores da economia urbana dela dependentes.

Tentativas recentes de diversificação econômica do território – principalmente através do turismo e esportes náuticos – foram introduzidas recentemente (1990 em diante). Realizadas através de modelos exógenos de relações de trabalho e relações de produção, tornaram visíveis as características da reestruturação analisadas por Antunes (2006).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Geografia).
- BECKER e EGLER, 1999
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e Corporação**: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 3 ed., São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. Rio de Janeiro: Ática, 1993
- CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.;
- GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: Conceito e Temas**. 10 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. 4 ed., São Paulo: DIFEL, 1982.
- ELIAS, Denise. Redes Agroindustriais e Produção do Espaço Urbano no Brasil Agrícola. In: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Org.) **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (46ª reimpressão da 1ª edição de 1945).
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, volume 1).
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª edição. São Paulo; EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, nº12).
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo** – Globalização e Meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____ ; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 6ª ed, São Paulo: HUCITEC, 2004.
- SANTOS, Célia Regina Batista. **Reorganização do Espaço Agrário e (Des)Territorialização das Relações Tradicionais**: o caso do projeto hidroagrícola platô de Neópolis (Da utopia do Estado, à realidade dos trabalhadores rurais). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-graduação em Geografia. Aracaju, 1996. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2 ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

REFERÊNCIAS SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

- ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo e formas de salariedade: notas teórico-críticas. O público e o privado, jul./dez 2005, n. 6. p. 109- 128.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **A cidadania negada**: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.
- _____. (Org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade de Campinas, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1984.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004a.
- _____. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004b.
- _____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18ª edição. São Paulo: Loyola, 2009.
- MOREIRA, Rui. **Sociedade e espaço no Brasil** (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). In: Boletim paulista de geografia, São Paulo: AGB n. 83. p. 07- 31 dez. 2005.
- SAFATLE, Cláudia. A crise da dívida externa de 1982. A mãe de todas as crises. São Paulo, Valor Econômico, p. 22, 10/08/2012.
- SEIFFERT, Nelson; MARCHETTI, Dalmo; ZANETTE, André; BREGMAN, Daniel; SANTOS, Daniel; DALTO, Edson; PEREIRA, Isabele; CYPRIANO, Juliana; SANTIAGO, Marcus. O BNDES e a questão energética e logística da região Nordeste: os desafios da integração nacional (capítulo 4). In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida; LASTRES, Helena Martins; SILVA, Marcelo Machado (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, pp. 139-140.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, A; FRANÇA JÚNIOR, L. B. (org.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009, v. 4, 162-217.
- _____. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil: intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. Rio Claro, revista da ANPEGE, 2011, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-309.

Post scriptum

Este trabalho foi resultante do projeto de pesquisa “Semiárido baiano: dinâmica territorial e socioambiental” (período de 2011 a 2013), realizado na esfera do Núcleo de Pesquisas e Análises sobre Território - NUPAT/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

O autor agradece o auxílio-deslocamento fornecido pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), com vistas à apresentação e discussão deste estudo no 2º Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social (II SENGES).

NORTE PIONEIRO PARANAENSE: GEOGRAFIZANDO E HISTORICIZANDO A MESORREGIÃO¹

Cleverson Gonçalves¹
Mateus Galvão Cavatorta²
Nilson Cesar³

RESUMO

O objetivo inicial do artigo é apresentar os principais aspectos e singularidades naturais da Mesorregião Norte Pioneiro, como o solo, clima, vegetação e relevo. Adiante, há uma explicação de como se deu a formação e estruturação da região e os fatores que marcaram e contribuíram para o seu desenvolvimento. Para isso se fez um estudo a partir da história dos habitantes que já existiam na região - as comunidades indígenas -, ressaltando em seguida a chegada dos migrantes paulistas, mineiros, de outros países e os reflexos dessa migração na organização espacial do norte pioneiro. Em seguida apresenta-se análises sobre o crescimento demográfico da mesorregião entre 1920 e 1970 e o declínio da população que esta vem enfrentando desde 1970 até os dias atuais. Junto com estas análises, é discutido os problemas sociais e de infraestrutura que a região vem apresentando e por fim, é discutido os aspectos econômicos do Norte Pioneiro atual.

Palavras chave: Organização espacial; Norte Pioneiro paranaense; indígenas; migração; crescimento demográfico.

INTRODUÇÃO

Para o estudo de uma região geográfica e de suas singularidades, devem ser levados em conta aspectos humanos (econômicos, políticos, culturais, ocupação humana) e naturais (solo, clima, relevo, vegetação). A elaboração do seguinte artigo foi baseada nestes referidos aspectos, historicizando e geografizando a Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense de forma a apresentar suas características físicas e a dinâmica dos seus aspectos sociais ao longo da história de sua ocupação. Pois, assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

¹ Estágio/Fase do Trabalho: Concluído

² Mestrando Cleverson Gonçalves, Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: mateuscavatorta@hotmail.com

³ Fraga Professor Doutor da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: nilsoncesarfraga@hotmail.com

O discurso construído entre 1930 e 1950, criou uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo de (re)ocupação da região, silenciando a violência e a exclusão. A formação étnica do norte pioneiro do Paraná reflete sua própria história. Encontram-se na história da ocupação destas terras um complexo jogo de interesses entre novos proprietários e nativos que por milhares de anos permaneceram ocultos a civilização ocidental. Este arcabouço torna-se um vasto campo de pesquisa para a história fazendo-se necessário recolocar cada personagem em seu lugar devido, partindo da premissa de que muitos agrupamentos coexistiram no decorrer de séculos. Os desbravadores de terras do século XX representam apenas uma peça deste diverso quadro histórico, havendo também outros grupos humanos anteriores a eles que devem ser registrados pela historiografia contemporânea, como:

- os indígenas responsáveis pela formação das primeiras populações humanas desta região;
- bandeirantes e grupos de aventureiros que aqui vieram em busca de riquezas naturais e mão-de-obra escrava a partir do século XVI, sendo eles portugueses e/ou espanhóis;
- os religiosos jesuítas, que fundaram várias Reduções com o intuito de catequizar os nativos;
- e os caboclos, que habitaram a região antes da chegada da colonização realizada pelas Companhias nos anos de 1930, 40.

Assim verifica-se que a história do Norte Pioneiro Paranaense deve ser delineada levando-se em conta a sua pluralidade étnico-cultural e sua complexidade histórica. Através destas características, este artigo mostrará como se deu a ocupação da referida mesorregião.

Os conceitos de espaço geográfico, região e regionalização como marco teórico

Segundo Milton Santos (1985), para se compreender a organização espacial e sua evolução é necessário interpretar a relação entre **estrutura, processo, função e forma**: A **estrutura** refere-se ao modo de como os objetos estão organizados, a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo; o **processo** refere-se à construção das formas, uma ação visando algum objetivo qualquer; Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são **formas**, formas espaciais de diferentes escalas; A **função** implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior, visível – a forma - e desempenha uma atividade - a função. Habitar, viver o cotidiano, a vida em suas variadas

facetar - trabalho, compras, lazer -, visitar parentes e consumir em outras cidades são algumas das funções associadas, respectivamente, à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana. A relação entre forma e função é, em princípio, direta: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções.

Para o mesmo autor, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado até o presente. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados pelo trabalho social. Pela presença desses objetos artificiais: fábricas, fazendas, estradas e caminhos, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos construídos pela atividade humana, modificando a natureza primitiva, dando lugar a uma “segunda natureza”. (SANTOS, 1996).

Complementando esta discussão sobre organização espacial, é pertinente citar Fraga (2011), onde o autor ressalta que

A produção do espaço é ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em momento histórico, em que a produção da cidade, por exemplo, aparece como manifestação espacial dos conflitos de interesses dos diversos agentes presentes nesse processo, associado ao desenvolvimento capitalista. (FRAGA, 2011, p. 73)

Para a conceituação de região, é oportuno citar Markusen (1981, p. 64), que de acordo com o autor,

A região se consiste em uma porção do espaço que apresenta uma sociedade territorial contígua, historicamente produzida. Possui aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais e através destes se distingue de outras regiões de acordo com suas singularidades.

Já a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo. Regionalizar não é simplesmente recortar o espaço a partir de parâmetros genéricos e quantitativos, deve também envolver processos históricos, aspectos econômicos e políticos, diferenças culturais, de identidade (étnica, religiosa), desigualdades derivadas do capitalismo global. (HAESBAERT, 2004)

A partir da compreensão dos conceitos de região e regionalização, permite-se ressaltar que o Norte do Paraná se encontra subdividido em três regiões: Norte Pioneiro (Velho); Norte Novo; Norte Novíssimo. O critério adotado para esta subdivisão, como se pode ver, partiu da ocupação mais

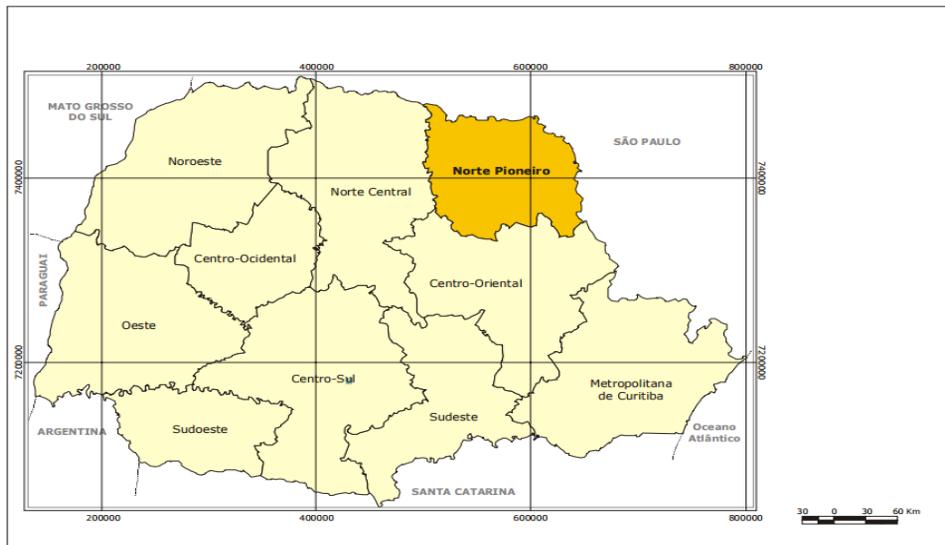
antiga para a mais recente. Assim, a primeira teve seu início em meados do século passado, é área cujo principal produto continua a ser o café, apesar da presença de outras lavouras e da expansão de pecuária de corte.

Diante do conjunto teórico-conceitual sobre espaço geográfico e sua organização, pode-se analisar a organização do espaço norte pioneiro esteve vinculada inicialmente à exploração dos recursos da natureza, que no caso seria o solo fértil, incorporando o ciclo do café. A partir da riqueza gerada pelo referente ciclo e dos migrantes atraídos pela riqueza natural da região, foram sendo erguidas um conjunto de vilas e estas foram sendo estruturadas, com a construção de moradias, igrejas, escolas, hospitais, comércio, dando origem a núcleos urbanos.

Aspectos e singularidades naturais do Norte Pioneiro: clima, solo, vegetação e relevo

A mesorregião Norte Pioneiro está localizada em parte no Segundo Planalto, também denominado Planalto de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, que se insere na bacia do Paraná, e em parte no Terceiro Planalto, ou Planalto do Trapp do Paraná, o qual é constituído por derrames basálticos, que conformam uma paisagem bastante uniforme, em relevo suavemente ondulado, determinada pelas formas de mesetas (pequenos planaltos) e patamares (planaltos pouco elevados). A Escarpa Devoniana marca a separação do Segundo para o Terceiro Planalto. (IPARDES, 2004)

Figura 1: Mapa da localização da Mesorregião Norte Pioneiro no estado do Paraná



Fonte: IPARDES, 2004.

Na área da mesorregião Norte Pioneiro ocorre uma grande variedade de tipos de solos. Os solos que se destacam pela fertilidade natural localizam-se predominantemente no Terceiro Planalto. São do tipo terra roxa estruturada, solos bem desenvolvidos, profundos, argilosos, bem drenados e com elevada fertilidade natural. No Segundo Planalto predominam três outros tipos de solos: latossolos vermelho-escuros, extremamente ácidos, com baixa fertilidade, suscetíveis ao processo de lixiviação intensa, conforme o regime de chuvas, e ocorrendo em áreas com relevo suavemente ondulado e plano; podzólicos vermelho-amarelos, solos bem desenvolvidos, profundos, extremamente ácidos e com moderada fertilidade natural; litólicos, solos minerais, jovens, rasos, com menor aptidão agrícola e suscetíveis à erosão (IPARDES, 2004; MAACK, 1968).

Na mesorregião se apresenta dois tipos de clima. Em sua maior extensão, nas zonas de menores altitudes e nos vales do Paranapanema, Tibagi e Itararé, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Nos meses mais quentes, a temperatura média é superior a 22°C, e, nos meses mais frios, inferior a 18°C. A temperatura média anual é de 21°C, com chuvas entre 1.200 e 1.400 mm e umidade relativa do ar de 75%, sem deficiência hídrica. Nas zonas de maiores altitudes, ao longo dos principais divisores d'água, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes não ultrapassam 22°C, e dos meses mais frios são inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 19°C, com chuvas entre 1.200 e 1.300

mm e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica (IPARDES, 2004).

A mesorregião encontra-se sob os domínios fitogeográficos de três biomas distintos: a Floresta Estacional Semidecidual (FES), Floresta Ombrófila Mista (FOM) e, em menores proporções, os Campos Naturais e Estepes (Cerrado). Os desmatamentos decorrentes da ocupação do território e a introdução do cultivo do café determinaram uma redução expressiva nos recursos florestais, que correspondem a apenas 5,3% da cobertura original da região. (IPARDES, 2004).

Frentes de ocupação do Norte Pioneiro: povoamento indígena e não-indígena

A região norte paranaense é considerada como a "faixa ou zona pioneira brasileira". O que caracteriza a região como "faixa pioneira" é o processo de povoamento efetuado de maneira regular, acompanhado por uma ocupação efetiva do sol. Segundo Waibel (1955) conceitua-se uma zona pioneira:

quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre torna a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia a afluxo de uma forte _ corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um "boom" ou "rush". Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construí- das, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população.

Diante esta conceituação, constata-se que o Norte Pioneiro do Paraná é, realmente, uma zona pioneira. Isto porque em nenhuma região do país ocorreu um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes. Fato que se justifica tendo em vista um período de aproximadamente quarenta anos (1900-1940), numa área de cerca de 72.000 km² que antes eram formado por densas matas virgens, que apareceu mais de uma centena de cidades e com uma população que se aproximava dos dois milhões de habitantes. (MUSSALAM, 1974)

A História do Norte Pioneiro do Paraná privilegiou por muito tempo a valorização dos colonizadores brancos. A participação dos povos indígenas, muitas vezes não foi mencionada durante o processo de colonização. Por muito tempo pensou-se que quando o "colonizador branco" chegou ao Norte

Pioneiro do Paraná, não havia ninguém ocupando este território e a presença indígena era invisível. Conhecia-se apenas a floresta constituindo um cenário selvagem que o progresso pretendia ocupar. Eram “terras de ninguém”, não tinham dono. Esta versão da História contribuiu para a ideia de que nesta região havia um imenso “vazio demográfico”, silenciando o fato de que, durante o processo de colonização, as comunidades indígenas dos Guaranis, Kaingang, Xetá já habitavam a localidade. (TOMMASINO, 1995)

Os indígenas não aceitaram passivamente a presença do homem branco em seus territórios e se tornaram um obstáculo constante ao avanço da colonização. Os conflitos foram se tornando mais intensos envolvendo índios e coronéis, que eram uma espécie de chefes políticos da região. A intenção dos pioneiros era evitar que os índios continuassem a causar problemas aos exploradores da região. Aldeamentos foram construídos com esse objetivo. Geralmente dirigidos por um religioso, que tinha a missão de ensinar aos índios os costumes dos brancos e transmitir a doutrina cristã. Viver em um aldeamento para os povos indígenas significava ter que aceitar também o modo de viver dos brancos e as regras que estes impunham à sua cultura. (MOTA, 1994)

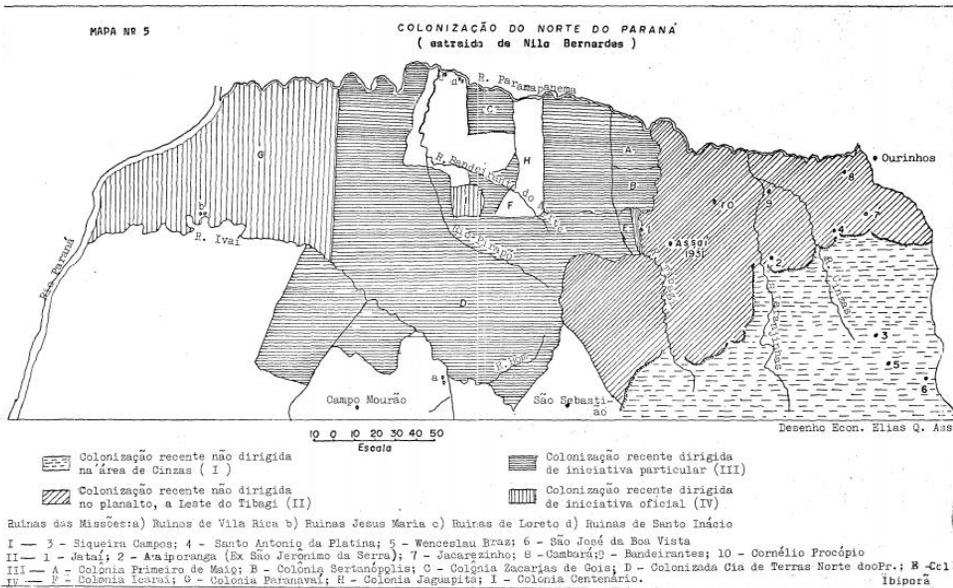
As primeiras frentes de povoamento não-indígena do Norte do Estado do Paraná se remontam ao século XVII, quando se instalaram missões pelos Jesuítas espanhóis. Nesta região, as reduções tiveram vida curta, pois foram destruídas pelos bandeirantes paulistas em fins daquele mesmo século, restando, apenas ruínas. A fundação da primeira colônia no Norte do Paraná, se dá em 1855, quando, por ordem do governo imperial, é criada a Colônia Militar de Jataí, à margem direita do Tibagi com o objetivo de permitir uma ligação fluvial com a província do Mato Grosso no período da Guerra do Paraguai. Em 1855 foi inaugurado um aldeamento indígena localizado em frente à Colônia Militar de Jataí, que foi chamado de Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Ele se localizava na margem esquerda do Rio Tibagi. Os primeiros habitantes do aldeamento não foram os indígenas do Paraná e sim os “Kayoá” do Mato Grosso, que eram inimigos dos Kaingang e já estavam pacificados. A Colônia emancipou-se em 1896 dando origem ao município de Jataizinho. Com o tempo o aldeamento indígena foi anexado à colônia. Esses dois núcleos foram os primeiros centros de colonização no norte do Paraná (WACHOWICZ, 2010).

Outro aldeamento, São Jerônimo, foi inaugurado em 1859. Com o passar do tempo, as terras seriam doadas para construir fazendas, e a sede do aldeamento se transformaria na atual cidade de São Jerônimo. Apesar da fundação das referidas colônias, permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século XIX, como “sertão” praticamente desconhecido e desabitado. (MULLER, 1956)

Na segunda metade do século XIX tem início uma nova fase de povoamento. Penetrações efetuaram-se através dos cursos superior e médio

do Rio Itararé, ainda na década de 1850, por fazendeiros mineiros e paulistas, que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra roxa. Assim, surgiram os primeiros núcleos: São José da Boa Vista - ex-São José do Cristianismo (1853); Colônia Mineira - atual Siqueira Campos (1863); Tomazina (1867) e Santo Antônio da Platina (1886). A partir daí, a expansão prosseguiu para o Oeste, tendo pleno desenvolvimento até o Rio das Cinzas. (MUSSALAM, 1974).

Figura 2: Mapa da colonização do Norte do Paraná



Fonte: MUSSALAM (1974). Organização: MUSSALAM (1974).

Após a ocupação da região do Cinzas, as correntes de povoamento descobriram o planalto arenito-basáltico. A penetração populacional efetuada a Leste do Tibagi foi uma consequência natural da expansão dos cafeicultores paulistas, que, depois da primeira onda colonizadora na região do Cinzas, investiram para essa nova região, tendo como ponto de partida Ourinhos (SP). A frente pioneira progrediu, então, pelo Estado do Paraná e fazendas de café do tipo tradicional paulista foram sendo instaladas nas terras roxas, à margem esquerda do Paranapanema. Os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana atingindo Ourinhos (SP) em 1908, exercem atuação preponderante tanto para assegurar o desenvolvimento de Jacarezinho (1900) e Cambará (1904), como para promover a penetração populacional ao Oeste em direção do Vale do Tibagi. Cambará foi, portanto, a primeira etapa da penetração para oeste. Avançando neste sentido - Oeste, sempre pela terra roxa, a frente pioneira progrediu como uma longa faixa paralela ao Paranapanema, surgindo novos núcleos como Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924). (WACHOWICZ, 2010).

O avanço da faixa pioneira se processava deixando à sua retaguarda, vastas áreas desocupadas em matas, a espera de uma valorização maior. Em uma dessas áreas desocupadas, que ficariam a retaguarda da frente pioneira, foi fundada em 1931, a colônia de Assaí, pertencente à Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., companhia formada com capitais japoneses e dirigida por japoneses. Seguiu a colônia japonesa de Assaí os moldes

característicos da colonização orientada: loteamentos feitos em pequenas parcelas e os proprietários devidamente orientados por agrônomos. Assim, desenvolvendo, na área da colônia, a policultura, embora também fosse grande produtoras de café, Assai teve rápido êxito. (MUSSALAM, 1974)

Apenas o clima, solo e os preços favoráveis não bastariam para consolidar uma cultura cafeeira no Paraná. Já que o consumo interno era pequeno, seria necessário escoar a produção a alcançar os mercados externos. O governo do Paraná passou a ter uma preocupação central, que consistia em manter a incipiente economia cafeeira ligada a São Paulo, uma vez que o Estado era pobre e faltava infraestrutura para integrar o Norte Pioneiro ao Paraná tradicional e, conseqüentemente, aos portos de Paranaguá e Antonina. O Estado de São Paulo já possuía uma razoável estrutura ferroviária, além do porto de Santos ser mais eficaz no que se refere à comercialização, pois ali se encontravam as principais Casas Comissárias, especializadas no desembarço da burocracia exportadora e importadora. No âmbito da forte crise da economia cafeeira do norte paranaense, iniciada nos anos 1960, e com a Geada Negra ocorrida na década de 70, em que erradicou as plantações de café, a região do Norte Pioneiro passou rapidamente a sofrer os efeitos da crise, sem, contudo, dispor, em boa parte do seu território, de condições edafogeomórficas favoráveis à ascensão de culturas mais competitivas. Em outros termos, a região se insere em um processo de transformação mas, exceto em algumas áreas, não conseguiu incorporar em moldes similares aos vetores da modernização tecnológica que transformou de forma acelerada a agricultura das áreas mais dinâmicas do Estado. (IPARDES, 2004)

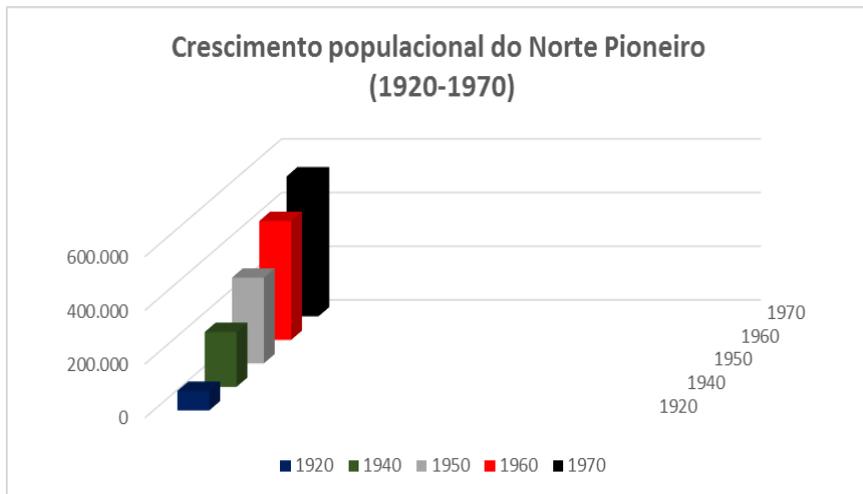
Dinâmica do crescimento demográfico do Norte Pioneiro entre o período de 1920 a 1970

Uma população cresce na medida de suas taxas de mortalidade e natalidade e em seu saldo migratório. Os fatores condicionantes mais comuns dos movimentos migratórios, têm sido, através do tempo, sempre de natureza econômica. Mesmo quando não são determinantes das correntes migratórias, os fatores econômicos facilitam ou constroem os deslocamentos populacionais. Complementando o assunto, a abordagem de Rawenstem (1973), é conveniente ser citada:

"1) existe correlação inversa entre o volume de migrações de uma região a outras e a distância que as separa; 2) - as migrações realizam-se por estágios, sendo que os primeiros a serem atraídos são os habitantes das regiões mais próximas; 3) os nativos do meio rural são mais propensos a migrar do que os que nascem nas cidades; 4) predominância do sexo feminino nas migrações de curta

distância; 5) - tendência a aumentar a mobilidade da produção, em virtude da melhoria dos meios de transporte e do desenvolvimento industrial e comercial; 6) o desejo de melhorias materiais, inerentes à maioria das pessoas, é o principal fator explicativo das migrações".

Figura 3: Gráfico do crescimento populacional do Norte Pioneiro (1920-1970)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

No Norte Pioneiro do Paraná, foram as oportunidades e os interesses da produção agrícola em terras, que determinaram o destino das migrações internas. Efetivamente, mantiveram-se estreitamente correlacionados, nessa região do Paraná, a expansão de sua população e o alastramento da lavoura do café, atraindo estas correntes migratórias que se deslocavam de zona para zona. O crescimento demográfico do Estado do Paraná, já nas primeiras décadas do século XX, efetua-se de modo significativo na região Norte, que baseada no prolongamento da cafeicultura paulista, viu seu povoamento expandir-se em ritmo extraordinariamente acelerado, após a década de vinte, pois sua população, que abrangia 12,1% da do Estado, abrangerá mais da metade no decênio de cinquenta. Tal surto demográfico da Região Norte do Paraná é devido aos fluxos migratórios oriundos de todos os pontos do país, mais especialmente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste, atraídos pelas propagandas das terras férteis e que geravam grande riqueza através do cultivo do café. (MUSSALAM, 1974)

O decréscimo no crescimento da população do Norte Pioneiro entre o período de 1970 a 2010

Entre 1970 e 1980, o Norte Pioneiro evidenciou expressivas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que se refere ao conjunto da população, fato ocasionado pelas crises frequentes da cafeicultura, particularmente a provocada pela Geada Negra em 1975, que erradicou a cafeicultura da região. A crise cafeeira provocou um surto de migração da população rural para centros urbanos à procura de melhores condições de oferta de trabalho. Nos anos 70 e 80, a taxa de migrantes nos centros urbanos do Norte Pioneiro foram os mais baixos dentre as mesorregiões do Estado, não sustentando as perdas rurais e comprovando o predomínio da emigração para fora da região. (IPARDES, 2004)

Com base em dados demográficos do IBGE, observa-se que somente durante a década de 1970, cerca de 1,2 milhão de pessoas deixaram o campo no Paraná. Embora, o principal destino dessas pessoas tenha sido Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e o atual território do Tocantins, muitas foram tentar a vida nas áreas urbanas dentro do Paraná. Fato que implicou uma reconfiguração das cidades do estado: Curitiba e Londrina, por exemplo. (IPARDES, 2004)

Tabela 1: Taxa média de crescimento demográfico do Norte Pioneiro entre o período de 1970-2010

Período	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010
Taxa média de crescimento	-2,09	-0,26	-0,15	-0,05

Fonte: IBGE – Censo Demográfico; IPARDES.

Os municípios mais populosos da mesorregião – Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina – vieram determinando ao longo do tempo, de certa forma, seu papel de destaque na região. Entretanto, no período entre 1980-2000 estes apresentaram taxas de crescimento praticamente nulas. Uma peculiaridade da mesorregião está no fato de que seu processo de urbanização não se fez acompanhar por uma forte concentração populacional em poucos centros específicos. O Norte Pioneiro não possui nenhum município com mais de 50 mil habitantes e apenas 5 municípios possuíam mais de 20 mil habitantes urbanos em 2000. Da mesma forma que a região não registra nenhum município concentrador, também não revela a presença de centralidades expressivas, se não de um amplo conjunto de centralidades de níveis médio e médio para fraco, não se integrando entre os mais representativos da rede urbana do Estado. Essa configuração guarda referência com o processo de colonização do Paraná, no qual inicialmente a frente pioneira, e posteriormente a expansão fronteiriça, que se alastrou pelo

norte do Estado, introduziram inúmeros pequenos núcleos urbanos na região, e com as dificuldades de reinserção econômica após a crise do café. (IPARDES, 2004)

Contexto econômico atual do Norte Pioneiro

Como o desestímulo da grande geada de 1975, que praticamente dizimou o parque cafeeiro não só dessa região como de praticamente todo o Estado, iniciou-se sua substituição principalmente pelo algodão, cultura de pequena escala que absorveu grande parte da mão-de-obra ocupada no café. No entanto, nesta época a modernização produtiva em curso era estimulada pelas políticas agrícolas, que possuía forte viés exportador, na qual os incentivos eram dirigidos prioritariamente à expansão das culturas destinadas ao mercado externo. Em função disso, as áreas cultivadas com algodão e café remanescentes se reduzem, sendo substituídas pelo binômio soja/trigo, que passa a ocupar as melhores faixas de terras situadas mais a oeste da região – derivadas de basalto, com fertilidade natural mais elevada e topografia mais plana –, liberando mão-de-obra e concentrando a posse da terra. As pequenas propriedades que não foram agregadas pelas médias ou grandes passaram a produzir milho e feijão, culturas menos exigentes em termos de qualidade do solo e escala de produção (tamanho da área disponível), insumos, máquinas e equipamentos – requisitos carentes para a maioria dos pequenos produtores. As terras localizadas mais a leste da região não foram incorporadas nesse processo de modernização da agricultura, em função da predominância de solos formados por rochas sedimentares de baixa fertilidade natural, pouca profundidade e com topografia tendendo para acidentada. Estas restrições físicas, aliadas ao menor preço da terra, favoreceram a expansão da pecuária extensiva e reflorestamento. Com a predominância dessas atividades, pouco intensivas em capital, o Norte Pioneiro foi ficando à margem do desempenho de outras áreas do Norte Paranaense, como as regiões de Londrina e Maringá, onde o crescimento esteve fortemente relacionado à introdução e expansão do cultivo da soja. (IPARDES, 2004)

A mesorregião Norte Pioneiro, em que predomina o cultivo de cana, exploração da pecuária extensiva e soja, atividades que requerem grandes áreas para seu desenvolvimento, apresenta índice de concentração de acesso à terra muito forte, mas, ainda assim, pouco inferior à média estadual. (IPARDES, 2004)

O dinamismo da industrialização da mesorregião se alinha em dois eixos econômico-geográficos principais. O eixo Jacarezinho/Santo Antônio da Platina, com destaque para atividades de carnes, açúcar e laticínios, com

importância secundária no vestuário, e o eixo Cornélio Procópio/Bandeirantes, com ênfase na fiação de algodão e de seda, café e derivados de milho, e, em menor grau, com o segmento de mobiliário. (IPARDES, 2004)

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

Figura 4: Tabela do Índice de Desenvolvimento Humano municipal, seus componentes e taxa de pobreza segundo a situação comparativa - Mesorregião Norte Pioneiro e Paraná - 2000

SITUAÇÃO COMPARATIVA	IDH-M	COMPONENTES DO IDH-M				TAXA DE POBREZA ⁽¹⁾ (%)
		Esperança de Vida ao Nascer (anos)	Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	Taxa Bruta de Frequência Escolar (%)	Renda Per Capita (R\$)	
PARANÁ	0,787	69,8	90,47	82,88	321,40	20,87
Mesorregião Norte Pioneiro						
Melhor situação	0,7914	76,8	89,39	90,33	316,35	16,44
Pior situação	0,674	63,0	73,61	70,48	126,21	43,09
Municípios acima do valor do Paraná	2	15	0	4	0	40

Fonte: PNUD (2000); Organização: IPARDES (2004).

A evolução do IDH-M na última década foi positiva na maioria dos municípios, sendo que 14 deles apresentaram ganhos de posição no conjunto dos municípios paranaenses. Porém, esse avanço, relacionado principalmente à provisão de serviços de educação e saúde, não foi suficiente para alterar o quadro social ainda crítico: dos 46 municípios da mesorregião, nenhum apresenta nível de desenvolvimento considerado alto (IDH-M > 0,800) e apenas dois – Cornélio Procópio e Barra do Jacaré – posicionam-se acima da média estadual. Mesmo na área educacional, que mais contribuiu para a evolução do IDH-M na última década, a maioria dos municípios apresenta taxas de frequência escolar e de alfabetização abaixo da média do Paraná. (IPARDES, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conceituações de região e regionalização permite-se analisar que o Norte do Paraná se encontra subdividido em três regiões: Norte Pioneiro (Velho); Norte Novo; Norte Novíssimo. A metodologia adotada para esta subdivisão, como se pode ver, foi baseada em fatores históricos, ou seja, da ocupação mais antiga para a mais recente. A mesorregião possui também algumas singularidades naturais como presença da terra roxa que se destaca

pela sua fertilidade natural e que teve grande contribuição para o desenvolvimento da região.

No decorrer do trabalho, foram analisados os fatores que contribuíram para a formação e a ocupação efetiva do Norte Pioneiro paranaense. A História pode ter várias versões dependendo do olhar e do interesse de que a conta. Destacou-se até aqui que para os colonizadores não-indígenas, esta terra era considerada um “vazio demográfico”, ou “terras de ninguém”. Mas e os povos indígenas que habitavam as florestas e que de um dia para o outro viram seus territórios sendo ocupados? O que dizem estes povos a respeito do processo de colonização e a consequente perda de seus territórios desde a chegada de outras civilizações? Pode ser visto seus pensamentos na Declaração solene dos povos indígenas do mundo:

“Nós povos indígenas do mundo, unidos numa grande assembleia de homens sábios, declaramos a todas as nações: Quando a terra-mãe era nosso alimento, quando a noite escura formava nosso teto, quando o céu e a lua eram nossos pais, quando todos éramos irmãos e irmãs, quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes, quando a justiça dirigia a lei e sua execução, aí outras civilizações chegaram! Com fome de sangue, de ouro, de terra e todas suas riquezas, trazendo em uma mão a cruz e na outra a espada. Sem conhecer ou querer aprender os costumes de nossos povos, nos classificaram abaixo dos animais. Roubaram nossas terras e nos levaram para longe delas, transformando em escravos “os filhos do sol”. Entretanto, não puderam nos eliminar, nem nos fazer esquecer o que somos, porque somos a cultura da terra e do céu, somos de ascendência milenar e somos milhões e mesmo que nosso universo inteiro seja destruído, nos viveremos, por mais tempo que o império da morte!” (Conselho Mundial dos Povos indígenas. Port Alberni – 1975. In: Mota, 2000)

Ainda hoje os povos Kaingang continuam enfrentando uma situação muito similar dos primeiros contatos com o “homem branco”: seus territórios sendo ocupados pelo interesse capitalista. O progresso enxerga as terras com os olhos do lucro, das possibilidades de conforto que estas podem trazer para a sociedade. Hoje, os indígenas sobrevivem das roças administradas pela FUNAI, das roças familiares, da venda de artesanato e da prestação de serviços para produtores rurais. Tendo perdido a maior parte de seus antigos territórios, os Kaingang ainda viram suas florestas serem devastadas pelas serrarias e suas terras serem arrendadas para fazendeiros brancos.

Ficou evidente, durante o trabalho, que os fenômenos econômicos estão essencialmente ligados a expansão do povoamento. O objetivo inicial que era a exploração agrícola através da monocultura cafeeira - produto altamente rentável - por razões das características fisiográficas, naquelas primeiras áreas ocupadas na região, não teve êxito. Se durante a expansão cafeeira a região absorveu importante contingente populacional, fato que a colocava, em 1970, como uma das mesorregiões mais populosas do Estado, a crise dessa cultura, iniciada ainda nos anos 60, teve profundo impacto sobre a dinâmica demográfica regional. A transição para novas culturas e formas de produção não foi homogênea em toda a mesorregião. De modo geral, ao norte e oeste, dada a presença de melhores terras, transitou-se para a produção de commodities (soja/trigo) e cana, baseada em novas formas de produção com alto nível de incorporação tecnológica; a leste e ao sul, as condições físicas do meio impuseram obstáculos à adoção do novo padrão de agricultura, provocando a expansão das áreas ocupadas pela pecuária extensiva e, em menor proporção, pelo reflorestamento. Essas atividades apresentam em comum a necessidade de grandes extensões de terra e a baixa demanda de mão-de-obra, tendo por consequência o êxodo rural. (MUSSALAM, 1974; IPARDES, 2004)

Entre 1970 e 2000, a participação da mesorregião no total da população do Estado foi reduzida à metade. Nas três últimas décadas, o meio rural da região experimentou saldos migratórios negativos e elevados e o crescimento urbano nesse período não compensou a perda populacional do meio rural. Há de se destacar que o processo de urbanização não se fez acompanhar, nesta mesorregião, pela forte concentração populacional em alguns centros. Nenhum de seus municípios apresenta população igual ou superior a 50 mil habitantes e nenhum deles exerce centralidade expressiva no âmbito da rede urbana do Estado. Se esta configuração guarda marcas do processo de ocupação, caracterizado pela proliferação de inúmeros núcleos urbanos na região, não há como não associá-la também à perda de dinamismo que marcou a mesorregião nas últimas décadas e à incapacidade de conformar núcleos urbanos com economias robustas.

REFERÊNCIAS

- FRAGA, N. C. (Org.). **Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2008.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense**. Curitiba, 2004.
- MARKUSEN, Ann R. **Região e regionalismo: um enfoque marxista**. In: Espaço & Debates. Sao Paulo: Cortez ed., Nucleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1(2):61-99, mai 1981.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá. EDUEM, 1994.
- MOTA, Lúcio Tadeu (org.). **As cidades e os povos indígenas**. Mitologias e visões. Maringá: EDUEM, 2000.
- MULLER, Nice Lecocq. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná**. B. paulista Geogr., Sao Paulo, 22:63-64, mar. 1956.
- MUSSALAM, Renê. **Norte Pioneiro do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 1974.
- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2003.
- RAWENSTEM, Milton. **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. p. 15-16.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento**. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1995.
- WAIBEL, Leo H. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1955.

ESPACIALIZAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA: DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE LONDRINA

Patrícia Campana de Castro Fávaro¹

Resumo

Uma acelerada influência que as atividades socioeconômicas geradas pelo capitalismo e pelo progresso têm exercido sobre o território, especialmente a reestruturação produtiva vem configurando e reconfigurando o território. As dinâmicas socioeconômicas ocorridas na formação territorial do Paraná, pautadas nos avanços tecnológicos em comunicação e informação, fomentada pela pesquisa e produção intelectual favorecida pela presença de institutos de pesquisa agropecuária, universidades, empresas do setor de informática, polariza e consolida Londrina como importante centro de serviço regional que apresenta no seu planejamento e crescimento econômico os efeitos das transformações nos fluxos e fixos, criando na dimensão espacial e temporal novas condições socioespaciais. De uma região voltada à cafeicultura, a polo tecnológico em ascensão.

Palavras chaves: espaço de produção, desenvolvimento regional, economia.

1. Introdução

A difusão de informações ocorridas pelos avanços nas inovações tecnológicas, em especial nos setores de telecomunicações e tecnologia da informação tem dinamizado e aproximado os espaços de produção com surgimento de novos eixos de desenvolvimento. A economia globalizada tem alavancado setores produtivos proporcionando a integração entre o local e o global, onde a ciência, a tecnologia e a informação têm proporcionado transformações sociais e físicas na constituição do espaço geográfico.

Nas últimas décadas tem-se presenciado uma acelerada influência que as atividades socioeconômicas geradas pelo capitalismo e pelo progresso têm exercido sobre o território, especialmente à reestruturação produtiva, possibilitada pelo grande avanço tecnológico que permitiu encurtar as distâncias espaço-temporal, configurando e reconfigurando os espaços. Novas espacialidades se concentram traçando relações conjuntas, diversificadas e complexas, assumindo mecanismos de gestão e de políticas, abrangendo

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Pesquisa concluída como parte integrante da dissertação para obtenção de título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento - UEL. E-mail: paty.favaro@yahoo.com.br

desenvolvimento para suas regiões. O aglomerado urbano de Londrina é uma destas espacialidades.

Com a presença de empresas e indústrias espalhadas por toda área contígua, o aglomerado urbano de Londrina, se destaca pela presença de atividades econômicas em todos os setores da economia, e apresentam matrizes e filiais de corporações diversificadas e representativas em inúmeros segmentos de mercado.

O processo de reestruturação produtiva de Londrina apresenta no seu planejamento e crescimento econômico os efeitos das transformações nos fixos e fluxos criando na dimensão espacial e temporal novas condições socioespaciais.

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa acerca das dinâmicas socioeconômicas ocorridas na formação territorial do Paraná, especialmente na cidade de Londrina. Dinâmicas estas, pautadas nos avanços tecnológicos em comunicação e informação, fomentada pela pesquisa e produção intelectual favorecida pela presença de institutos de pesquisa agropecuária, universidades com cursos de graduação e pós-graduação, empresas do setor de tecnologia da informação de grande porte técnico e científico, reforçada pelo dinamismo agroindustrial. Além dos setores de ensino e saúde que polariza e consolida Londrina como importante centro de serviço regional.

Esse quadro evidencia que essas novas formas de organização espacial desperta grande interesse de segmentos imobiliários, industriais, bancários e tecnocientíficos, que buscam a descentralização e expansão de negócios, possibilitando a estes segmentos que a produção atinja as escalas local, regional e global, ampliando as relações econômico-financeiras.

Dados e indicadores socioespaciais e econômicos de cidades paranaenses acima de 100 mil habitantes, no período compreendido entre 1950 e 2013, possibilitaram analisar as condições regionais, processo de crescimento demográfico, PIB, RAIS, consumo de energia, processo de regionalização, proximidade a grandes centros, presença de infraestruturas viárias, entre outros, demonstrando a evolução das atividades econômicas. Posteriormente estes dados foram confrontados com as atividades registradas e mapeadas oficialmente no município de Londrina, possibilitando verificar a dinâmica socioeconômica presente no município, sua importância e influência econômica no estado do Paraná.

2. Espacialização e dinâmicas do setor técnico-científico

Desde os anos de 1970, a economia mundial tem passado por processos de transformações na estrutura produtiva, alavancados pelo progresso da ciência e da tecnologia em diversas áreas do conhecimento. A difusão de informações ocorridas pelos avanços nas inovações tecnológicas, em especial nos setores de telecomunicações e tecnologia da informação tem dinamizado e aproximado os espaços de produção com surgimento de novos eixos de desenvolvimento e transformado as relações socioeconômicas de algumas regiões.

[...] o momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação. [...] marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas [...] (SANTOS, 1993, p. 37-38).

Todas estas transformações geraram uma nova forma de gestão empresarial. Antes tudo estava concentrado unicamente na metrópole, mas agora, a gestão empresarial tem outros mecanismos e processos, em direção à descentralização do comando das atividades. Os processos de produção podem ser interligados pelas redes de comunicação, permitindo otimização e eficiência nos fluxos produtivos, linhas de comando, e redução nas hierarquias de comando. Isso traz mudanças significativas na organização e na forma de trabalho, conseqüentemente nas estruturas e nas estratégias empresariais que passam a dar maior autonomia às suas filiais, descentralizando decisões, aproximando fabricante e consumidor. Ao mesmo tempo, esse formato reflete na gestão do capital que de modo geral está nas grandes cidades e metrópoles, local onde se encontra a matriz com o poder de decisão de investimento e distribuição do capital.

As cidades necessitavam de articulações visando desenvolvimento, seja individual, seja em conjunto com outras cidades. Um dos quesitos mais importantes nestas cidades, é de como a entrada de empresas geram fluxos de crescimento e mudanças importantes, uma vez que a gestão do capital e a gestão empresarial seguem dinâmicas próprias e redesenha a economia, a produção, os processos de trabalho; transformam as estruturas e traçam estratégias buscando competitividade, alocação e projeção no mercado local, regional, nacional e internacional. São capazes ainda de alterar a organização espacial.

Nos últimos vinte anos, o setor industrial e a área de prestação de serviços, também têm passado por um processo de reestruturação produtiva para atendimento as novas demandas de mercado consumidor e da produção.

Estas transformações possibilitaram descentralizar diversas atividades, em especial aquelas relacionadas à alta tecnologia, surgindo novos aglomerados urbanos, e, consolidando outros. Estes, com concentração de serviços altamente especializados, principalmente os relacionados à pesquisa, desenvolvimento, gestão, comunicação e consultorias, favorecendo o desenvolvimento da região onde estão inseridos.

Segundo Gottmann (1976),

o deslocamento da produção industrial para fora dos principais centros é certamente uma antiga tendência motivada por uma variedade de circunstâncias, algumas delas políticas e financeiras, além do simples fato do congestionamento na antiga posição "intra muros". Com a facilidade cada vez maior de transporte e com a rapidez e relativa segurança do comércio mundial, a redistribuição das funções econômicas no espaço pode se desenvolver seja na escala nacional ou internacional. (GOTTMANN, 1976, p. 9).

Segundo Lencioni (2003), a transformação das aglomerações urbanas está pautada nos resultados da reestruturação produtiva e na desconcentração territorial destas atividades, permitindo que uma empresa mantenha "na gestão do capital, ou seja, na direção e controle do capital, o elemento integrador da dispersão territorial de suas unidades" (LENCIONI, 2003).

De um modo geral, as capitais e grandes cidades do país sempre concentraram as atividades industriais, sedes de empresas e bancos, grandes corporações, comércio atacadista, entre outras, e conseqüentemente todo poder econômico em seus centros metropolitanos. Atuavam como cidades polos onde o entorno se desenvolvia em razão da metrópole. Com o decorrer das décadas outras cidades foram se configurando como polos, desenhando no território novas formas organizacionais, algumas centralidades perderam espaço para novas lógicas espaciais em redes, onde agentes, especialmente os econômicos, passam a se aproveitar destas novas espacialidades, deslocando suas atividades para outros centros urbanos.

Alguns fatores contribuem na atratividade para determinados espaços geográficos quando da escolha do local para instalação destes polos, que além dos econômicos, outros também são levados em consideração. Segundo Golgher, alguns itens da vida urbana qualificam esse espaço:

A busca de locais com mais amenidades urbanas, tais como aqueles que apresentam melhores condições climáticas, menores níveis de criminalidade, melhores oportunidades de lazer, menores níveis de poluição, menos

congestionamento de tráfego, melhores condições de moradia, etc, seria um fator decisivo para pessoas qualificadas, criativas e com alta escolaridade. (GOLGHER, 2006, p. 7)

A interação entre agentes como universidades, incubadoras de empresas, instituições financeiras, centros de pesquisas, governos etc., é igualmente fundamental para gerar mão de obra de qualidade, emprego, renda e desenvolvimento, conforme relatado por Carvalho e Chaves (2007). Capel (1998) também apontou alguns fatores, tais como o nível educacional da população, o meio econômico e social, os valores culturais e especialmente as instituições científicas existentes, como atrativos para que centros urbanos se destaquem e se diferenciem, despertando o interesse para instalação de empresas ampliando a produção do capital. Escreveu, também, sobre a importância do papel do Estado na inovação tecnológica, destacando principalmente as iniciativas locais que são imprescindíveis para se conhecer alguns aspectos da difusão da inovação.

As instituições locais ou de caráter regional, atuam para estimular a inovação com várias medidas, tais como “[...] la organización de instituciones educativas o de investigación, el apoyo a sociedades científicas, el establecimiento de medidas legales (ordenanzas sobre ornato público, sobre el uso del espacio, sobre características de las obras a realizar) y otras” (CAPEL, 1998, p. 10).

Moura (2009) defendeu que,

a concentração, o conhecimento, a mobilidade e a conectividade, que agem como elementos essenciais no processo de metropolização e configuração dos arranjos urbano-regionais, são inerentes à dinâmica produtiva em sua dimensão urbano-regional, estando relacionados aos estágios mais avançados da inserção do território na divisão social do trabalho. Dialeticamente, operam como condicionantes e resultantes dessa inserção, acionando as mais diversas escalas; ou seja, emanam da escala urbana, alcançam uma perspectiva regional e se inserem na escala nacional, integrando-se como principais espaços articuladores do país na divisão social do trabalho. (MOURA, 2009, p. 16)

Quanto ao papel e a influência exercida pela iniciativa privada no desenvolvimento local e regional, por serem dotados de maior poder de capital e autonomia para gerir negócios, acabam por influenciar muitos setores produtivos. Segundo Fávoro (2009),

A existência de um grupo social dinâmico e bem relacionado é sem dúvida essencial para a geração e a adoção da inovação, mas torna-se necessário conhecer o porquê das diferenças de dinamismo entre as regiões e as cidades, que seguramente estão relacionados à maneira de atuação exercida por esse grupo, afetando diretamente seu desenvolvimento, constituindo a base para um crescimento econômico. (FÁVARO, 2009)

A questão da inovação tem seus desdobramentos espaciais não só na localização e atração de investimentos, como também na concentração e melhoramento da qualidade de mão de obra que pode influir no desenvolvimento urbano-regional. Portanto, “[...] a valorização das atividades de ciência e tecnologia e de pesquisa e desenvolvimento, para estados nacionais e empresas, são evidências claras desse processo. Nesse contexto, a inovação tecnológica surge como a variável decisiva para alcançar e sustentar vantagens competitivas de empresas, setores e espaços econômicos” (RESENDE, 2009).

[...] uma forte parceria tecnológica, envolvendo diferentes agentes num processo interativo de construção de meios e fins comuns. Os principais resultados dessa ação são obter sinergia técnica, financeira e comercial e reduzir riscos ou custos de transação, associados à transferência de tecnologia (e à inovação) entre entidades que desempenham diferentes papéis na estrutura de conhecimento da sociedade. A distância que separa o pesquisador e seus laboratórios do consumidor final, que em última instância é o beneficiário do processo de inovação, deve ser reduzida não só com técnicas de gestão mais apuradas tecnicamente, mas, sobretudo através da mudança do modelo de fomento, com destaque para o papel de todos os agentes na construção de parcerias, com ênfase para a demanda. (RESENDE, 2009)

Objeto de desejo de uma sociedade ávida por transformações, os polos tecnológicos representam a visão de futuro, onde agentes públicos e privados buscam controlar e guiar transformações fundamentais na economia e nos territórios dos países redefinindo as condições e os processos de desenvolvimento regional e local. Estes são capazes de produzir e alterar a composição dos processos territoriais e socioeconômicos, principalmente com foco na concentração de capital.

CASTELLS (1985), referindo-se à relação entre a produção, gestão e tecnologia, afirma que:

Alta Tecnologia não é uma técnica particular, mas uma forma de produção e organização que pode afetar todas as esferas de atividade pela transformação de suas operações de modo a adquirir grande produtividade e melhor desempenho através do conhecimento ampliado do seu próprio processo. (CASTELLS, 1985, p. 11-12)

Quanto mais serviços superiores uma cidade apresentar, tanto melhor serão suas possibilidades de desenvolvimento econômico, uma vez que as empresas tendem a se instalar em locais que ofereçam concentração de atividades econômicas nos setores terciário e quaternário de maneira efetiva a atender o contingente populacional, especialmente os diretamente ligados a estas.

3. Da cafeicultura à Tecnologia da Informação

No Estado do Paraná, alguns municípios que não se encontram na Região Metropolitana de Curitiba, capital do estado, despertaram o interesse de investidores que desejavam ampliar suas relações econômico-financeiras com cidades polos ou regiões metropolitanas, e, também, onde os custos de implantação de suas sedes, aliados a qualidade de vida, favorecessem maiores acumulo de capital. Dentre estes municípios se destacam os de Londrina, Apucarana, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Guarapuava. Este quadro redistribuiu setores por todo estado.

Na análise apontada por Migliorini (2006) sobre a distribuição espacial da indústria, o Paraná se modernizou criando relações com o setor industrial, investiu em insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, forneceu matérias primas para a indústria e consolidou seu complexo agroindustrial. Observou que foi a ação governamental que internalizou no estado os chamados setores modernos ou dinâmicos da indústria (mecânica, material elétrico e de comunicação, química, e material de transporte).

Surgem indústrias com maior conteúdo tecnológico, imprimindo maior dinamismo econômico, especialmente indústrias de material de transporte e eletromecânica. Embora a distribuição espacial da atividade industrial esteja dispersa praticamente em todo estado, deve ser destacada que a atividade agroindustrial ainda “[...] continua como fator de sustentação de grande parte das atividades econômicas no interior do Estado”, observa Migliorini.

Como uma das principais estratégias para atrair e promover a constituição destes aglomerados industriais vinculados à produção de alta tecnologia, o setor público tem oferecido terrenos e infraestruturas básica para instalação dessas indústrias. Desta forma é possível perceber o porquê dos

municípios investirem em políticas governamentais que fomentem a criação de parques tecnológicos e APLs (Arranjos Produtivos Locais), além de favorecerem para que segmentos relacionados aos serviços superiores de comunicação se instalem. Para que isto ocorra, fornecem condições necessárias para implantação de indústrias ou empresas que desejem fixar sua sede ou filial no município. Em Londrina, município localizado no norte do Estado do Paraná, esse quadro não é diferente.

Londrina, fruto de uma organização espacial da continuidade do processo de expansão cafeeira paulista, das décadas de 1930-1940, teve um rápido processo de ocupação pautada pelo empreendedorismo das companhias colonizadoras que visavam à aquisição de terras para se instalarem. O amplo projeto imobiliário e fundiário levado a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, criou núcleos urbanos com distâncias pequenas e regulares entre si, como uma condição fundamental para que os loteamentos fundiários baseados em pequenas propriedades pudesse ter acesso a: máquinas de beneficiamento da produção, comércio varejista, sistema de transporte, sistema bancário, além de outros serviços.

Desta visão foram surgindo o desenho das primeiras cidades, sendo que Londrina se destacou desde o princípio como núcleo urbano, prestadora de serviços e centralizando diversas atividades comerciais, de saúde, de educação.

Na década de 1950, Londrina já se destacava no cenário nacional como importante centro urbano no interior do país, servindo de polo comercial e prestador de serviços, reforçando seu papel central na rede urbana, uma vez que fora planejada para sediar o escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná. Na década seguinte, inicia-se a implantação de atividades industriais à margem da rodovia BR 369, nos municípios vizinhos, dando início a configuração do aglomerado urbano de Londrina.

A rápida urbanização, principalmente a partir da década de 1970, sofreu um forte processo de mudança no uso do solo e também na estrutura fundiária cujo processo de agregação de propriedades indicava um novo tempo em todas suas relações sociais e econômicas: de uma região voltada à cafeicultura, com muita utilização da mão de obra da população rural, passa a ser uma região que substitui rapidamente essa mão de obra em função da intensa mecanização que se estabelece para viabilizar a produção de grãos soja e trigo. Isso ocasionou um esvaziamento da população rural, e uma intensa migração para área urbana.

A nova estruturação do espaço acarretou numa divisão econômica do espaço, onde alguns setores foram favorecidos, entre ele o mercado imobiliário que passou a explorar este espaço de modo a centralizar e

descentralizar diversas atividades. O intenso fluxo de pessoas que se movimentavam diariamente na região, criou oportunidades em Londrina de ampliação das atividades no setor terciário, uma vez que o comércio e a prestação de serviços foram fortemente evidenciados.

As atividades relacionadas à prestação de serviços passaram a ser uma grande absorvedora de mão de obra, sem, entretanto ser capaz de devolver o dinamismo para toda região. Era necessária uma nova visão para garantir que a economia, que antes estava voltada a atividade cafeeira, desse um novo salto para possibilitar geração de emprego e renda a população.

Para acompanhar esta dinâmica de grandes transformações sócio-espaciais regionais e econômicas, houve o despertar da atenção das instituições de ensino, pesquisa e extensão. Em meados dos anos 1980, estava surgindo uma “nova indústria” e uma nova economia, baseada em conhecimento. Assim, além da dotação em fatores tradicionais de produção, passou a ser necessário que os países e suas regiões dispusessem de estruturas de produção e de difusão do conhecimento, de mão de obra qualificada e capaz de dominar as novas tecnologias e de capital social capaz de garantir a estabilidade de um projeto de desenvolvimento (LAHORGUE, 2006).

Projetos de desenvolvimento local e regional passaram a privilegiar os arranjos locais de produção. A criação de ambientes que favoráveis à inovação tecnológica, bem como implantação de infraestruturas multi-institucionais de fomento à agregação de valor à produção local e regional, tornou-se o foco das atenções de todos os atores envolvidos no desenvolvimento local e regional, potencializando novas parcerias e aproveitando as vocações e aptidões regionais. A integração entre a sociedade, universidade, institutos de pesquisa, são o caminho para consolidação do desenvolvimento tecnológico.

Em Londrina há uma série de ativos que colocam o município em posição de destaque regional. Além de ser sede da Região Metropolitana de Londrina, composto por 25 cidades, possui no agronegócio e nos setores terciários e quaternários grande parte da movimentação do seu capital.

Nas atividades relacionadas ao setor primário, Londrina demonstrou que a elevação da produtividade e diversidade agrícola, profissionalização de produtores, investimento em equipamentos para mecanização do campo, inovações no controle de pragas, fornecimento de assistência técnica, e principalmente o desenvolvimento de pesquisas no setor, devido à presença de institutos e empresas de base tecnológica, fez surgir novos eixos de oportunidade, onde o agronegócio tem expandido suas fronteiras, se consolidando nos mercados nacional e internacional. Empresas como o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR e a Empresa Brasileira de

Agropecuária - Embrapa, tem favorecido Londrina quanto aos serviços superiores. O IAPAR com suas pesquisas em agroecologia, algodão, arroz, café, cereais de inverno, culturas diversas, feijão, forrageiras, fruticultura, manejo do solo e água, milho, produção animal, propagação vegetal, recursos florestais, sistemas de produção; e a Embrapa Soja, promovendo o desenvolvimento, inovação e soluções para a sustentabilidade das cadeias produtivas da soja e do girassol. A contribuição ao agronegócio da soja no Brasil coloca a Embrapa Soja como referência mundial no desenvolvimento de tecnologias para a cultura em regiões tropicais.

A presença de instituições públicas ou privadas presentes em Londrina é parte fundamental da base tecnológica na consolidação do município como um polo tecnológico, pelas suas características tecnocientíficas. São os ativos considerados importantes na integração e divulgação do conhecimento entre as instituições e a sociedade.

Entre estes ativos o Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação – APL de TI de Londrina e Região, foi estruturado em novembro de 2006, com o objetivo de implementar ações comuns, que permitam a integração de empresas, o desenvolvimento de inovações tecnológicas e o acesso a novos negócios. Entre algumas de suas atividades encontramos consultoria em hardware, desenvolvimento e edição de softwares prontos para uso, desenvolvimento de softwares sob encomenda e outras consultorias em software, atividades de banco de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico, criação de games e jogos.

Outro setor que se destaca em Londrina é a presença de instituições de ensino com cursos de graduação, pós-graduação e extensão, com destaque para a Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL, Serviço Nacional da Indústria - SENAI, Instituto Politécnico de Londrina - IPOLON / FUNTEL, e diversas outras faculdades particulares e colégios com cursos técnicos e profissionalizantes. A presença destas instituições além de criarem um dinamismo à cidade com fluxo constante de pessoas favorece o fornecimento de mão de obra especializada ao mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto ao domínio das técnicas e da informação.

O fato de possuir cursos em todas as áreas do conhecimento é um facilitador para que empresas de capital nacional e internacional se interessem pelo município, uma vez que podem recorrer a estas instituições para comporem seus quadros de funcionários. A economia também se mantém aquecida, e há um movimento pendular diário entre as cidades demonstrando claramente o papel de cidade polo que Londrina exerce sobre a região.

As atividades ligadas ao setor terciário apresenta Londrina como um polo regional de comércio e serviços, uma vez que atende não só a população local, mas toda região, extrapolando inclusive as fronteiras da Região Metropolitana de Londrina. Estas atividades estão concentradas principalmente nas áreas de educação, saúde, jurídica, imobiliária, transporte, comunicação, sistema financeiro, lazer e comércio, que juntas criam um dinamismo no município projetando-o como um centro de referência regional.

Do ponto de vista da gestão do capital e da gestão empresarial podemos citar a Plaenge, empresa 100% londrinense, de capital fechado, atuante no segmento de engenharia que atua em Cuiabá, Campo Grande, Maringá, Dourados e Curitiba, além de uma unidade no Chile, onde a gestão do capital ocorre a partir de Londrina, e parte da gestão empresarial nas outras unidades. Temos também a Cacique Café Solúvel que produz e exporta para os cinco continentes. A divisão de solúvel e de embalagens se localiza em Londrina, e a de alimentos em São Paulo, com escritórios em ambas as cidades, mais no Rio de Janeiro. Mas a gestão do capital está na cidade de São Paulo.

A dinâmica socioeconômica espacial de Londrina mostra que o município vem se consolidando nas áreas de base técnico científica. Essa nova configuração espacial tem direcionado o setor público quando da elaboração de leis de uso e ocupação do solo, zoneamento, código de posturas, bem como elaboração de projetos públicos com vistas à atração de investidores, que buscam expandir suas atividades, buscando unir concentração de capital, geração de emprego e renda com qualidade de vida.

4. Considerações Finais

As mudanças socioeconômicas decorrentes da espacialização técnico-científica tem possibilitado o desenvolvimento integrado de vários setores econômicos e com eles a possibilidade de municípios atraírem para si oportunidades de negócios visando seu desenvolvimento e projeção no cenário nacional e internacional.

A mobilização da sociedade local, pública ou privada, na elaboração de estratégias de planejamento, especialmente àqueles onde os serviços superiores se destacam, fornecem elementos necessários à catalisação de novos empreendimentos. A presença de serviços superiores se configura em atividade fundamental, os quais atraem o capital nacional e internacional, favorecendo o processo de modernização das cidades e seu entorno.

A pesquisa possibilitou verificar em quais atividades Londrina vem se destacando e se consolidando. Do agronegócio a polos de serviços terciários e quaternários, explorando seus ativos de base tecnológica. Estas têm auxiliado governos em projetos e políticas públicas voltadas para estes setores visando atração de capital nacional e estrangeiro.

Referências

BELL, M.; PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. In: Daniele Archibugi; Jonathan Michie (ed.). **Technology, Globalisation and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, pg. 83-137, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=IYBk4yk3F9oC&printsec=frontcover#v=onepage&q=&f=false> Acesso em: 12/08/09.

CAPEL, H. Ciencia, Innovación Tecnológica y Desarrollo Económico en La Ciudad Contemporánea . **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de junio de 1998, núm. 23. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-23.htm> Acesso em 20/10/2008.

CARVALHO, S. S. M.; CHAVES, C. V. Pólos Tecnológicos e Desenvolvimento Regional. In: XXXV Encontro Nacional de Economia. **Anais Eletrônico...** Recife: ANPEC, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A125.pdf> Acesso em: 02/08/2008.

CASTELLS, M. High Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process in the United States. In CASTELLS, M. Ed. **High Technology, Space and Society**. Beverly Hills, Sage Publications, p. 11-12. 1985.

CASTELLS, M.; HALL, P. **Technopoles of the World: the making of 21st Century Industrial Complexes**. London and New York: Routledge, 1994.

FÁVARO, P. C. C. **Desenvolvimento Regional e a Formação de Pólos Tecnológicos: o exemplo de Londrina**. 224 páginas. Dissertação de Mestrado. UEL, Londrina, 2009.

GOLGHER, A. B. **As cidades criativas no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados**. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20296.pdf> Acesso em: 17/07/09.

GOTTMANN, J. A dinâmica das grandes cidades. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: v. 34, n. 251, out/dez, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ; SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO. **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU**. Curitiba: SEDU, 2003.

LAHORGUE, M. A. Pólos tecnológicos no Brasil: espontaneidade ou inovação social? Uma discussão sobre pólos tecnológicos brasileiros, suas evoluções e perspectivas. In: **I Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación** CTS + I, 2006, México D. F. Disponível em: <<http://www.oei.es/memoriasctsi/mesa6/m06p34.pdf>> Acesso em: 15/02/2009.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, maio 2003.

MIGLIORINI, S. M. dos S. **Indústria Paranaense: Formação, Transformação Econômica a partir da década de 1960 e Distribuição Espacial da Indústria no Início do Século XXI**. Revista Eletrônica Geografar, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 62-80, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/6843/4859>> Acesso em: 15/02/2009.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Curitiba, UFPR, 2009.

RESENDE, A. P. M. R. Inovação & Desenvolvimento. **Techoje** [on line] Disponível em: http://www.ietec.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/570 Acesso em: 15/07/2009

RICCI, F. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento do capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté: G&DR, v. 1, n. 2, p. 3-15, mai-ago/2005. Disponível em: [http://www.rbgdr.net/revista/index.php?journal=rbgdr&page=article&op=viewFile&path\[\]=67&path\[\]=61](http://www.rbgdr.net/revista/index.php?journal=rbgdr&page=article&op=viewFile&path[]=67&path[]=61) . Acesso em: 16/09/2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed., 1ª reimpr. São Paulo, Edusp, 2007.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA TERCEIRA IDADE: QUESTÕES SOCIAIS DA ATUALIDADE

Felipe Nathanael Coelho Vaz¹
Juliana Sartori Bonini²
Daniel Cirilo Augusto³

Resumo:

Uma das maiores preocupações da humanidade é o acelerado processo de envelhecimento que ocorre em determinados grupos populacionais, Envelhecer com saúde é um dos maiores desafios a isto, a senilidade é um processo natural, onde a saúde tende a diminuir ao longo do tempo. Hoje, a escassez de profissionais preparados nas áreas de gerontologia e geriatria, são as principais dificuldades que o idoso enfrenta em seu cotidiano. Devido à importância de melhorar a qualidade de saúde desta população que só tende a aumentar, surgiu o interesse em realizar este trabalho juntamente com os acadêmicos das diferentes áreas da saúde, tendo como ideia central o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, e também, promovendo a socialização para a melhoria do bem estar físico, mental e social dos 34 idosos, que participam do grupo de convivência, no bairro Vila Bela, na cidade de Guarapuava-PR, o projeto conta com a realização de atividades no salão paroquial da Vila-bela dos tipos: recreativa, orientativas, educativa e de socialização para os idosos. Até a presente data notou-se que os idosos têm-se motivado cada vez mais a participar do grupo e que tomaram-se mais cuidadosos e críticos a respeito de sua saúde dentro do que pode ser feito.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Saúde integral. Socialização. Idosos. Qualidade de Vida.

Abstract:

One of the greatest triumphs of humanity is the accelerated aging process that occurs in certain population groups, on the other hand is one of the biggest challenges as aging is a natural process and health stands out, in most cases, be decreased progressively over time. Today, the shortage of trained professionals in the fields of gerontology and geriatrics, are the main difficulties that the elderly face in their daily lives. Due to the importance of improving the quality of health of this population will only grow, became interested in performing this work together with academics from different areas of health, with the central idea of the development of health promotion

¹ Graduando em Farmácia- Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO

² Doutora em Bioquímica- Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

³ Doutorando em Geografia-Universidade Estadual de Maringá-UEM.

E-mail: danielciriloaugusto@hotmail.com

and disease prevention and also by promoting socialization to improve the physical well being, mental and social development of 34 seniors who participate in the social group, in Vila Bela neighborhood in the city of Guarapuava-PR, the project has to carry out activities in parish hall of Vila-beautiful types: recreational, for guidance, education and socialization for seniors. To date it was noted that the elderly have become increasingly motivated to join the group and become more careful and critical about their health within what can be done.

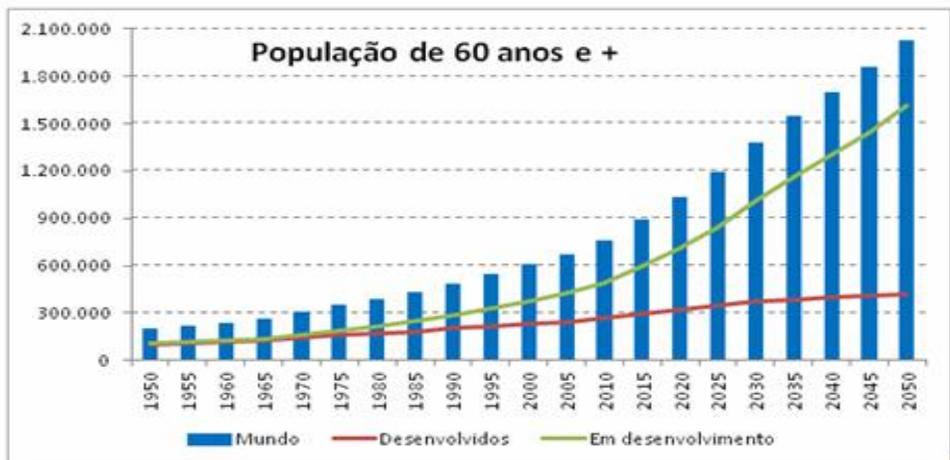
Key-words: Health promotion, integral health, socialization, Elderly, Quality of Life.

INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e, no Brasil, as modificações ocorrem de forma radical e bastante acelerada. As projeções mais conservadoras indicam que, em 2020, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas (CARVALHO; GARCIA, 2003).

O envelhecimento populacional foi um fenômeno inicialmente observado em países desenvolvidos, conforme publicações da organização das nações unidas (ONU), mas atualmente é nos países em desenvolvimento que a população idosa tem aumentado de forma mais expressiva (figura 1) (KALACHE, et al, 1987).

Figura 1 - Expectativa de vida da população com 60 anos ou mais



Fonte: www.remade.com.br

O Brasil é hoje, um “jovem país de cabelos brancos”, a cada ano, 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira. A maior parte com doenças crônicas, como por exemplo à doença de Alzheimer, e alguns com limitações funcionais. Em menos de 40 anos o Brasil passou de um cenário de

mortalidade próprio de uma população jovem para um quadro de enfermidades complexas e onerosas, típica dos países longevos, caracterizados por doenças crônicas e múltiplas que perduram por anos, com exigência de cuidados constantes, medicação contínua e exames periódicos. Até 2025, o Brasil estará portanto 27 milhões de idosos com mais de 60 anos, o número de idosos no País passou de 3 milhões, em 1960, para 7 milhões em 1975 e 20 milhões em 2008 – um aumento de quase 700% em menos de 50 anos (VERAS, 2009).

Se faz necessária uma maior discussão e um maior aprofundamento das questões que envolvem a pessoa idosa e os profissionais de saúde que estão envolvidos neste processo de mudanças e de cuidados oferecidos à esta faixa etária. (VERAS, 2009). É com a intenção de contribuir com a visibilidade de fenômeno do envelhecimento, e com o desenvolvimento de ações que visem o bem estar social, físico, emocional voltada especificamente para esta população que surgiu o interesse em realizar este trabalho.

PAÍSES MENOS FAVORECIDOS ECONOMICAMENTE POSSUEM MAIORES PROBLEMAS DE SAÚDE

Vinte e sete anos separam a expectativa de vida de países ricos e pobres, se em alguns países vive-se 85 anos, em outros se aproveitam apenas 58. A mortalidade infantil é de 100 por mil nascidos vivos naqueles com índices menores de desenvolvimento e de apenas 6 por mil nos países de alta renda; e a diferença na mortalidade de menores de 5 anos é ainda maior: 159 por mil nascidos vivos nos países menos desenvolvidos e 6 por mil nos de renda alta (CARR, 2004). O gasto com saúde é ainda mais assustador, como se vê no quadro 1, ~~1.814~~ 1.814,00 dólares americanos separam um investimento em saúde de primeiro mundo e o investimento de países com renda média-baixa .

Quadro 1 - Gasto *per capita* com saúde, por receita, 1997.

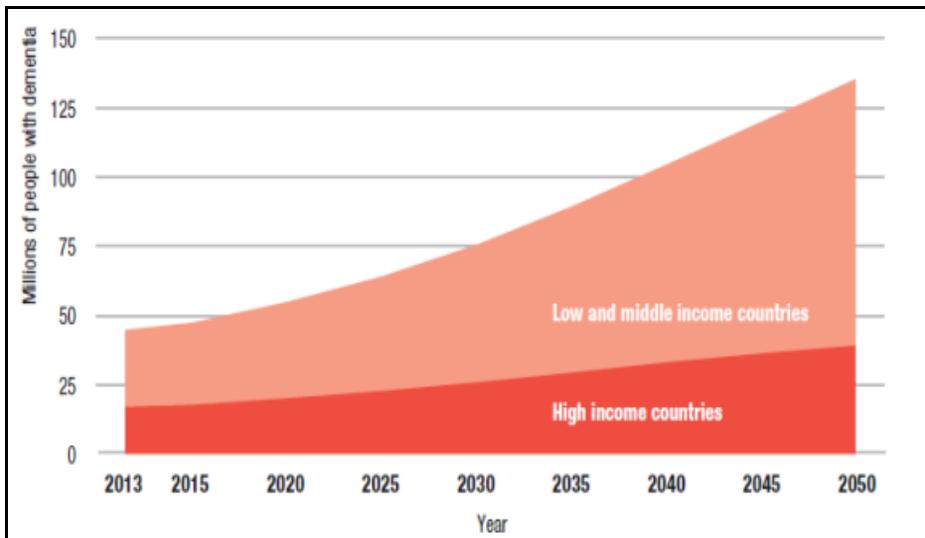
Grupo de receita	Gasto total <i>per capita</i> com saúde
Os países menos desenvolvidos	11
Outros países de receita baixa (PNB <i>per capita</i> inferior a US\$ 760 em 1998)	23
Países de receita média-baixa (PNB <i>per capita</i> superior a US\$ 761 e inferior a US\$ 3.090 em 1998)	93
Países de receita média-alta (PNB <i>per capita</i> superior a US\$ 3.091 e inferior a US\$ 9.360 em 1998)	241
Países de receita alta (PNB <i>per capita</i> superior a US\$ 9.361 em 1998)	1.907

Fonte: Organização mundial da saúde.

Os países menos favorecidos economicamente, têm poucos meios para aumentar o financiamento público e possuem limitado acesso a mecanismos de financiamento por meio de ONGs ou agências internacionais. Nestes países, o cuidado domiciliar é totalmente assumido pela família. Devem ser enfatizados a orientação e o treinamento dos cuidadores familiares, que sejam fornecidos itens de consumo básicos para a manutenção do cuidado e que o setor público assuma parte dos cuidados domiciliares. No Brasil, A principal causa de mortalidade e morbidade são as doenças crônicas, que normalmente têm desenvolvimento lento, duram períodos extensos e apresentam efeitos de longo prazo (Moraes, 2010).

Além das doenças crônicas incidirem na vida social e pessoal de todos na família, existem ainda, implicações econômicas que também são graves: impacto negativo nos salários, lucros, participação da força de trabalho, produtividade. Alguns destes fatores aumentam a ocorrência de aposentadoria precoce causando alta rotatividade do emprego e incapacidade. Estas doenças afetam principalmente países de baixa ou média renda (Alzheimer's international association, 2009) (figura 2), onde não há grande eficácia de políticas públicas, além de que, este tipo de patologia acomete pessoas que tiveram históricos de vida com pouca qualidade: tabagistas, alcoolatras, elevado consumo de dietas não adequadas, inexistência de atividades físicas, entre outras (WHO, 2005).

Figura 2 - Comparação entre países pobres e ricos com a quantidade de pessoas com demência.



Fonte: Alzheimer's Disease International

AUTONOMIA X DEPENDÊNCIA

Para entender as mudanças em relação a saúde e doença, primeiramente precisa-se definir estes dois conceitos. Uma das definições de saúde que se utiliza hoje é baseada na Organização Mundial da Saúde (OMS) na declaração de Alma-Ata, em 1978, que diz:

Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde (OMS, 1978).

Ao envelhecer, doenças próprias passam existir e a ganhar maior expressão no conjunto da sociedade (VERAS, 2009). A população idosa é composta tanto por pessoas idosas com total autonomia, com capacidade de

contribuir para o desenvolvimento econômico e social e que desempenham papéis importantes na família e na sociedade, tanto quanto, por idosos que não são capazes de realizar as atividades básicas do cotidiano e sem nenhum rendimento próprio, ou seja, um grupo com necessidades bastante diferenciadas (CAMARANO; PASSINATO, 2005) e é neste grupo, que as doenças tendem ser mais devastadoras, pois a família tende a se desestruturar e geralmente não consegue buscar novos meios de lidar com a pessoa doente-dependente, neste sentido, as equipes assistenciais precisam intervir precocemente, a fim de melhorar a qualidade de vida do idoso.

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) questiona: Como manter a independência e a vida ativa com o envelhecimento? Como fortalecer políticas de prevenção e promoção da saúde, especialmente aquelas voltadas para os idosos? Como manter ou melhorar a qualidade de vida com o envelhecimento?

A OMS define que o eixo principal da atenção ao idoso não pode ser simplificado pelo mero assistencialismo existente hoje. Os países precisam desenvolver políticas amplas e intersetoriais que procurem assegurar o envelhecimento saudável e integralizado com a ajuda de cuidadores especializados e atualizados, ou ainda, dispôr de equipes multidisciplinares, que são consideravelmente importantes no processo senil (VERAS et al., 2008).

A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Na prática diária, o atendimento médico é realizado em poucos minutos, envolvendo: anamnese¹, exame físico, solicitação de exames laboratoriais, prescrição de medicamentos e informações sucintas, um total esclarecimento para o idoso e sua família em relação as doenças ou quadros patológicos não é concreto (CESARINO, 2000).

A literatura reconhece a importância da equipe multiprofissional no cuidado à saúde dos idosos, pois a mesma pode influenciar positivamente na adaptação da doença e a efetivação da farmacoterapia (TANAKA, 2003). A assistência dos profissionais com relação ao processo saúde-doença, deve direcionar as ações para o processo de promoção da qualidade de vida das pessoas em todos os ciclos vitais. No processo de envelhecimento, os profissionais da área da saúde, devem atuar junto ao idoso e seus familiares, apoiando suas decisões, ajudando-os a aceitar as alterações na imagem corporal quando existentes, em um processo educativo e que vise satisfação das necessidades individuais e sociais.

¹ entrevista realizada pelo profissional de saúde ao seu paciente, que tem a intenção de ser um ponto inicial no diagnóstico de uma doença ou patologia

A intervenção no tratamento com uma equipe multiprofissional, como médicos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, e farmacêuticos, preferencialmente especializados em gerontologia,¹ ajuda a identificar os fatores desencadeadores do processo depressivo, além de outros transtornos estimulados pelo envelhecimento. Esta multidisciplinaridade contribui para a orientação dos familiares, dos cuidadores e do próprio paciente (PILGER, 2008).

DELINEAMENTO DA METODOLOGIA

Estão sendo realizadas atividades recreativas, orientativas, educativas e de socialização para os idosos residentes no bairro Vila Bela. O projeto está sendo realizado no salão paroquial da Vila Bela - Cidade de Guarapuava-PR e a amostra atendida são 34 Idosos residentes do bairro e que participam do grupo da terceira idade. As atividades são desenvolvidas por dez alunos (5 alunos de farmácia, 3 alunos de nutrição e 2 alunos de fisioterapia), um profissional enfermeiro, são acompanhados pela professora coordenadora do projeto e pelos professores de cada área (figura 3). O projeto tem carga horária de oito horas semanais. Os alunos são escalados semanalmente (meio período – 4 horas) na comunidade e desenvolvendo atividades de estudos no outro período (4 horas). Os integrantes do projeto se reúnem quinzenalmente para discussão.

Figura 3: Parte da equipe executora do projeto



Fonte: Eduardo Karam Os alunos realizarão atividades conforme sua área de atuação:

¹ estuda os processos associados à idade, ao envelhecimento e à velhice.

Farmácia: Atenção Farmacêutica é uma nova filosofia prática, na qual o profissional tem papel fundamental a desempenhar, no que tange ao atendimento das necessidades dos pacientes idosos e crônicos, com relação aos medicamentos. Os professores, juntamente com os acadêmicos prestam assistência, como orientações sobre o uso racional de medicamentos; orientações sobre vias de administração de medicamentos; atenção farmacêutica e educação em saúde. A figura 4 demonstra a equipe que compõe as atividades farmacêuticas.

Figura 4: Parte da equipe de Farmácia, palestra sobre administração de medicamentos



Fonte: Felipe Nathanael

Fisioterapia: Desenvolvem através de palestras assuntos relacionados ao conhecimento sobre o processo de envelhecimento e suas repercussões físicas; Realizam orientações, por meio de palestras, sobre diferentes patologias e a intervenção fisioterápica; Trabalham com a educação em saúde: mobilidade, saúde funcional e acessibilidade; Promovem atividades físicas e treinos de equilíbrio e atividades lúdicas.

Nutrição: Realizam orientação alimentar, por meio de palestras, atividades de grupo e individual; Realização de dietas específicas para cada patologia em específico, dietas naturais, pois são acessíveis e econômicas para os idosos e promovem atividades como: “livro de receitas da vovó” e “tarde do chá da vovó”.

Enfermagem: Realizam orientações com cuidados básicos de saúde e prevenção de feridas, orientações sobre primeiros socorros e de como agir em situações emergenciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até a presente data, todas as áreas já realizaram pelo menos uma visita ao grupo conforme registro em ata. Foram abordados temas como “Osteoporose” e “Administração correta de medicamentos”, bem como, a orientação dos idosos para o consumo correto e consciente. Na temática, expôs-se à farmácia-escola, a clínica de nutrição, de fisioterapia e seus respectivos serviços, uma vez que eles não tinham conhecimento à cerca.

Notou-se que os idosos veem o grupo como um local que foge de sua rotina monótona, trazendo satisfação e bem estar. Além das intervenções realizadas pelos alunos, os idosos realizam “binguinhos” e diversas outras atividades lúdicas, como por exemplo dança de salão. É visível o entrosamento entre eles e a vontade em participar das atividades propostas. Nos questionários de avaliação o conceito obtido foi “ótimo”, o que motiva a continuidade do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das palestras realizadas podê-se observar que a população idosa tem muitas dúvidas sobre temas simples mas que se não sanadas, podem causar danos graves à sua saúde, porquê compreendem a parcela mais susceptível a reações adversas e a complicações alérgicas (FONSECA; BRUNNER; SUDDARTH, 2002). A população idosa saudável ou com poucas morbidades, tem energia e vontade para realização de várias atividades, entretanto enfrenta grande resistência de outras pessoas que os julgam incapazes.

Concorda-se com Pena e Santo (2006), na ideia de que chegar à terceira idade é viver em movimento contínuo, é caminhar pela vida, ultrapassar etapas, plantar, colher os frutos e saber que alguns desses frutos caíram da árvore antes da hora e não renderam o fruto esperado. É a espera do que vem pela frente, como quem espera ver e acredita em um futuro que está por vir, é plano e expectativa do que está por vir.

Existem-se atualmente muitas barreiras políticas e sociais que acometem esta parcela da população mundial que cada vez mais aumenta, entretanto, as políticas sociais não acompanham este progresso. Hoje, discute-se muito a respeito de doenças esquecidas pela indústria de medicamentos em países economicamente desfavorecidos, onde a indústria visa lucro e não salvar vidas, o que é desumano e incompreensível, devia ser também inadmissível para os atuais governos e organizações, com isso, envelhecer com saúde se torna uma tarefa difícil (PREDIQUE, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALZHEIMER INTERNATIONAL ASSOCIATION. **Report on Alzheimer's Disease in the world** 1-21. 2009.
- BRUNNER; SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico cirúrgico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- CARVALHO, J.A.M.; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cad. Saúde Pública*. 2003; 19(3):725-33.
- CAMARANO, A.M.; PASINATO, M.T. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?. *Rev. Pensar BH/Política Social*. 2005.
- CESARINO CB. Eficácia da educação conscientizadora no controle da hipertensão arterial sistêmica [tese]. São José do Rio Preto (SP): Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto; 2000
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE. **Declaração de Alma-Ata**, URSS, 1978.
- FONSECA, J. E. ET AL. O Idoso E Os Medicamentos. *Saúde Em Revista*, São Paulo, V. 2, N. 4, 2002.
- KALACHE, A. et al. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. *Rev. Saúde pública*. S. Paulo, 21:200-10, 1987.
- MORAES E.M, MARINO M.C.A, SANTOS R.R. Principais síndromes geriátricas. *Rev Med Minas Gerais* 2010; 20(1): 54-6.
- PILGER, C; OLIVEIRA, R.C.; XAVIER, A.M.; PREZOTTO, K.H. Percepção de idosos à cerca do processo de envelhecimento. Monografia IBPEX- Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão, 2008.
- PENA, F. B. SANTO, F. H. DO E. O movimento das emoções na vida dos idosos: um estudo com um grupo da terceira idade. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 2006. v. 08, n. 01, p. 17-24.
- PREDIQUE, B.; STRUB-WOURGAFT, N. et al. The drug and vaccine landscape for neglected diseases (2000–11): a systematic assessment. *The Lancet Global Health*. No prelo, 24 de outubro de 2013.
- TANAKA M. Multidisciplinary team approach for elderly patients. *Geriatr Gerontol Int* 2003. 69-72.
- VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Rev Saúde Pública* 2009; 43(3):548-54.
- VERAS, R. R; SOUZA, CAM; CARDOSO, R.F; MILIONI, R; DUTRA, S.S. Pesquisando populações idosas — A importância do instrumento e o treinamento de equipe: uma contribuição metodológica. *Rev. Saúde Pública*, 1988 v. 22 n.6.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: OPAS; 2005.

Páginas da internet acessadas:

- CARR D. **Improving the Health of the World's Poorest People**. PRB (Population Reference Bureau). *Health Bulletin 1*, 2004. [Acessado 10 Jul

2015]. Disponível em:
http://www.prb.org/pdf04/ImprovingtheHealthbrief_Eng.pdf
POPULATION REFERENCE BUREAU (PRB). *The wealth gap in health*, 2005, p.5. [Acessado 10 Jul 2015]. Disponível em:
<http://www.prb.org/Template.cfm?Section=PRB&template=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm&ContentID=11007>
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: um marco para elaboração de políticas**. 2001 [Acessado 18 jan 2015]. Disponível em: <http://www.unati.uerj.br/destaque/Madri.doc>.
VERAS, R; DUTRA, S. **Perfil do idoso brasileiro - questionário BOAS**. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2008. 100p. [Acessado 15 março 2015]. Disponível em: http://www.crde-unati.uerj.br/liv_pdf/perfil.pdf.

CIPLA (JOINVILLE): A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA O DESEMPREGO

Fábio Napoleão ¹

Joinville, pólo latino-americano de materiais de construção em PVC, enquadra-se como o município mais populoso e industrializado do Estado de Santa Catarina, possuindo um parque fabril com mais de 1.500 indústrias, que empregam mais de 60 mil funcionários. Os setores industriais que historicamente mais absorvem mão-de-obra são o eletro-metal-mecânico, têxtil-vestuário e de materiais plásticos; em 2000 somaram mais de 40 mil trabalhadores. O Produto Interno Bruto *per capita* de Joinville está entre os maiores do país, em torno de US\$ 9 mil/ano. No início dos anos 90, a indústria respondia por 84% do PIB do município, passando para 71% em 1997 e cerca de 64% em 2001; diminuição atrelada, entre outros motivos, ao crescimento do setor terciário, notadamente, comércio e serviços que, em parte, vem absorvendo o contingente de mão-de-obra dispensada da indústria. No término do primeiro lustro da década de 1990, o setor terciário empregava mais de 25 mil pessoas, número que passou para 44 mil ao final do segundo lustro desta mesma década.²

No tocante à mão-de-obra industrial, têm-se as seguintes (quadro 1).

Quadro 1 – Joinville: indústrias com mais de 500 empregados - 2001

Embraco	Mecânica
Tupy Fundições	Metalúrgica
Multibrás (Consul)	Mecânica
Busscar Ônibus	Material de transporte
Döhler	Têxtil
Amanco Brasil (Akros)	Produtos de matérias plásticas
Tigre Tubos e Conexões (Hansen)	Produtos de matérias plásticas
Schulz	Mecânica

¹ (fabio.napoleao@udesc.br) Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LABPLAN. Universidade do Estado de Santa Catarina/SC-Brasil

Ciser		Metalúrgica
Wetzel		Material elétrico e comunicações
Cipla		Produtos de matérias plásticas
Metalúrgica Duque		Metalúrgica
Companhia Fabril Lepper		Têxtil
Malharia Manz		Têxtil
Docol Metais Sanitários		Metalúrgica
A Notícia Emp. Jornalística		Editorial e gráfica
Comfio – Comp. Catarinense de		Têxtil
Termotécnica		Produtos de matérias plásticas
Wetzel – Divisão Fundição de Ferro		Metalúrgica

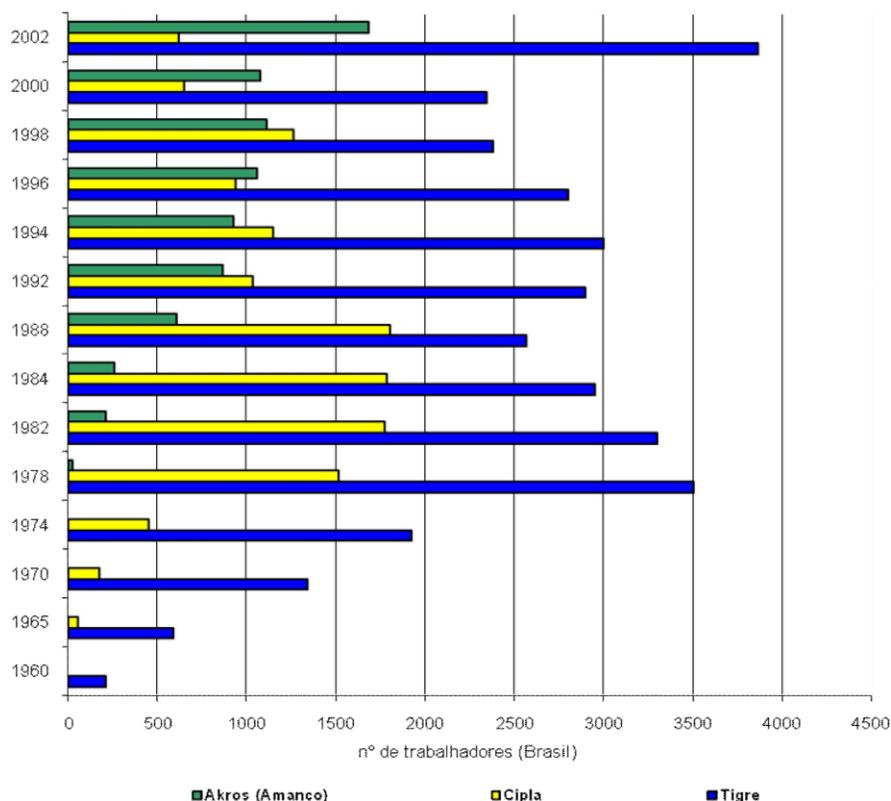
Fonte: Rocha apud Knie (2002, p. 60).

No quadro, observa-se a diversificação do parque industrial joinvilense, bem como a presença de quatro empresas do setor de transformação de plásticos entre as dezenove indústrias que mais empregam em Joinville¹. E aqui destacamos a evolução do número de empregados da Amanco (Akros/Fortilit), Tigre e Cipla – Companhia Industrial de Plásticos² (gráfico 1), empresas que produzem materiais de construção em PVC.

¹ Conforme Rocha apud Knie (2002, p. 57), as vinte empresas que mais empregam em Joinville somadas perfazem cerca de 30 mil empregados, destacando-se a Embraco, Tupy e Multibrás, respectivamente, com 5,5 mil, 4,2 mil e 3,4 mil empregados. Segundo informações obtidas na Revista Expressão (2001, p. 20), que datam do final da década de 1990, havia aproximadamente 12 mil micros e pequenas empresas em Joinville, sendo que entre 30% e 40% integravam o setor secundário, abarcando pelo menos 45% do total de vagas disponíveis no mercado de trabalho, ao considerar a média nacional.

² Além de dirimir as dificuldades contábeis e tributárias, a criação da Cipla na década de 1960 significou a superação de debilidades de natureza fabril da Cia. Hansen Industrial, atual Tigre, que produzia em suas extrusoras além de tubos de PVC na cor branca, as mangueiras de polietileno pigmentadas com o ‘negro de fumo’ que, por sua vez, contaminavam a produção dos tubos brancos de PVC. Logo, a Cipla abarcou a produção das mangueiras de polietileno.

Gráfico 1 - Número de trabalhadores no segmento joinvilense de materiais plásticos para a construção civil (empresas selecionadas) 1960-2002



Fonte: Goularti (2002, p. 481)

Relevando as fases pertinentes à origem e evolução da indústria joinvilense de transformação de plásticos (origem - 1941-53; expansão - 1954-68; consolidação -1969-79; reestruturação - 1980-2002), notemos que as empresas selecionadas atingiram a dimensão industrial de grande porte (500 funcionários ou mais) em distintas fases da periodização supramencionada. A Tigre, na fase de expansão, a Cipla, na fase de consolidação e a Akros na fase de reestruturação.

Ainda nos pautando por tal periodização, verificamos que, a Cipla triplicou o número de funcionários, enquanto a Tigre setuplicou, na fase de consolidação; portanto, uma conquista realizada no período que abarca a gestão Médici (1969-74) e Geisel (1974-79) no Governo Brasileiro. Assim sendo, na fase de consolidação, a Tigre e a Cipla, ambas pertencentes à família Hansen, favorecidas pela política industrial desenvolvimentista, foram partícipes de uma agressiva política de verticalização (bens de produção, transporte, matéria-prima), de diversificação (tanques para indústrias

químicas e usinas de álcool, chaminés antipoluentes, silos para agricultura, telhas, tubos para a petroquímica, perfis plásticos, materiais de segurança contra o fogo etc), de ampliação da produção local (Tigrefibra, Profiplast etc) e descentralização produtiva (Bahia, São Paulo e Paraguai), empreendida pelos Hansen, repercutindo em significativo aumento do número de funcionários.

Por sua vez, a Akros, que atingiu o *status* de grande empresa em meados da década de 1980, triplicou seu quadro funcional apenas no primeiro lustro do século XXI, à época, já pertencendo à Amanco (grupo suíço), numa trajetória que praticamente abarcou todo o período da Nova República, relativa à gestão Sarney (1985-90), Collor de Mello (1990-92), Itamar Franco (1993-94) e às gestões de FHC (1995-2002). Em resumo, o processo de crescimento da capacidade produtiva e da produção na Akros não se fez acompanhar da ampliação substancial do número de funcionários, que mesmo apresentando um viés de crescimento constante, foi extremamente diminuto se comparado ao auferido pela Tigre e Cipla na década de 1970, em plena crise do petróleo; mesmo relevando os efeitos produtivos da nova condição tecnológica

estabelecida no setor na fase de reestruturação¹. Diga-se de passagem, crescimento do quadro funcional da Tigre e Cipla jamais visto em outra empresa, seja no segmento de

materiais de construção, ou em outro segmento que compõe o setor joinvilense de transformação de plásticos.

Convém realçar que, na fase de reestruturação, o quadro de pessoal da Tigre e da Cipla alternou momentos de acréscimo e decréscimo de trabalhadores, em consonância com o movimento de adequação das empresas ao contexto macro e microeconômico.²

¹ Em entrevista à Revista Rumos do Desenvolvimento (1998, p. 35), O Diretor Presidente da Tigre, Amaury Olsen, indagado se a “mão-de-obra barata não é um fator atrasado, que tende a extinguir-se como vantagem diante da revolução tecnológica?” respondeu: “Ainda não. Vai demorar algum tempo até que esse ciclo se feche, num mundo com desenvolvimento desigual. Às vezes, aqui, é necessário tomar decisões sobre que equipamentos adquirir. Alguns custam entre US\$ 100 mil e US\$ 150 mil, e poderiam eliminar um, dois ou três empregados. Quando se faz o cálculo na Europa ou nos EUA, vale a pena, porque, lá, o trabalhador custa entre US\$ 2.000 e US\$ 3.000 ao mês. No Brasil, ele ainda custa entre US\$ 500 e US\$ 600. Então, acho que teremos, por algum tempo, a oportunidade de aproveitar aquilo que é intensivo em mão-de-obra.”

² A cisão do Grupo Tigre foi instaurada com a partilha de bens entre os três filhos do fundador da Tigre, João Hansen Júnior (João Hansen Neto, Carlos Roberto Hansen e

Até a instalação do processo de cisão do Grupo Hansen, em 1988, ambas as empresas buscaram a racionalização industrial com redução de custos. Destaca-se o enxugamento gradual do quadro funcional, combinado a uma rigorosa política de profissionalização dos funcionários¹, havendo o aumento da produtividade e produção. Na Tigre, houve resultados mais expressivos, essencialmente devido ao grau diminuto de obsolescência das máquinas e equipamentos, se comparado ao verificado na Cipla.

Com a instalação da cisão, a Tigre e a Cipla passaram a seguir uma trajetória independente, com reflexos distintos quanto ao quadro de pessoal. A primeira, comandada pela família Hansen e a segunda, pela família Batschauer.

No final dos anos de 1980, os Batschauer apostaram no processo de divisão das atividades operacionais da Cipla em unidades de negócios específicas (utilidades domésticas, materiais de construção, tubos e mangueiras flexíveis e produtos especiais), formando empresas juridicamente independentes, responsáveis por seus lucros operacionais, gerenciamento do quadro de pessoal, do parque de máquinas etc. Além disso, apostaram na centralização do capital, aquisições e associações para expansão dos negócios da CHB S.A. (*holding* corporativa criada em 1988) que, à época, se dividia em seis *holdings* setoriais, dentre as quais, a HB Consumo S.A. (Cipla: Material de Construção; Produtos do Lar; Tubos, Mangueiras e Flexíveis; Tintas) e a HB Industrial S.A. (Brakofix, Interfibra, Profiplast, Poliex, Glycerin e Flaskô).

Eliseth Hansen Batschauer), em 1988. Fato que resultou em conflitos entre os herdeiros após a morte de Carlos Roberto Hansen num acidente aéreo na Colômbia, em 1994; sucessor ungido por João Hansen Júnior para administrar o grupo empresarial. Situação agravada em razão do desaparecimento do próprio fundador em 1995. No processo de partilha, a Cipla, Tigrefibra, Profiplast e Hansen Agropecuária, deixaram de integrar os negócios do Grupo Tigre, passando aos cuidados de Eliseth Hansen Batschauer e Luis Batschauer, que assim criaram a Corporação HB (CHB).

¹ Segundo Assis (1997, p. 95 e 96), *“a partir dos anos 80, atenta à necessidade de constante reciclagem intelectual, o grupo estabeleceu contato com a Universidade de São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Dom Cabral (Belo Horizonte), com o objetivo de se criar programas de treinamento para todos os níveis gerenciais. Como parte dessa iniciativa, os colaboradores da Tigre realizavam freqüentes viagens a outros estados e ao exterior, onde faziam estágios em empresas e visitavam grandes feiras voltadas para o setor de plásticos.(...) Acompanhando a gradativa modernização do grupo, esse trabalho, iniciado com as chefias e gerências, estendeu-se a todos os níveis*

funcionais das diversas unidades. Era fundamental conseguir a harmonia entre todos os setores – e seria essa a verdadeira força da empresa para manter-se sintonizada com o mercado.”

Tem-se aqui a estruturação de uma gigantesca organização, composta por 39 empresas, que gradualmente ruiria feito um “castelo de cartas” frente ao contexto de crise relativo à fase de reestruturação, crise esta exacerbada a partir da administração Collor de Mello (1990-92)¹. Período no qual a CHB sofreu queda no faturamento (Tabela 1), vindo a instalar um programa emergencial de contenção de despesas, imediatamente gerando cortes no quadro de pessoal (gráfico 2/tabela 2).

Ainda assim, a família Batschauer esboçava o interesse em aprofundar o processo de expansão/descentralização e divisão das unidades de negócio. Contudo, diante da exacerbção da crise, restou, enquanto alternativa, justamente o inverso das pretensões dos Batschauer.

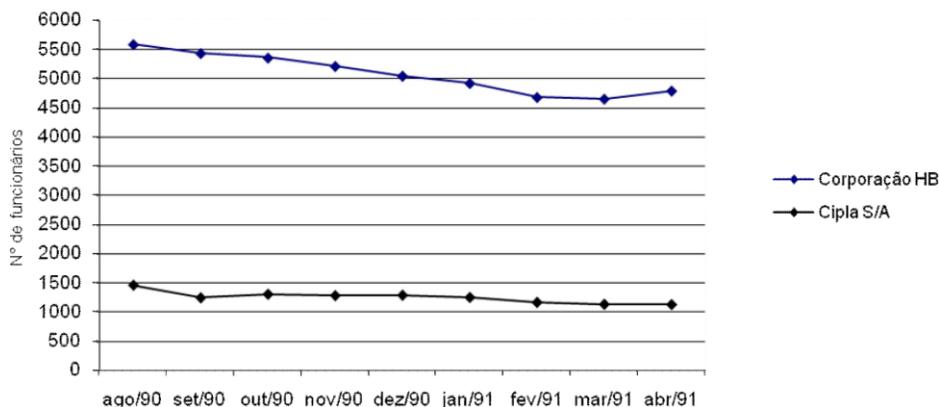
¹ Segundo Resende Filho (2002, p. 184 a 186), a administração Collor de Mello buscou executar um radical plano de estabilização econômica (Plano Collor), logo, “produzir um brutal choque deflacionário, que reduzisse drasticamente a liquidez da economia durante os dezoito meses seguintes, período durante o qual teria início um amplo programa de privatização das empresas estatais e de abertura do mercado brasileiro mediante a liberação generalizada de importações.” Na prática, se forjou um forte impacto recessivo sobre a economia visando a redução dos índices inflacionários. Malsinada prática que, na verdade, conspirava em favor do aumento da inflação a duras penas, como o desmantelamento do aparelho de reserva de mercado. Rangel (1985, p. 41 a 51), cobrindo o período entre 1958 e 1983, demonstrou que a diminuição da atividade industrial leva a exacerbção do quadro inflacionário, justamente o contrário do que almejava a equipe econômica do Governo Collor de Mello.

Tabela 1 - Faturamento da HB Consumo e HB Industrial (1989 e 1990)

Holding/Empresa	Em milhares de US\$		Em toneladas	
	1989	1990	1989	1990
HB Consumo				
Cipla MC	41.939	40.245	3.700	2.737
Cipla LAR	27.058	21.256	3.951	2.995
Cipla TMF	14.762	11.733	2.886	2.432
Cipla Tintas	2.848	5.322	--	--
Total	86.607	78.556	10.537	8.164
HB Industrial				
Brakofix	35.470	33.409	3.101	2.669
Interfibra	20.711	15.894	1.633	1.501
Profiplast	11.553	12.696	2.037	1.954
Poliex	1.879	2.800	52	80
Glycerin	816	1.268	224	308
Flaskô	10.444	9.941	2.427	2.414
Total	80.873	76.008	9.474	8.926
Total das holdings	167.480	154.564	20.011	17.090

Fonte: Cipla S.A

Gráfico 2 - Quadro de pessoal da CBH e Cipla (ago/1990 - abr/1991)



Fonte: Cipla S.A.

**Tabela 2 - Composição por área do quadro de pessoal da CHB e Cipla
(ago/1990 – abr/1991)**

	Nº de funcionários		Variação (%)
	Ago/90	Abr/91	
Corporação HB			
Produção	3.456	3.006	- 13,02%
Administração	1.330	1.173	- 11,80%
Vendas	796	607	- 23,74%
Total	5.582	4.786	- 14,26%

Cipla S.A.

Produção	842	665	- 21,02%
Administração	252	197	- 21,83%
Vendas	362	269	- 25,69%
Total	1.456	1.131	- 22,32%

Fonte: Cipla S.A.

Em contrapartida, a Tigre agressivamente buscou enxugar sua estrutura operacional no Brasil; basta lembrar da instituição do processo de desverticalização ocorrido na década de 1990, contrastando com a atuação expansiva no exterior¹.

Para infelicidade geral da nação, os equivocados planos de desenvolvimento econômico estabelecidos ao longo da Nova República, perniciosos quanto ao papel desenvolvimentista do Estado na promoção da atividade industrial, priorizaram a estabilidade macroeconômica e o fim da reserva de mercado.

O resgate da CHB no período estava fadado ao fracasso. Nem mesmo o drástico rol de medidas (quadro 2) implantadas a partir de 1991 surtiu o efeito desejado, conforme denuncia a redução constante do faturamento que passou de US\$ 154 milhões (1990) para 113 milhões

¹ É oportuno aqui sublinhar que o porte econômico da Tigre permite a captação de dinheiro barato no exterior, a juros 100% inferiores aos cobrados no Brasil, onde o dinheiro fica aplicado, sendo remunerado em mais de 15%. Nesse procedimento financeiro, o risco cambial envolto a uma desvalorização do real que, por sua vez, favorece as exportações de conexões da Tigre, é minimizado através da aplicação de parte do dinheiro obtido em dólar (*hedge*). Esse tipo de iniciativa permite a venda dos produtos Tigre a juros subsidiados, ou seja, os resultados das aplicações financeiras da Tigre são repassados aos clientes (Revista Rumos do Desenvolvimento, 1998, p. 32 a 35).

(1991) e de 87 milhões (1992) para 81 milhões (1993). Houve sucessivos cortes de pessoal (tabela 3)

entre 1992 e 1993, que representou a redução de mais de 1,2 mil funcionários, ou seja, um corte de 36%, sem graves prejuízos à

Objetivos da reestruturação				
* Concentração em negócios rentáveis e de origem da empresa;				
* Saneamento financeiro;				
* Redução de custos e despesas;				
* Maior agilidade de decisão;				
* Maior penetração de mercado;				
* Controle operacional mais eficaz.				
A				
Estrutura	Industrial	Comercial	Adm./Financeira	Reest. de capital
* Redução da estrutura empresarial;	* Desativação de plantas fabris;	* Fortalecimento da especialização por mercado;	* Centralização de todas as decisões de ordem administrativa e financeira em Joinville- SC, sob um único comando;	* Desmobilização de ativos;
* Fusão de empresas com atividades afins;	* Unificação das plantas fabris, buscando racionalidade e sinergias, com centralização em Joinville-SC e Sumaré-SP;	* Redução da estrutura da área comercial, com ênfase nos custos fixos;	* Implantação de um sistema eficaz de controle das operações;	* Participação de credores no capital da empresa;
* Compactação do corpo executivo;	* Liberalização de imóveis para compra e venda;	* Centralização de áreas afins sob um único comando;		* Alongamento do perfil da dívida;
* Redução de níveis hierárquicos;				
Benefícios				
* <u>Redução de estoques:</u> a nova política de estoques reduzidos (Kanban) proporcionou menores investimentos em capital de giro;		* <u>Redução de pessoal:</u> redução de 1.234 colaboradores entre jan/92 e dez/93, sem prejuízos significativos na atividade operacional das empresas;		* <u>Recuperação do preço médio:</u> a revisão da rentabilidade das linhas de produtos permitiu uma recuperação do preço médio da empresa e sua margem

atividade operacional pertinente à conjuntura de retração econômica vivenciada, considerando o funcionamento ritmado por relevante capacidade ociosa.

Quadro 2 - Medidas de Reestruturação empresarial da Corporação HB instituídas em de 1991. Fonte: Cipla

Tabela 3 – Redução de pessoal na CBH entre jan/1992 e dez/1993

Nº de funcionários

Área	jan/92	jul/93	Dez/93
Produção	2.263	1.582	1.445
Administração	496	353	294
Comercial	594	417	380
Total	3.353	2.352	2.119

Fonte: Cipla.

De acordo com Dieese (1997, p. 76), referindo-se à crise enfrentada pela CHB, *“as respostas quando implementadas foram extremamente duras para os trabalhadores. Configurou-se uma estratégia constituída de: 1) fechamento de 5 fábricas; 2) redução do quadro de pessoal de 5.401 para 1.711 trabalhadores; 3) diminuição de 215 para 51 chefes, além de diretores e gerentes; 4) redução dos níveis hierárquicos de 7 para 3; 5) terceirização da área comercial, com queda de 450 para*

180 vendedores; 6) a informatização da área de vendas reduziu de 222 para 33 vendedores; e 7) uma centralização administrativa.”

Ao final, a CHB não conseguiu superar suas debilidades, restando aos trabalhadores lutar contra tudo e todos em favor da manutenção de seus empregos. Por certo, para a burguesia joinvilense algo inusitado, uma das mais tradicionais e reverenciadas empresas do Brasil sob o controle dos trabalhadores, não bastasse, estando às paredes das instalações da atual administração abrilhantadas por quadros com figuras de Lênin e Trotsky.

Mas, diante dos fatos, naturalmente a burguesia não vem se postando de forma atônita, conflitos e contradições estão na ordem do dia. Tampouco reina um ambiente de coesão entre os trabalhadores, pois a luta pela manutenção dos empregos esbarra na necessidade da conquista de uma feição competitiva ótima pela empresa, o que pode significar em médio prazo, mais cortes no quadro de pessoal se a Cipla não reverter as enormes dificuldades para incrementar a produção com a introdução de novas tecnologias.

Como afirma Helmutt Heinz, funcionário da Cipla: *“como sempre trabalhei em indústria, não posso crer que uma empresa sobreviva sem tecnologia”*. E continua: *“todos os setores deveriam ser mais enxutos, todos, todos, porque eu não posso concordar com o faturamento que temos frente ao mundo de gente que temos. Nós não sobreviveremos assim, nenhuma empresa sobrevive assim: dois milhões de reais ao mês com 650*

peçoas; estamos mortos! Isto nós temos que fazer com 200 peçoas. Agora, sou contrário à demissão. Eu sou favorável à renovação do parque e aumento da produção e produtividade.”¹

Diga-se de passagem, antes de ser controlada pelos trabalhadores, no âmbito produtivo, as tentativas de reorganização, racionalização e modernização do parque fabril, verificadas na instalação do kanban, kaisen, células de produção e terceirização, padeceram frente à falta de investimentos em bens de capital e ao processo de divisão da Cipla em empresas independentes.

Restou aos trabalhadores a retomada da produção em condições precárias, a começar pela remoção de 16 toneladas de ferro velho espalhadas por toda a fábrica. Logo, do estabelecimento industrial arrasado, que retratava fielmente a ingerência administrativa, consubstanciada a reinante crise do Estado brasileiro nas duas últimas

décadas do século XX, emergiu as soluções a curto e médio prazo, visando o ordenamento do trabalho e da produção, concebidas e conduzidas pelos trabalhadores.

Orientados pelo Projeto “Desperdício Zero”, conseguiram reduzir significativamente o consumo mensal de energia elétrica (de 2.500 kw para 1.350 kw) e o índice de refugo (de 38% do total produzido para 9,8%). Com o Projeto de Melhorias Contínuas, realizaram inúmeras alterações no *lay-out* da fábrica², bem como intensificaram o processo de melhorias na área de produção (quadro de acompanhamento diário da produção, indicando os percentuais de eficiência média, tonelada produzida, tonelada de refugo, *set up* etc; identificação de moldes por meio de pintura em cores; reforma de máquinas etc), além da promoção de

¹ Informações extraídas de entrevista direta com Helmutt Heinz, Supervisor de Produção da Cipla, Joinville, junho de 2004

² Dentre as alterações podemos citar: a criação da praça da mão-de-obra (espaço de integração entre os diversos setores, onde o trabalhador após realizar suas atividades programadas aguarda o chamado de um setor com carências emergenciais de mão-de-obra, portanto reduzindo o tempo ocioso); a limpeza e reorganização do supermercado de componentes (sifões, bóias para caixa de descarga, torneira bóia etc), através do kanban visual; a mudança dos setores de manutenção mecânica, elétrica e eletrônica para um espaço mais amplo, que disponibiliza a estocagem mínima de peças de reposição; a pintura e ampliação do espaço da ferramentaria; a centralização do armazém de matéria-prima e semi-acabados nas instalações da fábrica; a construção de salas para gerência industrial, supervisão e PCP etc.

constantes treinamentos internos, objetivando minimizar os efeitos da saída de antigos funcionários em virtude da crise enfrentada pela Cipla, notadamente do setor de cromagem.

A nova administração realizou também estudos para modernização de máquinas e equipamentos e para implantação de uma fábrica de conexões de PVC, aproveitando o maquinário ocioso, a ser gradualmente substituído.¹

Frente ao desafio da empresa, relevemos a força da marca Cipla, por certo, um patrimônio almejado pelos Batschauer para ser posto em negociação.

Cabe realçar que, a crise que impôs o desemprego, igualmente instigou as iniciativas empreendedoras de instalação de micro e pequenas empresas por parte de funcionários com experiência no setor, muitos dos quais saídos das empresas líderes. Fator que contribuiu para o equilíbrio do número total de trabalhadores do setor em Joinville, após a redução no cômputo geral da indústria local de 1,2 mil trabalhadores, registrada no segundo lustro da década de 1980 (gráfico 3). Ressalvemos, iniciativas concretizadas num ambiente político e econômico nacional desfavorável, caracterizado pela reestruturação da petroquímica brasileira, marcada pelo processo de desestatização e um desfavorável ambiente macroeconômico, que resultou em retração do crédito, elevadas taxas de juros, ampliação dos processos de terceirização, diminuição dos postos de trabalho, fusões e aquisições etc.

Gráfico 4 - Surgimento das principais empresas joinvillenses de transformação de plásticos (por década/dimensão industrial)

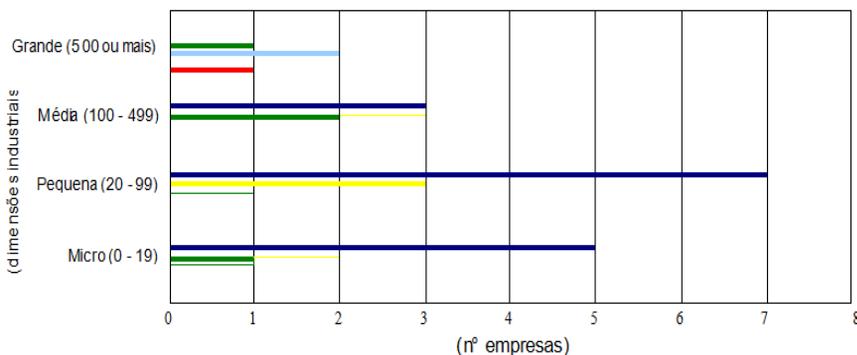
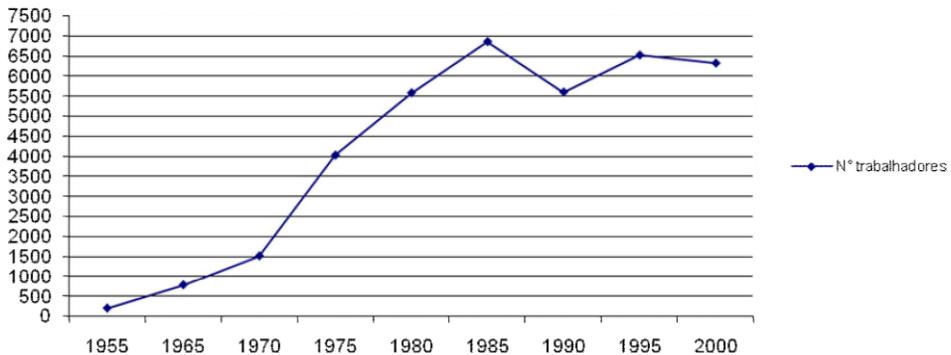


Gráfico 3 - Número de trabalhadores do setor de materiais plásticos de Joinville (1955 - 2000)

¹ Informações extraídas de entrevista direta com Gilberto Fernandes, Gerente Industrial da Cipla, Joinville, junho de 2004.



Fonte: Goularti Filho (2002, p. 387).

À exceção das empresas de grande porte (500 ou mais funcionários), surgidas nas fases de origem, expansão e consolidação da indústria joinvilense de transformação de plásticos, a maioria das empresas que compõe o setor municipal surgiram na década de 1990 (gráfico 4). Fato atestado na mudança da estrutura do complexo industrial de Joinville, em que o setor de transformação de plásticos saltou de uma participação de

17% do parque industrial municipal em 1990, para 28,3% em 2000, sendo depois do setor mecânico o mais importante do complexo industrial joinvilense.¹ Surgimento atrelado essencialmente às grandes empresas, sendo a Tigre partícipe na criação de empresas desde a década de 1960, portanto, enquadrada como “*empresa-mãe*”.

No segmento de materiais plásticos para construção civil são exatamente as grandes empresas, Tigre, Amanco (Akros) e CHB (Cipla), que fazem exceção ao *tipo simples de relação empresa-estabelecimento*. Tais negócios configurados por um único estabelecimento são preponderantes no setor joinvilense de transformação de plásticos, instituídos fundamentalmente pela iniciativa de capitais locais, seja por intermédio de uma ou mais famílias (Viqua, Plasbohn, Plasticoville etc), ou ainda através da formação de sociedades (Krona, Mantac, CEB, Suprafirst etc), em que são comuns as reformulações societárias.

II

¹ Dados fornecidos pela Assessoria em Dados Estatísticos e Econômicos da ACIJ e Departamento de Economia da UNIVILLE.

A iminência do fechamento das fábricas da CHB, em 2002, devido à exacerbação da crise alojada na corporação desde o Governo Collor de Mello, fez com que os trabalhadores, em defesa de seus empregos, assumissem a gestão dos negócios da Cipla e Interfibra no dia 1º de novembro de 2002. Processo que contou com a decisiva participação de militantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do PT (Partido dos Trabalhadores), notadamente da Ala do Trabalho, e lideranças sindicais.¹

Mas para a compreensão do acontecimento apontado, devemos retroagir ao primeiro mês do referido ano, visando esboçar a situação de penúria vivenciada pelos trabalhadores da CHB e o início de sua luta. Em janeiro de 2002, a crise que acometeu a CHB se apresentava numa nova roupagem aos trabalhadores, agora por meio do pagamento irregular dos salários. À época, os trabalhadores passaram a receber semanalmente uma parcela de trinta reais, indigesta quantia ante a já baixa média salarial de 500 reais mensais, que se reverteu no acirramento da crise entre patrões e empregados e igualmente em severa crise no seio familiar de centenas de funcionários. Como os trabalhadores retratam tal episódio: *“trabalhava-se vendendo o almoço para comer a janta”*.²

A primeira resposta dos trabalhadores à indigna condição de trabalho e de sobrevivência, afligida pelo pagamento irregular dos salários, se deu através de uma paralisação de 24 horas em prol da resolução imediata da questão salarial, efetivada em janeiro de 2002 por mais de 500 trabalhadores da Cipla. Porém, a represália veio sob a forma de demissões, 140 trabalhadores perderam seus empregos. E mais, agravando a situação dos trabalhadores descobriu-se que o FGTS vinha sendo sonogado pela CHB há mais de 10 anos, enfim, que todos os direitos trabalhistas foram usurpados pela família Batschauer, por certo, em consonância com o descaso ou a anuência do Estado.³ Estava decretado o início da luta entre empregados e patrões que repercutiu no controle de empresas da CHB pelos trabalhadores.

¹ A respeito, convém consultar Nascimento (2004): *“Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada”*.

² Entrevistas realizadas com trabalhadores da Cipla, Joinville, junho de 2004.

³ Após assumirem o controle da Cipla e Interfibra, os trabalhadores investigaram a situação econômico-financeira das empresas integrantes da CHB e concluíram que o débito beirava os 500 milhões de reais, 85% deste montante representando dívidas com o governo federal, estadual e municipal.

Entre janeiro e outubro de 2002, mês marcado pela ocorrência da greve que levou os trabalhadores a deter o controle da Cipla e Interfibra, prevaleceu o conflito velado entre patrões e empregados, os primeiros através da exaltação de falsas promessas de resolução da problemática vivida pelos trabalhadores, bem como cerceando a mobilização e a organização destes, alardeando possíveis demissões, enquanto os empregados receosos realizavam protestos isolados, como a sabotagem de máquinas e equipamentos.

Lembremos aqui as mazelas enfrentadas no período pelos trabalhadores: ampliação das dívidas, fome, conflitos domésticos, desmotivação para o trabalho e para a vida, enfim, incluindo, infelizmente, o suicídio de um trabalhador. Vale o relato de um empregado: *“teve gente aqui que se suicidou, teve gente que foi despejado, água, luz... tudo cortado. Como que iam pagar? Teve funcionário que trouxe filho, mulher... para almoçar aqui, porque não tinham o que comer em casa. O ano passado [2002] nós tínhamos 150 funcionários encostados no INSS, com depressão, doente...”*¹

Neste contexto, destaquemos a atitude de Marciel Vieira de Oliveira, funcionário da Cipla, que ao ser demitido sem justa causa, em setembro de 2002, resolveu protestar, vestido de palhaço, na porta da Cipla, gritou a todos que os trabalhadores eram bobos, pois trabalhavam de graça, instigando-os a lutar por seus direitos, por um tratamento digno.

Diante da insustentável situação, restava como único recurso à mobilização combinada à organização dos trabalhadores, portanto, o estabelecimento de uma ampla articulação entre os empregados da CHB e destes com os demais segmentos da sociedade, visando à conscientização e sensibilização dos atores sociais para ao final resgatar de seu martírio os trabalhadores capturados pela ingerência privada e pública. Contudo, como trabalhadores não afeitos à luta de classes conseguiriam se mobilizar organizadamente para um derradeiro acerto de contas com os patrões?

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, à época, enfrentava as seqüelas derivadas do envolvimento de membros da gestão 2000 – 2004 em atos de corrupção, o que levou a destituição, efetivada por membros da própria gestão, de parte da diretoria do Sindicato, literalmente levada a cabo por provas coletadas com o uso dos mais diferentes expedientes, a exemplo da colocação de escutas no Sindicato. Logo, ficava patente o descrédito dos trabalhadores

¹ Entrevista realizada na Cipla, Joinville, agosto de 2003.

quanto às atividades do Sindicato dos Trabalhadores, bem como a idoneidade de seus diretores. No ensejo, citemos Adilton C. Aguiar, Presidente do Sindicato: *“hoje não adianta bater de frente, com carro de som na frente da empresa, não adianta, a solução é negociar”*¹; postura da direção adotada na resolução do caso Cipla.

Em contrapartida, outros atores passaram a fazer parte da cena no caso em apreço, tratava-se sobretudo de militantes da CUT, da qual o sindicato dos trabalhadores não é afiliado, e do PT, que comungavam de uma postura contrária à adotada pelo Sindicato dos Trabalhadores. Assim, justamente com um carro de som na porta da Cipla, em 19 de setembro de 2002, buscaram mobilizar os trabalhadores em favor do emprego e da luta pelos direitos trabalhistas, dando continuidade ao processo de luta dos trabalhadores, iniciado desorganizadamente em janeiro de 2002.

Insatisfeitos e pressionados, os trabalhadores receberam com gratidão a adesão da CUT e do PT a sua causa, que foi seguida do movimento estudantil, Ministério Público Estadual e Federal, Delegacia Regional do Trabalho, Câmara de Vereadores de Joinville etc. Ressalta-se, fatos ocorridos numa conjuntura de eleições presidenciais, em que o candidato do PT, Lula, ex-operário, liderava as pesquisas eleitorais, desta vez com reais chances de se tornar Presidente do Brasil, como de fato aconteceu. Havia esperança.

Como desdobramento da mobilização, após sucessivas reuniões, assembléias e manifestações, em 24 de outubro de 2002, às cinco horas da manhã², teve início a greve dos trabalhadores, que perdurou por oito dias, num ambiente marcado pela violência policial e de “seguranças” contratados pelos patrões, mas também pela resistência dos trabalhadores. Ao final, os trabalhadores conquistaram a condição de controladores da Cipla e Interfibra (CHB), já que a família Batschauer não dispunha de recursos financeiros para estancar o rombo no caixa da CHB, fruto de uma gestão confusa, realizada em estabelecimentos industriais tradicionais,

¹ Entrevista direta realizada com Adilton C. Aguiar, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, Joinville, agosto de 2003.

² No dia 23 de outubro de 2002, uma comitiva composta por 80 trabalhadores entregou ao candidato Lula, em seu último comício antes do segundo turno das eleições, realizado em Florianópolis, uma carta relatando o caso das empresas da CHB, solicitando apoio e providências. Havia um clima, notadamente no PT estadual, de preocupação e aversão à realização da greve antes do segundo turno das eleições; já deliberada em assembléia dias antes no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville.

como a Cipla, mas também desgastados pelo nível de obsolescência de máquinas e equipamentos, instalações etc, carente de uma reestruturação que jamais aconteceu. Na verdade, a família Hansen repassou tal compromisso a outrem, com a partilha de bens.

Diga-se de passagem, que ao assumirem o controle das fábricas os trabalhadores abriram também o precedente para criação de um movimento nacional em defesa do emprego através da ocupação de fábricas quebradas, a exemplo do ocorrido na Argentina em 2001.¹ Situação que ainda fomentou conflitos entre os próprios trabalhadores (grevistas versus não-grevistas; sindicato dos trabalhadores contra a administração dos trabalhadores na Cipla e Interfibra; adeptos da transformação das fábricas em cooperativas contra os da estatização; rivalidade entre o segmento produtivo e o administrativo) e o agravamento destes com os antigos patrões, desmoralizados entre seus pares na burguesia local, sobretudo entre os grandes empresários do setor, que passaram a conviver com situações das mais inesperadas, a exemplo da postura diferenciada da Cipla em relação aos reajustes salariais, sempre se posicionando em favor de índices superiores aos defendidos pela Tigre e Amanco.

Segundo Carlos Castro², que juntamente com Serge Goulart³ e Francisco Lessa⁴ encabeçou o processo de mobilização e organização dos trabalhadores: *“assumir as empresas não foi algo premeditado. A luta limitava-se inicialmente ao pagamento dos salários atrasados e o*

¹ Lançado o embrião, o caso Cipla, novas ocupações aconteceram, a exemplo da JB Costa, em Recife- PE, da Flaskô, em Sumaré-SP (junho de 2003), pertencente à CHB, bem como foram estabelecidos acirrados conflitos na Flakepet, em Itapevi-SP, na Parmalat, em Garanhuns e na Braspérola, em Pernambuco. Tal processo contou com a intervenção de lideranças da Cipla, além de recursos financeiros oriundos da Associação Ferreirinha, criada nesta empresa por seus novos controladores, que a partir de contribuições voluntárias dos trabalhadores financia parcialmente o movimento.

² Carlos Castro é formado em jornalismo, em Joinville, e dedica-se há mais de uma década à atividade de radialista. À época, participava da direção do PT local e coordenava o conselho político do vereador de Joinville, Adilson Mariano, que denunciou o caso da CHB aos demais parlamentares locais, buscando a adesão da Câmara dos Vereadores à luta dos trabalhadores. Castro, ainda acumulava a função de vice- presidente da UCE na região.

³ Serge Goulart é membro da direção estadual do PT catarinense, estando entre os principais mentores da luta pela tomada de fábricas quebradas e de sua estatização, bem como pela articulação/unificação da luta dos trabalhadores do campo e da cidade, que ganhou abrangência nacional com a realização em Joinville, no mês de outubro de 2003, da Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril Brasileiro.

⁴ Francisco Lessa é advogado dos trabalhadores.

*estabelecimento de um cronograma de pagamento dos direitos, fundo de garantia, férias, 13º salário... Nunca que nós íamos sonhar que ficaríamos com as empresas nas mãos. Nunca!*¹ Um trabalhador da Cipla comentando tal situação brincou: *“trata-se do sítio administrado pelos bichos”*.²

Assim, tomadas às fábricas das mãos dos patrões, cabia administrá-las com maestria, pois se tratavam de fábricas quebradas, num contexto de imposição do desafio de salvar 1070 empregos na Cipla, Interfibra e Flaskô. Mas de que forma? Formando uma cooperativa? Estatizando? As alternativas foram debatidas desde novembro de 2002 pelos trabalhadores, obtendo a estatização uma maior aceitação, relevando tratar-se de empresas que disponibilizam produtos para a Petrobrás e para a construção civil, podendo cumprir importante papel social, mas acima de tudo, considerando o aporte de investimentos necessários para salvar as empresas da bancarrota e, por conseguinte os empregos.³

¹ Informações extraídas de entrevista direta com Carlos Castro, membro do Conselho Administrativo Unificado, Cipla, Joinville, junho de 2004.

² Entrevista realizada na Cipla, Joinville, junho de 2004

³ Em relação à campanha em favor da estatização, Carlos Castro teceu o seguinte comentário: *“nós não somos um bando de doidos que só quer estatização. Porque não é isso. Estatização é uma palavra de ordem. É outra coisa. Nossa proposta estratégica é a garantia dos postos de trabalho. Disso nós não abrimos mão. Estatização se tivermos que abrir mão, tudo bem, desde que o Governo apresente a melhor solução que garanta todos os postos de trabalho; não vir aqui e reduzir a metade. Qual é o objetivo verdadeiramente revolucionário? Qualquer objetivo que atinja a manutenção e criação de empregos, com carteira assinada, com todos os direitos, de forma duradoura, com segurança de não enxugamento... É isso o que importa. Muito mais do que ficar enlouquecido numa palavra de ordem. E desde o começo a gente diz não é a condição sine qua non. É a nossa proposta. É aquilo que vemos como ideal. O movimento sindical tem que defender essa posição, o PT tem que defender essa posição. O povo elegeu o Lula pelo projeto político, não para manter o que estava aí.”* (Informações extraídas de entrevista direta com Carlos Castro, membro do Conselho Administrativo Unificado, Cipla, Joinville, junho de 2004). Agreguemos aqui, a posição de Serge Goulart quanto à perspectiva de criação de uma cooperativa: *“no caso da Cipla e Interfibra não é possível mesmo que quiséssemos, pois está tudo penhorado, leiloado, etc. Além disso, há um débito trabalhista e previdenciário que nós queremos receber um dia. A cooperativa é um acordo entre os trabalhadores que frente à falência da empresa se apossam dos meios de produção e passam a produzir em uma nova empresa. Eles passarão assim a estar regidos pela Lei das Cooperativas. Esta lei garante que não há vínculos trabalhistas entre os trabalhadores e a cooperativa, ou seja, não há encargos sociais e nenhum direito trabalhista. Ao criar uma cooperativa os trabalhadores passam a ser proprietários, sócios, de uma nova empresa onde os trabalhadores explorados são eles próprios. As cooperativas mais organizadas, se conseguem sobreviver, chegam a separar parcela dos lucros para pagar bônus como se fosse 13º, férias, etc. Mas a questão central para as cooperativas é sempre a mesma que põe em crise as empresas no capitalismo. Empresas quebram e desaparecem todos os dias, frente à concorrência ou a força dos monopólios das multinacionais. Para evitar a quebra o caminho é abaixar o custo da produção*

Frente ao clima de indefinições, os trabalhadores buscaram reaver o sucesso auferido em outros tempos por estas indústrias, só que agora sem crédito e sem contar com a confiabilidade dos consumidores e fornecedores, além de sofrer pesada concorrência. E o pior, tendo que travar uma batalha diuturna no campo jurídico (bens penhorados, definição legal de propriedade das empresas, negociação de dívidas com o Estado etc) e no campo político (criação dos fóruns de defesa dos empregos da Cipla e Interfibra na Câmara de Vereadores de Joinville e Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiências com políticos no âmbito local, estadual e federal etc).

E aqui, indiferente à escolha de um dos caminhos acima retratados, se apresenta uma dúvida ainda maior: como concretizar tal façanha – salvar mais de 1000 empregos - numa conjuntura macroeconômica desfavorável.

Nestes termos, avaliemos a situação da Cipla. Para Alexandre Mallon, à época Assessor Comercial da empresa, *“o futuro é nebuloso”*; e continua: *“se não houver investimentos a situação em longo prazo tende a ruir. Vai chegar uma hora que a empresa não vai conseguir competir com os grandes, às máquinas vão ficando ainda mais sucateadas, os produtos obsoletos, dificuldade em bater preço, enfim, um efeito em cadeia causado pela falta de investimento. Só tem uma forma de resolver isso. É tendo mais dinheiro na empresa para adquirir máquinas novas, comprar ou fabricar por conta própria novos moldes, quando falo novos moldes entenda-se o lançamento de novos produtos, comprar matéria-prima mais barata, enfim, ter condições de concorrer.”*¹

ou aumentar a produtividade. Estes dois caminhos levam ao famoso “enxugamento”, pois aí é o único lugar em que se consegue mexer comprando novas máquinas ou fazendo o trabalhador se matar de tanto trabalhar. O resultado desta lógica infernal é que parte dos trabalhadores acaba tendo que escolher que colega ele vai demitir. Logo, formam-se grupos, as panelinhas que se articulam para “demitir os outros”. Isto inclui eleger os dirigentes da cooperativa para preservar os membros do grupo, etc. (...) E, pior, e mais grave, [as cooperativas] retiram deles [trabalhadores] toda a perspectiva de combate da classe trabalhadora contra a classe capitalista...” Goulart apud Nascimento (2004, p. 123 e 125). Foram recolhidas 70 mil assinaturas, 60 mil em Joinville e 10 mil em outras localidades, em prol do movimento de estatização das empresas da CHB, sendo entregues ao Presidente Lula numa audiência em 11 de junho de 2003. Ao todo, mais de 400 trabalhadores foram a Brasília reivindicar a estatização, mas, por enquanto, a conquista se resume à criação pelo poder executivo de um grupo de trabalho para investigação da situação da CHB e o auxílio necessário para que as fábricas não fechem as portas.

^{1 26} Informações extraídas de entrevista direta com Alexandre Mallon, Assessor Comercial, Cipla, Joinville, junho de 2004.

Afirmação esta compartilhada pelos funcionários, que buscavam a todo custo alavancar as condições produtivas e comerciais da Cipla, ampliar os lucros e concretizar investimentos, como afirmavam: “*empenho e sonhos a serem conquistados não faltam*”. Trajetória que teve início em dezembro de 2002 com recursos provenientes de pagamentos de clientes, cerca de 220 mil reais, e da indenização de 500 mil reais paga à Cipla pela Volvo, em virtude da retirada de seus moldes da empresa joinvilense.

A Volvo abertamente discordou da nova feição administrativa da Cipla.

Novamente os trabalhadores se viram diante de armas de fogo e cassetetes, agora evitando o cumprimento de uma liminar judicial que autorizava a retirada dos moldes da Volvo que estavam na Cipla, para produção de artefatos plásticos para a empresa sueca. Ao evitarem a concretização da liminar, conquistaram no desenrolar do caso a indenização supracitada, fato justificável ao se considerar a organização produtiva empreendida pela Cipla para produzir os artefatos destinados a Volvo, o que significa ter alterado o *layout* da fábrica, adquirido equipamentos etc. De posse deste montante de recursos, a nova administração da Cipla pode pagar parte dos salários atrasados e comprar matéria-prima para tocar a produção, inclusive com a reativação da linha de produtos “mercado de consumo” (materiais de construção) que se encontrava paralisada.

No final de 2002, a Volvo representava cerca de $\frac{1}{4}$ da produção e do faturamento da Cipla, notadamente um parceiro importante nos novos rumos almejados pela administração dos trabalhadores. Mas, sem recursos para aquisição de matérias-primas, enfim, para levar adiante a produção, a causa dos trabalhadores estava fadada ao insucesso. Não apenas a Volvo deixaria de ser cliente Cipla, mas a Mercedes, Agrale etc. Contudo, há males que vem para o bem. A Volvo demonstrando-se irredutível ao aceite da administração dos trabalhadores na Cipla veio a retirar seus moldes desta empresa, indenizando-a para tanto, curiosamente, dispondo os recursos necessários para adiar o fantasma do fechamento da Cipla. Assim sendo, bastou ratificar a continuação dos negócios com os grandes clientes, a exemplo da Mercedes, além de reabrir os negócios no segmento de materiais de construção com o comércio atacadista e varejista, encerrados pela família Batschauer; bastou readequar a unidade produtiva à nova realidade e tentar resistir.

A resistência dos trabalhadores se atrelou a um amplo espaço de debates para gerenciar as mais diversas situações da empresa, folha de pagamento, compra de matérias-primas e peças para máquinas etc,

constituído da Assembléia Geral (definição das linhas gerais de ação), Conselho de Trabalhadores (decisões específicas, essencialmente no campo produtivo) e Conselho Administrativo e Financeiro (determinações gerenciais e políticas para o desenvolvimento de ações). Conforme Alexandre Mallon, *“o entrosamento entre as diversas instâncias hierárquicas na Cipla é crucial para correção da ausência de um planejamento financeiro consistente, inviabilizado pelo fluxo de caixa, as entradas acabam muitas vezes sendo surpreendidas pelas saídas. Eu só vou saber o que será mais urgente no outro dia, pagar uma máquina que estourou, comprar matéria-prima, ou pagar uma determinada ação que vai repercutir em algo maior, em perda maior. Existe uma reunião com representantes de todos os setores para discussão diária do fluxo de caixa, em que são estabelecidas as prioridades do dia. Tudo é feito no momento. A empresa produz conforme a necessidade de momento, compra conforme a necessidade de momento. A falta de recursos aliada a uma imensa dívida herdada, limita os horizontes de ação, não é por falta de instrumentos, conhecimento etc.”*²⁷ Resistência que se atrelou ainda às iniciativas de organização da atividade produtiva, à nova realidade, a exemplo da reconfiguração do *layout* da fábrica, uso de matérias-primas recicladas, redução do refugo, capacitação de funcionários, compra de moldes e reforma de máquinas, redução do consumo de energia elétrica, enfim, ações inscritas no “Programa de Melhorias Contínuas” e “Desperdício Zero”, criados pelos trabalhadores. Além disso, no plano comercial, gradualmente os trabalhadores reconquistaram a confiabilidade quanto aos prazos de entrega, pagamento de fornecedores, eficiência do atendimento e assistência técnica etc. Em suma, os efeitos das ações empreendidas para alavancagem da produção podem ser representados no aumento de itens no portfólio de produtos destinados à construção civil, que passou de 2 itens (janeiro de 2003) para mais de 200 (junho de 2004).

A luta continua, a exemplo da possibilidade levantada por alguns trabalhadores da Cipla de buscar uma parceria estratégica com a estatal petrolífera venezuelana, mas em momento de recrudescimento das disputas jurídicas, que talvez resulte em controle definitivo dos destinos da empresa pelos patrões.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Célia de. *A história da Tigre: a força e o valor de uma marca*. São Paulo: Prêmio, 1997. **DIEESE**. Reestruturação produtiva e emprego na Indústria de Santa Catarina. *Estudo Regional DIEESE*. n. 1. Florianópolis: DIEESE, 1997.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade

Futura, 2002. (Tese de doutorado).

KNIE, Joachim L. W. *Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da*

Babitonga. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

NASCIMENTO, Janaína Quitério do. *Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos*. (Livro-reportagem) 2004.

RANGEL, Ignácio. *Economia milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

REVISTA EXPRESSÃO. Pólos emergentes. *Revista Expressão*. n.110, ano 11. Florianópolis: AZ Comunicações, 2001.

REVISTA RUMOS DO DESENVOLVIMENTO. *A Tigre, o Brasil e a América Latina:*

ampliando conexões. Apesar da crise. In: _____. Rio de Janeiro: ABDE Editorial, nov. 1998. **REZENDE FILHO**, Cyro de Barros. *Economia brasileira contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Manuais).

²⁷ Informações extraídas de entrevista direta com Alexandre Mallon, Assessor Comercial, Cipla, Joinville, junho de 2004.

²⁸ Em junho de 2004, o faturamento da Cipla, pouco inferior a 2 milhões de reais, estava assim dividido: 56% oriundo da linha consumo (materiais de construção) e 44% da linha indústria (Entrevista direta com Alexandre Mallon, Assessor Comercial, Cipla, Joinville, junho de 2004).

**GEOGRAFIA DO CÂNCER:
ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DE NEOPLASIA OCUPACIONAL NA
MACRORREGIONAL DE SAÚDE DO NORTE DO ESTADO DO
PARANÁ, ENTRE 2001 E 2011**

**Naibi Souza Jayme¹
Heitor Matos da Silveira²
José Paulo Peccinini Pinese³**

RESUMO

As Neoplasias são responsáveis por cerca de 13 % de todas as causas de óbito no mundo onde mais de 7 milhões de pessoas morrem anualmente decorrente desta doença. Diante de todos os casos de cânceres cerca de 80% a 90% estão associados a fatores sócio - ambientais denominados de cancerígenos. Estes casos têm aumentado nas últimas décadas e chamado atenção de várias ciências na busca de apontar as causas que respondam o aumento e ocorrência desta doença. Inúmeras são as hipóteses que podem levar as Neoplasias, contudo serão destacadas aquelas que podem estar associadas as causas ocupacionais ou seja, aquelas adquiridas através da exposição dos trabalhadores aos agentes ambientais físicos, químicos e biológicos. Dentro desta perspectiva o presente trabalho tem por objetivo apresentar a espacialização dos casos de Neoplasia Ocupacional na Macrorregional de Saúde do Norte do Estado do Paraná entre o período de 2001 a 2011. Diante da espacialização dos dados foi possível observar que os casos por neoplasia ocupacional não mostraram valores significativos em relação ao padrão mundial e nacional, apresentando pequenas áreas de concentração, em especial nos municípios ao norte da 17ª Regional de Saúde de Londrina.

Palavras Chave: Espacialização. Neoplasia Ocupacional. Regional de Saúde. Norte do Paraná

¹ Geógrafa. Mestre no programa de Pós-Graduação . Geografia Dinâmica e Espaço Ambiental. Universidade Estadual de Londrina. naibisj@gmail.com

² Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina
heitormsilveira@outlook.com

³ Geólogo. Doutor em Geociências (Geoquímica e Geotectônica). Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina. pinese@uel.br

INTRODUÇÃO

Os seres humanos ao longo do seu desenvolvimento estiveram susceptíveis a diversas doenças tidas a princípio como castigos divinos. Com o passar dos anos esta percepção foi mudando junto com o desenvolvimento das ciências, agregando saberes interdisciplinares produzidos pelas ciências biomédicas, Epidemiológica, Geológica e Geográfica na tentativa de compreender as moléstias que assolaram a sociedade em suas diferentes épocas. A busca da correlação destas doenças com o meio ambiente aproximou o conhecimento geográfico aos estudos relacionados a saúde. A Geografia como ciência que estuda o espaço geográfico tem muito a contribuir através da Geografia Médica e Geografia da Saúde, no que tange a espacialização e distribuição geográfica das doenças no espaço.

O espaço como objeto de estudo da Geografia tem ganhado ênfase nos estudos da saúde seja como um simples plano geométrico para disposição dos dados epidemiológicos ou como uma aproximação dos fatores sócioespaciais no que concerne a promoção e proliferação das doenças, bem como, na identificação das áreas de risco e conseqüentemente sua causa e o efeito. A exemplo dessa abordagem toma-se os estudos desenvolvidos por John Snow em meados de 1849, na qual realizou o levantamento e mapeamento dos casos de cólera e das possíveis fontes de contaminação no bairro de Soho em Londres. Tal estudo possibilitou a associação dos germes contagiosos encontrados na água e as doenças infecciosas que afligia a população do entorno.

Tais perspectivas levou a Organização Mundial da Saúde – OMS em especial o Sistema de Vigilância de Saúde a criar uma nova área de atuação da Saúde Pública que se ocupa-se das formas de vida, substâncias e das condições em torno do ser humano que podem exercer qualquer influência sobre a saúde e bem estar da população. Esta nova área de atuação configura-se nos estudos voltados à Saúde Ambiental que tem por objetivo estruturar o Sistema de Vigilância em Saúde, de modo a antecipar, prevenir e monitorar as possíveis conseqüências resultantes do ambiente para a saúde humana, demandando uma sistemática coleta e análise de dados na qual permita construir indicadores que apontem as possíveis interrelações.

Os indicadores ambientais têm sido tradicionalmente utilizados no estudos envolvendo pesquisas voltados à saúde, configurando-se em um importante instrumento para as secretárias municipais de saúde na identificação dos possíveis agentes que podem desencadear uma determinada doença permitindo evidenciar as áreas de risco a saúde humana. Dentre as inúmeras doenças que podem resultar do contato com as áreas de risco serão destacadas as neoplasias ocupacionais, ou seja, o câncer relacionado ao trabalho que corresponde a uma das formas de adoecimento decorrentes da

exposição de agentes carcinogênicos presentes no ambiente de trabalho.

Os agentes carcinogênicos se manifestam em suas diferentes formas no espaço geográfico por meio das suas diferentes funções expressas ao longo da história através dos espaços produzidos pelo trabalho que trazem consigo indicadores biológicos, químicos e físicos como promotores de doenças e que acaba por refletir no modo de vida das pessoas. A invisibilidade dos estudos relacionados às Neoplasias Ocupacionais instigou o desenvolvimento da espacialização de dados referente a esta doença. Diante deste contexto, e com base nos dados de mortalidade do Ministério da Saúde – DATASUS dispostos pelo Sistema de Informações Hospitalares – SIH do Sistema Único de Saúde foi realizado um levantamento de dados dos principais tipos de neoplasia ocupacional por local de residência.

Tais neoplasias correspondem as Neoplasias Maligna de Pele, Neoplasias Maligna de Tráqueias, Bronquios e Pulmões, Neoplasias Maligna do Estômago, Neoplasia Maligna do órgãos digestivo. Nesta perspectiva o presente trabalho, tem por objetivo espacializar os principais casos por neoplasia ocupacional dos municípios que compõem a Macrorregional de Saúde do Norte do Estado do Paraná, formada por cinco regionais de saúde sendo estas a **16ª Regional de Saúde – Apucarana; 17ª Regional de Saúde – Londrina; 18ª Regional de Saúde - Cornélio Procópio e a 19ª Regional de Saúde – Jacarezinho**, que juntas a mais dezessete regionais de saúde constituem a instância administrativa intermediária da SESA/ISEP (Secretaria de Estado de Saúde do Paraná).

Esta pesquisa corresponde a uma pequena parte do projeto intitulado “Geografia do Câncer no Estado do Paraná” que visa realizar o mapeamento dos diversos tipos de câncer ao longo do território paranaense, onde em sua primeira instância será trabalhado as Neoplasias Ocupacionais.

Estudos desta natureza permitira a análise espacial dos dados trabalhados auxiliando na identificação de áreas de maior concentração dos casos de neoplasia ocupacional, fornecendo subsídios há inúmeras outras pesquisas em especial para uma primeira análise no reconhecimento das regiões que necessitam de atendimentos especializados, auxiliando os profissionais das ciências médicas, juntamente aqueles ligados às geociências no que tange o desenvolvimento de políticas públicas ao buscar medidas de prevenção e controle do câncer relacionado ao trabalho.

ESPAÇO, SAÚDE E DOENÇA

O espaço em sua essência passa por inúmeros processos que o transforma ao longo do tempo adquirindo novas formas e funções por meio das relações que o homem tem com a natureza. Na visão de Santos, (1999) o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos (fixos) e

de ações (fluxos) que se apresentam como testemunhas de uma história escrita pelos processos do passado e do presente.

O conceito trazido por Santos (1999) permite fazer uma analogia em relação aos estudos da saúde, principalmente aqueles relacionados às doenças associadas ao trabalho, onde os objetos fixos seriam o ambiente físico de trabalho composto por agentes ou substâncias químicas que corresponderia aos agentes cancerígenos que em contato com os seres humanos podem trazer alguma implicação à saúde, enquanto as ações referem-se aos movimentos, à circulação de pessoas, ou seja, à relação dos indivíduos no ambiente de trabalho.

As inter-relações entre os objetos e ações refletem na forma de organização, disposição e construção do espaço geográfico e conseqüentemente em espaço promotores de doenças decorrentes dos processos de transformação que ocorrem no meio ambiente, refletindo diretamente ou indiretamente na saúde da população e conseqüentemente no bem-estar da sociedade. Estas questões acabaram instigando pesquisadores a pensar na importância de se estudar a saúde a partir do espaço o processo saúde e doença.

A relação entre espaço, saúde e doença tem adquirido novos impulsos principalmente no que concerne ao planejamento e estratégias de desenvolvimento a saúde (JACOBI, 1990), onde o espaço tem sido utilizado nas análises relacionadas ao ambiente com saúde, ora como simples plano geométrico para disposição de dados epidemiológicos, ora como uma aproximação para a diferenciação de condições sociais, ou mesmo como uma única circunstância de fatores espaciais que induzem ao risco (BARCELLOS; MACHADO, 1998).

O espaço tem ganhado grande ênfase nos estudos da epidemiologia, visto que este fornece atributos para compreender os processos de mediação do meio geográfico e da reprodução social (SANTOS, 1990), bem como o seu entendimento a partir dos grupos humanos, seu modo de vida e atividades econômicas que em sua dinâmica explica as relações do homem com a natureza formando espaços de promoção de doenças e áreas de risco a saúde humana.

A Geografia como ciência que estuda o espaço geográfico tem muito a contribuir com a chamada Geografia Médica, Geografia da Saúde e Epidemiologia ambiental as possíveis causas e fatores que possam condicionar alguns padrões de distribuição geográfica das doenças e das condições que afetam os índices de saúde e de vida. Os padrões espaciais de doenças podem permitir a identificação de fontes comuns de contaminação, fator sócio econômico que podem afetar a saúde, sendo de grande importância a espacialização das doenças em especial dos casos de neoplasia ocupacional ou neoplasia relacionada ao trabalho, tema central da pesquisa.

Nos estudos relacionados à saúde o papel do espaço nas análises de saúde tem sido empregado não só a partir da construção sócio espacial, mas também sob ótica geométrica, onde os objetos são tratados num plano cartesiano. Tal premissa vem sendo discutida por Barcellos (2002), na qual apontam que estes espaços geométricos permitiram identificar similaridades entre elementos próximos, contínuo ou interligados por conexões que compartilham das mesmas condições ambientais e conseqüentemente dos mesmos fatores que podem promover áreas de risco à saúde contribuindo como um indicador de risco para a saúde humana.

O exemplo dessa abordagem toma-se o levantamento de doenças próximas as fontes de poluição (HILLS, 1989) onde a distância dos eventos em relação à fonte suspeita de contaminação é utilizada como parâmetro estimativo da exposição humana a agentes de risco. John Snow famoso médico higienista divulgou em 1849 seus estudos que envolvia o levantamento e mapeamento dos casos de cólera no bairro de Soho em Londres próximo as áreas onde as águas encontravam –se poluídas. Tal estudo se mostrou efetivo, pois, permitiu a associação dos germes contagiosos encontrados na água e as doenças infecciosas que afligia a população do entorno.

Tais abordagens contribuíram para o desenvolvimento da epidemiologia, ciência que estuda a distribuição e os determinantes dos problemas de saúde nos seres humanos (ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, 2003) base fundamental para os estudos de Geografia Médica e Geografia da Saúde. Em epidemiologia, o espaço foi inicialmente compreendido como resultado de uma interação entre organismo e natureza bruta, compreendida independente da ação e percepção humanas (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000).

Um dos pesquisadores que trabalha o conceito de espaço geográfico vinculado ao estudo de saúde corresponde ao parasitologista Evgeny Pavlovsky, que na década de 30 desenvolveu os conceitos de foco natural, tratando da apreensão espacial que integra o conhecimento das doenças transmissíveis com a geografia e a ecologia.

“Um foco natural de doença existe quando há um clima, vegetação, solo específicos e micro- clima favorável nos lugares onde vivem vetores, doadores e recipientes de infecção. Em outras palavras, um foco natural de doenças é relacionado a uma paisagem geográfica específica, tais como a taiga com uma certa composição botânica, um quente deserto de areia, uma estepe, etc., isto é, uma biogeocoenosis. O homem torna-se vítima de uma doença animal com foco natural somente quando permanece no território destes focos naturais em uma estação do ano definida e é atacado como uma presa por vetores que lhe

sugam o sangue” (Pavlovsky PAVLOVSKY, s/d:19 *apud* CZERESNIA; RIBEIRO, 2000).

Desta forma, o conceito de foco natural corresponde ao ambiente que apresenta condições propícias à circulação de agentes independentemente da presença humana. Posteriormente Pavlovsky realiza estudos com base na influência dos seres humanos no processo de desenvolvimento de doenças. O Geógrafo Max Sorre, nos anos 1950 vai além das formulações apontadas por Pavlovsky ao trabalhar a importância da ação humana na formação e dinâmica de complexos patogênicos e gênero de vida em que coloca a ação humana, como elemento desencadeador alterações no meio (GONDIM, 2008).

Segundo o mesmo autor a teoria do complexo patogênico, desenvolvida por Sorre, permitiu abordar uma vasta quantidade de doenças infecciosas e parasitárias, enquanto que a teoria de Pavlovsky se limitou ao estudo de enfermidades de animais transmissíveis ao homem, que possuíam seu foco natural - um reservatório silvestre - em um meio “intocado” pelo homem (ou, no mínimo, onde este fator não seria levado em conta).

Tanto Pavlovsky quanto Sorre forneceram uma importante contribuição nos estudos da Geografia Médica e da Saúde embasando inúmeros estudos no que tange a espacialização das doenças no espaço geográfico. As abordagens de Sorre e Pavlovsky, especificamente os conceitos de gênero de vida (condições ambientais) e de foco natural (condições do sítio geográfico), vão se juntar e contribuir para consolidação da geografia médica no Brasil (VIEITIS; FREITAS, 2007).

No Brasil um dos pioneiros a estudar as relações entre o espaço e a ocorrência de doenças na população foi Samuel Pessoa, (1978) desenvolve pesquisas com base nas teorias desenvolvidas por Pavlovsky e Sorre, criando a Escola de Geografia Médica no Brasil seguindo uma abordagem chamada medicina tropical, estudando as endemias prevalentes no Brasil. Pessoa em seus estudos considerava o ambiente como um conjunto de causas que interagem com o homem e não se refere apenas ao meio físico (VIEITIS; FREITAS, 2007).

Milton Santos traz grandes contribuições aos estudos epidemiológicos e a organização do espaço e doença constituindo uma das referências mais importantes buscando estudar a distribuição das doenças como resultado da organização social do espaço. Para Santos, (1996) o espaço não é um palco onde os fatos acontecem, é simultaneamente, conteúdo e contingente, sendo resultado das relações que o materializam.

Desta forma Barcellos e colaboradores (2002), consideram o uso da categoria espaço na análise da situação de saúde e na análise de risco não se limita exclusivamente à mera localização de eventos de saúde. Suas potencialidades e limitações vão depender da diversidade de seus próprios

conceitos e conteúdos, onde o espaço é, ao mesmo tempo, produto e produtor de diferenciações sociais e ambientais (GONDIM, 2008), direcionando caminhos para análise de fenômenos, bem como apontando sugestões eficazes à melhoria da qualidade de vida e da saúde e no processo de planejamento da oferta de serviços e no impacto das ações de saúde.

NEOPLASIA OCUPACIONAL

As doenças ocupacionais são adquiridas através da exposição dos trabalhadores aos agentes ambientais físicos, químicos e biológicos, em situações acima do limite de tolerância, ocorrendo normalmente após vários anos de exposição, podendo surgir mesmo depois que o trabalhador se afaste do agente causador (MORAES, 2011)

Inúmeras são as doenças ocupacionais, sendo uma delas as neoplasias ocupacionais ou câncer ocupacional que corresponde uma das formas de adoecimento decorrentes da exposição dos seres humanos a agentes químicos, físicos ou biológicos presentes na natureza e no ambiente de trabalho, ou seja, é originado devido à exposição de agentes carcinogênicos caracterizado pelo processo altamente complexo do qual participam fatores de risco herdados e fatores de risco ambientais, tais como a alimentação, o hábito de fumar, a ocupação e a exposição à radiação e a agentes químicos.

Segundo Occupational Safety and Health Administration:

[...] um potencial carcinogênico ocupacional significa qualquer substância, combinação ou mistura de substâncias, que causam um aumento da incidência de neoplasias benignas ou malignas, ou uma substancial diminuição do período de latência entre a exposição e o aparecimento da doença em humanos ou em um ou mais mamíferos de experimentação como resultado de exposição por via oral, respiratória ou dérmica, ou qualquer outra exposição que resulte na indução de tumor em um local diferente do local de administração. Esta definição também inclui qualquer substância que seja metabolizada em carcinogênicos ocupacionais pelos mamíferos (HUNTER, 1989 p. s/n).

O potencial carcinogênico ou os fatores de risco de câncer ocupacional podem ser externos (ambientais) ou endógenos (hereditários), estando ambos inter-relacionados e interagindo de várias formas para dar início às alterações celulares presentes na etiologia do câncer (BVS, 2007). Estes fatores encontram-se distribuídos em sua maioria nos locais de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que aproximadamente 440 mil pessoas morreram de câncer no mundo em 2005 por consequência da exposição a substâncias perigosas no ambiente de trabalho (EUROGIP, 2010).

Os agentes carcinogênicos se manifestam em diferentes formas no espaço geográfico por meio das suas diferentes funções expressas ao longo da história, ambiente e cultura que acaba por refletir nas condições de vida, ambiente e saúde das populações principalmente no que concerne aos espaços de produção e promoção de doenças (BARCELLOS et. al. 2002).

O espaço geográfico tem se destacado como categoria de análise nos estudos envolvendo áreas de Epidemiologia, Geografia Médica e análise ambiental principalmente no que concernem os espaços produzidos pelo trabalho que trazem conseguem indicadores biológicos, químicos e físicos como promotores de doenças.

Segundo Inca (2012), o primeiro relato associando ao câncer ocupacional foi descrito por Percival Pott, em 1775, relacionando câncer de escroto à exposição da fuligem por trabalhadores que limpavam a chaminé. Todavia, o modelo experimental da carcinogenicidade da fuligem só foi demonstrado em 1920, ou seja, 150 anos depois da primeira observação epidemiológica (CONSTANZI, 2009). Outros relatos encontrados ao longo da história seguem no quadro. 1, na qual expõem o histórico de associação de local primário do câncer ocupacional destacando o ano da pesquisa, os principais pesquisadores, bem como o local do câncer e seu agente causador.

Quadro 1 – Histórico de associação de local primário do câncer ocupacional.

Ano	Autor	Local do câncer	Risco
1775	Pott	Escroto	Limpadores de Chaminé
1822	París	Pele	Arsênio
1875	Volkman	Pele	Cera, carvão
1876	Volkman	Pele	Alcatrão de carvão
1879	Harting e Hesse	Pulmão	Radiação ionizante
1894	Unna	Pele	Radiação ultravioleta
1895	Rehn	Bexiga	Aminas aromáticas

1898	Mackenzie	Pele	Cresoto
1906	Friben	Pele	Raios X
1911	Pfeil	Pulmão	Produtos cromados
1917	Leymann	Pele	Antraceno cru
1926	Prunes	Pele	Salpeter
1929	Martland	Ossos	Rádio
1932	Grenfell	Pulmão e seios nasais	Níquel
1935	Lynch e Smith	Pulmão	Asbestos
1952	Weil et al.	Seios Nasais	Álcool isopropílico

Fonte: INCA (2012)

Este quadro demonstra que os estudos associados ao câncer ocupacional e seus possíveis agentes carcinógenos não são estudos atuais, onde a busca pela correlação câncer as causas ocupacionais tem sido demonstrada por meio de estudos epidemiológicos (STELLMAN, 1998). Em meados da década de 1965 a criação da International Agency for Research on Cancer (Agência Internacional para Pesquisa do Câncer) - IARC pela Organização Mundial da Saúde (OMS) colocou-a como responsável por estudar as substâncias de caráter cancerígeno e suas formas de exposição, de modo a reconhecer os agentes ambientais complexos e as múltiplas exposições que ocorrem no ambiente de trabalho.

Há séculos o ambiente de trabalho desempenhou um papel significativo no aparecimento de efeitos adversos sobre a saúde humana devido à exposição e a substâncias químicas perigosas (INCA, 2012). Determinados ambientes apresentam potencial de super expor os seres humanos a vários agentes tóxicos o que torna difícil evidenciar em primeira estância a causa entre a doença e a população que ocupa tais ambientes uma vez que deve-se levar em consideração a distância de tempo entre a exposição e o surgimento dos efeitos tóxicos relacionados a exposição.

Entre os principais tipos de agentes tóxicos que apresentam potencial carcinógeno o IARC juntamente com os estudos desenvolvidos pelo Instituto Nacional do Câncer em sua obra Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente no ano de 2006, destacam os agrotóxicos em especial os herbicidas, pesticidas, fungicidas, amianto, sílica, radiação ionizante, Benzeno, Xileno e Tolueno. A exposição aos agrotóxicos pode ocorrer de diversas formas podendo ser absorvidos através das vias dérmicas, respiratória e gastrointestinal.

A exposição ocupacional é dada pela inalação das fibras de asbesto que causam lesões nos pulmões. A sílica é composta por dióxido de silício e corresponde ao mineral mais abundante na crosta terrestre utilizado na maioria dos casos como subproduto ou matéria-prima em várias indústrias onde sua exposição ocupacional ocorre por meio da inalação de poeira contendo sílica gerando riscos de câncer pulmonar.

Estes agentes ocupacionais podem gerar uma série de doenças como pode ser observado no quadro. 2 apresenta uma síntese apontando os principais tipos de câncer ocupacional, seus agentes causadores e as funções que os coloca exposto aos agentes cancerígenos.

Quadro 2 – Síntese dos principais tipos de Câncer Ocupacional e seus Agentes Causadores

Câncer	Agente	Ocupação
Câncer de Pele	Arsênio, alcatrão, creosoto, fuligem, luz solar, hidrocarbonetos policíclicos, óleo mineral, radiação ultravioleta e drogas antineoplásica.	Guia de montanhismo, mineiro, canteiro, ocupação ao ar livre, pedreiro, soldador, vendedor, trabalhador rural, salva-vidas, agentes de saúde.
Câncer de Pulmão	Asbesto, arsênico, chumbo, cloreto de vinil, DDT, emissão de gases combustíveis, fuligem, manganês, níquel; Poeiras: de carvão, madeira, rocha, cimento, urânio e radiação ionizante.	Bombeiro hidráulico, encanador, eletricista, mecânico de automóvel, mineiro, pintor, soldador, trabalho com isolamento, trabalho em navios, couro e mecânico.
Câncer do Estômago e Esôfago	Poeiras de construção civil, de carvão e de metal, óleo mineral, herbicidas, ácido sulfúrico e negro fumo.	Homens: engenheiros, eletricitistas e mecânico, trabalhadores de extração de petróleo, trabalhadores de lavanderias/lavagem a seco. Mulheres: trabalhadoras da indústria eletrônica e trabalhadoras de limpeza.

<p>Cânceres dos Aparelhos Digestivos</p>	<p>Óleo de corte, amianto, poeira de madeira, couro, cimento, cereais, têxtil, amianto, fuligem de carvão, solventes orgânicos e agrotóxicos.</p>	<p>Cabeleireiro, carpinteiro, encanador, instalador de carpete, moldador e modelador de vidro, oleiro, açougueiro e barbeiro, mineiro e canteiro, pintor e mecânico de automóveis.</p>
<p>Câncer Aparelho Respiratório</p>	<p>Cromo, níquel, óleo de corte, poeira de madeira, couro, cimento, cereais, têxtil, amianto, formaldeído, radiação ionizante, organoclorados, níquel e seus compostos.</p>	<p>Carpinteiros e marceneiros, forneiro (em geral de indústria química, de coque e de gás), mineiros, pedreiros, sapateiros, encanador, mecânico de automóvel.</p>

Fonte: INCA (2012).

Conforme Carvalho, (2011) em 1984, Dr. Richard Schilling, Professor da London School of Hygiene and Tropical Medicine, propôs classificar as doenças relacionadas ao trabalho em três grupos (SCHILLING, 1984). Sua classificação tornou-se clássica e vem sendo utilizada tanto no meio acadêmico quanto pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2001; p. 27-8)

Grupo I: doenças em que o trabalho é causa necessária, tipificadas pelas doenças profissionais, stricto sensu, e pelas intoxicações agudas de origem ocupacional.

Grupo II: doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não necessário, exemplificadas pelas doenças comuns, mais freqüentes ou mais precoces em determinados grupos ocupacionais e para as quais o nexu causal é de natureza eminentemente epidemiológica. A hipertensão arterial e as neoplasias malignas (cânceres), em determinados grupos ocupacionais ou profissões, constituem exemplo típico.

Grupo III: doenças em que o trabalho é provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida ou preexistente, ou seja, com causa, tipificadas pelas doenças alérgicas de pele e respiratórias e pelos distúrbios mentais, em determinados grupos ocupacionais ou profissões.

Os maiores casos de exposição aos agentes cancerígenos concentram-se nos trabalhadores manuais em especial nos de classe social mais baixa principalmente em trabalhadores dos países em desenvolvimento decorrentes dos procedimentos precários de segurança (KOGEVINAS et al. 1994). No caso do presente trabalho será dada ênfase aos fatores associados ao grupo I, ou seja, quando existe relação direta com condições de trabalho específicas, a exemplo do desenvolvimento de tumores no fígado por exposição à substâncias organocloradas encontrados presentes no solo e água na região norte do Estado do Paraná (MARZOCHI, 1976).

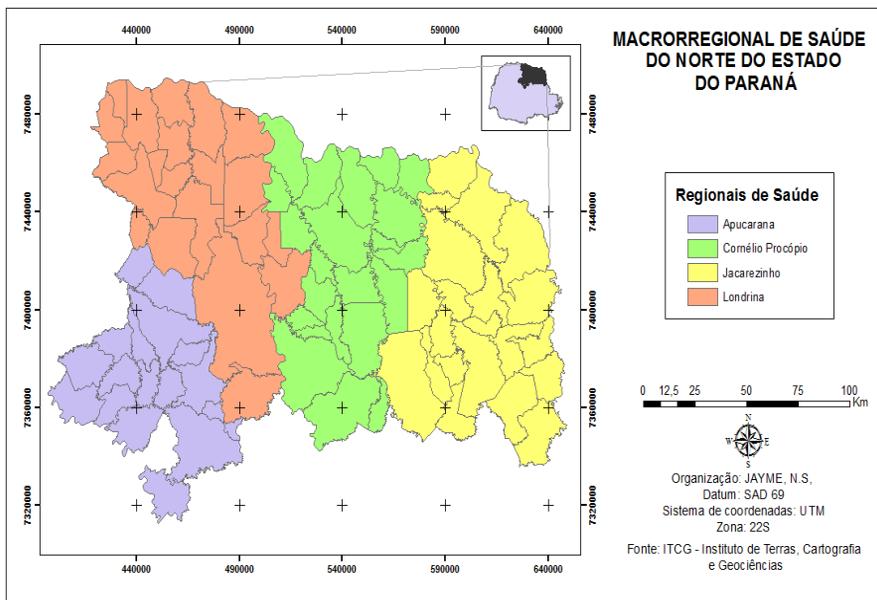
Associações como estas têm encontrado alguns entraves por conta das dificuldades em comprovar cientificamente a associação ocupacional e o tipo de câncer, a exemplo dos pintores que se encontram exposto a inúmeras substâncias químicas com difícil identificação e cuja atuação concomitante pode se associar a diversos casos de câncer como o de bexiga e de mama (IARC, 2010).

A vigilância considera que em casos como este pode ser mais eficaz identificar a dimensão da exposição dos agentes cancerígenos do que priorizar a identificação de casos a partir dos registros de saúde. Estudos desta natureza contribuem para o desenvolvimento de estratégias que propiciem a prevenção do meio ambiente de trabalho tornando-os mais seguros e saudáveis para a sociedade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A princípio foi delimitada a área de estudo com base na divisão estabelecida pela Secretária de Saúde do Estado do Paraná que correspondem a MRSNP formada pela 16º Regional de Saúde de Apucarana, 17º Regional de Saúde de Londrina, 18º Regional de Saúde de Cornélio Procópio e a 19º Regional de Saúde de Jacarezinho como integrante da macrorregional de Saúde do Norte do Estado do Paraná (figura 1).

Figura 1 – Regionais de Saúde do Norte do Estado do Paraná



Fonte: JAYME (2013)

Posteriormente foi realizada uma longa revisão bibliográfica através de livros, periódicos, relatórios técnicos, revistas especializadas a cerca da temática estudada de modo a embasar o desenvolvimento da pesquisa. As coletas de dados referentes a caracterização sócio econômica da área de abrangências MRSNP se deram com base no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística bem como Cadernos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – *IPARDES*.

Os dados relativos aos casos de câncer ocupacional foram coletados no Banco de Dados de Mortalidade do Ministério da Saúde – DATASUS com base nos dados disposto pelo Sistema de Informações Hospitalares – SIH do Sistema Único de Saúde - SUS referente ao período de 2001 a 2011. As neoplasias selecionadas para a pesquisa correspondem a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde CID-10 na qual reuni dentre outras doenças, aquelas associada à Neoplasia Ocupacional, sendo estas as, Neoplasias Maligna de Pele, Neoplasias Maligna de Tráquéias, Brônquios e Pulmões, Neoplasias Maligna do Estômago.

Os dados da população residentes na MRSNP foram atribuídos nas prefeituras municipais, referente entre o período de 2001 a 2011 juntamente a informações obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Após a coleta dos dados, estes foram submetidos ao cálculo para se estimar a taxa percentual de Internações, onde foram dividido o número de casos de

internação por local de residência pelo número total de habitantes sendo este total multiplicado por cem.

$$\text{TAXA DE INTERNAÇÕES} = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ casos por neoplasia}}{\text{Número da população Total por Município}} \times 100$$

É importante esclarecer que os dados representados correspondem tanto o sexo feminino quanto o masculino englobando todas as faixas etárias. Desta forma para melhor compreensão estes dados foram dispostos em tabelas por faixa etária, demonstrando como está doença se distribuem ao longo dos anos.

A partir do tratamento dos dados foram confeccionados os mapas relativos à espacialização dos casos de Neoplasia Ocupacional por local de residência na MRSNP, através do software ArcGi 9.0, na qual permitiu a análise espacial dos dados trabalhados, de modo a visualizar a distribuição das doenças, bem como as áreas de maior e menor concentração, contribuindo para um levantamento de uma diagnóstico que auxiliara os profissionais das ciências médicas juntamente aqueles ligados a geociências visando fundamentalmente à proteção da saúde pública e o controle de substâncias potencialmente prejudiciais à saúde fornecendo numa escala local, regional e nacional, subsídios para a construção de um banco de dados voltado ao planejamento e monitoramento ambiental da área de estudo.

OS CASOS DE NEOPLASIA OCUPACIONAL DA MACRORREGIONAL DE SAÚDE NORTE DO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2001 A 2011

A invisibilidade dos estudo relacionados as Neoplasias Ocupacionais a nível nacional instigou o desenvolvimento da pesquisa por não haver a espacialização destes casos a nível municipal. Assim, coube fazer um levantamento na Macrorregional de Saúde do Estado do Paraná na qual integra as regionais de saúde de Apucarana, Londrina, Cornélio Procópio e Jacarezinho.

OS CASOS DE NEOPLASIA MALIGNA DA PELE NA MRSN DO ESTADO DO PARANÁ

Dentre as neoplasias ocupacionais que ocorrem no Brasil a de maior incidência está associada ao câncer da pele que dentre os 749 casos de câncer relacionados ao trabalho e ambiente corresponde a 48%, seguidos pelas

leucemias 10%, câncer de laringe e do pulmão e 6% do casos de câncer no estômago (BRASIL, 2009). O câncer de pele mais frequente são os carcinoma basocelular, responsável por 70% dos diagnósticos de câncer da pele e o carcinoma epidermoide, com 25% dos casos, e o melanoma correspondendo a 4% do casos (INCA, 2012)

O câncer de pele pode estar associado segundo dados da Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e do Ambiente. A radiação solar tem como seu principal agente de exposição a radiação ultravioleta (UV) e as fontes artificiais de radiação como as lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio e outros materiais utilizados na indústria (IARC, 1997).

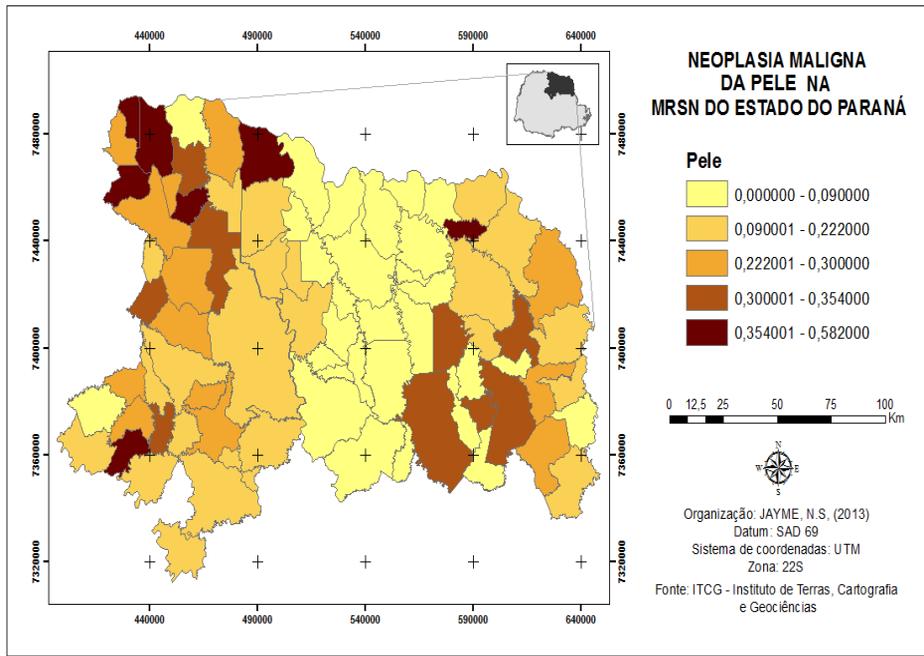
Outro fator que podem desencadear o câncer de pele segundo Mayo Clinic (2010), correspondem a exposição excessiva ao sol, as condições climáticas (clima tropical e clima em altitudes muito elevadas), história familiar, bem como a exposição a diversas substâncias químicas, entre as quais situa-se os agrotóxicos.

A literatura aponta que há dois tipos de câncer de pele sendo estes o câncer de pele do tipo melanoma e não melanoma ou carcinoma basocelular. O primeiro corresponde ao carcinoma mais perigoso e menos frequente nos seres humanos, aparecendo com frequência na parte superior das costas, cabeça e pescoço. O segundo trata-se do carcinoma mais frequente e menos agressivo e são encontrados predominantemente na face, e no pescoço (ELCOSH, 2001).

Para os dados referentes aos casos de neoplasia da pele não houve a distinção entre o tipo de câncer melanoma e não melanoma sendo representados em sua totalidade. Outro fator que deve ser salientado corresponde ao fato de que a 18ª Regional de Saúde de Cornélio Procópio não apresentou nenhum registro em relação ao período estudado.

Assim, pode se observar na (figura 2) um forte contraste entre os municípios pertencentes a 17ª Regional de Saúde de Londrina e 16ª Regional de Saúde de Apucarana onde grande parte dos municípios apresentaram uma variação entre (0,09%) a (0,58%) dos casos de neoplasia da pele. Em relação a 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho as taxas variam média entre (0,09%) a (0,35%).

Figura 2 – Espacialização dos Casos de Neoplasia Maligna da Pele na Macrorregional de Saúde do Estado do Paraná



Fonte: DATASUS organizado por JAYME (2013)

Os municípios que apresentaram os maiores números de casos são Lupionópolis 0,582%, Centenário do Sul 0,396%, Cafeara (0,256%), Primeiro de Maio (0,442%) na 17ª Regional de Saúde de Londrina, Kaloré 0,406% na 16ª Regional de Saúde de Apucarana e o município de Barra do Jacaré com 0,403% na 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho. Já os municípios que apresentaram os menos números de casos por neoplasia de pele foram Jundiá do Sul com cerca de (0,100%) localizado na 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho e Bom Sucesso com (0,090%) 6ª Regional de Saúde de Apucarana como pode ser observado na (figura. 2).

A princípio os valores não mostraram significância, porém o que chama atenção é que as maiores taxas estão situadas nos municípios pequenos apresentando uma população entre 2.000 a 10.000 mil habitantes com pequenos bolsões de concentração principalmente ao norte da 17ª Regional de Saúde de Londrina e na porção sul da 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho. Apesar de não haver a cura para este tipo de neoplasia, medidas de prevenção podem ser tomadas a partir dos cuidados diários em relação a exposição a radiação solar evitando os horários de maior incidência da radiação solar sendo este entre o período das 10 às 16hrs fazer o uso do protetor solar, bem como chapéu e guarda sol e óculos escuro. Já para as

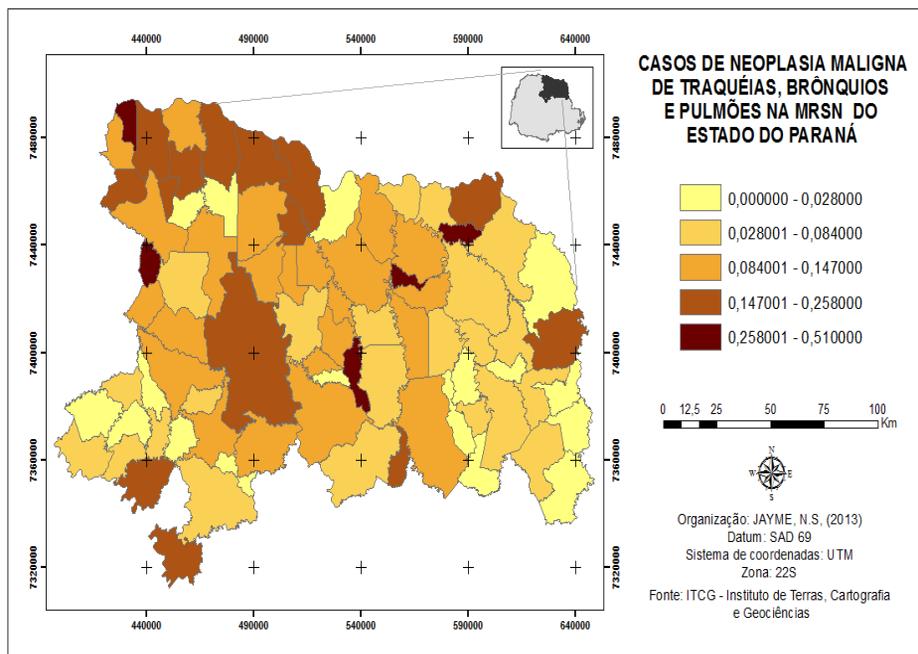
atividades ocupacionais pode ser necessário reformular as jornadas de trabalho ou a organização das tarefas desenvolvidas ao longo do dia (INCA, 2012), de modo a diminuir a exposição aos agentes carcinógenos ocupacionais.

NEOPLASIA MALIGNA DO APARELHO RESPIRATÓRIO (TRAQUÉIAS, BRÔNQUIOS E PULMÕES) NA MRSN DO ESTADO DO PARANÁ

Os casos de Neoplasia Maligna do Aparelho respiratório em específico as neoplaisas de Traquéias, Brônquios e pulmões correspondem segundo o Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) ao primeiro lugar no ranking das neoplasias malignas definidas. Dentre elas o câncer de pulmão é o mais prevalente, somando cerca de 1,2 novos casos anualmente e por conta de sua agressividade, também é a causa de morte mais comum, com 18, 2% entre todos os tipos de câncer no Brasil (INCA, 2011).

Ao observar a (figura 3) observa-se uma pequena concentração no extremo norte da 17ª Regional de Saúde de Londrina variando entre (0,147%) a (0,258%) dos casos por neoplasia do Sistema Respiratório, contrapondo-se aos municípios que compõem a 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho que comporta os menores casos por neoplasia do Sistema Respiratório apresentando índices entre (0,028%) a (0,84%).

Figura 3 - Espacialização dos Casos de Neoplasia Maligna de traquéias, brônquios, e pulmões na Macrorregional de Saúde do Estado do Paraná



Fonte: DATASUS organizado por JAYME (2013)

Nota-se casos isolados onde as taxas de concentração se mostram elevada, em específico os municípios de Lupionópolis (0,302%), Pitangueiras (0,313%) na 17ª Regional de Saúde de Londrina, Santa Amélia (0,323%) e Santo Antônio do Paraíso (0,510%) na Cornélio Procópio, e Barra do Jacaré (0,403%) ambos municípios pequenos variando entre 2.000 a 10.000 habitantes. Já os municípios que apresentou as menores taxas correspondem a São Pedro do Ivaí 0,038%, Itambaracá (0,044%) e Ribeirão Claro (0,018%)

As Neoplasias associadas ao sistema respiratório compostos pela traquéia, brônquios e pulmões tem sua causa vinculada na maioria das vezes com o tabagismo, porém, inúmeras outras substância podem desencadear o desenvolvimento do câncer no pulmão, dentre eles os metais pesados como arsênio, berílio e cromo, ambos classificados pela IARC como agentes cancerígenos (HAYES, 1997).

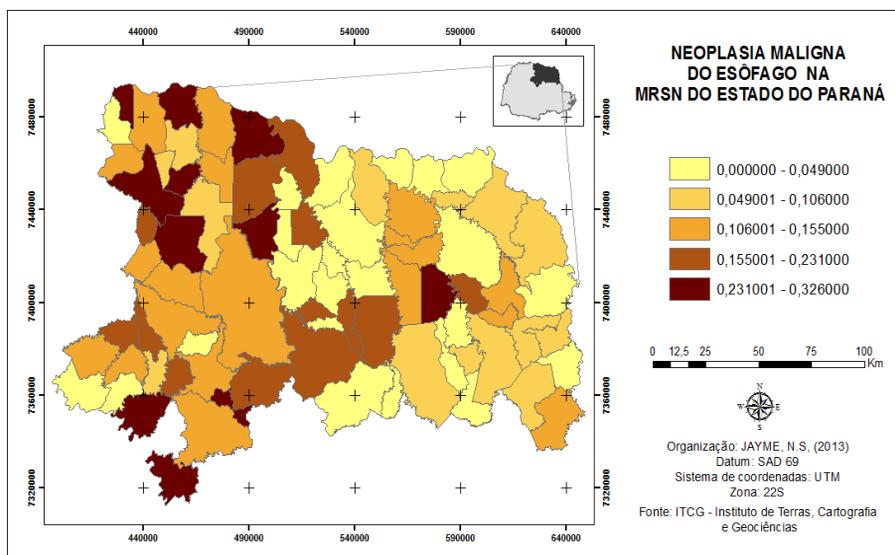
O contato dos seres humanos com arsênio pode ocorrer através das vias respiratórias ou ingestão oral de água e medicamentos associado as atividades voltadas a produção de agrotóxicos, fundição, mineração e refinaria. Já o berílio encontra-se predominantemente em ambientes industriais e o cádmio é um subproduto da extração dos metais, muito utilizado como liga e revestimento de metais.

Estratégias voltadas a substituição das substância cancerígenas devem ser levadas em conta, principalmente em áreas seja na industria ou no campo consideradas áreas de risco, sendo fundamental para o grupo de trabalhadores, bem como os seus gestores repensar em alternativas que torne o ambiente de trabalho mais seguro.

OS CASOS DE NEOPLASIA MALIGNA DO ESÔFAGO NA MRSN DO ESTADO DO PARANÁ

O câncer de esôfago afeta mais de 450 mil pessoas no mundo, sendo atualmente o oitavo câncer mais incidente no Brasil, apresentando cerca de 482.239 novos casos, ocorrendo mais em homens do que mulheres (FERLAY et al., 2010). Na Macrorregional de Saúde do Norte do Estado do Paraná onde é possível observar na (figura 4) que os maiores números de casos se encontram nos municípios localizados ao norte da 17ª Regional de Saúde de Londrina e ao sul da 16ª Regional de Saúde de Apucarana variando entre (0,106%) a (0,326%) dos casos.

Figura 4 - Espacialização dos Casos de Neoplasia do Esôfago na Macrorregional de Saúde do Estado do Paraná



Fonte: DATASUS organizado por JAYME (2013)

Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Jaguapitã com (0,249%), Rolândia (0,240%), Lupionópolis (0,173%), Centenário do Sul

0,135%, Prado Ferreira (0,115%) e Guaraci (0,115%) localizados na 17ª Regional de Saúde de Londrina. Já o município de Borrazópolis apresentou cerca de (0,248%) e Grandes Rios (0,326%) este último sendo um dos valores mais expressivos da MRSN. Em relação aos municípios que apresentaram as menores taxas por neoplasia do esôfago correspondem a São Pedro do Ivaí (0,038%) localizado na 17ª Regional de Saúde de Apucarana, Cafeara com (0,036%) e Jataizinho com (0,002%) na 17ª Regional de Saúde de Londrina.

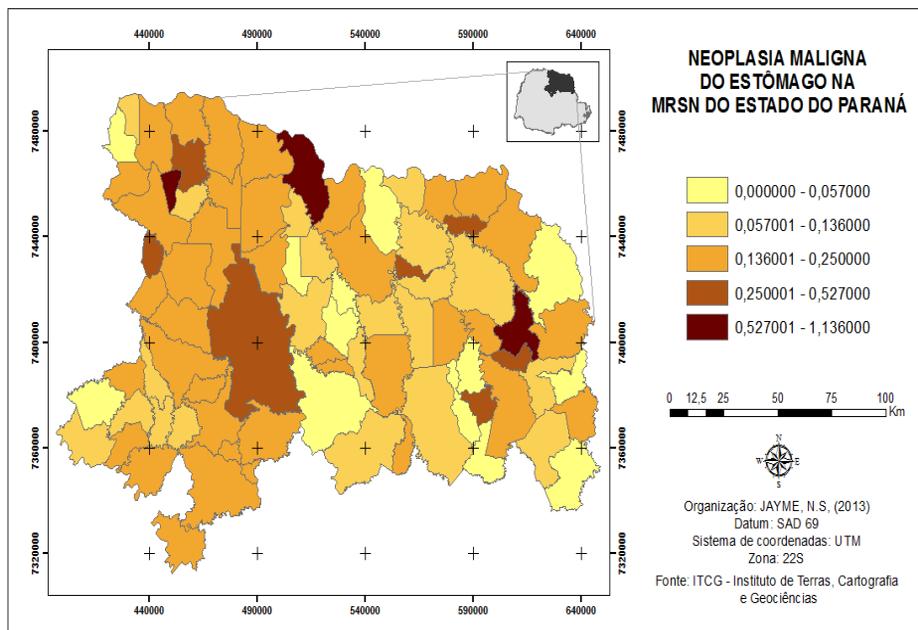
Os fatores de risco relacionados ao câncer do esôfago correspondem a idade, história familiar e fatores extrínsecos, como álcool, fumo, poeira de metais, poeiras da construção civil, sílica e asbestos, contato com carvão e borracha, bem como as atividades realizadas no campo que expõem trabalhadores aos agentes cancerígenos. O trabalho em área rural, em função da exposição a substâncias químicas, poeiras e vapores de combustíveis fósseis, também inclui entre os fatores de risco ocupacionais (DIETZ et al., 1998).

Um dos focos de prevenção para o câncer do estômago é a eliminação do risco de exposição, como nos demais tipos de câncer. Em particular atenção deve-se ter atenção com as atividades que demandam baixa qualificação, como ajudantes e auxiliares de limpeza, atividades desenvolvidas dentro ou no entorno do estabelecimento que manipulam as substâncias cancerígenas (INCA, 2012).

OS CASOS DE NEOPLASIA MALIGNA DO ESTÔMAGO NA MRSN DO ESTADO DO PARANÁ

As neoplasias do estômago já foi considerada a segunda maior causa de morte no mundo, porém apresentou um declínio significativo nos últimos 50 anos onde estudos epidemiológicos apontou que este fato esta associado as mudanças no padrão alimenta da população, principalmente com a ingestão de frutas e verduras e as melhores condições de conservação e armazenamento dos alimentos (PARKIN et al, 2005). Como pode ser observado na (figura 5), nota-se uma concentração principalmente na 16ª Regional de Saúde de Apucarana e 17ª Regional de Saúde de Londrina.

Figura 5 - Espacialização dos Casos de Neoplasia do Estômago na Macrorregional de Saúde do Estado do Paraná



Fonte: DATASUS organizado por JAYME (2013)

Apenas três municípios apresentaram dados elevados sendo estes Miraselva com (1,136%) na 17ª Regional de Saúde de Londrina., Sertaneja com (0,822%) na 18ª Regional de Saúde de Cornélio Procópio e Joaquim Tavora com 0,713% na 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho. Dentre os fatores de risco ambiental e comportamental o INCA aponta as poeiras de metais, poeiras da construção civil, asbestos, carvão, herbicidas e ácido sulfúrico como um dos principais desencadeadores do câncer do estômago. As atividades que podem estar associadas no caso dos homens foram a de engenheiros eletricitas e mecânico, trabalhadores de extração de petróleo, trabalhadores de lavanderias e trabalhadores rurais e no caso das mulheres trabalhadoras da indústria eletrônica e trabalhadoras de limpeza.

A prevenção desta moléstia focaria na redução do uso das substâncias cancerígenas no ambiente de trabalho, bem como a substituição e o monitoramento destas substâncias químicas no ambiente de trabalho. Fatores associados à toxicologia da substância devem ser ainda mais detalhados, por exemplo, no caso de exposição inevitável a poeiras, medidas extremas devem ser adotadas para eliminar o esforço físico, o calor, o trabalho noturno etc., enfim, outros riscos que podem potencializar a absorção (INCA, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a grande invisibilidade que este tipo de neoplasia vem tendo em relação as demais doenças por conta da escassez de pesquisas sobre o assunto no país, o presente trabalho buscou realizar um levantamento preliminar em fontes secundárias disponibilizadas pelo banco de dados de Mortalidade do Ministério da Saúde – DATASUS dos principais tipos de Neoplasia Ocupacional.

Diante da espacialização dos dados foi possível observar que os casos por neoplasias ocupacionais não mostrou valores significativos em relação aos padrão mundial e nacional, apresentando pequenas áreas de concentração, em especial nos municípios ao norte da 17ª Regional de Saúde de Londrina, com uma população variando entre 2.000 a 10.000 habitantes, ambos de pequeno porte e que não oferecem atendimento especializado ao que compete os Centros de Alta Complexidade em Oncologia – CACON, este com sua sede somente no município de Londrina, na qual atende os municípios que compõem a Macrorregional de Saúde do Norte do Estado do Paraná.

Por tanto, este estudo permitiu evidenciar os municípios com as maiores e menores taxas de mortalidade pelos diferentes tipos de câncer ocupacional, correspondendo em primeira instância um importante instrumento para os setores que atuam na área de saúde, como indicador básico para o monitoramento de doenças ao buscar compreender a distribuição e sua relação de causa e efeito na população.

Dentro deste contexto, cabe desenvolver estudos mais precisos a partir dos indícios já estabelecidos pelo IARC que aponte os principais tipos de câncer, seus principais agentes causadores além dos cargos de trabalho que podem colocar os seres humanos a áreas de risco, sempre levando em consideração as diferentes formas de exposição em relação a dose, via, duração e frequência em que o seres humanos encontram-se susceptíveis.

Estudos desta natureza são de fundamental importância no que concerne na notificação e controle de endemias bem como, no gerenciamento e monitoramento de áreas de riscos epidemiológicos, colaborando na otimização de um atendimento especializado de acordo com a necessidade da sociedade através de políticas mais integradas entre o sistema de saúde brasileiro através do Instituto Nacional Câncer – INCA juntamente aos pesquisadores e profissionais que buscam a prevenção e consequentemente a assistência e vigilância do câncer.

REFERÊNCIAS

ALIEVI, A. A.; PINESE, J. P. P.; CELLIGOI, A.. **A espacialização de óbitos em decorrência das neoplasias na regional de saúde de Londrina (PR) no período de 2000 a 2009.** In: V SIMPGEO - Simpósio Paranaense de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2010, Curitiba. Estado da arte, tendências e desafios, 2010. p. 1126-1141.

ALIEVI, A. A.; PINESE, J. P. P. Distribuição espacial dos óbitos por neoplasias na 17ª Regional de Saúde de Londrina (PR): Uma análise dos padrões espaciais e suas possíveis causas. In: SALVI, R. F.; BARROS, M. V. F.; ASARI, A. Y.; YAMAKI, H. **Unicidade-Diversidade na Visão Geográfica.** Londrina: UEL, 2012. p. 65-91.

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à Epidemiologia Moderna.** Salvador. Rio do Janeiro: Apce Produtos do Conhecimento e ABRASCO, 1990.

BARCELLOS, C.; MACHADO, J. M. H. A organização especial condiciona as relações entre ambiente e saúde: o exemplo da exposição ao mercúrio em uma fábrica de lâmpadas fluorescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, 3(2): 103-113, 1998.

BARCELLOS, Christovam . Elos entre geografia e epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso, Rio de Janeiro, v. 16, n.3, p. 607-609, 2000

COSTAZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil.** [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A. M. O Conceito de Espaço em Epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 595-613, jul/set. 2000.

EUROGIP. **Cancers d'origine professionnelle: quelle reconnaissance en Europe?** Eurogip.France. 2010. Disponível em: < <http://www.cancer->

environnement.fr>. Acesso em: 23 ago. 2010.

GONDIM, G.; MONKEN, M.; ROJAS, L. I.; Barcellos, C.; PEITER, P. ; NAVARRO, M. B. A. ; GRACIE, R. O território da saúde: Organização do sistema de saúde e a territorialização. In: MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C.; MONKEN, M. (Org.). **Território, ambiente e saúde**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. p. 237-255

HUNTER W. J. Carcinogenic substances. In: Parmeggiani L, technical editor. Encyclopaedia of Occupational Health and Safety. 3rd ed. Geneva: International Labour Office; 1989. Vol. 1, p. 369-75.

IARC. International Agency for Research on Cancer. **Monographs on the evaluation of carcinogenic risks to humans**. Silica, Some Silicates, Coal Dust and para-Aramid Fibril Lyon, France, 1997. Disponível em:

<<http://monographs.iarc.fr/ENG/Monographs/vol68/mono68.pdf>> >.

Acessado em: 11 nov. 2013.

INCA. Instituto Nacional do Câncer/Ministério da Saúde. A Situação do Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2006.

INCA . Instituto Nacional do Câncer/Ministério da Saúde. Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho. Rio de Janeiro: INCA, 2012.

KOGEVINAS, M. S. M.; BOFFETA, P.; KAZEROUNI, N.; KROMHOUT, H.; HOAR-ZAHM, S.. Cancer risk in the rubber industry: a review of the recent epidemiological evidence. **Occup. Environ Med.** v.55, 1998;55(1) p. 1-12.

MARZOCHI M. C. A; COELHO R. B; SOARES, D. A., ZEITUNE, J. M. R.; MUARREK, F.J; CECCHINI, R; Passos E. M. Carcinogênese hepática no norte do Paraná e uso indiscriminado de defensivos agrícolas. São Paulo, **Ciência e Cultura**, 1976

MORAES, M. V. G. **Doenças ocupacionais – Agentes: físico, químico, biológico, ergonômico**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2011.

PESSÔA, S. B. **Ensaio Médico-Sociais**. 2.ed. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo:HUCITEC, 2 ed, 1996.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VIEITIS, R.G; FREITAS, I. A. Pavlovsky e Sorre: Duas importantes contribuições a Geografia Médica. **Ateliê Geográfico Goiânia-GO** v. 1, n. 2 dez/2007 p.187-201.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A INDÚSTRIA DE *SOFTWARE* EM BLUMENAU-SC

Emanuela Francisca Wenning¹

RESUMO:

A cidade de Blumenau/SC, localizado na região nordeste de Santa Catarina, foi ocupado a partir de 1850 por iniciativa do Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau, um farmacêutico e filósofo alemão recém-formado, que veio ao Brasil com o objetivo de fundar e estabelecer uma colônia agrícola às margens do rio Itajaí-Açú. A economia na colônia desenvolveu-se através da mão-de-obra familiar, numa agricultura de subsistência. Com o excedente gerado, o comércio floresce e o um acelerado processo de acumulação de capital toma forma que financia uma intensa industrialização. Especializada no segmento têxtil e com subsídios do governo nacional, Blumenau mantém-se em posição de destaque nacional e internacional, até que a política econômica da década de 1990 prejudicar as indústrias têxteis, obrigando-as a passar por um intenso processo de reestruturação produtiva. Com esse período de crise surge o espaço para novas atividades atuarem no mercado, e a prefeitura passa a incentivar as empresas ligadas à informática e a “indústria de *software*”, que revelam-se uma alternativa para manter a economia blumenauense forte apesar das adversidades.

Palavras-chave: Blumenau; industrialização; reestruturação produtiva; indústria de *software*.

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua trajetória, a cidade de Blumenau, no estado de Santa Catarina, consolidou-se como uma das principais cidades catarinenses, ganhando destaque tanto a nível nacional, quanto internacional.

Sua economia baseada em produção manufatureira teve um bom desenvolvimento até a mudança de política econômica. Com a adoção à política neoliberalista e a abertura de mercado, inúmeras indústrias têxteis são prejudicadas e obrigadas a adotar um intenso processo de reestruturação produtiva.

Contudo, subsidiada pela própria indústria têxtil, esse período de crise abrirá a oportunidade de uma nova atividade se desenvolver e ganhar espaço, as empresas de informática e a “indústria de *software*”. Portanto esse artigo

¹ Aluna de Mestrado Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina

visa pontuar aspectos da evolução econômica e reestruturação produtiva na cidade de Blumenau, bem como analisar as origens e consolidação da chamada indústria de *software*.

BLUMENAU

A cidade de Blumenau, localizada no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, fornece o cenário para o presente artigo. Situada às margens do rio Itajaí-Açu que corta a cidade no sentido oeste-leste, o município de Blumenau possui superfície de 519,8 km², sendo 206,8 km² (39,78%) de área urbana e 313,0 km² (60,22%) de área rural³. Conta com uma população de 309.011 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE, gerando uma densidade demográfica de 594,44 hab/km², com um índice de desenvolvimento humano de 0,855, considerado elevado.

Ela insere-se na mesorregião do Vale do Itajaí, formada por 53 municípios, assim como na microrregião Homogênea do IBGE de Blumenau (294), formada por 15 municípios, na associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), formada por 14 municípios, e na 15ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional formada por 5 municípios: Blumenau, Pomerode Gaspar, Ilhota e Luiz Alves.

Mapa de Localização do Município de Blumenau.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município de Blumenau, 2004. Sem escala.

O estado de Santa Catarina tem seu processo de ocupação dividido em três períodos distintos. Num primeiro momento, o início do povoamento se dá no litoral com portugueses açorianos. No segundo momento, o Vale do Itajaí e o sul do estado passam a ser ocupados, e num terceiro momento o oeste do estado, ambos por imigrantes alemães, italianos e por outras nações europeias.

Sendo assim, a cidade de Blumenau participou do segundo momento de ocupação do estado de Santa Catarina. Sua fundação dá-se em 1850, mais precisamente no dia 02 de setembro, quando o Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau, um farmacêutico e filósofo alemão recém formado, veio ao Brasil com o objetivo de fundar e estabelecer uma colônia agrícola às margens do rio Itajaí-Açu. Trouxe consigo 17 colonos alemães para explorar as terras que na época abrangia em torno de dez mil quilômetros quadrados de território.

Cada imigrante que chegava na colônia, ganhava um lote de tamanho médio para cultivar. Sendo assim, a economia na colônia desenvolvia-se através da agricultura de subsistência, dependente da mão de obra familiar. Com um excedente gerado, trocas comerciais tomaram forma e a atividade capitalista ganhou espaço. Enquanto no país a economia desenvolvia-se através da mão-de-obra escrava, num modo de produção baseado em latifúndios, a economia em Blumenau desenvolvia-se na contramão, na pequena propriedade, sendo o Dr. Blumenau contrário à mão-de-obra escrava desde o início (HERING, 1987).

A princípio, a prática comercial utilizada era o escambo de produtos, sem a circulação de dinheiro. Os comerciantes eram conhecidos pelo epíteto de “vendedores”. Estes recebiam os excedentes produzidos pelos colonos e trocava por produtos não produzidos na colônia, como o sal e outros manufaturados. O próximo passo que o vendedor executava era a revenda dos produtos aos atacadistas, geralmente importadores e exportadores (HERING, 1987).

Nesse cenário, o vendedor, que mantinha casas comerciais, acabou exercendo o papel de banco e financiando novas atividades econômicas na colônia. Sendo assim, essa estrutura social assentada na pequena produção mercantil, propiciou um desenvolvimento econômico precoce, e atividades manufatureiras-industriais surgiram a partir de então. (MAMIGONIAN, 1965)

Muitos imigrantes, vindos de uma Alemanha num processo atrasado, mas de redobrada intensidade de industrialização (SINGER, 1986), já praticavam atividades industriais no seu país de origem. Portanto, juntamente com os imigrantes vinham as técnicas necessárias para que essas novas atividades econômicas se desenvolvessem.

Todo esse processo de industrialização gerou profundos impactos na cidade de Blumenau. Dentre os estudos focados neste processo, toma-se o de Mamigonian, que em 1965 analisa as indústrias blumenauenses e identifica três momentos distintos em sua evolução. Acrescenta-se a estas mais duas, devido à cronologia dos eventos.

INDUSTRIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Num primeiro momento, observa-se que esses imigrantes que chegavam à colônia, possuíam um espírito de iniciativa muito avançado para a época, procurando atividades alternativas, além da agricultura, para que obtivessem o capital necessário para concretização de seus objetivos empreendedoras.

Apenas 30 anos após a fundação de Blumenau, surgia a malharia Hering (1880) e as tecelagens de algodão Karsten (1882) e Garcia (1885). Segundo Mamigonian (1965, p. 68) essas primeiras indústrias “eram empresas muito modestas, não utilizavam eletricidade, importavam da Alemanha máquinas usadas e vendiam os tecidos fabricados em Blumenau e vizinhanças”. Nota-se que um contato com o país de origem era mantido, fosse na importação de maquinário, ou na busca de qualificação profissional, como no caso de Max Hering e Victor Hering, que voltam à Alemanha para estudar engenharia e mecânica.

Ao final desta primeira fase industrial, surgia em Blumenau a produção de energia elétrica, em 1909, que, juntamente com a eclosão da primeira guerra mundial (1914-1918) possibilitou que duas indústrias têxteis conseguissem comprar na Alemanha pequenas fiações, permitindo a consolidação das pequenas indústrias.

A segunda fase, por sua vez, tem como o marco a eclosão da Primeira Guerra Mundial, iniciando a partir do ano de 1914 e estendendo-se até 1939. A população blumenauense passa por intenso crescimento devido aos imigrantes que não paravam de chegar, fugidos da guerra e da situação política que a Alemanha passava.

Nessa época surgem indústrias têxteis como a Teka, Artex, Altenburg, em variações da indústria têxtil surge a Etiquetas Haco e a fábrica de gases Cremer, e em iniciativas diferenciadas nasce a Gaitas Hering e a Companhia Hemmer, que participavam do processo de substituição de importações. Cabe destacar que muitas dessas iniciativas industriais tinham o respaldo da conjuntura política da época, que através das medidas criadas por Getúlio Vargas, visavam impulsionar a industrialização no país. (MORETTI, 2006)

Ao final dessa fase, vemos um cenário de consolidação das atividades industriais surgidas anteriormente e o florescimento de novas, que não necessariamente seguiam o seguimento têxtil. O contato com a Europa mantinha-se estreito, principalmente devido à facilidade de acesso ao porto de Itajaí, através do rio Itajaí-Açú, como também pela Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), que facilitava o escoamento da produção.

A terceira fase da industrialização blumenauense, marcada pela eclosão da segunda guerra mundial, caracteriza-se pela contínua consolidação da indústria têxtil, que agrega a Blumenau o título de pólo têxtil nacional. Surge nessa época a indústria Sulfabril e a Dudalina, e, com o crescimento econômico avançando, indústrias de fora resolvem abrir filiais na região, como é o caso da Souza Cruz. Indústrias pioneiras vindas de iniciativas diferenciadas também surge nesse período, como é o caso da Cristais Hering.

Muitas indústrias também passam por períodos de expansão e verticalização. Exemplos disso é a Hering que adquire uma malharia em São Paulo no ano de 1943, com o intuito de instalar ali uma outra filial, enquanto a de Blumenau expandia sua produção. A Cremer também passa atuar em São Paulo com a instalação de um escritório de vendas nesta cidade, além de ampliar sua produção adquirindo teares para a produção de felpudos (toalhas). A Etiquetas Haco abre uma filial em Joinville com a aquisição da firma Fernandes e amplia também sua produção com a aquisição de mais teares (GOULARTI FILHO, 2002).

Todo esse processo teve o amparo do Plano de Metas, que fez a produção industrial crescer ao ritmo de 11,2% ao ano, entre 1957 e 1962 (Rangel, 1985). Houve abertura para o surgimento de indústrias automobilísticas, de material elétrico e química. Entretanto esse período de crescimento econômico durante o governo de Juscelino Kubitschek, terminou numa crise que se estendeu de 1962 até 1967 (ESPÍNDOLA, 1999).

Já em 1964 com o Golpe Militar, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi instaurada e buscava cortar gastos públicos, aumentar impostos, conter o crédito e arrochar salários. Rangel (1985, p. 47-48) discorre acerca dos resultados dessa medida.

De fato, o que houve foi que, no período de 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável, resultante da coincidência da fase 'a' do ciclo endógeno com etapa final da mesma fase 'a' do 4º Ciclo Longo. Onde a correção monetária - tal como a instrução 70, do Ciclo Breve anterior - fora a peça-chave das inovações institucionais que precedem a abertura dos juglarianos brasileiros". (...) A taxa de inflação caiu de 88,4% em 1963 para 15%

em 1971, enquanto, no mesmo período, o índice de crescimento industrial passava de 0,2% para 12%.

Já em 1975, é lançado em Brasília o II PND, que objetivava desenvolver setores de base e abrir novos mercados para exportação. No estado de Santa Catarina do período de 1951 até 1956, durante o governo de Irineu Bornhausen, foi criado o POE (Plano de Obras e Equipamentos) buscando recursos públicos para obras de infraestrutura geral. Nos governos seguintes buscou-se ainda mais a ligação do oeste com o litoral (ESPÍNDOLA, 1999).

Dentro do contexto do II PND, o governo estadual mostra seu interesse no desenvolvimento da iniciativa privada quando lança o PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas), criado em 1975, tinha recursos advindos do orçamento público estadual e procurava trazer unidades industriais mais modernas. Se um determinado projeto estava de acordo com o PROCAPE, este comprava as ações da empresa, que as recomprava num prazo de cinco anos (ESPÍNDOLA, 1999).

Nesse cenário, o setor têxtil Blumenauense partiu agressivamente para investimentos produtivos, entre os anos de 1970-1980, direcionando para outras áreas do território brasileiro. A Hering, em 1976, com os subsídios da SUDENE montou em Paulista (PE) a Hering nordeste e uma unidade de processamento de algodão em Campina Grande (PB). Já a Teka adquiriu em Juazeiro (BA), Leme (SP), Nova Cruz (RN) usinas de algodão e implantou em 1974 uma fábrica na produção de tecidos de cama e mesa em Artur Nogueira (SP). Por sua vez, a Artex criou unidades de fiação em São José dos Pinhais (PR) e a Artex nordeste em João Pessoa (PB).

Ocorrem também investimentos em território catarinense. A Hering, por exemplo, implantou unidades fabris em Gaspar, Indaial, Rodeio, Presidente Getúlio, Benedito Novo e Ibirama. Já a Sulfabril adquiriu fiação em Joinville e construiu unidades em Apiúna e Gaspar. As inversões de capitais fizeram também em outros setores produtivos como o agroindustrial (Teka agroindustrial e a Ceval-Hering) e no lançamento de novos produtos como adesivos, matérias plásticas, entre outros desenvolvidos pela Cremer.

Uma próxima fase de industrialização pode ser identificada, compreendendo as décadas de 1980 e 1990. Enquanto o país passava por uma crise na década de 80, fazendo com que esta recebesse o nome de “década perdida”, as indústrias Blumenauenses mantinham o seu crescimento, seguindo a tendência catarinense. As principais indústrias têxteis puderam manter sua postura expansionista, ampliando a cadeia produtiva e disseminando em toda a região uma rede de pequenas e médias empresas de serigrafia, bordadeiras, estamparias e facções domiciliares (GOULARTI FILHO, 1997).

A Teka, por exemplo adquiriu a Tecelagem e Malharia Indaial em 1983, e a Ceval-Hering adquiriu o frigorífico Seara. Os investimentos produtivos no setor têxtil ampliaram a cadeia produtiva e disseminou em toda região uma rede de pequenas e médias empresas de serigrafia, bordadeiras, estamparias e facções domiciliares (GOULARTI FILHO, 1997).

A situação sofre profundas mudanças a partir de 1990. O Plano Collor e o Plano Real, que buscavam a estabilização monetária, e promoveram a abertura comercial e a sobrevalorização da moeda, acabaram por prejudicar a indústria têxtil, uma vez que o mercado nacional foi invadido por produtos estrangeiros e a taxa cambial não favorecia a exportação dos produtos brasileiros.

Houveram falências, como a Sulfabril que entrou em processo falimentar e teve a família fundadora afastada do comando da empresa, e aquisições por empresas forâneas, como a Artex adquirida pela Coteminas. A própria Hering teve que vender ativos (como a Ceval) para poder manter-se no setor têxtil, bem como a unidade de Pernambuco para a Vicunha. A Teka desativou suas unidades de São Paulo, Bahia e Paraná.

As empresas têxteis que continuaram em funcionamento, partiram para um intenso processo de reestruturação produtiva caracterizada pela racionalização dos custos, apoiada em estratégias de reorganização da produção, em que predominavam objetivos de *downsizing*, principalmente a terceirização de atividades e o aumento do conteúdo importado, etc.

A Hering que em 1986 empregava 12.500 funcionários, atualmente emprega apenas 4.000; a Artex, no mesmo período passou de 5.000 para 1.700; (...) a Cremer, de 2.400 para 1.200; e a Sulfabril, de 4.700 funcionários em 1986, passou para 1.300 em 2000. (...) No período de 1992 a 1999 foram demitidos, sem novas contratações, 11.348 funcionários (GOULARTI FILHO, 2002 p. 349).

Com a estrutura produtiva em processo de desverticalização, e a busca por terceirização, inúmeras empresas de médio e pequeno porte se proliferaram, como por exemplo as facções. Essas empresas modestas, estando legalizadas ou não, na maioria dos casos eram abertas e/ou aproveitavam-se da mão de obra de ex-funcionários das grandes empresas têxteis, contudo não podiam competir em nível tecnológico ou profissional. (SIEBERT, 2006)

Inovações ocorrem, numa última fase que se estende até aos dias atuais, que é a especialização do setor de informática. Em 2003, a Prefeitura Municipal de Blumenau adota um plano de revigoramento da economia e as

empresas ligadas à indústria de *softwares* multiplicaram-se, formando inclusive um “arranjo produtivo local”.

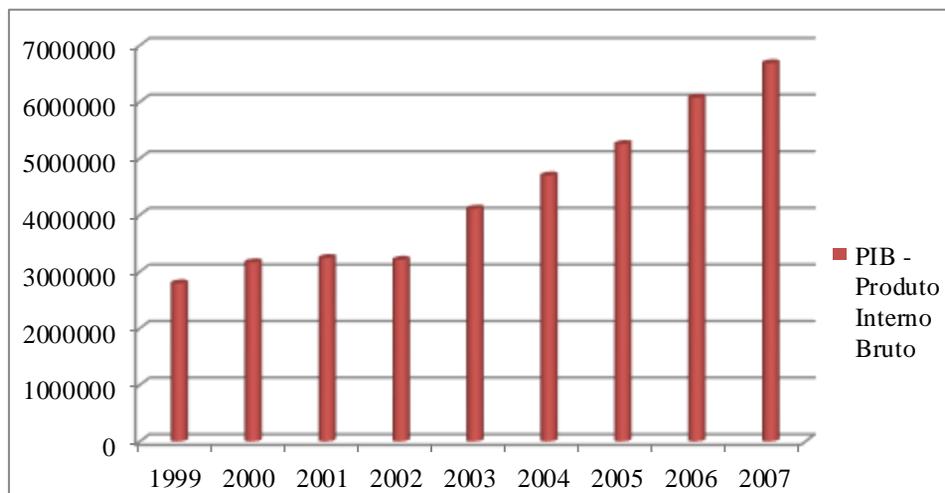
As exportações catarinenses subiram de US\$ 3,7 milhões para US\$ 9,0 milhões e as importações passaram de US\$ 993 mil para US\$ 14,8 milhões, no período de 2003 à 2011. Além das exportações de produtos manufaturados, que ainda constituem a maioria, os produtos básicos vêm ganhando espaço e crescendo significativamente.

Contudo, dados mais recentes têm demonstrado um agravante, “uma perigosa deterioração das relações comerciais de Santa Catarina com o mundo” (MAMIGONIAN, 2011, p.464). A participação das exportações catarinenses no total das exportações brasileiras, que era de 5,1% em 2001 (5º maior exportador brasileiro), reduziu para 3,54% em 2011 (10ª posição no ranking dos estados exportadores). Tal desempenho tem afetado a evolução do PIB, pois, a partir de 2006, as taxas de crescimento catarinense foram menores do que a brasileira. Nos três últimos anos, 2008, 2009 e 2010, os percentuais de Santa Catarina foram 22,4%; 22,1% e 28,2%, respectivamente, em relação ao valor de 2002. Enquanto os valores acrescidos, em termos relativos, do Brasil foram 26,5%; 26,1% e 34,7%, respectivamente.¹

Contudo, o PIB de Blumenau apresenta aumento. De 5.516.256 em 2005, passa para 10.197.251 mil reais em 2011. Outros dados também apresentam aumento, como por exemplo, o número de indústrias que de 1.990 em 2006, passa para 2.167 em 2013; o número de comércio passa de 3.548 para 3.962 em 2013; e o total de estabelecimentos de serviços que em 2006 somava 3.314 passa para 4.464 em 2013².

¹ Fepese, 2012.

² Dados da FIESC

Evolução do PIB no município de Blumenau entre: 1999 e 2007 em Reais(R\$)

Fonte: IBGE

Elaboração: Emanuela Francisca Wenning

As atividades econômicas não apresentam muitas alterações e o município de Blumenau continua tendo como uma das atividades principais a indústria têxtil, apesar das dificuldades que a década de 90 trouxe. Indústrias como a Karsten, Cia. Hering, Dudalina, Altenburg, Sulfabril, etc. continuam em atividade. Indústrias alternativas no segmento de cristais (Cristallerie Strauss, Cristal Blumenau), metalurgia (Altona) e Equipamentos Elétricos (Weg) também marcam presença. Devido à influências turísticas, o setor cervejeiro também ganha força e atualmente Blumenau abriga cervejarias como a Eisenbahn, Bierland, Wunder Bier e Zehn Bier.

O VALE DO SOFTWARE

O surgimento das empresas de informática em Blumenau está intimamente ligado ao setor têxtil. Em 1969 com é criada a CETIL (Centro Eletrônico da Indústria Têxtil), fruto da iniciativa dos empresários têxteis de Blumenau juntamente com os dois primeiros sócios Ingo Greuel e Décio Salles.¹

A CETIL tinha como objetivo dar suporte na área informatizada das indústrias locais. Teve um crescimento acentuado, e não muito tempo depois, passou a atender também empresas de fora de Blumenau. Em 1975,

¹ Fonte: <http://www.cetil.com.br/historia/> - acessado em 20/08/2015

impulsionado pela CETIL, o primeiro curso de processamento de dados da FURB é criado.

Num primeiro momento, a CETIL concentrava-se na produção de *software* horizontal, tais como os de processamento de texto, nos voltados para a automação de escritórios, principalmente aqueles de contabilidade e de recursos humanos, e também para comerciários.

Na década de 1990 a empresa passa pela primeira reestruturação, passando a promover soluções para a gestão pública. Alguns técnicos formados dentro da CETIL, resolvem abrir suas próprias empresas, num processo que levou ao crescimento acentuado do setor, nomeando a região de Blumenau como “Vale do *Software*”.

A consolidação desses novos empreendimentos contou com um “ambiente” propício em nível local. Em primeiro lugar, a disponibilidade de uma mão de obra qualificada, relativamente barata e altamente produtiva. Por outro lado um “clima cooperativo” entre empresas, que facilitou significativamente a vida das novas empresas, gerando vantagens de aprendizagem tecnológica e economias de escala no desenvolvimento e comercialização dos *software*. (BERCOVICH; SCHWANKE, 2003, p. 10)

Nesse cenário em se externava os conhecimentos acumulados dentro da CETIL, o poder público volta sua atenção para o crescente setor de informática, culminando na fundação da Blusoft, em 1992, com o apoio da Prefeitura Municipal de Blumenau. Visava a articulação dos empresários com as instituições de apoio, no que diz respeito ao planejamento, implementação e gerenciamento de atividades.¹ Demonstrava também a preocupação do setor privado em manter um nível de competitividade frente à abertura de mercado dos anos 90.

De fato a indústria blumenauense de *software* conseguiu marcos significativos. Em 1985, uma empresa blumenauense chamada WK sistemas lançou o primeiro *software*-pacote brasileiro. Outra empresa chegou a desenvolver o *software* de processamento de texto mais disseminado no Brasil, denominado “Fácil”, que apenas caiu em desuso após a *Microsoft* lançar o Sistema Operacional *Windows* e um pacote de *softwares* associados a ele, como o *Microsoft Word*.

¹ Fonte: <http://www.blusoft.org.br/novo/blusoft> - acessado em 23/08/2015

Quase sem exceção, o fim da reserva do mercado de informática (final dos anos oitenta) é percebida pelas empresas como um fator que favoreceu enormemente sua expansão, ao permitir baixar os custos dos insumos tecnológicos e dos equipamentos e, principalmente, porque acelerou a difusão da informática na economia brasileira, ampliando-se assim o mercado para os produtos de *software*. (BERCOVICH; SCHWANKE, 2003, p. 15)

A maior disseminação em termos numéricos dessas empresas de *softwares* foi na segunda metade da década de 1990 (BERCOVICH; SCHWANKE, 2003). Em 2010, o número de empresas de informática em Blumenau atinge cerca de 500. Somadas, todas essas empresas correspondem à 53% do mercado catarinense e 30% dos negócios no sul do país.¹ Dados da Blusoft apontam que existem na cidade mais empresas relacionadas à informática do que padarias.

Algumas características das empresas blumenauenses que garantem a elas uma competitividade a nível nacional e internacional, é a constante atualização dos produtos, suporte técnico, especificidade dos sistemas e o preço do produto. Já as desvantagens são o baixo marketing e a consolidação dos produtos estrangeiros como portadores de uma qualidade maior (BERCOVICH; SCHWANKE, 2003).

CONCLUSÃO

A cidade de Blumenau, de fato, adquiriu logo no início de sua trajetória caracteres específicos que puderam lhe conceder um desenvolvimento diferenciado e pioneiro. Somados aos benefícios concedidos pelo governo nacional, a indústria têxtil foi a força motriz de todo esse processo.

A política neoliberalista adotada nos anos 1990 foi prejudicial para as indústrias blumenauenses, uma vez que o produto nacional não tinha a capacidade de competir com o produto importado. Essas indústrias, ao passar por um processo de reestruturação produtiva puderam então manter-se no mercado, mas o preço pago pela população não foi baixo.

¹ Fonte: <http://www.cetil.com.br/historia/> - acessado em 20/08/2015.

Diminuição dos postos de trabalho, redução salarial e fim de benefícios trabalhistas foi algumas dessas consequências. A terceirização aparece como uma “muleta” para as indústrias baratarem seus custos. Inicia-se uma proliferação de facções têxteis, muitas abertas por ex-funcionários das indústrias e muitas também atuando no mercado informal, que davam o suporte necessário para o processo produtivo das grandes indústrias.

Em períodos de crise, um espaço para inovações surge e a cidade de Blumenau passa a abrigar inúmeras empresas atuantes no setor de informática e desenvolvimento de *software*. Observa-se que essas empresas compartilham uma origem em comum, a partir da CETIL, empresa criada pelos industriais têxteis para dar suporte às suas empresas.

Nos dias atuais, a cidade de Blumenau abriga uma APL de informática e o reconhecimento de suas empresas ganham destaque a nível internacional. Dessa forma, apesar da indústria têxtil ter perdido boa parte de sua parcela no mercado, ela continua a impulsionar a economia do município indiretamente ao ter criado a primeira empresa destinada a atividades de informática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPÍNDOLA, Carlos. **As Agroindústrias do Oeste Catarinense: O caso Sadia**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1996.

_____. **As Agroindústrias no Brasil: O caso Sadia**. Chapecó, Grifos, 1999.

GOULARTI FILHO, Alcides et al. **A Indústria do Vestuário – economia, estética e tecnologia**. Florianópolis: Obra Jurídica Ltda, 1997, 197 p.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2002. 500 p.

HERING, M. L. Renaux. **Colonização e indústria no vale do Itajaí - o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau, Editora da FURB, 1987.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**, in Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Separata, 1965.

_____. **A Indústria de Santa Catarina: Dinamismo e Estrangulamento**. In: Mamigonian, Armen (org.) **Santa Catarina: Estudo de Geografia Econômica e Social**. Série de Livros Geográfico, Florianópolis: n.4, GCN/CFH/UFSC, 2011.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo: Nacional. 1986.

MORETTI, Silvana Maria. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Fábrica e espaço urbano: a influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau.** Florianópolis, 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programas de Pós-Graduação em Geografia.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e antimilagre.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

SIEBERT, C. **A evolução Urbana de Blumenau: O (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial.** Florianópolis, 1999.190 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Indústria e Estado : a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do médio Vale do Itajaí.** Florianópolis, 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SCHWANKE, C. ; BERCOVICH, N. . **Cooperação e Competitividade na Indústria de Software de Blumenau.** Desarrollo Productivo, Santiago de Chile, v. 138, n.138, p. 3-42, 2003.

O REORDENAMENTO TERRITORIAL PROVOCADO PELA TURISTIFICAÇÃO - INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO

Silvana P. Lima de Queiroz¹
Elimar Pinheiro do Nascimento²

RESUMO

O artigo incide sobre a relação entre o reordenamento territorial provocado pela turistificação e as interfaces do desenvolvimento. Após o advento do turismo de massa, surge nos anos 90 a preocupação com a expansão da atividade turística nos territórios, pois, a turistificação provoca o reordenamento territorial, criando novos espaços. Deste processo, resultaram formas urbanas e paisagens que revelam ambigüidade sobre a sustentabilidade econômica, social e cultural durante o processo de desenvolvimento e ocupação dos espaços para o uso do turismo. A pesquisa temo como objetivo: analisar o reordenamento territorial provocado pela turistificação, dando ênfase as interfaces do desenvolvimento. Quanto ao procedimento metodológicos, por se tratar de um artigo construído a partir das literaturas sobre ocupação e uso do território urbano, enfatizando a construção de empreendimentos turísticos e as interfaces do desenvolvimento, a pesquisa foi bibliográfica, sob o olhar de Milton Santos e Ignácio Rangel. Destacamos que o planejamento territorial pode ser um instrumento para minimizar os efeitos do crescimento desordenado do turismo, o qual acarreta impactos socioambientais como a degradação do meio ambiente, degradação da cultura e dos costumes locais.

PALAVRAS-CHAVE: Reordenamento Territorial; Turistificação; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O processo histórico-evolutivo tem demonstrado diversas e profundas alterações no ambiente, provocadas pelo ser humano, por causa da exploração irracional dos recursos naturais e o processo de ocupação nos ambientes urbanos com objetivo de satisfazer suas necessidades e melhorar a qualidade de vida.

Entendido como fenômeno socioespacial contemporâneo gerador de uma atividade econômica dinâmica, o turismo provoca alterações significativas nas estruturas ocupacionais das populações residentes nas áreas onde ele se manifesta, desde abandono das atividades primárias (pesca, agricultura e pecuária), substituídas por aquelas do setor de prestação de serviços, até a

¹ PPGCASA/UFAM- Universidade Federal do Amazonas, Mestranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, projeto em andamento silima35@hotmail.com

² Doutor em Ciências Sociais (CDS-UNB/UFAM) Universidade de Brasília. elimarcds@gmail.com

migração de trabalhadores de outras áreas e a construção de empreendimentos direcionados para as funções de lazer e recreação. As modificações se estendem a outras dimensões, não menos importantes, com a dimensão ambiental, social e cultural.

A qualidade do meio ambiente, tanto natural quanto o construído pelo homem, é essencial para o turismo. Entretanto, é necessário reforçar que o relacionamento do turismo com o meio ambiente é bastante complexo. Envolve atividades que podem ter efeitos ambientais adversos. E muito desses impactos estão ligados a construção de obras de infra-estrutura, como as rodovias e os aeroportos, e às instalações turísticas, incluindo resorts, hotéis, restaurantes, pontos comerciais, áreas de lazer, marinas etc., que são fundamentais para o desenvolvimento turístico. Ocorre que os impactos negativos desse desenvolvimento podem gradualmente destruir os recursos ambientais dos quais depende o turismo.

O artigo tem como objetivo analisar o reordenamento territorial provocado pela turistificação, dando ênfase as interfaces do desenvolvimento, quanto ao procedimento metodológicos, por se tratar de um artigo construído a partir das literaturas sobre ocupação e uso do território urbano, enfatizando a construção de empreendimentos turísticos e as interfaces do desenvolvimento, a pesquisa foi bibliográfica, sob o olhar de Milton Santos.

O TURISMO E A CRIAÇÃO DE UMA (DES) ORDEM ESPACIAL

O turismo é uma atividade econômica que desperta interesse nos âmbitos governamental, acadêmico, industrial e público. Este reconhecimento não se deve somente pelo número expressivo de pessoas viajando pelo mundo, mais também pelo forte impacto que a atividade exerce nas vidas das pessoas e nos lugares em que a atividade é praticada.

A existência do turismo nas localidades demonstra que parte da população possui condições e recursos para fazer turismo, reunindo os aspectos, financeiros, tempo livre de trabalho, bens materiais e imateriais. Outro fator importante são os espaços eleitos para a realização da atividade, é necessário que os mesmos possuam os atrativos (naturais e/ou artificiais) e infraestrutura para receber os visitantes.

Porém, observamos que a apropriação de determinados espaços pelo turismo, convêm de diferentes fatores tais como: social, econômicos e culturais e não só de recursos naturais que o espaço possui. Ele então destaca, "A lógica dos espaços turísticos tem como principal paradoxo o fato de os espaços apropriados pela atividade serem concebidos para ser, em essência, espaço do ócio, quando na prática não o são em forma pura". (CRUZ, 2000, p. 18).

Para que haja uma melhor compreensão do processo de turistificação é preciso destacar o papel do turismo no (re) ordenamento de territórios, ou a

importância das relações em que essa atividade se insere e as ações e reações perante a apropriação do território. Quando o assunto é o turismo, devemos investigar o processo de produção e apropriação do espaço para o consumo do turismo, ou seja, da produção do território.

O turismo faz uso dos processos de transformação dos territórios para o seu próprio uso, com outros usos do território, também como formações sócio-espaciais conforme o seu aparecimento. Neste sentido, [...] a força do turismo é dada por sua capacidade de criar, de transformar e, inclusive, de valorizar, diferencialmente, espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção. ()

Considera-se um lugar turístico, lugares com potencialidade turística, os que possuem atrativos naturais e também aqueles que foram apropriados para a prática social do turismo, isto é, lugares que foram produzidos para o uso do turismo.

Durante a produção do território turístico, ou seja, do uso do espaço para prática do turismo, ocorrem simultaneamente, a apropriação de novos lugares e o abandono dos outros. Isso acontece pela influência do modismo que é determinado pelo marketing. E as leis do mercado não levam em consideração a valorização ou a desvalorização sociocultural. Outro elemento importante durante a ocupação do espaço por atividades turísticas são os residentes, é importante que os mesmo sejam beneficiados diretamente com o processo de transformação do espaço para uso turístico, é imprescindível que haja valorização cultural, distribuição social e territorial do trabalho.

A prática do turismo é capaz de dinamizar diversas atividades e ramos da economia, e reflete ainda as determinações da sociedade inserida, que é contraditória, conflituosa, controversa, reflexo das lógicas do momento histórico presente (...) (SANTOS, 2003).

O turismo ocupa um papel de destaque na acumulação e reprodução de capital, porque a circulação de pessoas gera também circulação de capital, principalmente por meio do consumo de bens e serviços. O processo de acumulação do capital como reprodução social "carrega conflitos em suas próprias entranhas, uma vez que se trata de recalcar e acomodar nas malhas do mercado, esvaziando de sentido histórico, as formas contemporâneas que não estejam em plena concordância com a expansão do capital". (SANTOS, 2003)

No pensar de Smith (1988) o capitalismo "foi bem sucedido em realizar seu crescimento" Não se pode precisar a que custo isto se deu, mas podemos saber os meios utilizados: pela ocupação do espaço, pela produção de espaço. Portanto, é necessária uma análise da prática da atividade turística, estabelecendo sólidas relações entre as tendências observadas no turismo e as tendências em relações gerais da sociedade. (MARTINS, 2000)

O autor ressalta que é preciso superar as leituras dicotômicas do turismo e seus impactos, porque o turismo é uma atividade ampla, complexa, que

envolve diversas dimensões e reduzi-lo a discussões em que ora "é negativo e ora é positivo seria algo reducionista. Mesmo porque ao privilegiar os impactos do turismo é ver o impacto como algo exterior e o turista como um invasor. Considerando o fato que o turismo não é uma atividade exterior ao espaço e a sociedade, e sim um fator constitutivo das sociedades atuais. É necessário que haja uma leitura que compreenda os processos sociais ligados a essa atividade, isto é, os que motivam as viagens, os que dão suporte para que as viagens aconteçam, e os que permitem as condições para que o turismo ocorra nos lugares.

É sabido que os números publicados pela OMT (Organização Mundial de Turismo) e outros organismo oficiais (Embratur/Brasil) são expressivos e destacam o turismo como uma "Indústria" cada vez mais promissora, geradora de divisas e como uma alternativa de desenvolvimento econômico. Uma vez que as estatísticas mostram os números, o planejamento territorial pode ser um instrumento para minimizar os efeitos do crescimento desordenado do turismo, o qual acarreta impactos socioambientais como a degradação do meio ambiente, degradação da cultura e dos costumes locais, bem como o uso massivo de infra-estruturas essenciais à vida cotidiana nas localidades, em destaque para o período de alta temporada, quando há acúmulo de resíduos e comprometimento do abastecimento de água.

Boullón (2002) enfatiza que um aspecto importante no planejamento é organizar as ações do homem sobre o território, e "planejar bem o espaço é descobrir sem erro como é a nossa realidade, e ser capaz de imaginar aquilo que devemos agregar, para que, sem perda de atributos, adapte-se a nossa necessidade".

O espaço é um produto social e histórico, reflexo da articulação das relações sociais, e produzido socialmente através do trabalho. Na visão de Santos (2003) O espaço é construído por um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Por um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Com isso abrimos a perspectiva de se compreender o espaço não somente como produto, mas também como produtor. A partir da noção de espaço, Milton Santos (2002) reconhece suas categorias analíticas internas e externas. Entre as categorias internas encontram-se a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas conteúdo. Entre as categorias externas, destacam-se a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e

a ideologia. As ideias de meio, paisagem, território, lugar, região, divisão do trabalho, são elementos constitutivos do espaço.

A produção do espaço pode ser compreendida, portanto, como uma consequência das relações entre processos econômicos, políticos, sociais, que apresentam uma manifestação espacial em constante movimento de transformação ligado à ideia de processos, social e histórico.

A relação turismo e espaço se traduz fundamentalmente na indiscutível capacidade que tem o turismo de reordenar os territórios à sua conveniência, com objetivo de criar as condições para que o mesmo possa ocorrer. O turismo pode desencadear consumo consumptivo do espaço enquanto objeto. “é preciso ter em mente que a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora (...) é o movimento do mundo das mercadorias, no e pelo qual o espaço se torna objeto” (MARTINS, 2001).

Produzir espaço para venda e consumo implica, entre outras coisas, no valor de troca sobre o valor de uso, e o espaço mercadoria limita seu uso às formas de apropriação privada. Isso pode ser ilustrado pelo turismo, em que o próprio meio ambiente é consumido através da recreação, ou pela realocação dos negócios devido à atratividade natural. O design espacial pode ser convertido em mercadoria, juntamente com a terra. (GOTTDIENER, 1993)

Pode-se dizer, portanto, segundo Silveira () que dois elementos da psicosfera atuam na produção dos lugares turísticos: o primeiro, a publicidade que, invadindo a sociedade no seu aspecto cotidiano, impõe a necessidade da fuga do mundo e da lógica do trabalho (mercantilizando o tempo do não-trabalho), e segundo, a aptidão paisagística dos lugares e os atrativos turísticos, ambos sendo uma construção cultural, determinada por parcelas da sociedade num dado momento histórico.

TURISMO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

A tendência do turismo é oferecer a diversificação dos destinos, essa diversificação está relacionada, tanto às novas ofertas dos produtos turísticos tradicionais, como é o caso do turismo de sol praia e do turismo de circuitos, quanto à emergência dos chamados turismos alternativos (SA, 1997). Em ambos os casos, a espacialização do turismo vai ocorrer em diversas escalas geográficas, produzindo uma espécie de “turistificação” do mundo e sua conversão num cenário turístico na sua quase totalidade (URRY, 1996).

Os territórios que se incorporam ao turismo mundial vão passar a competir com os tradicionais e hegemônicos destinos de sol e praia, como exemplo, os destinos naturais, localizados próximos ou distantes dos centros emissores e os territórios que substituem ou complementam a oferta com produtos turísticos diferenciados, ou seja, suprem a demanda por destinos e

experiências alternativas e não possuem uma espacialidade pré-determinada, pelo contrário, se distribuem de maneira difusa no território, como é o caso das modalidades de turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura. (RODRIGUES, 2006).

A expansão e diversificação dessas modalidades vêm conferindo uma importância significativa para alavancar o desenvolvimento econômico de países e regiões com potencial turístico. Por outro lado, com a emergência da questão ambiental, que suscitou o debate sobre os problemas de degradação do meio ambiente, o crescimento do turismo passou também a ser questionado por conta dos impactos negativos que pode ocasionar nos espaços de destino. Desde então, passou-se a perceber com maior clareza que o turismo não é portador só de benefícios e vantagens. Isto é verdadeiro apenas em parte, pois diversos estudos demonstram que o desenvolvimento turístico também pode causar uma série de danos às regiões receptoras, ou melhor, dito, que este desenvolvimento pode não ser completamente positivo, visto que implica, muitas vezes, em conseqüências socioculturais e ambientais adversas.

Portanto, é preciso atentar para os impactos ambientais e socioculturais decorrentes do desenvolvimento turístico. A preocupação com esses impactos tem aumentado continuamente, embora de forma desigual, em países e regiões no mundo todo. Neste contexto, um dos grandes desafios para governos, instituições privadas, estudiosos, e planejadores, passou a ser como promover o desenvolvimento do turismo de maneira menos prejudicial para o meio ambiente.

Assim, notadamente a partir do início dos 90, assiste-se à difusão da idéia de desenvolvimento sustentável do turismo. Aplicada ao turismo, a noção de sustentabilidade ganhou um significado próprio, e passou a designar o que vem sendo chamado como “turismo sustentável”, expressão controversa e muito abordada nas literaturas mais recentes.

A idéia de turismo sustentável surge e se desenvolve em meio ao debate sobre a sustentabilidade. A partir do final dos anos 80, quando a questão ambiental tornou-se da maior importância, múltiplos fatores vieram contribuir para que o conceito de sustentabilidade fosse incorporado à atividade turística. Entre esses fatores destacam-se: a influência crescente do ambientalismo, entendido aqui em sua acepção sociológica, sobre o setor turístico; o aumento da consciência “verde” entre os turistas; a valorização da qualidade ambiental dos espaços de destino, particularmente nos países desenvolvidos; o reconhecimento de todos os atores sociais (turistas, populações locais, gestores públicos e iniciativa privada) de que o turismo também provoca impactos sociais e ambientais nas regiões receptoras; e o declínio de vários destinos turísticos já consolidados por conta da deterioração ambiental, com conseqüente perda da rentabilidade econômica para o setor no âmbito regional e local.

Diversos estudos assinalam que o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis é uma exigência da qual não há como escapar no futuro próximo, pois além da questão ambiental, que diz respeito a tudo e a todos, disto dependerá a sobrevivência do próprio turismo. Em termos práticos, no entanto, os princípios básicos do turismo sustentável ainda estão longe de serem aplicados no planejamento e no desenvolvimento da atividade turística. Isso se deve há vários entraves que têm dificultado uma melhor compreensão do verdadeiro significado do que se entende como “turismo sustentável” e, conseqüentemente, bloqueado sua implementação na prática de modo mais efetivo.

Na verdade, o que se vê é o crescente uso do conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo para legitimar antigas práticas muito criticadas por evidenciar a lógica consumista, economicista, depredadora de recursos. Enfim, práticas que no fundo visam, sobretudo, se apropriar dos lugares para aumentar a participação no chamado mercado turístico globalizado. (RODRIGUES, 2006)

De fato, em muitos casos, observa-se que administradores públicos vêm fazendo uso do conceito de turismo sustentável apenas no discurso, porque na prática continuam a apoiar e financiar empreendimentos turísticos, em geral de agentes econômicos que não são das regiões de destino, especialmente no que concerne à implantação de equipamentos e instalações turísticas (hotéis, resorts, aeroportos,). Estas infra-estruturas são necessárias para expandir a atividade turística no âmbito nacional e regional e, o discurso do Estado, em favor dessas instalações é que a implantação irá trazer benefícios para a população como um todo.

Nas duas últimas décadas o turismo tem recebido atenção por parte dos governos na elaboração das chamadas políticas de desenvolvimento, notadamente, das políticas públicas que servem de orientação às ações de planejamento e ordenamento do território. Deste período em diante o turismo, que quase sempre era visto como uma atividade menor converteu-se numa opção estratégica para governos, sobretudo em muitos países em desenvolvimento, como é caso do Brasil, que buscam promover o desenvolvimento econômico nas escalas regional e local (CRUZ 2000).

Em alguns países o setor público vem sendo um agente ativo no fornecimento de incentivos financeiros (concessões de empréstimos, isenções de impostos, e outros mecanismos financeiros), bancando muitas vezes o investimento em turismo para o setor privado. Sendo esta uma função bastante criticada por parte dos estudiosos do assunto, particularmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (RODRIGUES, 2006).

Além dessa função, destaca-se o papel do governo no planejamento da atividade turística, porque o planejamento turístico pode ser considerado uma ferramenta básica para se buscar o desenvolvimento de destinos turísticos

dentro de bases mais sustentáveis. Aliás, diversos estudiosos têm destacado a importância e o papel do planejamento do turismo (BENI, 2001).

O planejamento governamental para o turismo pode referir-se a diversas áreas, com ênfase no fomento, na provisão de infra-estruturas básicas, no controle do uso do solo e exploração de recursos ambientais, na divulgação e no marketing. É nessas áreas que instituições de diferentes departamentos governamentais e em diversas escalas (nacional, regional e local), têm atuado em países e regiões considerados como destinos turísticos consolidados. Tal atuação tem se efetivado a partir da elaboração de programas e projetos de incremento ao turismo, nos quais o governo define as diretrizes que vão servir de orientação para o desenvolvimento turístico, assim como as formas e o grau de intervenção no processo de planejamento e de desenvolvimento do setor (BENI, 2012).

A exigência do planejamento turístico governamental e da intervenção do Estado no processo de desenvolvimento do turismo decorre da necessidade de se oferecer respostas aos problemas inerentes a esse desenvolvimento e, principalmente, de se prevenir dos efeitos indesejados que o crescimento da atividade pode provocar, em especial nas escalas regional e local. Como já salientado, o turismo não é só portador de vantagens e benefícios, mas também de riscos, podendo provocar uma série de danos às regiões receptoras quando o seu crescimento ocorre de modo desordenado, implicando em efeitos negativos para o meio ambiente, para as sociedades e, até mesmo, para a economia desses espaços.

Contudo, o planejamento do turismo deve ser visto como um importante instrumento para nortear o desenvolvimento da atividade turística, mas não é uma panacéia. É um erro ver o planejamento como aquele que vem solucionar todos os problemas decorrentes de modelos de desenvolvimento turístico inadequados.

Por outro lado, é interessante observar que entre os pressupostos básicos do planejamento está o aspecto territorial, relacionado ao uso do solo e dos recursos ambientais, dos quais o turismo depende em grande parte para existir. Assim, planejamento turístico e ordenamento territorial apresentam-se muito inter-relacionados. É claro que o planejamento do turismo não se esgota no ordenamento do território, sendo necessário garantir uma intervenção mais ampla sobre os subsistemas econômico e social, que são complexos por natureza, envolvem variáveis endógenas e exógenas e requerem mecanismos eficazes de controle sobre processos dinâmicos que podem ter implicações múltiplas.

A INTERFACE TURISMO-DESENVOLVIMENTO

Este ponto é considerado o grande gargalo na relação turismo-desenvolvimento na instância local: a conjunção cotidiana das demandas globais com os interesses e necessidades locais, isto porque, hoje, de algum modo, com maior ou menor intensidade, os lugares que formam o espaço geográfico mundial estão conectados a uma rede de fluxos que configura o processo de globalização. Acerca desta questão, Silva (1998) declara quem em um determinado momento as duas induções, a interna e a externa, passam a ter uma forte associação podendo ocorrer: persistência da maior importância do fator que deu origem ao processo de mudança; substituição do fator inicial, em termos de maior relevância, pelo novo fator; equilíbrio entre os fatores internos e externos.

Por esta razão, discutir a dinâmica territorial do desenvolvimento exige pensar sobre a globalização. A globalização é um processo vinculado ao território, não apenas porque envolve nações e países mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos, sendo também uma função dos fatores de atração de cada território. Trata-se, portanto, de uma questão que condiciona a dinâmica econômica das cidades e regiões e que, por sua vez, é afetada pelo comportamento dos atores locais.

O geógrafo Milton Santos (2000), considera a existência de pelo menos três perspectivas de globalização: a globalização como fábula, a globalização como perversidade e outra globalização. No primeiro caso, o mundo estaria, de fato, experimentando uma extraordinária fluidez, a ponto de estreitar enormemente as relações de todos os tipos entre os povos, segundo o autor, isto é o que se quer fazer pensar. Já na segunda forma, se apresenta o mundo tal como ele é: estratificado em dois planos de relações socioeconômicas-horizontais (territórios nacionais) e vertical (redes mundiais)- em que as relações externas têm comandado o destino dos lugares.

Neste contexto, para Santos, outra globalização seria possível se sustentada em relações solidárias, com prevalência do conteúdo social, cultural e moral. Deste modo, a suposta homogeneização e a idéia de universalização do espaço, recorrente quando se trata da globalização, não pode ser entendida como uma via de mão única do ordenamento espacial, posto que o espaço, em sua totalidade, é composto por lugares com tempos e lógicas peculiares, que conectados, compõem o que se pode chamar de esfera global. Isto põe em evidência as peculiaridades da dinâmica relacional do local com o global e vice-versa.

Neste sentido, Santos (1997, p.94) caracteriza a relação local-global por dois recortes espaciais: “o território da verticalidade e o território da horizontalidade”. O primeiro, sustentado por uma racionalidade global com funções controladas, planejadas e vinculadas a uma ordem global. O segundo, ligado ao fazer local dos lugares, ao cotidiano, aos objetos e ações próprias da sociedade local.

Segundo o autor, não é preciso haver uma total submissão do local ao global, pelo contrário, o lugar deve impor a sua realidade, ainda que em observância ao contexto global, caracterizando muito mais uma relação de complementaridade do que de oposição. Assim, já não é mais coerente falar em contradições entre o local e o global, posto que haja uma relação de completude entre ambos.

Santos (1994) preconiza que o lugar pode se constituir lócus de uma possível resistência à atual globalização e ao processo de verticalização dos lugares. Segundo o autor, isso será possível através do fortalecimento das horizontalidades entre os lugares e da reconstrução de “uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo e o desenvolvimento de uma solidariedade ativa, geradora de ações políticas locais que se antepõem às tendências meramente verticalizantes” (1994, p. 228-229). Continua o autor, afirmando que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (1997, p.252), e reconhecendo que “a localidade se opõe a globalidade, mas também se confunde com ela” (p. 258).

Avançando nesta linha de pensamento, é possível afirmar que, nenhuma escala por si é boa ou ruim, mais ou menos importante que outra. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas de desenvolvimento levando em consideração a escala específica destes, mas sem perder de vista a rede escalar na qual está enredada. Neste sentido, no âmbito local, muitas ações importantes de turismo como promotoras do desenvolvimento podem ser articuladas, sem que, no entanto, haja supervalorização de microprocessos e microdecisões.

Com efeito, necessário se faz pensar sobre o lugar que se pretende seja lugar turístico, como um “território que expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental”

O ESTADO E O REORDENAMENTO DO ESPAÇO TURÍSTICO

O Estado desempenha na sociedade um papel considerável no ordenamento do espaço, inclusive nos destinos turísticos, assumindo uma responsabilidade ímpar para sua estruturação. O planejamento e a gestão pública são atividades políticas antes de serem técnicas. Dessa forma, as relações de poder existentes precisam ser analisadas criteriosamente, pois as consequências no processo são decisivas. (HALL, 2001).

No jogo de interesses dos diferentes agentes do turismo, o Estado deve ser responsável pelo processo de planejamento, pois esta instância de poder

não pode se apresentar apenas como agente legitimador e reproduzidor das forças do mercado, mas como instituição que reflete o interesse dos setores majoritários da sociedade (HALL, 1999).

O poder público não é o único agente influenciador na escolha do destino, mas existem outros poderes denominados periféricos e moleculares, além-Estado, que atuam em patamares variados e diferentes da rede social, nos quais os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado (FOUCAULT, 2007).

Na medida em que o turismo assumiu relevância no município enfocado, os grupos políticos locais tradicionais procuraram assumir o controle da atividade, além de participarem dos dividendos propiciados pelo turismo, desencadeando conflitos entre os dois grupos distintos - Mercado e Poder Público - no que concerne aos seus interesses na condução do turismo local.

Os *insiders* detêm o poder político e de gestão da atividade, enquanto os *outsiders* detêm o poder econômico, controlando a principal função econômica do município. A falta de entendimento entre os dois grupos resulta em dificuldades para o turismo local e em uma produção do espaço marcada por contradições que põem em risco a sobrevivência da própria atividade, na medida em que essas relações são marcadas pela rentabilidade imediata, relegando ao plano secundário as comunidades tradicionais e o principal elemento de atratividade turística, ou seja, as condições ambientais e a beleza paisagística.

CONCLUSÃO

Entendido como fenômeno sócio-espacial contemporâneo e gerador de uma atividade econômica dinâmica, o turismo provoca alterações significativas nas estruturas onde ocupa espaço funções de lazer e recreação. As modificações vão desde a ordem sociocultural e se estendem a outra dimensão, não menos importante, como a dimensão ambiental.

Toda atividade turística irá de forma direta ou indireta ocupar o espaço e transformá-lo, independente de ações preventivas, o que coloca em discussão não é a ocupação e nem a reordenação do território, mas a forma e as conseqüências da turistificação no território.

Como podemos perceber a interfaces do turismo e o desenvolvimento, aponta a globalização (inevitável quando se trata de território) como uma evidência dos conflitos hegemônicos nas localidades, por causa da imposição da visão das leis de mercado.

Sem demagogia é possível que promover uma relação entre turismo e desenvolvimento, mas é necessário que o lugar imponha a sua realidade, ainda que em observância ao contexto global, caracterizando muito mais uma relação de complementaridade do que de oposição. Assim, já não é mais coerente falar em contradições entre o local e o global, posto que haja uma

relação de completude entre ambos. o lugar pode se constituir lócus de uma possível resistência à atual globalização e ao processo de verticalização dos lugares.

É preciso que o Estado participe dessa visão sendo responsável pelo processo de planejamento, pois esta instância de poder não pode se apresentar apenas como agente legitimador e reproduzidor das forças do mercado, mas como instituição que reflete o interesse dos setores majoritários da sociedade, isso fortalecerá os sujeitos sociais.

Na realidade, a função do planejamento é nortear o crescimento turístico de modo a compatibilizar os fatores econômicos com os fatores de ordem social e ambiental, determinando metas e objetivos precisos, e disponibilizando os meios próprios para atingi-los.

No entanto, essa função do planejamento turístico ainda é muito pouco praticada. O que impera, na maioria dos países e localidades, é o planejamento fortemente centrado nos retornos econômicos de curto prazo que podem advir do desenvolvimento do turismo. Ou seja, tem-se privilegiado os fins econômicos de curto prazo, não se evidenciando uma articulação adequada aos subsistemas social e ambiental, de forma global e integrada, condição necessária para o turismo se desenvolver dentro da perspectiva da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- BENNI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional - planejamento integrado e sustentável do turismo**. In: Turismo: teoria e prática. São Paulo, SP: Atlas, 2012
- CRUZ, R.C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo, SP: Contexto, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24. ed. Org. e Trad. de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2007.
- GOTTIDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, SP: Edusp, 1993.
- HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARTINS, Sérgio. **Crítica á economia política o espaço**. In: o espaço no fim do século: uma nova raridade. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. B. **Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE.** In: Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec. 2006

_____. **Turismo e espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** 2. ed. São Paulo, SP:Edusp, 2003

_____. **Metamorfose do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo, SP: Hucitec. 2003.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, M. A. T. **Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo sustentável.** In: Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec. 1997.

SIRGADO, J. R. (2001). **Espaço turístico e desenvolvimento no Cone Leste Paulista.** In: Turismo Rural. São Paulo: Contexto, 2001.

URRY, J. **O olhar do turista. Lazer e viagens na sociedade contemporânea.** São Paulo:Nobel, 1996.

EIXO III
Geografia Rural

APONTAMENTOS SOBRE A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO SUL E A FORMAÇÃO DE ÁREAS DE PEQUENA FORMAÇÃO MERCANTIL E DE LATIFUNDO

Pablo Jonas Camilo¹

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo demonstrar algumas peculiaridades sobre o processo de colonização da região sul. Os aspectos naturais, principalmente solo, vegetação e relevo, foram importantes condicionantes para a forma com que as levas de colonizadores distribuíram-se pelo território. Em um segundo momento o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, foram condicionando formações sócio econômicas que, promoveram meios de reprodução de forma a superar as limitações impostas pelo meio natural a medida que potencializaram a exploração dos fatores produtivos. A formação de áreas de pequena produção mercantil e de latifúndio distribuídas e caracterizadas de forma a coincidem com áreas de mata e de campo respectivamente traduzem de forma expressiva a relação desenvolvida entre os elementos humanos e meio natural.

Palavras Chave: Colonização, Formação Social e Território.

RESUME:

This work aims to demonstrate some peculiarities about the process of colonization of the southern region. The natural aspects, particularly soil, vegetation and relief, were important determinants for the way the waves of settlers distributed by the territory. In a second step the development of productive forces and relations of production, were conditional socioeconomic formations which promoted reproduction means in order to overcome the limitations imposed by the natural environment as they worsened the exploitation of productive factors. The formation of small commodity production areas and distributed large estates and characterized in order to coincide with areas of forest and field respectively translate expressively developed the relationship between the human elements and natural environment.

Keywords: Colonization, Social and Territorial Formation.

INTRODUÇÃO:

A região sul do Brasil, apresenta em sua formação socio espacial elementos naturais e humanos que atribuíram a este território algumas

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Membro do grupo de Pesquisa - Formações Espaciais: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico. Endereço eletrônico pablocamilo1@hotmail.com.

especificidades tornando-se alvo de investigações das mais diversas ciências. Para a geografia, sua ótica totalizadora, impele a suas investigações buscar contemplar a interatividade entre os elementos que compõem o território. Neste sentido estudos significativos sobre a formação social e econômica neste território realizadas por importantes geógrafos como Leo Waibel (1949) buscaram compreender a interatividade entre os elementos naturais e humanos com forma de compreender quais foram os condicionantes que podem explicar a produção do espaço e conseqüentemente da especificidades do território.

A indelével participação do colonizador europeu no processo de formação sócio espacial, passou a ser amplamente discutida, rendendo teorias que contemplam e comprovam uma dinâmica empunhada pelo imigrante auferindo a região sul um impulso diferenciado nos processos de consolidação de complexos produtivos agropecuários, industriais e comerciais. Uma importante referência para este contexto foram os estudos desenvolvidos por Armen Mamigonian que defendem a tese sobre o caráter empreendedor do imigrante europeu (italiano e alemão) como responsáveis, em grande parte, pela gênese de complexos produtivos em varias regiões do território.

Em conformidade com o exposto as teorias de Milton Santos aqui tidas como condicionante metodológico, considera-se que a consolidação de relações de produção que constituíram a formação econômica e social da região estão intimamente relacionadas a categoria de formação sócio espacial, logo contemplar a categoria de formação econômica e social é fundamental para as interpretações a cerca do espaço geográfico. Impelindo as análises para o papel desempenhado pelo colonizador europeu no estabelecimento de elementos de cunho capitalista que permitiram a acumulação de capitais, a divisão social do trabalho e conseqüentemente relações comerciais e de produção.

Isto posto, juntamente com a análise histórica e social considera-se a constituição de elementos econômicos estabelecidos pelo desenvolvimento de relações sociais neste território, pois as relações homem x meio, vão reconfigurando-se a medida que se estreitam as relações homem x homem. (SANTOS, 1982, pg.01) afirma que “A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com qual o grupo se confronta”. Para tanto, Milton Santos aponta para a relação entre as categorias: Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 1982, pg. 04)

Alem destas questões estão as especificidades naturais que neste tomarão corpo ao demonstrar que as características específicas do territórios, criando dois ambientes - áreas de mata e áreas de latifúndio - foram

responsáveis por configurar as formas de reprodução social, sendo que para as áreas de mata, as implicações impostas pelos limites de espaço (a ocupação se dava em pequenos lotes) induziram atividades intensas em capital, promovendo de forma mais acentuada a consolidação modos capitalistas de reprodução (indústrias). Já para as áreas de campo as áreas planas de solos empobrecidos induziram atividades extensivas, principalmente criação de gado, que retardaram a formação de formas diferenciadas de reprodução do capital.

Consolidaram-se mediante a isso, áreas de pequena produção mercantil e de latifúndio tendo como diferencial o que Armem Mamigonian aponta: Esta pequena produção mercantil, [...]transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza da industrialização até recentemente das áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.). (MAMIGONIAN, 2005, pg. 55)

Ocupação da região sul do Brasil - alguns apontamentos para cada Estado

Primeiramente considera-se que os elementos naturais¹ (clima, relevo, vegetação) tiveram considerável influência sobre os processos de ocupação e povoamento do território da região sul. Dentre tantos aspectos, muitos favoreciam a penetração e fixação dos contingentes populacionais, outros apresentavam-se como empecilhos assim atribuíram aos processos de povoamento algumas de suas características.

Tomando de exemplo o Planalto Meridional que constitui para os três estados especificidades geológicas. A Oeste a Depressão Periférica subdivide-se em Planalto dos Campos Gerais abrigando parte do Estado do Paraná e Depressão Central que abrange o Rio Grande do Sul, ambos compostos por terra roxa de fertilidade elevada. Do lado leste dos Estados de Santa Catarina e Parana situa-se o Planalto Arenito-Basáltico que também subdivide-se em Cuestas e Serra Geral, sendo estes caracterizados por paredões abruptos.

A disposição do Planalto Meridional, estão a bacia hidrográfica do rio Paraná com cerca de 1,5 milhão de km² e considerável potencial de navegação, e a Bacia do rio Uruguai, com 385.000 km² de extensão, ambas possuem relação direta com as atividades econômicas desenvolvidas no sul do

¹ Tendo presente que as forças produtivas que compõem o “quadro natural” - relevo, solo, rios, clima, plantas, animais, etc. – fazem parte das “múltiplas determinações”, que em certas circunstâncias históricas podem representar da determinação do processo natural. Pensar, por exemplo, a gênese de qualquer formação social, com desconhecimento da sua geografia natural, pode comprometer as tentativas de explicação. (VIEIRA, 1992, pg. 09)

Brasil, tornando-os elementos físicos influentes nos processos de desenvolvimento econômico e social da região sul.

O clima e a vegetação correlacionados constituem de modo geral, características tipicamente tropicais, sendo que no Norte do Paraná o clima é classificado como tropical, onde as temperaturas no inverno são mais elevadas. Já o restante da região, parte sul do Paraná e estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o clima é tipicamente Tropical úmido, caracterizado pela presença de baixas temperaturas no inverno onde ocasionalmente ocorrem precipitações (geadas e neve). A cobertura vegetal organiza-se de forma que, nas áreas de transição entre os planaltos, nas encostas dos rios nas áreas acidentadas e serras encontra-se Mata de Araucárias ou Floresta dos Pinhais e nos planaltos cobertura vegetal é o de Pampas (semelhantes a estepes de zonas temperadas) ocupando cerca de 1/3 dos planaltos. E na sua região litorânea situa-se a Mata Atlântica.

Estes elementos atribuem ao território características peculiares as quais irão em certo modo condicionar o ritmo, a direção e a intensidade das investidas voltadas a promoção da ocupação e reprodução social dos povos colonizadores. Cada qual em um primeiro momento adaptando-se com as condições impostas pela natureza e ou elementos naturais mas introduzindo neste novo meio novas formas de exploração e apropriação destes elementos a medida que se desenvolvem e metamorfizam os meios de reprodução sociais.

Em meio aos surtos de povoamento, que configuraram formações sócio espaciais mais recentes, com alguns aspectos distintos para cada estado mas de forma geral tendo o imigrante¹ europeu como principal percursos destes processos. Para melhor destacar as especificidades do processo de povoamento e colonização da região sul correlacionando com os aspectos naturais e sociais do imigrante europeu optou-se por apontar separadamente elementos de cada estado.

Paraná: foi o ultimo estado a receber frentes pioneiras pelo fato de apresentar serra do mar com as depressões mais íngremes dificultado a penetração em direção aos planaltos interioranos. Somado a isso, somente em 1853 o Paraná desvincilhou-se de São Paulo, atrasando assim iniciativas próprias em prol da ocupação do território. Por conta deste aspecto o as primeiras ocupações se deram a partir de São Paulo.

Entre os anos de 1907 e 1920 alemães, polacos, ucranianos e eslavos constituíram as novas levas de imigrantes para o Paraná dentre os quais

¹ Com base na população européia de 1934 e no total da população de 1940, chega-se à conclusão de que 28,6%, desta última são de origem européia. No Rio Grande do Sul, a porcentagem é de 33%, em Santa Catarina, 30% e no Paraná, 20%. Do total da população de origem européia, 52% são alemães, 34% italianos e 14% eslavos (WAIBEL, 1949, pg 180)

distribuíram-se nos entornos de Curitiba (planalto litorâneo) a qual demandava por mercadorias por já consolidar alguns núcleos urbanos. Ocuparam também a parte Oeste do Segundo Planalto onde a Ferrovia Rio Grande do Sul – São Paulo passava, comunidades se estabeleceram algumas com sucesso através do cultivo de batata e outras fracassadas pela febre tifoide.

No Terceiro Planalto na parte do Extremo Oeste a ocupação foi realizada em duas formas: A porção norte ao final da década de vinte, investimentos franceses consolidaram a criação da “Companhia de Terras Norte do Paraná¹” que adquirira (segundo a home page da companhia) 515.000 alqueires de terra juntamente com a ferrovia que fazia a ligação Paraná - São Paulo. Levantamentos topográficos foram feitos e lotes foram demarcados e distribuídos. As atividades agrícolas e extrativas desenvolvidas pelos novos colonos que ali chegavam fomentara o surgimento da cidade de Londrina e Maringá. A porção Sul do segundo planalto foi ocupada basicamente por italianos e alemães mas estes são a primeira geração nascidos aqui no Brasil, em outras palavras filhos de imigrantes europeus.

A necessidade de demarcar o território que faz divisa com a Argentina e Paraguay pressionou o governo a construir acessos a região sudoeste do Paraná no terceiro planalto, assim estradas de rodagem construídas em 1930 viabilizaram a ocupação maciça de Chopim, Foz do Iguaçu, Palmas, Guarapuava, Clevelândia. Todo um processo de colonização de terras devolutas e ocupação forçada de terras privadas estimularam a concentração de colonizadores em cidades polo para orientar-se sobre os rumos que tomariam, neste sentido Pato Branco, Laranjeiras do Sul e Santa Barbara passaram a ser referências no Sudoeste do Paraná no que diz respeito a processo colonizatório.

A difusão de um processo de ocupação por meio de posse (posseiros) consolidava-se a medida que novos acessos eram promovidos, porem a permanência do posseiro no território foi comprometida pelas condições naturais do terreno (relevo acidentado), isolamento de mercados e ou de outros colonos. Apesar das dificuldades alguns povoados obtiveram exito e fundamentaram as cidades de Barracão, Pitanga, Campo Mourão.

Com o sucesso da adaptação do imigrante condicionados por ações governamentais e particulares novas levas de imigrantes foram atraídos (russos, poloneses e suecos) dando conta de ocupar áreas ainda desabitadas como o caso da região do Alto Uruguai. A construção da ferrovia Rio Grande

¹ A Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, correspondente a 546.078 alqueires de terras ou cerca de 13.200 km². Fundou 63 cidades e vendeu mais de 50.000 lotes agrícolas, garantindo o acesso a estas propriedades com abertura de 5.000 quilômetros de estradas vicinais, mantidas e conservadas pela empresa, com tráfego intenso. Isso permitiu que mais de 1.000.000 de pessoas se estabelecessem nas regiões norte e nordeste do Estado. (Home Page – Cia CMNP)

do Sul – São Paulo foi fundamental pra este processo. O governo passa se fazer novamente presente estimulando a criação de companhias¹ para promover e organizar a ocupação da região oeste no terceiro planalto. Com isto foi fundado o Departamento de Terras do estado do Paraná responsável por fundar a cidade colônia de Goio Ere, juntamente com as cidades de Aurora, Céu Azul, Maripá, Matelândia, Medianeira as quais consolidadas pela companhia particular Del Canale. (MAIOR, 1968)

Pode-se, por tanto, perceber que o povoamento do Paraná esta organizado de forma que a porção norte (pioneira) foi primeiramente povoada tendo como responsáveis paulistas, mineiros e goianos organizados e influenciados por companhias de terras e ali reproduziram as atividades já realizadas no interior de São Paulo. O restante do Estado ocupado basicamente por povos europeus vindos diretamente ou migrados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que atribuíram especificidades a porção Sudoeste do Estado.

Santa Catarina: no que diz respeito a seu processo de colonização apresenta-se como primeiro a abrigar empresas particulares na promoção da ocupação do território em larga escala. Fato este que se deu a medida que o governo inicialmente não demonstrou interesse em promover políticas de fixação do colono na terra. A dinâmica da ocupação de modo geral se organiza em duas temporalidades, a mais antiga é composta por alemães que fundaram as colônias do Vale do Itajaí² como por exemplo – Joinville, Brusque e Blumenau e italianos que consolidaram colônias em Tijucas – Nova Itália e Nova Trento e posteriormente nos vales de Tubarão e Urussanga.

¹ A esse período caracterizado pela colonização oficial, diretamente dirigida pelo governo, sucedeu o da concessão pelo estado, de grandes extensões de terras a particulares que se comprometiam a colonizá-las. Não possuindo verbas para colonização, o governo estadual procurou, desta maneira, estimular estes serviços e as condições fáceis em que se faziam os contratos atraíam desde logo numerosos interessados. Inúmeras concessões foram feitas no oeste do estado, mas poucos foram os resultados obtidos, permanecendo inaproveitadas e sem dono extensas áreas, invadidas mais tarde por intrusos que aí estabeleciam suas roças. Na maioria dos casos, no oeste do estado, as empresas beneficiadas por estas concessões nenhuma iniciativa tomaram no sentido de colonizá-las, esperando, talvez, uma valorização maior ou um melhoramento nas comunicações que tornasse viável, do ponto de vista econômico, tal empreendimento. (BERNARDES, 1953, pg. 343)

² A cidade de Blumenau atipicamente não foi fundada por uma empresa, mas pelo alemão Hermann Blumenau em 1850, apesar de estrategicamente posicionada em um vale próximo a um rio (Rio Itajaí) as dificuldades de acesso somadas a falta de recursos financeiros retardaram o desenvolvimento da colônia. Posteriormente a intervenção governamental, forçando a distribuição das terras nos entornos de Blumenau atraíram imigrantes italiano, quebrando a hegemonia alemã e fazendo a cidade prosperar.

Segundo Waibel (1949, pg. 172) A empresa alemã *Kolonisationsverein von Hamburg* comprou príncipe de Joinville um largo trato de terra florestal na extremidade interior da baía de São Francisco, na parte setentrional da província de Santa Catarina, e aí fundou, em 1849, a colônia "Dona Francisca". O grande desafio desta colônia era superar as encostas íngremes da escarpa da serra, sendo assim, criada em 1910 uma estrada ligando Joinville aos planaltos do interior do Estado.

A porção norte do Vale do Itajaí foi colonizada pela filial da companhia responsável por Joinville então chamada de *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft*, a qual fez uso de imigrantes de Blumenau e Joinville. Sua estratégia para estimular a ocupação foi a construção de estradas e se estendiam pelo vale e culminavam em um estrada de ferro ligando Joinville a porção norte do Vale. Já as porções Oeste e Sul do Vale do Itajaí foram colonizadas em 1920 a medida que o Estado recebia levas de imigrantes europeus que fugiam da Primeira Guerra Mundial.

Em relação a parte Oeste do Estado situada após a Serra do Mar estão dispostos na parte mais ocidental o terceiro Planalto sendo que na porção norte deste planalto estão as áreas de mata as margens do rio Iguaçu que atraíram os colonizadores italianos, com colônias derivadas de Joinville. Na porção central, área já ocupada por luso brasileiros, estão as áreas de campo, propícias a formação de grandes fazendas para criação de gado. A porção sul do Terceiro Planalto as margens do Rio Uruguai foi colonizada por italianos e alemães oriundo do Planalto Central do Rio Grande do Sul. Ambas as ocupações (porção Norte e Sul) do Terceiro Planalto foram estimuladas por pequenas empresas particulares de ocupação.

Já a ocupação mais nova se deu no Oeste Catarinense das bordas do terceiro planalto nas áreas de mata (pinhais) se deu através da comercialização de mercadorias (produtos agrícolas, alfafa, porcos, banha, gado, entre outros) para São Paulo conduzida diretamente pela estrada de ferro "São Paulo-Rio Grande a qual organizou subdivisões de glebas que seria vendidas aos novos colonizadores italianos e alemães das velhas colônias já instaladas em outras áreas como a frente pioneira que vinha do Rio Grande do Sul em sentido norte ao encontro e mescla dos novos imigrantes que chegavam diretamente da Europa.

A porção que faz fronteira com a Argentina – borda oeste do Terceiro Planalto apresenta um atraso na ocupação por italianos e alemães, isso pelo fato de este território ter sido alvo de disputas nos conflitos entre Brasil e Argentina e Santa Catarina e Paraná. A colonização só foi efetivada quando empresas de terra consolidadas no Rio Grande do Sul, direcionavam as frentes pioneiras do extremo Oeste do estado para o Norte em direção a Santa Catarina atingindo o Sudoeste paranaense e confrontando-se com a porção norte deste estado onde já se consolidaram outras empresas de terras.

Em 1940, segundo Waibel (1949 pg. 174) viviam 45 mil pessoas na região que coincide com o município de Chapecó. A maioria delas era, aparentemente, de luso brasileiros, entretanto, as colônias, ao longo do rio Uruguai, foram povoadas quase exclusivamente por alemães e italianos originários do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul: A primeira leva de imigrantes foram os alemães e estabeleceram em 1824 a vila de São Leopoldo (RS), São Pedro de Alcântara (SC) e Rio Negro (PR). A única que obteve progresso foi São Leopoldo a qual apresentou além da agricultura a consolidação de algumas indústrias formadas por alemães artesãos a após 5 anos de sua fundação contava com cerca de 5 mil alemães (WAIBEL, 1949 pg. 166) . Os italianos que chegaram na segunda leva foram incumbidos de povoar a região norte do Rio Grande do Sul, e diga-se de passagem obtiveram maior desenvolvimento, pode-se citar – Antônio Prado e Veranópolis.

Durante a guerra civil de Farroupilha (1835-1845) o Rio Grande do Sul recebeu diversas levas de imigrantes europeus, mas as agitações do conflito impediam iniciativas de povoamento para acomodar os que chegavam. Após o fim do conflito diversas novas colônias foram estabelecidas (Santa Cruz, São Leopoldo, Santo Ângelo entre outras) todas com o intuito de ocupar as áreas de matas pouco povoadas. Waibel (1949) chama a atenção para o fato de que os colonizadores germânicos consideraram a qualidade do solo em seu processo de fixação, sendo que as áreas de mata dos planaltos apresentam solos menos férteis que as áreas de matas das encostas e dos vales.

Por volta de 1870 imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul instalando-se nas bordas do planalto central justamente nas encostas íngremes de solo fértil. Fundaram as colônias de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves. Já em 1884 fundou-se as colônias de Alfredo Chaves e Antônio Prado com cerca de 20 mil italianos que vieram para o Brasil naquela década ocupando grande parte do planalto oriental, somando-se as ocupações alemãs nas encostas da serra.

Novos surtos de povoamento se deram a partir das colônias centrais a medida que alguns elementos viabilizavam os fluxos de imigrantes. Dentre estes elementos estão a proclamação da república que levou consolidação de leis garantindo ao Estado propriedade sobre as terras devolutas, consequentemente permitindo que se desenvolvessem políticas de povoamento em áreas específicas pelo Estado. Outro elemento foi a construção da estrada de ferro em 1895 entre Santa Maria e Passo Fundo, passando por Cruz Alta, esta por sua vez fomentou a ocupação de um raio de aproximadamente 200 km em direção a fronteira ocidental. Ainda com contribuindo para o desenvolvimento do povoamento estão as empresas privadas de colonização assim com atesta Waibel (1946, pg. 171).

Nos anos posteriores a estes fatos, estes elementos (políticas de ocupação, estradas de ferro e empresas privadas de povoamento)

desenvolveram-se e expandiram significativamente sua área de atuação, sendo que a ocupação atingiu uma larga faixa na encosta do rio Uruguai e a estrada de ferro alcançou Erechim. Em 1915 o Estado estimula a ocupação das margens do Uruguai no sentido Leste formando Santa Rosa e Guarita.

Áreas de pequena formação mercantil e de latifúndio

É importante para o entendimento a cerca do processos de formação sócio espacial da Região Sul do Brasil que se considere as diferentes formas de reprodução das atividades agrícolas de acordo com os aspectos físicos-naturais distintos que deram conta de organizar e influenciar nos processos de povoamento e ocupação da região sul.

Para tanto o trabalho de Leo Waibel (1949) apresenta uma série de aspectos desenvolvidos pelos colonizadores em suas atividades agrícolas que permitem um melhor entendimento sobre a influência que o meio natural e o tamanho da propriedade, as relações de produção estabelecidas nestes ambientes distintos exercem sobre a consolidação da pequena produção mercantil.

Sendo assim, Waibel procura demonstrar como o tamanho da propriedade, a fertilidade do solo e o uso de técnicas agrícolas foram fundamentais para o progresso/retrocesso das propriedades rurais estabelecidas pela colonização européia. Isto posto analisar-se-ão as áreas de mata onde o relevo é acidentado traduzindo encostas e depressões e o solo é fértil e as áreas de campo os quais o relevo é plano mas o solo é pobre em nutrientes e as relações de produção estabelecidas para consolidação de elementos econômicos que irão promover a gênese da indústria local.

Áreas de Mata: ocupadas por toda a região sul, apresentam características homogêneas, diferentemente das áreas de campo que impelem descrições de forma separada para cada Estado do Sul. Basicamente o perfil da ocupação das áreas de mata estão condicionadas pelo tamanho da propriedade, o regime de trabalho, maior densidade populacional e a policultura.

O colono que esta alocado em uma área muito pequena¹, fica restringido a culturas de subsistência e a extração de madeira e erva mate (inicialmente), criação de animais que permite algum pequeno comércio de

¹ Em relação ao tamanho dos lotes determinado por empresas particulares ou pelo estado pode-se afirmar que estes são em grande parte pequenos apresentando em média 25 hectares conta os 1000 hectares em média apresentados nas áreas de campo. O tamanho da propriedade ainda pode ser menor a medida que é subdividida por conta do repasse de herança. Existem ainda algumas áreas de colonias em que o tamanho médio das propriedades é de apenas 10 hectares.

bens básicos. Essa limitação não se dá apenas pelo tamanho da propriedade, mesmo que esta fosse grande, seu cultivo seria comprometido pelas limitações físicas da mão-de-obra (geralmente familiar) e pela falta de materiais e ferramentas para sua potencial exploração. Além disso, a prática de rotação de terras desestimula o desenvolvimento de técnicas para o melhor aproveitamento do solo.

Isto posto, é passível de considerar que a forma com que se organizava muitas propriedades impedia a associação da agricultura e pecuária com vistas a produção de excedentes, pois a criação de gado comprometia o sistema de rotação das áreas de plantio. Esse tipo de organização foi responsável pela extinção de muitas propriedades e com elas seus colonizadores, aquelas que ainda resistem nestas condições impõem níveis de produção irrisórios que refletem em péssimas condições de vida aos seus precursores.

Para superar este impasse, o colono percebe que a maximização do uso do solo, é fundamental para promover a manutenção da propriedade, e neste sentido que a mudança do sistema de rotação de terras para a rotação de culturas com o uso da adubação se torna fundamental, e, é justamente neste aspecto que a atividade pecuária torna-se indispensável nas propriedades. A utilização de resíduos animais (esterco) como adubo para as lavouras foi fundamental para elevar o colono a um novo patamar de produção.

A forma com que se organizava a propriedade e a utilização da terra foi alterada, sendo que o colono agora busca cultivar permanentemente a maior área possível, (50 % do total) que apresente condições favoráveis a isso (proximidade de sua moradia, relevo plano, sem pedregulhos), enquanto que as áreas mais retiradas, como relevo mais acidentado eram alocados os animais, (25% da área total). Organizou-se também os estábulos para o manejo destes animais e recolhimento de esterco da mesma forma que a possibilidade de explorar uma área maior estimulou o desenvolvimento de ferramentas de trabalho e técnicas de manejo associando agricultura e pecuária, (combinação milho-porco muito conhecida neste processo).

Ocorre com isso uma diversificação produtiva para enquadrar o cultivo com as condições do solo e do tempo nas diferentes estações do ano, sempre procurando realizar uma alternância entre os cultivares dando preferência aos que criam cobertura natural ao solo. O galopante progresso da produção e produtividade agrícola, condiciona, de certa forma, uma acumulação primitiva de capital, permitindo que surgissem em meio aos fluxos excedentes comercializáveis instituições que viabilizam as relações comerciais. Deste processo resulta, nos mais variados sentidos, a gênese da pequena produção mercantil que culminara na empresa capitalista. Para Leo Waibel (1949, pg. 192)

A produção agrícola enormemente aumentada ultrapassa a capacidade dos velhos moinhos administrados por famílias particulares individualmente. Foi, portanto, necessário ter

fábricas consumindo carvão ou eletricidade, para processar a produção agrícola; e para construí-las é preciso capital, que só pode ser fornecido por cooperativas, capitalistas ou bancos. Assim foram estabelecidas fábricas de creme, manteiga e queijo, moinhos de farinha (trigo e mandioca), de arroz, frigoríficos, etc. Os seus produtos são padronizados e uniformes e alcançam melhores preços do que os produtos processados pelos velhos e primitivos moinhos.

Pode-se identificar em algumas áreas de mata em que a colonização e suas praticas agrícolas obtiveram maior sucesso devido a proximidade de aglomerações urbanas que se traduzem em mercados consumidores para produtos específicos, criando assim em meio a homogeneização da policultura nestas áreas algumas atividades predominantes e conseqüentemente com maior grau de especialização transformando-a como axial da gestão da propriedade. Da mesma forma os entornos de áreas urbanas surgem pequenas fabriquetas¹ de beneficiamento dos produtos principalmente na pecuária – banha, carne (suína e bovina) e leite.

Áreas de Campo: em geral são: No Rio Grande do Sul a Campanha Gaucha (pastagem mais fértil), e os campos de planalto (pastagem menos fértil), em Santa Catarina o Planalto de Lages e no Paraná os Campos Gerais do (Palmas e Guarapuava). Todos estes possuem três aspectos: Grande propriedades, criação extensiva e rarefação da população. (DUARTE e MARICATO, 1968, pg. 101).

As áreas de campo induziram as atividades agropecuárias a uma dinâmica diferente das áreas de mata. Uma série de características naturais (relevo principalmente) atraíram e fixaram os luso brasileiros para este território em uma estrutura fundiária que define-se em forma de latifúndios para a criação de gado. Paralelamente a isso as atividades humanas com vistas a transformar o espaço ocupado são definidas em parte por questões culturais, logo os colonizadores de culturas distintas separados no território entre campo e mata imprimem no espaço diferentes formas de relações sociais² e de organização do espaço. A exemplo Waibel faz um comparativo.

² A consolidação das sesmarias detêm importância para a formação e manutenção dos latifúndios e também o estabelecimento de relações sociais e de produção com a pratica de arrendamento. Nessa organização o proprietário não permanece na fazenda, prefere residir em áreas urbanas, isso estimulando a criação de gado solto, conseqüentemente forçando estabelecer regimes de parceria, assalariamento e ou de sociedade onde parte da produção (bezerros) era destinada ao vaqueiro.

As casas se distribuem em volta de uma igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Há freqüentemente um moinho, um ferreiro ou um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais, muito característicos das áreas coloniais, são inteiramente desconhecidos nas regiões habitadas por luso-brasileiros e ocupadas pelo sistema de latifúndios (WAIBEL, 1949, pg. 198)

Outro aspecto que inviabilizou a ocupação do campos por italianos, alemães, holandeses etc., foi precariedade do solo, comparando-o com o solo rico e húmus das áreas de matas, nem mesmo a rotação de terras ou de culturas era capaz de viabilizar a atividade agrícola neste lugar.

Nas áreas de campo do Rio Grande do Sul o que se pode diagnosticar, são os mesmas características de solo pobre e formação de latifúndios para a criação de gado em detrimento da pequena produção mercantil.

Porem essa homogeneidade é quebrada em algumas áreas por certas características que refletem modos de utilização da terra diversos isto é, a maneira como a criação é praticada, com maior ou menor aprimoramento das técnicas; as transformações que surgiram com a introdução de lavouras comerciais assim como as mudanças nos objetivos da criação, com preocupação em se criar gado leiteiro, ao invés da tradicional pecuária de corte. (DUARTE e MARICATO, 1969, pg. 107)

A criação de cooperativas para viabilizar o uso de insumo produtos, financiamentos e alocação da mercadoria no pós colheita estimularam a prática agrícola em maior escala. As mudanças provocadas pela disponibilidade de recursos, tecnologias e pela especialização e viabilidade das práticas comerciais fomentadas pelas cooperativas e empresas de transformação e armazenagem deram um diferente modelo de criação de gado nos latifúndios.

Melhorias no que diz respeito a genética animal passam a se fazer presentes nas campanhas gaúchas, resultando em melhores rendimentos na produção de carne elemento este que foi estimulado pela instalação de frigoríficos de empresas nacionais e estrangeiras, segundo Duarte e Maricato (1969, pg. 109) a Sispal em Bagé, Armour e Companhia Santanense de Cames e Derivados em Santana do Livramento, Companhia Swift do Brasil

em Rosário. Produzindo basicamente para o mercado externo e junto com estes frigoríficos uma enormidade de charqueadas voltadas a abastecer o mercado interno.

Já em Santa Catarina as áreas de campos estavam dispostas de tal forma que permitiram o contato direto entre áreas de mata. O que ocorre é que o colono ocupante da área de campo esta constantemente fazendo experimentos de cultivo sobre as áreas de mata e assim forçando as divisas e ampliando sua área de cultivo.

Nas encostas e nos vales que dissecam o planalto, ocorre a mata de araucária com grande incidência de elementos latifoliados da mata subtropical. E a ocorrência dessas manchas de mata que vai possibilitar o aparecimento de outras atividades econômicas, alem da pecuária. (DUARTE e MARICATO, 1969, pg. 115)

Este movimento permitiu ao colono praticas de cultivo de mandioca, milho, batata e criação de gado, tornando desta atividade o condicionante para a reprodução da cultura agropecuária no sul do Brasil. A necessidade de tornar a terra mais fértil, condicionou o desenvolvimento de técnicas de associação entre lavoura e pecuária como é praticado quase que de forma homogenia atualmente no Brasil meridional.

Porém a prática pecuária desta área possui alguns aspectos diferentes da campanha gaúcha, principalmente em relação a qualidade das pastagens o que indica solos de fertilidades diferentes¹. Os campos do planalto catarinense são propícios ao surgimento de ervas daninhas o que induz a pratica de queimadas constantes e a formação de pastagens artificiais geralmente prejudicadas pelas precipitações (geada e pouca chuva).

Estas condições inibiram a presença de frigoríficos nestas áreas sendo que a melhoria genética do gado não foi impulsionada. O que é produzido de carne é comercializado no mercado interno em centros urbanos tais como Florianópolis. Consolidaram-se em contra partida muitas madeireiras para o beneficiamento de pinho que atuam no território realizando praticas de arrendamento de terrenos.

Em relação as áreas de campo do Paraná receberam no final da década de 1870 mais de mil famílias oriundas da Russia como o objetivo de cultivar trigo, logo na primeira safra os resultados foram muito ruins e cerca de 50% dos colonos abandonaram a região, os que ficaram migraram para áreas

¹ Em áreas de pastagem natural nos campos gaúchos são dispostos cerca de 1 hectare por animal, já nos campos de planalto de Santa Catarina são necessários 2,5 hectares por animal, nos campos gerais do Paraná é atribuído 1 animal para cada 2 hectares.

urbanas e passaram a realizar outras atividades ligadas ao comércio. Waibel (1949, pg. 200)

Basicamente o que ocorre nas duas situações (campo e mata) é que o desenvolvimento social e econômico se deu a medida que novas técnicas de manejo se deram a partir das especificidades da área em que se estabeleceram as colônias, sendo que a atividade pecuária tomada como multifuncional no sentido de possibilitar sua exploração direta (carne, leite, couro) ou indiretamente (esterco, tração) quando associada a outras atividades.

CONCLUSÃO:

As exposições deste trabalho permite apontar conclusões que reforçam a importância de interpretações que contemplem a relação entre os elementos que compõem o espaço, indicando inclusive, que a geografia deve debruçar-se a interpretar elementos humanos e naturais no transcorrer do tempo, tendo com um importante agente transformador do espaço aqueles que traduzem as mutações criadas entre as relações sociais e este com o meio natural.

Ao retomar a discussão sobre os estudos realizados a cerca da geografia e formação social da região sul foi possível perceber que existe uma intensa interatividade entre o homem e o meio, que não irão impedir o desenvolvimento das forças produtivas, mas irão configurar especificidades, tanto no sentido de atrasar com alavancar o processo como no sentido de intensificar ou prolongar velhas novas formas de reprodução.

A região sul, por tanto, possui uma dinâmica econômica social que é fruto de elementos inerentes ao território, principalmente os naturais mas também de muitos outros que foram transplantados no transcorrer do tempo. Foram os milhares de imigrante europeus que ao se defrontarem com a geografia do território trataram de conduzir formas dinâmicas de reprodução social que hoje é comprovada pela pujante presença de indústrias, agroindústrias e uma enormidade de complexos produtivos.

REFERÊNCIAS:

VIEIRA, Maria Graciana Epellet de Deus. **Formação Social Brasileira e Geografia: Reflexões Sobre um Debate Interrompido**. Dissertação de Mestrado – Florianópolis 1992.

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti. **Problema das "Frentes Pioneiras" no estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia ano xv, n. 03. Sumário do número de julho-setembro de 1953. disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1953_v15_n3.pdf

DUARTE, Capdeville Aluizio; MARICATO, Therezinha Armely. **Atividades Agrárias (cap. III)**. In **A Grande Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 358. vol. 4.

MAMIGONIAN, Armen. **Livre Docência**. 2005. 265 f. Tese (Livre Docência) - Curso de Geografia, FFLCH, Usp, São Paulo, 2005.

MAGNANINI, Ruth da Cruz; SOUTO MAIOR, Ariadne Soares. In **A grande Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 358. vol. 4.

MAIOR, Ariadne Soares Souto. **Povoamento, fase inicial e definitiva (cap. I)**. In **A Grande Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 358. vol. 4.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método**. In SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaio**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p. Publicado inicialmente em *Antipode*, nº 1, vol. 9, jan./fev. de 1977.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização europeia no sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia Ano XII abril-junho de 1949 - N.02. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n2.pdf

EVOLUCIÓN DE LA SILVICULTURA TRANSNACIONAL EN URUGUAY: LAS POLÍTICAS DE ESTADO PARA EL DESARROLLO DE LA INDUSTRIA CELULÓSICA Y SUS IMPACTOS TERRITORIALES

Horacio Martín Melo Pissón¹

RESUMEN

El principal objetivo del trabajo es analizar los impactos socio-territoriales de la industria de celulosa en Uruguay, a cargo de dos grandes empresas transnacionales: UPM y Montes del Plata. La participación del Estado para favorecer la llegada de estos proyectos ha sido fundamental, principalmente a través de tres políticas de largo plazo: la Ley de promoción forestal y la ley de Zonas Francas de 1987 y la ley de Promoción y protección de inversiones de 1998. Teniendo en cuenta que las tres políticas se implementan en el marco del neoliberalismo, veremos no solo la adopción de este modelo por parte de Uruguay, sino también el proceso de formación socio-espacial del país, es decir las particularidades históricas, desde la misma inserción en el sistema mundial, que condicionan y direccionan el desarrollo del Estado nacional. En este sentido el trabajo abarca la escala global, regional y local, no obstante con foco central en la escala del Estado nacional como unidad de análisis privilegiada. Los resultados nos llevan a destacar el uso corporativo del territorio por parte de las grandes empresas, que amparadas por un Estado que ofrece todas las facilidades y garantías para su instalación desordenan los espacios donde se instalan e imponen una lógica externa a los lugares. Esta actuación empresarial debilita al Estado en alguna de sus funciones, pero lejos de perder importancia el mismo se afirma como actor y (des)regulador principal de las actividades económicas y las decisiones políticas dentro del territorio nacional.

PALABRAS CLAVES : Silvicultura; Producción de celulosa ; Políticas de Estado; Verticalidades; Uso corporativo del territorio.

INTRODUCCION

El trabajo analiza los impactos territoriales de la silvicultura transnacional en Uruguay, que a partir de 2005 tiene a grandes empresas extranjeras produciendo pulpa de celulosa en el país. El inicio de la actividad silvícola con fines comerciales está marcado con la promulgación de la ley de promoción forestal de 1987, que es el punto de partida para la entrada de grandes capitales a país, a través de la compra de tierras para implantación de

¹ Universidad Federal de Integración Latino-Americana. Trabajo de Conclusión de Curso- Estado: Concluído. E-mail: horacio.m24@hotmail.com

cultivos forestales. Teniendo en cuenta el marco neoliberal en el que se implementa esta ley, veremos el proceso de inserción del neoliberalismo en el país, pero no sin antes destacar la inserción de Uruguay en el sistema mundial, ya que la forma que esta asume condiciona la propia formación socio-espacial del país.

En el mismo marco de relaciones del sistema mundial, el análisis de la silvicultura nos lleva a identificar a los principales países productores en el rubro, que nos mostrará también cual es el papel que cumple Uruguay dentro de la División Internacional del Trabajo (DIT). En este punto los países de la región, Brasil, Chile y Argentina comparten semejanzas en relación a los impactos causados por la silvicultura, y cumplen un papel en la DIT similar al de Uruguay, por lo que en escala regional también se percibe un movimiento de inserción regional de características y objetivos comunes dentro del sistema-mundo-moderno.

Volviendo al caso de Uruguay, el año 2005 marca un punto de distinción importante en nuestro análisis, por tres motivos: En primer lugar, desde la llegada de los dos proyectos para la instalación de plantas de celulosa a principios de los años 2000 (BOTNIA Y ENCE) la actividad silvícola y sus expectativas pasaron a girar en función a estos proyectos industriales, por lo tanto la evolución de la actividad silvícola desde entonces está directamente atrelada a estas fábricas de producción de celulosa. En segundo lugar, hay un cambio en cuanto a la actuación empresarial y su forma de territorialización, ya que de estar presente a través de la tenencia de tierras y escritorios administrativos, pasa a tener una fábrica productora de celulosa localizada intencionalmente en determinado local, con todas las implicaciones socio-territoriales que esto tiene. Y en tercer lugar, en el año 2005 asumió Tabaré Vazquez como presidente del primer gobierno de izquierda en la historia del país. En este caso veremos si el FA marcó una ruptura en relación a la onda neoliberal proveniente desde la década de 1960, partiendo de la premisa de que **las tres leyes identificadas como esenciales para el desarrollo de la actividad silvícola continúan vigentes hasta hoy, por sus características de políticas estratégicas de largo plazo del Estado neoliberal. En este sentido,** sumadas a la ley forestal de 1987, de gran trascendencia para la consolidación de los proyectos industriales de celulosa, veremos otras dos Políticas de Estado que resultan determinantes para entender las relaciones de poder político-económicas entre el Estado nacional y las empresas transnacionales: La ley de zonas francas de 1987 y la ley de protección de inversiones de 1998. Si la ley forestal tiene como fin el fomento de las plantaciones forestales, estas dos leyes están direccionadas a establecer un marco regulatorio para la actuación de las empresas. Mientras que las Zonas Francas crean espacios normativos de *soberanía empresarial*, exentos de impuestos, la ley de protección de inversiones es una garantía que el Estado firma con el Estado finlandés para velar por el buen desarrollo del proyecto.

Debemos tener en cuenta que la llegada de grandes inversiones industriales genera distintas expectativas en la sociedad, y su instalación suele justificarse a partir de dos pilares fundamentales: el crecimiento económico y la generación de empleos. A partir de estos aspectos, veremos cual es el alcance de esas dos promesas en torno al proyecto industrial, y cuales son los beneficios de estos megaproyectos en contraposición a los impactos negativos que los mismos generan, no solo en los locales de instalación de las fábricas sino en todos los espacios nacionales donde la actividad silvícola se establece, caracterizada por una gran concentración sobre la propiedad de la tierra.

Sobre el conflicto bilateral entre Uruguay y Argentina, que se desató a partir de la aprobación para la instalación de la fábrica de celulosa en Uruguay, que se extendió por cuatro años y culminó en una disputa diplomática resuelta en la corte internacional de justicia ubicada en Holanda, haremos algunas reflexiones asociadas a las relaciones de poder dentro del sistema interestatal y al aspecto ambiguo sobre la soberanía nacional de Uruguay, que por un lado afirma y reivindica ante Argentina, mientras que por otro lado verificamos una *erosión de la soberanía nacional* (SANTOS, 2012, p.245), debilitada ante Finlandia y sus capitales transnacionales.

Por último reflexionaremos sobre la utilización del territorio por parte de las empresas y de los impactos que estos proyectos hegemónicos tienen sobre el local, fragmentando los territorios y transformando a los espacios nacionales en lugares funcionales a la lógica de reproducción de la economía internacional. Según Elias de Castro, “la geografía política analiza como los fenómenos políticos se territorializan y recortan espacios significativos de las relaciones sociales, intereses, solidaridades, conflictos, control, dominación y poder” (2013, p.53). Esta definición resume la idea de nuestro trabajo; el análisis de los impactos socioterritoriales y socioespaciales causados a partir de la entrada de grandes corporaciones transnacionales, posibilitado por las políticas mencionadas que reafirman al Estado nacional como agente principal de (des)regulación del territorio.

El análisis de todas estas variables nos permitirá tener una visión del fenómeno en toda su magnitud. En este sentido, consideramos que; “el análisis es una forma de fragmentación del todo que permite, a su término, la reconstitución de ese todo” (SANTOS, 2012, p.15).

DESARROLLO

El propio nacimiento de Uruguay como un Estado nacional independiente marca la inserción del país en un sistema de relaciones entre Estados nacionales y en una economía cada vez mas mundializada. Siendo así, partimos de la base de que el proceso de formación socio-espacial¹

¹Categoría de análisis desarrollada por Milton Santos a partir del concepto de Marx de Formación Económica y Social (FES). Santos, ante la negligencia que observa sobre la

(SANTOS, 1979) uruguayo esta directamente relacionado y condicionado por su inserción dentro de este sistema mundo. Esto nos permite ver la evolución histórica y entender la llegada en la actualidad de grandes capitales transnacionales al país. En este sentido, “la relación entre la historia de la sociedad mundial aliada a la sociedad local es fundamental para comprender la realidad espacial como el hecho histórico que esta es” (SANTOS, 2012, p.22).

Pues bien, con las independencias de Uruguay y demás países latinoamericanos en el S XIX ese sistema-mundo moderno se amplía. Pero lo más importante es que se amplía bajo el control de un Estado nacional hegemónico, en ese entonces Inglaterra, que pasó a ejercer el control del comercio y las relaciones económicas con los nuevos Estados nacionales. De esa manera, durante prácticamente todo el S XIX el vínculo de Uruguay y los países de la región con los países centrales se limitó a la exportación de productos primarios e importación de productos manufacturados. En palabras de Ruy Mauro Marini (1973); “Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región” (1973, p.111).

En este sentido Uruguay ha sido históricamente un país exportador de ganado vacuno, así como también de lana para la creciente industria inglesa, que en la década de 1860 representaba un 40% del total de las exportaciones (GAROFALI, 2014, p.44). De igual manera el financiamiento al Estado uruguayo por parte de capitales británicos será fundamental para el desarrollo de infraestructuras y servicios. En líneas generales para viabilizar materialmente la construcción del país. Como consecuencia, hubo desde entonces una fuerte dependencia económica en relación a Inglaterra.

El periodo que va desde el fin de la SGM hasta 1973 (primera crisis del petróleo y quiebre del padrón oro-dólar establecido en Bretton Woods) es considerado de manera consensual como la “Era de oro” del capitalismo mundial (HOBSBAWM, 1995). El acelerado proceso de expansión de la economía en los países centrales durante estos años generó también impactos en la organización de la economía y de los territorios en los países periféricos (SILVEIRA, 1993), y esto se tradujo principalmente a través de la transferencia de capitales en sentido centro-periferia.

inclusión del espacio como variable de análisis, resalta su importancia como componente fundamental de la totalidad social y sus movimientos (SANTOS, 1979, p.33) El autor destaca la relevancia de un método de análisis que una procesos sincrónicos y diacrónicos, porque; “Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada á sociedade local pode servir como fundamento da compreensao da realidade espacial [...] Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial” (idem, p.22)

Uruguay acompañó este proceso de crecimiento y acumulación capitalista mediante un considerable desarrollo de las fuerzas productivas internas, vía importación de maquinarias para el fomento de la industria nacional. El período comprendido entre 1945-1955 es considerado de manera consensual como el más próspero de la historia económica uruguaya, y coincide en gran parte con experiencia del modelo ISI del gobierno de Luis Batlle Berres (1947-1951). Desde entonces expresiones como – *la Suiza de América- o como el Uruguay no hay-* (ELOY; DEMASI, 1986) hacen referencia a la bonanza económica del país durante ese período.

Sin embargo el crecimiento uruguayo estuvo directamente vinculado con la demanda externa de productos de primera necesidad, primero de la Europa pos-guerra, y posteriormente de Corea luego de la guerra civil en aquel país (1950-53). Por lo tanto el crecimiento se vió limitado y la matriz exportadora se agotó a partir sobre todo de la recuperación de las economías europeas.

Es decir que esa industrialización, que le permitió a Uruguay la elaboración de productos manufacturados para abastecer el mercado interno, no llegó a consolidar una estructura productiva independiente que le permitiera exportar productos de mayor valor agregado, además de los bienes de exportación tradicionales. Esto se debe a la dependencia tecnológica en relación a los países centrales, que limitó la expansión de la industria nacional.

Por lo tanto Uruguay, como país subdesarrollado es, “Una Formación socioeconómica dependiente, un espacio donde el impacto de las fuerzas externas es preponderante en todos los procesos. Por ese motivo, su organización del espacio es dependiente” (SANTOS, 2012, p.45)

Pues bien, esa dinámica comercial y financiera de la era de oro del capitalismo lleva al surgimiento, sobre todo a partir de la década de 1960, de una economía cada vez mas transnacional, operando en gran medida por sobre las fronteras de los Estados. De esa manera, la era de oro del capitalismo creó por primera vez en la historia una economía mundial única, cada vez mas integrada y universal, “que se consolidó hacia la década de 1970 como una fuerza global efectiva” (HOBSBAWM, 1995, pp.19- 272).

Esto se da fundamentalmente gracias al salto cualitativo en materia tecnológica, el factor que mas va a incidir sobre la configuración del espacio mundial, ya que a partir de entonces el capital adquiere un enorme poder de movilidad que le permite re-definir los lugares en función de la búsqueda de más lucro. De acuerdo con Milton Santos (2012);

Las nuevas posibilidades técnicas de información y comando a distancia permiten una fragmentación de los procesos productivos, escogiendo de manera selectiva los lugares para tornarlos funcionales a determinadas etapas de producción, determinando especializaciones productivas solidarias a nivel mundial. (2012, p.147)

De esta manera se re-define la DIT, en la cual tanto Uruguay como los países vecinos se insertan, una vez mas de manera subordinada, condicionados estructuralmente por aquella inserción externa dependiente iniciada en el S XIX.

Este nuevo período histórico es denominado período “*Técnico-científico-informacional*” (SANTOS, 1996); “*capitalismo globalizado neoliberal de acumulación flexible*” o simplemente *globalización neoliberal*¹. (HAESBAERT; GONÇALVES, 2005). Se trata de una nueva fase de la historia humana (SANTOS, 2012a, p.145) en donde todo se mundializa: la producción, e dinero, el crédito, la deuda, el consumo, la política y la cultura (SANTOS, 2012b, p.204). Es decir que el proceso de globalización lleva a la mundialización del espacio geográfico, donde entre otras cosas; “los territorios nacionales se transforman en espacios nacionales de la economía internacional” (idem, p.147)

En Uruguay, la adopción de las Medidas Prontas de Seguridad (represión sistemática de distintos movimientos sociales, detenciones arbitrarias, invasión de domicilios, etc) implementadas a partir de 1968 bajo el gobierno de Jorge Pacheco Areco (1967-1972), se tornaron un instrumento imprescindible para imponer una política económica basada en el congelamiento de los salarios y en el combate a la reacción del movimiento operario. (PADRÓS, 2011) Es decir que la represión y la “doctrina de shock” (KLEIN, N, 2007) fueron el medio fundamental para la imposición de la ideología neoliberal.

El neoliberalismo se propagó por el mundo a partir de la década de 1970, luego de la crisis del petróleo y el quiebre por parte de Estados Unidos del acuerdo de Bretton Woods. Entre los principales teóricos se destacan Friedrich Hayek y Milton Friedman, economistas austriaco y estadounidense respectivamente, que a partir de las teorías de liberalismo clásico estructuran esta nueva ideología de mercado. En palabras de Harvey (2007)

El neoliberalismo es una teoría de prácticas políticas y económicas que afirman que la mejor manera de promover el bienestar del ser humano consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo dentro de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad

¹Nesse periodo, os objetos tecnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças á extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação [...] Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996, p.238)

²Tales autores consideran que la liberalización de las finanzas, aliada al nuevo padrón tecnológico, dio forma a una fluidez o globalización del espacio planetario nunca antes vista. (HAESBAERT; GONÇALVES, 2005, p.37)

privada fuertes, mercados libres y libertad de comercio (2007, p.6).

A estas palabras, podemos acrecentar que dicha ideología consiste en prácticas económicas propias del liberalismo clásico, con la particularidad de contar con el capital financiero y virtual como nueva herramienta de poder.

Como salida para la crisis económica se fomentan una serie de medidas, como la des-regulación del mercado de trabajo, de los flujos financieros y de comercio, es decir una economía de mercado en donde la participación de los Estados sea mínima, la imprescindible para garantizar el libre funcionamiento del mercado auto regulable. En la práctica, los gobiernos de Ronald Reagan en Estados Unidos y Margaret Thatcher en Inglaterra a fines de la década de 1970 son ejemplos concretos de la aplicación de estas medidas, antes experimentadas en Chile, donde bajo la dictadura militar de Augusto Pinochet y sus “Chicago boys¹” se adoptó al pie de la letra el programa de des-regulación y apertura económica.

En el caso de Uruguay, La Ley de Reforma cambiaria y monetaria de 1959, bajo las orientaciones del FMI, significó la apertura de la economía nacional. Desde entonces se realizaron sucesivas renegociaciones con el FMI que tuvieron como consecuencia un fuerte y creciente endeudamiento externo, principalmente con Estados Unidos (ELOY; DEMASI, p.86).

Por lo tanto, “ya en la década de 1960 se implantan los primeros rasgos de un modelo económico liberal” (GAROFALI, 2014), promoviendo una apertura para la entrada de inversión extranjera y fomentando la privatización de empresas y servicios públicos, así como la privatización y extranjerización de tierras.

Según Ceceña (2003, p.8), bajo el paradigma neoliberal Estados Unidos propició de distintas maneras el desdibujamiento de las fronteras geográficas, jurídicas, políticas, así como cambios en los criterios de regulación, lo que llevó a que progresivamente los estados nacionales, con sus economías violentadas, fueran cediendo autoridad a los organismos internacionales controlados por la potencia del norte.

Se puede decir que mediante el apoyo financiero del FMI y la entrada de capitales transnacionales, hubo una reinserción de Uruguay en los canales de la DIT, “al tiempo que dicha inserción constituía la nueva forma que la dependencia asumía” (ELOY; DEMASI; p.64). Una de las principales consecuencias de esta re-inserción subordinada es el incremento de la deuda externa, que en Uruguay alcanzaría entre 1983 y 1984 un porcentaje record al ubicarse en el 90% del valor del PBI (YAFFE, 2005, p.9). Esta ampliación de la deuda externa en forma de *círculo vicioso*, se convirtió en un elemento de

¹Grupo de economistas formados en la Universidad de Chicago bajo la ideología neoliberal, con Milton Fremann como uno de los principales economistas difusor de las políticas neoliberales.

presión para lograr las privatizaciones masivas y los llamados ajustes estructurales en América Latina y distintas partes del mundo (CECEÑA, 2003). Para el caso uruguayo, mas deuda llevó a más privatizaciones, más privatizaciones llevaron a más deuda.

Consecuentemente con esta orientación política, en el año 1974, marco de la dictadura militar (1973-1985), se promulga en Uruguay la ley de promoción Industrial, que prevé incentivos para la inversión industrial, créditos, exoneración de tributos, etc, de manera de atraer capitales privados que dinamicen la economía. Además de dicha ley se procedió “a una profunda liberalización y apertura externa del sistema financiero uruguayo y del mercado cambiario” (YAFFE, 2005). Esto continuó incrementando los niveles de endeudamiento externo, también asociado a un proceso de inversión pública en obras de infraestructura, como los dos puentes binacionales con Argentina en Fray Bentos (1972-1976) y Paysandú (1973-1975), y la represa hidroeléctrica y el puente de Salto Grande, inaugurados en 1983.(YAFFE, 2005)

De esta manera llegamos a la Ley forestal del año 1987, que marca el punto de partida para llegar a la actividad industrial celulósica que se va a desarrollar en el país los años 2000. Pero antes es importante ver cual ha sido el desarrollo historico de la actividad forestal en el país previo a la promulgación de dicha ley, lo que va a dejar aún más de manifiesto la importancia que esta política de Estado ha tenido para la inserción uruguaya en un rubro prácticamente nuevo, que actualmente conecta al país con capitales transnacionales de escala mundial.

La ley 15.939 de 1987; “declara de interés nacional la defensa, el mejoramiento, la ampliación, la creación de los recursos forestales, el desarrollo de las industrias forestales y, en general, de la economía forestal” (URUGUAY XXI, 2014, p.19). De esta manera, como destaca Gautreau (2014) los incentivos combinan;

Exoneraciones fiscales (impuestos sobre las tierras y sobre las ganancias para las superficies plantadas), subsidios por reintegro parcial de los costos de implantación (preparado del terreno, compra de insumos, costos de mano de obra para la siembras...), créditos blandos, exoneración de tasas de aduana para la importación de capitales y bienes ligados a la actividad silvícola. (2014, p.45)

La ley forestal estableció desde el comienzo los tipos de tierra supuestamente ideales para la actividad forestal, teniendo en cuenta características edafológicas que hacen al buen crecimiento de los árboles y la baja productividad para ser explotadas con otros rubros (DEIA, 2003). Sin embargo entre 1987 y 2010 a través de sucesivos decretos esa categorización de los suelos se fue modificando y ampliando, llegando al final de 2010 con una superficie potencial de 4.200.000 de hectareas de aptitud forestal

(GAUTREAU, 2014, p.234). Como veremos mas adelante, la presión por parte de las grandes empresas será un factor determinante para que el Estado modifique la caracterización de los suelos en favor de estas.

Es decir que el poco más de millón de hectareas forestadas en la actualidad, representan aproximadamente un 25% del total de suelos declarados de prioridad forestal. Sin embargo este porcentaje disminuye si tenemos en cuenta que no todas las plantaciones estan dentro de los suelos catalogados de prioridad forestal. Esa categorización es una manera de hacer con que la silvicultura no compita por la adquisición de tierra con otros rubros. Sin embargo la misma no impide que hasta hoy se plante en otros tipos de suelos, por lo tanto no ha sido una herramienta de control efectiva y solo incentivó mediante subsidios la plantación en esos suelos, lo que no quitó que las grandes empresas que no precisan de subsidios también plantaran fuera de dichos suelos (ibid, p.235).

Al mismo tiempo hubo un estancamiento y crisis del sector ganadero-agrícola en los años 90, que incitó a muchos productores a vender sus tierras a las empresas silvícolas que llegaban a instalarse en el país (GAUTREAU, 2014). Sumado a este factor, la deuda del Estado con productores silvícolas debido al retraso del pago de los subsidios a partir de 1998 (idem), llevó a que fuera imposible para muchos pequeños y medianos productores mantenerse en la actividad, lo que por supuesto no afectó a grandes empresas. Según el mismo autor este es un momento clave, “que quizás explique en gran parte la tendencia a la concentración del sector maderero uruguayo a partir de entonces, liderado por grandes empresas extranjeras” (ibid, p.73).

De esta manera, la década de 1990 está marcada por el ingreso al país de grandes inversiones extranjeras. En 1990 se crean dos filiales: EUFORES.SA (filial del grupo español ENCE) y Forestal Oriental (holandesa shell y finlandesa UPM). Además, la sueco-finlandesa Stora Enso llega al país en 1996 y la estadounidense Weyerhaeuser se instala en el norte a partir de 1997 (ver mapa), afianzando el tiempo de las transnacionales en el país, las que a partir de entonces dominan netamente el mercado de tierras para silvicultura (GAUTREAU, 2014). La dinámica del sector desde entonces, estará determinada por el alto grado de concentración de la tierra, como veremos en el próximo capítulo.

Lo cierto es que esa colaboración del Estado con las empresas para favorecer su actuación en el país marcó el camino para la actividad industrial que se desarrollará a partir de la segunda mitad de la década del 2000. La instalación de UPM en Uruguay, que comienza su construcción en 2005, corresponde a aquella segunda etapa que destaca Alvarado (2009), donde la empresa transnacional finlandesa ya no transporta la madera hacia sus fábricas en Europa, sino que transfiere la etapa industrial de producción el sur, donde las condiciones para una mayor generación de lucros son prácticamente ideales.

Si bien la formación socio-espacial (SANTOS, 1996) de cada país nos impide hacer generalizaciones al respecto, consideramos que los caminos recorridos por los países de la región tienen trazos que es posible relacionar, sobre todo en lo que se refiere, como dijimos, a la inserción regional en el sistema-mundo-moderno, de igual forma condicionada por fuerzas externas y económicamente dependiente y subordinada a los intereses de los países desarrollados y organismos financieros internacionales. En cuanto a la evolución de las respectivas economías, según Yaffe (2005);

Se han identificado tres grandes etapas en la historia económica latinoamericana desde la consolidación de los estados y las economías nacionales en el último tercio del siglo XIX hasta fines del XX: la del crecimiento hacia fuera o economía agroexportadora (1870-1930), la del crecimiento hacia adentro o de la ISI (1930-1970), y la del crecimiento con deuda o nuevo paradigma (1970-2000) (2005, p.11).

Además, en todos los países también hay una fuerte presencia de grandes empresas transnacionales del rubro silvícola, provocando impactos territoriales similares a los observados en Uruguay. Estos impactos están relacionados sobre todo a la propiedad privada de la tierra, que les da a las empresas un gran poder de decisión e influencia política y económica en relación a los Estados nacionales y a las localidades en donde se instalan.

BRASIL

El primer Código forestal brasileiro corresponde al año 1934. Desde entonces la preocupación con las leyes ambientales y la regulación del extenso territorio ha ido incrementando nuevos elementos a la política Forestal Brasileira.

Bajo el gobierno de Juscelino Kubitschek en la década del 50, la política brasileira de fomento silvícola tiene un nuevo impulso de corte desarrollista y proteccionista. Desde entonces y hasta hoy el apoyo del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) fue decisivo para el rubro forestal, “desembolsando entre 1955 y 2002 la cantidad de 31.000 millones de reales¹” (JUVENAL; MATOS, 2003 apud. GAUTREAU, 2014).

Posteriormente, la segunda versión del Código forestal (Ley 4.771) será en el año 1965, en el marco de la dictadura militar, contemplando nuevas preocupaciones con la preservación de los recursos naturales y forestales. Por

¹Por ejemplo, el 57% de las inversiones públicas dirigidas hacia el sector entre 1971 y 1991 fueron atribuidas a dos empresas brasileiras: Klabin y Aracruz (GAUTREAU, 2014, p.47)

otro lado y también con políticas de corte desarrollista, se implementaron importantes planes de forestación basados en incentivos fiscales. Ya en la década de los 70, como destaca Alvarado (2009);

Se formularon planes de estímulo al desarrollo de la industria de celulosa y papel. El Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (bndes) jugó un rol fundamental en la financiación de la industria, atendiendo prioritariamente a los grandes emprendimientos, con el objetivo no solo de garantizar el consumo interno, sino también de generar excedentes exportables. (2009, p.82)

Es decir que desde los primeros planes¹ de desarrollo forestal, con fuerte participación del BNDES, se contempló a la vez el fortalecimiento del mercado interno de madera y la mejora de las capacidades exportadoras del país. En este sentido, la clave del éxito del modelo brasileiro fue su capacidad para generar empresas madereras nacionales asociadas en mayor o menor grado con transnacionales, intercambiando tecnología en el marco de consorcios industriales (GAUTREAU, 2014).

El sector forestal brasileño al igual que el chileno, se ha desarrollado sobre la base de la inversión directa privada de origen nacional y la fuerte financiación estatal. Eso ha permitido el desarrollo de grandes industrias de capital nacional que aparecen entre las principales productoras de celulosa a nivel mundial. En la actualidad, de acuerdo con la Asociación Brasileira de Celulosa y Papel (BRACELPA) el país tiene unas 7 millones de hectáreas plantadas, de las cuales cerca de 1/3 (2,2 millones) son destinadas a la producción de celulosa y papel.

Si bien en los últimos años la presencia de grandes transnacionales extranjeras se ha incrementado, “se puede decir que hasta hoy el control de la producción de celulosa continúa en manos de capitales brasileiros” (ALVARADO, 2009). Sin embargo, aquí el sector y la propiedad de la tierra también se ha ido concentrando cada vez mas, principalmente a través de procesos de fusión/adquisición de grupos empresariales por otros. De esta manera, la mayor productora de celulosa a nivel mundial, FIBRIA, nació en el año 2009 a partir de la fusión entre Aracruz y VCP, sumando también la participación del BNDES. A partir de entonces FIBRIA cuenta con un patrimonio forestal de 969 mil hectareas distribuidas entre los estados de Sao Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo², Mato Grosso do Sul y

¹Los principales programas fueron los Programas nacionales de celulosa y papel de 1974 y 1987, seguidos del plan federal para favorecer la expansión forestal o PropFlora, a partir del 2000. (Fanzeres, 2005; GAUTREAU, 2014, p.54)

²Donde además opera el único puerto especializado en embarque de celulosa del país, Portocel. (www.fibria.com.br)

Bahia. Con este patrimonio y cuatro plantas¹ de producción, la empresa produce mas de la tercera parte del total de la producción brasilera, esto son 5,3 millones de toneladas anuales de celulosa. (www.fibria.com.br)

Otra de las grandes empresas brasileras es Cia.Suzano Papel y Celulosa, la cual tiene una composición también proveniente de una asociación, en el año 1983, entre la industria de papel Leon Feffer con la industria de Papel Rio verde y la compañía Suzano Papel e celulose (www.suzano.com.br), que luego comprarán el sector forestal de la compañía Vale do Rio Doce (ALVARADO, 2009). Esta corporación cuenta con un patrimonio forestal de 897 mil hectareas distribuídas por distintos Estados (SP, BA, ES, MG, TO, PI, MA). Con este patrimonio la corporación abastece sus tres unidades de producción en Brasil, ubicadas en Mucuri (BA), Suzano (SP) y Limeira (SP). Además cuenta con una fábrica en construcción que se pretende comience a funcionar a fines de este año, y según la página web de la empresa consiste en una de las mas modernas fabricas de celulosa del mundo. Con la producción actual la empresa se ubica en segundo lugar como mayor productora a nivel mundial por detrás de FIBRIA. (www.suzano.com.br).

En el Estado de Rio grande del Sur es donde ocurren las mayores tasas de concentración de empresas como FIBRIA, Stora Enso y CMPC (Chilena), que “poseen entre ellas entre el 45% y 70% de todas las plantaciones sobre las zonas en que actuan” (GAUTREAU, 2014, p.63). En este estado además se produce la mitad del volumen total de productos de la especie acacia negra, de la que también se extrae madera para celulosa (ALVARADO, 2009, p.44).

En el año 2012 se estableció en Brasil un nuevo código forestal, a través de la ley 12.651/12, que tiene entre los principales cambios la resolución de amnistía para los que hasta 2008 realizaron maniobras ilegales respecto a la forestación, lo que ha despertado polémica y fuertes controversias por tratarse de crímenes ambientales² (SANTOS.K, 2015). Esto nos lleva a pensar que el gobierno del PT, al igual que el FA en Uruguay, continúa con una orientación política propia del neoliberalismo, preocupada con la inserción del país en los principales circuitos de la economía mundial, negligenciando aspectos sociales y privilegiando a pequeños grupos que hacen un uso indiscriminado y corporativo de los recursos.

¹Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), donde en joint venture con la sueco-finlandesa Stora Enso posson la mayor planta de celulosa de Brasil: Veracel.

²La ley 12.651/2012 subverte a lógica da tríplice responsabilização pelo dano ambiental (art. 225, § 3º, da Constituição Federal) e estabelece, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), uma ampla anistia a infrações administrativas e crimes ambientais.(SANTOS.K, 2015, p.6)

CHILE

En Chile como vimos, el paquete de medidas neoliberales se implementó en primer lugar y de manera más radical. Las privatizaciones y en particular el crecimiento de las corporaciones madereras en ese período fue enorme y permitió que hoy algunas empresas chilenas ocupen los primeros puestos entre las mayores empresas transnacionales productoras del rubro maderero.

La plantación de florestas en este país proviene desde fines del S XIX, sin embargo la primera ley de bosques se aprobó en el año 1931, incentivando las plantaciones por parte de empresas privadas mediante exenciones impositivas. (ALVARADO, 2009)

En el año 1974 es firmado el Decreto D-L 701, que brindaba una bonificación del 75% para los particulares que se introduzcan en el negocio forestal. Además se privatizaron los activos forestales que estaban en manos del Estado e incluso se donaron grandes extensiones de tierras a las grandes empresas. Durante la dictadura militar el negocio forestal se constituyó como una fuerte base de poder de la oligarquía chilena volcada a la exportación, llevando principalmente a las regiones ubicadas entre el Maule y Región de los ríos a una fuerte especialización productiva orientada a la forestación, lo que generó también una gran pérdida de la superficie de bosques naturales.

Entre los países de la región Chile es donde el sector se encuentra mas concentrado, y también donde la industria forestal se desarrollo con anterioridad. Para el año 1970 ya había en el país tres plantas de producción de celulosa, actualmente hay doce. Las hectareas forestadas ascienden hoy a 2.7 millones, haciendo de la industria forestal el segundo rubro exportador por detrás de la minería de cobre. Desde entonces las empresas Arauco y CMPC tuvieron una rápida capitalización asociada directamente a los incentivos y subsidios durante el gobierno militar de Pinochet.

Arauco, según su página web posee un patrimonio forestal de 1,6 millones de hectáreas, de las cuales mas de 1 millón se encuentra en Chile, 230.000 hectáreas en Brasil y el resto entre Argentina y Uruguay, (www.arauco.cl) donde asociada con Stora enso conforman Montes del Plata.

Empresas CMPC (Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones) es la otra compañía chilena destacada a nivel mundial, actuando en toda la cadena productiva de la madera, desde celulosa hasta toallas de papel. En Uruguay por ejemplo, adquirió la fabrica de IPUSA (Industrias Plásticas Unidas S.A) en 1994, ubicada en el departamento de Canelones y hasta entonces de capital nacional. La empresa tiene un patrimonio forestal de casi 700 mil hectareas, distribuidas entre Chile (504 mil), Brasil (112.5 mil) y Argentina (63 mil). (www.cmpc.cl)

La acción corporativa de estas grandes empresas ha llevado en Chile a un alto índice de conflictos políticos y sociales, vinculados principalmente por

la apropiación empresarial de superficies históricamente ocupadas por comunidades mapuches. Además, varios estudios muestran una fuerte degradación de los suelos en torno a las plantaciones forestales, donde pequeños criadores de animales y productores rurales se han visto en la imposibilidad de sustentar sus producciones por la falta de agua y seca de los suelos. Ejemplos como estos asociados a los impactos ambientales existen en todos los países trabajados¹. (Para el caso Chileno, el documental “Plantar pobreza” refleja ampliamente esta situación)

En el año 2014 durante el gobierno de Michele Bachelet, que hace parte de la oleada de presidentes de centro-izquierda en la región, se prorrogó el Decreto D-L 701, debido a la importancia del rubro forestal para el país. Así se establecen nuevas bonificaciones para pequeños propietarios con el fin de forestar 2 millones más de hectares durante los próximos 20 años. Está claro que, mas allá de que se otorguen subsidios para productores menores, quién va a controlar la demanda y los precios y quien va a adquirir esa madera van a ser las grandes empresas.

Se puede decir que “el Estado chileno acepta el actual modelo de desarrollo forestal como un pilar de la economía chilena” (CORNEJO, 2003), y se regula con la misma lógica que hace cuarenta años.

Chile presenta un aspecto diferente en relación a Brasil, ya que es el principal inversor regional en el sector de celulosa, con Arauco y CMPC, entre otras, presentes tanto en Brasil como Argentina y Uruguay. En cambio las brasileras FIBRIA Y Cia. Suzano poseen todo su patrimonio y centros de producción únicamente en territorio brasiler, sin inversiones de ese tipo fuera del país. Esto puede ser atribuido al hecho de que las empresas brasileras no tuvieron la necesidad de expandir sus centros productivos hacia fuera, por el vasto territorio y recursos que las empresas controlan allí. En cambio las empresas chilenas tienen tierras y fábricas en varios países, sobre todo por la falta de espacio interno para abastecer la demanda de la industria, y en menor medida el grado de conflictividad interna, que llevó a las empresas a buscar lugares ausentes de estas problemáticas, como Uruguay, donde el clima para el desarrollo de la actividad ha sido política y socialmente mas estable.

ARGENTINA

En Argentina el marco regulatorio de la silvicultura no ha llevado a los niveles de desarrollo de la actividad en comparación con los demás países. Sin

¹Alvarado destaca el conflicto de las empresas con las comunidades mapuches en el sur de Chile, que han llegado a quemar plantaciones forestales como protesta, por lo que sus integrantes fueron reprimidos y encarcelados, que permanecen hasta hoy como presos políticos. Otro caso de un conflicto surgido posteriormente al daño ambiental fue el de Valdivia (Chile), debido a la contaminación producida por la fábrica de celulosa de Celco (Grupo Arauco), que habría ocasionado la muerte de los cisnes de una reserva natural (2014, p.21)

embargo como trazo común a Brasil y Chile, el deforestamiento de bosques naturales para la conversión a tierras agrícolas es un problema que causó grandes pérdidas de bosques y biodiversidad. Hasta mediados del S XX la actividad fue meramente extractiva. Algunas de las provincias mas afectadas son Santa fé y Cordoba, donde en los treinta años previos al año 2000 se desmataron unos 10 mil km² de bosques, principalmente para plantar soja (Facultad de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales-FCEF, 2011).

Desde el año 1948 existe una ley nacional que prevé la defensa de la riqueza forestal, sin embargo la misma, al igual que la ley de 1997, prevé sobre todo la conservación del patrimonio forestal y la protección de bosques, que ante la deforestación apreciada no han tenido el éxito pretendido. Posteriormente, en 1998 y 2001 se implementan dos leyes que ya tienen como finalidad la explotación propiamente dicha del recurso forestal y las plantaciones. De esta manera;

la ley 25.080, de 1998, y la ley 25.509 de 2001, regulan lo forestal desde el punto de vista de una inversión de neto corte capitalista. De esta forma pasamos de la necesidad de protección del patrimonio forestal, a la reforestación como una actividad generadora de recursos económicos y desarrollo, pudiendo ver los giros en las acciones reguladoras por parte del Estado, a través de claras políticas de explotación del recurso como un bien de mercado. (FAUBA, s/d)

A partir de la década de 1990, las plantaciones de monocultivo forestal comenzaron a desarrollarse principalmente en las provincias de Corrientes, Misiones y Entre ríos, en esta última densificándose próximo al río Uruguay (GAUTREAU, 2014). Ya entre 2000 y 2013 se implementaron unas 725 mil hectareas de florestas al amparo de la ley 25.080 de 1998, que prevé un reembolso del 80% de los costos de plantación para macizos hasta 300 hectareas, de 20% para macizos entre 300 y 500 hectareas, y para tareas de raleo, poda y diversas tareas de manejo silvícola. (Dirección de Producción Forestal, Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, MGAP, 2013)

En Argentina el sector no se encuentra tan concentrado, y mucho menos desarrollado, como en Brasil y Chile. No obstante en las últimas décadas las empresas chilenas adquirieron varias plantaciones y centros industriales en aquel país. La mayor empresa forestal argentina, Alto Paraná fue comprada por Arauco, mientras que CMPC adquirió la empresa Papeles del Plata. Además de esto varias plantaciones, aserraderos y plantas de construcción de productos madereros fueron comprados por estas empresas, sobre todo en las provincias de Misiones y Entre ríos (ALVARADO, 2009). Por

su lado Arauco tiene un patrimonio de 260 mil hectareas de superficie e implanta a un ritmo de 9 o 10 mil hectareas por año. Además administra y conserva otras 113.000 Ha. de bosques nativos y áreas naturales dentro de sus predios. (www.arauco.cl)

Estos inversores extranjeros instalaron también viveros de alta tecnología y establecieron, cuando no compraron, acuerdos comerciales con firmas argentinas del ramo. Eso derivó en un sostenido crecimiento de la extracción de madera y de los niveles de producción industrial, así como de las exportaciones argentinas de productos forestales” (FAUBA, s/d)

Según Alvarado (2009), en general la política forestal argentina ha sido algo errática, con algunos cambios institucionales que no beneficiaron al sector. Se puede decir que la modernización durante la década de 2000 se debe al ingreso de inversores extranjeros, principalmente chilenos, más que a políticas públicas relacionadas al sector.

Es decir que, similar al caso de Uruguay y diferente del proceso ocurrido en Chile y Brasil, el desarrollo de la silvicultura en Argentina estuvo impulsado principalmente a partir de la entrada de capitales extranjeros, y no por iniciativa o financiamiento del Estado para incentivar el rubro a partir de capitales nacionales. De los cuatro países Argentina es el que tiene una industria forestal-celulósica mas atrasada. Como dijimos, con el comienzo del funcionamiento de UPM en Uruguay, el peso de la producción de celulosa en Argentina disminuyó considerablemente, pasando de representar el 5% del total del volumen producido en la región en 2007, a tener una participación del 2%, mientras que en los mismos años Uruguay paso a producir 6,2% del volumen total y 6,7% del volumen exportado.(QUEIROZ, 2014, p.163)

A partir de la llegada del proyecto para la construcción de la fábrica de celulosa, la silvicultura pasó a girar en torno, aunque no de manera exclusiva, al abastecimiento de madera para la industria de la celulosa.

La construcción de la planta de producción fue iniciada en el año 2005 y finalizada en 2007. Dicha inversión representó en su momento la mayor Inversión Extranjera Directa en la historia del Uruguay, además de representar la mayor inversión del sector privado finlandés en el exterior.

Quién estuvo a cargo de la construcción fue el grupo BOTNIA, de capitales finlandeses, el cual será adquirido en 2009 por **United Paper Mills, Metsaliitto y M-Real, tres corporaciones, también finlandesas, del rubro forestal que componen los capitales de UPM Uruguay. Esto habla también de la gradual concentración del sector, tanto a nivel nacional como regional y global, sobre todo a partir de la crisis inmobiliaria de 2008-2009 (que disminuyó la demanda de madera para construcción), donde entre otros ejemplos ya citados, la española Ence vende sus tierras a Montes del Plata en Uruguay, y en Brasil, Aracruz y Votorantim se unían en FIBRIA, creando la empresa lider en producción de celulosa del mundo (GAUTREAU, 2014, p.33)** Además de la planta de celulosa en Fray Bentos y su zona franca, UPM

adquiere el patrimonio forestal de BOTNIA, manejado por la empresa Forestal Oriental S.A (FOSA), 231,5 mil hectareas de tierra en 2011, que convierten a la empresa en una de las mayores terratenientes del país.

La madera con que UPM abastece a su planta industrial de Fray Bentos proviene en su mayoría de las plantaciones de la propia empresa (70%) mientras que el resto adquiere en el mercado o produce en tierras alquiladas. A su vez la mayor cantidad de celulosa que produce y exporta es comprada por grupos empresariales vinculados a la misma empresa, lo que muestra una estructura fuertemente verticalizada y oligopolizada. Sumado a esto, el procesamiento de la madera es realizado en Zona Franca, libre de impuestos y exportado a través del puerto Libre de Nueva Palmira.

El amplio patrimonio forestal de la empresa se encuentra disperso por todo el territorio uruguayo, lo que lleva a profundas transformaciones sobre distintos espacios del territorio nacional y abarcando varios departamentos. El autor francés identifica esta organización territorial como una nueva forma de latifundio, disperso por el territorio, constituido por sucesivas compras de predios de algunos cientos y miles de hectareas y distinto del viejo latifundio colonial (ibid, p.57) Sin embargo, a pesar del enorme espacio que abarcan la red de UPM, la gestión de sus actividades está sumamente centralizada en la capital del país, Montevideo, aumentando la dependencia de las zonas rurales en relación a centros urbanos distantes¹. (2014, p.67)

Esa organización en forma de red genera una serie de desigualdades territoriales. Según Milton Santos (2012), “Mediante las redes, hay una creación paralela de orden y de desorden en el territorio, ya que las redes integran y desintegran, destruyen viejos recortes espaciales y crean otros” (2012, p.279). Esto quiere decir que “las redes se comportan a través de un movimiento dialéctico que opone el Mundo al territorio y el lugar” (ibid, p. 270), “transportando vectores de modernización entrópicos, que llevan desorden a los subespacios en que se instalan y el orden que crean es en su propio beneficio” (idem, p.287).

Estas redes privadas como la de UPM, cuya geografía y funcionalización responden a sus propios intereses corporativos, están constituídas por puntos. A estos puntos en el espacio, separados unos de otros y que aseguran el funcionamiento global de la economía, Santos los llama *verticalidades*.

Según el autor; Las verticalidades son vectores de una racionalidad superior y del discurso pragmático de los sectores hegemónicos, creando un cotidiano dependiente y disciplinado [...] acelerando el proceso de alienación de los espacios y los hombres (ibid p.p.271-287).

¹A modo de ejemplo, el autor coloca que los ganaderos que quieren hacer contrato de pastoreo para sus animales con empresas que actúan en Rocha (este del país) deben generalmente acudir a oficinas en Montevideo para firmarlos (idem, p.67)

A partir de este proceso de reconfiguración territorial, podemos ver que no solo hay una presencia muy amplia por parte de grandes empresas en el territorio y controlando prácticamente todo el proceso productivo, desde el cultivo en campos propios hasta la exportación de la celulosa para el caso de UPM y Montes del Plata, sino que las mismas tienen un enorme poder de influencia sobre las sociedades locales y sobre las políticas del propio Estado nacional. En el límite de esta actuación empresarial, podemos afirmar de acuerdo con Milton Santos (2001, p.66) que en muchos casos, “la política es hecha por las empresas, sobre todo las mayores.” El poder económico de estas les da la capacidad de imponer sus normas, de cambiar la estructura del empleo, así como otras relaciones sociales dentro de cada lugar. Y si a esta actuación empresarial sumamos la falta de regulación por parte del Estado en relación a la regulación del mercado de tierras (tablas 1, 2 y 3), observamos un debilitamiento en las funciones del Estado, ya que grandes partes del territorio son manejadas de acuerdo a los intereses de agentes económicos, que especulan en el mercado de tierras y controlan oligopólicamente el mercado maderero y de *commodities* agrícolas en general.

Sin embargo, a pesar del creciente poder de las grandes corporaciones adquieren ante los Estados nacionales, el mismo Santos (2012, p.66) afirma que; “No es que el Estado se ausente o se torne menor. El apenas se omite en cuanto al interés de la población y se torna más fuerte, más ágil, más presente, al servicio de la economía dominante.”

La Ley de Zonas Francas N 15.921 del año 1987, promulgada el mismo año que la ley forestal, hace parte de las medidas adoptadas por el Estado durante el neoliberalismo para atraer inversiones al país, estableciendo un marco regulatorio para la creación de espacios comerciales dinámicos que posibilitaran un crecimiento económico y un derrame de beneficios para las sociedades locales. Es decir que el principal objetivo es facilitar la actuación de grandes empresas y actores privados en el territorio nacional, con el fin de que las mismas lleven también al crecimiento de otras economías de escala.

En la actualidad existen doce ZZ.FF en Uruguay, donde se realizan actividades industriales, comerciales, de logística y de servicios. De todas ellas, nos interesa destacar la Zona Franca de UPM en Fray Bentos, que tiene la particularidad de ser una ZF de exclusividad de la empresa Finlandesa.

La ley de promoción y protección de inversiones N° 16.906 de 1998, es la última política a destacar en nuestro trabajo, también considerada como parte de la estrategia del Estado con la finalidad de atraer grandes capitales, previendo un atractivo régimen para la inversión extranjera en el país, y además protegiéndolas contra cualquier eventualidad.

En el marco de esta ley nos interesa ver el Tratado de Protección de Inversiones que Uruguay (TPI) mantiene con Finlandia, firmado en el año

2002 como forma de garantizar el éxito y la viabilidad de la inversión de Botnia-UPM. Este tratado, firmado por el entonces presidente Jorge Batlle, resultó trascendental para la evolución y consolidación del proyecto industrial, ya que condicionó al gobierno de Tabaré Vazquez, que asumió en 2005, a continuar adelante con el proyecto y con las estrategias de largo plazo del Estado neoliberal.

CONCLUSIONES

Las tres políticas de Estado destacadas para el caso de Uruguay influyen directamente sobre la configuración territorial del país, y son parte fundamental del aparato normativo que favorece y viabiliza la actuación de las grandes empresas transnacionales, permaneciendo constantes más allá de los sucesivos gobiernos y sus orientaciones políticas. Esta estrategia de largo plazo del Estado, también permanece vigente, en parte, a causa del fuerte arraigo que el neoliberalismo aún tiene en las estructuras de poder y en las insituciones del Estado.

La influencia de las grandes empresas es determinante para las decisiones que se toman en relación a la mejora de estas infraestructuras y su utilización, ya que mediante el discurso y la creencia de la indispensabilidad de instalación de grandes empresas (SANTOS, 2012, p.68), el Estado busca en primer lugar atraer las inversiones y en segundo lugar motivarlas a que permanezcan.

Esto queda demostrado con la implementación de las ZZ.FF de UPM y MDP, ambas equipadas con puertos y estructuras modernas para la carga y exportación de las mercaderías, al igual que con la mejora de las rutas nacionales para acelerar la circulación de la madera hasta las Zonas Francas. Estas ZZ.FF, como *free-zones*, son áreas con una alta densidad normativa, por lo que allí hay una construcción más agresiva y perfeccionada del orden global, al tiempo que es donde mejor se refleja adaptación de los segmentos estatales a los imperativos de la competitividad y fluidez (SANTOS; SILVEIRA, 1996, p.12) De esta manera; “A una base material adecuada para aumentar la fluidez territorial, se suma una base normativa que facilita la porosidad del territorio a partir de regulaciones flexibles” (ARROYO, 2006, p.181).

Es decir que en estas porciones del territorio nacional; “Predomina el orden global y el acontecer jerárquico, que subordinan las demás formas de acontecer, las otras formas de vida y de trabajo” (idem, p.22). Se establece de esa manera una verdadera solidaridad organizacional (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 2007), es decir, una interdependencia organizacional y no obligatoriamente una interdependencia contigua o social (SILVEIRA, 2007), en la cual hay una colaboración entre los agentes espaciales para la realización de tareas comunes, aunque los proyectos no lo sean (SANTOS, 2012, p.158). Así, se obedece de manera funcional la lógica impuesta por las verticalidades

hegemónicas de las grandes corporaciones, “que usan privilegiadamente los bienes públicos y jerárquicamente los bienes privados” (SILVEIRA, 2007). En el mismo sentido Santos habla de solidaridad vertical, “cuyo epicentro es la empresa hegemónica, localmente obediente a intereses globales mas poderosos, y de ese modo, indiferente al entorno” (2001, p.85).

Ante la prevalencia de esta lógica, en determinados procesos, Arroyo (2006) apunta dos consecuencias principales: el aumento de la vulnerabilidad externa y la paulatina perdida de autonomía de los gobiernos nacionales para definir sus políticas económicas (2006, p.186). Esto se da sobre todo por la *porosidad* que las fronteras adquieren para el dinero global y ciertas ordenes que acaban desordenando los territorios, cada vez mas fragilizados y fragmentados (idem, p.187).

Dicha fragmentación, como vimos, también es identificada por Gautreau al estudiar el avance del frente silvícola en el espacio serrano uruguayo, como uno de los procesos geográficos que mas impactan el tejido social local (2014, p.96). La misma se da principalmente por la acción de las grandes empresas hegemónicas, que utilizando el territorio en función de su propios intereses, arrastran y obligan a adaptarse a todo lo existente en el lugar, imponiendo orden global y desorden local, ya que esos vectores hegemónicos de orden son una auto-referencia, es decir que no tienen sentido, “ya que su finalidad y objetivo es el propio mercado global” (SANTOS, 2012, p.344). Por último, ademas de fragmentador, “ese poder de las grandes empresas, ciegamente ejercido, es por naturaleza desagregador, excluyente y secuestrador de autonomía del resto de los actores” (SANTOS, 2001, p.p 85,86).

En cuanto al conjunto de los países del cono sur, las leyes de fomento para la actividad forestal, vigentes hasta la actualidad, también han sido implementadas durante gobiernos mas o menos neoliberales. Sin embargo en ninguno de los países, a partir de la llegada de gobiernos de centro-izquierda (Tabaré Vazquez y José Mujica en Uruguay, Lula y Dilma en Brasil, Nestor y Cristina Kirchner en Argentina, Bachellet en Chile), hubieron cambios en relación a las políticas neoliberales que regulan la actividad forestal, sino que se continuó promoviendo el mismo modelo de desarrollo conducido por empresas extranjeras o de capital privado nacional, en todos los casos en base a la privatización y concentración de la tierra y al uso corporativo de los territorios. Podemos afirmar de manera general que;

los territorios donde se emplazan dichas inversiones, son fragmentados y desarticulados de sus procesos y flujos de relaciones locales para ser integrados en forma selectiva y subordinada a las cadenas globalizadas de valor que lideran las grandes empresas transnacionales. (MACHADO. A, 2009 apud COMPOSTO; NAVARRO, 2014, p.64)

La lógica de las grandes empresas responde a las demandas del mercado global, por lo tanto la actuación de las mismas se asemeja (padrones y estándares de calidad, tipos de contratos y relaciones de *inclusión* con la sociedad local, etc) independientemente de los locales donde se instalen. En este sentido, como buscan una posición ventajosa a escala global, la lógica territorial de la empresa en los lugares también es global, por lo que “poco interesa que su cuna sea nacional (como en los casos de las empresas brasileñas y chilenas) cuando su lógica territorial es profundamente global” (SILVEIRA, 2007, p.20, 21. grifo nuestro).

De esta manera todo el proceso de alienación territorial que identificamos para el caso de Uruguay, también se da de forma correlata en los demás países. La atracción de grandes emprendimientos es una premisa común a nuestros gobiernos, conducidos por demandas externas y por la imperiosa necesidad de inserción en la DIT, buscando erradicar capitales globales en los territorios y negligenciando aspectos y necesidades de las poblaciones locales.

Las continuidades con el neoliberalismo parecen ser mas fuertes que las rupturas, notándose una “tendencia a consolidar un modelo de apropiación y explotación de los bienes comunes que avanza sobre las poblaciones con una lógica vertical” (SVAMPA, 2013, p.39). En este sentido, el periodo “pos-neoliberal” o “pos-liberal” (MOTTA;VEIGA, 2007), ha convergido en un cuestionamiento del liberalismo hegemónico de fines de S XX, lo que no implica necesariamente la adopción de una postura anti-neoliberal. Por el contrario, se puede decir para todos los casos que los gobiernos insisten en formular políticas sectoriales (SILVEIRA, 2007, p.17), mientras que la influencia de las empresas en la regulación de los territorios vuelve a las naciones “ingovernables”.

El objetivo del trabajo estuvo en torno al análisis sobre los impactos territoriales de la silvicultura transnacional en Uruguay, que tuvo como columna vertebral la identificación del proceso de inserción del neoliberalismo en el país, a partir de cuando comienzan a implementarse las políticas de Estado que promueven la abertura económica y las tres que destacamos como esenciales para entender la llegada y la actuación de UPM y MDP en el país.

La relación entre la escala global y local resulta fundamental para entender los procesos de reconfiguración territorial que ocurren en Uruguay y los países del cono sur. En este sentido, los impactos socioterritoriales observados a escala nacional y local en territorio uruguayo, son causa y efecto del movimiento de la sociedad global. Esto también adquiere gran relevancia durante la onda neoliberal, donde a partir de la búsqueda de nuevos espacios productivo las empresas extranjeras comenzaron a llegar al país, recibidas por un Estado que ofreció todas las facilidades y que colocó bajo el completo control de las empresas el desarrollo de la actividad sívcola, privilegiando la extranjerización y privatización de la tierra.

Las grandes corporaciones escojen de manera selectiva los lugares aptos para la realización de determinadas funciones, profundizando la DIT, no obstante amparadas por el poder de sus Estados nacionales de origen. Ante este panorama, la pérdida de soberanía nacional es una de las cuestiones que mas sobresalen, resultando necesario que el Estado, como actor político, económico y social, recupere el control de las dinámicas que suceden en el interior del territorio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A et al. Territorios en disputa; Despojo capitalista, lucha en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América latina. Bajo tierra ediciones, México, 2014
- ALVARADO, R. La expansión forestal en el cono sur. *Políticas públicas, intereses transnacionales y transformaciones territoriales*. Revista nueva sociedad, Nº 223, 2009
- ARRIGHI, G O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro, contraponto, 2012
- BACCHETTA, V. Uruguay, empleos y producciones antes y despues de la forestación. Grupo guayubirá, 2013
- CARRERE, R. Diez respuestas a diez mentiras. Movimiento mundial por los bosques tropicales, Montevideo, 1999
- CECEÑA, A.E. América latina en la geopolítica del poder. 2003
- DE LEMOS, A.et al. Questoes territoriais na América Latina. CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), USP, 2006.
- ELIAS DE CASTRO, I.E Geografía e política: Território, escalas de ação e instituições. 5ta ed. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 2013
- ELOY, R; DEMASI, C. Uruguay. 1958-1968: crisis y estancamiento. Ediciones de la banda oriental, Montevideo, 1986
- FAO. 2015. La contribución del sector forestal a las economías nacionales, 1990-2011, por A. Lebedys y Y. Li. Documento de trabajo sobre finanzas forestales FSFM/ACC/09. FAO, Roma
- GAROFALI, A. Dialectica de la dependencia: transferencia de valor y superexplotación de la fuerza de trabajo. El caso uruguay. UNILA, foz de iguaçu, 2014
- GAUTREAU, P. Forestación, territorio y ambiente. *25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina*. ed. TRILCE, Montevideo, 2014
- GRANATO, L A Integração na américa do sul em discussão nos governos do brasil e da argentina (2003-2010), Ríó de Janeiro, 2014

- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos Las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Revista Nueva Sociedad* Nº 237, enero-febrero de 2012. Disponible en: www.nuso.org
- HOBSBAWM, E. A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991 Sao Paulo, companhia das letras, 1995
- IANNI, O. O laberinto latinoamericano. ed.vozes, Rio de Janeiro, 1993
- LEAL, J. Desigualdades territoriales y empleo en Uruguay. Una mirada sobre la estrategia de promoción de inversiones. VII Congreso Latinoamericano de Estudios de Trabajo. S/d
- LEAL, J et al. La política pública de promoción de inversiones y sus consecuencias para el desarrollo regional de Uruguay. Departamento de Ciencias sociales regional norte.CENUR Noroeste, UDELAR, Montevideo, setiembre de 2014
- LIMA, M; COUTINHO, M. Integração moderna. Observatório político Sul-americano. Instituto Universitário de pesquisa de Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Análise de Conjuntura OPSA, janeiro de 2006.
- MARINI, R.M. Dialectica de la dependencia. CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Siglo del hombre editores, Bs As y Bogotá, 2008
- MEYER, G et al. Complejo forestal en le Uruguay. Facultad de agronomía, UDELAR, Montevideo, 2013
- O DONNELL, G; LINCK, D Dependencia y autonomia. Formas de dependencia y estrategias de liberación. Ed. S.C.A, Buenos Aires, 1973.
- PADRÓS, E. Uruguay: O pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPVH, Sao Paulo, julho de 2011.
- PANARIO, D; GUTIERREZ, O. La política forestal industrial del Estado uruguayo. Facultad de ciencias, UDELAR, 2007.
- RIELLA, A; MASCHERONI, P. Explorando la calidad del empleo en forestación. Un estudio de caso. 2009
- RODRIGUES, J. A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel: a expansão no brasil e a incorporação do Rio grande do sul. Florianópolis, 2012.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. *Técnica e tempo, razao e emoção*. Ed USP, Sao Paulo, 2012
- SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. ed USP, São Paulo, 2012a
- SANTOS, M. Espaço e método. ed USP, São Paulo, 2012b
- SANTOS, M. Por uma geografia nova. *Da crítica da geografia para uma geografia crítica*. ed USP, São Paulo, 2012c
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. *Do pensamento único á consciencia universal*. ed. USP, São Paulo, 2001
- SANTOS, M. O espaço dividido. *Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. ed.USP, Sao Paulo, 2008

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. GLOBALIZAÇÃO E GEOGRAFIA: A compartimentação do espaço. Caderno prudentino de Geografia, N18, Jul/1996

SILVEIRA, M,L. Argentina: territorio y globalización. Ed brasiliense, São Paulo, 2003

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. revista Nueva Sociedad, No 244, Universidad de la Plata, Argentina, marzo-abril de 2013. Disponible en: www.nuso.org

YAFFE, J. Dictadura y neoliberalismo en Uruguay (1973-1985) Asociación Uruguay de Historia Económica, agosto de 2010

ZUNINO, A. Trabajo y desarrollo en el Uruguay pos neoliberal. UNILA, Foz de iguaçu, 2014

CADEIAS PRODUTIVAS E CAPACIDADE OCIOSA: RESEX DO MÉDIO JURUÁ E DO RIO JUTAÍ – AM¹

Marciclei Bernardo da Silva²
Reinaldo Corrêa Costa³

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas cadeias produtivas na Resex do Médio Juruá e do Rio Jutáí, identificando suas capacidades ociosas e os agentes (econômicos, políticos e sociais) envolvidos no processo de produção, distribuição, circulação e consumo das mercadorias comercializadas. Os produtos destacados neste trabalho são a extração do óleo da andiroba, da manteiga de murumuru e da comercialização de farinha de mandioca. As unidades espaciais de análise são a Reserva Extrativista do Médio Juruá e a Resex do Rio Jutáí, ambas localizadas no estado do Amazonas. O trabalho fundamenta-se teórico-metodologicamente na categoria formação sócioespacial, como possibilidade de melhor analisar a relação sociedade e natureza. As cadeias produtivas estão relacionadas com o modo de vida dos moradores locais que por sua vez estão conectados a uma formação sócioespacial mais ampla e os elementos dos geossistemas como suporte para o desenvolvimento dessas cadeias.

Palavras-chave: Cadeia produtiva, resex e capacidade ociosa.

1. INTRODUÇÃO

Muitas vezes em uma visão genérica relacionada à análise do desenvolvimento das relações capitalistas na Amazônia brasileira, geralmente vêm associada ao verbo *chegar*, nos remetendo a uma falsa ideia de que o capitalismo “chegou” na Amazônia. De que é um processo “recente” ou talvez ainda persista a ideia de que as relações capitalistas se desenvolvem apenas nos grandes centros urbanos da região, em capitais como Manaus e Belém, enquanto no “interior” dessa região, em municípios como Carauari e Jutáí (AM), estariam ligados há um processo de “*chegada*” do capitalismo.

O desenvolvimento de cadeias produtivas, podem nos servir de argumentos de que as relações capitalistas estão estabelecidas nesses lugares, antes mesmo da formação das resexs. Mesmo naqueles lugares considerados os mais “*distantes ou isolados*”. Mas o que seria distante e isolado? É uma

¹ Trabalho Concluído

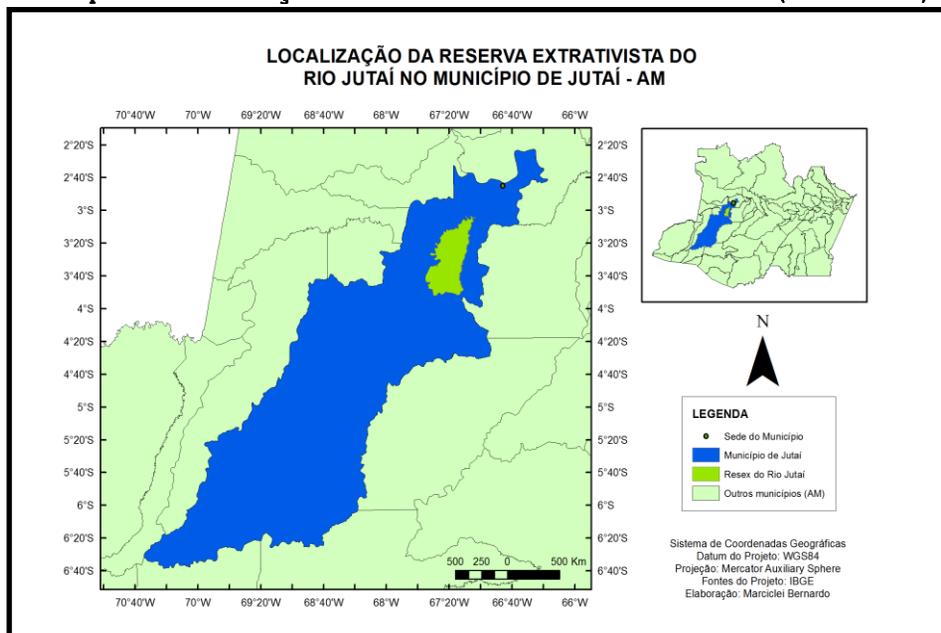
² Laboratório de Estudos Sociais (LAES). Mestrando em Geografia/UFAM.
bernardo.inpa.ufam@gmail.com

³ Laboratório de Estudos Sociais-LAES/INPA. Doutor em Geografia. rei@inpa.gov.br

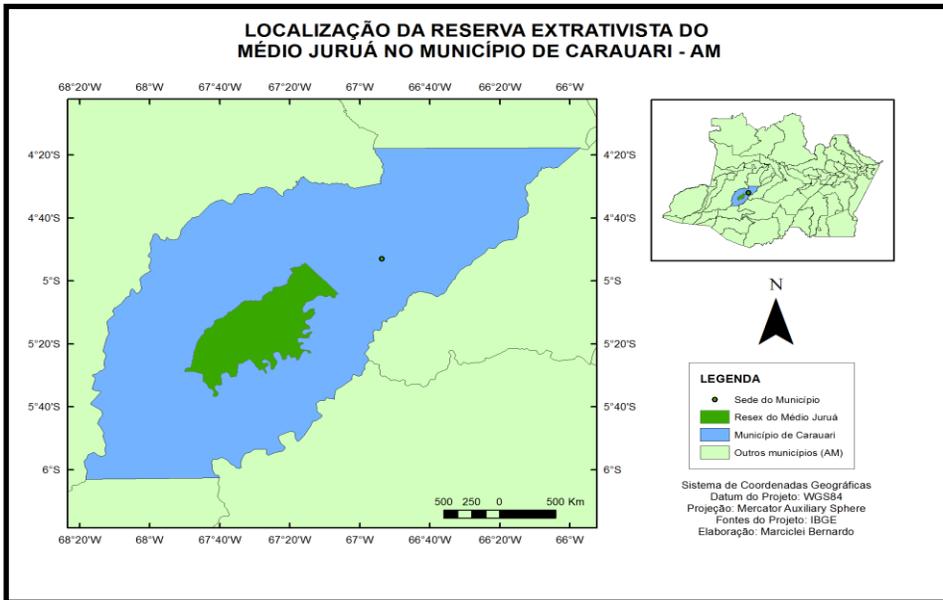
questão de escala, e tipo de transporte disponível, eis a importância da formação socioespacial.

Este trabalho destaca o funcionamento de cadeias produtivas em duas unidades espaciais de análise: a Reserva Extrativista do Médio Juruá e do Rio Jutai. A primeira localizada no município de Carauari, (AM) a segunda no município de Jutai (AM). Ambas podem ser consideradas territórios criados, pois nas duas áreas ocorreram lutas políticas e sociais para criação dessas unidades de conservação.

Mapa 01: Localização da Reserva Extrativista do Rio Jutai (Jutai – AM)



Mapa 02: Localização da Reserva Extrativista do Médio Juruá (Carauari – AM)



Um dos processos identificados nas resexs é a capacidade ociosidade de recursos. No caso de Carauari a capacidade potencial da produção de andiroba e murumuru não são totalmente aproveitadas. Em Jutaiá, além da ociosidade de recursos naturais presentes na biodiversidade local, a organização política não é fortalecida. Podemos relacionar essa questão a forma como ocorre a operacionalidade da gestão e planejamento do uso desses recursos.

A cadeia produtiva “é um elemento que molda e, é moldada pelo espaço geográfico, logo esta não é externa ao espaço, mas intrínseca a reprodução espacial. Envolve diferentes agentes, modos de vida, racionalidades, contradições e cria espacialidades” (SILVA e COSTA, 2014) nos diversos lugares onde se reproduzem.

Os produtos comercializados nas cadeias produtivas são oriundos da biodiversidade local, neste sentido, utilizaremos os conceitos de formação social e geossistemas, como forma de entendimento da relação sociedade e natureza. O uso desses produtos geralmente está condicionado a técnicas artesanais, em casos como a extração do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru, envolve utilização de máquinas sem “*inovação tecnológica*”, mas que no momento atende as necessidades locais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. FORMAÇÃO SOCIAL E GEOSSISTEMAS NOS ESTUDOS DE CADEIAS PRODUTIVAS.

2.2.

Neste trabalho abordaremos teórico e metodologicamente o conceito de formação social e geossistemas. Pois, de acordo com Costa¹ (2013) “a análise espacial via formação social e os geossistemas são o elo para a visão integradora do mundo, portanto a totalidade, o espaço total”. Neste contexto, não seria possível realizar uma análise de determinada cadeia produtiva sem levar em consideração a relação sociedade e natureza, na formação social estando presente a lógica econômica, política e cultural de reprodução das cadeias produtivas e os elementos do geossistemas como suporte para a reprodução dessas cadeias.

De acordo com Ab’Saber (1998) “a gênese do espaço- considerado de um modo *total* – envolve uma análise da estruturação espacial realizada por ações humanas sobre os atributos remanescentes de um espaço herdado da natureza. Por essa razão, há que se conhecer o funcionamento dos fluxos vivos da natureza e toda a história e formas de ocupação dos espaços criados pelos homens”. Poderíamos optar em um estudo de cadeias produtivas sem levar em consideração os aspectos naturais (elementos da natureza – rios, tipo de solo, vegetação, entre outros) que funcionam como suporte ou somente analisá-la em seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos, entretanto estaríamos trilhando um caminho onde a realidade não estaria presente em sua *totalidade*. Ainda de acordo com Ab’Saber (1998):

O espaço total inclui todo o mosaico dos componentes introduzidos pelo homem ao longo da história da paisagem de uma área considerada parte de um determinado território.

Cabe ressaltar, que não se trata de uma totalidade qualquer, mas a *totalidade* do processo estudado. E nesse caminho o entendimento do conceito de formação social se torna importante, visto que explica a estruturação da situação local componente de uma estrutura maior, o Brasil e a totalidade mundo.

Neste sentido, conforme Santos (1977) “não há sociedade a-espacial, o espaço, ele mesmo, é social”, portanto cada sociedade possui uma formação

¹ Minicurso: Análise Espacial de Cadeias Produtivas – Breve abordagem de bases, conceitos e temas. Ministrado pelo Prof. Dr. Reinaldo Corrêa Costa no Laboratório de Estudos Sociais (LAES), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em janeiro de 2013.

social específica, o que nos faz entender a diferenciação de um lugar para outro. O autor ainda complementa “modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que formam o modo de produção são histórica e espacialmente determinadas num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social”.

O que nos remete que determinado processo ocorrendo em determinado lugar, neste caso, algumas cadeias produtivas desenvolvidas em duas unidades espaciais de análise, não se reproduzem isoladamente, podem ser distintos entre si, mas complementares em totalidade. “As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares e da maneira como eles se combinam” (SANTOS, 1977).

Ainda relacionado ao entendimento do conceito de formação social, “nenhuma sociedade tem funções permanentes (...), nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedades, de relações sociais” (SANTOS, 1977). Poderíamos citar a formação social brasileira, em seu processo de formação e organização passou por diversas transformações uso dos geossistemas.

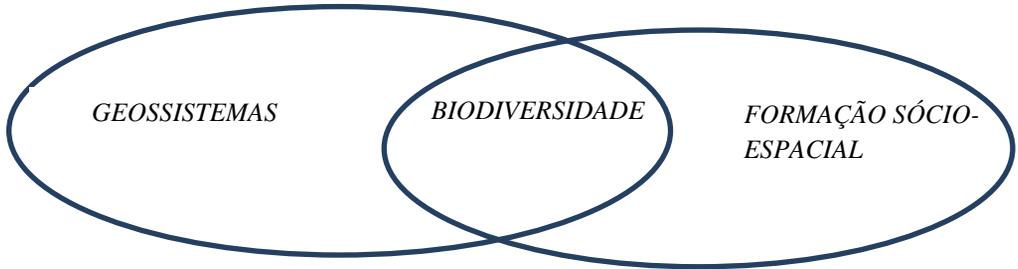
No caso da Resex do Rio Jutá e do Médio Juruá, historicamente em seus processos de formação serem parecidos, assim como a dominialidade de espécies (vegetais, animais) presentes na biodiversidade desses lugares, conforme Costa (2013) “são unidades espaciais de análise que foram constituídas a partir de relações de uso e ocupações do solo com ou sem infraestrutura, diferentes tipos de conservação e manejo, com algum grau de alteração nos sistemas naturais, seja o uso e o trabalho territorializado na biodiversidade” local, neste contexto, trata-se da exploração do óleo da andiroba, da manteiga de murumuru e da produção de farinha de mandioca.

De acordo com Costa (2013) “a cadeia produtiva é um elemento a ser estudado a partir de espacialidades e territorialidades pré-existentes em algum lugar a partir de alguma natureza. Nem deve ser entendida como externa ao espaço, mas como um elemento deste”.

Cadeia produtiva é um elemento que influencia e, é influenciada na reprodução das unidades espaciais de análise aqui estudadas. No caso da Resex do Médio Juruá, a cadeia produtiva do óleo da andiroba e da manteiga do murumuru cria uma gravitacionalidade, onde atividades satelitárias, como a pesca, a comercialização de produtos agrícolas provenientes geralmente de quintais agroflorestais, estão relacionadas e juntas possuem um papel importante no processo de reprodução do modo de vida dos moradores locais.

Costa (2013) destaca através do diagrama 01, de como as categorias formação social e geossistemas podem ser materializadas nos estudos das cadeias produtivas, ou seja, na relação sociedade e natureza.

Diagrama 01: Formação social e geossistemas: Intersecção da relação sociedade e natureza.



Fonte: COSTA, R. C. (2013)

Com relação aos geossistemas, Sothava (1977) destaca que “embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciam sua estrutura e peculiaridades espaciais”, ou seja, os processos no espaço não ocorrem desconectados uns dos outros. Estando presente o princípio de conexão e interação.

Conforme Rodrigues (2001) uma noção implícita em geossistemas “é a noção de *dinâmica*, pela qual é possível classificar os geossistemas de acordo com seu estado ou estados sucessivos, assim como é possível assumir ou propor hipóteses sobre sua dinâmica futura, característica fundamental para a aplicação ou para o planejamento”, o que torna sua funcionalidade metodológica dentro dos estudos sobre cadeias produtivas ainda mais importante, principalmente se for uma unidade de preservação como as Resexs, com isso, por exemplo, identificar a sazonalidade dos produtos, a dinâmica fluvial dos rios, o qual é o principal meio de ligação entre a Resex e a cidade, dinâmicas que afetam diretamente na reprodução social dos agentes envolvidos.

Cabe ressaltar, que não é objetivo deste trabalho realizar uma evolução histórica do conceito de geossistemas, mas sua aplicabilidade e relevância nos estudos sobre as cadeias produtivas em unidades de proteção e produção extrativistas, e esse extrair é extrair da natureza, de sistemas naturais.

Neste contexto, podemos citar Tricart (1981) quando faz referência ao “estúdio integral del médio ecológico” e enfatiza que “sobre cualquier área actúa una combinación determinada de factores. El análisis de las combinaciones, em el que no se debe olvidar el aspecto temporal, la dinámica, desemboca, así, sobre un principio de regionalización, de subdivisión del espacio”. Aferimos que no processo de reprodução da cadeia produtiva uma série de combinações está presente e envolvem tanto elementos naturais, quanto sociais, como os fatores naturais para a existência de espécies

oleaginosas, como a andiroba, assim como a organização política dos moradores locais em parceria com a principal empresa compradora do produto.

Ainda nesta discussão, Mamigonian (1999 - a) alerta no sentido de que “a *renovação* por que passa a Geografia atualmente requer uma radicalização teórica, no sentido de recuperar a interdisciplinaridade e a visão de totalidade propiciados pelos paradigmas de formação sócio-espacial e de geossistemas” e que:

O abandono ou a negligência à prioridade do todo sobre as partes, tanto em Formação sócio-espacial como em Geossistemas, pode levar a empobrecimentos lamentáveis (MAMIGONIAN, 1999 -b).

Empobrecimento no sentido dos estudos cada vez mais se tornarem especializados, superficiais e setorializados, perdendo a dinâmica geral e pormenorizada. E que o aprofundamento de temas importantes traduzidos na explicação das realidades (locais, econômicas, políticas, ambientais, setoriais e mundiais, entre outras) seja abordado, fundamentando planejamentos, métodos, cartografias, identificações e análises com suas proposições e que sejam incorporadas em algum setor da sociedade.

2.3. AGENTES ENVOLVIDOS

Cabe ressaltar que “nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local” (SANTOS,1977: 65).

No processo do desenvolvimento da cadeia produtiva, observam-se agentes de diferentes racionalidades, sujeitado e sujeitante, com maior ou menor influencia política. Na base do processo de produção da Resex do Médio Juruá e do Rio Jutáí está o camponês. Conforme Martins (2008) “na sua inserção no mercado e, por meio dele, no processo de reprodução do capital, o que o camponês vende não é a sua força de trabalho. Para ele, o trabalho não pode aparecer como coisa em si, separada do produto que dele resulta. (...) O que ele vende é produto e não isoladamente o trabalho contido no produto”. É este quem realiza o processo de coleta das sementes de andiroba e murumuru, além da produção de farinha. Possuindo uma lógica própria de reprodução social.

Em Carauari as associações desempenham o papel de gestoras das cadeias produtivas do óleo de andiroba, da manteiga de murumuru e da farinha de mandioca. São as mesmas que controlam o número de famílias que estarão envolvidas no processo de coleta das sementes, buscam parcerias com outras instituições e mercados, ou seja, é a principal forma de organização política dentro da Resex. Destacam-se a ASPROC (Associação dos Produtores Rurais de Carauari), AMARU (Associação dos Moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari) e CODAEMJ (Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá).

Cabe ressaltar que ocorre uma “*divisão*” entre as associações quanto ao desenvolvimento das cadeias produtivas. No caso da Asproc, associação fundada no ano de 1994 e que possui mais de 300 associados, a mesma fica responsável pela comercialização da farinha de mandioca na Resex do Médio Juruá e na RDS Uacari. Esta associação funciona como o principal comprador da produção de farinha dentro das UCs.

A Asproc possui uma sede na cidade de Carauari e onde funciona também como depósito de produtos trazidos das comunidades da Resex. Como forma de garantir uma maior territorialidade da associação dentro da UC, a mesma desenvolve um projeto denominado *Comércio Ribeirinho Solidário e da Cidadania*, sendo instalado “cantinas” de comercialização em aproximadamente 55 comunidades. Pode-se observar que a influência política da associação na Resex, muitas das vezes confundia-se o papel do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) de órgão gestor da UC com a função desempenhada pela Asproc. Nas entrevistas, se tratando de instituição política era a mais citada. Talvez por ser uma das instituições representativas mais antigas no lugar e tendo participado do processo de criação daquela resex.

Quanto à área de abrangência da Amaru, limita-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, voltada para a extração e comercialização de sementes oleaginosas, ou seja, uma atuação externa à Resex, mas que por ter uma parceria com a CODAEMJ deve ser citada.

Cabe frisar que a CODAEMJ é quem detém o contrato com a Natura (empresa de cosméticos) para fornecimento de matéria-prima (óleo de andiroba e manteiga de murumuru). Neste caso, ocorreu uma *parceria* entre a Codaemj e a Amaru, no qual a primeira associação fica responsável pela compra das sementes na área da Resex e a segunda com a compra dos produtos na RDS. A Amaru repassa a produção comprada pra a Codaemj, que possui uma usina de beneficiamento e a mesma repassa um valor em dinheiro acertado quando a produção é vendida para a Natura.

Entretanto, observou-se que a Amaru não pretende alongar a parceria com a Codaemj. Nas entrevistas realizadas, alguns representantes da associação destacaram o interesse de realizar um contrato diretamente com a Natura.

Um ponto que podemos observar em Carauari, é que para cada cadeia produtiva há basicamente uma associação que fica “responsável” pelo seu funcionamento, o que muitas vezes impede que haja conflito por objetivos e racionalidades diferentes. Já o mesmo não ocorre em Jutaí, onde uma única associação, a ASPROJU (Associação dos Produtores Rurais de Jutaí), teoricamente é o agente principal na gestão local das cadeias produtivas existentes e assim como aquelas em potencialidade (óleo de copaíba).

A Asproju atua em lugares internos e externos a área da Resex do Rio Jutaí. Evidentemente que não tem nenhuma problema determinada associação atuar em uma ou várias áreas, é uma questão de *poder*, de estrutura de gestão do território da associação. Neste caso, realidade é adversa a Asproju, principalmente pela dificuldade que a Associação vivencia relacionado à logística de transporte dos produtos das comunidades até a cidade de Jutaí. Talvez a ineficiência em seu processo de atuação, não somente por parte da Asproju, mas de outros órgãos (administrativos, representativos, assistência técnica, entre outros) explique o motivo da capacidade ociosa de recursos com potencialidade de serem comercializados, como o óleo da andiroba, da copaíba, entre outros. Nesse caso, a circulação aquilo que irriga o espaço e dá sentido a valorização da mercadoria estrutura a capacidade ociosa, mas não só ela, a capacidade de retorno se considerada alta, quem sabe alteraria o cenário da circulação da produção.

Neste contexto, Santos (1977: 65) enfatiza que “as infraestruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção, mas também do seu destino, que obriga a levar em conta os processos de circulação”, Portanto o entendimento desse processo não está necessariamente ligado somente á ASPROJU.

Outro agente fundamental na cadeia produtiva são os intermediários ou atravessadores, presentes em Carauari e em Jutaí, segundo os moradores, a presença deste agente nessas áreas, ocorre antes mesmo da criação das UCs. O que se pode identificar é que com a criação das Associações de moradores, o poder de influência deles sobre a comercialização de produtos tenha diminuído. No caso de Carauari, a gênese de associações como a Asproc, está relacionada como uma forma de *minimizar* a atuação deste sujeito na Resex.

2.4. CADEIAS PRODUTIVAS E CAPACIDADE OCIOSA.

Conforme Costa (2013) a comercialização de produtos oriundos da biodiversidade local podem ser considerados como “trabalho territorializado”. É necessário o entendimento do conceito de cadeia produtiva:

“Em primeiro lugar é identificar e cartografar na totalidade as etapas e o sujeito que fazem

parte da produção-distribuição-circulação-consumo (P-D-C-C), envolvendo suas derivações tais como: crédito (políticas de crédito e financiamento), assistência técnica, atacado e varejo. A cadeia produtiva envolve também conflitos (sociais, políticos, ambientais, concorrência, entre outros) decorrentes da especificidade da cadeia produtiva, do produto, das condições de trabalho e da esfera política e econômica ao qual estar inserida” (COSTA, 2013).

No entendimento do funcionamento de determinada cadeia produtiva não convém analiticamente interpretá-la como algo linear, pois envolvendo determinado produto, no caso a andiroba e o murumuru, “pode envolver diferentes lugares, modos de vida, relações de produção, força de trabalho e empresas de diferentes tamanhos e poder de capital” (COSTA, 2013).

No que se refere à capacidade ociosa ou recurso ocioso, conforme Rangel (2005) ocorre um mau aproveitamento “do potencial produtivo existente, deixando fora de uso instalações e mão-de-obra, além dos recursos naturais” e ainda que “a utilização da capacidade ociosa existente condiciona o desenvolvimento”. Para que ocorra o aproveitamento por completo do produto e conseqüentemente o “desenvolvimento econômico”, o autor destaca duas condições necessárias: de expansão da capacidade e de efetivação do produto¹.

Rangel (2005) destaca também o papel da ciência e da técnica no processo de aproveitamento da capacidade produtiva, “a expansão de capacidade produtiva tem como causa imediata a inovação tecnológica. Não quer isso dizer, é certo, que o progresso da ciência e da técnica seja suficiente pra o desenvolvimento econômico, que se exprime, afinal, em capacidade produtiva”. O processo de inovação tecnológica se daria de diversas formas, entre as quais “enriquecendo a constelação de recursos naturais, melhorando a qualidade da mão-de-obra, criando novo instrumental ou aumentando sua quantidade” (RANGEL, 2005). Ainda conforme com Rangel (2005) “é essa capacidade ociosa que representa a expectativa de mais-valia e é essa expectativa o motor primário de todo o processo”.

Identificamos que os recursos ociosos são mais evidentes na Resex do Rio Jutai, onde o não aproveitamento dos recursos naturais não está ligado exclusivamente à falta de inovação tecnológica ou ao uso de técnicas *arcaicas*, mas também à

¹ Citaremos algumas das condições de efetivação do produto propostas por Rangel, no qual “deve satisfazer condições econômicas que se relacionam”: a) composição natural (“com o maior ou menor grau de ajustamento das estruturas de oferta e da procura”, b) com a demanda efetiva global (“com a adequação entre a demanda e a oferta real”).

organização política que não efetiva uma ação, a associação de moradores a ASPROJU, hipoteticamente realizaria a gestão das cadeias produtivas existentes nessa Resex, não consegue realizar uma gestão que faça fluir a mercadoria para o bem de seus produtores, por conflitos internos serem acentuados (racionalidades diferentes com relação a operacionalização do que caberia a associação), carência de estrutura técnica e de logística para o transporte de mercadorias, entre outros fatores.

Uma das formas para agregação de valor ao produto (farinha de mandioca), foi a introdução de novas técnicas no preparo da farinha, os moradores comercializariam além da farinha comum uma “nova” farinha, denominada de “farinha ova”¹. Para introdução dessa nova técnica de fazer o produto, alguns instrumentos de trabalho tiveram que ser introduzidos e outros adaptados.

O “ensinamento” da nova maneira de realizar o processo de trabalho ocorreu através de cursos realizados pelo IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas), órgão estadual e a ASPROJU. Entretanto nem todas as comunidades foram beneficiadas, ou seja, a nova forma de produção acabou sendo centralizada em alguns “pontos” e não se espacializou por toda a Resex. Isso já causou uma diferenciação que incomodou alguns. E vale notar que para fazer farinha, tem que fazer roça, plantar, e uma resex, cuja lógica seria de extrativismo, talvez seja alguma incongruência ou adaptação ao ideário legal de preservação do meio ambiente com povos morando nela.

¹ Os grãos da farinha lembram ovas de peixe, por isso a denominação popular de “farinha ova”.

Figura 01 e 02: Na figura 01, instrumento utilizado na preparação da “farinha ova”. Na figura 02, força de trabalho familiar envolvida no processo de produção.



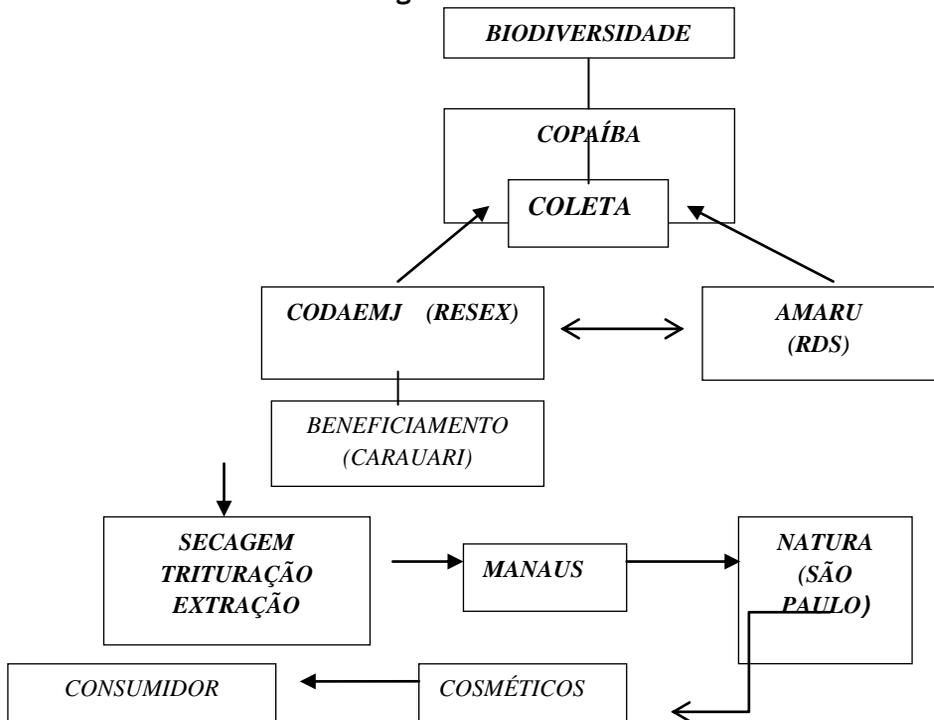
Fonte: LAES

Já em Carauari, na Resex do Médio Juruá a ociosidade de recursos decorre da Codaemj e da Amaru serem dependentes de um único comprador, a Natura (empresa do ramo de cosméticos). É esta quem estabelece a quantidade anual que deseja comprar e por consequência que será comercializada, dependendo da demanda de mercado dos produtos industrializados (perfumes, cremes, sabonetes, entre outros), comercializados pela empresa. Outro ponto que deve ser ressaltado é que em decorrência de não ter um suporte de instrumentos de produção tecnologicamente “avançados”, além de pouco poder de investimento de capital em sua produção por parte principalmente da Codaemj em comparação, por exemplo, com a Natura, o poder de negociação com a empresa é muito pequeno, tornando-se a área da Codaemj uma extensão do território da

corporação que chega onde o Estado pouco aparece. Contraditoriamente, o que seria com a ausência da corporação de cosméticos?

É o que Costa (2013) destaca quando se refere a “empresas de diferentes tamanhos e poder de capital” no processo de reprodução da cadeia produtiva, logo sua abordagem se for tratada em um viés exclusivamente econômico, ou seja, pelo discurso de empresas como a Natura, os problemas sociais são invisibilizados, geralmente prevalecendo um discurso “ambientalista” de *marketing* dos chamados “produtos florestais”, frases como “da floresta pra o seu banho” fazem parte do discurso de *marketing* da empresa.

Diagrama 02: Síntese da Cadeia produtiva do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru.



No diagrama-síntese, observamos que a cadeia produtiva envolve diferentes lugares, o processo de coleta e beneficiamento do produto é realizado em Carauari, posteriormente a mercadoria é transportada para Manaus, onde uma empresa terceirizada recebe essa produção para ser enviada para o centro industrial da Natura no estado de São Paulo. Onde a matéria-prima novamente é transformada para a produção de cosméticos e ser comercializada. A cadeia produtiva como espacialização, como síntese geográfica, ou seja, muito mais que identificação de oportunidades e gargalos.

A Natura anualmente estabelece um contrato com a CODAEMJ para compra de óleo de andiroba e manteiga de murumuru. Em 2013, no caso da extração do óleo de andiroba, a Codaemj e a Amaru conseguiram alcançar a quantidade requerida pela empresa, teve até uma ociosidade do óleo de andiroba, pois a capacidade instalada que as associações conseguiram produzir foi maior do que a quantidade estabelecida no contrato.

Cabe destacar, que um dos problemas enfrentados, era justamente a falta de outro mercado onde pudessem comercializar a quantidade não comprada pela Natura. Mesmo existindo algumas indústrias em Manaus que compram oleaginosas para fabricação de produtos (geralmente usados na fabricação de cosméticos), não existe um contrato entre as Associações de Carauari e essas empresas, limitando-se à Natura. Então como e porque transportar? E o tempo gasto em tal produção? A lógica do modo de vida camponês, de produção não capitalista, aproveitada pelo capitalismo explica tal ação.

Figura 03: Semente de Murumuru no processo de secagem



Fonte: LAES.

Nas entrevistas foi destacado um dos fatores citados que levavam as Associações de Carauari priorizarem a Natura como comprador do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru, é que no preço pago pelos produtos pela empresa, incluía os gastos que as Associações tinham com a logística de transporte da mercadoria de Carauari até Manaus, neste caso, por via fluvial através de embarcações de médio e grande porte, geralmente barcos ou em balsas.

Quanto à comercialização da manteiga murumuru, no ano de 2013, a Codaemj e a Amaru não conseguiram cumprir o contrato estabelecido com a Natura, a quantidade requerida pela empresa não foi alcançada. Neste caso, um dos fatores que nos ajudam a entender essa situação, refere-se ao fato da vazante do Rio Juruá naquele ano “demorou” para ocorrer, ou seja, a

enchente foi prolongada, a natureza “deu as regras”. Logo as áreas das margens do rio Juruá onde estavam localizadas as palmeiras de murumuzeiros permaneceram alagadas e os frutos (murumuru) maduros despencaram em meio às áreas alagadas, não sendo possível aproveitá-los em sua maioria, a correnteza levou-as.

A CODAEMJ paga o valor de R\$7,50 por cada lata (de 18L) de andiroba e murumuru coletada para pelas famílias. As técnicas utilizadas no processo de separação das sementes são artesanais, para cada 1kg catado, processo inicial que separa as sementes boas para a extração do óleo e da manteiga daquelas que não serão aproveitadas, a associação paga um valor de R\$0,80 por cada 1Kg, a força de trabalho utilizada nessa atividade geralmente são de mulheres. Realizado o processo de separação, as sementes são colocadas para secagem e posteriormente o uso de máquinas para extração do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru.

Figuras 04 e 05: Na figura 05, Usina de beneficiamento da CODAEMJ.



Fonte: LAES

Com relação a comercialização da farinha de mandioca, esse produto segundo os moradores dificilmente sofre de ociosidade. Pode-se identificar que a cadeia produtiva da farinha de mandioca desenvolve-se tanto na Resex do Médio Juruá quanto na Resex do Rio Jutai. Um ponto que cabe ser ressaltado que ao contrário das cadeias produtivas do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru que são “dependentes” da atuação das Associações (CODAEMJ e AMARU), como instituições gestoras, a farinha não é.

A cadeia produtiva da farinha, não depende totalmente da gestão das Associações em seu processo de reprodução, principalmente no caso da Resex do Rio Jutai, onde mesmo (em alguns casos) a Asproju disponibilizando os meios de transporte da produção, alguns moradores preferem levar sua produção diretamente ao mercado consumidor, geralmente nas feiras e comércios da cidade de Jutai. A farinha é tratada como da unidade de

trabalho familiar, e não de comercialização coletiva, pela realidade do mercado consumidor, que são domicílios e não empresas.

No caso da atuação da Asproc na Resex do Médio Juruá, identificou-se que o processo de logística de transporte da farinha de mandioca é mais organizado, comparado a Resex do Rio Jutai. A Asproc estabeleceu em algumas comunidades (Roque, Nova Esperança, Novo Horizonte, entre outras) da Resex do Médio Juruá pontos de comercialização, denominadas de “cantinas”, de produtos industrializados (os mais diversos, entre os quais, café, arroz, feijão, pilhas, combustível, entre outros) e atendem os moradores associados e não associados da associação. A criação desses pólos de comercialização foi uma forma encontrada pela Associação de inibir a presença de atravessadores que vendiam esses produtos superfaturados para os moradores locais. Cabe destacar que a Asproc, estabelece o preço das mercadorias comercializadas, muitas vezes o mesmo preço que são vendidas na cidade de Carauari.

Figuras 06 e 07: Na figura 06, barco de propriedade da Asproc para transporte de mercadorias. Na figura 07, comercialização de farinha na sede da Asproc na cidade de Carauari.



Fonte: LAES

Na Resex do Médio Juruá, é nas *cantinas* que geralmente a farinha de mandioca é comercializada. A Asproc negocia da seguinte forma: 50% do valor é pago com mercadorias disponíveis na cantina da associação existente na comunidade, a outra metade é pago em dinheiro.

Em alguns casos, quando os moradores não precisam de mercadorias ou precisam do preço pago totalmente em dinheiro decidem levar a produção diretamente aos compradores na cidade de Carauari, a duração da viagem varia conforme a acessibilidade do lugar, a comunidade do Roque, por exemplo, localizada próxima nas margens de um (dos vários) meandro abandonado no Rio Juruá, o percurso é de aproximadamente doze horas de

viagem de barco até a cidade, o tempo como influenciador do espaço, e tal tempo existe por uma precariedade de infraestrutura de circulação espacial.

Quanto à farinha comprada pela cantina, a Asproc se responsabiliza pela logística de transporte, pois possui um barco que transporta os produtos da Resex até Carauari, onde está localizada a sede da instituição que funciona também como centro comercial, armazenamento da produção e processo de empacotamento da farinha. Este último processo citado, com o objetivo de comercializar a produção com compradores da cidade de Manaus.

Nas entrevistas, um dos recursos naturais com pouco aproveitamento tanto na Resex do Médio Juruá quanto na UC do Rio Jutai, refere-se ao açaí. Potencialmente existiria um mercado consumidor para o produto, em razão da distância do principal centro de consumo, que seria a cidade de Manaus, segundo os moradores, o transporte do produto seria viável se fosse a polpa congelada. Entretanto, não existe nesses lugares tecnologia adequada para realização desse processo. Estamos falando de polpa congelada na produção e na logística como dificuldade!

3. CONSIDERAÇÕES

Cabe ressaltar que estamos falando em capacidade ociosa de alguns produtos da biodiversidade, como, andiroba, copaíba, açaí, entre outros, no sentido econômico do processo. Não que esses produtos não tenham uso no sentido de satisfação das necessidades imediatas dos moradores. Aliás, o uso desses produtos faz parte do etnoconhecimento local.

Outro ponto importante nesta discussão é a importância das técnicas e das tecnologias no desenvolvimento das cadeias produtivas locais. Neste sentido, Santos (1994: 61) destaca que as técnicas, podem ser as mais variadas (industriais, comerciais, culturais, entre outras) “não têm a mesma idade” e complementa que as “técnicas se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que as presidem, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção”.

Complementando, “a expansão da capacidade produtiva tem como causa imediata a inovação tecnológica. Não quer isso dizer, é certo, que o progresso da ciência e da técnica seja suficiente para o desenvolvimento econômico, que se exprime, afinal, em capacidade produtiva” (RANGEL, 2005). Neste contexto, podemos enfatizar que no caso de Carauari, a substituição de técnicas por outras no processo de extração do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru deu um maior dinamismo à cadeia produtiva.

Cabe fazer uma ressalva com relação aos instrumentos técnicos utilizados pela CODAEMJ na Resex, são considerados “*satisfatórios*” para aquele lugar e momento, mas em outros lugares, como por exemplo, hipoteticamente, em uma indústria farmacêutica de certa metrópole, seriam

enquadrados como arcaicos. Devemos estar atento, as temporalidades, ao contexto histórico específicos de cada lugar.

Entretanto para a Natura (principal comprador), o óleo de andiroba proveniente da CODAEMJ não se encaixa as “especificações técnicas” estabelecidas pela empresa para a produção de cosméticos, pois o mesmo apresenta grande nível de acidez que por sua vez está associado ao manejo incorreto nos processos de coleta, secagem, extração e armazenamento do óleo. Sendo necessário um beneficiador secundário, nesse caso a Basf (empresa química) que é responsável também pelo transporte desse óleo de Manaus (AM) até Cajamar (SP), onde os cosméticos são produzidos. Ou seja, aquilo que Rangel denominou de “inovação tecnológica” se faz necessário, para que o produto não se torne ocioso no processo de comercialização.

Neste sentido, empresas como a Natura, conforme Santos (1999) “numa situação de competitividade, a busca individual do maior lucro não tem outra fronteira senão a própria capacidade de criar e utilizar inovações produtivas e organizacionais” e esperam que seus “fornecedores” também avancem nessa direção.

Pode parecer utópico, fazer com que a capacidade ociosa de determinada cadeia produtiva seja totalmente suprimida em um processo de gestão e planejamento eficientes. Rangel (2005) nos aponta algumas direções nesse sentido. O papel ciência e da técnica, da inovação tecnológica, do equilíbrio entre a demanda e a procura, entre outros. O uso do óleo da andiroba e da manteiga de murumuru, que já vem sendo realizado em Carauari para comercialização, já se pode notar como um aproveitamento da biodiversidade local, deixando de ser ocioso até certa escala.

Conforme Santos (1999) “todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais” e complementa, enfatizando que “por menor que seja um lugar, por insignificante que pareça no mundo da competitividade, este lugar é fundamental por que as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder”. Mesmo Carauari e Jutai estarem longe (uma questão de escala) dos grandes centros de poder, a consolidação das cadeias produtivas existentes nesses lugares são fundamentais para o desenvolvimento não somente local, mas regional. O mercado como capacidade re-estruturação social e superação de desigualdades espaciais é uma contradição potencial.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: AB'SABER, A. N.; PLANTENBERG, C. M. (orgs.). **Previsão de Impactos Ambiental no Leste, Oeste e Sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- COSTA, R. C. **Análise Espacial de Cadeias Produtivas – Breve abordagem de bases, conceitos e temas**. Minicurso ministrado no Laboratório de Estudos Sociais (LAES), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2013.
- MAMIGONIAN, A. **Gênese e objeto da Geografia: passado e presente**. Revista Geosul, V. 14, Nº 28, Florianópolis, 1999. Pág. 167-170.
- _____. **Tendências atuais da Geografia**. Revista Geosul, V. 14, Nº 28, Florianópolis, 1999. Pág. 171-178.
- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre pobreza, exclusão e classes sociais**. 2ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2008.
- RANGEL, I. **Recursos Ociosos e Política Econômica**. In: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- _____. **O papel da Tecnologia no Brasil**. In: Obras Reunidas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- RODRIGUES, C. **A teoria geossistêmica e sua contribuição aos estudos geográficos e ambientais**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Nº 14, São Paulo, 2011. Pág. 69-77.
- SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia, Ed. 54, junho. São Paulo: AGB, 1977;
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Editora Hucitec, São Paulo, 1994.
- _____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Revista Território, Ano IV, Nº 6, São Paulo, 1999.
- _____. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Ano 1, Nº 1, São Paulo, 1999.
- SILVA, M. B.; COSTA, R. C. **A laranja e o Projeto de Assentamento Caviana (Beruri-AM)**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014.
- SOTCHAVA, V. B. **O estudo de Geossistemas**. In: Método em questão: São Paulo: USP, 1977;
- TRICART, J. **La Tierra, Planeta Vivente**. Akal Editor, Madrid, 1981.

CADEIA PRODUTIVA DE BASECAMPONESA NA CIDADE DE CARAUARI-AM¹

Ana Cláudia Narbaes de Carvalho²

Sanae Ferreira de Souza³

Reinaldo Corrêa Costa⁴

RESUMO

Este estudo identifica e analisa como cadeias produtivas se inserem aos processos econômicos em uma Reserva Extrativista, desde a produção a gestão, e a análise tem como ponto de partida as principais atividades econômicas que regem a área de estudo. Tendo como objetivo identificar a cadeia produtiva e compreender de que forma age. O estudo foi desenvolvido durante o mês de outubro de 2013, onde se realizou trabalho de campo, na Reserva Extrativista do Médio Juruá na cidade de Carauari seguido de algumas comunidades adjacentes. Identificamos que a principal atividade econômica da RESEX é a agricultura, nesta região destaca-se a produção, distribuição, circulação e consumo da farinha de mandioca, principal item cultivado e comercializado. Neste contexto, e mediante os fatos expostos, é possível abordar a atuação das associações e cooperativas locais, como agentes territoriais e como tendo papéis fundamentais para o funcionamento e reprodução das cadeias produtivas na Resex.

Palavras-chaves: Resex; Comercialização; Cadeia Produtiva.

INTRODUÇÃO

A principal atividade econômica da RESEX é a agricultura, seguido da avicultura, mesmo que os dois últimos citados, sejam direcionados para o autoconsumo. Trataremos das atividades exercidas pelas associações atuantes na área de estudo. Como ocorre o envolvimento das mesmas, portanto, segue-se uma contextualização do tema abordado.

Em 1989, a economia da região onde seria criada a Resex do médio Juruá era baseada na extração, venda da madeira, de borracha e de caça. A farinha ainda não era considerada um dos principais produtos comercializados, uma vez que apenas 39% das unidades domésticas vendiam ou trocavam parte da produção em média 34 sacas (WHITESELL, 1993), o que correspondem a 54% do volume atualmente atualizado por família.

¹ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- **INPA**. Laboratório de Estudos Sociais-**LAES**
- **Nível de trabalho-Graduação**

² claudianarbaes@hotmail.com

³ sanae.ferreiragen2@gmail.com

⁴ rei@inpa.gov.br

Com o fim da borracha no final da década de 1980 e início de 1990, houve a quebra da produção local concomitantemente a redução das obrigações junto aos patrões, ao aumento da organização social e a monetarização da comercialização da produção agrícola e extrativista. Em 1994 a economia familiar já era baseada na produção de farinha, e estimada em média de 31,3 sacas por família, correspondente a 38,5 % do volume atual, quando comercializava em média 47% da sua produção (RUEDA, 1995).

O objetivo deste trabalho é identificar a cadeia produtiva e identificar de que forma agem os camponeses produtores. Tendo a mandioca, como recurso e economicamente viável, bem como formas de uso e gestão, comercialização, distribuição e consumo deste recurso adotado pelas comunidades e a participação de algumas instituições.

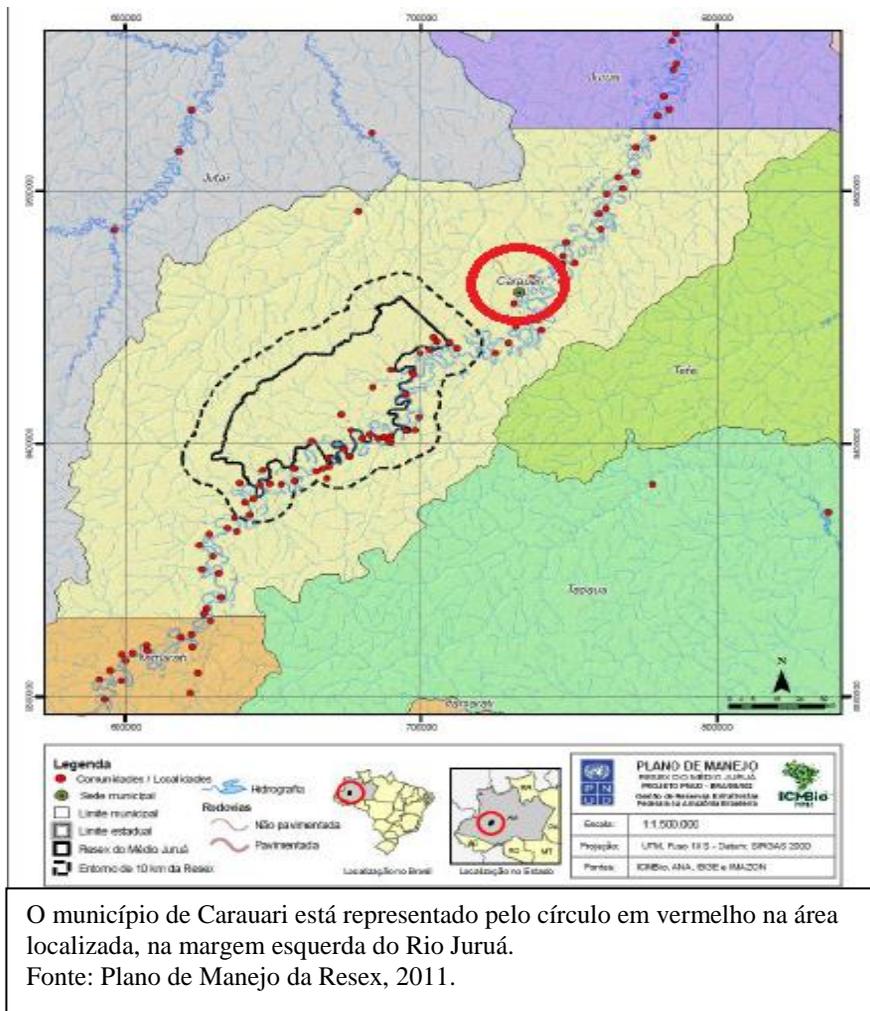
Para tal, foram feitos trabalhos de campo na Reserva Extrativista do Médio Juruá durante o mês de outubro de 2013. Na qual se realizaram observações desde o produtor na comunidade ao administrador da instituição. Houve também a realização de anotações em um caderno de campo de fotografias, seguidos de entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados foram informados dos objetivos da pesquisa. E para dar prosseguimento a esta pesquisa, cuja ainda se encontra em *andamento*, foram entrevistados alguns agentes institucionais, como cooperativas e associações, como a ASPROC (Associação dos Produtores Rurais de Carauari), a AMARU (Associação dos Moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari), IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Florestal Sustentável do Amazonas) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Para a realização deste estudo apoiou-se num referencial teórico-metodológico cujos são de análise da localização e do valor ligados à agricultura camponesa.

ÁREA DE ESTUDO

Reserva Extrativista do Médio Juruá

A Reserva Extrativista do Médio Juruá foi criada por um decreto de 04 de março de 1997. Está localizado às margens do Rio Juruá no município de Carauari, Amazonas, e está circundado por outras áreas protegida como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e a Terra Indígena do Rio Biá. A unidade de conservação ocupa uma área de 253.226,5 hectares e tem um perímetro de 348.029,65 metros. A unidade fica em uma distancia aproximada a 1.676,0 km da capital do estado (Manaus) por via fluvial.

FIGURA 1 – Mapa de Localização da Resex do Médio Juruá



Associação dos Produtores Rurais de Caruarí - ASPROC.

A Associação dos Produtores Rurais de Caruarí - ASPROC, foi criada em 1994 pelos moradores que após resistirem a um longo período de exploração ligada a borracha, se uniram com o objetivo de organizar e comercializar sua própria produção, de modo a garantir renda familiar e conservar os recursos naturais como matéria-prima. A ASPROC tem como missão organizar e representar os associados na luta pela garantia de direitos ligados principalmente a economicidade, viabilizando processos de organização e comercialização da produção, para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida com a conservação dos recursos ambientais. (ASPROC, 2011). A atuação da ASPROC, na comunidade Roque e Nova

Esperança se limitam ao Transporte, ao deslocar toda a produção até a sede da ASPROC em Carauari, Comercialização, ao comprar a farinha produzida dos agricultores, e venda, para comercializar na sede da Asproc na cidade e com escala até a cidade de Manaus, e a implantação das cantinas do *Projeto Comércio Ribeirinha Solidária* e as *Casas de Farinha Higienizadas* que existem nas comunidades.

As comunidades visitadas foram: Comunidade do Roque, Comunidade Nova Esperança, Comunidade do Pupuai e Comunidade Novo Horizonte. Todas elas estão localizadas na RESEX, porem, não somente este fato elas tem em comum, pois como também vivem da agricultura, da cadeia produtiva da farinha. E apesar de cada uma delas, terem suas especificidades, também compartilham das mesmas sujeições aos agentes institucionais locais.

A farinha produzida nas comunidades torna-se mercadoria, para tanto, define-se mercadoria como:

“A mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for à natureza, a origem delas, provenham do estomago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.” (MARTINS, 1995). Essa mercadoria abrange o mercado local e regional, entretanto, essa abrangência se dá devido às associações locais.

FIGURA 2 - Sede da associação da ASPROC localizada na cidade de Carauari.



Fonte: (SILVA, 2013).

A farinha de mandioca recolhida das *cantinas* das comunidades é vendida em Carauari na sede da associação e Manaus. Compra do produtor por R\$ 4,20 (1 kg) e vende por R\$ 4,50 na cidade de Carauari (farinha comum); Farinha ova: compra por R\$ 4,80 (1 kg) e vende por R\$ 5,00. Na sede da ASPROC há uma empacotadora que foi comprada com dinheiro do Projeto e o transporte da farinha para Manaus é realizado através de *recreios* (embarcações que realizam trajetos de curtas ou longas distâncias).

FIGURA 3 - Espaço de comercialização da farinha de mandioca na sede da Aproc na cidade de Carauari.



Fonte: (SILVA, 2013).

A ASPROC tem-se um papel fundamental na vida dos moradores da Resex, pois se identifica que é a compradora fixa dos produtores da farinha, pois caso algum dia, esta associação deixe de comprar a farinha produzida, os camponeses seriam prejudicados, pois uma das funções exercidas por esta, é a comercialização da mercadoria, tanto no processo de compra, quanto de venda da farinha.

Pois a ASPROC é a associação responsável pela compra das mercadorias dos agricultores, caso a ASPROC não exerça mais esta função os agricultores teriam dificuldades para vender sua produção. A eles restariam apenas duas opções, transportar sua produção até a cidade de Carauari, e/ou vender para o *Atravessador*. Ambas as opções tem seus pontos negativos, a dificuldade em transportar sua própria produção se dá devido a distância entre a comunidade até chegar a Carauari, há um gasto com o combustível e a capacidade limitada de transporte. No caso do *atravessador*, eles têm de reduzir o valor da mercadoria, sendo forçados a vender o produto pelo preço imposto pelo *atravessador*.

De um modo geral, a ASPROC beneficia os agricultores realizando a compra dos produtos, e com a implantação da cantina.

Relações sociais de trabalho

O camponês está inserido em diferentes formas de trabalho, seja na pesca, cultivo, extrativismo, caça, criação de animais e aves como (galinhas, patos e porcos) que é uma atividade tipicamente doméstica da comunidade, com exceção do cultivo de hortaliças (couve, cheiro verde, cebolinha, coentro e entre outros).

No entanto o que mais influência a base econômica dos moradores da comunidade atualmente é a produção de farinha de mandioca, no qual os camponeses possuem uma organização social de trabalho nas suas forças produtivas, portanto Marx e Engels (1998, p.36).

Uma soma de forças produtivas uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a procede, uma massa de forças de produtivas, de capitais e de circunstancias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existências.

O modo de vida da família camponesa está estabelecido na força de trabalho, que resulta no seu trabalho materializado, portanto o camponês determina o valor de seu trabalho que serve como valor de uso, como enfatiza Marx (1982, p.32).

Os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas, inversamente, esses meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultado da força vital humana gasta, trabalho objetivado. Como encarnação do trabalho social, todas as mercadorias são cristalizadas da mesma unidade. É preciso considerar agora o caráter determinado dessa unidade, isto é, do trabalho que se apresenta no valor de troca.

Os camponeses produzem para a reprodução de seu modo de vida, com a ajuda do trabalho mútuo da família, que influencia a unidade de produção familiar, uma vez estabelecido a organização de trabalho para cada indivíduo, é possível se ter a quantidade certa dos produtos a serem

complementares para comercialização, por isso não é subsistência e nem o excedente que vai ao mercado, é pensado antes o que e quanto vai ao mercado.

FIGURA 04: Unidade de produção camponesa.



Fonte: Silva, (2013).

O trabalho social objetiva a mercadoria cristalizada, que ora serve para seu consumo e ora serve para ser comercializada, pois é dessa forma que os camponeses se reproduzem, vendendo e consumindo, pois sempre trabalharam com o cultivo, como principal meio de desenvolver estratégias econômica para sua subsistência, dessa forma explícita Marx (2006, p. 53).

O produto de trabalho é objeto útil em todas as condições sociais, mas apenas uma época de desenvolvimento historicamente determinada, que apresenta o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como sua propriedade “objetiva”, isto é, seu valor, transforma o produto de trabalho em mercadoria.

O produto criado pela força de trabalho é transformado em mercadoria, a partir do momento que acontece a circulação da mercadoria, porém na comunidade ainda acontece o valor de troca, mais não necessariamente que seja contínuo, porém a produção camponesa tem por finalidade ser comercializada para se obter renda, no entanto só se tem a circulação dos produtos. Os produtos que são feitos na unidade de produção familiar é materializado para a venda que constitui a forma de circulação de mercadoria, no qual o camponês leva uma determinada quantidade de seus

produtos para se comercializado, porém para o camponês o que se estabelece é a forma imediata de M-D, no qual se tem a transformação de mercadoria por dinheiro, desse modo, Marx (2008, p.132).

A mercadoria e o dinheiro correm, pois, em direção oposta, e esta troca de lugar, na qual, a mercadoria passa a um lado e o dinheiro ao outro. Efetua-se simultaneamente em um numero indeterminado de pontos sobre toda a superfície da sociedade.

Na unidade de produção camponesa, a circulação de mercadoria é observada como, mercadoria-dinheiro- mercadoria (M-D-M), nesse sentido, o camponês vende sua força de trabalho materializado, que logo é comercializado para o capital, na forma de mais valia, nas feiras e comércios. O produto que sai da unidade de produção camponesa é destinado para a ASPROC, feiras e comércios como mencionado, no entanto, com retorno do lucro da força de trabalho do camponês, esse retorno nem sempre é de acordo com o seu trabalho, o que prevalece a mais valia na mercadoria comercializada, no qual o valor do trabalho agregado no produto materializado é menor que o valor que poderia ser vendido, nesse sentido a quantidade (10) de sacas de farinha de mandioca que são transportados e depois comercializados para a Cidade de Carauari é vendido (cada) por R\$ 200,00, pesando 50 kg.

Esse valor é imposto pelos próprios *atravessadores*, no qual compra à mercadoria materializada do camponês, o capital se apropria da força de trabalho do camponês, presente na mais valia que para o capital a compra da mercadoria é essencial para estabelecer outras mercadorias, por isso o capital é capaz de criar mais valor do que aquele que ela própria contém. O desenvolvimento do capital é determinado pelas suas próprias contradições, nesse sentido Oliveira (2001, p.18).

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é portando, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo.

O capital se reproduz através da produção camponesa, pois é dessa forma que se desenvolve. Assim como os camponeses precisam comercializar, o capital precisa se reproduzir, desse modo prevalecendo a circulação da mercadoria no capital e na unidade de produção camponesa.

Organização sócio-espacial na unidade de produção camponesa

O camponês por estar estabelecido em sua unidade de produção constrói o seu modo de vida que esta contido nas formas de uso do espaço, no entanto não há sociedade sem o espaço. O que caracteriza o camponês é o modo de vida, via os meios de produção, que se manifestam pelo trabalho da família, sendo que cada indivíduo exerce uma organização de trabalho na unidade de produção camponesa. Para entender as formas de organização que influenciam o modo de vida do camponês é necessário compreender de que maneira eles se organizam na sua unidade de produção camponesa, partindo do pressuposto do espaço ocupado, que para Santos (1998, p.14) “o todo constitui o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações- em uma palavra, o espaço geográfico”. Os camponeses sempre se organizaram de forma mutua no trabalho familiar construindo as relações sociais, desse modo definindo a especificidade e conhecimento.

O modo de vida do camponês é associado às diversas formas de apropriação dos meios de produção, que resulta no seu trabalho, cada etapa do modo de produção se caracteriza pelas forças produtivas de trabalho, portanto a unidade de produção camponesa se manifesta como o espaço indissociável dos instrumentos de trabalho que se insere através das relações sociais. A organização social de trabalho influencia diretamente o modo de existência, para ter acesso aos meios de produção, precisa-se ter a ação dos modos de produção e apropria-se do espaço, tendo como o espaço habitado, como enfatiza Santos (1988, p.11).

A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem no espaço *particular* e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a história no tempo as formações sociais escrevem-na no espaço.

Na comunidade os camponeses se organizam de maneira muito simples no seu local de trabalho, no espaço da unidade de produção, no qual os indivíduos se apoderam para realizar os seus interesses, tanto no consumo para sua subsistência como para comercialização. A apropriação pelo espaço é concedida pelas práticas que são exercidas, pois quando há a produção, há relações sociais, que resulta na organização no trabalho, generalizando na

unidade de trabalho do camponês, no qual os indivíduos agem por meios das técnicas, dos instrumentos que constituem sua vida, Santos expõe que, (2006, p.21).

Quando os geógrafos escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte, eles estão certos, mas a relação, mas a relação que deve buscar, entre o espaço e o fenômeno técnico, é abrangente de todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação.

Portanto, o espaço geográfico é entendido como o processo da história dos que habitam, através do espaço acontece às relações sociais, as manifestações dos objetos que são propostos pelos camponeses é moldado pelo espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo identificou-se que existem algumas instituições na comercialização, dentre eles a ASPROC como agente polarizador e irradiador. E com isto, são identificados os sujeitos sociais destes processos as (associações, os consumidores, os feirantes e os camponeses). A farinha de mandioca revela a existência de processos de comercialização com agentes múltiplos, mas que apresenta diferentes formas de expressão do capital no campo. A associação é estruturalmente importante para a produção para processo de reivindicação de melhorais na cadeia produtiva, sem ela tido pode ficar mais difícil, ainda que na atualidade existam algumas debilidades em seu funcionamento.

Mas as regras que governam a vida econômica e social são feitas pela sociedade e suas classes e não estabelecidas por certa lógica capitalista inexorável. São elaboradas no contexto de culturas, instituições e crises historicamente desenvolvidas.

As principais atividades econômicas da área estudada estão relacionadas à agricultura de lavoura permanente, na qual se destaca a banana e o maracujá, a agricultura de lavoura temporária, na qual se destaca a mandioca e respectiva produção de farinha. Apesar de ser uma resex, isto é uma área para viver do extrativismo, há agricultura, o que mostra o contrassenso da política ambiental e a comprovação de que o modo de vida camponês não destrói o meio ambiente.

Atualmente, na RESEX do Médio Juruá, as principais atividades para geração de renda dos moradores são a agricultura através da produção da

mandioca. Outras atividades também representam fonte de renda, contudo são realizadas em menor escala como a produção de banana.

BIBLIOGRAFIA

ASPROC. **Comercio Ribeirinho da Cidadania e Solidário**. Sede da ASPROC,2011.

AMAZONAS. **Governo do Estado**. Portal na internet. Municípios do Estado. Informações sobre os municípios do Amazonas. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/index.php>>. Acesso em: 5 ago. 2006.

FORACCHI, Mariane M.; MARTINS, José de Souza (orgs.) **Sociologia e Sociedade** (Leituras de Introdução à Sociologia). São Paulo. LTC. 1995.

MARKUSEN, A. **Economia e Território**. Editora: UFMG, Belo Horizonte,2005.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich.**A Ideologia Alemã**. Introdução de Jacob Gorender; Tradução Luis Claudio de Castro e Costa.- São Paulo: Martins Fontes 1998.

MARX, K. **Para crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**; Introdução de Jacob Gorender; Traduções de Edgard Malagoder. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **A mercadoria**; Jorge Grespan Traduz e comenta.- São Paulo: Ática, 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da econômica política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes – 2. Ed.- São Paulo: 2008.

OLIVEIRA, A.U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, editora Contexto, 2001.

SANTOS. M. **Metamorfose do espaço habitado**, fundamentos Teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MEDIO JURUÁ. 2011.

RUEDA, R. P. **Estudo sócio-econômico - área proposta para a Reserva Extrativista do Médio Juruá** - relatório do CNPT/Ibama. 1995. Carauari. 59 p. (documentonãopublicado).

SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método.** Ensaios. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4. Ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

WHITESELL, E. A. **Changing courses: the Juruáriver, its people and Amazonian Extrattractive Reserves.** 1993. 207 p. Tese de doutorado - Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia, 1993.

CACHOEIRAS E CORREDEIRAS DE ITUIUTABA/MG: AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL¹

Gilnei Machado²
Cristina B. G. Machado³

RESUMO

Ituiutaba é um município localizado no Triângulo Mineiro. O mesmo chama a atenção dos interessados por turismo rural e de natureza por possuir inúmeras quedas de água e corredeiras com possibilidades de visitação. Este artigo visa destacar as possibilidades de exploração turística destes atributos de Ituiutaba e a sua importância para a promoção do desenvolvimento local. Para o levantamento das cachoeiras e corredeiras, proposto nesse trabalho, lançou-se mão de atividades de gabinete, ligada à interpretação de imagens de satélite e de atividades de campo, como o sobrevoo à área de estudo e as idas aos locais pesquisados para a realização de tomadas fotográficas. Por meio desta pesquisa foram identificadas no município de Ituiutaba, no Rio Tijuco e no Rio da Prata, 09 cachoeiras e inúmeros quilômetros de corredeiras que podem formar um circuito de cachoeiras e de corredeiras para a promoção do turismo de aventura, incentivando assim o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Ituiutaba, Desenvolvimento local, Corredeiras, Cachoeiras.

INTRODUÇÃO

No momento histórico e econômico em que vivemos, quando nos lembramos de um determinado lugar a primeira pergunta que vem a nossa mente é: “o que é que tem lá para se fazer?” Essa pergunta surge porque na economia dita globalizada, espera-se sempre, que os lugares tenham algo a oferecer para o restante do mundo, particularmente no sentido econômico, vendendo produtos criados em suas indústrias ou comercializando os produtos criados em outros lugares.

¹ Origem e Fase do Trabalho: Projeto de Pesquisa Concluído

² Universidade Estadual de Londrina - gilnei@uel.br

³ Universidade Estadual de Londrina - cris_buratto@yahoo.com.br

Desta maneira, cidades médias e grandes, que possuem um pólo industrial bem desenvolvido ou um comércio ativo, conseguem se encaixar perfeitamente nessa lógica. Mas o que dizer das cidades pequenas onde esses dois ramos da economia são incipientes e o setor agrário se manifesta como principal atividade? O que elas podem oferecer? Como podem se encaixar na lógica global? A resposta a essa questão é a premissa do chamado “Desenvolvimento Local” e é a base que conduzirá o debate desse capítulo.

O desenvolvimento local representa uma transformação ímpar nas bases econômicas e sociais, pautado na mobilização de energia da sociedade a partir da exploração de suas “potencialidades e capacidades próprias”, não inspiradas em um “modelo global”.

Trata-se de um processo endógeno observado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, que gera o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Promovendo o aumento de oportunidades sociais, da competitividade da economia local e a geração de emprego e renda sem, entretanto, descuidar da conservação dos recursos naturais.

O local não pode ser entendido como um detalhe do global, que por sua vez, é uma síntese dos elementos locais (DEMATTEIS, 1985), segundo este princípio, cada elemento pode ser eventualmente definido local ou global, em função da dimensão dos outros elementos com os quais se relaciona.

Convém referir o conceito de “local” ao de “lugar”, termo que define algo mais complexo que a simples “localização”. Lugar é um “espaço dotado de características distintivas”, é algo concreto que com uma identidade específica pode se referir a vários níveis ambientais: edifícios, cidades, paisagem, regiões, etc. Assim, o local define um modo de indicar uma porção de território com qualquer coisa de específico, único, dotado de uma identidade particular e denominado, não em termos funcionais, mas de um domínio ou jurisdição particular.

O local é uma modalidade de conceber o território, independentemente da escala. Os diversos territórios não podem mais ser considerados como somente suporte para as atividades, subdivisão administrativa ou para delimitação de zonas funcionais. Na concepção “local”, os territórios podem ser considerados com “qualidades particulares e específicas”, analisadas de forma sempre apropriadas.

Qualquer porção territorial delimitada da totalidade pode vir a ser interpretada como “local” (e se pode dizer que a totalidade pode vir a ser definida como global). Muitas vezes, podemos falar em termos de local para nos referimos a um continente e não podemos usar os mesmos termos para

nos referirmos a uma área rural específica, uma comunidade rural, por exemplo.

A noção de “desenvolvimento local”, desta forma, assume o significado de aproximação particular aos problemas do desenvolvimento, não necessariamente desenvolvimento local é o desenvolvimento de pequenas parcelas do território. Tendo definido o local como conceito que exprime o específico, o particular.

Destaca-se aqui que, não se deve confundir “desenvolvimento local” com o que os italianos chamam de “*campanilismo*” ou localismo, que representa o fechamento da comunidade local para as trocas culturais com o exterior, em nome de uma imaginada superioridade da própria cultura.

A distinção entre o conceito de desenvolvimento (*development*) e o de crescimento (*growth*) apresenta uma crítica à concepção tradicional de “*development*” como aumento quantitativo, linear, tendencialmente ilimitado e que, se utiliza de parâmetros quantitativos para determinar o grau de avanço de uma sociedade. Assim, o desenvolvimento da sociedade local reforça a estrutura da identidade e o sistema político que o torna possível, o qual, por sua vez, reforça também a identidade da sociedade local.

De acordo com Giusti (1994), o desenvolvimento local é constituído de alguns elementos básicos, dentre esses podem ser destacados o “autogoverno” ou a capacidade de gerar por si só as condições de melhoria de situação econômica e social; o “ecodesenvolvimento” ou a exploração dos aspectos naturais sem a sua degradação; a “inovação local” ou um novo modo de entender o desenvolvimento e a integração econômica ou a compreensão de que isolados internamente não se alcança o tão esperado desenvolvimento.

O desenvolvimento local, entendido como “desenvolvimento do local”, é qualquer coisa de radicalmente diferente da visão de desenvolvimento (crescimento) como aumento indefinido no tempo de variáveis quantitativas controláveis. Se aceitarmos o caráter local da teoria, o crescimento, entendido como conceito incorrigivelmente globalista é agora um contraponto ao desenvolvimento local.

Assim sendo, de acordo com Giusti (1994), pode-se substituir o conceito de desenvolvimento por “realização”, “renascimento”, “reconstituição”, “redefinição”, “reforçamento” e assim sucessivamente, termos que não apresentando uma definição disciplinar consolidada têm somente um significado imediato, não transcendental, e que deixam espaço ao termo “local”, consentindo de afirmar com exatidão a exigência da conservação da complexidade, das diferenças.

Embasados nos conceitos expressos acima, os agentes presentes em cada local, podem buscar formas alternativas, para reforçar as características econômicas, sociais e culturais de seus territórios, uma maneira de fazer isso é investindo no que chamamos “desenvolvimento endógeno”, o qual deve ser/estar embasado nas características próprias de cada lugar. O turismo é uma boa alternativa para colocar em prática esse exercício, pois por meio dele pode-se gerar emprego e renda, o que representaria um dinamismo econômico.

A atividade turística em si, desenvolve-se ancorada em atrativos locais, os quais são responsáveis pela motivação turística. Esses atrativos são subdivididos em três vertentes básicas: natureza, cultura e paisagem. Nesse capítulo, nos preocuparemos em analisar os atrativos naturais do município de Ituiutaba, localizado na região do Triângulo Mineiro (Pontal), tendo por base as quedas d'água (cachoeiras) e corredeiras aí existentes e as suas potencialidades de uso e exploração turística.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS ÁREAS DE CACHOEIRAS E CORREDEIRAS

Para a construção desse capítulo nos embasamos em procedimentos clássicos de levantamento e localização das referidas áreas de cachoeiras e corredeiras. Sendo assim, primeiramente, as identificamos utilizando imagens de satélite GeoEye e SPOT de alta resolução, disponíveis no *Google Earth®*, posteriormente, localizamos essas mesmas áreas nas cartas topográficas da região de Ituiutaba/MG, a saber, Carta Gurinhatã (SE-22-Z-C-III), Ituiutaba (SE-22-Z-B-IV), Cachoeira Dourada (SE-22-Z-A-IV) e Serra de São Lourenço (SE-22-Z-D-I), na escala 1:100.000, e sobre a composição colorida das bandas 3(G), 4(B) e 5(R) da imagem TM do satélite LandSat-5 de agosto de 2007. Uma vez identificados os locais a serem caracterizados, fizemos um sobrevoo para a aquisição de tomadas fotográficas aéreas, com altitude média de 2.000m (em pontos específicos de interesse a altitude foi de cerca de 200m) e, por fim, realizamos trabalhos de campo para as tomadas fotográficas de solo e caracterização geral das áreas.

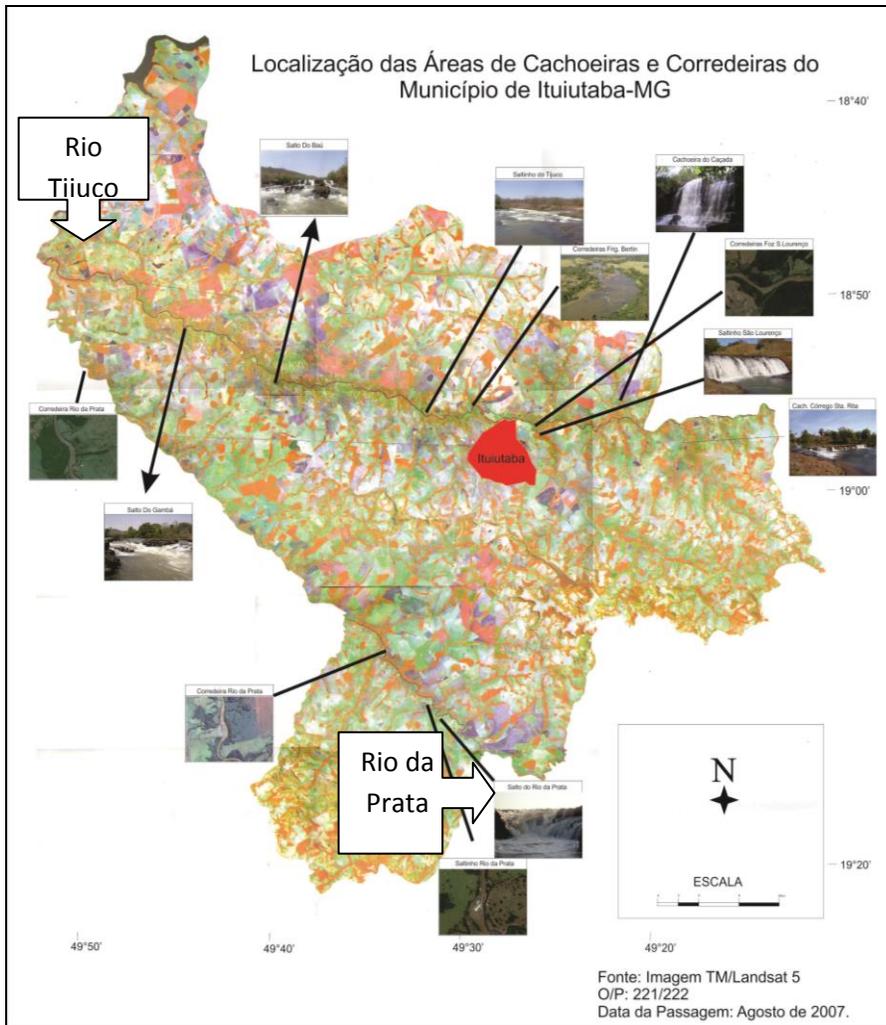
Em campo, nos preocupamos em observar as características de cada uma das áreas, no que diz respeito à cobertura vegetal, aos tipos de rocha e ao modelado da superfície, além de outros fatores, que possibilitaram a avaliação do potencial turístico de cada uma das quedas/cordeiras.

O procedimento de avaliação, aqui utilizado, foi adaptado de Bento (2010). Como segue:

- 1) Distância da queda até o centro da cidade e/ou limite urbano;
- 2) Condições e facilidades de acesso (estradas de terra/asfalto ou trilha, proximidade da estrada e/ou rodovia);
- 3) Tipo de propriedade onde a mesma está localizada;
- 4) Condições da cobertura vegetal do entorno;
- 5) Geodiversidade local (em termos de atrativos paisagísticos);
- 6) Condições naturais/geológicas (contato arenito/basalto, somente arenito, somente basalto, existência de cânions, marmitas, poções e amígdalas);
- 7) Qualidade da água (Barrenta ou límpida);
- 8) Altura da queda/ comprimento da corredeira;
- 9) Velocidade da água;
- 10) Atividades esportivas possíveis (natação, rapel, mergulho, banho, caiaquismo, bóia-cross, camping).

Por meio do mapeamento realizado, foram identificadas, no município de Ituiutaba/MG, 08 (oito) cachoeiras ou saltos, a maioria delas no Rio Tijuco e seus afluentes, e 37 (trinta e sete) corredeiras (Figura 01) que talvez possam ser “exploradas” turisticamente, gerando emprego e renda para um bom número de habitantes e gerando divisas para o município.

A descrição detalhada das principais cachoeiras e corredeiras e de suas potencialidades de uso são apresentadas a seguir Figura 01: Localização das Cachoeiras e Corredeiras do Município de Ituiutaba/MG.



Fonte: Os Autores.

DESENVOLVIMENTO

Potencialidades Turísticas Das Quedas D'Água (Saltos Ou Cachoeiras) E Corredeiras

Salto e Saltinho do Rio da Prata

O Salto e o Saltinho do Rio da Prata localizam-se no rio homônimo, a cerca de 30 quilômetros do limite da área urbana, mais particularmente do aeroporto de Ituiutaba, situado na porção sudoeste do perímetro urbano. Para ter acesso a estas cachoeiras basta seguir a estrada rural MG-154. A estrada,

na época seca, em geral, é muito boa, na época chuvosa, pode apresentar um pouco de lama, o que não deve desestimular os interessados em aventura. A trilha de acesso à cachoeira, localizada ao lado da ponte da MG-154 sobre o Rio da Prata, também é muito boa, particularmente porque o Salto se localiza a menos de cem metros de distância da estrada.

O Salto do Prata (Figuras 02 e 03), bem como o Saltinho (Figura 04), localizado a cerca de 1km à montante deste, estão assentados sobre os basaltos da Formação Serra Geral, os quais apresentam-se com muitas amígdalas e marmitas, o que demonstra o comportamento turbilhonar das águas. Os arenitos das Formações Adamantina e Marília, muito comuns na região do Triângulo Mineiro, não são aí encontrados.

Figura 02 e 03: Vista aérea de Salta da Prata e vista de uma das quedas de Salta da Prata, Respectivamente.



Fonte: Os autores

Figura 04: Vista aérea de Saltinho da Prata



Fonte: Os autores

Na área pós cachoeira do Salto são perceptíveis pelo menos dois cânions estreitos (Figura 02) e alongados por onde escoam as águas do rio e onde é possível praticar esportes de aventura como bóia-cross e caiaquismo. No Saltinho é encontrado apenas um cânion.

A existência de poção antes e depois das quedas permite a prática de mergulho, natação e banho, com os devidos cuidados devido ao fato de a correnteza ser forte no local (Figura 03) e a queda de cada um dos lances de cachoeira ter aproximadamente 3 metros de altura. O acesso livre permite a realização da prática de camping, quer seja sobre os basaltos ou sobre as praias de areia aí existentes.

A cobertura vegetal, ao longo da margem do rio, apresenta-se preservada em uma faixa bem estreita logo após a qual é possível visualizar as culturas agrícolas ou as pastagens. A área do entorno do Saltinho está completamente desmatada, a não ser por uma fileira de cerca de 2 metros de mata ciliar, como pode ser visualizado na Figura 04. O acampamento aí é proibido, pois está localizado em propriedades particulares.

Cachoeira/Salto do Mosquito ou do Baú

O Salto do Baú (Figura 05), também conhecido como Salto do Mosquito, é uma das mais belas cachoeiras do município de Ituiutaba, distribui-se perpendicularmente (Figura 06) ao canal do Rio Tijuco, ocupando toda a sua calha. O mesmo se localiza a cerca de 15 km do limite urbano seguindo pela BR-365 em direção à Santa Vitória e depois seguindo uns 10 quilômetros por estrada rural para o lado direito da rodovia. A altura média da queda do Baú é de 5,5 metros e o fluxo aí é turbulento particularmente na época das chuvas, quando o volume de água é maior.

O que chama a atenção na área do Salto do Baú é o fato de, além de existirem duas importantes quedas d'água (Figura 05), é existir dois poções, um antes da queda principal e outro depois. A profundidade média de cada poção, calculada a partir da altura das quedas, da coloração das águas e da forma da margem, é de cerca de 4 metros, sendo por isso, excelentes para natação e mergulho.

A existência de um depósito de areia (Figura 05), de dimensões consideráveis na margem esquerda do rio e de vegetação alta recobrando esse depósito (formando um bosque), permite o aproveitamento do mesmo para a realização de camping na época seca, uma vez que, nas épocas chuvosas, o

mesmo fica debaixo da água, impossibilitando todo e qualquer uso da área e mesmo do rio.

A cachoeira escoa sobre os basaltos da Formação Serra Geral, prova é que na margem direita é possível visualizar um paredão basáltico de cerca de 4 metros de altura passível de utilização para rapel. Uma particularidade que chama atenção neste local é a existência de arenitos metamorfizados pelo contato com a rocha basáltica, o que na área das demais cachoeiras mapeadas não foi encontrado.

A trilha de acesso (Figura 05) é bem formada, mas exige do interessado um esforço significativo para chegar e, principalmente, para sair da área da cachoeira devido a alta declividade do terreno e ao trecho de aproximadamente 500 metros a ser percorrido. Essa trilha de acesso corta uma área de Cerrado ainda preservado, a qual poderia ser indicada para observação da vida silvestre. O acesso à área, apesar da “infraestrutura” da trilha exige permissão dos proprietários rurais.

Figuras 05 e 06: Salto do Baú ou do Mosquito.



Fonte: Os autores

Salto do Gambá

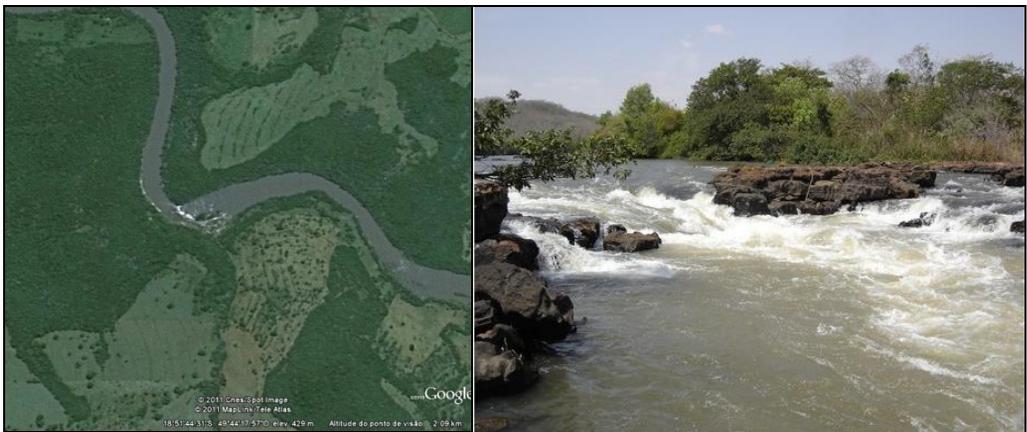
O Salto do Gambá (Figuras 07 e 08), assim como o do Baú, localiza-se no Rio Tijuco à aproximadamente 25 quilômetros do limite urbano, seguindo pela BR-365 em direção a Santa Vitória. A cachoeira está localizada em uma área significativamente declivosa e de difícil acesso, pois não há estrada nem caminho que chegue próximo à mesma, sendo preciso pegar uma trilha de

500 metros que passa pelas lavouras próximas. Para facilitar o acesso sugere-se que o mesmo seja feito pelas proximidades do leito do Córrego da Floresta, cuja foz deságua nas proximidades do Salto.

A Cachoeira do Gambá também está localizada sobre basaltos da Formação Serra Geral, porém, em muitas áreas o desnível rochoso foi vencido pelas águas (Figura 08), dando a aparência de existirem ilhas rochosas ao longo da cachoeira (Figura 07). A mata apresenta-se bem preservada às margens do canal, o que permite a sua utilização para a visualização da vida silvestre.

Assim como no caso da Cachoeira do Mosquito, para se ter acesso ao Salto do Gambá é necessário obter permissão dos proprietários rurais. Na área do Gambá a prática do camping é quase impossível, porém, pode-se praticar a natação, o mergulho, o banho, o caiaquismo, o bóia-cross e mesmo o rapel, para iniciantes.

Figura 07 e 08: Salto do Gambá vista aérea e vista de solo respectivamente



Fonte: Os autores

Saltinho do São Lourenço

O Saltinho do São Lourenço localiza-se em ribeirão homônimo, afluente do Rio Tijucu. O mesmo encontra-se a cerca de 1,6 km a sudeste da ponte da BR-365 e a 1,3 km do limite urbano de Ituiutaba (atrás do Residencial Drummond 2) e a 400 metros da foz do ribeirão, o que configura uma facilidade significativa de acesso. São vários lances de pequenas quedas (Figura 09), sobre a formação basáltica, a principal delas tem cerca de 1,5 metros de altura (Figura 10).

A mata ciliar da margem direita encontra-se preservada, não ocorrendo o mesmo com a da margem esquerda, como pode ser visualizado nas Figuras 09 e 10, respectivamente. O volume de água é pequeno na época seca e, por consequência também a sua velocidade o que torna a área passível de uso para atividades de lazer com a família, incluindo crianças.

Figuras 09 e 10: São Lourenço vista do solo



Fonte: Os autores

O Saltinho localiza-se em área particular e também escoa sobre as rochas basálticas. As características naturais não permitem, assim como as das outras cachoeiras analisadas, que se pratique esportes radicais em sua área, por isso ser mais indicada para banho.

Cachoeira do Caçada (ou da Venda Amarela) e do Córrego Santa Rita

A cachoeira do Caçada (Figura 11), localizada em ribeirão homônimo, afluente do Rio Tijuco, situa-se à aproximadamente 13 quilômetros de distância do limite urbano de Ituiutaba seguindo pela BR-365 em direção a Uberlândia. Esta cachoeira é conhecida também como “da Venda Amarela” por ser utilizado como referência para sua localização um Armazém amarelo localizado às margens da BR, a 10 km de distância do trevo de acesso a cidade.

A cachoeira da Venda Amarela fica em propriedade privada e os proprietários, devido à inúmeros abusos, não permitem mais o acesso a ela, o que é uma pena, uma vez que, a área apresenta uma cobertura vegetal muito boa e a trilha de acesso é uma das melhores, dentre as cachoeiras analisadas neste capítulo. Sua largura é de aproximadamente 3 metros e sua altura de cerca de 5 metros (Figura 11) sendo sua queda, um atrativo para os praticantes do rapel e do banho de cachoeira.

A cachoeira do Córrego Santa Rita (Figura 12) localiza-se nas proximidades da sede da fazenda homônima, situada a cerca de 30 km, seguindo pela estrada da margem direita do Córrego São Lourenço. Sua largura estimada é de 8 metros e a largura de 2 metros. A existência de poço antes e depois da queda permite o seu uso para banho e para natação.

Figuras 11 e 12: Cachoeira do Caçada e Cachoeira do Córrego Santa Rita



Fonte: Os autores

As Cachoeiras da Venda Amarela e do Córrego Santa Rita são pequenas, quando comparadas com as demais cachoeiras analisadas e por estarem localizadas em córregos, seu volume de água ao longo do ano também é pequeno. Em virtude desta característica, os poços formados pelas quedas d'água são pouco profundos, o que permite o seu usufruto sem maiores riscos, e que, por outro lado, prejudica a prática do mergulho e de outras atividades como o camping.

A formação geológica que deu origem as cachoeiras em questão, assim como as anteriormente descritas também é a Serra Geral composta por rochas basálticas.

Saltinho e Conjunto de Corredeiras do Rio Tijuco

O Saltinho do Rio Tijuco (Figuras 13 e 14) é uma pequena queda de cerca de 2 metros de altura localizada a 7,5 km em linha reta a noroeste do limite urbano, percorrendo-se a BR-365 essa distância aumenta para 13,7 km.

Acompanhando essa cachoeira encontramos um conjunto de 16 ilhas e de 18 corredeiras de grande beleza natural, com destaque para a velocidade e

o volume de águas, mesmo na época seca. Essas corredeiras encontram-se sobre o substrato basáltico da Formação Serra Geral, o que as torna excelentes para a prática de bóia-cross e caiaquismo, inclusive na modalidade de circuito de competição regional.

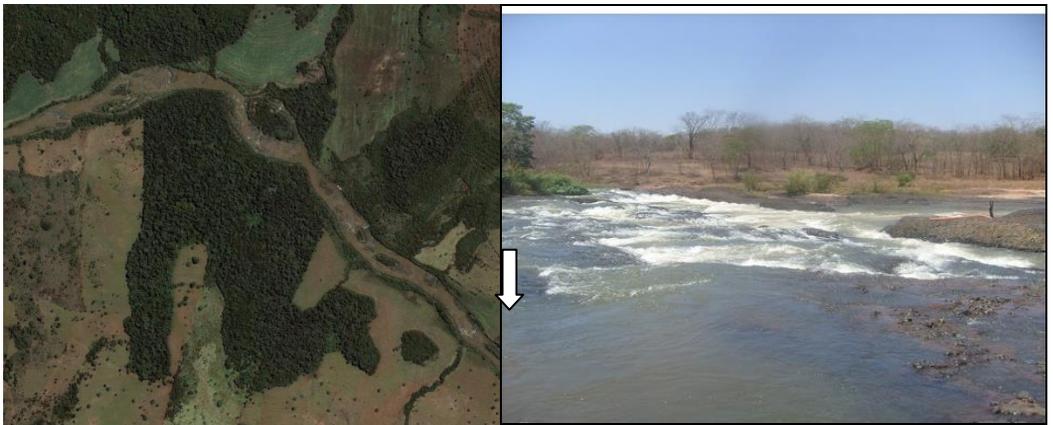
Parte da cobertura vegetal da área encontra-se preservada (Figura 13), com cerrado denso, em virtude da declividade do terreno e parte, por apresentar declive mais suave já está sendo usada para as atividades agrícolas, porém, ao longo das margens ainda podem ser encontradas as matas ciliares. As ilhas, por poderem ser consideradas áreas de refúgio, poderiam ser utilizadas para a observação da fauna e da flora.

O acesso à área é relativamente fácil, dependendo apenas da permissão dos proprietários das áreas adjacentes. Nas ilhas há a possibilidade de realização de acampamento, não sendo aconselhado o uso de fogo pelo risco de perda da diversidade de espécies animais e vegetais aí existentes.

Corredeiras do Frigorífico Bertin

As corredeiras do Frigorífico Bertin, localizadas no Rio Tijucu, estão situadas a cerca de 8 kms da ponte velha da BR-365, portanto, à mesma distância da área urbana de Ituiutaba. Elas receberam esse nome devido ao frigorífico homônimo se localizar relativamente próximo, como pode ser visualizado na Figura 15.

Figuras 13 e 14: Conjunto de Corredeiras e Saltinho (lado direito inferior da foto – foz do Córrego da Divina e Saltinho do Rio Tijucu, respectivamente.



Fonte: Os autores

Por se localizarem muito próximas da área urbana, a sua cobertura vegetal não se encontra tão preservada quanto se poderia esperar. A mata ciliar é rala e ocupa pouquíssimos pontos, particularmente na margem direita, onde se encontra o frigorífico, na margem esquerda, ela disputa espaço com as atividades agrícolas (Figura 15).

Por mais que se tenha o risco de poluição dessas águas pelas atividades industriais realizadas em suas proximidades e a montante das corredeiras, na área urbana, acredita-se que o volume de água do rio seja suficiente para diluir os poucos efluentes nele lançados, para a solução das dúvidas a esse respeito torna-se necessário a realização de análises de amostras de água deste local, particularmente se houver interesse em incluí-lo em um circuito de visitação turística.

Figura 15 e 16: Vista aérea das Corredeiras Frigorífico Bertin



Fonte: Os autores

As corredeiras Bertin apresentam todas as condições necessárias para a prática de caiaquismo, canoagem e bóia-cross, inclusive na modalidade de campeonatos municipais ou regionais. O desnível das quedas d'água são relativamente pequenos (Figura 16) e não oferecem risco aos praticantes destes esportes.

Corredeiras da Foz do Ribeirão São Lourenço – Rio Tijuco

As corredeiras da foz do Ribeirão São Lourenço localizam-se em um trecho de 6,2 km do Rio Tijuco (Figuras 17 e 18), entre a Pequena Central Hidrelétrica – PCH – Salto do Morais (Figuras 19 e 20) (área de captação da SAE) e a foz do ribeirão em questão. Elas compõem um conjunto de 16 lances

de corredeiras, o que equivale dizer que a cada 400 metros, em média, é encontrada uma corredeira.

Assim como as descritas anteriores, esse conjunto encontra-se sobre as formações basálticas, o que confere à suas águas uma velocidade considerável. O interessante é que essa área, incrivelmente desconhecida pelos habitantes de Ituiutaba, localiza-se a menos de 6km do limite urbano, atrás do Loteamento Drummond II.

A PCH Salto do Morais traz-nos a tona um assunto deveras importante, que é o projeto de construção de 09 (nove) Pequenas Centrais Hidrelétricas ao longo do Rio Tijuco. Assim como a PCH Salto Morais, que se localiza sobre uma área de cachoeira, a proposta é que todas as outras 09 também se localizem, o que promoveria o fim das quedas d'água do Tijuco e também de toda e qualquer possibilidade de aproveitamento para outro fim que não seja a produção de energia.

Figura 17 e 18: Corredeiras Rio Tijuco – Foz do Ribeirão São Lourenço.



Fonte: Os autores

Figuras 19 e 20: Salto do Morais – Rio Tijuco



Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das cachoeiras e corredeiras do município de Ituitaba/MG, realizada ao longo desse capítulo, permite-nos afirmar categoricamente que o potencial de aproveitamento turístico dessas áreas é real e forte e que investimentos em infraestrutura e a criação de políticas públicas de utilização desses espaços são necessários e poderiam gerar emprego, renda e, conseqüentemente, criariam condições para o desenvolvimento municipal, aliando preservação desses locais com a sua utilização.

Os proprietários de terras onde se localizam cada uma das áreas analisadas deveriam investir por si só na criação de condições para a exploração turística das mesmas, tendo por perspectiva o que apregoa a concepção de desenvolvimento endógeno.

A proposta desse capítulo é que as autoridades competentes, gestoras do município, e os proprietários das terras adjacentes às áreas de cachoeira e corredeiras promovam ações de exploração turística sustentável dessas áreas, incluindo-as em um Circuito Turístico das Águas. Ituiutaba precisa honrar o significado de seu nome (“lugar para tomar banho de cachoeira”) e passar a utilizar esses importantes recursos que a natureza oferece em seu território.

O momento é deveras importante para que se pense sobre o assunto da exploração turística das cachoeiras e corredeiras, uma vez que, a proposta de exploração hidrelétrica das mesmas está em pauta. Cabe aos gestores e administradores levar ao debate popular a questão para que junto decidamos o que é melhor para nosso município, se a destruição completa das únicas belezas naturais que o mesmo dispõe ou se a produção de alguns kW de energia, que sequer serão utilizados pelos Tijucanos (cidadão de Ituiutaba).

Enfim, esse artigo apregoa o uso dessas áreas com a intenção de promover o famigerado desenvolvimento local que culminará, sem dúvida, na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município de Ituiutaba.

REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, A. **Perchè diventa importante l'analisi sociale territoriale**. In: Revista Chiesta, nº 46-47, Turim: UNITO, 1980.
- BENTO, L. C. M. **Potencial Geoturístico das Quedas d'água de Indianópolis/MG**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia 2010.
- CAMPOS, A. M. N. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. In: Caderno Virtual de Turismo. 2005, v. 5. nº 1. p. 01 – 06.
- DEMATTEIS, G. **Lê metafore della Terra**. Milão: Feltrinelli, 1985.
- DEMATTEIS, G. **Contingenza ambientale e ordine econômico: lo sviluppo locale in una prospettiva geografica**. In: Anais da XXV Reunião Científica Anual da Sociedade Italiana de Economistas, Roma:SIE, 1984.
- FIGGIS, P. Prefácio. In: WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.
- GARAFOLI, G. & GEROLDI, A. (orgs) – **La brianza tra crisis e sviluppo**, Milão: Franco Angeli, 1986.
- GATTI, F. – **Território e sviluppo del locale il microsistema territoriale – In: MAGNAGHI, A. (org) – Il Território dell'Abitare: lo sbiluppato locale come alternativa strategica – 3ª edição**, Milão: Franco Angeli, 1994.
- GOVERNA, F. **Território e sviluppo locale: teorie, metodi, esperienze**. Working Papers nº 15, Turim: Dipartimento Interateneo Territorio, 2000.
- HANAI, F. Y.; SILVA NETTO, J. P. **A importância de instalações ecoturísticas para minimização de impactos ambientais em espaços naturais**. In: Anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, São Paulo: USP, 2005.
- LIMA, M. L. C. (Eco) Turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Ecoturismo no Brasil – possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p.71 – 87.
- MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005.
- MACHADO, Gilnei; SOUZA, Bárbara Luísa Martins Mariano de. **As Potencialidades Turísticas das Cachoeiras e Corredeiras de Ituiutaba/MG como Subsídios ao Desenvolvimento Local**. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira,

SEABRA Giovanni, QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Orgs).- Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local - *João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.*

MACHADO, Gilnei; **Recuperação Ambiental e Gestão Territorial de Bacias Hidrográficas: contribuições ao debate e à prática.** In: PORTUGUEZ, Anderson P.; MOURA, Gerusa G.; COSTA, Rildo Aparecido (Orgs.). Geografia do Brasil Central: Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais. 01ed. Uberlândia: Assis Editora, 2011, v. 01, p. 159-184.

MAGALHAES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: SENAC, 2002.

PIRES, P. S. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, L.G.G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar.** 3 ed. São Paulo: SENAC. 2003.

REJOWSKI, M. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais.** Brasília: EMBRATUR: 1996.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

SANCHO, A. **Introdução ao Turismo.** Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Roca, 2001.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental – diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, T. R. **As manifestações do patrimônio cultural imaterial de Maripá de Minas, MG – possibilidades turísticas.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Turismo e Meio Ambiente, Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2007.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** São Paulo: Manole, 2001.

ZAQUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado – quais as transições?** In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org) Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

CRÉDITO RURAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS

Wilian Padilha¹

Resumo:

Após 2003 a agropecuária brasileira foi beneficiada pelo aumento dos recursos destinados a política de crédito rural. Entre 2012 e 2014 foram aplicados mais recursos do que toda a década de noventa. O crescimento dos financiamentos possibilitou o aumento na produção, investimentos na produtividade e integração de novos agricultores ao mercado. Esse contexto pode ser considerado como uma segunda etapa do processo de modernização agropecuária pautada nos recursos oficiais. Nas décadas de 1970 e 1980 o crédito rural somou R\$ 2,3 trilhões e entre 2005 e 2014 o montante é de R\$ 1 trilhão. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a evolução das políticas de financiamento rural no início do século XXI, destacando a distribuição espacial dos recursos no país.

Palavras-Chave: Crédito Rural, Agropecuária Brasileira, Espacialização.

Introdução

O crédito é fator determinante para impulsionar a produção agrícola por dois motivos principais: baixa lucratividade da atividade, decorrente da transferência de parte da renda produzida na agricultura a outros elos da cadeia produtiva e a sazonalidade presente na produção, que concentra a colheita e a comercialização em uma ou duas épocas do ano, o que dificulta a disponibilidade de recursos no momento do plantio (DELGADO, 1985).

O surgimento do crédito na agricultura brasileira ocorreu na década de 1960 com o Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR), bancado pelo Estado. A política de crédito rural foi fundamental para o processo de modernização agropecuária, consolidando a integração da produção no campo com a indústria (montante e jusante da produção).² Entre 1970 e 1989 foram aplicados R\$ 2,32 trilhões na política de financiamentos rurais.

No final dos anos oitenta e noventa, a mudança no panorama econômico e político do Brasil reduziram a ação do Estado nos setores produtivos, gerando para a agricultura cortes nos recursos destinados ao

¹ UFSC – Doutorando PPGG-E-mail: wilian_padilha@hotmail.com

² O SNCR não foi o primeiro modelo institucional de financiamento agrícola existente no Brasil, porém este se diferenciou dos demais por abranger um público maior de produtores. As políticas de financiamento anteriores buscavam atender produtos isolados, unicamente os setores ligados a exportação (DELGADO, 1985).

crédito rural. O volume de financiamentos decaiu para apenas R\$ 398 bilhões nos anos noventa.

A crise do crédito desencadeou mudanças nos padrões de financiamento, com surgimento de mecanismos privados baseados na relação entre produtores e agroindústrias, cooperativas e *tradings*. Nesse contexto, o governo limitou-se a institucionalizar alternativas de captação de recursos no mercado, caso da Cédula do Produtor Rural (CPR), e criar programas de renegociação de dívidas. Apesar de o PRONAF surgir em 1997, até 2003 os recursos destinados ao programa foram baixos.

No início dos anos 2000, com a mudança do Governo Federal, as políticas de crédito agrícola foram retomadas, com aumento dos recursos, queda na taxa de juros, fortalecimento das instituições públicas de fomento e diversificação nos produtores e produtos financiados. O objetivo deste artigo é analisar a retomada das políticas de crédito rural após 2000, destacando a evolução e a distribuição espacial dos valores totais do SNCR, do BNDES e PRONAF. A metodologia utilizada consiste na análise de bibliografia relacionada à temática e coleta de dados estatísticos sobre o crédito rural.

A evolução do Crédito Rural nos anos 2000

No início do século XXI ocorreu a reestruturação das políticas de crédito rural no Brasil, com elevação dos valores e diversificação das formas de financiamento, contemplando também pequenos produtores – caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Além do crédito oficial, os mecanismos privados de financiamento gestados nos anos oitenta e noventa continuaram avançando, criando um contexto de múltiplas possibilidades de crédito rural nos anos 2000.

O crédito oficial que nos anos noventa somaram apenas R\$ 398 bilhões (36,4% do que foi nos anos setenta e 35,9% com relação aos anos oitenta), entre 2000/2009 foi de R\$ 672 bilhões, 69% a mais do que na década passada. A **Tabela 01** apresenta a evolução dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) de junho de 2000 a julho de 2014.¹

Tabela 01: Evolução do Crédito Rural no Brasil – 2000/14

Ano	Crédito Rural	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado ¹
2000/01	48.580	-	-
2001/02	50.691	4,3	4,3
2002/03	57.199	12,8	17,7

¹ A apresentação das tabelas em ano agrícola (julho a junho), deve-se a organização das políticas agrícolas, que seguem o mesmo calendário (Plano Safra ou Plano Agrícola e Pecuário).

2003/04	69.787	22,0	43,6
2004/05	77.337	10,8	59,2
2005/06	80.864	4,6	66,5
2006/07	84.109	4,0	73,1
2007/08	102.933	22,4	111,9
2008/09	100.597	-2,3	107,1
2009/10	127.279	26,5	162,0
2010/11	125.775	-1,2	158,9
2011/12	120.429	-4,2	147,9
2012/13	148.211	23,1	205,1
2013/14	179.592	21,2	269,7
Total	1.373.383	11,08	-

Valores em Milhões de R\$, corrigidos – IGP-DI (06/2014). ¹ Com relação ao ano 2000/01.

Fonte: Estatísticas e Dados Básico de Economia Agrícola, MAPA/2015.

O crédito oficial nos anos 2000 manteve-se em crescimento de valores, com pequenas quedas em alguns anos. A soma dos recursos aplicados entre 2000 e 2014 foi de R\$ 1,3 bilhão, com destaque para os últimos anos da tabela, quando os recursos foram superiores a cem bilhões de reais, valores comparáveis aos do período de modernização agrícola. Em 2013/14 o crédito chegou a R\$ 179 bilhões, maior volume em toda a história do crédito oficial.

A evolução média de 2000 e 2014 foi de 21,2% ao ano, com redução nos valores em alguns anos, todos no pós-2008. Esse foi um período de incertezas econômicas e quedas nos preços agrícolas internacionais (após uma valorização significativa das commodities agrícolas até 2008). Mesmo assim, as variações negativas foram pequenas.

Com relação ao crescimento acumulado, em 2014 chegou a 270%, ou seja, o volume de crédito aplicado em 2014 foi 270% superior ao de 2000 (R\$ 48,5 bilhões).

Durante os anos noventa, o máximo registrado pelo SNCR foi R\$ 68 bilhões em 1994. A média anual na década foi de R\$ 42 bilhões, bem menor que a média da tabela, de R\$ 98 bilhões.

Para a safra 2015/16 o Plano Agrícola e Pecuário disponibilizará recursos na ordem de R\$ 187,7 bilhões, valor 20% maior que o previsto no ano anterior. Isso demonstra a importância econômica e política do setor, que não foi afetado pelo ajuste fiscal do Governo Federal em 2015.

No processo de reestruturação do crédito oficial, os recursos para investimento ganharam importância: entre 2005 e 2010 o crédito para investimento girava em torno de 10% do total, a partir de 2011 aumentou para 20% e 23% em 2014 (BACEN, 2015).

O avanço de políticas de investimento na agricultura é uma característica recente, pois durante os anos noventa e o início dos anos dois mil foram inexpressivas. Nesse sentido, o BNDES foi um importante agente do crédito para investimento na agropecuária. Somente o BNDES representou 54,4% dos recursos para investimentos agropecuários, somando R\$ 126 bilhões de um total de R\$ 232 bilhões dessa finalidade. A **Tabela 02** apresenta a evolução dos recursos destinados aos investimentos na agropecuária brasileira, destacando os valores aplicados pelo banco e o total dos investimentos no país.

Tabela 02: Investimentos na Agropecuária – BNDES e Total – 2000/14

Ano	BNDES	Cresc. Anual	Inves. Total	Cresc. Anual	Part. BNDES
2000/01	4.568	-	7.886	-	57,9
2001/02	6.056	32,6	9.667	22,6	62,6
2002/03	5.467	-9,7	9.597	-0,7	57,0
2003/04	6.612	20,9	12.790	33,3	51,7
2004/05	8.483	28,3	13.058	2,1	65,0
2005/06	5.377	-36,6	9.153	-29,9	58,7
2006/07	5.420	0,8	8.467	-7,5	64,0
2007/08	5.289	-2,4	10.469	23,6	50,5
2008/09	5.844	10,5	12.742	21,7	45,9
2009/10	4.729	-19,1	13.282	4,2	35,6
2010/11	12.179	157,5	26.603	100,3	45,8
2011/12	12.656	3,9	24.008	-9,8	52,7
2012/13	18.887	49,2	33.301	38,7	56,7
2013/14	24.972	32,2	41.768	25,4	59,8
Média	-	20,6	-	17,2	54,4
2000/14	-	446,6	-	429,6	-
Total	126.539	-	232.791	-	-

Valores em Milhões de R\$, corrigidos – IGP-DI (06/2014). Fonte: MAPA, 2015.

Entre 2000 e 2014 os recursos de investimento agropecuários do BNDES aumentaram 446%, de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 24,9 bilhões. A soma foi de R\$ 126 bilhões, sendo que 54% foram aplicados entre julho de 2010 a junho de 2014 (R\$ 68,6 bilhões). Ou seja, a concentração dos recursos nos últimos anos indica que é recente a ascensão do crédito para investimento. A média de crescimento anual dos valores foi de 20,6%, com destaque para o pós-2010, cuja média foi de 61%.

Os investimentos totais na agropecuária somaram R\$ 232 bilhões, com crescimento médio de 17,2% ao ano. Igualmente aos desembolsos do BNDES, mais de 50% dos recursos estão concentrados no período de 2010 e

2014. Com relação a participação do banco no total de investimentos, a média do período foi de 54%, demonstrando que o BNDES foi o principal agente de distribuição dos recursos de crédito oficial.

Entre julho de 2005 e junho 2010 os recursos do BNDES mantiveram-se abaixo do que haviam sido em anos anteriores, enquanto que os investimentos totais cresceram. Isso se deve a diminuição de recursos de alguns programas de financiamento do banco, como BNDES Linha Especial, MODERFROTA, MODERAGRO, MODERINFRA e FINAME Agrícola (PADILHA, 2014). Já o crescimento dos recursos que ocorreram nos últimos anos deve-se a ascensão de outras políticas, como o PRONAF, PRODECOOP e PROCAP-AGRO, e mais recentemente, o PSI-BK, Programa ABC e PCA (Construção e Ampliação de Armazéns).

Além dos investimentos, o novo panorama do crédito rural beneficiou a classe dos pequenos produtores, que haviam ficado a margem do processo de modernização na segunda metade do século XX e nos anos noventa tiveram dificuldade de inserção ao padrão de financiamento agrícola ligado ao mercado financeiro e as grandes empresas de insumos. A **Tabela 03** apresenta a evolução dos valores aplicados pelo PRONAF entre 2000/2001 e 2013/2014.

Tabela 03: Evolução dos financiamentos do PRONAF – 2000/14

Ano	Valor	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2000/01	5.873	-	-
2001/02	5.398	-8,09	-8,09
2002/03	4.524	-16,19	-22,97
2003/04	7.705	70,31	31,19
2004/05	9.157	18,84	55,92
2005/06	11.466	25,22	95,23
2006/07	12.247	6,81	108,53
2007/08	11.331	-7,48	92,93
2008/09	12.829	13,22	118,44
2009/10	14.886	16,03	153,47
2010/11	13.657	-8,26	132,54
2011/12	14.544	6,49	147,64
2012/13	19.862	36,56	238,19
2013/14	22.283	12,19	279,41
Total	165.762	12,74	-

Valores em Milhões de R\$, corrigidos – IGP-DI (06/2014). ¹ Com relação ao ano 2000/01.

Fonte: Estatísticas e Dados Básico de Economia Agrícola, MAPA/2015.

O PRONAF apesar de ter surgido em 1997, só ganhou importância após 2003, quando os valores aplicados aumentam consideravelmente. Em 1999 o PRONAF atingiu 3.403 municípios, com recursos na ordem de R\$ 4,6 bilhões. Em 2008/09 a abrangência da política foi de 5.379 municípios e os recursos somam R\$ 12 bilhões e em 2013/14 o valor aplicado foi de R\$ 22,2 bilhões.

Entre 2000 e 2014 os valores aplicados pelo PRONAF somaram R\$ 166 bilhões, representando 12% do total do crédito rural no mesmo período. A média de crescimento dos valores foi de 12,7% ao ano e o crescimento acumulado foi de 280% em 2014.

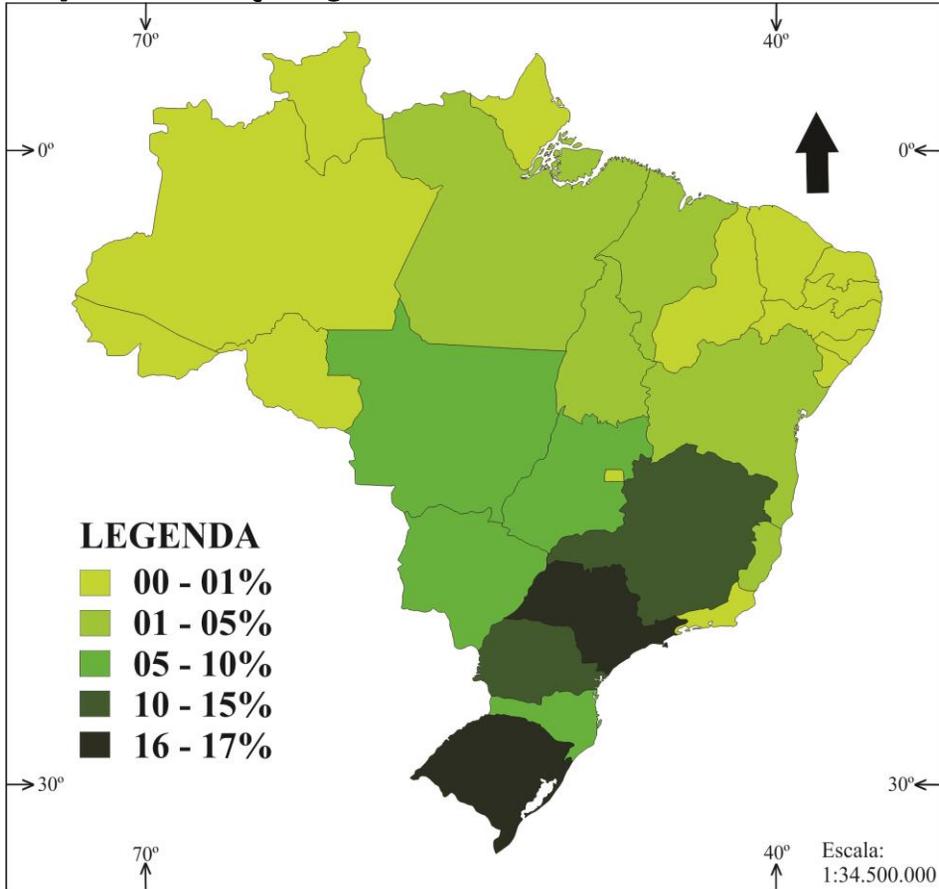
A maior atenção aos pequenos produtores preencheu uma lacuna do processo de modernização da agropecuária brasileira. Com acesso aos recursos, os pequenos produtores aprofundaram o desenvolvimento das forças produtivas e acentuaram sua integração com o agronegócio (compra de máquinas e equipamentos, aquisição de genético animal e vegetal moderna, utilização de insumos agroquímicos, comercialização com agroindústrias e cooperativas...).

Porém, a desigualdade regional na distribuição de recursos é latente. Em média, 50% dos financiamentos são destinados apenas aos três estados do Sul. Isto demonstra que embora o programa tenha facilitado o acesso ao crédito para pequenos produtores, entre estes, há grande diferença na aquisição dos recursos. O mesmo ocorre com o restante do crédito, que mesmo aumentado o valor nos últimos anos ainda permanece concentrado em alguns estados.

Distribuição espacial do crédito rural

A distribuição dos recursos das políticas de crédito rural pelo território nacional é desigual e leva em consideração a estrutura produtiva, fundiária e social de cada região. Historicamente o Sul e Sudoeste são os principais destinos dos recursos de crédito, regiões onde a relação entre agricultura e capital financeiro é mais antiga.

O **Mapa 01** apresenta a distribuição dos recursos totais do SNCR entre 2000 e 2012. Percebe-se que há concentração do crédito rural no Sul e Sudoeste, enquanto Norte e Nordeste possuem pequena participação na distribuição dos recursos. No meio termo está o Centro-Oeste, que apesar de ser o maior produtor de grãos no país, seu acesso aos recursos públicos de financiamento é baixo. Uma explicação é o acesso ao financiamento privado, via agroindústrias, tradings e mercado de capitais que é mais presente na região.

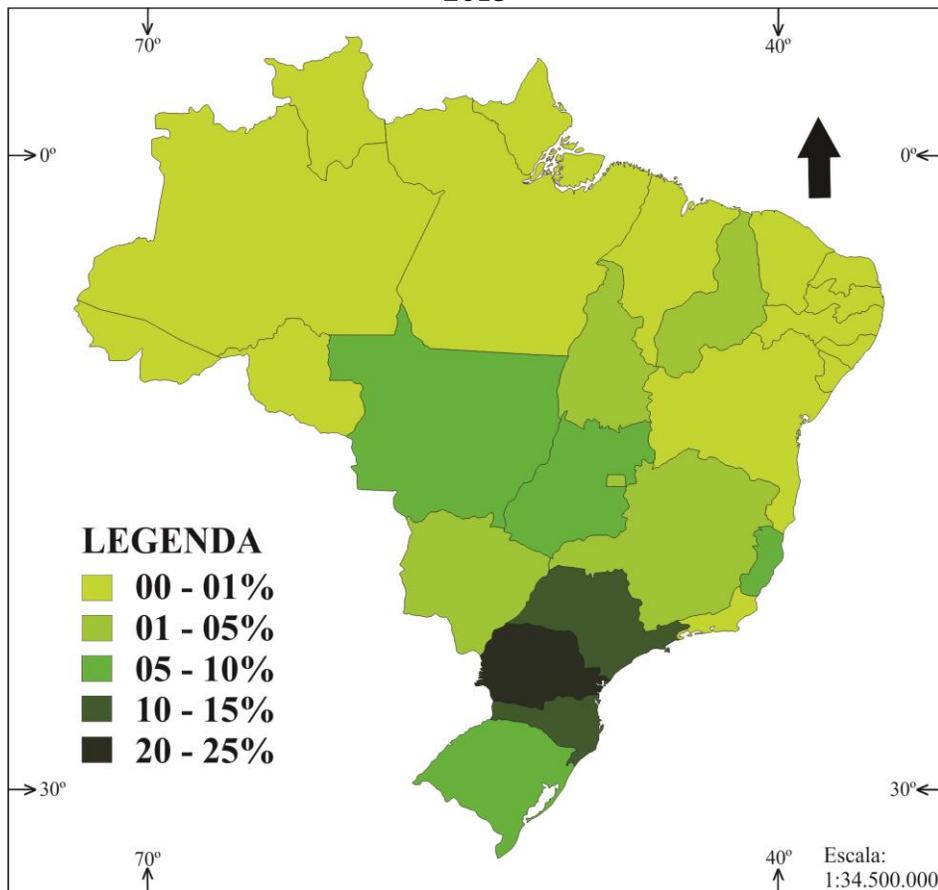
Mapa 01: Distribuição regional dos recursos do SNCR entre 2000 e 2012

Rio Grande do Sul e São Paulo são os principais tomadores de recursos com 16,1% e 16,4%. Em seguida estão Paraná com 15,8% e Minas Gerais com 12,6%. Santa Catarina e Goiás participaram com 7,2% e Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com 5%. As demais unidades federativas tiveram pouca participação.

Com relação as regiões, o Sul obteve 39,1% do total do SNCR, o Sudeste com 30,9%, Centro-Oeste com 18,4%, Nordeste com 7,7% e Norte com 3,6%. Comparado com o início da década de 2000 as regiões que apresentaram maior crescimento percentual na tomada de crédito foram o Nordeste, que evoluiu de 6% em 2000 para 8,4% em 2012 e Centro-Oeste de 17,6% em 2000 para 21% em 2012. As demais regiões reduziram participação. Essa pequena variação não é suficiente para afirmar que as políticas de crédito nos anos 2000 apresentam maior distribuição regional, mas que mantém a mesma espacialização das décadas passadas.

A concentração dos recursos observados no **Mapa 01** pode ser constatada nos demais mapas. O **Mapa 02** apresenta a distribuição dos recursos aplicados pelo BNDES na agropecuária entre 2000 e 2013 (cerca de R\$ 92 bilhões em valores correntes). Esses valores correspondem a modalidade de investimento, como aquisição de máquinas, equipamentos, animais e benfeitorias na propriedade rural.

Mapa 02: Distribuição dos recursos do BNDES na agropecuária entre 2000 e 2013



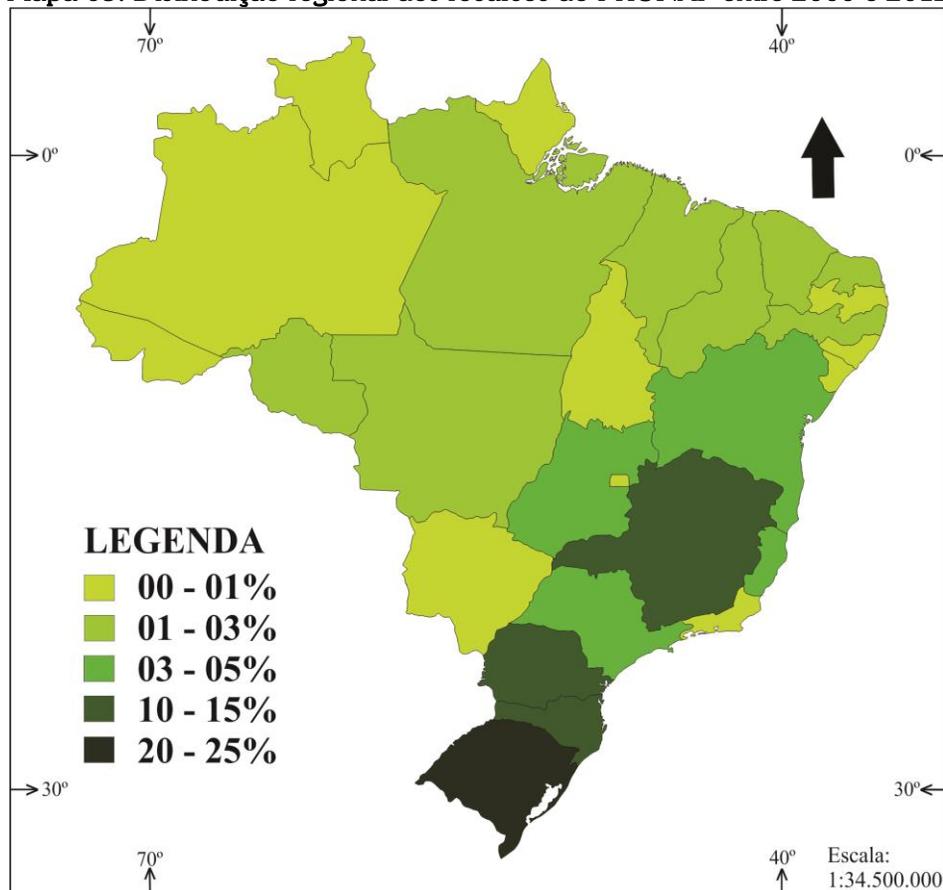
O Paraná corresponde a 22% do total do crédito para investimentos do BNDES. Em seguida Santa Catarina e São Paulo participam com 14% e 13,7% respectivamente, o Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo variaram de 8% e 9%. Os demais apresentaram participações inferiores a 4%.

Com relação as regiões o Sul apresenta participação de 46%, Sudeste 25,9%, Centro-Oeste 21%, Nordeste 4,9% e Norte com 2,1%. É interessante

mencionar que em 2000 a região que mais se destacava era o Sudeste com 35% seguido do Sul com 32% e Centro-Oeste com 27%. Ao longo da década de 2000 o Sul aumentou sua participação, sendo que em alguns anos representou mais de 50% do crédito do BNDES.

Paraná, São Paulo e Santa Catarina apresentam além de produção agropecuária destacada, nível de agroindustrialização acima dos demais estados, incentivando o fluxo de investimentos. Gonçalves (2011), destaca a superioridade da agroindústria paulista com relação às demais regiões do país, caso também do Paraná e Santa Catarina devido ao cooperativismo agropecuário.

Por fim, o **Mapa 03** demonstra a distribuição dos recursos do PRONAF entre 2000 e 2012. O PRONAF apresenta espacialização que leva em consideração a distribuição dos pequenos produtores no país, que se enquadram nas linhas de financiamento do programa. O Rio Grande do Sul concentra a maior parte dos recursos, com 23,8%, seguido do Paraná com 13% e Minas Gerais e Santa Catarina com 12,4%.

Mapa 03: Distribuição regional dos recursos do PRONAF entre 2000 e 2012

Fonte: BACEN, 2015. Elaborado pelo autor.

O Sul do Brasil participou com 50% dos recursos, reflexo da formação sócio-espacial da região que possui uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade mercantil. Mesmo sendo pequenos proprietários a integração com o mercado é bem desenvolvida na região, o que facilita o acesso ao crédito oficial. A forte presença de cooperativas agropecuárias e cooperativas de crédito rural no Sul facilita a distribuição dos recursos no PRONAF, pois elas são agentes de pulverização dos recursos.

O Sudeste foi responsável por 21,5% dos recursos do PRONAF, seguido do Nordeste com 15,4%. Centro-Oeste e Norte possuem participação similar, de 6,8% e 6,4% respectivamente. As regiões possuem diferenças drásticas em termos de produção, mas como no Centro-Oeste prevalecem grandes propriedades, o acesso ao programa é pequeno.

É interessante observar que o Nordeste apresenta grande quantidade de produtores familiares, porém sua integração com o mercado é bem menor. Conforme o Censo Agropecuário (2006), o país tem cerca de 4,55 milhões de

produtores familiares, sendo 2,27 no Nordeste (49,8%). Do total dos produtores familiares nordestino, 1,4 milhões são do tipo “D”, ou seja, possuem menor integração com o mercado. Isso restringe o acesso a algumas linhas de financiamento do PRONAF, sobretudo aquelas que movimentam mais recursos.

Conclusões

A partir dos anos 2000 o volume de recursos oficiais aplicados no crédito rural voltou a crescer após um longo período de crise nos anos noventa. Porém, a distribuição do crédito ocorreu de forma desigual, onde os valores concentraram-se nas regiões de produção agrícolas mais desenvolvidas: Sul, Sudoeste e Centro-Oeste. A política agrícola recente trouxe novas características, como o atendimento dos pequenos produtores (via PRONAF) e novas modalidades de financiamento (para produtos e bens antes não contemplados), mas a distribuição é concentrada em alguns estados. Além dessa conclusão, outras são necessárias:

1. Uma característica do período recente do SNCR é a importância da modalidade de crédito investimento. Nos anos noventa os investimentos agropecuários foram inexpressivos e nos anos 2000 foi a modalidade que mais cresceu em termo percentuais. Em 2000 do total aplicado em financiamento rural, 64,7% era de custeio, 18,3% comercialização e apenas 16,9% em investimentos. Em 2012 os investimentos aumentaram participação para 30,5% do crédito total, o custeio diminuiu para 54,7% e comercialização para 14,8% (BACEN, 2015).

2. Acompanhando o movimento do SNCR, as políticas de crédito dos setores interligados à agropecuária também foram fortalecidas. As cooperativas agropecuárias foram beneficiadas com mais recursos e juros menores. Além do crédito repassado aos produtores associados (que somaram R\$ 91,4 bilhões entre 2003/12, 185,6% a mais que na década de 1990), surgiram programas específicos para a capitalização das cooperativas: o PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) criado em 2003 e o PROCAP-AGRO (Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias) de 2009. Ambos aplicaram entre 2003 e 2014 cerca de R\$ 16 bilhões em investimentos e capital de giro nas cooperativas agropecuárias. O mesmo ocorreu para agroindústrias privadas, que foram beneficiadas pelo fortalecimento do BNDES (BACEN, 2015).

3. Nos anos 2000 houve a ascensão de novos agentes financeiros: as cooperativas de crédito. Mesmo o cooperativismo de crédito sendo antigo, sua importância no financiamento agropecuário é recente. Em 2012 essas instituições participaram com 12,3% dos contratos totais de crédito (326,7 mil

e 9,8% do valor aplicado (R\$ 11,3 bilhões). Em 1999 a participação havia sido de 5,8% dos contratos (81,2 mil) e 4,8% do valor (R\$ 573 milhões). Tal evolução deve-se em grande parte ao crescimento do PRONAF, onde as cooperativas de crédito atuaram na pulverização dos recursos do programa.

4. Por fim, é importante ressaltar que junto com o crédito oficial desenvolveu-se formas de crédito privado. Os mecanismos privados de financiamento surgiram nos anos oitenta decorrente da retração dos recursos oficiais, e nos anos noventa houve a institucionalização desses mecanismos com a criação de títulos financeiros, caso da CPR (Cédula do Produtor Rural). No início dos anos 2000 novos títulos do agronegócio foram criados, como a CPR Financeira em 2001, o CDA (Certificado de Depósito Agropecuário), WA (Warrant Agropecuário), LCA (Letra de Comércio Agrícola), CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio) em 2004. Contudo, os dados apontam para uma dificuldade de expansão dos títulos financeiros na capitalização agropecuária. Atualmente estão ativos na BM&F cerca de R\$ 6,4 bilhões em CPRs, o que representa apenas 3,5% do montante total do SNCR no ano safra de 2014/2015.

Referências bibliográficas

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BACEN, vários anos.
- BANCO DO BRASIL. **Evolução Histórica do Crédito Rural**. In Revista de Política Agrícola, ano XIII, nº 4. Brasília, DF. Out/Nov/Dez de 2004, pp. 10-17. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-anteriores-1/de-2000-a-2004/Miolo_pol_Agr_4.pdf> Acesso em março de 2015.
- BELIK, Walter. PAULILLO, Luiz Fernando. **Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira**. São Paulo, 2001.
- BM&FBOVESPA. Disponível em <<http://www.bmf.com.br/>> Acesso em agosto de 2015.
- BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em julho de 2015.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.
- GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio**. São Paulo, v.35, nº 4. Abril de 2005.
- GONÇALVES, José Sidnei, VICENTE, José Roberto. **Agregação de valor nas exportações no período 1997-2011: São Paulo agronegócio-exportador num Brasil primário-exportador**. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 2011.
- MAPA. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/acessoainformacao/estatistica>> Acesso em agosto de 2015.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **Novas dinâmicas do capital financeiro na agricultura brasileira**. Rev. Princípios, Ed. Anita Garibaldi. Nº 125, Junho-julho de 2013, p.40-43.
- PADILHA, Wilian. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. Dissertação de Mestrado, PPGG/UNIOESTE, 230p. Francisco Beltrão, fevereiro de 2014.

O PORTO DAS CANOAS NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA, EM BARRA VELHA/SC

Cristina Buratto Gross Machado¹

Nilson Cesar Fraga²

Resumo:

Este trabalho tem como foco principal promover o debate acerca do desenvolvimento pelo meio do turismo e seus possíveis impactos sobre os lugares em que é implementado e, especialmente, sobre as populações locais e comunidades tradicionais. O recorte espacial é o município de Barra Velha/SC e a comunidade analisada foi a Colônia de pescadores artesanais Z4, que desde a chegada do turismo na região, na década de 1960, vem perdendo parte de seu território tradicional. Conforme aprofundamos no cotidiano dos pescadores, percebemos que, na medida em que a cidade está crescendo e se articulando ao turismo, está havendo uma sobreposição do espaço turístico ao espaço tradicionalmente ocupado pelos pescadores. Mas, mesmo com o crescimento da cidade e a pressão do turismo massificado, os pescadores resistem. Resistem porque dependem daquele território como base de subsistência e também por possuírem vínculos com o lugar, pois lá estão territorializados secularmente.

Palavras-chave: Pescadores artesanais, turismo, desterritorialização, Barra Velha/SC.

1. Introdução

O município estudado, e que ora trazemos ao debate, é o de Barra Velha, que se localiza no norte do litoral catarinense. Trata-se de um pequeno município com população de 22.386 habitantes (IBGE, 2014) chegando a 100 mil habitantes durante a alta temporada do verão.

De maneira sucinta, pode-se dizer que a cidade surgiu a partir da colônia de pesca, que foi formada por imigrantes açorianos que vieram para Santa Catarina por volta de 1812, para a pesca de baleia e ocupação do litoral. A maioria dessas colônias teve a mesma origem, é resultado de uma política de ocupação territorial, criada no Brasil no século XVIII, com o intuito

¹ Universidade Estadual de Londrina- UEL.

² Universidade Estadual de Londrina- UEL. Nível do Trabalho: Mestrado. Estágio/fase do trabalho: Concluído. Cris_buratto@yahoo.com.br; nilsoncesarfraga@hotmail.com

de impulsionar o “movimento colonizatório” no litoral catarinense e, evitar perdas territoriais para a Espanha, desse modo, Portugal incentivou a vinda de açorianos e madeirenses para a região a fim de fomentar a agricultura e a pesca, especialmente a pesca de baleias, cujo óleo tinha importante valor comercial neste período. Tanto para o consumo da corte, quanto para a exportação (SILVA, 1992).

A Colônia de Pescadores Artisanais Z4, teve sua formação com a vinda desses imigrantes açorianos para esse lugar. As tradições desse povo ainda se fazem presente no município pelo meio da pesca artesanal, das festas populares, dos hábitos e da cultura. Passadas pela transmissão oral de pai para filho a gerações, as técnicas tradicionais e o saber-fazer acumulado ao longo do tempo, ainda são a base da pesca artesanal praticadas na Colônia.

Nesses 200 anos de história, muitas transformações ocorreram tanto na cidade de Barra Velha, quanto no território dos pescadores. Os colonos açorianos deram início a construção do município, que se desenvolveu ao longo dos anos na área originalmente por eles ocupada. Deixaram muitas marcas de sua presença na paisagem, na vida dos pescadores (muitos são seus descendentes), bem como, na cultura da municipalidade.

De lá pra cá muitas transformações ocorreram nessa região, mas apesar dos intensos movimentos de desterritorialização vividos pelas colônias de pesca em todo o estado, fortemente influenciados pelos capitais imobiliários, turísticos, e pela pesca industrial, grande parte delas resistiu e ainda se encontra em atividade. É importante também ressaltar que neste trabalho o território em questão é o da terra, e não o do mar, pois ambos fazem parte da territorialidade deste grupo, mas existem especificidades em cada um deles, no mar as disputas e conflitos se dão pela indústria da pesca, mas isso não será debatido neste texto, pois o enfoque será outro.

O turismo e as atividades imobiliárias intensificam-se em Barra Velha a partir da década de 1960, e como em praticamente todo o litoral catarinense é incentivado, tanto por capitais locais e externos, quanto pelo poder público, a fim de promover o desenvolvimento dos municípios. O que chamamos a atenção e analisaremos neste presente artigo é o modo como ambos foram introduzidos no município, e os principais impactos gerados sobre os sujeitos dessa pesquisa, os pescadores artesanais, que ora consideramos os mais prejudicados em todo esse processo.

2. As comunidades tradicionais e a importância dos seus territórios

A pesca nos moldes artesanais como ainda hoje se apresenta, teve seu início na pré-história, surge antes mesmo da agricultura (Diegues, 1983), é uma das primeiras técnicas empregadas pelos homens para sua sobrevivência. Em Barra Velha, SC, assim como em diversas partes do globo, os homens se

utilizam destas técnicas (modernizadas ou não) há centenas, milhares de anos. Geração a geração, do indígena ao homem *branco*, do homem medieval ao contemporâneo.

Quando pensamos nas origens da colônia, da pesca e suas tradições em Barra Velha, somos levados há tempos remotos, mesmo antes da ocupação dos europeus, africanos e asiáticos, cujas práticas de certa forma, compõem as lendas e imaginários da população local e/ou influenciaram as tradições locais. É que a ocupação da área que hoje pertence ao município, remonta ao período pré-colonial. Existem vestígios arqueológicos (sambaquis) que comprovam a presença, no passado, de grupos coletores, caçadores e seminômades. Vários grupos humanos passaram, em diferentes momentos, a viver nesta região (BOER, 1992). Esses grupos deixaram muitas heranças na região, como a pesca, o plantio da mandioca e a produção do beiju (massa feita com a fécula da mandioca) e da farinha de mandioca. Outros traços herdados são também percebidos na própria cultura da pesca, como nas canoas de um tronco só e nas redes feitas da fibra de tucum (planta encontrada nos mangues, cuja fibra era tecida e feita a rede). Os açorianos também utilizaram desta fibra em suas pescarias, antes de passarem a utilizar o fio de nylon.

A forma como essas culturas tão distintas se misturaram na região, não se sabe, ao certo, se o que podemos perceber são alguns traços deixados por eles no presente, por isso concordamos com Cardoso quando ele afirma que:

A origem da atividade pesqueira no Brasil remonta a períodos pré-históricos quando do estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos no território. Nos sambaquis espalhados pelo litoral, os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações ancestrais faziam do mar para compor sua dieta alimentar. Conchas, carapaças de crustáceos, espinhas de peixe e ostras revelam uma dieta baseada na pesca e na coleta de frutos do mar, praticadas pelos grupos pré-históricos que habitavam o litoral brasileiro. (...) A presença ainda hoje de embarcações como a canoa e a jangada, as redes tecidas com fibras vegetais, algumas armadilhas para a captura de pescado e a cestaria empregada nas pescarias atuais, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas na cultura da pesca brasileira (CARDOSO, 2001, p.02).

Assim, é importante compreendermos que uma tradição pode ser constituída de várias outras tradições que a precederam, ou seja, ter a presença de elementos culturais de outras tradições que lhe deram origem. São “heranças culturais” que um grupo deixa para outro.

E neste aspecto, no que diz respeito a tradição, é importante registrar que a entendemos como o “conjunto das técnicas, das instituições e das crenças comuns a um grupo de homens por uma certa duração de tempo”, é também o “que se transmite” de um grupo para outro (GUÉNON 1989, p. 63 apud VENEZIANI, 2011).

No caso da pesca artesanal em Barra Velha, podemos claramente perceber essa mistura, de técnicas açorianas e indígenas, só não conseguimos levantar com precisão os momentos históricos onde ocorreram essas trocas culturais.

Os pescadores artesanais tratados por diversos autores como povos tradicionais, populações tradicionais, serão aqui entendidos como “comunidades tradicionais”. Apesar de consistirem desde sua origem como uma pequena produção mercantil, essas comunidades apresentam diferentes relações com o meio natural e seus recursos, representam outro modo de vida, que diverge, em partes, ao do homem urbano contemporâneo, para Almeida:

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção (ALMEIDA, p. 105, 2010).

A legislação brasileira reconhece esses sujeitos e seus grupos, apesar de, no caso específico dos pescadores tradicionais, não reconhecer e nem regulamentar seu território, como feito a outras comunidades tradicionais, como os quilombolas, por exemplo. Esses sujeitos são reconhecidos pela constituição de 1988 que define comunidade ou povo tradicional, como sendo os:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

Essas comunidades desenvolveram saberes e formas de manejo dos recursos naturais que ultrapassam os interesses econômicos e sua sobrevivência, mas que abarcam sua “reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela

ideia de associação com a natureza e da dependência de seus ciclos” (DIEGUES, p. 24, 1999). Para este autor, podem ser compreendidas como uma sociedade e/ou comunidade tradicional aquelas que se caracterizarem pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações...
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2001, p. 87-88).

Diegues (1999) faz um adendo sobre esse conceito diferenciando às “comunidades tradicionais não indígenas, das comunidades tradicionais indígenas”, para ele um dos principais elementos de ligação desses grupos com a natureza é a sua relação com o território. Ele também alega nessa mesma obra um conceito de território dentro da perspectiva dessas comunidades, onde o território “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES, p. 25, 1999).

Essa relação de pertencimento ao seu território, tão bem colocada por Diegues, nem sempre é percebida pelos gestores dos lugares nos quais esses povos se encontram. Em Barra Velha isso não foi diferente, desde a entrada dos capitais imobiliários e do turismo na região, essas comunidades têm perdido seus territórios de moradia, e também o de trabalho.

O território dos pescadores artesanais é mais amplo e fluido que de outras comunidades tradicionais, vai além-mar, dele depende sua sobrevivência e também sua vida, existe uma dependência direta com a natureza e seus ciclos, o clima, o tempo que pode mudar a cada hora. O seu território também é menos visível ao mero observador que o do camponês, por exemplo, não é facilmente percebido e/ou delimitado na paisagem, mas é cheio de signos, de especificidades que só são notadas por quem faz parte do grupo, quem recebeu o conhecimento dos mais velhos. Por não terem “terra” ou “posse”, mais vulneráveis se tornam, pois dependem muito do amparo das normas e leis do Estado, que inclusive regulamentam o seu território da pesca, o mar. São sujeitos mais “precarizadamente territorializados”, pois não possuem total controle ou segurança sobre seu território (HAESBAERT, 2007). Por isso são tão prejudicados por políticas que não são pensadas considerando as especificidades dessa população e as necessidades locais.

Criar territórios é uma necessidade inerente ao ser humano, para que assim possa habitar um determinado espaço e ativar o processo de reprodução social. É por isso então que chamamos um espaço transformado pela ação humana por intermédio de processos complexos que se materializam e se sobrepõe definindo artifícios de territorialização, de território. Sobre esse aspecto Raffestin esclarece que:

Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. O espaço é a “prisão original”, de acordo com a definição de Gunnar Olson, a “jaula”, segundo Jean Brunhes; ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais” (RAFFESTIN, P.26, 2009).

Desse modo, pode se dizer que o território dos pescadores tradicionais é uma apropriação oriunda de sua territorialização e do seu poder sobre o território, poder vindo de seu conhecimento sobre o mesmo, de sua adaptação ao meio e de suas necessidades, e não de sua posse ou propriedade como mercadoria, mais relacionado ao seu “espaço-tempo vivido”, o território é sua identidade (HAESBAERT, 2007). Seria também o que Santos (2000) chama de “território como abrigo”, diferente do “território

como recurso” presente nas relações dos atores hegemônicos, onde o território seria tido como “um meio para se obter um fim”, o lucro, já para os “atores hegemonzados” o território seria “um fim em si mesmo” e sem o território eles desaparecem. Em se tratando de território, Santos também argumenta que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2002, p. 97).

Deste modo, por entendermos que o território “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida”, é que afirmamos sua importância para estes sujeitos, os pescadores e que esse território é marcado pelas “trocas materiais e espirituais da vida” ou pelas “imaterialidades” (RAFFESTIN, 1993), foi, e é construído pelo trabalho, pela cultura, pela tradição destas comunidades que há mais de dois séculos produzem esse território.

3. O papel do “desenvolvimento” e do turismo na desterritorialização dos pescadores artesanais

O turismo, no caso de Barra Velha, tem sido empregado, ao longo dos anos, de acordo com o modelo hegemônico capitalista, onde as políticas e ações empregadas pelos seus gestores têm como objetivo principal o lucro desses agentes e das elites locais. Para Coriolano (2003) esse modelo neoliberal de turismo e de desenvolvimento leva a exclusão e a pobreza a quem se encontra a sua margem, enquanto concentram ainda mais renda nas mãos de quem se beneficia por ele, por isso é que muitas políticas que o implementam não são realizadas considerando as necessidades locais e sim as necessidades de seus empreendedores. Essa autora também esclarece que o desenvolvimento não pode ser considerado apenas em seu caráter econômico, mas sim no âmbito social, cultural e ambiental, desse modo ela aponta que:

Desenvolvimento é uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões e violências. Dada a multiplicidade de conceitos e de concepções referentes ao desenvolvimento, é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem

a lógica dessa análise. Ou seja, qual o conceito de desenvolvimento que se adota e que possa fugir daqueles propostos pela Economia Clássica (CORIOLANO, p. 13, 2003).

Como o desenvolvimento é um processo que acontece de forma desigual e combinada, ordenado pelos movimentos e o “vai e vem” dos capitais na corrida pelo maior lucro (SMITH, 1988), pode-se afirmar que o mesmo processo que produz riqueza para uns, faz também pobreza para outros. Coriolano (2003) também coloca que não se poderia dizer que uns países e/ou lugares são desenvolvidos e outros subdesenvolvidos, mas que o fenômeno está presente em qualquer um deles e em todos eles.

Um dos equívocos cometidos ao se discutir o desenvolvimento é que ele comumente é pensado tendo um modelo ideal, que deveria ser alcançado por todos, onde só seria desenvolvido um lugar, país etc. que alcançasse esse patamar. Coriolano (2003) e Rodriguez (2007) demonstram que esse pensamento é um grande equívoco, que não existe um país totalmente desenvolvido e que apresente as mesmas características em todo o seu território. Para eles, o desenvolvimento não deveria estar somente atrelado ao poder econômico, financeiro e ao poder de consumo de determinada população e sim a sua qualidade de vida. Segundo ela

Quando todas as pessoas tem asseguradas uma existência digna, um padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer, o desenvolvimento está atingindo a escala humana (CORIOLANO, p.28, 2003).

Portanto, pode-se afirmar que, se essa realidade está sendo experimentada em um lugar, ele estaria então, se desenvolvendo. Em uma visão crítica de desenvolvimento, que diverge da visão hegemônica, pode-se dizer que alguns “lugares são desenvolvidos, mesmo sem o luxo e a elevada tecnologia, mas por apresentarem condições de vida digna dos cidadãos, qualidade de vida, bom nível de educação e uma produção de riqueza partilhada de uma forma solidária e justa” (idem, p. 24).

Analisando diferentes modelos de desenvolvimento ligados a exploração do turismo, Rodriguez afirma que:

los mismos, se dirigen, más que todo a garantizar los propósitos políticos y económicos de las estructuras de poder que se sumergen tras ellos. Um verdadeiro modelo de turismo sostenible, deberá tener um fundamento local, soportado espacialmente em el lugar, como base para la

existência de las comunidades y la cultura local (2007, p.99).

O desenvolvimento e o turismo geralmente estão atrelados, o turismo é implantado nos lugares sob a justificativa de lhes levar o desenvolvimento, causando impactos muitas vezes negativos desconsiderando as populações locais, especialmente, quando é empregado o turismo das grandes corporações do setor, como os resorts, por exemplo. Contudo, é importante ressaltar que o turismo também pode ser empregado como agente balizador, que inclua populações marginalizadas ao invés de excluí-las. O turismo pode ser desenvolvido nos lugares e essa relação pode ser feita de uma forma controlada, mitigando impactos e agressões. É preciso, também, considerar que “o turismo vem a ser uma atividade vinculada em sua essência a pessoas e lugares, sendo, portanto, um fenômeno eminentemente socioespacial” (MACHADO, 2007, p 65), por isso seus impactos também devem ser observados considerando essas características, e o seu papel como agente na formação socioespacial dos lugares.

No caso de Barra Velha esses cuidados não foram tomados, o turismo começou a ser implementado no local na década de 1960, e o seu primeiro grande impacto, foi à expropriação dos pescadores da sua antiga vila, que se localizava no entorno da praia Central. Como a maioria não possuía a documentação de seus terrenos, eram posseiros e ocupavam esses locais a gerações, foram aos poucos sendo expulsos desse lugar por dois agentes que foram fundamentais nesse processo, um cartório e uma imobiliária do local. Alguns chegaram a receber “pagamento” pelo terreno, mas a maioria foi convencida a sair pelos “verdadeiros” proprietários, no caso os que apareceram com os documentos e que eram protegidos pela lei, desse modo, eles fizeram com que essa população deixasse sua antiga vila para trás (GROSS-MACHADO, 2013) e fosse ocupar terrenos mais baratos longe da praia.

Ao longo da história desse município, além de perderem seus locais de moradia, os pescadores também sofreram pressão por parte do poder público local, para que saíssem da Praia Central, local onde eles mantêm a base de sua colônia de pesca, o seu porto das canoas, a fim de que a mesma fosse revitalizada pela prefeitura.

Na década de 1960 o primeiro porto das canoas foi realocado para outra área da praia, no período os agentes da prefeitura utilizaram como pretexto o fato de que o local era bastante frequentado por turistas, entre eles, muitas crianças e que o vai e vem das canoas ofereceria riscos aos turistas e frequentadores da praia. Desse modo, com esse discurso, que fora revelado por meio de entrevistas, os pescadores mudaram o lugar do porto, mas o real propósito desta mudança pareceu em se guida, foi a instalação nesse local de um hotel da rede Candeias (Figura 01).



Figura 01: Hotel Candeias Bela Vista, 2015.

Fonte: <http://www.candeias.com.br/>, consulta dia: 20/09/2015.

Na contemporaneidade, o discurso utilizado foi outro, o da revitalização da praia, que teria o propósito de embelezar a área para atrair um número maior de turistas, a fim de movimentar a economia local, e também criar uma rotatória na avenida beira mar. O projeto inicial foi lançado em 2010 (Figura 02), e nele os pescadores seriam realocados em outro ponto do município, iriam ter seu novo porto dentro da Lagoa (na realidade trata-se de uma laguna) de Barra Velha, o que dificultaria a saída deles para o mar, pois nesse local as condições não são favoráveis à navegação, não tem a mesma proteção que a baía onde eles atualmente se encontram. Essa mudança também aumentaria seus gastos com combustíveis, seu tempo, percursos, além de afetar fortemente a identidade desse grupo. Todos os pescadores entrevistados foram contra essa mudança. Acreditavam que com isso a colônia acabaria sendo desmobilizada e deixaria de existir (GROSS-MACHADO, 2013).



Figura 01: Projeto da prefeitura de revitalização da área dos pescadores
 Fonte: TOSCAN, G. Jornal O Correio do Litoral, Barra Velha/SC – 21/05/2010.

Essa seria, então, a segunda desterritorialização do porto, que nesse momento daria lugar a um grande calçadão, com quadras esportivas e espaço para o lazer. Como a maioria da população barravelhense foi contra o projeto e, nesse período houve uma mudança no quadro administrativo da prefeitura, pois o antigo prefeito perdeu seu mandato, o seu substituto readequou o projeto original mantendo os pescadores no local. O calçadão foi construído em dimensões menores que o projeto inicial (Figura 03), a área das canoas foi reduzida, o antigo barracão de pesca foi derrubado e outro foi construído, mas os pescadores não foram retirados do seu lugar como previa o projeto original (GROSS-MACHADO, 2013).

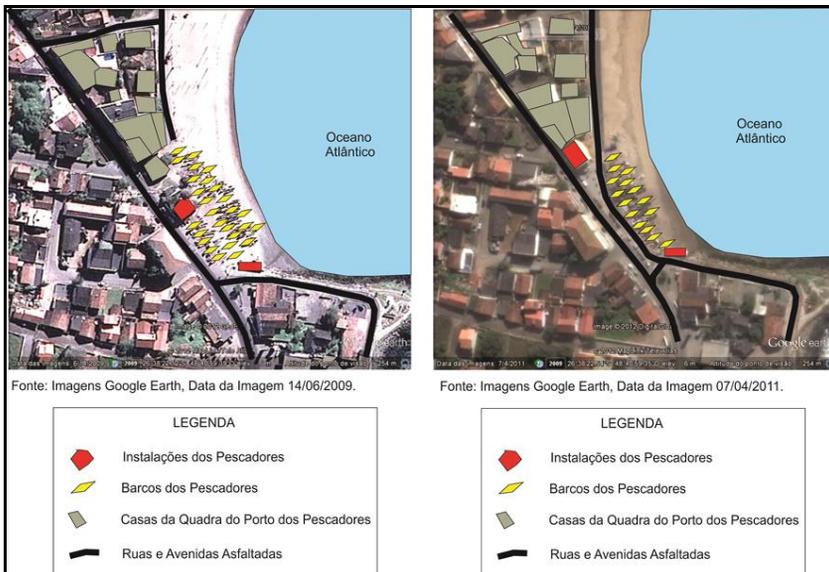


Figura 03: Obras realizadas na Colônia dos pescadores.

Fonte: GROSS-MACHADO, 2013.

O barracão de pesca, citado anteriormente, era um dos elementos que marcava o território dos pescadores, assim como o porto, local onde eles atracam as canoas na praia. Em 2010 pôde-se acompanhar o processo de derrubada e construção do novo barracão (Figuras 04 e 05), bem como a contradição dessa obra, também revelada nas entrevistas.



Figura 04: Antigo barracão de pesca.
Foto da autora, julho de 2010, (GROSS-MACHADO, 2013).

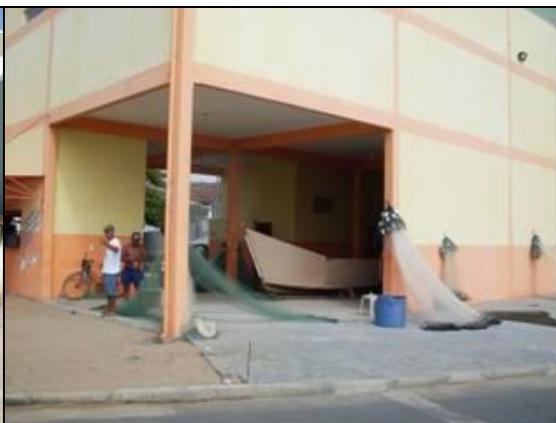


Figura 05: Novo barracão dos pescadores.
Foto da autora, janeiro de 2012
(GROSS-MACHADO, 2013).

Sobre essa mudança, o presidente da Colônia desse período, informou que eles não foram consultados sobre as obras, nem sobre como seria a nova estrutura. O que gerou certa polêmica e insatisfação por parte de alguns pescadores, especialmente os mais velhos, pois no barracão novo fizeram alguns guichês individuais no segundo andar, para que cada pescador pudesse guardar ali os seus petrechos, só que devido à escada íngreme de acesso, a maioria desses guichês não estavam sendo utilizados. Um dos pescadores entrevistados relatou que “ele mesmo nem usa”, pois o material que precisaria ser guardado para evitar roubos é muito pesado (galões com diesel, redes), então ele “deixa dentro da canoa mesmo”.

Outra reclamação é de que o espaço que seria utilizado para o reparo das redes é muito aberto e alto, eles não tem muitos locais para prendê-las do lado de dentro do barracão, e, quando chove ficam expostos à chuva. Eles também informaram que só queriam que a prefeitura consertasse o telhado do barracão antigo, que para eles já estava bom. Perguntamos ao presidente da Colônia sobre a verba utilizada para esta obra e ele falou que veio do Governo Federal, mas que ficou sob a responsabilidade da prefeitura, eles nem ficaram sabendo quanto veio do Governo e nem quanto foi gasto.

O que poderia ser tomado como ponto positivo desta obra é que talvez a mesma signifique que a prefeitura realmente desistiu de mudar o Porto das Canoas deste lugar, já que “melhorou” a infraestrutura da Colônia, haja vista, que este novo barracão não aparece no projeto original de “revitalização” da orla da praia.

Esta prática se assemelha a algumas políticas de ordenação territorial que têm esse viés de desvalorizar a história, a identidade dos lugares, privilegiando a “nova ordem”, ou seja, o que o Capital, neste caso o

imobiliário e o turístico percebem como ideal para o território. Que seria um “território unifuncional”, porém, “enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo” (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

O Porto das Canoas, além de ser a base do território dos pescadores e fazer parte de suas identidades, também é um forte elemento cultural do município, contraditoriamente é um dos principais pontos turísticos da cidade, presente em grande parte dos seus cartões postais. Como poderia ser dispensado pelo poder público local de forma tão displicente? Esse tem sido o modelo empregado comumente no litoral brasileiro (e não só), onde as populações tradicionais, que ajudaram a criar, a dar identidade a esses lugares, são simplesmente excluídas em prol de ações, muitas vezes movidas por discursos desenvolvimentistas, como o da “revitalização”, por exemplo.

As “revitalizações” são formas de maquiagem a realidade local, despreza-se a história dos homens comuns em prol do que é considerado bom e belo pelas elites ou pelos consumidores/frequentadores desses espaços. Segundo Oliveira, nas revitalizações geralmente:

esvazia-se a história de quem viveu lá; em lugar da memória, o esquecimento. Trata-se de operações de elevação da renda da terra urbana, vale dizer, de uma acumulação primitiva pela via do investimento público. Outra vez, privatizou-se o público, mas não se publicizou o privado: sobe a renda da terra e a parcela dos novos proprietários no excedente social, e decresce a parcela de todos os “sem”. Nenhum critério que publicize o lucro, no sentido de introduzir nele o conflito. A justificativa está sempre à mão: novos empregos, aumento da renda, da segurança, da convivialidade. Entre iguais e distância dos desiguais (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

Este seria um dos lados negativos do turismo que, muitas vezes, tem resultado em uma urbanização perversa (FONTELES, 2004).

O processo de urbanização das cidades, especialmente as litorâneas, apresenta algumas transformações contraditórias, quando os lugares conectados as dinâmicas capitalistas deixam de servir às necessidades da população local e passam a servir uma população flutuante, que vive esse lugar esporadicamente, seja apenas nos finais de semana, ou, um mês no ano. E quem teria a necessidade de residir próximo ao mar, pois trabalha e tem suas histórias atreladas a aquele lugar, nesse complexo movimento dos capitais imobiliários, é expulso pela supervalorização dos imóveis que servem ao turismo, já que as imobiliárias/construtoras nesses casos não vendem apenas imóveis, nesse “pacote,” está à praia, a paisagem.

Esse interesse do turista pela praia faz parte do ideário da sociedade moderna. Fonteles (2004) esclarece que,

a partir da segunda metade do século XVIII, o sistema de representações imposto pela teologia começou a desmoronar. O mundo voltou-se para outras formas de admiração da natureza, distanciando-se do “providencialismo”. A beira mar passou a ser apreciada esteticamente e moralmente. O europeu de classe alta passou a valorizar a emoção do banho. Esperava que o mar acalmasse suas ansiedades, corrigisse os efeitos perversos da civilização urbana, prática muito comum ainda nos dias de hoje. (...) A vida urbana, cada dia mais tensa e insegura, criou o desejo pela procura de ambientes naturais (FONTELES, 2004, p. 29).

Essa mudança no pensamento ocidental acabou atraindo os interesses das elites e da classe média com poder aquisitivo maior às paisagens litorâneas, primeiro na Europa e depois no mundo. O turismo transforma lugares em mercadoria, e para satisfazer esse mercado, os agentes locais acabam moldando ou sistematizando os lugares para que esses tenham as condições esperadas para atrair os seus consumidores.

Fonteles (2004) nos esclarece que o instrumental do mercado turístico (vendas, marketing...) na maioria das vezes não leva em consideração as populações locais, nativas, acaba as tratando, assim como os seus lugares e paisagens, como objetos que têm “o papel principal de satisfazer as necessidades dos visitantes”.

Dessa forma, os agentes governamentais locais, apropriados dos argumentos “desenvolvimentistas”, reproduzem discursos como o da revitalização, e tentam moldar o local para atender as demandas do Capital, para atraí-lo; Mesmo que para isso tenha que se sobrepor a sua população local, aquela que ajudou a construir os lugares, a paisagem, e as relações de convivência social. Que deveriam ser valorizadas, e serem incorporadas em outro tipo de turismo, como o de base local, aquele que considera as necessidades da população e as peculiaridades de cada lugar. Um turismo em que o turista possa buscar o peculiar, o naturalmente belo, a paisagem historicamente construída e não uma paisagem moldada e artificializada para lhe agradar aos olhos (YÁZIGI, 2001). Esse seria um ideal de turismo, onde seja valorizado o capital local, o lugar, a população, o meio ambiente e a cultura local. Esse sim deveria ser o “modelo” de desenvolvimento a ser conquistado.

3. Conclusão

Conforme o cotidiano dos pescadores foi sendo desvendado no decorrer da pesquisa, percebeu-se que na medida em que a cidade está crescendo e se articulando ao turismo, está havendo uma sobreposição do espaço turístico ao espaço tradicionalmente ocupado pelos pescadores. E mesmo com esse crescimento da cidade e a pressão do turismo massificado, os pescadores resistem. Resistem porque dependem daquele território como base de subsistência, de identidade e também por possuírem vínculos com o lugar.

Também ficou clara a opção do poder público local em buscar mecanismos de expropriação sem causar polêmicas evidentes. Esse caminho é a transformação do espaço, com projetos modernizantes que, aos poucos, foram diminuindo o território por eles ocupado, e que também foi facilitado pela ausência de subsídio aos pescadores.

Através dessas questões está o fato de que mais uma vez o poder público, seja local, ou nacional, age de acordo com os interesses do grande Capital em detrimento das populações locais. Políticas de ordenamento territorial que desvinculam o desenvolvimento de um lugar, de suas histórias, identidades, pessoas e supervaloriza a “nova ordem” idealizada pelos agentes capitalistas, sejam eles ligados ao turismo, as indústrias, ao mercado imobiliário etc.

Desse modo, percebe-se quão distante está a sociedade contemporânea de viver num sistema que se desenvolva para beneficiar a população e não só os interesses das elites detentoras do capital. Essa constatação também se dá em relação ao turismo e as formas como ele é comumente aplicado, desconsiderando as necessidades locais em detrimento dos capitais que o financiam.

Também é importante considerar que existe uma alienação em relação ao turismo e suas práticas, pois se percebe que a sociedade em geral consome as mercadorias criadas por ele sem preocupar-se com os locais em que ele está inserido, com os impactos sociais e ambientais desse turismo. Não costumam fazer a crítica, e pensar em como eram aquelas paisagens antes da instalação do resort em que se está hospedado, por exemplo. Essa seria outra faceta desse tipo de desenvolvimento, que além de excluir, ele aliena a população sobre suas ações/intensões. Isso só mudaria caso houvesse uma educação voltada para isso, até mesmo nos próprios lugares, através das escolas locais, mídias alternativas etc.

Concorda-se em certo ponto com autores como Coriolano (2003), Rodriguez (2007) e Yázigi (2001), quando eles afirmam que o turismo pode sim ser uma alternativa para um desenvolvimento local, desde que inclua a população, especialmente os mais pobres, ao invés de excluí-la, e que isso

depende em grande parte das ações e decisões dos governos que as regulamentam, sejam locais ou nacionais.

Também de acordo com esses autores é clara a necessidade de políticas públicas que auxiliem e promovam essas ações, e que o turismo como agente balizador pode ser desenvolvido nos lugares, mas sempre de maneira controlada, planejada, diminuindo os possíveis impactos e efeitos sobre os lugares, populações e meio ambiente em que se está inserindo.

Outra questão fundamental para o futuro da Colônia Z4 é de que ela tenha sua cultura e território percebidos e valorizados pelos gestores públicos locais que, ao invés de excluí-los, eles passem a ser incluídos no planejamento urbano e nas ações voltadas ao turismo no município.

4. Referências

ALMEIDA, A. W. B. et al. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

IBGE, censo, 2014. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420210&search=%7C%7Cinfogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio&lang> Consultado em: 09/09/2015.

BOER, P. **Barra Velha através dos tempos**. Barra Velha: Art & Texto Editora Ltda., 1992.

CARDOSO, E. S. (2001) **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, 1v. (Tese - Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.). **Os limites do desenvolvimento e do turismo**. *In: O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003. P. 13 – 28.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, São Paulo. USP, 1999.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos Socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. *GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007*.

_____ **Da desterritorialização à Multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – AGB/USP, março de 2005.

GROSS-MACHADO, C. B. **O território da pesca artesanal da colônia 4, Barra Velha, SC:** o paradoxo entre a tradição e a modernidade. 2013. Dissertação (mestrado em Geografia), UNICENTRO, Guarapuava/PR.

MACHADO, M. de B. T. Turismo – um conceito socioespacial. In: SEABRA, G. (Org.) **Turismo de base local:** identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

OLIVERIA, F. **Aproximações ao enigma:** o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EASP/FGV, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A. et al **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RODRIGUEZ, J. M. M. Turismo y desarrollo sostenible em America Latina. In: SEABRA, G. (Org.)

Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____ et al. **O papel ativo da Geografia:** um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SILVA, C. M. **Ganchos/SC:** ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TOSCAN, G. **Projeto para rotatória aguarda por recursos.** Jornal O Correio do Litoral, Barra Velha, p.09, 21/05/2010.

VENEZIANI, M. **De pai para filho:** elogio da tradição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar:** turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: CONTEXTO, 2001.

TURISMO ÉTNICO-CULTURAL DE BASE LOCAL EM COMUNIDADES INDÍGENAS: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES¹

Cleverson Gonçalves²
Nilson Cesar Fraga³
Mateus Galvão Cavatorta⁴

Resumo

O turismo étnico cultural de base local em reservas indígenas vem se destacando como um meio alternativo dentro do sistema turístico, porém esse necessita de intensos debates e de maiores teorizações acerca do tema, pois há enormes controvérsias por parte de geógrafos e turismólogos, isso, pois se associa a prática dessa atividade econômica como uma forma de destruição da cultura indígena ou de comercialização da cultura ou do próprio ser indígena, contudo, se ignora o fato de que a grande maioria das comunidades indígenas já mantém estreitas relações com o exterior a sua comunidade. Além do que, o proposto aqui é a realização de um turismo de base local, ou seja, a realização dessa atividade pelos próprios moradores da comunidade, assim evitando a entrada do grande capital dentro dos grupos, pois, esse sim, apenas explora e promove a desigualdade social. Contudo, não se retira a responsabilidade estatal de promover a melhora na qualidade de vida dessas comunidades e também nem isenta o Estado em relação às péssimas condições em que se encontram a grande maioria dos indígenas brasileiros, onde convivem com a violência diariamente, seja ela física ou moral, e nessa vertente o turismo étnico cultural vem para colaborar a dar maior visibilidade para esses problemas e os fortalecer, assim possibilitando-os uma melhor qualidade de vida e maior dignidade para as comunidades originárias.

Palavras chave: Turismo étnico cultural; Reservas indígenas; Desenvolvimento de base local.

Introdução

O turismo está geralmente associado ao grande capital e grandes empreendimentos, atrelado aos processos de exploração do trabalho e ao acúmulo de mais valia, é visto como uma atividade segregatória e que não se

¹ Nível do Trabalho: Mestrado/Graduação - Estágio/Fase do Trabalho: Em andamento.
kevo_goncalves@hotmail.com, nilsoncesarfraga@hotmail.com,
mateuscavatorta@hotmail.com

² Mestrando, Universidade Estadual de Londrina – UEL

³ Professor Doutor, Universidade Estadual de Londrina – UEL

⁴ Graduando, Universidade Estadual de Londrina - UEL

associa com a preocupação social, em princípio, mas apenas como marketing, contudo essa é uma visão reducionista e que abarca apenas um segmento do turismo, ignorando os pequenos ramos turísticos, esses voltados a uma atividade em menor escala e realizados na grande maioria por pequenos proprietários de terra e por comunidades tradicionais, no caso dos indígenas, podemos usar o termo associado a povos originários.

O turismo alternativo é uma possibilidade na busca da diminuição da disparidade social, assim possibilitando uma maior arrecadação de renda pela comunidade e, dentro dessa perspectiva, há o turismo étnico-cultural em reservas indígenas, é nesse foco que objetiva-se esse artigo, o de propiciar reflexões através de apontamentos e análises acerca desse tema.

Temática essa que se demonstra como complexa e polêmica, porém, deve-se debatê-la, já que cabe a atividade turística mais do que colaborar no processo de desenvolvimento socioeconômico de determinada comunidade, cabe a ela dar a possibilidade da recontagem da história oficial e de fortalecer economicamente, socialmente e politicamente as comunidades indígenas, pois essas, cada vez mais são enfraquecidas pela ganância do capital a partir das sociedades envolventes.

Enfraquecimento esse que se iniciou desde o momento dos primeiros contatos dos povos indígenas com os europeus e acentuou-se com a ideologia do branqueamento, ideologia essa que predominou por séculos e foi um dos fundamentos do processo de construção do território nacional brasileiro. Essa base ideológica era fundamentada por teorias científicas, isso para ser aceita pela comunidade científica e também para a nação ser aceita pela geopolítica mundial, no caso, a ideologia do branqueamento tinha como base o racismo científico. Esse sistema de ideias foi uma dos definidores do que se pretendia com a instituição desse território e qual e como será a população inserida em seus limites, e dentro desse contexto os indígenas não estavam inseridos na população desejada, dessa forma comunidades indígenas inteiras foram exterminadas, levadas para as margens da sociedade, sofreram e ainda sofrem com a negligência estatal.

Análises e ponderações sobre a temática

A desigualdade social é a principal patologia que atinge a sociedade, não é dever apenas da ciência geográfica teorizar acerca dela, mas também de outras ciências com um cunho humano-social. Nos últimos séculos da história das sociedades ocidentais, o capitalismo tem predominado como sistema político, econômico e social, e como o cerne do capitalismo é a exploração do trabalho, a desigualdade social não é apenas resultado dessa exploração, ela é essencial para a manutenção desse sistema. O sistema turístico está inserido no princípio capitalista e obviamente gera a concentração de renda, porém, é

errôneo generalizar o turismo como uma forma predatória do capitalismo, pois dentro desse sistema há meios alternativos para realização dessa atividade, esses, realizados em pequenas propriedades ou por comunidades tradicionais e voltados para o turismo rural, ecoturismo, turismo pedagógico, turismo étnico-cultural e entre outros. Dentro dessa perspectiva, Fraga, Hobal & Medeiros afirmam que:

Um dos objetivos para a existência da atividade turística, além do desenvolvimento econômico-social de uma região, através de geração de ocupação e renda, é a possibilidade da reconstituição da história e da análise da influência da atividade humana durante todo o seu processo de formação socio-espacial. (FRAGA, HOBAL e MEDEIROS, 2005, p. 01).

Dessa forma, acredita-se que o turismo alternativo vem a atenuar as disparidades sociais, além de que, no caso do meio rural, aumenta as perspectivas da permanência no campo e nas terras de ocupação tradicional. Com a natureza desses eventos, a ciência não pode se abster do estudo desses fatos socioeconômicos concretos aqui, cabendo, sobretudo, para a Geografia, os estudos sobre o turismo, como afirma Machado (2007, p. 65) o turismo vem a ser uma atividade vinculada em sua essência a pessoas e lugares, sendo, portanto, um fenômeno eminentemente sócioespacial.

Como já mencionado, um dos meios alternativos para a atividade turística é o turismo étnico-cultural, e dentro deste, o turismo em reservas indígenas, e esse voltado aos aspectos culturais de determinada etnia indígena, desvinculando-se da visão promordialista e aproximando-se da visão Goffmaniana, apontada por Streiff e Poutignatt (1998), que demonstram a etnicidade como o sentimento de auto reconhecimento e auto pertencimento em relação a um determinado grupo étnico, e estas relações manifestam-se de forma territorial.

Não se tem uma forte bibliografia que aborda o conceito de território por meio de uma visão dos indígenas, e os trabalhos que propuseram focar nessa área, não conseguiram propor uma teoria que seja aceita pela grande maioria dos pesquisadores da Geografia, isso devido ao fato de não terem proposto uma teoria que abranja todas as etnias indígenas. O que torna isso difícil é que cada uma das diferentes etnias tem concepções de mundo aproximadas, porém, não idênticas. Dessa forma torna-se ainda mais complexo compreender e formular uma teoria geral acerca das visões de território por intermédio das percepções dos indígenas.

A relação etnicista do indígena atrela-se e manifesta-se no espaço geográfico na formação de territórios, porém, a relação primitiva dos indígenas

com o território desvincula-se da questão econômica e político jurídico, é uma aproximação de toponímia, uma relação conceitual de lugar. Aqui considerando a posição de Claval (2001, p. 55), onde os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam. E, no caso do indígena, o sentimento é ainda mais intenso, pois para ele, o ser indígena não habita, ou não pertence a aquele território, e sim, ele faz parte da totalidade territorial – nesse caso, o pertencimento é mais forte do que em comunidades não tradicionais.

Não se desvincula a relação poder - território -, pois se assim fosse, não seria território, contudo a relação territorial do indígena não é gerida por intermédio da mesma lógica do poder que é exercido por meio dos territórios políticos jurídicos ou territórios econômicos, a relação de poder sobre o espaço geográfico sobre qual uma determinada tribo indígena controla tem relações com a questão de sobrevivência daquele grupo, e do mantimento da história de seus antepassados que ali viviam.

É nessa perspectiva de diferenciação de concepções de mundos que o turismo alternativo em reservas indígenas se atrela, e também se ligando ao patrimônio cultural dessas etnias, aqui concordando com Almeida (2007, p. 151) ao frisar que:

Um recurso cultural pode ser entendido como todo o fazer humano, incluindo bens materiais e bens imateriais [...] esse recurso, considerado como patrimônio cultural, é definido pelo conjunto de bens materiais, hábitos, usos, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem as sociedades.

Na mesma vertente Rodrigues (2007, p. 15) afirma que, dentre as múltiplas facetas do turismo, o consumo de bens materiais e imateriais é um dos mais importantes, seja do ponto de vista social e cultural. Ainda nessa lógica, Azevedo (1998, p. 149), alega que cultura e patrimônio compõem, ambos, acervos acumulados, cumulativos – às vezes reelaborados, e sempre intransferíveis – de vivências locais das várias gerações, e assim formando as identidades étnicas. Nesse sentido, Almeida (2007, 153) reflete que:

A identidade permite a representação do lugar no todo espacial e favorece ao turista uma construção simbólica do lugar. A atividade turística deve ter isso em conta, na valorização das especificidades, pois o que faz existir e ser um atrativo ao ser “parecido consigo mesmo” é o fato de o lugar ou objeto ser único e distinto.

Como integrante dessa identidade, o conhecimento adquirido pelos povos indígenas tem despertado o interesse de turistas e cientistas, Diegues destaca acerca desse conhecimento:

Tornou-se, portanto, mais evidente que as populações tradicionais, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas e principalmente as sociedades indígenas desenvolveram, pela observação e experimentação, extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais, e até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais” (DIEGUES, 2001, p.31).

Um dos vieses do Turismo étnico-cultural vem a corroborar para romper o misticismo e inverdades acerca das etnias indígenas, e pode esclarecer e desmistificar a respeito dos povos indígenas e fazer compreender os seus modos de vida, suas religiões e os motivos das suas lutas no passado e no presente.

O turismo no interior de reservas indígenas é propício a ser realizado pela própria comunidade envolvente, evitando a entrada do grande capital, buscando um turismo de base local, em pequena escala e procurando valorizar e conservar o patrimônio da comunidade, além de aumentar a arrecadação de rendimento. Nesse sentido Martins (2002, p.51) considera que o desenvolvimento local é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação local e do empreendedorismo comunitários. Outro autor que vêm no mesmo soslaio é Buarque (1995) que acrescenta que:

É um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Na mesma linha de pensamento, Chicico (2012, p. 37), afirma que:

Devido à alta capacidade do turismo em transformar o espaço quando se trata de apropriação e uso pelos grupos sociais para fins turísticos, tornasse necessário a adoção de modelos que considerem as características endógenas como principal subsídio para implementação de estratégias e ações no desenvolvimento da atividade, sendo assumindo como um fenômeno social e não somente como mera atividade econômica. [...] É neste contexto em que emergem os modelos alternativos para o desenvolvimento

do turismo, percebidos como formas de desenvolvimento opostas ao modelo tradicional de turismo de massas, sendo o turismo de base local uma das vias consideradas para a prática turística, que de fato promove a inclusão social, com implantação ou incentivo à criação de empreendimentos locais e com uma visão própria de exploração consciente e sustentável voltada aos interesses da escala humana e local.

Dessa forma, o turismo em pequena escala torna-se um esguelha para diminuir os índices de pobreza dentro das comunidades indígenas, e como frisa Coriolano (2003, p. 39):

Pobreza historicamente, refere-se à situação das pessoas que estão abaixo de um determinado padrão econômico, que não têm suas necessidades atendidas. Pobre seria uma pessoa situada abaixo da linha da pobreza, ou seja, que não tem o suficiente para adquirir os bens necessários à sobrevivência adequada. [...] Essa noção de pobreza é ainda irrestrita e limitada porque ser pobre é muito mais do que não ter: é sobretudo, não ser. O não-ter leva também ao não-ser. (CORIOLANO, 2003, p. 39).

Assim, segundo o Senso realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil há 817.963 indígenas, e desses, 326.375 estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, sobrevivem com até 70,00 reais por mês – esses dados são melhores ilustrados na figura 01 – ao aprofundar a análise em relação a esses dados chega-se a marca de que essa fatia populacional abaixo da linha da pobreza alcança um total de 0,47% da população brasileira. Contudo, ao analisar os estudos e textos do IBGE em relação à qualidade de vida dos povos indígenas, esses estudos apontam apenas para os dados da população inserida na classe denominada abaixo da linha da pobreza, não enfocando nos indígenas que estão inseridos na classe denominada de pobres – Renda per capita de até R\$ 162,00 – ou vulneráveis a pobreza – Renda per capita de até R\$ 291,00.

Figura 01, Índice de indígenas abaixo da linha da pobreza



Fonte: IBGE (2010). Org: GONÇALVES, 2015.

Contudo, ao abordar essa questão deve-se ter cautela na análise, pois nem todas as comunidades indígenas dependem de um mercado externo a reserva, ou não dependem exclusivamente de trocas monetárias para a sobrevivência dos habitantes da comunidade, e isso devido a concepção indígena relacionada ao “ter/possuir” diferenciar-se da concepção capitalista predominante. Contudo, cada vez mais as comunidades indígenas estão sendo envolvidas nos laços do capitalismo, assim ampliando a necessidade da dependência financeira por parte dos indígenas, abre-se cada vez mais a relação das comunidades indígenas e com o exterior, além de considerar que dos 817,963 indígenas que habitam no Brasil, 315.180 indígenas moram em áreas urbanas, e que, uma grande parte destes são residente em terras indígenas que ficam dentro do perímetro urbano de determinadas cidades, além disso, acrescentando-se dos indígenas que habitam no meio urbano fora de terras indígenas, como pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01, Indígenas habitantes e não habitantes de Terras Indígenas

	População indígena em área rural	População indígena em área urbana
Habitando em Terras Indígenas	491.420	25.963
Habitando fora de Terras Indígenas	80.663	298.871
Total	572.083	324.834

Fonte: IBGE (2010), Org: GONÇALVES, 2015.

Dentro dessa perspectiva devem-se remeter as condições em que vivem os indígenas chamados pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) de desaldeados, esse termo foi criado pela FUNAI para descrever os índios que saíram de suas aldeias de origem, e grande parte destes vivem em comunidades carentes, com baixos índices de qualidade de vida, assim não se diferenciando das comunidades indígenas que vivem no meio rural. Contudo, os indígenas urbanos tendem a se aproximar de outros indígenas que também habitam a cidade, formando novas comunidades, e essas, nem sempre, formadas por índios da mesma etnia, conforme frisa Peixoto e Albuquerque e Peixoto (2007, p. 07):

A união de várias famílias indígenas forma a chamada aldeia urbana nos bairros, pequenas comunidades formada por índios e que reproduz a estrutura da aldeia da zona rural. Esta forma de organização faz com que eles não percam os laços familiares e as relações de amizade, fatores importantes para a superação das dificuldades em condições tão adversas dentro da cidade. Esta união também tem contribuído para manter sua identidade cultural enquanto índio.

Assim formam-se novas comunidades indígenas urbanas, porém, essas com uma maior miscigenação entre etnias, contudo, também com defasagem de estrutura e com baixas arrecadações monetárias, de tal modo, o turismo étnico cultural vem a colaborar com a melhora na qualidade de vida nessas comunidades. É um turismo voltado para a escala humana, buscando

revalorizar a vida dessas pessoas, dar sentido e fortalecer a comunidade, assim como afirma Coriolano (2003, p. 26):

O desenvolvimento voltado para a escala humana pode ser entendido como aquele que privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhes subsistência, trabalho, educação e condições de uma vida digna a todos os cidadãos. Ao contrário da economia do ter, baseia-se na economia do ser, que se traduz em um modelo de desenvolvimento centrado no homem, em uma cultura de cooperação e parceria. Entender o desenvolvimento na escala humana significa encontrar os caminhos para viabilizar o desenvolvimento local e o desenvolvimento do turismo, porque ambos têm o homem no centro da ação e o objetivo é a busca da satisfação humana.

E cabe aos órgãos públicos buscar meios através de políticas públicas para incentivar essa atividade, não se retira de seu âmago a responsabilidade na busca de uma melhor qualidade de vida para esses povos, até mesmo porque as atuais condições em que se encontram os povos indígenas na atualidade são resultados de decisões políticas tomadas no passado, onde se privilegiou os povos vindos da Europa, isso é evidenciado, principalmente, pelas políticas que incentivaram a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, com o objetivo de branquear a população do país, pois se considerava o negro e o índio como seres atrasados. Há que se considerar que esse processo de atração foi mais do que um fator econômico, foi puramente preconceituoso, baseado no racismo científico, conforme destaca Oliveira (2008):

O racismo científico teve sua época áurea entre 1870 a 1930, ele procurava explicar biologicamente as características dos homens. Era considerado científico porque foi produzido pela antropologia e pela sociologia, pelas ciências do século XIX. [...] A adoção pela elite brasileira das teorias do chamado racismo científico, teve início em 1870 e tornaram-se amplamente aceitas entre as décadas de 1880 e 1920. (OLIVEIRA, 2008, s/p).

Dessa forma o Estado buscou mecanismos para atrair os europeus, e essa atração ocorreu com facilidade, pois no mesmo período havia crises no sistema capitalista na Europa, isso tanto no período pré, quanto no período pós Primeira Guerra Mundial. Destarte, concomitantemente ao mecanismo de repulsão populacional que se processou na Europa e que correspondeu ao processo de atração de imigração que, não só desejado, mas, sobretudo, necessário ao Estado brasileiro. (HAURESKO, 2009, p. 238). Comumente ao

tratar da ideologia de branqueamento da população brasileira, os autores enfocam apenas no negro, porém, os indígenas foram (e são) marginalizados tanto quanto os negros, de tal maneira que no início do processo de colonização eram mencionados como sendo iguais:

É importante destacar que esta construção ideológica que tendia a igualar o “ser escravo” com a “cor negra” não era usada exclusivamente para caracterizar as populações do continente africano. Enquanto os indígenas do Novo Mundo foram vítimas de escravizações, eles eram qualificados não apenas como “índios” ou “gentios”, mas também eram chamados simplesmente de “negros”. A denominação de “negro” para indígenas foi inicialmente usada também pelos jesuítas que chegaram a apoiar “guerras justas” contra populações indígenas. (HOFBAUER, 2003, p.71).

O preconceito era tão elevado no período, que justificavam o subdesenvolvimento do país pela grande massa da população de negros e índios, deste modo o branqueamento da população surge como resposta aos problemas brasileiros, tanto no que diz respeito à mudança do sistema econômico no tocante à mão de obra, quanto à constituição de uma nação, ou, um povo capaz de alcançar a modernização. (SANTOS, 2009, p.176). Dessa forma criaram-se políticas com o objetivo de branquear a população, focando nos europeus, proibindo africanos e asiáticos de entrarem no país e buscando erradicar os negros e índios já presentes no território brasileiro, como se vê no decreto a seguir:

Decreto de 28 de junho de 1890 concede que: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos.” [...] Decreto-Lei n. 7967 assinada por Getúlio Vargas em 18 de setembro de 1945, regulando a entrada de imigrantes de acordo com a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia (NASCIMENTO¹, 1978, p. 71, apud, SILVA; DINIZ, et al, 2010, p. 04).

No primeiro decreto demonstra-se a visão que o Estado tinha em relação às pessoas de origem não europeias. Já no segundo decreto, aponta que essa visão perdurou por décadas na política brasileira, que desejava uma

¹ NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

sociedade branca, como é evidenciado a seguir pelas palavras de Romero (1880), que era um dos maiores cientista e político da época:

Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a reponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: — de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia. (ROMERO¹, 1880, *apud* HOFBAUER, 2003, p. 108).

Foram essas teorias, carregadas do preconceito de suas épocas, que ocultavam a verdadeira realidade nacional, não permitindo que os administradores nacionais realizassem uma leitura mais ampla sobre os motivos do subdesenvolvimento do Brasil. Apontavam que o motivo do atraso no desenvolvimento nacional era culpa dos negros e dos indígenas, não ponderavam o retrospecto histórico do país, que é marcado pela exploração colonial. Assim sendo, o atraso brasileiro, frente a outras nações, não fora nesse momento diagnosticado considerando o seu passado e suas práticas econômicas ou sociais, mas pelas características de seu povo. Diwan (2007, p. 97), dessa forma afirma que:

O projeto engendrou um quadro social, político, histórico que, entre outros elementos, legitimou a ideia da inferioridade da população negra e da superioridade da população branca, não apenas pelo elemento da escravidão, mas pela tentativa de tornar o Brasil um país de brancos e, portanto, um país desenvolvido e limpo. No que se refere à política eugenista havia a intenção de “purificar a raça” e aperfeiçoar o homem a cada geração. Esse aperfeiçoamento pautava-se na extinção de todos os “tipos” contrários ao ideal de “belo” e de “força”.

E são políticas racistas, como as que permeavam no Brasil que impuseram as atuais condições em que se encontram os indígenas na atualidade, essas buscando exterminar os negros e os povos indígenas, assim almejando branquear a população brasileira, e essa análise da ideologia do branqueamento nos revela suas principais características no tecido social brasileiro. (SANTOS, 2009, p.177). Tecido esse que é marcado pela desigualdade social, pela concentração fundiária, pela marginalização dos negros e indígenas, confinando os indígenas em pequenas reservas e

¹ ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B.L. Editora Garnier, 1888, 1ª ed, 2v.

buscando impor a cultura eurocêntrica sobre eles. Apropriam-se as terras indígenas e os enfraquecem, e nesse sentido, o turismo vem como um meio de fortalecimento dessas comunidades – isso enquanto proposta.

Contudo, o turismo de base local em reservas indígenas recebem críticas voltadas principalmente à questão do contato entre diferentes etnias, assim causando efeitos no comportamento efetivo da comunidade, ou seja, como a cultura da etnia indígena será afetada com um maior contato com outras etnias.

Porém a cultura não é estática, e sim dinâmica, está em constante mudança, segundo Grunewald (2003 p. 153), ainda no que concerne às relações interétnicas, gostaria de ressaltar que não apenas a interação é, em si, um fator gerador de cultura e de limites para cada grupo, como os contatos externos a um grupo são também constitutivos da estrutura desse grupo. Isolar um grupo étnico não é preservar a cultura destes, além de que a grande parte das comunidades indígenas já está inserida no sistema capitalista e possuem relações sociais externas, além de que, como já foi mencionada a questão, grande parte dos indígenas migraram ou foram “engolidas” pela urbanização e assim formaram comunidades indígenas urbanas.

Outro ponto a considerar é a busca da manutenção da etnicidade por parte da comunidade, isso para atrair ainda mais turistas, já que Grunewald (2001; 2003) demonstra que o tema do desenvolvimento de etnicidades voltadas para o turismo seja um fator presente no turismo étnico indígena e, este fato decepciona o turista na busca desse estereótipo da “comunidade intacta”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio o mesmo autor afirma que:

Em termos metodológicos haveria também um redirecionamento para a abordagem dessas novas formas de etnicidade na medida em que, ao contrário das interações típicas do colonialismo clássico, o turismo promove a restauração, preservação e recriação de atributos étnicos. (GRÜNEWALD, 2001, p.147).

Assim, a comunidade busca manter os traços da etnicidade original para manter o turismo, e segundo Grunewald (2001):

Mesmo quando uma etnicidade se alavanca em face do turismo, isso não quer dizer que os limites da comunidade étnica sejam coincidentes com os da arena turística, onde atores nativos constroem uma encenação de si, e com a qual se identificam de fato. (GRÜNEWALD, 2001, p.122).

Não será toda a comunidade que se envolverá diretamente com a atividade turística, pois em vez de substituir as atividades primordiais da comunidade, esse servirá apenas como complemento, assim aumentando a arrecadação de renda, conservando o patrimônio material e imaterial.

Mesmo com as dificuldades e críticas, cabe à comunidade, pelo meio da colaboração da comunidade científica, decidir e gerir o sistema turístico a ser implantado, gerando um turismo feito de modo endógeno, buscando diminuir os índices de pobreza das comunidades indígenas, porém, não se pode tirar da responsabilidade do Estado a manutenção e a busca para a melhora da vida desses povos, pois, além de tudo, as más condições e a insegurança – mais do que a posse de terra, aqui frisando sobre a vida humana dos indígenas que está em risco – em que encontram a maioria das comunidades indígenas, é fruto dessa negligência estatal no passado e no presente.

Considerações finais

Ao focar sobre o turismo étnico em comunidades indígenas, deve se ter a cautela de não cair em um reducionismo, deve-se analisar a etnicidade indígena como algo único, e que essa etnicidade manifesta-se no espaço geográfico de forma territorial, relação essa que se demonstra complexa.

O conceito de território na percepção do indígena diferencia-se da noção tradicional da Geografia, atrela-se a questão da etnicidade, diferente da visão tradicional para o indígena – o ser índio também é solo, também é animal, também é o vegetal, também é a água, não desvinculando o ser humano do ser natureza – porém, também não desvincula o poder exercido por determinada tribo em seu território, os conflitos territoriais dos indígenas não se liga a questão do possuir solo, e sim de sua sobrevivência depender daquele território.

As críticas vinculadas ao turismo étnico são sobre as relações interétnicas, ou seja, o contato entre etnias, e o que isso gerará mudanças na etnicidade, porém, ao momento em que se realiza essa crítica, se ignora o fato da cultura ser dinâmica e estar em constante construção, atrela-se a ideia da preservação cultural dos povos indígenas, mas ignora o fato de que a séculos já houve esse contato. Sim, aqui está sendo incentivado o contato com os povos indígenas isolados, isso é outro ponto e de uma delicadeza mais profunda e que não cabe aqui debater nesse momento.

O turismo étnico nessas comunidades pode ser um meio alternativo para a melhora da qualidade de vida desses povos, pois querendo ou não,

esses já estão inseridos no meio capitalista, além de que, a grande maioria dos indígenas brasileiros já está urbanizada, com suas comunidades dentro do período urbano, ou senão, em comunidades no meio rural e com a pobreza extrema, porém, esse turismo, proposto, necessita ser realizado de modo endógeno, evitando que os indígenas se tornem uma “mercadoria” para o grande capital, deve ser um turismo de base local e em pequena escala, não um turismo de massa.

As atuais condições em que os indígenas estão submetidos são resultados de uma conjuntura política, econômica e cultural que predominava, e ainda predomina, no Brasil, cuja matriz de pensamento, acredita-se seguir até os dias atuais, pois comumente é noticiada a morte de indígenas para a posse de suas terras ou pelo esdruxulo preconceito. Tal situação é precária tanto nas comunidades indígenas rurais quanto nas urbanas, tanto para os indígenas aldeados quanto para os desaldeados, sendo que ambos sofrem com a negligência estatal por séculos, onde se busca omitir sobre a realidade, nega-se dar voz a esses povos que sofrem com um genocídio desde que os primeiros europeus chegaram ao solo que pertencem originalmente a estes povos, mas que é os negado.

A luta dos indígenas não está apenas para melhorar a arrecadação e assim melhorar as condições de vida na comunidade. A luta dos indígenas é para manterem-se vivos, pois sem seu território dificilmente a comunidade sobreviverá, é vai além, a vida dos indígenas está em constante ameaça, e aqui não refere-se a vida cultural, e sim da biológica, e o turismo étnico-cultural, propicia a dar voz e força para essas comunidades, sobretudo na medida em que, também, permitirá que a sociedade envolvente adentre sobre seu mundo vivido, incluindo aqui, seu lugar, sua paisagem e sua cultura, permeadas pelo desconhecimentos dos que vivem do lado de fora das comunidades indígenas. Tal fato pode, inclusive, ajudar no rompimento do preconceito, agindo de forma positiva, ao permitir o contato entre tais pessoas.

Referências

ABULQUERQUE, C. C.; PEIXOTOS, P. C. S. **Turismo étnico indígena: Meios de sustentabilidade para os índios urbano da cidade de Manaus.** Manaus: Revista Aboré. 3º Ed. 2007.

ALMEIDA, M. G. Desafios e possibilidades de planejar o turismo cultural. . In: SEABRA, G. (Org). **Turismo de Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento regional.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007. p. 151 – 168.

AZEVEDO, J. Turismo, cultura e patrimônio. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org). **Turismo com ética,** 2º edição. Fortaleza: UECE, 1998. p. 148 – 164.

BASTOS, N. J. **A identidade Étnica dos índios Urbanos na Grande Florianópolis.**

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 1995.

CHICICO, F. J. **O Turismo de base local como um possível indutor de desenvolvimento rural:** uma análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo-Moçambique. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CLAVAL, P. A. **Geografia Cultural.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

COROLANO, L. N. M. T. **O desenvolvimento voltado às condições Humanase o turismo comunitário.** In: COROLIANO, LIMA. (Orgs.) Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE. 2003

DIEGUES, A. C. S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA, São Paulo. USP, 2001.

DIWAN, P. **Raça Pura:** uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FRAGA, N. C.; HOBAL, M. A.; MEDEIROS, W. R. Povo e Cultura no Roteiro do Turismo de Guerra: perspectivas de rompimento da invisibilidade social. **Revista Percurso** (Curitiba), v. 4, p. 33-42, 2005.

GRÜNEWALD, R. A. **Os Índios e o descobrimento – tradição e turismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

_____. **Turismo e Etnicidade.** In Horizonte Antropológicos. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 141 – 159.

HAURESKO, C. **O estabelecimento de colonos no estado do Paraná e os fatores limitantes ao desenvolvimento das colônias agrícolas.** In: VESTENA; NOBOKUNI; SILVA; LOPES (Orgs). Saberes Geográficos: Teorias e Aplicações. Guarapuava: Unicentro, 2009.

HOFBAUER, A. **Conceito de "Raça" e o ideário do "Branqueamento" no século XIX:** Teoria e Pesquisa, São Paulo: Universidade Federal de São Carlos. 2003.

MACHADO, M. B. T. Turismo – Um conceito sócioespacial. In: SEABRA, G. (Org). **Turismo de Base Local**: Identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007. p. 65 – 80.

MARTINS, S. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 5, Set. 2002 p. 51-59.

OLIVEIRA, I. M. A. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira**. Santo Antonio do Paraíso: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2008 (Dissertação do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE).

POUTTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth. São Paulo: Unesp, 1998. p. 85 – 121.

RODRIGUES, A. B. Território, patrimônio e turismo com base local – Uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (Org). **Turismo de Base Local**: Identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007. p. 15 – 30.

SILVA, E. J. N. A.; DINIZ, L. M; MELO, M. A. S; PANTA, M. **Questão etnicorracial**: uma problematização sobre a lei 10.639/03 e seus desdobramentos. In: I Curso de Formação Continuada em Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro- Brasileira Para Rede Estadual de Ensino. **Anais...** Londrina, 2010.

A PECUÁRIA BOVINA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL AMAZÔNICO¹

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês²
Reinaldo Corrêa Costa³

Resumo:

Partindo do pressuposto que a Formação Sócioespacial expressa à unidade e a totalidade da infraestrutura e da superestrutura (esferas econômica, social, política e cultural) existindo uma determinação específica das variações históricas. O objetivo deste trabalho é analisar em síntese a formação sócioespacial Brasil Amazônica, com enfoque nas dinâmicas (econômicas, sociais e políticas) que envolvem a pecuária bovina, um dos vetores iniciais da formação brasileira. Neste sentido, o enfoque teórico-metodológico é de que a formação sócioespacial é a possibilidade metodológica de apresentar a dimensão espacial como a expressão da relação entre infraestrutura e superestrutura, no qual, a espacialidade bovina brasileira é uma constituinte de múltiplos impactos (sociais, econômicos, políticos e ambientais). A pecuária bovina na formação sócioespacial brasileira se estruturou com importante papel na ocupação de regiões *novas* visando substituir atividades anteriormente existentes, especialmente às voltadas para o mercado interno.

Palavras-chaves: Formação Sócioespacial, pecuária bovina, infra-estrutura, superestrutura.

INTRODUÇÃO

O PIB do agronegócio brasileiro representou em 2014 de 22% a 23% da economia nacional, que foi aproximadamente de R\$1,1 trilhão. As atividades agrícolas representaram 70% e a pecuária próximo de 30% do valor produzido no ano (MAPA, 2014). Como o PIB é o “valor aceito” na política dominante para medir as atividades econômicas, por meio dele é possível identificar as principais diferenças e concentrações espaciais da pecuária bovina no Brasil.

Pelo censo agrícola municipal do IBGE (2011)¹ cinco estados detinham 53% do rebanho bovino brasileiro: 1) Mato Grosso: 29 265 718 cabeças, 2)

¹ Nível do trabalho: Mestrado - Trabalho concluído

² Laboratório de Estudos Sociais-LAES/INPA- Doutorando em Biotecnologia-UFAM - billacres@gmail.com

³ Laboratório de Estudos Sociais-LAES/INPA - Doutor em Geografia - rei@inpa.gov.br

Minas Gerais: 23 907 915 cabeças, 3) Mato Grosso do Sul: 21 553 851 cabeças, 4) Goiás: 21 744 650 cabeças e 5) Pará: 18 262 547 cabeças.

O PIB destes estados é respectivamente: 1) 80. 830 bilhões de reais (MT), 2) 403. 551 bilhões (MG), 3) 54 bilhões (MS), 4) 123.926 bilhões (GO) e 5) 91.009 bilhões (PA). (IBGE, 2014). Com estes dados identificam-se diferenças espaciais e a idéia de que a existência de dinheiro no território não ocorre da mesma forma (SANTOS, 1999). Identifica-se a região Centro-Oeste como à maior em efetivo bovino no Brasil, isto é, em produção, não em consumo, para quem toda a produção é feita?

O Centro Oeste, ao lado da região Norte, fez com que a sua participação no rebanho nacional passasse de 2,1% e 24,3%, em 1975, para 19,0% e 34,1%, em 2007, e em 2011 os percentuais de participação são de 34,1 % e 20,3% respectivamente (IBGE, 2011)². Por outro lado, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste tiveram perdas de participação no rebanho nacional equivalentes a 15, 8 e 3 pontos percentuais, no mesmo período, respectivamente (VALENTIM e ANDRADE, 2009).

O PIB da região Norte é de 231.383.000 bilhões de reais, o Amazonas apresenta 64.120 bilhões de reais, e ao lado do Pará (91.009 bilhões) são os que apresentam os maiores PIB da região (IBGE, 2012). No entanto, em efetivo de rebanho bovino o estado do Pará representa 43% da região e o Amazonas somente 3% (IBGE, 2013). Há um contexto na formação territorial paraense que muito difere do amazonense, assim como a infraestrutura de circulação terrestre entre origem e destino da produção, cuja rodovia Belém-Brasília (BR-010) tem papel fundamental, assim como a Transamazônica (BR-230) e a BR-316 (Belém-Maceió).

Numa perspectiva de *capacidade ociosa* para o esforço de desenvolvimento (RANGEL, 2005)- que é o mal aproveitamento do potencial produtivo existente e- a atuação desta capacidade tem que ser vista por meio de escalas, pois “a escala potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional, nacional etc.” (BRANDÃO, p.16 2008).

A pecuária bovina pode ser interpretada como um recurso ocioso para o Amazonas na escala regional e nacional, na escala local se apresenta como

1

ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2011/tabelas_pdf/tab10.pdf

2

ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2011/comentarios.pdf

um recurso de capacidade produtiva no sul do estado, onde o município de Boca do Acre com 360.277 cabeças de gado vacinadas se apresenta como o maior em efetivo bovino do estado (BILLACRÊS, 2013), mas há potencialidades, capacidades ociosas no Amazonas que fazem com a pecuária não se expanda, desde que questões ambientais, sociais, logísticas e estratégicas para empresários e políticas públicas, entre outros.

Esta preocupação com escalas ocorre, conforme Santos (1999) nas atuais condições, os arranjos espaciais se dão em constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores, na forma de se fixar e se espalhar pelos circuitos de produção e consumo.

Mas antes de analisar, é preciso compreender e identificar os motivos das forças (centrípetas e centrífugas) que promoveram ou se opuseram as concentrações espaciais de tal atividade econômica, - pois, a geografia econômica é o estudo de onde a atividade econômica ocorre (FUJITA, KRUGMAN, VENABLES, 2002) por meio de totalidades, no qual o conceito de Formação sócioespacial contribui, visto que “abarca a totalidade da unidade da vida social” (SANTOS, 2008).

Partindo do pressuposto que a Formação Social expressa à unidade e a totalidade da infraestrutura e da superestrutura (esferas econômica, social, política e cultural) existindo uma determinação específica das variações históricas (CRUZ, 2003). Neste sentido, o enfoque teórico-metodológico é de que a formação sócioespacial é a possibilidade metodológica de apresentar a dimensão espacial como a expressão da relação entre infraestrutura e superestrutura (CRUZ, 2003), no qual, a espacialidade bovina brasileira é produto e produtora.

DESENVOLVIMENTO

O fator Estatal

Uma das análises com o Estado é pelo fato dos interesses políticos e econômicos (nacionais e internacionais) terem criado rugosidades e reajustados rugosidades antigas na região amazônica. Como a “região” amazônica não possui existência autônoma, uma breve discussão, do papel do Estado, se torna importante, pois, se não ela seria uma “abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo” (SANTOS; 2008: p.43) e um equívoco acreditar que o Estado se tornou desnecessário (SANTOS, 1999).

Como uma instituição, que acima de todas as outras, tem como função assegurar a dominação e a exploração de classe, (BOTTOMORE, 2001), assim como potencialidades emancipatórias o Estado se reproduz cotidianamente

(história em movimento e estruturação geográfica), visto que há conflitos pelo seu controle, acesso e influencia em proximidade com o mercado ou processos econômicos dominantes.

Cabe ressaltar, que o Brasil desde a metade dos anos 70 experimentou uma integração e desintegração no contexto da economia mundial (SMITH, 1988), que influenciou na organização espacial do território nacional, reproduzindo e ampliando as desigualdades no território. Com isso, a dialética do espaço- parafraseando Santos (2008)- do “Terceiro mundo se dá então entre o Estado-Nação e as atividades modernas, principalmente as empresas multinacionais e os monopólios”. (p.46); que no Brasil ocorreram de forma intensiva e acelerada neste período, principalmente, pós-guerra e período comumente conhecido como neoliberalismo dos anos 80 do século XX.

A diferenciação do espaço nacional de acordo com a divisão territorial do trabalho, conforme Smith (1989) é profundamente sensível ao ritmo da expansão e da crise do capitalismo. Deste modo, ratifica-se a assertiva de Santos e Silveira (2008, p.260) de que: “O território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações”.

Essas diferenças seriam a concretude da sensibilidade da expansão ou da crise, proporcionando, uma gama de classificações, como zonas de densidade e rarefação; de fluidez e viscosidade; espaços de rapidez e lentidão; espaços luminosos e espaços opacos (SANTOS e SILVEIRA, 2008). Os espaços da pecuária bovina acabam se encaixando a tais classificações, pois, como uma mercadoria e resultado de relações sociais de produção (comercial e política) ela constitui aos ritmos do capital.

Michels (2000) analisando o desenvolvimento histórico da pecuária bovina no Brasil apresentou que, em poucas exceções ou momentos de crise internacional a carne brasileira alcançou de forma significativa os mercados internacionais, pois de forma geral, a cadeia produtiva da carne bovina esteve restrita ao mercado interno, devido a fatores como a ocupação do território, a formação de grandes regiões produtoras vinculados ao mercado interno como fornecedoras - no início para núcleos urbanos em formação e, posteriormente, de gado em pé para abate nas regiões próximas aos centros urbanos, a formação da cidade de Marabá (Pará) exemplifica muito bem esse processo (VELHO: 1972).

Mamigonian (1986 *apud* MICHELS, 2000) ao abordar o processo de desenvolvimento da pecuária na região Centro-Oeste aponta a lógica voltada para o mercado interno, pois ele demonstra que a abertura das fazendas do sul de Mato Grosso no século XIX esteve ligada a expansão de três áreas pecuárias distintas: norte de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul,

sendo a primeira responsável pela estruturação de gado no Pantanal, enquanto as outras desbravaram o planalto, os mineiros se localizando nos cerrados e os gaúchos nos campos de Vacaria, no extremo sul.

“A concentração regional de capital é resultado direto da tendência para a centralização espacial, mas não é um processo tão separadamente definido quanto na escala urbana, há muito mais coisas envolvidas” (SMITH, 1998 p.207). Um exemplo foi à concentração espacial, na região do Brasil Central, que influenciou a criação do Estado de Tocantins entre outros, onde a economia de indústria frigorífica ganhou dimensão política e ideológica, uma vez que foi capturado pelo Estado no sentido de propiciar a sustentação do desenvolvimento industrial brasileiro (ao menos em discurso), revelando uma situação de deficiência no atendimento de ambos os mercados, sobretudo o interno sempre em crescimento. Tratou-se de uma enlaça política da produção pastoril de corte por parte do poder público, tendo em vista a execução das estratégias para a busca do desenvolvimento econômico nacional, mas ficou submissa ao capital em detrimento de sistemas ambientais e da expropriação no campo. Desse modo discursos como o “de garantia de acesso ao consumo da carne bovina as categorias sociais de baixa renda” tornaram-se sinônimo do desenvolvimento econômico brasileiro. (BENITEZ *apud* MICHELS, 2000), ao menos no discurso, visto que a realidade é bem diferente.

A intensificação da produção de carne bovina brasileira no comércio internacional ocorreu no período entre as guerras mundiais, sendo a primeira exceção do produto no mercado externo:

Após a Primeira Guerra, a pecuária de corte começou a ganhar importância cada vez mais profunda dentro da economia agrícola nacional. O Rio Grande do Sul e a região Centro-Oeste começaram a atender o mercado internacional europeu, sempre em quantidades crescentes, enquanto, porções menores eram destinadas ao mercado interno. Aos poucos, as exportações foram ganhando importância, substituindo, inicialmente, a queda das exportações de café e borracha (BENITEZ *apud* MICHELS, 2000 p. 89).

Entre os meados da década de 10 e final dos anos 30 a produção de carne brasileira esteve mais voltada para o mercado externo, entretanto, a partir de 1935 os representantes da economia de mercado começaram a dividi-la com o mercado interno as atenções destinadas ao mercado externo, em virtude da sua crescente importância, reflexo do desenvolvimento econômico brasileiro. Mas, após a Segunda Guerra, considerando o reinício dos fluxos comerciais entre os países, retomou-se o debate no Brasil quanto à priorização da produção para o mercado interno em crescimento ao mercado

externo, e o Estado de caráter autoritário reformista, modernista, planejado, organizado após 1964, desmobilizou o debate e reformulou a política de exportação condicionando-a a redução dos preços dos bovinos para o abate no mercado interno (*IBID*, 2000).

Isto num período onde a industrialização deu origem a um vigoroso modo de produção capitalista no interior de uma economia agroexportadora com forte setor natural. (MAMIGONIAN, 1989)

O conflito entre os interesses sobre o mercado externo versus interno foi sendo controlado pelo governo, de caráter autoritário, praticamente impondo que a produção se voltasse para o mercado interno, com demanda crescente, devido ao grande processo de urbanização. Os padrões de consumo da carne no Brasil, diferentemente das importadas, não incluíam exigências quanto à aspecto, forma. Normalmente, o consumo se dava na forma de charque (*IBID*, 2000), a carne salgada, visto também as deficiências no acesso a energia elétrica e equipamentos de frigorífico. Dessa forma, observa o Estado como um agente ou instrumento subordinado às forças externas, mas como uma instituição independente, com interesses e propósitos próprios; servindo aos interesses da classe dominante que se associam aos que controlam o Estado e os que possuem os meios de atividade econômica (BOTTOMORE, 2001).

O desenvolvimento histórico da cadeia produtiva da carne bovina brasileira originou-se com conflitos diversos entre os agentes, e com a tentativa de intervenção governamental para regular essas relações, sobretudo com o objetivo de atender as demandas do mercado interno. A carne para o mercado interno teve papel significativo até os anos 90, pois, houve conflitos entre o governo e os pecuaristas em relação ao abastecimento deste mercado (interno). Estes conflitos não eram relativos a mercados, mas ao preço pago pelos animais, pela indústria frigorífica, considerando o tabelamento de preços impostos pelo governo federal. Para o mercado externo, a venda da produção brasileira de carne bovina, por muito tempo, foi pouco significativa, com exceção durante as grandes guerras mundiais. A produção brasileira formou-se e desenvolveu-se para atender, predominantemente, o mercado interno. (MICHELS, 2000), visto que as exigências sanitárias para o mercado externo são excludentes para a maioria dos produtores internos.

O Estado se modifica, ou altera sua função, de acordo, com as determinações políticas e econômicas que envolvem o capital, usufruindo de seus poderes, promovendo e aceitando ideologias, que não são de fato para favorecer a sociedade como totalidade e sim setores da sociedade e beneficiar grupos econômicos que associam seus ideais aos do Estado, e este por sua vez, criam condições espaciais para que os grupos econômicos possam atingir

suas metas. A pecuária bovina como apresentado acima foi influenciada por estas ações do Estado com grupos econômicos nacionais e internacionais, sendo, por certo modo, sua organização espacial no Brasil, atualmente, promovida por estes fatos, incluso a questão fundiária e financiamento público de fazendeiros.

Internamente, o Estado-Nação subdesenvolvido como é o Brasil, apresenta desigualdades de desenvolvimentos regionais, no qual, criam-se pólos de desenvolvimento e áreas subdesenvolvidas, pois, o próprio capital utiliza seu movimento de “*vaivém*”¹ no espaço territorial determinado. Isto porque o uso desse espaço é seletivo (SANTOS, 1999), na qual a intensidade de/ e do capital é diferenciada de acordo com seus interesses (dos agentes dominantes), havendo assim experiências diferenciadas de desenvolvimento e diferentes trajetórias, vias e escalas da polimorfia do sistema capitalista (BRANDÃO, 2008).

Como a produção da pecuária bovina, nesse período do século XX, como anteriormente, esteve voltado para o mercado interno, dilatava e ao mesmo tempo integrava o espaço brasileiro, formando uma configuração espacial na divisão territorial do trabalho, tendo a indústria como epicentro. O exemplo foi às indústrias frigoríficas no Centro-Oeste, que foi proporcionada uma dimensão política, para o objetivo de atração do desenvolvimento industrial brasileiro. Tal indústria é na produção de semielaborados, a carne cortada e resfriada, e não uma indústria de alimentos enlatados, semiprontos entre outros com maior complexidade tecnológica de produção e investimento de capital.

O Estado é caracterizado como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação do capital, se relacionando de alguma forma com uma fração do capital (BOTTOMORE, 2001). A pecuária bovina acompanhou essa desigualdade espacial, sendo sua própria distribuição influenciada por este processo (FIGURA 1). Pois é bom ressaltar, que o desenvolvimento não se propaga de forma difusa pelo espaço, como afirmava Perroux, mas, que se concentra em certos pontos, criando desequilíbrios em relação às áreas vizinhas, talvez, propagando-se posteriormente, a partir desses núcleos, pelas diversas áreas.² Com isso:

Nos países subdesenvolvidos, o problema dos desníveis de desenvolvimento regional tem origem bem diversa e apresenta características próprias em cada um deles. Geralmente, nesses países as áreas especializadas em

¹ Neil Smith (1988).

² Ver o livro de Manuel Correia de Andrade- Espaço, polarização e desenvolvimento: Uma introdução a economia regional.

produtos de exportação, em consequência dos investimentos de capitais estrangeiros, crescem economicamente por estes setores atingidos por estes capitais, atraem habitantes, obtêm elevada renda per capita e se distanciam das áreas dedicadas a outras atividades econômicas, sobretudo de subsistências. Cria-se desse modo, dentro de um mesmo país, uma dualidade, áreas ou regiões econômicas com diversidade de nível de desenvolvimento tal que fazem com que as mesmas se distanciem no tempo e no espaço. (ANDRADE, 1987 p.53).

Isso aconteceu no Brasil, onde os espaços econômicos- estes, onde quem possuía as decisões eram as grandes empresas- encontrava no lado do Estado, uma remodelação do espaço geográfico para dotar certas partes do país das condições de circulação indicadas como indispensável para a abertura ao comércio externo. Com isso, enfatizando que “Nos países de maior extensão territorial e que também são países com grandes disparidades regionais e de renda, o processo de criação de fluidez é seletivo e não igualitário” (SANTOS, SILVEIRA, 2001 p.261).

Desta forma, a década de 70 vai encontrar a indústria concentrada num pólo e, ao mesmo tempo, a agricultura em franca marcha de disseminação, por conta dessa concentração da indústria na região sudeste a concentração de população também se concentra nas cidades desta região, configurando o espaço em desequilíbrio, onde a solução encontrada foi a desconcentração da indústria e a modernização e disseminação da agricultura em que a indústria se aproxima da terra e encontra a agricultura. (MOREIRA, 2011; SANTOS, SILVEIRA, 2001). A pecuária bovina brasileira teve um importante salto no começo dos anos 60 e no começo dos anos 80, onde em vinte anos, o rebanho bovino dobrou quantitativamente. Mas, a progressão numérica é bem diferente conforme as regiões. Em 1940, o essencial da pecuária bovina era elevado na região Sudeste, em torno de São Paulo e Minas Gerais, em seguida os pampas da região Sul e o sudeste Semi-Árido. A região Centro-Oeste era ainda pouco representada e o norte amazônico praticamente inexistente. Esta primeira progressão foi sensível ao sudeste do país, devido o desenvolvimento industrial desta região. A região Sul, nos anos 60 e 70 aumentou seu rebanho, por conta da introdução de matadores de exportação, notavelmente para a Europa. A pecuária do Centro-Oeste começaria a se desenvolver fortemente com a colonização agrícola, sendo essencialmente desenhada ao crescimento da pecuária bovina nos anos 80 e 90. E a emergência da região Norte, como uma região de pecuária importante.¹ A evolução da pecuária bovina acompanhou a abertura de

¹ Baseado no *Le dossier Économique de l'élevage* intitulado *Brési: Le Zébu conquérant* do Institut de l'élevage em 2004.

novos pastos, com sua intensificação, e notavelmente com a introdução de novas estradas, onde o Estado criava condições para a instalação de empresas internacionais, sendo assim, exercendo sua função; pois existem necessidades nacionais, cuja satisfação interfere na organização do espaço do local, tais como as estradas, os impostos, política comercial e protecionismo, lembrando que a resposta desta satisfação é sempre num ponto preciso do espaço regional¹. (SANTOS, 2008).

¹*Por uma Geografia Nova.*

FIGURA 1: Distribuição espacial de rebanho bovino: Este mapa apresenta a distribuição espacial de bovino por biomas no país no ano de 2008.



Nº de cabeças	
○	10.000 a 25.000
△	25.001 a 100.000
▲	100.001 a 500.000
▲	Acima de 500.000

Biomas	
	Amazônia
	Catinga
	Cerrado
	Mata Atlântica
	Pampa
	Pantanal

Fonte: http://geofpt.ibge.gov.br/atlas/atlas_nacional_do_brasil_2010/3_socieda_de_e_economia/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_229_evolucao_do_rebanho_bovino_nos_biomas.pdf

Impactos de uma economia política do Capital para o macrodomínio amazônico.

O que falar da Amazônia brasileira? Principalmente na temática de pecuária bovina? Sabe-se que é um macrodomínio¹, nos dizeres de Ab'Sáber (2003), destacada pela extraordinária continuidade de suas florestas, sendo, um domínio de terras baixas florestadas, disposto em anfiteatro, enclausurado entre a grande barreira imposta pelas terras cisandinas e pelas bordas do planalto brasileiro e Guianense. Mas o que isso representa na pecuária bovina? A organização desta atividade foi pela "... produção de espaços antrópicos sobre as heranças da natureza na região" (AB'SABER 2003, p.74). A pecuária aparece no período colonial, principalmente na região de Belém do Pará, em criações na borda da cidade, eram pequenas criações, que posteriormente se interconectaram com tropas vindas do Maranhão e antigo norte de Goiás (atual norte do Tocantins).

Analisando o Estado-Nação como um espaço², este se apresenta como um espaço político, carregado de estratégias e ideologias³. Sendo desta forma, carregado de contradições espaciais, porque é criada sua produção tanto concreta quanto mental, e é um espaço específico, portanto, qualificado. O espaço nacional brasileiro, não escapou a tal regra de contradição, usando de estratégias e ideologias para dissimular tais estruturas de desigualdades e injustiças espaciais.

Estes equívocos espaciais podem ser relacionados às questões da *terra*, esta vista, como lucro extraordinário⁴. A partir da década de 70 do século XX, se acentuam os conflitos de terra no Brasil, principalmente pela alta concentração da propriedade da terra, pois, havia (e há) "Pouca gente com muita terra (...) e muita gente com pouquíssima terra", nas palavras de Martins (1985), que ainda enfatiza que a distribuição desigual tem uma história no Brasil e que as transformações econômicas que ocorreram se deve a uma legislação fundiária que força a expulsão, que dificultou o acesso a propriedade da terra, dando ênfase a um personagem principal nessas lutas o *posseiro*, pois, no Brasil não se vendia terra e sim título de propriedade.

¹ O uso do termo *domínio*, ao invés de *região*, é pelo fato, de se acreditar que o primeiro é mais conveniente para designar unidades físicas, estruturais, climáticas e morfológicas. É, também, o termo que deveria ser empregado a propósito dos fenômenos ligados à atividade humana, como domínio de trigo, domínio de vinho e domínio da pecuária. Enquanto, o segundo termo, Esta associado a idéia de organização realizadas pelo homem na superfície do planeta. Esta discussão aparece em Cholley no livro de Andrade (1987).

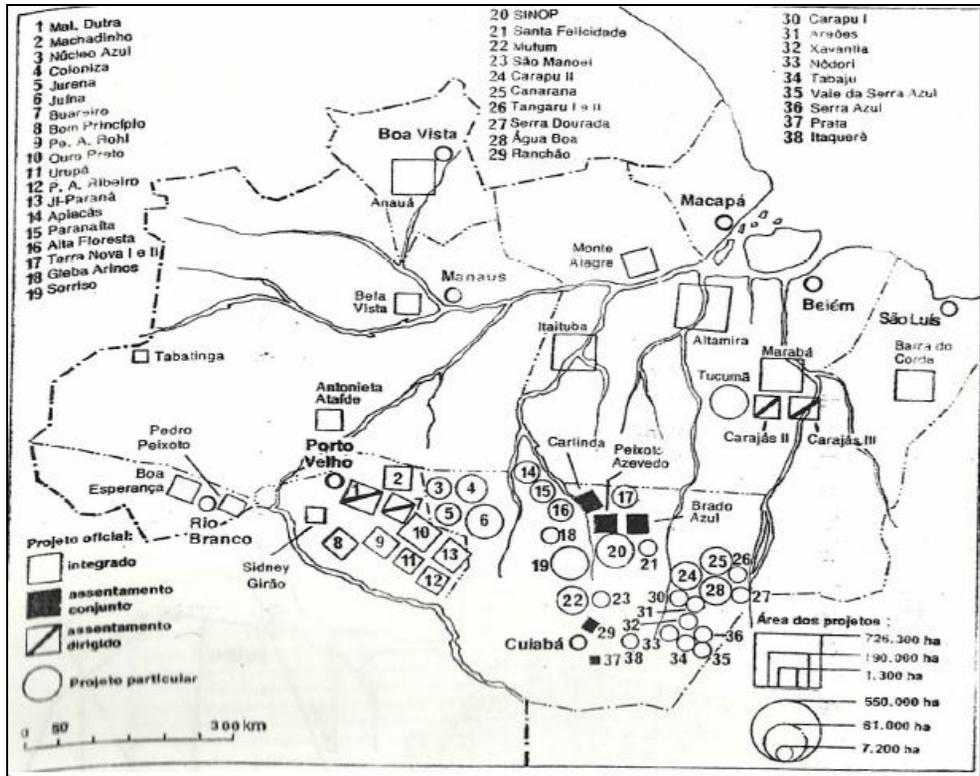
² Como proposto por Santos (2008)

³ Henri Lefebvre (2008): *Espaço e Política*.

⁴ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990)

Martins (1985) ainda observa duas formas de acesso a terra nesse período. De um lado o proprietário, o empresário capitalista, que com o título na mão explora economicamente a sua propriedade em estilos de grandes fazendas; e do outro lado, em áreas mais pobres, o posseiro, que podia durante anos permanecerem na terra, mas futuramente eram expulsos. A complicação ocorre a partir de 1964, a partir do Estatuto da terra, quando o Estado oferece apoio econômico através de incentivos fiscais, sobretudo a partir de 1966 com a legislação do SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), dando apoio econômico as grandes empresas capitalistas que quisessem se instalar no campo, estendendo seus negócios; nesta forma, o governo brasileiro passa a fazer doações de recursos públicos às grandes empresas que quisessem se dedicar a agropecuária, constituindo na região amazônica, aquilo que Oliveira (1995) denomina de *Amazônia Violentada*. “O Estatuto (da terra) é concentracionista, ele não é distributivista” (MARTINS, 1985 p.71). A região amazônica foi uma área reservada para acomodar os produtores das áreas de tensão que foram removidos, devido aos conflitos. Contudo, o próprio governo produziu uma legislação de incentivos fiscais para a ocupação empresarial da região amazônica, as terras que estavam destinadas aos pequenos produtores passaram, também, a serem destinadas as grandes empresas. (FIGURA 2)

FIGURA 2: Projetos de Colonização na Amazônia Legal- Os pontos de atuação dos projetos de colonização, com destaque para o Estado de Mato Grosso e Pará, posteriormente os maiores efetivos de Rebanhos Bovinos. (Título do mapa adaptado).



Fonte: Mariana Miranda (1990)

Com isso as transformações ocorridas ocasionaram novas relações de poder, onde outros agentes passaram a ocupar o quadro regional, sendo a criação de municípios a expressão dessas mudanças. Os agentes, basicamente grupos empresariais como o Bradesco, Volkswagen investiram sua capacidade para a pecuária e com os incentivos fiscais se estabeleceram na região de forma rentista. Para minimizar a situação de terras oferecidas para as grandes empresas e de terras como “solução” para os pequenos produtores que imigraram, o Estatuto da terra falou em colonização, neste processo, retiravam-se os posseiros das áreas que iriam ser colonizadas para colocar os pequenos produtores. A retirada dos posseiros se deu pelo fato destes não pagarem renda, pois, ele é um ocupante da terra, não pagando tributo. Existiam dois processos de colonização, o público (realizados pelo Estado) e o

particular (realizados pelas grandes empresas), a ênfase se dava no segundo tipo, pois, alguém estava vendendo, ou revendendo as terras, recolhendo a renda fundiária, cobrando um tributo sobre a ocupação da terra. Desta forma, a Fronteira amazônica, como fruto da formação sócioespacial da época e que marcou e ainda marca o norte brasileiro no seguinte contexto conforme Costa (2004) :

No Brasil agrário a formação ao longo dos tempos de diversas fronteiras (paranaense, paulista, amazônica) e das frentes (gado, cana, ouro, borracha, fumo, entre outras). As Fronteiras agem como formadoras e consolidadoras de latifúndios (variável no tamanho e no tempo histórico) e de mobilidade de contingentes sociais satelitários no processo proporcionado pelo capitalismo, como índios, camponeses posseiros e/ou sem terras.

A abordagem acima pode ser considerada uma imagem *sobre* a região, onde aparece como uma posição-chave trazendo impactos para a Amazônia, conforme, Hébette (2004), autor que traz uma abordagem *da* região aponta que:

A colonização adota por objetivo, nesta altura, responder as tensões sociais crescentes, tanto no campo quanto nas cidades: no campo, onde se multiplica o número de trabalhadores sem acesso a terra; nas cidades, onde se acumulam os excedentes de mão de obra não absorvidos pela indústria. (p.83)

Para Costa (2004):

Com o capital já bem enraizado em várias cidades brasileiras, foi necessário mover a forma de lucro, criando “novas” terras e ignorando as populações locais. Dessa forma, é criada no Brasil as frentes de expansão, como as do Paraná e São Paulo, a do Centro Oeste e da Amazônia. E o que aconteceu até a década de 80 do século XX no Brasil ocorreu nos Estados Unidos no século passado, que foi a criação de Fronteiras. (2004:41).(…) A Amazônia brasileira, com toda a sua pluralidade de um mega-domínio natural de tropicalidade foi, o locus da ação de políticas que visavam a integração maior às escalas de economicidade (nacional e internacional) do capitalismo, em detrimento das populações locais e dos grupos sociais com menor força política nos centros de decisão político-administrativos do País.(2004:56)

A colonização, de acordo com Costa (2004) e Hébette (2004) foi um dos fenômenos mais marcantes da Amazônia, pois, com o objetivo de resolver os problemas fundiários de outras regiões, principalmente no nordeste, com a expansão da soja, a vinda de colonos, fazendeiros e especuladores de terra culmina com a formação de uma nova espacialidade, chocando-se com a anteriormente estabelecida, onde encontraram diversos sujeitos sociais remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas, com isso como aponta Gonçalves (2010) a “Amazônia é sobretudo diversidade”, pois “É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia” (GONÇALVES, 2010 p.54). Desta forma, a colonização da Amazônia é reprodução da acentuada distribuição desigual das estruturas fundiárias do Brasil e contraditoriamente a potencialidade de superação de dificuldades e busca de solidariedade aos povos oprimidos.

E o que isso influenciou na pecuária amazônica? A formação territorial inicial do Brasil teve origem na ação de três vetores, drogas do sertão (a biodiversidade, principalmente vegetal, dos tempos de hoje), a busca de minérios e a expansão do gado. O gado no processo de organização do espaço amazônico foi conseqüência e fator desta organização, pois ao lado da agricultura, a pecuária bovina foi um alicerce para as atividades extrativistas, porque abasteciam com carne e couro os mercados locais ou deslocando as mercadorias de exportação para as cidades.

Com a política do governo ditatorial de colonização e de assentamento na Amazônia estabeleceram-se dois tipos de agropecuária. A primeira, de fazendeiros que constituíram áreas superiores a 1.000 hectares, são os que apresentam um rebanho elevado, de pecuária leiteira e de engorda e corte. São geralmente *patrões* de outros negócios, absenteístas, como comerciantes, mas que tem investimentos em terras; eles vivem em cidades confiando seus domínios a um gerente, empregado, a terra é de negócio.

A segunda é de agricultura familiar ou camponesa, a pecuária bovina não é uma atividade como as outras, que fornecem leite e carne. Os agricultores cultivam milho, feijão, arroz e mandioca e outros para o autoconsumo e mercado local; cuidam do gado dos fazendeiros ou alugam um setor de seus lotes para pastagem do gado dos fazendeiros e como pagamento ficam com os bezerros, como no caso do gado de meia (de metade, para cada dois bezerros um fica como pagamento) e aumentam seu rebanho e se organizam para a produção de carne e leite, porque a pecuária bovina é considerada uma *poupança segura*, pois tem uma menor flutuação e preço se comparado com o arroz, milho, feijão e mandioca e em caso de emergência, como doença, tem venda relativamente fácil; a terra é de trabalho.

Atualmente, o rebanho bovino amazônico, responsável pelo crescimento do rebanho nacional, está concentrado em quatro estados: Mato Grosso, Pará, Tocantins e Rondônia, sendo os dois primeiros os principais produtores. O Amazonas, ao lado de Roraima e Amapá são os que apresentam taxas de crescimento relativamente pequenas. Os frigoríficos registrados no serviço de inspeção federal estão concentrados nos principais estados produtores, indicando principais zonas produtoras (FIGURA 3). As causas para o crescimento da pecuária na região é ocasionada pela herança de processos da década de 70 do século XX (expropriação violenta de moradores tradicionais), pelos fatores de melhor produtividade resultante das condições agroclimáticas e o relativo baixo preço das terras na região, além do mais, contou com capital público disponível para investimentos na forma de crédito subsidiado e oriundo da venda de madeira, assim como de rodovias que conecta aos mercados consumidores, assim como precária fiscalização ambiental para combater desmates para formação e pastagens.

Nesse contexto, a pecuária bovina foi sensível a mudanças na legislação ambiental e inserção do Plano Real em 1994, apesar das incertezas das variações de políticas públicas realizadas nesta região mostra uma relativa intensidade na reprodução da pecuária. Contraditoriamente os desmates para a formação de pastagens, os processos de violência para expulsão de posseiros e indígenas para consolidação de fazendas projetaram novos significado à Amazônia, entre eles o de preservação e fortalecimento de questões ambientais e sociais com respeito aos chamados povos da floresta e a uma imensa criação de ong's, institutos e secretarias de meio ambiente e disseminação do ideário de sustentabilidade.

Em toda a Amazônia Legal, os satélites do Inpe identificaram, no ano de 2013, desmatamento na ordem de 5.843 quilômetros quadrados, número 27,8% maior que o registrado, em 2012, quando 4.571 quilômetros quadrados de área tiveram a remoção completa da cobertura florestal. Os estados com as maiores áreas de desmatamento são: Pará (2.379 km²), Mato Grosso (1.149 km²), seguido por Rondônia (933 km²); Amazonas (562 km²); Maranhão (382 km²); Acre (199 km²); Roraima (185 km²); Tocantins (43 km²); e Amapá (11 km²).¹

¹ <http://www.brasil247.com/pt/247/amazonas247/151389/Aumenta-desmatamento-no-Amazonas-aponta-Inpe.htm>

FIGURA 3: Abatedouros Bovinos na Amazônia Legal



Demonstra a distribuição de abatedouros bovinos, destaque para os Estados de Mato Grosso e Pará, os maiores produtores de pecuária bovina. Esta figura é de 2009, atualmente o Estado do Amazonas, possui somente um abatedouro Bovino com SIF, que se localiza no Município de Boca do Acre, no qual, é o maior detentor de rebanho bovino do Estado.

Fonte: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira 2009 com base em dados do MAPA

Conforme Parsons (1976 *apud* COSTA e ITNHETVIN *apud* GOMES 2011) os primeiros registros de gado na região amazônica remontam ao século XVII – período que na Europa a forma econômica era de um capitalismo concorrencial e a forma política era um absolutismo – mais precisamente 1644, quando desembarcaram em Belém as primeiras cabeças. Quatro décadas depois a ilha de Marajó já contava com extensos latifúndios que se prestavam a criação animal.

Conforme o relato de Soares (1963):

O meio amazônico, sujeito aos rigores de altas médias termométricas e excessiva umidade, não oferece condições ideais a criações de gado bovino, chegando a ser impróprio à criação do gado europeu. Tais condições climáticas

favorecem a ocorrência de zoonoses e o ataque aos animais por diversos parasitas poucos comuns nas zonas de clima temperado. Além disso, a região não conta, via de regra, com boas pastagens nativas, dada a pobreza observada de seus solos (SOARES, 1963 p.165).

O comentário menospreza outras raças de gado, como as indianas que se adaptaram muito bem ao clima amazônico, a capacidade tecnológica em vacinas e suas políticas de controle de doenças e as políticas de favorecimento em créditos para desmatamentos para formação de pastagens, enfim ações territoriais de impactos espaciais.

A solução foi o cruzamento do gado crioulo com mestiços de raças indianas havendo melhoras, a principal foi o aumento de peso. Soares (1963) apontou outros cruzamentos, maior ou menor com raças Guzerate, Nelore, Gir e Indubrasil. Contudo, o Zebu com fácil aclimação, devido a sua rusticidade, veio melhorar o rebanho amazônico, fazendo com que os fazendeiros de mais recursos financeiros importassem do sul do país reprodutores desta raça para melhorar os seus rebanhos.

O zebu teve maior destaque na ilha de Marajó, devido as suas características: rusticidade, saliência muscular, e fácil adaptação ao clima equatorial, tornando-se um recurso econômico, pois o gado vivia na ilha, em pantanais, terras inundáveis periodicamente pelas enchentes, com isso sujeitavam os fazendeiros a longas caminhadas a procura de locais mais altos.

Os campos de Marajó, Rio Branco, Mato Grosso e Goiás eram as poucas áreas de campos abertos em que se limitava a pecuária (CASTRO, 2007). Essas áreas de concentração bovina facilitaram o abastecimento das cidades da região, ainda que existisse uma precariedade em estradas para áreas e mercados mais distantes:

Estima-se em mais de 1 milhão de cabeças a população bovina da Região Norte (1950), da qual aproximadamente 50% se encontram nos campos de Marajó e 15% nos campos do Rio branco. A ausência de charqueadas e frigoríficos na região, faz com que somente 6% do seu rebanho sejam aproveitados, pois, o gado é levado vivo aos centros de consumo e em quantidades insuficiente para abastecê-los, enfrentando as maiores dificuldades de transportes (SOARES, 1963 p. 171).

Os empecilhos com o transporte dificultaram os abastecimentos de carne e de leite, sendo esta falta de fornecimento devido a ausência do Estado na construção de estradas na Amazônia. Segundo Castro ([1946] 2007) “O

leite existe apenas para algumas poucas cidades importantes, que contam com o abastecimento embora reduzido e sem controle sanitário”.

A melhora e a propagação dos rebanhos bovinos junto com uma capacidade maior e melhor de transporte em estradas, energia elétrica e frigoríficos, assim como portos, barcos e aviões possibilitariam para a região o abastecimento de carne, leite e derivados, como contribuiria também para a economia amazônica com as exportações. As melhoras ocorreram com a introdução do búfalo de raça *bos bubalus*¹, bovídeo com a capacidade de resistência ao clima amazônico, em Marajó e no território do Amapá viviam em currais de campos alagados, a beiras de lagos.

Os búfalos apresentaram maior porcentual de carne e gordura no leite, resistência às doenças na região proporcionadas pelas alagações periódicas, resistência física as áreas de pântanos, sendo indicada como as espécies mais recomendadas a criação na várzea amazônica.

Considerando estas razões, “o Instituto Agrônomo do Norte importou diretamente da Índia exemplares selecionados desses bovídeos” (SOARES, 1963), acontecendo em Marajó, principalmente, esta proliferação e até mesmo em alguns casos a substituição pelos búfalos.

A exploração extensiva também se tornava um entrave para a pecuária na Amazônia, pois havia um descuido com os cuidados veterinários, pequena parte do rebanho recebia somente estes medicamentos que protegiam contra as epizootias.

Não seria exagero dizer que não existe na Amazônia qualquer *tipo zootécnico* definido de gado e o exame das aptidões que possuem não fornece indicações de que tais tipos possam estabilizar-se em curto prazo, malgrado os serviços que hoje, com a colaboração da SPVEA, o Instituto de Zootecnia realiza em Marajó, objetivando o melhoramento do gado através de práticas de inseminação artificial e controle de epizootias (CASTRO, [1946] 2007 p. 48)

Deste modo, a pecuária na região, que é o resultado da introdução de gado pelos portugueses, teve vários empecilhos: formação de mão-de-obra qualificada, ausência de estradas e embarcações adequadas, ação sanitária precária ou inexistente contra doenças e concentração em grandes fazendeiros concentradores de terras. No entanto, com rendimentos baixos, porém rendimentos, a pecuária extensiva da região tornou-se uma das principais

¹ Dado de Lucio de Castro Soares (1963), segundo o autor é uma raça indiana e introduzida no Marajó via Guiana Francesa.

fontes de economia excludente da Amazônia, tendo o auxílio do poder público para seu crescimento a ocupação de novas terras via expulsão de índios e posseiros. A pecuária não foi pensada para o camponês, foi estruturada para a instalação de latifúndios. Posteriormente, pós década de 70 do século XX que a atividade se estruturou como elemento da economia regional e nacional, com grandes quantidades de capital a maior fortalecimento de cadeias produtivas de carne e seus derivados, isto é, coma indústria e isso inclui a disseminação das churrascarias.

CONCLUSÃO

A pecuária bovina na formação sócioespacial brasileira se apresentou com importante papel na estruturação de regiões *novas*, visando substituir ou mesmo expulsar as atividades anteriormente existentes. Isto, porque a pecuária bovina no primeiro momento não apareceu com ênfase para o comércio exterior, foi um movimento para consolidação de classe de proprietários de terra e de mercado interno, tendo somente importância interna para a produção de alimentos e transporte de cargas, sendo assim, com pouca importância para o mercado exterior, mas com importância na estruturação do interior brasileiro, onde fez parte do processo de consolidação do Brasil Colônia, Império, Repúblicas e até os dias atuais.

Na região amazônica, principalmente na de Belém, a atividade pecuária foi vista como um dos elementos de consolidação e expansão territorial, os primeiros registros remontam ao século XVII, incluíam a região de Soure no Marajó, e paralelo ao rio Tocantins, eixo de contato com o Brasil Central. Na Amazônia ocidental remonta ao século XVIII ligada as atividades suporte para Manaus, e criatórios as margens do rio Madeira.

A pecuária bovina atuou em diversos pontos do espaço territorial brasileiro, com diferentes relações, mas com a mesma meta que é de fortalecer classes políticas fundamentas na terra como fonte de poder e monopolizar o acesso a terra, de forte conteúdo e tradição de exclusão social, a UDR (União Democrática Ruralista) é um exemplo e o MST (Movimento dos Sem-Terra) uma forma de resistência ao latifúndio. Quanto a abastecer os centros de mercados próximos ou distantes foi uma atividade secundária ou terciária. Atualmente o cenário da pecuária também é ligado às empresas de capital aberto, com forte estrutura produtiva, incluindo controle sanitário, e força no cenário político nacional. Há políticas públicas para a agricultura familiar camponesa ter acesso à formação de pequenos rebanhos.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento: uma introdução a economia regional**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. Editora HUCITEC. IPESPE, São Paulo – Recife, 1995.
- ARIMA, Eugênio; BARRETO, Paulo; BRITO, Marky. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005
- BECKER, Bertha K. et all. **Fronteira Amazônica : questões sobre a gestão do território**. – Brasília : Editora UnB, Rio de Janeiro, 1990
- _____. **Amazônia**. Ática. 1990.
- BILLACRÊS, Máximo Alfonso Rodrigues. **Circuito espacial de produção de carne bovina no estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2001
- BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R.S. (Orgs). *Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador, Editora da UFBA, 2008.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Civilização Brasileira, 2007.
- COSTA, Reinaldo Corrêa. **Xingu-Transamazônica: Linha de Queda, Territorialidades e Conflitos**. Tese (doutorado). FFLCH/Geografia/USP. 2004.
- CRUZ, Maria Clara da. **O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a Geografia**. GEOgraphia- ano V nº9, 2003.
- FUJITA, M; KRUGMAN, P; VENABLES, A.J. **Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ed-São Paulo: Contexto, 2010.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. **A industrialização da América Latina: o caso brasileiro**. In: Fundamentos para o ensino de Geografia. Governo do Estado de SP, 1989

MAMIGONIAN, Armen. **A Geografia e "A formação social como teoria e como método"**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org). O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MICHELS, Ido Luiz Michels. **A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva de carne bovina de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado (em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Formação Espacial brasileira: Uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos**. 5ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

RANGEL. Ignácio. **Recursos Ociosos e Política Econômica**. In: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;

_____. **O papel da Tecnologia no Brasil**. In: Obras Reunidas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2008

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. . **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **O dinheiro e o Território**. GEOgraphia – Ano. 1 – No 1, p. 7-13 – 1999.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.**
Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº6, 1999

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Lúcio de Castro. **Amazônia.** Conselho Nacional, 1963.

VALENTI, Judson Ferreira; ANDRADE, Carlos Maurício Soares de. **Tendências e perspectivas da pecuária bovina na Amazônia brasileira.** *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v. 4, n. 8, jan./jun. 2009.

- VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** RIO de Janeiro: Zahar editores, 1972.

ALGUNS COMPONENTES DE CATEGORIAS CAMPONESA NOS AGRICULTORES DE CARAUARI-AM

Ana Cláudia Narbaes de Carvalho¹
Reinaldo Corrêa Costa²

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação capital no trabalho camponês, averiguando juntamente a dinâmica migratória, no caso dos seringueiros para as comunidades adjacentes da Resex. Durante o mês de outubro de 2013, realizou-se trabalho de campo na Reserva Extrativista do Médio Juruá, na cidade de Carauari-Am. Analisou-se que mesmo hoje em dia, ainda é perceptível a forte atuação do capitalismo sobre o campo, atuando de forma significativa nos camponeses de Carauari, isso se dar por meio do modo de produção dos camponeses, em específico a produção de farinha de mandioca. Na cadeia produtiva da farinha, os camponeses de Carauari participam dos processos de produção e distribuição. Nesta análise é envolvido algumas características indispensáveis de um camponês, tais como *ajuda mutua atividade acessório, jornada de trabalho* e entre outros.

Palavras-chave: Camponês; Capital; Trabalho.

INTRODUÇÃO

Para o entendimento do conceito de camponês nos fundamentamos em Shanin (2005), no qual “o camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo”. O campesinato é entendido como uma classe, mais especificamente, um grupo social, e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou modo de vida (MARQUES, 2008).

Para Martins (2010), uma das características do camponês é dispor dos instrumentos de produção, sendo a terra (lote) o mais importante. O “camponês é livre na medida em que é dono de seus instrumentos de trabalho ou no mínimo, dono de sua vontade quanto ao que produzir como produzir e para quem vender” (idem). Isso se torna relevante no sentido de analisar

¹ Nível de trabalho-Graduação- claudianarbaes@hotmail.com

² Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA - Laboratório de Estudos Sociais-
LAES - rei@inpa.gov.br

alguns gargalos existentes na cadeia produtiva, pois a mesma não surgiu exclusivamente da vontade dos assentados.

“O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1981: 15/16) PAG. 47 “a produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada, pois no capital e no trabalho assalariado.” Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês, como também determinadas podem não aparecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra” (MARTINS, 1981: 170/1 PAG.48)

“(…) è nesse embate teórico que procuramos nos situar, pois entendemos o desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua etapa monopolista como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias.” (OLIVEIRA, 1991).

Dessa forma (HARVEY, 2013) complementa “(...) o dinheiro tem de ser entendido independentemente da circulação do capital. A transformação do dinheiro em capital pode então ser vista como novas configurações dos usos básicos do dinheiro.”.

ÁREA DE ESTUDO

Reserva Extrativista do Médio Juruá

A Reserva Extrativista do Médio Juruá foi criado por um decreto de 04 de março de 1997. Está localizado às margens do Rio Juruá no município de Carauari, Amazonas, e está circundada por outras áreas protegidas como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e a Terra Indígena do Rio Biá. A unidade de conservação ocupa uma área de 253.226,5 hectares e tem um perímetro de 348.029,65 metros. A unidade dista 1.676,0 km da capital do estado (Manaus) por via fluvial.

AGRICULTURA

No município de Carauari, observa-se a aplicação do conceito de Oliveira (1991) :

“Entendemos, por tanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.”

Para Marx:

A propriedade livre do camponês que cultiva a própria terra é, sem dúvida, a forma mais normal de propriedade da terra para a exploração em pequena escala; isto é, para um modo de produção em que a posse do solo é uma condição para a propriedade, por parte do trabalhador, sobre o produto de seu próprio trabalho, e através do qual, seja já proprietário livre ou vassalo, o agricultor sempre deve produzir seus próprios meios de subsistência, independentemente, como trabalhador isolado com a família. A propriedade da terra é tão necessária para o completo desenvolvimento desse modo de exploração como o é a propriedade do instrumento para o livre desenvolvimento da atividade artesanal. Essa propriedade mesma constitui aqui a base para o desenvolvimento da independência pessoal. (Marx, tomo III – VOL.8, 1984: 1026“pag.50).

As técnicas “são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 25).

Abrangendo especificamente o camponês, destacam-se algumas características indissociáveis do mesmo. O primeiro elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é a força de trabalho familiar. Este é o motor do de trabalho na produção camponesa, pois para (MARTINS, 1995, pag.61):

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de

força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.

(BELLUZZO, 1980, PAG,23) coloca da seguinte forma: “O trabalho era apenas um instrumento capaz de tornar esta fertilidade disponível, sob a forma de bens indispensáveis à vida humana, e o excedente aparecia, portanto, como um “dom da natureza.” “(...) O trabalho é, por conseguinte, a medida real do valor de troca de todas as classes de bens”. (BELLUZZO, 1980, 24)

“O trabalho, como origem do valor, aparece, inicialmente, mergulhado em seu caráter social, como trabalho (para outro); mas enquanto medida de valor, se transfigura em trabalho passado, objetivado em um objeto.” (BELLUZZO, 1980, 24)

Neste sentido, “(...) o *valor do trabalho* é igual ao valor do produto do trabalho, ou, em outras palavras, o valor das mercadorias é proporcional à quantidade de trabalho vivo que com elas se possa comprar ou ‘comandar’. (BELLUZZO, 1980, 25). Enquanto que Adam Smith afirma que o trabalho, não a terra, é a grande fonte de valor (GLOBO, 2013).

Em Araujo (2014) Marx escreve:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também à reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho correspondente, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistências ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (MARX, I/1 p. 141).

Mesmo que diante destas colocações, destaca-se a de SANTOS, 1978,

Para tal, força de trabalho:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de cada membro possui significado para a família”. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (SANTOS 1978).

Segue abaixo a foto da realização do trabalho camponês em família, durante o processo de produção da farinha na casa de farinha coletiva:

FIGURA 2 - Família no trabalho de “lavagem” e “torração” da farinha.



Fonte: SILVA, M.B. (2013).

Torna-se de fácil compreensão a presença da força de trabalho familiar como sendo uma das características básicas e fundamentais da produção camponesa. Mas também há outras relações de trabalho, como por exemplo,

o *trabalho assalariado*, *ajuda mutua* e *parceria*. Quando a família camponesa não consegue completar totalmente alguma etapa do trabalho, é comum completarem com a *ajuda mutua*, ou com o *mutirão*, mas pode ser também como troca de dias de trabalho entre eles, atividade a qual ocorria muito em Carauari, em destaque nas etapas de capinação da área de plantio, ou como eles classificam “brocar o roçado”, pois quando a vegetação já estava muito desenvolvida, havia uma dificuldade maior para limpar a área, sendo assim ocorria a ajuda de outros camponeses para fazerem a limpeza, ou até mesmo para realizarem o processo de colheita, conforme mostra a figura 3, havendo assim a *ajuda mutua*.

Que como define (OLIVEIRA, 1991) “A ajuda mutua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar, pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente.” É assim que o *trabalho assalariado*, *ajuda mutua*, e *parceria* aparecem como relações que garantem a complexidade das relações de trabalho que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo nessa unidade de produção e consumo.

FIGURA 3 - Camponeses no processo de colheita da mandioca.



Fonte: SILVA, M.B. (2013).

A presença da força de trabalho assalariada no meio de produção camponês também pode aparecer, mas precisa ser muito bem entendido. Outra relação de trabalho que ocorre em Carauari é a contratação de *diárias*, ou seja, quando há poucos integrantes na família camponesa, é necessário de uma ajuda externa, exemplo disso ocorre tanto em época de plantio, colheita ou até mesmo para a produção da farinha, mas o destaque está no roçado. Primeiramente essa contratação, em geral acontece de acordo com o ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos da produção agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes, porque as tarefas exigem rapidez e muita mão de obra, como lembra Tavares dos Santos. Contratam-se, então *trabalhadores temporários*. Diante dessa situação, mais uma vez Santos (1978) argumenta:

da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite. Pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como o seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês.

Os camponeses de Carauari seguem uma rotina anual de trabalho, em específico do dia-a-dia executam processos, ora roçado, ora plantio, outrora colheita, isso de acordo com a época do ano, quando se tem que plantar, planta-se, quando se tem que roçar, se roça-se e assim sucessivamente, mas para ser mais nítido, quero enfatizar que o camponês é quem faz o seu horário, impõe sua atividade diária e decide o horário de deixar o campo. Partindo para outra característica da produção camponesa, a *jornada de trabalho*, os camponeses de Carauari não têm horários e dias estipulados para trabalhar como na produção capitalista, porque varia conforme a época do ano, e assim surgem os períodos ociosos, quando o camponês está livre para exercer a atividade acessória. Santos (1978) definem jornada de trabalho da seguinte forma:

“A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos chamados ociosos, quando o camponês está livre para assalariar-se através do trabalho acessório, com períodos de intenso trabalho quando, nem o nascer e o pôr-do-sol, às vezes,

são os limites naturais da jornada de trabalho. Os trabalhos que envolvem o preparo da terra pra o plantio são feitos ate durante a noite. Essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma serie de tarefas artesanais domesticas que eles realizam nos períodos de pouco trabalho agrícola.”

FIGURA 4 - Família no trabalho de raspagem.



Fonte: SILVA, M.B. (2013).

Na figura acima, retrata-se a categoria jornada de trabalho, nela está contida adultos e crianças, vale apenas destacar a participação de crianças no processo, visto que estas crianças poderiam estar estudando, porem estão realizando participação ativa do processo de raspagem, já que a agricultura é tida como prioridade, sendo assim desde pequenos aprendem a cultivar a mandioca.

A presença do *trabalho acessório* do camponês é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em *trabalhador assalariado*, recebendo *salário* por período de trabalho.” Em síntese, o trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros, ou seja, *significa uma combinação técnica e econômica da otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório* (SANTOS 1978).”

Em determinados períodos de tempos alguns camponeses praticam outras atividades de para fins financeiros, isso ocorre em extremos casos, exemplo disso é quando já realizaram o plantio da mandioca e estão apenas

aguardando a época da colheita ou quando a renda está abaixo do necessário, surgindo então o trabalho acessório como complemento de renda.

Na reserva, há algumas atividades, que podem ser apontadas como atividade acessória, como por exemplo, a coleta da semente de andiroba, para as mulheres, e a serraria, para os homens. A coleta das sementes é um trabalho mais realizado pelas mulheres, a coleta é feita em coletivo próximo as suas residências, num *andirobal* que fica nas adjacências da Resex, as camponesas para ajudar na renda em casa ou por ocupação de tempo, se reúnem para coletarem as sementes, a avaliação da andiroba é da seguinte forma: 1 lata de 18 L equivale a R\$ 7,50, e é vendida para a Associação dos Moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AMARU) e para a Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá (CODAEMJ), entretanto o máximo de latas que cada uma pode comercializar são apenas três, condição estipulada pelas compradoras. A outra atividade é composta pelos homens, a atividade de serrador, atividade solicitada quando em períodos de limparem área de roçado, o valor pago varia entre R\$40,00 a R\$60,00 reais a diária. Por essas atividades serem praticadas somente em período de curto tempo, pode-se classificar essa atividade como *trabalho acessório*.

FIGURA 5 – Exemplos de atividades acessórias: serraria e colheita de sementes de andiroba.



Fonte: SILVA, M.B. (2013).

OLIVEIRA, 1991 O camponês ao contratar o parceiro divide com ele custos e ganhos. Assim, tenta superar a falta de capital variável, que o levaria a deixar de ser praticamente camponês, para transformar-se num pequeno capitalista. Sua definição pode ser encontrada em Marx para quem a parceria

ou o sistema de meação é a transição entre a forma primitiva de renda e a renda capitalista. Para ele, a parceria é a relação

... em que o lavrador fornece, além de seu trabalho (próprio ou alheio), uma parte do capital da exploração (o gado, por exemplo), dividindo-se o produto em determinadas proporções, que variam segundo os diferentes países, entre o parceiro e o latifundiário (Marx, 1984: 1020).

O exemplo da farinha de mandioca mostra-nos que, por ocasião do plantio, ou melhor, no momento da definição do consorciamento, todo o projeto de produção, consumo e comercialização, já teve um planejamento pré-existente.

O consorciamento implica também um cálculo da disponibilidade de força de trabalho, o que coloca duas alternativas: usando trabalhadores assalariados, acentuam-se os picos agrícolas, aproximando-se os momentos das distintas colheitas, e intensifica-se o trabalho; na ausência desses trabalhadores, opta-se por diferentes estratégias de plantio e de colheita e por diferentes modalidades de armazenamento no próprio espaço de cultivo, o que dilata o período de colheita, tornando o trabalho menos penoso para a força de trabalho familiar. (WOORTMANN, 1997).

Outro elemento da produção camponesa é a *propriedade da terra*.

Aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho. É, portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração. (OLIVEIRA, 1991).

A terra é o principal elemento de produção para o camponês, “no intercâmbio com a terra, o homem extrai os elementos indispensáveis à satisfação de necessidades como comer, beber, vestir-se, abrigar-se; e meios de trabalho” (IANNI, 1983).

FIGURA 6 – Área de roçado de mandioca.



Fonte: SILVA, M.B. (2013).

Em geral as propriedades visitadas, possuem características em comum, no centro do terreno a propriedade domiciliar, por detrás ou ao lado, a casa de farinha própria, a qual é muito comum nessas residências, visto que a comunidade possui apenas uma casa de farinha coletiva e fica distante do roçado, fazendo com que eles tenham sua própria casa de farinha, no fundo do terreno e não menos importante, encontra-se o roçado, o qual pode designar-se em capoeira, capoeirão e capoeirinha, seguido do reservatório de água, também denominado de cacimba e no restante do terreno tem-se o quintal agroflorestral.

Para Sablayrolles (2004) os quintais consistem em :

systemas agroflorestrais destinados a colaborar com a segurança alimentar, a saúde e outras necessidades básicas, de pequenos agricultores e suas famílias, em varias partes do mundo. A diversidade de espécies vegetais existentes nestes espaços reflete a bagagem cultural, a situação social e econômica de seus proprietários, e seus planos para o futuro (SABLAYROLLES, 2004).

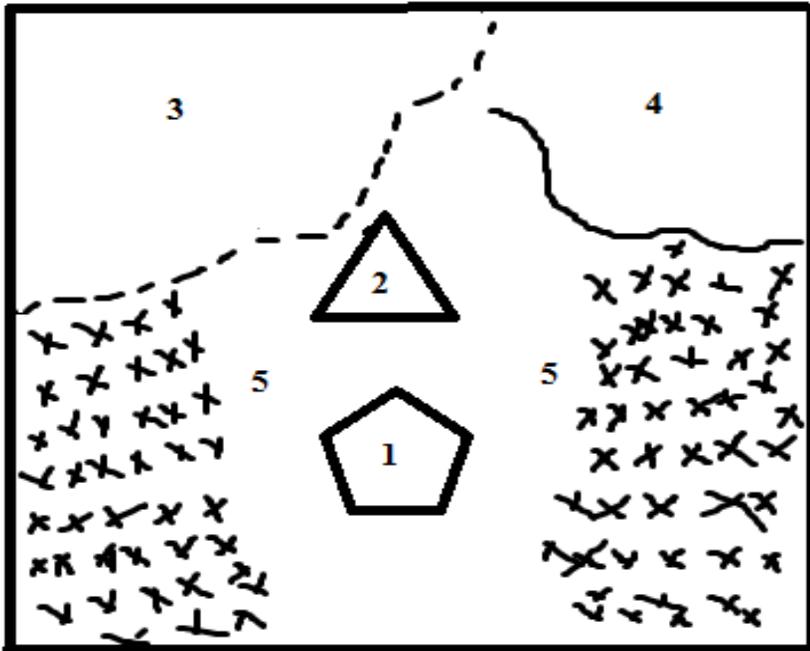
Enquanto que para Winklerprins et all (2002) o termo quintal é :

usado para se referir ao espaço do terreno situado ao redor da casa, regularmente manejado, onde são cultivadas plantas para vários fins, tais como: alimentares, condimentares, medicinais, ornamentais, etc., e criados animais domésticos de pequeno porte como: galinhas,

patos e cachorros (AMOROZO e GÉLY, 1988; LIMA e SARAGOUSSI, 2000; WINKLERPRINS, 2002).

Para melhor compreensão segue abaixo o croqui de propriedades comumente encontradas:

Figura 7 – Croqui de propriedade comumente encontrada na Resex.



Organização: (NARBAES, 2015).

- 1-Residência do camponês;
- 2-Casa de Farinha;
- 3-Roça de mandioca, há também plantas frutíferas;
- 4-Cacimba;
- 5-Quintal agroflorestal - diversificado em arvores frutíferas, como por exemplo: banana, açaí, ingá, cupuaçu, coqueiros e dentre outros.

AGRICULTURA

O presente trabalho analisa as dinâmicas espaciais relacionadas ao funcionamento da cadeia produtiva da farinha de mandioca na comunidade Nova Esperança, localizada na Reserva Extrativista. A cadeia produtiva é um elemento que molda e, é moldada pelo espaço geográfico, logo esta não é

externa ao espaço, mas intrínseca a reprodução espacial. Envolvem diferentes agentes, modos de vida, racionalidades, contradições e cria espacialidades no Assentamento. Para melhor entendimento, a cadeia produtiva:

Tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição, comercialização (atacado e varejo), serviços de apoio (assistência técnica, crédito, etc.) e consumo de uma determinada mercadoria, de forma a: 1) permitir uma visão sistêmica, ao invés de fragmentada, das diversas etapas pelas quais passa um produto, antes de alcançar o consumidor final; 2) identificar “gargalos” que comprometam a integração dos diversos segmentos, garantindo ou promovendo a competitividade. (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 466).

A produção agrícola provida dos roçados é atualmente a principal atividade econômica das famílias da Resex do Médio Juruá.” QUESNAY afirmava que a riqueza está não no ouro e na prata, mas na produção – aquilo que o agricultor ou o fabricante faz. Argumentava que a agricultura é tão valiosa por atuar com a natureza – que multiplica o esforço e os recursos do agricultor – para produzir um excedente líquido.” (O LIVRO DA ECONOMIA, 2013). Geralmente toda a família está envolvida no processo de produção que, de certa forma, torna-se responsável pela subsistência e geração de renda para as famílias das comunidades e da cidade de Carauari. Esta agricultura conserva algumas práticas tradicionais como períodos específicos para o plantio das diferentes culturas, pouca utilização de insumos e atividades em consonância com os ciclos da natureza (CUMARU, 2006). E com isso (SANTOS, 2003) frisa a importância do espaço “E é através do processo de produção que o homem transforma a natureza a fim de garantir sua sobrevivência ou de aumentar sua riqueza. Portanto, a economia se realiza no espaço e não pode ser entendida fora desse quadro de referência.”

Abordando a primeira etapa da cadeia produtiva da farinha, seria no caso a produção. A mandioca é plantada nos quintais, em áreas de roças, ou e áreas de capoeiras (vegetação secundária), o plantio normalmente realiza-se nos meses de agosto e setembro. Após o processo de plantio e colheita, a farinha é produzida na casa de farinha comunitária implantada pela Asproc, localizada na comunidade. A maioria das famílias possui suas próprias *casas de farinha*, geralmente são construídas próximas às roças, visto que para chegar em algumas áreas de plantio é necessário 1h de caminhada distante da comunidade. Segundo (OLIVEIRA, 1991, P.61) “é pois, terra de trabalho [...], não é fundamentalmente instrumento de exploração”; a ênfase é a

identificação da força de trabalho camponesa, e no caso da atividade com a mandioca é de fundamental importância a primeira etapa de produção: *descascamento, lavagem, trituração, prensagem, esfarelamento, torração, peneiramento, resfriamento e ensacamento*

Durante as duas últimas décadas, a mandioca (*Manihotesculenta* Crantz), transformada em farinha, passou a ser a principal fonte de renda das famílias moradoras da Reserva Extrativista do Médio Juruá e a maioria de sua produção é comercializada, possuindo alta demanda de produção, distribuição e consumo e com isso trabalhando a cadeia produtiva. Para Rueda (1995), na época da criação da resex, a maioria das famílias já se declaravam agricultores e cultivam a mandioca. Em 2005, a mandioca era plantada na Reserva basicamente em áreas de terra-firme, inclusive por comunidades e localidades da várzea, diferente do que acontecia em períodos passados. Para as demais culturas agrícolas, a banana é o segue como um dos principais produtos cultivados. Também são plantados carás, ananás, abacate, pupunha, ingá, laranja, goiaba, caju, cupuaçu, melancia, mamão, jerimum, macaxeira, maracujá, manga. Os cultivos ocorrem nos quintais agroflorestais, nas áreas de roças, ou entre as áreas de capoeiras. “(...) A produção possui, além de um significado econômico, também um significado ético, que se refere a todos os produtos cultivados.” (WOORTMANN, 1997).

Normalmente o plantio ocorre nos meses de agosto e setembro. Há dois fatores influenciáveis no período de plantio: o início da vazante, em que as terras de várzea ficam mais férteis para o plantio, e o clima seco que permite com a técnica agrícola de derruba e queima seja realizada. Em geral, o plantio se dá no roçado específico de acordo com a produção do camponês, para tal, a roça:

É representante do tipo de agricultura de **derrubada e queima** ou de **pousio** ou agricultura de **coivara**, em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou diferentes estágios de sucessão e colocam fogo. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí ele estabelece uma comunidade de plantas que apresenta heterogeneidade de espécies. (MARTINS, 2001, p. 371)

Quanto à comercialização dos produtos agrícolas os principais são a mandioca, seguida pela banana. Segundo Cumaru (2006), também é comercializado alguns outros como macaxeira, melancia, jerimum, abacate, milho e pupunha. Havia três canais de comercialização de farinha (os regatões, a venda direta na cidade e a associação de produtores de Carauari). Enquanto os regatões realizavam o aviamento, ou seja, pagavam pela farinha

com preços mais baixos antes da entrega da produção e os comerciantes na cidade de Carauari pagavam valores mais altos (Whitesell, 1993; Rueda, 1995). Isso explica a colocação de (SANTOS, 2003) “A integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista.”. Para comercialização direta na cidade as comunidades têm apresentado dificuldades em organizar a venda em quantidade e viabilizar o transporte. A partir de 2007, a ASPROC começou comprar a produção.

A distribuição da produção é feita através do uso de chalanas, canoas com motor *rabeta*, ou através do barco da Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC. Além disso, os regatões ainda são a esperança de comercialização da produção e a possibilidade de ter acesso a produtos que não podem ser produzidos pelas famílias da RESEX.

A distribuição dos produtos em geral é o maior problema dos produtores de Carauari, pois poucos deles têm canoa com motor, alguns mesmos nem chegam a ter um desses equipamentos, quando não tem, a transferência ocorre através do barco da ASPROC que transporta aproximadamente 500 sacas (50 kg) de farinha e atende aos comunitários três vezes por semana. Enquanto os regatões pagavam pela farinha com preços mais baixos, de R\$ 180,00 a R\$ 200 reais, dependendo do tipo de farinha e o local de venda, e revendem na cidade de Carauari por preços mais altos, tal processo segundo MARTINS (2000), “é a circulação da mercadoria que diz quanto ela vale e não apenas nem fundamentalmente a sua produção, porque é na circulação que o valor nela contido se revela, (p.30)”.

É na circulação que o recurso natural agrega maior valor, conforme Martins (2000) “é a circulação da mercadoria que diz quanto ela vale e não apenas nem fundamentalmente a sua produção, porque é na circulação que o valor nela contido se revela, (p. 30)”, é nesta etapa que é acrescentada a *mais valia*, ou seja, o lucro, pois a circulação é o “momento do processo econômico onde se dá a circulação efetiva das mercadorias e das pessoas; trata-se no capitalismo da etapa onde se dá a conversão da mercadoria em dinheiro aumentado (M – D’)” (Oliveira, 1990, p. 84), ou dinheiro-mercadoria-dinheiro’ (D-M-D’), é a etapa aonde a mercadoria chega ao mercado, e há a extração da *mais-valia*. E para concretizar a mercadoria, HARVEY, 2013 cita que “uma mercadoria, podemos recordar, é uma coisa material que incorpora tanto um valor de uso quanto um valor de troca.”

Quando a comercialização não é realizada nas feiras livres, ocorrem nas cantinas existentes na comunidade, com a criação do projeto comércio ribeirinho da cidadania e solidário, o qual é existente na comunidade estudada, é de grande utilidade para esses camponeses, pois é um ponto de venda da farinha produzida pelos mesmos. A Asproc também comercializa a

farinha na sede da associação e Manaus, compra do produtor por R\$ 4,20 (1 kg) e vende por R\$ 4,50 na cidade (farinha comum), Farinha ova compra por R\$ 4,80 (1 kg) e vende por R\$ 5,00 e a comercialização para Manaus é realizado através de recreios e é comercializado em alguns pequenos comércios da cidade.

Assim, na produção camponesa,

“A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim ultimo situado à margem da circulação: a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades (Marx, tomo I, vol. 1, 1984: 186).

Enquanto isso, na produção capitalista,

A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, um fim em si mesmo, pois a *valorização do valor* existe unicamente no seio deste movimento que se renova sem cessar (Marx, tomo I, vol. 1, 1984:186).”

Cabe também aqui esclarecer que a lógica do movimento de circulação capitalista visa, antes de mais nada, à acumulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo identificou-se como acontece a relação capitalista entre os camponeses de Carauari, e como SANTOS, 1978 aponta, “o camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. que existem algumas instituições que participam da vida dos camponeses de Carauari, dentre eles a ASPROC com a função de compra da mercadoria. Em Carauari existem E Com isto, são identificados os sujeitos sociais destes processos as (associações, os consumidores, e os camponeses). A farinha de mandioca revela a existência de processos de comercialização com agentes múltiplos, mas que apresenta diferentes formas de expressão do capital no campo. O que percebe-se desde a instalação dos camponeses é uma agricultura diversificada, com a comercialização apenas do produto dos fatores excedentes de produção.

E na exposição antecedente, o composto dos processos sociais que configuram a existência camponesa na sociedade capitalista. E diante das situações apresentadas pode-se caracterizar o processo de trabalho camponês como um elemento de subordinação formal do trabalho ao capital.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Elizeu Serra De. **Sobre as categorias valor e preço da força de trabalho em Marx**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 19., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: SEP, 2014.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e Capitalismo** – Um Ensaio sobre a Economia Política. Editora Brasiliense; São Paulo, 1980.
- CASTILLO, R. A. e FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & Natureza. Uberlândia, v. 22, p. 461-474, dez., 2010.
- FORACCHI, Marialice M. MARTINS, Jose de Souza; **Sociologia e Sociedade** – Leituras de Introdução a Sociologia. São Paulo, 1995.
- HARVEY, David, 1995. **Os Limites do Capital**/David Harvey; Tradução de Magda Lopes. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.
- IANNI, O. **Formas Sociais da terra**. In: Revista Raízes, nº. 2. Publicação semestral dos mestRADOS em Economia em Sociologia (UFPB), Campina Grande, 1983.
- MARTINS, José de Souza. A batalha do conhecimento e o fundamentalismo popularista. In: **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000;
- MARTINS, Paulo Sodero. **Dinâmica Evolutiva em roças de caboclos amazônicos**. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães. *Ett.all.* (Org). Biological and Cultural Diversity of Amazonia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001;
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. Editora: Contexto – Ed. 1, 2010.
- MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, Ano 11, nº .12, Presidente Prudente, 2008. pp. 57-67.
- O Livro da Economia** / Tradução Carlos S. Mendes Rosa. – São Paulo: Globo, 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991;
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**.

São Paulo: Ática, 1990;

Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Juruá. Governo Federal; Ministério do Meio Ambiente – MMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Carauari - AM, Dezembro de 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978;

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996;

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas/ Milton Santos;** tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi.-2.ed.-São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 2003.- (Coleção Milton Santos; 3)

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Tradução: SARTI, C. A.; BRANT, W. C. Revista Nera, Ano 8, nº7. Presidente Prudente,2005.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997. 192p.

RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA CONSERVAÇÃO E/OU PRESERVAÇÃO DA BIOSOCIODIVERSIDADE NO ESTADO DO AMAZONAS (BRASIL)

Antônio Carlos Witkoski¹
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe²
Marília Gabriela Gondim Rezende³

RESUMO:

As inúmeras transformações que vêm ocorrendo na atualidade influenciaram e influenciam expressivamente as formas de uso e apropriação dos recursos naturais, configurando um reordenamento territorial reflexo da materialização das relações sociais no espaço. Dessa forma, com a acentuação dos problemas ambientais em diferentes escalas tornou-se imprescindível criar estratégias alternativas de contenção do desmatamento e de conservação da biossociodiversidade. Em razão da intensidade do atual processo civilizatório, o Estado do Amazonas criou as áreas protegidas, chamadas de Unidades de Conservação (UC). As UC são unidades territoriais que objetivam a conservação e/ou preservação dos importantes ecossistemas. Dessa forma, o objetivo deste artigo foi analisar a importância das UC no âmbito do estado do Amazonas na conservação da biossociodiversidade. Pode-se inferir, a partir da sistematização e análise dos dados coletados, que os principais elementos positivos identificados nas UC estaduais foram a constituição e consolidação dos Conselhos Gestores, o desenvolvimento de alternativas de geração de emprego e renda por meio do manejo dos recursos naturais, a redução dos índices de desflorestamento, e a diminuição das pressões e ameaças ambientais através do trabalho de fiscalização e vigilância dos Agentes Ambientais Voluntários. Os povos tradicionais, residentes nos territórios delimitados como de conservação e /ou preservação, têm exercido função imprescindível na manutenção dos ecossistemas, devido à sua racionalidade socialmente construída pautada no respeito à resiliência e na sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: conservação, biossociodiversidade, reconfiguração territorial, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A acentuação dos problemas ambientais e, conseqüentemente, o aumento das reuniões internacionais sobre a conservação da biossociodiversidade têm alavancado o processo de criação das unidades de conservação. As UC são unidades territoriais, criadas por políticas públicas e

¹ Universidade Federal do Amazonas – UFAM. acwitkoski@uol.com.br

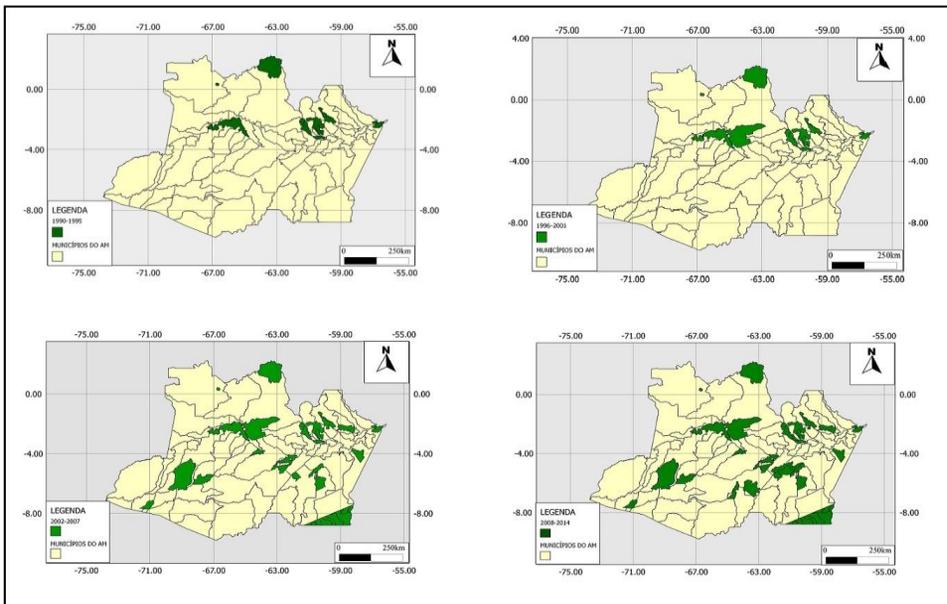
² Universidade Federal do Amazonas – UFAM. tecafraxe@uol.com.br

³ Universidade Federal do Amazonas – UFAM. mariliageoufam@gmail.com

incentivadas por instituições multilaterais que objetivam a preservação e a conservação de importantes ecossistemas. No Amazonas, a política de criação de UC emergiu a partir de 1989, mas sua corroboração e desenvolvimento deve-se às intensas lutas dos movimentos ambientalistas e à consolidação dos incentivos fiscais advindos do Programa Zona Franca Verde, que fundamentaram o desenvolvimento das UC no estado.

Após a afirmação da agenda ambiental do estado, construída em 2003, houve um boom das UC no Amazonas. Em 2007, com a criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), a política conservacionista desenvolveu-se significativamente por meio de parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs). O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) subsidiou o Estado do Amazonas na consolidação da política de criação de UC através de parceria com o Governo Federal, gerindo por meio da cooperação interinstitucional os ecossistemas do Amazonas.

Figura 01: Criação de Unidades de Conservação (1990-2014)



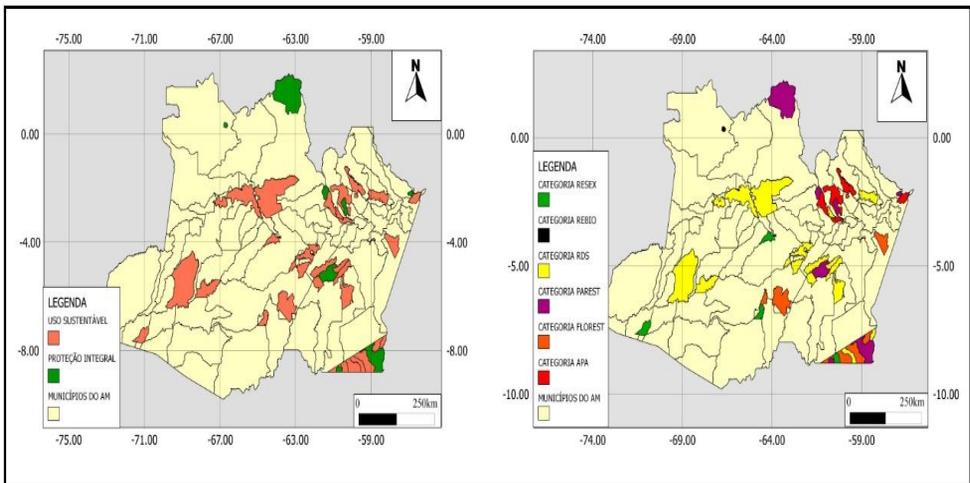
Fonte: CEUC, 2014 - Org.: REZENDE, 2015

A figura acima representa graficamente o aumento das unidades territoriais com fins de preservação/conservação, justificado pela tentativa estatal de frear o avanço da fronteira agropecuária e do arco de desmatamento no sul do Amazonas. As UC podem ser classificadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e em Unidades de Conservação de Proteção Integral. Dentro desta classificação foram delimitadas categorias,

com restrições específicas de uso do território para cada área. A classificação Uso Sustentável concentra as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas Extrativistas (RESEX), Área de Proteção Ambiental (APA), Floresta Estadual (FLOREST). A classificação Proteção Ambiental corresponde aos Parques Estaduais (PAREST) e as Reservas Biológicas (REBIO).

As UC de Uso Sustentável predominam significativamente no Amazonas, se comparadas às UC de Proteção Integral (Figura 02). Essa predominância é justificada e planejada para obstar conflitos que porventura poderiam surgir caso houvesse restrição quanto ao habitar na UC, visto o expressivo contingente populacional existente. Entretanto, o Estado do Amazonas vem sofrendo pressões por permitir o manejo florestal em áreas de conservação, mesmo esse manejo sendo pautado em formas tradicionais de uso do território.

Figura 02: Classificação e categorização das UC do Amazonas



Fonte: CEUC, 2014
Org.: REZENDE, 2015

As UC são classificadas e categorizadas de acordo com as características de cada área, visando à conservação ecossistêmica e reconfigurando as atividades prejudiciais ao funcionamento autopoietico do sistema ambiental. Essa é uma das estratégias conservacionistas e preservacionistas do Estado do Amazonas de mitigação de conflitos territoriais voltados ao uso de recursos naturais. Desta forma, torna-se necessário elucidar a importância das UC na conservação e preservação da biossociodiversidade no Amazonas. É imprescindível identificar as potencialidades da gestão e planejamento das UC na região visando a propagação das potencialidades em

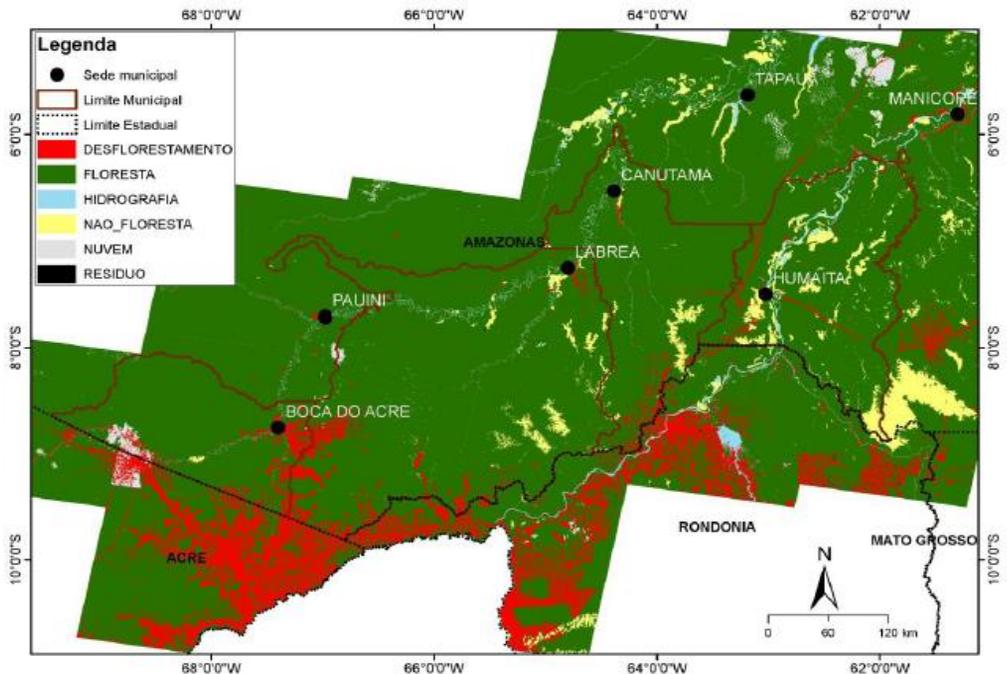
outras áreas, não como modelos, mas como resposta aos problemas ambientais recorrentes nos mais variados territórios.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O hibridismo nas políticas ambientais do estado do Amazonas tem dificultado o desenvolvimento dos estratagemas conservacionistas. As mudanças no sistema político têm ofuscado o funcionamento do organismo de gestão das UC, gerando complicações no desenvolvimento dos programas e projetos consolidados no Plano de Gestão. Porém, todo esse hibridismo não tem obstado o êxito das UC, devido à participação importante na contenção do desmatamento, na conservação ambiental e no fortalecimento da organização social dos povos tradicionais.

A partir das pesquisas desenvolvidas por Pinheiro e Rezende (2012) pôde-se elencar alguns aspectos positivos das UC. Os autores, ao espacializar o desflorestamento, inferiram que os municípios que mais desmatavam na Amazônia Legal reduziram os seus índices de desmatamento após a criação de UC, demonstrando a importância dessa política ambiental no controle da retirada de vegetação. A figura 03 localiza o desflorestamento no sul do Amazonas, intensificado pelo avanço das atividades agropecuárias. Lábrea e Boca do Acre despontam no índice de áreas desflorestadas, entretanto, com a criação das UC o índice de desmatamento foi reduzido, devido às restrições quanto ao uso dos recursos naturais contidos no território.

Figura 03: Desflorestamento no sul do Amazonas



Fonte: INPE, 2010
Org.: REZENDE, 2012

No município de Lábrea, apenas 5% do desflorestamento está concentrado nas áreas correspondentes às UC, sendo a Floresta Nacional Iquini, a Reserva Extrativista Purus, o Parque Nacional Mapinguari, e a Reserva Extrativista Ituxi, importantes estratégias de conservação ambiental que atuam obstando o desenvolvimento do desflorestamento no sul do Amazonas.

Ao analisar o desmatamento na Amazônia Legal, Ferreira et al (2005) afirma que o processo de retirada da cobertura vegetal é vinte vezes menor em UC e em Terras Indígenas, e identificou que quanto mais distante uma área está de estradas, menor é o índice de desflorestamento, sendo esse um elemento de influência no processo de modificação das florestas. O zoneamento das UC apresenta-se como um importante instrumento que atua por meio do ordenamento territorial obstando práticas maléficas que interferem na resiliência ambiental, sendo um elemento imprescindível de auxílio à gestão.

Assim sendo, pode-se inferir que o êxito das UC deve-se a participação intensiva dos povos tradicionais, tanto no processo de construção do zoneamento e do Plano de Gestão quanto no gerenciamento dessas unidades.

As primeiras UC criadas pertenciam à classificação Proteção Integral, que não permite a presença humana nas áreas conservadas, uma postura fundamentada na Ecologia Radical, dicotomizadora do ambiente. A ausência de efetivação dessas primeiras UC reconfiguraram o planejamento das unidades territoriais posteriores, incluindo a participação dos povos tradicionais no manejo dos recursos naturais.

Após 2003, o índice de desflorestamento foi reduzido, ano de desenvolvimento e criação das UC de Uso Sustentável. Essa redução é justificada pelos programas de mitigação dos impactos ambientais negativos, previstos e corroborados no Plano de Gestão em consonância com a participação dos povos tradicionais. O manejo tradicional dos recursos naturais, executados por esses povos, garante as condições necessárias à reprodução autopoiética e resiliente do sistema ambiental, sendo imprescindível para a eficácia das UC, no que concerne à conservação ecossistêmica.

Alguns autores previram a criação de UC, dentre eles, Dorst (1995), que previa a implementação da política de criação de UC para a conservação ambiental, porém em articulação internacional buscando firmar um plano de gestão elaborado por inúmeros especialistas. Albagli (1998) defendia a expansão das UC, porém com a participação efetiva dos povos tradicionais, em uma relação indissolúvel na conjunção do etnoconhecimento com o desenvolvimento de novas tecnologias sociais. Hassler (2005) destaca que o etnoconhecimento fundamenta as práticas tradicionais de conservação ambiental, perpassada geracionalmente.

As práticas tradicionais de manejo dos ecossistemas apresentam-se como importantes estratégias de conservação (PACKER, 2011). A constatação dessa importância, mesmo que tardia, rompeu com a ecologia radical, que desconsiderava a presença humana nas UC, para consolidar a ecologia de saberes¹, desconstruindo o sectarismo e impulsionando o construtivismo na gestão ambiental das UC do Amazonas. A materialização desse novo arquétipo baseado na inclusão social construiu a fundamentação basilar para a criação dos Conselhos Gestores das UC no estado.

No Amazonas, os Conselhos Gestores foram criados pela Lei Nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e inseriu outras providências, sendo a de destaque significativo o firmamento e

¹ A ecologia dos saberes baseia-se no reconhecimento da pluralidade do conhecimento e do saber, apresenta-se assim como uma noção que rompe com a organização do pensar científico na “modernidade”, ou seja, produz uma objeção paradigmática significativa. Essa categoria foi pensada e sistematizada por Santos (2010).

instituição dos conselhos consultivos e deliberativos em UC (IMAZON, 2010). Os Conselhos Gestores foram criados objetivando a inserção social no processo de planejamento e execução das UC, e tem como função subsidiar os gestores das unidades na tomada de decisão e nas ações realizadas tanto na UC como nas áreas do entorno.

O conjunto dos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil constituem os Conselhos, e é por meio desse espaço dialógico que inúmeros resultados satisfatórios se configuraram e se configuram, devido à inserção social dos povos envolvidos na política ambiental do estado do Amazonas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2011), compete aos Conselhos Gestores das UC: 1 Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo da UC; 2 Buscar a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; 3 Buscar a compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; 4 Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da UC; 5 Opinar, no caso do conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP (Organização Social Civil de Interesse Público), na hipótese de gestão compartilhada da UC; 6 Acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; 7 Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na UC, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; 8 Propor, conforme o caso, diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade.

O processo de implementação de UC apresenta alguns impactos negativos, entretanto esses impactos foram e tem sido fortemente atenuados, e em muitos casos resolvidos, após a criação dos Conselhos Gestores. A participação dos povos envolvidos nas UC mitigaram os conflitos territoriais e fortaleceram as diretrizes previstas no Plano de Manejo, construído endogenamente. Desta forma, o sectarismo cedeu à pressão neofílica de inclusão social e integração da UC, compatibilizando os diversos interesses à diplomacia na luta pela conservação ambiental.

Com a criação dos Conselhos Gestores houve ampliação da rede de relações e dos fluxos comunicacionais, favorecendo e fortalecendo a organização social dos povos tradicionais, por meio da troca de saberes. Desta forma, com o fortalecimento da atuação dos povos envolvidos nas UC, cresceu o interesse em atuar diretamente nos desdobramentos das metas estipuladas pelo Plano de Gestão. Os Agentes Ambientais Voluntários é uma

das muitas funções integradoras com forte participação dos sujeitos envolvidos, que resulta na proteção e vigilância das áreas referentes às UC.

Entretanto, há outras dimensões sociais e econômicas no Plano de Gestão que transcende o voluntariado, prevendo a geração de renda por meio do manejo dos recursos naturais. Como foi observado no mapa de classificação das UC do Amazonas, as UC de Uso Sustentável são numericamente mais expressivas que as UC de Proteção Integral. Essa expressividade não aparece somente no numérico, mas também nos resultados positivos das unidades, visto que as UC de Uso Sustentável tem gerado renda e fortalecido os povos tradicionais sem interferir negativamente na resiliência e autopoiese do sistema ambiental, e em muitos casos, têm potencializado e acelerado a reconstituição do ambiente.

No interior das UC, observa-se de forma profícua a simbiose entre as populações tradicionais e o ambiente, entre a lógica e a simbólica do modo de vida tradicional, desconstruindo a assertiva de que a presença humana acentua a degradação ambiental, por meio de uma simples reflexão: os povos tradicionais se reproduziram geracionalmente nas áreas atualmente delimitadas como sendo de conservação, essa delimitação resulta da significativa parcela de biodiversidade existente e de sua importância para a vida humana. Seria demais contraditório, meramente abstrato e sofisticado afirmar que os povos tradicionais ameaçam a conservação ecossistêmica, se eles mesmos usufruem dos recursos naturais para sua produção/reprodução enquanto sujeitos sociais, e se a própria delimitação das UC ocorre em áreas conservadas ambientalmente – áreas conservadas por práticas tradicionais de manejo dos bens comuns.

É preciso reafirmar que a dependência direta dos recursos naturais elimina as práticas insustentáveis ambientalmente, não exclusivamente pela dependência, mas pela conexão mística e simbólica que os povos tradicionais estabelecem com o ambiente (FOLKE, 2008). Existe uma miríade de elementos que justificam a importância do modo de vida tradicional na conservação ambiental (DIEGUES, 2000). Os avanços e resultados vêm configurando a gênese de uma nova epistemologia ambiental no Amazonas, pautada no respeito à autonomia, no construtivismo nas políticas ambientais e em decisões neofíticas.

Toda e qualquer política ambiental apresenta pontos negativos, devido à diversidade de elementos e interesses envolvidos, entretanto, não se pode negar os avanços da política de criação de UC no estado do Amazonas. Novas alternativas devem ser pensadas em âmbito local e global, porém é necessário e urgente desenvolver os estrategemas existentes, antes que o planeta entre em colapso. E essa não é uma assertiva catastrofista, mas uma afirmação

baseada em estudos científicos e no reconhecimento da importância do bioma amazônico e do estado do Amazonas no cenário internacional.

O desafio da humanidade, no âmbito da crise da razão, é quebrar a membrana de opacidade instalada pelos discursos colonizadores do pensamento, que faz com que os cientistas acreditem que não há solução para os problemas ambientais. Entretanto, essa é uma tarefa árdua, pois desmistifica todos os axiomas e todos os paradigmas dominantes, que regeram desde sempre o pensar científico.

CONCLUSÃO

As críticas destinadas à política de criação de UC no Amazonas são inúmeras, entretanto, os avanços têm sido historicamente significativos. Como qualquer outra política ambiental, necessita de tempo para ser firmada, aceita e fortalecida socialmente. Verificaram-se vários elementos positivos, com destaque para a preservação e conservação da biodiversidade, para o fortalecimento da organização social dos povos tradicionais, e para a contenção do desflorestamento, principalmente no sul do Amazonas.

Várias pressões têm incidido sobre o estado do Amazonas, com destaque para a pressão do agronegócio, necessitando de instrumentos que atuem fortemente na proteção e na vigilância das áreas com significativa parcela de biodiversidade. Torna-se imprescindível o desenvolvimento de novas proposições e técnicas ambientalmente eficazes, que possam consolidar uma política ambiental de representatividade estadual, nacional e global. A quebra do paradigma dualista do ambiente é o primeiro passo para se pensar a epistemologia ambiental no estado do Amazonas, que irá subsidiar a construção de políticas ambientais neofílicas.

A criação dos Conselhos Gestores das UC, fundamentada a partir do fracasso do sectarismo, está proporcionando um importante avanço na conservação ambiental do estado, alinhando manejo tradicional, geração de renda e fortalecimento da organização social dos povos tradicionais. Essa é a tríade que rege e solidifica uma unidade de conservação, a ausência de um desses três elementos que sustentam esse sistema ambiental ocasiona um nó górdio.

O futurismo utópico da conservação deve ser substituída por práticas concretas de restauração ecossistêmica e de preservação ambiental, porém o apoio do Estado é fundamental nesse processo. A divergência e instabilidade de Governos não pode obstar o desenvolvimento dessa política ambiental tão importante para o estado do Amazonas e para outros estados. Essa não é

simplesmente uma decisão política, ainda que seja uma decisão que envolva o homem como animal racional e político, mas uma decisão que envolve o humano, a humanidade concretamente situada e datada, envolve escolhas para o presente e para o futuro, em razão da importância dos recursos naturais para a reprodução social nos mais variados territórios. Assim sendo emerge veementemente um novo ordenamento territorial, caracterizado pelo reconhecimento das especificidades culturais que sempre regeram o modo de vida dos povos tradicionais do Amazonas, que desde os primórdios asseguraram a manutenção da conservação ambiental e da resiliência ecossistêmica.

O primeiro passo para a execução das modificações necessárias é desconstruir os sofismas e as galimatias referentes às políticas ambientais vigentes para que haja visibilidade das propostas efetivas de conservação ambiental no Amazonas. O desenvolvimento da política ambiental voltada às UC mostra de forma profícua a ruptura com o paradigma dicotomizador do ambiente e a emergência da sustentabilidade ambiental em todas as suas esferas, fundamentada no construtivismo e na ecologia de saberes.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Edições Ibama, 1998.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. Editora Edgard Bluchar, 1995.
- FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: vol.19, nº 53, 2005.
- FOLKE, C; PRITCHARD, L; BERKES, F; COLDING; SVEDIN, U. **The problem of fit between ecosystems and institutions**. In: International Human Dimensions Program on Global Environmental Change. Germany, 2008.
- HASSLER, Márcio Luís. A importância das unidades de conservação no Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia: Ed. 17, nº 33, 2005.
- INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA (IMAZON). **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Belém: Pará, 2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. 2011.
- PACKER, Larrissa Ambrosano. **Biodiversidade como bem comum: direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais**. Terra de Direitos, 2011.
- PINHEIRO, Eduardo da Silva; REZENDE, Marília Gabriela Gondim. Análise do desflorestamento no sul do Amazonas. **Revista Acta Geográfica**. Boa Vista: vol.06, nº 13, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reiventar el poder**. Ediciones Trilce: Montevideo, Uruguay, 2010.

A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)¹

Marília Gabriela Gondim Rezende²
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe³

RESUMO:

As relações sociais que se materializam nos diferentes territórios estão se redefinindo devido à configuração de uma nova ordem mundial, levando à rediscussão epistemológica da Geografia Econômica, Política e Social. A reprodução ampliada do capital tem gerado diversas consequências negativas, com destaque para a intensificação dos problemas ambientais, ampliando a discussão sobre a governança ambiental na atualidade. Desta forma, o objetivo deste artigo foi analisar a construção da governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, localizada no estado do Amazonas, na Região Norte do Brasil. O suporte metodológico utilizado para a representação gráfica da rede de articulação política que compõe a governança ambiental da área de estudo foi o Programa Websphere Analysis, um software que possui propriedades computacionais específicas de identificação das centralidades das redes políticas. A partir da análise dos dados coletados, pode-se inferir que a centralidade da governança da RDS Igapó Açu é representada pelo Conselho Gestor, que condensa atores sociais da sociedade civil, de organizações governamentais, de empresas, e de organizações sociopolíticas. Essa miríade de governação envolve sistemas simbólicos e sociopolíticos que conformam o governo, interferem na governabilidade e estabelecem a governança.

Palavras-chaves: Território, Governança, Governabilidade, Governo, RDS Igapó Açu.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização do mundo pelo capital acentuou a degradação dos recursos naturais, por meio da capitalização da natureza, objetivando a reprodução ampliada do sistema econômico capitalista. Esse processo teve profundos impactos na epistemologia da Geografia, visto a transcendência escalar das relações sociais no âmbito da mundialização da economia. Dessa forma, torna-se imprescindível analisar a governança

¹ Nível do trabalho: Mestrado acadêmico - Estágio do trabalho: Pesquisa concluída

² Universidade Federal do Amazonas – UFAM. mariliageoufam@gmail.com

³ Universidade Federal do Amazonas – UFAM. tecafraxe@uol.com.br

ambiental na miríade de problemas ambientais que têm emergido como resultado da acentuação do consumo exacerbado difundido pelo capitalismo.

A governança ambiental é constituída por sistemas simbólicos e sistemas sociopolíticos, que interagem incessantemente por meio da complexidade sistêmica. Uma análise profícua da governança ambiental deve abarcar, impreterivelmente, esses sistemas, visto que a interação entre eles origina o ordenamento territorial de um dado espaço produzido.

Os sistemas simbólicos condicionam as relações sociais, exercendo conseqüentemente poder sobre os sistemas políticos. Isto ocorre devido ao fato de que as representações que os atores sociais têm do mundo, derivam das objeções dos sistemas simbólicos (BORDIEU, 2005), e dos constructos paradigmáticos no qual estão imersos. Assim sendo, torna-se imprescindível analisar a construção da governança ambiental na atualidade, visto seus desdobramentos nas relações sociais que se estabelecem cotidianamente nos mais variados territórios.

Desta forma, com o agravamento significativo dos problemas ambientais nos últimos anos (2000-2014), o Estado do Amazonas rediscutiu a problemática da governança ambiental e começou a buscar estratégias que atenuassem o efeito maléfico do atual sistema econômico, criando as Unidades de Conservação, que são unidades territoriais criadas objetivando a preservação e a conservação de importantes ecossistemas. A política de criação de UC reconfigurou a governança ambiental no Amazonas, inserindo novos elementos na miríade analítica das estratégias de gestão e mitigação dos problemas ambientais.

Dentre as UC existentes no Amazonas, a RDS Igapó Açu destaca-se por ser a única unidade de conservação do estado atravessada por uma rodovia, essa distinção gera um ordenamento territorial específico e, por conseguinte, uma governança ambiental diferenciada, pelos distintos atores sociais envolvidos na rede sociopolítica. Portanto, este capítulo apresenta a rede de relações e interações entre os atores sociais envolvidos na governança ambiental da RDS Igapó Açu.

O procedimento metodológico utilizado centrou-se no levantamento de dados primários e secundários, e na realização de oficinas participantes. Esses instrumentos deram o suporte necessário para a geração de dados que foram sistematizados e representados em forma de organogramas e trabalhados via Programa Websphere Analysis. Este software representa graficamente os arranjos organizacionais da rede política entre os atores sociais envolvidos e identifica a centralidade da governança.

Partindo dessa contextualização metodológica e dos resultados encontrados, pode-se inferir que a construção da governança ambiental da RDS Igapó Açu constrói-se por intermédio dos sistemas simbólicos, permeado por redes policêntricas e por campos de forças, que originam os sistemas sociopolíticos. A interação entre esses sistemas conforma a rede da governança

ambiental, constituída pelos atores envolvidos e atuantes na UC. Nesse sentido, o ordenamento territorial da RDS Igapó Açú emerge da interação entre esses elementos, sendo reflexo da governança e de seus desdobramentos temporais.

Assim, os territórios da RDS Igapó Açú transformam e são transformados pelas articulações políticas que se enraízam na rede de relações e interações sistêmicas. O reflexo dessa articulação política entre os atores sociais resulta no ordenamento territorial, que é conjugado pelas diferentes facetas simbólicas que regem o processo perceptivo de organização das ideias e de conformação paradigmática.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Para entender a rede política que se estabelece entre os atores envolvidos é necessário compreender a constituição do sistema ambiental e seus engendramentos nas esferas sociais, políticas e econômicas. Essa compreensão requer conhecimentos transdisciplinares que retratem de forma complexa os fenômenos e epifenômenos que ocorrem nas mais variadas espacialidades. O sistema ambiental constitui-se por elementos físicos, biológicos e antrópicos, que interagem entre si e se retroalimentam incessantemente. A ruptura nessa tríade origina problemas ambientais.

Problemas ambientais são os efeitos maléficos da modificação direta e/ou indireta dos elementos constituintes do sistema ambiental. O agravamento desses problemas deve-se à acentuação dessas modificações sistêmicas, que ocorrem em cadeia, e promovem concomitantemente impactos em rede.

Assim sendo, por transcender as fronteiras dos Estados Nacionais, os problemas ambientais trouxeram fortemente à tona a discussão da governança ambiental (IANNI, 1997), visto a divergência de interesses dos atores sociais envolvidos e a transcendência escalar dos impactos negativos gerados. A governança ambiental é um conceito polissêmico, essa polissemia deriva da multiplicidade de olhares a respeito do sistema ambiental e das articulações políticas que o antecedem. Existem várias abordagens referentes à governança, dentre as existentes destacam-se a abordagem fundamentada na economia, a abordagem da política, e a abordagem sistêmica, mais precisamente centrada na governança ambiental.

A abordagem econômica emergiu nos anos 80, com a emergência da noção de “modernidade”, a partir desse período a governança passou a ser crescentemente tratada pela perspectiva da ação pública e gestão empresarial, com ênfase nas questões econômicas (JACOBI e SINISGALLI, 2012). A governança objetivava, assim, atuar na resolução dos conflitos de interesses entre as instituições que atuam nas diferentes empresas, por meio da racionalidade econômica (CORREIA e AMARAL, 2006).

Entretanto, a acentuação da governança na esfera econômica ocorreu após a consolidação e divulgação do conceito do Banco Mundial (BM), em 1992. A construção desse conceito deve-se aos acontecimentos históricos que antecederam e que regeram o ano de 1992. Williams e Young (1994) afirmam que a agenda de políticas do Banco Mundial nesse ano se reconfigurou após o insucesso das políticas econômicas de ajuste estrutural dos países africanos. Isso levou o BM a centrar esforços na governança, por meio da abordagem econômica e desenvolvimentista. Segundo o Banco Mundial, a governança é:

a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento, e se constitui em quatro dimensões-chave: administração do setor público; quadro legal; participação e prestação de contas; e informação e transparência (WORLD BANK, 1992).

O conceito do BM trata a governança somente a partir da dimensão econômica e estatal, desprezando outros elementos da rede de articulação política. Observa-se, baseado na citação acima, a configuração da governança na abordagem econômica, principalmente a partir de 1992.. Além dessa influência marcante, destaca-se na consolidação dessa abordagem a Rio 92, que estabeleceu os critérios legislativos específicos para o desenvolvimento e corroboração da governança econômica global. Mo (2010) destaca que as principais instituições que regem essa governança foram, além do BM, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco de Compensações Internacionais (BIS), e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dessa forma, a abordagem econômica concebe a governança como sendo um sistema fechado, onde a relação entre os atores que constituem a rede se articulam dentro do contexto econômico, em forma estrutural. As fragilidades dessa abordagem parte da antinomia entre o estruturalismo e a complexidade na compreensão da governança. A governança, sendo um sistema fechado nessa perspectiva, pressupõe uma estrutura, onde as relações ocorrem apenas em âmbito interno.

Entretanto, compreender a governança nessa miríade de antinomia significa enfrentar algumas fragilidades epistemológicas, pelo fato da governança não se reduzir a sistemas fechados e pelo fato de não ser representada por meio de uma estrutura. Recentemente, essa abordagem econômica vem se reconfigurando, inserindo elementos da administração e da política na rede de articulação entre os atores sociais.

A abordagem política da governança emergiu paralelamente à abordagem econômica, porém com desdobramentos diferenciados, enfatizando fortemente a dinâmica de participação política entre os atores

sociais, sem destituir a rede de articulação econômica. Entretanto, a ênfase é dada particularmente a rede de interação e dinâmica política, voltada às ações do Estado e às políticas públicas, diferentemente da abordagem econômica que se centrava nas ações entre as empresas e para as empresas.

A governança política se fundamenta na participação ampliada e interativa entre os atores sociais objetivando a proposição de estratégias político-administrativas de controle estrutural com o intuito de governar as interações intencionalmente (FREY, 2004). Nessa abordagem, a rede de articulação volta-se para o planejamento estratégico do território pelo Estado, objetivando a criação de ferramentas e instrumentos de gestão territorial.

A abordagem política, como qualquer abordagem, apresenta lacunas no processo de compreensão do sistema real, devido ao caráter territorial explicitamente pontual, ofuscando o aprofundamento de outros elementos na análise e entendimento da governança. O aprofundamento das lacunas em cada uma das abordagens anteriormente descritas propiciou o desenvolvimento de uma nova abordagem, que descreve a complexidade mais próxima do real da rede de articulação entre os atores sociais, a abordagem da governança ambiental.

Filho (2006) trata a governança por meio de uma abordagem ampliada, sendo o compartilhamento de poder entre os diversos atores sociais envolvidos. Coelho e Diniz (1995) afirmam que a governança permeia as relações entre o Estado e a sociedade e é sustentada por uma rede de atores participativos. Lorenzetti e Carrion (2012) afirmam que:

A problemática ambiental se enquadra como importante temática no âmbito da governança, se considerarmos o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano universal, cuja gestão deve, portanto, contemplar a participação de diferentes atores. Quanto à dimensão transnacional, a questão ambiental desafia as fronteiras e a soberania dos Estados-Nação, ao exigir o reconhecimento da interdependência ecológica entre os territórios globais (LORENZETTI e CARRION, p. 723, 2012).

Pode-se observar que são inúmeras as concepções referentes à governança, entretanto, governança será utilizada neste artigo como sendo a rede de articulação política entre os atores sociais. Essa rede é formada pelos sistemas simbólicos e sociopolíticos, constituintes do sistema ambiental. Nesse sentido, a governança seguida do adjetivo ambiental refere-se à articulação dos diversos poderes existentes voltados as políticas públicas de conservação e/ou preservação dos bens comuns ambientais.

Para compreender a organização e constituição dessa governança é necessário explicitar os sistemas simbólicos e a conformação paradigmática que origina os sistemas sociopolíticos. Para Bourdieu (2005) o sistema simbólico é o modo como se organiza o poder invisível que reproduz a ordem social. Para Elias (1994), esse sistema orienta o comportamento dos seres humanos por meio do *habitus* em relação ao conhecimento apreendido, esses dois elementos permitem a constituição dos símbolos, não se traduzindo apenas na abstração.

Desta forma, os símbolos se organizam sistemicamente, formando os sistemas simbólicos, que fornecem o fundamento subjetivo e imaterial necessário para a formação dos sistemas sociopolíticos. Os sistemas políticos, por sua vez, são o reflexo material dos sistemas simbólicos, expresso na transversalidade espaço-temporal entre o significado¹ e o significante². A interação entre esses dois sistemas gera o ordenamento territorial, que é a expressão espacial do processo de relação e interação social.

A governança ambiental emerge nesse cenário sistêmico, sendo a rede de articulação política que advém das diferentes formas de organização social, que se constituem paralelamente ao processo de configuração e reconfiguração territorial. Portanto, compreender a governança ambiental destituída do conjunto de sistemas que a constitui propicia uma análise distante do real, por isso a governança será abordada nesse artigo por meio da via da dialética da complexidade sistêmica.

Um dos elementos que tem gerado um novo panorama para a discussão da governança ambiental no estado do Amazonas é a política de criação de unidades de conservação, pois inseriu novos atores sociais na miríade de organização da rede de articulação política existente nesses territórios delimitados como UC. A RDS Igapó Açu é uma das UC do estado do Amazonas que apresenta peculiaridades no que concerne ao ordenamento territorial, pois se caracteriza pela presença de uma rodovia atravessando uma área protegida. Tornou-se, assim, imprescindível analisar a constituição da governança ambiental nesta RDS no âmbito dessas singularidades territoriais.

Porém, para entender a construção da governança ambiental nessa área foi necessário compreender o ordenamento territorial e a conformação paisagística existente, pois esses elementos prescindem a análise da rede de articulação política que constitui a governança ambiental. A caracterização da paisagem é significativamente importante, visto que o modo como o espaço é

¹ O conceito de significado utilizado nesse artigo baseia-se no conceito de Roland Barthes (1972), que afirma que o significado é a representação psíquica, e também social, de uma “coisa”, não sendo a “coisa” em sua essência, mas a construção de uma realidade.

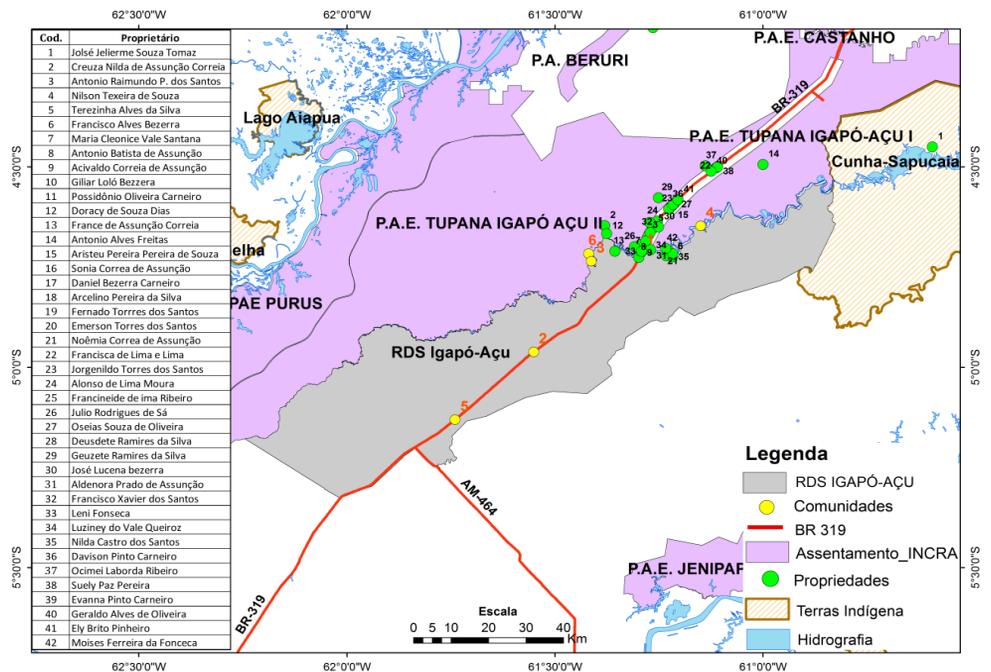
² Os significantes são o conjunto de elementos que fundamentam a construção da significação à percepção (GREIMAS, 1973). Os signos representam, assim, a materialização da interação entre o significado e o significante, dialeticamente.

organizado é reflexo da materialização das relações sociais e políticas estabelecidas territorialmente.

A rede de articulação política e a governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu localiza-se no estado do Amazonas, mais precisamente nos municípios de Beruri, Borba e Manicoré (Figura 01), entre os rios Purus e Matupiri. Possui uma área de cerca de 397.557,323ha, as quais os limites territoriais fazem fronteira com a Terra Indígena (TI) Cunhã-Sapucaia, com o Projeto de Assentamento Agroextrativista Tupana Igapó Açu I e II, com o Parque Estadual (PAREST) do Matupiri, com a RDS Rio Amapá e com o Parque Nacional de Nascentes do Lago Jari. A intersecção de áreas fronteiriças com UC e TI confere um caráter singular à RDS Igapó Açu, que além dessas particularidades, é atravessada por uma rodovia federal.

Figura 01: Localização da RDS Igapó Açu



Fonte: SUANI, 2015

A geologia da área de estudo destaca-se, primordialmente, pela presença de depósitos de lateritas, com características tabulares (Figura 02) que se espacializam em compartimentos sedimentares marcados por discordâncias geomorfológicas na superfície terrestre. Os depósitos lateríticos

são encontrados em diversos lugares na faixa tropical do planeta, pela sua singular relação com o clima tropical. Segundo Neto (2000) a fácil identificação da laterita indica posterior ação de morfogênese e pedogênese, ao contrário de quando há evidência de profundidade dos solos lateríticos, que gera significativa uniformidade vertical dos atributos pedológicos.

O relevo acidentado tem contribuído para o desenvolvimento de atividades florestais e para cultivos diferenciados, como foi observado nas propriedades identificadas no trabalho de campo. A variação de temperatura tem intensificado o intemperismo, diminuindo os nutrientes dos solos e da vegetação, entretanto, a concentração significativa de matéria orgânica tem atuado na ciclagem dos nutrientes e no processo de nutrição das espécies vegetais. Desta forma, as características físicas da área em estudo tem se destacado pela presença de relevos acidentados, que influenciam fortemente nos desdobramentos dos cultivos e das atividades florestais.

Figura 02: Interação dos elementos físicos materializados na paisagem da área em estudo



Fonte: NUSEC, 2015

Assim sendo, a RDS Igapó Açú apresenta uma fisionomia florestal específica, com florestas densas em baixas altitudes, cujos elementos paisagísticos remetem à classificação de Floresta Ombrófila Densa. Segundo (Filho e Ratter, 1995) essa classificação é comum em florestas que se espacializam em terraços antigos e recentes de platôs terciários, com estratos vegetativos diferenciados.

A geomorfologia da área de estudo, que favorece o desenvolvimento desse tipo de floresta, exhibe aspectos de interflúvios tabulares, que são traços geomorfológicos que marcam espacialmente uma determinada região, de modo que a paisagem não se uniformiza quanto à vegetação e à

geomorfologia. Regionalmente esses atributos são conhecidos como “tabuleiros”.

Essa natureza topográfica de interflúvios tabulares gera, concomitantemente, áreas alagadas com fácies de areias brancas, como foi observado na figura 02. Ab´Saber (1970), em sua classificação da superfície em domínios morfoclimáticos, afirmou que os interflúvios da Amazônia teriam se desenvolvido em formações geológicas sedimentares, que espacializaram tabularmente o relevo nessas áreas.

Compreender a constituição física da RDS Igapó Açu é imprescindível, visto que as atividades humanas se territorializam em áreas com características específicas quanto ao uso e ocupação do solo. A organização social e o ordenamento territorial seguem alguns traços geográficos precisos, de modo que a ausência dos elementos físicos básicos para a reprodução social indica o posterior reordenamento do território. Entretanto, a RDS Igapó Açu possui características físicas que contribuem para o desenvolvimento das atividades florestais e dos variados cultivos em territórios delimitados, não sendo necessário a reterritorialização das atividades produtivas em curtos períodos de tempo.

Essa UC tem como principais atividades econômicas a agricultura, a pesca, o extrativismo e o turismo. As roças são distantes das moradias, devido ao fato da maioria das casas não ter quintais, uma peculiaridade se comparada à realidade amazônica. O rio se apresenta como o principal veículo no que se refere à mobilidade das atividades produtivas, além do significado simbólico que lhe é intrínseco na área.

Desta forma, o rio Igapó Açu passa a ser um símbolo, na medida em que há a atuação relacional entre os significantes e os significados. Nesse caso, os significantes são os membros da família que transmitem geracionalmente os significados que lhe são adequados. O significado desse símbolo está além do sentido objetivo de realização da pesca, de mobilidade da agricultura e de desenvolvimento do lazer, tendo também sentido subjetivo, na medida em que representa simbolicamente um lugar, em essência topofílico¹.

Entretanto, esse símbolo atua representando contraditoriamente na área de estudo uma segregação social², na medida em que o rio delinea os conflitos existentes entre duas comunidades localizadas nas suas margens, composta do lado esquerdo pela Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e

¹ O conceito de topofilia foi cunhado pelo geógrafo Yu Fu Tuan, em 1974. Para o autor a topofilia é o elo afetivo estabelecido entre os indivíduos e o ambiente. É o espaço vivido que traduz as experiências concretas por meio da realidade construída simbolicamente.

² A segregação social é a diferenciação criada por uma tensão entre grupos societários. É resultado da materialização das diferentes práticas sociais que produzem tendências de diferenciação e de agrupamento (FREEMAN, 1978). Esse processo se acentua pelo sectarismo em relação às diferentes temporalidades e espacialidades que constituem territórios efêmeros.

do lado direito pela Comunidade Nova Geração. Este conflito é geracional e ocasiona reflexos significativos na gestão territorial e ambiental, com consequências na rede política que constitui a governança e o governo na UC.

Compreendido os aspectos físicos que compõe a paisagem da área de estudo, torna-se necessário evidenciar os atores sociais que atuam na RDS Igapó Açu, para compor a governança ambiental da UC e entender os seus desdobramentos territoriais. Antes da elucidação do engendramento entre esses atores sociais é preciso entender como se constitui a RDS Igapó Açu enquanto unidade territorial.

Uma unidade territorial não significa a divisão unitária de um espaço, mas a delimitação territorial seguida de critérios específicos. Assim sendo, a RDS Igapó Açu é uma unidade territorial que contempla diferentes geossistemas que se entrecruzam formando um território peculiar, composto de diferentes territorialidades. A delimitação desta UC foi construída para atuar como elemento mitigador dos possíveis impactos negativos que podem surgir com a repavimentação da BR-319. Ferreira et al (2005) afirmam que a abertura de estradas engendram uma série de desdobramentos territoriais, e aumentam o desflorestamento por meio da ocupação ilegal ao longo das rodovias, incentivando a exploração madeireira, em sua maioria, ilegalmente.

Apesar de o Estado reconhecer a influência da abertura de estradas no aumento do desflorestamento, há apenas uma UC estadual que apresenta sua área atravessada por uma rodovia federal, que é a RDS Igapó Açu. Saito et al (2011) corroboram em suas pesquisas na Amazônia que o arranjo do desmatamento próximo a estradas segue o padrão espinha de peixe, um traço específico de ocupação humana intermediária.

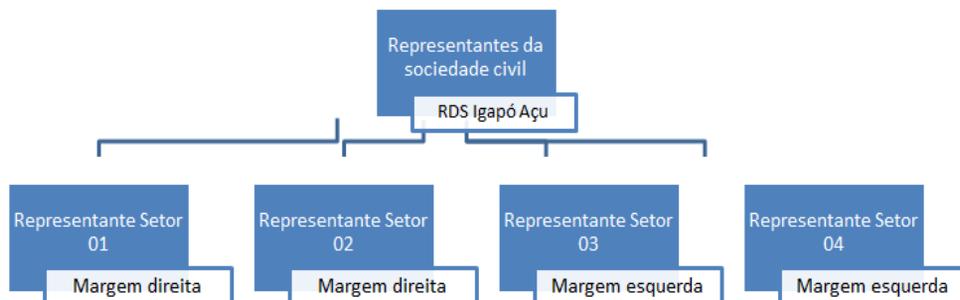
Dessa forma, a criação de UC no Amazonas em áreas com concentração de rodovias é uma estratégia inicial do Estado de conservação da biodiversidade, que foi firmada após a divulgação de pesquisas científicas que abordam o crescimento do padrão espinha de peixe na Amazônia. Entretanto, inúmeros são os interesses envolvidos nessas áreas, pelo potencial desenvolvimentista de áreas pós-abertura e revitalização de estradas, reconfigurando a importância da compreensão da governança ambiental na RDS Igapó Açu.

A área correspondente a essa RDS contempla atores sociais de múltiplas naturezas: representantes da sociedade civil e do ramo empresarial, e de organizações governamentais e sociopolíticas. Esses quatro grandes grupos compõem o Conselho Gestor da RDS Igapó Açu que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), é um espaço público jurídico-institucional que objetiva o planejamento participativo na elaboração e execução das políticas públicas. Dessa forma, é o principal espaço político de manifestação da governança.

Os representantes da sociedade civil possuem quatro membros no Conselho Gestor, cada membro representando um setor da RDS. Os

representantes do setor 01 e 02 representam a margem direita do rio Igapó Açu, e os representantes do setor 03 e 04 representam a margem esquerda (Figura 03).

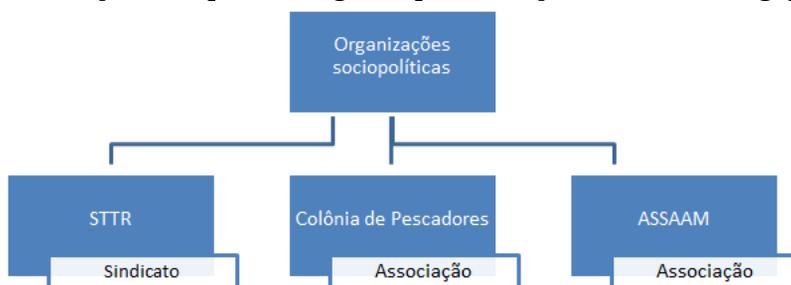
Figura 03: Organograma dos representantes da sociedade civil do Conselho Gestor da RDS Igapó Açu



Fonte: NUSEC, 2015
Org.: REZENDE, 2015

Os representantes da sociedade civil na RDS Igapó Açu contempla a população residente na UC e na área de entorno. Outro grupo constituinte do Conselho Gestor são as organizações sociopolíticas, que representam a conjunção de interesses de um grupo social organizado. Na RDS Igapó Açu a atuação das organizações sociopolíticas tem se manifestado paulatinamente (Figura 04), com uma organização interna peculiar, reconfigurando a centralidade das redes políticas existentes. Cada organização sociopolítica defende suas objetivações e insere novos elementos na miríade de gestão territorial, tendo influencia marcante no gerenciamento da UC.

Figura 04: Espacialização das organizações sociopolíticas da RDS Igapó Açu



Fonte: NUSEC, 2015
Org.: REZENDE, 2015

Identificou-se a atuação de três organizações sociopolíticas na área de estudo: o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Careiro Castanho (STTR), a Colônia de Pescadores Z-49, e a Associação Amigos da Floresta (ASSAAM). Antes de detalhar a influência de cada organização na

área de estudo, foi necessário construir uma ligeira contextualização dessas categorias no Amazonas e no Brasil. Segundo Pinto (2002) o sindicato é uma organização, composta por pessoas físicas e jurídicas, criada com o intuito de firmar interesses comuns à coletividade. Alves (2000) indica que os sindicatos estão em constante aumento por ser uma estratégia de reivindicação política que se opõe ao desenvolvimento desigual fundamentado no capital.

No Amazonas, o sindicalismo é incipiente, se comparado aos outros estados brasileiros, entretanto, a legislação tem facilitado a criação e o desenvolvimento dos sindicatos, voltados às diversas temáticas (GOMES, 2011). Paralelo a esse crescimento está a criação de associações, que são organizações formadas por duas ou mais pessoas, com gestão própria e sem fins lucrativos. A diferença entre um sindicato e uma associação está na natureza constitutiva, de modo que o sindicato representa politicamente uma determinada categoria, e a associação não se vincula necessariamente a uma categoria, mas aos objetivos comuns de uma coletividade.

O STTR do Careiro Castanho é um sindicato que atua na RDS Igapó Açu na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa organização luta por melhorias relacionadas à infraestrutura para produção e escoamento dos produtos, e incentiva práticas agroecológicas na fruticultura, horticultura, dentre outros. Sendo membro do Conselho Gestor da UC, o STTR tem poder de decisão nas discussões relacionadas ao planejamento e execução das atividades de gestão.

A Colônia dos Pescadores Z-49 é outra organização sociopolítica que compõe o Conselho da RDS Igapó Açu. É uma organização autônoma, prevista na Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008, que objetiva assegurar os direitos da categoria e fortalecer os interesses coletivos fora ou dentro de sua jurisdição. As Colônias de Pescadores possuem soberania quanto ao desenvolvimento de suas assembleias e executa, junto aos órgãos públicos, ações contra a degradação ambiental e a pesca predatória, sendo um importante instrumento que atua em paralelo com a gestão ambiental da UC.

As Colônias em UC tem se destacado pela desburocratização das normativas que regem o seguro defeso, além disso, têm fornecido acesso aos inúmeros benefícios advindos dos direitos dos pescadores e da pesca no Amazonas (LOPES et al, 2013). Dessa forma, pode-se compreender a relevância do exercício político da Colônia de Pescadores na RDS Igapó Açu, pelo caráter dos benefícios sociais e econômicos que fornecem intrinsecamente aos pescadores, contribuindo para o desenvolvimento local dos moradores da UC.

Além do STTR e da Colônia de Pescadores Z-49, a Associação Amigos da Floresta (ASSAAM) compõe a tríade das organizações sociopolíticas que atuam na RDS Igapó Açu. A ASSAAM é uma organização sem fins lucrativos, criada na UC para apoiar as atividades da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e adjacências. Atualmente, esta associação apoia o

desenvolvimento do turismo na RDS, e tem função importante no planejamento das principais festas temáticas, com destaque para a Festa do Tucunaré e para o Summer Fest Igapó Açu, que são os principais festejos das comunidades.

Cada organização sociopolítica exerce suas funções dentro da unidade de forma diferenciada, pela natureza específica pela qual foram criadas. Entretanto, todas são importantes no desenvolvimento local dos moradores da RDS, não há graus de importância, mas exercícios de poder distintos, imprescindíveis no ordenamento territorial e nas formas de organização social. Nesse sentido, foi imprescindível compreendê-las por meio da constante interação e interdependência, não somente social, mas sistêmica.

O terceiro grupo político, participe do Conselho Gestor, que compõe a rede de articulação política da RDS Igapó Açu são as empresas. Segundo Richers (1987) as empresas são unidades econômico-sociais, classificadas de acordo com as atividades que desenvolvem ou de acordo com a sua natureza jurídica. São resultantes da materialização dos processos econômicos executados pelos seres humanos por meio de técnicas.

A inserção das empresas no Conselho Gestor da UC visa evitar possíveis conflitos que poderiam surgir com a efetivação das atividades empresariais e seus efeitos na conservação ambiental. Na área de estudo, 06 empresas possuem representantes no conselho e tem influência nas discussões referentes à gestão territorial (Figura 05).

Figura 05: Organograma das empresas membros do Conselho Gestor da RDS



Fonte: NUSEC, 2015

Org.: REZENDE, 2015

A EMBRATEL é uma empresa de telecomunicações internacional, fundada em 1965, que fornece a infraestrutura necessária para o exercício da comunicação (telefone e internet) via fibra óptica. Na RDS essa empresa é responsável por fornecer a quantidade de fibras necessárias para a implantação dos serviços de internet na base do Centro Estadual de Unidades de Conservação. O processo de instalação do suporte necessário para o desenvolvimento da comunicação na área de estudo está ocorrendo paulatinamente. Há também, à serviço da EMBRATEL, um telefone público que auxilia no gerenciamento das informações externas e internas da UC.

A R. J. Telecomunicações e Importações é uma empresa de engenharia formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento que

atua no ramo de instalações da rede de telecomunicações, na manutenção telefônica, óptica, na infraestrutura civil, de cabeamento e de telefonia celular, e também auxilia na execução de obras civis. A R. J. junto à EMBRATEL exerce uma função importante na rede de comunicações e de infraestrutura da RDS Igapó Açu.

A ESP Segurança Patrimonial trabalha com a infraestrutura de segurança e de instalação de equipamentos eletrônicos variados. Executa escolta de veículo com carga especial, e age em situações de acidentes, incêndios, dentre outras circunstâncias. Portanto, presta serviços de infraestrutura e logística na UC, de acordo com a necessidade da unidade. A KD Catique atua paralelamente, em funções consultivas no planejamento das atividades da RDS.

As empresas Norte Frente e TESCON Engenharia trabalham na repavimentação da BR-319, tendo papel fundamental na reconfiguração territorial que a RDS Igapó Açu vem experienciando. A presença dos representantes dessas duas empresas no Conselho Gestor é de suma relevância, pelos impactos negativos e positivos que podem surgir com a repavimentação da BR-319.

As 06 empresas descritas anteriormente compõe o terceiro grupo de atores sociais envolvidos e partícipes do Conselho Gestor. Esses grupos empresariais devem planejar suas atividades de acordo com as normas estipuladas no Plano de Gestão, e devem contribuir para o aprimoramento das possíveis lacunas existentes no Plano de Manejo. Entretanto, a participação dessas empresas é de caráter consultivo, assim, por meio da participação social, os conselhos têm minimizado consideravelmente os conflitos existentes de ordem empresarial e comunitária.

O quarto grupo constitutivo do Conselho Gestor refere-se às organizações governamentais, composto por representantes de 07 órgãos estatais (Figura 06), sendo eles o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DMUC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), as Prefeituras dos municípios Careiro Castanho e Borba, e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM).

Figura 06: Organograma das organizações governamentais membros do Conselho Gestor da RDS Igapó Açu



Fonte: NUSEC, 2015
Org.: REZENDE, 2015

O DMUC é um órgão constituinte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) que centraliza as questões políticas e econômicas que regem o funcionamento da RDS Igapó Açu. Anteriormente, o órgão que regia esses aspectos era o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), que tinha soberania para deliberar as peculiaridades necessárias para cada UC estadual. Entretanto, a troca de governadores e o descompromisso com a questão ambiental, promovido pela arena de instabilidade política no Estado, geraram consequências graves para o Amazonas.

O principal impacto identificado no que cerne à conservação ambiental foi a extinção do Centro Estadual de Unidades de Conservação, uma deliberação que está tendo e terá impactos irreversíveis na gestão das áreas protegidas no Amazonas. Em aproximadamente duas semanas do ano de 2015, uma secretaria estadual se transformou em um departamento de uma secretaria municipal, uma decisão política que tem enfrentado entraves, na medida em que prejudicou e está prejudicando as ações na gestão territorial das UC. Essa nova configuração política modificou consideravelmente a governança ambiental na RDS Igapó Açu e nas UC estaduais do Amazonas.

Para compreender os aspectos organizacionais dos órgãos estatais na rede de articulação política da RDS Igapó Açu foi necessário a elucidação das lacunas advindas da instabilidade política, do sectarismo, e do personalismo. Apenas após a desmistificação dos sofismas que a governança ambiental poderá ser construída e analisada. Não é objetivo deste artigo avaliar qualquer gestão pública no âmbito do governo do Amazonas, porém há circunstâncias políticas que interferiram significativamente na rede política constituinte da governança ambiental. Sem o preenchimento dessas lacunas é impossível compreender a fluidez das centralidades das redes.

O DEMUC, órgão vigente responsável pela gestão das áreas protegidas, representa atualmente a centralização da rede de articulação política, pois congrega as outras organizações governamentais no processo de planejamento e execução das atividades da RDS Igapó Açu. O ICMBio exerce,

paralelamente, outras funções, diferenciadas da do DEMUC, porém engendradas.

Diferentemente do DEMUC, o ICMBio é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Foi criado em 2007, por meio da Lei Nº 11.516, e tem como objetivo executar programas e pesquisas relacionados à preservação e conservação da biodiversidade. O ICMBio também representa uma centralização na rede política da RDS Igapó Açu, pois possui autarquia para promover, junto com as demais organizações governamentais, programas voltados ao turismo e ao ecoturismo nas áreas protegidas.

A FUNASA, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, atua na promoção de ações voltadas ao saneamento básico e no controle e prevenção de doenças. Suas ações pautam-se na formulação e implantação de estratégias de combate epidemiológico. Na RDS Igapó Açu, a FUNASA executou, junto aos outros órgãos de saúde estadual e municipal, trabalhos de erradicação da malária. Atualmente esse vetor foi extinto da área de estudo, devido à intensificação dos trabalhos dos agentes de saúde. Desta forma, além da influencia direta na resolução de problemas sociais, a FUNASA tem participado das ações voltadas à gestão da UC, de forma consultiva.

A UFAM, dentre os outros atores sociais que compõe as organizações governamentais, é a instituição que possui o leque mais abrangente de atuação, devido ao ecletismo de cursos e pesquisas que compõe o ramo científico. Um dos trabalhos científicos que possui significativa representatividade na UC, realizado pela UFAM, é o Projeto Pé-De-Pincha, criado há 15 anos para o exercício do manejo sustentável dos quelônios junto aos moradores. O projeto prevê ações de educação ambiental, por meio da participação social, na execução das práticas de gestão dos bens comuns ambientais relacionados aos quelônios.

A Prefeitura do Careiro Castanho e de Borba amparam a UC nos aspectos auxiliares necessários para o exercício da gestão, apoiando a saúde, educação e segurança das comunidades. Entretanto, o auxílio só se torna possível com a intervenção dos moradores, que solicitam à prefeitura as demandas que os moradores requerem. A atuação das prefeituras é imprescindível para o desenvolvimento local, visto a imprescindibilidade dos elementos supracitados e seu apoio à gestão da UC.

O IDAM, do município de Borba, possui atuação diferenciada na UC das organizações governamentais citadas anteriormente. É um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) e filiado à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. De maneira geral, o apoio do IDAM na RDS Igapó Açu é insuficiente, se considerarmos a demanda dos moradores pelos serviços de responsabilidade deste órgão, como o apoio ao associativismo, cooperativismo e à comercialização de produtos advindos da agricultura familiar. Porém, a

presença no Conselho Gestor potencializa o desenvolvimento das atividades embargadas por ausência de suporte.

Os atores sociais descritos nos quatro grupos que compõem a rede política da RDS Igapó Açu, no que concerne à constituição do Conselho Gestor, têm funções e objetivos específicos, de acordo com sua natureza jurídica. A rede política se materializa por meio da interação entre todos esses atores sociais envolvidos. Pode-se afirmar que os quatro grupos, interagindo politicamente, configuram a rede de articulação política da governança ambiental da RDS Igapó Açu, entretanto, a governança está para além dessas redes, apresentando e se corroborando junto a outros elementos, como a governabilidade e o governo.

A governança ambiental é constituída a partir do entendimento dessa tríade (rede política, governabilidade e governo) constituída pela interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos, como foi explicitado anteriormente. O tópico seguinte irá aprofundar a inerência dessas questões e os seus desdobramentos na governança ambiental.

A centralidade da rede política e suas interfaces territoriais

A governança ambiental é constituída por sistemas simbólicos e sistemas sociopolíticos que se configuram por meio da rede de articulação política existente. Para entender e analisar esse constructo que compõe a governança é necessário elucidar a tríade que a constitui para o aprofundamento das lacunas teóricas atuais. Essa não é uma tarefa fácil, pois desmistifica os axiomas e os paradigmas dominantes, que regeram desde sempre o pensar relacionado à governança na ciência moderna.

A significativa maioria dos trabalhos científicos que analisam a constituição da governança ambiental a concebem como sendo uma rede de articulação política entre os atores sociais que interagem em uma determinada área. Entretanto, esta é uma assertiva ingênua, que exclui da construção teórica outros elementos imprescindíveis que resultam na organização de uma sociedade e, conseqüentemente, de um território. O viés que preenche essas lacunas e está emergindo na modernidade é a abordagem da governança no âmbito da dialética da complexidade sistêmica¹.

Segundo esse viés teórico, a governança é construída e constrói-se por elementos da governabilidade e do governo. Porém, sua organização é

¹ A dialética da complexidade sistêmica foi cunhada por Edgar Morin (1987) como um novo paradigma que emerge no âmbito da modernidade junto à necessidade de uma forma de pensar diferenciada, que objetiva compreender a complexidade do sistema real. Esse paradigma enxerga por meio da lente sistêmica a subjetividade e objetividade humana a partir de sua relação com tudo e com todos, extinguindo a dicotomia na construção de realidades.

precedida por sistemas simbólicos e sociopolíticos, que fundamentam e são fundamentados pelo governo, dialeticamente. O governo, a priori, não se reduz à dimensão estatal, sendo a manifestação do poder pela unidade política gerida. Dentro dessa perspectiva, há uma interação política entre os atores sociais resultante de macroprocessos que se materializam via governança ambiental.

As ações dos atores sociais da RDS Igapó Açu, que compõe o Conselho Gestor, geram a governabilidade da UC. A governabilidade, aqui descrita, refere-se a todos os elementos que garantem as condições necessárias para o governo, no caso da área de estudo, é composta pelos grupos constituintes do Conselho: os representantes da sociedade civil, as organizações governamentais e sociopolíticas, e as empresas. O papel desses atores sociais fundamenta a governabilidade da RDS Igapó Açu.

O governo da RDS Igapó Açu é centralizado nos moradores, apesar da influência marcante do DMUC na execução das atividades cotidianas. Entretanto, isso não significa que o governo não dependa dos outros grupos que compõe a rede política da UC, pelo contrário, os outros atores sociais fundamentam a governabilidade para o exercício desse governo. Por esse motivo, é impossível analisá-lo sem compreender as interações que o constituem enquanto organizador da unidade política.

O ato de governar é um ato político, social, cultural e, sobretudo, paradigmático. Os seres humanos governam e destacam o que é governável e o que não é governável à luz de seus paradigmas. Morin (1987) afirma que os paradigmas são os princípios supralógicos de organização do pensamento, que governam a construção de realidades no processo perceptivo do real. O autor, por meio desse conceito, insere novos elementos no viés da análise política, e de várias outras áreas da ciência.

Os paradigmas, alinhados aos sistemas simbólicos, conferem singularidades na organização de um grupo social e, conseqüentemente nas suas formas de governo. Apesar de a RDS Igapó Açu ser constituída por pessoas advindas dos diversos lugares do Brasil, possui características específicas resultantes da materialização dos sistemas simbólicos após a socialização com o grupo anteriormente territorializado. Nesse contexto, o poder que orienta o ordenamento do território e que governa a UC está centralizado nos moradores antigos, que estabelecem subjetivamente normas de uso territorial para os novos moradores.

Essas normas são baseadas na sustentabilidade ambiental, apreendida geracionalmente por meio da materialização dos sistemas simbólicos via cultura. Apesar da RDS Igapó Açu não ser constituída por povos tradicionais, há inúmeras características marcantes de gestão dos bens comuns que se assemelham às práticas tradicionais de uso da terra. Pode-se inferir que essa UC está em um processo de re-tradicionalização do tradicional, ou seja, em

uma nova configuração cultural de gestão ambiental dos bens comuns, pautado, sobretudo, na sustentabilidade ambiental.

Segundo Duarte (2014) a sustentabilidade adquiriu um caráter polissêmico na atualidade, na medida em que vem se reconfigurando ao longo do tempo. A emergência desse conceito deve-se à extrema dependência da sociedade com o ambiente, anteriormente negligenciada pela modernidade. Assim, a sustentabilidade foi inserida no campo da discussão paradigmática, por se tratar de uma nova construção social em emergência. Nascimento (2012) afirma que a sustentabilidade está ancorada em modos particulares de relação com o ambiente, e tem como objetivo principal a manutenção da resiliência ecossistêmica a partir da solidariedade por meio de princípios éticos específicos.

Pode-se observar que, apesar da polissemia do termo sustentabilidade, os autores que escrevem sobre essa temática encontram pontos semelhantes, independente do nó górdio existente entre as diversas abordagens. Neste artigo, a sustentabilidade ambiental será empregada como sendo o processo de utilização dos bens comuns sem destituir a autopoiese do sistema ambiental. Maturana e Varela (1995) concebem autopoiese como sendo a capacidade de reprodução dos seres vivos que conferem as condições necessárias para a vida.

Os moradores antigos da RDS Igapó Açu possuem um etnoconhecimento perpassado geracionalmente que assegura a sustentabilidade ambiental. Eles desenvolvem atividades na agricultura e na pesca que proporcionam a autopoiese sistêmica. Utilizam produtos naturais no controle das pragas, em detrimento do uso de agrotóxicos; plantam em rotatividade, para não esgotar os nutrientes do solo; pescam em momentos propícios e respeitam o período de defeso, para evitar a extinção das espécies; dentre outros.

Essas formas específicas e coletivas de gestão dos bens comuns ambientais resultam no governo da RDS Igapó Açu. Esse governo representa a materialização dos sistemas simbólicos no ordenamento da unidade política. A governação, ou seja, o resultado da ação de governar advém dos pressupostos culturais e paradigmáticos de uma sociedade, e na área de estudo não é diferente. É importante ratificar que o governo é conduzido por seres humanos, e, portanto, por seres que possuem paradigmas que comandam e gerem os seus modos de pensar, formular e executar políticas. Logo, isento de neutralidade.

Compreender a governança destituída da natureza do governo e da governabilidade significa construir uma análise simplista, por esse motivo, foi necessário elucidar o obscurecimento epistemológico que vem orientando o pensar político na ciência moderna. Nesse sentido, a governança, aqui trabalhada, estabeleceu-se por meio da rede de articulação política entre os

atores sociais e os sistemas simbólicos e sociopolíticos que originam o governo e concebem a governabilidade.

CONCLUSÕES

Compreender a governança ambiental da RDS Igapó Açu, junto ao ecletismo de atores sociais que configuram a rede de articulação política, significa elucidar lacunas anteriormente construídas. Toda elucidação, como a própria palavra expressa, ilumina aspectos até então obscurecidos e invisibilizados. Dessa forma, construir um novo conceito de governança ambiental, após a divulgação de inúmeros trabalhos científicos voltados à temática, foi o desafio desse artigo.

A reconstrução do pensar político na ciência moderna pode ser permeada de arbitrariedade, todavia, pode ser um estratégia importante para o desenvolvimento de uma nova abordagem e de uma nova forma de perceber o mundo. Não se trata de apreço pela neofilia, e sim de uma necessidade emergente de reconstruir epistemologicamente a governança ambiental no estado do Amazonas.

Nesse sentido, a RDS Igapó Açu foi compreendida e analisada pela lógica dos sistemas simbólicos e sociopolíticos, no âmbito da governabilidade e do governo, na constituição da governança ambiental. Entretanto, o processo perceptivo e reflexivo de construção desse trabalho necessitou da utilização de autores das variadas áreas do conhecimento, pelo fato do problema da pesquisa requerer uma inflexão transdisciplinar.

Entendido todo o processo de construção epistemológica, pode-se inferir, após a análise dos dados, que a centralidade da governança ambiental da RDS Igapó Açu é o Conselho Gestor. O Conselho proporciona e materializa a governabilidade da UC, paralelamente, o governo aparece mediado por outros aspectos, não somente pelo viés político, diferentemente dos outros elementos que compõem a governança. O entendimento da interface entre a tríade governança-governabilidade-governo em uma área protegida elucidou os aspectos obscurecidos em outras pesquisas, que ora sinonimizavam esses conceitos, ora o antagonizavam.

Portanto, inúmeros são os trabalhos que analisam a governança na atualidade, entretanto, há diversas lacunas que precisam ser preenchidas, visto a emergente acentuação do debate político no âmbito da globalização. Dessa forma, espera-se que haja desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas a esse tema, com vistas a desenvolver abordagens paralelas nessa miríade de articulação política em unidades de conservação. As UC necessitam de trabalhos científicos na perspectiva da governança e gestão, pelos inúmeros conflitos que se materializam no território devido ao sectarismo no entendimento das relações de poder existentes nas áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

- AB´SABER, A. N. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos do Brasil**. São Paulo: Instituto de Geografia, 1970.
- ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Bomtempo, 2000.
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASÍLIA. **Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008**. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. Brasília, 2008.
- COELHO, M; DINIZ, E. **Governabilidade, governança local e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.
- CORREIA, Laíse Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes. Reflexão sobre as funções da governança corporativa. **Revista de Gestão USP**, v.13, n.1, São Paulo, 2006.
- DUARTE, Laura M. G. A questão energética: sustentabilidade do desenvolvimento ou desenvolvimento da sustentabilidade? In: **Esquina da Sustentabilidade: um laboratório da biocivilização**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.
- ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Celta Editora: Oeiras, 1994.
- FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n.53, 2005.
- FILHO, A. T. O; RATTER, J. A. A study of the origin of central Brazilian forests by the analysis of plant species distribution patterns. **Edinburgh Journal of Botany**, v.52, n.02, p. 141-194, 1995.
- FILHO, C. P. M. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Cengage, 2006.
- FREEMAN, L. Segregation in social networks. **Revista Methods & Research**. V.01, n.04, p. 411-429, 1978.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Revista Política & Sociedade**, n.5, p. 119-138, 2004.

GOMES, Raimunda de Souza. **A dupla face do sindicalismo em Manaus**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. Editora Edusp. São Paulo: Cultrix, 1973.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Editora Civilização Brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro, 1997.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. **Governança ambiental e economia verde**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.17, nº6, Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Itala dos Santos; SANTOS, Géssyca Souza dos; SOUZA, Deiziane Matos de; PIEDADE, Herlana Ferreira. **Políticas públicas e a busca pela garantia dos direitos dos pescadores artesanais: um estudo da Colônia dos Pescadores Z-17 em Parintins/AM**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2013.

LORENZETTI, Julia Vaz; CARRION, Rosinha Machado. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cadernos EBAPE**, v.10, nº3, Rio de Janeiro, 2012.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

MO, J. **Placing the G20 in the Emerging System of Global Governance**. Hills Governance Center at Yonsei Working Paper, p.2-13, 2010.

MORIN, Edgar. **O método 01: a natureza da natureza**. Editora Europa América, 1987.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Revista Estudos Avançados**, v.26, n. 74, São Paulo, 2012.

NETO, J. P. Q. Geomorfologia e pedologia. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.01, p. 59-67, 2000.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito sindical e coletivo do trabalho**. São Paulo, 2002.

RICHERS, Raimar. **O que é empresa**. 2ª edição. Coleção Primeiros Passos: Editora Brasiliense, 1987.

SAITO, Érika Akemi; ESCADA, Maria Isabel Sobral; FONSECA, Leila Maria Garcia; KORTING, Thales Sehn. **Análise de padrões de desmatamento e trajetória de padrões de ocupação humana na Amazônia usando técnicas de mineração de dados**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2011.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

TUAN, Yu Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1974.

WILLIAMS, David; YOUNG, Tom. Governance, the World Bank and liberal theory. **Revista Political Studies**, p.84-100, 1994.

INVESTIMENTOS DIRECIONADOS PARA O AUMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITE NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Joel José de Souza¹

Resumo:

O presente artigo compõe uma pequena parte da pesquisa feita para elaboração da tese de doutorado do autor, sobre o complexo agroindustrial de laticínios no Brasil. O texto tem como objetivo geral demonstrar como os investimentos voltados a aumentar a produção de leite na Região Sul do Brasil têm transformado as relações de produção do setor nas últimas décadas, ocasionando impactos diretos sobre a organização espacial da produção e industrialização. Portanto o texto propõe uma análise a partir das mudanças que ocorreram nos investimentos voltados a modernização, visando aumentar a produção, com o objetivo de atender à crescente demanda gerada pelos investimentos em industrialização de leite na região.

Palavras-chave: Produção; investimentos; modernização.

1- INTRODUÇÃO

Este artigo procura demonstrar como as atuais mudanças que vêm ocorrendo no complexo agroindustrial de leite no Brasil tem nas bacias leiteiras do Sul do país o centro da dinâmica. A porção meridional do país tem recebido, nos últimos anos, um grande número de investimentos destinados ao setor de laticínios no Brasil. O total de investimentos anunciados para o mencionado setor na primeira década do século XXI na região ultrapassa o valor de R\$ 1,5 bilhão de reais, se forem levados em conta apenas os valores destinados à construção de plantas produtivas novas e a ampliação e modernização de unidades antigas.

Tais aportes financeiros tiveram, como principais investidores, empresas e cooperativas de capital local, com o apoio do Estado em suas diversas escalas (Federal, Estadual e Municipal). Além das iniciativas locais, a região também tem recebido investimentos de empresas de capital nacional oriundas de outras regiões do Brasil e de empresas de capital estrangeiro (Nestlé, Sig Combibloc, Tetra Pak e Conaprole), que atuam no setor de alimentos no Brasil. Assim como as empresas de capital local, as empresas que não são da região têm obtido incentivos do governo, principalmente no Rio Grande do Sul, para se instalarem no estado gaúcho.

¹ Instituto Federal de Santa Catarina. Doutorado concluído

Tais investimentos transformam toda a cadeia produtiva do setor de laticínios, pois os novos aportes financeiros não estão direcionados somente para construção e ampliação de plantas industriais. Muitos desses aportes estão sendo utilizados para ampliação da produção diretamente nas propriedades, objetivando garantir a disponibilidade da matéria-prima para o setor industrial, gerando novos paradigmas de produção com a entrada de grandes empresários no setor, como Ivan Zurita (presidente da Nestlé no Brasil e proprietário da Agrozurita¹), e empresas, como a neozelandesa PGG Wrightson² e a Parmalat Brasil³, que têm investido em propriedades rurais no Sul do país.

Os estados do Sul do Brasil, por serem os que mais têm recebido novos investimentos em toda a cadeia produtiva do setor, acabam tendo as melhores taxas de crescimento da produção de leite entre os principais estados produtores (Gráfico 1). Entre os anos de 2005 e 2007, as maiores taxas de crescimento na produção destinada à industrialização de leite no Brasil, comparando os principais estados produtores, foram nos três estados do Sul do Brasil – Santa Catarina, 30,8%; Rio Grande do Sul, 25,4%; e Paraná, 7,1%; seguidos por Minas Gerais, 7%; Goiás, 6,3%; e São Paulo, 2,8%; enquanto a média nacional foi de 9,7% (ICEPA, 2008).

¹ Fundada em 2001 na fazenda Belmonte, em Araras, São Paulo, a empresa foi pioneira na implantação da raça bovina Simental de linhagem sul-africana no Brasil. Especializada em biotecnologia (aprimoramento genético, transferência de embriões, inseminação artificial, sêmen sexado e clonagem). A técnica de sexagem permite determinar o sexo do embrião no momento da inseminação.

² A PGG Wrightson é especializada em produção de leite com foco em tecnologias que visam ao aumento de produtividade por meio do uso de pastagens especiais. Considerada líder mundial do setor de sementes de forragem e implementação de pasto em fazendas, a PGG opera com prestação de serviços agrícolas na Nova Zelândia e na América do Sul (MILKPOINT, 2008).

³ Adquiriu uma propriedade de 2.548 hectares em Alegrete, no valor de R\$ 11,46 milhões, onde serão criadas vacas da raça holandesa. A aquisição faz parte da estratégia da empresa de integrar a cadeia produtiva do leite para produzir leite de maior qualidade por meio de animais mais produtivos e de melhor genética (MILKPOINT, 2008).

Gráfico 1 – Taxa média de crescimento da produção, do período de 2003 a 2007, no Brasil e nos principais estados produtores



Fonte: ICEPA (2009)

Ao se analisar tanto as taxas de crescimento referentes à produção destinada à industrialização quanto a simples produção, ficam bem evidentes os primeiros reflexos dos investimentos direcionados ao setor na Região Sul do país, que tem ganhado espaço no setor, enquanto regiões historicamente tradicionais na produção e industrialização de laticínios, como Minas Gerais e São Paulo, perderam espaço. Portanto, identificar, localizar e caracterizar as principais áreas produtoras e a relação delas com as grandes agroindústrias de laticínios no Brasil são objetivos desta tese.

2 - DESENVOLVIMENTO

A grande soma de investimentos direcionada para aumentar a capacidade industrial nas unidades empresariais localizadas na região Sul do país nos últimos anos gerou em contrapartida a necessidade de aumentar a oferta de matéria-prima existente hoje na região. O Rio Grande do Sul, antes dos grandes investimentos anunciados para o setor de laticínios, já trabalhava com uma capacidade ociosa de cerca de 20%, na indústria de processamento de leite (MILKPOINT, 2008). O Estado do Paraná, segundo relatório publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta um nível de capacidade ociosa industrial da ordem de 43,1%, representando mais de 107 milhões de litros de leite/mês (IPARDES, 2010).

[...] a produção média no Rio Grande do Sul é de 8 milhões de litros por dia, frente a uma capacidade produtiva instalada de 10 milhões de litros por dia. "Temos uma ociosidade de 20%, que tende a aumentar, pois até 2010, com a vinda de mais indústrias, esse índice pode chegar a 12 milhões de litros dia. A produção não

consegue responder a todo esse aumento. Talvez com os investimentos em granjas de leite, parte do problema seja contornado", acredita o presidente do Sindilat. Além da demanda interna, o Rio Grande do Sul atende ainda a pedidos de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, comercializando para estes mercados até 20% do que produz (MILKPOINT, 2008).

Com os novos investimentos e o aumento crescente pela demanda de leite, os novos aportes financeiros na região tendem a ser direcionados do mesmo modo para aumentar a produção de matéria-prima, por meio de investimentos em inovações produtivas (melhoramento genético, pastagens, aumento de rebanho, profissionalização dos produtores, melhoramento no manejo, etc.). Esses investimentos estão sendo aplicados por intermédio de parcerias entre empresas, Estado (Municipal, Estadual e Federal), sindicatos, associações e instituições de direito privado (SENAR, SENAI, SEBRAI, etc.) e por iniciativas privadas de grupos ligados ao setor produtivo, grandes produtores, como Ivan Zurita, presidente da Nestlé, no Brasil, e dono da Agrozurita¹.

Ivan Zurita, pioneiro na reprodução da raça bovina simental sul-africana no Brasil, durante uma de suas visitas ao Rio Grande do Sul, em 2008, em virtude da inauguração da unidade da Nestlé no município de Palmeiras das Missões, anunciou que está buscando promover uma parceria e adquirir uma propriedade para expandir os negócios da Agrozurita na região Sul, vendendo sêmen para produtores de leite e carne. Além de Zurita, a empresa neozelandesa PGG Wrightson e a Parmalat Brasil (LBR) anunciaram investimentos na área de produção no Rio Grande do Sul, segundo reportagem postada no site Milkpoint em 8 de abril de 2008.

Agora, novos investidores vêm também com o objetivo de colaborar para o incremento da produção de forma a atender à demanda das fábricas. Na corrida pelo fomento à bacia leiteira está a neozelandesa PGG Wrightson e a Parmalat, que anunciaram recentemente a intenção de direcionar recursos para unidades produtoras no estado. A PGG Wrightson é especializada em produção de leite com

¹ Fundada em 2001 na fazenda Belmonte, em Araras São Paulo, a empresa foi pioneira na implantação da raça bovina Simental de linhagem Sul-Africana no Brasil. Especializada em biotecnologia (aprimoramento genético, transferência de embriões, inseminação artificial, sêmen sexado e clonagem). A técnica de sexagem permite determinar o sexo do embrião no momento da inseminação.

foco com tecnologias que visam ao aumento de produtividade por meio do uso de pastagens especiais. Considerada líder mundial do setor de sementes de forragem e implementação de pasto em fazendas, a PGG opera com prestação de serviços agrícolas na Nova Zelândia e na América do Sul. A Parmalat, controlada pela *Laep Investimentos*, também tornou público o interesse em incrementar a produção de leite do estado. Para tanto, adquiriu uma propriedade de 2.548 hectares em Alegrete, no valor de R\$ 11,46 milhões, onde serão criadas vacas da raça holandesa. A aquisição faz parte da estratégia da empresa de integrar a cadeia produtiva do leite para produzir leite de maior qualidade por meio de animais mais produtivos e de melhor genética (MILKPOINT, 2008, p 1).

A chegada de novos padrões produtivos à região tende a forçar a modernização dos produtores envolvidos no setor, independentemente do tamanho de suas propriedades. A maioria das propriedades pertencentes às bacias leiteiras que compreendem, sobretudo, as regiões Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, são classificadas como de “agricultura familiar”, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O processo de capitalização desse modelo de agricultura é a única forma que restará para os produtores que queiram continuar trabalhando na produção leite, independentemente do tamanho de suas propriedades. Essa é uma tendência dada pelo modelo capitalista de produção, não restando espaço para os produtores que não querem ou não conseguem capitalizar-se de alguma forma.

Comparando os resultados do censo agropecuário para Santa Catarina de 1995-96 com os de 2006, é possível verificar uma forte queda no número de propriedades envolvidas na produção de leite, mas, por outro lado, ocorre um intenso aumento na produção (Tabela 1), demonstrando que essa tendência de modernização, mediante investimentos em melhoramento produtivo, já vem ocorrendo de forma intensa na região. Esse novo padrão produtivo imposto para o setor, ao mesmo tempo em que inclui os produtores que estão conseguindo se capitalizar, tende a excluir da atividade os produtores que não conseguem investir na modernização de suas propriedades.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários com leite e sua produção nas regiões de Santa Catarina – 1995-96 e 2006

Regiões	Produtor es			Produç ão		Média (1.000l)	Produç ão Total (1.000l)	
	1995-96	2006	Variação %	1995-96	2006	1995-96	2006	
Oeste	70.577	51.482	(27,06)	6.874	20.381	485.151	1.046.250	
Norte	12.439	5.938	(52)	5.967	9.072	74.225	53.871	
Grand e Fpolis	7.688	4.050	(47)	3.661	5.751	28.143	23.291	
Serra na	12.598	5.220	(59)	4.070	9.943	51.275	51.905	
Sul	16.755	9.363	(44)	4.836	12.245	81.027	114.649	
Vale do Itajaí	25.611	12.770	(50)	5.841	11.168	149.597	142.615	
Total do estado	145.668	88.823	(39)	5.968	16.162	869.418	1.435.581	

Fonte: ICEPA (2008)

Comparando os dados da Tabela 1, é possível verificar que a quantidade de leite produzido em 2006 foi maior que a de 1995-96, apesar de ter diminuído o número de propriedades; em contrapartida, ocorre um forte aumento na produtividade nesse mesmo período. Veja-se o caso da região Oeste catarinense que sai de uma média de produtividade de 6.874 litros/ano por estabelecimento, para 20.381 litros/ano, demonstrando que a diminuição do número de produtores tende a ser compensada pelo melhoramento produtivo nos estabelecimentos que permanecem na atividade.

Para confrontar essa tendência de queda no número de produtores, medidas voltadas para a modernização da atividade estão sendo implantadas por meio de investimentos feitos com o apoio do governo federal por intermédio do Pronaf, que, além de conceder financiamento para “agricultores familiares”, tem concedido financiamento para cooperativas da região, que queiram ampliar sua capacidade de produção. Para conceder esse tipo de financiamento para as cooperativas, o governo exige que elas tenham, como maioria dos cooperados, agricultores enquadrados dentro do modelo de “agricultura familiar”, não importando se são agricultores já capitalizados ou não.

Entre os investimentos mencionados, vários exemplos são de cooperativas que foram favorecidas por esse tipo de financiamento conferido pelo Pronaf, na região Sul do Brasil; Cooperoste e Aurora, em Santa Catarina; Confepar, no Paraná; CCGL e Cosulate, no Rio Grande do Sul (Tabela 2).

Tabela 2 – Investimentos do Pronaf em cooperativas do Sul do Brasil

Cooperativa	Valor	Finalidade	Localização
Cooperoste	R\$ 10 milhões	Ampliação	São Miguel do Oeste/SC
Aurora	R\$ 96 milhões	Fábrica nova	Pinhalzinho/SC
Confepar	R\$ 38 milhões	Fábrica nova	Pato Branco/PR
CCGL	R\$ 48 milhões	Fábrica nova	Cruz Alta/RS
Cosulate	R\$ 25,5 milhões	Fábrica nova	Capão do Leão/RS

Fonte: MDA (2009)

Além dos recursos liberados para as cooperativas como forma de incentivar a produção entre seus cooperados, outras medidas de forma bem mais direta têm sido adotadas para incentivar a produção. Em Santa Catarina, a Cooperativa Aurora, juntamente com Programa D'Olho na Qualidade, desenvolvido pela agência do Sebrae, de Xanxerê, em parceria com o Banco do Brasil, Epagri, Cidasc, UDESC, Prefeitura, Agenda 21, Cresol e Sindicato de Produtores Rurais, está investindo na técnica de pastoreio Voisin¹, de forma a reduzir os custos de produção e manter a sustentabilidade nas propriedades

¹ Pastoreio Voisin atende plenamente aos princípios da agroecologia, sendo uma importante ferramenta para a implementação da chamada pecuária orgânica.

rurais. O programa foi iniciado em janeiro de 2008 no âmbito do Arranjo Produtivo Local (APL) de Leite & Derivados do Oeste, organizado pelo Sebrae, e tem abrangência inicial sobre a base territorial da Cooperativa Regional Itaipu (filiada Aurora), na qual 76 famílias foram selecionadas para produzir leite orgânico. A meta do projeto é de superar duas centenas de empreendimentos rurais utilizando as técnicas de produção com certificação. A instituição que fará a certificação do leite orgânico será a IBD Certificações – Instituto Biodinâmico, de Botucatu/SP. A implantação do programa exige investimentos da ordem de meio milhão de reais. Os diversos parceiros dividiram responsabilidades na estruturação do programa. O Sebrae presta consultoria tecnológica e aporte de recursos; a Coopercentral Aurora custeia reagentes, estagiários e a infraestrutura de laboratórios; a Cooperitaipu mobiliza os produtores que adotaram a metodologia de produção pelo sistema de pastoreio racional Voisin; a UDESC participa fornecendo pesquisadores. Esse projeto do leite orgânico na perspectiva das empresas coloca o Oeste de Santa Catarina na produção do que há de mais moderno no mundo, que são os produtos “*fair trade*”, ou seja, produtos que resultam de ações e conceitos de responsabilidade social e ambiental.

Investimentos como esses geram, além de um produto diferenciado, produtores fidelizados às empresas, garantindo, conseqüentemente, a manutenção na produção da matéria-prima. Como dito anteriormente, o setor tem na aquisição da matéria-prima um momento de forte concorrência entre as empresas, cuja tendência é se agravar em razão do forte crescimento na capacidade de produção industrial da região. Para superar o problema da concorrência pela aquisição da matéria-prima, as empresas procuram investir cada vez mais em fidelização dos produtores.

A empresa BRF, por exemplo, criou o programa Fideliza Leite e tem incorporado seus produtores a um sistema parecido com os integrados adotados no setor de carne; a empresa fornece assistência técnica e parte dos insumos com a garantia de compra de toda a produção. A Elegê, antes de fazer parte da Perdigão (BRF), já havia adotado o programa Clube do Produtor como forma de fidelizar seus produtores. Essa medida tem sido adotada igualmente pela BRF para garantir produtores; o programa consiste em fornecer bonificação para estimular a produção.

No Rio Grande do Sul, a Perdigão fez em 2008 uma parceria com o SENAR/RS para capacitação dos produtores que fazem parte do Fideliza Leite. A capacitação foi fornecida pelo SENAR em três módulos, sendo o primeiro "Encontro técnico para nivelamento de conceitos". O programa teve o objetivo de alinhar as diretrizes estratégicas de cada parceiro, fazendo com que os participantes conheçam o sistema de trabalho do SENAR-RS e da Perdigão; o segundo módulo, "Treinamentos de Capacitação Técnica para a

Produção Leiteira", transmitiu aos produtores conhecimentos técnicos necessários à área, como: nutrição do gado leiteiro, reprodução e melhoramento genético de bovinos e manejo de ordenha e qualidade do leite. Esses três pontos vão ao encontro da demanda feita pela Perdigão, que solicitou a abordagem de outros temas como: contagem bacteriana, células somáticas, incremento na porcentagem de gorduras e proteínas. O terceiro módulo, "Reunião Técnica para Avaliações de Resultados", consistiu na apresentação e avaliação dos resultados observados ao longo de todo o desenvolvimento dos trabalhos.

A empresa Bom Gosto (LBR) tem utilizado como uma de suas estratégias para garantir produtores o investimento na distribuição de resfriadores em sistema de comodato. Cinco mil resfriadores de expansão foram adquiridos para seus produtores, a compra dos equipamentos exigirá investimento de R\$ 40 milhões, em parte financiados pelo Banco do Brasil, e serão distribuídos ao longo de cinco anos junto com kits de limpeza. Os criadores, ao mesmo tempo, terão suporte técnico para produção de forrageiras e, em contrapartida, deverão fornecer matéria-prima com exclusividade para a empresa e se comprometer com a elevação dos níveis de produção.

No Rio Grande do Sul, em 2008, a cooperativa Coorlac investiu R\$ 1,6 milhão em assistência técnica para incrementar e qualificar a produção de leite nas regiões do Alto e Médio Uruguai (RS) e, assim, garantir e agregar mais produtores. O montante do investimento é proveniente do projeto de assistência técnica e extensão rural aprovado na Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Igualmente foram liberados recursos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e mais R\$ 300 mil, que serão repassados pelas cooperativas que fazem parte do sistema. Serão beneficiadas quatro mil famílias de pequenos produtores de leite que fornecem matéria-prima para a planta da cooperativa localizada no município de Erechim (RS). Uma das ações será melhorar a qualidade e a produtividade do alimento com foco na sanidade, manejo e alimentação dos animais e administração das propriedades.

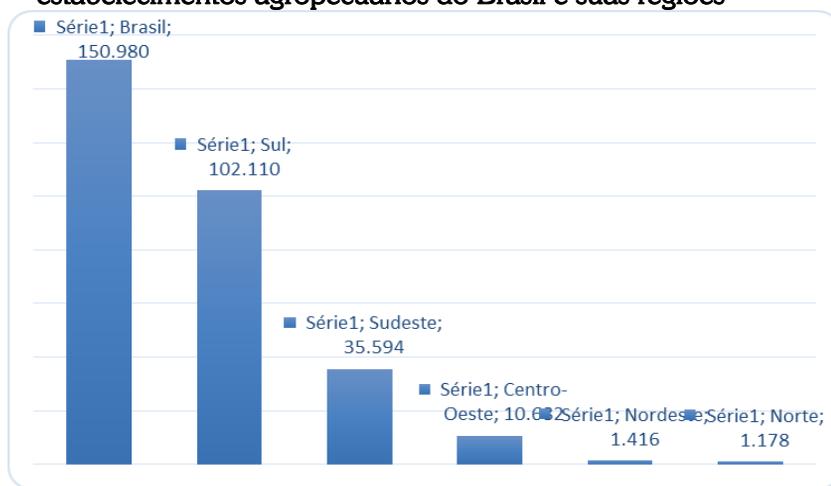
Outro exemplo é o Programa de Sustentabilidade da Atividade que está sendo implantado pela Cotrijal, que investirá na pecuária leiteira do município de Não-Me-Toque (RS), visando ampliar a produtividade. Trata-se de uma política de trabalho cujo intuito é incrementar a produção de leite, identificando, capacitando e monitorando as propriedades. A meta da empresa é atingir os principais gargalos da atividade na área de abrangência da cooperativa: baixa produtividade, desconhecimento dos custos de produção e mão de obra desqualificada. Conforme dados apurados pela unidade de produção animal da cooperativa, do total de produtores, 71,3%

mantêm uma média de produção de leite de 3,5 mil litros por mês, garantindo uma margem líquida em torno de 5%. A margem sobe para 19% entre os 16,5% de produtores que mantêm média de 7,8 mil litros mensais, e chega a 32% para os 8,6% de produtores cujo rebanho alcança volume médio de 14,6 mil litros mensais (MILKPOINT, 2008).

No Paraná, a cooperativa Castrolanda, em convênio com BRDE e Sicredi, quer viabilizar o financiamento para pequenas e médias propriedades leiteiras, com recursos do Pronaf, direcionados para compra de ordenhadeiras e resfriadores, com juros de 2% ao ano, os mais baratos disponíveis aos produtores hoje no mercado. A cooperativa também disponibilizará R\$ 10 milhões aos seus cooperados para investirem na bovinocultura leiteira e em atividades de suinocultura.

A briga por produtores é grande, especialmente nessa nova conjuntura em que as empresas buscam inovar para ganhar espaço no mercado interno e externo. Ao comparar os resultados do Censo Agropecuário 2006, a respeito do número de resfriadores de leite presentes nas propriedades rurais do país, constatam-se 67,6% dos equipamentos instalados em propriedades da Região Sul do Brasil, contra 23,6% na Região Sudeste (Gráfico 2). Esses números demonstram o grau de tecnificação das propriedades presentes na atividade na Região Sul, resultado dos investimentos feitos pelos atores envolvidos no setor nos últimos anos, sobretudo os subsidiados com apoio do Estado via recursos do Pronaf Infraestrutura.

Os investimentos na Região Sul, voltados para ampliar a produção e melhorar a qualidade do leite, têm na introdução massiva dos resfriadores de leite um importante indicador de tais transformações que têm ajudado a melhorar o desempenho do Brasil nos últimos anos em relação ao mercado mundial de laticínios. As exportações do país cresceram muito se for comparado o recorte feito entre 2000 e 2007. Em 2000, o Brasil exportou 8.935 toneladas, com faturamento de US\$ 13.401; em 2007, esses valores atingiram 96.579 toneladas, com faturamento de US\$ 273.287 e uma balança comercial favorável em US\$ 122.453, no setor. Os principais países na importação de lácteos do Brasil em 2007 foram, respectivamente, Venezuela, US\$ 62.582; Argélia, US\$ 54.867; Senegal, US\$ 12.902; Argentina, US\$ 8.555 e Estados Unidos, US\$ 7.210 (ICEPA, 2008). Os investimentos liderados pelo setor na Região Sul do Brasil possibilitam a expansão do setor para além do mercado nacional, com a introdução de uma produção que hoje atende às exigências internacionais para comercialização de lácteos.

Gráfico 2 – Número de tanques para resfriamento de leite existentes nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e suas regiões

Fonte: IBGE (2006)

A aplicação direta do Estado nos investimentos para aumentar a produção

A elaboração e a introdução da Instrução Normativa nº 51, em 2002, substituída pela Instrução Normativa nº 62, em 2012, são exemplos de políticas do Governo Federal direcionadas para o setor, com o objetivo de forçar a modernização da produção, mediante exigências sanitárias, forçando a mudanças no padrão produtivo predominante, baseado na produção de pequena escala e na atividade de subsistência.

Um exemplo das consequências das inovações institucionais refere-se às exigências sanitárias na produção leiteira, que tem tornado obrigatória a adoção de equipamentos, técnicas e modelos organizacionais de produção e articulação com o mercado que repercutiram sobre toda a cadeia. Sendo este argumento verdadeiro, está-se diante de um processo que poderá acentuar a heterogeneidade e diferenciação no interior do vasto universo do que vem sendo tratado como “agricultura familiar”. Isto porque apenas parte deste grupo está apto a incorporar-se ou ser incorporado aos processos de inovação tecnológica necessários para assegurar a reprodução e viabilidade das unidades produtivas (BUAINAIN; DEDECCA, 2010, p. 137).

Além dos investimentos com auxílio do Estado em parceria com cooperativas, algumas medidas tomadas de forma direta merecem ser mencionadas neste trabalho, como, por exemplo, o projeto de parceria entre a Embrapa Gado Leite com o Iapar¹ e Emater², no Paraná. O projeto tem como objetivo aplicar uma ação conjunta entre os órgãos para pesquisa e extensão na produção de leite no estado. O Paraná hoje é o segundo maior produtor de leite do país com produção de 2,8 bilhões de litros/ano³, ficando atrás apenas do estado de Minas Gerais, cuja produção é de cerca de sete bilhões de litros/ano. A Embrapa já possui um núcleo da Embrapa Gado Leite no Paraná, em Londrina, dentro do núcleo da Embrapa Soja (MILKPOINT, 2008).

O estado do Paraná hoje tem 118 mil produtores de leite, sendo 110 mil da “agricultura familiar” e oito mil de grandes produtores. Sob a alegação de tentar “proteger esses produtores menores”, o governo do estado tem adotado medidas fiscais para apoiar o leite produzido no Paraná, com o escopo de estabelecer a igualdade tarifária com o leite produzido em São Paulo – o maior estado consumidor do país. O Governo paranaense pretende implantar um decreto de lei para zerar o ICMS do leite, a fim de não perder competitividade com o produto industrializado em São Paulo (MILKPOINT, 2008).

Essa guerra fiscal entre Paraná e São Paulo está ganhando um terceiro agente – Santa Catarina – que, para se defender, está estudando medidas para proteger a produção catarinense. O primeiro projeto de Santa Catarina nesse sentido prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do estado de Santa Catarina (Fundplaf). Esse fundo tem como objetivo financiar a política de renda dos produtores de leite, pela garantia do preço mínimo, financiar a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos para a produção e industrialização do leite, bem como ser fonte de recurso financeiro para a execução das ações da política estadual da produção de leite e derivados.

Já um segundo projeto de lei antevê a criação do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na “Agricultura Familiar” (Proclaf). Essa iniciativa autoriza o Poder Executivo a elaborar e executar o programa com a garantia de pagamento de preço mínimo, estabelecido pelo governo federal, aos produtores, e o incentivo da atividade leiteira e de seus derivados como fonte de renda e agregação de valor. Além disso, busca incentivar a industrialização da “agricultura familiar”, criando

¹ Instituto Agrônômico do Paraná.

² Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

³ Números de 2007 (ICEPA, 2008).

condições para promover a permanência e ampliação do número de famílias de agricultores na produção de leite.

Uma medida a ser implantada por Santa Catarina visa dificultar a entrada de leite produzido no Rio Grande do Sul, porque os produtores gaúchos, que vendem leite para Santa Catarina, deverão apresentar um certificado de origem do produto e enviar o alimento em caminhões lacrados para o estado.

No Rio Grande do Sul, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) implantado em 2003 pelo governo federal para auxiliar o desenvolvimento dos “agricultores familiares” deverá ser ampliado de R\$ 15 milhões para R\$ 50 milhões. Essa verba é utilizada pelo governo para aquisição de leite com empresas que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os agricultores envolvidos no projeto terão liberação de limite para crédito de até R\$ 100 mil, com prazo de dez anos para pagamento, com taxa de 2% ao ano, mais taxa de juros de longo prazo (TJLP). O ministério da agricultura teve como estimativa, para a safra 2008/2009, cerca de R\$ 2,6 milhões para financiamentos serem feitos por produtores gaúchos.

As medidas adotadas pelos estados visam proteger e garantir de forma direta a produção e industrialização de leite em seus limites territoriais, por questões de aquisição de impostos e recursos para o próprio estado. Nessa direção, as medidas adotadas pelos governos estaduais vão além de incentivos para o aumento da produção. Essas medidas buscam garantir que o leite produzido no estado seja industrializado nele mesmo. Assim sendo, desenvolve o setor dentro do seu limite territorial e gera mais impostos e recursos para os governos dos estados onde a unidade industrial está localizada. Demonstra-se aqui o papel do estado como parceiro do desenvolvimento do setor, favorecendo às empresas instaladas na Região Sul do Brasil que se têm beneficiado dessa disputa interna, em relação às unidades localizadas em outros estados do país.

3 – CONCLUSÃO

Os investimentos em ampliação da capacidade produtiva pela introdução de novas linhas produtivas justificam outra característica marcante entre as empresas do setor na porção meridional do país, por meio de investimentos direcionados à ampliação ou reforma de suas unidades produtivas, ampliando sua capacidade de recepção e produção. Tais investimentos ajudaram no crescimento do setor, impactando diretamente na concorrência pela aquisição da matéria-prima e no aumento da capacidade de processamento de leite na Região, juntamente com as novas plantas

construídas, gerando uma capacidade industrial instalada com parte ociosa, o que credencia o país a aumentar a produção se necessário tanto para atender ao mercado interno quanto externo.

Diante dessa realidade, é importante ressaltar que o estado de Santa Catarina está inserido nesse contexto de transformação regional, com várias peculiaridades relativamente aos outros estados que compõem a região, ou seja, o Rio Grande do Sul e o Paraná. Uma das principais diferenças verificadas em Santa Catarina no que concerne aos outros estados está no fato de todos os investimentos que ocorreram em território catarinense serem oriundos de empresas de capital local (Tirol, Aurora e Cedrense), diferentemente do sucedido no Rio Grande do Sul e no Paraná, que são estados cujos investimentos são recebidos de empresas multinacionais, nacionais e também locais.

Portanto, pode se afirmar que o montante de investimentos direcionados à Região Sul do Brasil tem gerado uma nova dinâmica nacional na produção e industrialização de leite, que tem, nesses novos aportes financeiros, demonstrado um novo direcionamento para a produção não só no Brasil, mas também na América do Sul, formando um gigantesco complexo de produção de leite, que compreende a região Sudeste e Sul do Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai. Nesse aspecto, os estados da Região Sul do Brasil têm um papel fundamental, por se tratar do centro dessa dinâmica e serem a área entre essas regiões onde estão ocorrendo os mais importantes investimentos do setor, gerando profundas transformações nas relações de produção.

Também se pode afirmar o importante papel do poder público incentivando esses novos investimentos, garantindo o desenvolvimento e consolidação dessa nova realidade no agronegócio da região. Sendo os investimentos estatais verificados separados em duas linhas: uma que busca garantir a produção, por intermédio de políticas de incentivo aos pequenos produtores para modernização, em parceria com as empresas e cooperativas; e uma segunda linha voltada aos investimentos em novas plantas industriais e modernização de antigas, explicando por que as empresas da região tornaram-se mais competitivas perante o mercado nacional e mundial de laticínios. São os investimentos voltados ao setor de laticínios na região a nova “galinha dos ovos de ouro” do agronegócio da região Sul do Brasil, ou, como diriam nas conversas informais, o “ouro branco”.

4 – REFERÊNCIAS

BUAINAIN, Antônio M; DEDECCA, Claudio S. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In. GASQUES, José G; VIEIRA FILHO, José E. R.; NAVARRO, Zander. **Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

ICEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis, vários anos.

IPARDES. **Processamento e transformação do leite no Paraná**.

Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/caracterizacao_industria_leite.pdf>.

Acessado em: 10 jun. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Notícias**.

Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acessado em: 22 nov. de 2009.

MILKPOINT. **Giro Lácteo**. Disponível em:

<<http://www.milkpoint.com.br/default.asp?actA=7&areaID=50&secaoID=165>>. Acessado em: vários meses de 2008.

FEIRA AGROUFAM: ESPAÇO CONTRA-HEGEMÔNICO PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÔMICA NO AMAZONAS¹

Jozane Lima Santiago Santiago²
Amanda Nina Ramos³
Aline Radaelli⁴

Resumo

A AGROUFAM é uma feira mensal que promove a produção familiar com bases agroecológicas no campus da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus. Uma de suas maiores contribuições é possibilitar o acesso, sem intermediários, do agricultor familiar ao mercado. O foco do presente artigo consiste em evidenciar a importância da realização de uma feira na Universidade com vistas a ser um espaço de venda direta da agricultura familiar e de retomada de tradicionais saberes amazônicos no cultivo da terra por meio da disseminação da Agroecologia. Tal movimento de transição agroecológica em detrimento de uma agricultura convencional – que avança cada vez mais sobre os solos amazônicos – tem o intuito não somente de reduzir os impactos socioambientais negativos sobre o bioma amazônico, mas também de reconectar os agricultores familiares do Amazonas aos seus saberes tradicionais, mostrando a eles que é possível serem produtivos e competitivos por meio das técnicas agroecológicas de produção. A AGROUFAM, portanto, redimensiona o eixo da universidade, que passa a ser vista como espaço capaz de agregar tanto o homem do interior, detentor dos saberes tradicionais, quanto a comunidade acadêmica. Acredita-se que a feira promova não apenas a comercialização de culturas agroecológicas, mas a diversificação cultural em si no intercâmbio de saberes e experiências entre agricultores, visitantes/consumidores e comunidade acadêmica. Estamos certos de que num futuro próximo, o domínio da Agroecologia garantirá às sociedades rurais e, também urbanas, soberania e segurança alimentar e nutricional, além de independência econômica e cultural.

Palavras-chave: Feira; Produção familiar; Agroecologia; Mercados Alternativos.

1 Introdução

¹ Nível do trabalho: Profissional; Estágio do trabalho: Em andamento.

² Universidade Federal do Amazonas (UFM), jozane_lima@yahoo.com.br

³ Universidade Federal do Amazonas, amandaninaramos@gmail.co

⁴ Universidade Federal do Amazonas, alineradaelli@gmail.com

O modo de vida específico dos grupos sociais da região amazônica, bem como sua complexidade organizacional, envolvem relações de sociabilidade que promovem o aproveitamento múltiplo e comum dos recursos naturais disponíveis e a percepção na compreensão de um território marcado por representações materiais e simbólicas. Tais relações são permeadas por uma racionalidade coletiva, conservacionista e de adaptabilidade às sazonalidades que marcam seus modos de vida e suas ações socioambientais enquanto sujeitos políticos, porém carecem de protagonismo político participativo.

A preocupação acerca de políticas públicas para o desenvolvimento no plano regional trouxe, historicamente, reflexões em torno de modelos que possibilitassem desenvolvimento social e econômico, este último como sendo, essencialmente, o processo histórico de crescimento sustentado da renda – implicando na melhoria do padrão de vida da população de um determinado território – que corrobora para a sistemática acumulação de capital e incorporação de conhecimento ou progresso técnico ao modo de produção (BRESSER-PEREIRA, 2006). Nestes termos, a inquietude acerca do desenvolvimento regional se dá sob a prerrogativa de articular progresso de tecnologias adequadas ao meio amazônico e modos de produção, apropriação e gestão dos recursos naturais locais.

Para Little (2000), abordar o desenvolvimento local deve corresponder às necessidades específicas de cada espaço, o que acaba nos remetendo a outra questão de suma importância que é considerar os conhecimentos tradicionais em cada etapa do processo desenvolvimentista. Tal atitude de reconhecimento se dá no sentido de se buscar a dinamização das organizações sociais e sua produção de forma coerente com suas especificidades e modos de vida e trabalho.

Assim se deu a proponentia ao projeto Pró-Rural¹ para atuar na linha transversal de “Fortalecimento das Organizações Sociais e Identificação de Mercados Potenciais visando a Sustentabilidade em Comunidades Rurais do Amazonas – OSIM”, refletindo em novas estratégias que potencializem a apropriação dos recursos naturais de maneira a incorporar outra racionalidade, que articula a capacidade de produção e desenvolvimento em correlação com a criação de mercados locais, aliado ao crescente fortalecimento da organização social de moradores rurais e cidadãos da região (NUSEC, 2014).

A importância do fomento aos mercados locais ou aos denominados circuitos curtos de comercialização para o desenvolvimento regional converge

¹ Pertencente ao Programa Amazonas Rural, da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR).

a um movimento contrário à hegemonia salientada por Santos (2001), em que o mercado que é reconhecido como global, sob o contexto da globalização mundial, e nos é apresentado como sendo capaz de homogeneizar, em sua essência, acaba por aprofundar as diferenças locais. A expansão das redes de supermercados nas grandes metrópoles brasileiras e o forte apelo midiático destes grupos modificaram padrões de consumo e também de alimentação. Da mesma forma, a chegada dos *fast foods* entre os anos 80 e 2000 no Brasil, introduziram novos hábitos alimentares em convergência a um estilo de vida urbano-industrial, onde as pessoas tem pouco tempo para preparar suas refeições ou cuidar das compras de casa.

Desta forma, a conveniência dos supermercados e *fast foods* redefiniu o consumo nas grandes metrópoles e, conseqüentemente, o modo de produção dos alimentos, que passaram a seguir uma lógica industrial aliada à tecnologia de ponta para melhoramento genético de sementes e controle de pragas a fim de aumentar a produtividade para atender às demandas de mercado a custo de monoculturas e desmatamento de grandes áreas para pastagem – para não citar outros efeitos devastadores sobre a conservação de recursos naturais essenciais, a saúde humana e aumento das desigualdades sociais e da insegurança alimentar no mundo. Apesar da alta concentração de renda e poder do agronegócio, a agricultura familiar é a principal responsável por 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras, sendo que esta produção é comercializada em feiras-livres nas zonas urbanas. São as feiras as principais responsáveis em abastecer as cidades e a conectar o mundo rural e o urbano.

A origem das feiras remonta à expansão do mercantilismo europeu ao final da Idade Média, consolidando-se no século XI. Remete também à origem das cidades conhecidas como burgos e ao desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo devido à abertura de grandes rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente (ANJOS et al 2005).

No caso brasileiro, a origem das feiras confunde-se com a própria história nacional. Desde o período do “Brasil colônia” elas multiplicaram-se assumindo papéis fundamentais, não apenas no abastecimento alimentar dos primeiros adensamentos humanos, mas como elemento fundamental que estrutura a própria organização social e econômica das populações (Idem, p. 17, 2005).

Apesar da consolidação das redes de varejo no Brasil a partir da década de 60, as feiras persistem no tempo. De acordo com Anjos et al (2005) a persistência das feiras nas sociedades contemporâneas justifica-se a) pelas relações sociais mais próximas e afetivas estabelecidas entre consumidores e feirantes; b) pelo atendimento a um extrato da população com menor poder aquisitivo; c) possibilidade de negociação de preço. Logo, não apenas a comercialização, mas as mais variadas formas de sociabilidade contribuem para a existência das feiras. Destaca-se também a função social das feiras ao incentivarem o fortalecimento da agricultura familiar, tendo em suas cidades de realização o apoio de secretarias municipais e estaduais de produção e abastecimento, gerando oportunidades de emprego e renda.

No sentido do desenvolvimento econômico-produtivo, os maiores entraves dos agricultores amazonenses organizados em seus grupos locais são os relacionados à logística de escoamento produtivo e acesso a mercados para comercialização direta, gargalos que, juntos, servem de alibi para a inserção de intermediários em diversas etapas da cadeia produtiva agroextrativista local, os popularmente reconhecidos como *atravessadores*. A fim de mitigar tais dificuldades, uma das principais ações do Pró-Rural que vem sendo consolidada é a realização da Feira da Produção Familiar AGROUFAM, uma iniciativa do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Além de buscar fortalecer as políticas públicas estaduais para a agricultura familiar e de propor o encurtamento da cadeia comercial e agregação de valor aos produtos agroextrativistas, a AGROUFAM está na convergência de alguns movimentos contra hegemônicos das sociedades ocidentais, que visam, através de localismos, promover mudanças globais nas formas de consumo, a partir da sustentabilidade econômica e ambiental. Ocorre que, inicialmente, a AGROUFAM é uma feira mista, cujos feirantes realizam tanto a agricultura convencional quanto a ecológica. Um dos principais objetivos do projeto no qual esta feira se insere é realizar, paulatinamente, a transição de seus produtores convencionais para uma agricultura com base nas práticas agroecológicas.

A Agroecologia é entendida por Caporal e Costabeber (2004) a partir de um enfoque sistêmico, considerando processos minerais, energéticos, biológicos e socioeconômicos para a transformação de ecossistemas em agroecossistemas, isto é, fazer a transição do atual modelo de agricultura convencional para modelos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p. 11-12). Esta transição ocorre gradualmente de forma multilinear, sendo um processo de transformação social no trato com a conservação e manejo dos recursos naturais (Idem, 2004). Deste modo, para

Altieri (2000), a agroecologia envolve não somente a maximização da produção de um componente particular, e sim a otimização do agroecossistema total. Isto, a seu ver, tende a alterar o foco dos estudos agrícolas para além das considerações disciplinares, dando ênfase as complexas interações que envolvem pessoas, cultivares, solo, animais, dentre outros atores (ALTIERI, 2000).

Realizada inicialmente em caráter experimental em 2011, o ideal de estabelecer a AGROUFAM como evento permanente no calendário mensal da Universidade se concretizou em 2014, e desde então as edições ocorrem às primeiras quintas e sextas-feiras de cada mês, no saguão do prédio da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da UFAM, na cidade de Manaus. A Feira se configura como um espaço de comercialização direta e valorização de produtos regionais provenientes da agricultura familiar amazonense, privilegiando produtores que se orientam por práticas produtivas agroecológicas.

Em menos de 1 (um) ano de experiência, foi criada uma associação sob a qual os seus feirantes se organizam, a Associação dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES). Participam da feira cerca de 130 agricultores e artesãos vindos de comunidades rurais dos municípios de Anorí, Anamá, Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Caapiranga, Iranduba, Manacapuru, Manaus (incluindo área rural), Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tapauá e Urucurituba. Estima-se em 270 a quantidade de visitantes e consumidores por dia de feira, totalizando 540 pessoas por mês (NUSEC, 2015).

Diante de tal, objetiva-se apresentar a AGROUFAM, sua proposta e estado da arte a partir do Pró-Rural, demonstrar a correlação entre produção, comercialização e consumidores bem como seus desafios e possibilidades para a transição agroecológica, além de evidenciar a importância da realização de uma feira na Universidade. O presente artigo deve suscitar reflexões acerca de ações voltadas à melhoria da comercialização e fortalecimento da produção e das práticas agroecológicas, firmando-se tanto como alternativa econômica quanto como forma de resistência dos povos tradicionais da Amazônia, além de alternativa ao insustentável modelo de agricultura moderna e convencional que se impõe aos agricultores familiares com a promessa de melhorar a produtividade e os lucros dos produtores familiares face às intempéries da natureza, sobretudo na Amazônia onde a dinâmica de enchente e vazante dos rios demanda habilidade para superar a dificuldade de produzir, colher e escoar a produção em área de várzea.

2 Do fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil à transição agroecológica como garantia de segurança e soberania alimentar

Sabidamente, em grande parte da história econômica e agrícola brasileira, desde o Brasil colônia até o presente, a agricultura familiar foi um segmento abafado pela economia primária exportadora, esta privilegiada não somente por sua extensão, influência política e herança fundiária, como também pelas políticas de governo que subsidiam e incentivam os mais capitalizados e produtivos, visando o mercado internacional para fins de ajustes ao equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

Somente a partir de meados da década de 80, após a redemocratização do país, é que passa a ser possível acompanhar as declaradas reivindicações dos movimentos sociais de agricultores e agricultoras pela criação e implementação de políticas públicas voltadas ao setor. O movimento mais emblemático surgido desta época, oficialmente em 1984, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, dentre outras demandas, reivindicam historicamente a realização da sonhada reforma agrária no país.

O Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo. Tal concentração, juntamente com a improdutividade das mesmas, possuem raízes históricas, que remontam ao início da instalação definitiva dos portugueses no século XVI, onde a combinação do plantio de monoculturas para exportação às metrópoles e regime escravocrata de trabalho estabeleceu as raízes da desigualdade socioeconômica característica do país até o presente (MST, 2014).

Uma tentativa, ainda que embrionária, de conferir maior força e protagonismo ao segmento da agricultura familiar se deu a partir de 1985 com a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Classifica-se como tentativa pois apenas quatro anos mais tarde, em 1989, este fora extinto e teve suas competências relegadas ao Ministério da Agricultura.

Somente após dez anos, em 1999, é que se retoma o projeto de implantação de um órgão federal específico para lidar com as questões de reforma agrária e agricultura familiar, tendo sido criado o Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, que se tornaria, após um ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tal qual é conhecido atualmente.

Paradoxalmente, neste meio tempo em que não houve organismo federal voltado especificamente a atender este segmento, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar¹, o PRONAF. A

¹ Decreto nº 1.946, de 28/06/96.

partir de sua popularização, o cenário político dos pequenos agricultores começa a se fortalecer de forma efetiva.

O MDA tem como competências, segundo seu regimento, os assuntos relativos à “reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, além de exercer competências extraordinárias relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal”. (BRASIL, 2003). Compete à ele ainda as ações de fomento à assistência técnica e extensão rural, ao crédito e financiamentos rurais, à comercialização, ao seguro produtivo, e à agroecologia e produção orgânica.

Como um passo ainda maior para o reconhecimento do valor econômico e social da agricultura familiar, o Estado brasileiro sanciona a Lei nº 11.326/2006, que estabelece a conceituação e princípios base para a formulação de políticas públicas direcionadas ao segmento (BRASIL, 2006). Uma vez que 74,4% da mão de obra rural se encontram empregadas na agricultura familiar (IBGE, 2009), esta medida governamental representa suma importância não somente aos trabalhadores da agricultura e suas condições, como também à autossuficiência da produção de alimentos consumidos pelo país, que tem garantida sua soberania alimentar.

Políticas que defendem o apoio à agricultura familiar trazem consigo implícitas ao menos dois argumentos: a garantia de segurança alimentar e de oferta global de alimentos na região, o que implica em produção para o autoconsumo e de excedentes adequada ao nível do produtor individual, e a melhoria do padrão de vida da população rural (KITAMURA, 1994).

A crise paradigmática do desenvolvimento rural e da qualidade de vida no campo tem sido objeto de políticas públicas e debates jurídicos a nível internacional a partir de reflexões sobre o direito à alimentação adequada nos principais organismos internacionais que visam à redução das desigualdades sociais e o combate à fome, como a ONU, o IICA, o BID, dentre outros. A garantia deste direito básico e universal dos cidadãos do mundo passa pelo debate da segurança e soberania alimentar. De acordo com a FAO, o ápice da produção agrícola não implica na redução da pobreza rural. Da mesma forma, a maioria das pessoas que sofrem de insegurança alimentar e nutricional costumam viver nas regiões rurais onde se produzem alimentos. Os conceitos

de segurança e soberania alimentar são multidimensionais. Em linhas gerais, a segurança alimentar é um conceito que evoluiu por conta da crise alimentar mundial na década de 70 do século passado. A ocorrência da Revolução Verde e o aumento da oferta de alimentos não contribuíram, no entanto, para melhorar a segurança alimentar da população. Após a Revolução Verde houve o aumento do consumo em massa de agrotóxicos e dos casos de câncer, além de desequilíbrios ambientais.

De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) cunhada na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, pode-se considerar seguro qualquer indivíduo que tenha acesso físico e econômico em tempo integral a alimentos em quantidades suficientes, não nocivos e com qualidade nutricional para satisfazer suas necessidades e preferências (BELIK & SILIPRANDI, 2010).

Neste sentido, os fatores que incidem sobre a segurança alimentar são as condições de acesso aos alimentos considerando sua condição salutar e nutricional, além de incorporar dimensões de preferências, fazendo alusão às questões culturais que envolvem os hábitos alimentares de cada sociedade. Por trás desta definição, portanto, envolvem-se questões de mercado, política de preços dos alimentos, poder aquisitivo da população, oportunidades de emprego e renda, a utilização biológica dos nutrientes a começar pelas boas práticas de higiene e saneamento.

A soberania alimentar, por sua vez, é um processo de construção social pautada nos princípios de tratar a comida como algo além de mera mercadoria. Sendo assim, os produtores de alimentos devem ser valorizados e respeitados a partir de seus modos de trabalho e seus conhecimentos tradicionais. O controle da alimentação deve ser feito a nível local, opondo-se à privatização dos recursos naturais, contribuindo com a natureza e melhorando a capacidade de maximização na utilização destes recursos para atuais e futuras gerações. A soberania alimentar também prevê a redução da dependência dos agricultores com relação a insumos e agentes externos, diminuindo a distância entre produtores e consumidores. Os princípios agroecológicos vêm casar com esta visão holística da segurança e soberania alimentar em busca de superar os padrões convencionais de produção que empurram aos pequenos produtores pacotes tecnológicos ineficazes que os tornam consumidores dependentes do grande capital agropecuário mundial.

Embora o pequeno produtor brasileiro cultive em uma área proporcionalmente menor a dos latifundiários, a agricultura familiar é responsável direta pelo abastecimento do mercado interno, produzindo, por exemplo, 87% da produção nacional de mandioca – alimento base de muitas regiões do país –, 70% da produção de feijão, 46% do milho e 58% da

produção de leite. Em contrapartida, a cultura que possui menor participação na cesta de produtos da agricultura familiar é a soja, representando 16% da produção nacional (IBGE, 2009). Este fato nos apresenta de forma clara a real intenção e compromisso da agricultura familiar, que é o de produzir alimentos em detrimento de *commodities* para a pauta exportadora. Tal opção traz consigo responsabilidades que, em face à economia de mercado exigente em produtividade e que se estende na sua forma agressiva até mesmo aos produtos agrícolas, pesam sobre o segmento dos pequenos agricultores. Uma vez que a produção familiar representou 9,6% do PIB total brasileiro, ela fácil e injustamente pode ser definida como sendo um setor de baixa produtividade, sobretudo frente à contribuição do setor do agronegócio no PIB de 27,9% (GUILHOTO et al., 2007).

Os avanços da agricultura familiar em torno do reconhecimento de sua importância e conquistas, contudo, não foram suficientes para mitigar os obstáculos ainda persistentes quando focamos as análises para a etapa de escoamento dos produtos desta cadeia. Não que as demais barreiras estejam resolvidas, tais como assessoria técnica, regularização fundiária e crédito rural por exemplo. Porém, problemas com relação a escoamento e acesso a mercados são os mais graves e surgem de forma recorrente entre as reivindicações.

Tal etapa da cadeia é um fator preocupante para agricultores de quaisquer dimensões produtivas, do pequeno ao grande, pois são nas dificuldades de escoamento e comercialização que se encontra embutido o maior risco de perda de produção e, por consequência, de prejuízos. Esta aversão ao risco, ainda que existente de forma inconsciente, acomete em maior medida, por razões óbvias, os pequenos produtores. É neste momento em que se faz presente a figura do atravessador, detentor de informações de mercado que, em muitos casos, são assimétricas aos produtores, e de recursos materiais e financeiros, tais como condições adequadas de mobilidade para a logística do escoamento e fluxo de caixa para o pagamento à vista. Nesta etapa, o produtor tem seu ganho reduzido quase a zero, uma vez que o intermediário possui poder de barganha de proporções desleais.

Neste sentido, Von der Weid (2001), ao explicar sobre a grande concorrência entre o produtor agroecológico e o que ele chama de *grande produção*, acredita que o produtor agroecológico somente terá possibilidade de minar este embate quando sua multifuncionalidade for reconhecida legalmente como forma de se valorizar o trabalho da agricultura familiar. O autor reforça o argumento de que a agroecologia permite produzir alimentos de forma mais barata, e em maiores quantidade e diversidade de produtos, diminuindo o risco mercadológico e aumentando a segurança alimentar. Porém, faz a ressalva de que não seria possível sua sobrevivência

mercadológica em um cenário de permanente desvalorização dos produtos agrícolas. A grande produção somente é lucrativa por ser valorizada e ter uma extensa quantidade disposta no mercado, mesmo sua produção se configurando como dispendiosa.

A opção pelo consumo de alimentos mais saudáveis tanto ao organismo humano, quanto à saúde ambiental e social, é mais barato em longo prazo transferir maiores recursos aos agricultores por meio da valorização do seu trabalho. Nesta linha, possibilitar uma transição agroecológica aos produtores com menos recursos e/ou informações requer maiores e mais prolongados investimentos financeiros (VON DER WEID, 2001) e de tempo, por meio da educação no campo ofertada pelo extensionismo rural.

As técnicas agroecológicas de produção, bem como os sistemas agroflorestais como fruto destas técnicas, possuem grande potencial de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional do Amazonas, além de poder contribuir ambientalmente com a recuperação de solos e o fortalecimento da biodiversidade de sementes nativas e cultivos. De acordo com Castro et al (2006), especialmente na Amazônia, tais técnicas são utilizadas há muito tempo, sobretudo pelas comunidades indígenas, as quais plantam uma grande diversidade de cultivos anuais em consórcio com árvores em seus quintais.

Como convenientemente afirma Moruzzi (2010), a defesa conferida à agricultura tradicional e suas técnicas naturais de cultivo não nos corresponde a um regresso ao passado, tal como supõem os defensores ao modelo dominante atual, considerado moderno. Sugere-se, ao contrário, uma retomada de certos valores de modo a contestar as contradições do presente a fim de reconstruir o futuro (MORUZZI, 2010).

3 A AGROUFAM: preferência dos consumidores da feira como reflexo das possibilidades para a transição agroecológica no Amazonas

A realização da AGROUFAM tem permitido, ainda que parcialmente, avaliar os desafios para uma transição agroecológica a partir da obtenção de respostas do público consumidor, o elo final da cadeia comercial. A demonstração de um impacto positivo para um público exigente que cobra o emprego de técnicas agroecológicas deve expandir o mercado agroecológico no Amazonas para os próximos anos. Espera-se que os produtores, sobretudo os convencionais, tenham a oportunidade de escolher o tipo de produção que lhes convier com orientações adequadas. É necessário desmistificar que a prática da Agroecologia envolva um grande custo infraestrutural, sobretudo

nas áreas de várzea onde o tempo entre a semeadura e a colheita é menor e o risco de perder a produção com a subida das águas é alto. Fato é que os produtores do Amazonas tem se habituado a utilizar insumos diversos, desde sementes geneticamente modificadas aos agrotóxicos. A introdução destes insumos a agricultura amazonense, desde a intervenção militar até governos mais atuais, não foi capaz de melhorar a capacidade produtiva tampouco a diversidade agroextrativista. O incentivo de acesso, por parte dos governos federal e estadual, a pacotes tecnológicos de produção rural não serão capazes, por si só de mitigarem os obstáculos mais comuns enfrentados pela agricultura familiar do estado do Amazonas, como uma atenção especial voltada ao escoamento da produção. Os municípios mais distantes da Região Metropolitana de Manaus (RMM) tem tido sérias dificuldades neste quesito, pois não há suporte fluvial adequado em lugares cujas únicas estradas são os rios. Os municípios da RMM levam certa vantagem de acesso ao mercado por estarem interligados via rodovias estaduais ou municipais. Dentre outros gargalos, produtores rurais deixaram de produzir suas próprias sementes, ficando na dependência da compra ou doação de sementes – sendo esta uma das causas da insegurança alimentar e econômica –, o corpo de assistência técnica estadual e toda sua infraestrutura encontra-se defasado, deixa-se de comercializar espécies nativas ou típicas da região por imposições de mercado – implicando na perda da soberania alimentar regional, etc.

Logo, a AGROUFAM, como um breve estudo de caso, visa apontar esse diferencial ao apoiar em suas ações a transição agroecológica por meio da extensão rural e da disseminação das práticas agroecológicas com cursos de capacitação fornecidos aos agricultores alcançados pelo Pró-Rural. Tal transição é gradual, ocorre pouco a pouco, respeitando-se a transformação de todo o ciclo produtivo a partir da mudança social. Não há limite para o final deste ciclo, pois seu contexto de realização depende da maturidade das organizações sociais envolvidas. Neste sentido, a AGROUFAM encontra-se ainda em caráter experimental, mas com o processo de formalização de sua associação de produtores em andamento¹.

A criação da associação auto gestora da feira se dá sob o ideal de consolidação de uma rede de agrupamento autônomo, de estrutura descentralizada e participativa, composta por diversas outras organizações, no intuito de aproximar-se de um novo movimento tal como Leff (2006) caracteriza:

¹ APROARTES (Associação Central dos Produtores e Artesãos), fundada em outubro de 2014, encontra-se em processo de formalização e tem como finalidade principal planejar e administrar a AGROUFAM, além de atuar como viabilizadora e/ou organizadora de eventos e oficinas que possam beneficiar a formação técnica e profissional dos agricultores e artesãos associados.

(...) se caracterizam por suas novas demandas de participação social, pela obtenção de bens simbólicos e pela recuperação de estilos tradicionais de vida, pela defesa de novos direitos étnicos e culturais, ambientais e coletivos. Reivindicam também o seu patrimônio ancestral de recursos ambientais. Suas lutas por dignidade e pela democracia (...) são, ao mesmo tempo, por um direito de reapropriação de seus territórios e de autogestão de seus recursos naturais (LEFF, p. 454, 2006).

A AGROUFAM começa a caminhar em direção à maturação de seu modelo de fortalecimento da agricultura familiar no Amazonas e, visando dimensionar as ações futuras do projeto e reconhecer sua importância junto ao público, foi aplicado entre os meses de Março e Abril de 2015 um questionário para levantamento do perfil do público consumidor da AGROUFAM.

A estrutura do questionário foi fundamentada na pesquisa de Follman e Ciprandi, (2005) que abordou as preferências dos consumidores entre produtos mais consumidos, produtos que gostaria de adquirir e se haveria disposição a pagar por um preço adicional por produtos agroecológicos assim como suas percepções a respeito da apresentação dos produtos, aspecto visual, tipos de embalagem, higiene e atendimento e os fatores que podem influenciar no consumo dos produtos agroecológicos.

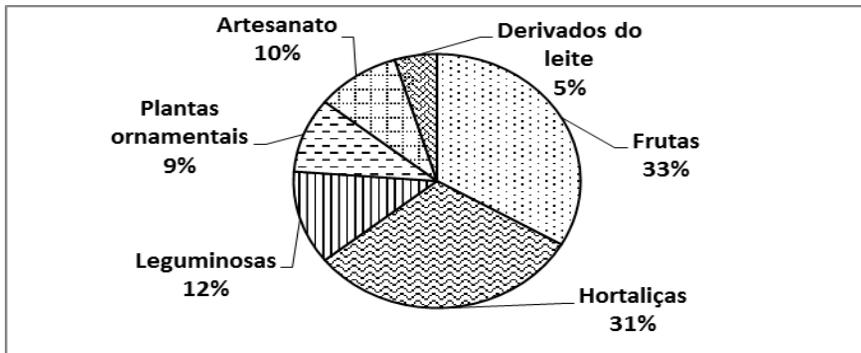
A pesquisa demonstrou que 70% do público consumidor da AGROUFAM é composto por pessoas do gênero feminino, sendo que nenhuma delas citou possuir como ocupação a função de dona-de-casa, diferentemente da predominância desta profissão ao público feminino de demais espaços de compras, sejam feiras ou supermercados. Este fato nos aponta a conformação das famílias modernas, muitas delas chefiadas pelo casal que possui escolaridade em nível superior ou além e, em sua maioria, trabalham fora de casa. Corroborando com isto, constatou-se que no que se refere à escolaridade dos consumidores, metade dos entrevistados possui nível superior, fato que indica que muito dos consumidores e visitantes da feira costumam frequentar o espaço acadêmico da Universidade em geral. A média de idade entre o público entrevistado é de 40 anos.

Quanto à frequência de consumo na feira, os entrevistados se definiram como consumidores habituais em 65% dos casos, enquanto que 25% estavam tendo seu primeiro contato com a feira. Acredita-se ser uma assiduidade alta uma vez considerada a idade da feira, de aproximadamente um ano e meio, e o fato de ocorrer apenas em frequência mensal, o que

aponta um cenário positivo de receptividade do evento. Em contrapartida, a estatística do grupo de iniciantes aponta que a feira continua em expansão não só de público como de divulgação na cidade de Manaus. No que tange ao bairro de origem dos consumidores, estes são oriundos das mais diversas zonas da cidade, mas em sua maioria vindouros de bairros adjacentes à Universidade.

Quando questionados sobre suas preferências na feira, 33% e 31% dos entrevistados disseram buscar por frutas e hortaliças, respectivamente, seguido de leguminosas, artesanato, plantas ornamentais e derivados do leite (Figura 1).

Figura 14 - Preferências de consumo dos visitantes da AGROUFAM



Fonte: NUSEC / OSIM, 2015.

A maioria dos consumidores justifica a preferência em frequentar a AGROUFAM devido à variedade dos produtos disponíveis, mas também houve citações de que o fator que mais lhes atrai é a confiança quanto à procedência dos produtos, por sua qualidade garantida e preços atrativos, além da boa localização da feira.

Em relação ao preço dos produtos comercializados na feira, 60% dos entrevistados demonstraram-se satisfeitos sinalizando que os valores são bons. Os que consideram os preços ótimos representam 20% dos entrevistados. Os demais apontaram que a precificação dos produtos se encontra em patamar regular, fato que exige um aprofundamento da pesquisa em paralelo a ações de alinhamento junto aos produtores feirantes quanto aos processos de formação de preço e breve análise de mercado.

No que diz respeito às preferências para o consumo de produtos agroecológicos, 95% dos consumidores apontaram disposição em pagar mais por estes produtos. Destes, 68% apontaram disposição a pagar um terço a mais do valor inicial por culturas que receberam técnicas agroecológicas de plantio devido, sobretudo, considerarem mais saudáveis e de maior qualidade.

A preocupação ambiental, o fato de o produto ser mais natural e o apoio aos pequenos agricultores familiares agroecológicos são fatores que se seguem ao da preocupação com a saúde humana.

Como sugestões, os entrevistados citaram a importância de convidar mais agricultores, para que desta forma aumente a diversidade e a quantidade de produtos na feira, inclusive incentivá-los a trazerem produtos regionais, que não são encontrados com tanta facilidade em outros locais. Foi mencionado também que os agricultores identificassem esses produtos e sugerissem como ele poderia ser consumido. Uma vez conhecidos, a feira estimularia a aquisição destes, incluindo de plantas agrícolas não convencionais. Outra sugestão por parte dos consumidores foi que deveria haver uma parceria entre a universidade e as escolas públicas para que houvesse um intercâmbio entre os alunos e os agricultores, na disciplina de Ciências, por exemplo, para que estes pudessem apreender acerca das experiências dos agricultores.

4 Feira na Universidade: função social e espaço contra-hegemônico

As feiras de produtores familiares, agroecológicos ou não, enquadram-se de forma justa à ideologia de uma técnica de cultivo sustentada em si mesmo, além de convergir com o sistema de circuitos curtos de comercialização e, de forma mais abrangente, aos ideais da economia solidária. Há quem aponte as dificuldades dos agricultores familiares em torno da manutenção de certa homogeneidade de produtos, porém, acredita-se que a diversidade embutida nos tratos culturais da agricultura natural seja um dos pontos cruciais para um movimento contra-hegemônico, divergindo do estabelecido mercado de commodities e de produtos com a aparência de natureza morta, tamanha artificialidade de cores, tamanhos, texturas e lustrosidade.

Ao explanar sobre as contradições do mundo globalizado, Santos (2001) aponta haver uma busca por uniformidade partindo do mercado homogeneizador, que se faz a serviço dos atores hegemônicos, estimulando o culto ao consumo, porém o reflexo disto nas sociedades locais é o de desunião e aprofundamento das desigualdades. A formação destas identidades hegemônicas reflete em grupos minoritários, como os da agricultura familiar. Porém, pode haver atos de resistência desses grupos em suas lutas políticas e sociais. A este movimento de resistência e sobrevivência de grupos minoritários, no seio da globalização hegemônica, Santos (2005) chama de movimento “contra-hegemônico”. O autor acredita em diferentes e contraditórios processos de globalização em curso posto que a própria globalização “se transforma num campo de contestação social e política” (p. 59). A contra-hegemonia leva à reflexão dos diversos efeitos da globalização

sobre as minorias a partir do entendimento de que estes grupos não se encontram isolados, mas que podem reorganizar-se estrategicamente dando respostas alternativas às constantes pressões globais.

Atenta-se para o fato de que as transformações ocorridas na agricultura familiar mediante a implementação de políticas públicas e pacotes tecnológicos no Amazonas, desde a Era da Borracha até os dias atuais, podem guardar estratégias de sobrevivência aos modelos globais de desenvolvimento. Neste sentido, enleva-se a contribuição da Agroecologia para desmistificar a dimensão dos modos de produção rurais perante as políticas públicas no estado do Amazonas, cujos seus formuladores e gestores guiam-se a partir de uma ótica urbana e tecnicista levando estas populações a adquirirem irresponsavelmente novos hábitos de produção e de trabalho, fazendo-as substituírem a riqueza de seus saberes pela lógica desenvolvimentista do mercado global.

A disseminação das práticas agroecológicas e o surgimento de feiras agroecológicas são considerados, de acordo com este contexto, movimentos da contra-hegemonia. Além da importância do espaço da AGROUFAM para a conscientização do público às novas formas de consumo e de relação com os alimentos – no intuito de fomentar uma cultura de respeito às sazonalidades produtivas e as características naturais do produto, e, portanto, contrária à homogeneização e hegemônica – a feira objetiva ser um espaço alternativo de comercialização de caráter direto no município de Manaus quiçá tornar visíveis os conhecimentos tradicionais dos agricultores amazônicos e a contribuição dos mesmos para formas agroecológicas de produção. Tal fato relacionado à venda direta é importante uma vez que o município, embora incentive e mantenha as feiras do produtor, estas são populares e criticamente conhecidas como *feiras do atravessador*, devido à raridade de haver agricultor praticando sua venda de forma direta. A AGROUFAM, ocorrendo no espaço acadêmico, ressignifica as formas de uso da universidade por parte dos feirantes e de seus visitantes. Por meio desta feira, a UFAM estreita os laços com as comunidades do interior do Amazonas e cumpre a integração entre ensino-pesquisa-extensão, função que se espera de uma Universidade.

Neste contexto, a disseminação das práticas agroecológicas por meio de uma feira que tem como caráter prestar assessoria para a transição agroecológica, leva ao reflexo sobre o uso de insumos agrícolas nas propriedades rurais do Amazonas, como os agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas e a introdução de outras culturas alimentares inclusive sob a forma da monocultura. Entende-se que as promessas de aumento de produtividade através desses insumos são atraentes aos agricultores familiares, influenciados por uma prática global de assistência técnica rural que visa o melhoramento da produtividade com tecnologia de

ponta, mas que também torna o produtor dependente do grande capital e refém de uma tecnologia agrícola considerada superior aos seus conhecimentos tradicionais. O imediatismo imposto pelo mercado global não só torna os agricultores familiares em produtores rurais no sentido de microempresários, alinhavados aos interesses ferrenhos de uma bancada ruralista que compactua com conglomerados empresariais e acirram a desigualdade social no mundo, como também ameaça a soberania e segurança alimentar de povos tradicionais e das populações citadinas, pois é sabido que o consumo de alimentos oriundos da agricultura convencional coloca em risco a saúde da população global¹, a variedade produtiva e a sustentabilidade do planeta.

Considerações finais

O contato realizado diretamente entre produtor e consumidor e o estímulo a se estabelecer uma relação mais cooperativa entre estes dois atores, são exemplos empíricos dos benefícios diretos da feira no que tange a transferência direta de renda ao agricultor – sem a presença de agentes de comercialização –, a valorização de seu trabalho, sua segurança salutar e de trabalho ao dispensar o uso de químicos e a possibilidade de maiores ganhos. Sob a ótica dos consumidores, a garantia da qualidade do cultivo, sua segurança alimentar e nutricional, além da acessibilidade a menores preços.

São inegáveis os avanços da agricultura familiar sendo reconhecida como ocupação e tendo uma série de políticas e programas para o seu fortalecimento. Contudo, muito há que se avançar para que os pequenos produtores tenham condições adequadas de assessoria, acesso a insumos, escoamento e acesso a mercados para fomentar sua produção. E que esta seja pautada pela transição ou estabelecimento das práticas agroecológicas, utilizando o que o agricultor possui em sua localidade e reduzindo a dependência de insumos externos, muitas vezes importados.

Atualmente, a feira apresenta um dos poucos espaços onde a população de Manaus pode adquirir produtos agroecológicos diretamente com o produtor familiar. A experiência adquirida não somente será combustível para o aprimoramento das atividades de organização e comercialização dos expositores e da coordenação da AGROUFAM no espaço físico e simbólico da

1 Koifman & Hatagima apontam a diversidade de estudos epidemiológicos que tem documentado a correlação entre a exposição e consumo de agrotóxicos e o desenvolvimento de variados tipos de câncer em diversas faixas etárias, sobretudo em populações agrícolas expostas de forma direta e prolongada.

feira, como também para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades dos agricultores familiares.

O uso de técnicas agroecológicas pelos agricultores em seus cultivos, e, na outra ponta, o consumo destes alimentos pela população são importantes ações que, embora aparentemente pequenas, são grandes em sua essência crítica para a transformação dos hábitos de consumo atuais, configurando-se em um movimento de contra hegemonia. Os benefícios são diversas vias de mão dupla: enquanto o produtor garante soberania e segurança alimentar da população, o consumidor retribui garantindo a soberania econômica e cultural do produtor, além de contribuir para a valorização do seu trabalho e produto.

Para que sejam garantidos, contudo, faz-se necessário modelos alternativos, contra hegemônicos, ao modelo dominante de homogeneização das culturas, mercantilização das terras, artificialidade dos organismos vegetais – geneticamente modificados em laboratório –, mecanismos de mercado para preços desleais ao pequeno produtor e alta industrialização dos alimentos. Modelos alternativos, portanto, que envolvam uma democratização ao acesso a mercado, resgate as técnicas originárias de cultivos, sanidade e responsabilidade ambiental dos cultivos e revisão racional de política de preços, envolvendo questões macroeconômicas estratégicas ao país.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable. PNUMA, México: Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. Ed. 1, 2000.

ANJOS, F. S. dos; GODOY, W. I. & CALDAS, N. V. As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I., orgs. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Editora IPES, 2010. 206 p.

BRASIL. Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei Nº 11.326, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm.

BRASIL. Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Decreto Nº 4.723, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm#art6.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. 2006. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/ SAF/ DATER-IICA, 2004.

CASTRO, A. P. de; FRAXE, T. J. P.; MATOS, R. B. O saber local dos caboclos-ribeirinhos sobre os sistemas agroflorestais: uma alternativa agroecológica para a conservação do meio ambiente. III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Brasília-DF, 2006. 15 p.

FOLLMANN, T. M.; CIPRANDI, Olívio. Perfil dos consumidores da feira agroecológica de Lages. UDESC em Ação, v. 1, p. 1-13, 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. PIB da agricultura familiar: Brasil e Estados. Brasília: NEAD/MDA/FIPE, 2007, 172 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006, revisão 2009.

KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. – Brasília: Embrapa-SPI, 1994. 182p.

KOIFMAN, S.; HATAGIMA, A. Exposição aos Agrotóxicos e Câncer Ambiental. In:

PERES, F.; MOREIRA, J. C., orgs. É Veneno ou é Remédio? Agrotóxicos, Saúde e Ambiente [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 384 p.

LEFF, E. Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. 555p.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2000.

MORUZZI, P. E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. In: Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas: Unicamp, p. 78-87, 2010.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A História da Luta pela Terra. 2014. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. Relatório Analítico Parcial. 2014, 122 p.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. Relatório Técnico Parcial. 2015, 190 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Globalização: fatalidade ou utopia? 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SANTOS, M. Por uma Outra Globalização – Do Pensamento Único à Consciência Universal. 6ª edição. São Paulo: Ed. Record, 2001.

VON DER WEID, J. M. Qual a estratégia para o desenvolvimento rural? In: Série Textos para Discussão nº 2, José Graziano da Silva, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento. Brasília: NEAD, 2001.

ANALISE COMPARATIVA ENTRE A RENDA DIFERENCIAL ARGENTINA E BRASILEIRA

Pablo Martin Bender¹

Resumo:

O complexo agroexportador de soja é o principal e mais dinâmico setor da economia argentina, representando quase um terço das suas exportações, e um crescimento nas últimas décadas acima da média da economia nacional. Durante o governo de Nestor Kirchner, os impostos às exportações agrícolas se elevaram em 35% para a soja e em 32% para o óleo e a farinha. Mesmo com este pesado tributo, o setor continua crescendo e aumentando sua produção favorecido pelas rendas diferenciais que o beneficiam. Estas rendas estão ligadas às condições geográficas da região pampeana, entre as que destacamos: a cercania das principais áreas de cultivo com relação às indústrias esmagadoras, as capacidades naturais do solo e a infraestrutura de transporte e processamento de grãos. Na cidade de Rosário e seus arredores, nas margens do rio Paraná, se concentra o maior pólo agroexportador argentino, por onde é canalizado ao exterior 80% da produção. O marco teórico do presente artigo está relacionado à teoria marxista da renda da terra e serão utilizados fotos e mapas que nos auxiliarão na compreensão empírica desta temática, assim como dados comparativos entre a produção e exportação de soja no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: Renda Diferencial da Agroindústria de Soja Argentina. Mapas da Produção Agrícola e Agroindustrial Argentina. Cidade de Rosário. Política Tributária das Exportações Agrícolas dos Governos Kirchner/Fernandez.

Comparative Analysis Between the Argentine and Brazilian Ground Rent.

Abstract:

The agro-export soy complex is the main and most dynamic sector of the Argentine economy, accounting for almost a third of its exports, with the last decades growth well above the average of the national economy. During the administration of Nestor Kirchner soy taxes increased to 35 % and 32% for oil and flour. Despite these high taxes, the sector continues to grow and increasing production favored by differential ground rent. These rents are linked to the geographical situation of the Pampas among which we highlight: the proximity of the main growing areas in relation to processing

¹ Doutorando. PPGGeo - UFSC. Trabalho desenvolvido durante a mestría em Geografia - UFSC.

industries, natural soil capacities and transport infrastructure and grain processing. In the city of Rosario and the surrounding area, on the Parana River, soybean processing industries are concentrated, where it is channeled to the outside 80% of agroindustrial production. The theoretical framework of this article is related to the Marxist theory of ground rent, and pictures and maps that will help us understand this issue, as well as comparative data on the production and export of soy in Brazil will be used.

Keywords: Differential Ground Rent of Agribusiness Soy Argentina. Maps of Agricultural Production. City of Rosario. Tax Policy to Agricultural Exports of Governments Kirchner/Fernandez.

Análisis Comparativo entre la Renta Diferencial Argentina y Brasileña.

Resumen:

El complejo agroexportador de soja es el principal y más dinámico de la economía argentina, representando casi un tercio de sus exportaciones. Durante el gobierno de Néstor Kirchner, los impuestos a las exportaciones agrícolas se elevaron, llegando a representar en el caso de la soja el 35% de su valor y 32% para el aceite y la harina. A pesar de este alto impuesto, el sector agroexportador continua creciendo y aumentando su producción, favorecido por las rentas diferenciales que consigue obtener e entre las que destacamos: la proximidad espacial de las principales zonas productoras con las industrias procesadoras, la capacidad natural del suelo pampeano y la infraestructura de transporte y procesamiento de granos. Em la ciudad de Rosario y sus alrededores, sobre la rívera del río Paraná, se localiza el mayor polo agroexportador de la Argentina, por donde es canalizado el 80% de la producción agroindustrial. El marco teórico de este artículo está relacionado con la teoría marxista de la renta de la tierra, y se utilizarán mapas que nos ayudarán en la comprensión empírica de esta temática, así como datos comparativos entre la producción y exportación de soja argentina y brasileña.

Palabras clave: Renta Diferencial del Complejo de Soja Argentino. Mapas de la Producción y Procesamiento de Soja en Argentina. Ciudad de Rosario. Política de Impuestos a las Exportaciones Agrícolas en los Gobiernos Kirchner/Fernández.

INTRODUÇÃO.

Beneficiadas por uma série de políticas econômicas que possibilitaram o controle por parte do setor privado da estrutura pública de transporte, armazenagem e comercialização de grãos nos anos de 1990, somados a avanços técnicos, aumento das áreas semeadas, concentração da propriedade da terra e expansão da via clássica do capitalismo no campo (BENDER, 2011); o complexo produtivo de soja na Argentina tem crescido a um ritmo médio próximo a 23% anuais nos últimos 20 anos, representando em 2014, 29% do valor total das exportações. Segundo dados da *Cámara de Industria Aceitera de la República Argentina* (CIARA, 2015), este país é o terceiro produtor mundial de soja depois do Brasil e dos EUA, e o principal exportador de óleo e farinha desta oleaginosa.

No presente artigo, apresentaremos algumas das principais características geográficas deste complexo agroindustrial, as quais permitem que as empresas do setor agrícola pampeano se apropriem de uma significativa parcela da renda agrícola internacional, e continuem aumentando seus investimentos e produção, apesar da forte carga impositiva que pesa sobre este setor. Por outro lado, a política tributária das chamadas *retenciones* -impostos às exportações agrícolas- tem-se constituído num dos pilares das contas públicas e da recuperação econômica iniciada depois da grande crise de 2001/2002. O setor agrícola de exportação tem gerado uma forte demanda de insumos e maquinarias que tem sido suprida em boa parte pela ressuscitada indústria nacional, que se viu favorecida pela reserva de mercado que a mão visível do Estado tem propiciado nos últimos anos. Como exemplo destas externalidades podemos citar o crescimento do setor de maquinaria agrícola, que incrementou sua produção a uma taxa de 9% anuais entre 2003 e 2014, enquanto que a quantidade de mão de obra utilizada por esta indústria teve um aumento de 5% ao ano nesse período. Já entre 1995-2002, no contexto das políticas neoliberais, a taxa de produção deste setor teve uma queda média anual de 10,7% (CAMARA ARGENTINA DE FABRICANTES DE MAQUINARIA AGRÍCOLA, 2014).

A realidade da produção e processamento de soja na Argentina é complexa e requer uma análise das suas múltiplas determinações e contradições, porque se bem é certamente questionável do ponto de vista ambiental, se tem transformado, com a intervenção do Estado, em motor da recuperação econômica.

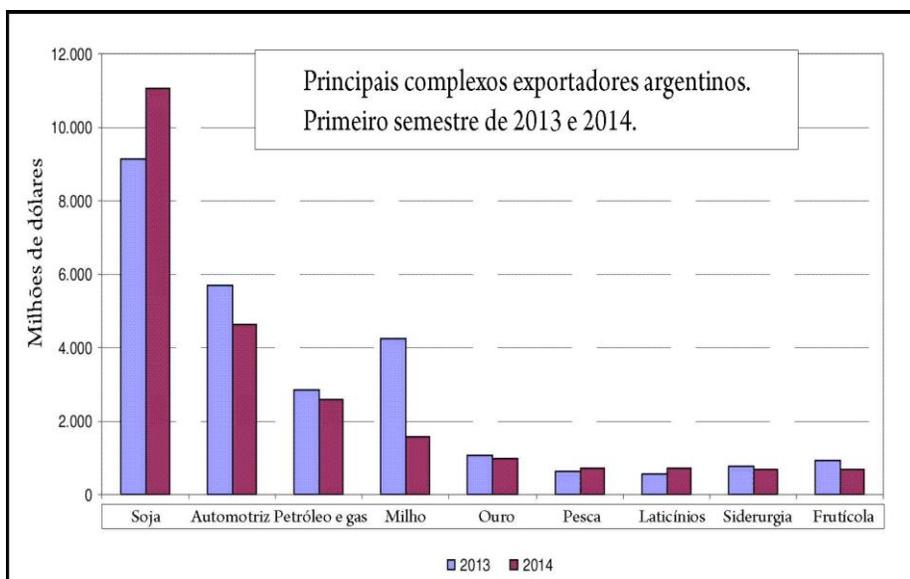
CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS GERAIS DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA ARGENTINA.

O *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos* (INDEC, 2014a), órgão oficial encarregado de elaborar e difundir os dados estatísticos na Argentina,

descreve o complexo de soja como aquele conformado pela produção e venda de grãos, óleos, biodiesel e farelos de soja. No ano de 2014, este complexo exportou produtos por uma soma superior a 20.000 milhões de dólares, o que representou aproximadamente 29% das vendas argentinas ao exterior, enquanto que se estima que 60% das áreas cultivadas na Argentina são ocupadas por esta oleaginosa. O crescimento deste cultivo nas últimas décadas foi vertiginoso: a área plantada com soja passou de 4,9 milhões de hectares em 1990 a mais de 20 milhões em 2014, batendo um novo recorde de 61 milhões de toneladas na safra 2014/2015 (CIARA, 2015); enquanto que no Brasil as cifras se colocaram em 31 milhões de hectares e 94 milhões de toneladas (UNITE STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2015).

O principal destino da soja argentina e seus derivados é a China e a União Européia, onde se utiliza principalmente como matéria-prima para a elaboração de ração animal, consumo culinário e produção de biodiesel (MINISTERIO DE ECONOMIA [MECON], 2014). O cultivo de soja, tão prejudicial por seus impactos no meio ambiente e na saúde das populações que habitam áreas *rururbanas* (INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA [INTA], 2014) tem uma importância axial na economia argentina, apresentando taxas sustentadas de crescimento, mesmo em períodos de contração produtiva, como tem acontecido em 2013-2014 (ver quadro 1).

Gráfico 1: Exportações argentinas por complexos. Elaboração própria. Fonte: INDEC, 2014b.



POLÍTICA TRIBUTÁRIA APLICADA AO COMPLEXO DE SOJA NA ARGENTINA.

A Argentina é o único país do Mercosul que impõe tributo às exportações de soja e derivados, percebendo desta maneira um importante tributo que no caso do grão de soja é de 35% do valor de exportação, enquanto que é de 32% para óleos e farinhas e 20% para biodiesel. As *retenciones*, consideradas o maior tributo aplicado por um Estado à exportação de produtos agrícolas no mundo (O'CONNOR, JACOBO, 2011) vão descendo à medida que a industrialização do grão avança, mas sem deixar de ser representativo.

A política tributária aplicada pelos governos Kirchner à soja e demais produtos agrícolas de exportação pampeanos foi uma inflexão em relação a seus antecessores Carlos Menem e Fernando de La Rúa. A aplicação das *retenciones* gerou fortes conflitos entre o governo e os produtores, cujo ponto álgido foi a greve agropecuária patronal de 2008, e que teve uma duração de 129 dias. Na década de 1990, no governo Menem, o imposto às exportações agrícolas, que historicamente tinha sido uns dos pilares da arrecadação pública e que no decênio de 1970 tinha chegado a 40%, foi eliminado, na procura de beneficiar os setores agroexportadores. A eliminação deste tributo, além de ajudar a disparar o “*ciclo sojero*”, fez aumentar o custo dos alimentos e da mão de obra no mercado interno, ao tempo que esvaziava as arcas do fisco (AZCUY AMEGHINO, 2008). Na atualidade, todos os cereais pampeanos que são exportados devem tributar ao Estado Nacional, contribuindo para aumentar a arrecadação impositiva e diminuindo o preço interno dos alimentos. Os impostos às exportações de produtos agrícolas pampeanos, além dos já mencionados para a soja, são os seguintes: trigo tributa 23% e 13% a farinha, milho 20%; o girassol com 30% para o óleo e 32% para o grão; o linho com 20% e 23,5%, respectivamente (CIARA, 2014).

No caso do Brasil, a política tributária é bastante diferente da desenvolvida na Argentina. A Lei Kandir (LC 87, 1996) não só continua exonerando as exportações do agronegócio, como também permite que a indústria esmagadora de grãos seja penalizada, impondo à comercialização interestadual de soja com 12% de ICMS. Esta lei tem provocado um processo de desindustrialização do circuito produtivo da soja e aumento da capacidade ociosa da sua indústria. Neste sentido, no período 1986-1996, anterior a promulgação da Lei Kandir, a média de participação do Brasil na exportação mundial de soja sem processar era de 11%, enquanto que no período 1996-2011 aumentou para 26%. Já no caso do óleo e farelo de soja, no período 1986-1996 a cota brasileira era em média de 22% e 31% respectivamente, diminuindo no período posterior a lei Kandir para 21% e 25% (ABRITA, SANTOS: 2014). A Argentina tinha 37% do mercado mundial de farinha e

35% de óleo em 1996 e passou para 48% e 47% respectivamente em 2014, e com tendência a aumentar ainda mais sua participação nos próximos anos (CIARA, 2015).

Por outro lado, o complexo exportador de soja argentino torna-se ainda mais relevante em termos econômicos quando consideramos que desde 2003 o Estado não tem acessado ao mercado externo de capitais financeiros, nutrindo-se de divisas com fundos vindos principalmente do setor agroexportador para pagar dívidas e levar adiante a política de importações. Neste sentido, em 2005, sob governo de Nestor Kirchner, a dívida externa argentina - que tinha entrado em cessação de pagamentos depois da forte crise de 2001/2002 - foi reestruturada e os sucessivos vencimentos têm sido pagos com recursos genuínos, passando de representar 91,6% do PIB em 2003, a 13,5% em 2012 (ver quadro 1). Aliás, boa parte das reservas do Banco Central, que chegaram os seus máximos históricos nos governos Kirchner/Fernandez sob restrição da compra e venda desta divisa, assim como o manejo da política econômica nacional de importação, dependem do desempenho do complexo agroexportador, assim como também do preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional.

Gráfico 2- Evolução da dívida pública argentina: 2003-2012. Elaboração própria. Fonte: MECON, 2012.

Mas estes impostos nacionais às exportações agrícolas, aos quais



poderíamos agregar os provinciais, municipais e *ganancias* (imposto ao lucro), só podem ser aplicados pelo Estado se as empresas que produzem e industrializam os produtos agrícolas pampeanos conseguem extrair uma renda capaz de pagá-los, além de obter o lucro médio necessário a toda empresa capitalista e um excedente que lhes permite continuar investindo, como vem acontecendo nos últimos anos. A seguir vamos desenvolver as principais questões teóricas ligadas ao conceito de renda da terra, sua gênese e tipologia, para depois exemplificá-las com o caso do agronegócio argentino, dando ênfase à renda diferencial 1 e 2, com a finalidade de procurar entender por que este setor consegue ser altamente competitivo no mercado internacional e aumentar ano após ano a sua produção, mesmo com a aplicação de um pesado tributo a suas exportações.

SOBRE O CONCEITO DE RENDA DA TERRA.

A teoria da renda da terra foi trabalhada por Marx no livro terceiro do *Capital* ([1894], 2008). Para Marx, a renda fundiária é a forma como se valoriza economicamente a propriedade da terra, adquirindo um sentido econômico puro, e deixando para trás os antigos privilégios políticos e sociais que a posse de terra dava aos senhores; para convertê-la num fator de produção capitalista. Neste sentido, toda renda da terra é mais valia, trabalho excedente apropriado à sociedade que consome os produtos agrícolas e pago para a classe que monopoliza uma fração do espaço terrestre, permitindo desse modo que as terras sejam colocadas em produção. De maneira geral, a renda da terra pode ser definida como um lucro extra, constante, acima do lucro médio; um tributo social pago por toda a sociedade que necessita dos produtos advindos da agricultura. Na Argentina, como a produção pampeana está principalmente dirigida ao mercado internacional, as rendas fluem em maior medida desde o exterior para o interior do território.

Nessa perspectiva, Marx distingue quatro tipos de rendas capitalistas, a renda diferencial 1, ligada à fertilidade do solo e à localização, a renda diferencial 2, relacionada ao capital investido na produção agrícola; a renda absoluta e a renda de monopólio.

A **renda diferencial** está ligada às condições geográficas da superfície da terra, é dizer, condições naturais e de fertilidade, de localização com relação ao mercado e aplicação de desenvolvimento técnico na produção agrícola. Na renda diferencial 1 as diferenças de fertilidade e de localização fazem com que capitais idênticos investidos em superfícies iguais obtenham retornos diferentes. Igual trabalho e capital investido em duas parcelas de terras de igual tamanho, mas de fertilidade ou localização desigual, produzirão rendas diferentes. Por outro lado, a renda diferencial 2 está vinculada ao grau de investimentos aplicados na produção agrícola (drenagens, maquinarias,

fertilizantes, melhoramento genético, etc.). Neste caso, o volume de produção é dependente do nível de capitais investidos e acesso ao crédito, acrescentando às desigualdades de fertilidade e localização, as desigualdades do capital investido entre os empresários do setor agrícola. Neste sentido, toda renda diferencial é um excedente de retorno acima da taxa média de lucro que resulta da produção de um mesmo produto sobre terras de diferentes qualidades, localização e graus de investimentos. Por estes motivos, a renda diferencial está ligada à concorrência entre capitalistas agrícolas. Desta maneira, gera-se um lucro extra nas melhores terras em função do preço do mercado ser determinado pelo preço de produção da terra de pior qualidade. Por outro lado, a terra com pior qualidade, localização e capitalização não gera renda diferencial, mas sim, como veremos depois, renda absoluta.

Por outro lado, é conveniente ligar o conceito de renda diferencial 1 a outros fenômenos naturais que além da fertilidade, afetam de maneira heterogênea a superfície da terra. Também contribuem com a formação de renda as diferenças no clima, na intensidade do sol, na frequência das chuvas, no relevo, na altitude, na temperatura, etc. Todos estes elementos “afetam” com intensidades diversas a superfície da terra, produzindo resultados díspares. Aliás, poderíamos agregar à formação de renda, aqueles saberes locais ligados à produção agrícola, a cultura alimentar regional, etc., que podem ser expropriados pelo capital através do trabalho excedente. Os investimentos em infraestrutura de transporte também auxiliam no aumento da renda diferencial 1, assim como também variam as rendas em função de diferenças espaciais na aplicação de impostos ou subsídios à produção.

Dizemos que o pior solo cultivado não gera renda diferencial, mas por outro lado é necessário que gere algum tipo de renda, a **renda absoluta**, para serem eles colocados em produção, no momento em que a sociedade demande maior quantidade de alimentos. Quando o capital flui para a agricultura, é investido intensivamente (como no caso da renda diferencial 2) ou é investido em novas terras. Nesse último caso, uma renda absoluta deve ser paga sempre que existir a propriedade fundiária que não permite o livre uso da terra. Mesmo nos piores solos, a sociedade deverá pagar uma renda como condição de serem colocados em produção. Desta maneira, o fator que condiciona a renda absoluta é a existência do monopólio privado do solo, por ser este um instrumento de produção finito.

Por fim, a **renda monopólio** é aquela derivada da produção exclusiva de um produto agrícola, que por questões culturais, naturais, edafológicas, climáticas, etc., só são produzidos numa determinada área. Essa renda surge do preço superior deste produto em relação à média do mercado, como é o caso das denominações de origem, os charutos cubanos, etc.

A seguir, procuraremos mostrar algumas das principais características do espaço agrícola de exportação argentino que permitem a obtenção de uma significativa parcela de renda, parte da qual é absorvida pelo Estado na forma de impostos às exportações. Também procuraremos localizar as vantagens espaciais das empresas agrícolas e agroindustriais argentinas, principalmente daquelas que produzem e industrializam soja, por ser este grão o principal produto de exportação argentino e alvo dos mais altos impostos. Acreditamos que a teoria da renda da terra é uma teoria sobre o espaço, e portanto, uma excelente ferramenta de análise geográfica.

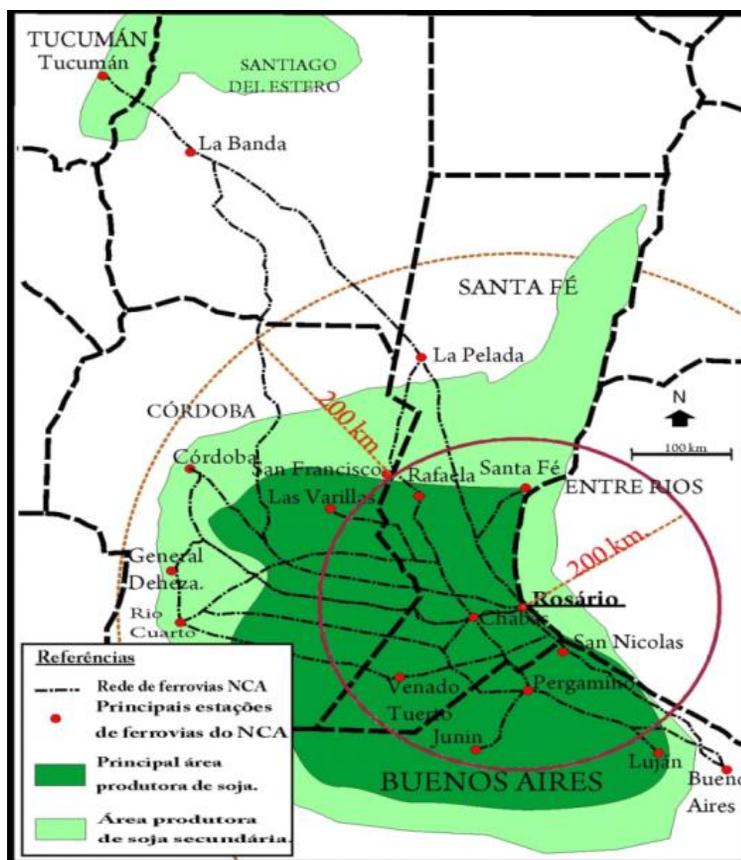
A RENDA DIFERENCIAL POR LOCALIZAÇÃO.

Uma das principais características localizacionais que apresentam as grandes agroindústrias de soja da Argentina, é a de estar aglomeradas no sul da província de Santa Fé, nos arredores da cidade de Rosário, e próximas das principais áreas produtoras de soja e trigo. Denomina-se geralmente nos informes apresentados pelo setor agroindustrial de "*up-river*" esta zona fluvial da Argentina, caracterizada por reunir, na margem direita do rio Paraná, aos principais portos exportadores de grãos e subprodutos, e onde convergem as principais rodovias e ferrovias do país (ver figuras 1 e 2). Estima-se que 80% da produção agroindustrial argentina parte dos portos fluviais do *up river*, enquanto que os portos marítimos de Quequén e Bahía Blanca, localizados no sul de Buenos Aires (ver localização no mapa 3), participam com 10% das agroexportações cada um. A zona portuária e agroindustrial do *up river* se estende sobre o rio Paraná ao longo de 67 km, entre Constitución, no extremo sul da província de Santa Fé, até Timbúes, 35 km ao norte da cidade de Rosário. A cidade de Rosário é a metrópole gerencial e de serviços da agroindústria de soja argentina. Nessa cidade se localiza a *Bolsa de Valores de Rosário*, a principal instituição de comércio de grãos da Argentina, que tomou ainda maior importância depois da desregulamentação do mercado nacional de grãos, na década de 1990.

Como já dizemos, a produção de soja na Argentina concentra suas lavouras em áreas próximas às agroindústrias esmagadoras de grãos da grande Rosário, como é apresentado na figura 1. O cultivo desta oleaginosa cobre principalmente as terras do centro e sul de Santa Fé, norte de Buenos Aires, leste de Córdoba e oeste de Entre Rios; e em menor medida na região do noroeste, principalmente nas províncias de Tucumán e Santiago del Estero. Desta maneira, as distâncias a serem percorridas pelos caminhões e trens que transportam os grãos desde a zona núcleo até as agroindústrias rosarinas não superam 300 ou 400 km, sendo que a maior parte da colheita se dá num raio de 200 km. Pelo contrário, no caso brasileiro, a distância desde Sorriso, no

Mato Grosso (principal município e estado produtor de soja respectivamente) até o Porto de Santos fica em torno dos 2000 km. Um informe realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2008) avaliou que o custo de transporte interno no Brasil é em média 83% e 94% superior, respectivamente, ao dos Estados Unidos e da Argentina; e que escoar a produção desde Sorriso e Campo Novo do Parecis (MT) tem um custo de frete que oscila entre 29% e 34% do preço recebido pelo produto, equivalente aproximado ao montante que recebe o Estado argentino por imposto às exportações de soja.

Figura 1- Localização das principais áreas de cultivo de soja, ferrovia do *Nuevo Central Argentino* (NCA) e distância às agroindústrias de Rosário. Elaboração própria.



Fonte: CIARA, 2014 e INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL (IGN, 2015).

Por outro lado, as agroindústrias de soja argentinas obtêm os benefícios advindos da aglomeração territorial, a especialização e a escala produtiva, descritos por Perroux em seu clássico texto “O conceito de pólo de crescimento” (1975). A zona que compreende o *up river* é a mais alta

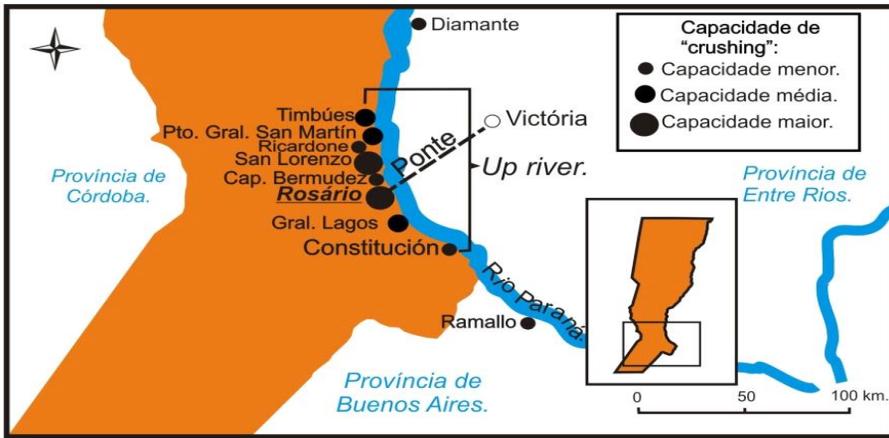
concentração espacial de indústrias processadoras de soja no mundo, assim como também é a que apresenta a maior capacidade de “*crushing*” por planta. No caso norte-americano, a capacidade instalada para processar oleaginosas é de 210.000 toneladas diárias, distribuídas entre 70 plantas em todo o país. No Brasil, a capacidade de processamento é de aproximadamente 160.000 toneladas diárias distribuídas em 116 plantas. O estado do Paraná é o maior processador, com 23% da soja brasileira (WESZ JUNIOR, 2011). A Argentina possui uma capacidade instalada de moenda de 217.000 toneladas diárias, e 80% da produção é repartida em 20 plantas localizadas no *up river*, sendo que várias unidades podem processar mais de 20.000 toneladas por dia. Nestas plantas também é processada soja proveniente do Paraguai e da Bolívia, transportada por via fluvial pelo rio Paraná (MECON, 2014).

RENDA DIFERENCIAL POR INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE.

A infraestrutura ferroviária do *Nuevo Central Argentino* foi desenhada já no século XIX para escoar as produções agrícolas pampeanas, e mais tarde as do noroeste argentino, onde o cultivo de soja tem ganhado importantes espaços nos últimos anos (ver figura 1). A empresa NCA foi cedida em concessão pelo Estado Nacional (Lei 23.696, 1989) durante o governo Menem à empresa de processamento de oleaginosas Aceitera General Dehesa, de capitais argentinos, que processa aproximadamente 7% da soja mundial na sua planta de Timbúes, num *joint venture* com a Bunge (CIARA, 2014). Neste sentido, a agroindústria de soja argentina em geral é beneficiária de uma renda diferencial ligada à aplicação de capital no setor de transporte de produtos agrícolas (realizado inicialmente pelo Estado), usufruindo dos ganhos que os baixos custos deste modal apresenta.

Outra obra de infraestrutura que permite aumentar as rendas da agroindústria argentina e que também foi financiada pelo Estado Nacional é a ponte “*Nuestra Señora del Rosario*”. Esta ponte une as cidades de Rosário e Victória (ver figura 2), atravessando todo o sistema fluvial e geomorfológico do baixo Paraná, que nessas latitudes vai configurando seu delta num emaranhado de ilhas de sedimentação que abarca dezenas de quilômetros de largura. Sua inauguração em 2003 permitiu economizar custos de transporte e dinamizar a circulação das produções de soja de Entre Rios para os portos agroindustriais do *up river*. Antes da construção da ponte, a distância a ser percorrida por um caminhão que viajava desde Victória até Rosário era de 318 km. Transitando pela ponte essa distância se reduz a 60 km. Esta grande obra de engenharia está construída por cima de 43 km de terraplanagens levantadas sobre as ilhas paranaenses, e por uns 15 km de pontes que atravessam o rio e todos os seus braços.

Figura 2- Localização do pólo agroindustrial e exportador de soja argentino no sul de Santa Fé (*up river*) e ponte Rosário-Victória. Elaboração própria. Fonte: IGN, 2015.



Por outro lado, para acelerar a circulação da produção agrícola pampeana foi necessário aprofundar as vias de navegação. A dragagem do rio Paraná é de fundamental importância para o modelo econômico argentino, desde os anos 1990 até a atualidade. O aumento da profundidade do Paraná e a sua sinalização são financiados em parte pelo Estado Nacional já desde o governo Menem, fato que consolidou o posicionamento da Argentina como uns dos principais exportadores de soja e subprodutos no mundo. Em áreas próximas a sua desembocadura no rio da Prata, o Paraná diminui sua velocidade e deposita grande quantidade de sedimentos provenientes, sobretudo, dos rios Pilcomayo e Bermejo (que descem das montanhas andinas, no norte argentino e sul boliviano), fato que permitiu, no transcorrer do tempo geológico, a formação de um vasto sistema de ilhas no baixo e médio Paraná.

A "Hidrovia S.A." é a empresa concessionária encarregada da dragagem e sinalização do Rio Paraná. As obras de dragado começaram em 1995, ano no qual a profundidade entre Puerto General San Martín e o mar era em média de 27 pés, com setores de 22-23 pés. Na atualidade se tem conseguido uma profundidade de 36 pés até Puerto General San Martín (o que permite que um barco Panamax possa sair completamente carregado), e de 28 pés, rio acima, até o porto de Santa Fé, 200 km ao norte de Rosário. Desde Assunção do Paraguai até Santa Fé o calado mínimo é de 10 pés (3,2 m), podendo navegar balsas de até 36.000 toneladas (ESTUDIO..., 2015).

Outra das particularidades logísticas que permitem maximizar as rendas das empresas agrícolas argentinas está relacionada à adequada infraestrutura das agroindústrias rosarinas, e também as de Quequén e Baiha Blanca, as quais conseguem integrar vários elos da cadeia produtiva dentro de

uma mesma unidade. Sistemas de descarga de balsas, caminhões e trens, esmagamento, industrialização, armazenagem e carga em barcos, funcionam como unidade orgânica sob o mesmo chão (ver fotos 1 e 2). A produção e moenda de grãos, assim como de minérios, precisam movimentar grandes volumes e pesos, pelo que a proximidade espacial entre produção, circulação e processamento são fatores de fundamental importância na geração de renda.

Dessa forma, o setor agroexportador argentino consegue obter maior renda diferencial em relação ao Brasil. Tendo em consideração que as multas por demoras foras das estipuladas por contrato vão desde 50.000 até 80.000 dólares por dia segundo o tamanho do barco, a rapidez com que estes sejam despachados em relação aos concorrentes influencia de maneira decisiva na geração de renda. Em média, a espera de um barco para carregar soja no porto de Santos foi em 2012 de 11,4 dias, e no caso de milho 16 dias (AMATO, 2013). No *up river* argentino, devido aos fortes investimentos realizados pelas empresas em infraestrutura de descarga, armazenagem e elevadores que a concorrência (oligopolista) das empresas aglomeradas nessa área tem estimulado, esse tempo se reduz para quatro dias (IBÁÑEZ, 2008).

**Foto 1- Elevadores do porto agroindustrial de Molinos Rio de La Plata, de capitais argentinos, na cidade de San Lorenzo, às margens do rio Paraná.
Foto: arquivo pessoal, 2011.**



Foto 2- Porto agroindustrial de Vicentín, de capitais argentinos, na cidade de San Lorenzo. As ferrovias se integram aos portos agroindustriais para maximizar a logística dos grandes volumes e pesos. Foto: arquivo pessoal, 2011.



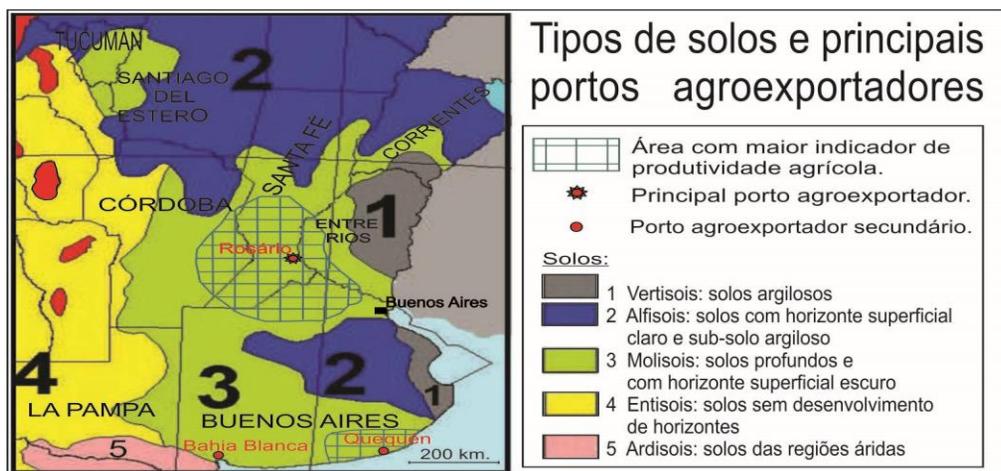
RENDAS POR FERTILIDADE DA TERRA.

Na região agrícola e econômica mais importante da Argentina, a região pampeana, os solos dominantes são da ordem dos molisois. Estes solos, considerados entre os de maior fertilidade para a produção agrícola extensiva, estão formados na Argentina por sedimentos eólicos quaternários que são conhecidos pelo nome de loess pampeano, devido à sua similitude com outros depósitos de loess no mundo. Suas características físicas favorecem o desenvolvimento das raízes e um bom escoamento da água, encontrando-se geralmente, quando ainda não foram antropizados, cobertos de pradarias ou savanas. São solos escuros e profundos, ricos em húmus e minerais e com significativa quantidade de matéria orgânica. Este ordem de solo também se acha presente em outras importantes regiões agrícolas do mundo como as estepes européias e as extensas planícies norte-americanas, estimando-se que ocupem aproximadamente 7% das terras livres de gelo (PANIGATTI, 2010).

Em geral, os solos molisois da Argentina, excetuando os presentes na província de Tucumán, se estendem num contínuo sobre boa parte da região pampeana e seus limites externos não superam os 400 km de distância de pelo menos algum dos principais portos e agroindústrias processadoras, como as da grande Rosário, Quequén ou Bahía Blanca (ver figura 3). Por outro lado, existem áreas sobre estes solos que apresentam indicadores superlativos de

produtividade agrícola e que foram mapeadas por técnicos do INTA (GIORGI, 2004). Estas áreas, chamadas de "zonas núcleo", apresentam os maiores rendimentos produtivos e coincidem, como também é mostrado na figura 3, com os *hinterland* dos portos e agroindústrias exportadoras da grande Rosário e Quequén. Para definir estas áreas, o INTA teve em consideração não só a fertilidade do solo e sua textura, senão também o nível de escoamento das águas, a condição climática, o nível de sódio, a profundidade, a erosão, entre outros fatores.

Figura 3- Solos dominantes na região pampeana argentina, principais portos agroexportadores e áreas de maior produtividade. Elaboração própria. Fonte: PANIGATTI, 2010; GIORGI, 2004.



CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O complexo agroindustrial de soja é um setor chave da economia argentina e representa quase a terceira parte das suas exportações. Somados aos restantes produtos agrícolas pampeanos e às manufaturas de origem primária o montante fica na casa de 58% das vendas ao exterior (MECON, 2014). A partir da presidência de Nestor Kirchner em 2003 aconteceram mudanças na política econômica ligadas ao complexo agroindustrial, podendo-se destacar o aumento das *retenciones* às exportações agrícolas e a proteção das economias externas a ela ligadas, provocando desta maneira uma ruptura com o modelo econômico dos governos Menem e De la Rúa. Desta maneira, tem-se produzido nos últimos anos um aumento da arrecadação impositiva e um alívio na histórica e cíclica "estrangulação externa" argentina, derivada da falta de dólares para fazer frente aos compromissos externos e adquirir insumos e bens de capital.

A logística integrada entre ferrovias, estradas e hidrovias, e as rendas derivadas das vantagens na localização, fertilidade e concentração espacial da produção de soja, permitem ao pólo agroindustrial aumentar seu ritmo de expansão e ser altamente competitivo no mercado internacional, apesar da forte carga impositiva que o Estado impõe a este setor. Neste sentido, a grande Rosário é o motor deste “ciclo oleaginoso”, o “funil” da produção agrícola argentina ligada ao exterior, e o elo entre agricultura e indústria, beneficiando-se da configuração geográfica de seu circuito produtivo.

Não obstante, o Estado tem beneficiado, principalmente durante a década de 1990, a geração de renda dos setores agroexportadores através da concessão dos serviços de ferrovias, portos, silos e demais infraestrutura pública, além de subsidiar a dragagem do rio Paraná e ter construído a ponte Rosário-Victória, obra chave para o escoamento da produção entrerriana.

O governo argentino deverá continuar dirigindo os esforços em prol de aumentar a diversidade produtiva e aprofundar o processo de industrialização, a fim de não ficar refém de uma cultura tão volátil no mercado e controvertida por seus impactos no meio ambiente.

REFERÊNCIAS.

ABRITA, M., B.; SANTOS, A., S.: Complexo da soja no Brasil, conseqüências da lei Kandir e da parceria com a China. Anais do 7mo. Encontro de Economia Gaucha. PUCRS/FEE-RS, Porto Alegre: 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405277eeg-mesa15-complexosojabrasilleikandir.pdf>. Acesso: 20 de jul. de 2015.

AZCUY AMEGHINO, E. A.: Trincheras en la historia. Historiografía, Marxismo y debates”. Ed. Imago Mundi, Buenos Aires, 2008.

AMATO, F. Navios esperam até 16 dias para atracar em porto do país, diz MDIC. Globo.com. São Paulo. 24/03/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/navios-esperam-ate-16-dias-para-atracar-em-porto-do-pais-diz-mdic.html>. Acesso: 20 de Jul. de 2015.

BENDER, P. M. 2011. Província de Santa Fé, (Argentina): As transformações na dinâmica produtiva agrícola a partir da década de 1990. Dissertação de mestrado. PPGG. UFSC. Florianópolis.

CAMARA ARGENTINA DE FABRICANTES DE MAQUINARIA AGRÍCOLA, 2014. Informe de Conjuntura CAFMA Nº 20. Disponível em: <http://www.cafma.org.ar/informe-de-coyuntura-cafma-n-20/>. Acesso: 20 de jul. de 2015.

CIARA: Evolución de los aranceles de exportación. Base de dados em linha, 2014. Disponível em: <http://www.ciara.com.ar/estadisticasNac.php>. Acesso.: 10 de jul. de 2015.

-----: Superficie, rendimiento y producción. Base de dados em linha, 2015. Disponível em: <http://www.ciara.com.ar/estadisticasNac.php>. Acesso: 10 de jul. de 2015.

EMBRAPA. Sistemas de produção: Tecnologias de produção de soja. Embrapa soja, Londrina: 2008. Disponível em: http://www.cnpso.embrapa.br/download/tpsoja_2008.pdf. Acesso: 15 de Ago. de 2015.

ESTUDIO del Sistema de Transporte Fluvial de Granos y Productos Procesados en la Hidrovía Paraguay – Paraná. CSI Ingenieros S.A. Montevidéo: 2010. Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2011/09379.pdf>. Acesso: 10 de jul. de 2015.

GIORGI, R.: Índices de aptitud agropecuaria. Factores considerados y criterios para su ponderación. INTA: Rafaela, 2015. Disponible em: http://rafaela.inta.gov.ar/mapas/suelos/texto_relevamiento_suelos_santafe.htm. Acceso: 20 de ago. de 2015.

INDEC: Glosario. Buenos Aires, 2014a. Disponible em: <http://www.indec.mecon.ar/glosario.asp> Acceso: 10 de ago. de 2015..

----- Complejos exportadores. Buenos Aires, 2014b. Disponible em: http://www.indec.mecon.ar/nivel4_default.asp? Acceso: 10 de ago. de 2015.

INTA, 2014. Jornada de aplicación de Fitosanitarios. Exposición sobre el Conflicto rural-urbano. Disponible em: <http://inta.gob.ar/videos/luis-carrancio-jornada-de-aplicacion-de-fitosanitarios.-exposicion-sobre-el-conflicto-rural-urbano-una-experiencia-exitosa/view>. Acceso: 10 de Ago. de 2015.

INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL. Mapas para descargar de la República Argentina. Buenos Aires: 2015. Disponible em: <http://www.ign.gob.ar/AreaServicios/DescargasGratis/MapaMudos>. Acceso: 20 de ago. de 2015.

IBÁÑEZ, C. Costos de Estadía de Buques en Puertos Argentinos 2000/2008. Ministerio de Agricultura, ganadería y pesca. 2008. Disponible em: http://www.minagri.gob.ar/dimeagro/regimenes_especiales/publicaciones/informe_costo_portuario_buques_2008_vs_2000-1-1.pdf. Acceso 10 de ago. de 2015.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Ana.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Volume VI, livro terceiro: o processo global de produção capitalista.

MECON: La macroeconomía Argentina: 2003-2012. Buenos Aires, 2012. Disponible em: <http://www.mecon.gov.ar/basehome/pdf/indicadores.pdf>. Acceso: 3 de jul. de 2015.

----- Complejo oleagino argentino. Buenos Aires: 2014. Disponible em: http://www.mecon.gov.ar/peconomica/docs/Complejo_Oleaginoso.pdf. Acceso: 3 de jul. de 2015

Lei 23.696/1989. Argentina. Ley de Reforma del Estado. Disponible em: <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/98/norma.htm>. Acceso: 3 de jul. de 2015.

O`CONNOR, E. JACOBO, A. El sistema tributario en el mundo: una comparación con la Argentina. In: Sistema tributario argentino: Un análisis comparativo de la contribución por sectores productivos y de la equidad sectorial. O`CONNOR, E.; VIGNALE, J. Coordinadores. UCA, Buenos Aires: 2011. Disponível em:

http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo83/files/2011_Sistema_tributario_argentino_Contribucion_por_sectores_productivos.pdf. Acesso: 10 de Jul. de 2015.

PANIGATTI, J. L. Argentina: 200 años, 200 suelos. Ediciones INTA, Buenos Aires: 2010. Disponível em: http://inta.gob.ar/documentos/argentina-200-anos-200-suelos/at_multi_download/file/INTA-200-Suelos.pdf. Acesso: 20 de ago. de 2015.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 97-110.

LC 87/1996. Brasil. Lei complementar Nro. 87. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm. Acesso: 10 de ago. de 2015

UNITE STATES DEPARTMENT of AGRICULTURE. World Agricultural Supply and Demand Estimates. Washington, 2015. Disponível em: <http://www.usda.gov/oce/commodity/wasde/latest.pdf>. Acesso: 20 de ago. de 2015.

WESZ JUNIOR, V. J. Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil. Rio de Janeiro. E-papers. 2011. Disponível em:

<http://www.agrolink.com.br/downloads/din%C3%A2micas%20e%20estrat%C3%A9gias%20das%20agroind%C3%BAstrias%20de%20soja%20no%20Brasil.PDF>. Acesso: 10 de ago. de 2015.

PERFIL DA REVISTA PARÂMETROS PARA ACEITAÇÃO DE TEXTOS E INSTRUÇÕES

A revista será composta de: artigos científicos, resenhas bibliográficas, ensaios, entrevistas, traduções etc, ainda que nem todas essas modalidades de textos estejam, necessariamente, presentes em todos os números.

Poderão ser organizados, a critério da Comissão Editorial, números especiais ou com dossiês temáticos.

A Revista aceitará a publicação de:

- Artigos científicos que interessem, sobretudo à reflexão teórico-metodológica, resultantes ou não de pesquisas empíricas;
- Ensaio crítico sobre temas, obras, autores, etc;
- Resenhas bibliográficas;
- Notas.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os artigos científicos e ensaios críticos devem ter no máximo 25 páginas (tamanho A4), digitados em Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, letra Times New Roman, tamanho 12 e sem formatação dos parágrafos. Notas e resenhas devem ter, respectivamente, um máximo 15 e 8 páginas.

Todos os textos devem ser enviados em três cópias impressas e em versão eletrônica (geoeconomica@cfh.ufsc.br), acompanhados de uma folha, em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, e endereço para correspondência (postal e eletrônico).

Os artigos científicos devem possuir obrigatoriamente um resumo de no mínimo 100 e no máximo 150 palavras, em português e inglês. A critério do autor, poderá ser enviado um terceiro resumo em outra língua estrangeira.

O título e as palavras-chave (máximo 5) também deverão ser traduzidas para a língua inglesa e, se for o caso, para a outra língua estrangeira em que for apresentado o resumo.

As tabelas e figuras devem ser entregues em folha à parte, indicando no corpo do texto o local da sua inserção. As tabelas devem ser geradas no próprio Word. As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa boa resolução e não exceder o tamanho de 23 x 16 cm.

Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis.

Não serão aceitas figuras coloridas.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. As notas devem constar no rodapé.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do

texto.

A seleção dos textos será realizada por pareceristas do Conselho Científico.

No processo de seleção consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto re-encaminhado ao autor para modificações ou texto recusado.

Endereço para correspondência e assinatura:

Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geociências
Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais
Campus Universitário – Trindade
88.040-900 – Florianópolis – SC
Telefone: (00 XX 55) 48 3721-8637
E-mail: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

